



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2829/2020

Aos sete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanzo Magni (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Marcelo Hansen (Titular), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Luana Nunes (1ª Suplente), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virginia Darsie de Oliveira (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular) e Jorge Diogo de Jesus (2º Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular) e José Romari Dutra da Fonseca (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Laura Elisa Machado (2ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. **ABERTURA**; 2. **VOTAÇÃO DA ATA 2826/2019**; 3. **COMUNICAÇÕES**; 4. **ORDEM DO DIA**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h05min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Boa noite, Senhores Conselheiros. Em havendo quorum a gente dá início aos trabalhos do nosso Conselho do Plano. Gostaria de saudar a todos os presentes, desejar um excelente ano. A gente que não teve no final do ano passado algumas reuniões que a gente gostaria de ter, em função de problemáticas aqui com a questão do sistema elétrico, problemas que vocês devem ter identificado os



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

geradores ali instalados. A gente começa o ano e o período de encerramento não pode se estender às 20 horas, conforme a gente vinha fazendo, mas eles vão desligar o ar e fica bastante difícil sem o ar-condicionado. Então, a gente vai ter que ser ater ao tempo. Compartilho com vocês e aí eu acho que a gente ao final, como a gente tem uma pauta um pouco extensa, não teve algumas reuniões, ao final a Patrícia, sobrando algum tempo, a gente faz uma explicação pouco mais detalhada dessa conversa que tu tiveste com as entidades. Vocês devem ter acompanhado, foram convidados para o evento da assinatura da Cooperação do Plano Diretor. Finalmente, conseguimos assinar com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da ONU. Então, a gente conseguiu estruturar esse projeto, estamos aprovado o financiamento lá no banco de desenvolvimento. A gente espera ao longo deste ano, que seja um ano de construção, de fato a gente tem que unir forças. A gente sabe das dificuldades e dos posicionamentos, que foram muitas vezes divergentes que temos aqui, cada um com uma visão, um entendimento diferente, mas, independente da visão é da democracia o debate, a discussão. Não se inibam de cobrar do Poder Público, de interagir conosco e exigir um plano qualificado, um plano para toda a cidade. A gente não se constrange com qualquer posicionamento. Isso é do processo democrático, não há nenhum problema nisso, a gente tem que saber entender, compreender esses pontos de vista. No entanto, nós enquanto poder público prosseguiremos fazendo esse trabalho, acho que a Patrícia pode depois detalhar um pouco esse novo cronograma que está sendo afinado junto com o Programa das Nações Unidas, a gente assinou no final do ano passado. Eles, provavelmente, em fevereiro ou março entram com os consultores. Esse é um processo que a gente está estruturando aí. Então, o plano ele vai ser entregue ao final de 2 anos na sua totalidade do projeto, o projeto está sendo estruturado com recursos garantidos, mas ao final deste ano a gente pretende entregar o Plano Diretor por excelência, esse novo modelo de gestão, que é a revisão do plano em si. Depois, ao longo do próximo ano vai haver um detalhamento nos mapas, que exijam uma complexidade, um tempo um pouco maior, mas a grande questão que a gente quer destacar e comemorar é esse investimento significativo em planejamento urbano, que a gente nunca teve na história do município, um recurso tão significativo destinado a planejar, a organizar os dados. A gente sempre trabalhou com a estrutura local, com todas as deficiências que se tem, com o maior esforço dos colegas, extremamente qualificados, mas sempre com muita dificuldade, a estrutura. Além do trabalho do seu dia a dia, que é bastante extenso, teve que se agregar um processo de revisão do Plano Diretor, que envolve as mais diversas secretarias, que envolve comunicação, que envolve interação com a comunidade, que envolve dados, metodologia. Então, muito se fez todos nossos planos muito internamente, a gente nunca teve um recurso destinado. Então, a gente está muito feliz em ter conseguido estruturar esse projeto, muito se deve ao trabalho, ao amor e empenho da Patrícia, uma servidora que vocês já conhecem, exemplar, tem assento aqui no Conselho, que conseguiu estruturar nesse período que está junto comigo, à frente da Secretaria de Sustentabilidade, estruturar esse projeto para garantir esses recursos para a gente ter um plano de fato que corresponda com as expectativas da cidade. Independente do governo, que a nossa preocupação é que a gente conseguisse estruturar um projeto com produtos, com entregas, um modelo capaz de corresponder às expectativas ativas da cidade e que não, necessariamente, vai atender este governo, vai ser entregue dentro deste governo, vai ser entregue para cidade. É um projeto da cidade. Então, a gente tem bastante tranquilidade em ter estruturado isso em um período um pouco mais longo, porque independente do governo que vir vai ter algo consolidado, um projeto garantindo com dados e informações para a gente entregar o que a cidade espera de nós. Então, é nesse sentido, nesse espírito de cooperação que eu renovo os votos de um excelente ano



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

para todos nós, de excelentes debates, de discussões acaloradas por muitas vezes, mas que a gente consiga avançar sempre agregando, evoluindo para a sociedade como um todo. A gente tem algumas inscrições aqui para o período de Comunicações. O Conselheiro Felisberto vem fazer uma inscrição para uma fala. Depois a gente tem as pessoas para o período de Comunicação, a gente vai controlar, rigidamente, em função do horário do ar-condicionado, que vai ser enterrado às 20 horas. Tem inscrição também? Vamos dar um aparte ao conselheiro representante da SMIM, com relação à estrutura do prédio aqui, elevadores. Faz um comunicado para nós aí. **Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Boa noite, Conselheiros. Eu só queria pedir a colaboração dos senhores, eu estou responsável hoje para o desligamento dos geradores e o fechamento do prédio. Então, vou pedir, encarecidamente, para os colegas que a gente encerra a reunião às 20 horas. Muito, provavelmente, alguns de nós vamos descer primeiro, talvez fique retido lá embaixo, mas eu tenho a chave das portas, eu vou abrir as portas para todos nós sairmos. Só gostaria que todos nós saíssemos juntos ou muito próximos para que eu possa proceder o desligamento dos geradores, com isso vamos ficar sem energia e sem ar condicionado. Os elevadores, infelizmente, estão desligados, momentaneamente. Era isso aí que eu queria colocar para vocês, agradecer a compreensão e desejar a todos um feliz 2020. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Cotta. Na sequência a gente tem a inscrição do Conselheiro Felisberto. Vai falar pelo Atua, que hoje veio como representante da sociedade. **3. COMUNICAÇÕES. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa tarde a todos e a todas, conselheiros e conselheiras, nosso Secretário, Presidente deste Conselho. Hoje eu estou aqui como parte de um movimento que lançou seu manifesto no dia 13 de dezembro, uma sexta-feira, na frente da Prefeitura. Exatamente no dia em que a Prefeitura está assinando o convênio. Então, é um manifesto em que a gente põe as nossas preocupações com o processo, não é nada pessoal, o manifesto está bem claro. Eu já entreguei isso no dia para o Prefeito e para os membros que assinaram o documento. É a demonstração da preocupação de um grupo com a nossa cidade, com a história que esta cidade tem com o Plano Diretor e que a gente vê sendo esquecida um pouco dessa história que foi construída ao longo do tempo. Nós temos toda uma história em planejamento, em Plano Diretor, basta analisar os nossos planos, nós fomos modelo para várias cidades do país, inclusive, para o governo federal instituir a obrigatoriedade dos planos diretores na cidade, o Estatuto da Cidade. Então, tem toda uma atuação desta cidade na cidadania de Porto Alegre, os João's e Maria's, o saber popular e o saber técnico. Não é uma engenharia fácil, viu, Patrícia? Unir isso, o desprender do conhecimento técnico em favor de ouvir a comunidade e entender as reivindicações da comunidade. O que nós pedimos, basicamente, é maior participação, é maior divulgação para que exista uma efetiva participação da sociedade e que não seja um plano meramente técnico, mas que estabeleça os anseios da cidade como, por exemplo, a regularização fundiária, que é um grande entrave. A regularização fundiária é um grande problema, se a gente resolver metade das regularizações fundiárias, Secretário, dos problemas de regularização fundiária, nós estaremos resolvendo o problema de muitas comunidades, comunidades que esperam há 20, 25 anos pela regularização. Tu sabes disso, não é, Patrícia, mais do que ninguém. Então, o nosso manifesto não é contra o governo, é a favor da cidade, pelo direito da cidade. É um manifesto que deixei na mesa de cada um, espero que cada um leia com atenção. É uma ideologia pela cidade, é uma discussão de ideias, não existe pré-conceitos, mas existem conceitos sobre que cidade nós queremos. Então, é bem claro a cidade que nós não queremos. E a gente conhece esta



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

cidade, a gente vive esta cidade, a gente tem experiência que são exemplos para o mundo e que nós temos cadernos, por exemplo, da residência. Espero que tu tenhas acesso a isso, porque houve um estudo das 17 regiões do Orçamento Participativo, espero que tenham te passado esses dados, a ti também, Secretário. Há todo um trabalho feito em 2012 pelo ObservaPOA nas 17 regiões da cidade, fazendo um diagnóstico, são dados que estão à disposição e é importante serem encontrados, porque é um pouco da cidade, um pouco que nós fizemos e do que a cidadania fez. Eu não vou me estender mais, eu quero que o Secretário dê o aceite, leia com atenção e nós estaremos à disposição sempre para o diálogo e para a melhoria da nossa cidade. Obrigado pelo espaço e hoje eu não estou como Conselheiro, estou como membro do Atua POA, representando mais de 80 entidades que assinaram esse manifesto e está aberto para entidades que queiram e ainda não assinaram. Leia com atenção, é um manifesto político sim, nós não temos medo de sermos políticos, porque a cidade é política e nós queremos disputar a cidade com propostas e teremos propostas para o Plano Diretor. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Sem dúvida enriquece o processo, a gente recebeu lá no evento de assinatura já. Inclusive, os outros embaixadores e representantes da ONU tomaram conhecimento e a gente teve uma conversa. Não há nenhuma objeção por parte da administração, eu tenho o entendimento que isso fortalece o processo, inclusive, alguns pontos que foram levantados pelo Atua. A gente se preocupou em levar para o site, aprimorar e mostrar, essa transparência, compartilhamos do mesmo entendimento, da gente priorizar esse detalhamento do território, que é uma das nossas visões do plano, de ter esse detalhamento para a gente equacionar muitos desses problemas que ficaram em aberto, né, por mais que a gente tenha um plano muito bom do ponto de vista conceitual, tem muitas coisas contemporâneas ali colocados, mas nos faltou um pouco desse detalhamento. Então, a nossa expectativa é que com essa revisão, com essa contratação, com esse apoio e suporte a gente possa somar esse conhecimento local, que é referência, na que tem um histórico sim. A gente tem um diferencial das outras cidades. E eu acho que tudo é uma convergência no sentido da gente construir e agregar sim essa expertise da ONU, com as ODSs, que existe a preocupação com a erradicação da pobreza, da miséria do mundo todo. Eu acho que eles têm condição de agregar e todo esse processo democrático que é da expertise deles. Então, essas manifestações nos fortalecem e nos demonstra que a gente tem que aprimorar, avançar para construir o Plano Diretor que a cidade merece e para todos os seus habitantes, não só para um grupo, mas para toda a população de Porto Alegre. Obrigado. Na sequência, então, a gente tem inscrito o Conselheiro Darci. Por favor, Conselheiro. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa tarde para todos. Feliz ano de 2020 para todos, tendo em vista a nossa primeira reunião. A inscrição é mais para divulgar que Porto Alegre vai receber o Fórum Social das Resistências, entre 21 e 24 de janeiro agora. Vai ter várias atividades, como a gente teve lá no Camp, alguns aqui devem conhecer o Camp. A coordenação está reunida para organizar. Começa no dia 21 com uma marcha que vai sair do Largo Glênio Peres, no final do dia e vai até o Gasômetro. Depois, no dia 23, vai ter uma série de atividades na Cidade de Porto Alegre. E dia 23 vamos ter três mesas, entre uma das quais a questão ambiental, a questão da democracia é a outra mesa e a questão central, porque vai se estar trabalhando também essa questão da polêmica do “não à guerra e sim à paz”. Então, acho que vai ser um momento importante de novo da cidade de Porto Alegre se reunido e sedo referência mundial desse tipo de acúmulo de organização da sociedade. Como eu falei na última reunião aqui para o colega da EPTC, aí como eu passo lá todos os dias, o colega me respondeu prontamente que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

estava sinalizado, ali o estreitamento foi feito pela ciclovia no Marinha. Sim, a ciclovia está sinalizada, mas não tem nada que diga que é uma coisa temporária. Então, a gente olha todo dia uma coisa que está trancando e nos dá aquela sensação que quando eu consigo andar um pouquinho mais, logo em seguida vem aquela obra que tranca de novo. Então, aquele recado dizendo – Olha, isto aqui é temporário! Isso nos alegra um pouco, se pudesse botar o recado do “temporário” e pelo menos também dizer até quando vai ficar aquela restrição, porque a gente tem essa sensação. Agora nós estamos em um período ótimo, eu acho que a população ideal de Porto Alegre é a população que está hoje em Porto Alegre em temos de trânsito. Então, é para acompanhar a obra, no sentido de que ela realmente conclua no período previsto. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Darci. Na sequência nós temos o Conselheiro Hermes inscrito. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Na verdade, eu queria me solidarizar com os funcionários da casa, eu fiquei, não surpreso, mas fiquei triste quando eu cheguei aqui e vi aquele gerador lá embaixo. Não é por falta de aviso há muitos anos, não é culpa também deste governo. Eu acho que a última reforma pesada que foi feita no sistema de ar-condicionado e na central de energia da casa, foi lá por 94. Passaram-se vários governos, de vários partidos. E eu fico triste, porque a gente vê esse mero discurso de que se trata a prioridade dos funcionários, a prioridade do Plano Diretor, a prioridade do planejamento. A gente sabe que é um desrespeito aos funcionários, aos colegas e às pessoas que aqui têm vindo. E para completar, a minha indignação vai além, porque, recentemente, foi publicado no jornal, o Prefeito através de uma liminar foi suspensa a propaganda eleitoral que ele vem fazendo, diuturnamente, no rádio, na TV e outros meios de comunicação. O orçamento é de quase 35 milhões, aproximadamente, este ano e enquanto isso o nosso patrimônio público, porque isto aqui não deste governo ou de outro governo, não é de ninguém, é da cidade, o nosso patrimônio público fica nesse estado. Há pouco na nossa reunião técnica do grupo do Conselho, a gente estava discutindo onde a gente pode se reunir. Então, minha solidariedade, eu já passei, sei o quanto é difícil eu passar um dia inteiro aqui dentro sem ar condicionado e agora, para melhorar um pouquinho, tendo que subir 6 andares, descer 6 andares. E eu achei que o colega Cotta ia trazer uma notícia do governo, tipo: estamos reformando, investindo. Pena que não foi! Eu queria registrar essa indignação. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Na sequência a gente tem o Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa tarde. Inicialmente, desejo um bom ano para todos. Na verdade, eu quero fazer um registro e apoio ao Conselheiro Mark, que nas últimas reuniões vêm falando sobre os nossos pronunciamentos aqui no Conselho e não vem sendo ouvido pela coordenação do Conselho em termos de respostas do que a gente tem encaminhado. Então, quero parabenizar este Conselheiro e apoiar, porque eu acho que nós temos que ter coragem para falar aquilo que a gente vem aqui trazer em defesa das nossas regiões de planejamento. Ao mesmo tempo, falar que a gente comentou sobre a renovação do 4º Distrito, onde eu citei o Professor Beroni, da UFRGS, que se prontificou em vir aqui no Conselho falar sobre um que ele fez, levantamentos e estudos de viabilidade para revitalizar o 4º Distrito, mas até agora não tivemos uma resposta, Presidente, nem por conta da presença desse professor, desse estudioso na área, ao mesmo tempo da própria equipe de planejamento. Por último, queria deixar a sugestão das nossas reuniões, e queria o apoio dos colegas, para as reuniões não se prolongarem, pelo menos até março, considerando o calor que está fazendo na cidade e as péssimas condições do prédio, que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

no momento é uma questão de segurança, tem essas escadas para subir e descer. Eu acredito que isso não faz bem para que a gente possa vir com tranquilidade aqui. Então, quero deixar a minha sugestão que esse recesso se prolongue por mais algumas semanas. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. É importante, a gente tem condições de organizar isso, a questão o recesso, mas é importante vencer as pautas e consegue avançar rapidamente. Por isso é importante a gente vencer o período e ir para o período das pautas, aí a gente consegue enquanto coordenação organizar também a próxima reunião, para não ficar. Acabou que em função de que a gente não teve algumas reuniões anteriores, acumulou alguns processos. É importante que a gente vença e consiga reorganizar a questão dos prazos e recesso. Com relação aos retornos, eu já aproveito a oportunidade, torno a dizer o que já expliquei na outra oportunidade. É um Conselho democrático, no período de comunicações a gente da abertura para que os conselheiros se manifestem nos mais diversos assuntos que entendam como importante para compartilhar com o Conselho, com os demais colegas; mas aqui a gente tem uma pauta previamente estabelecida, a gente tem que trabalhar nessa pauta. Eu enquanto Presidente deste Conselho gostaria de ter todas as respostas que vocês demandam, das mais diversas secretarias, mas não está na minha alçada de competência, enquanto Secretário, enquanto Presidente do Conselho dar todas as respostas. E, naturalmente, a gente não vai ter a resposta, na medida do possível a gente pode contribuir na construção, na parceria, a gente constrói, tem a estrutura da Secretaria, mas não há uma obrigatoriedade da secretaria dar retorno para as demandas dos conselheiros que levantam no seu período de comunicações, porque elas são das mais diversas. Então, é nesse sentido que a gente deixa que o período de Comunicações seja de questionamentos, de debate e aprimoramento. A gente não vai ter todas as respostas, infelizmente, mas naquilo que a gente consegue ajudar, a gente ajuda e contribui. Na sequência a gente tem o Conselheiro Fonseca. José Romari Dutra da Fonseca (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos. Eu pedi espaço para o Felisberto para apresentar aqui uma demanda da comunidade do meu bairro, o Bairro Menino Deus. Eu estou estranhando que equipes de podas e cortes vêm fazendo um trabalho sem nenhuma orientação técnica, sem nenhum laudo de biólogos. Inclusive, com trabalhadores da COOTRAVIPA, chegando e dizendo: “Alguém ligou para o 156 e disse que tem que cortar esta árvore aqui”. Esse Flamboyant lindo, em floração, e não há poda em floração, não há poda em um verão senegalês como este de 40 graus. Tecnicamente, não é permitido fazer poda, muito menos cortar de forma radical árvore como essa que eu passei agora, um Umbu na Ipiranga, próximo a RBS. Simplesmente, deceparam o Umbu! E alguns de nós moradores, que frequentamos o grupo de amigos do bairro, fizemos uma caminhada pelo bairro, encontramos espécies de tamanho médio secas, precisando ser contadas e substituídas por outras. Encontramos uma árvore grande dentro do prédio do CET, que é na Gonçalves Dias, para quem conhece o CET, que é o centro de esportes do bairro, a árvore toda caída sobre a calçada da Gonçalves Dias, pronta para cair, seca, sequíssima, sem nenhum trabalho preventivo de corte. Indo adiante, na Botafogo, esquina com a Gonçalves Dias, um enorme galho de uma árvore muito antiga caiu e está até hoje lá com aquele marcador da EPTC para que os carros não batam nesse enorme galho que está sobre a pista. Isso é falta de poda preventiva. E essas radicais, e esses cortes estão chamando atenção, porque nesse caso do Flamboyant, a senhora que plantou esse Flamboyant, uma sexagenária, quando viu que iam cortar, desceu do prédio, chamou os vizinhos e não deixou cortar, expulsou os cortadores. Expulsou eles, está aqui registrado. Quer dizer, como é que uma estrutura de governo não consegue enxergar a rua da sua



gestão? Só enxerga a burocracia interna, só enxerga os problemas dos encaminhamentos ordinários, não ordinários de forma pejorativa, ordinários do dia a dia. Porto Alegre chegou a 40 graus de sensação térmica, onde é preciso criar corredores arborizados para que a gente consiga caminhar com 3, 4 graus a menos de temperatura. E seria muito importante, Secretário, se houvesse um laudo na mão de quem vai cortar atestando o porquê. Baixou aquele bichinho que faz o estrago na árvore, diz lá no laudo, que venha o biólogo junto dizendo que esse galho aqui vai cair e é preciso cortar, mas isso é poda preventiva, não é essa loucurada que tão fazendo na cidade. Eu digo da cidade, porque estão chegando mexendo informações de outros bairros, que está acontecendo exatamente a mesma coisa. Então, é preciso de uma ação urgente e isso tem a ver com questão ambiental, tem a ver com a questão da temperatura média da cidade, tem a ver com a captação de dióxido de monóxido de carbono na natureza, que dá uma limpada no nosso ar, mas parece que não há técnico na SMAMS para essa função. Gente, vamos cuidar das árvores e cuidar das árvores é cuidar da saúde pública, é cuidar da temperatura média da nossa cidade. (Sinalização de tempo esgotado). Não são 5 minutos? Desculpa! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** São três. Obrigado, Conselheiro. Aproveito para tentar complementar e explicar algumas questões. Hoje a questão das podas está a cargo da Secretaria de Serviços Urbanos, a Secretaria do Meio Ambiente dá a licença para essa terceirizada, que faz o serviço de poda. Realmente, estava há bastante tempo sem essas intervenções, a gente não tinha uma empresa terceirizada fazendo. Então, isso acaba que assustando um pouco, mas, naturalmente, é uma terceirizada e o município tem que acompanhar esses processos e ajustando ao longo da execução. Tem uma pessoa responsável, todas as podas têm autorização correspondente do poder público, se não tiver de fato são regulares. Eu soube dessa situação ali no Menino Deus, enfim, que o pessoal chamou até a polícia e aí com a polícia o órgão público mostrou a autorização e eles puderam fazer a intervenção, porque tinha um laudo correspondente. Então, empresa terceirizada só pode atuar se tiver esse lado do poder público. Está lá, eu fiz até o contato com o servidor da Secretaria de Serviços Urbanos, o técnico biólogo responsável por essas autorizações. É o município preocupado também com essa questão das intervenções. A gente, recentemente, também conseguiu um contrato de terceirização para plantio, coisa que nunca se teve também na história de Porto Alegre, com valor significativo para a gente fazer o plantio nos espaços públicos, nessa perspectiva de um novo olhar para a arborização urbana, um olhar mais integrado e pensando o plantio não de uma forma isolada, mas uma forma de integração com espaço público, um olhar diferenciado já a partir das copas, preocupado com essa questão ambiental, em se ter um retorno da cidade e devolver para Porto Alegre aquela característica que ela já teve como referência na arborização urbana. Então, a gente espera equilibrar um pouco com esse contrato do plantio que vai ser dar ao longo do ano, uma empresa capacitada e organizada já, que a gente denomina não plantio, mas de implementação que teve, se pensa também se aquele local suporta, se a infraestrutura permite, se a calçada deixa, se não tem problema no DEP, a rede do DMAE. O plantio de Porto Alegre se dava muito em função da compensação de empreendimentos, que teve supressão vegetal, não era muito organizado e planejado antecipadamente. Agora a espera ter um planejamento mais efetivo e conseguir arborizar a nossa cidade. Independente, tem uma responsabilidade técnica que avalia, eu não sou técnico dessa área, mas todo técnico responde por aquela responsabilidade, aquela autorização que deu. Na sequência a gente tem o Conselheiro Dinar inscrito. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Boa noite a todos. Secretário, mais ou menos tudo que o pessoal já falou aí, mas eu tenho que falar sobre



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

essas podas. Eu não consegui até hoje, e olha que eu estou há anos nessa batalha aí e não consegui entender a política da SMAMS sobre a poda e corte de árvores. O que acontece? Tem um condomínio no Bairro São João que está há anos tentando retirar uma árvore que está atrapalhando as pessoas, batem a cabeça ali, ela está toda torta, está rachando o muro, levanta a calçada, é perigoso para as pessoas tropeçarem na calçada. Não conseguem resolver! Eu já passei para todo mundo, falei com a Gabi, falei com o André, falei com o Furtado, fiz pelo 156, com todo mundo que eu podia falar, o que as pessoas me falam que eu posso falar para tentar resolver esse problema eu falo. Até hoje nem lá olhar a árvore foram. Agora, antes de subir para cá eu liguei para o pessoal lá. Se for alguém olhar a árvore pelo menos para dizer que não pode cortar essa árvore. Agora, e como cortaram estas árvores de dentro do pátio? Para mim não estava atrapalhando ninguém, era sobra para os carros e foram cortadas. Quem liberou? Na Cidade Baixa cortaram um monte de árvores ali. Alguém dá o laudo, a gente sabe que sem o laudo essas terceirizadas não cortam, mas a gente quer saber qual a política que estão dando para uns e não estão dando para outros. Sobre também a tramitação dos projetos, que para nós é muito demorado, tudo que é processo em Porto Alegre é um parto para ser liberado. Até gostaria, estou entrando agora no Plano Diretor, gostaria de saber por que demora tanto aqui. A (Inaudível) levou 45 dias para construir aquele prédio da estátua grande ali, 45 dias levaram para liberar projeto e tudo. Aqui em Porto Alegre a gente não consegue não consegue liberar nada, leva anos. E sobre o nosso prédio aqui, eu sei que tem os que defendem, tem o que é bom para mim, é ruim para ti, aquela coisa toda. Então, a gente tem que chegar a um denominador e resolver, porque não pode ficar esse tempo todo e a gente batendo nas questões e só falando. Este prédio, pelo que eu sei, praticamente está condenado. Este calor e só os ventiladores. Nós temos vários locais aí, que nós fazemos, na Prefeitura tem o 14º andar, tem um local que daria para fazer as reuniões. Na SMED tem um local também, com ar-condicionado, elevador. Eu sou um senhor de 60 anos aí, eu subo com a língua de fora esta escada aí, porque eu não uso esses elevadores. Então, era isso aí por hoje. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Dinar. Na sequência a gente tem o Conselheiro Paulo Jorge inscrito. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa tarde, pessoal. Bom final do ano que passou, que 2020 seja melhor e de muita saúde, que as nossas reuniões sejam proveitosas. Presidente, primeiro registro, eu gostaria de propor troca de local para as reuniões, porque o pessoal já falou lá embaixo que vai ter prazo para ter elevador. Então, acho que é uma situação, é 6º andar, elevador, é complicado. Tem muitos locais aí para fazer a reunião do Conselho. Segundo ponto que quero colocar seria fazer o nosso cronograma de 2020 para as nossas reuniões aqui. Por exemplo, fazer um cronograma do que nós vamos discutir aqui dentro, ver as pautas para poder chamar as secretarias para discutir aqui dentro. Ano passado pedimos várias secretarias e não veio nenhuma. Então, tem secretarias que são obrigadas a virem neste Conselho para falar sobre as demandas que partem deste Conselho. A EPTC tem que vir aqui falar, a parte das ciclovias tem que vir aqui. O nosso Conselho atua em toda cidade. Ano passado não veio ninguém dar explicação aqui, foram vários pedidos, mas não veio nada, não houve retorno. Outra coisa, meu Presidente, eu sei que aqui não é balcão de reclamação, porque as coisas vêm para o Conselho, não tem que obrigação de responder, mas ainda precisamos trabalhar em cima da regularização fundiária, sobre o Plano Diretor e discutir. Aí eu vou contra o Felisberto, não quero discutir, mas o manifesto da cidade que nós queremos, também é preciso discutir com os bairros pobres lá das vilas que precisam discutir isso aqui, que é o bairro que nós queremos. Temos vários arquitetos, engenheiros, entidades, mas lá na favela não



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

se discute a favela. Então, vai continuar a mesma coisa, muda a política de governo, mas o problema social vai continuar o mesmo. As creches abandonadas pelos cantos, as ONGs sendo desmanteladas pelo governo, as vilas populares atiradas. Ano passado eu pedi que o Conselho fosse à rua e o Conselho não foi para a rua. Então, eu saio este ano do Conselho. Quem é presidente de vila, porque aqui não tem presidente de bairro, só tem eu e o Adroaldo, só... E a Lomba. (Sinalização de tempo esgotado). Vocês imaginem chegar na comunidade da Grande Cruzeiro e vir umas 30 pessoas só meio da sujeira, da merda, da bosta, de noite da sua casa e o pessoal vir atacar. E aí só tem o DRIP, que não faz nada na região. (Sinalização de tempo esgotado). Então, isso é uma coisa que eu gostaria de deixar bem claro aqui, que o Conselho tem ir ver a situação dos bairros, meu Presidente. Quer dizer, o senhor quer construir o Plano Diretor? Tem que conhecer a Cidade de Porto Alegre, tem que ir lá no meio da situação. Não adianta fazer uma cidade bonita para a UFRGS, para a PUC, para o governo e não conhecer o bairro que está lá atrás. Obrigado! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Agora a gente tem inscrito o Conselheiro Emílio. Eu peço desculpas a nossa Conselheira Maristela, que pediu a inscrição, mas como a gente havia combinado que nós faríamos previamente, em função do tempo... (Manifestação fora do microfone). Desculpa, Conselheira. Eu peço desculpas pela falta de estrutura, eu só estou seguindo uma lógica que a gente pode rever, a gente combinou que o horário fosse cumprido, que a gente fizesse as inscrições anteriormente, até para evitar essa coisa. Então, a gente inscreve antecipadamente, porque se deixamos livre um fala um ponto de vista, o outro pede inscrição e a gente não sai do período de Comunicação porque ficam debatendo. Então, é nessa perspectiva da gente fechar os horários, por isso que a gente trocou do horário da tarde para o horário da noite. Então, nesse sentido que eu venho insistindo que seja de uma forma antecipada. Então, eu peço a sua compreensão, peço desculpas pela falta de estrutura e lhe oportunizo a palavra depois. Poderia ser? Então, a gente vai fazer o avanço do debate, só para seguir essa regra para todos, porque eu não consigo excepcionalizar. Obrigado. Conselheiro Emílio. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Boa tarde. Em princípio eu iria ceder meus 3 minutos para a conselheira, mas já que a presidência, gentilmente, manifestou que pode se manifestar ao final, restou meu tempo. Eu acredito que a senhora teria muito mais coisas a dizer neste momento. Quero iniciar esta fala, Presidente, manifestando nossos desejos enquanto CAU, de um bom ano de 2020 para cada conselheiro presente das entidades. Realmente, que neste ano a gente possa edificar em projetos concretos, em estudos concretos para avançar em uma cidade que a gente está querendo em todo o sentido. Manifesto aqui o espírito colaborativo que sempre manifestou o CAU. Nesse sentido, de poder trabalhar em conjunto e poder construir algo em conjunto. Basicamente, é a minha manifestação, mas como ainda tenho tempo, sobre o que manifestou o Felisberto em relação ao Atua POA, previamente com a Patrícia já havíamos e discutindo de estender esse núcleo, esse grupo de trabalho construtivo para maiores entidades, PUC, UNISINOS. E eu diria que deveria ser considerado pela densidade de entidades que se manifestam nesse momento, 80 representativos de toda a Cidade de Porto Alegre. Portanto, uma das primeiras coisas que eu queria era que pudesse ser incluído em seu devido momento, poder ser convidados a participar desse grupo construtivo. Finalmente, eu acredito que Patrícia poderá explicar vários questionamentos em relação a esse convênio, que precisa de maiores detalhes e para o esclarecimento de cada um dos conselheiros. Finalmente, em relação às podas, eu não me manifesto como conselheiro, mas sim como morador do Menino Deus. Realmente, o que estão fazendo não é arborizar, o que estão fazendo não são podas de árvores, o que



estão fazendo é tirar completamente as que existem neste momento. E não são só 3 ou 5 graus a menos, são entre 7 e 10 graus a menos, podendo caminhar embaixo da sobra, de uma árvore bem plantada. Então, senhores, eu acredito que esse corte de árvores, essa poda de galhos, não é em função de um potencial perigo contra a saúde das pessoas e sim muito em função de não incomodar, e tome nota, Senhor Presidente, dos cabos e das empresas elétricas e dos cabos de telefônicas, também em função de não estar caindo. Então, acredito que deveria colocar uma nota específica para que se qualifique essa poda viária. Agradeço à participação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado Conselheiro. Nós lá da SMAMS viemos trabalhando em diretrizes a questão das podas, orientando a política pública, a gente vem trabalhando sim, até face esses conflitos que vêm se levantando e dúvidas que possa haver nesse serviço. A gente tem conhecimento que de fato as intervenções que estão sendo feitas têm uma responsabilidade técnica correspondente. Então, sempre o meu olhar seja diferente daquele, enfim, mas tem uma responsabilidade técnica. De qualquer sorte, pensando nessa política, integrado com a questão do plantio que a gente vem trabalhando, a gente vem estruturando aí diretrizes para aprimorar o processo de poda dessa empresa terceirizada. Na sequência a gente tem inscrita a Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Primeiramente, eu queria, então, desejar a todos uma boa entrada de ano, que este ano seja muito produtivo para todos nós, que a gente possa, efetivamente, dialogar aqui, porque acho que a questão não é discutir e sim dialogar. Eu parto do primeiro princípio, assim, que hoje até se falou muito que o Plano Diretor não se monitora, não se fiscaliza. Então, como é que nós podemos começar um ano se a gente não avalia o ano que passou? Quantos processos nós tivermos? Onde esses projetos estavam localizados? Quantos processos nós temos pendentes? Quais foram os requerimentos que deveriam sim ter sido respondidos pela Secretaria, que foram efetuados aqui e não foram respondidos? Quantas propostas nós fizemos e que não foram cumpridas? E uma delas nós citávamos hoje à tarde, que era, foi feito um planejamento que se teria a cada 15 dias uma discussão para o Plano Diretor. Quantas aconteceram, efetivamente? Então, como é que nós podemos avançar se nós não avaliamos? Então, a minha proposta é no sentido de que a gente faça uma sessão, exatamente, trazendo os dados do ano passado e fazendo uma avaliação, até para pensar se essa imposição, Germano, porque é uma imposição de não ter uma inscrição depois, porque não foi deliberada essa inscrição, se isso está adequado, se nós vamos revisar ou não. A todo momento nós dizemos: “Ah, podemos realizar isso a qualquer tempo”. Tá, mas quando? As revisões que a gente propõe e que a gente pede nunca acontecem. Tá? E outra questão que eu gostaria de colocar, assim, que nós pulamos um item na pauta, que é o item da pauta, que parece tão desimportante, né. Então, nós temos aqui uma sequência de atas que elas não vieram, foi colocado que teria sido aberto um processo SEI para ser feito um aditivo, mas que esse ativo não teria sido autorizado. Dinheiro parece que não falta, né, porque transparência e publicidade tem dinheiro, não vamos esquecer que a publicidade é também uma forma de dar transparência aos atos do governo. E a publicação das atas é necessária à sociedade. Então, há quanto tempo nós temos uma lacuna de atas aqui que já feriu o princípio da continuidade. Nesse sentido ainda desse ponto eu queria perguntar se foi feito o empenho e se está tudo ok para o próximo ano, porque eu vi um e-mail que a taquígrafa perguntava se estaria tudo ok. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Sempre nos forçando a aprimorar o processo. Não há problema com a crítica, a gente sempre constrói e agrega. De fato, na sequência gente votar a ata, passamos,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

500 pulamos essa etapa, mas não é um problema a gente retornar. E eu sugiro a gente colocar
501 em pauta na próxima reunião a opção dos conselheiros em a gente permanecer com o
502 horário da tarde, o horário de expediente ou fazer essa proposta de mudança que a gente,
503 imagino que estivesse combinado em trazer para às 18 horas, como a gente está fazendo
504 as reuniões. No entanto, se ter as inscrições prévias, ter os 3 minutos de comunicação, que
505 foram as mudanças que a gente fez a partir do meu ingresso aqui no Conselho. A gente
506 tirou do horário da tarde e trouxe para a noite. Então, a gente coloca em votação se há
507 interesse dos conselheiros em trazer para o horário da tarde e a gente deixar o período de
508 Comunicações livres para 5 minutos, como era anteriormente, que todos se inscrevam a
509 qualquer momento, aí a gente traz para o período da tarde. Então, a gente coloca em
510 votação na próxima reunião e aí fica uma deliberação do Conselho. **Claudete Aires Simas**
511 **(Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A proposta é que a
512 gente faça uma avaliação da nossa atuação. Uma avaliação coordenação um todo, até da
513 nossa pauta. O que é a nossa pauta? **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
514 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não, perfeito. A gente
515 pode colocar também pauta deste Conselho esse debate para que a gente possa avançar
516 e aproveitar o início. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos**
517 **Humanos - ACESSO CDH:** Quantos processos nós tivemos... **Germano Bremm,**
518 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
519 Sem dúvida a gente vai ter dificuldade, porque isso não está estruturado dentro da
520 Prefeitura, esses indicadores, é um dos produtos do nosso Plano Diretor, é justamente a
521 gente organizar e ter em um sistema qualificado esses dados, para gente não chegar
522 nesses momentos de revisão e não conseguir localizar, não ter todos esses dados. Alguns
523 dados a gente tem, no entanto, isso que a senhora busca é o que eu busco também, né, a
524 gente ter dados para gerar indicadores. Então, o município de fato não tem todos esses
525 dados para gerar esses indicadores e a gente tem que, a partir de que a gente tem
526 conhecimento que isso não está totalmente disponível, a gente trabalhar em sistemas, em
527 formatos para a gente aprimorar e a gente conseguir avançar e aproveitar esse recurso, a
528 revisão do plano, apoio, suporte, sistema, para gente viabilizar os dados. Na sequência a
529 gente tem o conselheiro Gomes, o último inscrito. (Manifestação fora do microfone). Foi
530 riscado aqui, é o Conselheiro Jorge. **Jorge Diogo de Jesus (2º Suplente), Associação**
531 **Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Secretário, o que me
532 impressiona é o Prefeito Marchezan Júnior! O Júnior é espetacular! Ele consegue dizer que
533 não tem dinheiro, faz uma propaganda violenta no jornal, gasta 34 milhões. E aí bota:
534 “Porto Alegre para frente”. Eu não acredito que uma cidade vá para frente com o
535 desemprego na construção civil como nós temos tipo em Porto Alegre. Não se consegue
536 aprovar um projeto. o Secretário Cidade assumiu e conseguiu uma coisa inédita, piorou ao
537 invés de melhorar. Temos uma cidade que é Porto Alegre para a gente. Como eu sou
538 Conselheiro da Lomba do Pinheiro, a Lomba do Pinheiro agradece ao Júnior o Natal é que
539 ele deu ao pessoal da Lomba do Pinheiro. Com esse calor terrível, os operários da
540 construção civil desempregados, não tiveram nem água em casa para dar para os filhos.
541 Isso se chama administrar Porto Alegre. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e**
542 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado,
543 Conselheiro. Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**
544 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, eu queria registro uma atividade
545 que a Região de Planejamento fez, dando sequência à discussão da revisão do Plano
546 Diretor. Nós naquela oficina que fizemos na Região 06, nós combinamos com a
547 Coordenação de Planejamento Urbano da Secretaria, de fazermos visitas a alguns locais
548 onde se desenvolvia algum tipo de fenômeno e tal, da importância para ser considerado



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

revisão do Plano Diretor. Aí sugeri fazer um passeio de barco para conhecer a Vila dos Pescadores, que é uma vila importante no sentido de fazer a regularização fundiária dela. E realizamos esse passeio no dia 21/12 com os técnicos da Coordenação de Planejamento, com os arquitetos. Aproveitamos para fazer um pouco mais longo, mostrando parte da orla do Guaíba e demos um brinde aos arquitetos da Prefeitura, levando eles para conhecer a Ilha do Presídio, a Ilha das Pedras Brancas, a Ilha da Pólvora. E foi um aperitivo, não é, Patrícia? Porque a partir dessa visita que a gente fez, não conseguimos levar o Secretário, muito ocupado, mas a próxima que nós queremos fazer, inclusive, incluir outras regiões, a Região 01, principalmente, talvez a 08, para pegar todas as regiões que têm interferência ali na orla do Guaíba. Um passeio de barco, um barco maior, porque o que eu conheci era um veleiro pequeno, era para 10 pessoas. Então, conseguir um veleiro maior, um barco maior para umas 20 pessoas e fazer toda a orla, pegar várias horas, assim, tipo umas 4 horas no mínimo para mostrar a importância que é toda essa nossa costa e a baixíssima ocupação que se tem hoje, pelo incentivo à indústria, no sentido ao próprio usufruto da população de Porto Alegre dessa costa maravilhosa que a gente tem. Sempre se fala: “Ah, vamos para devolver (Inaudível) ao porto-alegrense”. E como houve algumas evoluções importantíssimas, porque o que mudou com esse projeto da orla ali, que traz gente de fora de Porto Alegre, pessoas inclusive do exterior, que a gente tem oportunidade de conviver, dá um passeio ali, a pessoa se desloca para qualquer lugar do mundo. Porto Alegre tem uma intervenção urbana com a qualidade que tem, apesar de algumas pessoas não acharem isso. Então, pelo tempo deixamos os outros comentários para uma outra hora, para outra reunião. Obrigado, Conselheiros. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Bem lembrado, excelente visita, importante oportunidade de interação dos técnicos do município com a comunidade. O pessoal ficou muito encantado com a oportunidade de junto com a região conhecer esses locais. Muito produtiva e é de se salientar e destacar a importância do papel do Conselheiro. Na sequência a gente vota a ata, que acabamos passando. (Manifestação fora do microfone). Eu iria deixar a Conselheira Maristela por último, mas enquanto a gente não deliberar sobre essa questão, vamos abrir a excepcionalidade para a Conselheira Maristela e depois a gente vai na nossa pauta. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Agradeço a gentileza e a concordância dos nobres pares. E quero dar sequência à fala, sobre a manifestação desse fato do Natal na Lomba do Pinheiro, mas quero deixar que isso aqui não é um círculo de psiquiatria ou de terapia, onde nós viemos aqui chorar as migalhas da cidade ou os problemas da nossa região. Eu considero um local sério, um conselho de pessoas eleitas, de um Secretário que está sentado junto conosco aqui. E que o nosso nobre colega sempre relata em relação a isso, porque quando a gente fala, por exemplo, de EPTC, eu pelo menos falo no sentido daquilo que as obras que aqui são aprovadas trazem consequências lá. Por isso que eu achei estranho quando nós não temos um relato e nem uma marcação para ver os problemas que nós temos lá. Vejam bem, senhoras e senhores, 40 mil litros de água para abastecer o lagozinho do Parcão, deve ser para os patos, né, deve ter muito pato por lá. E os patos, na verdade, somos nós, né. Então, isso tem que ficar claro. Também 40 mil litros de água, enquanto que, levados por conselheiros, por sinal muito amigos do governo, né, 8 mil litros com grande publicidade lá na região, como o salvador da pátria. Veja, é o milagre de Cristo, né! Então, isso acontece. Bom, eu como sou italiana libanesa, tenho a minha visão espiritual sobre isso, tenho também minha discordância, né. Então, não é uma ironia, é um fato, não é uma ironia, senhores! É grave, isso não é brincadeira! Eu posso falar ironicamente, mas dentro do conteúdo que eu estou trazendo aqui não tem uma ironia, não tem absolutamente nada que não esteja no mérito



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

de algo muito sério. Então, por favor. Outro detalhe é sobre a questão das pautas, né. Eu sinto, assim, tanto da parte do governo, que abre precedente para que também os conselheiros tenham posturas também muito parecidas, não pela mesma forma, pelo mesmo objetivo, mas abre um leque para isso, né. Na medida em que temos um retorno, temos aqui várias pautas que nós temos interesse na cidade, e quem conhece sabe que realmente são interesses sérios que nós temos para tocar aqui de pautas e que as coisas não estão andando, por favor ou por ser contra. Então, não é essa a questão que me traz essa vontade de trazer esse assunto aqui, né. E por último, Senhor Secretário e Presidente da mesa, eu tenho um problema sério que nós temos que analisar para o futuro. Por exemplo, lá na questão do *jetom* na nossa região, eu não uso pessoalmente os *jetons*, mas nós sempre doamos para uma entidade, porque é pouco. Não que eu não precisasse, mas só uma questão conceitual nossa da forma que a gente faz, mas não acho justo. Só para terminar, acho que deveria ter aumento do *jetom*, porque a maioria dos conselheiros das comunidades são muito pobres, tem que manter a sua vinda aqui e não tem que dobrar espinha para ninguém, né. Então, temos que levar isso em consideração, não tem que ficar pedindo daqui a pouco para entidades deste fórum algum favor para poder vir até aqui, isso é muito ruim. Eu, por exemplo, perde tempo quem pensa algo em relação a isso, né. Então, dizer que estou muito feliz de reiniciarmos este ano, não sei ainda como é que vai ser a questão eleitoral, se já estão desenhadas essas questões, porque na região nós não costumamos repetir os conselheiros, mas com certeza vai vir alguém bem mais radical do que eu, eu fico feliz quando dizem que tem pessoas mais radicais que eu lá na comunidade. Alguns até dizem que quando a gente é assim é porque quer algo a mais. Eu já fui chamada até de propineira, viu? (Risos). Então, é algo impressionante. Obrigada, Secretário, pela consideração. Essa questão de fato da água nos deixa absolutamente nervosos. O senhor sabe, Secretário, depois vou mandar para o seu celular, tem um vereador do governo, da base do governo, que faz o seguinte, lá no CRIP, não precisa mais de 156, ele junta todinhas as ações, ignora o movimento organizado... (Sinalização de tempo esgotado). Ignora e depois publiciza com os queridos dele da região para desconstituir a organização popular. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Conselheira Maristela. **2. VOTAÇÃO DA ATA 2826/2019.** A gente passa a votar a nossa ata. A Ata nº 2826/2019. Votos favoráveis à aprovação da ata, por favor. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Presidente, só uma Questão de Ordem bem breve antes da nossa votação da ata. Essa Ata 2826, que nós vamos submeter agora à votação, eu estive fazendo, como tenho feito nas últimas sessões, visualizei a ata e só li ela na tela. Então, eu não tenho todos os detalhes na minha memória, mas essa data decidiu uma discussão que nós fizemos sobre o conjunto de atas que não foram escritas e não foram produzidas. E a decisão que o plenário tomou foi de que essas datas seriam publicadas de forma resumida, isso consta dessa ata, é importante nós deixarmos isso registrado, que essas atas todas que ficaram, são 8 ou 9 atas... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** São 7 atas. E a gente já pode responder. **Gabrielle Aquino, Secretária Executiva do CMDUA:** Quem está formalizando as atas sou eu, quem está redigindo sou eu. Leva tempo, tá. É muito tempo escutando. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Tá, então, tu estás seguindo. Ótimo, isso é importante. E a outra decisão tomada, que está registrada nesta ata, é de que os conselheiros aqui na reunião decidiram convidar o Secretário Cidade para que viesse ao Conselho conversar conosco. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

E já foi realizado o convite. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Então, maravilha, serviu a nossa conversa. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Então, votos favoráveis a nossa ata? (Contagem de votos = 15 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenção? (Contagem de abstenções = 08 abstenções). **APROVADA A ATA 2826/2019. 4. ORDEM DO DIA.** Na sequência, o 4.1 (19.0.000040017-6 – José Frison) a gente não teve retorno ainda. O 4.2 (002.337333.00.1 – Evaldi Wiebush Muller) também não retornou. O 4.3 (002.286448.00.7 – Inovar Participações) também não. O 4.04 a gente tem um relato do Conselheiro Hermes da SAERGS. Está em diligência? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, eu quero fazer uma observação e solicitação de encaminhamento, que é o seguinte, nós estamos com esses cinco processos primeiro aguardando retorno de diligência. Nós temos tido problema com uma área que está levando muito tempo para nos dar o retorno do processo, que aí eu solicitaria ao Senhor que pensasse em uma maneira de fazer um contato com a secretaria responsável, que eu não sei qual é, que é responsável pelo Arquivo Municipal. Então, os processos estão demorando por demais, prejudicando o relato dos relatores e vista e tal. Eu acho que precisa de uma medida mais oficial de governo em relação a essa a secretaria responsável por esse processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro. A gente vai interagir sim com o Arquivo. É a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, imagino que seja expediente único. É no Arquivo, enfim, mas a gente verifica. O item 4.6 da pauta... (Manifestação fora do microfone). Ah, vai ter o relato? Então, o 4.05, a ACESSO, por favor, o relato de vista. **Expediente: 19.0.000067334-2. Interessado: ADRIANO FRIGO LUZ. Assunto: desgravame, ajuste de traçado de diretriz viária do PDDUA. Local: Rua Senhor do Bom Fim, 671 – Bairro Sarandi. Relator: RGP. 06. Prazo para relatório: em 08/10/2019. Relatório favorável em 08/10/2019. Pedido de vista à ACESSO e RGP. 03 com prazo para relato em 22/10/2019. Prazo prorrogado para 29/10/2019. Parecer favorável da RGP. 03. ACESSO solicita ter acesso aos expedientes mencionados no processo em discussão – aguardando arquivo municipal (dois dos processos já foram disponibilizados). Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:****PARECER DE VISTA:** Requerente: Arquiteta Miran Battastini (Adriano Frigo Luiz). Objeto: URBANISMO - Alterações no Gravame do PDDUA. Nº EXPEDIENTE: 19.0.000067334-2. Trata o presente expediente de pedido de desgravame da Diretriz 3136, assinado pela arquiteta Miran Battastini, em nome de Adriano Frigo Luiz, referente ao gravame localizado sobre na Rua Senhor do Bom fim, 671, Sarandi, Porto Alegre. O objetivo consoante manifestação da signatária do pedido é que o proprietário não venha a ter mais um prejuízo em sua área (doc. 7024641), referindo-se ao fato de já existir uma faixa não edificável sobre o bem em questão, visto que referido gravames iriam em prejuízo do imóvel”. Então, é um gravame que passa em cima de um imóvel, esse proprietário quer retirar o gravame do imóvel dele e quer que esse imóvel vá para o imóvel vizinho, que é um imóvel da Prefeitura. (Segue leitura): “Conforme matrícula 14.017 da 6ª zona de Registro de Imóveis, datada de 18 de setembro de 2017, acostada ao expediente, segundo o R-6 respectivo imóvel seria de propriedade da empresa LUMEN – ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. Embora o pedido aqui eu tenha como Adriano Frigo Luz”. (Segue leitura): “Nos autos do procedimento administrativo temos que a técnica Marina Bergamachi Teixeira solicitou a UAIU/SMAMS pesquisa de origem da Diretriz 3136, que assentou (doc 7267711): ‘... a origem da Diretriz 3136 é a Resolução 2205/06. De acordo com documento anexo 1, a Diretriz teve um estudo de alteração da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

686 *localização de seu gravame, porém, não foram encontradas informações que subsidiassem*
687 *essa pesquisa, para entender porque foi alterado o gravame de tal logradouro (conforme*
688 *DM apresentada) e depois retomado o gravame original conforme Resolução 2205/06'. Ou*
689 *seja, isso que está sendo proposto foi feito no passado, voltou a ser original e agora está*
690 *querendo ser feito de novo. Não sabemos processo foi desfeito". (Segue leitura): "Foi*
691 *solicitado junto ao Protocolo, através do SEI 19.0.000059487-6, o expediente*
692 *002.317146.00.9, que poderia conter mais informações sobre o caso, porém mais de 15*
693 *dias passaram, várias tentativas de contato foram feitas, e não recebemos qualquer indício*
694 *de que o processo seria encaminhado. Dessa forma concluímos a Pesquisa de Origem*
695 *dessa forma". Então, é um problema não só do Conselho, é um problema que parece ser*
696 *de todas as secretarias ter acesso aos processos. (Segue leitura): "Efetuiu ainda, a*
697 *técnica, pesquisa junto à Gestão do Patrimônio Imobiliário do município a respeito dos*
698 *imóveis adjacentes, localizados no Beco José Paris nº 225 e 235, restando disposto que os*
699 *mesmos "permanecem como próprios municipais, sendo que o nº 225 tem Termo de*
700 *Permissão de Uso para uma Empresa e o nº 235 tem Termo de Cessão de Uso para o*
701 *Grupo Hospital Conceição" (doc. 7506942). Apresentada proposta de Resolução para*
702 *alteração do gravame viário da Diretriz 3.136 a Justificativa dispõe: 'A demanda tem origem*
703 *na solicitação de desgravame viário da Diretriz 3136 vinculado ao imóvel localizado na Rua*
704 *Senhor do Bom Fim, nº 671, Bairro Sarandi. Conforme arrazoadado anexado pela*
705 *Responsável Técnica o imóvel é atingido por recuo viário da Diretriz Av. Major Dionísio*
706 *Dorneles e por uma área não edificável relativa a uma Rede de Alta Tensão da CEEE,*
707 *incidindo ainda sobre a área a Diretriz 3136, que atinge edificações existentes no local'.*
708 *Entendemos que a manutenção da Diretriz 3136 é importante para a estruturação do*
709 *quartirão através de uma melhor configuração do tecido urbano e da malha viária do*
710 *entorno, contudo é possível compatibilizar a localização do gravame viário de modo a*
711 *minimizar as interferências no ambiente urbano local. Desta forma, deslocamos a Diretriz*
712 *3136, cerca de 89 metros ao norte passando sobre um próprio municipal, de forma a*
713 *minimizar o custo com desapropriações pelo Município e a preservar as edificações*
714 *existentes no imóvel privado'. Essa é a justificativa para a gente fazer essa alteração".*
715 *(Segue leitura): "No caso in comento, primeiro há de se dispor que não se verifica a*
716 *legitimidade dos requerentes para fins de andamento e formalização do pedido efetuado,*
717 *eis que ausente apresentação dos atos constitutivos da empresa proprietária, bem como*
718 *ausente qualquer documento hábil que autorize a técnica signatária responsável a fazê-lo.*
719 *Como temos manifestado, neste plenário, não se trata de questionar a idoneidade de quem*
720 *postula, contudo, ao poder público não cabe abrir etapas/requerimentos sem a devida*
721 *observância ao princípio da legalidade e da isonomia. Depois, se existente tal*
722 *documentação, em outro expediente, deveria ela também estar acostada no expediente ora*
723 *analisado. E, acaso haja outro expediente correlacionado, com tal documentação, este*
724 *deveria também ter sido disponibilizado para vista ao Conselho. Segundo, a alteração ora*
725 *proposta não pode ser analisada de forma simplória, sem fundamentação/motivação,*
726 *devendo ainda estar respaldada no interesse público. Asseverar que não trará prejuízos a*
727 *municipalidade ou que haverá economia em desapropriação são argumentos genéricos*
728 *desprovidos de fundamentação. Qual o valor do imóvel municipal a ser gravado? Quais os*
729 *efeitos econômicos e sociais as concessões hoje existentes?" Lembrando que uma é do*
730 *Hospital Conceição. (Segue leitura): "Qual o custo da desapropriação? Quanto vale a área*
731 *gravada? Quais os impactos a estruturação urbana viária decorrente a alteração proposta?*
732 *O órgão de trânsito responsável foi ouvido? Além disso, veja-se que a Justificativa*
733 *apresentada se limita a invocar manifestação pretérita, datada do ano de 2007 (doc*
734 *7267711) sob o mesmo argumento: de que estaria sendo minimizado o custo com*



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

desapropriações e o prejuízo às edificações do local, as quais destaque-se tratam-se de construções irregulares, sem autorização pelos que se depreende da documentação apresentada. Veja-se, portanto, que no passado esta mesma alteração fora objeto de estudo, mas que não prosperou retomando-se/mantendo-se o traçado original (diretriz 3.136) por quais motivos não se sabe”. Porque os autos nós estão claros e a própria técnica que fez a pesquisa disse que não sabe por que isso aconteceu. (Segue leitura): “Todavia, tirar da ‘gaveta’ parte de um estudo/argumento, vencido e ultrapassado no tempo, não pode prosperar, sendo insuficiente, repise-se, a fundamentação genérica de mera alusão à economia com desapropriação”. Visto que não tem nenhuma informação sobre esses bens, como eu questionei acima. (Segue leitura): “A exigência do fundamento de motivação do ato administrativo resguarda o princípio da transparência da administração pública, que deriva do princípio da publicidade, cuja base mediata é o princípio da indisponibilidade do interesse público. Assim, para atender ao interesse público/coletivo, bem como proteger os direitos dos particulares/individuais deve ser aplicado o princípio da motivação dos atos administrativos. De modo que por todo o exposto, IMPÕE-SE o indeferimento da alteração requerida seja por falta de estudos técnicos e/ou fundamentação para formulação da alteração do gravame viário proposto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A sua conclusão? Pelo INDEFERIMENTO. A Conselheira Gisele recorda esse processo? Poderia nos fazer um esclarecimento. Abrimos para debate antes de deliberar? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O relato foi feito ainda em 08/10/2019 e a abordagem é realmente muito simples, em que trata-se de fazer uma acomodação do desenho urbano para viabilizar uma diretriz, que além dela prejudicar uma empresa que tem lá, uma atividade que tem lá, que a partir do momento que retira a diretriz dali vai poder ser regularizada. Ela não traz problema nenhum para a mobilidade, pelo contrário, ela fica mais próximo a um trevo que nós temos lá. E o aspecto de usar um próprio municipal facilita a implantação, visto que as desapropriações são pagas, as desapropriações são onerosas. Eu quero lembrar, Laura, a manifestação que teve aqui a comunidade, o Paulista veio aqui, foi muito veemente em sua manifestação, da importância que se elimine esse beco que tem lá, que hoje é um beco tomado pelo tráfico, tomado por uma série de coisas, é uma região perigosa para a cidade. Então, nós temos uma situação que para mim é muito simples. Nós fizemos uma reacomodação de uma diretriz, não existe problema nenhum para a cidade, pelo contrário, resolve algumas questões para os moradores locais, que estavam prestes a virem para cá para saber porque de tamanha demora de uma demanda relativamente simples. É uma acomodação urbana plenamente exequível com essa nova configuração. Por esses argumentos, Presidente, que o relator é favor à demanda. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Obrigado, Conselheiro. Eu vou pedir para a Conselheira Gisele nos ajudar um pouquinho aqui, porque de fato a alteração de traçado de gravar é um procedimento simples. A incidência de um traçado viário de um gravame é uma limitação administrativa, o município tem que desapropriar. Então, Sempre que há uma solicitação de revisão de traçado, dentro do nosso procedimento que a gente faz a avaliação do custo-benefício, se tem recurso para desapropriar e aí se encaminha em função do ditame estabelecido no Plano Diretor, que o Conselho tem que aprovar, a gente fazer esse encaminhamento. De uma forma geral, falando de alteração de gravame é um procedimento simples. A Conselheira Gisele tem um pouco mais de conhecimento nesse tema específico. **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Então, só para completar o que o colega Conselheiro Gomes colocou, nós estamos falando, na



verdade, desse trechinho aqui, que como bem colocou a técnica Marina dentro do processo, realmente, isso aqui não causa nenhum tipo de prejuízo à estruturação viária proposta, que é essa aqui, que é muito maior do que apenas essa ligação dessa rua com o Beco José Paris. É esse trecho. Esse é o atual, a proposta está aqui, feito um deslocamento. Nós estamos falando é de uma medida ali bem modesta frente à estruturação que está apresentada ali, uma via como foi colocado também pela conselheira, por aqui é uma linha de transmissão, que também é outra... (Manifestação fora do microfone). Desculpa, Rafael, aqui? O que existe no plano, como vocês bem sabem, é uma medida máxima de face de quarteirão. Então, devido a essas medidas são feitas as passagens, passagens de pedestres. Elas visam dar, na verdade, mobilidade mais para o pedestre do que para o automóvel, com um gabarito bem reduzido. Eu não vejo nenhum prejuízo nesse deslocamento, tecnicamente. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A conselheira podia esclarecer por que essa alteração foi efetuada e depois retornada para a diretriz de origem? **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Não, não tenho como te falar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Obrigado, Conselheira, pelo esclarecimento. Então, a gente tem o parecer favorável do relator, colocamos em votação. (Manifestação fora do microfone). Ah, o Conselheiro Felisberto quer falar. Desculpa, o Conselheiro Darci e Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu só gostaria de esclarecer se esse gravame inviabiliza o terreno? Não existe a possibilidade de permuta de alguma coisa assim? E o dono do terreno poder utilizar o terreno, não dá, né? **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Foi o que a Conselheira Claudete comentou, que o terreno em questão é atingido por duas limitações administrativas, uma é a linha alta tensão e a outra seria esse gravame. (Manifestação fora do microfone). É área não edificável. (Manifestação fora do microfone). Como assim vai ter que desapropriar? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu tenho uma dúvida técnica. Esse terreno cedido para o hospital não está sendo utilizado e uma dúvida da legalidade. Eu tenho uma solicitação que ainda está pendente neste Conselho de um parecer da PGM sobre a nossa responsabilidade enquanto conselheiros na votação. A conselheira está nos indicando e já me passou um processo no qual eu fui relator, que teve que parar porque quem estava solicitando não tinha legalidade para solicitar, e o processo tramitou nessa prefeitura, chegou até este conselho por alguém que não tinha autoridade para fazer a requisição. Então, a Conselheira Claudete está levantando que quem solicitou não tem poderes legais para solicitar, se não tem não deveria nem estar tramitando aqui neste Conselho este processo. Poderia voltar para o requerente para que legalize, mas nós não temos condições de votar um processo que quem pediu não tem autoridade legal para pedir. A Procuradoria tem alguma ideia de quando ele vai dar o parecer sobre a responsabilidade dos conselheiros aqui? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu sugiro encaminhar o parecer que foi dado pela procuradoria e homologado com relação, não sei se é esse o ponto levantado, mas algo em relação ao solo criado. Isso no ano de 2016, se eu não me engano, teve um tratamento do que é, quais são as competências deste Conselho, um parecer que, inclusive, foi publicado no site da Procuradoria, de orientação do alcance do poder do Conselho, enfim, da Dra. Andreia Visotto na oportunidade, que sugiro compartilhar, que é uma orientação de qual é o alcance deste Conselho, independente da Procuradoria manifestar novo parecer. A Conselheira Gisele me lembra que a questão da



demanda da alteração foi feita pelo próprio município. Então, essa questão da titularidade independe, o município tem essa competência para propor alterações de traçado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, por favor, eu só queria fazer uma colocação. Todas as questões, tu podes colocar como Arquiteto Gomes, pode colocar o nome do empreendimento, do interessado. Então, isso não faz diferença nenhuma. O importante é que tem dentro do processo todas as autorizações. Se é um espaço locado, por exemplo,, vai ter que ter toda a documentação que permita que o locatário faça esse tipo de solicitação. E sempre vai ter autorização para que o arquiteto ou o engenheiro faça um encaminhamento. Essa autorização é obrigatória. Então, não é um itenzinho ali, ele tem dado confusão, mas é uma coisa de protocolo, quando a gente está protocolando. É uma que absolutamente, não tem importância nenhuma em um processo desses. Evidentemente, se tu comesçares a usar qualquer argumento, no sentido de protelar processos, porque é uma linha que se tem neste Conselho, muito clara, não vê quem não quer, aí até isso serve... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Conselheiros, aponte onde estão os documentos! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Isso serve para protelar processos. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Aponte onde esta essa documentação, Conselheiro! Desculpa, Secretário, eu gostaria de saber: o Secretário está dizendo que nós não devemos observar as formalidades legais? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim. As questões de titularidade, ingressos de processos são avaliadas pelo órgão responsável pelo município. Se vocês forem avaliar todas as questões do trâmite do processo, vai muito além da competência. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Então, nós temos que fechar os olhos quando a gente identificar que uma situação não está em conformidade. É isso? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O Conselho do Plano tem competência para olhar questões maiores de cidade como um todo. Agora, para a questões de formalidades existem órgãos do município capacitados e com responsabilidade... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, tem um decreto que ainda tem validade, na capa de todos os processos, que diz que a gente tem que olhar as formalidades. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Olha só, a questão do nomezinho ali, o que alugava o prédio estava solicitando e não tinha a assinatura dos proprietários. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu estranho o posicionamento de alguns conselheiros aqui neste Conselho, dizendo que a gente não deve se ater à legalidade dos processos. E uma das normas é realmente ver a legalidade, senão seremos responsabilizados por aprovar um processo que não atendeu os requisitos legais. Qualquer cidadão pode contrariar isso, qualquer cidadão. O que nos diz respeito é a legalidade. Agora, outra coisa, qual o interesse público em tirar a diretriz se o próprio poder público que gravou? E gravou na época por alguma razão. E a Claudete foi muito feliz, foi direto no ponto, porque eu quero que a prefeitura e os técnicos da prefeitura tenham a mesma, vamos dizer, condescendência quando se tratar de comunidade violentada por uma diretriz, Seu Gomes. Quero ver qual vai ser o seu comportamento aqui. E tem várias comunidades hoje que são afetadas por diretriz. Eu quero ver o seu comportamento como conselheiro e na sua região também. Então, é muito fácil fazer discurso, mas ter o comportamento de ver toda a cidade. (Manifestação fora do microfone). Não! Quero dizer o seguinte, respeito a decisão da comunidade, se a comunidade for favorável não serei eu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

contrário. Eu quero ouvir a comunidade e respeito o parecer da comunidade, que é quem vive o problema e não o conselheiro de outra região dando opinião. Era isso e obrigado.

Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Esse assunto é recorrente sobre o que os conselheiros devem analisar. E me surpreende, Secretário. Eu estou tentando tomar uma postura mais pacífica, mas no momento em que o senhor da área do Direito diz quanto à legalidade formal do documento... Eu vou lhe fazer a pergunta: o que nós conselheiros devemos olhar? Se o índice está correto, a taxa de ocupação? Nós somos fiscais aqui, nós somos conselheiros e também fiscais do poder público. dito isso, se passa pela PGM ou alguma assessoria jurídica para ver os trâmites, as questões jurídicas, quanto à posse do terreno, quanto à documentação, então, também não teríamos que analisar questão urbanística, porque também passa pelos técnicos, arquitetos, engenheiros, biólogos que tem a mesma hierarquia dentro da Prefeitura, só não tem o mesmo salário, mas tem a mesma hierarquia.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro... **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, por favor! Eu estou completando, não se passaram ainda os minutinhos. É que quando é interesse tudo bem, né. tá, eu vou parar de falar, eu vou começar a respeitar, eu vou parar de falar, eu vou votar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro. A Conselheira Laura é a última inscrita. Laura Elisa Machado (2ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, Conselheiros. Eu sou uma suplente, mas além de ser suplente da Região de Planejamento, eu sou moradora da região. E como moradora da região gostaria muito, claro, as análises técnicas e jurídicas são muito importantes, mas eu gostaria da visão deste Conselho para a questão que foi relatada pelo Conselheiro que me antecedeu aqui, o Conselheiro Paulista, que também é morador e que sabe da nossa realidade do dia a dia. Bom, este Conselho deve ser flexível, às vezes, também, né, para solucionar os problemas das comunidades. Se veio até aqui e se nós somos moradores de lá, a gente solicita que seja respeitado pelo menos a nossa de liberação de quem mora e de quem vive no local, de quem atua no dia a dia, porque por satélite é muito bonito, por Drone é muito bonito, mas a nossa realidade quem está vivendo somos nós. Então, o meu pedido é que a nossa região, eu como conselheira suplente do planejamento, a gente pede sim que seja válido o nosso parecer que foi favorável. Favorável por quê? Porque o relato que foi dado pelo Paulista é uma realidade, a gente tem grandes dificuldades, Felisberto, nesse trajeto lá para a gente se locomover, exatamente por causa da concentração do tráfico de drogas nesse local. E essa mudança vai melhorar muito para nós moradores daquele entorno lá. Ah, não é aqui que é para ser tratado esse assunto, não é aqui que deve ser discutido, mas foi aqui que chegou. Então, é aqui que eu me sinto para vocês que sejam favoráveis ao parecer da nossa região, ou, então, que pelo menos vá conviver conosco algum período lá nesse espaço e verificar realmente o que nós estamos vivendo e o porquê de tão importante é essa mudança desse traçado viário. Seria essa a minha manifestação enquanto moradora e conselheira da região. E outra, essas discussões passaram por dentro da nossa região, a gente discute dentro da nossa região, a população participar lá, nós participamos, a gente discute, a gente não vê por satélite, a gente *in loco*, olha e discute. É só isso que eu gostaria de pedir, é respeito ao parecer da região à nossa realidade e que votassem favorável a essa mudança desse traçado viário. Só isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

931 **CDH:** Eu gostaria de só um esclarecimento da conselheira, porque no parecer anterior, na
932 verdade, o motivo colocado pelo conselheiro era totalmente distinto deste que está sendo
933 apresentado hoje. O motivo, na verdade, do desgravame, era porque tinha uma empresa e
934 essa empresa gerava empregos. E hoje o motivo que está sendo apresentado pela região
935 me parece bem distinto daquilo que está sendo colocado aqui. **Germano Bremm,**
936 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
937 Obrigado, Conselheira. A gente coloca, então, em votação. **Claudete Aires Simas**
938 **(Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Queria só registrar,
939 Germano, que eu estou devolvendo o processo de um deles que eu pedi vista, que, na
940 verdade, eu nem poderia chamar de processo, porque ele é um recorte de folhas mal
941 estruturadas. Foi um dos motivos que eu desisti de estar aguardando novos processos,
942 porque isto aqui não se chama processo, isto aqui não é procedimento. Folhas avulsas
943 atiradas dentro de um processo que não me servem para nada. **Germano Bremm,**
944 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
945 Perfeito. Obrigado. Exerceu o seu direito, relatou a sua posição. O conselheiro do IAB é o
946 último inscrito. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do**
947 **Brasil – IAB/RS:** Eu ouvindo as justificativas de um lado e de outro, o parecer da
948 Conselheira Claudete, eu não entendi, na verdade, porque aquilo ali é tudo fechado, é
949 privado... (Manifestação fora do microfone). Bom, falando dessa parte de vegetação, lá no
950 mato, não altera nada. Eu vou te falar como urbanista, tu me trazes um problema, eu vou
951 olhar como técnico, olho no mapa, porque é assim. Eu tento resolver o teu problema, eu te
952 digo que jogar para cá e para lá não vai mudar muito a situação. Minha opinião, minha
953 posição. O que me faz não conseguir firmar posicionamento sobre esse processo é não
954 conseguir ter, não há mensuração sobre o argumento colocado. Quer dizer, vai trazer
955 prejuízo ao município desapropriar a área pública. Eu não sei quanto custa a área pública
956 onde foi colocado esse gravame, eu não sei, não foi bem descrito o que está naquela área
957 pública e que vai ter que sair dali para algum outro lugar e tem uma concessão para o
958 hospital. Não há parâmetros insuficientes no processo para eu analisar o impacto dessa
959 decisão, simplesmente, dizer assim, o que custa mais ou o que custa menos. Se o
960 argumento é de custo não há base para analisar nesse sentido, aí é melhor manter a
961 diretriz onde está. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
962 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. A gente aproveita
963 para lembrar, Conselheira Gisele, que quando venha essa demanda do município, que a
964 gente altere lá, porque é uma demanda do município. Teve uma análise técnica
965 correspondente e aí segue o rito para não gerar, enfim, talvez o entendimento que é do
966 empreendedor. Então, que o município está demandando, face a análise técnica
967 correspondente. Feitas as manifestações, o debate, é do processo democrático. A gente
968 coloca em votação. Votos favoráveis, por favor, à alteração de regime de traçado, votos
969 favoráveis... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**
970 **ACESSO CDH:** Secretário, eu gostaria que fosse adotada uma prática. **Germano Bremm,**
971 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
972 Só deixe eu concluir a votação. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e**
973 **Direitos Humanos - ACESSO CDH:** É exatamente, é a votação. É que a nossa votação
974 diz que tem que ser nominal e ela nunca foi feita nominal. Poderíamos passar o microfone
975 fazendo uma votação nominal. Ficou combinado que iria para a internet e nunca foi.
976 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
977 **Sustentabilidade - SMAMS:** Por favor, vamos concluir a votação. Votos contrários.
978 (Contagem de votos = 04 votos). declaração de voto do Conselheiro Felisberto. Ah,
979 abstenções? Perdão! (Contagem de abstenções = 03 abstenções). Foram 16 votos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

favoráveis. **APROVADA A ALTERAÇÃO DE REGIME DE TRAÇADO.** **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: DECLARAÇÃO DE VOTO.** Eu votei favorável pela explanação da Conselheira Laura, do que esse beco significa para a comunidade, mas reitero a questão da legalidade e da questão que foi muito bem disciplinada pela Conselheira Claudete. Eu voto mais pela comunidade, Laura, porque esse processo não atende aos requisitos legais para que a gente aprove. Em nome da comunidade e do teu apelo estou votando favorável. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Foram 05 abstenções, 16 votos favoráveis e 03 abstenções. Está aprovado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Pois é, Secretário, exatamente para não ficar este pingado de votos: eu votei, eu não votei, eu esqueci o meu voto; eu gostaria que fosse cumprido o que diz o regimento, que as votações sejam nominais. Não custa nada passar o microfone e cada um dizer: ACESSO vota conta! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, a gente vai verificar isso no regimento interno se tem e vai avaliar para as próximas. Até, então, eu não tinha conhecimento disso. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Qual é o artigo, Hermes? O art. 23, parágrafo IV. Está definido. Nós fizemos uma combinação que a folhinha ia passar e as pessoas iam assinar e ia ser colocado na internet, mas como tudo que se pede neste Conselho não é dado transparência, os requerimentos não são atendidos e o secretário hoje me diz que não precisa atender os nossos requerimentos. Então, eu quero que, minimamente, o requerimento seja cumprido. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira, a gente vai avaliar e na sequência vamos dar retorno em relação a essa questão do regimento. **Gabrielle Aquino, Secretária Executiva do CMDUA:** Todas as resoluções são publicadas no site, é só procurar. Estão lá, todas as resoluções aprovadas pelo Conselho estão no site. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** As atas e assinaturas de aprovações estão no site? SE estivessem nós não aprovaríamos dois processos da mesma vez neste Conselho. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Bom, seguindo, temos o 4.06, a gente tem vista da RGP. 01 e da UFRGS. E a ACESSO? Vai haver manifestação quanto ao relato? A RGP. 01 vai fazer o relato? Por favor, vamos ouvir o relato. Eu não tenho aqui o pedido de vista do SAERGS. Nós temos o relato? (Falas concomitantes). Agora o item 4.07 da pauta. Apresentação do Conselheiro Hermes... Nós temos o pedido de vista da ACESSO, que não teve acesso ao processo. **4.07. Expediente: 002.341651.00.8. Interessado: EDMONTON COMÉRCIO E SERVIÇOS. Assunto: aprovação de EVU. Local: Avenida Assis Brasil, 11120 e 11150. Relator: SENGE. Encaminhamentos: distribuído em 25/10/2019. Prazo para relato: 26/P-2:/2019 com parecer favorável do relator. Pedido de vista: PGP. 013, 01 e 06, UFRGS, SAERGS e ACESSO. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: PARECER DE VISTA:** “O expediente único de número 002.341651.00.8 foi protocolado em 6 de junho de 2019, sendo solicitado diretrizes para edificação e concomitantemente exame do estudo de viabilidade. Numa primeira análise formal do processo verificamos o que segue”. Eu quero contrariar aqueles que dizem que demora anos os processos, este processo está para ser aprovado há menos de 6 meses. É a Havan. (Segue leitura): “Os pareceres das engenheiras da SMIM, Cláudia Palombini Medeiros de 17 de julho de 2019 à folha 243-V e Cristiane S. Borges de 28 de agosto de 2019 (fls. 243-V e 244) não estão acompanhados das devidas assinaturas. Os pareceres



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

da EPTC de números 1234/19 e 1220/19 às folhas 244 e 244-V também carecem de assinaturas. Foi anexado às folhas 279 até 283 a Licença Prévia da Secretaria Municipal do Meio Ambiente-SMAM, não contendo a assinatura do Secretário Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade”. Aqui eu vou fazer um esclarecimento, relata que tem um parecer que foi aprovado, mas o que consta no processo não tem assinatura. (Segue leitura): “O parecer de nº 1246/2019 da Comissão Permanente de Avaliação de Impactos na Circulação-CPAIC constante às folhas 290 e 291 que trata das medidas mitigadoras de mobilidade não está assinado, nem rubricado. Existem alguns equívocos na numeração das folhas, sem uma sequência lógica. Não existe uma autorização dos proprietários dos imóveis e/ou empreendedores para que a Responsável Técnica proceda as devidas assinaturas por procuração. As observações supra podem parecer apenas anotações de caráter burocráticos, mas lembro aos conselheiros que a aprovação do EVU transfere direitos e deveres às partes, tanto aos proponentes proprietários e responsáveis técnicos, como aos servidores municipais. Imaginem, se seria possível um processo tramitar em outras esferas de poderes, sem as devidas identificações e assinaturas, consolidando direitos e prerrogativas às partes. Tenho insistido nesta orientação, que tem sido recorrente em vários processos, para que os gestores e os servidores públicos tenham seu reconhecimento e valorização profissional, mas também assumam suas responsabilidades compatíveis com cada cargo. Analisando o mérito, entendemos, se confirmados as autenticidades dos pareceres e a transferência de poderes ao RT, que o EVU está de acordo com a legislação edilícia existente, estando, portanto, apto a sua aprovação. Entendo que a formalização de Termo de Compromisso merecerá atenção especial no que se refere ao abastecimento de água e a drenagem da região, tendo em vista as afirmações do Diretor Geral do DMAE, em depoimento neste CMDUA sobre as dificuldades de abastecimento d’água naquela região, assim como as dificuldades de drenagem naquele setor da cidade. Concluindo, entendemos que após o saneamento das irregularidades formais e legais do presente expediente, este EVU poderá ser submetido à aprovação. Este é nosso parecer”. Este é o parecer desde 17/12/2019. Secretário, antes de encaminhar o parecer, que é favorável, desde que corrigidas essas irregularidades que são simples, eu acho que é impossível que se continue trabalhando. A pouco a Conselheira Claudete apresentou um processo com as folhas todas... É impossível que se consiga trabalhar com esse grau de informalidade. Os próprios técnicos, eu tenho insistido, insistia quando era supervisor, insistia quando era coordenador, isso faz parte da valorização profissional. Um técnico que faz um parecer e não assina está se desvalorizando, porque esse parecer é como um laudo médico, um parecer jurídico tem um valor legal. No momento que não é assinado, que passa adiante, eu não sei se eu sou legalista demais ou se é absurdo demais, em nenhum outro poder isso passa. Quem trabalha com o poder legislativo e judiciário... (Sinalização de tempo esgotado). Não, eu vou insistir, Secretário. (Manifestação fora do microfone). Eu sei, mas é mais importante ir para casa do que a gente tratar de coisas que são fundamentais. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiros, nós entendemos o seu ponto de vista, respeitamos... **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Pareie, então, amigo! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Respeitamos. No entanto, retorno... **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Mas continua vindo, não adianta, há um ano nós brigamos. Até quando, secretário? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente vem aprimorando... **Hermes de Assis Puricelli**



(Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Tem que levar para o Ministério Público? É esse o caminho? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente vem aprimorando os processos e transformando em digital para melhorar toda essa falta de informação ou dúvida que possa haver. Eu acho que é um processo de evolução natural, a gente sair deste processo físico para poder ter melhor organizado. Recentemente, a gente conseguiu lançar pelo menos o processo ambiental, o desafio é integrar todos os sistemas, mas essas questões são avaliadas e quando consultado o Conselho é consultado no mérito, nas questões de mérito. As questões legais são avaliadas e serão responsabilizados aqueles técnicos... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, poderia me informar se todos os processos e todos os documentos que passam na CAUGE são informatizados? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nem todos. Alguns são processos físicos. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A CAUGE não trabalha com documentos eletrônicos? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Ela anexa, se me recordo é isso, tem alguns documentos eletrônicos. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Pois, então, desse processo eu já fiz a solicitação de todos os documentos eletrônicos, que eu acho até, e vou dizer, um estelionato moral a CAUGE analisar processos em forma eletrônica e nos ser remetidos frangalhos de processos físicos para gente analisar. Então, eu não entendo porque essa dificuldade, essa demora que a gente fica se digladiando aqui para ter acesso a um processo, quando existe dentro da CAUGE os processos e documentos eletrônicos que não são disponibilizados. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Todos os pareceres da CAUGE, necessariamente, são disponibilizados no processo. A conselheira pode nos ajudar. **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Conselheira Claudete, para esclarecer o Conselheiro Hermes e as colocações que ele muito bem colocou, muito preocupado, concordo. Só queria esclarecer uma coisa, um representante da Secretaria que tem assento na comissão é designado por uma portaria, ele assina por aquela secretaria. Então, vamos dar o exemplo da EPTC, se é anexado um parecer sobre a mobilidade, quem referenda esse parecer é a representante Larissa Baggio, pela EPTC, assim como eu referendo pela SMDE um parecer que o João Marcelo tenha colocado dentro do processo, que, porventura, por ser colocado em sistema próprio da comissão, na hora de imprimir não é impressa a assinatura, porque não tem como fazer assinatura digital. E outra coisa, Claudete, só para completar. A análise eletrônica é feita por todas as secretarias, com exceção da SMDE e da SMAMS, que analisam o processo físico, que é esse que vocês tem em mãos aí. Até porque os documentos que estão no repositório da comissão não são os documentos aprovados, eles não são os documentos que vão ser a base, o EVU aprovado, mas não está assinado e digitalizado dentro da comissão, ele está dentro do físico. Aquele EVU que tem a assinatura de todos os representantes, inclusive, da PGM, que assina a capa do EVU, aquele é um documento que tem validade. A partir daquele documento é aberto o outro de aprovação de edificação ou parcelamento do solo, de licenciamento. O que acontece? Dentro da comissão que é diretrizes EVU, não é aprovação, não é licenciamento, isso são etapas posteriores. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Muito obrigado pelo esclarecimento, feito os relatos a gente coloca em votação... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Mas que



votação se eu pedi vista e tive vista ao processo? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A senhora teve à disposição esse processo por uma semana, não pegou porque não quis! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não, Senhor Secretário, eu mandei e-mail, inclusive, pedi os áudios, o senhor não me retornou. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O processo esteve à disposição, Conselheira Claudete. Está no seu direito consignar as suas manifestações contrárias. É da democracia, mas nós vamos votar, este Conselho tem que votar. As manifestações contrárias devem ser feitas no microfone, devem ser consignadas, mas a senhora não pode impedir a continuidade do processo neste Conselho... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, eu estou pedindo o exercício do meu direito de vista ao processo do qual eu solicitei em tempo hábil. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Este processo esteve a sua disposição... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Onde e quando? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu estou lhe negando a vista, porque a senhora teve à disposição e não pegou até, então. Então, nós daremos continuidade a este processo. Por favor, Senhores Conselheiros, colocamos em votação o processo. Aparte. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, o senhor não manda aqui! **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Aparte. Para botar em votação, no final de alguma fala tu tens que avisar que essa é a última fala, depois encerra... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu já encerrei na fala da Conselheira Gisele. Então, nesse sentido, é isso. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Então, eu gostaria, porque o instituto ao qual eu represento aqui vai me puxar as orelhas. Não há amparo nenhum, mas como já vem sendo dito aqui, já que a gente não precisa olhar as leis, a gente ode olhar outro aspecto. Nós estamos aprovando aqui, certamente, um exemplar arquitetônico mais absurdo e horroroso que esta cidade vai ver, né. Eu não posso pensar em outra figura, senão... (Falas concomitantes). Nosso saudoso professor de alguns aqui, o Professor José Albano Wolkman. Eu não teria outra palavra para dar a um exemplar deste como o “kit”. (Manifestação fora do microfone). Esse é o “Kit”. Eu só gostaria de colocar e atentar para as etapas posteriores, a questão de acessibilidade. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Conselheiro Felisberto para encerrar e a gente coloca em votação. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** O nosso parecer, tanto da UFRGS, como o meu, nós pedimos alguns encaminhamentos quanto à drenagem e a questão que o Hermes muito bem colocou, da questão da água. Para nós, tanto no parecer da UFRGS, é bem clara a questão da drenagem do terreno. Eu estive na área, conheço a localização, conheço aquele bairro e é um bairro que alaga. Certo? Então, quais as medidas de cuidado que estão sendo trabalhadas junto com a administração pública? Em nenhum momento isso ficou esclarecido no processo. Eu votarei contra, eu endosso as palavras do IAB quanto à mediocridade desse “kit”, que afronta a inteligência humana, quando quer impedir a sua concepção de modernidade na cidade. Então, quero dizer, meu voto é contrário. E me preocupa não ter o cuidado por parte da administração quanto à drenagem. E mais uma coisa que eu quero deixar na ata, que foram tomadas medidas antes mesmo desse processo estar aqui, com a conivência da administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

pública. Houve movimentação de terra que até hoje não foi esclarecida. Então, isso tem que ficar bem ciente. Meu voto é contrário! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Se tem pedido de diligência, Secretário, tem que ser deliberado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro, pela sua manifestação. A gente coloca em votação o processo. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Só um pouquinho... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nós temos que encerrar em função do tempo também. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Então, a gente encerra e retoma na próxima sessão, Secretário. Vamos encerrar e retomar na próxima sessão. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não, vamos concluir este processo. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** O senhor quer aprovar este projeto hoje, é isso? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim! Porque ele está posto na nossa pauta, nós temos outros processos na pauta a serem vencidos. Então, nós vamos encerrar pelo menos este que está em aberto. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Mesmo sendo direito do conselheiro de não ter vista ao processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Por favor, eu peço que retire o microfone da Conselheira, porque ela já teve a oportunidade de se manifestar... (Falas concomitantes). Por favor, a Questão de Ordem do Conselheiro da SAERGS. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** O meu parecer é favorável, desde que sejam corrigidas. Se ele vai ser votado hoje eu já vou declarar ele, vou ser contra, porque continua. Nós estamos votando um processo que tem irregularidades, né. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Relato novamente e reforço a manifestação da Conselheira representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e que fez todos os esclarecimentos, que este Conselho tem competência para manifestar atendimento ao mérito da questão. As questões de legalidade de processos são avaliadas pelos órgãos competentes que tem suas responsabilidades. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Não é o que diz o Ministério Público, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O Ministério Público, naturalmente... **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** O senhor veio aqui dizendo que era Procurador Geral e não era. Então, tudo é possível, né! Tudo é possível dentro da ilegalidade, da imoralidade. Eu estou sendo grosseiro, mas o senhor é 171! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Por favor, respeito! O Conselheiro da Região 06 pede respeito! Se não tem capacidade de se comportar em um Conselho, com outras pessoas qualificadas, por favor! O meu protesto contra o seu comportamento! Respeito! **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** então, eu gostaria que fosse respeitado quando alguém se apresenta como um cargo que não é! Uma coisa é representar, outra coisa é ser procurador, que é aquele que responde. Procurador é concursado! Isto está engasgado, tá? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, eu nem sei de onde o senhor está tirando. Nós vamos abrir um processo... **Hermes de**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Eu sei ser educado quando são educados. Obrigado! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Isso, está consignado em ata, o senhor vai ter que responder, naturalmente, por essa informação. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Secretário, em sua apresentação enquanto procurador Geral do Município... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Procurador Geral do Município? Imagina! **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** A sua apresentação pelo Secretário Maurício. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, isso não é matéria de Questão de Ordem! Estamos em votação, a Questão de Ordem é para votação. Isto não é matéria de Questão de Ordem! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Senhores Conselheiros, nós colocamos em votação... **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** A ABES não vai votar enquanto não estiver esclarecido o parecer da Procuradoria sobre a legalidade dos processos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Votos favoráveis, por favor, á aprovação do expediente. (Contagem de votos = 13 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 07 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 03 abstenções). **APROVADO O EXPEDIENTE.** As declarações de voto. Naturalmente, a declaração de voto é por escrito, Conselheiro. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não, não, pode fazer declaração oral. Eu posso fazer declaração oral, Secretário, não vai me cercear a palavra! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não, imagina. Pode falar. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** DECLARAÇÃO DE VOTO. Lamento a aprovação deste Conselho e digo como cidadão de Porto Alegre que estarei entrando no Ministério Público para que verifique a legalidade de todo esse processo. Quero deixar bem claro, sou contrário, porque não repetiram a legalidade, o mínimo de legalidade e fizeram a obra antes mesmo de ter qualquer aprovação. Não tem autorização para movimentação de terra, não tem uma série de coisas que não estão no processo. Então, isso é muito grave. Então, estarei entrando no Ministério Público. Obrigado e meu voto é contrário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro, é nosso dever da administração responder a todas as demandas do Ministério Público. Lá estaremos em mais uma audiência esclarecendo ponto por ponto para que a gente tenha a continuidade e desenvolvimento da nossa cidade. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** DECLARAÇÃO DE VOTO. Eu quero fazer considerações. Além de toda avaliações técnicas que foram trazidas aqui, é a opinião da minha região, quero dizer que tem muitas coisas. Isso não é um evento de uma região, que vai ajudar ou ser ruim para uma região, ela diz respeito a nossa cidade, ela diz respeito a toda uma população, fora o meu conceito pessoal sobre esse deboche de trazer essa loja para esta cidade. É um deboche para Porto Alegre! Sou a segunda a entrar no Ministério Público em relação ao que está acontecendo. Eu me sinto envergonhada, envergonhada em pensar que essa loja vai ser instalada em Porto Alegre! Muito obrigada! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** é importante a gente lembrar que é do exercício da democracia a gente entender de forma diferente do posicionamento do nosso colega, mas é o nosso dever... (Manifestação fora do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

microfone). Conselheira... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretária, nós estamos em votação e eu gostaria de fazer a minha declaração de voto. (Manifestação fora do microfone). Conselheira, o nosso papel é deliberar sobre aquelas consultas encaminhadas pelo poder público. Então, a gente vai ter entendimentos divergentes de cidade e nós temos que respeitar. Eu entendo, talvez eu tenha um posicionamento, o Hermes tenha outro, é do exercício da democracia e a gente vai ter que respeitar os posicionamentos quando aprovar ou não aprovar, seguir em frente. Por favor, Conselheira. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não é do exercício da democracia cercear um membro eleito, ter acesso aos procedimentos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A senhor teve oportunidade. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, eu estou falando! É a minha declaração de voto, a democracia diz respeito. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** E eu respeito. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Então, a ACESSO quer registrar aqui que este processo é ilegal, porque não respeitou os procedimentos e cerceou o direito desta conselheira ter vista aos procedimentos, conforme emails encaminhados e conforme WhatsApp trocado tanto com o Secretário, tanto com a Secretária Executiva, do qual eu pedi acesso aos documentos eletrônicos e aos áudios, do qual eu não tive nenhuma resposta. Juntarei a cópia dos expedientes, dos emails encaminhados, como demonstração, assim como a minha declaração de voto. E justifica-se agora a pressa do Secretário em não terminar a reunião, pela presa de atropelar não só a democracia como os pareceres e a legalidade. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheira. É do exercício da democracia, a senhora entender de forma diferente. Encerramos a sessão... Uma última declaração de voto. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu fiz um parecer favorável à aprovação dependendo do parecer posicionado á regularização do processo, o que não foi feito o processo. Então, eu voto contrário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Boa noite, tenhamos um excelente ano! (Encerra-se às 20h15min).

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2830/2020

Aos vinte oito dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Luiz Voelcker, nº 55 – Sala 111/sede da SMAMS reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanzo Magni (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Freitas (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Luana Nunes (1ª Suplente), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virginia Darsie de Oliveira (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Patrick Silva (2º Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (2ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; e Fernando Brentano (1º Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. **ABERTURA**; 2. **VOTAÇÃO DA ATA 2828/2019**; 3. **COMUNICAÇÕES**; 4. **APRESENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 01**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h05min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Boa noite, Conselheiros. A gente dá início à reunião ordinária do Conselho do Plano. Hoje aqui na sede da Secretaria do Meio Ambiente, uma estrutura um pouco diferente lá que a gente está acostumado, mas vocês bem sabem das dificuldades com a questão do ar-condicionado, tem convivido com as problemáticas.



Então, a gente optou por migrar para cá, né, estrutura é pequena, mas confortável no sentido de ter minimamente um ar-condicionado, uma estrutura para receber vocês. Hoje optamos por pautar uma proposta de resolução. Antes de fazer a abertura e votação da ata, de comunicações, a gente vai disponibilizar para vocês uma proposta de resolução de regulamentação de alguns pontos do Regimento Interno. Vocês bem sabem do dia a dia das nossas reuniões, a gente tem algumas dificuldades nos fluxos, que não estão de forma bem clara estabelecidas no Regimento Interno, que é um pouco genérico nesses pontos e no decorrer dos trabalhos a gente identificou algumas dificuldades que a gente deveria regulamentar para ter o melhor o funcionamento desse fluxo. O Conselheiro Gomes e outros conselheiros entraram em contato, até em função da discussão da última reunião, que foi bastante calorosa e aquele debate que fica indo e vindo por muitas vezes. A própria Conselheira Claudete levantou que não tinha sido deliberada a questão de encerrar a inscrição para o período de Comunicação antes de a gente começar as reuniões. Então, para esclarecer todos esses pontos, a pedido de alguns conselheiros que nos procuraram, eu os aproximei do nosso jurídico, que formatou uma proposta de resolução nos termos que o Plano Diretor autoriza e a gente regulamentária, propõe a regulamentação desses pontos. Prevendo a questão do tempo, o que a gente já pactuou a partir da minha entrada no Conselho, até para a gente ficar do período das 18 horas às 20 horas, a gente havia feito essa pactuação. Vamos estabelecer o tempo máximo de 20 horas, vamos ter 03 minutos para comunicações. Fizemos alguma discussão, mas alguns conselheiros não estavam, enfim, não foi levado à votação. O pessoal tem me chamado a atenção. Então, a gente vem com essa proposta para reger e a gente dar esse fluxo melhor de funcionamento. Nada mais adequado de que a gente estabeleça as regras do jogo, digamos assim, de forma prévia. Como tem algumas deficiências e não está bem esclarecido no Regimento, e tem essa possibilidade de a gente fazer isso para resolução, até porque é bastante coisa, não caberia colocar todas as situações no Regimento. Então, a gente faria essa resolução definindo esses fluxos. Então, a gente fez uma proposta, conversando o jurídico em contato com o Conselheiro Gomes, enfim, que tem uma experiência, exerceu a presidência por algum tempo, e outros conselheiros, e propuseram um formato de funcionamento: tempos, a questão de vista. É para que a gente tenha um trabalho efetivo. As discussões de mérito vão continuar e devem continuar, esse é o trabalho do nosso Conselho, mas independente da gente ter, às vezes, discordâncias ou não, um posicionamento diferente de um colega, a gente tem que dar continuidade no trabalho e liberar pelo sim, pelo não, aprovar ou não, né, que é posto para a deliberação do Conselho. Acima de respeitar, eu acho que o importante é a gente ressaltar de ter uma convivência harmônica e evitar qualquer tipo de conflito. Eu acho que o debate tem que ser sempre construtivo, salutar, a gente aprende com um colega, porque são vários pontos de vista. Eu tenho certeza que todo mundo aqui quer o bem da cidade, cada sob o seu ponto de vista, sob a sua experiência. O ser humano é complexo, cada uma tem uma evolução um pouco diferente do outro, um aprendizado, tem uma visão diferente e nós temos que respeitar. Eu por muitas vezes enquanto ocupo a presidência vou também ficar um pouco mais nervoso, vai me tirar um pouco mais do sério, mas eu tenho que voltar e lembrar do papel que eu exerço de Presidente e manter o equilíbrio das discussões. A gente tem que atuar de forma respeitosa, vai divergências, não há dúvida, momentos calorosos. Nós temos um ano eleitoral, um ano de revisão do processo do Plano Diretor. Então, não há dúvida que vão ter momentos difíceis de debate e a gente tem que ir superando isso. E aqueles, naturalmente, que se veem contrariados, os que se sentem não atendidos por uma questão legal, o judiciário, o Ministério Público está aí para nos elucidar, para nos ajudar nesses esclarecimentos. A gente mesmo tem um processo aberto no Ministério



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Público por solicitação de algumas entidades aqui. Então, não há nenhum problema irmos ao Ministério Público e fazer todos os esclarecimentos com transparência. É até melhor que a gente faça debates lá no Ministério Público, porque eles fazem a mediação, porque compreendem a legislação, assim como nós compreendemos a legislação. Então, não há qualquer problema quanto a isso. Não entendam que a gente vai tratar isso de uma forma diferente, nós vamos, naturalmente, seguir o nosso trabalho do processo de revisão do Plano Diretor, com todo amor que a gente tem pela cidade, tem pessoas muito interessadas e qualificadas que querem fazer esse debate. Nós queremos contar com a colaboração, com a construção de todos aqui integrantes deste Conselho para a gente fazer o processo de revisão do Plano Diretor. Então, na sequência, aqui antes de votar a ata e abrir para Comunicações, a gente vai ter a apresentação. Está aqui o nosso assessor jurídico, o Hudson, que construiu essa proposta, que vai fazer a leitura. A nossa proposição é que a partir da disponibilização na data de hoje, o envio do arquivo por e-mail, vocês possam apresentar emendas à proposta ou um substitutivo, se for emendado na sua maioria, pode apresentar substitutivo ou emenda a algum artigo, que sejam remetidas essas emendas ou substitutivos de forma escrita, até sexta-feira, para a gente organizar e trazer para a próxima reunião. Então, fazer a votação desses artigos de emendas ou substitutivos que vierem. Então, a gente dá esse prazo para vocês poderem avaliar. E hoje optamos por não enviar por e-mail para que possa ser feito hoje o esclarecimento, ponto por ponto do que se propõe, o que vocês entenderem que de repente tem que propor de uma forma diferente. Pode formalizar por escrito e a gente organiza para de liberar na próxima na próxima reunião do Conselho. Então, antes de abrir para Comunicação, faço a votação da ata. **2. VOTAÇÃO DA ATA 2828/2019.** Nós temos a Ata nº 2828/2019. Votos favoráveis à aprovação da ata, por favor. (Contagem de votos = 16 votos). Então, votos contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 06 abstenções). **APROVADA A ATA Nº 2828/2019. 3. COMUNICAÇÕES.** Então, na sequência a gente tem o período de Comunicação. Por favor, o Conselheiro Paulo Jorge. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Bem, pessoal, eu quero colocar o seguinte, o Prefeito assinou um decreto dando R\$ 980 mil para as escolas de samba. Eu sou carnavalesco, mas eu não estou de acordo que seja repassado para as escolas. Isso é uma coisa muito triste, enquanto estamos em um processo muito mal, que não tem banheiros na Cidade de Porto Alegre, isso tem que ser discutido no Plano Diretor, só tem banheiro no segundo andar do Ministério Público e aquela escadaria é toda podre. Eu pedi para vir o Secretário do Turismo aqui, porque precisa discutir turismo em Porto Alegre. Então, essa é a minha indignação, passar dinheiro para as escolas de carnaval, mas o carnaval ano passado saiu numa boa, foi o melhor carnaval e sem dinheiro. Então, que cuide da logística do Porto Seco, ano passado estava tudo escuto, tinha que tapar os buracos do Porto Seco, porque dar para as escolas, elas vão se autossustentar com seus sócios. Então, com esse dinheiro poderia ajudar a Tronco, fazer as casas, porque está faltando moradias. Dar para o carnaval? E as pessoas atiradas, no aluguel social, sem casa. Então, é uma coisa que nem estou acreditando, que o Prefeito teve essa ideia, ele que falou no começo e mudou o tom de falatório. Ano passado ele disse: “Não dou dinheiro para carnaval, se quiser vão se sustentar”. Agora dá esse dinheiro e a cidade aí parada. E nós lá na Tronco sem casa, sem moradia, perigo de ser assaltado. Com o dinheiro podia melhorar a situação da habilitação comunitária, fazer curso para adolescente que precisam fazer curso para poder trabalhar. Era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Conselheiro. Ressaltando que a gente fez convite já ao Secretário do Desenvolvimento Econômico que engloba a pasta do Turismo, Urbanismo, a parte do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

licenciamento e Indústria e Comércio. Ele foi convidado. Na sequência a gente tem a Conselheira Maristela, **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite, Secretário, parceiros de CMDUA. Este ano (Inaudível), os calendários sempre estão muito claros para nós. Nós temos projetos superimportantes ainda para serem votados, que o último projeto que foi votado a própria RGP. 04 não foi ouvida, né, que tinha vista. Então, quero saber para deixar tudo claro nas próximas votações, por exemplo, que tenha interesse também, que venha um projeto em votação, se vai valer a mesma regra, porque, senão fica complicado. A gente fica no aguardo, faz parte da democracia as manobras, enfim, tranquilo, mas acho que se as regras ficam claras fica melhor. Outra questão é sobre a clareza em relação, por exemplo, nós vamos ter momentos importantíssimos agora da própria formulação do Plano Diretor, mas também vamos nos deparar com as eleições do próprio Plano Diretor e outras questões que implicam na convergência de tudo que está acontecendo na nossa cidade. Então, é esse mapeamento claro das datas das questões. O Secretário já informou que na próxima reunião retomamos os processos, é o que nós aguardamos e que a regra da última reunião valha, então, também para votação dos interesses que cada um aqui tem. Muito obrigada.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheira. A gente tem na sequência o Conselheiro Felisberto inscrito. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa tarde a todas e todos os conselheiros e conselheiras. A minha questão é sobre a questão do termo de cooperação que foi assinado. Eu gostaria que fosse disponibilizado o que foi assinado e qual o gasto que tem com essa consultoria, que ficasse bem claro e que eles pudessem vir a este Conselho fazer um debate, não só com os técnicos da Prefeitura, mas também se apresentar a este Conselho. Então, acho fundamental isso. A segunda questão para mim é a forma como são feitas certas discussões. Alguns conselheiros pautam a sua visão sem discutir com o coletivo. O exemplo é esta minuta. Eu acho que deveria ter passado por uma discussão com o conjunto de conselheiros e não dois ou três com o direito de dizer ou regulamentar as falas ou o comportamento dos conselheiros aqui. Eu me sinto violentado neste momento, porque em nenhum momento foi contatado para apresentar uma minuta sem um mínimo de discussão com o conjunto, vamos discutir agora. Terceira coisa, não adianta nada, Secretário, e com todo o respeito, é a sua fala aqui e o Prefeito ter encaminhando leis para a Câmara de Vereadores que altera substancialmente o Plano Diretor, sem um mínimo de discussão. Veja o licenciamento ambiental, que não teve nenhuma discussão aqui e esse é um Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Eu acho isso um desrespeito à cidadania e a este Conselho, que é gestor do plano. Nós não estamos aqui por uma benesse, estamos aqui porque foi conquistado, se o Conselho é uma conquista da participação dos congressos que foram realizados, da democracia, então, que seja respeitado. É o mínimo que exige a Cidade de Porto Alegre. A quarta coisa, e meu tempo está chegando ao fim, é que nós devemos pautar aqui também, coletivamente a discussão do plano diretor e não reúne entidades se reúne e faz essa discussão nosso Conselheiro se reunimos fazemos a nossa discussão Qual é a discussão coletiva formulação se faz coletivamente, a questão do Plano Diretor, não reunir entidades, que se reúnem, fazem a sua discussão, nós conselheiros nos reunimos e fazemos a nossa discussão. Qual é a discussão coletiva? Formulação se faz coletivamente, não só com a visão de determinados grupos. Nós temos que tirar se nós queremos a conferência, tem que ser jogado o jogo às claras. Não estou dizendo que não está sendo às claras, mas algumas entidades ou alguns conselheiros aqui têm informação privilegiada. Isso é um descalabro. (Sinalização de tempo esgotado). Já estou terminando. Então, para finalizar é isso. Eu acho que a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

discussão tem que ser coletiva e não setorizada. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Eu aproveito para esclarecer que a proposta de resolução terá a oportunidade de todos fazerem a discussão, proporem emendas e alterarem, se entenderem deliberar. A proposta é no maior espírito de organizar os processos e a gente ter a regra definida para não ter as discussões mais acaloradas, enfim, de tempos que a gente acaba prejudicando nosso processo. Então, nesse sentido que a gente faz a proposição. Na sequência a gente tem o Conselheiro Rafael. Com relação ao Plano Diretor a gente vai ter oportunidade de discussão, o Ministério Público está agendando uma audiência e vai chamar. Imagino que vocês serão chamados e a gente vai junto com o Ministério Público apresentar todo o processo de participação, como vai se dar, qual é a participação deste Conselho no processo, de acordo com os ditames legais, aí fica uma coisa também já pactuada e de concordância e conhecimento do Ministério Público. É interessante para gente evitar qualquer dúvida no processo. Agente tem Conselheiro Rafael inscrito. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa tarde. Primeiro manifestar uma sugestão, dada a característica do espaço no qual nós estamos, que não é, está longe de ser o ideal para uma reunião de conselho, onde todos têm a mesma isonomia na participação e isso deve se refletir no espaço, e a mesa é um local adequado para isso. E quero sugerir, há um espaço adequado para isso, inclusive, se chama Casa dos Conselhos, que deveria ser o espaço onde a gente se reúna não havendo um espaço tal qual aquele que nós temos no 6º andar. Sugiro que aquele espaço seja avaliado, porque este é um espaço que não se dispõe ao debate, o olho no olho, uma dinâmica de conselho. É uma sala de aula. A revisão do Plano Diretor, a gente tem tido reuniões das entidades, mais ou menos quinzenais, como foi sugerido e proposto aqui pela equipe, mas nós não temos tido as reuniões quinzenais para tratar da revisão do Plano Diretor no pleno do Conselho, como também foi proposto. Também reivindico aqui, acredito que seja necessário. Eu não pude participar da última reunião das entidades, mas na penúltima foi aventada a possibilidade da criação de um grupo de trabalho consultivo, também com entidades de forma mais ampla. O que nós sugerimos é que a coordenação desse grupo de trabalho seja feita pelas entidades que estão presentes no CMDUA, afinal de contas assim a gente cumpre a nossa prerrogativa como entidade do CMDUA na revisão. E também garante a hierarquia que tem no CMDUA, uma instância consultiva. Então, a gente não pode simplesmente sermos colocados e, uma instância consultiva como qualquer outra entidade que não é membro do Conselho. Aí que há uma hierarquia diferente entre diferentes instâncias, mas reconhecendo a importância de fazer um debate mais amplo junto a diversas entidades que compõem aí vários setores da capital, que devem contribuir para a revisão. Sobre a questão que foi apresentada, a questão dessa proposta da forma como foi conduzida, a gente tem no próprio Regimento a possibilidade de criar comissões, grupos de trabalho para tratar de resoluções e esse seria o encaminhamento mais adequado, que foi criada uma comissão dentro do CMDUA ante uma manifestação no pleno do CMDUA, dizendo – Olha, precisamos rever. Teria essa comissão para discutir as regras, assim parece a forma inclusive regimental e democraticamente mais adequada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Eu acho que antes do Conselheiro Gomes se manifestar cabe ressaltar que a organização dos trabalhos do Conselho cabe a esta presidência. Então, nesse sentido que a gente entende que tem autonomia necessária para propor uma alteração, um fluxo de trabalho, de organização, a partir das problemáticas vivenciadas, porque a gente que tem que coordenar o dia de trabalho e sente essas dificuldades, às vezes os fluxos estarem bem definidos e as regras



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

pré-estabelecidas. Então, é nesse sentido que a gente constrói essa proposição e dá oportunidade, naturalmente, para todos que entenderem diferente propor emendas, substitutivos para a gente colocar em votação e a maioria do Conselho aprovado de comum acordo quais serão as regras. Muito do que se tem aqui do trabalho é o que a gente já faz, mas tinha alguma discussão de que a gente não teria votado, não estaria regrado em algum lugar. Então, a gente está estabelecendo e propondo enquanto na presidência, a partir das demandas da última reunião que a gente teve, que foi bastante desagradável no sentido do debate ficar em aberto e de certa forma o desrespeito prevalecer. Então, a gente tem que organizar isso para tentar melhor estruturar o trabalho. A gente tem o Conselheiro Gomes inscrito. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, boa noite. Presidente, eu quero fazer uma manifestação, registrando a inconformidade que estão os arquitetos e engenheiros desta cidade com o processo de licenciamento de processos na Secretaria de Desenvolvimento. Nós estamos em situação extremamente precária, ao ponto de que se você quiser apresentar um projeto hoje que precisa ser agendado, o sistema de agendamento que está funcionando lá é até 30 dias. Se entrar agora, qualquer colega entrar no agendamento lá, até 30 dias não vai ter lugar, aí de repente surge na quinta-feira, às 3 horas da tarde algum lugar, duas vagas ou coisa parecida 3, 4 horas e já desaparece. Então, nem o período mínimo ou máximo, no caso de fazer um agendamento de 30 dias, não funciona e não funciona. E por que não funciona, Presidente? Não funciona porque os processos estão armazenados lá na Borges de Medeiros, eles atirados na Borges de Medeiros. Ontem eu tive a oportunidade de trabalhar com o funcionário lá e ver como que eles se encontram organizados lá, literalmente atirados e tem uma pessoa para mexer nesses processos. Então, quando eu peço um processo o próprio funcionário da Prefeitura, que movido por uma solicitação minha lá, pede o processo para anexar os documentos que eu coloquei lá na secretaria, não encontra o processo e se desiste, porque o cara vai lá, o rapaz esse que trabalha lá sozinho, ele vai lá e olha, não achou na prateleira, tchau. Ele não vai voltar porque já tem outro que ele vai ter que procurar e mais outro que vai ter que procurar e mais outro. Ou seja, é um caos e a gente queria levar esse caos de uma maneira bastante responsável ao prefeito desta cidade. Então, eu estou pedindo para que o Conselho se manifeste, oficialmente, sobre essa questão, trazendo o secretário que é responsável por essa área, que é o Secretário de Desenvolvimento, o Secretário Cidade. Nós estamos em uma situação absoluta de desespero e é patético, Presidente, quando a gente vê na Zero Hora, da semana passada, uma matéria do Cidade dizendo que Porto Alegre licenciou 250.000 m² no último período de um ano. Faltou colocar uma pergunta só, aliás, uma informação, esses 2500.000 m², qual é a data de origem deles? Há quantos anos eles entraram no processo de licenciamento para ser aprovado nesse último período? Que com certeza pelo que eu conheço, pelo que eu participo e tenho notícia, são processos de 2, 3, 4 anos atrás, que vêm sendo acumulados e simplesmente desaguou. Então, vou fazer a conta, nos últimos 12 meses, ah, deu (Inaudível). Ok? (Sinalização de tempo esgotado). Então, eu fico por aqui, Presidente. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Eu acho que cabe reforçar o convite, o secretário já foi convidado, enquanto Secretário de Turismo e Desenvolvimento Econômico, é o mesmo, né, para tratar das questões de licenciamento. Não havendo mais inscritos a gente passa aqui ao Dr. Hudson para apresentar a lei, fazer a leitura dos artigos, a ideia de que a gente não faça o debate, que a gente consiga fazer a discussão na próxima terça-feira. Até para que vocês consigam se apropriar um pouco mais das questões levantadas. A gente apresenta aqui para vocês ponto a ponto, vai ter oportunidade até sexta-feira de se



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

manifestarem por escrito, proposta alteração, e na terça-feira a gente delibera e quem propor emenda a gente organiza a questão do tempo para defender a emenda, proposta de substitutivo. A gente Questão de Ordem. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** EU me inscrevi, mas não quero comunicar nada, eu quero esclarecimentos. Primeiro, como é o nosso calendário? Quando serão nossas próximas sessões? Porque eu não sou funcionária do município, faço um serviço de ordem pública e eu preciso me programar, até porque se tem um relato, preciso ter uma programação. Segundo, se as reuniões serão todas aqui, porque este espaço, como muito bem manifestado pelo Conselheiro Rafael, é totalmente inviável para o tipo de sessão que se propõe. Se vão ser aqui, bom, então, vamos analisar e te liberar se existe outros espaços ou não. A recém eu estava perguntando aqui para a colega da EPTC, lá tem um auditório que tem uma possibilidade de receber mais adequadamente esse tipo de sessão, porque é inviável fazer qualquer tipo de discussão aqui. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira. Sem dúvida, a questão da organização interna, da estrutura para dar conta das reuniões do Conselho, são de nossa responsabilidade e a gente está preocupado com isso sim. A gente em função do horário alternativo que se estabeleceu lá optou por trazer uma estrutura que é a nossa aqui, a exemplo de outras estruturas, que eu participo de conselhos de nível nacional e também são semelhantes a esta. Então, não vejo como uma distorção necessariamente ao espaço físico, mas a gente está deliberando ainda para tentar dar o melhor encaminhamento possível. Tem que ver as questões da Borges se vão sair, se não vão, a questão do horário. E a gente na sequência vai ter essa definição mais precisa, mas até que se defina o contrário, sim, as reuniões permanecem aqui, toda terça-feira, conforme estabelecido no Regimento. A gente tem o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A minha Questão de Ordem também é a questão que a Claudete falou sobre o espaço. O espaço da EPTC é excelente para esse tipo de reunião, porque lá já tem um conselho, que é o Conselho Municipal de Transportes. E é uma sala adequada, porque o Orçamento Participativo usou por muitos anos aquele espaço. Então, é mais um espaço a ser trabalhado. A segunda questão é sobre a minuta. Eu queria propor que a gente pudesse fazer alguns destaques para o debate dessa minuta, que não ficasse só para a gente apresentar. Então, eu queria saber se a gente pode destacar alguns artigos para o debate, que é importante, antes de que cada um apresente a sua proposta. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu diria, só sendo mais amplo, no sentido da gente oportunizar que todas as emendas fossem debatidas e votadas. Então, tanto a proposta que surgir como emenda, a nossa proposição é ser mais democrático possível, no sentido de que sejam todas debatidas, a partir de que se venha formalizado isso, uma proposta de alteração, a gente antes de votar abra tempo para discussão e faça a votação depois dessa discussão. Então, não haveria necessidade de se destacar na data de hoje algum ponto. A gente faz o debate a partir da apresentação dessa emenda, que naturalmente hoje vocês não vão ter todo conhecimento para poder fazer a discussão ou destacar algum ponto. Então, passou ao Hudson para fazer a leitura, eu vou ajudando ele nos esclarecimentos aqui. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Por gentileza, Secretário, poderia explicar como é que vai ser a metodologia depois? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nós optamos nesse momento para aguardar, virem os retornos de quantas propostas vão vir para a gente poder organizar a próxima reunião, se vão vir muitas propostas, a gente vai ter que organizar e disciplinar um pouco tempo um pouco diferente. Agora, se virem poucas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

propostas a nossa ideia é na virem os retornos de proposta de alteração, a gente possa disponibilizar a regra de como vai se dar a da votação. Naturalmente, garantido os espaços para debate e discussão. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** É uma metodologia que não me parece muito participativa e democrática, que eu tenha uma apresentação assim e uma limitação, porque hoje é terça-feira e até sexta-feira eu tenho que encaminhar previamente. Eu uma discussão mais saudável e sadia, primeiro ter sido encaminhada essa minuta e depois que as discussões possam ser apresentadas na data e a seu tempo, na verdade. Esse tempo é exíguo, muito exíguo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Se for o entendimento dos conselheiros, a gente pode dar mais um final de semana, como é terça-feira a próxima reunião, a gente deixa a apresentação para segunda-feira, as propostas para virem formalizadas até segunda-feira, uma semana. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** E por que não na sessão, Secretário? Porque eu não posso apresentar na própria sessão?. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Para a gente poder preparar, cruzar, incluir para trazer uma discussão mais organizada, porque se chegar isso na hora a gente não vai conseguir fazer. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** É exatamente como eu me sinto, porque chega na hora e eu não consigo fazer nada. Como o que está sendo feito agora, que já foi feito com alguns conselheiros e outros não participaram dessa discussão. Parece que tem dois pesos e duas medidas. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu gostaria de sugerir um pouco diferente. Eu gostaria de fazer uma proposta, que essa reunião que vai ser um debate longo, que fosse extraordinária, não fosse dentro da pauta, por favor. Eu acho ruim isso, porque nós temos muitas coisas, todos aqui têm interesse em votar alguns processos, mas esse é um tema muito importante para nós. Então, eu sugiro uma reunião extraordinária para realmente a gente focar em cima disso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, Conselheira, a nossa ideia é que realmente não tenha pauta, porque a gente saber do tempo que vai durar e que seja como estamos fazendo hoje. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, vai se restringir a esta minuta ou vai ser de todo o regimento. Eu acho que nós merecemos uma discussão de todo o regimento, não apenas de alguns pontos levantados por alguns conselheiros. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A senhora tem toda a liberdade de apresentar uma nova proposta, que vai ser deliberada. Então, se quiser incluir mais pontos e não tratar emenda por emenda, é da sua liberdade enquanto conselheira fazer essa proposição de alterar... (Manifestação fora do microfone). No substitutivo que a senhora apresentar pode trazer uma proposta diferente, regulamentando os pontos que a senhora entende. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Por isso eu queria saber a metodologia para ficar claro. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Se a senhora vai trazer artigos que não estão contemplados no artigo atual, naturalmente, tem que ser um substitutivo e não emenda a emenda. Agora se estiver dentro deste escopo e quiser alterar alguma coisa, vai ter que ser proposição de emenda. Agora, se vierem outros artigos e tratar de forma diferente, teria que vê rumo forma de substitutivo. Hudson, faça a apresentação para nós. **(MINUTA DA RESOLUÇÃO NÚMERO 01 NA ÍNTEGRA):** Resolução nº 01: DISCIPLINA OS ARTIGOS 6º, 8º, 10, 13, 14, 17, 18, 20 A 23, DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

AMBIENTAL (CMDUA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA) de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que o Conselho aprovou e o Prefeito Municipal homologou a seguinte Resolução: Art. 1º. Esta Resolução dispõe sobre a regulamentação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA) de Porto Alegre. Art. 2º. Período de comunicação é aquele em que Conselheiro, Entidade ou Participante tem uso livre e irrestrito da palavra sobre matéria afeta às atribuições legais do Conselho e demais encaminhamentos que entender pertinentes. §1º Para fazer uso da palavra na forma do disposto no caput deste artigo, pelo período máximo de 3 (três) minutos, o Conselheiro ou Representante de Entidade solicitará ao Secretário Executivo que registre sua inscrição para comunicação até o início da sessão, sob pena de preclusão. §2º O período de comunicação dos Conselheiros ou Representantes de Entidades inscritos na forma do §1º deste artigo, não deverá ultrapassar o tempo máximo de 30 (trinta) minutos. §3º Havendo mais de 10 (dez) Conselheiros ou Representantes de Entidades inscritos para comunicação, o tempo será equitativamente dividido entre eles. §4º O Conselheiro ou Representante de Entidade inscrito apenas poderá ceder seu momento de fala ao respectivo Suplente ou Delegado. §5º Os participantes que desejarem fazer uso da palavra, pelo período máximo de 5 (cinco) minutos, e em número não superior a 3 (três), deverão solicitar ao Secretário Executivo o registro do pedido em até 15 (quinze) minutos antes do início da sessão. §6º Após manifestação do participante, será facultado a Conselheiro ou Representante de Entidade resposta ao comunicado por período não superior a 1 (um) minuto. §7º É vedado aos Conselheiros, Representantes de Entidades e participantes inscritos ceder seu momento de fala a outrem, ressalvado o disposto no §4º deste artigo. Art. 3º. É vedado a Conselheiro ou Entidade suscitar questão de ordem durante o período de comunicação. Art. 4º. A questão de ordem prevista no art. 13 do Regimento Interno do CMDUA, decidida pelo Presidente, será suscitada por Conselheiro ou Entidade uma única vez sobre o mesmo objeto de deliberação, estando a sua fala limitada pelo tempo máximo de 1 (um) minuto. Parágrafo único. A questão de ordem será de pronto indeferida pelo Presidente caso não diga respeito ao objeto em pauta ou à aplicação do Regimento Interno. Art. 5º. Encerrado o período de comunicação, serão apreciados os processos na ordem da pauta. Art. 6º O relator do processo apresentará seu parecer pelo tempo máximo de 10 (dez) minutos. Art. 7º. O parecer a ser submetido à votação do Conselho será conclusivo, indicando pela aprovação ou reprovação do projeto, vedada manifestação parcial ou com ressalvas. Parágrafo único. O Presidente determinará a redistribuição do processo quando o Relator não atender ao disposto no caput deste artigo ou aos trâmites e prazos disciplinados no art. 21 do Regimento Interno. Art. 8º. É facultado ao representante do empreendedor solicitar inscrição para apresentar o projeto aos Conselheiros durante 10 (dez) minutos, antes da leitura do parecer do relator. Parágrafo único. Eventuais dúvidas sobre o projeto serão formuladas uma única vez por Conselheiro ou Entidade que assim entender, em manifestação que não excederá 1 (um) minuto. Art. 9º. As diligências a que se refere o art. 20 do Regimento Interno serão solicitadas uma única vez pelo Relator, que fará os encaminhamentos que entender cabíveis para deliberação do Conselho. §1º Os pedidos de diligência deverão ser formulados por escrito em quesitos objetivos e claros, exclusivamente pelo Relator do processo, salvo na hipótese do §2º deste artigo. §2º O Conselheiro da Região diretamente relacionado com o processo relatado, se assim entender, no seu pedido de vista poderá solicitar diligência, formulada por escrito em quesitos objetivos e claros, que passará por deliberação do Conselho. §2º Incluso o processo em pauta e relatado o parecer sem pedido de diligências e após o relato de vista do Conselheiro da Região, resta a matéria



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

preclusa. Art. 10. Retornando o expediente, após diligências, o Relator apresentará parecer na sessão seguinte, na forma do art. 6º desta resolução. Art. 11. Após relato, em não havendo pedido de diligências ou retornando expediente, a questão será objeto de debates, facultado o uso da palavra por Conselheiro ou Entidade pelo período de 2 (dois) minutos, mediante solicitação colhida pelo Presidente. Parágrafo único. Não realizada a inscrição que se refere o caput deste artigo, não será permitida manifestação de Conselheiro ou Entidade durante os debates, salvo para suscitar questão de ordem. Art. 12. O direito de vista do processo será exercido por Conselheiro ou Entidade uma única vez, na forma do disposto no parágrafo único do art. 18 do Regimento Interno. Art. 13. O processo ficará disponível para vista na Secretaria do Conselho, pelo prazo de 7 (sete) dias. §1º. Na hipótese de pedido de vista por apenas um Conselheiro ou Entidade, o processo poderá ser disponibilizado para retirada em prazo não superior a 7 (sete) dias corridos, ressalvados os casos de dilação deliberada pela maioria simples do Conselho, por igual período. §2º. Em caso de solicitação concomitante de vista de um mesmo processo por mais de um Conselheiro ou Entidade, apenas o Conselheiro da Região poderá retirar o processo no último dia útil da semana. §3º. Na hipótese do §2º deste artigo, o processo poderá ser retirado da Secretaria apenas no último dia útil da semana, 60 (sessenta) minutos antes de se encerrar o expediente, devendo ser entregue, impreterivelmente, no próximo dia útil, em até 60 (sessenta) minutos após o início do expediente. §4º. A não observância dos prazos estabelecidos no §2º deste artigo poderá ser objeto de apuração de falta, conforme o art. 7º, §3º, do Regimento Interno. §5º. Todos os solicitantes que tiverem vista conjunta do processo são corresponsáveis pela retirada, conservação e entrega do expediente no prazo regimental. Art. 14. Quando do retorno de vistas, o relator do processo apresentará breve relato do projeto e dos encaminhamentos propostos em seu parecer pelo tempo máximo de 2 (dois) minutos. §1º. Após manifestação do Relator, o Conselheiro ou Entidade que retirou o expediente para vista poderá fazer breve manifestação sobre a matéria em apreço pelo tempo máximo de 10 (dez) minutos. §2º. Antes da manifestação disciplinada no §1º deste artigo, o Conselheiro ou Entidade que retirou o expediente para vista deverá entregar por escrito o Relato de Vista, o qual integrará o processo. Art. 15. Encerrados os debates disciplinados no art. 11 desta Resolução, o parecer será objeto de votação pelo Conselho. Art. 16. No processo de votação, os Conselheiros e Entidades serão chamados nominalmente pelo Presidente para que oralmente manifestem voto pela aprovação ou não do parecer ou da minuta de resolução em análise. Parágrafo único. Durante a votação só será admitido o uso da palavra para declaração de voto. Art. 17. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. **Hudson, Assessoria Jurídica da SMAMS:** Boa noite. Sou o assessor jurídico da SMAMS. A gente elaborou essa minuta, as questões que se entendeu por comentar e trazer à deliberação do Conselho. Esse trabalho a gente fez também com a Dra. Kelly, que nos ajudou bastante na redação. A ideia é fazer uma leitura conjunta, mais ou menos tentar deixar claro porque a opção pela redação ou pelo tempo, como foi disciplinado aqui. Então, se vocês quiserem me acompanhar. No primeiro fala sobre a regulamentação do Regimento, ou seja, aqueles pontos onde o Regimento Interno apresenta uma lacuna e a maioria simples do conselho pode deliberar sobre essas as lacunas e dúvidas sobre a interpretação do Regimento. Então, nesse sentido que se apresenta essa minuta de resolução. No artigo 2º começam as exposições em relação à regulamentação do disposto no Regimento Interno. No período de comunicação é aquele que Conselheiro, entidade ou participante tem uso livre e irrestrito da palavra sobre matéria afeta às atribuições legais do conselho e demais encaminhamentos que entender pertinentes. Aqui tem uma opção clara pela redação, no sentido que faz a distinção entre Conselheiro, entidade e participante, que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

é a mesma distinção que o Regimento Interno faz no artigo 6º, § 6º e 7º. Então, por isso não tratar todos como conselheiros ou representantes de entidade, porque já há essa distinção no regimento interno. E também a necessidade de disciplinar o que seria esse período de comunicação, para ficar claro que é onde o conselheiro exerce as atribuições inerentes ao assento. Ou seja, não pode ser interrompido e pode trazer qualquer questão que entender ser discutido. Então, § 1º, do artigo 1º, para fazer uso da palavra na forma do disposto no caput deste artigo, pelo um período máximo de 3 minutos, já está disciplinando o que já é na prática o que tem expediente de expediente aqui no Conselho, 3 minutos, fazer a inscrição antes do início e depois não é possível fazer uso da palavra no período de comunicação. § 2º, o período de comunicação dos conselheiros, que disciplina um período máximo para comunicação. Caso tenha mais de 10 conselheiros o tempo será dividido entre eles. O § 4º, a questão da cedência do tempo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É importante, havendo suplente ou delegado ele pode ceder o tempo a partir, naturalmente, da inscrição prévia. **Hudson, Assessoria Jurídica da SMAMS:** O § 5º são aqueles participantes também que o Regimento Interno disciplina, são aquelas pessoas que podem fazer uso da palavra, uso da inscrição também. E daí aqui fica restrito a três para deixar um tempo razoável para a condução dos trabalhos do Conselho, que também tem deliberar sobre outras matérias. Não superior a três manifestações, ou seja, três pessoas se manifestando no período máximo de 15 minutos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Isso já estava previsto no regimento, a inscrição 15 minutos antes de começar. **Hudson, Assessoria Jurídica da SMAMS:** "...após manifestação do participante será facultado ao conselheiro representante de entidade resposta ao comunicado por período não superior a 1 minuto"; ou seja, pode responder o que foi comunicado sem problema nenhum, tirar dúvida. O § 7º, que é vedado aos conselheiros representantes de entidades e participantes inscritos somente fala a outro. Art. 3º, § 4º, que é vedado ao conselheiro de entidades suscitar Questão de Ordem durante o período de comunicação. Ou seja, esse é o período mais livre, questão de ordem não caberia. Então, resguarda essa prerrogativa do Conselheiro de falar o que entender naquele momento. Artigo 4º, a questão de ordem prevista no artigo 13 do Regimento Interno, ou seja, a apresentação da questão de ordem limitada a um minuto sobre o mesmo objeto. O parágrafo único trata da questão de ordem pelo presidente, caso não diga respeito ao objeto em pauta ou aplicação do regimento interno, para evitar maiores tumultos. Artigo 5º, que encerrado o período de comunicação serão apreciados os processos na pauta. O artigo 6º, a apresentação verbal pelo conselheiro, a leitura, período máximo de 10 minutos, que pode ser deliberado pelo conselho, se entender uma matéria de relevante importância, seja dado mais tempo. Artigo 7º, no mesmo sentido, para as pessoas entenderem as alternativas, se estão votando pelo sim, pelo não e não com muitos condicionantes. Parágrafo único, onde o presidente determinará a redistribuição do processo quando o relator não atender o disposto. O artigo 8º, que é facultado ao representante do empregador solicitar inscrição para apresentar o projeto aos conselheiros durante 10 minutos, antes da leitura do parecer do relator. Também imagino que seja algo que está na prática acontecendo. Então, só disciplinando o tempo de fala do representante do empreendedor. Fica um minuto para dúvida e aí o tempo para resposta. (Manifestação fora do microfone). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** São dúvidas que podem ser levantadas a partir da apresentação do relator, formula a dúvida e faz a pergunta. **Hudson, Assessoria Jurídica da SMAMS:** Artigo 9º, sobre as diligências atendidas, aí tem formulado o parecer. § 1º, que os pedidos de diligências deverão ser formulados por escrito em quesitos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

objetivos claros, exclusivamente pelo relator do processo. a questão é só para deixar, aos termos que encaminham para diligências, o quesito destacado. Os processos tendem a demorar mais, que já é uma demora excessiva, a gente sabe a estrutura da prefeitura, que também tem algumas deficiências Então, para facilitar essa resposta em diligências, deixar por escrito e claro. Alguns pedidos vêm em ata também, é sempre bom deixar ele registrado por escrito e juntar ao processo. § 2º, é sobre o pedido de vista, o conselheiro da região poderá pedir e solicitar também diligências, por escrito em quesitos objetivos declarados que passará por deliberação do Conselho pedido de vista. O § 3º, não é possível o pedido de diligência depois. O artigo 10, artigo 11 é aquela inscrição para debates após relatos, daí só fica disciplinado o período de 2 minutos para cada Conselheiro. Parágrafo único, que não realizada a inscrição a que se refere não será realizada a inscrição da entidade durante os debates, salve por questão de ordem. Artigo 12 (Inaudível) será exercido por Conselheiro de entidade uma única vez na forma do disposto no parágrafo único do artigo 18 do Regimento Interno. Artigo 13 é que o processo ficará disponível para vista na Secretaria do Conselho pelo prazo de 7 dias. § 1º, que na hipótese de pedido de vista por apenas um conselheiro o processo poderá ser disponibilizado para retirada em prazo não superior a 7 dias corridos. No período de 7 dias pode tirar o processo, levar se for o único pedido de vista, se tiver mais pedidos daí a gente entra na regra do § 2º, que em caso de solicitação concomitante de vista de um mesmo processo por mais de um conselheiro ou entidade apenas o Conselheiro da região poderá retirar o processo no último dia útil da semana. Parece que me foi informado também que já vinha ocorrendo na prática. § 3º, que o processo poderá ser retirado na secretaria apenas no último dia útil da semana, 60 minutos antes de se encerrar o expediente, devendo ser entregue impreterivelmente no próximo dia útil em até 60 minutos após o início do expediente. Havia a necessidade de regar esse tempo para entrega do processo. Então, a gente fez a previsão. § 4º, sobre os prazos estabelecidos. § 5º sobre a vista conjunta, em que todos os solicitantes do conjunto de processos são responsáveis pela retirada, conservação e entrega do expediente no prazo regimental. Só para deixar clara a questão da devida cautela e cuidado com os autos do processo, que às vezes tem alguns problemas. (Manifestação fora do microfone). Corresponsável no sentido de colocar em pauta. (Manifestação fora do microfone). É conjunto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Deis a gente abre para debate. **Hudson, Assessoria Jurídica da SMAMS:** Artigo 14, o relato de vista do processo, apresentado breve relato do projeto e dos encaminhamentos propostos em seu parecer pelo tempo máximo de 2 minutos. É um breve relato trazendo de volta a questão da liberação do Conselho, disciplinado por 2 minutos e em seguida os relatos da vista. Está disposto no § 1º a manifestação do relator, ou seja, esses 2 minutos o conselheiro, antes do expediente, para fazer breve manifestação sobre a matéria em apreço pelo tempo máximo de 10 minutos. Então, 10 minutos para o relato de vista. § 2º, que o conselheiro ou entidade que tirou o expediente para vista deverá entregar por escrito relato de vista, o qual entregará o processo. Artigo 15, que o parecer será objeto de votação pelo conselho. Artigo 16 do processo de votação dos conselheiros e entidades, que serão chamados nominalmente pelo presidente para que oralmente manifestem pela aprovação ou não do parecer, ou da minuta de resolução e análise Então, essa é uma questão também, é uma dúvida, é melhor disciplinar aqui, não precisa ser nominal, mas como havia essa questão. Então, acho melhor ficar para deliberação do Conselho. Parágrafo único, que durante a votação será permitida a palavra para declaração. Então, é isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Dúvidas? Conselheira Claudete. (Manifestação fora do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

microfone). **Hudson, Assessoria Jurídica da SMAMS:** É uma faculdade, Conselheira, fazer essa manifestação. Ou seja, a preclusão... (Manifestação fora do microfone). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos pegar aqui, é a Claudete inscrita, Conselheiro Felisberto. Mais alguém? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Se o interesse público preclui, o que é? É que nós temos várias vezes aqui que a gente perde o direito de fazer isso. Eu quero saber se o interesse público suporta isso, aí eu não rever os atos administrativos quando eles estão ilegais e que não pode ser feito o interesse público preclui. E o artigo 2º começa dizendo assim, que tem o uso livre e irrestrito da palavra. Parece uma contradição tão grande, porque o uso livre e irrestrito depois é restringido, né. Ele não é tão irrestrito assim, né. Então, livre porque se eu vou ter só 3 minutos, 2 minutos, 1 minuto. **Hudson, Assessoria Jurídica da SMAMS:** Quanto à questão da preclusão é uma faculdade, toda faculdade, principalmente na condução de alguns trabalhos deliberativos ou de processos, preclui, independente da matéria. Agora, o que a senhora se refere imagino que seja em relação à instrução do processo, ou seja, a instrução dos autos, que daí é de competência da prefeitura, que é quem exerce o ato administrativo, nesse caso não o conselho. A segunda questão não foi bem formulada, na verdade, o que é para precluir é a faculdade do Conselheiro. Nessa minuta, claro, levada ao Conselho para que entendam se é assim dentro da sua competência. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Urbano – RGP. 1:** Eu quero dizer que o melhor artigo dessa minuta de resolução é o 16º, em que propõe a declaração de voto e a votação nominal. Por que eu falo isso? Porque ficará consignada em ata a responsabilidade de cada Conselheiro que votar no processo. Então, acho que esse é um aspecto fundamental. E quero dizer assim, que cada voto que nós estamos aqui, nós somos responsáveis por esse voto. E a minha dúvida é quanto um processo, mesmo aprovado por maioria neste Conselho estiver viciado. E a pergunta da Claudete foi nesse sentido e oportuna a pergunta dela. E na minha opinião não preclui, qualquer Conselheiro tem o direito de reivindicar análise do projeto, obedecendo aos princípios da legalidade e moralidade, que são princípios básicos da administração pública. E não é porque vem com parecer, muitas vezes não tem o aval da Procuradoria, e muitos processos eu solicitei análise pela PGM, porque é fundamental a gente dirimir as dúvidas que tem, porque muitas vezes o processo não vem assinado, mesmo o parecer da CAUGE não vem assinado pelos Procuradores da PGM. Então, eu digo assim, e aqui o último processo é motivo de análise muito atenta, porque aí há várias ilegalidades. E eu requeri o pedido da ata, do áudio, para que a gente tome as medidas cabíveis para que seja bem avaliado aquele processo. (Sinalização de tempo esgotado). Então, assim, o cerceamento da palavra é perigoso. E a minha dúvida é que esse regimento tem que ser o mais debatido possível e não meia dúzia de conselheiros dizerem o que é melhor para este Conselho ou não. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Obrigado, Conselheiro. **Hudson, Assessoria Jurídica da SMAMS:** Só em relação à responsabilidade dos conselheiros, eles são responsáveis pelo seu voto, no âmbito das competências do Conselho. Não são responsáveis por todo o processo, até porque passa pela CAUGE também. Então, a Prefeitura também tem seus órgãos de controle para instrução processual. Então, a responsabilidade do Conselheiro é em relação apenas ao seu voto, isso é assim em todos os conselhos deliberativos. Entretanto, eu trago a minuta, apenas a redação, é uma questão também de interpretação, claro, pode ser feita essa interpretação, aí os conselheiros tragam essas alterações. É o que eu sugiro. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

637 Conselheiro Rafael. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do**
638 **Brasil – IAB/RS:** Bom, eu perguntaria primeiro se algum dispositivo dessa resolução altera
639 o regimento, se altera o regimento me parece que nós estamos tratando de uma resolução,
640 mas sim de regimento. Uma alteração do regimento só por resolução, meu entendimento.
641 Bom, eu já na aprovação do regimento fiquei com grande dúvida, porque não chamar de
642 conselheiros representantes da entidade, aí cita o Artigo 13, se eu não me engano...
643 Desculpa, ele cita a 661/2010, a lei complementar e o *caput* dele, claro. Ele põe
644 representantes do executivo, representantes de entidades, etc. e tal, e aí no nosso
645 regimento a gente tem duas categorias. Até aí tudo bem, ainda que eu ache estranho, mas
646 essa resolução acaba por ferir a isonomia entre as diferentes representações neste
647 Conselho. Há diferentes representações aqui dentro deste Conselho ou todos os
648 conselheiros têm isonomia? **Hudson, Assessoria Jurídica da SMAMS:** Eu imagino que
649 essa discussão foi feita apenas... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal**
650 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado! **Rafael Pavan dos**
651 **Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu não encerrei.
652 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
653 **Sustentabilidade - SMAMS:** Desculpa! **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente),**
654 **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Ou seja, para mim o artigo 13, § 2º e o artigo
655 9º, § 2º, ferem a isonomia entre os conselheiros do CMDUA. Por que um pode mais do que
656 o outro na tramitação de processos aqui dentro? Aliás, alguns deveriam ter mais deveres
657 definidos por resolução deste Conselho, deveriam ter mais deveres em relação aos seus
658 fóruns regionais e etc. E não mais direitos como esta resolução está dando e criando,
659 ferindo a isonomia de conselheiros que deveriam ser tratados como iguais dentro deste
660 Conselho. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
661 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. **Hudson, Assessoria Jurídica da**
662 **SMAMS:** O que se faz é só o que está previsto no Regimento Interno, o Regimento Interno
663 faz essa distinção e não a resolução, a resolução só acata o que dispõe o Regimento
664 Interno. O artigo 6º, § 6º e 7º, *ipsis literis* como a gente fez aqui na resolução. E eu imagino
665 que não seja em relação a exercício de faculdades ou de atribuições, mas apenas essa
666 discussão foi feita em relação ao artigo 7º, § 3º, que daí distingue em relação, por exemplo,
667 à suspensão da entidade nos casos de autuação de falta, mas da entidade, não do
668 Conselheiro. Ou seja, seria do assento do Conselho. Eu imagino que tenha sido feita essa
669 distinção, por isso. Eu não estava aqui quando foi feito esse Regimento Interno.
670 (Manifestação fora do microfone). Olha, eu não vislumbro essa hipótese, mas tudo bem.
671 **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do**
672 **Sul – UFRGS:** Eu gostaria de falar na mesma direção que falou o Rafael. Eu entendo aqui
673 no artigo 2º, o período de comunicação é aquele que o Conselheiro de entidade. Então,
674 entidade é diferente de Conselheiro? Não entendo. E o que falou a Conselheira Claudete
675 em relação à preclusão, que está aqui no § 1º, artigo 2º, que tem mais depois, mas esse
676 aqui: “Registro e inscrição para comunicação até o início da sessão, sob pena de
677 preclusão”. Preclusão do quê? E aqui no artigo 9º, § 2º, também fala: “esta matéria
678 preclusa”. Então, eu acho que algum esclarecimento, eu tenho várias questões aqui, mas
679 acho que vou mandar por escrito, mas isso eu acho que ficou pouco claro na escrita, eu
680 acho que não está claro o que quer dizer esse precluso e preclusão. Não deixa claro o
681 parágrafo escrito. E também no artigo 9º a forma como está, depois do relator: “... que fará
682 os encaminhamentos que entender cabíveis para deliberação do Conselho”. Como assim
683 para a deliberação do Conselho? As diligências não serão mais encaminhadas? Vão
684 passar pela deliberação do Conselho as diligências do Conselheiro que deu o parecer?
685 **Hudson, Assessoria Jurídica da SMAMS:** Isso. **Germano Bremm, Presidente e**



Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: A maioria simples. **Hudson, Assessoria Jurídica da SMAMS:** A questão da preclusão é só quando não é possível mais se exercer uma faculdade, que é precisamente isso que ocorre no período de comunicação, a faculdade do Conselheiro de fazer uso da palavra naquele período. Ou seja, se ele não faz no tempo hábil resta de fato a matéria preclusa. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A oportunidade de manifestação, encerrou o prazo, precluiu o direito de manifestação. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não pode mais falar. **Hudson, Assessoria Jurídica da SMAMS:** Naquele período. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Os outros prazos. É como a gente faz, fazemos a inscrição, encerrou a inscrição, não vai ser durante o processo da comunicação dos demais que vai se reabrir o processo de inscrição. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** O problema é que não está claro que seja isso. Nem nesse caso aqui e nem no § 2º do artigo 9º. Eu não estou questionando o entendimento do que seja preclusão e precluso, eu estou questionando é a escrita, que não está clara. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Como é uma questão do Direito tão clara para nós, falta esclarecer isso melhor. **Hudson, Assessoria Jurídica da SMAMS:** Só em relação sobre a distinção entre conselheiro e entidade, eu passo novamente ao artigo 6º, § 6º e 7º do Regimento Interno. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É ele que faz essa distinção aos moldes que estabelece o artigo 33 do Plano Diretor, que também tem alguma distinção. Naturalmente, todos são conselheiros, mas a gente só seguiu a lógica para não contrariar essa divisão, porque tem um regramento específico no regimento. Então, é seguindo o que dispõe o Regimento Interno. O Conselheiro Paulo Jorge está inscrito. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** O artigo 2º, § 7º: “É vedado aos Conselheiros, Representantes de Entidades e participantes inscritos ceder seu momento de fala a outrem, ressalvado o disposto no §4º deste artigo”. Eu acho que se ele quiser dar o tempo dele pode, é possível. Eu acho que é possível tirar esse artigo aqui, porque de repente eu quero falar em comunicação sobre o meu bairro, uma situação mais prolongada, eu posso falar 3 minutos, 6 minutos, dou toda explicação e exemplo. Eu acho que não pode ser fechada a palavra. **Hudson, Assessoria Jurídica da SMAMS:** É feita essa previsão ali, por exemplo, pode ceder o momento de fala para seu respectivo suplente ou delegado. Nesses casos é possível, mas é uma questão de deliberação do Conselho. Não uma questão formal que pode ser modificada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É uma proposta que a gente fez para organizar os tempos, garantir a participação de todos, tem o público externo que vai poder se manifestar, tratado como participante, tem o prazo dele. A proposta não foge muito daquilo que a gente pratica, com alguns esclarecimentos um pouco maiores, que por vezes dá algum debate de não ter sido votado, deliberado. Então, é para organizar, para termos um bom ano, temos um ano pela frente de muitos debates calorosos. É de bom tom que a gente dê uma organizada nessas regras. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, eu gostaria de registrar o descontentamento com a forma, o método como foi tratado isso. Eu estou Vice-Presidente deste Conselho e fiquei sabendo agora. Quer dizer, para algumas coisas há excesso de formalidade, para outras coisas se pega um grupo de amigos e vamos ver como é. Isso é extremamente constrangedor para mim e aos colegas. Em relação a esse método, eu aprendi na prática que quando você quer ir



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

para o conflito é esse o método. Exatamente o que o Secretário anterior, o Maurício Fernandes, fez em relação ao Regimento Interno. Trouxe um regimento pronto, sem nenhuma discussão, nós ficamos alguns meses debatendo aquilo, aquela situação ao invés de empatia e colaboração, de conflito. Qualquer ação política que se deseja, que tenha um bom resultado, não começa pela coisa pronta, a coisa pronta exatamente, para a nossa surpresa, está em ata, não foi nem avisado, isso poderia ter sido discutido na reunião anterior. Eu aposto que 90% dos conselheiros não tem nem o Regimento Interno aqui para acompanhar esta discussão. Feito isso, Secretário, eu me sinto um pouco responsável por isso, por essa atitude do Presidente do Conselho em função da reunião passada. Eu não vou pedir desculpas, momentaneamente, e eu gostaria de dizer que estão em aberto ainda as questões que foram colocadas, porque eu passei pelo mal educado, etc. e etc., mas as questões que eu coloquei estão em aberto e são muito graves. Inclusive, com subtração de documentos, é bem grave. Então, eu acho que isso também tem que ser, como é que fica isso Regimento Interno quando o gestor falta com uma questão? O gestor é o conselheiro também. Eu acho que isso é para ser acrescido, mas o que eu querendo dizer, basicamente, é isso, que o método, sinceramente, eu quero colaborar, quero ser proativo, mas o método escolhido, na minha humilde opinião, é o pior possível. Traz uma matéria pronta e joga. Um grupo é extremamente complicado, eu não sei se é intencional ou é falta de habilidade, mas eu deixo esse recado. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. A nossa ideia é realmente dar oportunidade para todos proporem emendas, alterações, isso é fruto sim da coordenação dos trabalhos e é nosso dever organizar o fluxo dos trabalhos, é nesse sentido que a gente traz. Vocês analisando ponto a ponto da proposta vamos verificar que é muito do fluxo que a gente exerce lá, com alguns esclarecimentos. Se os conselheiros entenderem como adequada essa proposta votaram pelo sim, se entenderem como inadequada poderão votar pelo não, emendas ou substitutivos também serão deliberados. A gente vai dar esse prazo para análise um pouco mais aprofundada para na próxima reunião a gente fazer o debate e votar ponto a ponto, no sentido de construir uma metodologia que nos permita desenvolver o trabalho com serenidade, com maturidade. Conselheiro Jackson. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, colegas. Presidente, eu vou eu vou encaminhar as minhas questões por escrito. Eu agradeço pela palavra. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro Jackson. A gente abriu a inscrição, vamos encerrar. Temos mais a Conselheira Claudete novamente para falar e o Conselheiro Emerson. Encerramos a inscrição das dúvidas. Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu queria fazer uma pergunta, qual é o nome do assessor? Hudson? Hudson, isto aqui é uma minuta que a PGM está fazendo? Tu estás fazendo pela PGM? Porque é um documento que veio sem assinatura, sem encaminhamento. Então, eu gostaria de verificar e saber formalmente, até porque se foi um pedido da Secretaria deve ter sido aberto um processo eletrônico, que assim são os procedimentos entre as secretarias, né. Se é um procedimento que tu estás fazendo eu gostaria que isso fosse formalizado, que a PGM está dando a legalidade dessa proposta. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Enquanto Presidente deste conselho é uma solicitação minha, ele é meu assessor jurídico e o trouxe esta proposta para deliberação e discussão do Conselho, como prerrogativa do seu presidente. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Então, ele não é o assessor da PGM? Eu gostaria que esclarecesse. **Germano Bremm,**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Ele é um assessor da Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade, trabalha comigo na secretaria. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Então, eu gostaria de uma análise da PGM sobre a legalidade deste documento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não há necessidade da PGM se manifestar sobre. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu entendo que é, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, a senhora pode judicializar a questão e debater no âmbito judicial. Por favor, Conselheiro Emerson. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Quero já pegar o gancho dessa situação, eu acho que a Conselheira Claudete não leu bem o Regimento Interno, que fala que é de competência do Presidente. Eu acho também que faltou, não sei se entraria nesse ponto a questão da ética neste Conselho. Eu acho que poderia apresentar uma nova resolução para isso, para que a gente também tenha critérios de ética neste Conselho. É muito fácil eu chegar e acusar alguém, falar de alguém e depois querer cobrar ética. Então, fica complicado. Eu quero parabenizar a iniciativa de ter esse regimento, eu sei que não vai agradar a todos, a gente vive um processo democrático, uns vão se agradar, outros não vão, mas está aí a resolução apresentada. Aqueles interessados em apresentar emendas, substitutivos, excluiu artigo, é o momento para criar o regimento para a gente ter um dinamismo nas próximas reuniões. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Desculpa, Conselheiro Gomes e Conselheiro da Região 01, eu propus que se inscrevessem, encerrei as inscrições. Então, desculpa, na proposta que regimento é justamente para a gente evitar esse tipo de situação, que a gente fique abrindo a discussão e quando vê a gente fica no debate a noite inteira. Eu abri exceção para que todos se manifestassem e levantassem as dúvidas, encerrei. Por favor, conselheiro. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Então, só para dar conclusão ao que estou comentando aqui, o processo vai ser livre, quem quiser apresentar vai apresentar, aqueles que não quiserem apresentar nada e concordar com o documento, mas eu ainda coloco que o formato depois seja apresentado também, porque vai ter que dar uma formalidade para isso, o momento de apresentação, como que vai ser discutido, uma regulamentação para isso, para a gente ter mais clareza, chegar aqui e não ter dúvida de como que vai se dar o processo para apreciar essas novas emendas. Então, seria isso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. É importante lembrar mesmo, a gente tem que fazer a regulamentação e vamos construir uma proposta de regulamento dos artigos que tratam das faltas com relação à ética, decoro do Conselho. É importante que a gente tenha isso previamente regulamentado, esclarecido e vamos na sequência apresentar uma proposta também para vocês. A gente tem duas questões de ordem, Conselheiro Felisberto e Conselheiro Gomes. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Talvez possa não ser interpretado como Questão de Ordem, mas eu vejo bem claramente que o Presidente não é o rei deste Conselho. Ele deve se submeter ao crivo do plenário do Conselho. O senhor está Presidente. Então, tem que ficar bem claro que o Presidente tem que ser o mais exemplo possível nas suas atribuições. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sem dúvida, Conselheiro. É Questão de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A Questão de Ordem é isso, quero saber qual é o papel dos conselheiros perante a sua autoridade. Então, quero saber, porque eu estou me sentindo violentado na minha colocação como conselheiro, que tenho que me submeter ao que vem de cima. E eu não aceito isso como Conselheiro, nem os delegados da RGP. 01 aceitam isso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Este é um processo democrático, a gente dá oportunidade para todos se manifestarem, proporem emendas e deliberarem como o papel deste Conselho, naturalmente. Não há nada, nenhuma imposição, imposição seria se eu impusesse uma regra e não deliberasse, não discutisse com vocês e assim fosse a regra definida. Naturalmente, vai ser votado, a maioria vai ter oportunidade de dizer sim ou não. É nesse sentido que essa regra vai ser fixada para os demais. Tem uma Questão de Ordem? Não mais? Então, encerrada a apresentação, a gente tendo como pauta específica, a gente encerra a reunião do Conselho e reforça o prazo até a segunda-feira para as propostas de emendas ou substitutivos para serem avaliadas e a gente disponibilizar para todos vocês à votação na terça-feira próxima. Obrigado. (Encerra-se às 19h30min)

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2831/2020

Aos quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Luiz Voelcker, nº 55 – Sala 111/sede da SMAMS reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanzo Magni (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Freitas (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Luana Nunes (1ª Suplente), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virginia Darsie de Oliveira (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Carolina - Representante da Daniela Vieira Silva (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (Titular), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (2ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Fausto Isolan (1º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; e Sérgio Ramos Gonzales (1º Suplente), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: José Romani Dutra da Fonseca (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. **ABERTURA**; 2. **VOTAÇÃO DA ATA 2827/2019**; 3. **COMUNICAÇÕES**; 4. **APRESENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 01**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h05min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Boa noite senhores conselheiros. A Gabrielle está passando a inscrição para o período de Comunicação. Por favor, quem tiver interesse em se manifestar no período de Comunicação faz a inscrição, tão logo encerradas as inscrições aqui a gente dá seguimento na pauta. Em não havendo nenhum inscrito no período de Comunicação, a gente encerra o período de inscrição, dando início aos trabalhos, inicialmente com a votação da Ata de nº 2827/2019. 2. **VOTAÇÃO DA ATA 2827/2019**. Votos favoráveis à aprovação da ata, por favor? (Contagem de votos = 13



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 08 abstenções). **APROVADA A ATA NÚMERO 2827/2019. 4. APRESENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 01.** Iniciando os trabalhos, gostaria de saudar a presença de todos, desejar uma excelente noite. A ideia é que hoje a gente encaminhar a proposta de resolução, conforme acordado na última reunião, dando prazo até a segunda-feira, de comum acordo, para que houvesse manifestações no sentido de emendas ou propostas de substitutivo para gente deliberar acerca da resolução. Nós tivemos alguns encaminhamentos, nenhuma proposta efetiva de alteração, tivemos um e-mail questionador da Conselheira Claudete, um e-mail na data de hoje da Conselheira Livia, fazendo algumas considerações. Nós respondemos o e-mail para a Conselheira a Claudete e vamos responder as considerações da Conselheira Livia por escrito, naturalmente, formalmente. Não são de fato propostas ou emendas, algo nesse sentido. O Conselheiro Gomes também trouxe algumas observações, de forma geral a gente vai anexar ao processo. Um ponto importante que a gente tem que colocar em votação, um dos pedidos que a Conselheira Claudete trouxe é da prorrogação do prazo para discussão por mais uma semana com relação à proposta de resolução. Na última reunião a gente disponibilizou a proposta para vocês, deu o prazo até a data de ontem para apresentação de propostas de emenda. A Conselheira Claudete, além de outros considerandos que colocou, ali pediu o prazo. Então, a gente coloca em votação essa prorrogação de prazo e se aprovando a gente tem mais uma semana para analisar ou propor alguma sugestão de emenda, ou senão a gente deliberara sobre a resolução proposta. Coloco, então, em votação. Votos favoráveis à prorrogação do prazo por mais uma semana para discussão da resolução, por favor. (Contagem de votos = 04 votos). Contrários à aprovação? (Contagem de votos = 15 votos). Alguma abstenção? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **INDEFERIDO O PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.** Então, não aprovada a prorrogação do prazo, a gente delibera sobre o procedimento para discussão. A gente não teve nenhuma proposta de emenda ou substitutivo. A nossa sugestão é abrir o prazo de 3 minutos para cada Conselheiro manifestar o seu voto discutir enfim a respeito da proposta como um título de orientação na sobre o encaminhamento para aprovação ou não a gente daria esse tempo descrição se escreveria no período de 3 minutos para cada conselheiro manifestar seu voto, discutir a respeito da proposta. encerrado a gente coloca em votação a resolução. Alguém tem interesse em se manifestar com relação à proposta de resolução, discutir? Conselheiras Livia e Claudete, Conselheiros Jackson, Gomes, Hermes. Então, nesse prazo a gente coloca 3 minutos para distribuir o tempo. Pode ser esse tempo de 3 minutos? Vamos colocar em deliberação esse procedimento, a gente dá um tempo de 3 minutos para cada um encaminhar, na sequência a gente coloca em votação a resolução. Votos favoráveis à aprovação do procedimento nesse sentido de 3 minutos para cada um. (Contagem de votos = 00 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 00 abstenções). **APROVADO O PROCEDIMENTO.** Nesse sentido eu abro a palavra a Conselheira Livia. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa tarde a todos. A minha fala é no sentido de retomar o que eu escrevi. Acho que esses questionamentos precisariam ser debatidos, acho que a gente não pode passar por um processo de votação sem que essas questões sejam investigadas em plenário, porque me parece que faz parte da discussão do Conselho, exatamente esse tipo de discussão da nossa participação nas decisões sobre a cidade. Eu tive muito trabalho para responder e fazer esses comentários aqui, para que a gente não venha a discuti-los. Considero, vou usar uma palavra bem forte, eu considero ultrajante esse tipo de resposta a um trabalho exaustivo que eu tive. Não sou advogada, tive um trabalho muito grande para me esforçar



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

e compreender isso aqui, buscando que se alcance na discussão do plenário do CMDUA uma conversa que busque formas de pactuar sobre a cidade, minimamente, democráticas. E faz parte eu acho da democracia do processo se discutir os procedimentos. Então, é do meu entendimento que o fato de eu fazer comentários e não alterar a lei, não propor alterações nessa proposta, não significa que isso não deva ser discutido. E da minha parte reforço, considero, sinceramente, inaceitável que seja tomado dessa forma uma análise aprofundada do que está aqui proposto. Eu acho que nós deveríamos discutir isso no plenário. E reforço, faz parte da discussão democrática se discutir os procedimentos. O fato de estar sendo proposto pelo mesmo procedimento não significa que ele tenha que ser aprovado por maioria de votos, mas que se devesse buscar um consenso na forma de deliberar sobre. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Bom, eu queria manifestar que assim que a todos se dirigem à administração, eles têm o direito de ter uma resposta com celeridade. Então, foi encaminhada uma resposta parcial daquilo que eu solicitei e que eu não posso deixar aqui de manifestar que teve questões abordadas que continuam sem manifestação. Um processo de resolução visa realmente a regulamentar questões, não é o que nós temos aqui. Nós temos uma resolução que visa alterar e modificar o Regimento. O Secretário manifestou que à PGM não cabe se manifestar. Eu acho que ele desconhece a própria lei que ele evoca e o próprio artigo que ele cita diz assim: “A PGM nos empenho das suas funções incube a prevenção dos conflitos e a assistência no controle da legalidade dos atos da administração”. Então, assim, eu vejo o quão infrutífera é uma discussão onde a gente fica discutindo sobre um documento totalmente ilegal. Não só na sua nossa forma, mas como no seu conteúdo, para depois a critério do Secretário ser sujeito à PGM análise. Imagina se os projetos e as leis fossem assim. Primeiro a gente discute na Câmara de Vereadores e depois a Comissão de Constituição e Justiça delibera se aquele processo é legal. Nós estamos diante de uma resolução completamente ilegal, tanto no seu conteúdo quanto na sua forma. Então, não cabe fazer qualquer descrição a respeito se não existe uma análise prévia de legalidade. Eu pedi através do Secretário, ele disse que não cabe fazer, mas nada me impede que eu faça esse direcionamento direto à PGM. Até porque a gente recebeu, refriso aqui, um documento ausente de justificativa e ausente de assinatura. Ninguém se manifestou sobre esse documento, não sei quem fez, salvo a manifestação do Secretário. Outra questão, a gente desconhece, o Secretário recebeu manifestações e contribuições do Gomes, nós continuamos aqui cegos, porque nós não sabemos que contribuições e que comentários foram esses. Nós continuamos sem saber nada. **José Romani Dutra da Fonseca (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu pedi para falar para fazer alguns comentários que embora genérico dão conta de um momento que estamos vivendo neste país, onde se fecha a porta, onde observamos pressão por censura, onde estamos vendo coisas estranhas, são tempos estranhos. E me permita dizer que esses tempos estranhos determinam que tipo de participação, por exemplo, que a cidadania pode ter em um Conselho como este. É nenhum, porque (Inaudível) tem conhecimento que exista um conselho onde se discuta coisas que diga respeito a vida delas. E elaborar uma minuta para regular um Regimento, sendo restritiva a participação, ela está em consonância nesses tempos e são tempos exatamente de restringir participação, de restringir fala, de ouvir o que eu quero. Portanto, devemos ter momentos de manifestação um tanto mais curtos, um tanto mais, breves melhor para quem está dizendo como que as coisas devem funcionar. Eu gostaria que nós tivéssemos aqui no Conselho uma regulação do Regimento onde nós conseguimos trazer as pessoas desta cidade para dentro e o problema que está havendo com seu saneamento, com seu posto de saúde, a situação da sua escola. Eu queria que essas pessoas fossem convidadas não



com o espaço de 3 a 10 minutos, que tivessem um espaço amplo para falar das suas dores, para falar das suas amarguras, que é isso; Para quem visita a periferia, a gente tem ido na periferia, a gente tem visto isso, tem o desprazer de ver que as pessoas estão amargurados, talvez elas não tenham muito caminho, não tenham muita luz para o caminho a seguir. E parece que deveria ter uma regulação desse regimento que desce uma amplitude de participação, muito antes pelo contrário o que está acontecendo, que é restringir. Tem que vir os questionamentos, tem que ter as respostas claras, publicadas e debatidas, por isso precisaríamos de mais tempo para o debate, porque o debate nunca é demais, ele sempre tem um poder de esclarecimento e movido pela lógica da democracia.

Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Eu não ia me manifestar, mas queria dizer que eu olhei atentamente os documentos que foram distribuídos, da ACESSO e da UFRGS, assinarei embaixo se for necessário; mas o principal eu acho desse processo eu já me manifestei na reunião anterior. É um processo de tipo de punição – vocês não se comportam, vocês dizem em coisas altas e bravas. Então, acho que já foi dito aquilo que eu gostaria de dizer. Essa proposta está plenamente de acordo com o momento político que nós vivemos, um momento de botar para baixo do tapete, os gestores fazem as coisas erradas e quem denuncia é o que está errado. E como vocês governo tem maioria, cooptando funcionários, cooptando CCs, que no meu ponto de vista é muito feio, muito errado. E para encerrar, eu só vou citar um artigo que demonstra o espírito do governo de querer propor o debate, querer propor as grandes discussões dos problemas da cidade. E antes disso eu só vou fazer uma relação dos processos que vão para a PGM, que ficam 6, 8 meses, às vezes por uma resposta simples. Enquanto isso no artigo 8º é facultado 10 minutos aos representantes dos processos, arquitetos e engenheiros que vem aqui falar sobre os processos. Eu já acho no mínimo uma indelicadeza, né, falar de um projeto tipo daquele do aeroporto, um projeto do tamanho dos projetos que são apresentados, 10 minutos é uma indelicadeza. Enquanto isso ficam lá as estruturas 8 meses esperando uma resposta simples. Ficamos meia hora de atraso para fazer o nosso lanchinho. É ridículo! Isto aqui para mim, sinceramente, eu rasgaria e colocaria no lixo, mas eu não tenho esse poder, é óbvio que eu não vou fazer, mas para compensar o conselheiro nós temos um minuto para fazer uma pergunta, um minuto para fazer uma pergunta, um questionamento sobre processos da complexidade dos processos que vem aqui. Olha, Secretário, eu já trabalhei neste Conselho, já participei, não trabalhei, e assistindo o tempo da ditadura. (Sinalização de tempo esgotado). Eu tenho um parâmetro e, infelizmente, é muito triste ver a que ponto chegou este Conselho. Pior do que no tempo da ditadura. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, deixar claro que a iniciativa de solicitar um regimento para as nossas reuniões, pela maneira desordenada, agressiva, ofensiva, foi de minha parte. Depois de conversar com diversos conselheiros, chamei uma reunião com o Secretário Germano e coloquei a situação, pedi que ele sugerisse algum tipo de instrumento que fizesse disciplinasse esse comportamento, que não era problema para nós a pouco tempo atrás, mas se tornou pela agressividade, pela maneira que alguns conselheiros, e são poucos, e já se manifestaram aqui, inclusive. Quem conduzem e acham que é o correto de conduzir as nossas reuniões. E esse procedimento me pareceu tão correto, que o número de contestação seria em cima do que está escrito foi zero. Portanto, muito correta a resposta que eu tive, a resposta dos conselheiros no sentido de propor esse regulamento para melhor conduzir esse processo aqui da descrição dos processos. Eu estou muito satisfeito com esse procedimento. Até agora nenhuma novidade, eu seria capaz de fazer um discurso, (Inaudível) para buscar respeito dentro das nossas reuniões. Obrigado. **Jackson**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

196 **Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três –**
197 **RGP. 3:** Boa noite a todos. Eu entendo que, infelizmente, tivemos que chegar a esse ponto,
198 por uma questão muito mais de falta de boa educação e falta de respeito. Enfim, a minha
199 proposição era de que deveríamos talvez definir como um piloto isso que foi apresentado,
200 para entendermos se teria produtividade e crescimento no debate nessa situação toda.
201 Então, a proposta da Região 03, eu levei a nossa minuta que foi apresentado aqui para
202 uma conversa com colegas lá. Então, a proposição seria essa, que fosse essa minuta de
203 Regimento por um período “x”, a definir pela maioria dos conselheiros. Era isso. **Jussara**
204 **Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental –**
205 **ABES/RS:** Boa tarde. Secretário, a minha manifestação, eu ia fazer esta manifestação
206 independente do que foi colocado aqui, tinha combinado, inclusive, com o Campani em
207 relação a isso, pela minha preocupação. Na semana passada, e o Campani insistiu muito
208 para a gente receber essa resolução antes para a gente saber o que ia ser discutido. Bom,
209 nós chegamos aqui e é esta a pauta. Então, assim, o tempo de poder fazer alguma coisa,
210 tanto que se deixou até segunda-feira para fazer alguma colocação. É um tempo curto,
211 porque a gente tem que parar e pensar. Agora foi dito que o Gomes estava na origem
212 dessa proposta. Então, teve um grupo de conselheiros que enxergou o problema do seu
213 jeito, todo mundo tem direito de enxergar o Conselho como quiser, e resolveu fazer uma
214 proposta de mudança. Só que não foi colocado em discussão que existia o problema.
215 Então, eu não fiz sugestões, porque eu estou um pouco na linha do que o Hermes colocou,
216 que de repente não é por aí. Eu acho que tem que discutir quais são os problemas. Então,
217 eu vi que enquanto quanto foi apresentada aquela leitura, os tempos, isso e aquilo, e eu
218 estava ainda pensando – Poxa, quando as pessoas fazem manifestações é muito comum o
219 Presidente, seja o senhor, seja o Gomes, outro, eventualmente, o conselheiro faz uma
220 colocação, aí o Presidente fala às vezes mais tempo do que o conselheiro comentando
221 aquela colocação. Não é esse o caso. Então, bom, eu colocaria aqui que o Presidente
222 também não poderia se manifestar, mas eu acho que não é por aí, a gente tem que fazer a
223 discussão do que está ruim, onde está o problema e aí sim propor alguma coisa para
224 mudar. E eu vi as manifestações, tanto da Claudete, quanto da Lívia, e entendo que tem
225 várias coisas com as quais eu concordo, que acho que a gente deveria discutir e daí sim
226 uma proposta. Então eu acho que anterior a discutir cláusula por cláusula, discutir aqui,
227 talvez um pacto do que vai se fazer, porque não é uma questão de simplesmente vocês
228 não se comportaram. Como foi dito agora de uma forma absolutamente clara, que foi esse
229 o entendimento. Ah, tem gente que é agressiva, que é isso e aquilo. Nós funcionamos por
230 muito tempo sem ter esse tipo de limitações e nem por isso foi ruim. Agora realmente nós
231 estamos com problemas, mas vamos descobrir quais são esses problemas. **Sérgio Saffer**
232 **(Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa tarde.
233 É uma pena nós estamos perdendo a oportunidade de novo, que o processo a primeira eu
234 acho que foi feito de uma forma errada, a nossa alteração do regimento interno, que as
235 pessoas não puderam participar efetivamente ou não entenderam na outra vez quando
236 houve a alteração do Regimento Interno. Naquela época as pessoas fizeram proposições.
237 Eu discordo um pouquinho da Jussara, tivemos que solicitar em algumas reuniões que tal
238 procedimento não estava claro e pedimos que fizessem a revisão do regimento. Alguma
239 minuta tinha que vir, podemos não concordar com ela, nós estamos tendo a oportunidade
240 de discutir e tentar agregar algumas coisas que nós estávamos reclamando que não existia
241 no Regimento Interno anterior aprovado. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular),**
242 **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e**
243 **Ambiental – OP-HOCDDUA:** Boa tarde. Eu entendo que toda essa apresentação da minuta,
244 essa discussão se originou de algumas lacunas do processo do Regimento Interno. Se não



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

tivesse lacuna todo mundo ia estar contente, não ia necessitar fazer nenhuma nova minuta ou resolução, até porque diante disso o rito do processo se torna demorado, não se torna produtivo e nem eficaz, quem perde é a cidade. Claro que nós não estamos aqui para aprovar todos os projetos que vem, nós estamos aqui para fazer o papel da comunidade, das entidades e acompanhar o crescimento da cidade. Em relação também à manifestação do Presidente, muitas vezes a gente comentou essa questão de se manifestar ou dar resposta a todas as situações. Eu acho que é entendimento do Presidente também que isso também pode atrasar o tempo e o processo também, porque começa abrir uma réplica e tréplica, e discussão, e atrapalha também o processo. Eu acho que esse ponto está superado. Parecer que a SMAMS não tem uma Assessoria Jurídica, não tenho o mínimo conhecimento, para alguns conselheiros aqui parece que a Assessoria Jurídica não existe. É uma coisa assim que não teve base legal, não conseguiu nenhum regramento, que foi tudo no ar. Então, nós temos que ter cuidado ao se manifestar nesse ponto. Todos tiveram tempo para fazer manifestação e emenda, inclusive, essas observações poderiam ser emendas, poderiam ser substitutivos, poderiam ser supressões dentro de alguns artigos dentro da resolução e não foram. Isso é uma forma de ganhar tempo e atrapalhar o processo, eu enxergo dessa forma, atrapalhar o processo. A partir do momento que é mais tempo, quer a discutir mais. É só obstrução do processo. Todos aqui sabem que o Conselho sempre abriu espaço, todo mundo teve o direito de falar, de se manifestar. Então, eu não enxergo essa forma repressiva de não poder se manifestar dentro do Conselho. Tem o período informes, tem as manifestações dentro do processo, tem os pedidos de vista. Então, tem várias formas de se manifestar, só que as pessoas têm que ter um pouquinho de regramento e entender que muitas vezes o excesso de manifestação atrapalha o processo. Então, quero deixar a minha colaboração que estou de acordo com a resolução. Eu acho que é um ganho para este Conselho. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Sem dúvida a postura deste Presidente também com o aprendizado do dia a dia das reuniões vai melhorar, no sentido de não responder os questionamentos levantados que causam essa discussão de réplica e tréplica. Vou deixar a fala livre e sempre ao final, posso fazer alguma argumentação. A gente tem um trabalho lindíssimo para desenvolver ao longo deste ano, o Plano Diretor para se debater. A ideia de um procedimento previamente regulado é para melhorar o processo de tramitação dentro do Conselho, a gente discutir as questões de mérito importantes para a cidade. Isto é uma prerrogativa da presidência que coloca em votação, dá oportunidade sim para todos se manifestarem com propostas diferentes, foi colocado em votação o pedido de prorrogação de mais prazo. Os conselheiros entenderam que não haveria essa necessidade de prorrogação de prazo, a tentativa por óbvio é melhorar, aprimorar os processos e a gente entrar em uma discussão de mérito de cidade, da importância que este conselho tem para a Cidade de Porto Alegre. Em não havendo interesse em aprovar, é um processo democrático, não será aprovada a resolução. Então, eu coloco em votação, por favor, votos favoráveis à aprovação da minuta de resolução proposta. Votos favoráveis. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu gostaria que fosse nominal a votação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, votação nominal. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **José Romani Dutra da Fonseca (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Contra o regulamento punitivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Virginia Darsie de Oliveira (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional**: Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**: Favorável. **Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**: Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**: Favorável. **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**: Favorável. **Luana Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito – GP**: Favorável. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**: Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**: Favorável. **Sérgio Ramos Gonzales (1º Suplente), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**: Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**: Contra. **Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**: Contra. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**: Contra a ilegalidade, não se supre o voto. É totalmente ilegal e contrário ao posicionamento das ACESSO. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**: Contra. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**: Contra. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**: Favorável. **Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**: Favorável. **Carolina Klessner - Representante da Daniela Vieira Silva (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**: Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**: Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**: Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**: Temos 17 votos favoráveis e 07 votos contra. APROVADO. Todos exercendo o seu direito democrático de voto, tendo oportunidade de debater o processo, a gente aprova essa resolução. Na próxima semana já haverá pauta novamente, seguindo o mesmo procedimento, na sexta-feira enviada a pauta os conselheiros e a gente vai ter. Inclusive, essa questão do voto nominal que era uma questão muito levantada por alguns conselheiros, na resolução a gente propõe que já seja nesse formato do voto oral e nominal para não haver dúvida com relação a votação. E a e a tentativa sempre de melhorar um pouco os processos, que a gente consiga fazer os debates de fato de mérito da cidade. Obrigado a todos. (Encerra-se às 19h00min)

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:



ATA ORDINÁRIA Nº 2832/2020

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Luana Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito – GP; Virginia Darsie de Oliveira (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN; Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino, Secretaria Executiva, servidora da SMAMS. **PAUTA**: 1. ABERTURA; 2. VOTAÇÃO DAS ATAS 2827 e 2828/2019; 3. COMUNICAÇÕES; 4. ORDEM DO DIA. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos. 1. **ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**: Boa noite senhores conselheiros. Em havendo quorum a gente dá início a nossa sessão. Retomando os trabalhos na nossa sede, o local mais adequado, embora com todas as dificuldades de elevador, luz, ar-condicionado, mas aqui, em comparação com o outro auditório, pequeno lá, aqui sem duvida é mais propicio de fazer. Tem a mesa, enfim, a gente pode discutir. A tendência, eles estão consertando a questão da iluminação, um problema elétrico, a gente tira os geradores na sequência, aí podemos desenvolver os trabalhos ao longo do ano. Temos um ano de bastante luta, discussão, processo de revisão do Plano Diretor inclui isso aí. Antes da gente votar a ata gostaria de desejar uma excelente noite de debate, de discussão. A gente teve no último encontro a votação da resolução, posicionamentos diversos, posicionamentos diversos externados dentro do processo democrático registrados em ata. E que a gente não deixe,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

às vezes, essa nossa dificuldade de chegar a um denominador comum, isso é da natureza de um processo democrático, cada um tem um posicionamento e um entendimento, mas que não prejudique o desenrolar dos nossos trabalhos. A resolução, certamente, será homologada em seguida pelo Senhor Prefeito, não foi homologada ainda, e a gente tenta aplicar dentro do nosso procedimento para melhorar o processo de deliberação. Essa é sempre a tentativa. A gente vem junto com a resolução também alterando o decreto que trata da estrutura do Conselho, na tentativa de melhorar os fluxos, inclusive, de como se comporta a administração, a Procuradoria, estamos tentando com eles alguns fluxos para não demorar tanto os processos lá. Vai ter uma assessoria dentro deste Conselho, que, oportunamente, vai mandar para a Procuradoria para fins de homologação. Vai ser regulado um novo decreto, a questão das diligências e poder corrigir eventual problema, enfim, ter um ano proveitoso de discussão. Antes de votar a ata, teve inscritos para o período de Comunicação? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Presidente, eu estou solicitando a inversão de pauta, que o período de Comunicação fique para o final e dê prioridade à votação do projeto do Sport Club Internacional. Tem a relatoria para ser apreciada e logo em seguida eu solicitaria a votação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente coloca em votação a inversão da pauta, ao invés do período de comunicação votar a pauta do dia. Vamos só concluir as inscrições para o período de Comunicação. Darci, Paulo Jorge e Gomes inscritos. Então, encerradas as inscrições para o período e Comunicação. Eu coloco em votação a inversão das comunicações pela Ordem do Dia. Favoráveis à inversão para a deliberação da Ordem do Dia a partir de agora, o período de comunicações depois. Os favoráveis, por favor. (Contagem de votos = 10 votos). Contrários à inversão? (Contagem de votos = 05 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 05 abstenções). **APROVADA A INVERSÃO DE PAUTA.** A gente vota a Ata nº 2828/2019. **2. VOTAÇÃO DAS ATAS 2827 e 2828/2019.** **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Uma Questão de Ordem, Secretário, em relação à ata. Eu sugiro que ela não possa ser votada agora, até porque ela deve ser gravada em sua íntegra. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente não tem a ata disponível? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Tem, mas tem existem acertos na ata que não foram gravados, como, por exemplo, o parecer da Conselheira Lívia sobre o expediente que não foi gravado. A Ata 2828/2019. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente confere a ata. No caso não está? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Tem que ser gravada na íntegra. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, deixamos para a próxima a deliberação da ata. Os processos em pauta. **4. ORDEM DO DIA.** A gente ainda tem o 4.01 aguardando retorno da diligência da Procuradoria, que não retornou, isso a gente está trabalhando para ajustar. No item 4.02 da pauta a gente também, a mesma situação da diligência ao Arquivo Municipal. O 4.03 também aguardando o retorno da PGM. Importante a gente fazer a correção. O 4.04 diligência à Procuradoria. O 4.05 a gente tem uma apresentação de relato de vista da Região. 01, 02 e ACESSO. (Manifestação fora do microfone). Tudo bem. A gente tem da RGP. 01, que não veio. Da ACESSO? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Na verdade, este expediente é aquele que trata sobre os solos criados em uma área ali da Avenida Guaporé. Seria aquela situação que não teria dentro do tabelamento e que teria feito uma solicitação de diligências para esclarecimentos do quê?



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Porque esses valores eles constavam em uma tabela e depois foram excluídos da tabela. Chama atenção que este expediente, na verdade, levou um ano para chegar no CMDUA. e a gente fica supresso como os expedientes aqui, às vezes, têm uma preferência. Este expediente do Solo Criado, assim como o expediente do Internacional, juntamente com o expediente da Havan, eu solicitei vista e ia pegar no mesmo dia. Estranhamente, o único que não me foi facultado vista naquela sessão foi o expediente da Havan. Não sei por que o caráter desse, da especificidade do que os outros. Este aqui estava antes na pauta, há muito mais tempo esperando. Eu lembro, não sei se era o empreendedor, dele ter vindo aqui conversar com o Sérgio, não sei quem estava no dia, desesperado para saber por que não tinha sido votado. Mesmo assim não teve nenhuma dificuldade da mesa em facultar a vista desse expediente, mas o da Havan, que havia votado recentemente, em um prazo recorde, que nos impressionou neste Conselho, ele tramitou e me foi cerceada a vista ao expediente. Eu vou acompanhar o voto do relator. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, quem foi o relator desse processo? A SMIM. Vamos colocar em votação. Seria bom se estivesse aqui o relator para relembrar, fazer sempre um lembrete daquilo que está sendo posto, mas, enfim, como a Conselheira Claudete trouxe, a gente coloca em votação, o parecer favorável do relator. Votos favoráveis à aprovação? (Contagem de votos = 18 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Com a resolução vai ser bem claro até de fazer este momento. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** pelo tempo transcorrido eu acho que fica mais claro para as pessoas, até para entender o que está sendo votado, para não criar aquele hábito da gente só dizer “sim” ou “não”. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É verdade. Na próxima. Votos contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 03 abstenções). **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR.** Importante lembrar que com a aprovação da resolução que fique nominal sempre. Lembrem de fazer nominalmente a votação. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A votação nominal independe da resolução, né, Secretário? Já estava no regimento. **Jaires Maciel da Silva (Titular), Sindicato dos Proprietários de Veículos Escolares – SINTEPA:** Ela não está prevista que vai ser um a um. Entendeu? Ela tem ali uma previsão que dá margem para uma interpretação. Então, por isso que se fazia nesse formato e a gente quis deixar claro na resolução que vai ser nominal, oral. Aí fica bem claro, a gente vai corrigir esse problema. Aprovado, então. No item 4.06 da pauta a gente tem o Sport Clube Internacional. Temos o relato de vista das regiões 01, 02, 03, 04 e ACESSO. Alguém para fazer o relato? A Conselheira Tânia e depois o Adroaldo. Por favor, conselheira. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Processo 002.222385006. Intersado: Sport Clube Internacional. Assunto: Habite-se referente ao Espaço Sunset. Um breve histórico (Leitura do histórico). Parecer de vista: “Eu como relatora desse processo, importante salientar que o espaço Sunset demandou o processo de aprovação pela etapa de estudos de viabilidade urbana, decorrente da metragem e área construída. Entende-se que o município poderia ter dispensado tramitação, visto que o prédio garagem, área onde foi inserido o espaço Sunset, já havia passado por um processo de aprovação do EVU. Tendo em vista que já estão sendo encaminhadas e já foram cumpridas algumas das contrapartidas referentes ao projeto citado acima, tratando-se de um espaço já existente e que contribui para o entretenimento e atividades culturais da Cidade de Porto Alegre e Região de Planejamento 04, dá-se o parecer favorável”. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira. Mais algum



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

inscrito? O Conselheiro Adroaldo para o seu relato. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa tarde a todos. Eu vou falar de alguns pontos deste relato de vista, porque é um processo que está bem claro e a conselheira já fez as considerações, eu também vou complementar as considerações da conselheira. Só vou justificar a nossa posição. Então, o relato de vista do Processo nº 002.222385006. Intersado: Sport Clube Internacional. Localização: Avenida Padre caciue, 891. Assunto: Habite-se do Espaço Sunset, licenciamento de operação do Espaço Sunset do Complexo Beira Rio. (Leitura do histórico). Considerando o relato da relatora, acompanho o voto da relatora, sou pela aprovação do processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro. Obrigado pelo relato. Nós temos mais algum relato de vista. Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu tenho um pedido de diligência: “Na qualidade de conselheira deste CMDUA solicito diligência para que seja informado nos autos deste expediente por todas as secretaria sobre a existência de inquérito civil, recomendação efetuada pelo Ministério Público, número, assunto e situação. Face aos empreendimentos ou licenciamentos do Sport Clube Internacional e, em especial, sobre ruídos. Tal providencia se impõe não só para assegurar o interesse público, como pelo fato de que em processo anterior do mesmo requerente, foi o expediente simplesmente retirado da pauta do CMDUA sem qualquer justificativa prévia ou formalização legal. A informação trazida a posterior foi de retirada da pauta para atendimento de recomendação do (Inaudível), sendo que até hoje não veio a este plenário a documentação pertinente a este respeito”. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Então, vamos colocar em votação, lembrando que são processos distintos, aquela situação é outro processo, que tem a questão da audiência pública, do inquérito, enfim... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** No intuito de não prevaricar no exercício da função pública, por não ser pega de surpresa, por não ter a informação, porque não consta nos autos, por isso estou solicitando. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Na verdade, na resolução a gente previu essa questão da diligência no pedido de vista. Como a gente tem isso um pouco aberto, a gente coloca em votação que venha o pedido de diligência, se há o interesse deste Conselho em manter a diligência, a gente faz a diligência, senão houver, isso depois na resolução está bem delimitado que não vai haver, porque é o relator que prevê essa possibilidade de diligência. Não sei se tem algo diferente neste Conselho. Então, colocamos em votação o pedido de diligência da conselheira no seu relato de vista. favoráveis à diligência, por favor. (Contagem de votos = 09 votos). Contrários à diligência? (Contagem de votos = 12 votos). **REPROVADO O PEDIDO DE DILIGÊNCIA.** Então, fazemos votação do Expediente 002.222385006. Intersado: Sport Clube Internacional. Aprovação do Estudo de Viabilidade Urbanística, modificação de regularidade para o Espaço Sunset. Votos favoráveis à aprovação? (Contagem de votos = 14 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 02 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 06 abstenções). **APROVADA A SOLICITAÇÃO.** Passamos ao item 4.07 da pauta, Expediente 002.334883.00.0, SP Consultoria e Incorporadora. Nós temos a apresentação do relato pela Secretaria de Relações Institucionais. **Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Boa noite, Senhores Conselheiros. Este projeto foi apresentado pelo empreendedor na primeira semana de dezembro, em que ele trouxe uma apresentação, que eu pedi a eles, no sentido de apresentar rapidamente o projeto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal**



do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Na organização da resolução a gente vai ter sempre 10 minutos de apresentação para o relato. Os conselheiros entendem que é melhor uma apresentação visual, mas sempre 10 minutos. **Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Então, o projeto é do Loteamento Granja bela Vista, um Estudo de Viabilidade Urbanística, aprovado pelo SEDAP em outubro de 2019. Essa, então, é a planta do projeto, tem uma área de preservação ambiental aqui. Aqui é uma série de edifícios, são prédios, aqui são casas. Faz toda a volta nessa área de preservação, neste lado aqui são casas, tem dois espaços comerciais no início e aqui do outro lado. Também tem áreas públicas, a reserva de áreas públicas. As condições de aprovação impostas pelo SEDAP são 20% das unidades que lançam a ocupação disciplinada pelo DEMHAB, conforme normativa de AEIS II. Os empreendimentos nas AEIS III deverão urbanizar a rua Granja Bela Vista, entre a Costa Gama e a Jorge Pereira Nunes. Ou seja, para construir uma via entre esses dois eixos rodoviários. O empreendimento na AEIS III deverá qualificar calçadas e pontos de ônibus na altura dos empreendimentos. E o projeto de compensação vegetal que contribua para a implantação do corredor ecológico. É aquela área que está apontada ali (*slide*), que eu já tinha mostrado no projeto. Aqui mostra a bacia de rios, fontes de rios, aqui é o projeto em análise. Então, essa área de preservação fica nesse canto, protegendo essa questão hídrica da região. Os modais de transporte e a ligação que é necessária para a aprovação ser construída. O projeto está nessa área aqui, no espaço nesses dois sentidos e eles se propõe a fazer essa ligação entre os dois pontos. E passa, então, dentro do empreendimento. Aí uma vista aérea do terreno como está, aqui como ele vai ficar. Essa é a área do loteamento sobre a AEIS III. Então, a vista do projeto, a perspectiva, aqui também como vai ficar. E aqui é aquela via ligando as duas áreas, passando em frente ao projeto. Esse muro do lado já é um empreendimento que tem naquela região de imóveis de alto valor. Acho que é isso, só para lembrar o que foi apresentado pelo empreendimento. Passo, então, à leitura do meu parecer: “Processo nº 002.334883.00.0. Trata-se o presente expediente administrativo de aprovação de Estudo de Viabilidade Urbanística – EVU de parcelamento de solo tipo loteamento, para empreendimento enquadrado como projeto especial de impacto urbano do 2º grau, conforme artigo 61, inciso II, alínea a, anexo 11.2, zona 3, da Lei Complementar nº 434/99, modificada pela Lei Complementar nº 646/10. O empreendimento localiza-se na rua Granja Bela Vista, 450, bairro Aberta dos Morros, denominado Loteamento Condomínio Residencial Granja Bela Vista, uma área de 81.002,66 m², conforme matrícula 173534, do Registro de Imóveis da 3ª Zona de Porto Alegre, inserido na Macrozona NZ8, Unidade de Estruturação Urbana UEU 38, quarteirão 003, inserido dentro da subunidade 6, área de atuação rarefeita, conforme as fls. 3 e 5 deste processo. após análise do processo observamos que o objeto em análise trata-se de empreendimento de interesse social para atendimento de demanda habitacional prioritária do município, devendo atender o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 767/15, ou seja, deverá ser destinado o percentual de 20% das unidades habitacionais para famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos do Programa Minha Casa Minha Vida, já previstos pelo empreendimento de um total de 651 unidades habitacionais, 160 para atendimento ao dispositivo legal, conforme declaração da Caixa Econômica Federal, pág. 142, e declaração do Diretor Geral do DEMHAB, pág. 144. O parecer da STU/SMDE, reconhece a tendência ao desenvolvimento do local gerado pelas ocupações informais e pela Lei Complementar nº 767/15, que devem vista da fiscalização do município por contribuírem danosamente com o desequilíbrio do meio ambiente. O condomínio da forma como está proposta, com a preservação da mata nativa e corredor ecológico é a melhor estratégia para a proteção da APP. E uma vez enquadrado na DHP, contribui com a diminuição da



pressão por moradia de baixa renda no entorno. O Comitê de Gestão Orçamentária Financeira – CGOF apontou em sua Resolução nº 116/19, anexo 182 e pág. 183, da necessidade de promover à região infraestrutura, equipamentos e serviços públicos que atenda ao adensamento proposto, os quais embasaram a Lei Complementar nº 767/15, que autorizou transformação de uma área de ocupação rarefeita, cidade rururbana, em AEIS III, algo que o projeto se propõe em sua manifestação quanto ao Parecer 179/19. Reservando área nos blocos 2 e 63 para destinação de uso comercial, a destinação de área para escola pública de educação infantil, área de convivência oficial, com pequenas pracinhas, além de continuidade viária, devendo as ruas Costa Gama e Jorge Pereira Nunes em todo o trecho da Rua Granja Bela Vista. Bem como ligam essa com ruas internas do condomínio, criando rotas para acesso e recolhimento de lixo. A Comissão de Análise e Aprovação de Demanda Habitacional Prioritária – CAADHP em reunião realizada em 24/10/19 aprovou EVU de loteamento para empreendimento, enquanto AEIS III, constituída pela Lei Complementar nº 767/15, com base no atendimento de uma série de condicionantes elencados no Parecer 183/19, que deverão ser objetos de tempo de compromisso a ser firmado na primeira fase de aprovação do loteamento. Diante dos fatos elencados e das condicionantes constantes, este relator é favorável à aprovação do presente EVU, em conformidade ao art. 164, inciso II da Lei Complementar nº 434/99, modificado pela Lei Complementar nº 434/99, modificado pela Lei Complementar nº 646/10. Porto Alegre, 17 de dezembro de 2019”. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro, pelo relato esclarecedor. Temos pedido de vista? Conselheira Tânia, Conselheiro Paulo Jorge. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A RGP. 06 pede vista. Já adiantando, no Fórum da Região 06, no dia 12/12/2019, nós levamos os empreendedores para fazer essa apresentação lá na região, aproveitando o entusiasmo deles, eles estiveram aqui no dia 10, nós os levamos na região no dia 12. Então, a região já tem, digamos assim, uma avaliação do empreendimento. E como vai haver pedidos de vista eu reservo para o restante do relato, porque eu já ia fazer um relato de adesão ao relator, visto a minha concordância e importância do empreendimento para aprovação da habitação prioritária em Porto Alegre, que é o que se destina esse empreendimento. É uma região extremamente com dificuldades habitacionais, com muitas invasões e esse tipo de empreendimento vem exatamente colocar de maneira legal que se faça a ocupação, que é uma região de ocupação de baixa renda. Isso vai acontecer nós aprovando ou não aprovando o projeto. Então, quando tem um projeto desse nível, um projeto bem resolvido, esse projeto não perde um centímetro de nada, não pede nenhuma excepcionalidade a este Conselho, este projeto está basicamente aqui dentro daquelas coisas mais secundárias, como número de vagas e outras coisas assim. Então, eu reafirmo o meu pedido de vista. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Então, para a Conselheira Tânia, o Conselheiro Furtado, Conselheira Claudete, Conselheiro Paulo Jorge. A Conselheira Tânia não. A Conselheira Virgínia. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite. Eu gostaria de fazer alguns comentários sobre esse projeto, sobre a importância, como falou o Gomes e falou o Er no seu parecer, em relação à Habitação de Interesse Social. Realmente, é uma área muito carente, está sofrendo paulatinamente com invasões, degradando a questão ambiental, dentro daquele avanço de ocupações. Observem que o que se levou em consideração muito foi a questão da preservação ambiental, toda a faixa de APP está sendo preservada dentro das mensurações da própria legislação. Então, é isso, a parte toda hidrológica está sendo cuidada, principalmente que o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

DEM HAB também nesse empreendimento terá algumas unidades habitacionais em contrapartida para sua vista, que necessita na questão habitacional. E eu cito, Senhor Secretário, uma questão muito importante, que foi contribuição para o DEM HAB, para a revisão do Plano Diretor, é que tanto o governo quanto o Diretor Mário do DEM HAB, é que nós teremos enquanto departamento, as contrapartidas sejam entregues como unidades habitacionais para a população de baixa renda. Ao invés de receber terrenos, sabe? Entre outras coisas que fazem de contrapartida, ciclovias, nós queremos unidades habitacionais para diminuir o déficit habitacional do município. Isso é uma contribuição do DEM HAB para a revisão do Plano Diretor e a gente está insistindo nisso, Senhor Secretário. Nós queremos unidades habitacionais para atender a faixa de população carente do município. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiros. Eu acho importante a fala o Conselheiro Gomes. Ao Conselheiro Furtado devo lembrar que na nossa resolução não ainda vigente, a gente prevê essa possibilidade, é interessante a gente fazer essa comparação de ter essa oportunidade da fala quando a gente coloca em discussão. No momento o relator apresentar o relato, pedido de vista, no retoro, quando colocado em votação vai se ter 2 minutos para inscrição prévia, quem quiser fazer a discussão, os encaminhamentos que vocês fizeram, vai se ter essa oportunidade regrada, para justamente a gente ter essa uniformidade nos tempos. Enfim, às vezes todos querem falar, é nesse sentido. (Manifestação fora do microfone). Perfeito. Então, a gente tem as inscrições. Temos três pedidos de vista: RGP. 06, Paulo Jorge, Claudete e Virgínia. Está registrado aqui. Agora o item 4.08. Expediente 002.341565.00.1. Nós temos distribuído para relato do SINDUSCON. Temos relato? Por favor, Conselheiro Dal Molin. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. Eu vou passar para a apresentação... (Manifestação fora do microfone). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Desculpa, só para fazer um esclarecimento. A gente tinha dúvida na questão do tempo. A senhora nos cobrou bastante os 10 minutos. Então, por isso que a gente deliberou para ter o tempo, para ter os relatos, os 10 minutos regrados. Hoje a gente não tem, justamente nesse sentido que a gente propôs essa alteração para termos os tempos certos e todo mundo estar... **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Posso começar? Bom, pessoal, esse é um processo resultante de um projeto de loteamento que já foi aprovado, aí foram aprovadas essas quadras. Então, esse EVU é de uma quadra. Ali a gente pode ver naquela imagem, á esquerda, para a gente poder se localizar melhor, é o centro esportivo do Rodrigo Mendes, que era um jogador de futebol do Grêmio. E logo à esquerda tem a área, que é alvo desse loteamento, onde apenas uma das quadras que vocês estão vendo que é alvo desse EVU, que é a Quadra A... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Onde é? **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** É onde está essa massa de vegetação. A gente não tem como saber o local exatamente dentro dessa macha. (Manifestação fora do microfone). É ali naquela... (Várias manifestações fora do microfone). Eu não consegui exatamente qual é a rua projetada. Ali tem a Ary Tarragô e mais duas que foram projetadas. (Várias manifestações fora do microfone). Aqui é a Rua Ary Tarragô e aqui a Rodrigo Mendes. Então, foram feitas diretrizes, aí teriam as duas quadras e a Quadra A, que é a que a gente está se atendo agora. Então, eu acho que vou... **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Mas qual é a Quadra A? **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Aí teria que mostrar na planta, porque o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

empreendedor não fornece para a gente essas coisas. É um projeto físico, não é eletrônico, eu não consigo estabelecer qual é a Quadra A, é ali naquela mancha vegetal. (Falas concomitantes). Vocês que sabem, se quiserem chamar o responsável técnico. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Tu lembra? Lembra que nós pedimos, por favor, que se fizesse no Power Point a apresentação, ir no local, fotografar, etc. e etc. Fica uma coisa muito amadora e muito difícil da gente avaliar assim. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** A minha proposta é que venha o responsável técnico aqui fazer a apresentação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, colocamos, então, em votação o convite ao responsável técnico para fazer a apresentação. É isso, conselheiro? Podemos encaminhar nesse sentido? **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** O conselho é soberano. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nós temos a proposta de resolução, vai ser uma deliberação sempre do relator de encaminhar. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Assim, como o conselheiro não consegue nos esclarecer do que se trata, como e nem onde, então, o pedido é que o empreendedor venha aqui para explicar melhor a todos nós onde é, o que se trata. Pelo que eu conheço dessa área, é uma baita área verde, enorme, descendo a Ary Tarragô, lá embaixo, quase naquela... Como é aquela outra avenida que passa lá? Quase na Baltazar. É uma área bem grande perto do Jardim Sabará. Então, é interessante que ele venha aqui nos explicar. Até porque como é uma área muito grande, é uma área verde que está há muito tempo lá sem nada, só cercada. Inclusive, a curiosidade da comunidade – O que será que vai sair aqui? Porque é uma área bem grande. Então, é interessante que ele venha nos explicar melhor, o que vai ser feito. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu lembro, conselheira, que a gente tem a possibilidade. A gente coloca em votação essa questão, mas na resolução ela deixa essa possibilidade para o relator chamar, vai ser sempre prerrogativa dele. Naturalmente, como tem o pedido de vista, isso não ficou claro, nós vamos ter essa possibilidade. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Claro, mas independente do pedido de vista, porque eu quero levar para a comunidade discutir. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, naturalmente, como se tem essa prerrogativa se tem essa garantia do entendimento para o seu voto no pedido de vista, né. E o relator tem essa liberdade de encaminhar uma apresentação ou não, nesse sentido. Uma Questão de Ordem? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu não sou contra a proposta da Tânia, mas o que tem que ser licenciado tem que estar nos autos do processo. Essa informação, não adianta ele vir projetar uma coisa se não estiver no processo. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Só para esclarecer, Presidente. Está tudo dentro do processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O senhor está convencido do seu relato? **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Sim, estou convencido do relato, está nos autos, mas são plantas, não é um processo eletrônico. Eu queria colocar as imagens ali. Todas as plantas estão aqui. A única coisa que eu posso fazer é chegar e apontar lá: “Olha, é aqui essa área, passa a diretriz aqui e ali”. Agora, se o Conselho achar que precisa ele vir apresentar, por mim, a gente aprende com o que for melhor para o Conselho. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Sustentabilidade - SMAMS: Então, conclui o seu relato. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Eu posso apresentar o relato e se o Conselho deliberar por vi, não tem problema nenhum. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Assim, como tem a processo da vista, parece razoável que ainda tenha essa garantia do entendimento do voto de cada conselheiro, vai poder pedir vista se entender que não foi claro o seu relato. Então, vamos manter o seu relato, conselheiro. Depois a gente abre a presidente de vista e o pedido ao empreendedor para poder fazer os esclarecimentos. Por favor! **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Presidente, eu posso fazer o relato, mas volto a afirmar, se o Conselho achar que precisa o empreendimento vir aqui não há problema nenhum. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, conclua o seu relato. (Manifestação fora do microfone). Enquanto o senhor encaminha o relato a conselheira está tentando abrir o processo através do sistema da CADAP. (Manifestação fora do microfone). A Questão de Ordem é sobre? **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Senhor Presidente, é uma Questão de Ordem. Eu acho que não seria fazer esse relato agora do relator. Acho mais interessante que o empreendedor venha ao Conselho, já faça a sua apresentação, dirimindo que houve um problema, conforme o conselheiro explicou, que é um processo físico, que é difícil a apresentação dele. Então, acho mais justo, mais interessante para a compreensão destes conselheiros que o empreendedor venha a este conselho, apresente o projeto que ele está propondo, assim daria um prazo para a apresentação da relatoria e os pedidos de vista e diligências, demais informações. Eu acho que isso seria o mais indicado para o momento. Aí este Conselho já deliberaria para a apresentação do empreendedor para apresentação do projeto, um convite. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É uma situação que nós não temos regrada neste momento, a gente coloca em votação essa questão, se for esse o entendimento a gente mantém. Naturalmente, depois da homologação da resolução a gente vai ter as regras nos tempos mais delimitados e aí a gente vai aplicar a resolução aprovada. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu concordo com o Conselheiro Furtado. No entanto, até muito recentemente, todos os processos que a gente recebia eram digitais. Isso significa do conselheiro ir até o local, examinava, olhava no Google, etc. e etc. Não justifica, meu caro Conselheiro Dal Molin. A apresentação não está detalhada, porque a gente costuma ir ao local, examinar, olhar no Google, etc., etc. e etc. Eu acho que sim, seria importante que alguém viesse explicar de uma forma melhor e se colocar em diligência no caso de haver outra necessidade. Eu não acho que seja conveniente a gente ter um relato nessas condições. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente coloca em votação, mas eu entendo como uma prerrogativa do conselheiro que fez a leitura do processo, que tem a possibilidade do relato. Naturalmente, como tem essa figura da vista, se não for esclarecedor o suficiente a gente não vai conseguir mensurar sempre qual é o alcance do relato daquele conselheiro. Talvez, minimamente, a gente aprovava deliberar algumas diretrizes mínimas, sempre apresentar no relato, na apresentação a gente até pode construir isso, mas eu acho que vai ser muito individual também o conhecimento de cada conselheiro, da profundidade de como fazer, como vai apresentar o relato. A gente não tem isso regrado. Então, tem essa figura da vista para poder fazer os esclarecimentos. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Nós tivemos aqui, pelo menos por 2 anos, por 3 anos eu acompanhei, um



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

conselheiro que sempre solicitava isso, que a ideia seria: se o conselheiro está sem condições de fazer a representação gráfica que peça ajuda. A gente está à disposição, eu sempre me coloquei à disposição. A gente pode ajudar nessa representação para a gente entender melhor o processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sem dúvida, porque vai ser muito contributiva as apresentações visuais, mas, enfim, é uma prerrogativa do relator. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Importante o que falou o Conselheiro Furtado, para que não haja dúvidas e vários pedidos de vista, acharia interessante que o empreendedor viesse apresentar, mas achei um pouco demasiado o que falou a Livia. Eu acho que não precisaria pedir auxílio a ela para relatar o processo. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Não é a mim, não foi nesse sentido. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** A única coisa é que eu não tinha como mostrar a vocês onde estão as ruas projetadas. A Gisele, muito diligentemente, foi ali e achou o processo eletrônico. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** se existe o processo eletrônico... **Gabrielle Aquino, Secretária Executiva do CMDUA:** É um sistema da CADAP, a gente não tem acesso. Eu não tenho acesso a CADAP. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Foi no intuito de ajudar, mas eu acho que como disse o Furtado, que o empreendedor venha aqui, até para que depois não se tenha diligência, vista e tal, porque é um processo tão simples vocês vão ver que não tem problema nenhum. Ele não está pedindo nada, é como disse o Chico, não está pedindo nada, só está cumprindo o que tem que fazer. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O seu encaminhamento, então, Conselheiro. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** EU aceito a sugestão do Conselheiro Furtado, o convite ao empreendedor. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Como é encaminhamento do relator não há necessidade de deliberar. Por favor, Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Uma questão bem prática, eu nunca vi nenhum tribunal, nenhum órgão deliberativo que depois da apresentação do relatório venha o empreendedor fazer sustentação oral, porque em outras palavras, Secretário, isso seria uma sustentação oral do empreendedor. Então, há uma inversão de procedimento. Se o empreendedor tem que vir, não é por uma deliberação do conselheiro, ele tem que vir antes da apresentação do relato, jamais depois. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente regrou essa possibilidade na nossa resolução aprovada, os tempos e a prerrogativa do relator solicitar. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Por isso tem que vir antes. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É isso, está contemplada na nossa resolução, a gente previu as possibilidades. A gente tem lá no art. 8º - “É facultado ao representante do empreendedor solicitar inscrição para apresentar o projeto ao Conselho durante 10 minutos, antes da leitura do parecer do relator. Eventuais dúvidas sobre o projeto serão formuladas uma única vez pelo conselheiro ou entidade que assim entender em manifestação que não excederá 1 minuto”. E do pedido do relator também, no momento do relato, depois de encaminhar. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não, é antes, é o que está escrito. Vai mudar? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Sustentabilidade - SMAMS: Não. Perfeito. Por favor! **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Só recomendar, como o Dal Molin explicou que isso é uma parte, é isso que as pessoas precisam entender, é o loteamento total, qual é a localização. Essa é a principal dúvida, porque a planta a Gisele já mostrou. Fica a sugestão de esclarecer, porque ele pode vir simplesmente apresentar a planta que a Gisele mostrou para mim e não vir esse esclarecimento. Então, é importante a localização, essas coisas. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente vai ter a apresentação, depois com a aplicação da resolução vai estar mais claro. Tem mais algum processo? O item 4.09 da pauta, o Processo 002.268905.00.7, foi distribuído na data de hoje para a RGP. 08. Isto? Perfeito. Encerrada a Ordem do Dias, entramos no período de Comunicações. **3. COMUNICAÇÃO.** É o Darci, Paulo Jorge e Conselheiro Gomes. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu quero solicitar duas informações (Inaudível). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Por favor. Vamos prestar atenção na comunicação. Pode continuar! **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Passando pela Praia de Ipanema, tinha um conjunto de mais ou menos uns 20 urubus, eles só vão onde tem comida. Então, eu não sei se a SMAMS teria condições de fazer algum estudo. Eu moro no bairro há 10 anos, eu nasci na zona sul em 1957, já faz algum tempo e nunca vi urubu naquela região e em bando, bem grande. Deve ter acontecido algo ambientalmente que leva a presença desses animais lá. Lógico, não estou pedindo para matarem os bichinhos, mas saber por que estão lá, porque alguma coisa deve ter acontecido. **Gabrielle Aquino, Secretária Executiva do CMDUA:** Qual a região, Darci? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Na praia de Ipanema, bem próximo ao arroio que tem ali. E outra solicitação seria para a EPTC, a gente já acompanhou bastantes obras, nessa vida profissional. A gente vê, às vezes, alguns desmandos que são feitos em uma obra e, às vezes, o interesse público não passa à frente em um cronograma de obras. Uma semana antes de começar as férias o Colégio Marista iniciou uma obra que necessitou a interdição da rua e o trânsito está em meia pista, em uma área que a pico tempo a própria Prefeitura tinha feito uma intervenção para melhor um pouquinho mais o trânsito. Já reiniciou as aulas e a tal obra ainda continua. A gente vê uma obra com ampliação, bastante grande do colégio, que foi feito pelo colégio que não é para uso público, simplesmente adequou a chegada dos carros para os pais buscarem seus filhos. A gente consegue perceber visualmente que para a população não vai sobrar nada de melhoria na região. O que está sobrando é que já começaram as aulas, a gente visivelmente vê que a parte do outro ponto que já poderia ter sido capeado, já poderia ter liberado o trânsito, mas estamos aí, terça-feira, não tem a mínima perspectiva da população da zona sul poder circular de novo. O engarrafamento tem chegado, normalmente, até a Tristeza, tendo em vista o estreitamento da pista. E dá para ver, visualmente, que já poderia ter sido feito um capeamento asfáltico, até na própria área onde os carros vão poder acessar para pegar os filhos, essa área é suficiente para a segurança da obra. (Sinalização de tempo esgotado). Então, a gente está vendo que está havendo certo desmando, quem está mandando naquela região é a iniciativa privada e não o interesse público. Então, se pudesse dar uma olhada especial naquela obra, porque para nós seria interessante, porque a zona sul de Porto Alegre está levando meia hora a mais para poder chegar em casa, a partir das quatro da tarde não se chega mais ali. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. O Conselheiro Paulo Jorge. **Paulo Jorge Amaral**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: Secretário, eu queria falar, desde 2019 para 2020 eu venho pedindo aqui que (Inaudível). Então, não adianta ficarem falando picuinhas aqui se os secretários não vierem apresentar o projeto de Porto Alegre. A cidade está um caos de obras e aí qual o papel do Plano Diretor? Por exemplo, a Orla do Guaíba está sendo toda reformada, de repente obras grandes e um conselheiro não resolve nada. Lá na zona sul obras mexendo e não passando por aqui. Na Ipiranga, uma ciclovia começou, terminou, acabou, aí botaram uma placa na PUC, pelo arroio Ipiranga. Qual o papel do conselheiro de Porto Alegre? Qual o papel do Secretário? O conselheiro auxilia o Secretário, que auxilia o Prefeito. São arquitetos, engenheiros, economistas para dar um auxílio ao Prefeito. O Prefeito tem que vir aqui apresentar um plano de ação para Porto Alegre. E para que o Conselho? Os secretários não vêm aqui, o Secretário de Gestão não vêm. Então, ficam se debatendo em picuinhas aqui, mas não sabe nada de Porto Alegre, ciclovias não se discute aqui dentro. O que nós discutimos aqui dentro, afinal? Isso que eu quero saber! Eu entendo que a cidade daqui há 20 tenha que ser assim, mas preciso que o Secretário apresente o plano da SMAMS aqui dentro. Nunca colocou os pés aqui o Marchezan! (Sinalização de tempo esgotado). O Secretário da Educação nunca colocou os pés aqui dentro! Então, quero falar várias coisas sobre o DMLU. Secretário, eu gostaria, para ficar mais à vontade (Inaudível). O Plano Diretor é só caô, mas aqui eu sou conselheiro! (Sinalização de tempo esgotado). Só para encerrar, eu estou pedindo para o senhor que venhamos secretários aqui falar, no Carnaval mesmo, falar sobre o Porto Seco. (Sinalização de tempo esgotado). Eu estou pedindo ao senhor se é possível convocar os secretários de Porto Alegre para virem falar, o primeiro é o Secretário da SMAMS para falar da SMAMS para Porto Alegre, depois trazer o resto.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro. Sem dúvida, na medida do possível a gente vem fazer a apresentação. Nós temos o Conselho do Meio ambiente também, que a gente participa aqui neste mesmo local, todas as questões ambientais a gente apresentar, assim como as urbanísticas do Plano Diretor que a gente apresenta neste Conselho. Por favor, não havendo mais inscritos a gente encerra.

Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Secretário, um questionamento. Eu queria saber por que nós não temos taquigrafia hoje?

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: A taquigrafia teve um lapso temporal na questão da contratação, mas está sendo gravado e ela vai transcrever a ata.

Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: E segundo, por que a preocupação com o tempo se nós temos 45 minutos de sessão e o único inscrito era o conselheiro?

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Porque nós temos o tempo regular. Obrigado, conselheiros. Tivemos uma excelente reunião.

(Tempo de gravação: 1h15min)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

583 **Germano Bremm**

Secretária Executiva

584 **Presidente**

Relatora

585

586

587 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:**



ATA ORDINÁRIA Nº 2833/2020

Aos três dias do mês de março de dois mil e vinte, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanzo Magni (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Freitas (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Luana Nunes (1ª Suplente), **Gabinete do Prefeito – GP**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Jorge Diogo de Jesus (2º Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA: 1. ABERTURA; 2. VOTAÇÃO DA ATA 2828/2019; 3. APRESENTAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO 002.341565.00; 4. COMUNICAÇÕES; 5. ORDEM DO DIA**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h05min. **1. ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Boa noite, Senhor Conselheiros. Damos início aos nossos trabalhos, a gente sabe que tem jogo logo em breve, alguns conselheiros têm interesse em participar do jogo. Vamos ver se a gente consegue adiantar aqui a nossa pauta na medida do possível, que tenhamos uma excelente noite de reunião, de debates construtivos, de evolução para a cidade. **2. VOTAÇÃO DA ATA 2828/2019**. Passamos à votação da Ata nº 2828/2019. Votos favoráveis à aprovação da ata. Questão de Ordem com Mark? Não! O



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, existe o pedido de alguns conselheiros, em função do jogo, de nós fazermos uma inversão da pauta, entrar com a Ordem do Dia e depois as Comunicações. Gostaria que fosse apreciado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. A gente coloca em votação na sequência de aprovar ou não a ata aqui. Só vamos colocar em votação aqui a ata. Votos favoráveis à aprovação da ata? O Mark tem uma Questão de Ordem. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** A questão aqui, Presidente Germano, é só aquela questão das anotações sobre a Ata 2828. Eu fiz a leitura e eu selecionei alguns elementos que são solicitações que foram apresentadas pelos conselheiros e eu vou deixar registrado. Chamando atenção, antes da aprovação da ata, sobre esse tema. Na página 11, tem o Felisberto que solicita na Ata 2828 a lista de presenças e ainda o Power Point da oficina. O Felisberto fez isso naquela data, isso aí era dezembro, né. E a autorização também, tem uma referência aqui, Felisberto, sobre autorização judicial para que ocorresse a demolição lá do prédio da Baronesa. Na página 12 a Tânia pediu um esclarecimento sobre a questão do pagamento dos *jetons*. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, como o senhor vem na sequência sempre comentando essas questões, eu pediria de repente para sintetizar, porque como eu comentei, as questões trazidas no período de Comunicação, enfim, que são colocadas e registradas em ata, não necessariamente a gente vai ter resposta para todas elas. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Sim, não é no sentido de resposta, é no sentido de registro só, bem breve. Na página 13 o Hermes faz uma solicitação sobre esclarecimento referente a perdas de processos. Na página 14 o Emerson solicitou a presença do Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico, e isso já tinha sido tratado em reuniões anteriores. Na página 15 a Maristela solicita uma explicação, inclusive, para o corte de árvores aqui do nosso pátio. E na página 16 o Felisberto registra que na Vila dos Papeleiros houve uma ação violenta e que acabou redundando no sumiço de uma prensa e registra aí uma agressão. Eram esses pontos que eu queria mencionar. Obrigado! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Colocamos, então, em votação a Ata nº 2828/2019. Votos favoráveis à aprovação da ata, por favor. (Contagem de votos = 14 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 06 abstenções). **APROVADA A ATA Nº 2828/2019.** Coloco em votação a inversão da pauta do período de Comunicações para Ordem do Dia. Votos favoráveis à inversão de pauta para a priorização da Ordem do Dia, por favor. (Contagem de votos = 14 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 03 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 03 abstenções). **APROVADA A INVERSÃO DA PAUTA.** Só deixa a secretário conferir, porque tinha apresentação, vamos ver se o pessoal chegou ali. Não? Então, a gente dá segmento aqui na pauta, se porventura quando for pautado o processo, a gente oportuniza a apresentação. **5. ORDEM DO DIA.** Dos itens da pauta o que a gente tem é o 4.01, ainda está na PPDC. O 4.02 também em diligência. O 4.03 e 4.04 também em diligência. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Em relação ao 4.04, já foi solicitado mais de uma vez, já foi solicitado por mim e por mais de um conselheiro, porque quem lê a pauta sempre fica assim: diligência à PGM em 10/12, prazo para relato 10/12. Eu acho que tem que corrigir isso, porque parece que não foi feito o relato, parece que é o conselheiro que está devendo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Tá bem, a gente corrige o texto ali para melhor adequar. A gente estava vendo o item 4.05 da pauta, Expediente: 002.334883.00.0, Interessado: SP Construção e Incorporadora. A gente tem um pedido de vista da ACESSO, RGP. 05, 06 e METROPLAN. A gente tem relato de vista desses? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Na verdade, eu estou devolvendo os autos, que a ACESSO retirou ontem, na verdade, porque eu não tive disponibilidade para ficar na Secretaria, até pelo tipo de demanda, ela demanda um olhar mais adequado. Eu solicito que sejam organizados, tem várias folhas avulsas dentro do processo, que eu não sei que ordem e nem porque estão avulsas. E eu não sei se vai haver relato hoje, mas a ACESSO quer prazo para parecer de vista. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente coloca em votação. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, este processo foi relatado há duas semanas e houve um prazo de vista de duas semanas. Eu tinha solicitado para fazer vista, eu o fiz e quero fazer o relato hoje. Eu acho que deve ser respeitado esse período que nós tínhamos, que, realmente, é de uma semana. Não vejo nenhum argumento que justifique dar mais prazo de vista, a não ser a simples protelação de prazo, visto que ele poderia ser procurado já lá na primeira semana. Ele foi procurado aqui na segunda semana, no final dele, inclusive. Então, conselheiros, a minha posição é contra que se dê mais prazo, porque foi dado prazo demasiado. E eu como relator de vista me sinto prejudicado na ausência de uma argumentação mais de fundamento dilatando o prazo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro Gomes. Eu acho que na nossa resolução a gente tem essa previsão mais controlada, dessa questão dos prazos, para evitar qualquer postergação possível. No entanto, como a gente não tem a resolução ainda homologada, eu submeto à votação dos conselheiros se há interesse em... (Manifestação fora do microfone). Por isso que a gente coloca em votação, pela prorrogação ou não. Favoráveis à prorrogação do prazo, por favor. (Contagem de votos = 09 votos). Votos contrários à prorrogação do prazo? (Contagem de votos = 10 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 00 abstenções). Não vai ser prorrogado o prazo. **REPROVADA A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA VISTA.** A gente tem o relato do Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Vamos ao relato de vista do Loteamento Granja Bela Vista. Expediente Único 002.334883.00.0. Relatório: trata-se de Estudo de Viabilidade Urbanística de parcelamento de solo, na modalidade loteamento para implantação do empreendimento habitacional enquadrado como Programa de Habitação Prioritária. Está implantado na macrozona 8, unidade de estruturação urbana UEU 38, subunidade 6, em uma área de ocupação rarefeita. A área está gravada com área Especial de Interesse Social 03, que permite a ocupação intensiva e instituída pela Lei Complementar nº 767/2015, onde define o regime urbanístico para o sítio. Os projetos de AEIS em áreas de ocupação rarefeita, tem enorme repercussão na área técnica da Prefeitura, visto que a área rarefeita tem uma concepção de preservação e limites de ocupação, com baixa densidade, além de para instalação causarem custos para o município. Porém, a realidade de ocupação do solo é cruel para as populações de baixa renda e, geograficamente, vamos encontrar na zona sul, tanto o centro como o extremo, como um território buscado por essas populações, independente no planejado pelo Plano Diretor. Essa discussão está presente neste expediente e foi moldado o empreendimento, criando condicionantes de equipamentos urbanos importantes para que ele se concretize. A discussão dentro do processo é muito grande, muito interessante, Presidente, porque ela causa o fator de



preocupação dos componentes técnicos da Prefeitura, em função de toda a falta de planejamento urbano para atender uma área que vai ser de ocupação intensiva, mas, ao mesmo tempo, isso causa uma disputa de certa forma em que a área técnica da Prefeitura, exige, coloca, e foi o que aconteceu, coloca uma série de condicionantes para viabilizar o mínimo da ocupação, e isso ocorreu. Então, aqui no decorrer do relatório vai apresentar. A região tem uma clara tendência de ocupação de habitação prioritária, porque é um local onde as ocupações vêm acontecendo de maneira bastante intensiva e bastante significativa. Quando um projeto desse tamanho, que abrigará 649 famílias, como a ocupação física que respeita todos os condicionantes ambientais e implementos e equipamentos urbanos necessários, temos que incentivar e temos a necessária autocrítica para na revisão do Plano Diretor rever locais para Habitação de Interesse Social, interesse popular e de interesse prioritário de acordo com essas novas realidades que ocorreram, que, necessariamente, não foram contempladas no último Plano Diretor, no zoneamento de usos da Cidade de Porto Alegre. Então, agora com a revisão é a oportunidade da gente rever isso aí e talvez criar ao mesmo tempo incentivos para essa ocupação nos locais em que tem essa tendência de ocupação, também colocar impedimentos mais importantes, mas descontaminados de transformações, que não sejam fáceis de transformar, digamos, áreas rarefeitas em áreas de ocupação intensiva. São duas coisas que ficaram fracas, as AEIS tem esse problema e é sério, mas, ao mesmo tempo, muitas vezes elas apenas estão contemplando todo movimento social que ocorre na cidade, independente do planejador. Para registro, eu promovi uma reunião do Fórum de Delegado da Região 06, porque isso acontece lá na Região 06, onde nós levamos os empreendedores lá para apresentar o projeto. Isso ocorreu em 12 de dezembro. Eles estiveram aqui no Conselho apresentando o projeto, eu acho que 10 de dezembro e nós levamos eles lá no dia 12 de dezembro. A apresentação teve um grande impacto junto aos presentes pela clareza do projeto. E a proposta inovadora, de certa forma, de colocar no mesmo sítio apartamentos, casas térreas e sobrados. Então, ele tem uma miscigenação de certa forma da tipologia habitacional, o que não é muito comum nesses Minha Casa Minha Vida, que dá certa riqueza de ocupação, mudando um pouco aquele cenário de, digamos assim, ou os blocos repetidos, ou sobrados repetidos, ou mesmo os lotes para casas repetidas. Se o pessoal lembra da apresentação, fica muito bem marcado isso em algumas perspectivas que foram apresentadas aqui para nós. Então, dados técnicos, o local é na Rua Granja Bela Vista, 450, bairro Aberta dos Morros. É uma área de 8 hectares, na 3ª zona. São 360 apartamentos, 105 lotes de casas térreas, 184 lotes de apartamentos térreos com um apartamento em cima, apartamento segundo pavimento, dois lotes para comércio, uma área de aproximadamente 2.400 m² para escola pública, que vai dar uma população estimada de 2600 habitantes. O grande benefício do empreendimento para a cidade vai no sentido de que eles vão ter que fazer toda a pavimentação da Rua Granja União, ligando a Estrada Costa Gama à Estrada Jorge Pereira Nunes. O que é um grande avanço, que no início do projeto não estava contemplado. E a resistências dos técnicos da Prefeitura apontando essa necessidade de que o empreendedor, então, levasse a infraestrutura para lá, lá fez com que se tornasse condicionante e o empreendedor assumiu e isso consta hoje do projeto. Eu acompanho o voto do relator, que foi favorável à apresentação do presente EVU. Era o que constava. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro Gomes mais. Mais algum relato? Relato de vista ou discussão? Então, não havendo mais relato de vista a gente encaminha para discussão. Inscritos para discussão, já seguindo o nosso procedimento da resolução. Conselheiro Felisberto e conselheiro... Mais algum? Conselheiro Felisberto para discussão, depois uma Questão de Ordem com a Conselheira



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

196 Claudete. (Manifestação fora do microfone). Naturalmente, ela tinha conhecimento do
197 período, não pediu prorrogação, enfim, era o prazo. (Manifestação fora do microfone). As
198 questões de prazo são previamente reguladas, Conselheira. A Conselheiro Virgínia, nos
199 informa aqui a Secretária, disse que não vai se manifestar para relato de vista, a
200 representante da METROPLAN Conselheiro Emerson. Vai lá, Conselheiro Felisberto.
201 Depois a gente dá na sequência. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**
202 **Planejamento Um – RGP. 1:** Boa tarde a todos e a todas. Eu continuo preocupado com a
203 forma como está se encaminhando a análise de processos aqui neste Conselho, né
204 rapidez. A rapidez e o interesse de alguns que alguns processo aqui andem com uma
205 agilidade impressionante. Essa é uma constatação que eu gostaria de falar. Eu entendi no
206 relato do Conselheiro Gomes, que é da região, que há uma contrapartida, que é a abertura
207 de uma rua de acesso da Costa Gama com a Jorge Pereira Nunes. Eu queria entender
208 porque isso, eu não li o processo, e por que foi condicionada à abertura dessa rua? Esse é
209 o primeiro questionamento. O segundo questionamento é o impacto que esse
210 empreendimento vai ter nessa região. Já existe algum projeto similar na região? Se já
211 existe algum cuidado, porque eu vi que tem que fazer pavimentação. Então, eu não tive
212 acesso ao processo, eu gostaria de ter chegado um pouco mais cedo para poder olhar, né,
213 mas essas são as duas preocupações: por que a abertura dessa rua como condicionante e
214 qual o impacto que esse empreendimento vai ter no entorno, já que nós temos na Lei
215 Orgânica do Município a questão do impacto de vizinhança. E isso me preocupa, porque
216 não foi regulamentada essa lei ainda. E é uma lei importante, que impacta a vida dos
217 moradores daquela região. Então, eu gostaria de esclarecimento nesse sentido. E pediria a
218 votação nominal. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
219 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Na ordem dos inscritos para
220 discussão o Conselheiro Hermes. Perdão, é o Rafael na sequência. **Rafael Pavan dos**
221 **Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Primeiro uma
222 pergunta, a partir de que lei estabeleceu a AEIS III nessa área? Qual a lei que autorizou a
223 AEIS? Dito isso, devo discordar das premissas, concordar com as premissas e discordar de
224 que elas sejam aplicáveis ao caso. Acredito sim que há uma enorme demanda por
225 habitação, e, infelizmente, essa enorme demanda por habitação é forçada a buscar áreas
226 da cidade onde a terra é mais barata. E isso leva a uma pressão sobre patrimônio
227 ambiental. Isso que está em jogo, isso é o grande impasse, né. E com isso sim se deve
228 buscar vazios urbanos, sejam eles em áreas centrais, sejam até mesmo em áreas
229 periféricas, como áreas bem próximas a esse local, mas esse local em específico está
230 localizado em uma área, predominantemente, verde. Se não são APAMs, se não são tudo
231 área de proteção de fato, é uma área onde o verde predomina. Então, se houve essa AEIS
232 03, como membro do CMDUA eu diria que, olha, talvez o nosso ajuste a ser feito no Plano
233 Diretor nessa área fosse a retirada da AEIS III e sim começarmos a olhar na revisão do
234 Plano Diretor em demarcar áreas de AEIS III para resolver vazios urbanos onde já há
235 infraestrutura. Não promover uma nova infraestrutura, por que o que adianta doar o terreno
236 e amanhã vai fazer uma escola para 600 famílias? Porque as outras famílias estão bem
237 longe dali. Então, a gente tem um problema depois de infraestrutura, que não tem
238 população, aí sabe o que vai acontecer daqui mais um tempo, novos projetos que vão ser
239 assim – vejam bem, tem uma infraestrutura obsoleta. Então, a gente cria a demanda agora,
240 a gente vai criando demanda, demanda, para resolver uma oferta que vai custar, seja ao
241 município, seja ao Estado do Rio Grande do Sul, na produção dessa infraestrutura. Então,
242 devo discordar por essas duas questões de infraestrutura e a questão ambiental, cujas
243 premissas eu concordo, mas não concordo que elas sejam aplicáveis a esse caso.
244 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Sustentabilidade - SMAMS: Perfeito. Obrigado. Por favor, Conselheira Claudete. Só retomando aqui, então, a gente encerrou o período de inscrição para a discussão. Temos a Conselheira Claudete inscrita, a próxima. Temos o Conselheiro Hermes, Conselheiro Paulo Jorge, Conselheira Livia, Conselheiro Emerson, Conselheira Gisele e Conselheiro Gomes.

Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Bom, eu entendo que a ACESSO resta mais uma vez cerceada do seu direito e de exercício do *múnus* público que aqui lhe compete, na verdade, que é em prol do interesse público, que é dispor sobre os processos em si. Eu gostaria de dois esclarecimentos, eu acho que podem aparecer um detalhe, mas eu acho que eles são bem importantes. Primeiro, é que eu solicitei os arquivos digitais e eles foram negados. A primeira coisa que eu tenho nesse processo aqui, eu olho na capa do processo, diz assim: “digitalizado”. Quem quiser ver está aqui no processo: “digitalizado”. Fora isso eu nem preciso questionar que as comissões, na verdade, tramitam com os processos eletrônicos. Então, eu tenho aqui “digitalizado”. Então, assim, nós dificultamos o acesso, a gente tem que mendigar aqui um conselheiro que exerce uma função, o acesso a um processo, aí nós criamos restrições por “n” objetivos. A segunda questão é: nós estamos muito preocupados em fazer uma resolução onde os próprios conselheiros não podem fazer diligências e me chamou muito atenção que a primeira diligência tomada nesse processo foi pela secretaria-executiva, que ela simplesmente entendeu, e ela não tem competência para isso, a secretaria executiva, ela entendeu de diligenciar à SMDE se isso aqui seriam ou não processo um processo de segundo grau que deveria tramitar no CMDUA. Pois é, os conselheiros aqui não têm competência para fazer diligência, segundo a proposta do Secretário. A atribuição da secretária, que é distribuir e fazer, ela pode diligenciar. Eu gostaria só de registrar.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, o Conselheiro Paulo Jorge. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu conheço bem a área onde está sendo feito esse empreendimento, final de semana passei lá, dei uma olhada lá. O que eu vejo é o seguinte, eu vou com o voto do relator, mas colocando, já pedi aqui várias vezes dados sobre a Cidade de Porto Alegre. Não adianta agora votar contra, mas desde o começo quando o Conselho tomou posse não houve nenhuma discussão sobre Porto Alegre. Nós não discutimos Porto Alegre, nós discutimos pontos de Porto Alegre, mas não Porto Alegre. Então, áreas verdes, os bairros que estão em desenvolvimento, que é a Restinga, Aberta dos Morros, onde tem sítios e ninguém se preocupa com isso. Por exemplo, lá na Restinga o Pujol conseguiu colocar um loteamento lá, que agora vai ser um valor imenso, trás da Restinga, e ninguém discutiu isso aí. Passou por aqui, está lá o loteamento, foi aprovada uma área urbana para loteamento. Passou por aqui! E assim tem vários. Então, volta ao passado, da década de 80, 90, onde a Secretaria de Planejamento fazia o que queria aqui dentro. Desculpa falar dos técnicos e engenheiro aqui, davam para os políticos os dados, os caras aplicavam o 171, dali 15 anos ficavam ricos. A RBS, não sei o que mais, continua, porque o Conselho não está fazendo sua parte, o Conselho não vai ver o que acontece. E continua a mesma coisa, usando, lógico, o loteamento está lá em cima, uma área bonita, é loteamento. Eu fui olhar lá, vai ser uma área nobre, está sendo explorada. É atrás do Alphaville, riquíssimo, os caras acabaram com aquela área lindíssima que tinha, tiraram todos os coqueiros, mataram os bichos todos, sobrou só mansão. Ninguém discutiu! Uma área lindíssima está lá, só vejo mansão. Quando eu vou para a Restinga eu vou pela Vila Nova, entro no meio e saio lá embaixo, esse empreendimento é mais à direita, lá em cima. Se foi aprovado o Alphaville, meu querido, como vou ser contra esse empreendimento? Essa é a questão, não tem ser contra. Agora, o que tem que fazer aqui dentro é nós conselheiros do Plano Diretor ver



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Porto Alegre, discutir com comissões. Tem que fazer isso aqui dentro. Tem que fazer essa discussão, não o Paulo Jorge discutir, o Paulo Jorge é leigo, mas os arquitetos aqui dentro, os engenheiros que tem conhecimento, que vão dar auxílio na discussão. Não é só a zona norte, agora mesmo aprovaram um empreendimento aqui perto do aeroporto, a loucura que está sendo isso aí, ou seja, a expansão de Porto Alegre. Qual o papel do conselho? Qual o nosso papel aqui dentro? O que nós fazemos aqui dentro? Tem que ficar bem claro o que é o nosso papel. (Sinalização de tempo esgotado). O centro não se discute, o Mercado Público não se discute, nada. (Sinalização de tempo esgotado). Eu tinha a visão que o Conselho ia discutir isso aí. Vou provocar os que têm mais conhecimento, para vocês puderem levar a Tronco, que vai desenvolver área de AEIS, mas não, o DEMHAB não vem aqui dentro, não fala nada, solo criado. É difícil. (Sinalização de tempo esgotado). Eu vou acompanhar, mas foi esse o desabafo. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu só queria chamar atenção para a quantidade de população que esse empreendimento tem de a incorporar e a quantidade de infraestrutura necessária para atender essa população. Nós temos muitas cidades no Rio Grande do Sul e no Brasil que não tem a população de 2.500 habitantes. Isso, vocês imaginam que uma cidade tem um gerenciamento de secretarias, prefeituras, etc., etc. e etc. Então, isso significa uma cidade concentrada em uma região; Então, eu acho que a gente tem que pensar na responsabilidade desse tipo de aprovação. Eu acho que o Rafael falou em relação a isso, de que se aprova e depois a infraestrutura fica por conta da população pagar, porque a reivindicação, obviamente, da infraestrutura vai vir, as pessoas vão precisar da infraestrutura. Então, a gente tem dois problemas ali, nós temos o problema da área verde e nós temos o problema da falta de infraestrutura. Eu acho que a gente precisa considerar o que significa 2.600 pessoas morando em uma área. Eu vou repetir que tem muitas cidades brasileiras, muitos municípios que não tem essa população. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu gostaria de reforçar também e realçar mais uma vez, eu acho uma pena que tenha se aprovado a impossibilidade de ouvir o contraditório ou pelo menos ouvir os pareceres dos conselheiros ou da Conselheira Claudete. E eu queria citar que na própria pauta de hoje nós temos processos aguardando agosto, está em diligência, outubro do ano passado, tem outro aqui de outubro do ano passado, dezembro do ano passado e a gente se preocupa, é intolerante com o processo que pegou uma semana de Carnaval, uma semana a mais. Este debate, como já foi dito, eu acho que esse processo eu me lembro bem da apresentação do Oscar, é um brilhante exemplo para discutir, é um estudo de caso para discutir a questão da densidade, questão da cidade rarefeita, a questão do custo da cidade, do custo da infraestrutura e da sustentabilidade da cidade. Como já foi dito mais de uma vez, nós criamos bolsões afastados do centro da cidade ou da parte com maior infraestrutura, depois da prefeitura, assim como foi aquele projeto do aeroporto, a prefeitura arca com os custos de transporte, as creches se tornam inviáveis em uma distância. Então, eu queria realçar e pedir que da próxima vez... É constrangedor até a gente ver essas votações, sem citar nome, mas teve funcionário que votou a favor da prorrogação, olhou para o secretário e baixou a mão. Sabe tal o nível? Eu não vou citar nomes... (Manifestação fora do microfone). Não, não deveria. É constrangedor ver que um debate tão rico é impedido, enquanto que ninguém se levanta para esses processos que estão há 2, 3, 4 meses aguardando diligência. E por uma semana a gente deixa de ouvir o contraditório. Obrigado. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Bem, eu tive oportunidade de ver por duas vezes esse processo, é um processo que está seguindo todas as diretrizes da comissão. Quem participa da comissão sabe das



exigências que tem dentro do SEPAC, lá na parte da EPTC, relatório ambiental simplificado pela parte da SMAMS. Então, tem todas as exigências, fora as diretrizes apresentadas pela saúde, pela educação, por tantas outras secretarias que compõem a comissão. Então, a responsabilidade é sim do município, porque emite diretrizes e dá as condicionantes para que aquele empreendimento saia do papel. E para quem não conhece a Granja Bela Vista, foi aprovada como vias cadastradas neste conselho, faz uns 2 anos atrás, se eu não me engano. E é uma importante via de ligação da cidade, que liga a Jorge Pereira Nunes a Costa Gama. Esse empreendimento vai ficar a cerca de 200 m da Costa Gama, que cruza um monte de linhas de ônibus. Então, não é um lugar isolado como alguns estão comentando aqui. Então, tem que deixar bem claro isso. Não é um lugar que tenha uma vegetação densa, é um campo, para quem cruzar lá vai ver que é um campo, tem uma meia dúzia de árvore dentro do terreno. E tudo que for implantado lá, pessoal, vai ter que seguir regras e normas, porque não é assim, vou largar o esgoto não sei aonde, vou largar o lixo não sei aonde. Então, tudo tem seu regramento. E eu sou um defensor das AIES, porque é a única maneira que a gente tem hoje em Porto Alegre para poder promover habitação de interesse social. Se não fosse a AEIS com certeza não ia ter habitação de interesse social, nem o próprio DEMHAB ia poder construir, porque todas as áreas do DEMHAB são gravames de AEIS, as que foram construídas até hoje. O próprio DEMHAB vai ser atendido na demanda, 20% da demanda vai ser atendido DEMHAB, e a gente sabe que tem muita gente que está no aluguel social, está em área de risco e vai depender dessas unidades. Também sabemos o cenário hoje habitacional, que é bem precário para atender o faixa 1. Então, eu sou favorável. E aqueles que tiverem dúvida depois vão procurar o processo e se inteirar das informações. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu vou responder a algumas questões que eu lembrar e se eu esquecer de alguma me perguntem. A questão de pavimentação... (Manifestação fora do microfone). Eu estou falando, não pode interromper. (Manifestação fora do microfone). Quando está falando? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos esperar ele concluir a fala, Conselheira. É Questão de Ordem, Conselheira, sobre o regimento? (Manifestação fora do microfone). Não, a Questão de Ordem é sobre alguma matéria do regimento, naturalmente. (Manifestação fora do microfone). Ele se inscreveu no período de discussão. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu estou inscrito, eu estudei o projeto e vou esclarecer. Depois eu lhe passo, se achar necessário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Ele se inscreveu, como a gente abiu o período de inscrição para discussão, cada um tem 2 minutos para discutir processo. Por favor. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O Conselheiro do IAB fez uma colocação, a questão da pavimentação, é muito simples, tu não consegues... (Manifestação fora do microfone). Não, tu fizeste também da pavimentação, fizeste da Lei nº 767, que eu ia te responder. A Lei Complementar nº 767/2015, que eu tinha falado no relatório e a questão do porque tem pavimentação, porque tem pavimentação, porque é obrigatório para o Minha Casa Minha Vida, senão não pode fazer, não pode fazer o empreendimento. E essa questão da pavimentação, ela cria uma ligação importante na cidade, como foi repetido aqui. Questões ambientais, todas elas foram respeitadas, tem área de proteção permanente, vai ficar a permanente. E outra coisa importante, não existe neste processo nenhum pedido de excepcionalidade, não está se pedindo limites, expansão de limites, ocupação ou coisa parecida e tal. E o processo por AEIS e as AEIS serem muito questionadas, e eu acho que com razão dentro prefeitura, ele está tramitando há mais de 2 anos, eu acho que chega a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

mais de 3 anos o trâmite dele. E lembrando que aqui no Conselho ele chegou ainda em novembro, ele começou a ser trabalhado aqui em dezembro. Então, era isso que eu tinha para esclarecer dentro do meu relato, meu relato dentro das coisas que eu trabalhei. Se existir mais alguma outra questão eu me coloco à disposição. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não é período de esclarecimento, a gente abriu para discussão, nas regras que seguinte aprovou lá. O senhor tem alguma Questão de Ordem sobre a interpretação do regimento, conselheiro? (Manifestação fora do microfone). Está bem, porque nós vamos colocar em votação agora. Vamos seguir a votação nominal. Por favor, a gente vai fazer o nominal. Encerrado o período de discussão, a gente coloca em votação o Expediente 002334883.00.0, SP Construtora Incorporadora. Vamos fazer nominal, então. **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Voto favorável. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu me abstenho. Minha declaração de voto, eu gostaria de ter ouvido o contraditório desses pareceres contrários ou pelo menos os pareceres, que eu nem sei se são contrários. É por isso que eu me abstenho. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Abstenção. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Contra. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Contra. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Contrário e devemos rever a AEIS III que compre o seu compromisso... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Por favor... **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Não posso fazer declaração de voto? Não funciona assim? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Por favor, a declaração de voto é por escrito. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Tudo bem, farei por escrito. Meu voto é contrário. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Contrário e farei a declaração de voto por escrito também. Fico muito preocupado com a forma como estão tramitando os processos aqui. **Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Contrário. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos respeitar a democracia, pessoal. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Contrário. É inadmissível que em uma revisão de Plano Diretor... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O seu voto, Conselheira. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** É a minha declaração de voto e farei como eu entendo, por sustentação oral e depois juntarei por escrito, Secretário. É o meu entendimento, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Neste momento é pelo sim ou pelo não, favorável ou contrário. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ACESSO CDH: Então, Senhor Secretário, revise todas as atas para ver como funciona. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Por favor, o voto da próxima Conselheira. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu me abstenho. **Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** A favor. **Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável a habitação de interesse social e a demanda habitacional prioritária. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nós temos a ausência da Gisele e da Luana. Uma Questão de Ordem, por favor. (Manifestação fora do microfone). Nós temos uma Questão de Ordem. (Manifestação fora do microfone). Conselheira, elas estão presentes na reunião, se elas se afastaram para irem ao banheiro, enfim, não há nenhum problema em relação a isso. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Vai chamar duas conselheiras para continuar a votação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Uma Questão de Ordem com relação ao regimento, Conselheiro? Por favor, para poder encerrar a votação, estamos no meio do processo de votação. Vou lhe abrir a oportunidade de falar sobre o regimento. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu espero a votação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É melhor. Vamos encerrar a votação. Conselheira Gisele e Conselheira Luana, seus votos, por favor. Nominal. **Luana Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito – GP:** A favor. **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** A favor. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos só fazer a contabilização dos votos: 13 votos favoráveis, 06 votos contrários, 03 abstenções. **APROVADO O EXPEDIENTE. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Se não for questão de ordem o senhor corrige, eu só peço que os conselheiros Emerson e Gomes respeitem o voto deste Conselheiro e votar contra um projeto não quer dizer que seja contra a Habitação de Interesse Social. Eu não faço demagogia e não uso a população para ganhar. Eu tenho trabalho, meu amigo, e defendo as comunidades. Ao contrário de muitos aqui que só votam favoráveis quando há contrapartida ao interesse. O meu voto foi contra a maneira como tramitou o processo. Certo? (Manifestação fora do microfone). Não, não é contra 600 famílias! Isso é na tua avaliação! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, vamos manter, né. Eu entendo que a gente tem que respeitar a posição do voto de cada conselheiro, independente das questões internas aqui, discussão, vamos nos ater ao voto. Este é um Conselho qualificado, a gente tem que respeitar a posição, pode ser contrário, pode ser favorável, vence a maioria e a gente tem que encaminhar nesse sentido, com respeito sempre um pelo outro. Na sequência a gente teria uma apresentação agendada, o Item 4.06 da pauta, a apresentação do empreendedor, porque ele foi convidado para fazer a apresentação. Eu coloco em votação se há interesse dos conselheiros em prorrogar ou se há interesse em votação, porque, afinal de contas, houve o relato, né, do Conselheiro. Ele começou a fazer o relato e aí se achou por interessante convidar. Eu consulto ao conselheiro se há interesse em fazer o



relato ou a gente coloca em votação a prorrogação do prazo para apresentação, porque a gente deu oportunidade, seria na data de hoje, eles não vieram apresentar. (Manifestação fora do microfone). É o senhor? Por favor, passe aqui. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Secretário, por favor, Questão de Ordem. Então, é o empreendedor que vai fazer? te porque eu vou pedir vista, é o processo da minha região. Então, entrar em votação sem pedir vista... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não. Era votação de prorrogação de prazo, mas ele está aqui. Vamos manter a paz comum, né. Faz parte do processo o debate. A gente sai muito rico aqui desses debates, eu estou aprendendo bastante com o Plano, a Patrícia aqui também no processo de revisão do Plano Diretor. Muitas coisas que se traz aqui a gente consegue incorporar isso.

3. APRESENTAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO 002.341565.00. Raul, **Ronaldo Rezende Arquitetura:** Boa noite a todos. Primeiramente, desculpe pelo atraso. Eu sou o Raul da Ronaldo Rezende Arquitetura. Sou sócio da empresa que representa o empreendedor. Então, a gente está aqui para esclarecer as dúvidas em relação à localização do empreendimento, na Rua Ary Tarrago, 2575, Cidade de Porto Alegre. Então, nós trouxemos um mapa com a localização do empreendimento, grifando as ruas Protásio Alves, Ary Tarrago e a Baltazar de Oliveira Garcia. O empreendimento eu não sei se está visível a todos, é aquela mancha vermelha. Eu vou dar um zoom para aproximar. Então, é a esquina da Ary Tarrago com a Alexandre Luiz e com uma diretriz, o Deputado Hugo Mardini, se eu não me engano. Então, a construção, essa diretriz faz parte do empreendimento e se trata de empreendimento de habitações compactas, são três torres em formato “Y”. Qual é a altura permitida no Plano Diretor, sem pedido de extensão, totalizando 630 unidades com uma vaga para cada unidade, apartamentos de 2 dormitórios, variando de 52 metros a 56. (Manifestação fora do microfone). A localização do terreno? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Feitos os esclarecimentos nós temos o relato. Não é, conselheiro? Mas como não foi concluído naquela oportunidade, em função de não ter visualmente. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite, Presidente. Eu não fiz o relato na última reunião, porque o Conselho entendeu que precisava o empreendedor fazer a apresentação, já que a gente não tinha material, porque os conselheiros não conseguiam entender qual era a região ali da Ary Tarrago. Por isso que eu pedi agora para o representante ali dos empreendedores deixar a imagem na tela, mas o meu relato está dentro do processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, de repente o senhor faz e a gente vê se tem pedidos de vista para dar seguimento. O senhor conclui o seu relato. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Assim como o Arquiteto Raul ali comentou, é um empreendimento que não está pedindo nada demais assim, não tem nenhuma excepcionalidade. Então, vou fazer meu relato. É o Processo 002.341 565.00.1. Interessado: Porto 5 Investimentos Imobiliários Ltda. Assunto: EVU de edificação, Projeto Especial de Impacto Urbano de 2º grau. Local: Rua Ary Tarrago, 2575, bairro Passo das Pedras. Trata-se de EVU de Estudo de Viabilidade Urbanística para edificação destinada à demanda habitacional prioritária, enquadrado no Programa Minha Casa Minha Vida, faixa II, conforme DEMHAB e Caixa Econômica Federal, porque tem dentro do processo declaração da Caixa Federal e do DEMHAB. O imóvel tem origem no Loteamento Campos do Conde II e está localizado na Quadra A, com área de matrícula de 24.427 com 19 m². EVU obrigatório para empreendimento residencial com mais de 400 vagas, enquadrado como Projeto Especial de Impacto Urbano de 2º grau. A proposta consiste e, 03 torres



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

residenciais, com 18 pavimentos cada, 630 unidades e 630 vagas de estacionamento, 28.975,86 m² de área adensável e 47507,89 m² de área construída. Total conforme a planilha do EVU. O responsável técnico não solicita flexibilização de regime, o empreendedor deverá atender todas as condicionantes técnicas apontadas pela CADAP, que aprovou o EVU de edificação através do Parecer 202/2019, em 21 de novembro de 2019. O Habite-se está condicionado à execução das obras de infraestrutura, que são o alargamento viário da Ary Tarrago em frente ao empreendimento. Execução de vias que conformam a Quadra A e da Praça do Loteamento Campos do Conde II. Na qualidade de Conselheiro deste CMDUA, representante do SINDUSCON, com atribuição de relator do Processo nº 002.341565.00.1, sou favorável à aprovação do EVU de edificação destinada à demanda habitacional prioritária, faixa II, com área construída de 47.507,89 m², conforme o parecer 202/2019 da CADAP, respeitando os condicionantes emitidos pelo DEP, SMURB, Secretaria da Saúde, EPTC, SMAMS e SMOV. Atenciosamente, Rogério Dal Molin, SINDUSCON. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Eu pergunto se tem inscrição para perguntas ao empreendedor que está aqui? Lembrando que a gente tem 1 minuto sempre para perguntas. A Conselheira Lívia e a Conselheira Tânia. Perfeito! Por favor, Conselheira Lívia. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** A minha pergunta é para o Senhor Raul. Qual é a dimensão desse terreno, longitudinalmente, transversalmente? E outra coisa, tu poderias apresentar na planta a implantação dos blocos nesse terreno? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vou pedir para a Conselheira Tânia fazer a pergunta e a gente abre para ele responder. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu gostaria de fazer uma pergunta para o Raul com relação à localização. É aquele terreno bem grande que tem lá embaixo, né, logo que passa o posto de gasolina, é isso? Aquele terreno grande. É uma área verde bem grande aquele espaço, né. Era isso, eu não estava conseguindo me localizar certo. Tem uma área verde bem grande. Eu não vi o projeto, eu vou querer dar uma olhada e vou levar para a comunidade, para eles darem uma olhada também. E se for o caso de você ir lá para fazer algum esclarecimento. Tudo bem? Então, obrigada. Raul, **Ronaldo Rezende Arquitetura:** Claro, estamos totalmente disponíveis a apresentar o projeto, tirar quaisquer dúvidas para a comunidade e sem essa área verde há um vazio urbano nessa localização que foi mencionada. Em relação à dimensão do terreno, eu vou buscar aproximar para a gente localizar a cota. Só um minuto. São 170 m², desculpe, 170 metros lineares pela Ary Tarrago, mais 67 m² lineares pela Alexandre Luiz, 270 m² pela diretriz dos fundos. Desculpa, eu estou falando errado, metros lineares pela faixa de fundo. (Manifestação fora do microfone). De quais praças? (Manifestação fora do microfone). Isso é um terreno, não é uma praça, tem 30 por 18 e a outra 31 por 70. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Temos pedido de vista nesse processo? Conselheira Tânia, Conselheira Lívia, Conselheiro Emerson, 03 pedidos de vista. O Conselheiro Jackson, 04 pedidos de vista. Também pede vista o Conselheiro Paulo Jorge. O item 4.07 da pauta, 002.268905.00.7, que é a Clínica de Cirurgia Plástica Psicologia, está agendada a apresentação para o dia 10 de março, pelo responsável técnico do projeto. O 4.08 da pauta a gente tem a apresentação do relato pela Conselheira Lívia. Isso? Não? A Conselheira Lívia não trouxe o relato. Como já venceu o prazo, ao invés de redistribuir, que seria o caso de redistribuição, vamos colocar em votação se há interesses deste Conselho em prorrogar o prazo para ela apresentar o relato ou se redistribui nos termos que prevê o regimento, porque a gente não tem a resolução ainda aplicada, vamos dizer assim,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

vigendo. Vamos dar essa oportunidade de a gente colocar em votação. Coloco em votação a prorrogação do relato para a Conselheira Lívia. Favoráveis à prorrogação do prazo para o relato por uma semana, por favor. (Contagem de votos = 17 votos). Votos contrários à prorrogação. (Contagem de votos = 03 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 00 abstenções). **APROVADA A PRORROGAÇÃO DE PRAZO**. O último expediente, o 4.07 foi recentemente distribuído, no dia 28. Então, encerrada a Ordem do Dia. A gente passa para o período de Comunicações. Temos inscritos no período de Comunicação? O Conselheiro Paulo Jorge, o Conselheiro Rafael, o Conselheiro Felisberto, o Conselheiro Gomes. Por favor, Conselheiro Paulo Jorge. A gente coloca aqui o tempo. E a Conselheira Júlia. **4. COMUNICAÇÃO. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** A minha primeira pergunta é para a nossa Arquiteta Patrícia, como ficou o nosso seminário. Quer dizer, tem que ser falado aqui, porque hoje é o dia 03, né. Então, daqui a 15 dias. Em abril ou maio? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É só essa pergunta? **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Não. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, por favor, conclua, depois a conselheira vai responder. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu quero colocar sobre a manifestação popular de Porto Alegre, que é a cultura, que é o nosso Carnaval. Muitos não dão bola, mas é São Paulo, Rio e Bahia movimentam muito dinheiro, é o empreendedorismo. Porto Alegre também tem esse grande movimento financeiro, mas Porto Alegre ainda é uma cidade provinciana, uma capital que não quer avançar, ela quer ficar conservadora. Entendeu? Enquanto os outros estados avançam, correm na nossa frente e o sul não pode isso, não pode aquilo, não sei o que mais, a pessoa é dorminhoca, não dá emprego, não avança. E aí fica sendo assim, uma cidade de mendigos, aí a população negra também não avança, porque não tem estudo, porque não dão condições, porque a classe mediana branca que comanda esta capital e não deixa avançar. E o nosso programa cultural também não avança. O Porto Seco, se vocês fossem conhecer, tinham que ver o desperdício de dinheiro lá dentro, que podia trabalhar o ano todo com as crianças, adolescentes, projetos, mas não, atirados 12 pavilhões que foram para a Câmara de Vereadores, atirados lá no meio do mato. Atirados 12 pavilhões, a coisa mais linda que tem. Não usam o ano todo. Investimento social do Carnaval, gera um investimento muito grande, mas, também, ninguém comenta. O empreendedor quer ganhar dinheiro, também não comenta. Então, é triste as pessoas ver, sentado aqui no Plano Diretor, de ver o Conselho tão medieval, um Conselho conservador, um Conselho que não deixa avançar. Isso é ruim para a Cidade de Porto Alegre. Por que São Paulo não está mais assim? São Paulo viu o dinheiro, meteu o Carnaval, veio de vez e a luxúria. E São Paulo estava lá atrás. Onde está a capital do dinheiro correndo? Uma porcaria, comanda, Jaguarão. O que isso? E a capital nossa não avança! A capital não avança e as cidades pequenas estão correndo. Pessoal, aí eu peço para vir aqui, Secretário, o Secretário de Turismo, de Cultura, não botam os pés aqui, aí me dói estar no Conselho há 6 anos, pedindo o Secretário de Turismo e de cultura, não botam os pés aqui dentro para falar sobre o nosso avanço. Meu Presidente, só para encerrar, muitas famílias vivem disso aí. (Sinalização de tempo esgotado). Ganham dinheiro com isso aí, vivem as suas famílias, é capital financeiro, dependem dentro desse setor, ganham dinheiro, mas se a Prefeitura não ajudar o pessoal está assaltando e roubando. Então, está lá o Porto Seco atirado e ninguém fala nada. o Plano Diretor também é medieval. (Sinalização de tempo esgotado). Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O Conselheiro Rafael inscrito no período de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

637 Comunicações. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do**
638 **Brasil – IAB/RS:** Eu vou primeiro fazer o convite, amanhã a gente volta a ter nas quartas
639 os eventos do IAB, amanhã a gente abre os debates das quartas com uma mesa para
640 tratar da questão dos projetos de lei do executivo sobre a gestão financeira ou subsídios
641 para o transporte coletivo em Porto Alegre. Nós vamos ter uma convidada da WRI, dois
642 convidados da Rede Brasil Cidades, que estão vindo de São Paulo, um deles, se eu não
643 me engano, ou os dois, eu não me lembro, é atuante no IDEK, que estão vindo para
644 acompanhar a audiência pública que vai ter na Câmara Municipal na quinta-feira à noite,
645 dia 5. Então, nós estamos aproveitando essa oportunidade para fazer esse debate sobre a
646 gestão financeira, digamos assim, já que os projetos de lei não tratam de planejamento do
647 sistema de transporte coletivo, mas da questão financeira. Sobre o Carnaval, Paulo Jorge,
648 eu vou providenciar, vou mandar pelo grupo uma capa de um Diário Oficial dos anos 90,
649 em que fala que tramitava no CMDUA, naquela época ainda, se eu não me engano, ainda
650 Conselho do Plano Diretor, em que tinha o projeto, a perspectiva do projeto da passarela
651 aqui entre o Beira Rio, a passarela do samba seria aqui. Quer dizer, mas houve uma
652 manifestação muito grande, né, talvez de pessoas muito parecidas com essas que estão
653 reclamando agora dos blocos na Cidade Baixa, dizendo: “Não, aqui não é lugar de
654 Carnaval, aqui não é lugar de samba”; para não dizer que não é lugar... Não posso eu falar,
655 deixa assim, vou respeitar lugares de fala, mas é isso. Quer dizer, eu te devo essa
656 informação, está lá trás, inclusive todas as atas do Conselho, desde 1955, estão na sala
657 aqui anexa. A gente pode verificar qual foi a decisão deste Conselho sobre aquele projeto
658 da passarela. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**
659 **da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselho Rafael. O Conselheiro Felisberto
660 inscrito. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um –**
661 **RGP. 1:** Bom, primeiro colocar que o protocolo assinado para a revisão do Plano Diretor foi
662 encaminhado hoje para os conselheiros, depois de longo e vários meses pedindo neste
663 Conselho, que fosse apresentado a este Conselho o protocolo assinado. E esse protocolo
664 não passou por aqui. Felizmente, depois de uma atitude da RGP. 01, esse protocolo está
665 sendo apresentado e pela interferência da RGP. 01 novamente, a secretaria e o governo
666 de Porto Alegre está tendo que dar explicação sobre a questão do Plano Diretor. Apesar de
667 que alguns conselheiros aqui não acham importante. Então, a RGP. 01 tem cumprido o
668 papel dela e cumprirá o papel dela. E não é uma decisão do Felisberto Conselheiro, é uma
669 decisão coletiva da região. Nada que este Conselheiro não passa pelo crivo da RGP. 01 e
670 o Fórum de Delegados. E nós somos a primeira região que tem um plano popular de ação
671 e que vai ser discutido e debatido com os delegados. Apesar de algumas regiões não
672 acharem importante, porque se acham iluminados e não discutem com os seus moradores.
673 A RGP. 01 fez isso, está terminando de sistematizar o plano. Depois tem outras regiões
674 que vão ter a oportunidade, a RGP. 02, a RGP. 04, a RGP. 05 e a RGP. 07, é um trabalho
675 feito com o IAB, a UFRGS, o EMARV e com patrocínio do CAU, que nos orgulha muito a
676 RGP. 01. Não é um trabalho do Felisberto ou dos delegados, é um trabalho conjunto que
677 faz uma análise de toda a região e que tem preocupação com a cidade. E quando a gente
678 toma alguma decisão e que vota este Conselheiro, é para o bem da cidade, não é para o
679 bem pessoal, é para o bem da cidade. Então, quero deixar isso bem claro aqui. Certo? E
680 não calarão a voz deste Conselheiro, porque eu tenho atrás de mim uma região que me dá
681 respaldo. E as atitudes que são tomadas por este Conselheiro tem respaldo. Estaremos na
682 reunião de sexta-feira e queremos a resposta daquilo que nós pedimos, e queremos ver,
683 vamos ver a atitude dos conselheiros também com relação ao que nós propusemos.
684 (Sinalização de tempo esgotado). Já estou finalizado, Secretário. Eu quero ver a atitude,
685 vai ser perante o Ministério Público e louvo que seja estendido, só estão levando lá porque



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

houve a atitude de uma região que tomou a dianteira desse processo. E nós não estamos contra os governantes, como possa parecer. É uma disputa política? É. É uma disputa ideológica? É, mas é uma disputa para a cidade, para todos e não para alguns. Era isso e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado Conselheiro. O Conselheiro Gomes. (Manifestação fora do microfone). Eu faço os esclarecimentos. É que como a gente não tem essa possibilidade, desculpa, nós não temos essa possibilidade. Tem a inscrição do tempo de Comunicação. Eu posso fazer os esclarecimentos na sequência. A gente sim está, algumas entidades, regiões, representaram junto ao Ministério Público com relação à participação no Plano Diretor. Nós fizemos uma audiência inicial de conciliação da Promotora e fizemos todos os esclarecimentos necessários. Vai ter outra audiência no dia 06, às 14 horas, se não me engano, às 14h30min, junto ao auditório do Conselho, onde essas entidades fizeram essa representação. A gente está fazendo essas apresentações que são feitas nas reuniões das entidades, que a gente fez aqui no Conselho. A gente está esclarecendo todo o cronograma, como é que funciona, enfim, não há nenhum problema por parte do município da gente fazer os esclarecimentos e nivelar o conhecimento, mostrar que o nosso projeto tem qualidade, tem consistência, é um projeto de cidade, estado e a gente está muito feliz e se sente supertranquilo em ir lá fazer os esclarecimentos na. Não há nenhum problema. Na sequência a gente tem a Conselheira Júlia. Depois o Conselheiro Hermes e encerramos. **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Boa noite. Eu gostaria de dar um retorno ao questionamento do Conselheiro Darci Campani, na última reunião sobre o objeto da contrapartida do Colégio Marista Ipanema, que está com obra em andamento na Coronel Marcos. É correspondente ao Processo nº 002.338567.00.1, na Coronel Marcos, 1959. Esse projeto enquadra-se como mais uma etapa do projeto da requalificação da Coronel Marcos como um todo, cujo objetivo é adotar a via de duas faixas por sentido de circulação ao longo de toda sua extensão, além de equacionar as entradas e saídas da via sem redução da capacidade e com aumento da segurança viária. Especificamente, no trecho correspondente à contrapartida do Colégio Marista, o projeto viário amplia duas faixas de tráfego, uma no sentido centro-bairro, indo ao encontro do projeto mencionado, e outra faixa no eixo da via para absorver as manobras de acesso à escola para os veículos provenientes do sul e também para permitir que os veículos provenientes da Rua Manoel Leão ingressem na Coronel Marcos, em direção ao Centro, com segurança e sem interromper o fluxo de passagem da via. Além disso, o projeto da escola contempla *porter colcher* para embarque e desembarque de alunos, sem interromper o fluxo de passagem da via, bem como a requalificação dos passeios públicos nos dois lados da avenida. Era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira. Em não havendo mais inscritos, o Conselheiro Emerson abriu mão. A gente encerra, então, a reunião, desejando... (Manifestação fora do microfone). Ah, a gente tem um esclarecimento. Por favor, a Conselheira Patrícia. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite. Respondendo à pergunta do Conselheiro Paulo Jorge. A gente estava, inclusive, agora à tarde tratando das questões do seminário, que como eu tinha comentado nas reuniões dos GTs, que estava sendo organizado pela PUC. Como a gente tinha essas indefinições desses encaminhamentos eles vieram hoje de tarde tratar com as entidades e a ideia é ele ser prorrogado para abril. Aí os esclarecimentos de todos os detalhes, aí na próxima reunião do grupo das regiões, que é semana que vem, terça-feira, às 16, eu gostaria que vocês estivessem para a gente poder conversar a respeito. (Manifestação fora do microfone). Às 16 horas aqui, eu gostaria que vocês



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

estivessem presentes. Aí a reunião com as regiões, eu vou fazer os mesmos esclarecimentos que a gente fez e depois, só complementando, a questão que a gente falou da instrução normativa, do desenvolvimento dos trabalhos. Então, eu me proponho a agendar uma reunião do Conselho para a gente poder tratar do Plano Diretor, para a gente poder dar uma batida em conjunto, todos os conselheiros. Então, eu coloco essa proposição para a gente agendar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheira. Vamos agendar o mais breve possível. Encerro agradecendo à parceria, aos trabalhos, a qualificação. Uma excelente noite.

(Encerra-se às 19h30min).

Germano Bremm

Presidente

Secretária Executiva

Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2834/2020

Aos dez dias do mês de março de dois mil e vinte, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanzo Magni (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Freitas (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Luana Nunes (1ª Suplente), **Gabinete do Prefeito – GP**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Jorge Diogo de Jesus (2º Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação das Atas 2829, 2830, 2831, 2832 (Faltam votar as atas: 2797, 2798, 2799, 2800, 2801; 2802; 2803, 2825, 2826, 2829, 2830, 2831, 2832); 3. Apresentação referente ao Processo 002.268905.00.7 – Resp. Téc. Evandro; 4. Apresentação da instrução normativa que regula a participação no Plano Diretor; 5. Comunicações; 6. Ordem do Dia. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h03min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Boa noite, Senhores Conselheiros. Em havendo quorum a gente dá início aos nossos trabalhos, desejando uma excelente noite de debates, aprendizado, discussão, amadurecimento sempre. A gente tem uma pauta profunda, mas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

49 muito concisa, temos duas apresentações, a equipe do Plano também está aqui, temos
50 apresentação do responsável técnico, o Evandro. Então, a gente antes de iniciar essas
51 apresentações, fazemos a votação das Atas nº 2829, 2830 e 2831. **2. VOTAÇÃO DAS**
52 **ATAS 2829, 2830, 2831, 2832 (FALTAM VOTAR AS ATAS: 2797, 2798, 2799, 2800,**
53 **2801; 2802; 2803, 2825, 2826, 2829, 2830, 2831, 2832).** Por favor, Conselheira a
54 Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**
55 **ACESSO CDH:** Questão de Ordem. Eu gostaria, Secretário, de fazer duas considerações,
56 a primeira é que nós já solicitamos várias vezes que nos sejam encaminhados os áudios
57 das atas. Não cumpre sentido a gente ter apenas a ata e não ter o áudio, ainda mais
58 considerado o decurso de tempo que são passadas essas atas. Depois, nós temos uma
59 violação do princípio da continuidade de atas que não foram até hoje degradadas. O
60 Secretário nos disse que solicitou o aditivo, nós não temos informações disso, o que me
61 preocupa em relação a esse uso do dinheiro público. Por quê? Porque as atas não estão
62 servindo nem para dar transparência para a sociedade, porque elas vêm muito depois do
63 prazo, nós estamos com uma ata de janeiro e outra de março, e também não serve para
64 nós balizarmos as nossas discussões. Eu recebo as atas, eu recebo as atas com muito
65 atraso. Então, eu gostaria de reiterar os pedidos dos áudios, que nos sejam enviados
66 juntos com as atas. E reivindicar as atas passadas que não foram degradadas, e que passe
67 a ser a partir de então, a gente receber, embora o prazo da taquigrafia seja 7 dias, então,
68 que a gente tenha a ata no dia, da semana passada a gente tenha a ata de hoje para a
69 gente poder acompanhar adequadamente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
70 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Conselheira.
71 Pode encaminhar as suas questões para a Secretaria Executiva, sempre que solicitada a
72 gente encaminhada as atas, dada a disponibilidade. Passamos, então, à apreciação das
73 atas. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul -**
74 **SOCECON/RS:** Questão de Ordem. Presidente, só uma sugestão, as atas são muito
75 volumosas. Eu costumo ler as atas e não é possível esse conjunto de atas, não é possível
76 a leitura no espaço de tempo que nós tivemos. Então, eu sugiro, solicito ao senhor que nós
77 não a votemos hoje e as votemos em outra sessão, em virtude do número de páginas, que
78 envolve e solicita a leitura disso. É uma petição que eu estou fazendo. **Germano Bremm,**
79 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
80 Vamos, então, rapidamente, colocar em votação se há interesse deste Conselho em
81 prorrogar o prazo de votação da ata ou se a gente aprova hoje. Favoráveis à prorrogação
82 de prazo, por favor? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos**
83 **Humanos - ACESSO CDH:** Questão de Ordem. Não há prazo para votação de ata, a ata
84 tem que ser votada conforme a adequação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
85 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A manifestação deve ser
86 no microfone. De qualquer forma eu coloco em votação se é interesse do Conselho, se os
87 outros tiverem interesse em ler a ata... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania**
88 **e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Nós não temos prazo para votação da ata, se assim
89 fosse, nós estamos com a Ata 2797, extremamente em atraso. Então, por que vamos dar
90 prazo de algo que não continua? A ACESSO vem se abstendo de fazer essas votações,
91 até porque não vem sendo cumprido o mínimo necessário, que é nos fornecer os
92 elementos. Nós precisamos dos áudios junto com as atas. **Germano Bremm, Presidente e**
93 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Ok,
94 Conselheira, obrigado. Coloco em votação a prorrogação do prazo para votação das atas
95 na próxima semana. Que é a favor da prorrogação de prazo, por favor? Favoráveis à
96 prorrogação do prazo? (Contagem de votos = 18 votos). Contrários à prorrogação do
97 prazo? (Contagem de votos = 01 voto). Abstenções? Então, **APROVADA A**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

PRORROGAÇÃO DO PRAZO, mais uma semana para gente votar. Na sequência a apresentação. Temos aqui o responsável técnico, que tem 10 minutos para a apresentação. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Questão de Ordem. Nós temos o Fernando, que é dos Amigos da Terra, ele queria os 5 minutos iniciais para falar em nome... E eu pedi antes do início. Então, eu gostaria que fosse respeitado o convidado da RGP. 01 Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Só esclarecendo o item da apresentação, sendo o 6.06 da pauta. Como a gente não tem o período de Comunicação neste momento, por isso que a gente deixou para posterior esse momento de Comunicação. Neste momento seria a apresentação. A gente não colocou em votação a inversão da pauta. Fala em Comunicação. Se há dúvida com relação à apresentação primeiro, como de praxe sempre acontece, a gente pode colocar em votação, se há essa possibilidade de inversão da pauta para primeiro a gente fazer as apresentações e por último deixar o período de Comunicação. Favoráveis, então, à interação para a apresentação do empreendedor... O senhor tem uma Questão de Ordem? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu não quero me tornar importuno, mas foi solicitado, são 5 minutos só e liberar o convidado. Eu peço que o Conselho tenha consideração com os Amigos da Terra, que é uma ONG que presta serviços relevantes a esta cidade. Então, eu peço também ao responsável técnico que decline pelo menos de 5 minutos para que os Amigos da Terra possam apresentar e se colocar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, mas o período de Comunicações, necessariamente, vai se dar ao final do processo, a gente vai ter essa apresentação inicial, acaba que se postergando essa fala. Eu coloco em votação, então, a inversão, como nós temos por hábito sempre fazer o período de Comunicação no início, né, a gente tem essa metodologia, coloca em votação a inversão da pauta para a gente ter as apresentações primeiro e posterior, ao final, Comunicação. Favoráveis à inversão da pauta para primeiro a apresentação dos empreendedores, por último o período de Comunicação. Por favor, favoráveis à inversão da pauta. (Falas concomitantes). Vocês compreenderam, conselheiros? (Não). Por hábito a gente faz o período de Comunicação primeiro e depois o restante da pauta. Nós estamos colocando em votação se nós fazemos as apresentações dos empreendedores e a apresentação do Plano Diretor primeiro e depois, por último, deixamos o período de Comunicação. É isso que eu estou colocando em votação. Favoráveis à inversão da pauta para a apresentação inicial. (Contagem de votos = 20 votos). Votos contrários? (Contagem de abstenções = 00 abstenções)... (Manifestação fora do microfone). Vamos encerrar a votação! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, por gentileza, se nós estamos fazendo uma votação para fazer uma inversão de pauta para propiciar que convidados, como o empreendedor é um convidado também, venham antecipar as suas falas, eu acho justo e igualitário que o convidado da RGP. 01 também tenha propiciada a mesma oportunidade de falar no início. E que a votação não seja conduzida nesse sentido. É o meu pedido. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete, mas isso não prevê o regimento, ou é o período de comunicação, ou o restante da pauta, como a apresentação prevista no nosso Regimento. Nós temos 20 votos favoráveis. Votos contrários, por favor, à inversão da pauta? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, o empreendedor vai fazer a sua apresentação no momento do seu processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Estou



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

colocando em votação a inversão da pauta. Votos contrários à inversão da pauta para primeiro os empreendedores e a apresentação do Plano Diretor. Votos contrários? (Contagem de votos = 05 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 03 abstenções). Então, **APROVADA A INVERSÃO DA PAUTA**. Eu convido ao empreendedor que faça a apresentação. Depois temos a apresentação do Plano Diretor, na sequência a pauta e por último o período de Comunicações. : **3. APRESENTAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO 002.268905.00.7 – RESP. TÉC EVANDRO. Evandro, técnico do empreendedor:** Boa noite. Ali é a Rua Voluntários da Pátria, um conjunto da antiga fábrica de cofres, que depois virou (Inaudível). Ali é uma imagem do Google, onde está o retorno, onde abrange todos os prédios. Este conjunto era composto por vários prédios, na verdade, onze, muitos deles na época da aquisição já se encontravam demolidos, alguns incendiados, sinistrados. A esquina é o pátio de uma escola e o seu pátio. A vista é igual, sem a poligonal. Ali é uma (Inaudível) do empreendimento já consolidado, digamos assim, com a restauração. O empreendimento basicamente envolve o restauro de todos os pavilhões, são vários pavilhões. Na Cândio Gomes existem dois pavilhões que são projetos do Hotel Village. Na Almirante Barroso, no lado oposto, existem mais duas reminiscências de pavilhões que não caíram e vão ser totalmente restaurados. O prédio da Voluntários da Pátria, como vocês podem observar, tem um vazio porque existe uma desapropriação para o recuo viário, o alagamento da avenida. Então, ali vai ser feita uma inserção nova de lojas com a mesma volumetria dos prédios existentes. Aqui tem a linha de recuo viário da desapropriação, que são 13 metros. Então, o prédio que está ali no alinhamento da Voluntários vai ser subtraído por conta dessa desapropriação. O resto todo são armazéns dos prédios originais, que vão ser simplesmente restaurados. Aqui, então, a planta baixa do térreo, dessas lojas todas. Isso aqui é o conjunto novo, esse aqui é o shed, aqui é um pavilhão, aqui é outro, outro, e ali a mesma coisa, são pavilhões que vão manter sua individualidade e o pátio interno vai ser o estacionamento de acesso a essas lojas. Aqui é o segundo pavimento, as lojas têm mezaninos basicamente, com menos de 50% da área do térreo. Esse aqui é o pavimento superior do prédio da frente, que é o prédio novo, a partir daqui já é a pré-existência. Aqui são cortes esquemáticos dessas estruturas existentes, com as suas cotas, enfim. Essa aqui é a fachada, é a linha da Almirante Barroso. Esse prédio aqui, a fachada já tombou, então, vai ser feita uma reconstituição em desenho de uma fachada nova. Esse prédio aqui foi incendiado, mas a fachada dele tem todos os vestígios da formação original e vai ser constituído. E aquele prédio lá, há uns dois anos, em uma ventania as árvores da escola tombaram por cima dele. Então, isso já foi consolidado e também vai ser restaurado. Os prédios azuis são os prédios que foram projetados pelo hotel, que é o da Cândio Gomes. Aqui não está aparecendo, mas são os sheds do pavilhão da fábrica. Essa é a estrutura nova e a frente da Voluntários da Pátria, que corresponde a este aqui. Aqui de novo são os prédios da Voluntários, que é o prédio 1, o prédio 2, que já começam o prédio dos sheds, pela Cândio Gomes, que vão ser lojas. Aqui os azuis do hotel, com a fachada nas cores finais. O 5, que é na sequência, que é esse aqui, esse outro aqui, na verdade, a formação original dele era essa, em algum momento foi feita outra construção lá em cima, foi tirado o telhado e construída essa casa, que vai ser removida. Como esse aqui é um prédio de compatibilização, aqui é o acesso de todo o complexo, vai ser o acesso de todo o complexo. Aqui já é o Almirante Barroso no lado oposto. Esses pavilhões aqui estão completamente descobertos, mas vai ser mantida a mesma partição. Esse aqui é o que a fachada tombou e vai ter uma reconstituição insinuada na fachada nova. Aqui é uma quina interna. Esse é o prédio que eu falei que foi incendiado, mas ele mantém ainda os vestígios de como ele era. Essa é uma foto atual, esse frontão aqui caiu há pouco tempo. Então, mas vai ser constituído. Aqui é o prédio



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

onde as árvores tombaram em cima, mas também vai ser totalmente reconstituído. Essa é uma apresentação breve, se vocês tiverem alguma pergunta, por favor. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente abre, então, para inscrição para questionamentos. Lembrando que a gente tem um minuto para questionamentos. (Inscrições). **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Levando em consideração o aspecto histórico, provavelmente venha o parecer do EPAHC. Já está? Deve estar no processo. Gostaria de perguntar, tem pessoas morando lá? **Evandro, técnico do empreendedor:** Não. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Bom, basicamente essa questão do EPAHC já responde também sobre a fachada, todas essas considerações, algumas preocupações, principalmente nessa região, por ser histórico. Eu fui relatora no Plano Diretor, na Câmara de Vereadores, inclusive, meu texto foi publicado. Então, interessa-me muito e agradeço no momento. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** As pergunta que eu ia fazer são justamente as que a colega fez sobre a conservação da fachada, porque é histórica, é muito linda, principalmente aquela área, que é uma área industrial, né. E uma área de grande interesse imobiliário. E se havia pessoas morando, porque falaram que ia haver uma desapropriação, se tinha pessoas morando ali naquela área que vai ser desapropriada. É isso, obrigada. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Pelo o que estamos vendo aqui na pauta, falava em uma clínica, é isso que eu entendi? **Evandro, técnico do empreendedor:** Centro comercial. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Centro comercial, pensei que tinha mais alguma coisa. A questão viária do entorno, quantidade do que vai circular, já tem esse estudo pronto? Era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Fechou o primeiro bloco para respostas. **Evandro, técnico do empreendedor:** Conselheiras Maristela e Tânia, que perguntaram sobre os moradores, quando esse proprietário comprou o imóvel, foi em um leilão, todo o conjunto já estava desocupado. Então, esse prédio está vazio, ele nem tem condições de habitabilidade, desde a aquisição. Então, vai ser uma área subtraída sem nenhuma desapropriação ou desocupação. Existe um zelador lá no prédio, que mantém o controle da propriedade. Quanto a EPACH, Conselheira Maristela, já se pronunciou, ofereceu um parecer favorável, já passou pelo Conselho do Patrimônio Histórico também, sem problemas, mas, digo assim, resumidamente, porque foi feita uma negociação, solicitadas algumas coisas e todas foram atendidas. Conselheiro Jackson, a destinação dos pavilhões vai ser uma destinação comercial, vão ser espaços que depois de restaurados vão ser disponibilizados para locação. Então, é uma ocupação comercial, não tem ocupação residencial, hotel, nada disso, pode ser restaurante, podem ser lojas, comércio em geral. Estudo de circulação não foi solicitado, normalmente, nesses projetos são analisados pela CAUGE, enfim, que, eventualmente, solicitam esse estudo de área, mas nesse caso não foi, talvez pelo impacto das atividades, porque não tem grande concentração de pessoas, talvez por isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Na sequência a gente tem o Conselheiro Gomes inscrito. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Arquiteto Evandro, esse prédio chama a atenção da gente, há muitos e muitos anos que está em uma situação deplorável, a gente vê ali. Então, eu queria que tu relatasses para nós, para termos uma noção, quantos anos (Inaudível) não sei se tu estás trabalhando em cima desse projeto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Esse empreendimento está na RGP. 01, limitando com a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

RGP. 02, na Humaitá/Navegantes. A minha pergunta é mais ou menos a mesma do Jackão, porque aqui falca em clínica, mas tu já respondeste que é um centro comercial com lojas. Eu queria saber quantas lojas, qual a área que vai ser ocupada, se houve contrapartida para a região, se há alguma relação com a reciclagem, porque me prece que é perto da Vila dos Papeleiros. Ali tem muitos recicladores. Então, é uma área que tem esse aspecto, um patrimônio cultural, um valor histórico, é importante a manutenção dessa história do próprio bairro, para manter a memória desta cidade. Basicamente é isso, a metragem, o tamanho, se há alguma contrapartida, qual a relação com os recicladores, com a Vila dos Papeleiros. Isso precisa de cuidados, tem a própria associação dos recicladores da Vila dos Papeleiros, que está interdita. Então, todo o cuidado, e nós da RGP. 01 vamos pedir vista depois a este processo. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. Boa noite, Arquiteto Evandro. Para mim também não ficou muito clara a questão do uso, que parece que é uma coisa ligada à saúde, falou que é comércio. Gostaria que esclarecesse se vai ou não vai ter alguma coisa ligada à saúde. Aproveito também para dar os parabéns pela iniciativa de revitalização daquela região, que é uma região que estava degradada, porque essa iniciativa vai tentar melhorar aquela região da cidade, que está bem deteriorada. Ela fica no 4º Distrito, por isso a minha pergunta também é se tem algum tipo de incentivo da Prefeitura, de alguém, para esse empreendimento sair no 4º Distrito. Há um tempo foi fora feitos estudos, tanto de usos e essas questões, gostaria de saber se tem algum incentivo para vocês fazerem esse empreendimento. A questão do patrimônio histórico já foi respondida, é louvável resgatar a história da cidade, como disse o Felisberto. Eu ficaria nesses dois itens, se é incentivo e não entendi muito bem se é ligado à saúde ou não, se é só comércio. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Para a resposta, então. **Evandro, técnico do empreendedor:** A questão do uso, o outro conselheiro já tinha perguntado, eu acho que não respondi. A clínica, é que o proprietário tem uma clínica, ele é médico. Então, o imóvel está em nome da clínica, mas não tem nenhuma relação com a atividade a ser exercida, apenas a propriedade do imóvel é da clínica. Então, ele consta como proprietário, como requerente aqui, mas não tem nada a ver com a atividade a ser exercida ali na frente. Gomes, a situação deplorável dos prédios, a manutenção e os anos de trabalho: realmente, ali nós estamos trabalhando desde 2010, são 10 anos de trabalho. Trabalhar com um patrimônio histórico é muito difícil, as análises, os tempos de tramitação, basicamente, o tempo é duplicado, porque se precisa, obrigatoriamente, fazer o EVU, esse EVU passa por conselhos, passa pela EPACH, para depois entrar na fase de licenciamento e aprovação, onde o processo normalmente percorre os caminhos semelhantes. Então, é muito difícil, é muito difícil e como se trata de patrimônio histórico a lei impede que se faça qualquer intervenção sem aprovação prévia. Então, isso é muito complicado, porque prédios que estão em condições que esse prédio estava, porque já foi adquirido em condições precárias no leilão. Então, fazer uma intervenção nesse prédio sem licenciamento é crime. Então, o que se fez ao longo desses 10 anos, foram feitas três licenças emergenciais para que se pudessem fazer escoramentos de fachada que estavam sob risco de queda, para se fazer intervenção em danos dessas árvores da escola, por exemplo, que tombaram em cima de um prédio, não se podia fazer nada. Então, em cima dessas situações se solicitava as licenças emergenciais. Nesse caso, o município, razoavelmente, rápido, embora não tão rápido assim, mas dava uma licença em 40 a 60 dias, que possibilita se fazer alguma coisa, mas havendo alguma denúncia, sendo feita uma intervenção sem Licença o responsável por aquilo vai ser imputado criminalmente, isso vai para o Ministério Público. Então, é bem complicado. O trabalho, são 10 anos ali que a gente está trabalhando, um revisor da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

EPACH analisa, sai, entra outro, começam as análises não do zero, mas sempre se perde bastante tempo. O Dal Molin falou também sobre incentivos, não, não tem sentido incentivo nenhum, absolutamente nenhum. O empreendimento vai ser feito com recursos próprios do proprietário, que nós oferecemos um cronograma de intervenção para a EPACH, no final do ano passado, alguma coisa assim, solicitando ou prevendo uma intervenção, alguma coisa como 10 anos, porque são muitos prédios, vai envolver vários deles, pelo menos, mais da metade deles, são prédios que vão ser reconstruídos em 100%. Inclusive, tem um prédio que já estava sinistrado, a estrutura está toda calcinada pelo fogo e tem uma estrutura estruturada em concreto, o proprietário queria, até por laudos estruturais que condenam essa estrutura, a gente convenceu ele a manter essa estrutura, ela vai ser envelopada com estrutura metálica para que a estrutura original permaneça. Isso também demanda tempo de convencimento do proprietário em cima de conceitos que a gente tem ou tenta implantar dentro, para que não se perca totalmente esses testemunhos, mas é bem complicado, é bem complicado. Também vamos ver, sobre reciclagem, Conselheiro Felisberto, não existe nenhuma relação ou movimento, acordo com a Vila dos Papeleiros ou com reciclagens. Eu sei que ali na região existem algumas situações nesse sentido, mas não tem nenhuma relação esse empreendimento com essas ações. O número de lojas, são 25 lojas, 10 salas comerciais e a área aproximada em torno de 12.000 m, que equivale mais ou menos a área do terreno. O terreno tem 11.800 m, alguma coisa assim. Como tem esses 12.000 importam em pavimentos superiores, além do térreo, a taxa de ocupação aqui do terreno é em torno de 50%, está bem abaixo do que poderia ser feito. E a clínica também, fala-se da clínica, mas a clínica é do proprietário que é médico e dono de uma clínica, é no nome dessa clínica que está o imóvel. Não foi exigida contrapartida alguma. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Para encerrar tem o Conselheiro Paulo Jorge, Conselheira Claudete e Conselheiro Sérgio Saffer. Conselheiro Paulo Jorge abriu mão. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu vou esperar a manifestação do relator, porque a gente não teve ainda o relato do expediente. Não é exatamente um questionamento ao empreendedor que está apresentando, mas uma colocação de requerimento à mesa, que seja esta apresentação anexada aos autos, bem como a degravação e os esclarecimentos que aqui estão sendo feitos. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu já estou esclarecido, eu ia pedir mais detalhado, exatamente, porque a gente não conhece o processo. A gente realmente precisa de uma oportunidade para esclarecer o que o EPACH pede, para as pessoas que não conhecem o processo, tem muita gente que não conhece. A não ser que tu queiras esclarecer para que erve a EPCH. **Evandro, técnico do empreendedor:** A EPACH é a Equipe de Patrimônio Histórico do município, é um órgão consultivo pelo qual os processos, obrigatoriamente, têm que ser revisados e analisados. A EPACH quando recebe o processo, havendo alguma dúvida ou questionamento para que sejam negociadas essas situações. Hoje em dia, no EVU, contem um nível e quantidade de informações muito maior do que o próprio projeto de aprovação de licenciamento. A EPACH exige um nível de EVU, especificações de cores, de tintas, de aberturas, texturas, a planta, arquivo histórico, pesquisas iconográficas, de autoria de construção, se faz toda uma pesquisa historiográfica, porque um prédio que era uma antiga fábrica começa com um foco e ao longo dos anos o proprietário vai agregando mais pavilhões à medida que a fábrica vai dando certo, ele vai ampliando, ampliando, ampliando. Isso tudo faz parte do contexto dessa fábrica ao longo das décadas. Então, é um trabalho bem extenso, não só de expressão gráfica, como de fundamentação teórica também, porque todas as intervenções que a gente propõe, sejam elas de adição ou de subtração, de recuperação,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

elas têm que ser fundamentadas, elas têm que ser posta à consideração dos técnicos. E muitas vezes há dúvidas, muitas vezes discordam daquilo que a gente está promovendo, isso é muito comum às vezes na especificação de cores, aí se faz uma estratigrafia nas paredes, raspam as paredes até o cerne dela para que se vejam todas as camadas de pintura. Então, é um processo bem longo, bem complexo, que demanda bastante tempo também. Quando a EPACH faz juízo daquilo que ela está entendendo como correto, através das várias reuniões que se faz, ela encaminha ao Conselho do patrimônio Histórico, que analisa se deve ou não aprovar aquilo que está sendo apresentado e orientado pela EPACH. Uma vez que se aprove vai ao Gabinete do Prefeito, que endossa ou não a decisão do Conselho, depois o processo faz todo o caminho de volta. O EVU estando aprovado entra na última fase, que é a mais simples, que é a fase de aprovação de licenciamento. Então, para saber o tempo do processo, são 10 anos de tramitação, nesses 10 anos houve uma série de problemas no sentido de sinistro mesmo, árvore caindo, a ventania que derruba um frontão que não está escorado. Boa parte desses prédios não existia mais, outras fachadas estavam em estado bem ruim, mas a intervenção em prédios históricos demanda isso, demanda uma intervenção. Aliás, qualquer prédio histórico exige que qualquer intervenção seja concedida uma licença. Pode ser uma simples pintura, pode ser uma simples troca de uma telha, essa intervenção tem que ser aprovada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Evandro. Eu gostaria que disponibilizasse para nós a apresentação para compartilhar com os demais conselheiros. Agradeço pela esclarecedora apresentação, muito construtiva, explicativa, sem dúvida o pessoal entendeu melhor o processo. Na sequência apresentar tem o item: **4. APRESENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA QUE REGULA A PARTICIPAÇÃO NO PLANO DIRETOR.** É um pouco da apresentação que a gente fez no Ministério Público, as gurias estiveram lá nas agendas com aquelas entidades que nos representaram no Ministério Público, que tiveram a oportunidade de assistir esta apresentação, mas o fórum adequado é o Conselho do Plano a gente traz aqui para os demais conselheiros que lá não estiveram. E damos o tempo para proposição ou colaboração de uma semana, se os conselheiros tiverem alguma proposição a partir desta proposta que vai ser apresentada para vocês. Se tiver alguma proposição ou colaboração que nos venha por escrito, seguindo aquilo que determina o Plano Diretor de Porto Alegre, no que se refere à competência do Conselho de propor e opinar no processo de revisão do Plano Diretor. Convido as nossas técnicas, nossa Diretora Patrícia, nossa Coordenadora Vaneska, a Renata assessora técnica, para apresentar aqui para nós. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Nós temos um problema de visibilidade aqui e acho que quem viu lá no Ministério Público conseguiu enxergar um pouquinho melhor, mas a gente vai tentar fazer a apresentação, qualquer dúvida nós estamos à disposição. Então, como acho que muitos estavam aguardando, né, nós agora no período de janeiro e fevereiro, buscamos tecer uma pesquisa com algumas referências e buscamos trabalhar no sentido de tornar o processo de revisão o mais transparente possível. E, então, nesse sentido, a gente tentou elaborar uma minuta, onde a gente recebia todo o processo, as etapas para que ficasse claro para todos como que todos vão atuar no processo e os momentos de participação. Então, não é necessária a leitura da minuta, porque eu vou apresentar aqui, mas a minha apresentação, vamos dizer, a matéria posterior à leitura da minuta, vai ficar mais clara. Então, como todos aqui já sabem, para elaborar o nosso trabalho nós partimos aqui das premissas previstas na Agenda 2030, a nova Agenda Urbana e na Agenda 2030 os objetivos do desenvolvimento sustentável, o foco em cidades e comunidades sustentáveis. Também aqui para fazer esse trabalho nós buscamos os marcos legais



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

392 existentes, as constituições na cidade, além de desenvolvimento urbano estadual o nosso
393 Plano Diretor. Então, aqui passando rapidamente na questão legal, né, o Estatuto da
394 Cidade prevê que na revisão do Plano Diretor é necessária a promoção de audiências
395 públicas e debates com a participação da população e das associações representativas
396 dos vários segmentos da comunidade. Este instrumento, então, a audiência pública e
397 consulta, está prevista também na Lei Estadual do Desenvolvimento Urbano. E a audiência
398 pública e consulta está prevista na elaboração do Plano Diretor, é bem específica quanto
399 ao processo de participação. Já o nosso Plano Diretor é um pouquinho mais abrangente,
400 porque o Plano Diretor define os sistemas de planejamento, que é um canal de
401 comunicação mais articulado do que o que é previsto nas leis federais e estaduais. Então,
402 ele define aquela que é a estratégia do sistema de planejamento, como além do canal de
403 articulação da nossa estrutura administrativa, de todos os órgãos. O sistema de
404 planejamento é o canal de participação com a sociedade. Então, ele foi criado para fazer a
405 conexão entre a administração pública e a sociedade. E aí está ratificado. No art. 39 define
406 que o órgão de integração dessa relação da sociedade é o Conselho do Plano. E aí dentro
407 da competência, vamos dizer, aqui do Conselho, no Plano Diretor está definido no art. 109:
408 “Propor e opinar sobre a autorização, complementações, ajustes e alterações do Plano
409 Diretor”. E no art. 37, a base, porque nós planejamos elaborar essa minuta, que compete
410 ao que seria a antiga Secretaria do Planejamento Municipal: “Estabelecer as diretrizes do
411 Desenvolvimento Urbano Ambiental. Planejar e ordenar o uso e ocupação do solo no
412 Município de Porto Alegre, através da elaboração, monitoramento e revisão dos planos
413 programas e projetos, visando a sua permanente atualização. E articular políticas e ações
414 com os demais órgãos e com os outros organismos governamentais e não governamentais,
415 estabelecendo as formas de integração entre os participantes do SMGP”. Então, como
416 vocês sabem, fazendo uma atualização, que é a Secretaria do Planejamento, pela Lei nº
417 810, que podem me corrigir se eu tiver errada. A competência dela na questão da revisão
418 do Plano Diretor foi passada para a Secretaria do Meio Ambiente e da Sustentabilidade em
419 face de que nós estamos fazendo esse trabalho. Então, com base nesse art. 37 a gente
420 propôs como seria no âmbito da revisão do Plano Diretor a forma de integração entre a
421 sociedade, através da instrução normativa. Só citando também, que é assegurada, além da
422 participação do Conselho, outros tipos de participação que são previstas, representações
423 em órgãos de divulgação de informações sobre empreendimentos e atividades, debates,
424 consultas e audiências públicas. Repetindo o que consta nas demais legislações.
425 Conferências municipais sobre assuntos de interesse urbano ambiental, iniciativa por parte
426 de projeto de lei. Então, com base nessa revisão básica que fizemos para montar essa
427 minuta, aí vou explicar um pouquinho o projeto. Então, a gente partiu, como vocês já
428 sabem, de uma proposta de revisão do Plano Diretor e não um novo Plano Diretor, porque
429 ao fazer a análise do instrumento a gente verifica que ele é atual, embora tenha sido feita
430 em 1999, a gente verificou que ele já estava alinhado com as estratégias, as agendas
431 internacionais. Então, na verdade, como as agendas internacionais receberão atualização,
432 cabe a nós também fazemos essa atualização no nosso documento. Então, é coisa mais
433 simples. Como eu já havia demonstrado ali, um conceito mais estruturado do sistema de
434 planejamento, onde estabelece uma relação clara entre os diferentes entes, coloca todos
435 eles presentes ali, né, ele define a integração da sociedade, não funcionamento do sistema
436 de gestão e planejamento. E que está previsto ali no texto da lei, ele aborda de maneira
437 abrangente todas as questões da cidade. Então, de maneira geral a gente quando vai fazer
438 alguma análise urbanística a gente consegue ser atendido, vamos dizer, em conceitos em
439 toda a estrutura da legislação. Entretanto, a gente identificou que essa legislação tem
440 fraquezas e, na verdade, as fraquezas a gente fez uma revisão, inclusive, dela mesmo,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

quando da revisão da 4379, quando foi feita, daí foi uma coisa interessante, porque aquilo que a gente está identificando, os problemas que nós estamos identificando agora, são os mesmos que foram identificados há anos. Então, as próprias justificativas, depois a gente vai compartilhar com vocês, que é bem interessante a gente debater posteriormente. Então, embora os conceitos e aquela leitura tenha sido adequadamente efetuada ali, a gente viu que o detalhamento ou a forma de operar, não fez com que essas estratégias fossem refletidas de maneira adequada. A gente não consegue perceber elas no território. E isso decorre de uma série de questões, por exemplo, uma delas, a questão, a gente fala ali na transparência dos dados. Vocês mesmos solicitam dados e tal. Então, isso é uma coisa que nós temos um problema, muito importante quanto a essa questão dos dados, a gente vê que eles são fragmentados nas secretarias. Então, é necessário fazer todo o trabalho de garimpo e de estruturação desses dados, e trabalhar em uma nova forma de gestão desses dados, para que a gente possa ter as informações em um tempo mais real possível. É claro que isso não era possível há um, hoje nós temos tecnologias para isso. Então, isso é uma coisa que vai ser possível. O Plano Diretor hoje se focou muito na questão do espaço privado e a gente sabe que a cidade vive no espaço público, até as respostas das questões que foram votadas nas oficinas, se demandou muita carência na questão dos espaços públicos, infraestrutura, o serviço da cidade. Onde a cidade deve atuar é no espaço público e a gente precisa atuar de uma maneira estruturada, valorizando o planejamento urbano, o projeto da cidade, que é o que todo mundo... Às vezes a gente ouve – Ah, não tem planejamento. A gente entende, a gente está ali, trabalha todo dia, várias pessoas falam, mas a questão é que as pessoas precisam enxergar isso no território, elas precisam ver as coisas acontecendo, para isso a gente precisa ter esse olhar para o espaço público. Outra questão também, que a gente verifica que não consta ali e que é uma coisa superimportante para fazer planejamento, é o financiamento da cidade. Não existe projeto sem recursos. Então, é uma questão que nós temos que debater a respeito. E isso aí tudo também envolve a questão da gestão urbana, porque a gestão é a espinha dorsal onde todas as coisas vão se organizar. E aí a gente colocou a questão da escala intermediária, que a gente até, inclusive, pegou a referência que está vindo do Senado, que fez uma proposta que a gente achou interessante para passar para vocês, o como essa questão dessa escala intermediária está sendo discutida no resto do país também, onde no Senado está sendo proposta a criação de outros níveis, além do Plano Diretor, no estatuto da cidade, para intervir no território. É o nível dos planos urbanísticos e planos de pormenor, que eram mais ou menos as referências que nós estávamos buscando. O conceito que está ali naquela proposta, eles focaram muito em questões específicas, mas o conceito abrangente, vamos dizer, de ter escalas onde tu trabalhas o território no sentido de conseguir fazer com que as políticas sejam executadas de fato, é uma coisa bem interessante. E a gente ficou contente, que isso está sendo discutido em outros cenários no nosso país, porque em outros países isso já existe. Então, para fazer isso nós estamos operando em quatro ações diferentes, a primeira delas que estamos discutindo aqui: atualização do modelo jurídico espacial. A gente tem o nosso colega advogado, que está questionando: mas o modelo jurídico é o modelo jurídico? Na verdade, a gente trabalha com mapas e texto, a gente coloca modelo jurídico espacial porque a gente tem que fazer essa integração entre essas duas coisas. Então, é o que a gente colocou. E a gente sabe também que quando a gente já atualiza uma legislação vai mudar a forma de trabalho, das coisas acontecerem, ela precisa estar acompanhada das devidas regulamentações. Então, a gente coloca no pacote do nosso trabalho, da prefeitura, também fazer as devidas regulamentações que forem necessárias no decorrer do processo. A plataforma de planejamento, então, vocês também já ouviram falar, que é um



lugar, um site na internet, vamos dizer, para o usuário, onde vai ser possível acessar esses dados, aquela questão dos dados que eu coloquei anteriormente e que os técnicos vão poder ter as informações no tempo mais, não digo real, mas mais atual impossível, porque a ideia não é só trabalhar no site, mas é trabalhar em uma estruturação de toda a secretaria, junto com o geoprocessamento também, onde todos os agentes que atuam no território vão ser capacitados também para irem alimentando esses dados de forma sistemática. E aí sempre quem toma decisões de licenciamento, por exemplo, vai poder dar respostas mais rápidas e quem atua no planejamento vai poder trabalhar com dados precisos, poder obter indicadores de desenvolvimento. Então, aí para fazer tudo isso a gente pensou em uma estrutura organizacional, que vocês mais ou menos já estão acompanhando. E a gente pensou em uma que pudesse, uma estrutura que pudesse envolver os diversos agentes. Então, nessa estrutura é prevista uma coordenação técnica, que é a equipe que é coordenada, nossa aqui na diretoria de planejamento urbano, mais a equipe que é coordenada pela Vaneska, que a Vaneska é coordenadora de projetos e planejamento urbano. Nós vamos ter um grupo de trabalho técnico operacional, que vai ser composto pelos técnicos das secretarias, onde a gente já está coletando as indicações. Nós colocamos aqui o Conselho junto desses agentes e os dois grupos que vocês já participam, mas que a gente pretende formalizar, o processo já está aberto. Um grupo consultivo técnico e o grupo construtivo da assessoria de planejamento. Quer explicar essa referência? **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite. Nós trouxemos para dentro da própria visão de etapas de desenvolvimento do trabalho uma referência, essa referência de dezembro de 2019, que faz parte das publicações que o Instituto Pólis, junto com o Ministério de Desenvolvimento Regional em parceria com o convênio Brasil-Alemanha estabeleceu o que consolida o que é colocado nos manuais, na elaboração de planos diretores. Então, a gente entende que não traz novidades nesse sentido, mas que ajuda a organizar o trabalho em função de macroetapas que têm que estar presentes no processo. Então, a gente tem antes o início do projeto, o que poderia ser uma etapa prévia de preparação; uma etapa de leitura, onde se coloca tanto a planta leitura técnica quanto a leitura comunitária; uma etapa de propostas e sistematização; e ao final a aprovação e implementação e monitoramento, que aí entra também um pouco do que a Patrícia fala sobre o acompanhamento dos resultados do plano. Hoje existem muitos questionamentos sobre a avaliação que existe sobre o plano, que é o plano onde a gente atua, o nosso Plano Diretor. A gente tem uma defasagem com relação a esse acompanhamento, porque na forma efetiva não foi implementado o sistema de monitoramento como foi previsto no Plano Diretor, mas a gente entende que foi prevista. Eu acho que, nesse sentido, a gente fala muito em termos de revisão do plano e não da construção de um termo novo, porque ele já previu esses componentes dentro da sua estrutura, que precisam ser implementados e regulamentados para a sua efetiva realização. Então, aqui são as etapas... Está um pouco desbotado, mas depois a gente encaminha também a apresentação para os conselheiros, mas acredito que dá para fazer a leitura. A gente tem essa etapa preparatória, que é o momento que a gente se encontra agora, a leitura da cidade, que envolve tanto esse componente técnico, quanto o componente comunitário. A etapa de sistematização e propostas, a aprovação e a continuidade do nosso trabalho como planejamento, que se dá através da implantação e monitoramento. Esse ciclo de etapas é um ciclo que se repete tanto na fazer um, quanto na fase dois, que nós entendemos que esse ciclo é o que consolida e valida o processo de acordo com o que está estabelecido pelo estatuto da cidade e pelos manuais e guias que orientam os procedimentos para elaboração de planos diretores no Brasil. A gente colocou aqui de uma maneira bem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

sintética o que seriam as duas etapas, o cronograma simplificado. A gente está trabalhando para colocar essas etapas detalhadas dentro de um sistema de gerenciamento de projetos. Então, a gente tem a etapa preparatória acontecendo até aqui, até o primeiro semestre de 2020, a leitura da cidade, que nós entendemos que é um processo permanente da construção de diagnósticos e de resultados que devem orientar a tomada de decisão do planejamento. E as duas frases, em que a gente tem a primeira fase acontecendo até o final deste ano, com sistematização e propostas sobre o sistema de gestão e depois uma segunda fase, no ano de 2021, que dá conta da sistematização de propostas para a atuação nessas escalas intermediárias que nós estamos citando. Esse cronograma, já vou adiantar para vocês que a gente tem comentado que ele sofreu um atraso em função dos trâmites com relação a contratação do (Inaudível), através da ONU. Então, vai existir ajustes, mas a partir do momento que se inicia o processo, então, existem essas duas fases previstas. A gente trouxe, isso também foi apresentado no ministério para conseguir dar um histórico do que foi realizado. Muitos dos conselheiros que participaram do início desse processo em 2016 também nos cobravam o registro desses eventos que aconteceram e que consolidaram algumas das ideias que estão sendo colocados agora na proposta da revisão do Plano Diretor. Então, em 2016, nós tivemos um evento no Capitólio, em que alguém até colocou quem eram os membros da Comissão de Planejamento no CMDUA. Na SMURB muitos deles se mantêm, tanto os técnicos que estão aqui, como a Comissão de Planejamento da SMURB são os técnicos que hoje estão lotados na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade. E alguns conselheiros também têm o trabalho continuado nesta gestão. Esse evento, é bom comentar que ele não está registrado na programação, mas a gente também nem tem essas documentações e a gente está organizando para que elas também sejam disponibilizadas no site. Elas envolveram a apresentação de profissionais que são reconhecidos com relação aos planos diretores, que estudaram essas figuras de planejamento que existiram em Porto Alegre desde o plano de melhoramentos, até o plano de 79, o plano de 99. Então, passou por todos esses instrumentos que regulamentaram a ocupação dos territórios de Porto Alegre, desde o início do século passado. E depois que foi feito esse evento, em 2017 foi também motivado através da provocação de alguns conselheiros que estão aqui, um seminário na Câmara, que reproduzia em parte esses planos diretores de Porto Alegre, de 1914 a 2010, e que já traziam algumas reflexões preliminares e tendências urbanísticas no próximo plano. Também contando com uma equipe técnica que está envolvida agora no projeto. Na época quem fez as apresentações fui eu, o Engenheiro Gabriel Ganazi, a Arquiteta Anatércia e a Arquiteta (Inaudível), todos a partir da sua especialidade. Em 2017, também, no mesmo ano, foi feita uma dinâmica com o Conselho do Plano, de onde se elencaram 12 temas, que se hoje vocês acessarem o site do Plano Diretor, ele tem esses 12 temas que foram consensuados através de uma dinâmica realizada e que os conselheiros foram divididos em mesas. Até dá para ver nas fotos algumas caras conhecidas, que se mantêm no planejamento. Por isso a gente diz que é uma continuidade desse nosso trabalho. Com relação, quando a Arquiteta Patrícia coloca essa questão de que a gente entende que existe um alinhamento com as agendas internacionais, que essas agendas preconizam com relação ao desenvolvimento urbano no mundo, é muito em função de um trabalho que a gente fez, que aqui está um quadro-síntese, onde a gente pontuou em um ponto todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, os 12 temas da revisão e as estratégias previstas no PPDDUA de 99. E por isso a gente fala bastante que a gente tem estudado o histórico do que está por trás dos conceitos do plano e tem encontrado espaço para poder fazer essa compatibilização, de forma que as agendas possam ser efetivamente implementadas através do Plano Diretor de Porto Alegre, na sua revisão. Com relação a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

isso tudo, é componente na etapa preparatória, e aqui a gente trouxe uma das referências, no final eu acredito que a gente lista todas as referências, mas algumas a gente usa na apresentação para descrever como tem sido a metodologia de trabalho, em que a gente através da metodologia de cinco passos prevê como que foi esse trabalho nas oficinas. Então, nesse primeiro momento a gente está definindo onde estamos agora, que seria esse levantamento da leitura da sociedade sobre os temas que hoje fazem parte dos componentes das estratégias do plano, de uma maneira bem técnica e realista. Então, a partir disso, agora, a gente vai para uma análise em que a gente discute com a secretaria para poder dar uma resposta técnica sobre os itens que foram elencados pela comunidade e para poder estabelecer uma visão de futuro que depois possa ser implementada. A gente está seguindo uma metodologia bem publicizada, bem consagrada. A gente teve em 2019 também uma consulta pública online, que resultou em alguns temas, sendo visto como prioritário pela população. E essas oficinas que foram realizadas no final do ano passado, o primeiro momento em que elas foram planejadas foi feita uma proposta, já tava sendo executado esse trabalho junto com o GT consultivo das regiões de planejamento, antes mesmo da sua formação, mas de uma maneira preliminar, em que se testou uma oficina piloto. Foi proposta uma metodologia de trabalho, um trabalho sobre mapas, cada um dos conselheiros foi convidado a trazer até seis participantes para contribuírem na dinâmica e as mesas foram formadas de acordo com as regiões de planejamento, que até tem a foto da RGP. 02. Para cada uma dessas regiões foram feitas as propostas, aqueles participantes viam cada um desses itens na sua visão, com relação a temas como pontos de referências que existem no espaço, quais os objetos de interesse ambiental, de interesse cultural, pensando não só nas edificações, mas também nos espaços, que são algumas informações que são de muito difícil apropriação se não forem feitas através da leitura da comunidade. Isso nos fez ajustar a metodologia para a aplicação nas regiões de planejamento. A gente trouxe aqui um calendário simples. Eu estou tentando não me estender nessa parte, mas só para dar uma visão geral. É um calendário simples de outubro e novembro, como foram previstas e realizadas essas primeiras oficinas, foram realizadas novas oficinas para as 08 regiões de planejamento. No caso, a Região 02 foi dividida em Ilhas e na parte Continental, por isso nove reuniões. Para a realização dessas oficinas foi prevista uma metodologia de seis passos, em que no primeiro momento era realizada uma apresentação dos elementos que iam ser discutidos nas oficinas, como seria a dinâmica, o que eles deveriam esperar da realização. A divisão dos grupos, o que a gente chamou de “aquecimento”, onde no primeiro momento eles se reconheciam quais os pontos de referências, faziam uma leitura dos mapas do território. Depois fazia esse trabalho colaborativo nos mapas, onde a gente estabeleceu tempo para contribuição sobre cada tema. Um intervalo, a apresentação dos grupos, que a gente registrou através de gravação e também tem a descrição, esses relatórios estão disponíveis no site do plano. E depois era feito um encerramento, encaminhamento sobre os resultados alcançados. E aí vem uma sequência de imagens de como foram essas oficinas. No final a gente sempre fazia uma foto do grupo presente para deixar o registro. Aqui um pouco também do nosso embasamento teórico, que é o material que a gente está aprendendo a fazer a disponibilização no site agora também. A gente faz um levantamento da metodologia, que foi aplicada no plano de 90, esse documento é de 96. O plano comentado de 98, que também está se baseando muito sobre o guia metodológico dos processos participativos que foram aplicados no Município de São Paulo, na última revisão do plano, que é um plano bem conceituado, premiado, inclusive. E esse guia que eu comentei com vocês, que é o que está disponível no Ministério do Desenvolvimento Regional. Aqui algumas das referências que nós usamos de outros países, que estabelece padrões. Aqui um exemplo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

de um plano de pormenor de Lisboa e um plano espanhol, também uma escala mais aproximado. A gente tem outras referências, esse banco de referências a gente quer também conseguir disponibilizar para poder fazer esse nivelamento mesmo, do que a gente entende que são esses instrumentos. E aqui também outra referência, é bem importante, que é uma plataforma aberta para a contribuição de projetos que envolveram participação pública. Então, dá para acessar e ter uma ideia de quais são as ferramentas usadas em outros países, que a gente tem pesquisado bastante para poder pensar em estratégias que nos permitam registrar de forma mais eficiente contribuição da sociedade. Vou passar para a Patrícia novamente. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** então, como vocês receberam aí uma minuta, que a gente está se propondo a, vamos dizer, deixar mais claro o processo. Então, todos vão poder acompanhar em que estágio de desenvolvimento vai ocorrer ao longo do tempo. Então, quem já leu o documento, isso também já constava em uma apresentação que a gente fez lá em agosto também, que o processo está proposto para ser dividido em duas fases. Na primeira fase, que está sendo prevista para ocorrer neste ano de 2020, a gente vai atuar na revisão do Plano Diretor do ponto de vista mais conceitual e do sistema de gestão. Trabalhando na questão da atualização das estratégias, como eu já citei para vocês. A atualização em relação às agências internacionais, decorrente do processo participativo também. A questão da revisão da legislação existente, porque a gente identifica que ela tem uma série de (Inaudível) que vão ser corrigidas. Trabalhar na questão dos instrumentos urbanísticos, a gente no nosso Plano Diretor tem ali citados vários instrumentos, inclusive, os que estão previstos no estatuto da cidade, mas a gente não tem esse detalhamento. Então, embora estejam previstas ali não sabe como operar eles. Então, a gente precisa fazer esse detalhamento para fazer com que eles sejam implementados de fato. E está previsto nesta primeira fase também a concepção desta plataforma de planejamento, que a gente citou anteriormente. Na fase 2, que está prevista, na verdade, para começar a partir do segundo semestre. A gente botou ali no cronograma, vamos dizer, no cronograma está dividido, separadinho, ali, mas, na verdade, a etapa de diagnósticos que vai acontecer na primeira fase, na verdade, vai servir para as duas etapas. E a ideia é a gente já trabalhar com foco nessa questão de baixar escala, vamos dizer, trabalhar no que a gente chamou ali do que seria um plano urbanístico de parciais, onde a gente vai pegar posições do território, que tem situações específicas, e a gente vai trabalhar na solução dessas situações específicas. Por exemplo, a questão de regularização fundiária, de maneira estruturada, como que nós podemos resolver. A gente entende que a solução geral para determinada questão de regularização fundiária, via de regra, ela pode ser aplicada em outros territórios também. É claro que cada situação tem sua peculiaridade, mas o fato de ter uma metodologia de trabalho, uma metodologia de projeto já definido, tu consegue otimizar essas questões. Por exemplo, outra situação, a questão das áreas de preservação permanente, nós temos hoje, embora o conceito do Plano Diretor defina lá as áreas de preservação permanente que são importantes, áreas ambientais são importantes, mas como a estrutura urbana se relaciona com as estrutura ambiental, como fazer essa compatibilização de maneira adequada, valorizar esse tipo de espaço urbano? Hoje nós não temos um padrão. Então, acaba acontecendo, por exemplo, um arroio acaba sendo tratado como fundo de lote. Será que é a situação mais ideal para o tipo de situação urbana? Tem que se discutir. Questões, por exemplo, da questão das calçadas, a questão dos espaços públicos, esse detalhamento como é que a gente pode trabalhar no sistema viário, não ver o sistema viário só como um local para os carros e circulação, mas um espaço para estar, o espaço da interação social, para a gente sair do conceito realmente para usufruto da população desse tipo de situação, a gente precisa trabalhar em uma



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

escala onde a gente consiga ver essas coisas acontecendo. E aí, nesse sentido também, a questão dos instrumentos urbanísticos, a gente tem a possibilidade de trabalhar com simulações nos territórios e verificar se eles, pensados de uma maneira ou de outra, que eles possam funcionar de fato. E também está previsto usar a plataforma como um instrumento para simulações, a gente pode simular questões de indicadores de desenvolvimento, questões de solução, várias coisas podem ser previstas na questão dessa plataforma. Então, como a Vaneska já tinha explicado, que cada fase teria essas cinco etapas. Na verdade, essa etapa preparatória, a gente considera que ela serve para as duas etapas, e a etapa final de implantação e monitoramento, ela serve para as duas etapas também. Então, de maneira independente, cada uma vai ter as demais. Aqui na etapa preparatória a gente está colocando para vocês situarem as ações que estão acontecendo, que estamos falando aqui de metodologia e cronograma. Estamos tratando da formação dos grupos de trabalho, aquisições, espaço físico, computadores e essas questões agora administrativas. A equipe técnica está trabalhando na questão dos dados e informações, o trabalho das oficinas, como a Vaneska também pontuou, está sendo concluído, daremos um retorno para os conselheiros. Está prevista a capacitação dos técnicos, objetivos do desenvolvimento sustentável, essas questões estão acontecendo na parte da etapa preparatória. E também a elaboração do termo de referência. Bem pontuado também, que o pessoal tinha comentado, que essa capacitação a gente tinha previsto para acontecer no âmbito técnico, mas fiquem tranquilos, que existirão capacitações que são previstas para o grupo como um todo. A gente entende o Conselho, a gente entende este grupo como fazendo parte da equipe a ser capacitada. Então, após essa etapa preparatória, escrevendo o processo, a ideia é, bom, as consultorias vão começar a trabalhar. Então, as consultorias vão desenvolver os seus trabalhos e paralelo ao desenvolvimento do trabalho das consultorias, vai ser realizado (Inaudível), que é o trabalho que a gente vai pedir a colaboração de vocês, porque isso vai ser desenvolver desenvolvido ao longo do tempo. No final dessa primeira etapa, a leitura da cidade, que está prevista para este ano, no primeiro semestre. É para ter deste relatório final consolidado, ele ser avaliado pela coordenação técnica e pelo grupo técnico operacional. Então, vai ser a SMAMS e mais o conjunto todo das secretarias, porque como é um trabalho multidisciplinar a gente precisa ter a avaliação de todos. Então, a ideia é que esse grupo em conjunto faça uma avaliação, coloque todas as questões e emita um relatório preliminar. Esse relatório, então, a ideia é submeter eles aos GTs, GT consultivo técnico, constituído nas regiões, para que estes possam emitir um parecer. Sendo fechado, então, a gente faz uma discussão aqui para fechamento no plenário do CMDUA. Após essa discussão a ideia é que a gente se submeta a uma audiência pública para fazer o fechamento desta etapa de cada fase. Após a leitura da cidade tem um trabalho a ser feito, avaliar essa leitura e desenvolver essas propostas. A gente encerra os resultados das consultorias, a equipe técnica faz um trabalho, avalia, faz a proposta, a gente discute, formamos um relatório preliminar junto com o GT técnico operacional da secretaria, de novo seguimos o mesmo fluxo. Colocamos esse material consolidado junto com os grupos de trabalho, os grupos de trabalho encaminham para o Conselho, tendo sido fechado... Aqui tem uma diferença. O que acontece? Na fase 1, depois desse fechamento no Conselho, a ideia é a gente ter cenários que possam ser discutidos, cenários técnicos adequados, ou seja, que eles possam funcionar desta ou daquela forma. Esses cenários, a ideia é a gente submeter a uma conferência. A partir dessa conferência a gente vai fazer este relatório consolidado. Essa conferência vai servir de subsídio, tanto para a fase 1 quanto para a fase 2. Portanto, a fase 2, depois de passado no Conselho, é emitido diretamente um relatório consolidado. Depois desse relatório consolidado aí passamos ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

que todos querem saber, que é a questão minuta, a minuta é a mesma coisa, vai, passa pelo fluxo das secretarias, coordenação técnica mais secretarias. Este grupo de coordenação técnica e secretarias formam uma minuta, essa minuta é submetida aos grupos, os grupos discutem, tem parecer e submetem ao Conselho para o parecer final. Após esse parecer final ele é encaminhado à audiência pública, isso vai acontecer nas duas fases. Após aprovado ele vai para essa etapa de implantação e monitoramento, que faz parte das cinco etapas que nós observamos anteriormente. E nessa fase de implantação e monitoramento, então, a gente pretende trabalhar em uma atualização e plataforma, a implementação desse modelo de fato. Aí a gente vai ter diretriz de como ele vai ser desenvolvido e a partir daí a gente vai passar a operar ele. A gente vai fazer um monitoramento da cidade com indicadores de desenvolvimento e nessa etapa também a capacitação de todos os agentes envolvidos no processo. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Aqui a gente começou a discutir como funcionaria essa plataforma. A gente fez algumas imagens de como poderia ser a cara da plataforma e a gente tinha muito essa ideia, por isso está o nome das universidades, de trabalhar também com conteúdo produzido pelo quadro técnico das universidades, através dos seus objetos de pesquisa para poder também ter esse material como insumo para a decisão do planejamento urbano. Isso tudo são questões que têm que ser consolidadas. A gente colocou um segundo slide, que seria esse, talvez dê para ver, mas seria através da pesquisa de uma região, a pesquisa espacial aponta quais os projetos e quais os diagnósticos, o que existe de material sobre aquela área para também poder auxiliar, tanto no trabalho de quem estiver propondo uma solução, um projeto, quanto à análise dos técnicos que fazem a avaliação de como esses projetos atendem ou não ao espírito das estratégias do plano. Aqui a gente colocou algumas das referências e acho que na última página a gente colocou também a nossa equipe, né, Patrícia? Aqui ainda não está, falta uma parte dos técnicos, mas esse seria o núcleo principal que tem trabalhado junto a essa coordenação técnica do projeto, para também o pessoal poder conhecer um pouco mais dos nomes que integram a equipe. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, meninas. Sempre contribuindo com a cidade e se esforçando para fazer um trabalho qualificado, para a gente ter um processo de revisão do Plano Diretor. (Aplausos). É isso aí, palmas para elas, merecem. As gurias estão aí no dia a dia, construindo, sofrendo, aprendendo, mas eu não tenho dúvida que ao final desse processo a gente vai estar mais maduro, mais evoluído, a cidade vai ter ganho com todo esse processo de debate, de construção, que é natural. A gente disponibilizou a vocês essa normativa, que reflete um pouco do que foi apresentado aqui, em desenho, em gráficos, explicação. Ali está regulado isso, o trabalho técnico, consultivo, o Conselho do Plano, como que isso vai se dar do ponto de vista de texto, né. Textualmente a construção normativa, a ser feita pelo Secretário do Meio Ambiente titular da secretaria responsável pelo gerenciamento do sistema municipal de gestão, que tenha a responsabilidade de organizar esse processo de revisão do Plano Diretor, pela nossa secretaria, que depois seguinte disponibiliza para vocês. Em havendo sugestão, proposição, crítica, por favor, pode ser feita por escrito, para que fique registrado dentro do processo, para que a gente possa responder, amadurecer, melhorar o nosso processo. Eu abro a inscrição para dúvidas sobre a apresentação. Não? A gente tem uma Questão de Ordem do Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Como nós já estamos às 19h35min, Secretário, eu sugiro que os colegas aprovassem que a gente quebrasse o protocolo e dar a palavra para os Amigos da Terra, que estão aí, porque, provavelmente, essa discussão vai adiante. Eu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

acho uma indelicadeza, não é porque são os Amigos da Terra, uma entidade que a gente conhece, mas qualquer convidado sempre teve aqui um tratamento diferenciado, no sentido de falar antes. Nós vamos terminar abrindo um debate e eles vão sair daqui sem poder se manifestarem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Coloco, então, como já teve a apresentação, em votação a possibilidade excepcional de a gente abrir somente a oportunidade de fala desse representante da entidade Amigos da Terra. Depois a gente abre para perguntas e respostas e pode estender o debate um pouco mais na nossa matéria mais técnica aqui. Favoráveis à fala imediata dos Amigos da Terra. (Contagem de votos = 24 votos). Contrários? Abstenção? **APROVADO.** Eu peço que o Fernando... Por favor, Fernando. **Fernando, Amigos da Terra:** Boa noite a todos e todas. Prazer estar de novo neste Conselho. A gente já teve a oportunidade há um ano estar participando deste Conselho. sabemos do esforço que é toda terça-feira estar aqui neste processo de participação da cidade, que muitas vezes a gente tem isso, tem o empreendedor na frente das necessidades da população. É importante, porque hoje eu trago a situação do Amigos da Terra, que é uma organização nascida aqui em Porto Alegre, que hoje está com uma situação. Eu vou ler um texto que a gente preparou (Encaminhará o texto). A gente vem fazer uma campanha que a Casa NAT resiste, Amigos da Terra resiste. É importante dizer que o Amigos da Terra, já na década de 70, foi pioneiro na coleta seletiva em Porto Alegre, teve o apoio do DMLU, o primeiro ponto de coleta foi a sede do Amigos da Terra. Em 96 nós já lutávamos pela ciclovia em Porto Alegre. Em 76 nós já denunciávamos as queimadas na Amazônia, feitas por empresas, no caso a Volkswagen, também a construção do Parque do Delta do Jacuí em 74/75, onde o Amigos da Terra foi pioneiro nesse processo. Então, pela base da história na cidade, construção, que nós estamos reivindicando esse espaço, estamos tão lutando, agradecendo aqui que todos tenham a informação desse fato e que a gente possa juntos seguirmos lutando. Obrigado. (Aplausos). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado pela sua explanação, sem dúvida agrega conhecimento aqui no nosso Conselho. A gente abre inscrição para dúvidas, questionamentos a cerca da apresentação feita pela Secretaria responsável pela elaboração do Plano Diretor. (Inscrições). A Questão de Ordem da Conselheira. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Só um esclarecimento, se eu posso também perguntar ao segundo orador ou apenas sobre o Plano Diretor? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu abri a inscrição para o Plano Diretor. De repente o esclarecimento pode ser feito diretamente. Não temos essa previsão de esclarecimentos na tribuna da manifestação externa. Abrimos a oportunidade para ele se manifestar. Temos a Questão de Ordem da Conselheira. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Questão de Ordem, Secretário. Quando uma pessoa da comunidade vem trazer uma demanda para nós, ela não espera só que a gente ouça, fique quieto e não diga nada. Eu, por exemplo, tenho um questionamento que gostaria de fazer a pessoa que esteve aqui apresentando. E eu acho que ter o legalismo de querer que todas essas situações estejam previstas no Regimento é uma arbitrariedade. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. E me lembra aqui a nossa Assessoria Jurídica que embora não esteja na previsão nós temos na nossa proposta, que não foi ainda homologada pelo prefeito, essa previsão de que após a manifestação do participante será facultado resposta ao período não superior a 1 minuto. Então, tem sim essa previsão, eu corrijo e abro para a Conselheira Maristela fazer... Já esclareceu, Conselheira? Perfeito. Conselheiro Felisberto,



então, tem 1 minuto para manifestação. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu queria em nome da RGP. 01 saudar os Amigos da Terra, que é uma entidade que está sempre prestando serviços relevantes à cidade, ao país. O Fernando muito bem colocou toda a explanação da entidade, o trabalho que ela faz. Quem conhece a Magna Amélia, sabe a importância que essa mulher teve na luta pela ecologia, pelo meio ambiente. Então, parabéns, Fernando, e pode contar com a RGP. 01. E que os demais conselheiros se agreguem a essa luta na manutenção dos Amigos da Terra no local que eles estão, que é na Olavo Bilac. Obrigado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu gostaria de esclarecimento. Tu disseste que é um imóvel cedido pela União. E qual o motivo, justificativa, que a União está solicitando esse imóvel? Segundo, como tu já foste membro deste Conselho, o que tu imaginas, o que tu esperas que este Conselho possa contribuir nessa situação que está sendo trazida a nosso conhecimento, dentro das atribuições do Conselho? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu ia perguntar a segunda parte da pergunta da Conselheira Claudete. Então, queria fechar a nossa solidariedade do Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul, a gerente foi parceira, fez oficinas. E para quem conhece a história do planejamento, da história da cidade, não tem como não conhecer a Amigos da Terra. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu passo a palavra para esclarecimentos. **Fernando, Amigos da Terra:** Então, o nosso objetivo é que todos tenham ciência da situação, que pudesse de alguma forma nos espaços que estão poderem se posicionar e conhecer o que está sendo discutido, a importância desse espaço e da organização. No segundo momento é saber o nível, como está sendo trabalhada a política pública, não só nós, mas várias comunidades e territórios estão sofrendo disso, às vezes sem nem 90 dias de prazo, às vezes sem nem aviso prévio, estão sendo removidos e tem situações. O Amigos da Terra, o nosso enfrentamento hoje na cidade, para fazerem uma ideia, a gente luta contra a Mina Guaíba, a gente luta contra o processo que está acontecendo na Nazaré, a gente está lá com os moradores, a gente sabe como está sendo esse processo de ampliação do aeroporto e quem está pagando o preço disso, que são aquelas famílias hoje em Porto Alegre. Então, a gente acredita que há possibilidade da gente poder nesses espaços estar contribuindo. E aí, dentro dessa possibilidade das discussões, ter alguma manifestação do Conselho, mesmo sabendo da diversidade dele, mas que reconheça essa importância da organização. A gente participa no pleito do Conselho já faz 4 gestões, como organização de Porto Alegre, participa para estar presente no Conselho, normalmente a gente coloca outra organização, mas a gente acredita neste espaço como um espaço importante para pensar a cidade, para dar acesso à cidade a todos e todas. Então, se fosse possível uma manifestação deste Conselho seria muito bom para a nossa caminhada. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Fernando, pela manifestação. Se algum conselheiro, porventura, tiver uma sugestão de encaminhamento que o faça por escrito, naturalmente, dentro das competências estabelecidas pelo Plano Diretor, pelo regimento interno, de parecer, resolução, a gente faz a distribuição, discute aqui, aprova ou não. Muito obrigado. eu abro para a inscrição, a gente começou e não concluiu, para questionamentos a cerca da apresentação do Plano Diretor, para que todos tenham a oportunidade por 1 minuto de levantar questionamentos. (Inscrição). Encerrada, então, a inscrição. A gente passa a palavra ao Conselheiro Furtado, um minuto. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite. Quero parabenizar toda a equipe, na pessoa da Patrícia. O acompanhamento que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

você realmente estão fazendo desde o ano passado, que este Conselho faz desde 2017, da importância da revisão do Plano Diretor. Eu gostaria de só fazer uma colocação, da forma, o exemplo que tu citaste de regularização fundiária. É de responsabilidade deste município essa revisão deste Plano Diretor dar uma solução, uma equalização da situação de regularização fundiária frente às áreas de APP. Nós temos que equalizar isso, nós temos que fazer com que tenha um respaldo jurídico, porque eu sei que o pessoal todo da arquitetura tem todo esse apanhado, essa arcabouço de necessidade de fazer alterações que visem de fato a regularização fundiária. Eu noto também que os técnicos da parte ambiental do município estão necessitando entrar com maior colaboração. (Sinalização de tempo esgotado). Se nós não resolvemos a questão de regularização fundiária, onde a maior parte da população está em situação irregular, da cidade informal, nós não resolvemos realmente a questão de habitação e regularização fundiária no Município de Porto Alegre. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Desculpa, Conselheira Maristela. Nós abrimos e já fechamos a inscrição. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu divido o meu tempo com a Maristela. Eu só queria uma informação sobre o estatuto. A primeira fase de gestão começou agora em 2020, né. Então, ela se estende por 2020, a segunda fase começa em 2021? Começa em 2021, né? Com a implantação e monitoramento, é isso, né? Monitoramento de todo esse trabalho que a gente vem desenvolvendo. Só que nós não vamos mais estar aqui, né. Aí disseste que vai ter audiência pública, essa audiência já aconteceu? Essa que aconteceu faz parte do Plano Diretor? Vai ter duas audiências na primeira fase ou só na segunda fase? Eu estava dando uma olhada neste material, gostaria de saber quem é que redigiu esse texto das nossas falas, porque essas falas não condizem com o que eu falei. (Sinalização de tempo esgotado). Inclusive, tem várias observações. A minha fala não é esta. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A metodologia, a proposta é meritória no sentido de ter sido esclarecidos alguns pontos, mas, porém, todavia, contudo, ela não teve uma discussão com este Conselho. É uma proposta que vem pronta, ela não é construída com o Conselho. O art. 44 é claro, o gestor do Plano Diretor é o CMDUA. Então, o Conselho tem que ser exponencial nessa discussão. No Conselho temos vários conselheiros que são eleitos e representam uma parte da sociedade e entidades que discutem e constroem através das suas entidades o planejamento desta cidade. É importante que eles tenham espaço para discutir isso. (Sinalização de tempo esgotado). Para finalizar, tem outro conselho, que é o Conselho do Orçamento Participativo, que tem que ser ouvido, porque lá existem demandas, existe toda uma visão de cidade e que tem que ser incluída nesse processo, porque esse Conselho é o marco referencial e internacional, nacional, como democracia participativa. Ele é reconhecido internacionalmente, que deu referência a esta cidade. Então, é importante que este Conselho seja incluído na discussão. Obrigado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu tenho que, infelizmente, fazer aquele papel sempre antipático aqui. Nós estamos aplicando, então, o tempo a uma resolução que não foi homologada ainda, porque nós estamos restringindo as manifestações a um minuto de algo que ainda não existe. Segundo, quero dizer que a apresentação eu acho que ela realmente é importante, ela tem que ser trazida para todos, mas eu me sinto muito frustrada, porque a pauta é apresentação da instrução normativa e da instrução normativa nós não vimos nada. Inclusive, esta apresentação é a mesma que foi feita no Ministério Público e lá foi colocado que é instrução ainda estaria sendo construída. E agora foi colocado aqui que a instrução, esta apresentação reflete o que tem na instrução. Não posso deixar também de lastimar, infelizmente, que nós não tivemos o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

931 acesso anterior com certa providência para a gente poder se manifestar, foi encaminhada
932 às três da tarde e sequer nos foi possibilitado. Então, entendo como insuficiente este
933 espaço que se coloca como discussão, porque isto não é uma discussão. Eu gostaria de
934 saber do secretário, qual vai ser a metodologia que nós vamos adotar para, efetivamente,
935 discutir e propor? Porque a discussão... (Sinalização de tempo esgotado). Não tem tempo,
936 Secretário! Nós não temos o Regimento homologado. **Germano Bremm, Presidente e**
937 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A senhora
938 concluiu ou quer que eu retire o microfone? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso**
939 **Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Se o senhor quiser me cercear a
940 palavra, sinta-se à vontade, Secretário, porque nós não temos um regimento... **Germano**
941 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
942 **SMAMS:** Nós deliberamos como organização do processo... **Claudete Aires Simas**
943 **(Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Já foi homologado,
944 Secretário? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**
945 **da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente deliberou no âmbito do Conselho, não foi
946 homologado pelo Senhor Prefeito, mas nós já deliberamos isso. Então, existe um acordo
947 entre os demais conselheiros. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e**
948 **Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, uma resolução só entra em vigor a partir
949 da sua homologação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
950 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mais alguma pergunta? A senhora tem
951 alguma dúvida? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos**
952 **- ACESSO CDH:** Este é um espaço apenas de perguntar, não é um espaço de
953 manifestação. Nós não temos um espaço de discussão neste plenário. **Germano Bremm,**
954 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
955 Na sequência nós temos inscrito o Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli**
956 **(Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** É
957 trágica esta situação, Secretário. É trágico a gente discutir Plano Diretor em um minuto,
958 conselheiros de darem ao (Inaudível) de dividir o tempo. Como eu só tenho um minuto...
959 (Falas concomitantes). Não dá para debater! Eu primeiro quero agradecer o
960 reconhecimento da Patrícia, que o plano de 99 incorporou toda a legislação posterior que
961 foi criada pelo estatuto da cidade. Realmente, o plano de 99 e o de 79, eles eram
962 avançados para a cidade, mas eu vou eternizar, porque é impossível debater, é ridículo...
963 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
964 **Sustentabilidade - SMAMS:** Mas não é debate, é a apresentação, perguntas e respostas.
965 **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**
966 **Grande do Sul – SAERGS:** A Patrícia disse, eu não tenho como argumentar, a cidade
967 acontece no espaço público. Esse conceito, a cidade acontece em tudo, até no ar, é um
968 conceito. Eu sei que foi uma frase solta, mas isso demonstra um pensamento...
969 (Sinalização de tempo esgotado). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal**
970 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado! Não temos mais inscritos.
971 Peço à Conselheira Patrícia e demais técnicos auxiliem nos esclarecimentos. Perdão, tem
972 a inscrição do Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**
973 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Duas coisas que eu gostaria de falar. Primeiro,
974 eu estava com a expectativa bem abaixo do que vocês apresentaram. Agora nós temos um
975 embasamento, nós temos um mapa, nós temos um roteiro para fazer essa discussão da
976 revisão do Plano Diretor. Eu dou os parabéns para vocês. Quero registrar duas coisas,
977 uma, eu participei da revisão do Plano Diretor de 99, dentro do Conselho, de 97 a 98,
978 representando o DEMHAB. Eu nunca vi uma discussão tão democrática como está
979 acontecendo agora. E mais, e mais, a quantidade, todo o material produzido pelo site da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Prefeitura... (Falas concomitantes). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Por favor, vamos nos respeitar! (Falas concomitantes). Conselheira Maristela! Conselheira Maristela! A senhora está interrompendo! (Falas concomitantes). Conselheira, vamos respeitar o tempo dele, tem mais alguns segundo para falar e vai encerrar. Por favor, conselheiro, conclua! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu não vou concluir, já que o Presidente... (Falas concomitantes). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Vamos respeitar a fala dos demais conselheiros. A gente pode ter entendimentos divergentes, no entanto, temos que respeitar a ordem das falas. Obrigado Conselheiro Gomes e desculpa pela intromissão. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Pedir desculpa, Secretário! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, exatamente. (Falas concomitantes). Conselheira! É uma questão ética. (Falas concomitantes). A Conselheira Patrícia. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A ética começa com a publicação de uma resolução que não foi publicada e nem homologada... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, por favor! A senhora continua falando sem a oportunidade de fala, que tem que ser por escrito, tem que se requerer. Vai ter o momento de fala oportuna. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu vou fazer uma resposta rápida e a Vaneska também gostaria de se manifestar. Então, assim, especificamente, eu acho que a Tânia fez as perguntas, a questão das audiências, né. Então, na verdade, vão ter várias audiências. As etapas de leitura da cidade agora, apresentação das propostas e a fase final de etapa de aprovação. E aí na outra fase também, leitura da cidade, sistematização das propostas e fase de aprovação. Então, são previstas pelo menos seis audiências públicas, no mínimo seis audiências públicas. Neste ano são três audiências, até julho é prevista uma pelo menos. Tudo depende do andamento do processo. A questão que o Felisberto falou sobre o Conselho, acho bem importante falar disso, que é o seguinte, a gente tenta deixar o material o mais organizado possível, porque é um processo muito complexo. A gente verificou que começar a discutir sem um material como base era uma coisa muito complicada. A gente não ia chegar a lugar nenhum. Então, a metodologia que nós adotamos nesse caso era elaborar uma minuta e desta minuta estamos apresentando aqui para vocês. Então, eu entendo que vocês estão contemplado e a gente gostaria muito que vocês fizessem contribuições e queremos receber essas contribuições. A ideia, até respondendo a Claudete, que não está mais aí, é que a gente fizesse essa apresentação, que é perfeitamente compreensível tendo a instrução normativa ou não. Eu entendo que a própria leitura do texto ficaria mais complicado se a gente não tivesse feito a apresentação., porque ele é bem complexo. Então, o apoio gráfico é bem importante. Por isso que a gente encaminhou para vocês saberem, a gente fez os ajustes até o último momento. E esta apresentação a gente tem que encaminhar para vocês também, para ajudar. Mas a gente entende que essa discussão está acontecendo. Então, acho que é isso. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não respondeu ao Furtado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O Furtado foi complementação. Lembrando que na próxima reunião vai ter oportunidade... A Vaneska quer complementar? **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Só uma fala em relação do público privado, nós estávamos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

estudando o que estava previsto no plano de 98. Eu acho que aqui tem um trecho, se vocês me permitirem ler, esclarece bem qual é a nossa visão conceitual. Isso consta no plano comentado, essa edição é de 2000, mas é do plano de 99. Ele fala sobre a questão do congresso da cidade, sobre os eventos que aconteceram e coloca o seguinte: “O resultado deste trabalho aponta, primeiramente, para a mudança do conceito de planejamento de normativo, baseado essencialmente, em normas para a atividade privada, para estratégia no qual o poder público fortalece seu papel de agente articulador e propositivo, dando ênfase à atuação integrada dos diversos atores da construção da cidade”. Então, é bem nesse sentido que a gente fala, não é a questão do abandono, por óbvio o plano vai ter regras para regular a ocupação do privado, mas que ele enfoca nessa questão de interface para trazer qualidade de vida dentro do espaço público em que a gente entende que esse objetivo, que era previsto nesse plano anterior não foi alcançado. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira. Lembrando que na próxima reunião a gente vai ter oportunidade, tanto do encaminhamento formal de contribuições a cerca da proposta encaminhada, quanto a própria defesa de forma oral, daquilo que for encaminhado formalmente como proposição, contribuição a cerca dessa minuta apresentada. Peço desculpas pela forma dura que muitas vezes conduzo os processos, as nossas reuniões aqui, mas enquanto Presidente entendo como necessário para a gente ter um início, meio e fim, debates calorosos que sejam, mas que a gente consiga assegurar um processo democrático de participação e consiga realizar o nosso Plano Diretor da melhor forma possível. Obrigado. Boa noite. (Encerra-se às 20h10min).

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:



ATA ORDINÁRIA Nº 2835/2020

Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Luana Angélica da Rosa Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito – GP; Cláudio Maineri de Ugalde (Titular) e Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; e Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Darci Barnech Campani (Titular) e Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), José Rodolfo Pesce Fork (1º Suplente) e Raquel Hagen (2º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino, Secretaria Executiva, servidores da SMAMS. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Comunicação; 3. Ordem do dia. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h03min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: (...) eu acho que gente ao longo da nossa prática vai melhorando as funcionalidades, o uso das ferramentas para conseguir entender. A gente tem a intenção de logo em breve, quando possível, liberar essas reuniões de uma forma no YouTube, por meio de Live. A gente está conversando aqui, tentando estruturar, mas o importante é que a gente tenha um período inicial aí, pelo menos algumas reuniões de teste para todo mundo estar mais habitado com o procedimento, para a coisa fluir um pouco melhor e a gente na sequência consegue



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

disponibilizar isso. Nós vamos divulgar, a partir de amanhã também, quem quiser por meio de uma (Inaudível), quem tiver interesse em assistir as reuniões pelo Zoom, para poder participar na qualidade de ouvinte. Os conselheiros aqui presentes, enfim, tem todo o nosso regramento, deve ser seguido em relação ao período de comunicação, a pauta. A gente vai seguir aquilo que a gente aprovou nas resoluções anteriores, o nosso regimento interno. Então, hoje, antes de ingressar, naturalmente, na pauta que foi disponibilizada para todos vocês, a gente tem o perigo de Comunicação, tem a apresentação externa do Alexandre, que vai ficar explicar um pouco esse projeto que está... É o relato do? **Gabrielle Aquilo, Secretária Executiva:** Do relato do Furtado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente convidou o Alexandre para fazer uma explicação, para todo mundo entender um pouco do projeto. A nossa tentativa até agora com essa tecnologia é viabilizar que o próprio representante, alguém da CAUGE, possa estar sempre distribuindo o processo, possa fazer uma explicação geral para todo mundo entender o que está sendo encaminhado, distribuído para a deliberação do Conselho. A gente faz uma explicação inicial para se situar, para quando chegar o expediente, eu acho que para dar um pouco mais de clareza também para quando forem olhar os processos, fazer a leitura, para ter um pouco mais da dinâmica dos processos. A gente vai tocar adiante já para a próxima semana talvez, ou na outra ainda, para a gente melhorar essa comunicação entre aquilo que é aprovado na CAUGE e aquilo que chega no Conselho. Então, eu ressalto a importância da gente manter no chat, no bate-papo, a questão das inscrições. Sempre quando a gente iniciar a reunião de fato a gente vai encerrar, quando eu abrir o período de Comunicação, eu encerro as inscrições para o período de Comunicação. E aí todos aqueles que estiverem inscritos vão poder falar, a gente vai liberando aos seus microfones para a fala, conforme a ordem de inscrição ali no chat. E depois, todos os tempos que a gente tem ali de previsão, de apresentação, de pergunta, aí a inscrição vai ter que ser bem feita, sempre pelo chat. **Gabrielle Aquilo, Secretária Executiva:** Eu até conversei, encaminhei a vocês um e-mail bem explicativo. Caso alguém queira falar, como tem os conselheiros que sempre gostam de convidar pessoas para as reuniões, podem me mandar, via WhatsApp, vocês têm livre acesso para isso, eu já anoto, deixo anotadinho. Hoje, por exemplo, nós vamos ter a participação ao Paulo e da Luciele, a pedido do Conselheiro Felisberto, no período de Comunicação externo. E as pessoas que se inscreveram até o momento foi o Felisberto e o Jackão. Então, quer quiser se manifestar no período de Comunicação, a hora é esta, escrevam aqui no chat e assim a gente vai liberando os tempos. **2. COMUNICAÇÃO.** **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Ok, pessoal? Eu consulto novamente, antes da gente encerrar a inscrição no período de Comunicação e abrir para a fala externa, se tem algum interessado a se manifestar no período de Comunicação, que faça a inscrição, por favor. Já se inscreveram: Hermes. Mais alguém? Eu vou liberar. Eles vão falar juntos? **Gabrielle Aquilo, Secretária Executiva:** Eles vão dividir o tempo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mas cada um fala 7 minutos? **Gabrielle Aquilo, Secretária Executiva:** Sim. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, são 10 minutos. Eu vou liberar o microfone para as pessoas. **Luciele, convidada:** Boa noite. Muito obrigada, agradeço esta possibilidade para que possamos aqui dar o nosso recado. De antemão, aviso que eu acho que o Paulo Brack está com dificuldade de entrar na sala, porque deu um problema no computador dele. Então, talvez ele não consiga participar da reunião. Eu vou tentar abordar de uma forma muito sucinta o nosso assunto, porque tanto a minha fala, quanto a dele, uma complementa a outra, o assunto é o mesmo,



que é o Viveiro Municipal. Ele, na verdade, daria mais um apanhado técnico e histórico para vocês, porque ele trabalhou no viveiro, acompanha desde a formação e tal. A minha seria mais a questão jurídica, mas, então, eu vou de uma maneira muito resumida abordar o problema. Assim, o ano passado, em janeiro de 2019, através dos noticiosos nós ficamos sabendo que o Viveiro Municipal estava abandonado. Então, fomos lá, em visita, com acompanhamento de algumas entidades ambientais, algumas associações de moradores, fomos fazer uma visita ao viveiro. Lá constatamos que, realmente, o que estava descrito nas reportagens da Zero Hora, principalmente, eram condizentes, realmente, o abandono do daquele berçário de aves. É um berçário que tem mais de 60 anos de existência, ali existem plantas, tanto nativas do município, quanto do Rio Grande do Sul, uma série de sementes, um banco de sementes e um bom investimento de valores públicos durante todo esse período. Antes tinha em média de 30 a 40 empregados, durante todo esse período, também esse local serviu para estudos, local para os estudantes fazerem estágios. E agora, quer dizer, em 2019, tinha apenas quatro empregados sem os recursos necessários para poder regar as mudas, as mudas estavam morrendo, praticamente metade tinha perecido e tava faltando luz, estava sem luz, corte total de luz, entre outras coisas que aconteceram lá. Nós, na época, entramos em contato, fomos na reunião do COMAM, pedimos ao então secretário na época, não era o Senhor Germano, era o Senhor Maurício, pedimos um auxílio nesse sentido para levar o assunto à baila e providências ao COMAM. Entretanto, lá nos foi dito que não havia o que fazer e não havia o interesse em manter. Então, nós ajuizamos uma ação. Após o ajuizamento da ação algumas providências iniciais foram tomadas pela Prefeitura e alguns processos administrativos foram abertos para tomar essas providências, de reativar luz, água e colocar mais empregados. Ah, outro detalhe importante, como tinha poucas pessoas, poucos recursos humanos, o viveiro ficava abandonado nos finais de semana e à noite, houve vários arrombamentos, em que roubaram maquinários, fios, cobre e outros materiais. Muito bem, então, em princípio parecia que tinham tomado providências, mas nós estivemos lá agora, em maio, pelo contrário, reduziram-se os empregados, não são mais quatro, são dois, eles permanecem sem luz nenhuma e está assim a própria sorte. Então, em que pese haver uma ação judicial, como se trata de um patrimônio público, um patrimônio de todos nós, vimos uma reportagem da prefeitura no sentido de investir em uma empresa para fins de plantio, entretanto, há todo esse recurso lá, que até seria positivo para que a prefeitura poupasse recursos. Então, nós viemos aqui pedir um auxílio nesse sentido, para que realmente tome providências. Então, seria nesse sentido. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Ok, obrigado, registrado aqui. Vamos ver se a gente consegue liberar o Paulo. **Paulo Brack, visitante:** Boa noite a todos. Assim, uma das questões maiores e que nos preocupa é a questão do viveiro, né, o viveiro da SMAMS. Eu já trabalhei na SMAMS, durante três anos e meio, lá na década de 1990, a gente até 2012/2013, até 2014, com o André Poente, nós fizemos coletas de sementes de árvores raras ameaçadas para um banco de sementes, que estava sendo instalado lá no Viveiro Municipal. Então, estamos aí tentando de todas as maneiras cobrar que a SMAMS e a prefeitura mantenham este viveiro, porque tem mais de meio século de trabalhos, a arborização de Porto Alegre não é por nada que uma das melhores arborizações do Brasil. E tem muito a ver com todo um acúmulo de conhecimento que se teve da propagação, da coleta, a propagação dessas áreas que são mais de 180 espécies nativas aqui de Porto Alegre e que vinham sendo mantidas até cerca de dois anos e meio, quando caiu um poste, sei lá o que aconteceu, então, ficamos sem luz do viveiro. Então, até agora a situação continua grave, com 02 funcionários se alternando, o que é impossível de manter todo aquele acervo. Provavelmente, mais de 30 mil mudas já morreram. Então, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

gente também está cobrando isso, até na justiça, porque não é possível que se abandone essa área, até porque a prefeitura diz que está melhorando parques, praças e ao mesmo tempo abandona um viveiro que é fundamental para nós, para todo o conhecimento que se tem das árvores nativas daqui de Porto Alegre e, também, educação ambiental, enfim. Então, a gente está cobrando isso e, infelizmente, até agora não temos resultado. Os funcionários que estão lá, praticamente, já estão abandonando, porque estão sozinhos, sem nenhuma condição, sem luz, até tem que tomar banho frio lá. As condições para o acesso, a estrada está desativada, praticamente, está com enormes (Inaudível). Então, é uma situação que nós já vínhamos reclamando para o secretário anterior e não tivemos resposta. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Paulo. De fato, eu acho que a gente até pode fazer uma agenda por zoom, mais específica, para colher um pouco da tua contribuição em relação à experiência do viveiro. A gente vem em um esforço muito grande para viabilizar a operação lá do viveiro, desde que ingressei aqui na secretaria. Recentemente, a gente conseguiu aprovar o projeto na CEEE com muita dificuldade para viabilizar a questão da iluminação. Pensa em todos os problemas possíveis com relação a essa aprovação junto a CEEE. Encaminhamos para licitar de forma emergencial, tivemos um parecer de contrariedade da procuradoria para não licitar de forma emergencial. Agora que a gente conseguiu aprovar o projeto, mas explicamos da importância, da necessidade, da urgência em relação a esse tema, que vem a bastante tempo se arrastando, que foi objeto de ação judicial, tem sido discutido e conseguimos essa compreensão em comum da importância. Em seguida, certamente, iremos licitar a questão da iluminação, mas independente disso a gente pode conversar sobre os planos, o que a gente vem pensando para tentar estruturar, melhorar o viveiro, como é que a gente pode instrumentalizar. Apesar das dificuldades da administração pública, a gente tem que melhorar, conseguimos botar um recurso pelo Fundo Meio Ambiente para melhorias, uma série de outras melhorias. Tem uma série de medidas em curso, estamos acompanhando, naturalmente, também o processo judicial, em conversa com o Ministério Público. Vamos ver se a gente consegue retomar a alteração do nosso Viveiro Municipal. A gente faz, podemos fazer uma agenda individual, até meio aberto, para conversar sobre isso, eu vejo com bons olhos a experiência de vocês e a contribuição que podem dar para a cidade. Encerrado, então, o período de comunicação externa. Eu abro para o nosso período de comunicação interna. Antes da apresentação entrar, naturalmente, na pauta com a apresentação do projeto que a gente tem, um relato do projeto por parte da Secretaria de Segurança. Quem são os inscritos? (Felisberto, Jackão e Hermes). Três minutos, Felisberto, para comunicação. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** (Problema de conexão, interferência). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Ninguém está te ouvindo. Nós vamos liberar outra pessoa para o período de Comunicação, o senhor sai e entra. Jackson, vou liberar o teu som. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Parabéns pela iniciativa aí, acho importante a gente continuar dessa maneira, mesmo sem o nosso tradicional lanche, né. E também queria parabenizar, eu não tive tempo, porque depois foram suspensas as reuniões, mas a gente conseguiu neste Governo uma luta de 28 anos, que foi regularizar o nosso Loteamento Porto Seco. Fica o meu registro aqui. Muito obrigado a todos que aqui estão presentes como conselheiros hoje, que sabem da história, o Furtado, o Felisberto, que participaram também desse grupo desde o início. Era isso. Muito obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Jackson. Obrigado! Na ordem está inscrito o Hermes. **Hermes de Assis Puricelli**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

(Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Boa noite a todos. Eu queria, primeiro, eu não posso deixar de, em nome do Sindicato dos Arquitetos, solidarizar-se com o Paulo Brack e a Luciele. Essa causa ou essa questão da vegetação de Porto Alegre, Porto Alegre foi premiada, tem vários destaques nessa área. Eu sempre digo, como ex-funcionário por várias vezes visitei o... me falta o termo! E também depois como arquiteto. A importância das compensações de mudas, todas essas questões que foram criadas aqui em Porto Alegre, é uma pena mais uma vez que Porto Alegre esteja perdendo espaço e se desqualificando, mas tudo bem. Eu até tomei como meu hobby, depois de aposentado, é plantar. Então, eu planto mudas, tenho mudas de paineira, de abacateiro, de acerola, de primavera, entre outras, de bougainvillea, que eu plano para doar. Exatamente para tentar fazer com que esta cidade seja um pouco melhor. E o papel desse viveiro era fundamental. Agora são três perguntas bem objetivas que eu vou fazer, não vou ocupar todo o meu espaço. Eu queria só saber, Secretário, como a gente não tem outro momento para discussão, é a situação legal da instrução normativa da revisão do plano, se ela já está aprovada, como é? Do decreto também, das estratégias de deliberação, esse decreto foi editado, já foi editado? E, por fim, o convênio, o contrato, entre a prefeitura e a UFRGS, também em que pé está, se já foi assinado, se não foi assinado. Era isso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Hermes. De fato, com relação ao Plano Diretor a gente está com as atividades suspensas. Então, a gente não encaminhou a questão da instrução normativa. Foi encaminhada, inicialmente, até antes da pandemia, mas não deliberamos a cerca do assunto, não demos continuidade, até porque com a situação da pandemia a gente achou mais prudente suspender toda a atividade de revisão do Plano Diretor, até que se firme o entendimento de como vai ser um pouco o nosso futuro, porque vejo como um pouco infrutífero a gente aprovar um procedimento ali de funcionamento, de fluxo e talvez, se a gente permanecer por um longo período no isolamento, tem que ter outra dinâmica de funcionamento, não mais aquela que a gente previa, os grupos de trabalho, presencial, é uma dinâmica um pouco diferente e que a gente vai ter que aguardar um pouco mais para a gente poder encaminhar o assunto. Da mesma forma com relação a qualquer convênio com a universidade, enfim, a gente estava tentando construir isso no início da pandemia, mas com a situação posta a gente acabou que afastando, não firmamos nenhum convênio ou cooperação neste momento, suspendemos a tratativas. Com relação ao decreto de deliberação remota, ele foi publicado ontem. Então, está vigente o nosso decreto que trata da deliberação remota dos procedimentos do Conselho. Eu vou tentar liberar para o Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite, conselheiros. (Interferência na conexão). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A tua internet está bem ruim, Felisberto. Não dá para te ouvir. Felisberto, infelizmente, a tua internet está falhando bastante. A Maristela a gente tem inscrita e o Paulo Jorge. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite. Tudo bem, pessoal? Saudade de todo mundo. Apesar da pandemia, né. Eu queria fazer o registro em relação a duas questões, um é em relação ao viveiro, eu não sei se vocês sabem, meu abro a janela do meu quarto e dou de cara com o viveiro, o ex-viveiro. Aqui estão acontecendo muitas irregularidades, eu sempre ligo para o secretário para nos socorrer aqui, porque o parque é nosso e nós temos poucas informações, qual foi a situação realmente, a questão de Viamão e Porto Alegre. A invasão que está tendo aqui é algo estarecedor, dá uma tristeza na alma. Gostaria muito que o responsável pela fiscalização entrasse em contato conosco, por favor. Eu deixo meu telefone à disposição. A gente vai junto com uma



comissão aqui para acompanhar e temos exatamente os focos piores aqui, que não é uma ocupação, é uma invasão. Segundo, ressaltar essa questão do viveiro também, queremos estar juntos acompanhando, porque para nós é uma coisa muito cara, tanto quanto para o senhor, Secretário, eu tenho certeza disso. E outra coisa, coisas que não são o nosso papel, porque somos um estado, mas como somos agentes e que estamos aí na sociedade, a gente acaba não podendo se emitir frente a situações que acontecem. E apesar de toda a epidemia, sinceramente, ninguém quer morrer para ser herói em um momento como esse, mas um pouco assim do meu jeito de ser e de muitas pessoas que eu conheço, a gente não consegue deixar de estar fazendo alguma coisa. E nós temos trabalhado nesses meses todos, nós já fizemos junto com o movimento de sem terra e o CONSEA, que é o Conselho Estadual de Segurança Alimentar, portanto, toda a alimentação que nós estamos distribuindo é sem nenhum agrotóxico, nós achamos que essa é a primeira epidemia, que tem matado milhares de pessoas de câncer, enfim. Então, a gente trabalha muito nesse sentido, estamos trabalhando com todas as escolas infantis que têm rede de associação comunitária, fazendo cozinhas comunitárias nesse momento, onde nós estamos trabalhando com oficinas online, claro, mas, também, servindo semanalmente 2000 quentinhas para nossa comunidade aqui da Lomba do Pinheiro. É pouco, mas é um trabalho que tem sido árduo, mas que me deixa muito feliz. E nós também temos com isso feito oficinas de sabão, oficinas da construção civil com as mulheres. E uma coisa muito legal que a gente quer comunicar para vocês, que nesse período a gente procura trazer coisas boas, além dessas que eu estou falando, que nós estamos em parceria com a UERGS, com o projeto de extensão. Nós vamos lançar um livro ainda este ano, a história da Lomba do Pinheiro contada por mulheres, porque a vida toda ela foi contada por homens, nossos amigos, companheiros e amigos, enfim, de luta, mas as mulheres sempre ficam muito como “a mulher do padre”, aquela que limpa a sala e tal, faz o serviço social. E nós não, nós queremos deixar uma marca de protagonismo, que não é a minha marca, mas é a marca de um conjunto de mulheres que sempre ajudaram a construir essa história nesta região, que é um bairro de mais de 100 mil moradores. Então, queria deixar registrado isso, Secretário, em relação ao Parque Saint’ Hilaire, que faço minhas as tuas lutas, vou estar junto e temos muita gente aqui que quer ajudar. Nós não vamos nos entregar assim para deixar este parque tão caro para nós, que tem a história desde o Saint’ Hilaire, que é tão importante e que nós temos muito clara a história, nós não queremos que ela se perca. Conta com a gente, tá bom! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Maristela. Sempre contributiva com os temas da cidade, preocupada, realmente sempre me demanda ali no WhatsApp. É uma preocupação, tomara que com a tecnologia agora a gente consiga um pouco melhorar as questões de monitoramento da cidade como um todo. É bastante importante a gente dar essa atenção, porque muitas vezes a gente não consegue talvez estar onipresente, estar em todos os cantos da cidade, mas a gente tem que começar a usar a tecnologia um pouco mais a nosso favor para ter um pouquinho mais de controle da cidade. É fato. A gente tem o Paulo Jorge ainda inscrito. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Oi, tudo bom? Como está, Secretário? É um prazer estar nesta reunião. Terça-feira passada não pude falar, não consegui me conectar, é uma coisa nova e nós deveríamos ter feito um curso, né, Secretário? Estou aqui com a minha secretária há quase 15 minutos para poder estar nesse link. Olha, vou te contar, poderia ser mais fácil, né, Secretário! Pelo amor de Deus! Eu quero colocar o seguinte, novamente, desculpa, semana passada tentei, tentei, sozinho não consegui falar, porque não conseguia abrir, pede aqui, pede lá, não sei o que mais, vai para lá, volta para cá. Vou lhe contar, não é fácil! A minha comunicação quero



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

colocar o seguinte, temos hoje nesta pandemia que vai longe ainda, a Região 05 está fazendo um trabalho muito bom na região, também dando alimentação para várias pessoas aqui na comunidade, fazendo um trabalho social. E aí é importante, a Glória, o Cristal, a Grande Cruzeiro, estão focadas com as famílias que precisam de alimentação, precisam de roupa, precisam de máscara. Neste momento a importância da parceria. Quero agradecer ao Zaffari, que me ajudou também na comunidade, também lá na Glória. E dizer o seguinte, estamos todas as quintas-feiras fazendo sopa para 150 pessoas e também às quartas tem a (Inaudível) da Grande Cruzeiro e Região 05, para informar as pessoas do que está acontecendo. No mês de julho vai ter uma conferência com a sua pessoa, ao vivo aí, para o senhor falar sobre o CMDUA, junto com outro conselheiro, sobre a situação de Porto Alegre e do Conselho como está vendo hoje. Então, é um prazer estar nesta reunião de hoje e obrigado, que seja uma boa reunião. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Paulo Jorge. De fato, meio inicial, a gente tem alguns erros, alguns equívocos, é um tempinho de ajuste que a gente vai ter, mas não tenho dúvida que em seguida todo mundo vai estar prático, experiente no assunto e a gente vai conseguir ter uma boa desenvoltura nas reuniões. Faz parte, eu comecei a usar os aplicativos também, o Zoom, o Webex, tive um pouco de dificuldade com a equipe, mas em uma, duas, três reuniões, quando vermos estarão todos bem adequados, conseguindo falar bem. A gente tem ali mais uma tentativa, vamos ver como está a internet do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Oi, estão me ouvindo? Aleluia! Finalmente! Boa noite. Retomando o assunto que eu tentei iniciar na minha primeira fala, a questão é que durante a pandemia os conselhos devem ser ouvidos. Não deve ser uma decisão só do prefeito, né. Com toda a autoridade que ele tem, mas ele deve ouvir a sociedade, é o momento de ouvir, principalmente os conselhos que têm toda uma política voltada com a sociedade, políticas públicas, que é a questão do Conselho da Saúde, Conselho da Assistência Social, o Conselho da Educação. E as medidas às vezes são tomadas e não são ouvidas as pessoas. Então, é necessário ouvir, a segunda colocação na minha fala é a questão dos decretos, nós estamos só sendo informados, nós não estamos discutindo. Apesar de ter sido enviada a minuta. Nós tivemos duas reuniões para discutir a estratégia da questão remota, mas não aprofundamos uma discussão, mas eu acho que isso vai se aprimorar com o tempo. Eu também não quero ser contrário, eu acho que é um aprendizado. Como eu disse nas reuniões passadas, que é um aprendizado individual e coletivo. Tem gente que já está muito melhor preparado para a questão da virtualidade, né. Hoje mesmo eu tive dificuldade para poder acessar. Então, a gente, mesmo os decretos que foram publicados, nós não recebemos, nós soubemos por terceiros ou em uma pesquisa que a gente faz, né, Secretário. Então, é importante que o senhor converse mais com os conselheiros, para que a gente não tenha que questionar. O próprio licenciamento ambiental, não há uma discussão mais profunda com o Conselho, nós não fazemos as pautas. Eu acho que é o momento da gente pensar na cidade, independente da questão partidária. É uma questão política e o Conselho tem essa função, Secretário. Então, é o momento de grandeza de quem governa, de dialogar com os contrários. A gente não é contra a cidade, é importante ouvir, a gente quer o melhor para a cidade. Agora, não podemos ser atropelados, né. Nós queremos um Plano Diretor que seja discutido com a sociedade, com qualidade, não no atropelo, mesmo a gente tendo certa facilidade na comunicação, tem dificuldade de acesso. Então, por enquanto é isso, eu acho que já cheguei no limite do meu tempo e agradeço pela oportunidade, depois de três tentativas. Um abraço. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Felisberto. De fato, a gente segue à disposição,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

acho que essas duas reuniões introdutórias que a gente fez de preparação, elas têm que se estender também ao ambiente do contato com a Gabrielle, para algum esclarecimento, para a gente ter uma boa condução dos trabalhos. Se, porventura, alguém estiver com alguma dificuldade de conexão a gente vai dispor, faça contato com a Gabrielle para dispor de uma sala dentro da secretaria aqui, enfim, vamos improvisar uma câmera, garantir o acesso à participação. Se, porventura, alguém não conseguir acessar de casa a gente vai disponibilizar e, naturalmente, a gente vai até construindo um pouco. Nesses decretos não tem nada de novo, além do rito, procedimento, inscrição, período de comunicação, a gente segue tudo aquilo que já prevê o nosso regimento, a resolução que a gente aprovou antes da pandemia. Então, é um período de maturação mesmo, de aprendizagem, que vai dar um pouquinho de discussão e dúvidas em relação ao processo, mas tenho certeza que a gente vai avançando aí ao longo das semanas. Encerrado o período de Comunicação. A gente tem a apresentação, uma explanação do Diretor do Departamento de Planejamento Prisional da SUSEPE, o Alexandre. Esse processo foi distribuído na semana passada na forma digital, para o Conselheiro Furtado, do DEMHAB. O conselheiro vai fazer o relato, mas a gente achou prudente convidar o Alexandre para fazer o relato desse processo tão importante para o estado do Rio Grande do Sul. Por favor, Alexandre, com a palavra por 10 minutos.

3. ORDEM DO DIA. Alexandre, Diretor do Departamento de Planejamento Prisional da SUSEPE: Boa noite a todos. Tudo bem? É um prazer. Quero agradecer em nome da Secretaria da Administração Penitenciária pela oportunidade de trazer e relatar, trazer a ação do projeto, de tamanha importância à segurança pública do Estado e de Porto Alegre, da região metropolitana. O NUGESP, o Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional é uma unidade que pretende atender a população, a primeira entrada no sistema prisional na região metropolitana. Qual o propósito disso? O NUGESP é sediado em Porto Alegre, tem como intervenientes e a proposta de construção dessa unidade prisional, tem por fundamento atender todas as comarcas, principalmente a integração entre o sistema prisional, entre as unidades do sistema prisional. O atendimento à pessoa presa é integrando todos os sistemas de segurança pública para a pessoa presa na entrada dela. Ou seja, o atendimento imediato cumprindo o que pede a lei de execução penal. Então, para isso trabalhamos em cima de um projeto que busque atender dentro da região metropolitana de Porto Alegre a integração desse sistema, entre sistema penitenciário, Ministério Público, Defensoria Pública, para que aquela pessoa que entra ao sistema, que é presa por um determinado delito, por algum fato, ela tenha de imediato um atendimento que o Estado se faça presente nesse momento. Então, esse é o fundamento, não é uma unidade prisional, ele tem um programa de necessidades um pouco diferente de uma cadeia, de uma unidade, de uma penitenciária, porque o objetivo, o foco disso, a finalidade do NUGESP é o atendimento à pessoa presa no ingresso. Ou seja, é o atendimento para que ele possa ali ter sua situação social e jurídica definida naquele momento, para que não tenhamos no futuro, não tenhamos dentro do sistema prisional um número tão expressivo quanto o de hoje de pessoas que não têm ainda a sua situação jurídica definida. Eu trago, então, um mapa da nova situação e da importância do Núcleo de Gestão Estratégica para o sistema, onde no Estado Rio Grande do Sul nós temos 37 mil pessoas recolhidas, é 39 mil no total, 37 mil no masculino e 1.900 no feminino. E com capacidade de engenharia de 25.000, isso dá um total de déficit prisional de 13 mil vagas. Desse total, aproximadamente, dos 39 mil, 13 mil pessoas são provisórios, ou seja, não tiveram a sua situação jurídica ainda definida, né. Por uma série de fatores, a questão de vagas, a questão jurídica, defensoria. Então, o Núcleo de Gestão Estratégica, essa unidade prisional, a proposta dela, o atendimento a essas pessoas na entrada. Ou seja, ela entrou, ela tem ali a sua situação jurídica, ela passa ao atendimento médico, depois passa a um atendimento jurídico. Ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

seja, a sua audiência de custódia, ela é atendida com a presença do Ministério Público, com a Defensoria Pública. E se a situação jurídica dela for definida naquele momento, ele vai, então, em liberdade, ou vai ser colocada uma tornozeleira eletrônica. Ou ele aguarda a vaga no NUGESP, ou aguarda no sistema prisional, já com isso definido. Essa é a importância disso para que a gente consiga diminuir, efetivamente, essa gama de presos provisórios, esse número tão expressivo e também reduzir o déficit de vagas prisionais com atendimento mais célere nesse processo. Então, é uma união de esforços entre Secretaria de Administração Penitenciária, Secretaria de Segurança Pública, Ministério Público, Poder Judiciário, OAB, Defensoria, todos os órgãos vinculados à Secretaria de Segurança Pública, todos eles voltados ao atendimento e a solução jurídica e social nesse processo. O núcleo é algo diferente, ela não é uma unidade, é um programa de necessidades, diferente de uma unidade prisional, de uma cadeia ou penitenciária, porque ela integra o sistema. Nós aqui a localização dele, muito perto da Cadeia Pública de Porto Alegre, posicionado dentro de uma área consolidada. Aqui é uma implantação. Essa é a localização (Apresentação de slide), o terreno do NUGESP, próximo ao Instituto Psiquiátrico Forense, delegacia de polícia. Ali está a implantação, uma área do Estado. Aí a implantação, o que nós vemos à direita, tem áreas carcerárias, tem a área de atendimento jurídico, tem a área de atendimento social, tem o atendimento de tornozeleiras. Ou seja, toda a situação jurídica que engloba e que hoje nós não temos um espaço adequado a esse atendimento, o NUGESP integrará todo esse sistema. Ou seja, plantão judiciário 24 horas, plantão do Ministério Público 24 horas, um atendimento integrado à situação e ao atendimento da pessoa presa naquele momento. Aqui nós vemos, em amarelo, a área carcerária, onde o preso fica recolhido aguardando o encaminhamento ao sistema prisional. Na área amarelo nós temos o masculino e o feminino, isso em decorrência do número de entradas. Ali na área em rosa nós temos propriamente o NUGESP, são as áreas de atendimento jurídico e social. As entradas, em verde, todos os serviços necessários ao atendimento a essas pessoas, sistema de alimentação, toda parte de serviços mesmo para o atendimento. Em azul, ali nós temos o prédio da tornozeleira, onde vamos fazer todo o atendimento de tornozeleiras, ou seja, a situação jurídica bem definida. O prédio NUGESP, em rosa, mais acima. Definido isso, ele passa, então, se o juiz deliberou, se o Ministério Público deliberar, ele vai para a tornozeleira, ali mesmo já tem o atendimento, volta; senão ele vai para o sistema carcerário, ele aguarda a vaga aqui, a SUSEPE retira ele do sistema. Ou seja, engloba todo um atendimento imediato. Então, a importância disso e a integração, pioneiros no Brasil em atendimento unificado, o atendimento à lei de execução penal, como determinado, como preconiza a lei. Aí é o segundo pavimento, o projeto é todo sistema SISCOPEN, ou seja, com toda uma segurança, embora não seja uma penitenciária, com um programa de necessidade, ela tem todo um conceito, toda uma estruturação de segurança pública para a movimentação dessas pessoas, para o atendimento. Então, vai ser uma implantação do segundo pavimento. Então, só para elucidar a questão dos cartórios, das salas de audiência, ou seja, independente do número de pessoas nós temos uma média de 40 a 70 pessoas, em média todos os dias entrando no sistema, na região metropolitana e em Porto Alegre. Então, esse é um número adequado ao atendimento dessas pessoas, salas de audiências, salas de controle, sistemas integrados entre SUSEPE, IGP, Polícia Civil, Brigada Militar, tudo integrado em um prédio para o atendimento imediato. A Defensoria Pública, a OAB, todos os órgãos vinculados que engloba o sistema de justiça. Salas de videoaudiência também, evitando com isso, em caso de capturas de pessoas foragidas, como acontece muito em Porto Alegre, que essas pessoas sejam atendidas, não tenhamos um deslocamento para uma audiência em outra comarca, por exemplo. É uma sala de videoaudiência, como estamos fazendo agora, o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

sistema vem inserindo isso, reduzindo o nosso custeio, reduzindo o custo da máquina pública. Aqui é o segundo pavimento para determinar os alojamentos, a situação dos servidores, toda a estrutura para o atendimento de 24 horas para o sistema integrado. Aqui, então, uma implantação, uma maquete eletrônica, mostrando os acessos. O primeiro prédio que vemos à frente, é a tornozeleira, o atendimento às pessoas. O prédio à esquerda, a questão de serviços. E o prédio à direita, bem na entrada, estacionamento ao lado, nós vemos propriamente o NUGESP, onde será o atendimento, ali ficam as salas de audiências. É uma breve explanação de apresentação do projeto. Lá ao fundo nós vemos a parte carcerária, ou seja, as celas, propriamente ditas, os pátios, onde eles vão ficar aguardando, caso sua situação jurídica fique indefinida ou precise continuar recolhido ao sistema prisional, ele fica ali e aguarda, a SUSEPE recolhe, retira esta pessoa e leva ela para o sistema prisional. Ela não é uma unidade prisional para cumprimento de pena. Isso é muito claro, é uma unidade prisional para o atendimento imediato da pessoa presa, o atendimento jurídico social necessário à prisão, ao atendimento. Aqui são várias maquetes eletrônicas, onde se vê toda a questão de concepção arquitetônica, que foi adotado. É um projeto todo feito em GRC, uma estrutura bastante interessante do ponto de vista visual também. Ela não caracteriza uma unidade prisional como a gente conhece, muralhas. Não, ela tem toda a segurança, mas é um prédio público para atendimento. Agora são várias maquetes eletrônicas secretaria os acessos, estacionamento individuais, toda a estrutura necessária ao atendimento, toda a segurança, os atendimentos. Aqui é a ala carcerária. Aqui é como funciona o sistema, nós temos toda a parte debaixo, a parte de celas, propriamente dita, no sistema SISCOPEN. Na parte superior a circulação, isso diminui o custeio, reduz também o custo de manutenção, de operação desse sistema, que já vem sendo adotado há alguns anos no Rio Grande do Sul. Aqui os pátios cobertos com toda a segurança, sistema de gradeamento, o pátio do sol. Ainda que as pessoas fiquem pouco tempo, não cumpram pena, elas precisam ter um espaço adequado ao atendimento. Aqui mais uma maquete mostrando o entorno. E com isso, claro, é breve, lógico, mas gostaria de agradecer. Esse é o NUGESP, é extremamente importante para a segurança pública do Estado do Rio Grande do Sul, porque, realmente, ele terá, sem dúvida nenhuma, um impacto muito grande nessa situação que nós enfrentamos da falta de vagas prisionais. Então, aliando a essa união de esforços o NUGESP tem esse objetivo. A finalidade dessa construção é, sem dúvida nenhuma, dar um novo rumo à segurança pública de Porto Alegre, por essa ação, essa presença plena de estado, que já vem sendo adotada em algumas casas prisionais do Estado, casas novas. Aliando essa presença plena de estado à unificação de esforços de todos os órgãos que integram a segurança pública do Estado. Por isso a importância de se implantar o NUGESP na região metropolitana e para que tenhamos, sem dúvida nenhuma, uma redução nos índices de criminalidade que nós temos certeza absoluta que será o fruto desse empreendimento. Muito obrigado pela oportunidade. Fico à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Perfeito. Excelente explanação e a importância do projeto para a cidade, para o Estado do Rio Grande do Sul. Agradeço pela disposição em vir nos apresentar. Eu vou abrir, quem tiver perguntas que se inscreva no chat, lembrando que cada um tem 1 minuto para pergunta, como a gente previu na nossa resolução. A Maristela e o Jackson para perguntas, depois o Alexandre responde. Também se inscreveu o Felisberto. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Alexandre, por gentileza, teria algum prazo para execução dessa obra? Um, dois, três anos? Só isso. Obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu sei que não temos tempo para entrar no



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

mérito, é 1 minutos, tranquilo. É na RGP. 04 ou RGP. 07 isso? **Gabrielle Aquino, Secretária Executiva:** É na RGP. 01. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** E o processo de vista ainda tem ou não tem mais? **Gabrielle Aquino, Secretária Executiva:** Mari, o que acontece? Quando o processo é disponibilizado, como foi na semana passada, todos vocês já vão ter acesso ao processo. Sim, tem relato de vista. Se quiser apresentar relato de vista tem até a semana que vem para apresentar. Aí a senhora me encaminha via e-mail e semana que vem apresenta. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Está bem, a senhora fará isso, então. (Risos). Só para dizer assim, fico na maior torcida que dê certo, porque a gente sabe que o que temos em Porto Alegre, justamente na época era pensado para esse tipo de atendimento e no que se tornou. É bem vindo esse projeto e vamos ver com muita atenção aqui na região para que isso realmente seja um grande benefício. O triste é ver o número de homens encarcerados e ainda bem bastante baixa em relação às mulheres. Graças a Deus! Mas é muito triste ainda. Nossa Senhora! Eu espero que isso venha realmente para somar e aliviar essa estrutura toda que nós temos acumulado há tantos anos. Ok, era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Maristela pela contribuição. De fato a gente está se ajustando nos procedimentos, um pouco dos processos. Na sequência a gente vai ter o relato ainda hoje por parte do Furtado. Eu não sei se tem mais alguém inscrito. Tem o Felisberto e o Emílio. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Quanto ao projeto, o mérito do projeto é oportuno, mas temos que também nos preocupar com o entorno. Uma das perguntas é como ficam as ocupações das pessoas que moram no entorno desse local? Nós não podemos nos preocupar só com os presos e esquecer a população que tem a sua moradia ali há anos. Então, é importante que tenha um cuidado e uma discussão com o entorno. Como é na minha região eu vou pedir vista, farei um parecer de vista, tendo em vista que levarei ao meu Fórum, tentarei reunir os delegados para explanar um pouco esse processo. E queria saber também qual o custo da obra e quanto tempo para ser implementado. Obrigado e era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. A gente tem agora o Conselheiro Emílio. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Boa noite, Secretário. Boa noite a todos os colegas. Eu não sei se é pertinente neste momento fazer a consulta ao convidado, ao Alexandre, ou eu faço todas essas considerações técnicas sobre a parte específica da CAUGE para o Furtado. São questões técnicas específicas do próprio projeto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vai ter o momento do relato do Conselheiro Furtado. Naturalmente, ele pode prestar os esclarecimentos. O Conselheiro Furtado vai fazer o relato na sequência, mas o responsável técnico, enfim, é a oportunidade, ele está aqui, eu acho que conhece mais o projeto, talvez tenha mais clareza para responder alguma dúvida. Está em aberto, de repente faz o questionamento, se ele, porventura, não conseguir responder alguma questão do projeto em si, na sequência, quando for feito o relato a gente coloca ao Conselheiro Furtado. Sugestão. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Então, aproveito a oportunidade, já que está aqui o nosso convidado Alexandre, para poder fazer essas questões. Assim, eu considero um baita projeto. realmente, o Estado está fazendo um investimento muito grande, que no meu ponto de vista é uma área nobre da cidade, entre a Ipiranga e entre a Bento Gonçalves, entre a III Perimetral. É uma área muito boa, realmente, que por condições e características técnicas eu preferiria que fosse, em algum



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

momento, de área de habitação popular, habitação social. Tudo bem, são alguns sonhos que algumas vezes nós arquitetos e urbanistas temos nesse sentido. Em relação, específico à parte de licenciamento, parece-me pertinente levantar algumas questões que eu acredito que sejam de importância. No processo de licenciamento da CAUGE se fala que um (Inaudível) de 13 mil pessoas teria que ser (Inaudível) esse lugar. Essas 13 mil pessoas, do ponto de vista da revisão técnica que eu fiz sobre as diretrizes da CAUGE, com respeito a um tópico chamado de mobilidade e transporte público, por exemplo, são muito fracas com respeito a um projeto que deveria levar em consideração. Tem todo o aspecto de logística, todo o aspecto de transporte coletivo, entradas e saídas de pessoas. É um monte de coisas que a EPTC menciona, simplesmente, em suas partes de diretrizes, que deveria ter consideração, com uma faixa de serviço para entrada. Temos entrada de comida, entrada de carros, entradas e saídas em uma área que já é congestionada para essa parte da cidade. Nesse sentido, pergunto se vocês fizeram um estudo específico em relação aos impactos de tráfego com relação a essa zona para receber essa quantidade de pessoas e de fluxos, e se todas essas considerações tiveram uma análise de polo gerador de viagens. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Seu tempo, Conselheiro. Obrigado. Temos o Conselheiro Paulo Jorge para questionamentos. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Pessoal, eu quero falar para o nosso diretor aí, essa área, o seguinte, eu acho uma coisa importante, mas, também, eu não sou a favor do que querem fazer, porque o seguinte, as favelas estão lá paradas, as favelas estão sem direito a nada e estamos dando uma luz para quem já errou. Nós temos que fazer a prevenção, meu diretor. Eu acho que tem que fazer a prevenção para não chegar o processo aí, depois que está aí querem gastar um dinheirão para reabilitar o que perdeu. E por que não trabalham nas comunidades, com esse dinheirão fazer prédio para cursos, dar direitos aos cidadãos para não chegar aí. Enquanto vocês não atacarem nas favelas o problema das drogas vão ter que gastar um dinheiro para criar núcleos de recuperação. Então, o Estado quer que aconteçam as coisas para gastar depois com médico, nutricionista, um dinheiro. Essa casa é um dinheirão! É um dinheirão para manter essa casa! Ou seja, então, vocês querem que na favela se crie o bandido, para depois ter essas casas para ter emprego para quem? Para o juiz, promotor público, o diretor geral, para o médico. Ah, aí é brincadeira, né! Eu não sou a favor desse processo, porque é o seguinte, se fosse para trabalhar na coco para atacar o problema, eu votaria sim. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Paulo Jorge. A gente tem o Conselheiro Hermes inscrito. Nesta primeira reunião nós estamos permitindo a inscrição a posterior, mas nós vamos seguir nas próximas reuniões para a gente ter uma dinamicidade, um funcionamento, que assim, abriu o período de inscrição, quem tem interesse manifesta ali. Encerrou o período de inscrição abre para falas, para evitar, porque aí surge uma coisa, outra coisa. Como estamos nos ajustando, naturalmente, todo mundo está conhecendo a ferramenta, estamos testando, a gente libera para o pessoal. Então, temos inscrito o Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Obrigado, Presidente. Eu só queria esclarecer isso. Na verdade, eu não pretendia falar, eu resolvi me inscrever após a fala do Conselheiro Paulo Jorge, até para não passar em branco, não parecer que é uma opinião em conjunto. Então, acho que tem esse problema, mas tudo bem. O que eu queria dizer, Paulo Jorge, eu te admito muito, mas hoje eu vou discordar 100%, as coisas tão diferentes, a Secretaria de Segurança trata da segurança. Tem outros setores do Governo do Estado e da Prefeitura que tratam da prevenção e também a prevenção, esse trabalho



para não chegar lá na cadeia, é um trabalho que é de toda a comunidade, é dos pais, das famílias, sem querer ser simplório. Então, eu acho, eu apoio, acho que quanto mais a Secretaria de Segurança, quanto mais os presídios, que eu espero que um dia não tenha, mas é um sonho, mas quanto mais equipados, melhores qualificados, é o caminho para recuperar as pessoas. As pessoas não são assim, o cara roubou uma sei lá o que, ele está perdido na vida, as pessoas podem ser recuperadas e elas para serem recuperadas têm que ter um sistema que funcione com qualidade, com condições. Isso não quer dizer que não apoie mais ainda as questões das pessoas que estão aqui fora também, mas são coisas diferentes. Só queria registrar isso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Lembrando, pessoal, que a gente vai ter oportunidade depois, agora estamos aqui com a apresentação externa, a gente tem a pergunta e resposta, depois tem o relato e no momento da votação a gente vai abrir, cada um tem 2 minutos para debates, para sustentação, voto favorável ou contrário.. Também vai ter essa oportunidade, lembro do nosso regimento, que cada um vai ter oportunidade de defender ou manifestar contrariedade. Vou liberar o Alexandre, se ele quiser sintetizar algumas perguntas levantadas, fazer alguns esclarecimentos. Por favor, Alexandre. **Alexandre, Diretor do Departamento de Planejamento Prisional da SUSEPE:** Bom, eu gostaria só de fazer uma breve introdução sobre o sistema e sobre a situação do enfrentamento, além do que já falei, só trazer alguns esclarecimentos. Assim, quando adotamos a política de presença plena de Estado no sistema prisional no Estado do Rio Grande do Sul como um todo, o que nos chamou atenção, e lógico que, estatisticamente, nós temos esses dados, mas é algo que nos preocupava muito, são os índices de reincidência. O que é isso? Os índices de reincidência dessas pessoas, essas pessoas vão e voltam ao sistema, elas entram com pequenos delitos com muito frequência. Isso incha o sistema, porque essa entrada e saída dessas pessoas com pequenos delitos faz com que elas acabem se assimilando, entrando no processo de prisionização, que resulta no arregimentar. O que é isso? É onde organizações criminosas arregimentam esses jovens. E eu cito isso como um dos fatores mais importantes para o NUGESP. Por quê? Porque ele integra mais de 50% daqueles 39.000, 38.900, quase 40.000 pessoas que nós temos, tem entre 18 e 24 anos de idade. São pessoas muito jovens, não são pessoas de alta periculosidade e são jovens que por um motivo ou outro se envolveram com o crime, que não tem uma relação direta com o crime organizado e que são acometidos, que estão presos por diversos os fatos, mas que entram para o sistema prisional. Quando a gente não dá um atendimento imediato a essas pessoas, ou seja, o NUGESP, que é a presença do Estado, é a Superintendência dos Penitenciários, é a Secretaria de Administração, Secretaria de Segurança Pública, o Poder Judiciário, o Ministério Público, todos atendendo essa pessoa no ato, no momento que ele entra. Isso faz com que a gente, o Estado permita que organizações criminosas arregimentem esses jovens que, como eu digo, eles entram com 18 anos de idade ao sistema prisional. Então, eles entram, são arregimentados e depois a gente não consegue recuperar ou pelo menos trazer de volta essa pessoa, ao convívio social. Então, esse é o atendimento, essa é a presença plena de Estado. A importância do NUGESP é, além de ter a presença plena do Estado nas unidades prisionais, que é não permitir a disseminação das facções, controlar de forma efetiva, com presença de estado isso, estamos dando um atendimento inicial. Por isso que integrado ao sistema prisional está também integrado a tornozeleira, a questão da permanência dele, se não tiver vaga no sistema, para não misturar essas pessoas em lugares que já estão, infelizmente, contaminados pelo crime organizado ou coisa assim. Então, essa é a importância do NUGESP. Só para trazer um esclarecimento de que a grande maioria é jovem e que realmente não teve uma



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

oportunidade ou coisa assim, que se envolveu no crime. O papel da SUSEPE é, neste momento, no momento do seu ingresso, não permitir que essas pessoas piores ou que essas pessoas acabem integrando ainda mais o sistema criminoso. Então, isso nos leva ao índice que nós temos hoje, mais de 70% de pessoas que reincidem no sistema. De cada 10 pessoas que nós temos hoje, que, infelizmente, estão em uma viatura aguardando vaga ou coisa assim, 70% dessas pessoas já passaram pelo sistema prisional. Isso é muito alto e são pessoas muito jovens. Então, essa é a importância, o NUGESP integra isso, o NUGESP busca esse atendimento imediato a esses jovens e não permitir que eles estejam, aí sim, dentro do sistema ou fora, arregimentados e que virem soldados do crime. A importância do NUGESP, essa é a diferença, por isso um programa de necessidades diferente, por isso é uma implantação talvez questionada. Entendo como arquiteto também, mas é importante que esteja inserido no meio para que a gente consiga, é importante que não só a implantação dessa unidade no meio, mas também a importância da inclusão de outros órgãos, dos órgãos de justiça envolvidos no processo, não só a SUSEPE, não só o sistema prisional de forma mais crua. Então, é isso. Respondendo, então, aos pontos, eu gostaria de fazer essa introdução, acho importante isso. O Jackão com a questão do prazo, né, que ele fez uma pergunta, o prazo de execução por ser um modelo SISCOPE e como nós temos expertise nisso, é um prazo de execução de 9 meses. Com relação à modalidade de contratação, é uma modalidade por permuta de imóveis, assim como fizemos para a (Inaudível), uma Penitenciária de Porto Alegre. Assim como fizemos para Bento, para Sapucaia. Agora, esse projeto também, é permuta de imóveis, ou seja, o Entender disponibiliza imóveis a essas empresas, com apelo comercial, essas empresas recebem esses imóveis e em troca nos dão o sistema. Ou seja, não efetivamente temos 100% de recurso em dinheiro, ou seja, é dos cofres públicos, mas sim imóveis, que é recurso, que há interesse da empresa. Então, é outra forma, uma modalidade de conseguirmos na situação que enfrentamos, situação financeira grave, que achamos uma forma de viabilizar projetos da magnitude deste e de uma forma mais transparente possível. Com relação à execução, o custo vaga do sistema prisional é bastante alto, porque tem um programa muito alto e a especificidade dessas estruturas são um pouco diferente do convencional. E o NUGESP tem um custo de R\$ 40 milhões, mas isso em permuta de imóveis. Com relação às ocupações, eu acho que ali eu respondo, ao Conselheiro Jackão. A questão das ocupações ali, o projeto buscou, nós mostramos a implantação, nós não fizemos nenhuma interferência no entorno, a gente realmente tem uma área ocupada, mas nós procuramos ali conciliar isso para que consigamos ter uma estrutura, uma implantação que converse com o entorno. Por isso eu mostrei a questão da implantação, do projeto arquitetônico, para que não acabe ferindo todo esse entorno, que também é uma preocupação dos arquitetos. A questão de viabilidade, esclarecendo o projeto de implantação, também o Emílio fez uma pergunta. O projeto não tem 13 mil, ele não vai receber o total, 13 mil é o número de pessoas hoje provisório, o número de pessoas provisórios, ou seja, aguardando uma definição. O NUGESP vem para evitar que possamos chegar a esse número, ou seja, reduzir isso de forma significativa. E ao reduzir isso, quando eu falo 13 mil pessoas, nós estamos falando em 13 mil pessoas que estão dentro do sistema prisional, estão ocupando vagas no sistema prisional e que ainda não tem a sua situação jurídica definida. Então, é para evitar isso que o NUGESP vem com aquela proposta com um programa de necessidades adequado a isso. Eu acho que a questão da implantação eu respondi um pouco. A questão do Paulo Jorge, a questão da escolha da área, já referi, é o grande foco, a finalidade, o objetivo que nós temos nisso é realmente o atendimento rápido, a diminuição, o enfraquecimento dessas facções que arregimentam os homens. Então, é o ponto principal do NUGESP, que tem essa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

característica e terá essa finalidade, que, sem dúvida nenhuma, vai diminuir os índices de reincidência de forma significativa para a região metropolitana, principalmente para Porto Alegre. Bom, a questão do custo também já referi, eu acredito que com a explanação tenha respondido a todos. Fico também à disposição para maiores esclarecimentos, sem dúvida. Muito obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Alexandre. Obrigado mais uma vez pela excelente apresentação, bons esclarecimentos. Sem dúvida, contribuiu bastante para o debate. Eu passo, então, a palavra ao Conselheiro Relator deste processo, o Conselheiro Furtado, para que possa fazer o relato com relação a esse expediente. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite, colegas conselheiros. É bom saber que estão todos bem nesta pandemia da gripe chinesa. Eu tive a honra de ser o cobaia, de apresentar pela primeira vez no formato digital e vamos ver no que dá. Eu do ponto de vista da análise do processo, eu fiquei muito preocupado quando comecei a analisar este caso em relação ao entorno. Não especificamente a questão das ocupações, Felisberto, mas, principalmente, quanto que a área do entorno é toda tombada pelo Patrimônio Histórico Estadual. Nós temos ali a questão, foi colocada a imagem agora, que na apresentação do Alexandre é bem melhor, mas eu gostaria só de apresentar, bem ali no círculo vermelho, onde está localizado o futuro NUGESP, naquela sequência de prédios, logo atrás nós temos o Instituto São Pedro. Esse conjunto de prédios são tombados pelo Patrimônio Histórico. Nós temos outros casos ali também que estão tombados. As vilas que estão ali fazem parte do Estado, essas ocupações, temos duas, uma atrás e uma na frente, elas fazem parte da área Estadual Certo? Então, é bem isso. Eu achei a preocupação muito grande, justamente nessa questão do tombamento desta área pelo Patrimônio Histórico. Aí é a localização do terreno no nº 296. Até, Felisberto, dá para ver, em vermelho, que são as áreas que são AEIS, mas são áreas do Estado, não são da Prefeitura, no caso. Então, qualquer regularização fundiária nesse sentido de tentar regularizar isso aí, é por conta do Estado e não do município. Aí é uma visão geral, já tinha sido apresentado bem melhor pelo Alexandre, né, é o conjunto de prédios que é proposto para sediar o NUGESP. Eu acho um empreendimento bem interessante, ele junta no mesmo local com toda essa sequência dos possíveis ou não presidiários, no caso do sistema, em que traria uma ajuda considerável nessa questão do sistema prisional. Eu vi também no processo, depois do meu relato eu vou contar, que a EPTC pediu um estudo viário do tráfego, bem importante nesta área, pelo sentido que não são, especificamente, 13.000. Na verdade, o Alexandre explicou isso aí, nós vamos ter alguns casos, isso aí não é entrada, não é como se fosse um centro comercial, um shopping que teria acesso direto a várias pessoas. Não, isso aí quando vem é dentro daquela sequência de carros de segurança, que entram em comboio e colocam as pessoas lá dentro. Então, isso é tudo demarcado. Mesmo assim foi feito um pedido por conta da testada lá na Salvador França, da necessidade de ter um acesso melhorado. Isso aí foi atendido dentro do processo que vocês podem ler, que vocês têm acesso ao processo. Então, é basicamente isso aí. Eu poderia agora, Secretaria e caros colegas, fazer a leitura do meu relato. Então, eu vou proceder a leitura do relato agora, senhores. É o Processo 002.341935.00-5, SEI 19.0.000139119-7. Parecer: Trato o presente expediente administrativo físico e digital de aprovação de estudo de viabilidade urbanística de edificação para atividade enquadrada por similaridade à atividade de penitenciárias. Sito a Rua Doutor Salvador França, 296 - Bairro Partenon, localizado da Macrozona 01, Unidade de Estruturação Urbana 78, Quarteirão 007, conforme declaração municipal informativa de ocupação e uso do solo de ME, junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CMDUA. Faço uma observação aqui, não foi possível realizar a vistoria no local. Eu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

sempre, em todos os relatos que eu fiz até hoje no Conselho, desses últimos 6 anos, eu vou ao local. Sendo as análises feitas, tomando-se por base o processo físico e aplicativos da APMPA, de forma remota, já que o relator faz parte do grupo considerado de risco, devendo permanecer em quarentena, em conformidade ao Decreto Municipal 20.534/2020, o Covid-19. O histórico: A área em análise, de 12.975 m², está contido em área de entorno de bem tombado Estadual, pertencente ao Estado do Rio Grande do Sul, e faz parte da gleba de 240.972,45 m², compreendida e delimitada pelos viários Avenida Salvador França, Avenida Bento Gonçalves, Avenida Ipiranga e Rua Guilherme Alves. A atividade proposta está listada no Anexo 11.1 do PDDUA, classificado como equipamento de segurança pública, que será sediado em área de imóvel, disposta da Matrícula 111.957, no Registro de Imóveis da 2ª Zona de Porto Alegre. Nesta área total encontrando-se outros equipamentos prisionais, como o Hospital Psiquiátrico São Pedro, o IPF – Instituto Psiquiátrico Forense Doutor Maurício Cardoso e o Instituto Penal Firmino de Porto Alegre. O conjunto de edificações propostos, de até dois pavimentos, soma uma área total de 5.333,38 m², que sediará o Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional – NEGESP, que tem por finalidade o acolhimento de pessoas que tenham sido presas e as encaminha a audiências de custódia, por um prazo máximo de 30 dias de reclusão, que contam com um contingente transitório de 708 presos e 41 funcionários fixos. Aí eu faço as considerações: Considerando a informação nº 1, de 2020, fls. 25, o despacho da EPACH, fls. 24, verso, e a concordância do IFAE, Informação nº 12/2020, fls. 17, encontram-se atendidas as questões sobre a área do tombamento do entorno. Essa era uma grande preocupação, realmente passou por todos os setores a questão da análise do tombamento histórico. E eles estão atendidos neste caso. Também uma informação maior, a área em questão tem uma inclinação de até 10 metros, em que os prédios não vão sobrepor e nem vou sobressair no ambiente, tornando uma ação da construção adaptada ao meio, não atingindo a questão do tombamento em si. O Parecer nº 153/2019, da CAUGE, onde diz que as SMAMS, com base na Resolução CONSEMA 372/18 e alterações posteriores, bem como, no convênio de delegação de competência firmado em 28/06/2019, do processo tal, a atividade de estabelecimento prisional, CODRAN 6.210, é passível de licenciamento ambiental de competência da Fundação Estadual de Proteção Ambiental, a FEPAM do Rio Grande do Sul. Ou seja, não é a SMAMS que vai fazer o licenciamento, o licenciamento vai ser feito pela FEPAM, ou seja, estadual. Lembrando também que lá no processo, para quem quiser analisar, a área é vegetada e essa área apresenta um laudo de cobertura vegetal, onde existe, inclusive, as compensações vegetais que serão necessárias a serem realizadas. Terceiro, o estabelecimento do formulário para licença prévia e de instalação unificadas, fls. 14, junto a FEPAM. Já foi aberto o expediente junto a FEPAM para todo o desenvolvimento do licenciamento ambiental do empreendimento. Quarto, o aceite de pontuais reconsiderações às diretrizes do Parecer CAUGE 153/2019, datado de 04/12/2019, por parte do responsável Técnico pelo projeto. Ou seja, aceitaram as considerações. Quinto, a aprovação do EVU, conforme Parecer 025/2020, fls. 30, datado de 04/03/2020. Diante dos fatos elencados, das análises procedidas, este relator é favorável à aprovação do Estudo de Viabilidade Urbanística de Edificação – EVU, enquadrado por similaridade de atividade penitenciária constante no anexo 11.2, fl. 1 do PDDUA, conforme a Lei Complementar 434/99, modificada pela Lei Complementar 646/2010, como projeto especial de impacto urbano de segundo grau por atividade obrigatória, conforme Artigo 61, inciso Iº, e do Artigo 100, § 3º, inciso I do Plano Diretor de Porto Alegre. Porto Alegre, 26 de maio de 2020. José Francisco Furtado, Conselheiro Titular do DEMHAB. Este é o relato. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Furtado. Obrigado pela manifestação, relato favorável. Eu lembro os conselheiros, antes de questionarem com relação a vista ao processo. Por ser um processo relevante, de interesse público, foi distribuído no dia 17, um dia antes do início do isolamento, se há o interesse de relato de vista, na próxima semana a gente vai deliberar ele, vai colocar em votação na próxima semana. Se, porventura, algum de vocês tiver interesse em fazer a análise de vista e fazer o relato de vista, teria uma semana a mais. No entanto, se ninguém solicitar relato de vista a gente coloca em votação hoje. Lembrando que antes da votação a gente coloca em discussão. Então, todo mundo vai ter 2 minutos para manifestar, fazer inscrição prévia para manifestar contrariedade ou favorável ao projeto. Temos alguma inscrição para vista? Então, a gente não vai conseguir votar na data de hoje, o Conselheiro Felisberto vai fazer análise de vista ao longo da semana. Alguém mais vai querer? A inscrição é só neste momento, na data de hoje, até porque todos já têm acesso ao processo de forma concomitante desde o início. No físico as pessoas não tinham esse acesso ao processo, aí, necessariamente, tinha que esperar a conclusão do relato para poder visualizar o processo. Agora todos podem ter acesso desde o início, desse distribuído. Então, a gente pede para que todos façam a inscrição, quem tiver interesse em fazer. O Felisberto, a Maristela, que a gente tem para fazer relato de vista na próxima semana. Perfeito, então, pessoal, era isso. Obrigado pela participação de todos, ficamos à disposição para esclarecimentos ao longo da semana, em contato para ir ajustando alguma dúvida com relação ao acesso. Boa noite a todos.

- Encerra-se a sessão plenária virtual às 19h30min.

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2836/2020

Aos vinte três dias do mês de junho de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Cláudio Maineri de Ugalde (Titular) e Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Mário Santa Maria Júnior (Titular), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular) e Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS. PAUTA**: 1. Abertura; 2. Comunicações; 3. Apresentação referente ao Processo do Item 4.09. – Arquiteto Mateus Nunes Machado; 4. Ordem do Dia. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h03min. 1. **ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**: Vamos dar início aos trabalhos. Lembrando que após a gente iniciar o período de Comunicação as inscrições para Comunicação ficam encerradas. Na reunião passada a gente ainda flexibilizou, estava em um período um pouco de testes. Hoje já avançamos seguindo a nossa resolução aprovada anteriormente. Então, para que haja uma ordem dos trabalhos aqui, uma produtividade, eu peço para que vocês façam as inscrições, que a Gabrielle vai tomar nota aqui, para a gente abrir o período de Comunicação. Damos início aos trabalhos, em havendo quorum a gente inicia a reunião do Conselho do Plano Diretor. Então, a gente encerra a inscrição para o período de Comunicações. (Inscrições). Gostaria de saudar a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

presença da Arquiteta Sônia, nossa coordenadora das comissões. Ela vem para se somar ao time, no sentido de ter essa visão técnico da secretaria, daquilo que vem da aprovação da comissão, é uma pessoa extremamente competente e experiente, está há muitos e muitos anos na administração municipal, junto com a Gisele, que vem representar da CAUGE também. A gente está agregando a Sônia para dar essa explicação técnica, às vezes quando vem um processo, quando surgem algumas dúvidas, a gente sempre vai tentar passar essa explicação, esse resumo um pouco do processo, daquilo que está se debatendo ali, o que foi objeto da análise das comissões. A Sônia hoje vai assistir a reunião, para nas próximas a gente ir organizando. Então, lembrando que hoje a gente tem uma apresentação, com o Arquiteto Matheus Machado, já comprimento, está aqui para fazer uma apresentação perante a um processo que está pautado. Então, eu abro o período de Comunicação. O primeiro inscrito é o Conselheiro Hermes. **2. COMUNICAÇÕES. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Espero que estejam todos bem; A minha primeira observação, na verdade, olhando a pauta distribuída dos vários processos, eu notei que o item 4, o 4.4. e o 4.11 são iguais, justamente é o processo que eu estou relatando, que é da Igreja Pentecostal. A segunda coisa que eu gostaria de falar, verificando alguns processos eu vi que eles têm arquivos em AutoCAD. Eu deixo uma questão, como é que os conselheiros, eu acredito que boa parte não tenha acesso a AutoCAD, como é que podem verificar esses arquivos. E a terceira questão, queria registrar mais uma vez, deixar registrado, também olhando a nossa pauta, que vários processos, na verdade, os primeiros quatro, eles estão com diligências desde agosto do ano passado. Eu queria só deixar registrado isso, a maioria, na PGM ou Arquivo Municipal. Há uma contradição entre o tempo que eles demoram dentro da prefeitura fazendo diligência e o tempo dos conselheiros, inclusive, para falar, né, que às vezes é um minuto, dois minutos, enquanto que para fazer um parecer ficam meses, para nós fazermos o parecer tem uma semana, embora possa ser prorrogado. É isso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Estamos corrigindo ali na pauta aquele ponto repetitivo. Eu acho que essa questão do AutoCAD a gente vai internalizar também, para ver como que a gente pode apontar uma solução. Eu acho que é nessa tentativa também que a gente vem trazendo a equipe técnica e a coordenadora das comissões, para inserir no processo, poder fazer essa explicação um pouco mais detalhada, ter essa compreensão de todos. Nós vamos verificar também a questão em relação a como podemos equacionar, vamos discutir internamente. Na sequência temos o Conselheiro Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa noite a todos. E enquanto representante da ABES, não posso não falar nesta reunião do processo que estará em votação amanhã no nosso Senado Nacional, o saneamento, que é a nossa luta, nossa batalha, que convive há muito tempo entre o trabalho de empresas públicas, de autarquias públicas. E também convive com empresas privadas, onde a gente tem boa prestação de serviço, tanto por um serviço quanto pelo outro. Essa é a posição da ABES e a nossa defesa. Infelizmente, nesse processo que está, esse projeto que estará sendo votado amanhã no Senado, resultado de longos anos de tentativa de privatização de saneamento no Brasil, parece que como a maioria no Congresso Nacional, parece que este Governo Federal está tão desgastado e que não consegue nenhuma conquista para as suas bases políticas, parece que amanhã deve vir consagrar a privatização do saneamento no Brasil. Lógico que a ABES (Inaudível/áudio falhando), é resultado de duas MPs. Então, tivemos duas MPs emitidas, as duas não foram apreciadas pelo nosso Congresso Nacional, na gestão passada, porque entenderam que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

não deveria prosperar as MPs, mas se vocês olharem para quem é gestor público, imagina que você tem uma lei que levou 20 nos sendo discutida no Brasil, que em poucos meses, menos de 12 meses teve duas MPs. Então, nós ficamos com 120 dias apenas, daqui alguns dias vem outra e outra MP, mudando a lei de novo. E como não consegue passar a MP, um senador da base do Governo Bolsonaro apresentou o projeto de lei. Isso é tão importante para nós. Eu peço que vocês se dediquem, o mínimo para a leitura do projeto de lei... (Inaudível/áudio falhando). Estamos batalhando para que não seja aprovado... (Inaudível/áudio falhando). As nossas secretarias que hoje trabalham em drenagem urbana, essas perderam sua função na Cidade de Porto Alegre. Ou seja, mexe direto com a gestão da Cidade de Porto Alegre, que nós estamos cuidando dela, para que seja uma cidade o mais agradável possível. Este projeto mexe direto com a gestão do saneamento e é claro, evidente dentro de uma gestão privatista. Então, pode ser que a gente tenha o DMLU e o DMAE como órgãos que ainda fazem parte da estrutura da prefeitura, responsáveis por parte do saneamento, mais toda a parte do DEP, senão simplesmente passa a ser função do Estado, aí eu pergunto: que estrutura o nosso Governo do Estado tem para depois de amanhã assumir a limpeza da Cidade de Porto Alegre em uma perspectiva de logo privatizar? Então, fica esse alerta aos colegas conselheiros para que acompanhem, porque aqui todo mundo tem algum deputado, algum senador que votou, telefonem e questionem o voto do seu senador. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, conselheiro. O seu som, deu para ouvir, mas está com um pouco de chiado, houve algumas falhas, mas a gente conseguiu ouvir. Na sequência temo o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todas e a todos. Primeiro, queria fazer uma observação, eu acho que o Hermes fez, não escutei se ele manifestou que tem um processo em duplicidade, que é da Igreja. Acho que já foi corrigido, né. Eu recebi alguns processos com os anexos cortados. Eu queria entender porque os anexos não vêm? Então, tem vários processos, eu vou fazer a relação e encaminhar. Outra coisa, eu acho, Secretário, que a gente tinha que avaliar a análise dos processos neste momento em que há uma possibilidade de endurecimento das medidas em Porto Alegre. Então, uma análise do processo será feita superficialmente, porque nem todos os conselheiros poderão ir no local para ver a realidade do projeto. Então, eu acho que é um momento muito delicado, mesmo porque eu soube em um decreto do prefeito, a construção civil é outro setor que vai sofrer a paralisação. Então, é um momento muito delicado e um momento que a gente deve ter todos os cuidados para não sobrecarregar as unidades de saúde. Terceira coisa que eu queria falar é a importância deste Conselho na discussão sobre os decretos do prefeito. Eu acho que o prefeito peca no momento em que não discute com os conselhos e, principalmente, um conselho que é feito pelas regiões também de planejamento e que conhece as regiões. Então, seria necessário ouvir este Conselho para que nós pudéssemos sugerir medidas neste momento. A quarta questão e a última é a minha preocupação com os povos quilombolas, os quilombos e a população indígena, que estão sofrendo violentamente a consequência da pandemia. Ontem mesmo faleceu um morador do Quilombo do Silva, com 20 anos. Então, é necessário a gente ter preocupação e eu acho que esse não é um compromisso só dos conselhos que estão afeitos ao assunto, mas de todos que participaram da discussão da cidade, Secretário. Então, eu acho que é um cuidado que nós devemos ter, hoje mesmo ouvi uma nota de um médico do Hospital de Clínicas, alertando a eminência de colapso. E pasmem, o Hospital de Clínicas acabou de inaugurar uma parte nova e já está correndo perigo de entrar em colapso. Então, por enquanto é isso. Muito obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**



Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, conselheiro pelas palavras. Na sequência a gente tem o Conselheiro Mário, da SMRI. O conselheiro está ingressando agora, é a primeira reunião, substituindo o Conselheiro Er. **Mário Santa Maria Júnior (Titular), Secretária Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Boa noite, Senhor Presidente e Secretário Municipal Germano, demais conselheiros. Meu nome é Mário Santa Maria Júnior, ocupo a função de Secretário Adjunto na Secretaria de Relações Institucionais da Prefeitura de Porto Alegre. É um prazer, então, compor a partir da data de hoje este nobre Conselho e espero que eu possa contribuir, juntamente com todos vocês, nas ações em que você já vêm elaborando de forma exemplar para a nossa Cidade de Porto Alegre. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro. Obrigado, seja bem-vindo ao Conselho do Plano. A gente está em um processo de maturação, nessa etapa de transmissão digital ainda, cada reunião é um pouquinho mais evolução. Fazendo uma final, a partir de tudo aquilo que foi dito, a Gabi fica à disposição para dúvidas, esclarecimentos com relação ao processo, ao funcionamento, quem tiver alguma dificuldade, é natural no processo de transição, de mudança, que a gente tenha algumas dificuldades de acesso, algum aprendizado. Isso foi assim quando nós aqui começamos a trabalhar com processo SEI. A gente fica à disposição para elucidar ao longo da semana alguma dúvida, algum um ponto que tenha dificuldade de compreender. A gente encerra o período de Comunicação, lembrando que o pessoal fez a inscrição ali, mas fez posterior à Comunicação, conforme prevê a nossa resolução, que a inscrição encerra no início que a gente dá a palavra para o primeiro inscrito no período de comunicação. No transcurso de comunicação a gente não tem a oportunidade de inscrição para justamente porque às vezes alguém fala uma coisa e alguém quer debater. Nesse sentido a gente passa para a Ordem do Dia, onde nós temos a apresentação do Arquiteto Mateus Nunes Machado, do Processo nº 002.0.5027617-4, do item 4.09 da pauta. Lembrando que o Mateus tem 10 minutos para fazer a sua explanação.

3. APRESENTAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO DO ITEM 4.09. – ARQUITETO MATEUS NUNES MACHADO. Matheus Nunes Machado, Arquiteto: Boa noite a todos e todas. Muito obrigado pelo convite que me foi posto para eu poder falar e defender este projeto, que tem o nome de Pátio Ivo Rizzo. Agradeço em especial a Gabrielle, que foi quem me solicitou que fizesse essa defesa e explanasse um pouco mais sobre esse projeto que é o Pátio Ivo Rizzo. Este processo hoje, pelo que me consta aqui no nosso relatório, que eu acabei semana passada recebendo, está aos cuidados do relator Senhor Emerson Barbosa, que por acaso ele não está conosco aqui. Bom, o que eu tenho a dizer é o seguinte, esse projeto é um prédio tombado há mais de 100 anos, ele fica na Félix da Cunha, praticamente em frente ao Hotel Sheraton, ali onde temos o shopping. Esse processo, eu encabeço esse processo desse projeto da revitalização dessa área há mais de 10 anos. Há uns 04 anos chegamos a uma conclusão, para que nós pudéssemos ter uma utilização efetiva dessa edificação, de uma forma dentro da lei, nós tínhamos que atender o aspecto da acessibilidade. Esse prédio, por ele ser antigo, ele tem 100 anos, obviamente, que naquela época não havia essa preocupação com aspectos de segurança, de acessibilidade como é nos dias de hoje. Então, o que aconteceu? Há 4 anos o investidor, que vem a ser o proprietário, que é o Seu Renato Rizzo, chamou e me pediu: “Mateus, vamos desenvolver um estudo para que nós possamos utilizar o andar segundo e o sótão de uma maneira”; porque hoje como está nós não temos essa segurança. Atendendo também ao aspecto dos bombeiros, que passaram a exigir tamanho de escada, uma série de adequações no prédio, nós partimos para esse desse projeto, viabilizando a utilização do segundo andar e o sótão de uma maneira segura. E aí desenvolvemos todo um projeto, que eu não vou detalhá-lo aqui, mas vou procurar nesse espaço de 10 minutos



para chegar onde é o ponto crucial que hoje está. Bom, desenvolvemos todo esse projeto, trabalhamos em cima de reuniões junto ao EPACH, na qual fomos gentilmente muito bem recebidos, bem orientados. Atendemos todos os parâmetros que o EPACH exigia para esse prédio, desenvolvemos isso tudo e conseguimos protocolar esse projeto, que foi, então, encaminhado ao EPACH. Passado um tempo, um ano, dois anos de tramitação junto ao EPACH, esse projeto teve um bom andamento, aí ele foi para o COMPACH, que é quem dá o voto final da aprovação e esse projeto passou. Chegando nesse tempo, o que aconteceu? Para nós fazermos a área que nós estamos buscando precisamos comprar 80 m² mais ou menos de área. Aí esse projeto foi encaminhado para a UDRE para analisar o aspecto legal da compra do índice que se fazia necessário nesse projeto. Quando a UDRE estava analisando o nosso projeto se deparou com uma questão chamada “gravame”. Toda a Felix da Cunha tem um gravame que começa lá na Farrapos e vem até aqui no Parcão. Essa linha do lado esquerdo de quem desce, do lado direito de quem sobe, tem um corte que pega todas as casas que estão tombadas, não só do Pátio Ivo Rizzo, mas todas até a praça. Então, todo aquele trecho teria que ter um corte, ou seja, para que isso acontecesse esse gravame, esse projeto, se não me engano é de 1950 e poucos, que foi feito esse traçado. Então, com isso, o que aconteceu? Faz mais ou menos um ano que nós estamos aguardando a solução desse gravame. Então, ele vai para um departamento, vai para outro, até que agora, felizmente, chegou na mão dos senhores para que façam esse relatório. E dei a possibilidade de que nós possamos dar andamento nesse projeto, atendendo os aspectos da acessibilidade, quanto o aspecto de segurança junto aos bombeiros. Hoje esse projeto está trancado, ele precisa de uma definição do gravame. Se vocês olharem os últimos pareceres que estão processo, tem parecer favorável para que seja liberado o gravame, inclusive, tendo em vista que não há nenhum em pauta na prefeitura para que esse trecho da Félix da Cunha, saindo lá na Farrapos, que vem até aqui o Parcão, tenha esse alargamento. Isso não está na pauta, não tem expectativa para que isso aconteça a curto e a longo prazo, porque seria uma obra grande, de grande impacto para a cidade. E considerando que a posição que o EPACH nos deu, disseram que existe uma ordem junto aos órgãos, os prédios tombados têm supremacia sobre as demais decisões. Quer dizer, não há nenhuma decisão de: vamos demolir prédio esse prédio porque aqui vai passar uma via. Não existe um critério para que isso aconteça. Então, eu como autor desse projeto e responsável técnico, eu clamo aos senhores, ao nosso relator em especial, ao Senhor Emerson, que ele avalie esse aspecto de maneira positiva, senão, porventura, não liberar em toda a extensão da Félix, já houve até certa conversa sobre isso, que pelo menos aquele trecho onde estão as casas tombadas, que sejam preservadas essas casas e esse trajeto não seja atingido, com isso liberaria nosso projeto. Esse processo ele já passou por várias secretarias. Hoje está justamente nesse impasse de liberar o gravame. Eu não sei se me fiz entender, se os senhores tem algumas perguntas para fazeres, por favor, estou à disposição. Todo esse assunto está exposto no SEI que tem toda a tramitação dos últimos meses do processo. Agora eu espero que esse assunto tenha um final feliz, porque faz 04 anos que estamos trabalhando em cima desse projeto. Eu agradeço a atenção de todos os senhores e peço que se, porventura, tenham alguma dúvida, por favor, estou à disposição. Eu vejo que o próprio Renato Rizzo inseriu ali: “Possível alargamento sobre prédios tombados”. Ele mesmo está se pronunciando também. Então, seria uma pena se tivéssemos ali, seria algo temerário para a cidade, para a história da cidade, nós termos um olhar diferenciado nos prédios tombados. Muito obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Mateus. Peço que os conselheiros que têm dúvidas se inscrevam no nosso chat. Lembrando que a gente quando a gente iniciar as



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

perguntas vão encerrar as inscrições para dúvidas. Então, por favor, a gente tem o Conselheiro Hermes e o Conselheiro Felisberto. Então, eu vou abrir a palavra. Encerradas as inscrições. Por favor, Conselheiro Hermes, o senhor tem 01 minuto para questionamentos. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite, Mateus. A minha dúvida é só para esclarecer, é um conjunto de casinhas, são aqueles prédios que faz um conjunto de casinhas em toda a Félix. E só para fazer uma correção, nesse tempinho que me resta. Na verdade, eu conheço bem a situação dos prédios, são tombados ou são inventariados? Pelo que eu sei são inventariados, né. Até eu tenho informações, foi o único caso ou o primeiro caso em Porto Alegre que os proprietários pediram o tombamento, isso há 30, 20 anos, foi muito complicado, eu acho que não chegou a ser tombado esse conjunto de casinhas. Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite. Primeiro questionamento, quantas casas são? Segundo, se há um parecer do EPACH com relação a esse processo, né? E eu pedirei vista, porque é na RGP. 01 e eu sou Conselheiro da RGP. 01. Era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Mateus, por favor. **Matheus Nunes Machado, Arquiteto:** Bom, eu vou responder ao Conselheiro Hermes. Essa é uma casa tombada, é o primeiro tombamento de Porto Alegre. Ela está no Registro de Imóveis. Essa casa já passou de 100 anos. Inclusive, a história dela é muito bonita, valeria a pena um dia poder relatar. Eu fiz todo um estudo desta casa. Referente à resposta do nosso Conselheiro Felisberto, todas aquelas casas que estão ali, da praça até em frente o Sheraton, não sei se essas outras casas são tombadas, acredito que sim, porque existe todo um cuidado. Essa casa do Pátio Ivo Rizzo tenho certeza, porque estamos com esse processo há muito tempo. Parece que essa foi a sua dúvida, se essas casas também são tombadas, eu não sei, só sei que a nossa é. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Obrigado, Mateus, pelos esclarecimentos. Lembrando que o EPACH tem assento no âmbito das comissões, da CAUGE, uma vez sendo aprovado nas comissões veio com aprovação da Equipe de Patrimônio Histórico. Como Eu acho que o assunto está em debate, vou passar ao conselheiro-relator, se ele vai fazer o relato hoje deste processo. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite. Esse processo eu me inteirei esta semana, ainda não tive tempo para analisar. Eu vou pedir mais uma semana para poder dar o relato, porque ele é bem complexo. Até porque tem vista também. Então, peço mais uma semana para fazer uma análise mais técnica. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos colocar em votação a prorrogação do prazo do relato. Lembrando que ele foi distribuído em março (11/03). Como a gente teve o período da pandemia e agora digitalizamos os processos, a gente coloca em votação a prorrogação do prazo. Vamos considerar esse reinício que a gente teve na semana passada, apesar de que os processos já estavam distribuídos, né. Lembrando, Conselheiro Emerson, que depois do seu relato que vão ter a oportunidade da apresentação do relato de vista, por mais uma semana. Todos têm acesso ao processo, é importante salientar. Quem tem interesse de vista é bom já olhar esse processo. No chat o Paulo Jorge pediu vista ao processo, já pode visualizar o processo. Inclusive, se for do interesse, já fazer o relato de vista na semana que vem, junto com o relato do relator. Eu coloco em votação, vou fazer a leitura nominal da prorrogação. Conselheiro Mário como vota? **(Chamada nominal para votação).** **Mário Santa Maria Júnior (Titular), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente),**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS: Favorável. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Favorável. Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS: Favorável. Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8: Favorável. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Favorável. Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Favorável. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Favorável. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: Favorável. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Favorável. Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE: Favorável. Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Favorável. José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB: Favorável. Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4: Favorável. Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Favorável. Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN: Favorável. Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Favorável. Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Favorável. Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC: Favorável. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Favorável. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Como já manifestaram, é uma questão de direito e de garantia, não é uma questão de regimento, até porque o regimento é nulo, favorável. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Se faltou algum conselheiro, por favor, que se manifeste no chat. Então, prorrogado o prazo por mais uma semana para o relato. **APROVADA A PRORROGAÇÃO DE RELATO.** Como é demorado, podemos ter a dinâmica de sinalizar, não voto de processo, mas esses de prorrogação de prazo, até porque é difícil alguém se opor. Lembrando que o processo está à disposição, quem quiser ter acesso já pode fazer, depois mais uma semana para o relato de vista. Vamos passar ao Item 4.01 da pauta. Está em diligência. O Item 4.02 também. O 4.03 aguardando diligência também. Esse processo já teve um retorno da Procuradoria e já está dentro do processo. Então, o conselheiro tem uma semana para fazer o relato, porque já é oriundo de um pedido de diligência para a Procuradoria, antes do período da pandemia. Então, o retorno está ali disponibilizado. O Item 4.05, a gente tem o prazo do relatório, foi apresentado, pedidos de vista: RGP. 04, Orçamento Participativo, UFRGS e RGP. 05. Então, pergunto se algum dos conselheiros com pedido de vista, se tem relato? Por favor, faça a inscrição no chat. Não tendo inscritos para o relato de vista. Eu vou lembrar o relator para nos retomar um pouco a questão, como já faz bastante tempo que esse processo foi relatado, para que todos tenham conhecimento, antes da gente entrar em debate. O relator é o representante do SINDUSCON. Não está aqui. Nem o suplente. Então, fica prejudica a gente colocar em votação se não tem o relator do processo. Postergamos para a semana que vem, na presença do relator, para que ele faça nos termos do art. 14 da nossa resolução, a possibilidade dele fazer a retomada para discussão e votação desse processo. Uma Questão de Ordem do Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Grande do Sul – SAERGS: Eu achei que fosse só eu, Presidente, mas eu vi no chat, a partir do 4.02, quando o senhor começou a relatar, eu acho que houve uma interrupção no som. O 4.03 e o 4.04, eu pedi a Questão de Ordem, porque o 4.04 é um processo meu e não entendi se já tem, porque consta: “Diligência a PGM”. Não entendi se voltou ou não. Como não tem outra forma de interromper a reunião para fazer uma pergunta, se tem que solicitar Questão de Ordem para esclarecimento, centro? obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Ele está com a Procuradoria Geral do Município. Eu passei pelo 4.04 dizendo que estava na Procuradoria e não teve retorno ainda. O 4.06, o de cirurgia plástica, Especializada Médica Ltda. O processo foi distribuído em 18/02/2020, teve apresentação pelo responsável técnico em 10/03/2020. O parecer do Relator Dinar foi anexado no SEI. Então, ele vai fazer o relato dele hoje, o qual passo a palavra desde já. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Boa noite a todos. O meu acesso vai apresentar o relato, que é o Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite a todos. Esse processo o Conselheiro Dinar me solicitou um apoio para fazer o relato, baseado no regimento interno, no art. 21, § 2, quando um conselheiro achar necessário apoio de outro para fazer o estudo do processo e fazer o relato. Ele usou, digamos, isso e eu concordei. Então, vamos apresentar o relato. Na verdade, a chamada não é Clínica de Cirurgia Plástica, aquilo era o nome do proprietário inicial, porque essa brincadeira tem mais de 20 anos. Inclusive, em 88/89, eu encontrei dentro do processo uma resolução de quando eu fazia parte do Conselho, lá representando DEMHAB há 20 e poucos anos. Trata-se, na verdade, de um centro comercial ali na Voluntários da Pátria. O Expediente Único é o 002.268905007. Trata-se de um estudo de viabilidade urbanística de edificação para atividade de centro comercial, com área superior a 10.000 m², enquadrado como projeto especial urbano de impacto de 2º grau. As edificações existentes no terreno são parte do patrimônio cultural de Porto Alegre, listadas como de estruturação e compatibilização. E nessa condição para chegar até a proposta de ocupação aqui formatada ela teve a ampla análise dos órgãos que disciplinam a preservação de prédios históricos, reconhecidos. No caso, estamos falando de EPACH e COMPACH, onde todos os condicionantes para a preservação, restauração, foram acertados e estão registrados neste expediente. Registra-se que o responsável técnico pelo projeto veio a este Conselho apresentar o empreendimento, onde foi amplamente discutido e esclarecido em torno da longa jornada de licenciar um projeto de bem e imóvel inventariado. O arquiteto do projeto nos relatou que trabalha nessa demanda há mais de 10 anos e estudando o expediente percebemos quantos movimentos foram feitos nesse período. Ora atendendo a necessidade de recuperar emergências causadas por acidentes que prejudicaram imóveis o imóvel inventariado, ora discutindo os limites de intervenção. Somente em 2016 sobre se obteve a homologação do COMPACH pelo prefeito e temos o início da tramitação para obter o EVU, que foi emitido, primeiramente, em novembro de 16, depois houve pedidos de reconsideração do proprietário, com reconsideração emitida em fevereiro de 18 e abril do mesmo ano. Novas considerações solicitadas pelo proprietário, já na modalidade de EVU, com análise das edificações propostas. Nas novas manifestações do EPACH e deliberações do COMAPCH, de 19, com a homologação do prefeito, em dezembro desse ano. Em janeiro a CAUGE, pelo Parecer 005/2020, disciplina o empreendimento e submete a este Conselho para análise. Dados técnicos: localizado na Voluntários da Pátria, Cância Gomes e Almirante Barroso, Macrozona 01, Unidade UEU 18, Subunidade 04, tem uma área de 10.500 m², o empreendimento são de 10 salas comerciais, 25 lojas, estacionamento obrigatório de 69 e tem uma área existente de 9.722 m². Se pretende



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

construir mais 2.872 m² para chegar a uma área total de 12.595 m². PARECER: favorável à aprovação do presente EVU. Porto Alegre, 17 de março de 2020. Parecer conjunto, conforme previsto no Regimento Interno, art. 21, § 2º. Luís Gomes, Conselheiro da RGP. 06 e Dinar, Conselheiro da RGP. 08. Durante o dia eu publiquei esse parecer aos colegas pelo e-mail e também publiquei um trabalho muito bom do que seriam as alegações para o EVU. O arquiteto apresenta de uma maneira bastante feliz, muito bem apresentado do que realmente é essa demanda toda aí de todo esse tempo que está ocorrendo. O nosso parecer é favorável pela aprovação desse empreendimento. Era o que constava. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**: Obrigado, Conselheiro Gomes. Eu consulto, antes da gente colocar em discussão, vou abrir inscrição para o relato de vista, se os conselheiros aprovam, como eu vi que há alguns questionamentos no chat, essa questão do relato ser por um terceiro conselheiro. Não vislumbro problema do ponto de vista legal, mas como ali fala no regimento interno, que pode se subsidiar com apoio de demais conselheiros. Enfim, se o conselheiro tem alguma dificuldade de talvez se expressar, eu não vejo como problema. Como é uma questão que não está muito clara no regimento e para que não haja questionamentos jurídicos, enfim, quanto à interpretação, coloco em votação se há possibilidade, se é aceita por vocês, de um colega conselheiro ajudar outro colega no relato. Vou perguntar um a um. Conselheiro Mário, é favorável ao relato ser por outro conselheiro? **(Chamada nominal para votação)**. **Mário Santa Maria Júnior (Titular), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**: Favorável. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**: Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**: Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**: A pergunta é sobre fazer um relato por outros conselheiros? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**: Exatamente. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**: Sou favorável, porque se proibir alguém escreve e passa para o outro, não tem nenhum efeito. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**: Conselheiro Emílio. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**: Favorável. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**: Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**: Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**: Favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**: Eu pedi uma Questão de Ordem, Secretário. Eu acho que primeiro deveria colocar em questão a questão de se deveria ser encaminhado à PGM ou não. Sou contrário. O que pode haver é uma ajuda, não uma leitura, quem tem que ler é a região que é a relatora e não o Gomes. É isso, essa é a minha posição bem clara. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**: Obrigado, Conselheiro. Conselheira Gisele. **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**: Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**: Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**: Eu quero fazer essa observação também. Eu sou favorável, mas não pode ser uma regra. Eu acho que sim, ficou claro na questão de que podemos pedir ajuda, nunca foi dito que outro faria a leitura. Só isso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Por isso é importante a gente colocar em votação para saber se recebemos o relato nesse formato, senão a gente pede para o conselheiro fazer a leitura. Conselheiro Saffer, favorável ou contrário? **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Contrário, porque isso fere outro dispositivo que trata da questão de como são distribuídos os processos aos relatores. A gente agora, então, vai ficar votando à medida do casuísmo, como a gente sege o regimento ou não. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado pelo seu voto. Conselheiro Jackson, favorável ou contrário? **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu sou favorável, mas eu acredito que ficaria mais claro sempre que o próprio relator lesse o processo, mesmo que tivesse usado esse dispositivo previsto no art. 11º do nosso regimento favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Conselheira Virginia? **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Eu concordo com o voto do Conselheiro Jackson, entendo que pode haver o apoio, mas o relato tem que ser do relator, originalmente, designado. Voto favorável, mas quero que fique esse registro. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Germano, desculpa, é que o meu microfone estava desligado. Eu acho que pode haver ajuda, mas quem tem a relatar é o relator. Fica para registro. Sou favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Conselheiro Furtado, favorável ou contrário? **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Eu sou favorável, mas também vejo que os conselheiros podem ser ajudados, não vejo problema nenhum nisso, acho muito importante, mas o relator deve relatar quando da sua distribuição. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Conselheira Tânia? **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Só uma ressalva, eu acho que o conselheiro não está apto, como comigo já aconteceu, no início eu não estava apta a fazer o relato, eu passei adiante para que outra pessoa fizesse. Eu acho que é muito vago, na época eu me lembro que o Conselheiro Gomes quis me auxiliar no processo, como era um grande empreendimento achei melhor passar adiante, porque eu não estava apta, mas é uma opinião minha. Eu acho que ajudar sim, até pode ajudar, mas desde que o conselheiro faça o relato e se interesse também pelo processo, não só deixar na mão do outro. Na verdade, eu não sou favorável. Eu preferia que o próprio conselheiro passasse adiante, então. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Conselheira Claudete, por favor. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Por uma questão de legalidade não cabe votação. Nós temos, então, que encaminhar a PGM ou tenha a provisão geral de um acesso, que emita um parecer escrito a respeito disso. Não é uma questão de votar, Secretário, ilegalidade não sei e vota. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Se faltou algum conselheiro, por favor. Foram 03 votos contrários e o restante favorável. Então, ficando ressaltado na manifestação dos colegas que é mais adequado que o conselheiro faça a leitura do seu voto, com o apoio dos demais, mas que o conselheiro faça esse relato, é importante manter



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

essa questão. Feito o relato, como a vista foi de cesso a todos, a gente teria mais uma semana para o relato de vista. Se alguém se inscrever para fazer relato de vista, antes de colocarmos em votação, por favor, que se inscreva. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, é importante esse comentário de vocês, muito importante. Eu fiquei desconfortável com a situação de fazer o relato. A minha posição desde o início, quando o conselheiro me pediu que ajudasse ele, que ele fizesse o relato, porque entendo que essa é a maneira correta. Como o conselheiro, por seus motivos não quis fazer o relato e não tinha uma previsão detalhada dentro do nosso regimento, eu fiz o relato, mas fico satisfeito que isso causou essa discussão. E a minha sugestão para as próximas ajudas, que está previsto no nosso estatuto, sejam feitos pelo conselheiro da região, da entidade e etc., mas pelo conselheiro, com a ajuda de qualquer pessoa que ele vier recorrer, conforme previsão. Foi muito bem colocado pelos colegas e acho mais justo que seja dessa maneira. Ok? Obrigado pela oportunidade, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Então, temos um relato de vista para a próxima semana do Conselheiro Felisberto que assim solicitou (chat). Passando ao 4.07 da pauta. Conselheiro Hermes, por favor. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Considerando o que foi dito pela Conselheira Claudete, Secretário, que é da área jurídica, como essa questão não é comum de pedir um auxílio para que outro conselheiro relate, que eu me lembro, a Tânia relatou uma situação, como falou a pouco. Eu acho que era prudente que se fizesse uma consulta à assessoria jurídica, sei lá, se é viável ou não que outros conselheiros façam relatos. Eu fico muito constrangido quando alguém levanta uma questão, que é importante, tudo é importante, e simplesmente se caça a palavra, fique aquele silêncio, todo mundo no constrangimento. Então, eu acho que não vai prejudicar o andamento das reuniões, até a próxima vez que alguém peça uma contribuição ao conselheiro, apelo que se faça uma consulta. Só para complementar, Secretário, a gente está tentando construir algo novo, vamos tentar não usar o seu poder de calar o microfone dessa forma. É muito chato, é muito constrangedor para todo mundo. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. A gente entende que não é um caso de se enviar para a Procuradoria, a gente submeteu ao plenário deste Conselho, que deliberou neste caso específico, autorizou o relato. Não é caso de a gente enviar dúvidas jurídicas à Procuradoria. Questões e dúvidas de interpretação com relação ao Regimento Interno pode ser feito por este Conselho, nesse sentido que a gente colocou em votação, para não precisar tomar o tempo da análise jurídica para analisar uma questão tão própria aqui dos nossos trabalhos. Passando ao Item 4.07 da pauta, Processo 002.2339086001, Secretaria de Educação do Estado. A Conselheira Livia disponibilizou já o relato do processo, no entanto ela não está presente. Pela universidade tomamos o conhecimento de que ela não vai mais ser a representante. A universidade está reavaliando quem vai ser o representante da universidade, está avaliando quem vai ser o representante da universidade. Nesse sentido a gente redistribui o processo. O 4. 08 da pauta, Processo 18.0.00002017-2, interessado: Greice Muriele Borges, gravame de traçado viário, cadastramento de logradouro público. Trata-se de inclusão de gravame de traçado viário na Rua Pedro de Oliveira França, localizado na Macrozona 6, com 12,50 m de largura, extensão aproximada de 635 m, com início na Rua Pedro Augusto Felden, com largura de 12,50 de extensão. O relator é o SOCECON, o Conselho Mark. Foi disponibilizado o acesso em 28/02/2020. Na data de hoje o conselheiro irá fazer o relato. Consulto o conselheiro. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

recebi essa documentação, eu li todo esse material relativo a esse processo e da Rua Pedro de Oliveira França, que fala desse gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro. E por tudo que eu li e examinei não há problema nenhum, eu faço um relato aprobatório dessa solicitação, mas eu não conheço a região. Isso é específico da RGP. 08, nem sei se o Conselheiro Dinar conhece esse trecho, que por tudo que eu li dos papéis examinados não há problema algum. Mas seria importante que o representante da região também pudesse dizer alguma coisa acerca dessa pequena extensão, né. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, só lembrando que é importante ter o relato por escrito. No nosso processo de debate no Conselho existem as fases, depois do seu relato o conselheiro da região pode solicitar o relato de vista, enfim, ele tem essa possibilidade de acessar o processo e verificar essas questões. Só que como no nosso regimento está escrito a necessidade de um relato por escrito, eu pediria que na próxima reunião o senhor fizesse essa sua concordância por escrito. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Não há problema nenhum quanto ao texto escrito. Só queria manifestar o meu posicionamento favorável a essa aprovação desse traçado, mas eu não sei se o conselheiro da região se encontra ainda presente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Como a gente não vai ter o relato para botar em votação, o conselheiro também vai poder verificar ao longo da semana que trazer um relato, enfim, de vista. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu escrevo sobre a aprovação desse traçado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Escreva e encaminhe para a Gabi. Obrigado, Conselheiro Mark. O 4.09 já foi. O 4.10, a gente tem um relato de vista do Conselheiro Felisberto e da Conselheira Maristela. Esse é o processo da Secretaria de Administração Penitenciária, foi apresentado aos senhores na semana passada. O Relator foi o Conselheiro Furtado, que fez muito bem o relato, com a manifestação favorável. No entanto tivemos dois pedidos de vista. Abro a palavra a Conselheira Maristela, depois para o Conselheiro Felisberto, para o relato de vista, após colocarmos em discussão e votação esse processo. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Pode ser ao contrário e o Felisberto ler agora? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Pode ser. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Nós, a RGP. 01 e a RGP. 07 pediram vista a este processo. Em uma análise que fizemos do processo, mais especificamente eu, notei algumas dúvidas que há necessidade de diligência. Conversei com o Conselheiro Furtado das minhas preocupações. A primeira, que já encaminhei por escrito, está no processo o parecer de vista. A primeira é a questão das AEIS, porque nós temos nesse projeto uma AEIS 1, basta ver o mapa de situação. Isso não ficou bem esclarecido. Então, é importante que e se esclareça isso. A segunda indagação é sobre as condições das comunidades do entorno, tanto da Vila Salvador França, como da Cachorro Sentado, que são duas comunidade que devem ser ouvidas, porque serão atingidas, não só pela obra, mas pelo impacto do trânsito, da questão desses presos, não sei a quantidade, mas me parece que são inúmeros, 700 e poucos presos. Então, será uma movimentação que tumultuar a vida das pessoas. Então, é importante ouvir a comunidade e isso não está esclarecido no processo, se foi ouvido ou não. Ademais, parece que tem um pedido de concessão do direito real de uso pela comunidade da Salvador França. A terceira geração é que a próprio SMAMS indaga a questão do licenciamento ambiental, que não está claro no processo. Então, isso também tem que ser esclarecido. Outra questão, a questão da EPTC com



relação à questão do fluxo do trânsito, a questão do estudo de circulação que também não está no processo. E não é uma indagação só, isso está no parecer da CAUGE. Para complementar, tem mais duas secretarias que se manifestaram e isso não está claro no processo. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico também fez indagações que não foram respondidas. E para finalizar, a Secretaria Municipal de Saúde também indagou as condições, como será a manutenção desses presos durante o período que ficar aí. E, por fim, se não forem deferidas as indagações, o pedido de diligência, o voto nosso é contrário e fica o nosso parecer como declaração de voto. É isso e submeto ao plenário e ao relator. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Esse relato veio por escrito? Sim, a Gabrielle está lembrando aqui. Passo a palavra para a Conselheira Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu já havia externado uma consideração anterior em relação à questão do histórico desse tipo de estrutura, porque aqui nós temos em Porto Alegre, que é o Presídio Central, ele justamente veio para atender com esse objetivo, exatamente no mérito do que esse está sendo executado. Estão, fica toda uma estrutura, assim, no Imaginário, enfim, da humanização, da preocupação com o restabelecimento à sociedade ou não, dependendo da situação, e depois eles vão a partir disso para ali por determinado tempo e depois vão para o Presídio Central, aquela coisa maravilhosa que nós temos, uma coisa que nem animal em absoluto passa pela cabeça serem colocados lá dentro. Então, eu lembro muito de uma pessoa, de um relato de uma pessoa que estava presa, que disse o seguinte: “Botei 04 pares de meia e mesmo assim o rato me mordeu”. Então, a gente tem que levar em consideração isso, esse impacto, todas as considerações que eu e o Felisberto colocamos nesse nosso relatório. Também, nessa vista que nós tivemos acesso, esse e outro aspecto, o humano e que preocupa muito, que não foi feito mais brutalmente nada em relação ao Presídio Central, que é um caos, e está se pensando nessa superestrutura. Então, em princípio, eu acompanho e assinei junto com a RGP. 01, onde nós podemos detalhar juntamente com os delegados da RPG. 07 e RGP. 01. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheira Maristela. Antes de eu colocar em votação o relato de vista e divergências, lembro que todas as secretarias, as quais têm assento no âmbito da comissão, vem aprovado pela CAUGE esse processo. Então, a tramitação do processo pode ter algumas dúvidas levantadas, mas são equacionadas quando da aprovação pelo âmbito da comissão. Nesse sentido eu coloco em votação por parte dos conselheiros se aprovam as diligências. Lembrando que neste caso específico, por ele ser o representante da região, o conselheiro pode pedir a diligência, tem previsão, quando da apresentação do seu relato de vista. Este pedido de diligência é colocado em votação ao plenário do conselho, art. 9º, § 2º da resolução aprovada pelo Conselho. Tem uma Questão de Ordem. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Nunca foi assim no Conselho, o senhor está alterando. O conselheiro relator lê o relato, o conselheiro relator de vista tem questionamentos sempre junto ao conselheiro relator para o conselheiro relator se posicionar em relação ao relato de vista. Não é simplesmente ir para aprovação. Eu acho que tem que voltar ao conselheiro relator, porque o conselheiro que pediu vista fez uma série de indagações. Agora todos nós temos acesso ao processo, mas antes não tínhamos, mas o conselheiro relator leu o processo, ele tem condições de responder. Sempre foi assim, se vai ser mudado, bom. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro. A gente tem essa previsão no art. 9º da nossa resolução. Vamos fazer a leitura: “As diligências que se referem ao art. 20 do regimento interno, serão solicitadas uma única vez pelo relator, que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

fará os encaminhamentos que entender cabíveis para a deliberação do Conselho. § 1º - Os pedidos de diligências deverão ser formulados por escrito em quesitos objetivos e claros, exclusivamente, pelo relator do processo, salvo na hipótese do § 2º deste artigo, que diz: § 2º - O conselheiro da região diretamente relacionada ao processo relatado, se assim entender, no seu pedido de vista poderá solicitar diligência, formulada por escrito em quesitos objetivos e claros, que passará por deliberação do Conselho”. Então, é este artigo que a gente está tomando por referência para colocar em votação o pedido de diligência. Eu passo a palavra ao relator do processo, que poderá, antes da gente colocar em votação, fazer algum esclarecimento. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite a todos. Eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos em relação ao pedido do Felisberto. Ele conversou comigo hoje de manhã por telefone, ligou e a gente fez alguns comentários. Ele está preocupado, como é de praxe do Felisberto, as suas questões sociais, de defesa, de regularização fundiária, em aquelas duas vilas que estão ali, da Salvador França e a Cachorro Sentado. Eu lembrei, inclusive, relatei no meu processo na semana passada que são Áreas de Interesse Social, só que são do Estado. Então, a prefeitura não tem jurisdição neste caso, não que não se queira a regularização fundiária. Eu não vejo impactos desta obra em cima dessas vilas, eu falei isso para o Felisberto hoje de manhã. O projeto se limita dentro da matrícula, vai haver uma construção de muros que vai separar, até citei o exemplo da cadeia pública, que, aliás, eu relatei um processo há um tempo sobre a cadeia pública. Essas vilas ficam delimitadas pelo muro. Então, não haveria, como o Felisberto falou, o real direito de uso da terra. Eles continuam com esse real direito, eu não vejo essa ação como o Felisberto colocou. Existe a questão do tráfego, na Salvador França como não havia testada, foi aberto por ali, onde vai haver o excesso dessas pessoas detidas, que estão conforme o parecer, em torno de 708 pessoas, temporariamente, ele se dará por via de comboios, as pessoas não ficam entrando e saindo desse local. Eles vão seguindo comboios da polícia, que encaminham as pessoas para um momento de uma triagem, para depois esses detidos terem um processo judicial que vai encaminhar para outras instituições. Então, eu não vejo problema, não só não vejo como não vejo necessidade de diligências neste caso. A preocupação quando eu relatei o processo era na questão do tombamento do São Pedro. O Felisberto me disse que havia uma delegacia de polícia, ali ao lado da igreja, mas, na verdade, ali é o Instituto Firmino, que está descrito no meu relatório, mas, veja bem, eu não vejo realmente necessidade de diligência nesse sentido. O processo está bem colocado, as secretarias se posicionaram, os levantamentos foram feitos, os estudos foram praticados. Como é uma área do estado, especificamente, não é a SMAMS que vai fazer o licenciamento ambiental. Tanto é que já existe um processo aberto junto à FEPAM, é a FEPAM que vai fazer o licenciamento ambiental desta construção de todo esse processo aí da construção. Então, é nesse sentido, eu espero ter demonstrado que não há maiores necessidades para a diligência. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Perfeito, Conselheiro Furtado. Então, coloco em votação. Faço a leitura nominal, se os conselheiros entendem que deve ser colocado em diligência o processo. Conselheiro Mário, favorável à diligência ou contrário? **(Chamada nominal para votação). Mário Santa Maria Júnior (Titular), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Senhor Presidente, dentro de um processo de votação normal, eu chegando hoje eu iria me abster, por desconhecer o processo, mas como eu conheço esse processo todo, então, eu voto como não deve ser colocado para fazer as diligências. Contrário. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Contrário. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA: Contrário. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Sempre favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Contrária. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Contrário. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Contrária. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul – SOCECON/RS:** Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Favorável. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – AREA:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Contrária. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Contrário. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Mais uma vez é uma questão de direito a (Inaudível) e sobrepõe a voto. A diligência deve ser efetuada porque deve ser garantido o mesmo direito de vista das comissões aos conselheiros. Questões de legalidade não se vota, Secretário. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Contrário. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Favorável. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Presidente, eu queria acesso a esse processo e não consegui, porque eu queria debater mais algumas coisinhas. É do lado do Hospital São Pedro, ao lado de uma vila, que tem que ter um acordo sobre regularização fundiária. Eu sou contra esse processo que está na mão da comunidade, porque essa área não é do Estado, ela foi doada para o Estado, tomada na mão grande. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nós vamos ter o tempo para debate. O senhor é favorável ou contrário? **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu sou favorável à diligência. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Temos 10 votos favoráveis, 09 contrários. **APROVADO O PEDIDO DE DILIGÊNCIA.** Então, está aprovado para as diligências. Para quem são as diligências, Conselheiro? Geralmente, é para a CAUGE. Saiu do ar o Conselheiro Felisberto. Acho que deu algum problema técnico. A gente vai remeter para as comissões, a partir das dúvidas levantadas. Os demais processos foram distribuídos no dia 17, teria a possibilidade do relato ser na próxima, não nesta. Alguém tem algum relato desses processos que foram distribuídos? O Conselheiro Gomes tem. É o 4.28 da pauta. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Isso. É o gravame de traçado viário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Expediente 19.0.0001138068, um traçado de gravame viário, distribuído em 17/06. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Planejamento Seis – RGP. 6: São considerações preliminares. Vou ler e depois comento. Trata-se de gravame de traçado viário de extensão da Avenida 2000, até Avenida Plínio Kroeff, uma avenida com 36 m de largura, inserido na Macrozona 03, unidade estruturadora 016. Essa proposta tem origem e estudo elaborado para o Expediente Único número 00231.650.00.0, que trata de uma aprovação de projeto urbanístico sobre área parcial do Porto Seco, tratado na CTARF, que eu não sei como que se pronuncia. Esta proposta de traçado atinge mais de 50 unidades habitacionais, que estão no leito projetado, uma ocupação consolidada há um bom tempo. Face a tão importante proposta, imaginamos que também seja grande a proposta de reassentamento dessa comunidade ali implantada há bastante tempo. Para ter condição de emitir parecer sobre a demanda, solicito complementação de informação na forma de diligência. Primeiro, acesso ao expediente único que origina a demanda, o 002.341650-00-0, buscando informações da propriedade dos imóveis e propósito urbanístico mencionado. Consulto ao DEMHAB sobre a situação dessa comunidade atingida pelo traçado viário demandado. Terceiro, apresentação da demanda pela CTARF neste Conselho. Com esses elementos acredito que poderemos emitir parecer embasados sobre esse traçado proposto. Registro que fiz um primeiro contato com o Conselheiro da RGP. 03 para ter o mínimo de informação sobre a área. E de imediato me pareceu fundamental a complementação de informação aqui solicitada. Porto Alegre, 23 de junho de 2020. Luiz Antônio Marques Gomes, Conselheiro da RGP. 6. O que eu quero comentar rapidamente? Chamou a minha atenção de imediato a quantidade de imóveis, casas e tal que atingiria esse traçado. Uma coisa bastante grande. Aí eu recorri ao meu consultor da região, que é o Jackão, para ajudar a entender aquilo ali, o que se passa. Aí o Jackão fez algumas observações, nós trocamos algumas informações pelas plantas que vem no SEI. O Jackão identificou que o vice dele, o nosso amigo Paulista, tem um grande conhecimento, interferência na área lá. Aí eu achei por bem para poder fazer um relato, para trazer elementos melhores para o Conselho, um relato de relator, que fossem complementadas essas informações. Este é o relato primeiro.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Desculpa, não entendi. O senhor coloca em diligência? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Sim, eu coloco a este Conselho para que se permita diligências desses dados para complementar os elementos, para a gente fazer a análise e ter o entendimento correto do que vem acontecendo lá. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Como é o caso de diligência do próprio relator do processo não há necessidade de ir para votação. Desculpa, tem que ir para votação sim. Então, por favor, Conselheiro Mário, favorável ou contrário ao pedido de diligência. **(Chamada nominal para votação).** **Mário Santa Maria Júnior (Titular), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Sempre favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** FAVORÁVEL. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

do Sul - SOCECON/RS: Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Gostaria que o senhor lesse o comentário que eu fiz no chat, para depois nós conversarmos. Sou favorável sempre. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Totalmente favorável, até porque são duas comunidades atingidas, que vai dar em torno de umas 100e poucas famílias, algumas parcialmente e outras totalmente. **Virginia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Favorável. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Sempre favorável à diligência, mesmo que votem contra as diligências solicitadas por uma região, como a RGP. 01. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira Claudete, favorável ou contrária? (Sem retorno). Então, todos se manifestaram favorável à diligência. **APROVADO O PEDIDO DE DILIGÊNCIA.** Então, todos os processos pautados. A gente vai encerrando a reunião. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Questão de Ordem. Nós tínhamos acordado que nas reuniões íamos tentar melhorar as apresentações. Eu não sei como vamos fazer, como hoje, o que Gomes falou era importante ter a área, alguma coisa, se ele manda para vocês. Eu sugeriria que os relatores mandassem antecipadamente um pequeno Power Point, como o Furtado fez na última reunião. Para saber o que a gente está votando, só isso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Questão de Ordem. Secretário, lembrando que todos os SEI estão disponíveis para todos os conselheiros. E o relatório que eu fiz de pedido de vista também coloquei na nossa mala geral para todo mundo ter conhecimento, coloquei hoje à tarde. É dispensável que vá se fazer um trabalho especial e tal, está colocado ali e os fundamentos todo mundo recebeu. Hoje estão mais democráticas as informações pelo SEI. O que eu recebo todo mundo recebe, é uma questão de abrir e dar uma olhada. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Questão de Ordem. Aquilo que eu levantei na reunião retrasada, se o processo SEI tramitasse normalmente, nós temos matrícula no município, nós temos contracheque, nós temos matrícula. Se o processo tramitasse normalmente, nós poderíamos fazer esse processo todo direto dentro do SEI. Não tem porque estar mandando e-mail. (Inaudível/áudio falhando). Todas essas informações poderiam estar dentro do processo, não sei por que, é fácil, fácil. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Isso é uma questão de TI, que a gente está trabalhando para receber o processo interno e externo, nesse sentido aí. A gente vai melhorando, depois com o portal, são vários avanços que a gente quer fazer para melhorar os acessos. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, por uma questão de não ouvir, houve uma falha, eu não sei qual o encaminhamento do meu pedido de diligência. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Foram aprovadas a diligência por 10 votos a 9. Então, estamos remetendo para as comissões essas dúvidas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

levantadas. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** É assim, para a SMAMS, a Saúde, SMOV e EPTC, se eu não me engano, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. É no âmbito das próprias comissões, que têm assento ali. A gente remete para que seja respondido o pedido de diligência e colocado em votação na próxima. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Questão de Ordem. Secretário, quero que fique registrado que quando foi feito o relato, foi feito por duas RGP's. Quando foi falado sobre a questão de quais seriam os encaminhamentos e de quais secretarias, o senhor se dirigiu ao RGP. 01 e não a esta conselheira. Eu tinha condições intelectuais de responder. Não é do seu jeito, porque o senhor é um *gentleman*. Quero deixar registrado que quando tem duas pessoas que fazem esses encaminhamentos, tenho plena ciência do que estou fazendo. E não foi o Felisberto quem fez a redação, fomos nós dois, mas porque o Felisberto não estava na sala não foi dirigido a mim. Eu achei uma deselegância, mas tudo bem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Desculpa, Conselheira. Na hora não observei quando tem esses temas a gente tem algumas falhas, alguns equívocos, como eu tinha muito presente a fala do Felisberto. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu sei que não é do seu perfil. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mas me ajudem ali no chat, de lembrar, que a gente disponibiliza a palavra. Então, obrigado pela noite de hoje, pela companhia, os debates. Na semana que vem a gente continua. Ainda temos o Conselheiro Rafael inscrito. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Quero reforçar o que foi solicitado pelo Saffer e contestado pelo Conselheiro Gomes, que é a questão da gente ter, não prescindir da apresentação no momento, por vários motivos, mas eu destacaria um, que para mim é definitivo e é de contexto agora. Quer dizer, a gente já tem tido uma dificuldade, por exemplo, em conseguir localizar da forma que vem recebendo os processos, não os processos em si, mas o anúncio dos processos, por listas de emails. Quer dizer, a gente recebe um bom volume de emails ao mesmo tempo. Outra questão, acabamos colocando o processo 29 da ata. Quer dizer, temos que estar todos a parte de 34 processos que entraram para que a gente possa se instrumentalizar para uma única reunião. Parece-me que não é nem viável, ainda mais no momento em que estamos todos experimentando. Então, gostaria de reforçar a importância da gente ter a ilustração, principalmente pelas assimetrias de apropriação de conhecimentos técnicos, que ficou aí, que a gente tem no CMDUA. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É importante mesmo trazer a apresentação. Na medida do possível, quem conseguir, para fazer o entendimento para a deliberação. Eu acho que dá para compartilhar a tela, não precisa fazer uma apresentação, mas a gente consegue compartilhar a tela. Vamos tentar fazer, pelo menos fazer um resumo para as próximas. Eu acho que é positivo. Obrigado, senhores conselheiros. Tenham uma boa noite. São 20h06min. Obrigado e boa noite.

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

880

881 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2837/2020

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular) e Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Cláudio Mainieri de Ugalde (Titular) e Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Luana Angélica da Rosa Nunes (1ª Suplente), **Gabinete do Prefeito – GP**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Mário Santa Maria Júnior (Titular), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular) e Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular) e Ronie Gomes (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDDA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Comunicações; 3. Ordem do Dia. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h03min. **1. ABERTURA. 2. COMUNICAÇÕES. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**: Vamos abrir para as Comunicações. Conselheiro Tânia. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**: Boa noite a todos. É um prazer novamente estar aqui, infelizmente não dá para ver todo mundo, é muito complicado até a gente conseguir se adaptar a todos esses procedimentos digitais. Eu estou aqui para falar sobre o Processo 002.341565001, que eu iria fazer o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

relato de vista desse processo hoje. Esse processo é antigo, já passou pelas mãos de muitas pessoas, mas está com EVU indisponível. A Gabrielle me passou hoje e ficou faltando o EVU. Então, sem o EVU não tem como, ele está, na verdade, incompleto. Não tem como a gente pegar os dados necessários para fazer os relatos. Então, ele está riscado ali, consta um “x”, está riscado por cima do EVU. Eu acho que o EVU é primordial dentro de um processo para que a gente consiga analisar ele com mais profundidade, ver todas as aprovações, tudo que decorreu do processo. Então, quero fazer uma reclamação e dizer que perante essa indisponibilidade não será possível fazer o relato, muito menos votá-lo hoje. Só isso, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Tânia. Eu vou passar para o próximo inscrito e depois vamos fazer as considerações que, porventura, vierem. Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Espero que estejam todos com saúde, com essa pandemia infernal. Secretário, o que eu gostaria de levantar, semana passada nós vimos que foi publicado um decreto, o 20.628, que altera alguns anexos do Plano Diretor. Eu entendo que essa matéria deveria passar pelo Conselho, pois este Conselho tem a missão de zelar pelo plano, entre outras questões, das suas competências, no mínimo entendo que nós deveríamos ser informados, afinal estamos tratando de processos que envolvem a legislação, envolvem o Plano Diretor. Então, deixo meu alerta e meu descontentamento de os conselheiros não serem nem informados. Obrigado. Eu sei que poderia se dizer que a nossa obrigação é estar a par de toda a legislação que sai, mas isso é praticamente impossível, nós não somos funcionários, nós não temos tempo integral para ficar pesquisando o que é alterado na lei, na legislação de Porto Alegre. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Depois a gente faz as considerações. Na sequência a gente tem o Conselheiro Dinar. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Boa noite, Secretário. Boa noite, conselheiros e conselheiras. Eu não sou muito de falar, sou mais de observar aqui, mas hoje vou falar. Sobre o processo que eu era o relator na semana passada, que dentro do regimento interno diz que eu posso pegar outras pessoas para me auxiliar. Até no dia que foi entregue o processo para mim, uma conselheira que hoje eu não lembro o nome falou, porque tinha um conselheiro que estava apresentando um outro projeto e estava meio perdido. Daí foi sugerido que os conselheiros poderiam pedir ajuda quando estivesse precisando. Então, eu quero dizer para os meus colegas, até ouvi que faltou interesse por minha parte, que o mínimo era que eu tinha que ter interesse. Eu quero deixar bem claro para todo mundo que de tanto interesse que eu estava, interessado no processo, que eu pedi auxílio para outro Conselheiro, que foi o Arquiteto Gomes, que é uma pessoa competente. Então, eu pedi porque eu estava interessado no processo. Então, para não deixar qualquer coisa que não estivesse ao meu alcance, eu pedi para uma pessoa competente me ajudar. Eu quero dizer para vocês que eu estou no Conselho não para atrapalhar, eu estou no Conselho para ajudar e para desenvolver os andamentos dos processos de Porto Alegre, que eu sei que por culpa de muita gente os processos não andam e ficam anos e anos aí, fica parado e a gente não consegue desenvolver. Eu cito o exemplo da Loja Havan de Viamão, que não levou dois meses e foi construída, está lá funcionando, mas os nossos processos sempre estão aí. Vocês acham que por eu não ter lido o processo, eu não tinha me interessado no processo? Só por eu não ler o processo? Eu acho que são coisas pequenas para nós ficar aí perdendo tempo com quem lê o processo. Eu acho que vocês teriam que ter me cobrado por alguma coisa que tivesse ido dentro do processo e que não concordassem. Agora, atrasar um processo porque uma



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

98 pessoa x ou y leu, vocês vão me desculpar, mas eu acho que é o fim, é um atraso para os
99 processos que nós precisamos andar dentro da nossa cidade. Eu estou dentro do
100 Conselho para ajudar, não para atrapalhar e atrasar os processos. De repente se eu
101 tivesse apresentado o processo não ia estar bem preparado, porque estou entrando agora,
102 por isso que eu procurei o Gomes para ajudar, para andar, para não atrasar. Agora,
103 estavam querendo atrasar o processo porque não fui eu que li o processo, pessoal. Eu
104 acho que temos que ter um pouquinho mais de responsabilidade nesse ponto de resolver
105 os problemas da nossa cidade, que está parado... (Sinalização de tempo esgotado)...
106 essas chuvas aí, tá tudo alagado e nós preocupados com quem vai ler um processo.
107 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
108 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado Conselheiro Dinar, pela manifestação. Sem dúvida,
109 da gente acredita na sua dedicação pelo Conselho e essas questões vão sendo superadas
110 ao longo do processo aí. Não há dúvida da sua contribuição, do seu esforço. Na sequência
111 nós temos o Conselheiro Jackson. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular),**
112 **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite a todos. Só para fim de
113 registro, e não é reclamação do 156 ou do OP, que eu respeito muito, mas a nossa região
114 norte sofreu muito por conta dessas chuvas, tivemos vários alagamentos. Então, para nós
115 cabe muito, enquanto planejadores da cidade e rever essas questões na hora de aprovar
116 vários projetos que estamos aprovando e que chegam a nossa mesa. Eu estive em alguns
117 locais, visitando algumas áreas e, gente, realmente é insuportável, terrível, água com
118 esgoto dentro das casas das pessoas. E era isso, um bom trabalho para nós todos.
119 Obrigado, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
120 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Jackson. O momento
121 realmente é muito delicado, a gente tem que se preocupar em estarmos atentos para o que
122 tem acontecido na nossa cidade. Conselheiro Paulo Jorge está inscrito. **Paulo Jorge**
123 **Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa
124 noite, Presidente. Boa noite, meus conselheiros. É um prazer estar com vocês.
125 Eu quero colocar que é uma satisfação fazer esse trabalho de videoconferência. Ontem
126 falei com o Conselheiro Adroaldo, ele está com um processo meu, da RGP. 05, porque eu
127 estou com dificuldade de acessar o computador, troca de e-mail, vou ter que abrir novo e-
128 mail para acessar. Presidente, nós temo que fazer uma avaliação, porque essa chuva aí,
129 vou te contar, tu não sais para a rua, a Cruzeiro alagou toda, mas a minha preocupação é
130 com as obras da Tronco. Eu não consigo acessar o secretário de obras para falar sobre a
131 Tronco. Eles estão mexendo, abrindo a Tronco, para sobar espaço na Tronco, áreas vazias
132 e nós queremos discutir sobre o projeto da Tronco. Como eu faço para sentar com o
133 secretário para discutir sobre a Av. Tronco? Os empresários estão me cobrando uma
134 posição de falar com o governo, para dar ideia para o governo, porque o bairro é nosso, o
135 bairro é da comunidade. O governo tem que dizer como vai definir essas áreas. Então,
136 peço o seu apoio, pelo Plano Diretor, para ter essa participação, porque o pessoal está me
137 cobrando e eu estou com as mãos engessadas. Então, era essa a comunicação. Obrigado.
138 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
139 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado Conselheiro Paulo Jorge pela manifestação. Não
140 temos mais inscritos. Conselheira Maristela, é Questão de Ordem ou a senhora fez
141 inscrição? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:**
142 **Secretário, eu entrei atrasada. Na verdade, queria fazer uma manifestação, mas se não for**
143 **possível vou ir pelas normas legais. Germano Bremm, Presidente e Secretário**
144 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira.
145 Eu estou tentando manter a questão sempre, para a gente ter essa dinâmica. Então, a
146 gente dá início a nossa Ordem do Dia. Eu gostaria só de esclarecer em relação ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

questionamento levantado pelo Hermes. Com o decreto, o estudo de viabilidade urbanística, alterado o anexo que trata de alguns padrões dos projetos especiais de primeiro grau, que são aqueles submetidos à CVA, não são objeto de CAUGE. O Plano Diretor prevê a discussão com a comunidade, no espírito democrático de participação, houve a previsão que alguns atos, alguns decretos seriam alterados, alguns procedimentos seriam alterados por ato normativo do prefeito. Ou seja, por decreto, dentre um deles está esse que trata dos anexos, os projetos de primeiro grau. A modificação é no sentido de qualificar os processos, aqueles processos principalmente repetitivos, de aumento de porte, de 200 até 300 m² em determinadas regiões, que a equipe entende que sempre é concedida a partir da solicitação. A equipe entendeu adequado ampliar esse limite, porque entende como adequado receber em determinado local essas atividades previstas. Então, foi nesse sentido que a gente atualizou aqueles anexos, de acordo com o que estabelece o Plano Diretor debatido com toda a sociedade e previsto, tendo essa possibilidade de alteração por meio de decreto do Senhor Prefeito Municipal. Com em relação aos questionamentos levantados pela Conselheira Tânia, eu entendo é um momento de transição dos processos físicos para os processos digitais. Eu acho que todo mundo vai ter certa dificuldade, até se familiarizar com esses processos, cabe de fato fazer o contato com a Gabi durante a semana para prestar algum esclarecimento, para entender um pouco a dinâmica desses processos. A questão riscada ali do EVU é uma questão procedimental, mas que estava superado, o processo está disponível, o EVU está disponível dentro da etapa de projeto. **Gabrielle Aquino, Secretária Executiva CMDUA:** Eu até estava conversando com a Tânia, eu consegui olhar o que estava acontecendo. Como é uma empresa nova e eles estão digitalizando, eles só nomearam de forma errada. Todo processo está digitalizado dentro do processo arquitetônico. Está tudo correto, consta o EVU, posso indicar as páginas aqui no chat. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu sei que vocês vão ter essa dificuldade, mas tem que fazer esse contato. A gente está passando do processo físico para o digital e isso é natural, a gente tem que ir superando isso ao longo do exercício semanal das nossas reuniões. A gente pode postergar para mais uma semana, Tânia, esse teu relato de vista, lembrando que neste caso específico o processo já foi objeto de relato. Então, como estamos em adaptação, o momento, o sistema, acho que cabe a gente ter esse entendimento e flexibilizar um pouco a aplicação dessas regras. Torno a pedir para todos vocês, no sentido de a gente tentar equacionar essas questões para quando chegar da reunião a gente estar atento aos prazos. Nós vivemos um momento muito atípico, vivemos uma das maiores crises da história da humanidade, a gente ficou muito tempo afastado. A dinâmica do mercado, com a aprovação de projetos, empreendimentos, é muito significativa, porque estamos no momento de uma crise de arrecadação, algo histórico, nunca visto na história de Porto Alegre, que se avizinha uma crise muito significativa que a gente vai ter pela frente. Eu peço muito o empenho de vocês, que considerem esse histórico, todo esse tempo que a gente esteve parado, em função dos problemas que a gente tinha para superar. Peço essa compreensão, a gente se esforçou muito para tentar digitalizar os processos, para fazer a contratação da empresa de digitalização para fazer operar, para ter condição mínima de chegar hoje na reunião e ter o processo digitalizado. São muitos e muitos os desafios que a gente encontra, com uma estrutura pesada que tem, que a gente vem fazendo para viabilizar essas reuniões. Então, eu pediria muito o apoio de todos, para se atentarem à questão dos prazos. Vamos ter muitos desafios e eu peço muito o apoio de vocês para que a gente possa de fato tentar viabilizar na Cidade de Porto Alegre uma retomada gradual das atividades econômicas, tão importantes para os responsáveis técnicos. Este Conselho tem extrema importância no



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

processo de aprovação e desenvolvimento da nossa cidade, é o momento de estarmos unidos para construir algumas soluções e superar os desafios para avançarmos. Temos uma Questão de Ordem. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Obrigado. A minha pergunta vai no sentido do seguinte: para a Tânia o EVU não está completo nessa pasta. É importante saber se o relato foi feito com acesso ao EVU completo e quando foi feito, se foi feito antes da digitalização. Era a minha questão. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Sim, de fato, a ideia seria uma releitura, o relato foi feito há muito tempo, foi em 18/02, ainda no processo físico e se teve todo o acesso ao processo. Na reunião passada nós iríamos só fazer um lembrete, mas o relator não estava. A gente postergou para esta reunião de hoje. Então, todos os prazos se esgotaram já lá atrás, mas a gente fez este lembrete. De qualquer forma o processo todo digitalizado foi distribuído na data de 23/06. Então, todos tiveram acesso. A questão da vista, é importante, a gente tinha esse formato e tudo mais, porque antes não se tinha acesos, a gente tinha um processo físico e tinha que esperar a análise de alguém para depois ter vista. Agora todos tem acesso, tem a vista no ambiente digital. A gente ainda possibilita o relato de vista uma semana após o relato do conselheiro relator. Enfim, vamos superar. Claro, Tânia, nós vamos te dar mais uma semana, na próxima reunião a gente coloca em votação. O Conselheiro Darci pede uma inversão de pauta, porque ele vai relatar, é o Item 3.12. O 3.01 está em diligência. O 3.02 está em diligência. Então, a gente teria a partir do 3.03. Eu coloco em votação a inversão de pauta solicitada pelo Conselheiro Darci, o item 3.12 da pauta. Por favor, se houve manifestação contrária pela inversão de pauta que o faça no nosso chat, para a gente objetivar. Não havendo, então, por unanimidade está aprovada a inversão de pauta. Então, vamos passar ao Item 3.12 – Processo 18.0.000130607-0, interessado: Montante dos Pinheiros Participações. É um gravame e cadastramento da Rua Stela Brum, Macrozona 10. Tem a questão do gravame. O relator é o Darci Campani e foi distribuído em 17/06/2020, já no formato digital, o prazo para relato é na data de hoje. Por favor, Conselheiro Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** O processo, eu só estou pedindo que ele vá à diligência ao Comitê da Operação Consorciada da Lomba do Pinheiro. É um processo da Lomba do Pinheiro. No corpo do processo tem um despacho, que diz que consultada a Operação Consorciada não há óbice, mas eu sou membro do Comitê e esse processo nunca passou por lá. E ele tem algumas implicações maiores, ele começa como um simples gravame de uma rua existente, mas ele se estende para uma área não ocupada ainda, sem ocupação e está ao lado também de uma área, e, inclusive, é o solicitante. O vizinho de um condomínio, que na gestão passada aqui, o Conselheiro anterior da Lomba do Pinheiro, constantemente, denunciava este condomínio por colocar cancelas em vias públicas. Inclusive no próprio processo está relatada essa questão. A Procuradoria pede a ação de fiscalização. No processo não tem nenhuma resposta, um despacho dizendo se foi feita a fiscalização, se foi achada a tal da cancela. Então, como cita a Operação Consorciada da Lomba do Pinheiro, se ela não foi consultada eu peço que ela possa se posicionar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro Darci. Lembrando que o setor da Operação da Lomba do Pinheiro integra a Coordenação de Desenvolvimento Urbano, do qual nós temos uma conselheira que representa aqui, que é a coordenadora, a Conselheira Gisele. Então, vamos encaminhar, Conselheira Gisele, para a sua coordenação, a qual tem a competência para a questão da Lomba para prestar os esclarecimentos. Na qualidade de relator ele tem a opção de pedir a diligência este expediente, para que faça os esclarecimentos. Feito isso a gente retorna ao Item 3.03, da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Innovar Participações, o Processo 002.28644888-7, aprovação de estudo de viabilidade urbanística, na Estrada João de Oliveira Remião. O relator é o IAB. Ele foi distribuído em 30/07/2019. Teve um parecer parcial do relator, levantando alguns questionamentos e foi colocado naquela oportunidade em diligência. Teve pedidos de vista, relatados também e aguardava o retorno da Procuradoria Geral do Município. A diligência foi atendida e distribuída em 23/06/2020. Foi comunicado ao relator na última reunião. Por favor, Conselheiro Rafael, a palavra com o senhor. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Apesar da informação de ter recebido, eu não encontrei no meu e-mail, eu fiz aquela busca no e-mail pelo remetente para receber o link para o processo e não tinha recebido, tanto que eu fiz o pedido ontem à Gabrielle, fui prontamente atendido, mas de ontem para hoje não consegui fazer o relato, nem analisar o parecer d PGM, que veio em março, aí foi feita a digitalização para esta semana. Então, gostaria de pedir mais uma semana, semana que vem entrego meu relato final. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Rafael. De fato, o prazo seria hoje, é como a gente adotou com a Conselheira Tânia, nós estamos em um momento de transição, vamos permitir a aplicação das regras a partir da semana que vez, flexibilizar na data de hoje. Está no processo, Conselheiro quando vem fica no processo, independente de no e-mail ter a resposta. Na próxima reunião, sem falta, a gente dá sequência, seguindo as nossas normas regimentais. A gente tem uma Questão de Ordem do Conselheiro Hermes e do Conselheiro Rafael. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário e conselheiros, a minha questão é a seguinte: quando o Conselheiro Darci fez o seu relato pedi a palavra, mas parece que pelo regulamento não existe essa possibilidade, mas, de qualquer forma, a minha Questão de Ordem é que o Darci relatou que veio uma informação dizendo que o processo teria ido ao Comitê da Lomba e não foi. Eu estou levantando isso, quero que fique registrado, é de uma gravidade muito grande, porque quando os processos eram em papel e dizemos dezenas de denúncias ou alertas sobre esse tipo de coisa, eu acho de uma gravidade muito grande. Eu não vou questionar agora, até para não constranger ninguém, mas quem é o responsável, quem deu essa informação de que foi e veio com ponto de vista favorável? Só para encerrar... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu acho que o senhor compreendeu errado. O Conselheiro solicitou a diligência ao Comitê da Lomba. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu acho que o senhor entendeu errado. O Conselheiro foi claro, está gravado. Ele disse que no processo tem que teria sido remetido ao Comitê, mas de qualquer forma não quero polemizar. Isso é de uma gravidade e nós temos que cuidar esse tipo de coisa. Nós estamos em uma situação que tem um ministro que tem currículos falsos e a gente aqui, na nossa casa não cuida desses detalhes. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Obrigado por me cortar a palavra. Muito obrigado. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Um pedido de esclarecimento mesmo, Secretário e Gabrielle. Na verdade, assim, então, eu teria um acesso. Na verdade, tenho outros processos que a gente analisou, foram todos em papel. Então, realmente, eu não tive a oportunidade ou necessidade de ter acesso ao SEI até agora. Então, eu gostaria de entender assim, eu tenho um acesso, por exemplo, quando eu entro só com o SEI ali e tiro o número do processo, eu poderia acessar todos sem saber o link de um processo específico? Tem um lugar que eu entre e tenha acesso a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

294 todos os processos SEI que estão tramitando no CMDUA? **Gabrielle Aquino, Secretária**
295 **Executiva CMDUA:** Tem um e-mail, que tem os processos disponibilizados digitais. No
296 corpo do e-mail têm vários links, correspondentes a cada processo. Esse teu processo foi
297 digitalizado um pouco depois, logo mandei um e-mail com a disponibilização. Através
298 daquele link pode ter acesso. Amanhã eu vou fazer um áudio ilustrativo para auxiliar vocês,
299 para nos ajudarmos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
300 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É importante estar em contato toda a semana
301 para os entendimentos e chegarmos na reunião com alguns encaminhamentos. A
302 Conselheira Gisele tem uma Questão de Ordem. **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente),**
303 **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Só para a gente
304 esclarecer os pontos. O processo é de minha responsabilidade, da minha coordenação,
305 que foi quem encaminhou. Ele está instruído com manifestações da PARF e da PGM, do
306 DEMHAB e do meu setor de regularização fundiária. Inclusive, o representante da
307 secretaria no Comitê da Lomba do Pinheiro, o João Marcelo, o arquiteto, ele se manifestou
308 favorável ao cadastramento da via. Por uma simples razão, essa via já existe há 20 anos.
309 Portanto, uma situação consagrada ao uso, pessoas têm suas casas, tem instalação de
310 água, de esgoto, pavimentação. Então, ela é de fato um logradouro público, porém, precisa
311 ser reconhecida pelo município. E foi feito justamente esse questionamento dentro do
312 processo com relação ao condomínio lindeiro. E ninguém dentro desse processo se
313 manifestou contrário a isso. Então, essa diligência vai ser encaminhada ao meu setor, mas,
314 porém, o Comitê não é o meu setor, na minha coordenação existe um representante do
315 Comitê, que está manifesta à opinião e parecer técnico dele, dentro do processo. só para
316 esclarecer os pingos nos “is”. Obrigada, conselheiros. Boa noite. **Germano Bremm,**
317 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
318 Obrigado, Conselheira Gisele. No encaminhamento a gente avalia essa questão do Comitê
319 e faz os encaminhamentos que entendermos necessários. A Questão de Ordem da
320 Conselheira Maristela e do Conselheiro Gomes. **Maristela Maffei (Titular), Região de**
321 **Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Uma dúvida que eu tenho sobre esse último
322 processo da João de Oliveira Remião, ele teve um parecer parcial. Portanto, quero saber
323 se quando vier o parecer total se a RGP. 07 vai ter acesso para trazer aos seus delegados
324 fazerem a discussão. A outra questão é sobre o traçado viário, que eu ia falar antes, mas
325 cheguei atrasada. Eu não acho que seja um processo tão simples assim, sobre a questão
326 desse gravame. Ele está interligado a processos futuros. Até estou vendo pelos sorrisos aí,
327 acho que estou certa. Está interligado a projetos futuros, interligados na Lomba do
328 Pinheiro. Então, estamos bem atentos, só para o assessores de alguns empresários
329 saberem, porque nós vamos fazer essa discussão bem profundamente. Pode ser legal,
330 mas nós vamos discutir. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
331 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Maristela. Importante
332 lembrar que os processos estão disponíveis para qualquer conselheiro que quiser fazer a
333 discussão com a sua comunidade, para amparar o seu voto. Na próxima reunião a gente
334 vai ter o relato do Conselheiro Rafael e a senhora vai ter uma semana para fazer o relato
335 de vista. Então, já pode antecipar essa discussão. Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio**
336 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A
337 questão que eu queria me manifestar foi superada. Quando o Conselheiro Campani estava
338 solicitando a diligência, eu ia questionar se a diligência, pelo o que nós tínhamos acertado
339 na portaria, no regimento interno, deveria ser por escrito, com argumentos e submetido ao
340 plenário. Então, eu vou olhar novamente, se confirmado eu me manifesto nesta reunião
341 ainda, se deve ser por escrito e submetido à apreciação do Conselho. **Germano Bremm,**
342 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Perfeito, Conselheiro Gomes. De fato, a gente está procurando aqui, é no art. 9º, § 1º da nossa resolução. Vou ver aqui para a gente deliberar esse pedido de diligência. Então, a gente desde já, identificando no regimento interno, na nossa resolução que trata dos procedimentos, necessidade da votação para a colocação em diligência. Eu coloco em votação o pedido de diligências formulado pelo Conselheiro Darci Campani, em razão da Questão de Ordem suscitada pelo Conselheiro Gomes, que bem lembrou os ritos aprovados por todos conselheiros. **(Chamada nominal para votação):** Conselheiro Fernando, favorável ou contrário ao pedido de diligência do Conselheiro Darci? **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Contrário, desnecessário. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Contrário. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Eu sou contrário. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Sou contrária, foi bem esclarecido pela Conselheira Gisele. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Favorável. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Contrário. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite. Contrário, extremamente desnecessário. Não é atribuição do Comitê. **Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Apesar do Comitê não estar mais funcionando, a Prefeitura não fez mais nenhum chamado de reunião, sempre serei favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Favorável. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Contrário. **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Contrária. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite. Eu sou conselheiro do Comitê da Lomba, eu sou contrário, é desnecessário, não faz parte das funções do Comitê. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Contrária. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Contrária. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Favorável. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Apesar de que eu queria fazer um informe e não consegui, vou voltar contra. Hoje estou revoltado. **Luana Angélica da Rosa Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito – GP:** Contrária. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Se algum conselheiro, porventura, não votou, porque às vezes fica difícil visualizar. Tivemos 11 favoráveis e 11 contrários. Neste caso, o voto do presidente é o de desempate, o Presidente entende que não é necessário submeter ao Conselho da Lomba, por não ser competência e por ter sido muito bem esclarecido pela Conselheira Gisele. **REPROVADO O PEDIDO DE DILIGÊNCIA.** Neste caso, a gente tem a apresentação do relato de vista do Conselheiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

392 Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia**
393 **Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Primeiro, não é relato de vista, é relato. Segundo,
394 antes de começar o processo de votação eu solicitei que precisava de um esclarecimento,
395 porque foi levantado pelo Conselheiro Gomes, que precisava de solicitação por escrito. Eu
396 mandei a solicitação por escrito para a secretaria, não lembro se hoje ou ontem, eu acho
397 que foi ontem, mas não sei em que horário. Isso não foi esclarecido. Então, a votação foi,
398 no meu entendimento, mal conduzido, no mínimo mal conduzido, Senhor Presidente. Eu acho
399 que o Conselheiro Gomes fez o que tinha que fazer, que é solicitar. Agora, o senhor
400 deveria ter dito que foi apresentado por escrito, que pode ser que alguns dos conselheiros,
401 apesar de que a votação está bem transparente, no que a gente tem encontrado neste
402 Conselho, algum conselheiro poderia até talvez entender que por ter sido regimentalmente
403 solicitado, poderia receber mérito de ser ouvido o Comitê. O que está se passando, na
404 realidade, sem meias palavras, o Comitê nunca mais se reuniu. O executivo articulou um
405 projeto de lei para acabar com o Comitê. Então, o objetivo não é se ele é regular ou não, se
406 deve ser ouvido não, o objetivo é matar o Comitê. E lastimo muito que representações
407 comunitárias votem a favor da morte do Comitê, que foi a única experiência criada na
408 Cidade de Porto Alegre, implementando um instrumento importantíssimo que está na lei do
409 Plano Diretor. Este é o problema, está lá na lei apenas um que foi implementado. E quando
410 se apresenta na câmara um projeto de lei para acabar com o Comitê e quando as
411 lideranças comunitárias não dão forças para as instituições de democratização, que foram
412 criadas no Plano Diretor de Porto Alegre, na lei do Plano Diretor de Porto Alegre, eu acho
413 lastimável. A solicitação, então, eu não estava preparado para o relato, porque eu queria
414 vista para o Comitê, mas lendo o processo, a solicitação inicial é feita pelo representante
415 do condomínio, e não é a área afeta, é área lindeira a tal rua. Ou seja, não é um morador
416 da rua que solicitou a regularização da rua, que já nos traz... **Germano Bremm,**
417 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
418 O senhor não vai fazer o relato hoje? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação**
419 **Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Estou fazendo. Quais os
420 interesses que tem realmente por detrás desta solicitação? A solicitação inicial é uma, o
421 que foi concedido, e é uma coisa que a gente tem que começar a melhorar nessas
422 reuniões. Eu mandei junto com o relato, acho que na tela poderia ter apresentado a minha
423 solicitação, eu mandei as plantas. A solicitação encaminhada pelo requerente é de uma
424 rua. Vou fazer com os dedos aqui já que não tem como projetar a planta que está no
425 processo. Existe outra rua, que está aqui, Rua Stela Brum, Rua Alvorada. A solicitação é a
426 rua Brum, agora, o técnico da prefeitura resolveu fazer a ligação entre as duas ruas, ele foi
427 além do pedido. Lá no jurídico acho que é extra petita, parece que eles falam isso.
428 Sabendo, está explícito no processo, no processo está questionado por funcionários
429 públicos, dizendo porque uma pessoa que não tem a ver está solicitando isso, cita, mostra,
430 fala constantemente no processo deste outro condomínio, que teria interesse talvez de
431 abrir uma nova cancela para acesso a esse condomínio. Então, o meu parecer por escrito,
432 que eu vou ter que mandar logo depois da reunião, é: como foi solicitado uma coisa e está
433 sendo dada outra, bem mais ampla do que a solicitada originalmente, vou votar contra o
434 gravame nos termos do que está na proposta da Prefeitura de Porto Alegre. **Germano**
435 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
436 **SMAMS:** Perfeito, Conselheiro Darci. É importante salientar que não foi colocado aqui em
437 discussão se não haveria o pedido de diligência por escrito, se não tivesse vindo eu
438 levantaria esse questionamento. A primeira coisa que fiz foi verificar no processo SEI se
439 tinha as perguntas formuladas e se estava por escrito. A questão posta em votação, bem
440 lembrada como Questão de Ordem pelo Conselheiro Gomes, é a deliberação no sentido de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

que tem que ser colocado sempre em votação para este Conselho deliberar da necessidade da diligência. Então, foi nesse sentido que a gente colocou em votação. Dito isso, peço para que os conselheiros se inscrevam para discutir, quem tem interesse em se manifestar favorável ou pela contrariedades, fazer algumas esclarecimento antes da gente colocar em votação. Lembrando que na nossa resolução, que trata do procedimento, tem um tempo de dois minutos para discussão. Então, abro a inscrição. A gente tem o Conselheiro Saffer e o Felisberto. Mais alguém? O Conselheiro Felisberto solicita vista, a nossa resolução prevê que após o relato os conselheiros têm uma semana para manifestar o relato de vista. Não há necessidade de colocar em votação, tem essa previsão. Lembrando que todos tem a vista, mas a gente tem uma semana a mais para o relato da vista. Então, não vamos colocar em votação, porque vai ter o relato na próxima reunião de vista do Conselheiro Felisberto. Alguém mais vai fazer relato de vista? desconsiderando a questão da inscrição para discussão, que eu me equivoquei e pedi a inscrição antes de ouvir em relação à vista. Questiono se mais alguém vai fazer relato de vista? Lembrando que na próxima semana nós temos o relato de vista e a votação, não há mais prazo regimental para postergar, só um relato de vista do Conselheiro Felisberto. Aí vai ter a inscrição para todos debaterem. A Conselheira Maristela quer relato de vista? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** não é relato de vista. Relato de vista eu vou fazer depois que eu apresentar para os delegados. Quero deixar claro que se não está regimental conosco, nós fizemos isso na região. Eu estou solicitando vista porque não é a questão de olhar um processo, é trazer de volta para a comunidade. Então, a primeira articulação que eu tenho é com a minha comunidade, é isso que nós vamos fazer. Então, só para clarear aqui nós consideramos até aqui, do estudo que nós temos feito, que não é apenas um gravame, é um gravame articulado com outros projetos para a região, inclusive, futuras, tem uma grande arquitetura nisso tudo. Vocês sabem o que aconteceu, tem um processo criminal sobre outras questões que estão acontecendo. E sobre esse processo nós vamos falar com os delegados na próxima reunião. Se der tempo a gente apresenta, senão nós vamos postergar para mais uma semana, que acredito que seja regimental isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira. É importante lembrar que não tem essa possibilidade, a vista está disponível, a senhora pode fazer a discussão na comunidade. O processo está distribuído desde dia 17/06, com o link. Então, essa discussão pode ser feita na comunidade. Depois do relato final a gente tem uma semana para o relato de vista. Nesse sentido a gente passar ao Item 3.06, Processo 002.268905-007. É Clínica de Cirurgia Plástica e Psicológica Especialidade Médica. É uma aprovação de EVU de 2º grau, na Voluntários da Pátria, Cândia Gomes com a Almirante Barroso. O relatório é da RGP. 08, um processo que foi distribuído em 18/02/2020, teve apresentação pelo responsável técnico em 10/03/2020. O parecer do Relator Dinar foi feito no dia 23/06 peço Conselheiro Gomes. Teve um parecer favorável. Então, abro a palavra para o relato de vista do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu mandei um e-mail para a Gabi pedindo mais uma semana, porque eu queria ir *in loco* visitar a área, não pude ir hoje. Então, eu peço mais uma semana e submeto, porque é um projeto importante para a região, está envolvida no 4º Distrito. Então, eu peço que me dê mais uma semana para que eu posso ir visitar. Até porque tem prédios tombados, se não me falha a memória são 09 prédios. Então, solicito mais uma semana. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro. Lembrando que nós não temos esta possibilidade de prorrogar, porque a vista está disponível a todos os conselheiros, desde quando foi distribuído. Esse processo teve a sua



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

distribuição em 18/02/2020, era físico e em 17/06 foi por meio digital. Então, essa possibilidade de ter vista é de uma semana, porque todas essas diligências são de competência do relator. Tenho conselheiros inscritos aqui. Conselheiro Sérgio. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu já estava pedindo Questão de Ordem antes, vocês não viram. Era sobre o processo do Conselheiro Darci, novamente, vou reiterar a minha solicitação, uma apresentação para ficar mais claro, mesmo sendo um traçado viário. Eu entrei no SEI, olhei os mapas 1 e 2, ele disse que tinha mandado. Se possível tem que mostrar os mapas 1 e 2 para a gente poder votar e se pudesse colocar uma imagem do Google melhor. Então, eu solicito novamente, eu já tinha falado na reunião passada, ao final, que não é porque nós temos acesso ao SEI que vou ficar olhando todos os processos. Eu vou olhar o processo que vou pedir vista. Então, é obrigação da pessoa fazer um bom relato. É nesse sentido que eu peço. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A minha questão foi superada pela sua manifestação, Presidente, a respeito do tempo, da disponibilidade e tal para fazer a prorrogação de vista. Principalmente esse projeto que foi amplamente discutido, muito bem colocado pelo arquiteto a época que veio ao Conselho. E o arquiteto depois que fez a apresentação no Conselho fez uma coisa muito boa, inclusive, reproduzi quando eu fiz o relato em conjunto com o Dinar, que foi o que a gente chama de arrazoado do EVU dele, muito bom, conta toda a história do empreendimento, as dificuldades que tiveram. Aos arquitetos em especial eu aconselho até que recortem, guardem, gravem, salvem o arquivo, porque é um excelente roteiro para quando a gente vai fazer um EVU. Está muito bem colocado, muito bem registrado e tal. E aí passa todo esse tempo e a gente começar a fazer uma atropelação de mais uma semana, mais uma semana, mais uma semana. Acho que foi bem respondido pelo Presidente, não precisou me aprofundar mais nessa minha fala sobre essas prorrogações protelatórias. **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Só para esclarecer mais um ponto, que deve ter suscitado dúvidas, porque o gravame se estendeu, estou falando do processo da Stela Brum. Essa extensão nem foi solicitada pelo requerente, que, aliás, eu não vejo o mérito favorável ou desfavorável de um solicitante, porque é público isso, qualquer pessoa pode solicitar, não tem distinção. Esse prolongamento foi proposto pelo setor de alinhamento predial da SMAMS, porque a Rua Alvorada, onde essa Stela Brum se ligaria, são muito próximas. Apenas isso. Só para constar esse esclarecimento aos conselheiros. Boa noite. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira. Não havendo essa hipótese regimental... Conselheiro Felisberto, lembrando que o nosso regimento prevê sempre só uma Questão de Ordem sobre o ponto. Já houve a sua manifestação. Vou liberar porque estamos em um período de testes. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu só queria colocar que o relato foi feito na reunião passada. Então, poderia oportunizar mais uma semana, no sentido de que a região não é contra o projeto e eu respeito os 10 anos. O Gomes não precisa tentar esclarecer ou doutrinar a região. Nós temos na região o compromisso com as comunidades do entorno e não só com os empreendimentos. Quero deixar bem claro isso, nós não somos contra projeto, desde que seja compatível com a realidade do entorno. Há várias comunidades importantes, como a vila dos papeleiros, são comunidades que... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, eu vou abrir para debate. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** O senhor está cerceando a minha palavra. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Sustentabilidade - SMAMS: Não, eu vou abrir para debate esse projeto, aí o senhor pode debater, porque a Questão de Ordem é sobre um ponto, uma dúvida regimental. Então, eu abro a inscrição para colocar em debate este processo, se alguém tem interesse em se inscrever. Já inscrevo o Conselheiro Felisberto. Cada conselheiro tem dois minutos para debater esse processo, antes da gente colocar em votação. Por favor, o Conselheiro Rogério Dal Molin, Conselheiro Hermes, Conselheiro Rafael Passos. Tem mais alguém? Conselheiro Felisberto, dois minutos. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu quero ficar para depois, quero ouvir os outros, até porque é a minha região. Obrigado. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite de novo a todos. O Arquiteto Evandro fez uma apresentação muito boa, com imagens, fundamentou, mostrou o projeto, inclusive, depois ficou à disposição para perguntas. Muitas perguntas foram feitas, eu mesmo perguntei se tinha algum incentivo da prefeitura ou de algum órgão para fazer a revitalização da área e ele disse que nenhum incentivo, que estava há 10 anos tentando aprovar o projeto que vai revitalizar uma área daquela região ali, que há muito tempo tem pavilhões que com as intempéries foi caindo telhados e tal, deixando mais degradado ainda. Eu apelo à sensibilidade do Conselheiro Felisberto, que com toda a propriedade ele se preocupa com as comunidades do entorno. Eu digo a ele que esse projeto vai revitalizar aquela região, só vai auxiliar as comunidades do entorno, com a melhoria da Voluntários da Pátria. Não se poderia abrir mão e todo o tempo que ele foi gestado, passou pelo EPACH, COMPACH, vários órgãos da prefeitura. Então, eu tenho certeza ele vai revitalizar o tecido urbano daquela área e vai ter favorável para todo o entorno. Conselheiro Felisberto, fica aqui o meu apelo. Um abraço. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** A minha fala é no sentido, também concordo que o Arquiteto Evandro, que eu conheço, com excelente é um excelente arquiteto, ele fez bastante esclarecimentos sobre esse processo, mas eu entendo que qualquer pedido de esclarecimento que venha colaborar para que haja uma discussão em melhor nível, nós não podemos cercear esse discurso, que agora querer postergar, segurar. Eu não consigo entender porque se pensa isso, enquanto que os processos, e eu vou insistir de novo, tem processos que estão na PGM. Eu tenho um processo que sou relator, que está na PGM desde outubro e que ninguém se compadece, que é uma igreja dessas, pentecostal, que ninguém se compadece. Então, eu acho que nós temos que ter mais paciência, inclusive, para os conselheiros que desejam uma semana a mais. Em plena pandemia todo mundo tem que ter mais paciência. O regimento é falho na medida em que ele exige ou dá uma semana para os conselheiros se pronunciarem no pedido de vista, mas alguns órgãos da Prefeitura, e eu insisto, a PGM é campeã nisso, fica meses e nada acontece. Eu acho que tem um desequilíbrio. Então, eu apelo que se dê mais tempo, principalmente os conselheiros que levam seus processos para discutir na região. É isso. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu gostaria de ponderar alguns pontos. Primeiro, eu lamento o discurso de que queremos travar o desenvolvimento, travar o processo, etc. e tal. Eu acho que se a gente olhar o tempo de tudo, a gente tem tempo e há este momento de excepcionalidade, não há hoje condições dadas ainda pelo momento atual, dos fóruns regionais poderem se reunir. Então, por exemplo, fica prejudicado que uma região possa levar aos delgados, àqueles que entendem que isso é importante, que é necessário. Todos os conselheiros das regiões entendem assim e temos que buscar alguma maneira de equilibrar isso e buscar outras formas. Eu quero coadunar aqui com o Saffer, dizer que a gente não teve no relato a apresentação do projeto, teve a apresentação verbal e não estou fazendo uma crítica ao empreendedor. Muito antes pelo contrário, até quando eu falei



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

da questão de discurso, quero colocar aqui que fica parecendo que uma parte do Conselho está querendo prejudicar empreendedores aí. Eu acho que a gente tem um compromisso também com eles, mas, sobretudo, delegado por nós ao legislador quando criou um conselho e deu as atribuições nossas, de equilibrar interesse público e privado, de aceitar projetos especiais que alteram e ajustam as regras do Plano Diretor, que é disso que estamos falando, a gente não fala de projetos ordinários, não são projetos ordinários que estão lá de acordo com a regrinha básica, mas de projetos que pedem alterações. Ou seja, a gente tem uma delegação, é uma delegação dada pela legislação do Plano Diretor e essa delegação que nós temos que fazer jus. E dentro desse desequilíbrio que nós devemos dar a legalidade, por um lado há o interesse público e esse equilíbrio, que muitas vezes os projetos trazem, inclusive, esse equilíbrio entre interesse público e privado... (Sinalização de tempo esgotado). A gente é o guardião final disso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Agora o Conselheiro Felisberto, que coloquei por primeiro, mas vai falar agora. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Agradeço a oportunidade de falar depois que os conselheiros se manifestaram. Quero dizer que eu conheço bem o entorno da região, é a Almirante Barroso, Cândia Gomes e Voluntários da Pátria. Essa região sofreu um processo de degradação ao longo dos anos. A gente sabe que esse centro comercial vai qualificar a região, não resta a menor dúvida, mas é importante que o conselheiro tenha oportunidade de submeter, como muito bem falou o Rafael, submeter aos seus delegados. E em uma época de pandemia eu não tive oportunidade. Então, é necessário ouvir os delegados, porque eu não sou representante de mim mesmo neste Conselho, eu sou representante eleito por 360votos na região. Então, eu tenho compromisso com os meus delegados. Então, quero deixar claro, vai ficar consignado e no futuro quem ler as atas vai ver a posição deste conselheiro, sempre em defesa do melhor para a cidade. Reconheço a apresentação do Evandro, foi muito boa, qualifica, analisei todo o processo, fiz o dever de casa, só que agora quero olhar in loco aquilo que está relatado no processo e eu não tive oportunidade. Lamento algumas considerações postas, que nós da Região Centro não admitimos interferência, de conselheiros que não submetem ao seu fórum, e o conselheiro submete, e muitas vezes as suas custas e com a sua própria estrutura, quando a prefeitura deveria dar estrutura para os fóruns regionais, que até hoje não está dando. Como que nós vamos fazer as virtuais sem o apoio da prefeitura? E um regimento que foi imposto, que está sendo questionado por nós. Não é, Secretário? Então, eu agradeço o espaço. É no sentido de que a gente precisa ter paciência, porque é um tempo, como o Hermes falou, é um momento de paciência. Eu não sou contra o projeto, só quero dar o meu voto conscientemente. Então, eu peço a compreensão dos meus pares. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. A Conselheira Gisele. **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Eu queria só complementar que embora seja um projeto que necessitou de EVU, não solicitou nenhuma flexibilização de índices, de regime, ele manteve, como bem colocou o Rogério, a recomposição do tecido urbano. Claro, entendo a posição do Conselheiro Felisberto, só que eu gostaria também de lembrar que já faz muito tempo que esse processo foi nos apresentado, inclusive, foi bem antes da gente entrar em pandemia. Eu diria que foi o ano passado. Então, fico só apreensiva. Certamente, o empreendedor, essa pessoa que está se dispondo a investir nessa reconstituição arquitetônica, ela vai gastar muito mais do que ela vai ter como retorno. E ela está fazendo isso e a cidade vai ter muito a ganhar. Só isso que eu queria condenar. Obrigada. Boa noite. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**



Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigada pelos esclarecimentos. De fato, eu me recordo, é um projeto que teve uma apresentação muito bacana de preservação de todo o patrimônio histórico da casa. Nesse sentido a gente coloca em votação, lembrando que tivemos um parecer pelo representante da Região 08, Conselheiro Dinar pela aprovação do expediente. **(Chamada nominal para votação):** Conselheiro Fernando, favorável, contrário, como vota? **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu me abstenho. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Olha, presidente, em função de não termos dado esse prazo a mais para o conselheiro da região, um prazo a mais para que pudesse... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, como vota? Teve oportunidade para a discussão do debate. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu vou me abster. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Apesar de passar muito tempo desse processo, a pessoa se esquece do tempo de votação, o meu voto inda é favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Voto de acordo com o EPACH e COMPACH, favorável. **Luana Angélica da Rosa Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Eu me abstenho. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Sou favorável, só quero reafirmar que não pode haver intransigência com os conselheiros (Inaudível/áudio falhando). **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Sou favorável. Gostaria de fazer uma declaração. Eu voto favorável, mas constrangido pela falta de oportunidade da comunidade tomar ciência desse expediente. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu me abstenho. **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Com declaração de voto, contrário por falta de oportunizar a região de discutir mais profundamente. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu não posso votar, porque não sei o que está sendo votado. Eu fiz um questionamento do que estava sendo votado e se foi votado o pedido do conselheiro que queria mais prazo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**



Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: A senhora se abstém? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu não posso votar, Secretário, se não sei o que está em votação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente já esclarecer por inúmeras vezes que nós estamos votando o item 3.06 da pauta. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** É que a minha conexão, Secretário, caiu e eu não consigo ter essa continuidade. Acho que o Secretário deveria ter um pouco de paciência conosco nesse sentido. Então, eu fiz uma pergunta no chat. O pedido do Felisberto foi à votação? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, não existe essa possibilidade na resolução. O momento de discussão do processo a gente encerrou, agora estamos na votação e eu pergunto se é favorável ou contrária, ou se abstém? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Uma abstenção, primeiro por não entender os procedimentos, por não reconhecer o regimento que está sendo aplicado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Tem mais alguém? Tem alguém que não tenha votado? Que faça a inscrição no chat, por favor. Em não havendo nenhum instituto, foram 18 votos favoráveis, 01 voto contrário e 05 abstenções. **APROVADO O EXPEDIENTE.** Aprovado, reforçando que é um processo que foi distribuído em 18 de fevereiro de 2020, a partir deste formato digital a gente disponibilizou dia 23 de junho. Então, todos conselheiros têm acesso a integralidade desse processo, podem levar para as suas regiões e fazer a discussão para orientar seu voto quando vier aqui. A gente tem sempre após o relato do relator ainda a possibilidade de uma semana do relato de vista. Então, nós não temos essa previsão de prorrogação de relato de vista. É natural que um conselho tenha as suas regras, procedimentos previamente definidas para que a gente tenha momentos de comunicação, momentos de discussão, questões de ordem, todo o debate necessário para que os conselheiros possam fazer a sua discussão e deliberar com precisão, com conteúdo aqui bem discutido por todos os demais. São 19h58min, o final da nossa reunião. Lembrando que na próxima reunião essas questões de dúvidas de documentação, de acesso ao SEI, que façam durante a semana, a Gabrielle está disponível para prestar qualquer esclarecimento com relação a não ter acesso, alguma dúvida que precise, que faça durante a semana. Na semana que vem vamos seguir todas as questões regimentais, toda a resolução que a gente aprovou com relação aos prazos e procedimentos, vamos seguir e dar continuidade aos trabalhos. Peço mais uma vez o empenho de todos os conselheiros, no sentido da gente superar as dificuldades, tentar encontrar algumas soluções. É um momento atípico, a gente vive uma crise sem precedentes na história da humanidade, muitas dificuldades daqui para frente vão surgir e não há dúvida que vocês têm que ter toda informação, acesso para deliberar sobre os processos em pauta. Assim como todos os servidores têm se esforçado, apesar de todas as dificuldades impostas pela pandemia, para tentar deliberar sobre os projetos, trazer eles para colocar em condição de discussão. Também peço o apoio dos demais conselheiros para que a gente consiga superar as dificuldades. O e-mail está à disposição, está no site, o telefone eu acho que todos têm, segue a mesma dinâmica da comunicação com vocês. São 20h01min. Agradeço a participação de vocês, a discussão madura, os embates são do processo democrático, a gente tem que saber respeitar sempre o voto da maioria. Obrigado. Boa noite. Fiquem com Deus e agradeço a oportunidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

734

735

736

737

738 **Germano Bremm**

Secretária Executiva

739 **Presidente**

Relatora

740

741 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2838/2020

Aos sete dias do mês de julho de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Cláudio Maineri de Ugalde (Titular) e Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Vinicius Vieira de Souza (Titular) e Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino, Secretaria Executiva, servidores da SMAMS. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Comunicações – Apresentação CAUGE – Comissão de Análise Urbanística e Gerenciamento; 3. Ordem do Dia. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h00min. **1. ABERTURA. 2. COMUNICAÇÕES.** Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: (...) na sequência nós temos inscrita a Bárbara Solano. **Bárbara Solano**: Boa noite a todos. Respeitosamente, eu venho aqui em nome da nossa Comunidade da Rua Stela Brum, surpresos com uma lenda histórica sobre a ligação de duas ruas, sendo que no esboço do projeto nós já sabíamos disso. Aliás, já se falava de uma continuidade de loteamento para trás, em uma zona nobre da Mata



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Atlântica, aqui na Lomba do Pinheiro. Eu moro há 30 anos aqui, minha família mora aqui desde a década de 60, quando foram vendidos todos os terrenos. Todos devem ter em torno de 10 terrenos na rua, todos eles mais ou menos dessa época. Pelo projeto os mais afetados seriam a propriedade aqui da minha família e a propriedade abaixo da nossa, que seria por onde a rua passaria. Isso teria pelo menos cinco casas demolidas para que a rua pudesse existir, sem falar que é uma rua calma, viraria uma rua movimentada sem motivo algum, apenas para que houvesse uma ligação para que esse condomínio pudesse usufruir do terreno, sendo que nenhum morador da rua estava ciente de que isso aconteceria. Apesar de que nós tínhamos um conhecimento há muitos anos de que havia um projeto, alguma ideia sobre a ligação das duas ruas, mas isso nunca foi explicado, era apenas uma ideia e fomos pegos de surpresa totalmente com esse pedido. Aliás, sobre o gravame, todo mundo aqui acreditava que a rua existia, até porque ela saiu de beco da servidão para uma rua com o nome, Rua Stela Brum. Achamos, então, que a partir disso a nossa era registrada, tanto é que muitos não acreditam que a rua não seja registrada. Com isso a gente pede que o projeto não siga em frente, porque estaria afetando dezenas de famílias que não tem nenhuma vontade de passar por isso. Eu também agradeço à conselheira que nos alertou do que estava acontecendo e veio aqui conversar com a gente. Nós nos reunimos e no nosso posicionamento não vamos aceitar nada sem uma discussão antes, melhor a gente saber sobre o que está acontecendo, né, sobre o que vai realmente acontecer com quem está para ser prejudicado com o projeto. Também a gente acha estranho tudo isso, vai ter um impacto enorme na população desnecessário, até porque são duas ruas pequenas e interligadas, não vai fazer muita diferença em questão de fluxo, vai ser apenas um “u” para que toda a região de mata atlântica nativa daqui seja usufruído pelo condomínio, sem a menor razão. Vai ser uma mudança muito grande, apenas com uma avaliação técnica desde 2018 sobre esse processo, sem que nós tivéssemos nenhum conhecimento sobre isso. Então, a princípio, a comunidade se reuniu, estamos todos muito preocupados sobre o que vai acontecer e todo mundo que tem como se resguardar está preocupado. Tem aqueles que não entenderam o que está acontecendo, porque a rua é de idosos, todos aqui são terrenos comprados na época da minha avó, são idosos, crianças, deficientes, famílias inteiras com cinco casas em um terreno só. Mesmo que aconteça qualquer tipo de indenização, isso não vai ser suficiente para suprir o que nós temos hoje, porque acredito que não seja suficiente para todo mundo que mora em um terreno. Eu tenho uma vizinha que tem seis casas naquele terreno, são pelo menos 30 pessoas que seriam desabrigadas sem motivo algum, apenas para que o loteamento acontecesse, um loteamento particular acontecesse na nossa rua. Nós não estamos de acordo, precisamos de mais informações sobre isso para que talvez a gente chegue em algum acordo ou não, dependendo do que for apresentado. Em princípio, não aceitamos nada do que foi proposto, por que isso vai estar interrompendo e chegando... (Sinalização de tempo esgotado). Nós não somos a favor disso. Precisamos de mais informações, todos nós estamos preocupados, porque as famílias são de idosos, pessoas de alto risco, que não podem ficar desabrigadas agora na época dessa pandemia, que não tem data para terminar, não sabemos quando vai acontecer. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Bárbara, pela fala, pela contribuição. Eu notei o debate dos senhores (chat), mas lembrando que nós estamos no período de Comunicação, as falas são externas, dentro desse período a gente não tem Questão de Ordem ou debate nesse sentido. Vai ter oportunidade, o processo foi distribuído, vai ter o relato, vai ter a vista, a discussão, momentos para discutir o projeto e o período de comunicação a gente deixa em aberto para a comunicação, um período democrático para todos aqueles que têm interesse em falar. Na sequência tem escrito aqui



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

o Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite a todos. Eu quero fazer um registro aos conselheiros, está transitando em Porto Alegre um edital para a administração do Parque Harmonia. Esta administração vai sair para o próprio Acampamento Farroupilha, a Casa do Gaúcho, com a possibilidade de realizar outros eventos. O que nos deixa inquietos é essa validade do edital, que é por 35 anos, que equivale a 09 gestões administrativas. Considerando que o prefeito encerraria esta gestão ainda este ano de 2020. Imaginem o problema que ficaria para os próximos administradores, não só pelo espaço, mas pelas tradições do Rio Grande do Sul, as pessoas que estão naquele lugar. Então, quero chamara ação, se tiver que fazer algum movimento eu gostaria de me somar a esta questão. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo. Na sequência temos o Conselheiro Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Mais ou menos a minha fala vai se encaixar com a fala do Paulo Manieri (Não foi gravada esta fala, por conta disto que não foi transcrito). Em relação à coleta (Inaudível/falha do áudio) na Cidade de Porto Alegre. Eu não poderia deixar de passar a data de hoje, em nome da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, de salientar que exatamente hoje faz 30 anos que a Cidade de Porto Alegre começou a sua experiência exitosa de coleta seletiva. Há 30 anos, no bairro Bonfim, às 9:30 da manhã começamos uma atividade para chamar a comunidade do bairro Bonfim a cooperar, começar a fazer a Inovação naquela época de começar a separar os seus resíduos, entre os recicláveis. E aí se estabeleceu sábado pela manhã, passou, até hoje ainda é no sábado pela manhã a coleta seletiva no bairro Bonfim. Esta coleta que em torno de 3 anos se conseguiu levar para toda a Cidade de Porto Alegre, a pioneira de todo o Brasil, Porto Alegre foi pioneira na seletiva. Antes de Porto Alegre nós tínhamos alguns projetos chamados Projeto Beija-flor, em Florianópolis, que também pegava bairros. Também lá tinha um professor da Universidade Federal Fluminense que fazia a coleta seletiva no seu bairro e foram os dois projetos pioneiros no Brasil, mas prefeitura fazendo coleta seletiva foi Porto Alegre. Logo em seguida veio em Curitiba, um projeto completo como o nosso, o nosso era o cidadão consciente fazendo coleta seletiva e entregando o seu material seletivo para a prefeitura entregar aos recicladores, catadores. Curitiba comprava esse material, fazia uma troca, coisa que a gente no projeto sempre teve uma posição contrária, porque coleta seletiva é questão de consciência, é questão de comprar, não é questão de trocar por vale leite, por vale transporte, por vale qualquer coisa. É uma postura de consciência. E no nosso entendimento já na época a coleta seletiva entregue aos catadores da cidade, para que eles não trabalhassem mais na rua, fazendo a coleta na rua, né, mas que pudessem ter galpões, unidades onde pudessem trabalhar da forma mais digna possível. E no nosso período que a gente teve aí, falando enquanto ex-diretor do DMLU, enquanto a gente esteve na direção do DMLU, inúmeros balcões de reciclagem foram construídos aqui na Cidade de Porto Alegre, eu mesmo moro aqui pertinho do galpão da Cavallhada, que é um exemplo para o funcionamento, né. Então, não podemos deixar passar esses 30 anos da coleta seletiva da Cidade de Porto Alegre. (Sinalização de tempo esgotado). Lamentamos que nós entregamos a Prefeitura de Porto Alegre, a primeira gestão, com 70 toneladas por dia, com uma coleta por semana, hoje nós temos duas coletas por semana, e pelos números que a gente recebe, são oficiais, mas parece que continuam as mesmas 70 toneladas por dia 30 anos depois. Então, temos que investir mais em educação ambiental para melhorar a nossa coleta seletiva. Só gostaria que registrar que recebi ontem, às 2:35 a pauta para a reunião de hoje, onde não tem os processos que vão ser discutidos, só tem ali a pauta inicial, onde está que vai ter a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

apresentação da CAUGE, a parte de Comunicações e a Ordem do Dia, o resto está em branco, não sei se foi só a minha. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Se houve algum equívoco, se alguém não receber na sexta-feira, que é o nosso prazo, pode fazer contato com a Gabi, mandar Whats, que a gente tem obrigação de disponibilizar na sexta-feira. Na sequência a gente tem inscrito o Conselheiro Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu queria fazer um rápido comentário, porque eu fiquei surpreso com a publicação no DOPA da extensão dos nossos mandatos como conselheiros no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, achei importante isso aí, mas fiquei surpreso, porque há algumas reuniões, quando nós começamos com esse processo virtual, nós referíamos esse tema e eu tinha ficado com o entendimento de que nós, entre os conselheiros discutiríamos alguns critérios, se estabeleceria alguma orientação, definição para os nossos mandatos. E vi que essa decisão foi tomada e ficou definido até o dia 31 de dezembro de 2020. Acho importante o período, pela situação toda que nós estamos vivendo, mas sempre acho que seria muito adequado e muito necessário que nós conselheiros e conselheiras tivéssemos ocasião de conversar sobre os critérios que balizam a construção aí do nosso período de mandato. Era essa a comunicação que eu queria fazer. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Na sequência temos a Conselheira Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa tarde a todos, a todas. Bárbara, tudo bem? Adorei a tua apresentação. Eu me sinto feliz com a tua participação neste momento. Eu queria me referir sobre a questão da UTC – Unidade de Triagem e Compostagem da Lomba do Pinheiro, das 97 mulheres que lá atuam e fazem a reciclagem, basicamente, do material descartável dos hospitais e que passam por uma situação de tremenda dificuldade. Estou falando apenas para que todos saibam, já convidei todos, passando a pandemia, nós estivemos lá com médico e tal neste momento para auxiliá-los na alimentação e fazendo campanhas, em fim; mas assim que der nós irmos lá para ver realmente a realidade era e a que hoje está. Realmente, hoje é um lixão, não é mais um centro de excelência como era para todo o Brasil. Queria falar dessa questão, porque nós discutimos na semana passada e me surpreendeu muito, e eu quero pedir desculpas se por acaso eu errar a técnica, quando se referiu. Acho que foi a técnica Vaneska, que se referia à questão de que é apenas um gravame, é apenas algo que vai nortear as questões, que não vai acontecer nada. Aí a gente entra no processo, e quando a gente fala em técnico, e eu respeito, brigo pelos funcionários públicos municipais de que tenha a compreensão de que existem pessoas, lá existem vidas, lá existem contextos. E quando um empreendedor, que é da natureza do mercado, entre como uma solicitação, não é apenas qualquer coisa. Então, no mínimo, quando nós somos eleitos, o que a gente faz? Não importa se é um gravame ou se é uma Havan, lá na zona norte, que foi estabelecido tudo primeiro, arrumaram a terrinha lá para quando chegar no momento.. Viu, representante que falou na semana passada, acho que foi o Dinar que falou. Como se nós estivéssemos burocratizando o não desenvolvimento da cidade. Ora, me poupe! Primeiro, sou uma intelectual orgânica, tenho noção de cidadania e compressão técnica sobre a cidade. E conheço muito da minha região e os interesses que tem sobre ela. Nós tiramos várias fotos quando estiver lá na Stela Brum, a Bárbara acompanhou, a comunidade acompanhou. E aí a gente vê daqui do Eco Ville até o Lago Guaíba, a gente vê a Restinga, a gente vê o Rincão, a gente vê a Vila Nova, dali dá para ver tudo, dali até lá a gente vê que a maioria tem muita parte de mata atlântica. Inclusive, vimos a área ali, Gomes, pessoal representante dessa organização da cidade de nova. Pega tudo, é uma imagem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

maravilhosa. Então, a cidade, nós não temos medo de discutir qualquer projeto. Agora, o contrário tem que ser verdadeiro, tem que ter interesse do técnico da Prefeitura de ir lá conhecer o local e não apenas pegar uma camerazinha lá de cima e olhar. (Sinalização de tempo esgotado). E depois eu vou continuar falando sobre isso, Secretário. Agradeço a tolerância, né, mas dizer que nós queremos a sensibilidade deste Conselho para compreender que nós não estamos estagnando nada, nós apenas queremos o nosso respeito da interpretação e também da análise. Obrigada por enquanto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Conselheira. O próximo é o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e a todas. Três minutos para tratar de tantos assuntos importantes a nossa cidade. Primeiro, quero recordar que na semana passada esteve o Ivan, que está fazendo um trabalho com o Fórum Municipal dos Conselhos, com relação à dinâmica e funcionamento dos conselhos. Então, quero propor, Secretário, que se tire uma comissão para elaborar sobre o Conselho, o CMDUA. Com relação à fala do Paulo Guarnieri, é importante a gente ter uma visão de inclusão e não de exclusão. O que se nota na cidade é que há o interesse de excluir as pessoas e não de incluir, o que vale mais é o capital, muito menos do que a vida, né. Então, a vida nesta cidade passa a ser um detalhe a menos, o capital está acima dos interesses humanos. Nós vemos o descaso que tem na saúde, por exemplo, pessoas que estão morrendo por falta de teste. A prefeitura conserva valores, isso é um crime que o prefeito está cometendo, quando não testa a população. Isto sob minha responsabilidade, Felisberto está dizendo isto. é um crime que o prefeito está cometendo com os cidadãos de Porto Alegre. E não esqueçam que o prefeito e o presidente da Itália estão sendo processados exatamente por se omitirem e por não ouvirem a população, né, e não tomarem os cuidados. Terceiro, é a questão das pautas, que são decididas autoritariamente, não há qualquer participação dos conselheiros na elaboração das pautas deste Conselho. Então, nós ficamos aqui só como observadores. Então, nós não temos nenhuma participação deliberativa e nós fomos eleitos para deliberar. E não são decretos baixados durante a pandemia que vão cercear o nosso direito de manifestação. Inclusive, nós tomaremos providências junto ao Ministério Público ao cerceamento do nosso direito de fala, quando muitas vezes o senhor fala 10, 15 minutos e nós falamos 03 minutos. O senhor é presidente para coordenar e nós temos um vice-presidente eleito pelas entidades, que também deveria ter o direito de coordenar as reuniões, que não está sendo obedecido. Com todo o respeito que merece a sua figura, Secretário, mas eu acho que nós estamos sendo cerceados no nosso direito e este conselho não foi criado para que a prefeitura direcionasse... (Sinalização de tempo esgotado). Entender mais uma coisa que eu quero finalizar. Tem muitos servidores que dão pareceres nos processos e votam. Isso é uma questão também que nós vamos encaminhar ao Ministério Público para verificar a licitude desses atos, dá o parecer no processo e depois vota. No mínimo, deveriam se dar por suspeitos. É essa a minha observação e com todo o respeito aos servidores. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela manifestação. Na sequência a gente tem o Conselheiro Jackson. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite a todos. Parabéns, Campani, por estes 30 anos dessa conquista para Porto Alegre. Eu preciso registrar que estou com problema de falta (Inaudível)/falha no áudio). Então, se eu cair já sabem o que aconteceu. Eu tenho um processo que tenho vista na pauta, mas não está finalizado porque eu recebi uma pilha de documentos para escanear da comunidade da Vitória da Conquista, que é o assunto da pauta. Ok? Era só isso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Jackson. Na sequência temos o Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite a todos conselheiros. O colega, conselheiro do IAB, em uma manifestação, em uma das nossas redes aqui do Conselho, surpreso com o lançamento da licitação para contratação de estudo de mobilidade para o Centro Histórico. Eu me lembrei que no ano passado, acho que foi ano passado ou ano retrasado, a SMIM já vinha fazendo uma discussão quanto à questão da mobilidade urbana em Porto Alegre. Foi apresentado ao Conselho um projeto, como seria essa discussão e não teve sequência para nós ao menos. Agora, quando se lança essa licitação, eu fiquei cheio de dúvidas e eu queria sugerir ao Presidente que pela importância desse assunto, que eu achava que deveria estar vinculado ao Plano Diretor como um todo, que é sempre colocada a questão da mobilidade, alguma coisa em separado da questão urbana, tramita diferente, tramita em uma instância diferenciada. Então, para eu entender e para trazer a questão para os conselheiros, eu sugiro que seja convidado o pessoal da Secretaria de Infraestrutura, responsável pela mobilidade urbana, para nos apresentar o que significa essa licitação de contratação desse estudo de mobilidade para o Centro Histórico. No sentido de que nós conselheiros, que trabalhamos com a questão de planejamento urbano em Porto Alegre, tenhamos o entendimento melhor e talvez até para sugerir alguma ação, alguma interferência dentro desse processo, que a meu ver estamos excluídos. Seria essa a sugestão, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Sugiro colocar em votação que a Gabi formalize um convite ao Secretário, com a pauta proposta. Então, a gente delibera com os demais conselheiros o convite para fazer a apresentação desse projeto. Na sequência nós temos o Conselheiro Sérgio Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite, pessoal. Eu queria comunicar aos colegas que nós tínhamos dois colegas que eram suplentes nossos da ASBEA, muito tradicionais e muitos participantes no Conselho, que era o Jorge Dias Luz e o Fernando Brentano. Os dois estão deixando de ser conselheiros, temos dois novos conselheiros que vão aparecer, um já esteve até assistindo as reuniões, que é a Raquel e o Rodolfo Forte. Então, queria só comunicar. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro Saffer. Na sequência nós temos o Conselheiro Paulo Jorge. Não estamos lhe ouvindo, Conselheiro. Por favor, peço que o voto o senhor faça no chat. O senhor tenta, mas se não der fazemos pelo chat. Está bem? Vamos tentando. Na sequência a gente tem a apresentação por parte do Artur, do escritório de licenciamento. É uma apresentação rápida do funcionamento da comissão. Lembrando que os projetos antes de serem de serem submetidos ao Conselho do Plano vem de origem da CAUGE, são aprovado, que fazem a análise de impacto de segundo grau. Então, o Artur tem uma apresentação para fazer do funcionamento para que todos compreendam o processo. **2.01. APRESENTAÇÃO CAUGE – COMISSÃO DE ANÁLISE URBANÍSTICA E GERENCIAMENTO. Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Obrigado, Secretário. É com muita satisfação que eu recebo a nomeação para participar, representando o Gabinete do Prefeito para que junto com vocês possa participar desse grupo de forma tão ativa aí no desenvolvimento da Cidade de Porto Alegre. Então, obrigado, é com muito prazer que recebo essa nomeação. A ideia é falar de como funciona a análise dos projetos da CAUGE e quais são os principais aspectos que são avaliados e de que forma isso se desenvolve aqui. A atribuição da CAUGE é analisar os estudos de viabilidade e gerenciar todo esse acompanhamento do processo, desde o primeiro momento quando chega no Município de Porto Alegre, solicitando as diretrizes, depois



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

aprovando o CVU e, posteriormente, encaminhando para aprovação do Conselho. Então, os principais impedimentos que são analisados aqui pela CAUGE são aqueles EVUs de grande porte, aqueles que têm um pouco mais de impacto, são os empreendimentos que são classificados como de primeiro grau, segundo grau e terceiro grau. Os que vem para gente pelo Conselho são esses caracterizados como terceiro grau. Claro, vou mostrar alguns deles aqui, vocês vão lembrar, o aeroporto que passou aqui nos últimos anos. O Shopping Iguatemi, alguns loteamentos como o Cidade Nova, que veio oriundo da CADAP, alguns loteamentos um pouco maiores, como o Jardim Itália. São empreendimentos que tiveram os seus EVUs todos aprovados pelo Conselho. E também aqueles outros empreendimentos onde participam aquelas operações urbanas consorciadas. Eu vi que tem aqui uma conselheira as Lomba do Pinheiro. Então, já deve estar um pouquinho mais acostumada, porque o projetos que passam pela Lomba do Pinheiro, alguns deles vêm para o Conselho para deliberação aqui do grupo. O que é analisado? Os principais aspectos analisados, regrados pelo Plano Diretor, pelo o que a CAUGE precisa analisar, é a estrutura urbana e a paisagem urbana, isso é texto do nosso Plano Diretor. A estrutura no que se refere aos equipamentos nas redes de água, de esgoto, drenagem, energia, dentre outros. E os bens ambientais, no que se refere à qualidade do ar, do solo, subsolo, das águas, da flora, da fauna, poluição visual e sonora, decorrente de alguma atividade que queira se instalar. Os empreendimentos que vão para a CAUGE não são só aqueles que tem só edificação, muitas vezes vem empreendimentos com as atividades, como é o caso dos shoppings, que também vem para a CAUGE. Como são feitas essas análises? Os principais aspectos que nós analisamos, aqueles que li na lâmina anterior, precisam ser analisados por esse grupo, que representa todas as secretarias da prefeitura, principalmente pelo escritório de licenciamento, que analisa a aplicação da legislação, que avalia índice construtivo, altura das edificações. A SMAMS participa bastante na área ambiental, avaliando os bens ambientais, que a Maristela falou ali da questão da mata atlântica e as questões de planejamento, quando os empreendimentos extrapolam o porte e precisam ser analisados como talvez novos bairros, como teve alguns empreendimentos que já vieram para cá. A EPTC, que participa analisando as questões de mobilidade. Então, dentro ainda deste grupo existe o que a gente chama de SEPAC, que é um grupo dentro da EPTC, onde a gente recebe estudos de impacto de trânsito, faz os levantamentos, o pessoal vai nas esquinas, nos semáforos, fazendo a contagem dos veículos, contagem de viagens de ônibus necessários para esse novo empreendimento. Então, todos esses impactos gerados são avaliados dentro da mobilidade neste momento, que a EPTC solicita os estudos. Depois a parte de drenagem urbana, que é analisada pela SMIM, onde ela vai analisar as questões das beiras de rios, saber se não tem regiões que podem ser alagadas, se há necessidade de novos projetos, de aumento da drenagem urbana da cidade, de saber qual o impacto que aquele empreendimento está trazendo para a gente, se ele vai impermeabilizar, se ele vai ter um grande estacionamento, se vai trazer mais água para as nossas redes, possibilitando haver algum alagamento. Então, o que é o antigo DEP, que hoje se chama (Inaudível) e traz para nós as mitigações desses impactos. Depois a questão dos projetos viários, se tiver a necessidade de abrir novas ruas, aprovar os projetos das vias com a necessidade de alargamentos viários. Tudo isso é analisado pela SMIM, onde pode avaliar a necessidade desses novos projetos. A Secretaria da Educação, quando algum entendimento, como parcelamento do solo ou loteamento vai se implantar em algum local, ela avalia como está funcionando a estrutura educacional da cidade, do município. Também vê se aquela escola que está próxima àquele loteamento, se tem capacidade de receber aquele empreendimento que vai se estruturar no entorno, se ele ultrapassar o impacto gerado e houver a necessidade de uma ampliação da escola, até



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

mesmo a construção de uma nova escola, em alguns casos essas mitigações são solicitadas. Depois, aqui na questão do DMAE, onde avalia as questões de fornecimento de água e a capacidade de receber esse esgoto. A gente sabe que a Zona Sul está ampliando a sua ETA e há uma carência de fornecimento de água na região. Então, o DMAE avalia e viabiliza dizendo: Olha, esse empreendimento é viável, nós temos água para fornecer e podemos receber esse esgoto sanitário para que seja destinada essa estação de tratamento de esgoto. Em não sendo possível, caso seja necessário, ele pode pedir uma extensão de rede para mitigar esse impacto do empreendimento. Também participa da CAUGE a PGM, que através de um procurador, que está acompanhando toda a aplicação do Plano Diretor, todo o desenvolvimento do trâmite dentro da comissão, para que de forma muito clara a gente possa encaminhar essas aprovações dos projetos e a aplicação direta do Plano Diretor. A Secretaria da Cultura, sempre avaliando os aspectos culturais, e agora, recentemente, tivemos um projeto que passou por aqui, onde foram avaliados os impactos no Asilo Padre Cacique, onde o projeto foi proposto de uma forma no primeiro momento, onde a Secretaria da Cultura, através do EPACH, do COMPACH, entendeu que o projeto havia alguns impactos gerados, sugeriu melhorias, sugeriu que tivesse pequenas alterações dentro daquele projeto arquitetônico, com o objetivo de minimizar impactos no Asilo Padre Cacique, que a gente sabe que é um bem ali tão importante para a sociedade. A Secretaria da Saúde, da mesma forma que a Secretaria de Educação, avalia se os postos de saúde do entorno tem capacidade de receber aquela demanda. Imagina que a gente está aqui aprovando um prédio com mais 1.000 unidades e o posto de saúde que está próximo, que vai atender aquela região não vai ter capacidade de fornecer. O Felisberto, então, preocupado com as questões de saúde, comentou que há necessidade de ampliar as questões dos postos. Então, essa é uma análise que a Secretaria da Saúde faz, avaliando se for necessária a ampliação de mais uma sala, a ampliação de mais um equipamento. Ou, às vezes, e já teve casos, até de ter um novo posto de saúde para receber a demanda que vai vir e evitar o impacto no empreendimento já executado. Participa também a Secretaria da Fazenda, preocupada com as desapropriações, avaliando, se for necessário, alguns alongamentos viários, se for necessário abrir novas vias, se essas regiões são terrenos próprios municipais, se vai haver a necessidade de uma avaliação de imóvel. Então, dessa forma a gente consegue, a CAUGE consegue, quando encaminhar para o Conselho já ter avaliado todos os impactos gerados pelo empreendimento, proposto algumas mitigações, como alargamento de via e ação de um posto de saúde. E se não for possível mitigar esses impactos, ele compensar de alguma outra forma. Às vezes, no caso de mobilidade urbana, como uma mitigação através de ciclovias, por exemplo. Como é que se dá isso aqui dentro? Tem um fluxo bem simplesinho do funcionamento. Então, o um empreendedor vem, solicita ao município as diretrizes, onde o empreendedor mostra a intenção daquele projeto, a intenção de fazer um prédio residencial, com “x” unidades. Então, dessa forma o município emite as diretrizes – Olha, para aprovar este projeto há necessidade de apresentar estudo de viabilidade, uma avaliação de fauna, de flora. É que com essas diretrizes o empreendedor tenha a capacidade de solicitar a aprovação do EVU ou a análise de toda essa documentação. Aí cabe à comissão avaliar, por exemplo, um estudo de impacto de trânsito, se aquela contagem de veículos apresentada está correta, se a área de abrangência está correta e propor as mitigações para aquele empreendimento. Depois vem aqui para o Conselho, que é quem vai aprovar esse EVU avaliado e aprovado pela CAUGE, homologação do prefeito. Em sendo necessário, muitas vezes há necessidade dos termos de compromisso, que são os contratos, para que o empreendedor se responsabilize pela execução dessas mitigações propostas e aprovar o seu projeto arquitetônico do empreendimento e depois os



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

projetos complementares das mitigações que foram solicitadas. Aqui é um resumo, né, claro que a gente coloca só três, quatro linhas aqui, mas essa análise muitas vezes se desenvolve por períodos superiores ao ano, dependendo do porte do empreendimento, dependendo da localização, se há mata atlântica ou não, se há impacto de mobilidade que extrapola a região onde está inserido. Muitas vezes aí acaba extrapolando até mais do que um ano as análises. Só como exemplo, eu trouxe aqui um estudo de caso de um projeto que passou no ano de 2019 no Conselho, que é um empreendimento que vai ser implantado na Carlos Gomes, onde foi estudado, foi verificado que haveria impacto na mobilidade e o estudo de trânsito propôs que tivesse diversas melhorias nesse entorno. Então, foi necessário fazer alargamento de ruas, foi necessário incluir semáforos para segurança de pedestre, foi necessário executar a intercessão na Valmosi com a Alameda Eduardo Guimarães. Tudo isso foram mitigações para que aquele entendimento que vai gerar trânsito, vai gerar maior viagens de pessoas atravessando aquelas ruas, há necessidade de que ele consiga ter essa análise. E depois um caso de compensação aqui que esse empreendimento também teve, ele não conseguiu mitigar todos os seus impactos. Então, foi proposto que tivesse algumas compensações, onde as compensações não se desenvolveram muito próximas ao empreendimento. Então, ele vai precisar implantar algumas ciclovias, isso é definido pelo número de vagas, se existe um cálculo. Existe um cálculo matemático de que forma ele vai compensar aquele impacto gerado por aquele empreendimento. E aí trazer essas melhorias para a cidade, como o caso aqui de ciclovias ou até mesmo doar equipamentos para monitoramento de trânsito e poder melhorar o trânsito da cidade. Foi uma forma rápida, eu sei que muitos já conhecem no dia a dia, acompanhando os projetos, né, mas mostrar que atrás daquele parecer de diretrizes, daquele parecer de EVU tem um longo trabalho de diversos profissionais que representam as suas secretarias na CAUGE, que de forma muito responsável avaliam esses impactos, e tentam que de forma mais adequada aconteçam essas implantações, os empreendimentos, que aconteça o desenvolvimento econômico, mas de forma muito responsável, também mitiguem todos os impactos gerados para que município não arque no futuro com os impactos dos empreendimentos privados. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Artur. Foi uma apresentação bem esclarecedora. Não tenho dúvida que a equipe compreendeu o processo e vai melhorar um pouco no sentido das nossas discussões aqui. A gente tem inscrito, uma Questão de ordem do Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Na verdade, Secretário, foi só para lembrar a Questão de Ordem do Hermes. Eu queria me inscrever para falar sobre a apresentação do Artur. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos liberar para o Hermes. Lembrar que após a apresentação sempre tem o período dos questionamentos, com o tempo de um minuto. Hermes, a Questão de Ordem. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Obrigado, Felisberto. Boa noite a todos. Secretário, a minha Questão de Ordem é que quando o senhor apresentou os novos participantes, eu estava aqui prestando atenção e estava com a cópia dos decretos do Prefeito, eu percebi que a Procuradora Andressa e o assessor Hudson, na verdade, aparecem na portaria como assessores do Presidente do Conselho. Eu queria que o senhor esclarecesse isso para os conselheiros, para que no futuro não haja má interpretação, confusões que já houve em outros momentos por esse tipo de coisa. O que a Procuradora Andressa e o assessor Hudson são, na verdade? Eles são assessores da presidência, como na portaria, ou são conselheiros titulares e suplentes? Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Hermes. Já esclareço que não se tratam de conselheiros. A Procuradora vai responder pelas questões jurídicas, que seriam encaminhadas para a Procuradoria, a gente vai ter a presença da Procuradora do Município aqui nessas reuniões, porque vai ter mais clareza dos processos que estão em pauta. E na ausência dela o suplente, o Dr. Hudson, assessor técnico aqui da Secretaria, nessa organização, para a gente melhorar o funcionamento, as dúvidas, pedidos de diligência que se tenha. Então, vamos ter essa presença muito importante para qualificar o processo como um todo. Felisberto, sobre a apresentação tem um questionamento?

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Foi de maneira simplificada a apresentação, mas ficaram algumas coisas interessantes. A primeira delas é que eu gostaria que fosse remetida aos conselheiros a apresentação. A segunda questão é assim, quando se faz a análise e não são atendidos os questionamentos. Por exemplo, vários questionamentos em um projeto que eu pedi diligência e veio a explicação, simplesmente, de que estariam sendo atendidas, mas no corpo da própria apresentação da CAUGE dizia que havia reassentamento de famílias. Como que fica isso? Essa questão de reassentamento em área pública estadual, área pública municipal, como é que se estabelece a relação? O Furtado tentou em uma reunião explicar que o problema era estadual, mas era em uma área do município. Como que fica isso com relação ao planejamento da cidade? Então, essa é a minha dúvida. Obrigado.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Felisberto. Só para esclarecer, tem a oportunidade do pedido de diligência para algum esclarecimento, naturalmente, se não for o suficiente pode orientar o seu voto, o seu debate, a gente tem a oportunidade de colocar em votação, tem o relato, depois o relato de vista. Essa, porventura, falta de informação, na oportunidade do debate o senhor pode colocar isso, então, para os demais conselheiros. A nossa tentativa é sempre melhorar e por isso que vai vir agora a equipe do planejamento, fazer uma apresentação visual do projeto, a tendência é ir aprimorando os processos para todo mundo ter a compreensão necessária e poder deliberar. O Conselheiro Adroaldo tem uma pergunta.

Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: A gente sempre tem falado, Presidente, sobre a integração da CAUGE com o Conselho, e aproveitando o Artur, eu sempre falei o seguinte, que a CAUGE quando analisa um projeto deveria consultar a comunidade e que possa inserir, como a gente fala muito em contrapartida, algum equipamento comunitário, ampliar o atendimento. Então, isso é uma sugestão que eu quero deixar para o Artur. A outra questão, fiscalizar o tempo da execução e a entrega dos equipamentos comunitário, porque não adianta colocar no papel, nunca mais volta para saber se aquilo vai funcionar ou já está funcionando. E solicitar também que a CAUGE passe a ouvir mais o nosso Conselho, as nossas sugestões, antes de fechar o processo, o parecer, para ver se os conselheiros que estão representando a cidade podem ou tem alguma sugestão que seja valiosa para a CAUGE apreciar e inserir no... (Sinalização de tempo esgotado). Só um pouquinho, Secretário. No parecer da CAUGE muitas secretarias dizem o seguinte: “Não temos nada a opor quanto ao processo”. A Secretaria não tem, mas se ela consultasse aquela comunidade, certamente, teria o que colocar ali. Obrigado.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Adroaldo. Temos o questionamento do Conselheiro Rafael. Lembrando que encerramos as inscrições para questionamentos.

Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Boa noite. Eu gostaria de só lembrar da nossa competência e a necessidade da gente tratar de algo que, salvo melhor juízo, nunca se tratou nos últimos 10 anos, desde que a lei existe, desde que foi colocado



esse inciso na Lei do Plano Diretor, que é o inciso XI, do art. 39. Entre as nossas competências é – aprovar critério e parâmetros para a aprovação de projetos especiais de impacto urbano de primeiro, segundo e terceiro grau. Esses critérios e parâmetros devem nortear as decisões da CAUGE. Quer dizer, isso talvez venha ao encontro do que o Adroaldo acabou de colocar; quer dizer, aí nós estamos há 10 anos e o CMDUA não cumpre essa prerrogativa. Parece-me necessário para que a gente possa evitar que muitas vezes venham para cá projetos e digam – ah, não participou com a comunidade. Quer dizer, a gente tem que assumir esse papel, levar os debates aos fóruns regionais e definir esses critérios gerais para aprovação. Salvo melhor juízo, inclusive, no próprio art. 38, que fala da CAUGE, remete a esse inciso. (Sinalização de tempo esgotado). Isso é importante para que a gente cumpra isso. Eu acho que talvez essa lacuna nossa esteja trazendo maiores problemas para a tramitação dos projetos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro Rafael, Conselheiro Adroaldo. Realmente, esse debate é antigo, que bom que está aí a equipe do planejamento também, do processo de revisão do Plano Diretor, tentando comportar e melhorar a nossa expectativa para a gente conseguir aprimorar este processo com relação a medidas mitigatórias, contrapartidas. Não há dúvida que a gente tem que tentar melhorar isso e o processo de revisão do Plano Diretor é uma excelente oportunidade da gente fazer essas discussões aí. Encerrado o período de Comunicação, apresentação, passamos aos itens da Ordem do dia. 3. **ORDEM DO DIA.** O Item 3.01, Expediente 19.0.0000040017-6, desgravame de traçado viário. A relatoria é da METROPLAN, foi distribuído em 12/07/2019, teve pedidos de vista, diligência, ficou aguardando e retornou da Procuradoria Geral do Município. Então, foi na semana passada. A gente está passando à Conselheira Claudete, que tem o prazo de mais uma semana, que é uma semana a contar da comunicação. Como isso aconteceu na metade da semana passada, tem mais uma semana para fazer o relato, a partir do retorno do pedido de diligência que estava há bastante tempo lá na Procuradoria e a gente conseguiu esses esclarecimentos. A gente tem o Item 3.2 da pauta, Processo 002.337533001, Evaldi Muller, é um recurso administrativo para obter alvará de licença para construção de imóvel. Rua Deputado Astério de Mello, 690. A Conselheira Claudete está dizendo que tem já o relato. Então, vamos passar a palavra para a Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos. Eu acho que por uma Questão de Ordem, Presidente, até pelo tempo que passou esse processo conosco, eu acho que o relator deveria trazer a memória do que envolve o processo, o expediente, depois eu faço o meu relato. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheira. Esse é um caso que está há bastante tempo aqui. Até nessa proposta que a gente fez, desde a estrutura de trazer a equipe do planejamento para fazer as apresentações e relembrar, é justamente nesse sentido, porque às vezes ficam bastante tempo os processos em diligência e a gente perde um pouco da memória disso. Esse como tinha um prazo maior a equipe do planejamento não fez a apresentação, pulou, porque tu tinhas um prazo maior até terça-feira que vem para fazer a apresentação. Então, a equipe não tem pronta esta apresentação. No entanto, eu consulto o relator, que é o Conselheiro Cláudio. Eu acho que não era o conselheiro na época. Não sei se a Conselheira Virginia, porventura, teria. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Boa noite. Foi o Cláudio que relatou, eu ainda não fazia parte do Conselho. Ele está presente na reunião, creio que seja bom consultá-lo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Obrigado, Virginia. Cláudio, tens o



histórico desse processo para fazer um lembrete aos demais conselheiros? Senão a gente tem a próxima reunião e o planejamento já vai ter esse resumo, relato, desenho, para todos se apropriarem antes de colocar em votação. **Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Tendo em vista que eu tive oportunidade de só hoje à tarde poder conhecer a manifestação da Procuradoria. O resgate do histórico desse processo, quando chegou para eu fazer o relato, ali existem os documentos... (Inaudível/falha no áudio). Eu acho mais produtivo nós apresentarmos esse histórico correto na próxima reunião, já com as ponderações necessárias em função da manifestação da Procuradoria. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Cláudio. Eu acho que se a Conselheira Claudete entender, a gente pode postergar para a próxima semana, questão a equipe do planejamento já vai ter uma proposta, ou a Conselheira pretende mesmo assim relatar? A senhor está com o som liberado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** O som liberado, é que é difícil saber, né, porque o cerceamento está tão grande. Eu vou apresentar, Secretário, não vejo impeditivo, até porque eu faço sugestão de encaminhamento, aí o conselheiro-relator e o plenário que avaliem. E poderia o relator ler o relato dele, se possível? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Ele não tem, Conselheira, o relato ali, pelo que eu entendi. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Ele não tem acesso aos autos. Tudo bem. Então, vou ler o meu, Secretário. (Leitura do Parecer): “A par da manifestação da Procuradoria do Patrimônio, Documento 75, e da Procuradoria da PGM, Documento 80 e 82, terem sido exarados ainda em setembro e novembro de 2019, em atendimento à diligência requerida e constante do expediente digitalizado, estranhamente, somente em julho de 2020 é trazida para apreciação no CMDUA. Em que pese, reiteradamente, tenha sido questionado à presidência da mesa sobre o retorno dessa demanda”. Aliás, eu já tinha visto essa situação há umas duas sessões atrás, mas a gente não consegue falar, né. A gente não tem e o que a gente coloca no chat também não é considerado. (Continuação/Leitura do Parecer): “Nessa senda, cabe aqui registrar, que nesse caso não foi a diligência a causa da demora, mas o fluxo irregular ou a ausência de tramitação do respectivo expediente. Devendo, assim, ser apurada a origem e a causa da mora para que não mais se repita”. Porque depois a gente tem aquele argumento que precisa de alguém da PGM sentado ao nosso lado para as coisas andarem mais rápido, mas, como se vê no expediente, não é o caso. (Continuação/Leitura do Parecer): “Outrossim, parece que, finalmente, há um desfecho para a dúvida existente quanto ao fato de ser ou não o imóvel, sobre o qual incide o gravame, bem público ou não. Verifica-se que houve um encaminhamento no sentido que seja efetuado o devido registro no cartório de registro de imóveis”. Ou seja, um gravame que tinha sobre um bem e a dúvida que tinha, que originou até a diligência, se esse bem era público ou não. E se fosse público ou não, havia entendimentos diversos a serem dados, conforme a manifestação dos autos. (Continuação/Leitura do Parecer): “Sanada a dúvida sugere-se que seja remetido à SMDE porque a área técnica se manifeste a respeito do pedido, considerando a motivação do requerente e agora sanada a dúvida quanto à natureza bem”. Porque não havia uma manifestação precisa, porque existia uma dúvida se o bem era público ou não e havia entendimentos diversos. (Continuação/Leitura do Parecer): “Por oportuno, tendo em vista ser objeto de pauta neste plenário atualmente mais de 20 expedientes que versam sobre desgravame, gravame e alteração de traçados viários, requer esta conselheira que venha ao CMDUA responsável técnico explicar os procedimentos, estudos e análises efetuadas em tais situações. Vez que observa-se



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

divergência de entendimento, inclusive, entre a Procuradoria Setorial, página 58, e a Procuradoria-Geral, página 80. Possibilitando assim aos conselheiros uma melhor atuação no exercício de sua função”. Esta é a minha manifestação, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Fez o seu relato de vista do processo. Como a gente não tem um pouco o histórico, eu consulto, senhores conselheiros, e coloco em votação se a gente posterga a deliberação desse processo para mais uma semana e para que venha a apresentação, o lembrete, tanto por parte do relator, quanto pela equipe de planejamento, do histórico do expediente, o que está se debatendo para ter mais clareza em relação a esse processo. Então, o Conselheiro Furtado, do DEMHAB, como vota? É sobre a prorrogação. Lembrando que neste momento ele estaria em condição de ser votado. Lembrando, esse processo teve o parecer favorável do conselheiro-relator, de 30/07/2019. Então, teve pedido de vista, foi encaminhado, teve um relato de vista em 27/08/2019, da RGP. 07. E teve um pedido de diligência encaminhado para a Procuradoria, que foi dado retorno para a conselheira na quarta-feira que passou. Conselheiro Furtado, favorável à prorrogação? **(Votação nominal): José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Eu sou contrário, acho que podemos colocar em votação. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Voto pela prorrogação para esclarecer melhor, já que faz tanto tempo. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Eu entendo que já houve a manifestação favorável para ir para votação hoje, não sou favorável à prorrogação. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável à prorrogação. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Pode colocar na tela o relato do conselheiro e a minuta de resolução o pessoal pode olhar. Então, sou contrária à prorrogação. Inclusive, eu estou olhando o processo. **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Contrária à prorrogação, porque o solicitado pela conselheira foi esclarecido dentro do processo, está bem direta a resposta, bem objetiva. **Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Contrário à prorrogação, Presidente. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável à prorrogação. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. Eu acho que a gente tem que ter uma lista de votação, para que a gente possa acompanhar, porque está meio bagunçado assim. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente ao final sempre disponibiliza e de qualquer forma fica registrado, gravado. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Depois da votação quero uma Questão de Ordem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A Conselheira Claudete como vota? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, eu vou insistir nas perguntas que eu estou fazendo no chat. Eu gostaria de entender o que está sendo votado, porque cada um está dando um voto e uma fundamentação para um tipo de votação totalmente diferente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, como não tivemos a apresentação do relator, estou consultando os demais conselheiros se a gente prorroga ou coloca em votação. Se todos entendem que está em condições de ser votado, ele vai ser votado na data de hoje. Se os esclarecimentos foram suficientes, se todos olharam o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

processo. No entanto, como não teve o lembrete do relator, a gente está colocando em votação a possibilidade de prorrogação. A senhora vota favorável ou contrária à prorrogação? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Isso tem que ficar claro, Secretário, no início da votação para as pessoas saberem e fundamentarem a sua votação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A senhora favorável ou contrária? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A conselheira anterior falou que não votava a favor da minha diligência, mas não é a minha diligência que está sendo votada. Então, Secretário, tem que reforçar isso... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, por favor, como a senhora vota? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** O meu posicionamento, Secretário, é que quando há interesse do governo ele adia, quando não há interesse do governo ele faz... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, como a senhora vota? A senhora vota favorável à prorrogação ou contrária? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não há porque nós postergarmos... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Desculpa, a Conselheira Claudete não vota. Na sequência o Conselheiro Sérgio Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável à prorrogação, como o próprio Secretário sugeriu, nesse entendimento, por não ter sido feito o relato do relator. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Prorrogação. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, eu também fiquei em dúvida se nós estamos votando a prorrogação ou a votação do parecer original. Eu vou me abster, porque fiquei em dúvida. E como este processo não permite que se faça um questionamento antes, tem que pedir Questão de Ordem, cada vez que eu peço Questão de Ordem é questionado, fica-se esperando um tempo. Então, eu me abstenho por falta de esclarecimento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Lembrando que não tem essa figura de votação de diligências no relato de vista. Entendeu? É um relato de vista, tem que, naturalmente, ser votado. Como é um caso um pouco atípico, está há bastante tempo esse processo tramitando, o relator não lembrou as questões ali colocadas, a gente está abrindo essa possibilidade de mais uma semana poder fazer os esclarecimentos devidos para que todos possam votar. No entanto, se os conselheiros entenderem que estão em condições de votar, como o processo é digital, todo mundo pode consultar ao mesmo tempo. Também tem a liberdade de entender que não é necessário prorrogar, tem a convicção de votar na data de hoje, podemos votar na data de hoje; porque já temos o parecer favorável do relator e temos o relato da vista pela Conselheira Claudete, da diligência, após o retorno da PGM. Por favor, o Conselheiro Fernando, como vota? **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Tendo em vista o acesso aos processos, eu sou contrário à prorrogação. Acho que tem que colocar em votação. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Eu prefiro me abster também, porque eu não consegui olhar o processo. Então, prefiro me abster a dar o meu voto. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um –**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

RGP. 1: Eu vou votar favorável, mas com alguns questionamentos, Secretário. A Claudete pediu o parecer técnico e não diligência, porque há divergências quanto a ser um bem público ou não. Então, eu acho que tem que ter o cuidado. Então, eu peço que seja levado também em conta o que a Claudete requisitou no seu parecer de vista. Eu gostaria de saber o que a Região 07 tem a falar. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Em princípio, eu era contrário, mas eu percebi uma divergência entre o que a Claudete está questionando no parecer e a colega Gisele coloca que já foi esclarecido. Então, vou votar favorável à prorrogação. Até para poder olhar melhor o processo. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Pelo tempo que passou, eu nem me lembrava desse processo, eu sou favorável para o relator poder falar. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Pleno fato que está necessitando um esclarecimento sobre o próprio relatório original, pedido pelo relator, tem que ser favorável a mais esse período para esclarecer na reunião e a gente votar tranquilo. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Sou favorável. Quero uma Questão de ordem no final, Secretário. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Sou favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, vamos fazer a contagem dos votos: 15 favoráveis, 05 contra e 02 abstenções. **APROVADA A PRORROGAÇÃO.** Então, fica prorrogado por mais uma semana. Questão de Ordem da Conselheira Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Secretário, é o seguinte, não é possível que o senhor, imagina o peso que o senhor tem como Secretário vá dá explicação no meio do processo. Isso não é regimental. Se está em votação, está em votação. É a mesma coisa que o senhor faz quando o senhor se refere à Conselheira Claudete, o senhor fez no início. Tanto é que o senhor mudou o voto do conselheiro do DEMHAB, porque é natural, é da base do governo, até entendo, mas isso não é possível, Secretário! Por favor! Eu acho que o senhor é uma pessoa inteligente e está entendendo a minha preocupação. É até uma questão de nós podermos nos orientar entre nós mesmos. Eu vou lá dentro justificar o mérito? O senhor é o Secretário, o senhor tem um posicionamento muito forte dentro deste Conselho. Então, por favor, eu lhe peço com toda a solidariedade em uma fala fraterna, por favor. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Maristela. Questão de Ordem, quem mais? O Conselheiro Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** A gente fala, mas, realmente, a gente não consegue saber se está sendo bem ouvido ou não. Eu teria duas Questões de Ordem para encaminhar. Uma: pelo WhatsApp a nossa secretária entendeu mal, eu falei bem claro. Eu recebi a convocação na segunda-feira às 14:34, com a pauta, nesta convocação não tinha processo nenhum. Todo mundo sabe que o Estado do Rio Grande do Sul sofreu uma tormenta, todo mundo sabe, e eu conversei com colegas aqui da zona sul também, que Porto Alegre e vários locais do Estado ficaram dois dias sem luz. Eu fiquei dois dias sem luz. Então, eu não acessei na sexta-feira, acessei no fim de semana, fui vendo os emails atrasados e me chega segunda-feira um e-mail de convocação enquanto eu estava colocando em dia as minhas correspondências anteriores. Por que eu vou lá atrás se eu recebi agora, fresquinho, um e-mail com a convocação? Nesta convocação de segunda-feira, se eu não me engano, às 14:34, não tinha processo nenhum



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

na lista. Então, por favor, não dá para vir para a gente convocação com duas pautas. O entendimento que qualquer ser humano teria é: vem uma, depois vem outra, esta segunda retificou a primeira. O encaminhamento normal quando chega uma segunda convocação. Então, eu deixei claro, eu recebi, não tinha visto a outra porque estava sem luz, agora achei, está ali. Tanto é que aqui na listagem, no chat, eu estou introduzindo outro assunto, que seria a minha segunda Questão de Ordem, já que a gente já tem este processo decidido. O processo que eu relatei semana passada, eu relatei, comecei relatando, pedindo uma diligência, a diligência foi aprovada em segunda instância, o Conselheiro Gomes, dentro do regimento, pediu reconsideração, foi revotado e a diligência foi reprovada. Aí eu apresentei meu relato, apresentei oral, tanto é que a Conselheira Maristela e o Conselheiro Felisberto pediram vista. Quando se pede vista, regimentalmente, é vista de um parecer. Se não tinha parecer não poderia ser pedido vista, não poderia a mesa ter dado vista aos Conselheiros Maristela e Felisberto. Quando agora eu consigo abrir a convocação lá da sexta-feira, eu vejo que o meu processo foi redistribuído para outro conselheiro. Completamente irregular. Eu dei o parecer, mandei por escrito no dia 30, porque como todo mundo sabe, o Estado do Rio Grande do Sul sofreu uma tormenta, não sei se aqui em Porto Alegre passou a tormenta, tem gente que ficou dois dias sem luz. Então, mandei dia 30 o relato, mas eu dei, está gravado o meu relato na reunião. Então, não pode ser redistribuído para outro conselheiro. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro Darci. A segunda Questão de Ordem a gente acolhe, no sentido de que o processo não foi redistribuído. Houve, de fato, um equívoco, porque não foi votado o seu relatório. O senhor apresentou o relatório e teve um pedido de vista, após o relatório a gente autorizou o relato de vista por parte do Conselheiro Felisberto. Então, até que a gente tenha na data de hoje o relato de vista, que ele tem uma semana para fazer, depois desse relato a gente coloca em votação o seu parecer. O senhor encaminhou pela não aprovação do parecer, né? Em não sendo aprovado aí sim a gente redistribui, conforme prevê o regimento deste Conselho. Com relação ao primeiro ponto, é importante lembrar, a gente tem a obrigação de remeter a pauta até sexta-feira, algum equívoco pode acontecer, os problemas são os mais diversos. Peço o empenho de vocês de sempre nos cobrar para que a gente remeta a pauta a todos os conselheiros. Passamos, então, ao Item 3.02, Processo 002.337533001, Evaldi Muller, é um recurso administrativo para obter alvará de licença para construção de imóvel. O conselheiro-relator é da RGP. 04, foi distribuído em 30/07. Houve parecer desfavorável pelo relator, pedido de vista da RGP. 06, 05 e SINDUSCON. Teve uma diligência ao Arquivo Municipal, que está há bastante tempo lá. O Conselheiro Gomes aventou a possibilidade de fazer esse relato. Conselheiro Gomes, tem o relato, mesmo sem ter retornado da diligência? É um processo bastante antigo (1961), também o Arquivo Municipal nem tenha. Se não tiver esse expediente nós vamos consignar nas próximas reuniões que não temos. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, esse processo que está lá no Arquivo Municipal existe e está lá. Inclusive, em algum momento aparece no corpo do processo que está aqui, alguns elementos nesse processo, mas em uma escala muito pequena, muito difícil, as cópias são bem prejudicadas. E se trata de uma situação superimportante para uma comunidade estabelecida, um loteamento aprovado, lotes vendidos, casas construídas. Em certo momento entra a questão de APPs em topo de morro e se criou uma situação, que é mais ou menos assim: nós temos esse quarteirão, eu tenho projeto aprovado com Habite-se, o meu vizinho não tem, o outro tem, outro não tem, outro tem e outro não tem. E o processo é longo, o processo é bastante trabalhado dentro da Prefeitura. E é dado para nós do Conselho a deliberação final sobre essa questão, que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

não vai atender somente, digamos assim, o demandante ali, essa residência que está pedindo essa autorização para ter o direito de construir, que já tem uma construção, na verdade. Ele quer o direito de regularizar a sua construção. Não vai afetar também as demais construções que tem, porque está tudo misturado. É uma confusão urbana, legal, que é uma grande oportunidade de nós darmos um encaminhamento para essa situação. Então, aguardando o processo original, se for no balcão da Siqueira Campos, eu levanto o processo, mas eu acho meio esquisito isso, a gente deve pedir via o Conselho. Então, eu aguardo, eu estou na situação de aguardar que o processo chegue, mas estou trabalhando já para apresentar o relato e ver como fica essa situação, de repente até desistir dele, mas por enquanto não desisti ainda. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está bem Conselheiro. Nós vamos nos esforçar esta semana para fazer contato ali e tentar localizar esse processo para vir. O Conselheiro Hermes tem uma Questão de Ordem. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Obrigado, Secretário. Se eu fosse paranoico ia achar que é perseguição, porque faz 10 minutos. A Questão de Ordem é referente aquele assunto anterior. Eu vou fazer duas sugestões, a primeira é que todos os processos que estão em diligência a mais de “x” meses, 3 meses, 6 meses, o parecer do relator deve ser relido, para que não fique a critério da presidência ou, às vezes, se lê, às vezes não se lê, quando interessa vota rapidinho. Eu acho que o mais tranquilo é ter um critério. Não é justo que processo fique 6 meses na PGM, tenha que se votar sem saber exatamente o que está votando, que é o caso anterior. Tanto que eu me abstive. Essa Questão de Ordem é porque não tem outra forma de se intervir na reunião, né. A segunda é que se faça uma lista de chamada da forma que entender melhor, por três grupos, em ordem alfabética, que as votações sejam sempre respeitadas essas listas de chamadas, porque a gente percebe que a votação é feita conforme o momento. Eu acho que tem que ter um critério também para isso. E o terceiro questionamento, Secretário, é em relação a esta pauta, esta pauta tem 33 processos e qualquer um pode ser votado, desde que o conselheiro faça. O que acontece é que ninguém está podendo acompanhar, ou mesmo que possa não está acompanhando. Então, nós chegamos aqui, de repente um processo entra em pauta de surpresa. Eu acho que a pauta deveria ser como era anteriormente. Embora tenha 33 processos na fila, quando encaminhar a pauta na sexta-feira, os processos que vão entrar são esses, que os conselheiros se propõem, ou já fizeram, ou se propõem a relatar, senão fica em aberto. Isso não é uma questão minha, eu acho que é de todos os conselheiros. É isso e obrigado. E da próxima vez vamos olhar o bate-papo para ver os pedidos de diligência. É muito constrangedor a gente ter que inventar bilhetinho, criar coisas para poder ser visto. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Em relação a lista de presença, de fato, vamos colocar, estamos usando a lista de presença, como era na nossa reunião presencial. Então, não vou ficar olhando ali, vou fazer a leitura um por um, nessa ordem aqui, sempre vai ser colocada nessa ordem as falas, as votações, conforme a lista que a gente tinha lá anteriormente. Outro ponto, com relação à previsão regimental, a previsão do retorno, na nossa resolução quando o processo está há algum tempo distribuído e não se tem a memória desse processo, o relator tem que fazer a lembrança, a releitura desse processo que foi relatado anteriormente. Naturalmente, como a gente não tem a possibilidade de obrigar e fazer, por uma situação adversa, enfim, a gente colocou, como o caso de hoje, em votação para prorrogar por mais uma semana. De fato, na nossa previsão na resolução aprovada, tem ali essa necessidade do relator relembrar quando o processo está há bastante tempo aí. Perfeito, então, a gente tem na sequência o Item 3.03, Inovar Participações, é uma



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

aprovação de estudo de viabilidade urbanística, na João de Oliveira Remião. O relator é o IAB. O processo foi distribuído em 30/07/2019, teve um parecer parcial na oportunidade e foi encaminhado para diligência. Teve pedido de vista do OP, da RGP 07 e do DEMHAB. Todos tiveram oportunidade de olhar o processo. A diligência foi atendida e comunicada ao Conselheiro do IAB para fins de conclusão do seu relato. Este processo, a gente trouxe como exemplo de apresentação nessa linha, aí eu coloco em discussão aqui, a gente já tem o adiantado da hora também, se a gente entrar neste processo vamos avançar bastante no horário. Eu gostaria de pelo menos deixar encaminhado aqui com vocês este procedimento com relação à apresentação do processo. O que acontece? Muitas vezes a gente não tem clareza daquilo que se está votando, né, não tem uma apresentação visual. Então, a gente está encaminhando esta organização para a equipe do planejamento, pela Arquiteta Vaneska e toda a equipe, fazer um resumo simples e apresentar, quando o processo for distribuído, no prazo de cinco minutos, quando for lembrar, o processo estiver em pauta, pelo prazo de 3 minutos. Então, na ordem, como este era o processo primeiro que estava em pauta, a equipe do planejamento fez uma apresentação para este processo e que vai ficar para a próxima reunião. Consulto o Conselheiro Rafael se concorda e a gente coloca em votação esse procedimento, de ter a apresentação sempre da equipe de planejamento urbano. Conselheiro Rafael. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu acho que isso contempla uma série de questionamentos que tem tido. Não digo questionamentos, mas no sentido de contribuições, de recomendações que tem sido trazidas por conselheiros. Eu fiz o relato, não vejo prejuízo algum, pelo contrário, mantendo o tempo mínimo de apresentação do relator, não prejudicando o tempo de apresentação do relator, o que abunda não prejudica. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, vamos fazer a votação desse procedimento. Ele não vai interferir no prazo do relator, que é de 10 minutos para o relato, 05 minutos quando da distribuição e 03 minutos quando o processo estiver em pauta para elucidar qualquer dúvida, todo mundo entender como está contextualizado. E lembrando, de fato, nós temos muitos processos em pauta, isso não é normal, mas a gente teve um período de afastamento muito significativo e os projetos continuaram entrando. Peço a contribuição de todos com relação aos prazos, as comunicações, senão não sobra muito tempo para a gente avançar na discussão dos processos. **(Votação nominal):** Por favor, Conselheiro Furtado, vota favorável à apresentação pela equipe do planejamento ou contrário? Apresentação permanente. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Sou contrária, Secretário, porque está se criando um procedimento que não partiu... **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente),**



Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS: Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Favorável, mas se o relator entender que não é necessário, não é obrigatório, né. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Tem a possibilidade do relato feito pelo relator, participação pelo empreendedor. A gente não está retirando nenhuma possibilidade existente. O que nós vamos fazer é quando o processo for distribuído, um resumo simples daquilo que está sendo distribuído, até para o relator entender um pouco as questões postas. Eu acho que fica mais claro para todo mundo. O Conselheiro Fernando? **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Com declaração de voto. Contrário, tendo em vista que deve ficar a critério do relator e não com acompanhamento técnico da Secretaria, o relator pode buscar o acompanhamento de quem ele sentir contemplado e de acordo com a sua região. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Sem dúvida favorável. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Favorável. Eu tenho uma Questão de Ordem, Presidente. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Sou favorável, até porque o relator também vai nessa mesma direção. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, a gente tem 18 votos favoráveis e 02 contrários. Então, aprovamos o procedimento e começaremos a aplicar na próxima reunião. Naturalmente, melhorias podem ser feitas ao longo dos processos. É importante a gente ter a apresentação por parte do planejamento, tanto para a distribuição, quando de processo em pauta, acho que elucida muitos pontos e a gente amadurece a nossa consciência com relação ao voto aqui colocado. São 20:12, então, a gente não encaminha os outros processos em pauta. Pedindo, apelo aos senhores conselheiros, como estamos no formato digital, as redes estão disponíveis para todos, que façam as leituras necessárias, que levem para discussão na sua comunidade, se assim entenderem como necessário para debater e trazer o seu voto. O Paulo Jorge pediu uma Questão de Ordem. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Presidente, como na Comunicação eu não pude falar, por causa do microfone. Eu gostaria do seguinte, pedir para o Guarnieri o Whats, porque eu quero falar sobre os catadores de rua, para discutirmos esse processo. Outra questão, todas as quartas-feiras eu estou abrindo um espaço na Rádio Abolição para falar do Plano Diretor de Porto Alegre, das 17 às 18h. Eu também estou no face para falar do Plano Diretor de Porto Alegre, porque está muito atrasado o nosso processo, a cidade está parada, a participação popular, está muito complicado a situação. Outro encaminhamento, como estão atrasados esses processos, eu proponho que o senhor pudesse fazer um chamamento extra para colocar isso em dia. Também regular o horário. Eu acho que cada processo tinha que ter de relato, de bate papo, 20 minutos. Hoje tivemos um ou dois processos, parado. A cidade precisa de emprego, precisa de obras, não podemos deixar



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

isso tudo atrasado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro. A gente vem estudando a possibilidade de fazer uma convocação extraordinária. Naturalmente, como nós estávamos nos primeiros dias de teste, maturação, a equipe do planejamento entrando no processo, o ajuste, a gente deixou um pouquinho de maturação dos procedimentos. Aí vamos poder fazer as convocação extraordinárias, muito importante a sua lembrança. Então, senhores conselheiros, são 20:20, agradeço a oportunidade do debate com vocês. Na próxima reunião a gente continua com a equipe de planejamento se somando. Agradeço a oportunidade e até mais.

(Encerra-se às 20h20min)

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

TA ORDINÁRIA Nº 2839/2020

Aos quatorze dias do mês de julho de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular) e José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Vinicius Vieira de Souza (Titular) e Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino, Secretaria Executiva, servidores da SMAMS. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Comunicações – Apresentação CAUGE – Comissão de Análise Urbanística e Gerenciamento; 3. Ordem do Dia. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h00min. 1. **ABERTURA**. 2. **Votação das ATAS RESUMIDAS: 2797, 2798, 2799, 2800, 2801, 2802 e 2803/2019**; 3. **COMUNICAÇÕES**; 4. **Ordem do Dia**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Estamos gravando. Conselheiro Emerson no período de Comunicação. Lembrando que a gente tem uma pauta bastante intensa para deliberar, todo mundo tem acesso aos processos, é importante que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

49 todos façam essa avaliação, levem para discussão na sua comunidade, dentro das
50 viabilidades possíveis. O Conselheiro Gomes, o Conselheiro Sérgio Saffer para
51 Comunicação e o Conselheiro Furtado tem uma Questão de Ordem. Acho que não é
52 comunicação. Então, antes de eu abrir a palavra dou a palavra ao Conselheiro Furtado.
53 **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação –**
54 **DEM HAB:** Boa noite, Conselheiros. Boa noite, Secretário e Gabi. Secretário, eu raramente
55 falo no início, mas eu tenho certa dificuldade hoje, eu gostaria de solicitar a inversão de
56 pauta. Eu estou aguardando uma reunião, talvez aconteça, com o Diretor Geral e eu
57 precisaria sair, eu pediria que colocasse, se possível uma votação para a inversão de
58 pauta. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
59 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Furtado. Então, antes
60 de iniciar a comunicação coloco em votação a inversão de pauta para a gente trazer a
61 Ordem do Dia e postergar o período de Comunicação para os 15 minutos finais. Temos
62 uma pauta bastante extensa e a gente libera os 15 minutos finais para comunicação geral,
63 se, porventura, estender-se não há problema, quem tiver interesse pode permanecer após
64 às 20 horas. Vou colher os votos. (Votação nominal): o Conselheiro Furtado, naturalmente,
65 vota favorável. Conselheira Júlia, como vota: **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª**
66 **Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável à inversão.
67 **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável pela inversão. **Virgínia**
68 **Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano**
69 **Regional – METROPLAN:** Favorável pela inversão. **Patrícia da Silva Tschoepke**
70 **(Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:**
71 **Favorável pela inversão. Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de**
72 **Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável pela inversão. **Leonardo de Lima**
73 **Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:**
74 **Favorável pela inversão. Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal**
75 **de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável pela inversão. **Darci Barnech Campani**
76 **(Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:**
77 **Favorável. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**
78 **ACESSO CDH:** Questão de Ordem. Boa noite, Secretário, nós vamos inverter a pauta, a
79 nossa pauta tem 34 processos. Então, se nós vamos inverter a pauta significa que nós não
80 teremos comunicação ou como ficará? **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
81 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Como a senhora vota,
82 Conselheira? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**
83 **ACESSO CDH:** Eu estou fazendo uma Questão de Ordem, Secretário. **Germano Bremm,**
84 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
85 **Conforme eu esclareci, nós teremos 15 minutos ao final para o período de Comunicação.**
86 **Foi explicado antes da votação. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e**
87 **Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não me recordo, quando eu entrei não foi colocado,
88 talvez tenha sido antes de eu entrar na sessão. (Inaudível/falha no áudio). **Germano**
89 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
90 **SMAMS:** Vota favorável, então? Perfeito. Obrigado, Conselheira. O Conselheiro Sérgio
91 Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de**
92 **Arquitetura - AREA:** Favorável. Esse processo dele seria o primeiro, antes de todos, pelo
93 que entendi, né, que o furtado está sugerindo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
94 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É a inversão de pauta, é
95 isso. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura**
96 **- AREA:** Ele tem que sair. Ok. Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente),**
97 **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Favorável.
Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Favorável. Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS: Favorável. Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Eu peço desculpas, porque eu entrei atrasado na reunião e não sei o que está sendo votado, se é a inversão de pauta. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Inversão de pauta, Conselheiro. Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Pode ser, sou favorável. Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Favorável. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Com declaração de voto. Contrário, tendo em vista que não há condições de análise com os fóruns das regiões nos processos. Sou contrário à inversão de pauta. Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Boa noite. Favorável, naturalmente. Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4: Favorável. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Favorável. Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Favorável. Solicito um esclarecimento depois da votação. Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA: Favorável. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Então, temos 22 votos favoráveis e 01 voto contrário. **APROVADA A INVERSÃO DE PAUTA.** A Conselheira Maristela tem uma Questão de Ordem. Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Secretário, eu sei que vocês não tem nada a ver com as minhas questões pessoais, mas eu tive meu carro furtado, meu celular. Então, eu fiquei bem perdida na questão dos processos esta semana, inclusive, não podia acessar a questão dos processos, mesmo que a Gabrielle tenha mandado. Então, eu queria saber o seguinte, os projetos que dizem respeito a RGP. 7 serão votados hoje, no início da sessão? Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: A pauta segue, naturalmente, aquela estabelecida e disponibilizada, não sei qual respeito diz respeito à RGP. 7, mas ela segue essa ordem aqui. Lembrando que a gente tem aqui, à disposição, a gente abre o computador se algum conselheiro tiver alguma dificuldade de acesso a algum processo. Então, a pauta segue mesma. Então, na sequência tem o **Item 4.1: 19.0.000040019-06 – Desgravame de traçado viário na Jardim Guanabara.** O relator foi a METROPLAN, distribuído em 12/07/2019. Relatado, parecer favorável em 30/07/2019, pedido de vista da Acesso, RGP. 7, relato de vista e pedido de diligência para a PGM, retornou com ciência à Conselheira Claudete, foi disponível, a qual teve o parecer de relato na última reunião. No entanto, como o regimento prevê a possibilidade do relator lembrar aquele processo em pauta, naquele momento ele não tinha na lembrança do que se tratava, colocamos em votação e postergamos para a data de hoje. A equipe do planejamento está aqui também, naquele formato que a gente aprovou na reunião passada de ter 3 minutos de apresentação do projeto, sem maiores discussões, porque existe, regimentalmente, o prazo para o relato, debate, o pedido de vista, tudo previsto, mas a gente agregou essa possibilidade de esclarecimento por parte do planejamento. Vai fazer sempre um lembrete do que se está tratando naquele processo para que todos tenham compreensão e possam votar com consciência daquilo que estão deliberando. Tem uma Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto, depois passamos para a Vaneska, que está com a Sônia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

147 Lembrando que temos parecer favorável por parte do relator e temos o parecer do relato de
148 vista da Conselheira Claudete, da última reunião. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**
149 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu não sei se é uma Questão de
150 Ordem ou esclarecimento, Secretário. Como ficam os pedidos de vista, tendo em vista que
151 a gente tem dificuldade de reunir o Fórum de Delegados? E não sou Conselheiro de mim
152 mesmo, eu sou Conselheiro de uma região dos quais os delegados e delegadas me
153 elegeram. Então, não tomarei nenhuma decisão neste Conselho sem consultar os meus
154 Delegados, porque é uma decisão coletiva, não é uma decisão do Felisberto. Então, eu
155 queria saber como é e que gostaria que o senhor ou alguém prestasse atenção quando a
156 gente pede uma Questão de Ordem ou um pedido de vista. Na sessão passada eu pedi
157 três vezes Questão de Ordem e não fui atendido em nenhuma vez. Então, eu peço que
158 alguém fique controlando isso. Muito obrigado. **Germano Bremm, Presidente e**
159 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado,
160 Conselheiro Felisberto. Lembrar para o chat ser usado para as questões a serem
161 debatidas, Questão de Ordem, questões regimentais, porque às vezes entra muita coisa
162 ali, acaba que a gente perde um pouco o controle daquilo que realmente tem que ser
163 levado em consideração para o debate aqui. O Conselheiro Gomes, Questão de Ordem.
164 **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis –**
165 **RGP. 6:** Presidente, tem uma série de conselheiros novos e nós não conseguimos
166 identificar pelo nome. Então, eu dou a sugestão de que nos atualiza mandando uma lista
167 pelo Whats ou e-mail dos conselheiros e suplentes, para quando aparecer na tela a gente
168 identificar de onde é o conselheiro, quem ele representa. **Germano Bremm, Presidente e**
169 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado,
170 Conselheiro Gomes. Sim, é importante e quem tiver alguma dificuldade, porque como tem
171 a opção de colocar o nome ali, pode entrar em contato durante a semana, a gente tenta
172 ajudar e faz os treinamentos para colocar o nome, porque tem a opção ali quando entra de
173 colocar o nome, ou segue a sugestão do Conselheiro Gomes de disponibilizar. Passo a
174 palavra para a equipe do planejamento, antes de colocarmos em discussão. Lembrando
175 que quando eu colocar em discussão todos terão 2 minutos para debater o projeto.
176 Conselheiro Vaneska, 3 minutos da apresentação. Lembrando que esta apresentação tem
177 o objetivo de relembrar os conselheiros daquilo que está sendo debatido. Não substitui o
178 parecer do relator. É um lembrete do que está em discussão. **Vaneska Paiva Henrique (2ª**
179 **Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:**
180 Boa noite a todos. Secretário, acho importante reservar um tempo ao final para a gente
181 falar um pouco do que foi pensado para a organização dos processos, para também depois
182 solicitar a contribuição dos conselheiros a respeito de ajustes que possa ter. **Germano**
183 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
184 **SMAMS:** Sim, é importante, a gente apresenta esse modelo e ao final do período de
185 comunicação a gente disponibiliza a fala da explicação da metodologia e colhe contribuição
186 para melhorar esse processo. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria**
187 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** É importante, a gente fez
188 de uma maneira bem simples esses processos iniciais, até porque como já foram objetos
189 de relato a ideia é só contextualizar. Então, esse primeiro é um desgravame de traçado
190 viário, a gente sempre vai apresentar a solicitação registrada e o parecer técnico que foi
191 realizado, de uma maneira bem sintética, em que a gente organiza as informações e traz
192 as informações que já são conteúdos dos processos. Não é feito nenhum julgamento, a
193 gente não está avaliando o mérito do que está sendo colocado. A gente só faz essa
194 organização das informações para permitir uma leitura do que está sendo solicitado e o que
195 foi o trâmite interno. Então, primeira solicitação registrada e parecer técnico é como está



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

196 construída essa apresentação em relação a esse expediente. Então, a gente faz um
197 levantamento, geralmente um requerimento ou arrazoado, que no caso do arrazoado que
198 foi anexado em 14 de dezembro de 2017. Tem a solicitação deste desgravame viário e
199 uma passagem de pedestres, ali tem a localização na rua Professor Guerreiro Lima, nº 23,
200 e Euclides Miranda, nº 20. A gente achou por adequado colocar também sempre o que as
201 imagens que ilustram, que compõem um documento, que a gente tem o croqui de onde
202 estaria gravada essa passagem. E para complementar a gente tem uma série de mapas
203 que a gente está realizando como padrão, em que a gente localiza dentro da RGP. 7, ali a
204 posição dentro do Partenon, desse desgravame. Nessa segunda imagem a localização de
205 onde, com relação à Avenida Ipiranga, onde está posicionado esse gravame original, que a
206 ideia é o desgravame. E aqui a localização dele em cima do traçado de uma base de mapa
207 com as notificações que tem no cadastro. E aqui a gente sempre traz também uma imagem
208 de satélite para poder ter uma ideia melhor do contexto em que se esse gravame está
209 localizado aqui, tem essa delimitação do quarteirão, é uma passagem de pedestres ali para
210 essas duas ruas. Com relação ao parecer técnico a gente fez um compilado do que foi
211 tratado e que a gente acredita que nos dá a ideia do contexto da mensagem que foi
212 colocada dentro do processo. Aqui nesse caso desse desgravame a manifestação da
213 SMDE/SDU/UGDU e a gente trouxe também a manifestação da PGM, que são duas
214 manifestações que são importantes para o entendimento do projeto. Então, nessa primeira
215 manifestação aqui do SMDE foi colocada que essa passagem não se consolidou. Isso foi
216 uma informação que foi colocada pelo próprio requerente dentro do processo. E em
217 atendimento à solicitação desse desgravame, motivada por essa não consolidação,
218 questões de segurança que são apontadas pelo requerente, é feita uma análise da equipe
219 técnica da SDU, em que eles fizeram um levantamento do histórico do parcelamento do
220 solo no entorno como uma contextualização com relação aos gravames do Plano Diretor,
221 que são os dois pontos principais aqui análise. A gente trouxe o parágrafo de conclusão
222 dessa análise e que coloca é que viável a exclusão, colocando justamente essa função
223 dessa conexão já teria sido perdida e faz uma análise com relação ao que consta do anexo
224 8.1 do Plano Diretor, que trata dos padrões do loteamento. Então, cita as duas faces de
225 quarteirão que resultam tendo esse desgravame, entendendo como um quarteirão inteiro,
226 com 240m na face norte e 220 na face sul, consideradas dimensões satisfatórias relação
227 anexo do plano. Esse parecer é reforçado por um segundo técnico dentro da estrutura da
228 SMDE em que a gente achou importante trazer, porque também reforça que as ligações
229 previstas entre paralelas, a viela 8, Jardim Guanabara, foram gravadas em diversas
230 resoluções, que esse seria um trecho isolado que permaneceu e que isso também
231 reforçava esse entendimento de que esse desgravame poderia ser realizado,
232 tecnicamente, sem comprometer a estruturação urbana do entorno. A última informação, é
233 importante ali, porque teve esse questionamento em relação à PGM, porque em algum
234 momento foi citado se seria ou não um próprio municipal mas, a PGM esclareceu que o
235 primeiro passo dentro desse trâmite seria esse desgravame. E daí tem aqui o restante da
236 consideração da PGM, mas acho que a informação mais importante, que a gente está
237 analisando dentro do âmbito do Conselho é o desgravame. E é isso. **Germano Bremm,**
238 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
239 Obrigado. A gente vai ajustando o tempo, mas é de muita contribuição para que todos
240 entendam. Tem conselheiros inscritos para a discussão? Lembrando que cada conselheiro
241 tem 2 minutos para discutir o projeto. Conselheiro Hermes, Felisberto, Conselheira
242 Claudete. Eu vou encerrar a inscrição e abrir para discussão. Então, o Conselheiro Hermes
243 o primeiro inscrito. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no**
244 **Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** O comentário ou a pergunta que eu gostaria



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

de fazer é porque me surpreendeu, tu falaste que o requerente disse que... Tipo, que não há interesse. Foi consultada a população vizinha, o condomínio? Porque eu me lembro dos desgravames da Vila Assunção, que eram pedidas, foram muitos desgravames feitos de passarela da Vila Assunção, eles sempre eram requeridos pelos lindeiros, pelos vizinhos, pelos lindeiros à passarela. Eles sempre argumentavam que não havia interesse, que a ninguém interessava. Uma vez a gente resolveu pesquisar e centenas de pessoas queriam usar, principalmente o pessoal que trabalhava, que andava de ônibus, que às vezes tinha que dar uma volta, andar mais de 1km para poder chegar no mesmo ponto. Lógico, se o interessado está pedindo desgravame, não pode consultar ele para saber se não tem interesse, teria que consultar uma comunidade mais ampla para que se pudesse fazer, eu nem digo fazer justiça, mas para formar uma opinião justa, correta. Tu vais perguntar para o próprio interessado se alguém tem interesse, é óbvio que ele vai dizer que não. E eu não vi nenhum movimento anteriormente na discussão desse processo, se foi questionada a população em um raio de influência. Eu acho um crime que se faça esses desgravames. Normalmente a população requer por questão de segurança. Às vezes é área mal cuidada, que, normalmente, o Poder público e a própria comunidade não cuida, termina virando lugar de pessoas ou de lixo, mas do ponto de vista do desenho urbano isso é um crime, um quarteirão de 200 e poucos metros, embora seja legal, é completamente benéfico para a população. Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** É na mesma linha do Hermes, a minha preocupação é se a comunidade foi ouvida, até porque esse traçado, esse gravame deve ser utilizado pela população. E a quem será incorporado esse terreno, aos lindeiros? Isso era de uso público, não era privado. E agora passará a ser privado. Então, isso é um esclarecimento, eu tenho dúvida. E também eu vi que teve um relato de vista, eu gostaria que fosse lembrado, se puder ser lembrado o relato de vista. É isso. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Primeiro, eu queria lembrar, então, que eu fiz a solicitação de encaminhamento que fosse submetido agora a um parecer técnico, já que há uma definição sobre o bem. Segunda questão é que foi muito bem colocado pelo Hermes que o que importa aqui é o interesse público e não o interesse privado. E um dos pedidos é que o parecer técnico seja adequado ao pedido do requerente. O requerente não manifestou interesse nenhum em comprar o imóvel. Então, não tem porque ser desgravado. A gente tem que atender aqui o interesse público. Segundo é que me causa estranheza a apresentação pela conselheira, embora ela pertença também à Secretaria, parece que a gente está tendo uma acumulação de funções aqui. Então, eu vou lá, participo da CAUGE, venho aqui, apresento, vou lá, faço da secretaria, venho aqui eu acho que é uma acumulação indevida, na verdade. E como foi colocado em uma votação, até outra questão bem estranha, porque antes mesmo de ser votada essa nova formatação, já se tinha certeza do encaminhamento, porque o processo deveria ser favorável à prorrogação para o relator apresentar, e o que não se viu hoje foi a apresentação do relator. Seriam essas as considerações. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Lembrando que esse processo, encerradas as inscrições e debates para encaminhamento de votação. Foi distribuído na data de 12/07/2019, teve parecer favorável do relator em 30/07/2019, com os retornos de vista na semana que passou, com relato de vista a partir da diligência da Conselheira Claudete. Nesse sentido, em sendo o parecer favorável do relator, eu coloco em votação o presente processo: **19.0.000040019-06. (Votação nominal):** Conselheiro Furtado, como vota? **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável, Presidente. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Transporte e Circulação – EPTC: Favorável. Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP: Favorável. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Favorável. Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE: Favorável. Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM: Favorável. Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI: Favorável. Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Abstenção pela não consulta à comunidade. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Nulo. Abstenção por nulidade de votação. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Favorável. Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS: Abstenção. Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Contrário. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Contrário com declaração de votação. Voto contrário, eu não entendi nenhum ganho para o interesse público, muito antes pelo contrário. Obrigado. Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS: Favorável com o Relator. Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Acompanhando o relatório voto favorável. Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Contrário, meu presidente. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Contrário com declaração de voto. Contrário por não ter ouvido as respostas às minhas indagações e na mesma linha do Hermes. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Lembrando sempre a possibilidade da declaração de voto, na questão regimental pode ser por escrito. Conselheiro Adroaldo. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: Eu entrei atrasado, vou votar abstenção. Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Favorável. Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4: Eu vou votar contra, porque eu não entendi para quem, na verdade, favorece essa votação. Para mim ficou muito estranho, a população não se manifestou e aqui na minha região nós temos sérios problemas em relação a isso. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Favorável. Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Secretário, eu vou fazer uma declaração de voto. Eu estive no local, nós tínhamos uma preocupação que de fato uma comunidade... Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Conselheira... Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Pesquisa. Eu sou contrária, assim como vu ser na outra e nós outra também. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Lembrando que a gente tem essa possibilidade regimental de prever a declaração de voto, pode fazer por escrito, como prevê o regimento. Conselheiro Dinar. O Conselheiro Dinar não está presente. Como vota o conselheiro Emerson. Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA: Favorável. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Vamos fazer a contagem dos votos: 14 votos favoráveis, 04 abstenções e 06 votos contrários. Então, a gente aprova o desgravame de traçado viário, que foi distribuído



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

na data 12/07/2019 e teve parecer favorável do relator em 30/07/2019 e agente disponibilizou no acesso eletrônico para todos os Conselheiros. Temos duas Questões de Ordem, Conselheiros Hermes e Felisberto. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, a Questão de Ordem é a essa declaração de voto, salvo melhor juízo do nosso regulamento, ele diz que tem que ser por escrito, mas ele não proíbe que seja lido. Eu acho que é da maior importância ler uma declaração de voto. Eu não vejo porque isso, para os amigos pode tudo, para os inimigos não pode nada. É assim, é de uma estupidez, o senhor só cria mais decisão e mais divergência, esse radicalismo que o senhor tem em conduzir as reuniões. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Lembrando que a gente segue as questões regimentais previamente estabelecidas, todos têm a oportunidade de debater antes de colocar em votação, tem 2 minutos para debate, para manifestar contrariedade, favorável, enfim, trazer todos os seus argumentos e defender se entende como adequado ou não. O processo, naturalmente, tem que ter algumas regras de tramitação e a gente tem que definir essas regras antes de entrar no processo de discussão e temos que tentar segui-las. Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A minha Questão de Ordem é na mesma linha do Hermes. Eu acho que hoje nós estamos sintonizados, Hermes. É o seguinte, Secretário, esse regimento foi feito antes da pandemia. Então, a Questão de Ordem, mesmo por escrito, eu me sinto cerceado no meu direito, porque se nós gravamos a sessão eu quero que a minha declaração de voto fique gravada junto com a minha imagem do momento que eu falo. Eu acho que o senhor anda conduzido de maneira autoritária, porque o senhor tem o controle do microfone e isso é um autoritarismo, não é democrático, não oportuniza aos conselheiros se manifestarem ou levantarem Questão de Ordem. O senhor conduz a votação como o senhor quer. Eu acho que o senhor está violentando a democracia. E tem mais uma coisa, os processos, o senhor tem toda uma estrutura mantida pelo poder público e nós mantemos a nossa estrutura por conta própria, como Conselheiro. Então, é muito fácil dizer que nós podemos consultar os nossos delegados, nós não temos uma estrutura pública ao lado favor, nós temos que bancar a nossa estrutura e muitos Conselheiros de regiões não têm isso. Então, está sendo cerceado o nosso direito de conselheiro e eu quero deixar isso bem demarcado, porque para mim deveriam ser suspensas todas as análises de processos, porque não tem condições humanitárias de discutir processo. Nós estamos na bandeira vermelha em Porto Alegre... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Deu uma falha aqui no som. Tem uma Questão de Ordem do Conselheiro Rafael. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Retira a minha Questão de Ordem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Só fazendo um esclarecimento, lembrando que a gente tem toda a previsão em resolução, aprovada por ampla maioria deste Conselho. Então, todo o nosso procedimento, as regras, os tempos, eles têm uma previsão regulamentar, naturalmente, como todo e qualquer Conselho deve ter o momento de comunicação, de debate, de discussão dos processos e a gente tem que respeitar esses prazos para te rum bom andamento. O Conselho tem uma importância estratégia em debate da cidade, ele vota as questões dos projetos de 2º grau, nós vivemos um momento bastante atípico, a gente tem que dar continuidade a este trabalho, temos que nos reinventar assim, nesses novos modelos. É nesse sentido que a gente vem construindo essas reuniões e dando a oportunidade de que todos façam as análises dos processos, está tudo muito transparente,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

tudo muito disponível, desde a nossa primeira reunião. Esses processos que nós estamos pautando já teve o relato em 30/07/2019, veja o tempo que se teve para discutir com a comunidade, sendo que foi muito antes da pandemia. Então, é nesse sentido que às vezes a gente tem que ser um pouco duro com os momentos, os tempos aqui, mas para respeitar o entendimento da maioria. Podemos discordar por muitas vezes, mas a democracia vence, a maioria tem que preponderar nas suas decisões do Conselho. Nesse sentido passamos ao **Item 4.02**, que estava em diligência ao Arquivo Municipal. Localizamos o expediente, está sendo digitalizado, vai ser disponibilizado, Conselheiro Gomes, logo a seguir. O Item 4.03: Inovar Participações. Processo: 002.286448.00.7. É uma aprovação de EVU na João de Oliveira Remião. O relator é o Conselheiro do IAB. Ele foi distribuído em 30/07/2019, teve parecer parcial do relator, com alguns encaminhamentos, diligência para a PGM. Teve pedidos de vista, teve relatos de vista, na última reunião o Conselheiro estava em condições de relatar, mas não tínhamos o lembrete por parte do planejamento, postergamos. Consulto o Conselheiro Rafael se pretende fazer a apresentação, o relato e visualmente demonstrar, ou usamos os 3 minutos também, que não vai sair do seu tempo, os 3 minutos para o planejamento faz um resumo? **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**: Eu vou ler o relato e preparei também uma apresentação visual das plantas. Agora, se assim entender interessante a apresentação, por mim não tem problema nenhum. Embora que pese eu tenha manifestado, é importante, eu aponte favorável à apresentação, é importante sempre quando entrar o processo, antes de haver um parecer, depois que há o parecer fica um pouco inoportuno, mas também não me oponho. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**: Como demora bastante tempo, entre uma diligência e outra, fazer esse lembrete. Naturalmente, quando tem o parecer do relator e ele é completo o suficiente não vai haver essa necessidade. A Vaneska fez uma apresentação, a gente pode fazer mais um, até para preparar o modelo para os próximos, para a gente ir aperfeiçoando, depois o senhor faz o relato. Podemos encaminhar assim? **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**: Claro. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**: Perfeito. Vaneska, por favor, seu tempo de 3 minutos. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**: Vou tentar fazer bem rápido, aquela hora até perguntei no chat se eu poderia falar, até para comentar com os conselheiros que a gente está organizando essas informações de todos os processos, porque para a gente é importante para o monitoramento. Então, de qualquer forma, mesmo daqueles que estão sendo relatados, a gente pretende ter essa organização da informação, mas também acho que eu vou passar bem rápido, porque eu recebi também o material que Conselheiro Rafael encaminhou e sei que lá está bem ilustrada a questão. A gente usou mais como exercício também para verificar as informações que poderiam ser organizados a partir de um processo expediente de EVU. Então, aqui na questão do EVU a gente está adicionando um terceiro item, que no desgravame não gostava, porque ele tinha solicitação registrada, parecer técnico. E como se trata de um EVU tem também a questão das adequações solicitadas e o atendimento das diretrizes estabelecidas na comissão. A solicitação é de um projeto de parcelamento do solo de área de 570.616 m². E ali tem o artigo do plano a qual se enquadra essa solicitação, também vou passar rápido para tentar manter meu tempo nessa apresentação. A gente colocou uma imagem que demonstra essa divisão que é feita das duas fases, que eu acho que também vai ser abordado pelo relato do Conselheiro. Então, aqui só para ilustrar que o que está sendo discutida é essa área demarcada em cinza, são esses 570.000 m². A gente também sempre está fazendo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

esse procedimento de localizar dentro da Cidade de Porto Alegre onde é que fica esse expediente, sempre na (Inaudível), depois no bairro e a localização dele, depois uma imagem de satélite para ter uma ideia de como é, qual a ocupação da área atualmente. Para o nosso registro também, a gente faz um lançamento de quais as secretarias, departamentos que se manifestaram, aqui a gente ficou um pouco na dúvida, depois a gente pode falar com relação à metodologia, como alguns órgãos da prefeitura sofreram alteração de nome. Então, a gente está tratando dos temas que foram abordados dentro dessa avaliação técnica: isso esgotos pluviais, água, transporte e circulação, o meio ambiente, cultura, educação, Fazenda, obras e viação, saúde, urbanismo e aquela análise da procuradoria, que também tem acento na comissão. Como forma de ilustrar, como a gente também imaginou que esse processo seria objeto de relato ilustrado pelo Conselheiro, a gente só colocou aqui algumas situações para demonstrar como é que se dá essa relação diretriz e adequação. Isso fica bem claro nessas solicitações de equipamento, tanto por parte das SMED quanto da SMS, em que são solicitados quando tem esse tipo de processo, doação de área para equipamento comunitário. Então, aqui tem a diretriz que foram colocados os parâmetros em que essa área tem que ser oferecida ao município e qual é a área e a adequação nesses equipamentos que foram solicitadas adequações pelo requerente. (Sinalização de tempo esgotado). Então, é essa situação de alteração muitas vezes, porque em alguns casos o equipamento é ofertado em uma posição que é vista tecnicamente como uma posição que não atende ao entorno. A mesma coisa para a Saúde. A SMAMS teve a questão dos corredores ecológicos, que foram demonstrados em planta, que o parcelamento deveria garantir que tivesse a continuidade dos corredores, também é um tipo de ajuste solicitado. E aqui a gente colocou só uma síntese do que foi atendido de diretrizes dentro do processo. Também é importante, como o Secretário comentou, para a gente manter depois o registro para poder encaminhar para os conselheiros e todo mundo poder contribuir de como que poderia ficar mais clara essa prestação de informações. Acho que é isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vaneska, sempre muito boa a apresentação. Eu Passos para o Conselheiro Relator Rafael Passos, que tem 10 minutos para fazer o seu relato. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu estou chamando isto de anexo 1 do parecer. Então, havia uma etapa anterior do processo em que foi proposto um EVU para toda essa área, para toda a atual matrícula. Em determinado momento foi solicitado pelo proponente que fosse feito em duas fases, o que alega usar o art. 152 do Plano Diretor. Depois eu vou lendo o relato. Então, aqui está a linha, como já foi apresentado, essa é a fase um, essa é a fase dois. Só que não há um projeto para a fase dois, há um pedido de fracionamento. E nesse pedido, toda essa parte de diretrizes aqui fica de fora, não se executa essa diretriz, que é parte de todas essas diretrizes aqui, que é uma estruturadora, praticamente, paralela a toda Estrada João de Oliveira Remião. Depois eu vou ler, para instruir melhor, por causa do tempo. Então, esse era o projeto inicial, na etapa anterior. E esse é o projeto atual. Então, fica de fora toda essa área, que é uma área sensível e como não está entrando na Operação Urbana Consorciada. A gente se preocupa com quanto à própria viabilidade de executar esta (Inaudível), quando ele não vai entrar na Operação Urbana Consorciada. O nosso entendimento, e aí eu vou começar a ler o relatório, que em si é: “Trata o presente EVU para fins de loteamento residencial, sito Avenida João de Oliveira Remião, nº 4001 – Bairro Lomba do Pinheiro, RGP. 7. Proprietário Inovar Participações e Incorporações Ltda., responsável técnico Engenheiro Marco Aurélio Coelho Piazza. Além deste relato, consta em anexo apresentação em PDF, contendo plantas e mapas esquemáticos para ilustrar a relatoria. Histórico: O processo em análise tem a etapa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

atual protocolizada em 18/12/2018. Após emissão de diretrizes para a CAUGE, a partir de requerimento do proponente, datado de 27/07/2018. Do qual consta pedido de reconsideração do processo, para nova proposta de EVU, de projeto em duas fases, implicando em pedido de fracionamento. A reconsideração solicitada pelo empreendedor, fls. 3 e 4, refere-se à etapa anterior, na qual tramitava proposta de parcelamento de toda a gleba em fase única, EVU conforme requerimento de 29/06/2017. A gleba se localiza em área contemplada pela Operação Lomba do Pinheiro e tem características ambientais bastante peculiares, remanescentes de Mata Atlântica, cursos d'água, além de ser atingida por importante diretriz viária e continuação da Rua Orquídea. Em um primeiro momento o EVU propunha parcelamento em fase única abrangendo toda gleba, uma área total de 83 hectares, contemplando 1843 unidades unifamiliares, uma população estimada de 7.812 pessoas. Atualmente a fase 1, área de 57 hectares, com 1243 unidades, lotes condominiais, com uma população de 5.356 pessoas, com uma área remanescente de 25,6 hectares. Após a tramitação do referido EVU, tendo sido, inclusive, objeto de análise pela CAUGE por algumas reuniões, o proponente decidiu av de ofício de 02/05/2018, assinado pelo responsável técnico, tramitar processo de loteamento em duas etapas. Segundo para próprio responsável, tal decisão se deu "após análise das diretrizes recebidas e em reuniões mantidas com a SMDE e também sendo levado em consideração o tamanho da área". Em 07/07/2018 foi dada nova entrada a requerimento solicitando diretrizes, ao mesmo tempo em que se refere também à licença prévia. É solicitado pelo proponente o fracionamento para fins de loteamento. Através do Parecer nº 148/2018 da CAUGE, de 07/11/2018, são emitidas as diretrizes, fora do enquadramento da operação urbana consorciada da Lomba do Pinheiro. Em 18 de dezembro de 2018 foi protocolada etapa de EVU, propriamente dita, para o loteamento Calha de Pedra, Fase 1. Em parecer prévio apresentado por este relator, em 27/08/2019, 2019 foi recomendada manifestação do proponente quando à adesão ou não à Operação Urbana Consorciada. Consta do atual processo manifestação do proponente, informando a sua não adesão à operação, datado de 25/10/2019. Na qual o proponente faz referência ao Parecer 027/2017, que delibera sobre as diretrizes urbanísticas para a área, o que resulta na aplicação do regime urbanístico básico. Análise da matéria: A decisão do proponente de encaminhar EVU de loteamento em duas fases, através de fracionamento para fins de loteamentos, conforme art. 152, inciso III, implica na não execução de trecho das diretrizes viárias que atingem as áreas, diretrizes 6724 e 6060. Tampouco, há qualquer garantia da execução em fase subsequente, posto que não há compromisso do empreendedor em levá-las a caso. O caput do art. 152 do PDDUA permite o fracionamento: "Desde que não implique agravamento do traçado do regime urbanístico e dos equipamentos urbanos e comunitários da unidade de estruturação urbana". Em seu pedido de tramitação em duas fases, o proponente assegura a manutenção das mesmas áreas de doação para equipamentos urbanos. Nesse sentido, a análise do EVU em tela traz como questão central a avaliação de eventual implicação do agravamento do traçado viário, oriundo do fracionamento, uma vez que a execução das diretrizes viárias não são mais contempladas. A decisão do proponente de não aderir à Operação Urbana Consorciada da Lomba do Pinheiro, por sua vez, redundando em utilização de regime urbanístico básico, que pode levar a inviabilidade financeira da execução das diretrizes viárias em fase posterior, considerando as dimensões, as condicionantes ambientais da área remanescente, com uma grande incidência de área de APAN - Área de Proteção Ambiental Natural e de zona apta à ocupação, as quais exigem parcelamento em lotes ou cotas ideais de grandes dimensões. A análise que fazemos aqui é condizente com aquela elaborada pelo servidor da Coordenação de Desenvolvimento Urbano, o Arquiteto Urbanista João Marcelo Osório,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

anexado ao processo nas folhas 20 a 22, na qual o servidor lembra: “No caso de utilização do regime urbanístico básico é vedado lotear a gleba na porção atingida pelo zoneamento, apto à ocupação um, onde incide trecho de diretriz viária a ser executada. Não seria possível viabilizar o parcelamento do solo, vinculado ao trecho 2, dada a necessidade de implantação de sistema viário, justamente por meio de loteamento”. Folha 156. Importante lembrar que a aprovação de loteamento em fase única não inviabilizaria a sua execução em duas fases, mas colocaria maiores garantias ante a municipalidade, quanto à execução da diretriz, como também é apontado pelo parecer supracitado. No parecer da CAUGE nº 86/19, parecer técnico emitido pela representante do CMDUA na CAUGE, a Arquiteta Urbanista Gisele Coelho Vargas, contraria esta análise, concluindo não haver agravamento do traçado viário de forma bastante sucinta e sem explicação dos critérios técnicos que embasa, conforme segue. Considerando que a proposta apresenta sistema viário compatível com a malha viária existente, quando as diretrizes previstas no PDDUA, entendemos aplicável o art. 152, por não haver agravamento do traçado viário dos equipamentos urbanos e comunitários da UEU. O parecer se atém à análise de vias constantes do projeto, discorre sobre o impacto do fracionamento sobre o traçado viário do entorno, quando seria objeto de análise, precedendo aquela atinente ao projeto de EVU. Pois é o fracionamento o fator potencial de agravamento do traçado viário. Referente à pedido de diligência solicitada por este Conselho, ensejado pela representação da METROPLAN, cabe destacar alguns pontos da nota técnica emitida pela PGM. A) Considera não parecer razoável obrigar o requerente à execução do traçado viário em toda a gleba, considerando a expressa previsão da possibilidade de fracionamento na forma dos artigos 151 e 152 do PDDUA, inciso III. B) não ficando comprovado agravamento do traçado, considera, em tese, arbitrariedade da administração pública interferência desarrazoado no exercício do direito de propriedade, não demonstrado o relevante interesse público em termos de não ser adequada a condicionante. Considera na análise técnica apenas como competência da CAUGE e à respeito da análise por parte da METROPLAN do parcelamento, é entendimento da PGM que esta é inoportuna na atual fase, a qual deve ser procedida apenas na fase de aprovação do projeto urbanístico. Com o devido respeito à nota técnica da PGM, parece-nos necessário confrontar outros dispositivos previstos no PDDUA, em especial o inciso V, do art. 152, o qual determina o parcelamento de terreno com o objetivo de destacar parte com qualquer dimensão, mesmo que as parcelas estejam vinculadas a projeto de loteamento de forma simultânea, mediante projeto especial de impacto urbano. Quanto às atribuições da CAUGE, previstas no PDDUA e citados pela PGM, cabe destacar o papel previsto ao CMDUA, de estabelecer critérios e procedimentos para análise da CAUGE. Tais critérios e procedimentos, salvo melhor juízo, nunca foram estabelecidos por este Conselho. Cabe-nos, portanto, analisar caso a caso as decisões da CAUGE. Ainda no tocante às competências do CMDUA, o previsto nos artigos 39, inciso IX, que atribui ao CMDUA a competência de aprovar projetos especiais de impacto de segundo e terceiro graus, bem como indicar as alterações que entender necessárias. Ainda sobre a nota técnica da PGM, cabe aqui lembrarmos o disposto no Estatuto da Cidade quanto a função social da propriedade, art. 2º e 39, em especial aquele que fala que a ocupação e uso do solo deve evitar o parcelamento do solo inadequado em relação à infraestrutura, art. 2º, inciso VI, alínea c. O entendimento deste relator e parecer técnico da CVU, que conclui pelo não agravamento do traçado viário, carece de embasamento técnico que sustente contraposição à análise elaborada pelo técnico da CDU, já citado, bem como constantes na etapa anterior do processo. Desse modo, não resta comprovada, tecnicamente, que o fracionamento não incorra em agravamento do traçado viário, sobretudo em uma região da cidade que carece de toda a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

sorte de infraestrutura, incluindo uma trama viária mais conectada e diversa. A Lomba do Pinheiro tem um tecido urbano com baixa conectividade, além das grandes vias arteriais. Assim sendo, quaisquer novos empreendimentos de maior impacto que pretendam se instalar na região, devem promover a estruturação viária. O poder público não pode prescindir de tal premissa, o que nos parece ser o caso no processo interno. Conclusões: após análise do processo conclui-se, a proposta de fracionamento para fins de loteamento causa agravamento no traçado viário do regime urbanístico, posto que prejudica a execução de importante trecho das diretrizes previstas, em desconformidade com o caput do art. 152 do PDDUA. Nesse sentido, é o entendimento deste relator que a melhor tramitação a fim de não incorrer no agravamento supracitado se daria na forma de EVU, fase única e execução do loteamento em duas fases. Incluindo a execução da diretriz viária em termo de compromisso a ser firmado entre a municipalidade e o proponente. Considerando o disposto no art. 152, inciso III e V do PDDUA, art. 39, inciso IX e XI do PDDUA, os quais estabelecem como competências do CMDUA, tanto a aprovação de critérios e procedimentos para avaliação de projetos especiais, quanto à indicar alterações que entender necessárias a tais projetos, concluímos por indicar as seguintes alterações, a fim de atender as condicionantes legais e técnicas previstas para fracionamento, para fins de fracionamento. A elaboração de projeto de EVU de parcelamento do solo, contemplando a totalidade da gleba, ainda que se opte por implantação em duas fases, conforme o disposto pelo art. 152, inciso V do PDDUA. O EVU deverá contemplar a execução das diretrizes viárias 6724 e 6060, ainda em sua fase 1, mediante assinatura de termo de compromisso com o empreendedor”. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Rafael. Inscritos para debater o projeto, nós temos os conselheiros: Maristela, o Conselheiro Felisberto, Darci, Gisele, Artur e Patrícia. Também os conselheiros Sérgio Saffer, Furtado e Emerson. Então, eu disponibilizo 2 minutos. Começando com a Conselheira Maristela, para debater o processo. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Primeiro, eu gostaria de fazer uma consideração, é rapidinho, eu teria motivos, se fosse uma questão pessoal, bastantes motivos, mas não é uma questão pessoal, é uma questão da nossa região, o impacto que isso vai significar. Ela tem uma questão importante como desenvolvimento sim, mas nós temos que levar que em relação à questão de reconhecimento da questão urbana consorciada, que a própria Prefeitura faz questão de fazer de conta e isso está em alguns relatos de que não existe mais. Tanto é o desinteresse total que não há uma articulação e nem se dá estrutura para que o setor envolvido possa se manifestar e nós possamos nos reunir, tem que deixar isso estabelecido. Segundo, a questão viária vai ter um impacto tão grande que impossibilita totalmente a região no sentido de como ela se encontra e como ela vai se desenvolver. E terceiro, finalmente, como era um parecer parcial quando pedi vista, agora com o parecer total, eu quero solicitar vista novamente, até porque agora consta a totalidade. Eu posso, no mínimo, trazer para a comunidade e expor o que aqui está sendo discutido hoje, provavelmente votado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** É na mesma linha da Maristela. Eu agrego mais uma questão, é uma questão que eu queria colocar para o Rafael, se foi também analisado à luz do programa ou projeto que havia, a Lomba do Futuro. E essa área eu conheço bem, é na Parada 9, se não me falha a memória, é uma área que tem também o impacto, como a Maristela diz, na região. Serão quase 10 mil pessoas. Então, é importante ouvir a comunidade. Eu não sei se eu posso pedir vista agora, porque houve o relato do Rafael agora. Então, se puder eu quero ter vista para dar um parecer. Obrigado. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Ambiental – ABES/RS: Eu me inscrevi para dar parabéns ao relator pelo brilhante trabalho, acho que foi exaustivo, de boa análise. Eu até perguntei ali na listinha se não tem parecer de vista. Regimentalmente, é tranquilo, não existia um parecer, agora que foi emitido um parecer. Então, assim como temos feito nos outros processos, pedido de vista não precisa manter o debate, pode cortar o debate e vai à vista dos conselheiros que pedem vista. **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Só para completar o que o Conselheiro Rafael mencionou no parecer, que foi colocado pela coordenação, da minha coordenação, para que não fique uma questão duvidosa. O loteamento que vai ser implantado vai executar a Rua Orquídea. O que o conselheiro colocou e que de fato eu não concordo é que o loteador ao executar a Orquídea, em cima da matrícula, ele tenha que executar além da matrícula para atingir aquela área que ficou fora do fracionamento. Então, a Orquídea é uma avenida muito importante, estruturadora da Lomba do Pinheiro, sem dúvida. Só que não é este empreendimento, muito pelo contrário, porque ele vai executar a Orquídea dando continuidade a ela no empreendimento ao lado. Então, eu pergunto aos conselheiros que estão colocando óbice a este empreendimento, qual seria a opção? Se o loteador não fizer esse loteamento não haverá Orquídea em fase nenhuma, nem ali e nem a continuidade. Se ele for implantado a gente pelo menos pode vislumbrar que a Orquídea vai se conectar à esquerda, com o loteamento ao lado, e, possivelmente, vai ter continuidade à direita. Então, que fique claro isto, não há agravamento nesse sentido, porque a Orquídea terá continuidade, não havendo loteamento não há continuidade da Avenida Orquídea. Obrigada. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Eu gostaria de comentar a importância do art. 2º do Plano, onde prevê esse fracionamento para fins de loteamento, para essas glebas tão grandes, tão difíceis de implantar esses loteamentos em uma região que agente sabe que é tão carente de infraestrutura. Então, o custo de implantação de um empreendimento desse porte é muito alto. Então, há necessidade de ele ser feito em fases, que seja encerrada essa fase desse loteamento, para que ele possa ser viável, economicamente. Isso a gente pode ver muito nas manifestações do Engenheiro Piazza, que é o responsável técnico para esse projeto, é o engenheiro que, provavelmente, tenha construído um terço da Cidade de Porto Alegre, pela experiência que ele tem nesses desenvolvimentos imobiliários. Então, eu vejo esse empreendimento de 440 unidades, 440 lotes, muito adequado para a região, se a gente for olhar a região se desenvolve de uma forma residencial, como o próprio Chácara das Nascentes, ali ao lado, e os empreendimentos que vão acontecer ao longo desse empreendimento, ao longo de toda a João de Oliveira. Então, há necessidade de que aconteça a Orquídea para que a gente possa viabilizar que todos os empreendimentos que venham a se empreender nesses trechos, que tenha a sua viabilidade econômica, que consiga fazer a execução dessas, vias. A gente pode ver que é um empreendimento grande, tem um grande volume de área de praças, de áreas de preservação com todas as nascentes preservadas, com praças que vão caracterizar essa região como um grande empreendimento, tendo terrenos com destinações públicas, para escolas, para praças. Ele acaba resolvendo todas as suas questões de infraestrutura nesse local. A questão de mobilidade, não só pela análise do agravamento do traçado viário, também foi analisada, tem diversos pareceres, analisando o processo, tem diversos pareceres da EPTC, com os estudos de mobilidade para a região, que trazem essa necessidade de ter a Avenida Orquídea implementada. (Sinalização de tempo esgotado). Claro que a gente só tem um pequeno trecho, um trecho que está na Chácara das nascentes e futuramente vai ter a Avenida Orquídea ligando e desafogando a João de Oliveira Remião. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade,**



Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA: Boa noite a todos. Esse processo foi um pouco prejudicado, porque no ano passado foi solicitada a apresentação do empreendedor. Isso não ocorreu por uma série de situações, o empreendedor não pode mandar o seu representante. Então, a gente foi bastante prejudicado, até para poder entender a situação das duas fases e também do atendimento, as medidas mitigatórias, compensatórias e contrapartidas que venham acontecer junto a esse empreendimento. A Rua Orquídea, na parte que pega o loteamento vizinho, já existe, só que hoje ela está impedida em razão da falta de uma ponte. Isso está atrapalhando também a circulação dos moradores do entorno. Então, a Rua Goiás, junto com a Rua Orquídea está hoje impedida em razão de uma ponte. Foi bem colocada a questão da mobilidade, da circulação desses espaços, é bem precário e a gente sabe que quem vai morar nesses empreendimentos geralmente tem carro, e, às vezes, não é só um. Isso atrapalha bastante a questão da mobilidade. Até porque quem anda naquela região é um transtorno andar no final da tarde. Então, essas diretrizes apontadas aí, com certeza seriam bem vindas, porque seriam ligações que dariam acesso a rua da comunidade, a própria Estrada Afonso Loureiro Mariante, entre outras que esta previstas dentro dessa região. Então, eu vou me inteirar bem desses novos pontos. Essa apresentação da secretaria eu acho que esclareceu um pouquinho mais sobre o desenho dos lotes. E a gente sabe que como temática a Operação Urbana Consorciada, nós temos lá o regime como base, que é o Plano Diretor e o regime máximo, que é a Operação Consorciada. Também não entendi porque somente um representante da operação apresentou um relato e não foi discutido com a Operação Urbana, mesmo que fosse contrária a posição ou favorável. (Sinalização de tempo esgotado). Então, queria colocar as observações, até porque vai ter bastante assunto esse processo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, primeiro, quero fazer uma saudação ao relator pela abordagem que fez do problema, dessa proposta, fazendo uma análise bastante profunda. Eu acho que aborda todos os aspectos e coloca em evidência uma prerrogativa do Conselho, que a gente pouco usa, oportunizando neste trabalho que a gente venha a discutir e reconsiderar melhor algumas abordagens. Quando nos fala dessa intervenção que nós podemos ter assegurado, eu não anotei o artigo aqui, é o 39, quando além de aprovar projetos especiais de impacto urbano de primeiro e segundo graus, também nos cabe indicar alterações se necessárias. E a leitura que eu faço do parecer do relator é que é exatamente isso, ele faz abordagem, ele faz avaliação, ele faz análise da proposta desse empreendimento e indica uma alteração importante para a mobilidade urbana daquela região. A gente sabe e muitos sabem quanto são custosas as implantações da infraestrutura urbana em Porto Alegre e de uma região carente. Como é o caso ali da Lomba. Então, essa sugestão que o conselheiro relator coloca, eu acho importante ser analisada e de ser considerada. Eu acho que complementa o empreendimento sem desmerecer em hipótese nenhuma as avaliações e análise que os técnicos da prefeitura fizeram. Então, nesse sentido é a minha colocação. Parabéns pelo relatório. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. (Inaudível/interferência no áudio)... também foi muito feliz, só não concordo plenamente com o relato do Conselheiro Rafael, porque o mim ficou claro que quando o empreendedor (Inaudível/interferência no áudio) a Rua Orquídea, que ele chamou de primeira fase, depois da Rua Orquídea, não porque ele queira, mas porque talvez o traçado que a Prefeitura fez, a Orquídea passa por uma gleba vizinha, depois a Orquídea volta para a gleba dela mais adiante. Então, se eu fosse o empreendedor, como que eu ia depender de um empreendimento vizinho para dar acesso a outra fase, que ele chamou de outra fase, no próprio empreendimento? Então, quando a gente vê, naquela que ele chamou de primeira fase, ele está completando



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

(Inaudível/interferência no áudio). Na segunda fase, quando o traçado da Rua Orquídea for contemplado, entendo assim, desculpa se entendi errado, mas eu entendo dessa forma, que desfavorece o empreendimento dele naquela parte mais ao fundo, se a Orquídea não tiver executada pelo seu vizinho. Então, eu se fosse dono desse empreendimento faria a mesma coisa, é racional isso, qualquer um pensaria assim. Então, vou esperar que essa via estruturadora passe pelo meu vizinho e depois vai contemplar o meu vizinho lá atrás. (Inaudível/interferência no áudio). Como vou fazer, faço um pedaço a outra, da orquídea, porque o vizinho não vai fazer o empreendimento no mesmo... (Sinalização de tempo esgotado). Então, para mim ficou uma coisa, que não é plausível fazer em duas fases, a operação urbana... (Inaudível/interferência no áudio). Isso não quer dizer que ele não vai ter medidas mitigatórias a fazer, a própria Rua Orquídea é uma delas, ele apenas não vai aderir à Operação Urbana Consorciada. Então, parece o racional, embora o Rafael apontou muito bem todas as questões, mas é assim que eu vejo, não tenho óbice nenhum, não vi erro dele fazer em duas fases, já que o empreendimento dele vai ser desfavorável... (Sinalização de tempo esgotado)... se a Orquídea não continuar. É a minha posição, muito obrigado. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu queria parabenizar o Rafael, realmente, excelente apresentação e eu acho que tem que dar mais tempo para a Vaneska, porque eu acho que ajuda. A gente tem que discutir um pouco mais esse assunto. Eu queria entende rum pouco também, Rafael, mesmo tendo vista, como alguém colocou, eu acho que vale a pena a gente continuar como estamos no debate aqui, porque também está quente o assunto e a gente tira as dúvidas. Eu tenho uma dúvida, que eu queria entender entre a fase um e dois, se aquele pedaço da Rua Orquídea existe. Segundo, queria entender se pode, pelo que eu estou entendendo esse parecer, não sei como que a gente vai se posicionar, é um parecer favorável com essas considerações como o Gomes e o Rafael citaram. Então, se isso vai ser reencaminhado para a CAUGE para fazer essa análise. E terceiro é se existe a possibilidade de um parecer da CAUGE ou onde o empreendedor faça a fase um e se comprometa, mesmo não aprovando o EVU total, dele fazer essa fase, ou está já na contrapartida ele fazer aquele pedaço final ali. É o pedaço da área dois, isso que eu pergunto. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Assim, eu vejo uma importância muito grande desse projeto, no sentido do desenvolvimento da Lomba do Pinheiro, que carece de tudo. Eu não vejo problema nenhum das diferentes fases, a primeira fase, depois a segunda fase, sem maiores problemas, vejo como um complemento da própria Prefeitura no desenvolvimento da área, desses projetos que são tão importantes para a região, na abertura dessas vias, como a própria Orquídea. Eu não vejo problema nenhum nisso. Eu vejo é uma dificuldade grande de projetos para aquela região, é sensível sim, mas é garantido pela legislação a questão das áreas de APAN. Também é importante observar que como ele segue na fase um como regime básico, não precisa passar pela Operação Lomba do Pinheiro. Então, é importante que se veja o sentido do desenvolvimento da região. Felisberto, isso é muito importante... (Inaudível/interferência no áudio)... que possa, inclusive, trabalhar com os projetos de regularização fundiária no local, que são muitos que temos lá. É importante esse desenvolvimento, acho esse projeto fundamental para a região. É certo que alguns ajustes devem ser feitos, mas vejo necessário o interesse público e como interesse social para o desenvolvimento da Lomba do Pinheiro. Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Tem uma questão, assim, absolutamente técnica para falar, que eu acho que tem, Rafael, um equívoco na tua interpretação, porque, primeiro, quando a gente trata de Operação Urbana Consorciada a opção de adotar a Operação Urbana Consorciada, a opção é do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

empreendedor, não é do município. E aí no momento que a gente tira a Operação Urbana Consorciada vale o que está no Plano Diretor. O que está no Plano Diretor, o que ele solicita é um fracionamento com base no art. 152, inciso III. O que acontece? O 152 fala em agravamento de traçado e o agravamento de traçado, no momento em que tu tens duas glebas tão grandes, a cada gleba ela vai continuar sendo um projeto de loteamento de maneira independente. Então, no momento em que esta continua sendo loteamento e essa continua sendo loteamento, a gente não vê agravamento de traçado. Agora, no momento que se pede para uma área de loteamento, por exemplo, fazer uma rua antes desse loteamento ser implementado, aí sim tu causas agravamento de traçado, porque é a porção de um lado e a porção do outro, tu não tens garantia que ela vai ter as destinações de área pública devidas. Então, tem esse equívoco. E outra coisa muito importante, eu acho que fica o equívoco, que a gente não pode obrigar, na medida em que tu fazes o fracionamento, que as duas áreas tenham determinados compromissos. No momento em que ele pede o fracionamento, cada uma é independente e aí, como diz o art. 134, parcelamento do solo é a divisão da terra em unidades juridicamente independentes, com vista à edificação, podendo ser realizadas nas formas de loteamento, desmembramento e fracionamento. Então, no momento que tu separas, cada um deles é uma coisa diferente. Inclusive, o fracionamento em si nem é enquadrado como projeto urbano de segundo grau. Ele entrou, na verdade, na CAUGE, mais pela questão do loteamento, que aí sim ele teria que ser analisado, mas me preocupa muito essa questão... (Sinalização de tempo esgotado). Desculpa, já estou concluindo... De pedir para executar em um sistema viário, em uma área que não vai passar e a destinação de área pública pode diminuir. Então, isso tem agravamento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Patrícia. Então, nós temos a possibilidade do relato de vista, lembrando que embora este processo já teve o momento da vista, está há bastante tempo, mas como a gente implementou esse novo procedimento, no formato virtual e o relator está fazendo hoje o relato, a partir das diligências, a gente tem essa possibilidade de mais uma semana ter o relato de vista. Embora todo mundo já tenha acesso ao processo, desde o ano passado e disponível de forma eletrônica. A gente tem essa previsão do relato de vista para mais uma semana. Na data de hoje a gente encerra as discussões deste projeto e na próxima semana iremos votar o relato. O Conselheiro Rafael quer falar, foram levantadas algumas questões. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu até pontuei aqui, assim, primeiro, respondendo a Gisele, não compreenda nada de forma pessoal. O que eu preciso é justamente sustentar. Se eu tenho uma opinião com técnica contrária, eu preciso sustentá-la com base no que é trazido. Então, por isso eu cito o que está escrito e a autoria. Eu entendo, por outro lado, que a tua argumentação não sustenta o fato de não haver o agravamento do fracionamento e dizer que – ah, se não houver o fracionamento que ele está pedindo não vai haver loteamento. Quer dizer, tudo é conjectura. Ele vinha tramitando integral, por que pode ser que não tenha o fracionamento? Fases, a questão das diretrizes, eu me preocupo justamente é com a viabilidade. Por quê? Se ele deixar para fazer essa diretriz na fase dois, a fase dois, pelo baixíssimo potencial que lhe resta, vai restar inviável para fazer uma diretriz daquele tamanho. Então, a gente tem que garantir o fracionamento, isso acaba agravando. Eu reforço, o proponente vinha na intenção de fazer (Inaudível/interferência no áudio). A EPTC faz manifestações sobre o projeto urbanístico, cabe mais a CDU, que é a análise do contexto, ou seja, mais amplo o impacto sobre as questões urbanísticas mais amplas. Emerson, eu que já foi mais ou menos respondido por alguém. Quer dizer, só vai para o comitê da Operação da Lomba se ele aderir à Operação Urbana. Não aderindo ele segue o trâmite, o rito normal. Então, não teria porque ir para o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

comitê. Gomes, obrigado, fico feliz pelas palavras. Dal Molin, hoje é uma matrícula, o que nós estamos analisando é justamente o pedido para que se divida em duas e isso chama o fracionamento para fins de fracionamento. Aí ficamos em uma questão, que é o seguinte, o próprio inciso V é muito claro, ele só pode fazer... (Sinalização de tempo esgotado)... para que ele tenha direito ao fracionamento para fins de loteamento, ele só pode fazer se aprovar o projeto de loteamento de forma simultânea, das duas partes. Assim, para mim é solar o que diz o inciso V do art. 152. Ele tem direito ao fracionamento se aprovar o EVU das duas fases, não ter EVU das duas fases, ele está apenas apresentando o EVU da fase um. Ou seja, tudo bem, ele pode fazer o projeto e construir a fase dois quando ele quiser. Agora, nós temos que analisar como um todo e aprovar que ele vai se comprometer como um todo, porque senão ele vai ter que fazer essa diretriz com que dinheiro? Depois ele não vai fazer e vai sobrar para quem? Para o erário ter que construir essa rua daqui mais um tempo. Eu acho que aí o nosso interesse público fica prejudicado por um bom tempo.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Rafael. Então, a gente encerra o período de discussão desse projeto, na próxima sessão teremos um relato de vista do Conselheiro Felisberto, Conselheira Maristela e o Conselheiro Emerson. A Conselheira Claudete também. A Sônia pediu ali um esclarecimento, mas como a gente tem o prazo regimental, a apresentação feita deve ser lá naqueles 03 minutos iniciais, feita pelo planejamento. Tem uma regra, nós temos que seguir o que foi estabelecido. O Conselheiro Guilherme pede vista também. Na próxima reunião faremos os relatos de vista e votar o processo. Então, não havendo mais inscritos para o relato de vista, eu encerro a inscrição e coloco para a próxima pauta. Então, a gente passa ao período de Comunicação, estamos avançando no horário.

3. COMUNICAÇÃO. Temos inscritos para o período de Comunicação: Furtado, Felisberto, Mark, Hermes, Rafael Passos, Maristela, Darci, Emerson, Gomes e Sérgio Saffer. Por favor, Conselheiro Felisberto com a palavra. Lembrando que na próxima quinta-feira nós temos reunião extraordinária convocada para tratar as questões da pauta, em função do acúmulo que a gente teve, para podermos avançar um pouco nos debates.

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: O meu pedido de comunicação é relatar um pouco o que aconteceu este fim de semana em algumas comunidades, tanto das Ilhas como na comunidade da Dorival Castilhos, os alagamentos. Então, é importante que o governo e este Coin também se preocupe com isso, porque foi muito triste ver pessoas sofrendo em uma época que é necessário ter cuidados de higiene e um série de coisas em vista da pandemia. Então, eu peço que este Conselho também se debruce sobre essas questões. A outra questão, Secretário, é que essas reuniões extraordinárias sejam discutidas com os conselheiros, para que a gente possa também pautar alguns assuntos de interesse.

Obrigado. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** A minha comunicação é a minha estranheza dessa convocação extraordinária, a nossa vida está pautada por reuniões durante a semana e nós assumimos compromissos com antecedência. E eu fui surpreendido pela convocação para quinta-feira, às 18 horas. Eu gostaria de ponderar ao conjunto de conselheiros e conselheiras para que nós revisássemos essa decisão, porque nós já demos 2 horas desta semana para o nosso Conselho, para a nossa cidade. Eu gostaria de argumentar no sentido de que esta reunião extraordinária não acontecesse na quinta-feira e sim que tivéssemos reunião na próxima terça-feira, dia 21, não no dia 16. Era essa a minha ponderação a todas as colegas e os colegas Conselheiras e Conselheiros do CMDUA.

Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Eu também reforço as palavras do Mark, Secretário, sem ter falado com ele. Claro, se necessária uma



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

reunião extraordinária, deveria se consultar os conselheiros antes, até para achar uma data, um dia da semana que a maioria pudesse e não fazer, mais uma vez de cima para baixo. É quinta-feira e deu! Eu também estou com dificuldade de comparecer. Eu sei que se tiver pauta não é problema, só que nós fomos pegos de surpresa, sem uma consulta prévia. É óbvio que não vai ter um dia que todo mundo possa, mas talvez tenha um dia que a maioria possa. A segunda questão, que, na verdade, eu pedi, vou ser rápido, é até em função de uma provocação, de um questionamento que o Guilherme colocou no chat, sobre o tempo. Esse processo está há um ano aqui. Eu queria mais uma vez pedir uma correção e fazer um relato, principalmente para o Guilherme. Eu tenho um processo que sou o relator, o 4.04, que foi para a PGM em 24/09, ele foi para a PGM, mas não foi. Ele foi em diligência para a PGM, mas Secretaria não mandou para a PGM, daí ele voltou com um esclarecimento de um técnico e aqui está como se a PGM tivesse retornado e atendido. Na verdade, não foi. Daí ele terminou indo de novo no dia 21/11 e não voltou ainda, ou seja, ele está há 10 meses da PGM, daqui a pouco vem um Conselheiro, o Guilherme ou outro, dizer que nós não podemos mais perder tempo com um processo que está há um ano tramitando. Eu acho que tem que analisar caso a caso. Eu, enquanto funcionário público, a gente volta e meia pegava esses processos que os requerentes diziam – Mas o meu processo está há um ano tramitando. Aí ia ver, o processo estava há 7 meses em comparecimento, naquela época não indeferiam. Então, nós não podemos usar esse argumento que está há muito tempo. O que está há muito tempo, eu sempre acho que está há muito tempo, mas nós temos que ver o que é esse “muito tempo”, se ele está há um ano e ficou 10 meses na PGM, tem que dar um desconto, se ele ficou 10 meses com um Conselheiro, o que é impossível, porque o Regimento não permite, também teria que conversar com esse conselheiro. Então, eu acho que essas generalizações são muito ruins, para os funcionários, porque às vezes parece que eles estão há meses com o processo, para os conselheiros. Quando a gente for discutir o processo que está há muito tempo, então, vamos pegar e ver qual o tempo. Pede para fazer uma análise antes e ver quanto tempo ele está parado com o requerente, quanto tempo com o conselheiro, quanto tempo tem de pandemia, etc. e etc. Era isso, obrigado. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu gostaria de manifestar, não pelos mesmos motivos que já foram manifestos, pela convocação da extraordinária, mas pela questão de que estamos todos nos adaptando à excepcionalidade do remoto, no que pese a importância de analisarmos os processos. Inclusive, já chegamos a quarta reunião em que a gente tem que tratar uma vez por meses de outras pautas que não só os processos administrativos. Então, gostaria de registrar isso também, nós temos outras pautas atinentes ao processo para tratar no CMDUA e que deveriam ser atendidas. Então, preocupa de que a gente não conseguiu resolver o básico, por exemplo, como conseguir que essa reunião funcione em algum canal acessível, como um You Tube, como uma rede social, algo que não é difícil. E eu gostaria de pedir, na próxima reunião, que nos fossem esclarecidos os artigos 12 e 17, senão um debate maior sobre os decretos 20655, o decreto que foi publicado ontem, que pelo que eu entendi, salvo melhor juízo, nos retira a atribuição de relatar processos que vão tramitar como prioridade, que pese – olha, eu tenho dúvida que essa prioridade de projeto seja de 5.000 m² e de fato contemple uma questão de atender a cadeia de forma equânime, porque metade da mão de obra da construção civil está entre as pequenas empresas que não são essas que fazem essas obras desse porte. Tampouco, 75% dos arquitetos registram as suas atividades no CAU, fazem projetos menores que 1000 m². Então, eu tenho dúvidas sobre o real efeito sobre a economia, se não está atendendo simplesmente um nicho específico e se preocupando com 80% dos CNPJs relacionados à construção civil em Porto Alegre. O senhor apresentaria esses



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

dados em momento oportuno, mas esses são dados que eu já levantei em relação ao decreto de ontem. Então, isso me preocupa, mas, sobretudo, dos artigos 12 e 17, que me parece que estão invadindo prerrogativas do nosso regimento interno, que não poderia ser objeto de decreto municipal. E me preocupa mais ainda se a minha compreensão estiver correta de que nós não vamos mais poder fazer pareceres e relatos do que vem com base nesse novo decreto. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Neste rápido período de Comunicação acho que é importante levarmos em consideração que todo esse momento que nós estamos vivendo na nossa cidade, nós temos bastantes pessoas que, infelizmente, muito próximas de nós estão acometidos da questão do Covid, que nós estamos fazendo todo um empenho para podermos estar próximos das comunidades, onde o governo não está cumprindo o seu papel de estado. Hoje não apenas aqueles que estavam corriqueiramente precisando de alimentação, de estrutura, enfim, mas hoje a própria classe média na nossa região também está sendo profundamente atingida. E quero lamentar quando eu ouço técnicos falarem na questão de desenvolvimento, quando técnicos da prefeitura ajudaram a construir e ouvir a comunidade para o seu desenvolvimento, como foi a Lei Consorciada Lomba do Pinheiro e que hoje é simplesmente ridicularizado todo aquele trabalho que fizemos com a nossa região. Aí vem falar de desenvolvimento da nossa região, de um olhar de fora para dentro. Não que nós não aceitemos opinião, até porque nós ouvimos muito, né. Então, isso nos deixa, profundamente, chocados, estarrecidos, quando colegas desprezam o trabalho de colegas. Eu sei que têm concepções que são diferentes, não sou uma ignorante, mas da forma que está sendo feito é de um utilitarismo com olhar de empreendedores e não de respeito ao desenvolvimento de uma comunidade. Então, eu quero, Senhor Secretário, com isso encaminhar através da Conselheira Patrícia uma reunião urgente da questão da Lei Consorciada do Pinheiro, até porque a questão da supressão da lei, eu sei que tem parecer técnico sobre o que foi comandado pela Câmara de Vereadores, mas hoje é um novo pedido dos empreendedores em relação à supressão. Não é por acaso que está sendo feito emendinhas aqui de supressão de regulamentação de rua, de gravame. Tudo diz respeito a um complexo de coisas que dizem respeito a nossa vida. Então, Patrícia, eu gostaria de solicitar essa reunião. É sério! Nós sabemos que tem outros encaminhamentos sendo feitos pelo prefeito e está nos preocupando, porque todo mundo é bem informado aqui. Então, por favor, é um encaminhamento e nós solicitamos isso. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu gostaria de rapidamente falar de dois pontos. Eu já dei o relato na outra reunião, que estava tramitando no Congresso Nacional a lei que toca a nossa lei nacional de saneamento. Infelizmente, a lei foi aprovada, e deverá estar sendo sancionada, provavelmente, pelo o que está sendo divulgada, pelos prazos, amanhã. Então, salientar de novo para os servidores públicos que estão aqui nesta reunião, que trabalham, que já passaram ou que têm preocupação com o saneamento da cidade, que depois de amanhã pode mudar toda a legislação. O DMAE, DMLU, que já tiveram 4 mil funcionários, hoje tem bem menos, mas vão chegar a zero, porque a lei abre para a privatização desses serviços, entregando à iniciativa privada, inclusive, a parte de gestão. A iniciativa privada sempre teve participação na parte de saneamento, como contratados, hoje, com esse projeto de lei, vão simplesmente passar a mandar nas cidades do nosso Brasil, no saneamento. Essa é a primeira constatação que falo como representante da ABES. Como eu sei que ainda não assumiu a representante da UFRGS, também é importante eu como professor da UFRGS há 42 anos, noticiar que ontem passamos pelo processo de eleição do nosso reitor, tínhamos três chapas inscritas, em que a atual administração da universidade conseguiu a aprovação da comunidade acadêmica para se manter mais 04 anos na gestão da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

universidade. Então, o Professor Rui Oppermann ganhou as eleições e na sexta-feira teremos reunião do nosso Conselho Universitário, que deve confirmar esse nome, temos que pedir o apoio do resto da comunidade, de todos os representantes da comunidade, quem tem algum contato parlamentar para que chegue nesses parlamentares e solicitem que essa decisão da comunidade seja respeitada. Vamos ter neste atual governo vários processos de eleição, se as eleições de reitores não forem respeitadas, sendo nomeados interventores. Isso é uma prática deste governo e que a gente está peleando para que na UFRGS não aconteça. Então, só para registrar aí. Obrigado. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Boa noite. Eu queria só colocar essa questão da reunião extraordinária, porque como foi uma reclamação de boa parte dos conselheiros sobre a reunião de quinta-feira, eu também entendo que não seria necessário fazer. Eu acredito que tem bastante processo para ser discutido, mas eu não entendo a necessidade de fazer uma reunião a cada dois dias, praticamente, porque hoje é terça-feira, pauta e volta de novo na quinta-feira. Então, eu tenho esse entendimento, gostaria que outros conselheiros também se manifestassem, senão a gente vai virar só em reunião, a semana inteira reunião só do CMDUA. Então, eu gostaria que colocasse em votação essa situação, porque quem tem que definir são os conselheiros, senão não vai haver *quorum* na próxima quinta-feira. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** pelo adiantado da hora, só quero registrar, se tiver a opção de não fazer essa reunião na quinta-feira, ao menos nesta quinta-feira, porque me pegou de surpresa também, eu tenho outra programação. Aí a gente discute melhor essa necessidade de fazer reuniões extraordinárias. Eu lembro que foi o Paulo Jorge que levantou essa questão na última reunião e para minha surpresa foi a adesão imediata. Eu sei que a gente tem uma pauta enorme, acho que são mais de 30 processos para ver. De repente até vamos fazer algumas extraordinária, mas não necessariamente toda semana, mas dentro do possível colocar para o conjunto dos conselheiros a discussão dessa necessidade, até onde vai isso. Eu imagino que vamos voltar a um ritmo de pandemia, não tem um dinamismo, uma exigência tão grande. É isso que eu queria deixar registrado, Conselheiros. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite, pessoal. Eu queria comentar que a ASBEA tem feito várias lives nas segundas-feiras. Ontem nós convidamos, e queria agradecer ao corpo do município, a Patrícia, a Vaneska e a Renata, com debates sobre a pandemia e a revisão do Plano Diretor. Eu vi que o Emílio também estava participando da reunião, achei legal. Tem outros conselheiros que estavam, mas queria primeiro agradecer à participação de vocês. Acho que foi bem legal, porque tiraram várias dúvidas do que está acontecendo. Eu divulguei dentro do grupo para os conselheiros, sei que nem todos conselheiros estão no grupo. Poderia ter comentado na reunião anterior, mas é que a gente programa meio rápido essas coisas e eu esqueci. Peço desculpa a todos, poderia ter comunicado na reunião da terça passada. Sobre as extraordinárias, vou fazer uma sugestão, talvez aumentar um pouco a duração da reunião. Eu sei que é cansativo as 2 horas, mas me parece outra sugestão, é uma ideia, podemos fazer uma tentativa, porque 2 horas aqui já é bastante. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Saffer. Então, encerramos o período de Comunicação. Eu sei que é moroso, todos temos os nossos compromissos, é complexo a gente marcar uma agenda, sei que todos têm suas agendas. Eu não coloquei em votação essa questão da convocação, fiz alguns diálogos no sentido da data mais propícia, mas por ser uma prerrogativa do regulamento interno, previsto no nosso art. 5º, inciso VIII, depois retido no art. 15. Então, é nesse sentido que eu não coloco



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

em votação, mas é uma prerrogativa do Presidente. Eu acho que é um momento atípico, diferente, ficamos bastante tempo sem as reuniões e os processos foram acumulando. Não vai ser essa rotina, ninguém quer isso, eu acho que uma semana é o suficiente, em seguida vamos ter um dinamismo nos processos e vamos conseguir avançar. Tem uma importância esses projetos para a cidade e muitos deles estão há bastante tempo, antes da pandemia distribuídos. Então, entendemos como importante fazer essa convocação para avançar um pouco mais nos projetos. Então, é muito válido que a gente faça essa discussão, votar e exercer a democracia, que a gente vote esses processos. Esse é um dos papéis do nosso Conselho. Hoje foi muito produtivo e é nesse sentido que a gente propôs a quinta-feira para a continuidade e avançar nos debates. Se nesta quinta-feira ainda ficar com muitos processos pendentes, não conseguir avançar muito, a gente propõe aí para deliberação de todos a extensão em uma hora, enquanto a gente não vencer a pauta das reuniões ordinárias. É importante, de fato, a gente ter essa consciência de todos vocês, de fazer as análises dos processos que estão disponíveis aí na ferramenta SEI, dúvidas tirar com a Gabrielle para a gente chegar no momento das votações com clareza. Afinal de contas, todos os processos já estão disponíveis para todos. Agradeço a oportunidade do debate, tenham todos uma boa noite e nos encontramos na quinta-feira. Peço que todos compareçam na reunião para a gente avançar um pouco nas nossas pautas, pedindo desculpa desde já por aqueles que, porventura, tenham alguma dificuldade de comparecimento por seus compromissos anteriormente assumidos, mas que indiquem seus suplentes. Boa noite!

(Encerra-se às 20h20min)

Germano Bremm

Presidente

Secretária Executiva

Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, retificações e considerações:

Prezadas Conselheiras e Conselheiros:

Li brevemente(?) a ata 2839, de 14.7.2020, e faço as seguintes correções e lembranças:

1) Cons. Felisberto: folha 4, linha 11: vezes ao invés de meses;

2) Cons Gomes: folha 4, linha 20, dou ao invés de dúvidas, pede lista emails de Cons Titulares e Suplentes;

3) Cons Claudete, folha 6, linha 40, relator ao invés de reator;

4) Cons Rafael, folha 11, logo depois de art 152, III, aparece a expressão "treco" das diretrizes??? seria traço? ver qual a palavra adequada;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

- 1071 5) Cons Rafael, folha 12, 5ª linha de baixo para cima aparece a sigla CVU? Significado?;
1072 14ª linha de baixo para cima aparece CAGE, seria CAUGE;
- 1073 6) Cons Maristela, folha 13, aparece uma palavra solta, falecido, suprimir;
- 1074 7) Cons Rafael, folha 19, solicita esclarecimentos art 12 e 17 do Decreto 20655;
- 1075 8) Cons Maristela, folha 20, solicita reunião com Cons Patrícia sobre a lei Consorciada da
1076 Lomba do Pinheiro;
- 1077 9) Presidente CMDUA, folha 22, consta prorrogação, deveria ser prerrogativa;
- 1078 10) Avalio que prerrogativa da Presidência é ampliar alguns minutos uma reunião, mas a
1079 imposição de reuniões extraordinárias em sequência, precisa de uma discussão coletiva,
1080 com motivação para a decisão. Se o nosso regimento autoriza isso precisa ser revisto, é
1081 minha opinião.
- 1082 Cordiais saudações, dentro de nosso clima de conversação e respeito, em nosso trabalho a
1083 favor da cidade.
- 1084 **Cons. Econ. Mark Ramos Kuschick**
- 1085 **Representante da Sociedade de Economia do RS**
- 1086



ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2840/2020

Aos dezesseis dias do mês de julho de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular) e Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular) e José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação das ATAS RESUMIDAS: 2797, 2798, 2799, 2800, 2801, 2802 e 2803/2019; 3. Comunicações; 4. Ordem do Dia. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h06min. **1. ABERTURA. 3. COMUNICAÇÕES; 4. Ordem do Dia. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**: Damos início a nossa reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Agradeço a presença de todos, o esforço, apesar do frio está todo mundo aí dando quorum para discutir e avançar um pouco na nossa pauta. Como se trata de uma reunião extraordinária e a gente tem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

bastante processo em pauta, eu consulto ao se alguém tem interesse em fazer comunicação ou se tivermos eu vou propor a inversão de pauta, para que a gente deixe para o final e possa avançar. Agora, se, porventura, não tivermos Conselheiros inscritos no período de comunicação, a gente avança na Ordem do Dia. Sobre as atas, nós estávamos disponibilizando um resumo das atas, mas agora a gente conta com o apoio da taquigrafia, que vai fazer as atas na integralidade, das gravações que a gente tem, ela vai transcrever as atas na integralidade e nas próximas sessões vamos poder deliberar as atas na sua integralidade. Então, eu consulto se tem alguém inscrito para Comunicação. Temos a Conselheira Claudete e uma Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu não sei se é uma Questão de Ordem, mas pode ser até um esclarecimento. Em duas reuniões passadas estive o rapaz da UFRGS falando sobre o livro dos conselhos, o Fórum Municipal dos Conselhos. Eu propus que tirasse uma comissão para que redigisse um documento sobre o que é o Fórum e quais são as nossas preocupações. Então, eu queria que isso fosse pautado, Secretário. É um livro que fala da história dos conselhos de Porto Alegre. No momento em que os conselhos estão sendo desrespeitados, é importante que a gente tenha um histórico da atuação desses conselhos. Então, peço que o senhor leve em consideração isso, porque é importante para a cidade e para a memória dessa construção de anos desse conselho e dos conselhos, não só o CMDUA, mas os demais conselhos também. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O senhor poderia nos propor por escrito o que a gente delibera, o que eu coloco em discussão aqui para os demais conselheiros. Pode passar para a Gabi ao longo da semana. Seria interessante formalizar para nós o que seria, qual a proposta, para a gente ter conhecimento, aí a gente consegue encaminhar bem o assunto. Então, a gente encerra o período de inscrição para Comunicação. Temos o Mark e a Conselheira Claudete, o Conselheiro Adroaldo. O Conselheiro Felisberto se inscreve também. Então, vamos deliberar talvez a inversão da pauta para a gente avançar na Ordem do Diferente. Coloco em votação a inversão da pauta, proposição desta mesa. Então, coloco em votação a inversão de pauta. **(Votação nominal):** Conselheiro Furtado, como vota? **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Contrária, porque há poucos inscritos e só prejudica o período de comunicações, que é um período já muito restrito aos conselheiros. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu não sei qual foi a motivação, por isso vou me abster. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Voto contrário, porque eu entendo que a inversão de pauta deve ser uma exceção e não a regra, todas as reuniões nós estamos



invertendo a pauta, como se o período de Comunicações não fosse importante. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável, Presidente. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Contrário à invenção de pauta. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Contrário, tendo em vista que já poderíamos estar no período de informes. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, vou votar contrário, porque eu estou inscrito. Parece que a gente está sendo desprezado neste momento. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite a todos. Voto contrário. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu me abstenho. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Voto a favor, mas não seria mais fácil na hora de inverter a pauta todo mundo levantar a mão, algo assim, para ser mais rápido? Temos 03 inscritos para informes, se fosse contar o tempo de cada um, todo mundo já teria falado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sem dúvida. Vamos aprimorando o sistema ao longo do processo. Nós vamos avançando nesses pontos. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Temos 15 votos favoráveis, 06 votos contrários e 02 abstenções. **APROVADA A INVERSÃO DE PAUTA. 4. ORDEM DO DIA. ITEM 4.01.** Lembrando que esse processo teve diligência ao Arquivo Municipal, retornou e está para a digitalização para disponibilizar ao conselheiro que solicitou a diligência. O **ITEM 4.02** da pauta a gente teve uma solicitação de relato de vista na terça-feira. Então, ele vai ficar até a próxima terça-feira para este relato de vista. **ITEM 4.03** está ainda em diligência, não retornou. O **ITEM 4.04** da pauta... O Felisberto tem uma Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Desculpe eu me tornar chato, mas é importante. Eu queria que a Andressa, da PGM, se manifestasse um pouco sobre a votação desses processos, tendo em vista a dificuldade que nós temos, mesmo com vista, ir no local ver a realidade do que está sendo proposta. Então, eu queria que a procuradora se manifestasse a respeito disso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. A gente não tem esta oportunidade da manifestação aqui durante a discussão dos processos. Naturalmente, a gente pode consultar a procuradora, mas uma é em função do próprio Decreto, que tem uma análise jurídica da PGM quando propôs a formatação da reunião remota e superou essas questões jurídicas antes da publicação pelo Prefeito Municipal. Então, essas questões são vistas pela PGM, antes da publicação, por isso teve que sair um decreto com esse procedimento. É um momento bastante difícil, atípico, a gente conta com a superação, o esforço de cada um de nós, dentro das nossas dificuldades que temos e por algum tempo continuaremos tendo, porque o isolamento a tendência é permanecer. Então, a gente não pode deixar de analisar os projetos de grande impacto para a Cidade de Porto Alegre. Temos que nos superarmos nos desafios, nas adversidades que a gente tem no nosso dia a dia, para tentar ter a maior condição de votar esses processos colocados em pauta e de relevância, de real importância para Porto Alegre. O **ITEM 4.04** é o Expediente 002.341565.00.1, Porto 5 Investimentos. É uma aprovação de EVU de 2º grau, na Rua Tenente Ary Tarragô, relator é SINDUSCON-RS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Esse processo foi distribuído em 13/12/2019. Ele teve prazo para relatório prorrogado, votado pelos Conselheiros, o prazo para relato foi em 18/02/2020, teve uma apresentação por parte do empreendedor em 03/03/2020. Teve pedido de vista das regiões 3, 4, 5, OP, UFRGS. Naquela oportunidade teve esgotado o prazo para apresentação do relato de vista em 23/06/2020. Então, nesse sentido, temos a equipe do planejamento para fazer um breve relato, tendo que está há bastante tempo do período desse expediente. A equipe tem esse relatório simplificado? Vamos passar a palavra para a Vaneska. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu vou tentar ser breve, a gente está fazendo relatos mais curtos para não prejudicar o tempo. Então, nessa mesma linha a gente faz a análise desses três pontos, como eu falei na última reunião. A solicitação nesse caso é o requerimento do estudo de viabilidade para edificação e é destinado à demanda habitacional prioritária, do Programa Minha Casa Minha Vida faixa 2, por isso que a apresentação dele foi na CADAP, que é a Comissão da Demanda Habitacional Prioritária. Aqui a gente botou colocou uma imagem de empreendimento, a localização dele dentro da região de planejamento, ali no bairro Passo das Pedras. E à direita o polígono de onde está localizado esse empreendimento. Aqui a imagem de satélite para ter uma precisão da localização, não está edificada, então, tem a previsão daquelas três edificações que estão colocadas aqui nessa imagem do projeto que tramitou. Ele teve uma análise técnica da CADAP, com a participação, a análise do DEP, DMAE, EPTC, da SMAMS, da Fazenda, da SMOV, SMS e SMURB. Então, teve análise de infraestrutura, equipamentos com relação ao sistema viário, a parte ambiental através da SMAMS. Aqui a gente colocou o parecer técnico, que coloca a aprovação do empreendimento na comissão e baseado em que artigos do plano tem relação, como projeto especial de impacto urbano de 2º grau. E uma informação que a gente acha importante colocar, aqui no caso eles condicionam a ação das edificações, a execução das obras de infraestrutura e da Praça do Loteamento Campos do Conde 2. Então, aqui também tem de forma mais específica o que foi colocado pelo DEP, o Habite-se fica condicionado à liberação do reservatório por parte da fiscalização e a execução, o recebimento das obras necessárias do loteamento. A EPTC coloca ali que para funcionar os acessos do condomínio tem que ser demonstrado o alargamento viário da Rua Tenente Ary Tarragô, conforme definido no parecer da EPTC, anexo ao parecer da CADAP, o parecer está referido da aprovação do EVU. E se coloca ali, tendo em vista a nova proposta de edificações apresentada pelo empreendedor. São 567 apartamentos, não tem acesso por uma das diretrizes. Então, coloca essa condição do alargamento viário na Ary Tarragô. E com relação a SMURB, é colocado também a execução do loteador e recebimento das guias que conformam a quadra A. É o primeiro Habite-se, vai ser solicitado pelo requerente, independente da carta adquirida a ser total ou parcial. É isso, **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vaneska. Perfeito, sempre excelente apresentação. a gente teve um relato de vista da Conselheira Tânia, ela não compareceu hoje, mas disponibilizou. Temos inscritos para a discussão, os Conselheiros Felisberto, Artur, Hermes, Patrícia, Saffer. Então, encerramos o período de inscrição para debates, abrindo ao Conselheiro Felisberto, tempo de 2 minutos. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Um esclarecimento que eu queria pedir para a Vaneska, um é a questão do alargamento, se isso é anterior à aprovação do EVU, se isso está no EVU, porque se tu pedes é porque não foi feito. Então, eu queria um esclarecimento sobre esse detalhe. Segundo, é a questão também de que se pede a comprovação da certidão negativa, eu quero saber se isso está no processo, porque não é um processo que eu tenha me debruçado, mas eu vejo que tem alguns ali que deveriam



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

196 ser atendidos. E isso na apresentação não foi feito, né. E queria ouvir também a
197 conselheira da região. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal**
198 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Na questão
199 da apresentação a gente não tem perguntas e questionamentos para a apresentação da
200 equipe do planejamento, porque é o momento do relato, as dúvidas com relação àquelas
201 oportunidades, mas eu acho que tem outros conselheiros aqui inscritos que têm acesso ao
202 processo, que de repente podem fazer uma complementação e elucidar as dúvidas para o
203 debate. Conselheiro Artur. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Boa noite.
204 Na verdade, eu gostaria de me manifestar mais com relação à questão desse
205 empreendimento por ser morador do entorno, moro próximo, há 4 quadras desse
206 empreendimento, passo constantemente naquele entorno e na esquina do
207 empreendimento, onde tem um semáforo, há um problema de segurança importante ali e
208 que esse empreendimento vai vir urbanizar aquela região de um terreno, que sobrou uma
209 ilha naquele em torno de segurança. Então, vejo esse empreendimento impedimento como
210 uma solução para aquela região, onde vai acabar acontecendo também, não só este do
211 Porto 5, mas as próximas quadras, tem alguns terrenos ali que também vão se
212 desenvolver. Então, eu vejo muito favorável a urbanização daquele imóvel. Obrigado,
213 Presidente. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do**
214 **Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Meu questionamento primeiro, eu não
215 entendi se estamos perguntando para a equipe técnica ou ao relator. Eu gostaria de saber
216 qual é o parecer do DMAE. Nós temos uma preocupação muito grande, no ano passado o
217 Diretor do DMAE foi ao Conselho e relatou que Porto Alegre estava entrando em colapso
218 na distribuição de água. É óbvio que eu não sou contra as construções, mas eu queria
219 entender qual é o parecer, porque tem alguns bairros de Porto Alegre que estão
220 constantemente faltando água. E só para acrescentar, dito pelo Diretor do DMAE, que
221 teriam que começar a colocar água em alguns lugares e durante o dia e faltar água, para
222 que pudesse atender toda a cidade. Ou seja, o DMAE concorda? Obrigado. **Patrícia da**
223 **Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da**
224 **Sustentabilidade – SMAMS:** Eu só queria, a título de esclarecimento, colocar que esse
225 empreendimento é uma quadra de um loteamento. Então, a maior parte das obras, as
226 obras decorrentes da estruturação em contrapartida já vêm do loteamento. E se tem algum
227 alargamento que extrapola a questão do loteamento, ele decorre do próprio impacto do
228 empreendimento. Era só isso. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos**
229 **Escritórios de Arquitetura - AREA:** Germano, o relator pode fazer de novo o relato dele?
230 Porque foi feito antes da pandemia, quando for colocar para votação. **Germano Bremm,**
231 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
232 A gente vai dar oportunidade para o relator poder fazer, se entender necessário fazer seu
233 relato ou fazer o resumo, enfim, a gente dá a oportunidade. **Rogério Dal Molin (Titular),**
234 **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. Esse
235 relato eu redigi em dezembro ainda e ele está anexo ao processo. Ressaltando, como falou
236 a Conselheira Patrícia e o Conselheiro Artur, esse EVU é a quadra de um loteamento que
237 já também teve o seu EVU. Então, esse loteamento foi aprovado e agora estão fazendo o
238 EVU das quadras. Então, essa é uma das quadras de um loteamento que teve a
239 apresentação requerida pelo Conselho e a apresentação foi feita lá, antes desse recesso
240 de pandemia. Então, vou partir para a leitura do relato. Processo 002.341535.001.
241 Interessado: Porto 5 Investimentos. Projeto Especial de impacto urbano de 2º grau, local
242 Ary Tarragê, 2575, bairro Passo das Pedras. Trata-se de EVU de viabilidade urbanística
243 para edificação destinada à demanda habitacional prioritária, enquadrado no Programa
244 Minha Casa Minha Vida, faixa 2, conforme o DEMHAB e a Caixa Econômica Federal. O



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

imóvel tem origem no Loteamento Campos do Conde 2 e está localizado na quadra A, com área de matrícula de 24.427,19 m². É um EVU obrigatório para empreendimento residencial com mais de 400 vagas, enquadrado como projeto especial de impacto urbano de 2º grau. A proposta consiste em três torres residenciais, com 18 pavimentos cada, 630 unidades, 630 vagas de estacionamento, 28.985,86 m² de área adensável e 45.507,89 de área construída total, conforme a planilha do EVU. O responsável técnico não solicita flexibilização de regime, o empreendedor deverá atender todas as condicionantes técnicas apontadas pela CADAP, que aprovou o EVU de edificação através do Parecer 202/2019, em 21/11/2019, que a Valeska citou. Está condicionado à execução das obras de infraestrutura, que estão alargamento viário na Ary Tarragô, em frente ao empreendimento. A (Inaudível/interferência no áudio)... Na qualidade Conselheiro deste CMDUA, representante do SINDUSCON, com a atribuição de relator deste processo, sou favorável à aprovação do EVU de edificação destinada à demanda habitacional prioritária, faixa 2, com área construída de 47.507,89 m², conforme o Parecer nº 202/2019 da CADAP, respeitando condicionantes emitidas pelo DEP, SMURB, Secretaria da Saúde e EPTC. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Dal Molin. Lembrando que a gente já teve a apresentação do relato do Conselheiro Dal Molin, que se manifestou favoravelmente. Hoje o ideal é de fato a gente sempre questionar o relator, se ele quer relembrar o expediente, a gente entrou em discussão e não tem essa ordem prevista, mas a gente deu a oportunidade, como já tinha o relato favorável, apresentado lá em 18/02/2020. A gente acabou oportunizando este lembrete junto com o processo de discussão, não há ilegalidade com relação a isso, só uma questão de ordem e uma dinâmica de a gente aprender a ter o hábito de se disciplinar e fazer a pergunta para o relator antes de colocar em discussão. Nas próximas a gente vai corrigindo e pegando este hábito. Sendo assim, a gente coloca o processo em discussão. Lembrando que nós temos um relato de vista da Conselheira Tânia, também favorável à aprovação do expediente. A Conselheira Tânia não se fez presente na data de hoje, o processo distribuído em 03/12/2019, com relato positivo em 02/02/2020. Então, a gente coloca em discussão, nesta ordem consulto se favorável ou contrário ao parecer do relator, lembrando que o relator tem parecer favorável. Começo pelo Conselheiro representante do DEMHAB. **(Votação nominal): José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável, **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** O Darci pediu que eu votasse, porque ele entrou a pouco. Favorável. Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** É ilegal esta votação, Secretário. Não foi discutido o projeto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A Conselheira se abstém, então. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Eu manifestei ali e estava me inscrevendo, Secretário, logo pós o relato do relator, até porque a gente vota relato e não o processo, a gente não vota o projeto. Então, eu entendi que haveria uma rodada de debate do relato. Então, eu me inscrevi e me sinto prejudicado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu imagino que tenha sido claro o suficiente, que esse relato já foi feito, era só o lembrete do relato. A gente abriu inscrição para a discussão, quando o senhor e inscreveu a gente já tinha encerrado, mas todos os demais inscritos conseguiram debater o processo. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu me inscrevi duas vezes. Eu me inscrevi anteriormente também, não foi aceito. Então, voto contrário, mas não por isso, voto contrário porque o projeto contraria, a gente fala tanto na cidade mista e etc., quer dizer, é uma cidade que teria condições de ter e não t. Voto contrário. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Voto favorável, mas gostaria de citar que o Conselheiro Rafael se inscreveu antes e antes de iniciar a votação ele solicitou uma Questão de Ordem. Secretário, mais uma vez vou fazer um apelo ao bom senso. Se o senhor não cumprir as regras que o senhor tanto exige que sejam cumpridas nós vamos tomar providências. O meu voto é favorável. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Voto contrário. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Contrário pelas mesmas razões do Rafael, apesar da conselheira da região ser favorável e as minhas perguntas não foram respondidas. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Diante do relato de vista da região e do parecer favorável também do relator, nós acompanhamos. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Em se tratando de um projeto de interesse social, Minha Casa Minha Vida, favorável. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Temos 19 votos favoráveis, 04 votos contrários e 01 abstenção. **APROVADO O EVU.** Temos a Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, é uma indagação, eu acho que esses processos que são remetidos para a gente virtualmente é um avanço, porque a gente consegue ter uma visão de todos os processos, mas ele acarreta nesse momento de pandemia a dificuldade que a gente tem de visitar. E os conselheiros que querem analisar o processo, e sobre esse processo que acabou de votar, eu conheço muito bem aquela dali, porque eu sou advogado e o fórum do Alto Petrópolis era ali naquela região. E quando a gente pega o ônibus da Tarragô, passa em toda a extensão da Tenente Tarragô. Então, Secretário, é o momento da gente ter cuidado. E com o parecer favorável, e o Rafael levantou questões importantes, que deveriam ser esclarecidas e discutidas, até para complementar o relatório, lá eu acho assim, a mesma pressa que tem nesses processos, eu queria que os funcionários que analisam tenham a mesma pressa... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Qual é a questão? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Um – RGP. 1: Já vou chegar na Questão de Ordem. Tenham a mesma pressa nos processos de regularização. A minha Questão de Ordem é saber se quem dá o parecer pode votar? Quem dá parecer no processo pela CADAP ou pela CAUGE se pode votar. Para mim é um impedimento e isso tem que ser sanado, Presidente, a partir de agora.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro. Acabou o seu tempo, é um minuto para a Questão de Ordem. É uma questão adversa ao processo de discussão do próprio conselheiro, não afeta, necessariamente, o processo. Questão de Ordem do Conselheiro Hermes.

Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Primeiro, Questão de Ordem é Questão de Ordem, não é sobre o processo, senão seria discussão. Objetivamente, quero que fique gravado que o senhor não está cumprindo o regulamento. Eu não tenho procuração para defender ninguém, poderia ser qualquer Conselheiro, mas foi pedida a palavra, que não foi dada ainda no prazo hábil, eu tenho anotado aqui. E foi pedida uma Questão de Ordem antes da votação, que também não foi dada. Mais uma vez eu digo, para os amigos tudo, para os inimigos nada. Obrigado.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Lembrando que Questão de Ordem são questionamentos sobre interpretação do regimento, alguma coisa, não um relato sobre a sua opinião do processo. Na sequência o Conselheiro Saffer, Questão de Ordem.

Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Não sei se é bem uma Questão de Ordem, Senhor Presidente. Eu vou sair da reunião e vou pedir que o nosso suplente, porque o Rodolfo Fork vai começar a participar. Só para o senhor saber, por causa das votações.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Saffer. Lembrando que quando a gente ingressa no processo de votação as Questões de Ordem ficam para o final da votação, para não haver debate durante a votação. Depois que encerrar a votação a gente tenta responder aos questionamentos levantados pelos conselheiros. Porventura, se houver algum descobrimento do dispositivo podem chamar a atenção aqui, que a gente tem o dever de corrigir, mas a nossa tentativa é sempre de acertar. Temos uma equipe muito qualificada que tem olhado as questões regimentais, bastante atenta ao processo. Passamos ao **ITEM 4.05:** Expediente 002.339086.001, o interessado é a Secretaria Estadual de Educação, também é uma aprovação de Estudo de Viabilidade Urbanística, na Estrada João de Oliveira Remião, 8999. O relator era a Conselheira da UFRGS, que foi redistribuído esse processo para o Conselheiro Mark, em função da ausência da Conselheira Lívia. O prazo para relato foi em 03/03/2020, no início da pandemia. O prazo para o Conselheiro Mark foi em 26/06, estamos com ele hoje na pauta. Então, passamos a palavra ao Conselheiro Mark para que faça seu relato. Temos uma Questão de Ordem do Conselheiro Darci.

Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: A Questão de Ordem tem que ser respondida, não é somente uma intervenção. As pessoas estão apresentando Questão de Ordem e o Secretário não está dando resposta. Está ficando um exercício cansativo.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Qual é a sua Questão de Ordem, Conselheiro?

Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Que Questão de Ordem tem que ser respondida. Então, as Questões de Ordem que não foram respondidas até agora, eu pediria que fossem.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Darci. A nossa tentativa sempre é responder todas as questões, naturalmente, ou não podemos responder, ou não temos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

condição de responder as questões que envolvem o universo. A gente tem que responder as questões que envolvem a pauta deste Conselho. E, na medida do possível responder essas questões colocadas. No entanto, nem sempre são satisfatórias ou do mesmo entendimento que os conselheiros levantam. A gente tem que avançar aqui na pauta. Questão de Ordem da Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu fiz uma solicitação no expediente que foi votado, irregularmente, na sessão passada, que fosse apresentado pelos técnicos todo o processamento dos gravames e desgravames de alteração de traçado viário, tendo em vista que a gente tem mais de 20 expedientes na pauta sobre esse tema. Não foi dado nenhum encaminhamento, nada foi apurado a respeito. Então, eu faço essa Questão de Ordem, até porque nós vamos votar mais um gravame de traçado viário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Lembrando que quanto a isso existe uma rotina, um procedimento previamente aprovado em decretos, em regimento interno, discutido no momento de discussão desses processos, a oportunidade para todos visualizarem os processos, a gente não pode criar uma nova dinâmica, novas situações, que não o rito normal do processo estabelecido. Tem o momento de discussão, de comunicação, ampla diligência, para todas essas questões existem momentos e a administração pública vai ter o maior prazer em responder todas aquelas questões arguidas dentro dos procedimentos regimentais aprovadas por este Conselho. Então, trazer situações novas, adversas, em momentos distintos não ajuda para a melhor elucidação do tema. Conselheiro Mark, o seu relato. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Esse processo foi distribuído para todos nós conselheiros e conselheiras vermos o seu conteúdo a partir do dia 17 de junho, foi distribuído para o CMDUA para que nós pudéssemos examinar. O conteúdo que eu recebi tem 148 páginas. Eu examinei página a página deste material e ele se refere a uma questão muito importante, que a Secretaria Estadual da Educação pleiteia, é uma escola estadual indígena de ensino fundamental. O objetivo é extremamente nobre e é muito importante. Eu verifiquei que havia uma responsabilidade técnica da Vanessa Marinheiro Pereira, arquiteta e urbanista, que está presente no processo. Há o registro no Diário Oficial do Estado da Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação, através de uma portaria de 2015, que credencia uma profissional também para o acompanhamento desse processo pela Secretaria de Educação. Foi atendido o requerimento de licença ambiental, lá em setembro de 2017, houve o pagamento a CAUGE das taxas da elaboração de diretrizes para uma área superior a 5000 m². E aparece no processo uma declaração da FUNAI, da Coordenadoria Regional do Litoral Sul, de 12/08/2014, que essa Aldeia Tekoa de Anhetengua, é localizada no Beco dos Mendonças, nº 357, Parada 21 na Lomba do Pinheiro. A Secretaria de Educação, então, começa a desenvolver um processo para a expansão dessa escola indígena, que é da comunidade indígena Guarani. Eu fui verificando ali na página 11 do processo, que tem uma foto área com as coordenadas geográficas da área, que é da terra indígena, mostrando exatamente a sua localização. Há um questionamento sobre a portaria interministerial do Ministério do Planejamento, Organização e Gestão, Ministério da Fazenda e CGU, que fazem uma formulação com o texto legal. Em 2017 a SMURB, através da servidora chamada Cíntia, informa que o endereço do Beco dos Mendonças, nº 357, não está incluído no gravame do Plano Diretor e não pode ser incluído no sistema. Pede e sugere que seja ferida a Estrada João de Oliveira Remião entre a numeração 8867 e 9565 como os números mais próximos. A declaração Municipal informativa é oferecido e colocada no processo lá na Estrada João de Oliveira Remião, MZ 8 UEU 50QDR011, Lomba do Pinheiro, Subunidade 4, limite final 430. Área de ocupação rarefeita, área



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

especial de proteção ao ambiente natural. E aparece também nas páginas seguintes a declaração municipal informativa de ocupação e uso do solo. Refere-se à Estrada João de Oliveira Remião. Eu vejo ali um mapa, eu vejo a foto aérea, eu não tenho como transferir isso para vocês pela minha tecnologia pessoal aqui. Fui verificar qual era a descrição do empreendimento, que é uma escola padrão 2015, tipo A e tipo B, quadra coberta para essa Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Anhetengua, que fica nessa Estrada João de Oliveira Remião, Parada 21 e Beco dos Mendonça, nº 357, Lomba do Pinheiro. Há alguns problemas de caráter de registro, que os órgãos da prefeitura procuraram colocar. E a operação que nós estamos examinando dentro desse expediente é a ampliação dessa escola para a implantação de edificações, que totalizariam 2165,99 m². A escola existente já tem construídos 460m e a extensão, ampliação dessa escola prevê um bloco pedagógico tipo A e um bloco pedagógico 5, do tipo B. Tem uma quadra poliesportiva coberta, tem um pátio coberto, uma passarela coberta, uma central de gás, uma central de reservatório, cisterna, fossa e sumidouro. Tem uma praça infantil, uma pavimentação externa, estacionamento e bicicletário. Essa é a amplitude das construções previstas dentro deste projeto e, posteriormente, aparece uma planilha com as áreas, onde está marcado o terreno destinado à implantação, que são 7710 m, a implantação das áreas cobertas e descobertas 3995 m e as áreas novas a serem construídas são o bloco pedagógico A, de 216 m; o bloco pedagógico B, de 341 m; a quadra coberta de 622 m; o pátio coberto 206 m; a central de gás 3 m; reservatórios 86 m; passarela coberta 221 m; isso totaliza 1705 m² de construção. Há um registro de responsabilidade técnica de Vanessa Marinheiro Pereira, na folha 76. Aparece também um registro de responsabilidade técnica de Giza Barreto. E na folha 79 tem um registro de responsabilidade técnica do seu Carlos Régio. Tem um cálculo também na folha 80, sobre a demanda de água para abastecimento de água potável, previsto para a escola, de 10.000 L/dia, sugerindo à assinante do termo que sejam constituídas duas células de 5.000 L cada. Quem assina esse cálculo é arquiteta Helena Kinalski, em 05/09/2017. (Sinalização de tempo esgotado). Eu vi que dentro tem um registro de anotação de responsabilidade técnica do Engenheiro Ricardo Maestri para a topografia planimétrica cadastral de 45.238 m. Esse levantamento planialtimétrico é colocado, ele assinou esse CONFEA-CREA, esse registro, contrato dessa ART em 17/05/2013. Esse conjunto de informações são trazidas ao processo. Há um laudo técnico de cobertura vegetal feito pela Fundação Zoobotânica. (Sinalização de tempo esgotado). Há outro laudo de cobertura vegetal, assinado pela Bióloga Doutora Bruna e para análise o enquadramento, pois o imóvel tem localização em área parcial da Operação Consorciada Lomba do Pinheiro. Há uma informação do dia 25/09/2017. São lançadas as informações sobre plantas de localização, planta baixa e tem um parecer técnico da CAUGE, com termo de comparecimento, de 18/10/2017, assinado pelo Patrick, que pergunta quais os limites legais do registro... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, está em 15 minutos já de relato. Consegue concluir? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** O que acontece é o seguinte, Presidente, no conjunto dos elementos eu vejo que é um parecer da CAUGER, o nº 181/2017, a CAUGE emite diretrizes em uma reunião no dia 06/12/2017. Há um parecer técnico do DEP, do DMAE, há pareceres da EPTC, da SMAMS, da SMC, da SMED, da SMOV, da Secretaria Municipal da Saúde, da SMURB e é encaminhado para a emissão de diretrizes. O processo se encerra na folha 148, em 27/12/2017, com uma referência à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, aí termina o processo que eu recebi. Eu estou mostrando os conselheiros e conselheiras, ao Presidente do Conselho, que esse é o conteúdo do material que eu recebi, transferido no formato eletrônico, segundo aquela nominata. E o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

processo termina nas suas folhas... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, o seu tempo para relato, como está para a conclusão? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** A conclusão é a seguinte, Presidente, o processo terminou em 02/01/2018. Esse é o processo que eu recebi e que pude ler, até aqui eu cheguei. A minha pergunta é: depois deste último registro, onde andou esse processo? O que aconteceu com o processo? Onde estão os elementos que eu não obtive? As diretrizes listadas pelos vários órgãos da prefeitura foram atendidas? E se sim, por que essas informações não estão dentro do processo para que eu as conheça? E há alguma explicação para esse processo não ter evoluído que venha para exame do CMDUA, sem o atendimento das diretrizes, que eu considero que a demanda desta comunidade indígena já deveria ter sido atendida. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, qual é a sua conclusão? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** É essencial... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É diligência? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** O que nós temos, essa é a situação, nobre Presidente, que eu estou relatando, e aos conselheiros. Esse é o conjunto de elementos que eu recebi para analisar e até onde eu pude chegar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O senhor vai encaminhar para diligências? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu gostaria de receber o que este processo teve posteriormente à janeiro de 2018, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, o senhor tem três opções: relato favorável, relato contrário ou colocar em diligência para que seja prestado algum esclarecimento. Qual é a sua conclusão? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Ele precisa ser colocado em diligência, porque precisa ser concluído. Nós estamos em 2020. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro. Então, vai como pedido de diligência. O senhor tem o seu relato para anexar e a gente colocar em diligência? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu tenho ele por escrito aqui. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, disponibiliza para o restante, para a gente colocar no processo. Então, o senhor encaminha em diligência para prestar esses esclarecimentos. É isso. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu gostaria que o processo fosse complementado, se isso for através de diligência seria importante. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, consultamos quanto ao pedido de diligência em função do regimento interno, que prevê esta possibilidade de diligência, desde que colocado aos demais conselheiros. Eu iniciei a votação, mas antes abro para uma Questão de Ordem. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu quero tentar contribuir no sentido seguinte, parece-me que a diligência aqui é desnecessária, porque, na verdade, ele está apontando, pelo o que eu consegui olhar do processo, ele não está instruído. Eu acho que deve voltar à Secretaria, é algo mais simples, ele deve retornar à Secretaria do CMDUA para verificar a questão de documentação faltante no processo, que não chegou ao Conselheiro pronto para o relato. Não carece de uma diligência para mandar para alguma Secretaria. Ele pode



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

539 ser mais célere. É bom dar uma olhadinha. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de**
540 **Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A minha Questão de Ordem vai na mesma
541 direção do Rafael e eu acrescentaria também que houvesse um contato com a Secretaria
542 de Educação Estadual para que se manifestasse sobre o processo ou viesse fazer uma
543 apresentação aqui no CMDUA. Obrigado. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito –**
544 **GP:** Eu gostaria de fazer um esclarecimento em relação à localização do processo. Eu vi ali
545 que o Conselheiro avaliou a etapa de diretrizes, a parte de EVU também consta digitalizado
546 e foi disponibilizada. Eu acho que houve a dificuldade de acessar o arquivo, tem dois
547 arquivos separados, onde um consta todas as etapas de diretrizes, onde foi o relato do
548 Conselheiro, e tem uma segunda etapa do estudo de viabilidade, onde traz todos os
549 processos. Talvez seja só uma questão de verificar como acessar aquela segunda etapa
550 do processo que está disponível. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal**
551 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Artur. Não há
552 dúvida que o processo está todo disponível, tanto que já tinha até o relato da conselheira
553 representante da UFRGS. A Conselheira já havia se manifestado antes de deixar o
554 Conselho, com parecer favorável. No entanto, como ela não se fez presente para
555 apresentar o relato, a gente acabou redistribuído. Com as questões, alguma dificuldade de
556 acesso de processo, de arquivo, a gente está integralmente à disposição, em horário de
557 expediente, até fora do horário de expediente para prestar estes esclarecimentos. Então,
558 se alguém tem alguma dificuldade de acesso ao expediente eletrônico pode fazer contato
559 com a nossa secretária executiva, que ela vai prestar os esclarecimentos, vai disponibilizar
560 o processo se falta informação. Pode ter sido uma dificuldade de acesso do Conselheiro
561 Mark, mas ele pode usar o canal via Secretaria, o processo distribuído está há bastante
562 tempo para visualizar, para corrigir algum equívoco, que pode acontecer, é natural do
563 processo. Então, estamos à disposição sempre para poder ajudar a prestar os
564 esclarecimentos necessários. Então, coloco em votação, face as questões levantadas, se
565 entendem como adequada a colocação em inteligência ou não, senão a gente coloca em
566 votação o expediente. Começo pelo representante do DEMHAB. **(Votação nominal): José**
567 **Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação –**
568 **DEMHAB:** Eu sou favorável, mas parece que este processo está todo digitalizado, de
569 repente o Conselheiro Mark não soube acessar, não conseguiu acessar, mas ele já está
570 digitalizado, está no sistema. Eu não sei se isso seria diligência, realmente não sei.
571 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
572 **Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, estamos votando a questão de diligência, para
573 podermos deliberar. Senão é suficiente o que tem, colocamos em diligência, inclusive, para
574 a Secretaria Executiva, para prestar a informação. **José Francisco Rodrigues Furtado**
575 **(Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de**
576 **Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:**
577 **Favorável. Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Cláudio Maineri**
578 **de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional –**
579 **METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal**
580 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Patrick Silva (2º**
581 **Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável.
582 **Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e**
583 **Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente),**
584 **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Darci Barnech**
585 **Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental –**
586 **ABES/RS:** Concordo com o Conselheiro Rafael, não se trata de diligência, simplesmente,
587 talvez mais uma semana para que se possa fazer esses esclarecimentos ao Conselheiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Mark. Então, abstenção. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** É uma questão de legalidade, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A Conselheira Claudete se abstém. **José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Favorável. Eu acho só que tem dois documentos que a gente não tem acesso, que estão bloqueados, talvez por isso o problema do Mark, quanto a leitura integral. **Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Embora eu ache que não houve o entendimento, não precisa de diligência. Sou contrária. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu insisto que não é o caso de diligência e sim retornar para a secretaria. Provavelmente a gente não tenha a mesma prerrogativa de um servidor e não consiga acessar dois arquivos que estão ali taxados. É só isso. Tem que retornar para a Secretaria e liberar para a próxima sessão. Se para isso é necessário uma diligência, voto favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Voto favorável. O que acontece, na verdade, é que o acesso, pelo e-mail que a Gabrielle nos mandou, era válido até 27/06, esse foi o problema. Pelo menos é o que consta no e-mail, mas eu sou favorável à diligência, seja o que for. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** É uma pena que uma comunidade indígena esteja aguardando por tanto tempo e por alguma falha estrutural (Inaudível/interferência no áudio), concordo plenamente com o Rafael, Felisberto e Campani, que é uma questão só de entendimento. Sou favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Declaração de voto. Eu acho que não é caso de diligência, é uma prerrogativa do conselheiro pedir esclarecimento sobre o que não pode analisar, se for o caso, como a maioria está votando, e eu vou acompanhar a maioria, sou favorável, mas tem que disponibilizar ao conselheiro, pelo menos um assessoramento. Eu também tenho dificuldade em processos. Obrigado. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. Perdemos muito tempo. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Favorável. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Foram 15 votos favoráveis, 01 contra e 02 abstenções. **APROVADA A DILIGÊNCIA.** Nós temos na sequência o **ITEM 4.06** da pauta. Questão de Ordem da Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, já que nós temos que cumprir o regimento, nós temos a previsão regimental que as comunicações têm 30 minutos. Como já são 19h40min, restam 20 minutos para o encerramento da sessão. A Questão de Ordem é que seja colocado o período de Comunicações. A segunda questão é um esclarecimento. Eu havia entendido que os técnicos iriam fazer uma apresentação de todos os procedimentos. Eu gostaria de saber por que neste parecer não foi feita a apresentação? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Conselheira Claudete. Naturalmente, a gente tem a oportunidade da apresentação por parte do relator, a gente sempre faz a consulta se



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

o relator tem interesse de ter a manifestação pela parte da equipe de planejamento, porque se ele traz uma apresentação elucidativa, clara, não haveria necessidade da gente repetir o procedimento. Como ele fez o relato eu iria questioná-lo depois se tinha interesse que a equipe no planejamento fizesse a apresentação, para trazer os pontos a serem discutidos e no relato dele trouxe essas outras questões, que não conseguiu visualizar, naturalmente, nem propus a apresentação por parte da equipe. Nesse sentido ele vai ter mais uma semana para elucidar as dúvidas levantadas. São 19h43min. Então, a gente passa para o período de Comunicações, inaugurando o período de Comunicação com a Conselheira Claudete para falar. **3. COMUNICAÇÃO. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu acho que tinha algum conselheiro inscrito antes de mim, Secretário, mas eu posso colocar, não sei, mas lembro que tinha gente inscrita antes de mim. Como a gente não tem espaços para questionamentos e para andamentos, vou utilizar deste espaço para aproveitar os aportes que vieram ao Conselho, que é a Procuradora do Jurídico e o Assessor Hudson. Então, eu gostaria de fazer alguns questionamentos e gostaria de ter resposta. Primeiro, se quando são aportados fatos novos ou documentos a expediente administrativo, se esses fatos devem ser reapreciados. Se questões de legalidade levantadas podem ser suprimidas pela votação, quando ausente qualquer discussão a respeito da questão suscitada. Terceiro, se a presidência do Conselho de forma imotivada e sem qualquer fundamentação pode deixar de encaminhar ou apresentar a discussão no plenário, requerimento efetuado por conselho. Quarto, se a omissão de conselheiros, funcionários ou aqueles investidos em função público, no exercício da função neste plenário, pode ensejar crime de improbidade administrativa, em quais situações, por exemplo, poderia ocorrer neste plenário. Quinto, se a atuação de funcionário ou Conselheiro em fase anterior do expediente e quando da votação do mesmo, não fere o duplo grau de jurisdição previsto constitucionalmente. Sexto, se podem ser votados expedientes sem que os pareceres exarados por conselheiros tenham sido apresentados no plenário. Então, como nós temos essa nova facilidade, que veio esta procuradora e o assessor para nos orientar, eu gostaria de remeter a eles esses questionamentos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Lembrando que a gente está no período de Comunicação, a senhora pode formalizar junto ao Presidente deste Conselho as dúvidas levantadas, que a gente na medida do possível responderá. Conselheiro Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** A minha exposição hoje foi justamente para mostrar aos conselheiros que eu recebi o conjunto dos documentos e esses documentos que eu recebi foram limitados. Então, eu pedi a comunicação hoje para questionar se o nosso Regimento Interno hoje em vigor, que nós todos devemos acatar, eu estou me perguntando se ele está adequado, se ele foi pensado e foi elaborado para atender esse período aí de Covid. Essa situação da Covid está trazendo outro tipo de procedimento nas instituições e nos conselhos. E eu acho que o nosso Conselho deveria obedecer isso. Então, uma das questões é se o nosso Regimento Interno está adequado à situação atual que nós estamos vivendo no país. A outra questão, eu gostaria, eu acho que seria importante que nós conselheiros e conselheiras tivéssemos uma instância de participação na elaboração da nossa pauta de reunião semanal. Eu acho que a pauta tinha que ser prevista dentro de um acordo, dentro do entendimento entre os conselheiros e conselheiras que participam do Conselho. Eu acho que a gente não pode ser surpreendido em cada reunião com uma pauta extensa. E de outra parte, eu acho que também nós não podemos ser surpreendidos por uma reunião extraordinária a cada semana, a título de acelerarmos o cumprimento da pauta. Eu acho que todos esses elementos são itens que devem constituir



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

o nosso regimento interno e esses itens devem ser entendidos e compartilhados por nós todos. E outra questão que eu queria formular nessa área de comunicação é se o nosso Conselho não poderia participar de uma discussão no Plano Municipal, que levasse em conta a preocupação de como se pode proceder dentro do Município de Porto Alegre em uma preparação para a nossa retomada de atividades, levando em conta a concessão de auxílios para necessitados. Se o nosso Conselho, talvez com outros conselhos municipais de Porto Alegre... (Sinalização de tempo esgotado)... se nós não poderíamos fazer essa discussão e levar algumas propostas para a gestão desse novo momento que chega.

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Eu tenho algumas perguntas que coloquei durante a nossa reunião, a questão da legalidade de alguns votos de pessoas que são técnicos e que dão os pareceres nos processos. Eu queria que isso fosse muito bem esclarecido, porque eu vejo uma questão de impedimento e poderá ser questionadas juridicamente essa questão dessas votações. A segunda, nós tivemos na semana passada a chuva em Porto Alegre, que hoje choveu também. Então, há comunidades que estão precisando de uma preocupação deste Conselho. E aí vai na linha do que o Mark falou, nós estamos em uma época de pandemia. Então, é necessário a gente como Conselho e como responsável pelo planejamento da cidade ter esse olhar. Deveríamos fazer uma reunião discutindo esses temas, porque não é só aprovar projeto, porque os projetos têm impacto na vida das pessoas. não basta ter iniciativa ou viabilizar projetos que vão causar maiores problemas. Por outro lado nós temos um grande problema de aprovar projetos em áreas que necessitam a regularização fundiária. Então, este é um tema que eu quero que seja priorizado pelo Conselho, porque nós a lei do REURB e nós poderíamos já estar resolvendo muitas comunidades. E eu queria reinteirar o meu pedido que fiz, tanto a Doutora Simone Somensi sobre os processos de loteamento em Porto Alegre, quero saber quais os loteamentos, quero saber quais os processos de REURB e também pedi a Patrícia que a Secretaria me informasse. Então, estou reiterando os pedidos e gostaria que fosse encaminhado por este Conselho à Procuradoria que informasse a questão dos processos de regularização. E, por último, Secretário, não temos uma comunidade, a Cooperativa 20 de Novembro, que é habitação de interesse social, está na iminência de ter o seu projeto cortado, porque o Governo Federal não está viabilizando a canalização do recurso. E já que a preocupação, e vi que este Conselho hoje voltou habitação de interesse social, gostaria que este Conselho tivesse o mesmo olhar, independente de que grupo fosse, que não fosse partidário, porque seria um grupo de esquerda que estaria pleiteado. Então, habitação de interesse social envolve um projeto de uma área ocupada na Barros Cassal e estão solicitando um espaço para terça-feira que vem, no período de Comunicação, trazer isso ao Conselho. Muito obrigado, Secretário.

Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: Presidente, na verdade, os colegas já falaram em relação aos alagamentos em Porto Alegre. Eu gostaria de sugerir que a prefeitura trouxesse para este Conselho um balanço, uma prestação de conta do que neste momento a prefeitura está fazendo para diminuir o sofrimento das comunidades atingidos pelos alagamentos. Principalmente a RGP. 02, lá nas Ilhas, que estão sofrendo demais. Então, o que a prefeitura está fazendo para evitar alagamentos, não é só para reduzir o sofrimento daquelas pessoas, que hoje já estão com dificuldades, ainda mais nesse período da pandemia, que traz uma certeza para todos, mas também para toda a cidade. Se nós queremos aqui discutir questões sociais, de estrutura para a Cidade de Porto Alegre. O primeiro passo é se preocupar com a segurança dessas pessoas que vivem em comunidades menos favorecidas e as Ilhas é claramente o retrato do abandono de Porto Alegre na política, principalmente desta questão de evitar ou de resolver problemas de saneamento e alagamento nessas comunidades. Então, eu peço



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

que a prefeitura, através dos seus órgãos competentes traga ao Conselho uma explicação do que está fazendo, o que pretende fazer nesse período de pandemia e alagamento, esse período de grande chuva na cidade. Obrigado. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite. A minha comunicação é rápida não vou exceder o período. O que acontece? A regularização fundiária, o Felisberto bem colocou, é uma das maiores demandas que temos na região. E hoje foi um momento muito importante para poder ser aprovado um projeto dentro do Minha Casa Minha Vida de um aporte tão grande e para atender bem aquela região, que eu conheço e também círculo por estar ligada a nossa região, bem na divisa esse empreendimento. Eu só queria reassaltar que realmente precisamos rever um pouco mais os nossos olhos enquanto conselheiros para essas questões regularização fundiária, que é um dos maiores problemas de Porto Alegre e usufruímos. Era só isso. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Eu vou ser breve e desde já me desculpando, mas eu não podia deixar de me manifestar a respeito desse processo do Conselheiro Mark agora votado. Primeiro que eu acho que um processo, independente de ter acesso ou não, eu acho que esta pauta existe há pelo menos quatro semanas, a gente não pode ter uma reunião na terça e outra reunião na quinta e esse assunto só vir justamente no prazo de relato. Eu acho que isso é um descompromisso que nós temos com a sociedade, com a comunidade, principalmente em um projeto de tamanha importância como este. Eu acho que tudo isso deveria ter sido levantado anteriormente e simplesmente através de um e-mail ter comunicado a falta de acesso. Eu acho que não precisaria nem ter sido relatado, poderia simplesmente ter dito: “Nós não temos condições de votar”; tira da pauta e põe na pauta seguinte. E nesse ponto, somente nesse ponto, eu concordo com Conselheiro o Rafael, eu acho que não era uma questão nem de votação, não deveria nem ter sido votado. Aí se perde um tempo importante de aprovação de projetos de interesse social, que eu acho que é fundamental para a nossa comunidade, independente de qualquer coisa. Então, não tentando suscitar questões de ordem, isso e aquilo, eu acho que nós conselheiros temos uma obrigação e temos um compromisso de se estamos aqui e temos que relatar um processo, seguir os prazos. Se tivermos dúvidas não precisamos deixar chegar em uma reunião, em uma sessão para esclarecer isso. Por isso que eu já coloco e me desculpa, não é nada pessoal, Conselheiro Mark, em relação a isso, mas o procedimento que foi adotado, se nós continuarmos assim nós vamos gastar, e a palavra é “gastar”, não é “investir”, um tempo de 2 horas em uma reunião para discutir uma coisa que foi infrutífera, completamente inócua a nossa discussão hoje. Com perdão, peço a todos os conselheiros pelo meu desabafo, porque dessa forma não vamos avançar em uma pauta. Obrigado. boa noite e desculpa o desabafo. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Na verdade, só queria manifestar que o conselheiro que falou anterior, é exatamente isso, eu acho que esse processo não deveria ter sido relatado mesmo, já que era inconclusivo, né. E acabamos protelando para fazer uma diligência, que não era motivo de diligência e sim de a gente fazer esse contato com a Gabrielle, sempre que tiver qualquer dificuldade, para que a gente consiga chegar nas reuniões e dar sequência na aprovação dos projetos. Então, hoje a gente acabou fazendo uma reunião infrutífera para outros empreendimentos, que tem um impacto social tão importante, por estarem vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida. Então, acredito que a gente tenha que ter essa dinâmica um pouco mais ativa para que a gente consiga limpar a pauta, que estão desde 2018/2019. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Muito obrigado, Conselheiro Artur. Reforço as palavras já exauridas, é importante, a gente tem um número expressivo de processos em pauta. O meu papel aqui



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

é tentar conduzir da melhor forma possível as reuniões. Eu sei que tenho que ser duro por muitas vezes, mas temos os prazos, temos uma tentativa de avançar um pouco na pauta. Fico bastante chateado quando eu vejo que as questões são só postas no momento da reunião, quando a gente tem semanas, o processo está distribuído há um ano para esclarecer os pontos levantados. Então, fico sim bastante chateado e nós estamos aqui à disposição para prestar os esclarecimentos, prestar as informações, auxiliar, enviar os arquivos se necessário a todo tempo. Então, eu vejo que quando se chega no momento da reunião, parece que, propositalmente, em função de usar todos os prazos regimentais se traz as questões com relação à falta de documentação. A gente está aqui para construir, para contribuir. Todos estamos vivendo a maior crise da história da humanidade, a gente não pode deixar de avaliar estes processos que têm um impacto muito significativo para a Cidade, gerando emprego, concluindo etapas, empregos diretos, indiretos, medidas mitigatórias, contrapartidas, impostos. Então, a cadeia da economia se movimentando, regularização fundiária, habitação de interesse social, tantas coisas bacanas aí para a Cidade de Porto Alegre, que passam por este Conselho e a gente tem que avançar na discussão. Podemos ter posições favoráveis, posições contrárias em determinados temas, mas a gente tem que manifestar, nós temos que exercer a democracia, temos que votar, o que não podemos é ficar utilizando de todos os prazos regimentais para postergar os períodos de votação. Peço o empenho de todos vocês. Desculpa se sou duro em algumas situações, a minha tentativa é de melhorar e de avançar, sou apaixonado pela Cidade de Porto Alegre, estou aqui para defender esta cidade, defender as questões de interesse público e neste sentido que estou aqui à frente deste Conselho Municipal. Obrigado. desejo uma boa noite e nos encontramos novamente na terça-feira. Provavelmente, teremos novas convocações extraordinárias em função da pauta exaustiva. Então, a gente vai refletir aqui com relação à convocação extraordinária ou quem sabe, por sugestão até de Conselheiro Gomes, a gente delibera em estender as reuniões por uma hora a mais ao invés de ter a extraordinária. Até que a gente consiga avançar aqui nesses processos e poder retomar as nossas reuniões mais ordinárias. Obrigado, senhores conselheiros, uma excelente noite. Descansem, fiquem com Deus. **(Encerra-se às 20h20min)**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2841/2020

Aos vinte um dias do mês de julho de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular) e José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. ATAS 2829; 2830, 2831, 2832, 2833 (ATAS DE JANEIRO); 3. Comunicações; 4. Ordem do Dia. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h10min. 1. ABERTURA. 3. COMUNICAÇÕES; 4. Ordem do Dia. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Boa noite, Conselheiros. Estamos verificando o *quorum*. Oficialmente, abrindo os trabalhos do Conselho do Plano Diretor. Temos 19 conselheiros. Desejo uma boa noite a todos, uma noite de trabalho, bons debates, sempre aprimorando nossos processos aí, discutindo, amadurecendo, debatendo, debate saudável. Ressalto, antecipadamente, peço desculpas



pela rigidez no trato do processo, que a gente precisa dar andamento às atividades do Conselho, cuidar os tempos regimentais, as inscrições, os momentos, é uma figura muitas vezes não bem quista, mas é importante para a gente ter fluência nos nossos trabalhos e conseguir de fato deliberar, discutir projetos importantes para toda a cidade. Então, quem tem interesse em participar no período de comunicação que faça a inscrição, se tiver mais alguém. Temos o Mark para falar das atas. Antecipadamente, a gente disponibilizou as atas agora para todos, mas como foi na sexta-feira e tem um número de atas significativas para análise de vocês, não vamos deliberar na data de hoje para dar um pouco mais de tempo para vocês analisarem. Lembrando que não tínhamos o apoio da taquigrafia, mas como todas as reuniões são gravadas em vídeo, agora entrou a figura da taquigrafia para nós. Então, ela está transcrevendo as atas que a gente gravou ao longo dessas reuniões. Então, como são muitas atas a gente disponibilizou na sexta-feira para vocês, mas vamos dar mais uma semaninha para todo mundo poder fazer essa análise e na outra reunião a gente delibera em relação às atas. Então, mais algum inscrito? Os conselheiros Felisberto e Paulo Jorge. O Conselheiro Mark, a gente já abre a palavra. Encerro as inscrições para o período de Comunicação. Abro para o primeiro inscrito, o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e a todas. Primeiro, a minha colocação é sobre a questão do livro, né, Secretário. Eu encaminhei o pedido para que a gente constituísse uma comissão lá e que envolvesse os três segmentos, alguém do Governo, das entidades e das regiões para que a gente possa elaborar o que é solicitado pelo Fórum Municipal dos Conselhos. Então, queria que tivesse uma pauta, ou se pudesse submeter à votação hoje. A outra questão, queria dar uma sugestão, que no início da reunião lesse o nome dos conselheiros presentes, para a gente verificar o *quorum*. Aí fica na ata e documentado. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Nós recebemos sim a sua sugestão de pauta, podemos organizar e colocar na próxima, né, para a discussão dos demais e criar nos moldes propostos, a gente insere na pauta aí, com certeza. A gente tem o Conselheiro Mark. Em relação à leitura, a gente vai colhendo conforme os conselheiros vão entrando na reunião, posso fazer a leitura de todos que estão presentes, para confirmar. Vou confirmar agora os que estão (Nominata na inicial da ata). Conselheiro Mark, está inscrito. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** O meu desejo de falar sobre as atas, o senhor se adiantou, mas como são 05 atas e são 81 folhas, eu costumo ler as atas para, justamente, conhecer os registros do que aconteceu no nosso Conselho. Eu faria uma sugestão, o senhor já mencionou isso para a próxima terça-feira. Eu diria que talvez nós devêssemos programar a leitura das três primeiras atas e deixar isso acertado, né, para não fazer todo o pacote e não aprovarmos todas as atas sem nenhuma leitura. Então, essa é a minha sugestão, para que nós possamos ler as atas e ter um pouco mais de tempo, porque nós não fazemos só o trabalho do Conselho, né, nós não somos assalariados do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Acatamos a sugestão, vamos votar de três em três atas, para dar tempo do pessoal ir analisando. Então, agora o Conselheiro Paulo Jorge. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa tarde, pessoal. Fazia horas que eu não falava em Comunicação, está difícil. Eu gostaria do seguinte, de colocar a proposição para adiantar esses processos, porque com isso a construção civil tem mais emprego. Por exemplo, na minha favela a comunidade está reclamando que não tem emprego nas obras. O pintor não consegue pintar, o pedreiro não consegue trabalhar,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

nem o carpinteiro. Então, sem isso a comunidade fica desempregada. Não há condições. O segundo ponto, Secretário, ver se é possível convocar o Secretário de Obras para falar da Tronco, do que vai ser feito daquela rodovia, o prazo, porque a gente não sabe o que vai ser feito. Se eu como conselheiro não consigo chegar no governo, então, a comunidade tem que ficar só olhando. Isso é obra da Copa. Eu não vejo esse nosso governo manter a palavra, os secretários, parece que não conhecem Porto Alegre, aí a pessoa fica perdida. Eu gostaria de pedir ao Conselho, que tem o poder de decisão de convocar o Secretário de Obras para falar sobre a obra da Tronco. Esse é o papel de um conselheiro. Obrigado.

Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Boa noite. Primeiramente, gostaria de reforçar o que solicitei nas comunicações, acho que foi na penúltima reunião, pedindo esclarecimento sobre a tramitação, a forma como vão terminar os projetos prioritários, segundo o decreto, se eu não errar o número, de 26.155, onde vários artigos tratam de como ele será encaminhado ao CMDUA. Pelo que eu entendi a relatoria viria pronta da CAUGE e não haveria relatório por parte dos conselheiros. Sobre a questão da pauta mensal, também gostaria de reinterar a possibilidade da gente, realmente, cumprir a nossa disposição de ter uma pauta mensal com a questão do planejamento. Eu sugeriria sabermos a pauta, os relatos do Plano Diretor, em que pese esteja parada uma série de processos, no sentido de que os trabalhos técnicos (Inaudível/interferência no áudio). Então, a gente tem que ter os relatos dessa etapa para a gente ir acompanhando. Sobre a votação, o que eu me preocupo é só com o registro da votação, não existe uma forma de gravar o que está no chat. Então, fica a de quem sabe utilizar o que a gente tem utilizado no IAB Nacional, a gente usa votações através do Google Forms, dá para fazer para cada processo, é uma votação pelo Google Forms e pode ser que ela acabe ficando mais célere e há registro da votação de cada um, cada um acessa e tem essa possibilidade. E também depois, não digo para esta, mas uma explanação sobre o decreto publicado ontem ou hoje, sobre a validade da DM, um relato de como isso vai funcionar. Obrigado.

Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Boa noite, Secretário. Boa noite a todos. Assim, pessoal, nós tivemos na última semana, estamos tendo há horas discussão a questão da energia das barragens, porque dentro do Parque Saint' Hilaire nós temos uma barragem que não é inspecionada e está cada vez mais delicada a situação dela, secretário. E nós estamos discutindo a questão da energia e a questão do gás, da energia aqui na Lomba do Pinheiro, que eu já tinha colocado pela primeira vez, já colocamos três placas aqui nas comunidades, o pessoal está organizado. E está entrando mais 100 neste ano para a nossa região. E nesta semana nós tivemos também a discussão do preço do gás, o quanto se lucra em cima da questão da energia do gás e também junto com o movimento dos atingidos de barragens. Por exemplo, no Nordeste ele vem como kit, como direito no kit da alimentação, nas escolas, principalmente para as mulheres chefes de família. Então, nós tivemos na Parada 10, com todo o distanciamento social, fizemos na Região Noroeste e também no Partenon a entrega de 200, mais 100 nessas outras regiões. E estamos trabalhando no sentido de cada vez mais nos organizarmos, mostrando para a sociedade o valor que custa o gás, a energia e o que significa isso. é uma dificuldade muito grande, até pela questão do assistencialismo e a importância do assistencialismo em uma época eleitoral, que é o coronealismo, que eu tu dou um chinelo e depois dou o outro, de não lutar como direito, como é um direito do cidadão, né. Não é mais esmola, não é um assistencialismo. Então, nós estamos trabalhando, organizando cada vez mais nesse sentido, porque é muito importante. A Nati também está aqui conosco, das Mulheres em Ação, que é um coletivo que nós temos aqui na nossa região, juntamente com o comitê (Inaudível/interferência no áudio), temos duas pessoas da Santa Helena, que é onde eu



147 moro, assim vamos, estamos nos organizando em toda a cidade, em todo o Brasil, nessa
148 luta. Então, tem saída para isso, é uma questão de organização, nós não estamos parados,
149 independente de eleição ou não nós continuamos, temos uma visão de projeto de
150 sociedade. Aí quero dizer o seguinte, fazendo um link, não aguentei semana passada, né,
151 dizer que desenvolvimento é construir empreendimento em uma região, é muita
152 desqualificação. Eu me senti profundamente ofendida naquele debate e não poder fazer o
153 debate para responder naquele momento. O empreendimento pode vir, mas não existe
154 mais nada. Então, dizer para uma pessoa... Ah, faça o favor, né, Furtado! Vai ter réplica.
155 Por favor, né! Dizer que tu conheces mais a região do que nós, que é importante, que nós
156 estamos atravancando a questão de vir empreendimento para nossa região e quem isso
157 que vai definir o desenvolvimento de uma região como a nossa! Não, né! Então, só para
158 dizer isso na boa, fraternalmente, mas deixar registrado em ata qual é a nossa posição, o
159 país tem saída, o Rio Grande tem saída e Porto Alegre tem saída, nós vamos trabalhar
160 juntos para isso. Gomes, não precisa fazer essa cara, né! Sabe que eu tenho o maior
161 respeito por ti. É isso, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal**
162 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Maristela.
163 Encerramos o nosso período de Comunicação, lembrando que as contribuições de
164 aprimoramento. Estamos a cada semana tentando aprimorar um pouco. A gente tem uma
165 pauta bastante extensa, alguns processos distribuídos antes do período da pandemia,
166 ainda no ano passado e é nesse sentido que a gente vem fazendo as nossas reuniões e as
167 convocações extraordinárias, na quinta-feira a gente tem uma nova reunião extraordinária
168 para tentar avançar um pouco mais da nossa pauta, pauta extensa. Conto muito com o
169 apoio, a compreensão de todos vocês para que façam todas as análises dos processos
170 que já estão disponíveis no formato digital, entrem em contato, previamente, com a nossa
171 secretária executiva, que vai ajudar vocês a compreenderem algum processo, algum
172 documento que vocês não tenham acesso. Se, porventura, tiverem alguma dificuldade com
173 câmeras também, a gente tem aqui à disposição na secretaria uma sala que a gente vai
174 dispor, se por acaso alguém tiver alguma dificuldade de acesso externo, também pode vir
175 até a secretaria que a gente organiza, tem uma sala para poder assistir à sessão do
176 Conselho. Então, é nesse sentido que a gente tem priorizado, naturalmente, as pautas dos
177 processos que fazem parte do licenciamento da cidade, em detrimento das outras pautas,
178 importantes, mas que neste momento a gente está observando os novos formatos para ver
179 como é que a gente se organiza nesse novo normal. Nesse sentido a gente passa para
180 nossa Ordem do Dia. **4. Ordem do Dia.** Lembrando, o **ITEM 4.01** da pauta estava em
181 diligência já há bastante tempo, a gente conseguiu acesso ao processo do Arquivo
182 Municipal, foi digitalizado, informaram hoje e está sendo disponibilizado ao conselheiro que
183 tinha solicitado a diligência para poder fazer a diligência. O **ITEM 4.02**, o Expediente
184 002.286448.007. Este expediente é da Inovar Participações, um Estudo de Viabilidade
185 Urbanística, na João de Oliveira Remião, relator é o IAB-RS. Foi distribuído em 30/07/2019,
186 teve o prazo para relato lá em 27/08/2019, tivemos um parecer parcial do relator, colocando
187 e, diligência para serem respondidos alguns pontos. Teve pedidos de vista naquela
188 oportunidade, o processo foi retirado ainda em 2019, ficou se aguardando o retorno da
189 PGM, a diligência foi atendida em 23/06/2020, quando foi comunicado ao Conselheiro
190 Relator na reunião ordinária do CMDUA. O prazo para relato foi em 14/07/2020, onde
191 tivemos a leitura do parecer do relator, tecendo algumas considerações dentro do período
192 de 10 minutos, ele fez a apresentação, tivemos a apresentação da equipe do planejamento
193 também na reunião passada, tivemos pedido de vista a RGP. 01, da RPG. 07, OP,
194 ACESSO e (Inaudível/interferência no áudio). Então, é um processo que está bem
195 presente, porque foi na reunião passada que a gente debateu, foi feita a apresentação do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

documento pelo próprio relator, que eu já passo a palavra ao representante da RGP. 1. Não vejo como necessária a gente fazer nova apresentação, de porque todos tiveram oportunidade de assistir na reunião o relato, a própria apresentação por parte do planejamento, o processo está disponível em formato digital para todos, não vejo como necessário a gente relembrar, porque está muito presente o que está sendo discutido no processo. Então, nessa ordem do relato de vista, lembrando também que a gente já colocou em discussão este projeto, nós tivemos, conforme prevê o nosso Regimento, a oportunidade de discussão, tivemos vários inscritos e debatemos pelo período de 2 minutos este processo que foi colocado em discussão. Então, na data de hoje a gente tem os relatos de vista e é colocado em votação o parecer do Conselheiro Rafael, disponibilizado para todos desde a semana passada. O Conselheiro da RGP. 1, para fazer o relato de vista, Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite, novamente. Eu fiquei com uma dúvida, se a RPG. 7, porque esse projeto envolve a Região 7 de Planejamento e ela pediu, se não me engano teria a questão do relato dela, da vista. Eu não sei se a Maristela vai fazer o relator ou não. Então, gostaria de ver o relato da região, porque um dos meus encaminhamentos é que volte para a região para que se posicione. Então, eu queria o esclarecimento para que eu possa ouvir e acompanhar, integralmente, o parecer do relator. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Tem sim o relato de vista da RGP. 7. Ela vai ter oportunidade de relatar na sequência. Depois a gente tem o representante Sérgio Saffer, representante da ÁREA. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - ÁREA:** Poderia pedir para o Rodolfo, que conhece um pouco mais fazer o comentário que iríamos fazer? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, Conselheiro. Hoje quem está representando a entidade é o Conselheiro Rodolfo, então, podemos considerar? **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - ÁREA:** Não sei, eu queria que ele falasse o relato só. Eu que estou participando da reunião, mas não sei se ele fazendo parte, como suplente, se é possível. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente não tem essa previsão, Conselheiro. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - ÁREA:** Eu posso não participar deste momento e depois eu volto para a reunião, não participo da votação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Isso. Então, Conselheiro Rodolfo. **José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** A gente deu uma analisada no processo, no histórico, a gente percebeu ali que o principal ponto é a continuidade da diretriz viária, que hoje ela começa no terreno, no loteamento ao lado adentro ao terreno na fase 1, sai desse terreno para o loteamento vizinho e volta a adentrar na fase 2 do terreno, termina no próprio terreno. A continuidade dela até a próxima rua tem quase 1km de distância. Então, essa fase dois se continuar sendo gravada só com uma diretriz diária do próprio terreno, ela não tem interferência na mobilidade urbana, durante a implantação dessa fase 1. Então, contrário ao relatório, a gente não entende como uma obrigatoriedade de criar essa diretriz viária na fase 2 nesse primeiro momento. Então, a gente tem o relato contrário ao do relator por esse entendimento, de que não prejudica o município inicialmente, muito pelo contrário, diminuir custos, porque se ela for implementada vai ter rede elétrica, rede de infraestrutura, pavimentação, segurança e iluminação pública, o município vai ter que gerir, vai ser um loteamento aberto, responsabilidade do município. Então, esse risco todo e de segurança, nessa primeira fase não seria necessário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**



Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Rodolfo. Na sequência a gente tem o relato de vista da Conselheira da RGP. 7, Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** O Cocyteiro que me antecedeu... Como é o nome mesmo? Que representação? Eu até achei que era o SINDUSCON, pelo relato dele. Pessoal, é o seguinte, a nossa posição, nós acompanhamos a primeira relatoria, do Rafael do IAB, estivemos conversando com a comunidade, ao contrário do que o Conselheiro anterior, o que me antecedeu, nós achamos que justamente por todas essas questões aí da responsabilidade pública e privada em relação à comunidade, porque, na verdade, vai ficar só para o próprio Municipal, fazendo na forma que está sendo instituído agora. Então, nós vamos acompanhar o primeiro relatório do Rafael, que tão bem nos representou e é o entendimento que nós temos, nós somos contra o empreendimento, só que nós achamos a importância de ser feito pela forma como era apresentado, tanto no “Calhas” antes, como depois na primeira fase, porque depois foi modificado. Na verdade, o empreendedor está trabalhando pela questão de ser menos oneroso para ele, mas, na verdade, para o município isso vai ficar muito caro, muito mais caro ainda para a população. E eu queria aproveitar também para responder para um técnico que falou na semana passada sobre as artérias internas, que ia desobstruir a João de Oliveira Remião. É próprio de quem não conhece a região, porque vai por onde? Vai pela Restinga, vai pelo pela Oscar Pereira, pela 6, vai pela João de Oliveira mesmo ou tem algum outro projeto... Desculpa a ironia, né, pode ser com asas. Então, não dá para usar esse tipo de argumento, é nesse sentido que eu quero dizer que vai desobstruir as artérias maiores, como o caso da João de Oliveira Remião. Então, para nós é fundamental que seja integrado e que tenha também uma alternativa para a João de Oliveira Remião, porque desde a época que foi feita a avenida, essa do Trabalhador, nós não tivemos o alargamento das vias, foi feito em duas, mas não teve nenhuma saída de casas, nada. Então, nós ficamos totalmente com ruas muito impróprias para o desenvolvimento dessa região. Imagina com o que está vindo para pela frente aí na Lomba do Pinheiro, o que isso vai significar. A Restinga é um caos, não tem como sair de lá. A Oscar Pereira, que nós temos um pedaço de chão batido, que sai lá em cima, no Hospital Belém, também hoje está inviável. E a João de Oliveira Remião, que se tu pegares toda a confluência de Alvorada, Viamão, de toda aquela região, também nós estamos... Então, não é uma questão de não querer o desenvolvimento, por isso que eu argui no início da outra discussão, que só mesmo quem não tem conhecimento ou não está preocupado com o desenvolvimento da região. O que é o desenvolvimento de uma região? É onde tem o desenvolvimento industrial, onde tem o desenvolvimento do seu comércio, enfim, tudo aqui. Agora estão querendo também destinar para nós, como sempre foi, a própria questão profissional, a cara nossa negra e pobre, que é a grande maioria da nossa população, para ser, com todo o respeito, a construção civil e as pessoas domésticas. Não é isso que nós queremos, nós estamos na contramão da história, é nesse sentido que nós queremos, o tempo e a responsabilidade do desenvolvimento aí, da questão da consorciada, como nós fazíamos a nossa discussão toda, mas também sem problema de sentarmos com os empreendedores no sentido da viabilidade, desde que também venha ao nosso encontro, que tenha essa sapiência de entender as necessidades reais e não só de olhar por cima, pelo satélite essa região, né, e nos tratarmos de uma forma indigna, como nós não merecemos. Se nós temos acento no Plano Diretor para pensarmos Porto Alegre, é porque nós tivemos a capacidade de elaborar desde 2009 a Operação Consorciada e com todos os técnicos da prefeitura, com todos os empreendimentos, chamando todos os segmentos, inclusive, METROPLAN, discutimos com todos os segmentos, com a Universidade Federal, UERGS, com todos. E agora somos tratados,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

dizer da possibilidade de que um empreendimento é desenvolvimento em uma região, é nos negar e dizer que não há possibilidade de nós entendermos o que é uma estruturação da sociedade. Então, o nosso posicionamento é esse, principalmente os que são eleitos pela comunidade. Eu acho que a RGP. 8, se não me engano, foi muito coerente, eu brinquei com ele antes, eu falei isso na reunião aqui da comunidade, foi muito coerente entendendo o nosso desejo de que seja unificado, que nós podemos ganhar mais um tempo ali na frente para sentarmos novamente, nós não temos problema de sentarmos novamente com os empreendedores. Isso não é um problema para nós, mas nós queremos garantir de fato que a gente possa ter neste momento, nós estamos apelando aos conselheiros que não aprovem desse jeito, porque estão ferindo profundamente, deixando claro, nós não temos problemas com o empreendimento em problema, é da forma como vai ser realizado. Ok, Conselheira Vaneska? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Maristela. Conselheiro do OP, Emerson. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite. Eu já tenho esse relato, na verdade, desde novembro do ano passado. Teve essa nota técnica da PGM, que eu acho que clareou mais ainda a situação da aprovação desse projeto. Os três pontos apontados pelo IAB estão justificados junto ao parecer da CAUGE, tanto da EPTC, quanto da SMDE, da questão das diretrizes viárias. Então, eu não vejo problema nenhum. O que está acontecendo é assim, se nós aprovarmos o relato vai ficar condicionado à mudança do objeto. A partir do momento da mudança do objeto muda todo o processo, volta para a CAUGE. Então, o IAB tentou colocar nesse processo alterar o objeto. Eu acho que o objeto não tem que ser alterado, porque está sendo atendido, a não ser a questão do art. 44, que é a participação da comunidade, mas também nesse tempo de pandemia vai ocorrer isso. Fica muito difícil fazer uma reunião em uma comunidade em tempo de pandemia, até porque a gente está em um processo também de lockdown futuramente. Então, o parecer do OP é favorável à aprovação do projeto. Posso até fazer o relato aqui do parecer, tenho um relato aqui com 8 folhas, estudei bastante esse projeto. É um projeto que atende as diretrizes, tudo que for posterior ao EVU vai estar em termo de compromisso, é um compromisso do empreendedor. Então, não vejo problema nenhum de atender algumas demandas, algumas coisas não vão ser atendidas, né. Se vocês analisarem bem o processo, está bem declarado no Parecer 177/2018, que fala sobre a questão da diretriz, tem outros pareceres que facilitam também na questão da circulação da região. O problema do trânsito não é só um problema da região Lomba do Pinheiro, é um problema da cidade inteira. Se nós imaginarmos que vamos resolver o problema também para se enfrentar na cidade com relação à circulação e transporte. Não sei se eu faço a leitura agora. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O senhor pode anexar ao processo. Dentro do seu tempo está livre para falar. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Só quero fazer algumas observações aqui. É um projeto na Região Lomba do Pinheiro, todo mundo já está bem a par, é aprovação de EVU, uma matrícula com 82 hectares, dividido na fase 1 57 hectares, na fase 2 de 5. É uma área de ocupação intensiva, está sendo aplicado o processo, o projeto. A DMI, que é a Declaração Municipal de Informações, coloca que tem a opção de exercer o regime máximo, que é a Lomba do Pinheiro, isso a conselheira da região deve entender. É optante, porque já tem regime para aplicar o processo, já tem regime para desenvolver o projeto. O projeto não precisa entrar na lei consorciada, é uma opção por regime máximo. Então, pelo básico, através do Plano Diretor, ele consegue atender todo o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

processo. Tem aqui os responsáveis técnicos, toda a parte de levantamento topográfico, tem todo um acompanhamento, laudo de cobertura vegetal e o histórico do expediente único, que começou lá em 2017, a proposta inicial, onde era os 82 hectares, na fase 8. Depois teve, em 2018, a fase 1, que foi apresentada a proposta com fracionamento para área remanescente. Teve o pedido de reconsideração em 13/08/2018, primeira fase, sobre área superficial reduzida para 57 mil e a segunda fase com área de 25.000. Observações, na proposta da fase 1, mesmo com a redução da área loteada estão sendo mantidas as áreas destinadas aos equipamentos públicos. Os pareceres são 27/2017 e 161/2017. Então, está sendo mantida toda a doação da fase 1, das fases 1 e 2, está sendo mantido. O número de unidades: 5.500 unidades... Unidades não, estimativa de população de 5356 habitantes, lotes de (Inaudível/interferência no áudio) 491, unifamiliares, condomínio da 752 e total de unidades de 1.243. Então, tem todo o histórico das fases, do regime urbanístico, que está sendo atendido, como foi colocada também dentro do processo a questão dos corredores ecológicos, que são os APPs que vão ser garantidas, com faixas de 30 metros para cada lado. Então, está sendo atendida a questão ambiental também. A questão também do percentual de doação dos 20%. Então, tem todo esse planejamento, fora a questão das diretrizes, que tem que ser todas atendidas, todas as condicionantes apontadas pelas diretrizes da CAUGE vão ter que ser atendidas. As diretrizes foram emitidas em 07/01/2019, através da CAUGE. Então, tem todas as diretrizes no processo, do DEP, DMAE, da EPTC, da SMAMS. Inclusive, pela SMAMS teve algumas alterações futuras, está no processo. Tem da SMOV, da SMS e da Secretaria Municipal da Fazenda, que coloca que todas as obrigações das medidas são do empreendedor. E das considerações, onde teve lá em 13/02/2019, teve reconsideração, também teve o Parecer 03/2019, que emite o termo técnico de comparecimento, a exposição da CAUGE em 11/06/2019, onde fala também na questão de empreendimento de segundo grau, que está em condições de aprovação de EVU. O parecer da CAUGE 110.100/2019, em 17/07, que aprova o EVU. Então, foi aprovado pela CAUGE, teve a participação de todas as secretarias, acompanhamento da PGM e depois vem para o encaminhamento ao CMDUA. Tem os pareceres também aqui apontados, que é um empreendimento de segundo grau, conforme art. 61, inciso 1, art. 100, parágrafo anexo 3, 11.2, folha 2, da Lei Complementar nº 646/2010. Então, é empreendimento de segundo grau. Aí fala aqui também, coloquei a questão das diligências, onde teve o parecer do Rafael do IAB, que condiciona a alteração do objeto. E a partir do momento que ele coloca que tem que fazer o atendimento das diretrizes viárias e tem que atender a lei consorciada, ele está alterando o objeto, porque já está sendo atendido através da diretriz da CAUGE. Então, não tem porque fazer, retomar essa discussão, porque já foi discutido, já tem os pareceres. Então, o pessoal tem que se antenar nessa parte aí. O pedido, então, foi encaminhado através de um representante da METROPLAN para diligência na época e também teve aquela situação do loteamento, tem que passar pela METROPLAN e tem algumas questões que apontam o porquê e quando chega até a METROPLAN e enquadra na legislação da METROPLAN. Não é o caso aqui, não é o caso. (Sinalização de tempo esgotado). Mais 2 minutinhos e eu já concluo. A PGM apresenta através da Nota Técnica PMS 07.129/2020, responde as questões apontadas pelo IAB, através do relatório: "...que a PGM também tem o desempenho das funções, como fundamento a atuação da defesa os postulantes decorrentes da autonomia municipal e prevenção dos conflitos e assistência no controle da legalidade, dosados da administração pública". Então, a quando da PGM identificar esses fatos em qualquer processo. E também tem a questão de não onerar o empreendedor. O formato que está sendo apontado, inclusive, fala em alguns relatos da CAUGE de não onerar o empreendedor, que tem ali o livre arbítrio de desenvolver o empreendimento. Então, seria



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

esse ponto. Só para finalizar, eu sou favorável à aprovação do projeto, com base em todos os encaminhamentos apontados pela CAUGE, todos os pareceres. Então, não vejo problema nenhum. Sei que, futuramente, esse empreendimento vai trazer grandes benefícios para a região, inclusive, de atendimento à saúde e educação. Obrigado.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Emerson. Na sequência a Conselheira Claudete, da ACESSO, para relato de vista. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos. Primeiro, queria me manifestar, assim, a minha preocupação com o prazo exíguo que nos é dado para elaborar um parecer de vista. Imagina, esse processo veio da PGM, foi lá em setembro e voltou em junho. Ou seja, quantos meses ficou lá e a gente tem que dar um parecer de vista de uma semana para a outra. Então, a ACESSO se considera prejudicada neste momento para fazer um parecer de vista. Depois a ausência de atas também e o recebimento da informação em, tempo hábil. Eu solicitei as gravações, até para eu acompanhar a discussão que havia se dado neste processo, eu fui receber os áudios, a gravação, que não tive a oportunidade ainda de me aprofundar na última sexta-feira. Eu queria fazer duas Questões de Ordem, na verdade: primeiro, desde quando nós suprimimos a deliberação após os pareceres de vista? Ele não vai à votação, a discussão deveria ser só após o parecer de vista. Segundo, eu fiz um questionamento semana passada para a Procuradoria, é se as pessoas que atuaram em outras fases dos expedientes, se podem votar, aprovar e se manifestar novamente no mesmo expediente, se isso não fere o duplo grau de jurisdição. Então, eu acho que tem uma Questão de Ordem intermitente e eu gostaria de um retorno. E a ACESSO vai acompanhar o parecer do relator, até porque não há nenhum voto contrário ao empreendimento, o que há, na verdade, são algumas observações, algumas alterações e sugestões feitas pelo parecerista. Ele não se cocolou em nenhum momento contrário ao empreendimento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Conselheiro Guilherme da SMRI. Antes de passar a palavra faço alguns esclarecimentos. Naturalmente, dúvidas das mais diversas podem ser suscitadas por escrito. Com relação ao duplo grau de jurisdição, a gente não entende como competência do município indicar a sua representação, enfim, independente de ter assento dentro da esfera municipal. No entanto, se persistir alguma dúvida poderá ser encaminhado formalmente, junto com a solicitação, ao município, a Procuradoria vai poder avaliar esta questão. Com relação ao momento da discussão do processo, a gente não tem previsão dessa ordem, se é primeiro o relato de vista, depois em discussão. Na última reunião acabamos colocando em discussão o processo e depois teve o pedido de vista, mas, por hábito, é mais adequado que a gente siga essa ordem: relato de vista e depois se coloca em discussão o processo. A gente vai adotar esse procedimento para os próximos, como padrão, pela lógica, que seria mais adequado, mas não tem essa regra. O Conselheiro Felisberto tem uma Questão de Ordem? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A Claudete levantou uma questão importante e eu gostaria de ver a manifestação da representante da PGM, a Procuradora Andressa, sobre a questão do duplo grau de jurisdição, que há uma lei federal que proíbe que quem dá o parecer vote no Conselho. Então, eu gostaria da manifestação, porque para nós, para muitos conselheiros há uma irregularidade insanável, mas gostaria de submeter a douda Procuradoria do Município. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. A gente vai consultar formalmente a PGM, que vai poder fazer uma análise e expedir a manifestação a partir dos levantamentos colocados. A gente levantou isso na outra reunião, que é



importante formalizar, porque a gente consegue disponibilizar para a análise. Conselheiro Guilherme inscrito para o relato de vista. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Boa noite, Secretário. A minha colocação vai ser bem rápida, eu penso que a questão já foi analisada pela Procuradoria nos autos do expediente SEI e análise técnica da CAUGE foi atendida pelo requerente, de acordo com o Parecer 177/2018, como já foi apontado por algum orador que me antecedeu, não lembro exatamente quem. Então, não sendo comprovado o agravamento do traçado, não merece prosperar aquilo que apontou o relator. Interpretação em contrário, no meu entendimento, levaria à ilegalidade flagrante suplantando o comando legal e explícito do PDDUA. Assim, subscreva a extensa análise da Procuradoria do Município do licenciamento do projeto e diante do debate feito neste Conselho Municipal, na sessão anterior, eu voto contra o parecer do relator. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Concluindo, então, os nossos relatos de vista. então, eu coloco o presente processo, após amplo debate, extenso, discutido, em votação. Consulto ao Conselheiro Representante do DEMHAB, como vota? A gente tem uma Questão de Ordem da Conselheira Claudete e o Conselheiro Relator. Não tem, Conselheiro, essa previsão de votar, tem ali uma oportunidade do relato, a colocação em discussão, como foi feito na outra reunião e o relato de vista. então, Questão de Ordem da Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Questão de Ordem, Secretário. Primeiro, não é necessário ter uma previsão que volte para o relator, porque isso de chama debate, senão voltar para o relator não é debate. Segundo, como fica essa questão se nós temos vários conselheiros presentes que atuaram no expediente, que se manifestaram no chat. Eu até não vejo essa questão da formalidade, porque aquilo que a gente envia por e-mail a gente não tem respostas, o que vem oralmente não há resposta e para o que vai pelo chat também não há resposta. Então, como fica esse questionamento em relação à legalidade da votação de quem atua nesse expediente no qual está sujeito à votação no momento? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Lembrando que este Conselho tem representação das secretarias desde a sua criação, que são os técnicos do município que entendem da matéria e têm condição de responder aos pontos aqui sempre levantados, desde sempre. Naturalmente, se existe alguma dúvida com relação a isso, eu não tenho nenhuma dúvida quanto à lisura da votação dos representantes das secretarias. Se levantado esse questionamento de forma formal, a gente vai poder esclarecer ele na sequência. Conselheiro Felisberto, uma Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, para mim ficou ainda uma dúvida, uma das conquistas foi ouvir a comunidade que sofrerá o impacto dessa obra, que em nenhum momento foi ouvida. E tem uma coisa que me preocupa muito e queria que os técnicos da prefeitura também começam a se preocupar, se isso não impactará na regularização das comunidades do entorno desse empreendimento. A gente sabe que há mais de 400 loteamentos e áreas irregulares no município. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Qual é a Questão de Ordem? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, deixe eu finalizar, se não corta o meu pensamento. Então, eu queria que fosse ouvido, e próprio representante do OP colocou como um dos óbices a não ouvida da comunidade. Então, eu acho que a gente tem que ouvir quem sofrerá o impacto deste empreendimento. E mais uma questão, a questão do DMAE, que veio a este Conselho e relatou o problema da falta d'água na Lomba do Pinheiro, como fica o empreendimento, se não me falha a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

memória, com mais de 1.000 unidades? Então, como ficará? É uma preocupação que me parece fundamental. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. O Conselheiro do IAB, o Conselheiro Rafael. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu gostaria de duas questões, é Questão de Ordem. Gostaria, primeiro, que fosse esclarecido sobre que artigo está se respaldando o Presidente para não colocar em debate após pedido de vista, em função de que trazem aqui novas argumentações e entendo que o debate deveria ser reaberto, como acontece. Olha, eu não me lembro de conselho em que a gente peça vista e posterior não abra para o debate. Além disso, eu gostaria de levantar e reforçar aqui a suspeição daqueles que assinam, sobretudo, processo administrativo em tela e que tem oportunidade aqui de reforçar o seu voto lá. Quer dizer, há uma questão de dupla instância, vota em primeira e em segunda instância administrativa ainda que seja. Eu gostaria de um aporte e gostaríamos de ouvir a Procuradoria, já que há uma novidade colocada nesse decreto. São tantas novidades. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Rafael. Lembrando que a gente tem, regimentalmente, as resoluções e prazos estabelecidos para o debate. São relatos, 10 minutos, a colocação em diligência, a discussão antes da deliberação, a gente não tem, necessariamente, essa ordem prevista. E foi nesse sentido que acabou que se abrindo o período de discussão por 2 minutos naquela oportunidade na última reunião, encerrou-se o período de discussão do processo, a gente acabou não colocando em votação em função da solicitação de relato de vista. Hoje se teve a oportunidade de relato de vista, conforme se prevê, regimentalmente, cada um no período de 10 minutos, podendo amplamente defender o seu voto. Teve quem se inscreveu para vista e foi dada a oportunidade para todos. É um processo que foi amplamente debatido, discutido, todo mundo teve os momentos e a oportunidade para manifestar a sua contrariedade, se é favorável ou não e qual é o seu entendimento acerca desse processo. Tivemos muita clareza na apresentação do planejamento, tivemos muita clareza na apresentação do seu parecer, no período de 10 minutos. Então, teve esse debate bastante amplificado. Questão de Ordem do Conselheiro Furtado. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite, Conselheiros, Secretário. Eu só queria informar que o DEMHAB em 2019 também pediu vista a este processo e diante das tratativas e modificações que sofreu, o DEMHAB abre mão do seu relato de vista por se considerar atendido no momento que nós também fazemos parte da Operação Consorciada da Lomba do Pinheiro, sou Conselheiro Titular pelo DEMHAB. E fica atendida a questão do regime básico, que segue em tramitação normal. Então, nesse sentido, nós apoiamos o projeto, é um projeto de demanda prioritária e de ação de interesse social, que depois do meu voto será contrário. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Furtado. De fato, a gente tinha um pedido de vista lá em 2019 ainda. Conselheiro Darci, Questão de Ordem. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu acho que o mínimo de bom sendo, faz (Inaudível/interferência no áudio) que sou conselheiro do Conselho, no mínimo, o consenso, há um relato de vista, voltar a palavra para o relator. Não vi em 8 anos de reunião nunca não voltar a palavra ao relator, para, inclusive, contestar, os argumentos que ele não ouviu até agora nos pareceres de vista contrários ao parecer dele. Então, realmente, a cada reunião a gente está usando um critério. Quando foi o meu processo há duas semanas, onde pediram vista e cessaram. Na reunião passada eu chamei atenção disso e o Senhor Secretário continuou dando prosseguimento nas intervenções. Então, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

539 cada reunião o senhor usa o critério que quer para fazer vista, depois debates, depois
540 votação ou é relato, depois debate, depois vista. Então, não precisamos de Regimento
541 Interno se é o caso, o senhor fez o procedimento interno, o senhor propôs o regimento, não
542 submeteu a este colegiado, transformou em um decreto. Então, o Senhor tem que assumir
543 a sua parte também. Nós fomos apresentados na semana retrasada ou passada a uma
544 representante aqui, que está ali, da PGM, nós estamos solicitando que ela se posicione e o
545 senhor não deixa ela se posicionar. Então, por que ela está como PGM? Se tem
546 representantes técnicos, então, que os representantes técnicos possam falar e foram
547 apresentados aqui que viriam a ser mais uma assessoria jurídica também para o Conselho,
548 para a gente poder ouvir uma procuradora do município dizendo que não há conflito nem
549 legal e nem ético. Para mim ético é claro e declarado, não tem a mínima dúvida de que
550 conflito ético tem que votar duas vezes, o legal eu acho também, mas aí eu não sou
551 advogado para dizer. Então, que no mínimo tem que passar a palavra para o relator, para
552 ele poder se posicionar em relação às declarações de voto. **Germano Bremm, Presidente**
553 **e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado,
554 Conselheiro Darci. Naturalmente, as questões que a presidência traz aqui são apoiadas em
555 questões regimentais, podemos discordar ou não e por isso a oportunidade da Questão de
556 Ordem para apontar algum artigo que, porventura, tenha sido descumprido. Então, sempre
557 estão livres se a gente, porventura, não atentou para um artigo específico da resolução.
558 Por favor, que me apontem, que imediatamente farei a correção. Em não havendo
559 apontamento do artigo específico, sendo questões mais abertas, a gente entende que está
560 atuando de forma correta. Senhores Conselheiros passamos à leitura dos votos.
561 conselheiro Furtado, do DEMHAB, como vota, favorável ou contrário ao parecer do relator?
562 **(Votação nominal): José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento**
563 **Municipal de Habitação – DEMHAB:** Voto contrário ao parecer do relator. **Júlia Lopes de**
564 **Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:**
565 **Contrária ao parecer do relator. Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:**
566 **Contrário ao parecer do relator. Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual**
567 **de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável ao parecer do
568 relator. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e**
569 **da Sustentabilidade – SMAMS:** Contrária ao parecer do relator. **Gisele Coelho Vargas**
570 **(1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:**
571 **Contrária ao parecer do relator. Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria**
572 **Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Contrário ao parecer do
573 relator. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações**
574 **Institucionais – SMRI:** Contrário ao parecer. **Darci Barnech Campani (Titular),**
575 **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável ao
576 parecer. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**
577 **ACESSO CDH:** Favorável com o relator. **José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação**
578 **Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Contrário ao parecer do relator.
579 **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do**
580 **Sul – CAU/RS:** Favorável ao relator. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos**
581 **Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, eu vou me abster. A
582 minha declaração de voto é a seguinte, esse processo para mim não poderia estar
583 circulando, o próprio representante da comunidade declarou que a comunidade não foi
584 ouvida. Esse é um dos princípios elementares do planejamento participativo. Esse
585 processo para mim carece de nulidade. Eu me abstenho. **Fernando Martins Pereira (1º**
586 **Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Contrário ao
587 parecer do relator. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Civil – SINDUSCON: É uma pena que eu não possa votar por uma parte só do relato do Rafael. Vou ter que votar contrário, embora ele tenha feito um relato extremamente minucioso. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Favorável ao relator. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Favorável ao relator. É uma pena não ter passado para que a comunidade se manifestasse. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, eu vou acompanhar o voto do relator. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu estou na mesma situação do Dal Molin, concordo parcialmente com o relato do conselheiro. Então, vou ter que votar contrário. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu acho que as manifestações da conselheira responsável pela sua comunidade deveriam ter sido ouvidas e não foram. Eu vou votar favorável ao parecer do relator, mas faço essa observação. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Analisando a votação, eu me abstenho. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Contrário ao parecer do relator. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu acompanho o relator e a comunidade. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Contrário ao parecer do relator. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Contrário ao parecer do relator. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos fazer a contagem de votos: 14 votos contrários, 02 abstenções e 10 votos favoráveis. Nesse sentido está **REJEITADO O PARECER DO RELATOR**. O processo é redistribuído para novo relato, conforme prevê o nosso regimento interno do Conselho. Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu queria que o senhor respondesse uma pergunta para este Conselheiro. Como é que estão os decretos que foram emitidos pela prefeitura e que o próprio Regimento deste Conselho não está sendo questionado junto ao Ministério Público? Eu queria que o senhor respondesse essa pergunta, é importante. Isso é uma Questão de Ordem fundamental deste processo que nós estamos vendo, que cada vez fica mais violentado sem a participação da comunidade. O próprio representante do OP se manifestou que não pode ir por causa da pandemia. Então, é impressionante, Secretário. Então, eu gostaria que o senhor se manifestasse sobre esse meu questionamento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Lembrando que aqui a gente está em um processo de votação, as outras questões mais atinentes e abertas, a discussão do decreto, a gente já fez uma discussão, não é o momento da gente retomar com a Questão de Ordem neste momento. Nós vivemos um período de calamidade, uma situação muito extrema e é neste sentido que a gente ampliou a estratégia de deliberação remota, seguimos todos os prazos regimentais, todo mundo tem a oportunidade de fazer o debate, discutir os processos, fazer os relatos. Vamos ter sim uma dificuldade de fazer a discussão, talvez com a comunidade, naquele formato mais tradicional, sim, é fato, mas mesmo assim a gente precisa superar essas barreiras, cada um encontrar a forma, a ferramenta para de tentar superar essas barreiras para a gente poder buscar avaliar esses processos e trazer o desenvolvimento tão importante para nossa cidade, responsáveis técnicos, empregos diretos e indiretos, toda a cadeia alimentar por essas aprovações. Na verdade, essa possibilidade, nós vamos fazer a leitura dos votos (Registrado acima). Lembrando que as reuniões são gravadas, qualquer



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

questão em contrário poderá ser averiguada nas nossas gravações. Então, aprovado o expediente da pauta, a gente passa ao **ITEM 4.03** da nossa Ordem do Dia, da IGREJA PENTECOSTAL, que ainda está em diligência. A gente passa ao **ITEM 4.04**, é um processo da Secretaria Estadual da Educação. Conselheira Claudete, Questão de Ordem. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Questão de Ordem, Secretário. O processo não foi aprovado, ele tem que ser redistribuído e eu desejo saber quem é o novo relator. Isto está no regimento, secretário. **Gabrielle Aquino, Secretária Executiva SMAMS:** O Orçamento Participativo é o responsável por esse processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Obrigado. O **ITEM 4.04**, da SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, é um EVU, na Estrada João de Oliveira Remião. A gente tinha como relatora a Conselheira Livia. Lembrando que esse expediente foi discutido na reunião extraordinária. Nós não tivemos uma semana até a data de hoje para o retorno da solicitação de diligência. Então, vamos esperar até a próxima quinta-feira. O **ITEM 4.05:** expediente 18.0.000002017-2; da GREICE MURIELE BORGES, que é um gravame de traçado viário de logradouro. Temos Questão de Ordem? Conselheira, a senhora já fez uso da Questão de Ordem. É em relação a este processo? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Como está escrito no chat, Secretário, é sobre este expediente e a Questão de Ordem é a qualquer momento relacionado a fato novo. Primeiro, o relator desse expediente pediu a palavra e não foi passado, eu acho fundamental primeiro o relator falar para depois até pedir a Questão de Ordem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro do expediente anterior, Conselheiro Mark, por favor. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu me programei para falar na hora que o Presidente se manifestava, é que eu estou em condições de relatar esse processo, não precisaria de nenhum prazo adicional. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Em sendo assim, a gente não precisa aguardar, o senhor está em condições, a gente retorna ao expediente anterior, o ITEM 4.04 da pauta. Ele foi colocado em diligência e o senhor tem a oportunidade de fazer o relato. Por favor, Conselheiro, com a palavra. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** O que aconteceu é que eu estive na reunião extraordinária e no dia 16 me ative a examinar o Expediente 002.339086.001, por isso não havia nenhuma outra advertência, eu examinei essa documentação e foi aquilo que eu relatei para todos os senhores, que eu cheguei a um limite ali de informação e que necessitava. E aí nós precisamos abrir esse procedimento de diligência para que eu tivesse acesso àquele outro processo vinculado, que eu não tinha na ocasião esta informação disponível. Eu não sabia que esse processo tinha filhotes e por isso eu acabei não seguindo a pesquisa, além daquele próprio número que eu tinha recebido da prefeitura. Examinando essa continuação eu vejo que é um conjunto de processos de 112 folhas e confirmo que esse processo já tramita dentro da Prefeitura Municipal de Porto Alegre desde 2017. Em virtude de ser um processo que está envolvendo um projeto de construção de uma escola estadual de ensino fundamental, indígena, dentro da comunidade Guarani, lendo toda a documentação que foi aposta aqui pela prefeitura, eu tenho um parecer favorável a que esse processo prossiga. Eu não vou fazer a releitura de todos os pareceres e informações técnicas que estão colocadas dentro deste processo. Eu achava, no entanto, pela importância social que tem essa escola, que a RGP. 7 e a RGP. 4, que são duas das nossas regiões de planejamento, que têm proximidade com esta área da Lomba do Pinheiro, que seria fundamental que essas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

regiões também fossem consultadas. É fundamental que esse projeto da Escola Anhatengua seja desenvolvido, pois ele está circulando pelos meandros da Prefeitura de Porto Alegre desde 2017 e é um tema estratégico, é um tema essencial. E pela importância dessa comunidade eu até suponho que ele deveria ter um rito sumário e que não fosse submetido a todo o conjunto de pequenas questões que foram trazidas no curso do processo que eu li. Eu acho que essa comunidade Guarani precisa ser atendida e eu peço desculpas aos colegas conselheiros, que na quinta-feira passada, na reunião extraordinária, consideraram que houvesse algum tempo precioso da sua parte perdido, mas isso era um elemento essencial para o meu conhecimento, e eu não disponha do mesmo, e não podia ter dado um parecer favorável se não tivesse lido a continuidade dessa documentação. Hoje eu tenho condições de votar favoravelmente a essa demanda da comunidade Guarani e espero que os conselheiros que fizeram observações ácidas, críticas, acompanhem e tenham votos favoráveis a comunidades carentes, conforme o Colega Fernando do Sindicato dos Engenheiros se manifestou. Gostaria muito que ele tivesse essa sensibilidade pelas comunidades carentes e seguisse votando a favor delas nos seus próximos votos. Muito obrigado, Presidente e aos demais conselheiros. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Alguém vai fazer relato de vista? A gente tem a oportunidade do relato de vista. Então, a Conselheira Maristela já se inscreveu. Conselheira, é uma Questão de Ordem? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** (Inaudível/interferência no áudio). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Tem um chiado bem grande, uma interferência. Bom, a senhora consignou ali o pedido de vista. A senhora vai poder fazer o relato de vista na próxima reunião. Também o pedido de vista do Conselheiro Rafael. Mais alguém? Não havendo mais inscritos a gente encerra, liberando vista para a Conselheira Maristela e o Conselheiro Rafael. Seguindo essa ordem do relato de vista. O Conselheiro Felisberto também se inscreveu para pedido de vista. O Conselheiro Jackson também pediu vista. A Conselheira Tânia também. Questão de Ordem da Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não é uma Questão de Ordem, Secretário, é uma questão sobre o expediente que eu já havia me manifestado, que eu queria fazer. Esse processo foi distribuído para a UFRGS, a UFRGS deu um parecer e foi redistribuído. Primeiro, eu pergunto ao relator se esse parecer, porque eu me lembro que ele manifestou na última sessão que esse parecer não estava dentro, e por que houve essa redistribuição? Até onde a gente tem conhecimento a UFRGS continua sendo representante neste Conselho. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Lembrando que a gente tratou desse assunto, o processo foi redistribuído em reunião ordinária deste Conselho. A conselheira embora tivesse lançado o parecer no sistema, não teve a oportunidade de fazer apresentação, porque comunicou o afastamento deste Conselho e em função da ausência há mais de 4 reuniões, o Regimento Interno prevê esse afastamento e já foi solicitado à universidade nova representação no Conselho. Eles deverão indicar nos próximos dias e por isso que foi redistribuído o processo ao Conselheiro Mark. O Conselheiro Mark tem alguma Questão de Ordem? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** É que o processo propriamente dito, o parecer da Conselheira Livia não está incorporado, ele não consta do processo. Eu conversei com a Conselheira Livia e ela me enviou o seu parecer em caráter pessoal, mas no processo não se encontra. Então, essa é uma informação, já que a Conselheira Claudete solicitou, eu achava importante na reunião passada, inclusive, foi-me



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

perguntado isso e eu dizia que esse parecer da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, exarado pela Conselheira Livia não foi incorporado ao processo. Não sei se haverá interesse em que ele seja incorporado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. De fato, não há mais necessidade de incluir no processo se, porventura, não está no processo, a gente pode verificar depois. De fato, houve a redistribuição, ela não tinha condição de apresentar um relato. Então, supre essa questão do novo relator. Feito isso a gente passa ao **ITEM 4.05:** Expediente 18.0.000002017-2; da GREICE MURIELE BORGES, que é um gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro na Rua Pedro Oliveira França. O relator é também do Conselheiro Mark. Este processo foi distribuído em 28/02/2020. Tivemos uma apresentação, relato favorável. Temos a oportunidade da equipe do planejamento fazer um resumo do processo. Por favor, peço para a equipe do planejamento fazer um resumo do que se trata o expediente, depois o Conselheiro Mark fará o relato. Tudo bem? **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, como é a estrutura da apresentação, essa solicitação é de gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro. A solicitação registrada é o cadastramento de logradouro da Rua Pedro de Oliveira França, uma extensão total de aproximadamente 0,7 km em área de ocupação rarefeita, em atividades de área em desenvolvimento diversificado. Aqui um mapa demonstrando onde fica esse eixo viário. Então, na região de planejamento, aqui dentro da Hípica e nesse próximo mapa o traçado do eixo. Aqui é só uma imagem que demonstra a situação desse gravame dentro de uma imagem aérea. O parecer técnico, nesse caso não tem a mesma complexidade do EVU, foi analisada pela Unidade de Gestão de Desenvolvimento Urbano, SDU/SMURB. Então, a resposta à consulta que foi realizada para o cadastramento de traçado viário dessa via, é colocada onde que ela se insere dentro da estruturação do Plano Diretor. E coloca que não tem nada a opor. Eu chamei atenção só nessa frase, que fica dentro do parecer, datado de 19/09/2019, que coloca que deve atender o perfil viário de acordo com o previsto no plano, na via local de acesso domiciliar alternativa para área de ocupação rarefeita, gabarito de 12,5 m, conforme previsto no Anexo 9.2, da fl. 3, da lei do Plano Diretor. É isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Obrigado. Eu passo já para o relato do Conselheiro Mark, que tem 10 minutos. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu já dei o meu parecer favorável a está solicitação da Grace Muller Borges. A única questão que eu levantei no texto que eu enviei para a secretaria do Conselho era a consulta ao Conselheiro Dinar da região. Como eu não conheço a região e como não conheço a comunidade, eu pedi, inclusive, ao Conselheiro Dinar para que verificasse a procedência dessa solicitação feita por essa cidadã, que pedia a extensão desta rua e o seu registro. E, assim, a única contrariedade que eu admitiria era caso o conselheiro da região verificasse junto à comunidade que esta petição não procedia, é que eu mudaria o meu o meu voto e o meu parecer. Em princípio, pelo que consta da documentação disponibilizada para mim, eu considero adequado e voto favorável à petição dessa cidadã. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Então, feito o relato pelo relator, manifestando favorável ao projeto eu, questiono se haverá alguma solicitação de relato de vista. Lembrando que a gente vai levar debater o expediente quando retornar o projeto de vista, em função dos questionamentos até levantados pela ordem natural, na última a gente acabou invertendo as ordens. Aí é mais lógico e natural que a gente tenha primeiro o relato de vista para colocar em votação, para que a gente consiga fazer a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

discussão. Tem uma Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto e um pedido de vista. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** O senhor mudou a forma, primeiro vai ouvir o relato de vista para debater, né. Então, a minha Questão de Ordem era sobre o processo anterior. Então, ficará para debater na próxima, após o relato de vista. É isso? E eu vou pedir vista, mas quero saber se posso fazer um pedido de esclarecimento ao Mark e ao Dinar. Se essa rua é lá no Porto dos Casais, que é uma cooperativa. Só essa dúvida. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, vamos seguir essa lógica sempre. No processo anterior a gente acabou colocando ele em discussão antes do período de vista. Não tem uma regra regimental de ordem, mas me parece mais lógico que sim, que seguinte tenha a colocação em discussão depois dos relatos de vista. Questão da Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu queria entender qual é o meio formal de comunicação com a presidência e com a mesa, porque tem a ser formalizado. Neste caso, eu fiz formal o pedido, dentro do expediente, de que antes da discussão de todos esses processos de gravame viário, fosse feita uma apresentação, que nós pudéssemos entender os procedimentos, discutir, ver a legitimidade, o interesse público. Até, então, parece que eu não tive retorno nenhum dessa solicitação. Ou seja, o pedido formal também não funciona. Segunda Questão de Ordem, era com relação à inclusão de documentos no sistema. Todos nós temos matrícula na prefeitura, então, deve ser liberado para que a gente inclua os documentos no sistema para não acontecer isso, porque daqui a pouco uma informação foi subtraída, ela não consta dentro do processo e deveria constar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. A Conselheira Maristela tem uma Questão de Ordem. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** (Inaudível/interferência no áudio). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, continua o problema no seu som... Agora melhorou. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** É na mesma lógica, é a acessibilidade e nós termos maior tempo para podermos ver essa questão, porque nós estamos tendo dificuldades. A mesma questão é aqui da Estela Brum, nós achávamos que era um simples gravame e não é, está interligado com outros projetos que nós não estamos tendo para discutir e estamos sendo atropelados. É a mesma coisa nesse processo que estamos discutindo agora, a relevância de nós podemos ter mais tempo para observarmos. Eu acho que essas votações do jeito que elas estão sendo, o meu posicionamento é que nós vamos ter problemas sérios no futuro próximo, muito sérios. E eu faço coro a esse encaminhamento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Maristela. Lembrando que os processos, respondendo um pouco que as questões estão disponíveis para todos, estamos aqui à disposição para prestar todos os esclarecimentos necessários que, porventura, tiverem ao longo do processo. Esses expedientes estão todos na pauta, já estão a bastante tempo disponíveis a para todos os conselheiros. Então, poderão ter acesso, analisar antes de concluir aqui o seu voto. A gente agregou a equipe de planejamento para fazer a apresentação, na qual eu parabeno. A Vaneska que está fazendo esse trabalho, esse resumo, no sentido de esclarecer onde que está localizado o território, o empreendimento, o gravame, um pouco do resumo desses processos que estão pautados. É bem-vindo também para contribuir e nós temos todos os prazos regimentais de debate, discussão, comunicação, garantindo a ampla participação dos conselheiros que são eleitos pela comunidade, são conselheiros representantes das suas regiões de planejamento, que têm toda a legitimidade para votar



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

favoravelmente ou contrário aqui nos expedientes colocados em pauta. Sendo assim, são 19h57min, eu passo para a Questão de Ordem do Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. A minha Questão de Ordem era exatamente isso, nós perdemos o horário das Comunicações, mas eu queria também que fazer outra consideração, Presidente, para ficar bem claro. Estava constando no Regimento e não está claro, até para não acontecerem outros problemas como tem acontecido, qual é a ordem? O relator faz o relato, abre-se uma discussão, daí os conselheiros que desejarem pedem vista, na outra semana eles retornam, leem seus processos de vista e daí vai ter uma nova discussão. É isso? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. A ordem que a gente estabeleceu: tem o relato pelos 10 minutos pelo relator, a gente questiona depois do relato se tem pedido de vista, não colocamos em discussão o processo. Esta ordem estamos estabelecendo a partir das reuniões. Na reunião passada colocamos em discussão antes do relato de vista, houve algumas reclamações, com razão, acho mais adequado que a gente ouça o parecer do relator, pergunte se a partir do parecer do relator alguém tem interesse em fazer um relato de vista, aí disponibiliza a vista ao processo, na semana posterior a gente coloca em discussão, dando o prazo para debate daquele processo antes dele ser colocado em votação. Lembrando também que o período de Comunicação, respondendo, foi totalmente cumprido no início da sessão, a gente abriu a oportunidade, todos se inscreveram, abrimos para Comunicação, a gente não invertei a ordem do dia. Nós abrimos para Comunicação e teve algumas manifestações. Agora chegamos no horário de encerrar a reunião. Conselheiro Rafael. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Só uma contribuição, Presidente. É importante, nada impede que durante o (Inaudível/interferência no áudio) se suscite alguma dúvida, sem precisar pedir vista. Por exemplo, eu atuei alguns anos no Conselho Estadual de Cultura, onde a gente aprova 35 milhões em projetos de lei de incentivo à cultura e não dá conta, o orçamento não dá conta do que a gente consegue aprovar lá e o rito é o seguinte: abriu o debate, assim que alguém pediu vista encerra o debate, volta o pedido de vista, volta o debate, faz o relato. O que eu quero dizer? Pedido de vista pode ser feito a qualquer tempo e depois do pedido de vista se traz, se suscita novos debates, como hoje. E hoje ficou prejudicado o debate, inclusive, sobre novas questões trazidas pelos pedidos de vista. Então, pediu vista, encerra o debate, o debate vai acontecer posterior. Agora, não é, necessariamente, perguntou, pediu vista, ninguém pediu, não vai poder pedir depois durante o debate, também isso não. O próprio debate enseja muitas vezes pedido de vista. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Rafael. Lembrando que os procedimentos, dos tempos foram previamente discutidos com os demais conselheiros e a gente votou esses momentos: relato, pedido de vista, discussão. Então, regimentalmente, a gente tem ali, nós temos que, naturalmente, prever algumas regras, as discussões têm que ser anteriores, senão a gente não consegue avançar nas pautas. Eu sei que são bastantes polêmicas, temos várias interpretações, entendimentos diferentes, mas se a gente não regra, naturalmente, como é nos grandes Conselhos, eu também participo de outros conselhos, sei que existem os procedimentos, existe o período de inscrição, o de discussão, votação. Então, são momentos previamente que a gente estabeleceu na nossa resolução de procedimentos. Senhores conselheiros, muito boa noite. Obrigado pela oportunidade do debate, sempre bastante caloroso. Peço desculpas se excedi em algum ponto, a gente está aqui para construir, para aprender a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

cada dia um pouquinho mais, para trocar as experiências com todos vocês e avançar nas pautas importantes da nossa cidade. **(Encerra-se às 20h00min).**

Germano Bremm

Presidente

Secretária Executiva

Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:



ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2842/2020

Aos vinte três dias do mês de julho de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular) e Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. ATAS 2829; 2830, 2831, 2832, 2833 (ATAS DE JANEIRO); 3. Comunicações; 4. Ordem do Dia. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h06min. 1. ABERTURA. 3. COMUNICAÇÕES; 4. Ordem do Dia. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Boa noite, Conselheiros, mais uma noite de trabalho em uma quinta-feira agradável de verão. Em havendo quorum a gente dá início a nossa sessão extraordinária. Lembrando que estamos fazendo essas convocações em função do nosso avançar da pauta



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

numerosa, a pauta de processos que temos para discutir, cada vez mais aprimorando nosso processo e entendendo mais um pouco das ferramentas. Então, declaro aberta a nossa reunião. Eu pediria que vão se escrevendo no chat para o período de Comunicações, enquanto eu vou fazer a leitura dos presentes que a gente tem registrado aqui. (Nominata na inicial). Então, consulto mais uma vez quem está escrito para o período de Comunicação. Então, temos para o período de Comunicação: Felisberto, Jackson e Paulo Jorge, o Conselheiro Gomes inscrito também. Encerro a inscrição e passo a palavra para o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e a todas, nesta noite de calor em Porto Alegre, estamos em mais uma reunião extraordinária. Eu queria dizer que a 2ª suplente da região RGP 1 está presente, a Glauce. Então, queria saudar e às 19 horas eu tenho que sair, Secretário. Então, eu vou pedir para que a Glauce fique até o fim, se for possível. E dizer assim, mais uma vez reinteirar o grupo de trabalho para a elaboração do livro sobre o Conselho. Então, peço que isso seja uma pauta e que a gente possa elencar logo as pessoas que poderão participar, conselheiros, e a minha ideia é que seja tripartite para que a gente possa fazer um bom trabalho e publicizar as nossas atividades neste livro da Universidade Federal. Era isso e obrigado. Muito obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Felisberto. A gente vai colocar em deliberação na próxima reunião, mas eu já consulto de antemão quem tem interesse em participar desse grupo, que possa fazer a inscrição antecipada. E daí, na próxima reunião, quando a gente for a gente aprova já a proposta de quem tiver interesse em participar. Então, o Conselheiro Felisberto já se dispõe. Se mais alguém tiver interesse, por favor. O Conselheiro Hermes e o Conselheiro Gomes têm interesse também. Então, na sequência passo a palavra no período de Comunicação para o Conselheiro Paulo Jorge. Deve ter caído (Não está presente). O Conselheiro Jackson. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite a todos. Eu tenho interesse em participar do grupo também. Registro aí. Coloco também que tem algumas lideranças da minha região que estão participando da reunião hoje, especialmente o pessoal da comunidade Jardim Vitória da Conquista, onde nós temos um processo em pauta que está rodando lá na frente e é isso aí. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Jackson. Registrado e saudando os demais representantes da região que nos assistem aí, importante presença. Na sequência inscrito para o período de comunicação o Conselheiro Emerson. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite a todos. Eu quero, na verdade, colocar a minha insatisfação em relação as atitudes de alguns conselheiros na última reunião, porque fazer piada com processo e falar do Orçamento Participativo eu acho que é muito negativo, né, não só para o Conselho, mas também para a cidade. O Orçamento Participativo tem um trabalho pela cidade, um atendimento às demandas da cidade. Então, eu gostaria de apresentar essa insatisfação, porque a gente está aqui para defender a cidade, trabalhar para a cidade, promover o desenvolvimento da cidade, que muitas vezes é criticado ou é mal entendido. Então, quero só colocar essa insatisfação. Eu acho que nós estamos aqui fazendo um trabalho muito sério, que é atender os interesses da cidade. Então, não é um momento aqui de julgar ou de trabalhar de uma forma de denegrir os espaços. Então, gostaria de colocar essa posição aí. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Emerson. O conselheiro Gomes está inscrito. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

noite, conselheiros. Boa noite, Presidente. Presidente, eu queria lembrar um dos compromissos que nós temos enquanto conselheiros, que é de realizar a cada dois meses uma reunião com uma pauta voltada para o Conselho, uma reunião temática, digamos assim, e nós não estamos fazendo isso há um bom tempo. Então, eu sugiro colocar em pauta e marcarmos uma reunião para discutir uma pauta aqui no Conselho, do que poderia ser essa discussão. Em princípio era isso, Presidente. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito Conselheiro Gomes. Muito bem lembrado, importante a gente fazer essas reuniões de fato, outras pautas importantes que a gente tem. Em função da pandemia, eu acho que a gente, inicialmente, se assustou um pouco com o momento, mas agora, naturalmente, estamos conseguindo nos organizar, com uma rotina de avaliação dos processos. Eu acho que já temos condições de avançar no processo, mais em outras pautas, propor para a gente poder fazer um debate. Eu acho que é muito interessante e vamos colher contribuições para as pautas. Eu acho que a gente faz uma pauta extraordinária para debater esses outros pontos aí, que são de interesse dos senhores conselheiros e que têm todo o direito de propor. O Conselheiro Paulo Jorge não deu, estava inscrito aqui no período de Comunicações. Então, encerrado o nosso período de Comunicações. Eu dou início a nossa Ordem do Dia. **4. ORDEM DO DIA. ITEM 4.01:** foi disponibilizado, ainda não deu uma semana. Então, **ITEM 4.02: INNOVAR PARTICIPAÇÕES**, aprovação de Estudo de Viabilidade Urbanística, que teve o relato por parte do IAB, foi colocado em discussão, um processo distribuído lá em 30/07/2019, colocado em discussão o relato e não foi aprovado pelos senhores conselheiros na reunião passada. Esse processo foi redistribuído, conforme prevê o nosso regimento interno, passado o relato para o conselheiro representante do OP. O prazo seria até 28/07, não seria na data de hoje, mas eu consulto o conselheiro da disponibilidade, se tem condição de fazer o relato. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Secretário, eu tenho condições de fazer o relato, até para aproveitar o momento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu acho que não há necessidade da gente retomar a apresentação do planejamento, todos lembram, foi amplamente debatido. Então, já passo a palavra ao Conselheiro Emerson. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Expediente único é sob o nº 002.28644100.7, localizado na Estrada João de Oliveira Remião, 4001 - Bairro Lomba do Pinheiro. Atendimento para aprovação de EVU, para objeto interessado de Inovar Participações Ltda. O responsável técnico pelo projeto é o Engenheiro Marco Aurélio Coelho Piazza. Tem toda uma equipe que trabalhou nesse projeto, Prisma Fotografia, Bioárea Soluções Ambientais. Tem todo um levantamento para apresentar essa proposta. O requerimento iniciou-se em junho de 2017, com a proposta inicial de 84 hectares, fase única. Depois teve reconsideração em julho 2018, propondo a fase 1, com 57 hectares, com fracionamento da área remanescente, que ficaria com 25 hectares. Então, foi solicitada essa reconsideração e dentro dessa nova reconsideração, na fase 1, tem uma população estimada em 5.356 habitantes, lotes individuais 491, unidades unifamiliares, condomínios, 752, totalizando 1.243 unidade para o empreendimento. Então, o empreendimento tem duas fases, Calha de Pedra I e Calha de Pedra II. Esse EVU é a proposta agora para a fase 1. Na área tem regimes, vários regimes, unidade 01, área predominante residencial, subunidade 03 apta à ocupação, subunidade 11, 12 e 25. Todas as subunidades seguem o Plano Diretor de atendimento e está atendido junto ao projeto. Aproveitar também e colocar que a área de destinação pública já vai ser apresentada



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

nessa primeira, área de destinação pública da ação pública, que vai ser efetuado no local também. Em relação às diretrizes está atendendo todos os gravames de PDDUA, que incide no terreno, diretriz viária 6724, diretriz viária 6060, Rua Orquídea. Teve um parecer da CAUGE em relação às diretrizes a serem atendidas, a 177/2018, em 07/01/20019. Eu quero colocar aqui uma observação das APPs, não serão computados ao cálculo do valor do reservatório. Então, vão ser preservadas todas as APPs, como é uma questão do meio ambiente. O DMAE atendeu também as diretrizes, vai ser atendido pelo sistema Belém Novo, conforme está apresentado aqui. O esgotamento sanitário também, Bacia do Arroio do Salso. EPTC também está solicitando projetar e executar sistema viário conforme o gravado em PDDUA, ajustar o prolongamento da Rua Orquídea. A SMAMS também atende todos os parâmetros do meio ambiente. A questão relativa ao patrimônio arqueológico, também tem a solicitação ao IPHAN. SMED, que é um ganho também para a comunidade, porque vai atender também uma área com 2800 m² para atender um equipamento de educação, que é uma dificuldade que tem também dentro da região, eu acho que em todas as regiões de Porto Alegre. Em questão as diretrizes viárias para empreendimento, toda a infraestrutura necessária é de responsabilidade do empreendedor, para execução das obras. Área pública também para a Secretaria Municipal da Saúde, com 1920 m², próximo a João de Oliveira Remião. Vai ser mais um espaço de atendimento à saúde. Na questão de todas as medidas mitigatórias de atendimento em relação a Fazenda, vai ser por conta do empreendedor também. O EVU foi aprovado em 17/07/2019, aprovado o Parecer nº 100/2019. Foi pedido diligência, a gente já tem essa informação do ano passado, teve uma nota técnica da PGM, onde atendeu todas as solicitações da diligência e demonstrou que não seriam necessárias. Para finalizar, quero colocar aqui para finalizar que o Orçamento Participativo é favorável à proposta. Eu acho que é um ganho para essa região, a circulação vai ganhar um pouco mais de espaço também, porque é um grande problema na região, a gente sabe que tem uns empreendimentos ali que botaram até cancela para não dar espaço em área pública. Este não é o caso, vai ser um loteamento aberto, onde vai dar espaço em área pública e cesso às pessoas que moram no entorno. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado pelo relato, Conselheiro Emerson. Lembrando que como foi um presidente redistribuído, regimentalmente, não tem a possibilidade de vista, após este segundo relato, depois de distribuição. Então, eu coloco em discussão, pedindo que quem tem interesse em se inscrever para estar discutir o presente processo, antes que a gente coloque em votação, por favor, faça a inscrição aqui no nosso chat. A gente tem os Conselheiros: Felisberto, Claudete, Jackson, Artur e Patrícia. Então, encerro o período de inscrição para debates. Por favor, o Conselheiro Felisberto, 2 minutos. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro, eu pus ali no chat, reitero a questão de ser ouvida a comunidade, porque me parece importante que o loteamento sempre tem um impacto na questão da região. E como nós temos várias questões de regularização fundiária, se isso não prejudicará a eventual regularização das comunidades do entorno. Isso me parece que é um cuidado necessário que nós tenhamos que ter para evitar dificuldades para regularizar determinadas comunidades. E para evitar também que se ponham diretriz em cima de comunidades já existentes, não se pode fazer planejamento olhando pela internet, mas sim indo lá no local e conhecendo a realidade ao qual se propõe um projeto, sempre um loteamento impacta na vida das pessoas. Então, é importante que a comunidade esteja unida, é importante que as pessoas se manifestem, a minha contrariedade se não for ouvida a comunidade e o meu voto é contra. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos. Eu gostaria de reiterar aqui a questão da ilegalidade deste processo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Primeiro, porque não foi dado andamento às dúvidas suscitadas com relação ao entendimento de suspensão dos conselheiros que votaram. Segundo, porque nós não temos nos autos, e eu acabei de confirmar aqui, nós não temos os pareceres que foram dados na última sessão. E o que a gente vota é aquilo que está incluso nos autos. Então, eu estou votando naquilo que eu acho, o que vamos fazer, porque não estão os pareceres de vista, não está o parecer do relator, não temos ata atual que a gente consiga se basear no que foi feito na semana passada. Então, eu considero totalmente ilegal o procedimento que está sendo adotado e é impossível votar desta maneira. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Bom, eu não consigo visualizar se a conselheira da região está presente ou se algum suplente está, mas uma observação que ela fez na última reunião a respeito desse processo é a questão do abastecimento de água. Em nenhum momento colocando em cheque as questões apresentadas pelos técnicos, mas o Diretor do DMAE foi muito claro em uma reunião conosco lá das dificuldades de abastecimento daquela região enquanto não houver um investimento com aporte muito forte de verba. Então, essa era a minha colocação, ainda não me convenceu, infelizmente. Era isso. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Boa noite. Eu gostaria de fazer mais alguns comentários em relação, estritamente, ao projeto. Até alguns assuntos já foram tratados pelo relator. Onde traz alguns benefícios que esse empreendimento traz para algumas áreas, como a questão da área de educação, onde tem uma um terreno destinado para as escolas, que é uma região tão carente de escolas, de 3.500 m², que será doado ao município. Também um terreno para o posto de saúde, que também foi comentado pelo relator, são quase 2.000 m². Também de praças para a região, que tem uma área ambiental tão importante para o município. Esse terreno vai ter 125.000 m² de áreas verdes, de áreas de praça, de preservação da mata local, das APPs, dos cursos d'água. A questão da mobilidade também comentada pelo Conselheiro Felisberto, é possível ver que esse entendimento tem a ligação todas elas com ruas existentes que têm no entorno da Rua Goiás, também já previsto com o desenvolvimento de outros empreendimentos que no futuro vão se desenvolver nesse entorno. Viabilizando também o início da execução de uma via tão importante, que vai ser a paralela ali na Estrada João de Oliveira Remião, que é o prolongamento da Orquídea, nesse trecho aqui já vai ser executado, que muito em breve outros empreendimentos vão poder brindar essa região da cidade e continuar com a execução da Orquídea para que a gente possa ter essa finalização dessa via tão importante. Então, dessa forma eu entendo que esse empreendimento é muito favorável para a cidade e que deva ser aprovado por nós aqui no Conselho. Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite. Eu só queria registrar que eu avaliei esse processo e se trata, na verdade, de um loteamento acima de 30 hectares na área de ocupação intensiva, por isso ele é enquadrado como CAUGE. A questão aquela de fracionamento que estavam discutindo, na verdade, ela nem se aplicaria à avaliação por essa comissão. É uma coisa mais simples. E se tratando de loteamento se verifica, considerando os padrões previstos no Plano Diretor, ele atende todos os padrões, não tem nenhuma flexibilização, ele está atendendo 5% o que está previsto no Plano Diretor. Então, tendo em vista isso, eu sou favorável à aprovação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Lembrando que a gente vai colocar ele em votação, um processo amplamente debatido, distribuído em 30/07/2019, tivemos todas as oportunidades, apresentação, relato, segundo relato hoje. Houve dois momentos de oportunidade de debates. Então, eu abro para a Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu aproveitei a Questão de Ordem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

para dizer que tem mais um inscrito, o Hermes que se inscreveu. Então, não sei se ele mantém a inscrição dele, mas eu vi que ali tem. Estava acompanhando o chat e tem o Hermes. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Nós não localizamos a inscrição no Conselheiro Hermes. Lembrando que todos os relatos, todas as manifestações que a gente fez aqui no Conselho estão disponíveis, temos processo eletrônico, a gente sempre à disposição se, porventura, alguém não tiver acesso a alguma informação, estamos inteiramente à disposição aqui com a Secretaria Executiva para prestar os esclarecimentos, basta fazer contato se faltou alguma informação para que o Conselheiro possa consignar o seu voto. Tem que entrar em contato para que a gente possa ajudar e auxiliar. Não localizamos a inscrição. Conselheiro Hermes, o senhor se inscreveu? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu agradeço ao Felisberto. Secretário, só para explicar, até para alertar os outros conselheiros. Eu me inscrevi, eu não conhecia isso e estava ali do lado, no “para”: “reservadamente”. Então, a inscrição não foi para o grupo, foi para uma pessoa do grupo. Então, para não criar um tumulto eu abro mão da minha fala, mas só para explicar o que aconteceu, não aparece no grupo, aparece para o Felisberto, que foi reservadamente. Então, obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Importante que a gente cuide ali para ir “para todos”. Então, senhores conselheiros, nesse sentido começo a fazer a leitura dos votos, relato favorável do relator. **(Votação nominal): José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável ao parecer do relator. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Só para esclarecer, nós estamos votando o novo parecer apresentado hoje, né? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Exatamente, o parecer já redistribuído, Conselheira. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável ao parecer do relator de hoje. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável ao parecer. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** A ABES é contrária. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A votação é nula, Secretário. Sou contrária a esse processo e essa votação. **José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Favorável ao parecer do relator. **Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Contrária. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Contrário. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Contrário. Gostaria de fazer uma declaração de voto, Secretário. Como foi dito nós reunião passada pelo próprio Conselheiro Emerson, isso não foi cumprido, a consulta à comunidade. Eu entendo que a pandemia não pode ser pretexto para se quebrar uma das coisas mais importantes que nós no nosso Plano Diretor, que é a participação da comunidade nos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

processos. Então, sou contrário e por isso também entendo que esse processo fica prejudicado. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Lembrando que sempre há a possibilidade da declaração de voto, ela existe, regimentalmente, tem a previsão, mas ela é por escrito. Conselheiro Fernando. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Sou favorável ao parecer do relator. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Sou contrário, Presidente. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, com declaração de voto, eu farei por escrito também, mas gostaria de deixar aqui gravado. Primeiro, contrário ao parecer, tendo em vista que é o próprio relator que diz que é necessária a ouvida da comunidade e isso não foi obdecido, isso fere um dos... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Conselheiro Adroaldo, como vota? **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, quero lamentar a falta de organização da sociedade civil, que perde com isso, mas vou votar contrário. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** A região vota favorável ao projeto. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite. Voto contrária, porque a população não foi ouvida novamente. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Abstenção. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Voto favorável e registro a minha admiração pelos defensores das causas populares e tal, votando contra um loteamento para atender mais famílias de interesse social. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Naturalmente, voto favorável do conselheiro relator. Entrou o Conselheiro Dal Molin. Como vota, conselheiro? **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Eu vou acompanhar o voto do relator. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Nesse sentido tivemos 15 votos favoráveis com o do relator, 09 votos contrários e 01 abstenção. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR.** Nesse sentido aprovamos o parecer do relator, que trata do EVU na Estrada João de Oliveira Remião. Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. Lembrando que para os objetos dos debates aqui dos senhores conselheiros, que os conselheiros eleitos são representantes das suas comunidades, todas têm assento aqui neste momento e representam a sua comunidade. Então, a discussão com a comunidade é feita por meio dessa representação, é competência do conselheiro levar para a sua comunidade essa discussão, para orientar o seu voto. Então, o processo mesmo, a gestão da política urbana com a participação do conselho, ela é uma forma da sociedade interagir na gestão da política urbana e ter essa representação por meio dos seus conselheiros. Então, quando se fala em discussão com a comunidade, é obrigação do conselheiro da região fazer e se não fizer, ele representa a comunidade, foi eleito a exercer esse voto perante o Conselho do Plano. Por favor, Conselheiro Felisberto, a sua Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu estava escutando atentamente a sua observação, Secretário. Eu só queria colocar duas questões fundamentais. Defender as classes menos favorecidas não é agravar os problemas das regiões com novos loteamentos, é resolver os problemas já existentes na região. Esse é o papel do Conselho e nós não discutimos a regularização fundiária. Então,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

tem muita gente que fala em nome da sua região e não se reúne com a sua região, nem o próprio Conselheiro do OP... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Qual é a sua dúvida? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Nem o próprio Conselheiro do OP tem se reunido com seus pares do Conselho para discutir os projetos que envolvem as regiões, que ele diz representar aqui. Por fim, minha Questão de Ordem é, quero a apresentação das atas onde houve reunião de algum Fórum da região com os seus delegados. E a outra Questão de Ordem é como ficam os votos de quem deu parecer nos processos e votam como conselheiro. Isso anulará todas as votações. Eu e a Claudete estamos alertando há horas isso. Haverá decisão do MP sobre essa questão, Secretário. Então, peço que o senhor encaminhe isso com urgência à PGM para que se manifeste sobre isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Questão de Ordem do Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** A minha Questão de Ordem é em relação, e desculpa a colega arquiteta Carolina, mas como nós somos todos pela legalidade, o senhor pauta isso todo momento, ela não se encontra na lista dos conselheiros da SMDE. Aqui na lista tem a Gisele como titular, a 1ª Suplente Daniele e 2º Suplente o Patrick. Eu queria entender se isso é uma ilegalidade, com todo respeito, Carolina, não tem nada a ver contigo, mas se pode isso, de uma pessoa surgir assim ou tem uma nomeação, indicando? Essa é a minha Questão de Ordem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Foi atualizado, não está na tabela ainda, porque não saiu a portaria pelo Senhor Prefeito. O que não impede ela de representar a Secretaria, porque os atos podem ser convalidados pelo Senhor Prefeito, em função da designação. Questão de Ordem do Conselheiro Jackson e do Emerson. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite novamente. Eu quero dizer assim, que o Conselho é um processo democrático, eu acho que quem participa deste Conselho tem que entender que nem sempre a sua vontade vai ser a vontade do Conselho. Então, eu quero respeito a quem votou favorável e a quem votou contrário. Obrigado. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Presidente, essa questão que nós conselheiros das regiões estamos com dificuldade de fazer as reuniões do Fórum, aí o questionamento que tenho é o seguinte: se nós fizemos uma live e gravarmos, como a gente vai apresentar isso durante o Conselho, durante a nossa plenária? Isso vai ter validade, vai ter legalidade? Eu pergunto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Jackson. Lembrando que é uma prerrogativa do conselheiro se reunir com a sua comunidade, é eleito democraticamente para representar os interesses da comunidade, juntar atas de reunião, de qualquer coisa nesse sentido, é uma prerrogativa do conselheiro, ele não tem nenhuma obrigação e apresentar para os demais. Existe uma eleição, um processo extraído dentro do Fórum da região de planejamento. Então, cada Conselheiro tem uma metodologia, uma forma de organizar a sua reunião, a sua representação. Naturalmente, se não representou a contento existe o período eleitoral, onde vai poder ser renovada essa participação, se, porventura, a comunidade não foi bem representada ao longo deste ano. Estamos com dificuldades sim, um período de isolamento, pandemia, o estado de calamidade que a gente vive. Então, a gente tem que tentar se superar nas dificuldades para poder avançar nas nossas reuniões. Senhores Conselheiros, passo ao **ITEM 4.03:** está em diligência na procuradoria. O **ITEM 4.04:** tem até a semana que vem para relato de vista, que foi pedido



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

na reunião passada. Então, fica para dia 28/07 o prazo para o relato de vista dos conselheiros. No mesmo sentido o **ITEM 4.05**, temos pedido de vista da RGP. 1, o prazo é 28/07. Questão de Ordem da Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**: Eu gostaria de saber, Secretário, a quem a conselheira está substituindo, já que ela está entrando hoje, não foi nem anunciada, a quem ela está substituindo? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**: Conselheira, ela substitui a Conselheira Daniela Vieira, de forma permanente no Conselho. Passamos ao **ITEM 4.06**: Expediente 002.050276.17.4, o interessado é RM RIZZO ADMINISTRAÇÃO E INVESTIMENTOS LTDA, é um ajuste de gravame de traçado viário, na Rua Félix da Cunha. O relator é o OP, Conselheiro Emerson. O processo foi disponibilizado em 11/03/2020, em formato eletrônico. Prazo para relato em 23/06/2020. Foi prorrogado, houve a anexação do parecer favorável, que se dará na data de hoje, mas antes a gente tem a apresentação por parte da equipe do planejamento. Um breve resumo, Conselheiro Emerson, que não vai prejudicar o seu tempo, naturalmente, do relato, mas que a gente incorporou esse hábito de sempre ter a apresentação por parte da equipe planejamento. A Vaneska, vamos liberar. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**: Boa noite. Então, esse processo trata de um ajuste de gravame de traçado viário, aqui está registrada com a solicitação, é na Rua Félix da Cunha, lado ímpar. O trecho entre a Praça Doutor Maurício Cardoso e a Rua Padre Chagas, aí é descrita a localização dele de acordo com a estruturação do Plano Diretor, macrozona 1, Unidade de Estruturação Urbana 30, unidades de (Inaudível/interferência no áudio) 15, Quarteirão 61, bairro Moinhos de Vento e que teve início em 05/05/2018 pela RM Rizzo Administração e Investimento Ltda., requerente da proposta objeto. Na solicitação registrada a gente trouxe aqui algumas referências, mas vamos deixar na apresentação, que ela trata de uma sequência de casas que são tombadas pelo município, que o tombamento pode ser consultado, né, que estão dentro da área de interferência dentro desse ajuste que está sendo proposto. Os conselheiros devem conhecer, porque é uma região central, bem próximo ao Shopping Moinhos de Vento. Aqui é a localização com relação à RGP. 1. Então, ali é uma via que se configuraria na Perimetral, nessa sequência, mas existe esse patrimônio tombado, que tem na imagem do satélite, a gente trouxe umas fotos também do local que a gente imaginou que era mais fácil de compreender. E no processo tem uma apresentação também anexa, que a gente acessou usando o link de acesso externo, a gente tem usado para garantir que o nosso acesso de documentação é simétrico ao dos conselheiros. Então, aqui existe uma apresentação que destaca, que o gravame original faria um alargamento ali, onde essas casas são localizadas, esses imóveis de interesse histórico. Então, esse ajuste para não ter mais esse conflito. Como é um ajuste de traçado viário, ele vem com essa manifestação da Coordenação de Desenvolvimento Urbano, que coloca que tem essa questão do patrimônio histórico ali, que se sobrepõe a um traçado e que esse trecho que vem sobre móveis tombados acaba causando alguns conflitos no momento que se faz a análise dessas áreas. Até se coloca aqui de maneira como uma colocação de segurança, que em estudos mais avançados, caso se entenda como imprescindível, ele poderia ser retomado, mas, atualmente, com o tombamento das edificações, existe uma incompatibilidade. Existe também uma manifestação da PGM, que é essa manifestação 27/2020, que coloca que não tem, que não se opõe e que, além disso, coloca que a decisão que foi tomada por esse gravame está em harmonia com a orientação jurídica que foi dada pela própria PGM na oportunidade em que houve um debate com a Coordenação de Desenvolvimento Urbano. São os pontos principais, é um processo simples, a gente vai deixar as referências na



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

apresentação para envio dos conselheiros no final de semana. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Vaneska, empresa bem elucidativa, contribuindo com a discussão. Passo a palavra ao Conselheiro Relator Conselheiro Emerson, representando o OP. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Já foi comentado pela Vaneska todo o processo, expediente único, é um ajuste de traçado na Rua Félix da Cunha. Tem um histórico desde maio de 2018, pela RM Rizzo Administração e Investimentos Ltda. Já tramitou pela comissão, já tem um parecer da Procuradoria, teve parecer lá em 2017, é 01/2017, favorável também à decisão, que tem uma hermenêutica, que propicia a segurança e a decisão de fazer e tomar essa iniciativa. Tem notas técnicas da (Inaudível) 371/2015, tem todos os pareceres praticamente favoráveis a essa deliberação. É um viário de 30 metros, uma diretriz viária, onde vai se ajustar ao patrimônio histórico hoje existente, quando foi apontado pela secretaria. Eu só quero colocar aquilo no final a justificativa: “O ajuste de gravame de traçado Viário na Rua Felix da Cunha, lado ímpar, do trecho compreendido entre a Praça Doutor Maurício Cardoso e a Rua Padre Chagas, visa atualiza PDDUA, de forma a sanar conflito entre o patrimônio histórico cultural existente ao longo de toda a testada do referido trecho, edificações com tombamento e inventários municipais e o alargamento da viária para a Segunda Perimetral. A resolução proposta determina o não atingimento dos bens tombados e inventariados pelo gravame viário da Rua Félix da Cunha, conforme apresentação da Procuradoria Geral do Município, através da Nota Técnica nº 01/2017 - Procuradoria Municipal Setorial 06, conforme licenciamento de 27/10/2017 e homologada pelo Procurador Geral Adjunto em 13/11/2017, vinculado ao expediente único 002.216063.00.6. O alinhamento do PDDUA passa a ser delimitado pelas edificações existentes voltadas para a Rua Félix da Cunha, conforme o estado apresenta abaixo e pelos prolongamentos dos alinhamentos das ruas Dinarte Ribeiro, lado ímpar, e Padre Chagas, lado par, Praça Doutor Maurício Cardoso, nº 141 - prédio inventariado de estruturação. Rua Félix da Cunha, do nº 1143 ao nº 1221, prédios tombados pelo Município. Devido ajuste do gravame viário foram necessárias alterações no perímetro da estruturação urbana 30 e das subunidades 14 e 15”. Então, a resolução que está sendo proposta vai atender os Expedientes Únicos 002.05027617 e 002.16063003. Parecer favorável, já está anexo ao expediente único, ao SEI. Nós somos favoráveis a esse ajuste de traçado viário. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Emerson. Então, como existe o nosso prazo regimental de vista, relato de vista, eu consulto se tem algum Conselheiro inscrito para relatar vista na próxima semana? O Conselheiro Felisberto. Mais alguém? Em não havendo inscritos, então, encerramos a inscrição, dando a oportunidade do relato de vista na próxima semana, onde será colocado... O Conselheiro Rafael também pediu vista. Então, temos o Conselheiro Felisberto e o Conselheiro Rafael para solicitação de vista na próxima semana, a gente coloca em debate e colocamos em votação. Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, obrigado por abrir o espaço. É que eu tenho que me retirar às 19 horas, eu tenho outro compromisso. Então, a Glauce, que é suplente, ficará. E eu queria, já juntei os pareceres de vista e se não forem atendidas as diligências no parecer de vista o meu voto é contrário, os dois processos em que eu solicitei a vista. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Na sequência a gente tem o **ITEM 4.07:** Expediente: SEI 19.0.000139119-7 (vinculado ao 002.341935.00.5), da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SEAPEN.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Aprovação de EVU, identificação para atividade na Salvador França. O relator é o Conselheiro Furtado, do DEMHAB. O processo foi distribuído em 17/03/2020. A gente teve uma apresentação muito bem feita pelo Alexandre, Diretor do departamento da engenharia prisional da SUSEPE. Tivemos o parecer de relato favorável em 16/06/2020. Teve o relatório de vista, houve o pedido de diligência, que teve retorno. Antes da gente colocar em discussão, peço para a equipe de planejamento, mesmo que já tenha feito a apresentação, está muito presente esse expediente do presídio, teve apresentação, peço para a Vaneska apenas relembrar esse processo. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu tenho ele de maneira bem sucinta, mas de repente só para o pessoal lembrar onde se localiza. Então, esse como é um caso de EVU. A solicitação foi, então, para aprovação de EVU para atividade enquadrada por similaridade, atividade penitenciária especial de impacto urbano de 2º grau. Ele é um expediente que está localizado na RGP. 7, na delimitação do bairro Partenon e no entroncamento do sistema viário, na continuidade da Salvador França. Aqui tem um polígono que localiza ele, ao lado do Hospital Psiquiátrico São Pedro, nós temos o viaduto. Então, acho que é uma área bem conhecida dos conselheiros, uma área bem acessível da cidade. Uma imagem de satélite localizando o expediente. Ele teve um parecer técnico que envolveu todas as áreas, como os demais, teve uma tramitação dentro da CAUGE e a gente destacou aqui um parecer que coloca as adequações solicitadas. Então, tem uma ali específico da EPTC, que coloca a necessidade de ajustar o projeto, previsão de circulação de pedestre, o público existente, mas para a próxima etapa. Esses são os pontos principais que a gente tinha colocado nesse processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vaneska. Está bem elucidado o processo. O Conselheiro Furtado, o relator, quer fazer alguma consideração ou colocamos em discussão? Quem tiver interesse em discutir o processo já faz a inscrição e aí a gente abre na sequência para inscrição. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Esse processo já foi relatado, já apresentei meu relato, já foi feita a apresentação pelo Diretor Geral do SEAPEN. Não vejo maiores problemas, ele está bem justificado dentro do processo e vai ocupar a área específica da matrícula e as comunidades do entorno, que o Felisberto questionou nas reuniões passadas, elas não têm uma interferência direta sobre esse processo, porque ele está dentro da matrícula que se estabelece para a construção destas unidades. Então, não vejo problema e pode abrir para discussão, depois a votação. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Furtado, obrigado. Então, vou encerrar a inscrição. Temos inscritos os conselheiros: Claudete, Júlia, Carolina e Artur. Então, encerro a inscrição do período de debate, disponibilizando a fala para a Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu levanto a Questão de Ordem, Secretário, que o processo não está apto à votação, porque a manifestação do conselheiro é que a diligência efetuada não foi atendida. Então, deve ser respondida se ela interfere ou não, ela deve ser respondida nos autos ao conselheiro. Então, não está apto à votação esse processo. Se vamos votar, como sempre, é mais uma ilegalidade que estamos fazendo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Lembrando que a diligência foi atendida, foi respondida, todos têm a oportunidade de visualizar os esclarecimentos, o processo está no formato digital, todos podem ver que foi devidamente esclarecido, não tendo essa possibilidade regimental de retornar para novas diligências. Na sequência temos a Conselheira Julia. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de**



Transporte e Circulação – EPTC: Só para reforçar a colocação da Vaneska sobre a questão da adequação da calçada para os pedestres. A EPTC analisou toda essa questão da mobilidade e da circulação. Inclusive, foi solicitado um relatório de quantas visitas e que horários chegariam e sairiam as viaturas, enfim, para levar os presos. Foi analisado pela EPTC e chegamos à conclusão de que não impactaria em nada na circulação da região. Só para complementar e colaborar, porque eu acho que foi comentado na apresentação do relator sobre o estudo de mobilidade, não foi propriamente um estudo de mobilidade, mas sim o requerente atendeu a solicitação de apresentar detalhadamente como seriam geradas as viagens por esse empreendimento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Conselheira Júlia. Na sequência nós temos a Conselheira Carolina. Seja bem-vinda ao nosso Conselho. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Obrigada. Boa noite a todos. Eu só vou fazer uma breve apresentação. Eu sou arquiteta do escritório de licenciamento da CDU – Coordenação de Desenvolvimento Urbano e eu faço parte da equipe que analisa os empreendimentos de grande porte. Esse processo foi analisado por um colega meu, eu acompanhei de perto, acompanhei também a apresentação dos responsáveis. Eu gostaria de frisar da importância para Porto Alegre e para a região de Porto Alegre em relação à questão dos presos e desse primeiro momento dos presos. Esse projeto se restringe única e exclusivamente à matrícula do Estado, ele não interfere nas áreas ocupadas, se sabe que tem ocupações irregulares. Essa parte do acesso pela via, pela Salvador França, foi muito bem estudada, porque era uma dúvida da equipe técnica se seria viável ou não. E complementando o que a colega Júlia colocou, foi feita uma área de acumulação dentro do projeto, isso foi uma adequação que foi feita no projeto para que as viaturas quando ingressam no lote fiquem dentro do lote. Elas não vão obstruir o passeio e não vão obstruir a via. Foi um projeto relativamente simples, ele não tinha muitas demandas técnicas, a principal que eu me recordo foi essa, que foi devidamente atendida. E qualquer dúvida que vocês tiverem podem estar nos consultando que a gente vai poder esclarecer tranquilamente o que for necessário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Carolina, excelente técnica do município. Na sequência o Conselheiro Arthur. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Eu gostaria de trazer aqui o que foi questionado sobre o atendimento das questões levantadas no parecer de vista da RGP. 7, e estão no sistema. Então, foram atendidas pela coordenadora da comissão e também trazer aqui um pouquinho da importância para o Governo do Estado, a importância para a segurança pública, que é esse empreendimento, ampliando o sistema penitenciário, que essa é a área de triagem, esse primeiro momento, onde a gente sabe que as nossas delegacias do Estado estão com problemas de superlotação. Então, esses presos vão ter esse primeiro atendimento, não lá tem o Ministério Público, a Defensoria Pública, a gente sabe que o diretor de engenharia esteve aqui apresentando. Então, esse tipo de empreendimento foi notícia no Brasil como um todo, trazendo essa novidade, que é essa análise integrada, que acontece antes de ser encaminhado para o sistema penitenciário. E isso não é uma penitenciária, e sim só um equipamento público onde vai haver essas triagens. Entendemos que este é um projeto que traz qualidade para Porto Alegre, para essa situação que a gente já escutou tanto na mídia dessas situações tão gravadas já pela situação do Estado. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Artur. De fato, um processo debatido, disponibilizado desde 17 de março, todos podemos analisar e concluir. Então, a gente passa a colher as leituras dos votos dos Senhores Conselheiros,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

abrindo o período de votação. Lembrando que tivemos o processo favorável do relator. **(Votação nominal): Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC: Favorável. Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP: Favorável. Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN: Favorável. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Favorável. Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE: Favorável. Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM: Favorável. Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI: Favorável. Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Favorável. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Entendo que a autonomia dos conselheiros não pode ser violada, não tendo sido atendida a diligência, eu sou contrária a essa votação. José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA: Favorável. Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS: Favorável. Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Abstenção. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Eu vou me abster também em função da dúvida que eu fiquei sobre esse processo. Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS: Favorável. Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Acompanho o relator, que é sempre muito cuidadoso. Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Voto contrário. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: O Conselheiro Felisberto não está. O suplente, por favor. Não estão presentes os suplentes. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: Voto contrário. Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Voto pela abstenção, porque também não ficaram claros alguns questionamentos que foram feitos. Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4: O meu voto é contrário. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: Eu me abstenho. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Favorável. Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Gostaria que ficasse consignado que eu entrei mais tarde, porque um governo que parcela o salário dos funcionários agora quer aprovar um projeto faraônico desses. Sou contrária, claro. Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8: Favorável. Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA: Favorável. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Nós temos 16 votos favoráveis, 05 contrários e 04 abstenções. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR.** Então, aprovamos o item 4.07 da pauta. Passamos ao **ITEM 4.08: Expediente 18.0.00130607-0; interessado MONTANTE DOS PINHEIROS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA.** É um gravame de cadastramento da Rua Stella Brum. O relator é o Conselheiro Darci Campani, mas pela ABES. O processo foi distribuído em 17/06/2020, prazo para relatório em 24/06. Ele vem para a data de hoje. Temos aqui o parecer contrário do Conselheiro Darci, já fez o seu**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

relato, está anexado no SEI. Então, a gente teria hoje um relato de vista do Conselheiro Felisberto, que não se faz presente. Peço para a equipe do planejamento fazer um resumo antes de colocarmos em discussão o presente expediente. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, esse expediente é um gravame de cadastramento de logradouro, como já foi falado. Aqui retirado do processo a informação que a Stella Brum comprovadamente existe há 20 anos, possui rede de água pluvial, energia domiciliar e iluminação pública, além de está pavimentada com asfalto. O gravame de cadastramento para regularizar as residências existentes e o parcelamento do solo da gleba. É uma rua na Lomba, próximo de outro empreendimento que nós estávamos analisando, foi apresentado há poucos dias, localizado ali na Lomba. Então, aqui o eixo viário da Stella Brum, com relação à Estrada João de Oliveira Remião. A imagem de satélite para ter uma ideia do contexto em que ela se insere. E aqui a gente colocou a transcrição de alguns pareceres técnicos que compõem a análise que está colocada no expediente com acesso aos Conselheiros. Então, encaminhada à PGM, trata de solicitação de cadastramento da Rua Stella Brum, localizado na Lomba do Pinheiro, se coloca aqui que faz parte de um núcleo urbano, que é delimitado pela Estrada João de Oliveira Remião, a Rua Alvorada e a Rua Stella Brum, que está naquela imagem de satélite que eu utilizei antes para ilustrar o processo. E dessas ruas apenas a Stella Brum ainda não é cadastrada. É colocado aqui que em consulta ao organizar responsável pela regularização fundiária e ao DEMHAB, ambos se manifestaram que não tem cadastro da área como loteamento irregular e que também não está no programa de regularização fundiária. Coloca-se ainda que (Inaudível/interferência no áudio) questão envolvendo a construção do loteamento Ecoville, não foi identificado nenhuma irregularidade e que a rua objeto do cadastramento não faz parte da matrícula desse projeto. Ela coloca também que a rua recebeu esse nome em 1998 e aparece no aéreo de 82, comprovando a existência da rua há mais de 20 anos. Tem aquela informação de que ela tem infraestrutura, acesso à infraestrutura. E coloca essa declaração de que a Unidade de Regularização Fundiária é favorável ao cadastramento da via pública, considerando esse tempo de existência e a infraestrutura existente no local. Tem também uma nota da procuradoria que coloca que não existe óbice legal ao cadastramento solicitado, que já possui as condições mínimas de serviço de urbanização, reconhecendo situação já existente, consagrada pelo uso público. O despacho da equipe de alinhamento predial sugere uma conexão da Stella Brum com a Rua Alvorada, devido à proximidade entre os dois gravames. E sugere ali um desgravame de *cul-de-sac*, que deve constar na resolução. E na justificativa do gravame se coloca novamente essas informações, que acho que é a informação principal, que é a disponibilidade de infraestrutura, essa situação existente no local. São esses os pontos principais. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Arquiteta Vaneska. Passo a palavra ao Conselheiro Darci, não sei se quer fazer alguns apontamentos, e abro para debate. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu gostaria de ler o meu parecer, ele já foi distribuído a todos conselheiros, mas eu acho importante, porque ele começa em 10/12/2018. A Empresa Montanha dos Pinheiros, com o interesse de promover o fracionamento do seu imóvel, que é lindeiro à Rua Stella Brum, gerando lotes com frente para a Rua Stella Brum. Isso em momento nenhum foi relatado aqui para que se tenha o conhecimento concreto porque não moradores da rua, mas sim lindeiro, que tem um lote de maior tamanho, vem solicitar a regularização da rua, porque ele tem que fazer o fracionamento do seu imóvel para poder fazer um loteamento, Isso em 10/12/2018. Recebeu seu primeiro despacho 3 meses depois, 3 meses e 9 dias ficando sem tramitação esse



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

processo. Isso no dia 19/03, é outro ano, 3 meses depois. Dia 21/03 ele tem prosseguimento, tem alguns em andamento, toda vez que vai para a procuradoria setorial é 2 ou 3 meses que ele leva para voltar. Na primeira vez que ele vai à procuradoria setorial, ela pede informações que até hoje não foram dadas, não estão no processo. Se não está nos autos, eu sou agrônomo, mas ensinam os juristas que se não está nos autos não está no mundo. Se a procuradoria pede uma informação, a informação deve ser importante, né. Então, acho que essas informações deveriam vir para os autos do processo, mas esse processo volta à procuradoria, a procuradoria vê que as informações não estão nos autos, a procuradoria não diz que pode ser, eu sou procuradoria, eu tenho a função, a responsabilidade, acho que determinada informação é importante. Depois passado um ano já que o processo está tramitando dentro da prefeitura, por um ano, já é dezembro de 2018 que começou esse processo, trocou a legislação e esse dado não é mais importante. Eu deveria, enquanto procuradoria, informar que essas informações não são mais necessárias, mas o processo foi, voltou e as informações que a procuradoria pediu não foram entregues. Bastante interessante é que nós aqui temos uma semana, prorrogada por mais 15, mais uma semana de vista para fazer todo o parecer. Este processo chegou dia... (Sinalização de tempo esgotado). Em 14/02 para ser elaborada a minuta de resolução, dia 30/06 ele chegou na secretaria do Conselho, 4 meses praticamente, desde fevereiro até junho para fazer a minuta da resolução. E nós temos que dar parecer em duas semanas no máximo, vista no máximo em uma semana. Então, quero deixar bem claro que vai estar no processo isso, porque vai estar no meu parecer. E para deixar claro, eu fui claro na última reunião que esse assunto vinha à pauta. Não sou contra a regularização da rua, a solicitação original, por mais que possa atender a interesses não específicos dos moradores, diretamente de moradores, não sou contra a regularização. Agora, um setor dentro da prefeitura... (Sinalização de tempo esgotado). E não foi o setor responsável pela Lomba do Pinheiro resolve unir duas ruas. Ai, infelizmente, a Conselheira Maristela Maffei conseguiu fazer uma reunião por vídeo com moradores da rua, que não sabiam, nem imaginava, moram lá há 40 anos e não sabiam desse processo. (Sinalização de tempo esgotado). Esse processo teve 4, 5 meses para fazer uma minuta de resolução, acho que mais 1 minuto seguinte pode esperar. Então, os moradores moram lá há 40 anos e não sabiam do processo, por mais que esteja há um ano e mais tramitando na prefeitura. A procuradoria diz que... (Sinalização de tempo esgotado). Só que, infelizmente, ninguém até hoje da prefeitura foi até a comunidade e existem duas casas em cima de onde está o traçado ampliado, não original, solicitado, ampliado pelo órgão da prefeitura. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Darci. Na sequência a gente tem os inscritos, está encerrado o período de inscrição para debates. A Conselheira Claudete, por favor, 2 minutos. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Pois, então, a gente não tem muito tempo para falar e quando fala tem que ser correndo. Eu queria entender a adequação da apresentação da prefeitura. Eu entendo que seja necessária, que ela seja importante, quando é feita em conjunto com o relator, mas é um relato feito após o relato do relator e não cita sequer o relatório. Parece até uma coisa mais direcionada. Então, eu queria entender, porque até agora não entendi esse procedimento como vai funcionar ou ele vai continuar sendo feito assim, a cada dia a gente dá uma regrinha diferente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. O Conselheiro Darci se inscreveu fora do tempo, porque estava falando, mas, Conselheiro, por favor, continue com a palavra nesses 2 minutos para debates. Lembrando que existe prazo regimental de 2 minutos para o relator relembrar o que foi relatado. Tem essa possibilidade de 2 minutos e agora a gente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

está no debate. Então, por favor, 2 minutos. Eu vou ficar muito atento, porque o senhor passou 3 minutos no outro. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Muito atento ao nosso tempo, ao seu tempo o senhor nunca é atento. Se nós computarmos o seu tempo, o senhor fala mais do que metade da reunião. Se o senhor falasse menos talvez a reunião ocorresse com mais tranquilidade e poderíamos falar mais, a afinal, nós somos representante das comunidades, o senhor é um representante do prefeito, deveria se ater a este de papel. Então, no local onde um servidor público resolveu que vai passar uma rua por cima, existem duas casas hoje de pessoas que moram lá há 40 anos. Então, o meu parecer é a favor da regularização da rua que está sendo solicitada, infelizmente, por questão de computador aqui me tranca tudo. Então, da Rua Stella Brum sou a favor da regularização, mas como me vem um parecer pronto, eu não tenho como remendar, não sei qual a alternativa. A alternativa seria voltar ao órgão competente para fazer um novo parecer, uma nova minuta com uma nova proposta. A minha proposta é de regularização da Rua Stella Brum. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Darci. Na sequência eu tenho a Conselheira Maristela. Lembrando que eu sou o presidente deste Conselho, Conselheiro Darci. Então, cabe-me a palavra no momento que eu achar oportuno e na tentativa de aprimorar o andamento só dos processos, falarei sim quando necessário e entender pertinente. Na sequência a Conselheira Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Secretário, olha só, eu já quero deixar a minha consideração em relação, não sou contra o gravame, porém, deixar claro que no corpo do processo os moradores que botaram lá os seus documentos são moradores que estão fazendo uma denúncia justamente para a secretaria a qual o Senhor é secretário, que ali foram construídas duas garagens para esses moradores, que a Ecoville permitiu. Em uma área que é área verde, área de reserva ambiental, de mata nativa. Um técnico da Prefeitura dizer que não há nenhum problema sem conhecer o local como eu conheço, por exemplo, até porque sou moradora daqui, enfim, é muito sério. E nós soubemos também que essa interligação tem a ver com a Rua Orquídea, ela tem a ver com a Alvorada, tem a ver com a Cidade Nova. E também tem a ver com o tempo, com a supressão da Lei Consorciada Lomba do Pinheiro. Nós não somos ingênuos de não saber o que está acontecendo. Porém, eu vou na mesma direção que o Conselheiro Campani vai, eu sou favorável à questão da Stella Brum, não à ligação com a Alvorada. Por quê? Porque prejudica moradores que estão há anos, a gente sabe muito bem qual é a prática, que foi da Ecoville para retirar dois moradores daí, como que se deu o processo, é terrível. Então, nesse sentido, eu quero reivindicar ao Conselho que não aprove do jeito que está, porque a comunidade não quer assim. Então, principalmente, os conselheiros que são de comunidades, que sabem como é triste a gente ser atropelados, porque não tem espaço para arguir da forma que deveria, que levem tudo isso em consideração. E estou encaminhando ao senhor, Secretário, a denúncia contra a Ecoville, vou anexar ao processo que está aí dentro desse processo que estamos discutindo, onde justamente constam os endereços e documentos que eles liberaram para construir uma área que é uma reserva ambiental da nossa cidade. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Maristela. Na sequência o Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** O meu pedido de esclarecimento, na verdade, não ficou claro se o leito da rua que está sendo gravada está inserido na área do loteamento, de quem é o leito da rua? E essas casas, pelo que eu entendi, foram tiradas já, é isso? Peço que esclareçam. **Germano Bremm, Presidente e**



Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Hermes. Conselheira Carolina inscrita. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** É o seguinte, eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos técnicos em relação a esse pedido. O objeto da análise é o cadastramento de uma via que existe há mais de 20 anos. Depois sim tem uma proposição de alteração de conexão dela com a Rua Alvorada. Então, assim, esse cadastramento é sobre uma área pública destinada ao traçado viário. Não incide nem sobre o lote, no caso desse loteamento do lado. Eu gostaria de pedir aos senhores que realmente, assim, a origem do pedido, nós técnicos não levamos em consideração se é A, B ou C. A gente analisa o pedido em si, essa via é existente, ela tem equipamentos, tem instalações de água, tem instalações de luz, que são coisas que as pessoas têm de direito e por “n” razões essa via tem condições de ser cadastrada no município e passar a existir. Essas pessoas hoje não existem, elas existem por um endereço que a CEEE deu ou que o DMAE deu e muitas vezes esses dois endereços não coincidem. No momento que a gente faz o cadastramento dessa rua essas pessoas passam, oficialmente, a existir. Quanto à conexão com a rua lindeira, se houver algum desacordo, alguma coisa futuramente com a comunidade, ou mesmo se entender pode revisar esse gravame. É um gravame, não é uma execução, e se esse gravame vier a ser executado, as famílias que forem atingidas serão, obrigatoriamente indenizadas, se comprovado que estão ali a “x” tempo. Está comprovado que estão há “x” tempo, então, nenhuma família, caso um dia essa rua vier a ser executada, nenhuma família vai ser, simplesmente, posta para fora sem o devido pagamento. Então, vejamos aqui que temos não sei quantas casas e lotes (Inaudível) a esta via, que reúne todas as condições técnicas para o cadastramento e olhamos para o lado social desse pedido, que é dar dignidade a essas famílias. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Carolina. Conselheira Patrícia. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Olá de novo. O seguinte, só sobre uma questão de rito, gravame é uma coisa, cadastramento é outra, entretanto, para fazer o cadastramento de rua e permitir que a população tenha essa via cadastrada, é necessário o gravame. O fato de existir um gravame não quer dizer que ele vai ser executado no presente momento. É o que a Carol comentou, não existe essa previsão no primeiro momento, é só um gravame de estrutura viária, que é absolutamente necessário fazer quando se analisa a estrutura viária. Agora, ela é extremamente importante para fazer, para permitir esse cadastramento. Então, só explicando para vocês esse ato após, que com o gravame aprovado a equipe da unidade de regularização fundiária vai fazer uma vistoria no local e vai fazer o cadastramento da via conforme as condições existentes no local. Ela não vai cadastrar o que não está previsto no momento. Então, o resultado prático dessa ação neste primeiro momento é o cadastramento da via existente. Só para deixar claro isso. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Eu gostaria só de esclarecer, eu estava vendo que o Conselheiro Darci estava preocupado em não haver a manifestação da PGM. E abrindo o processo para dar uma olhada, o processo passou em dois momentos na PGM, com procuradores diferentes. Eu gostaria de ler, vou ler só o parágrafo final, onde a PGM, a Procuradora Eleonora diz: “Sendo assim, opino pela possibilidade do cadastramento do logradouro objeto deste SEI”. Então, ela já se manifestou no início do processo, isso foi em 2019. Depois a gente tem mais adiante também, no mesmo processo, onde após a existência da análise da minuta, a Procuradora Taís dá um de acordo, com a minuta de resolução de gravame. Então, eu vejo que ele foi avaliado pela PGM, inclusive, em mais de uma etapa. E por procuradores diferentes. Eu acho que essa questão está bem analisada. E complementando também a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

questão social, a importância desse cadastramento de via, claro, como a Patrícia comentou, a gente aqui está só trazendo o gravame e a importância para aquelas pessoas que moram no local, que é ter uma via cadastrada para poder ter os seus projetos, aprovar o projeto da sua casa, ter a matrícula do seu imóvel, com um Habite-se, poder desenvolver empreendimentos naquele local, ter o seu comércio com o seu alvará. Então, acredito que o cadastramento da via, com posterior viabilidade da implantação desses empreendimentos, traz dignidade para essas comunidades que estão tendo esses imóveis. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Arthur. Encerramos os debates, a gente tem duas Questões de Ordem. Questão de Ordem do Conselheiro Darci. Qual é a sua dúvida? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** NÃO, eu queria deixar claro, eu não disse que não tem parecer da PGM. Espera um pouquinho! Eu acho que o conselheiro tem que respeitar a fala da gente. Eu disse que a PGM fez questionamentos, voltou da PGM, os questionamentos não foram esclarecidos e a PGM deixou passar, inclusive, o esclarecimento está sendo pedido agora pela Patrícia. A Patrícia fala que é área pública e não é área pública. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O senhor teve a oportunidade de debater o processo... **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Vai ter indenização... **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** A dúvida é regimental, considerando que a Questão de Ordem é para solucionar alguma dúvida regimental. A oportunidade do debate a gente tem aqui, tem relatório, tem período de debate, inscrição prévia, os momentos adequados. Agora, na Questão de Ordem se tenham a dúvidas com relação ao regimento interno. Conselheiro Emerson, o senhor tem uma Questão de Ordem? Abriu mão? Está bem. Nesse sentido a gente abre ao processo de votação do presente expediente, lembrando que este processo foi distribuído em 17/06/2020. Tivemos o relato não favorável do Conselheiro Relator Darci, a apresentação da equipe de planejamento, colocado em discussão na data de hoje, após os relatos da vista. **(Votação nominal): José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Presidente, eu entendi que o Conselheiro Darci ficou o contrário à proposta de cadastramento da rua. Então, gostaria de saber se é esse realmente o parecer dele. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Por favor, Conselheiro Darci, o senhor é contrário ao gravame? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável ao gravame da rua Stella Brum, mas não favorável à ligação com a Rua Alvorada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, é contrário, conforme o seu parecer. Conselheiro Furtado, então, como vota? **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Contrário ao parecer do relator. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Contrária ao parecer do relator. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Contrário ao parecer do relator. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Contrária ao parecer do relator. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Contrária ao parecer do relator. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Contrária ao parecer do relator. **Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM: Contrário ao parecer do relator. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Contrário ao parecer do relator. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Acompanho o relator. **José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Contrário ao parecer do relator. **Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Acompanho o relator. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Considerando que o parecer não é contrário ao cadastramento em si, mas traz as questões, que isso não impediria tudo o que foi colocado aqui, o que traz de benefício o cadastramento, mas ele questiona outras partes. E é omissão histórica deste Conselho, uma vez que não temos tido atas, Presidente, publicadas desde 28/11/2019, gostaria de manter gravado aqui a minha declaração de voto, já que ela não tem sido colocada a público. Então, dado isso eu voto com o relator. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu também voto com o relator e quero fazer uma declaração de voto. Essa extensão da ligação até a Rua Alvorada vai trazer um ônus para o município, cujo o único interessado é o loteador. Então, isso não ficou claro, o meu voto é contrário e vou encaminhar. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Contrário ao parecer do relator. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Sobre o que o Hermes falou, só vai completar o traçado viário, é uma coisa muito positiva ligar uma rua com a outra, não vai onerar. Ao mesmo tempo o Conselheiro Campani é favorável, ele é favorável e para a regularização fundiária isso é muito positivo. Então, eu vou me abster, porque eu acho que o Darci Campani é favorável, mas também acho que completar o traçado viário ali é muito importante. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Voto conforme o relator. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Eu acompanho o relator. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Presidente e demais colegas, diante do posicionamento da região, da conselheira Maristela, eu acompanho o voto do relator. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Acompanho o voto do relatório. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Voto com o relator. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Entendendo que o cadastramento é fundamental, inclusive para colocar a comunidade em condição de fazer demandas pelo OP, eu voto contra o relator. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu gostaria que ficasse consignada a declaração de voto. Nunca vi tanta relevância no gravame de uma rua na Lomba do Pinheiro, e o Conselheiro conhece tudo de OP... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Seu voto? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu vou fazer declaração de voto. Eu vou acompanhar o relator e vou fazer uma declaração de voto, Senhor Secretário. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** O meu voto é contra. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Como não ficou bem claro o processo, eu acompanho o relator. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, nós temos 12 votos contrários, 11 votos favoráveis e 01 abstenção. Só deixa eu fazer a recontagem dos votos. Exatamente isso. Nesse sentido



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

fica rejeitado o parecer do relator, seno o processo redistribuído para o Conselheiro representante do DEMHAB. Em função do nosso avançado da hora, a gente encerra a nossa presente reunião, agradecendo a oportunidade do debate, da construção, da evolução sempre. A gente tem uma Questão de Ordem antes de encerrar. Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** O relator pediu recontagem de votos, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira. Eu vou fazer a leitura um a um para que não haja dúvida. Se, por ventura tiver algum equívoco, por favor, que nos esclareçam no chat. Recontagem de votos: Furtado, contrário; Júlia, contrária; Artur, contrário; Virgínia, contrária; Patrícia, contrária; Carolina, contrária; Leonardo, contrário; Guilherme, contrário; Darci, favorável; Claudete, favorável; Rodolfo, contrário; Jeanice, favorável; Rafael favorável; Hermes, favorável; Fernando, contrário; Rogério, abstenção; Mark, favorável; Adroaldo, favorável; Jackson, favorável; Tânia, favorável; Paulo Jorge, favorável; Gomes, contrário; Maristela, favorável; Dinar, contrário e Emerson, favorável.. Recontando, nós temos 12 votos contrários, 11 votos favoráveis e 01 abstenção. Questão de Ordem do Conselheiro Paulo Jorge. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Presidente, desculpa, mas como eu não consegui ouvir a discussão, fiquei sem bateria. Gostaria de propor ao Conselho e a sua pessoa, nas nossas reuniões fazer um minuto de silêncio por essas pessoas que estão morrendo dessa pandemia em Porto Alegre. É muito triste saber que hoje ou amanhã vai ser um colega nosso. Então, proponho um minuto de silêncio e faz um relato da situação dessa pandemia, porque a minha comunidade está em lockdown, a Grande Cruzeiro. Esse vírus está entrando nas favelas. Isso afeta as famílias, não adianta só falar em projetos e as pessoas estão morrendo. Ontem morreu o Prefeito de Viamão, agora o Prefeito de Alvorada está no hospital também e assim vai mais gente. Então, queria só propor isso, é uma Questão de Ordem social. Muito obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Paulo Jorge. A gente está fazendo a recontagem dos votos, a Secretária Executiva não estava contando o voto do Conselheiro Relator, que é favorável ao seu parecer. Então, realmente, tem 12 votos contrários e 12 votos favoráveis e 01 abstenção. Nesse sentido vota o Presidente deste Conselho, manifestando-se contrário ao parecer do relator, mantendo a redistribuição do processo para o Departamento Municipal da Habitação. **REPROVADO O PARECER CONTRÁRIO DO RELATOR.** Obrigado, Senhores Conselheiros, pela oportunidade, sucesso, retomamos da terça-feira com uma extensa pauta. Obrigado por tudo, desculpem qualquer equívoco. Até mais. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h00min).**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

978

979 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2843/2020

Aos vinte oito dias do mês de julho de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Sérgio Koren (1º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação: 2.1 ATAS: 2829, 2830, 2831, 2832, 2833 (atas de janeiro); 2.2 Livro: Indicação para elaboração do livro dos Conselhos de Porto Alegre (Conselheiros Felisberto, Jackson, Gomes e Hermes demonstraram interesse na participação); 3. Comunicações; 4. Ordem do Dia. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h00min. **1. ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Então, temos *quorum*. Abrimos a nossa reunião ordinária do Conselho do Plano Diretor. Desejo uma excelente noite de trabalho, de aprendizado, troca, evolução, debates construtivos sempre. Estou aqui com a Camila, nossa nova



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Secretária Executiva do Conselho do Plano, que já fez um contato inicial com vocês, por e-mail, a convocação, está à disposição. Hoje temos ainda a presença da Gabi, está aqui pertinho, do lado. A Gabi continua, mas não na função de secretária executiva, mas está nos ajudando para fazer essa transmissão. Então, qualquer dúvida, qualquer informação também pode fazer contato com a Camila, estamos aqui para ajudar, prestar todas as informações necessárias antes das reuniões, qualquer dúvida, uma dificuldade de interpretação da pauta, não recebeu a pauta, não recebeu o e-mail, a convocação, não consegue abrir algum arquivo, acesso. Não hesitem em entrar em contato, a gente está aqui para ajudar, para esclarecer todos os pontos possíveis para que a gente consiga ter a maior clareza nas nossas discussões. Então, eu só vou fazer a leitura aqui dos presentes. Por favor, se faltou alguém, se eu não chamar alguém aqui, pode se inscrever ali no chat. Só nos lembrar. (Nominata acima). **2. VOTAÇÃO: 2.1 ATAS: 2829, 2830, 2831/2020.** Então, senhores conselheiros, abrindo a nossa reunião, nós disponibilizamos, conforme pactuado previamente, iríamos disponibilizar três atas por reunião para dar tempo que todos façam as análises. Então, as atas estão disponíveis, todas estão disponíveis, mas a gente na data de hoje coloca em votação as atas 2829, 2830 e 2831. São atas de janeiro. Então, para dar maior celeridade no processo, não colher votação um a um, que é bastante demorado em função da tecnologia, eu consulto se algum Conselheiro tem algum voto contrário à aprovação das atas ou alguma abstenção, por favor, que possa fazer no chat. Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e a todas. Não é bem uma Questão de Ordem, Secretário, mas eu vi que eu Mark, logo no início se inscreveu para comentar as atas. Então, eu acho que seria importante ele se manifestar antes da votação. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Mark, alguma Questão de Ordem? O conselheiro tinha pedido mais tempo para ler as atas e a gente acatou a sugestão. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Não se trata de uma Questão de Ordem. Eu mencionei ali, fiz a leitura das três atas e tem alguns aspectos que eu gostaria de recordar ao conjunto dos conselheiros e conselheiras, de itens que nós tratamos. Eu fiz essa inscrição para fazer um comentário breve sobre cada uma das atas. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente não tem esse procedimento de comentar a questão das atas. A gente disponibiliza a todos os conselheiros. Se, por ventura, o senhor tiver alguma retificação a algum ponto da ata, o senhor pode colocar que a gente coloca no texto da ata mesmo a observação. Como estamos em um processo digital, todos têm acesso ao material, todos podem fazer a leitura, tirar suas conclusões e a gente dar um pouco mais de objetividade aqui para as nossas reuniões. Então, se o tiver alguma observação pode fazer. Pode ser, Conselheiro? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Não se tratava propriamente de apontar retificações, há vários pequenos deslizes, alguns erros de concordância, mas não se trata disso, era apenas para recordar os pontuações que foram feitas nas sessões de janeiro e fevereiro, que são importantes, que retratam um pouco a intensidade do debate que nós travamos nessas três atas e todo o conjunto de observações que vários conselheiros e conselheiras fizeram sobre a cidade naquela ocasião. Era isso, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Como a gente está no formato on-line todos têm acesso às questões das atas, a gente está com uma pauta bastante extensa, naturalmente, todos podem fazer a leitura previamente da ata e se, porventura, tiver alguma retificação, alguma questão a ser colocada, pode nos enviar que a



gente faz a devida correção. Então, eu consulto aos senhores conselheiros, em relação à aprovação das Atas 2829, 2830 e 2831, se há alguma contrariedade à aprovação das atas, por favor, pode fazer pelo chat para gente tentar dar um pouquinho mais objetividade na nossa aprovação. Alguma abstenção com relação à aprovação da ata? RGP. 4, Conselheiro Furtado, Conselheiro Koren, Conselheiro Hermes, Conselheiro Jackson, Conselheiro Emílio, Conselheiro Darci, Conselheiro Rafael e Sérgio Saffer. São 09 abstenções. Conselheira Claudete também. Conselheiro Felisberto abstenção também. Eu fiz a leitura das abstenções e o restante vota favorável. São 14 votos favoráveis, 11 abstenções, nenhum voto contrário. **APROVADAS AS ATAS 2829, 2830 E 2831/2020.** Eu consulto se há inscrição para o período de Comunicação. (Inscrições). Então, encerramos o período de inscrição para o período de comunicação. O Conselheiro Felisberto com a palavra. **3. COMUNICAÇÕES. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Obrigado, Secretário. São três passos que eu queria colocar. Eu vi que está na pauta a questão do livro, é importante essa comissão para a gente se reunir para elaborar. E se mais alguém quiser se inscrever eu acho que 5 ou 6 seria uma boa comissão para ajudar na elaboração desse texto para o livro dos conselhos. A segunda questão é parabenizar o TCE e o Ministério Público, que estão evitando a privatização de um marco histórico desta cidade, que é o mercado público. Com essa onda de privatização e de querer “passar a boiada”, o Ministério Público e o Tribunal de Contas evitaram mais uma violência contra a Cidade de Porto Alegre, de um espaço que reflete a identidade cultural da cidade, permissionários que construíram aquele espaço e que mantêm até hoje aquele espaço pago com suas permissões. O valor histórico para a comunidade negra, o Bará, uma violência, a Sala 10 do Mercado Público, que é a sala simbólica do Orçamento Participativo, da entidade UAMPA que estava também no Mercado Público, que talvez não terão esse espaço se houver a privatização. Então, quero parabenizar o Ministério Público Federal, o TCE, pela coragem do Conselheiro Celso Miola, que evita mais essa venda do patrimônio que é da cidade e não de um governo. Então, é um momento muito importante para a Cidade de Porto Alegre. A terceira coisa é também saudar a Câmara de Vereadores, que hoje em uma votação... Depois a Tânia vai falar um pouco disso, porque é da região e comunidade dela, que aprovaram uma AEIS histórica para a Matos Sampaio. Então, aquela comunidade deve estar muito feliz, porque vê a possibilidade de regularizar sua situação, quando se tem vontade para melhorar a vida das pessoas e não valorizar só empreendimentos, que “traria o desenvolvimento” desta cidade. O desenvolvimento se faz com as pessoas, com a economia que essas pessoas constroem nas suas comunidades. Então, eu acho que a democracia participativa e não a de uma só pessoa decidindo e não ouvindo os conselhos, está muito feliz por essas vitórias conseguidas hoje. Obrigado, Secretário. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa tarde, Conselheiros. Boa tarde, minhas Conselheiras. Eu quero colocar, como coloquei da outra vez, que o Conselho fizesse sempre 1 minuto de parada para essas pessoas que estão subindo para outro espaço por causa do coronavírus. É muito triste ver o mundo todo, mas o governo brasileiro, o municipal, deixa chegar ao caos, o caos da morte. É muito triste saber que meus amigos estão indo, que os governos através de suas ganâncias financeiras, não deixaram de prever que isso ia acontecer. Também Porto Alegre deixou chegar, temos um hospital chamado Belém Velho, está parado, fechado, podia ser o hospital desse coronavírus. Por isso eu peço ao Conselho que apoie essa moção de um minuto para essas pessoas que estão subindo, indo para outro espaço, poderiam estar aqui na Terra. Outro encaminhamento, que quero colocar, que nós fizéssemos a nossa live, a live do CMDCA é hoje, a gente poderia fazer uma live na sexta-feira só com as regiões, para as regiões sentarem e falarem junto. Nós estamos perdidos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

nas regiões com votações esporádicas, sem debate, ninguém sabe para o ano que vem como vai ser feito o regimento interno, o Plano Diretor, votações na Câmara de Vereadores estão sendo feitas e ninguém sabe. Nós conselheiros estamos perdidos. Então, acho importante, vice-presidente, através de uma moção, e Presidente Germano, que abrisse um espaço para a nós na quinta-feira, talvez de 15 em 15 dias, reuniões só com a comunidade, para discutir os nossos problemas em conjunto. Eu peço que os conselheiros aprovelem essa minha moção para que reuniões no Conselho do Plano Diretor com as regiões. Obrigado. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Boa noite, Secretário. O Felisberto já falou, mas eu quero ressaltar essa importante conquista da aprovação dessa AEIS aqui do Matos Sampaio, da Vila Pinto, que foi feita por unanimidade na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Foi um fato histórico mesmo, tanto para o substitutivo quanto para o projeto, que vai ser efetivado naquela região. É uma vitória da comunidade muito importante. E como o Felisberto falou, quando a comunidade se une, quando as pessoas se unem as coisas realmente acontecem. E outra coisa, Secretário, eu queria que o senhor falasse para nós um pouquinho sobre esse decreto que terão as licenças urbanísticas e ambientais priorizadas pela Prefeitura de Porto Alegre, é um decreto que eu e alguns colegas tenho certeza que não estão, relativamente, a par e a gente já tinha pedido para o Senhor nos esclarecer e não foi esclarecido. Será que o senhor poderia nos fazer um levantamento desse decreto? É só isso. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Tânia. A gente pode colocar em pauta uma explicação para a próxima reunião, sobre os principais pontos desse decreto. Conselheiro Hermes inscrito. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos e todas. Secretário Presidente, eu queria repassar aos conselheiros, na verdade, uma questão que o Sindicato dos Arquitetos recebeu algumas denúncias e também o SIMPA tem recebido várias denúncias sobre as condições de trabalho dos funcionários, e aí eu estou falando não só em nome dos arquitetos, mas no geral, particularmente, dos arquitetos e urbanistas. Inclusive, foi detectado naquele prédio da Borges de Medeiros, onde o Conselho se reúne normalmente, porque tem algumas pessoas que estão trabalhando ainda no local, fiscalização e alguns outros setores. A maioria das pessoas, pelo que consta, trabalham de forma virtual, mas algumas pessoas, por força da atividade, tem que comparecer. E foi constatado em três andares focos de infectados de coronavírus, já tem vários casos, alguns comprovados, outros com suspeita, alguns já com testes confirmados. E por parte do nosso governo, do nosso Prefeito, apesar de todo o discurso, os funcionários, eu nem preciso falar das condições do prédio para os conselheiros, porque todos conhecem, os nossos servidores conhecem mais ainda. Então, fica muito difícil, esses dias se comentou no jornal que o Prefeito tinha feito três ou quatro testes, porque estava com suspeita, mas os funcionários não tem esses testes e estão, presencialmente, tendo que ir, alguns deles. Então, foi enviada uma carta ao Prefeito nesse sentido, pedindo providências. Eu queria dividir isso com os outros conselheiros. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa noite. Rapidamente, gostaria de solicitar mais uma vez, eu soube que ontem ou hoje houve mais uma das reuniões do Comitê de Enfrentamento ao Covid, que a gente possa ter um relato dessas reuniões. Afinal de contas, entre outras questões, vários desses decretos que têm sido publicados pela secretaria, que alguns deles, até já foi pedido aqui esclarecimentos sobre o seu teor. Muitos dos decretos são justificados pelo Covid. Então, acho que o mínimo que este Conselho poderia receber de volta é saber quais as ações o município vem tomando nesse sentido, para que a gente esteja a par e possa dessa forma poder



contribuir e compreender isso. Acho que quanto mais transparência melhor. Sobre o Matos Sampaio, quero me solidarizar com a questão e lembrar que quando a gente recebeu a comunidade aqui, foi aprovada uma resolução e, infelizmente, não tivemos a sua publicação ou explicação do motivo porque não foi publicado... (Inaudível/interferência no áudio). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Na sua fala final falhou. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Depois da solidariedade eu comentei da resolução que nós aprovamos quando a comunidade esteve aqui e que não houve retorno, não foi publicado e tampouco houve retorno a nós do porque na não publicação daquela resolução. Ia ser encaminhado à Procuradoria e não tivemos retorno... (Inaudível/interferência no áudio). Quanto ao Decreto 20.655, reintero aqui a preocupação, que pela minha interpretação estaria invadindo nossas atribuições previstas no Regimento Interno, de que a gente faz relatoria e que esses processos viriam, e eu gostaria de discutir, inclusive, mais amplamente, porque dos pontos de vista dos dados que têm levantado não há justificativa econômica para se dar prioridade a projetos desse tamanho, quando quase 80% das atividades de arquitetos e urbanistas estão abaixo dessa área que prevê o decreto desse porte e também cerca de 45% dos formais, dentro da construção civil, da cadeia como um todo, estão abaixo disso, sem contar os informais, que vai somar muito mais do que isso. Então, não vejo justificativa econômica para esse decreto. E a portaria, eu gostaria de saber sobre a portaria, porque houve mudanças na representação da SMDE, que a portaria seria publicada e de quinta para cá não foi. E também gostaria de saber se todos os representantes dos setores aqui já estão lotados nos seus respectivos setores da administração pública, ou se eles estão tão lotados em um e são representantes de outro. Finalizando, eu quero me colocar à disposição para contribuir no livro dos conselhos e perguntar como está o arquivo de atas, etc., que temos no 6º andar do prédio da Borges. Obrigado. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu só queria manifestar, acho que faz umas duas atrás, na terça-feira passada que falaram daquele decreto da DMI, mas junto, no mesmo decreto, também tem a regularização do grupo aquele do GRPIDUA, que é aquele que nós já vínhamos solicitando que esse grupo reiniciasse suas atividades, que a última vez, se eu não me engano, foi em agosto de 2018. É um grupo que funciona para dirimir dúvidas de interpretação e dar pareceres. Eu não sei como é que vai ser com esse grupo, o que vai ser, se é uma interpretação, uma resolução, mas que ajuda a pessoa que está projetando e geralmente tem dúvidas de interpretação, tanto nossa como de quem está na revisão dos processos. Então, só queria complementar, que o Germano já tinha se comprometido a reativar e que ele foi reativado com o mesmo decreto da DMI. E se depois puder explicar como é que vai, o que serão esses documentos gerados por esse grupo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Saffer. Só retomando aqui alguns pontos que eu consigo responder. Com relação à fala do Conselheiro Hermes, as testagens foram feitas, quem está trabalhando lá são os servidores que fazem o trabalho essencial. Então, há essa necessidade deles continuarem. Teve uma situação constatada lá, a equipe da secretaria foi e realizou todos os testes com os servidores e tem feito o monitoramento. É a equipe da fiscalização, do serviço essencial. Os demais estão no trabalho remoto. Com relação a outros pontos levantados, a gente segue à disposição aqui para prestar qualquer esclarecimento com relação aos decretos, independente da questão da pauta, temos todas as explicações, que na medida do possível a gente vai colocando em pauta aqui no conselho alguma discussão específica. Acho que no momento atual a gente tem priorizado a nossa pauta, a gente está em uma situação atípica, em calamidade.



Estamos fazendo as convocações ordinárias e extraordinárias para discutir os assuntos pautados, os processo de aprovação do segundo grau, sem entrar em outros assuntos, os mais diversos que a gente poderia e teria necessidade de conversarmos, estamos nesse sentido priorizando. Com relação a lotação e portaria, enfim, a portaria sai do Senhor Prefeito Municipal. Então, não há necessidade de ter alguma vinculação à secretaria, que naquele momento representa a secretaria x ou y a partir da portaria do Senhor Prefeito Municipal. Eu acho que não saiu a portaria, mas não há problema de sair posteriormente a portaria de designação, porque depois pode validar este ato. **2.2 LIVRO: INDICAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO LIVRO DOS CONSELHOS DE PORTO ALEGRE (Conselheiros Felisberto, Jackson, Gomes e Hermes demonstraram interesse na participação).** Nesse sentido, eu consulto se há alguma objeção da gente indicar como representante para a elaboração do livro dos conselhos municipais os conselheiros inscritos, interessados. Conselheiro Felisberto, Conselheiro Jackson, Gomes, Hermes, Rafael e Mark. Também o Conselheiro Adroaldo. Eu consulto, porque não tem um número específico, se a gente pode indicar esses conselheiros como representantes para elaboração do livro. Em não havendo... Questão de Ordem do Conselheiro Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu acho que poderia encerrar este ponto, depois eu peço a Questão de Ordem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está aprovado, não tivemos objeção. **APROVADA A COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO LIVRO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS.** **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** A minha Questão de Ordem é que na última reunião nós tivemos um processo que o plenário votou empate, depois, revendo memórias da reunião, o Conselheiro Felisberto saiu da reunião, mas anunciou que sua suplente estaria presente a sua suplente não foi chamada para votar. Então, eu gostaria que fosse consultado o Conselheiro Felisberto e que no mínimo fosse verificado, porque a região não votou e a conselheira estava presente, mas não foi chamada para votar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A conselheira não estava presente, pode verificar o vídeo, nós perguntamos em relação à participação, se estava presente. Então, está nos nossos vídeos, eu lembro bem quando questionei sobre a participação. Eu lembro o conselheiro falar, mas de fato os dois, 1º e 2º suplentes que foram eleitos pela RGP. 1 não estavam, que é o Conselheiro José Dutra da Silva e Conselheira Cláudia Picolli, não se faziam presentes naquela reunião. Questão de Ordem da Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Sobre esse assunto, Secretário, cumpre aqui lembrar que o Conselheiro Felisberto antes de sair da sessão, além de dizer que a suplente dele estaria presente, ele declarou o seu voto. Em uma das alterações regimentais propostas pelo nosso querido Furtado, né, foi a possibilidade da pessoa indicar qual seria a sua votação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Regimentalmente, o momento da votação o conselheiro tem que estar presente. Então, não tem essa previsão de sair e deixar o voto. Conselheiro Felisberto, Questão de Ordem? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Bom, Secretário, eu queria reinteirar o que a Claudete e o Campani colocaram, além disso, foi bem claro meu voto de vista, e ali eu deixei bem clara a minha posição favorável ao relatório do relator. Então, meu voto estava ali e deveria ter sido ao menos lido, porque o parecer estava no processo. Então, meu voto estava claro, que era favorável com as observações que eu coloquei ali. Então, a RGP. 1, não pode ser desconsiderado seu voto, porque ela votou no



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

processo. Então, eu acho que no mínimo refazer a votação. Eu queria colocar isso aos pares. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, mas não existe essa previsão regimental de antecipar o voto, a obrigação é que esteja presente no momento da votação. Imagina se a gente começa a permitir que os conselheiros: “Vou sair e deixo meu voto”. Então, quando chega o momento da votação a gente tem que colher, naturalmente, o voto, que é nominal, eu faço a leitura um a um aqui e é nesse sentido que a gente não fez a acolhida do seu voto. Se tivesse a figura do suplente poderia, naturalmente, votar pela região de planejamento. O processo foi redistribuído e vai ter a oportunidade de ser deliberado, discutido e votado novamente. Conselheiro Gomes, Questão de Ordem? Conselheira Maristela antes. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Secretário, eu quero... (Inaudível/interferência no áudio). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sua internet está ruim, não conseguimos lhe ouvir, Conselheira. Vamos passar ao Conselheiro Gomes, enquanto a gente vê a questão da Conselheira Maristela, que está com problema. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Conselheiros. Boa noite, Presidente. Eu até tinha retirado da minha Questão de Ordem, mas vou colocar. Presidente, existe uma previsão de voto com o conselheiro não presente por escrito, mas tem que ser por escrito, isso entrou em uma revisão, acho que na época do Presidente Maurício, , vamos dar uma olhadinha melhor, até vou dar uma olhada no regimento, mas existe essa previsão de voto por escrito não estando o conselheiro, mas a gente confirma. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, de a previsão que existe é do art. 23, § 9º, no entanto, é diferente do relato de visita, que foi o caso que o conselheiro apresentou. É diferente a situação ali. Então, esse processo também vai ter oportunidade de novamente ser debatido, ele foi redistribuído. Vamos tentar a Conselheira Maristela com a Questão de Ordem. Não conseguimos liberar a Conselheira Maristela, que está com dificuldade na internet. **4. ORDEM DO DIA: ITEM 4.01,** é um recurso administrativo, o interessado é VALDIR MULLER, Processo 002337533001, o relator é a RGP. 4. O processo foi distribuído em 30/07/2019, teve parecer desfavorável, o processo foi encaminhado para diligência, relato de vista, diligência ao Arquivo Municipal em 16/07/2019. Ele foi digitalizado e retornou, está para a data de hoje. Então, essa diligência teve um retorno, que vai fazer o relato hoje. Lembrando que a gente tem nesse processo o parecer da relatora desfavorável. Então, eu acho que antes do relato de vista vou pedir para o planejamento fazer a apresentação, um resumo do que se trata esse processo, ele está a bastante tempo distribuído, acho que nem todos os conselheiros lembram do que se trata. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, é o Processo 002337533001. Então, um recurso administrativo e a solicitação registrada é a reconsideração de aprovação de projeto, rever o parecer da SMAMS, que veda a edificação e descaracterização da área, tendo em vista que a mesma tenha sido em área de preservação permanente, APP topo de morro. Com as seguintes considerações do responsável técnico: expediente inserido no loteamento existente consolidado, aprovado, registrado no cartório de imóveis da 3ª Zona da Comarca de Porto Alegre. O lote adquirido com o entendimento que por estar registrado pressupõe a possibilidade de edificação e que a proposta de edificar o lote é o aproveitamento das condições naturais do solo, topografia, preservando a integridade da biografia mais original possível. Está registrado na solicitação. Esse expediente, então, é na Região de Planejamento 6, aqui tem a localização dele dentro dos limites do Teresópolis e aqui o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

limite do lote entre as duas ruas ali no alto, tem uma imagem de satélite para entender como é que fica no contexto desse loteamento. Na solicitação há fotos de algumas construções que existem em lotes lindeiros a esse lote, que está demarcado aqui dentro dessa (Inaudível), há algumas casas edificadas no entorno, essa F15 está aqui e as outras casas estão cobrindo aqui, mas estão todas nesse entorno aqui, nessa localização desse expediente. E o parecer técnico, para encerrar, existe ainda da época da Secretaria de Urbanismo desfavorável, onde cita o desatendimento aos artigos 117 e 118. Primeiro referente à questão dos recursos, planejamento e o segundo com relação à altura dos muros da construção, referentes à lei do Plano Diretor, a 434/99, PDDUA. A SMAMS se manifestou desfavorável, apoiada no parecer da PGM, que também está anexo ao processo que trata dessa questão da APP de topo de morro, seguindo uma orientação da procuradoria setorial da SMAMS. E o DEP não tinha oposição na época do processo. E daí tinha alguns outros condicionantes que foram colocados, mas não chegaram a avançar por causa desse parecer desfavorável, baseado nesses dois pontos principais ali da SMURB e da SMAMS. De maneira bem sintética, esses seriam os pontos principais desse recurso administrativo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vaneska. Nesse sentido, eu passo para ao Conselheiro Gomes fazer o relato de vista. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, esse processo é bastante complexo, porque o recurso chega para nós no CMDUA não, necessariamente, pela deliberação, pela vontade do proprietário, mas uma decorrência da discussão ampla que houve dentro da Prefeitura, com os diversos órgãos da Prefeitura, com a PGM, com o setor jurídico da SMAMS. Ele é bastante complexo, porque esse loteamento é muito antigo. A Vila São Caetano, segunda etapa, não deu para ver nas imagens que a Vaneska colocou para nós, mas é uma área consolidada de construções e bastantes construções. Aconteceu que em certo momento, quando estava em aprovação, a pessoa comprou esse terreno, fez aqueles procedimentos todos, que são aprovar projeto. Na época, em 08 de abril de 2015, ele anexou a DM, Declaração Municipal das condições urbanísticas do lote, ele anexou a CND, Certidão Negativa de Débitos do Imóvel. Portanto, legal, anexou a anotação de responsabilidade técnica do profissional responsável pelo projeto, matrícula atualizada, anexou a taxa de aprovação de projeto para um projeto de 248,78 m², devidamente paga e apresentou o projeto em conformidade com o Decreto 19.623/2014, que na época era o que, digamos assim, ordenava o rito de apresentação. O processo foi analisado e teve o indeferimento em 12/09/2015. E é importante nós salientarmos o seguinte: ele foi indeferido por duas manifestações importantes, a primeira da SMURB, onde a SMURB atesta que não houve o atendimento da obediência ao Plano Diretor, nos artigos 117 e 118, que refere-se a recuo de ajardinamento e procedimentos no Decreto 19.623, que na época disciplinava bem os ritos do licenciamento. Acontece que essas questões levantadas pela SMURB são pacíficas e plenamente atendidas, inclusive, não foram atendidas por, digamos assim, certa falta de domínio da legislação do requerente, que são questões muito simples ali. Então, o requerente nem chegou, não teve, digamos, o conhecimento técnico até de colocar a seu favor as condições físicas do local, em relação à topografia e tudo mais. Então, eu diria assim, sem menosprezo, que o indeferimento por parte da SMURB era plenamente superável e normal quando a gente está aprovando um projeto, atende aquilo, não atende aqui, lá o recuo de jardim está com mais de 1,20m, acima do perfil natural do terreno, aí tu corrige. Isso é muito normal nesse procedimento, nesse jogo, são coisas que são adequadas e não existe lá no local, que eu visitei, nada que impediria hoje de ser aprovado um projeto com aqueles apontamentos que tinha, que a SMURB fez. Os apontamentos são muito mais pela imperícia, digamos, falta de domínio do autor do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

projeto, do que, necessariamente, de algum alguma irregularidade que o imóvel estaria, pela maneira que estava implantado. A questão mais importante, e essa sim faz com que o processo tenha todo o trâmite desde 2014 e vários e vários pareceres é da SMAMS. A SMAMS quando pega o processo baseia-se no parecer da procuradoria setorial, que identifica que a construção do projeto, a regularização do projeto, está situado em uma APP de topo de Morro. Aí cita-se lei estadual, outras leis e tal. O que acontece? Esse loteamento foi aprovado, ele foi implantado e aí fiquei me perguntando como é que está aquele monte de casa lá e essa construção, sei lá, outras construções, são barradas agora pela questão dessa conceituação de APP em topo de morro. Aí existe uma longa discussão dentro do processo entre os procuradores do município sobre essa interpretação: o que é topo de morro? O que é morro? A interpretação foi dada baseado no Código Florestal, da Lei nº 12.651/2012, que passou a definir a questão dos topos de morro, porém, não define o que é topo de morro, não dá uma definição, aí vai se buscar onde é que está definido morro nas leis e tal. A Lei Orgânica do Município, no art. 241, diz que é competência do município fazer a proteção dos topos de morro. O Plano Diretor vigente no art. 16, inciso 1, define que a área delimitada a partir de curva de nível corresponde a dois terços da altura máxima de elevação em relação à base. Aí também vai – o que é base e tal? Ou seja, não serve também para definir esse parâmetro do que é morro. Aí se busca uma determinação, não sei se é “determinação” o termo correto, uma resolução do CONAMA, a Resolução nº 303/2002, no § 2º, que estabelece uma conceituação e diz assim: que morro é uma elevação do terreno com topo entre 50 e 300 m, inclinação superior a 30%. E esse critério passou a ser usado, ora aqui, ora ali, e daqui a pouco eu revelo mais uma informaçõzinha que me deixou um pouco chocado com isso aí. Bom, Porto Alegre tem 42 morros, por esse critério só teríamos 9 morros com possibilidade de ocupação de todas as ocupações legais que nós temos nos morros. Por exemplo, Vila Conceição não poderia, Vila Assunção não poderia, Vila Santa Isabel não poderia e outros mais, no Partenon, em vários lugares. Dos 42 só 9 que poderiam ser ocupados de alguma maneira. O que eu quero dizer com isso? Que nós temos um problema, não é um problema específico desse terreno, essa construção suscita um problema para a gente vir a discutir. O processo está em discussão, quando ele chega no gabinete do Prefeito, quando vai para as homologações, o procurador tem um entendimento de que a instância para resolver esse tipo de situação é o Conselho do Plano Diretor. Então, nos chama para essa lide, para que a gente determine alguma coisa que, inclusive, seria, vai ser, poderá ser uma referência para se discutir e para se deliberar sobre ocupações de lugares que a gente entende, pela aplicação lá do CONAMA, como topo de morro. O que eu fiz em um primeiro momento, quando percebi isso aí? Visitando o lugar, peguei aleatório, falando com as pessoas, com os moradores lá, eu percebi que tinha construções regulares e construções irregulares. Eu peguei, aleatoriamente, alguns imóveis e fiz uma solicitação, eu pedi informações para a secretaria, para a SMDE, sobre tais e tais imóveis que eu peguei aleatoriamente, andando de carro fui pegando para ver qual a situação que estão esses imóveis. Meus amigos, vejam vocês, eu encontrei diversos imóveis. Por exemplo, na Rua Lídia Monteiro, que é a rua de cima, eu fiz, aleatoriamente, eu peguei seis imóveis, mandei o número para a SMDE, via Conselho. Desses seis, quatro tinha Habite-se. Então, tinha Habite-se de 2003, de 1994, de 1999 a 2009. Na rua onde está o imóvel que provocou toda essa discussão, a Astério de Mello, a residência que está ao lado dela, no número 710, tem habite-se de 2016. Lá no outro extremo, no número 520, tem Habite-se de 1998. Evidentemente, várias outras são irregulares, provavelmente que as pessoas nem entraram para tentar regularizar e outras porque foram negadas, como está sendo negado para esse imóvel. (Sinalização de tempo esgotado). Então, vou passar para as considerações finais, para os colegas me



entenderem. Então - Considerando, que trata-se de um loteamento regular com implantação consagrada ao longo dos anos, provido de toda a infraestrutura urbana; considerando estar implantado em quarteirão onde convivem indicações regulares que tiveram a oportunidade de licenciar construções e obter Habite-se; considerando que a legislação restritiva à edificação ocorre muitos anos após a implantação regular do loteamento; considerando que a legislação sugerida para o regramento da conceituação de topo de morro necessita de interpretações e apoios em pareceres, não sendo clara a sua aplicabilidade na lei que, digamos assim, que a provocou, que a este Conselho foi dada a oportunidade de definir o regramento e orientar a matéria, conforme parecer solicitado pela assessoria jurídica do Gabinete do Prefeito, proponho que a ocupação regular, legal, atendendo as leis edilícias que disciplina os projetos de imóveis em áreas com ordenamento aprovado e consagrado, mesmo em locais onde haja, pelos critérios da resolução do CONAMA 303, seriam definidos como topo de morro, tem o direito assegurado de licenciar e regularizar suas construções, mantendo assim o equilíbrio do direito do uso da propriedade adquirida. É o parecer deste Conselheiro, favorável à licença de construção, origem da demanda. É o que constava. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. De imediato passo para a Conselheira Tânia, que fez o relato, tem a oportunidade, por 2 minutos, para relembrar o seu parecer. Não sei se a senhora quer fazer uso dessa prerrogativa. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Secretário, eu já fiz essa relatoria há bastante tempo. Eu me ative ao que estava dentro do processo, dessa negativa em função de ser uma área de preservação, uma área de topo de morro. Quer dizer, existe uma lei, não é porque os outros fizeram que agora vai se fazer menção de aprovação de uma coisa só porque ele comprou um terreno e ele não sabia que era topo de morro? Os outros fizeram antes dessa lei, mas a lei existe. entendeu? Então, eu acho que a gente tem que se ater, eu me ative muito a tudo que foi explicado dentro desse processo e da negativa, inclusive, dos colegas, né. Então, eu continuo não aprovando, porque é um empreendimento enorme, são quatro andares, que se vocês verem pela planta, são quatro andares em uma área topo de morro, além de ser arriscado. Essa é a minha opinião. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu pergunto se quem está inscrito para discutir o processo, por favor, faça a inscrição. A Conselheira Maristela está escrita para debater, o Conselheiro Hermes, Rafael Passos, Saffer, mais alguém? a Conselheiro Maristela é Questão de Ordem. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Na verdade, assim, eu gostaria muito como orientação que a PGM fizesse uma manifestação. Como diz o Secretário, ele foi eleito para presidir e tem as normas estabelecidas para todos e deve ser levado à risca. Então, eu preciso muito ouvir a orientação da PGM em relação a esse processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado Conselheira Maristela. Lembrando que no presente processo tem as manifestações da Procuradoria Geral do Município, estão disponíveis ali, com orientação da PGM. Nesse sentido, a gente encerra o período de inscrição. Conselheiro Hermes para debater o processo, no 2 minutos, por favor. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Ok. Eu venho pedir desculpas ao Conselheiro Gomes, eu entendo que esse processo, essa discussão, assim, dá para fazer uma aula de direito urbanístico. As questões legais, eu não vi nenhum argumento sustentável para justificar os vários erros que aconteceram até deixar chegar nesse ponto. Assim, os argumentos do proprietário é que o lote adquirido prevê a possibilidade de edificação. Completamente errado, nenhum lote adquirido prevê nada, o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

que prevê é exatamente as consultas, tem lotes com limitações administrativas, tem lotes que não pode construir nada, tem lote em APP. Todos os argumentos que o conselheiro citou e eu não tenho como falar de outra forma, né, as dúvidas sobre o que é topo de morro, o que é base, o que é dois terços de morro. Isso aí, durante toda a nossa vida na Prefeitura, é óbvio que como tudo, sempre houve discussões, mas isso é líquido e certo, senão não teria como aplicar a lei. Isso aí, e me desculpe, Gomes, mas é para enrolar, para embaralhar os conselheiros. É impossível, há 40 anos que se trata disso, de topo de morro, de base, agora para dizer que não tem. Eu acho que está muita coisa errada, o fator de ter outras construções irregulares, uma série de coisas, mas nós estamos aqui para fazer o certo. Então, acaba, não aplica mais a lei. Metade da cidade é informal. Então, vamos justificar que todos os prédios vivam na informalidade, porque metade é informal. Eu tenho no meu histórico, eu era supervisor e saiu da nossa supervisão a demolição do prédio da Lambes, para quem conhece, era uma confeitaria famosíssima em Porto Alegre, nos anos 80. Anos depois a proprietária nos agradeceu e ela disse que aprendeu o que era a lei, a lei tem que ser cumprida, que nós tínhamos razão. Isso na época ela brigou de todos os jeitos possíveis. Ou nós estamos aqui para tentar cumprir, minimamente, a lei. Eu entendo, esse proprietário vai ser prejudicado, ele deveria ser melhor assessorado, se ele foi mal assessorado é um problema dele, eu sinto muito, mas se não pode, o parecer da SMAMS e eu não li o parecer da procuradoria, mas acredito que eles sejam claros e a lei é clara. (Sinalização de tempo esgotado). Se tem prédio irregular, os que estão irregulares deveriam ser punidos, talvez até demolidos e não aprovar o irregular justificando que está irregular. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu queria entender se alguém pode me explicar isso, se é o relator ou alguém que tenha mais conhecimento do processo. O que eu olhei, porque duas coisas que a Tânia falou assim, que se tem lei é para cumprir. Uma coisa que eu queria entender é se essa lei do topo de morro foi anterior ou posterior a ele e as outras pessoas que têm casas naquele local. É uma pergunta. E a outra que eu entendo, talvez alguém já comentou a questão da legislação, quer dizer que quando a pessoa vai comprar a pessoa tem que olhar toda a legislação que o município permite, se tem um bem tombado. A pessoa deve ter olhado isso aí, por isso que eu estou dizendo, se a pessoa olhou, a minha dúvida é o seguinte, se a construção e quando ele comprou o lote era anterior ou posterior a essa lei do topo de morro. Ou se isso está desde o início do Plano Diretor. Não sei se os colegas estão conseguindo entender, porque se a pessoa comprou e a lei não tinha, e por isso que eu acho que deve ter várias construções, é meu entendimento, a não ser que todo mundo que está lá e tem casas com Habite-se, casas lindas com Habite-se. Como que uma casa linda tem Habite-se e ele não tem? Então, o município aprovou casas irregulares? É isso. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu me preocupo é com o seguinte, nós temos o que traz o Conselheiro Gomes ali, que é uma determinação judicial ou do Ministério Público, eu não guardei isso, mas, de qualquer maneira, estranho a administração determinando que nós tenhamos a função de definir os critérios para esse tipo de procedimento. Ou seja, há uma omissão nossa. Então, só gostaria de que em um caso como este não venha a se tornar, aliás, a gente não comece a tomar por casos regras. Então, que a gente se organize neste Conselho para que a gente comece a cumprir aquilo que está determinado, seja pelo próprio Plano Diretor, como eu falava no meu parecer anterior, no caso da Lomba do Pinheiro, do empreendimento da Lomba do Pinheiro, de que a gente até hoje não definiu critérios e procedimentos à CAUGE. Isso está lá no Plano Diretor há 10 anos. Então, nós temos duas gestões e meia, municipais, e não se fez. E quantas gestões do CMDUA e não se fez? Cinco. Então, olha o tamanho da importância das nossas omissões. Neste caso, parece-me



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

o mesmo, a gente precisa determinar essas regras para que a gente consiga, inclusive, em casos como este ou outro, mas talvez outros nem precisariam vir ao CMDUA, já que caberia nas instâncias técnicas como seguir os critérios e procedimentos pelo CMDUA. E aí nós garantimos celeridade muito maior a esses processos, cumprindo as nossas atribuições e não no caso a caso, senão daqui a pouco o caso a caso vira uma regra, o que é bastante perigoso. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDA:** Boa noite. Bem, pelo que eu vi do processo é um processo atípico, como foi colocado pelo Conselheiro Gomes, é pertinente a questão de ter vizinhos com Habite-se. Fica difícil de entender porque um não consegue uma provação e o terreno vizinho consegue um Habite-se em 2016, após, inclusive, o início do seu processo. É um loteamento que já é consolidado, tem várias construções. É uma característica de APP, com certeza já não é mais a mesma de lá do início desse loteamento. E aqui também cabe, o empreendedor tem o direito sim de encaminhar ao CMDUA para propor, cabe ao CMDUA ou não. Inclusive, é o indicativo da própria PGM. Seriam essas as minhas colocações. Na votação vou ser favorável ao relato do relator, vou acompanhar o relator. Obrigado. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa noite a todos. A minha fala de certa forma foi repetida pelos meus antecessores, mas eu pego dois pontos específicos que eu vejo e não consigo vislumbrar outra saída, senão a aprovação. Por quê? A lei data de 2012, nós temos aqui, eu estava olhando o processo, nós temos Habite-se em 2016. Lindeiro ao lote da (Inaudível) está sendo solicitado. Então, deve ter sido avaliado e levantada alguma questão legal que era possível. Então, já é um loteamento que se a gente olha é muito característico de loteamento já consolidado e bem planejado. Então, o conceito de topo de morro não veio com a lei de 2012, ele foi simplesmente inserido nela. Então, já era o entendimento pelos órgãos licenciadores que ali era possível um loteamento. Então, eu resgato um pouco com a fala do Conselheiro Rafael, eu concordo, acho que nós não temos aqui o condão de fazermos acórdãos de que a partir de agora tudo vai ser aprovado dentro de uma diretriz que venha a nos definir nesta reunião, mas isso nos lembra que nós precisamos sim reavaliar algumas questões e definir diretrizes para situações como esta. De qualquer forma não vejo alternativa, senão aprovar sim o licenciamento, tendo em vista que lindeiros têm Habite-se em 2016. E sem querer ser repetitivo, a minha fala é nesse sentido. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Pessoal, esse debate sobre topo de morro, ocupação de morro, em 2015 nós batemos aí no Conselho esse negócio, porque esse processo já passou por nós. Houve uma discussão sobre ocupação de morro, dessas casas de burguês no topo de morro. O que acontece? Não sei quem autorizou esses moradores ricos a morarem no morro, para olharem a cidade lá de cima. Tudo bem, a PAMECOR é uma delas. Depois tem o morro da Vicente Monteggia, vai lá em cima também. Coisa linda, casas de primeiro mundo, parece a Beverly Hills dos Estados Unidos. Tudo bem, mas tem ocupação de morro irregular no Morro da Glória, lá em cima, quem vai para o Morro da Cruz também, casa irregular. Tem ocupação irregular na favela, no morro, ocupação irregular do pequeno burguês do morro também. É o licenciamento do burguês que pediu e do favelado que vai ser expulso do morro. Eu gostaria que ficasse bem claro, como quando o Hermes falou, o nosso conselheiro e arquiteto urbanista... (Sinalização de tempo esgotado). Eu queria entender o conselheiro o que é topo de morro, o que é uma ocupação de morro, o que é ocupação irregular, o que é loteamento clandestino, o que é loteamento que a Prefeitura legaliza. É muito importante dentro dessa discussão que o nosso Presidente chamasse alguém, um especialista, para discutir isso aí. Vai votar uma coisa que está regular ou irregular? Era isso aí. Obrigado. **Darci Barnech Campani**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

(Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Essa questão de direito do proprietário, isso também já foi bastante discutido neste Conselho e é lógico, temos duas posições que são bastante opostas, que a gente tinha a questão de alguns conselheiros que diziam que emitida a DM o proprietário tem para o resto da vida o direito a executar aquela DM emitida. Eu entendo que é do direito, a gente tem a questão de ter licenças que se chamam “precárias”, ou seja, quando tem algo que muda a legislação ou ao que muda o entorno, algo que mude a condição da concessão. Todas essas licenças enquanto não exercidas são perfeitamente revogáveis. Então, não existe a questão, compro um terreno e quando eu comprei lá em 1900 era permitido construir em qualquer lugar da cidade. Então, aí eu vou passar por resto da vida podendo construir. Alterou a lei passa a vigor ou, no mínimo, a lei tem que ser inteligente na hora que for alterar e dizer que passa a vigor agora, ou é retroativa, não é retroativa, quando ela passa a vigor realmente. Então, ela tem que prever esse conceito. O que eu ouvi aqui nos relatos foi simplesmente um belo processo, não sei se foi arquiteto ou engenheiro, para uma denúncia no CAU ou no CREA, de um profissional que fez um mau serviço, sabendo da legislação, e foi relatado aqui, foi um mau serviço feito por um profissional, caberia aqui um processo. O CAU tem representação, mas o CREA não tem. Então, se for um arquiteto pediria ao conselheiro do CAU que também leve essa discussão lá para dentro do seu Conselho e a gente levar para dentro do CREA para fazer essa discussão, porque maus profissionais existem. Qualquer um de nós está à mercê do mercado e de vir a contratar um mal profissional. Então, eu me posiciono contrário e só para deixar claro, o relato é da Conselheira Tânia, não é do Conselheiro Gomes. Eu acho que o Conselheiro Emerson fez uma coisa e no final concluiu que ele é a favor do parecer do relator, mas o relator não é o Gomes, é a Tânia. Então, vou deixar aqui o meu voto pelo relato da Tânia. Só também deixar certa estranheza... (Sinalização de tempo esgotado). Só para concluir, se eu quiser alguma informação da Prefeitura eu tenho que pedir diligência, nós temos conselheiros que não precisam pedir licença para ter informações da Prefeitura, Senhor Secretário.

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Boa noite novamente. Esse é um processo que demonstra como são complexos os processos que nós analisamos neste Conselho, outros passam facilmente aqui e nós temos dificuldade em discutir outros. Então, em primeiro lugar eu quero dizer assim, se havia uma lei que permitia, e aí eu vou ser um pouco legalista, que não é a minha característica, se a lei permitia e ele adquiriu antes, e o Campani fez uma observação pertinente, né... Se ele adquiriu e era permitido construir ali, o direito está assegurado, não tem discussão nesse aspecto, no meu entender, né. E advogado tem, por isso têm muitos advogados, porque a hermenêutica é uma coisa impressionante, é a interpretação jurídica. O segundo aspecto foi levantado pelo Paulo Jorge, para mim é fundamental o que o Paulo Jorge levantou. Este Conselho tem que se debruçar, porque muitas comunidades, que hoje necessitam de regularização estão exatamente em morros, em áreas que oferecem problemas. Qual será a direção que nós vamos tomar? Para os burgueses, para os ricos uma? Para o pobre outra? De exclusão? Não, nós temos que encontrar um equilíbrio e muita gente que está em área irregular, loteamento clandestino, loteamentos irregulares ou ocupações, têm o direito adquirido também. Em área pública é a concessão do direito real de uso e que não é respeitado, tem uma lei federal e tem uma lei estadual que normatiza e isso não é respeitado. Então, nós temos que ter o cuidado dos aspectos legais e me causa estranheza, nós temos uma procuradora acompanhando as nossas reuniões e não se manifesta sobre esse aspecto, que é fundamental. (Sinalização de tempo esgotado). Deixa eu terminar, Secretário, eu só peço mais um minuto. Então, eu queria que a PGM também se manifestasse sobre isso. Eu acho que esse é um processo muito interessante para nos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

dar um norte. Então, por enquanto ainda não tenho o meu voto, quero ouvir os demais.

Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Boa noite, colegas. Eu acho que esse processo é um espólio, porque ele é um divisor para muitas questões, não só questões das ocupações irregulares, mas também temos que registrar que realmente, se houve um Habite-se em 2016 e a lei é de 2012, não precisamos nem discutir muito, né. É o famoso direito adquirido. Nós tivemos um caso parecido há alguns anos, no outro mandato que eu participei, onde no Menino Deus um requerente queria uma deliberação para atividade em uma área residencial e ele comprovou que já existiram diversos trechos desta mesma avenida no Menino Deus, se não me falha a memória, que já operavam com o comércio. E eu sugeri na época que se fizesse o seguinte, já vamos liberar para toda a quadra ou para tudo que julgarmos interessante, para evitar que daqui alguns anos venha outro direito, outro referente solicitando a mesma coisa, que virá, na verdade, uma jurisprudência. Era isso.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Jackson. A Conselheira Maristela tem uma Questão de Ordem.

Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Secretário, eu fiz uma solicitação, eu gostaria, e isso é regimental, enquanto conselheira eleita eu gostaria de ouvir aqui a posição da PGM. Eu preciso de uma orientação da PGM, Secretário. Por favor, eu acho que é um direito adquirido de poder solicitar. Então, por favor, independente da questão que está no papel do conjunto, eu gostaria de ouvir enquanto parte que vai votar. Eu quero ouvi-la, por favor.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheira Maristela. Lembrando que esse processo foi distribuído em 30/07/2019, teve apresentação do relato pela Conselheira Tânia e, 27/08/2019. Lembrando que o relato é desfavorável ao recurso apresentado, lembrando a pouco tempo aqui pela própria conselheira, lá em 27/08. Então, os prazos de diligência, de vista, todos foram ultrapassados. Teve aquele momento, um prazo, os processos foram retirados, com pedido de vista da RGP. 6, 5, SINDUSCON, o processo foi retirado pela RGP. 6, teve um prazo, depois houve a diligência do Conselheiro Gomes e que ficou bastante tempo no Arquivo Municipal. Então, todas as oportunidades que nosso regimento prevê, elas foram democraticamente exercidas. Então, hoje a gente tendo o retorno das diligência e apresentação do relato de vista, a gente coloca o processo em discussão para este Conselho e após a discussão a sua votação. Tivemos aqui diversas posições construtivas, favorável ou contrário, vários entendimentos. O próprio resumo feito pela Arquiteta Vaneska no início da sessão nos lembra as manifestações que teve da próprio Procuradoria, o histórico do processo que ela nos colocou. Então, sentimos bastante seguros seguindo todos os aspectos regimentais para colocar em votação neste momento. Então, fazendo a leitura dos nossos votos, consultando ao Conselheiro representante do DEMHAB, lembrando que o PARECER DA RELATORA É DESFAVORÁVEL AO RECURSO APRESENTADO. (Votação nominal): **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Voto por abstenções. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Também me abstenho. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Desfavorável ao processo do relator. **Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** EU me abstenho. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu me abstenho. **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Eu me abstenho, Presidente. **Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Mobilidade Urbana – SMIM: Desfavorável. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Sou contrário ao parecer. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** (Inaudível/interferência no áudio) que ficaram vários pedidos dos conselheiros de ouvir a PGM. Eu voto com a relatora. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu vou me abster. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Abstenção. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu já estou escrevendo meu voto, mas vou declarar aqui, que eu voto favorável em função de que nós não estabelecemos os critérios como demandaria. Portanto, entendo que não poderíamos votar o caso específico se não estabelece regra. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Favorável à relatora, pelos mesmos motivos que o Rafael colocou, eu assino embaixo. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Contrário. **Sérgio Koren (1º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Contrário ao relator. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Favorável à relatora. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu também voto com a relatora, mas sempre ressaltando a questão de não ter sido ouvida a PGM. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Voto com a relatora. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Voto contrário à relatora. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Pelo que eu falei, favorável com a relatora. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu voto contrário à relatora. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Com a presença figurativa da PGM, eu voto com a relatora. Parece que ela tem um problema de voz. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Eu voto favorável à relatora. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Voto contrário à relatora. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos fazer a contagem de votos: 11 votos favoráveis ao parecer da relatora, 08 votos contrários e 07 abstenções. Então, está aprovado o parecer. **APROVADO O PARECER DESFAVORÁVEL DA RELATORA.** Então, a gente tem o **ITEM 4.03**, que continua em diligência, vamos passar ao **ITEM 4.04**, Processo 002.339086-001. Lembrando que o interessado é a SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO. Trata-se de aprovação de EVU para uma escola indígena. O processo foi distribuído para o relato da Conselheira Livia, da UFRGS, que entregou o seu relato, mas acabou se afastando do Conselho e não teve oportunidade de fazer. O processo foi redistribuído ao Conselheiro Mark, o qual pediu diligência e teve o parecer favorável em 21/07/2020. A equipe de planejamento fez a apresentação, teve três relatos de vista em 28/07, na data de hoje. Então, a gente tem o relato de vista da RGP. 3, 7, IAB, 4 e 1. Questão de Ordem da Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Presidente, é difícil fazer uma Questão de Ordem quando a gente tem os nossos microfones bloqueados e a pauta vai seguindo sem a gente poder falar do processo que está na pauta. Esse processo anterior que está na PGM, eu gostaria de saber qual o motivo da demora, até mesmo porque a gente tem



uma representante da PGM agora, devidamente nomeada aqui. Eu queria saber, na verdade, porque da demora desse processo, que está desde dezembro do ano passado aguardando um posicionamento da PGM. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Naturalmente, esses expedientes foram encaminhados antes do início da representação da procuradora aqui neste Conselho. A procuradora acompanha as reuniões do Conselho, não está aqui para responder de pronto as questões levantadas, as questões devem ser formalizadas. O objetivo dela vir a esta reunião é acompanhar um pouco desses debates para que quando, formalmente, for consultada ela tenha condição e entendimento do debate aqui posto, de poder responder essas questões. Então, a gente tem uma formalidade, se nós deixarmos todas as nossas dúvidas, quiser levantar e tirar no momento da reunião, a gente não vai conseguir avançar em pauta nenhuma, todos temos muitas dúvidas e para isso que a gente tem todo o prazo regimental para que sejam esclarecidas as dúvidas. Tem várias oportunidades que os conselheiros têm para sanar as suas dúvidas dentro do processo regimental. Então, temos alguns conselheiros para relato de vista. A RGP. 3 eu consulto se vai fazer relato de vista do presente expediente? **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Não, infelizmente, eu não tive condições de fazer o relato de vista para esta semana. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A Conselheira Maristela. Liberado o seu som. Acho que travou, conselheiro do IAB, tem relato de vista? Alguém tem relato de vista? Pode colocar no nosso chat. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Não, Secretário. Eu não tenho um relato por escrito, mas eu gostaria de me manifestar, inclusive, porque eu fiz contato com o cacique Cirilo, da aldeia em questão. Na verdade, eu perguntei se haviam contatado para alguma ampliação da escola. Ali estava mostrando um processo de pedido de aprovação de uma ampliação da escola. Contudo, aí eu pude verificar, posso até depois mandar no chat, a gente está diante de um caso de regularização da escola, mas pelo que eu entendi não está instruindo assim. Por que eu estou falando no caso de regularização? Só uma olhadinha no Google a gente vê que a escola está toda construída tal qual como está no EVU. Então, me parece que é um problema de instrução, porque, na verdade, não está fazendo uma aprovação, mas deveria estar encaminhado como regularização. É uma questão de forma, mas me parece adequado que a gente coloque assim, ou seja, houve toda uma mobilização da parte da RGP. 7, da nossa parte para tentar entender com os Guaranis, que têm uma dificuldade já natural de compreender processos administrativos, toda essa papelada, e não é à toa que muitos chamam de Giruá – o homem das palavras vazias, porque para eles não precisaria papel, qualquer palavra vale. Então, parece que a gente precisa não estar abrindo o processo que, na verdade, trata de regularização, mas no processo a gente está tratando como coisa ainda a ser feita. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Rafael. Agradeço a gentileza do senhor trazer esse relato, para a gente juntar ao processo, é mesmo importante. Nesse sentido, eu coloco para discussão, se tem algum conselheiro inscrito para discutir esse processo antes da gente colocar em votação? Lembrando que a gente não teve apresentação por parte da equipe do planejamento, ela foi bem recente, eu até posso lembrar o que está sendo discutido, se for do interesse de vocês. Como é um processo recente eu não dei essa oportunidade antes da gente colocar em discussão, mas de forma rápida acho que é importante 3 minutos para lembrar enquanto vocês se inscrevem. Está bem? Vaneska, por favor, lembre este processo. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

– **SMAMS:** É o Processo 002.339086.001, aprovação de EVU. Ali está escrito porque a edificação com taxa de ocupação superior a 300 m² em área de proteção do ambiente natural, com proposta de ocupação sobre zona de conservação, listado como um projeto especial de impacto urbano de 2º grau pelo PDDUA. E ali a referência dos anexos da prisão legal dentro do plano diretor. O objeto compete à construção de escola de ensino formal, Escola Estadual Indígena Guarani, destinada a posse permanente do grupo indígena. Têm as informações do projeto, que terá 2.189,55 m² de área total, localizada em gleba de demarcação administrativa. Faz a referência das coordenadas geográficas do anexo do expediente e coloca as demais informações da localização dele dentro do Plano Diretor. Uma das imagens que coloca onde está localizada essa construção. E aqui aquela localização que a gente tem em todos os expedientes, em relação à região de planejamento dentro da Lomba e ali uma aproximação de onde está localizado esse expediente. Uma imagem de satélite. As análises técnicas do processo, um processo de tramitação na comissão, que passou pelos órgãos para avaliação com relação ao esgotamento pluvial, abastecimento de água e esgotamento sanitário, as questões de transporte, do meio ambiente natural, cultura, obras e viação, a questão da Saúde, SMURB, que está citada. Então, com relação às adequações solicitadas a comissão aprovou o EVU e colocou como condicionante da SMIM, pelo DEP, o projeto hidráulico, que deve ser aprovado junto à seção de projetos e em etapa posterior. E a emissão da carta de habitação fica condicionada à fiscalização da sala e como condicionante. Conforme consulta, o Beco dos Mendonças cadastrada com 930 metros a partir da Estrada João de Oliveira Remião, sendo assim cadastrar e apresentar como parte da área do empreendimento, a via interna principal da aldeia de (Inaudível/interferência no áudio), para que esse tenha a testada a logradouro municipal regular, salientando que o descadastramento deverá ser providenciado para o Habite-se. Então, também o condicionante para a etapa posterior. De maneira bem sintética seriam esses os pontos principais da proposta. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado pela apresentação, é importante para relembrar. Então, encerro a inscrição e abro ao período de debate antes de colocar em votação. Conselheiro Felisberto com a palavra. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, a minha dúvida é se já é uma construção ou se é uma aprovação de uma ampliação que foi feita. Não ficou bem esclarecido, se é de toda a construção ou só da ampliação. Por outro lado, também, se a comunidade foi ouvida, tanto do entorno como a própria comunidade onde está a escola. É isso e obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu não consegui fazer meu relato. Essas considerações que foram levantadas pelo Felisberto, a comunidade não foi ouvida, isso é grave, isso é uma pandemia que está acontecendo, é um vírus terrível. Assim, também uma dúvida, se é sobre uma regularização total ou se é parcial. Essa é a minha dúvida, até porque a construção daquela escola envolveu dinheiro federal. Então, isso para nós é importante. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Realmente, eu reitero, tem uma questão de forma que eu me preocupo, que a gente expusesse um debate sobre isso, do ponto de vista técnico, jurídico e técnico urbanístico no processo administrativo, porque o que nós estamos vendo, eu mandei a foto aí, essa escola já está construída tal qual está no projeto de ampliação. Não estamos mais falando de ampliação, a gente está aqui aprovando uma licença para construir, quando, na verdade, já está construído. Quer dizer, uma coisa assim meio complicada da gente ver e deixar assim, como investido aqui da responsabilidade pública que nós temos. Então, gostaria da segurança para tomá-la, que no que pese isso, eu falei, essa escola já está construída.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Então, já houve o acordo, já está funcionando, provavelmente, toda ela e não é não mais só aquele prédio que foi apresentado naquela imagem do Google. A imagem do Google eu mandei no chat, onde mostra a escola construída tal qual está no projeto de EVU. Então, nós estamos falando de regularização. A minha preocupação é como o devido processo administrativo deve correr e nós devemos observar. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, eu ia levantar essa questão, que para este e para outros processos que os relatos, principalmente quando forem feitos esses esclarecimentos técnicos, relatem a situação, porque fica constrangedor, até por gente estar votando uma coisa achando que é outra, mas a segunda questão que eu levanto, que eu não entendi, o senhor falou que o Jackson não conseguiu fazer o relato de vista, a Maristela idem e o Rafael colocou que também não está escrito, mas o que nós vamos votar, a provocação do prazo para o relato de vista ou vamos votar o processo? Eu acho que tem que votar para o prorrogação do prazo. Como foi dito aqui, tem processos que ficam 6, 7, 8 meses na PGM e por uma semana nós vamos deixar de ouvir os relatos de vista. Eu acho que é uma incoerência isso. Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite a todos. Eu estava vendo ali a questão da discussão do Rafael e eu penso que em relação à estrutura de como os processos são encaminhados, é uma questão. Agora, quanto ao mérito desse processo, ele é uma escola, vamos dizer que ela está devidamente enquadrada ali para ser um estudo de viabilidade que tem que passar por esse rito e passou pelos devidos trâmites. E segundo o que eu conversei ali com o colega que avaliou o processo, ele teve um pequeno aumento, enfim, e ele vai conseguir se regularizar. Então, a gente aprovar esse estudo de viabilidade vai no sentido de garantir o direito que aquela comunidade tem ali, se tratando de regularização ou não. Então, eu não vejo porque a gente atrasar esse processo, tendo em vista esse questionamento, e sim – ah, bom vamos corrigir os trâmites em algum momento? Sim ou não? Eu até penso em regularização, acho que tinha que regularizar, dependendo da situação, mas nesse caso já está favorável, a parte técnica já avaliou, já deu condições, inclusive, na questão do cadastramento, já encaminhou a questão do cadastramento que era uma coisa necessária. Então, eu não vejo porque a gente não aprovar esse processo. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Avaliando para processo, cada vez mais quando folheava as páginas desse processo, verificando os trâmites todos, né. A gente vê o quanto importante é uma escola, o quanto é importante o investimento do Governo Estadual querendo regularizar, seja regularização, seja ampliação. A gente viu que tem uma parte de uma escola nova, provavelmente, para ganhar novos investimentos. E aqui a gente está tratando, isso como se não fosse uma escola. Parece que estamos tratando como se fosse um empreendimento diferente. Eu vejo como tão importante essa questão da educação e a gente está aqui talvez decidindo que esse empreendimento não deva ir para frente, não viabilizando que aquela comunidade tenha uma escola regular, tenha uma escola que possa ter a sua continuidade, ganhar novos investimentos. Muito provavelmente verba parlamentar, que é necessário que tenha o seu projeto aprovado. então, vem o Governo do Estado a nós solicitando as aprovações com o cuidado das questões ambientais todas envolvidas, todos os lados que foram apresentados, todas as documentações que foram validadas pela equipe técnica do município. E aqui a gente está discutindo se essa escola deveria ser regularizar ou não. Então, o meu voto é favorável, sem dúvida, que a gente faça de forma mais rápida possível, consiga liberar esse projeto para que ele siga para a sua próxima etapa, que é a aprovação de projeto para o quanto mais rápido também essas famílias e essa comunidade tenha acesso a ensino de boa qualidade cada vez mais. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Artur Ribas. Lembrando que nós estamos aqui discutindo o presente processo, conforme prevê o nosso prazo regimental. A gente teve o parecer favorável pelo Conselheiro Relator Mark, aprovação do EVU em 21/07/2020. É um processo que foi distribuído em 18/02/2020 e em função da pandemia esteve suspenso, retornando às reuniões aqui do Conselho, onde a gente colocou em debate. Foi amplamente discutido, todos tiveram a oportunidade de avaliar, conforme prevê o nosso Regimento Interno, após apresentação do relator os conselheiros têm a oportunidade de fazer o relato de vista por mais uma semana. Então, foi solicitado e hoje foi dada a oportunidade de ser feito esse relato, nem todos fizeram, mas, no entanto, os regimentais foram estritamente seguidos. Processo amplamente debatido de elevado interesse público. Questão de Ordem do Conselheiro Rafael. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Assim, eu só gostaria de compreender, agora fiquei preocupado, eu não tenho nada contra a escola, a escola está construída, os Guaranis satisfeitos. É isso. Agora, eu acho um absurdo e agora eu vejo que alguns aqui sabiam que estavam falando de algo construído e nós estamos aqui às cegas sem saber. É simples assim – olha, estamos regularizando. Agora nós vamos ter que ficar cuidando para saber se estamos falando de coisa feita ou uma coisa a fazer. Isso é uma questão muito grave. Eu até, então, estava tranquilo, agora estou vendo que é grave. E não é contra a escola, pelo amor de Deus, ela está construída, eu conversei com o Cirilo. (Sinalização de tempo esgotado). Secretário, por favor, o senhor sabe que eu não abuso dessa questão, mas agora me parece grave. Eu digo para o cacique sobre a nova escola que está sendo construir e não, não está. Aí fui descobrir, a escola está lá. É obvio que ninguém contra a escola. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Rafael. A Conselheira Maristela tem uma Questão de Ordem. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Secretário, a minha dúvida é o seguinte... (Inaudível/interferência no áudio). Nós trabalhamos para esta comunidade, nós vivemos a Lomba do Pinheiro, a realidade. E outra, ouvir um técnico da prefeitura falar em investimento do Governo Estadual. Que investimento? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, qual a sua Questão de Ordem? Acho que caiu a internet da conselheira. Conselheira Patrícia, Questão de Ordem. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Um esclarecimento. Não tem diferença para aprovação se é regularização ou não, se o requerente optar por protocolar e enquadrar o prédio existente ou não como uma situação nova. É uma opção dele e não vai fazer diferença nenhuma para nós. O problema seria se ele não se enquadrasse dentro da legislação. E como ele optou por uma construção nova e ele se enquadra dentro da legislação, não tem problema nenhum. Isso não é um problema para a aprovação do projeto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Patrícia. Lembrando, vamos usar as Questões de Ordem para levantar alguma dúvida em relação ao Regimento Interno, alguma questão que este presidente possa responder a interpretação, porque os momentos de debates estão previsão. Nesse sentido iniciamos a votação. Temos o PARECER FAVORÁVEL POR PARTE DO RELATOR. (Votação nominal): **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável ao parecer do relator. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Favorável. Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE: Favorável. Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM: Favorável. Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI: Favorável. Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Abstenção. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Primeiro que eu não entendi, Secretário. Os conselheiros não queriam um prazo para vista? Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Não, Conselheira. A gente está votando o parecer favorável do relator ao processo. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Que nós estamos votando eu sei, mas havia um questionamento anterior feito pelo Conselheiro Hermes. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Conselheira, a senhora vota favorável ou contrário? Nós estamos em processo de votação. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Eu vou me abster desta votação, Secretário, até porque eu entendo irregular a forma do procedimento. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheira Claudete. Conselheiro Sérgio Saffer como vota? Acho que o Conselheiro Sérgio Saffer não se encontra. Ele estava aqui. Conselheiro, se estiver presente se manifeste. Conselheiro Emílio. Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS: Abstenção. Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Abstenção. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Favorável. Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS: Voto favorável com o relator. Sérgio Koren (1º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Favorável. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Favorável. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: Favorável. Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Acompanho o voto do relator. Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4: Eu só quero deixar claro que não está claro, já que a escola está construída, nós estamos votando o quê? Ela já está pronta, mas meu parecer é favorável. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: Favorável. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Favorável. Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Favorável, mas fica o questionamento do que nós estamos votando. Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8: Favorável. Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA: Favorável. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: A favor dos índios e da educação, favorável. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Favorável. tinha caído a internet. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Estamos fazendo a contagem dos votos: 22 votos favoráveis, 04 abstenções. Então, aprovamos o expediente. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR.** Em função do avançado da hora eu vou



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

encaminhando para o final, agradecendo a oportunidade da discussão muito rica sempre aqui neste Conselho . Vejo o exercício da democracia, todos têm a oportunidade de fazer as suas manifestações, debater, contrário ou favorável, sustentar a sua posição, oportunidade de divergência, oportunidade de vista, com acesso disponível à vista ao processo. seguimos à disposição na tentativa de sempre construir o melhor para a nossa cidade. Um abraço a todos vocês, uma excelente noite até quinta-feira, onde novamente temos a reunião extraordinária, em função do nosso avançado da pauta e que a gente pede o apoio, o auxílio de todos vocês para que compareceram nessas reuniões para que a gente possa continuar a nossa discussão mais democrática possível. Boa noite.
(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h30min).

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2844/2020

Aos trinta dias do mês de julho de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emilio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Sérgio Koren (1º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação Atas 2832 e 2833; 3. Comunicações; 4. Ordem do Dia. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h00min. **1. ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: A gente declara aberta a nossa reunião extraordinária do Conselho, desejando uma boa noite de trabalho, excelentes debates, sempre construtivos, de alto nível de aprendizado, troca e evolução. Eu pergunto quem temos para o período de Comunicação. (Inscritos). Não havendo mais inscritos encerro e passo de imediato a palavra ao Conselheiro Felisberto. **3. COMUNICAÇÕES**. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Secretário, não é



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

exatamente uma comunicação, é um pedido de esclarecimento. Tendo em vista que saiu a notícia ontem que uma empresa denominada Cinco Marias, teria ganho para fazer o processo de resíduos sólidos. E me parece estranho, porque nunca ouvi falar nessa empresa, nesse grupo criado recentemente e tendo uma experiência, é a ONG Solidarietà no Cristal, que já tem uma experiência, inclusive, fabricou material com os resíduos sólidos, tem todo um acompanhamento da Universidade Federal. E, além disso, é uma demanda do processo do Orçamento Participativo, inclusive, tem uma sede na Chico Preto. Então, e para mim causou uma estranheza essa entidade denominada a Cinco Marias. Eu queria um esclarecimento, queria ver se houve um processo de licitação, se houve chamamento às pessoas e por que não respeitaram a demanda do Orçamento Participativo, tendo em vista que havia até um convênio já assinado com a Prefeitura, no governo do Fortunati, em que, inclusive, o Fortunati esteve lá e que o DMLU se comprometia a repassar o material para que ele produzisse os tijolos e todo o material, já tendo uma experiência de mais de cinco anos. Isso me causou estranheza, além do encontro ontem para tratar da logística reversa, sabendo que têm vários e em nenhum momento foi chamado os catadores, que têm experiência. E aí eu cito alguns, por exemplo, a Vila Pinto, da saudosa Marli Medeiros, agora a Cris Medeiros, os filhos da Marli estão dirigindo a identidade. A Casa Rosa na Voluntários da Pátria, entidades que tem toda uma experiência, em nenhum momento foi chamado para relatar ou para fazer a cidade conhecer o que ele já vem fazendo há anos. E digo, assim, a Casa Rosa ainda realizou um seminário durante o Fórum das Resistências, em fevereiro ou janeiro deste ano, em que tratou exatamente da logística reversa. (Sinalização de tempo esgotado). Então, é muito estranho uma entidade, nada contra as pessoas que a compõem, inclusive, uma eu conheço, mas acho muito estranho elas terem a preferência nesse setor, já que para mim não tem nenhuma experiência que eu tenha conhecimento. (Sinalização de tempo esgotado). E é muito estranho... Já estou finalizando, Secretário. E me causa muita estranheza que entidades que tenham experiência não tenham sido chamadas para opinar sobre esse assunto. Obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite. Tudo bem, pessoal? Secretário, nós estamos avançando no nosso processo em relação à questão do gás, trabalhando no sentido como está acontecendo no Nordeste, que o botijão de gás vem nas cestas básicas que são fornecidas para a população e também na questão da Bolsa Família. E nessa experiência que nós já entregamos 200 e vamos entregar mais 300 agora, nós temos discutido com a população o preço que sai o botijão de gás que vem lá da Petrobrás, até chegar ao consumidor. E a experiência que a gente está tendo com a população, também que eles te dão conta de que é necessário, para a gente conseguir avançar é preciso um grande engajamento, né. Então, nós estamos realizando esse trabalho já faz os 4 anos e chegamos a esse ponto agora. E eu coloco isso para partilhar, porque eu acho que isso não pode ser um sonho isolado, eu acredito que isso é uma coisa que tem concretude, ela mexe com o mercado, mas, também diz respeito àquilo que as pessoas muitas vezes acham que o que elas recebem é uma mendicância. Eu sempre fui contra assistencialismo, eu acho que as pessoas têm que se empoderarem e serem protagonistas dos seus sonhos, eles não podem ser isolados. Eu sei que é duro o nosso dia a dia, nos nossos embates às vezes somos tão duros, tão difícil. Eu acho que para o senhor também deve ser, e quando a gente tem que se posicionar de uma forma muito severa. Então, sempre que tem alguma coisa boa, que eu acho que posso partilhar com os sonhos de todos vocês, eu procuro trazer e me coloco à disposição das pessoas que querem conhecer o projeto, para que a gente possa conversar, tendo todos os cuidados necessários, mas porque realmente isso é direito. E o Brasil, como ele não teve a sua independência normal,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ela foi imposta, o Brasil tem que começar a mudar e começar a entender o significado da palavra “direito”. Então, eu queria colocar que a gente trabalha no dia a dia, um pequeno grão de areia, mas que a gente quer continuar compartilhando com quem tiver interesse aí do grupo, para conversar conosco sobre esse projeto tão maravilhoso, era isso por enquanto.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheira Maristela. Parabéns pelo trabalho, o senso de coletividade, é importante o trabalho. Parabéns. Na sequência a gente tem o Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Presidente, colegas do Conselho. Eu quero registrar a importância da participação do nosso colega Mark, que está sempre atento às leituras das atas. Há pouco ele lembrou que eu fiz um comentário sobre o professor lá UFRGS que fez um bom trabalho com relação à renovação do 4º Distrito. E a gente encaminhou, acredito eu, eu tenho a data de 17/12/2019, depois em janeiro, 17/01/2020, solicitando que o Conselho, a coordenação trouxesse esse professor para falar um pouco para nós sobre o estudo que ele fez com relação à renovação do 4º Distrito, que ajudaria bastante a comunidade, a cidade como um todo para entender melhor o que está acontecendo, que está sendo proposto para o desenvolvimento do 4º Distrito. Nós sabemos que o 4º Distrito é uma região promissora para o enriquecimento do empresário, geração de renda e emprego, para o turismo, para habitação de um modo geral. E me parece que os dados que estão sendo levantados lá, propostas para esse novo Plano Diretor que a gente quer ajudar a cidade, não chega para nós. Então, eu gostaria, o Conselheiro Mark lembrou, que a gente fez essa menção. O nome do professor eu não lembro, acho que é o Professor Benami, da UFRGS. Então, eu quero deixar registrado mais uma vez, já pela terceira vez, que a gente possa ter acesso ao trabalho desse professor, que ele possa comparecer no Conselho, mesmo que seja virtual, mas que possa disponibilizar esse material para o nosso Conselho, para que a gente possa a partir dessas informações dele, que a gente possa complementar com aquilo que a gente gostaria de propor para a revisão do próximo Plano Diretor. Obrigado. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa tarde, pessoal. Boa tarde, conselheiros. Eu quero colocar o seguinte, também a parte social, que estão fazendo um papel social. A minha região está em lockdown, porque o vírus cresceu muito na Região Cruzeiro. Estamos fazendo um trabalho social de servir alimentação, sopão para a população, 250 pratos servidos. É para o pessoal da Glória e do Cristal também, para que população carente. Segundo, pessoal, eu estou propondo ao Senhor Presidente curso de urbanismo, por exemplo, como se faz (Inaudível/interferência no áudio) de regularização fundiária. Por exemplo, aqui na Região Cruzeiro tem umas (Inaudível/interferência no áudio) que pode ser legalizada. Então, seria importante junto com o DEMHAB, mas queria que o Conselho, os arquitetos aí de dentro, que já são pessoas aposentadas da prefeitura, que já conhecem as vilas de Porto Alegre, que fizesse um seminário, pode ser até por vídeo, para a gente ter esse debate e dar aula para o pessoal das vilas, o nosso Furtado também poder falar. Estou há 6 anos neste Conselho e só agora regularizaram a questão da Matos Sampaio. Isso me deixou renovado e o Conselho poderia seguir. Nós temos o nosso arquiteto Hermes, aposentado, foi da prefeitura, pode tomar a frente essa organização, criar ferramentas, junto com a nossa arquiteta da SMURB aí, para dar um curso de urbanismo para os conselheiros. Então, deixo a proposta aí. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Presidente. Boa noite, colegas. Eu queria fazer um comentário, Presidente, sobre o processo que nós relatamos na terça-feira, independente do resultado da votação, até porque o Conselho é absolutamente soberano e deve ser respeitado, mas o seguinte:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

esse processo estava nos oportunizando um momento muito importante da gente influenciar na ocupação do solo em Porto Alegre. É um processo que passou por vários Procuradores, PGM e em certo momento a assessoria jurídica do Prefeito encaminhou, achou que nós seríamos uma segunda instância para tomar uma deliberação sobre um problema de confusão de legislação, onde a legislação federal, a estadual e a municipal não têm um ordenamento preciso, correto. Está se trabalhando hoje com uma previsão (Inaudível/interferência no áudio), de certa forma aplicada, porque se fosse aplicar em Porto Alegre, aquilo que eu falei dos 42 morros, apenas 6 ou 8 que teriam condição de ser habitados. Ou seja, é uma situação crônica que mais cedo ou mais tarde vai ser necessário se debruçar sobre isso e poderíamos ter sido nós. O comentário é o seguinte: a grande oportunidade que nós perdemos, o pessoal que trabalha, que defende, que labuta, que está enganchado na questão da regularização fundiária. Exatamente quem mais precisa de uma visão mais complacente, uma abordagem menos radical na questão ambiental, são as pessoas de baixa renda, são essas aglomerações, essas habitações precárias, que foi para onde eles puderam ir e foram muitos para topo de morro, dentro dessa conceituação que nós tivemos a oportunidade e perdemos de tornar mais amena, de uma forma que nós pudéssemos contemplar melhor essas populações. Essas populações que, mais cedo ou mais tarde, vai acontecer e, provavelmente, vão voltar talvez para o nosso Conselho por populações que estão em áreas ditas hoje como de ocupação limitada, proibida, APPS e outros tipos de, digamos assim, de limitações e até proibição mesmo de habitar. Então, nós perdemos a oportunidades, nós perdemos em função... (Sinalização de tempo esgotado). Um minutinho mais. Nós perdemos em função de uma disputa que a gente tem feito no Conselho, que foge às vezes dos nossos princípios de construir uma cidade melhor, mais adequada para todo mundo e vamos para uma disputa bem menor, não chegamos nem a perceber o conteúdo, na verdade, do que nós estamos discutindo e a quem beneficiaria. E eu acho que foi o que aconteceu. E só uma última observação, Presidente, nesse processo, até temos uma procuradora aqui para observar, quase todo o processo fala que está se trabalhando a Lei nº 12.651/2012, lei federal, e tem um grande erro, não um grande erro, mas um erro que se repetiu o gráfico... (Sinalização de tempo esgotado). É a Lei 12.551, que trata desse assunto. Então, dá uma olhadinha lá com calma. Inclusive, o Presidente Germano tem despacho nesse processo, quando era assessor lá na Procuradoria do Município. Então, por enquanto é isso, meu Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Eu gostaria de comunicar que eu acho que nós vamos ter boas oportunidades na fala do Conselheiro Adroaldo e Conselheiro Paulo Jorge, de a gente discutir pontos importantes da cidade. A gente vinha em numa programação do processo de revisão do Plano Diretor, que foi suspenso em função da pandemia, hoje a gente está, exclusivamente, discutindo os assuntos aqui pautados de processos, mas, assim, nós estamos com muita vontade de fazer esses debates, estruturar um calendário, um cronograma, da revisão do Plano Diretor. A equipe vinha se preparando para questões do 4º Distrito, a gente promover essas discussões, trazer o Professor Benami, superespecialista nessa matéria e ajudou a desenvolver bastante o projeto. O Paulo Jorge comentou outras pautas importantes para a cidade, a gente quer discutir e fazer reuniões em paralelo, em conjunto, estrutural um pouco melhor, mas, em função da situação atípica a gente suspendeu esse processo e está fazendo essas reuniões extraordinárias, enfim, retomando nessa estratégia de deliberação remota em função do grande acúmulo de processos, que o conselho do Plano também aprova os projetos de segundo grau, esses grandes projetos que são aprovados. **2. VOTAÇÃO ATAS 2832 E 2833.** Nesse sentido, então, senhores conselheiros, a gente tem as Atas 2832 e 2833, disponibilizadas aos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

senhores conselheiros, conforme o combinado, a gente até colocou que eram três, mas foram disponibilizadas duas. E se, porventura, houver... A gente tem uma Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto, já disponibilizou. E se houver alguma contrariedade em relação à aprovação da ata, por favor, que manifeste no chat. Se tiver alguma correção, observação, pode fazer o esclarecimento, que a gente anexa, manda por e-mail, enfim.

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Secretário, não é sobre as atas, é sobre a questão que o Adroaldo levantou de chamar o Benami. Eu creio que deveria ser buscado todo o estudo que a ESPM fez e o Hermes pode complementar, porque o Hermes participou desse grupo. Era um trabalho que objetivava preparar a cidade para a Copa de 2014, se não me falha a memória, esse trabalho foi de 2012. É um trabalho de muito conteúdo e que deveria ser apresentado para este Conselho. Essa é minha primeira questão. E a segunda, Secretário, é que o Gomes levantou sobre a regularização. Eu venho pautando isso há mais de um ano, pedindo para que a regularização fundiária fosse debatido neste Conselho. Então, eu reitero que seja pautado isso na próxima reunião deste Conselho. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Lembrando que as Questões de Ordem, Conselheiro, têm que ser em relação à dúvida do nosso regimento. A gente tem o período de comunicação, e concordo com a sua fala na totalidade, mas a gente tem o período de comunicação onde todos têm a oportunidade de falar. No entanto, se a gente permitir que volte o assunto, sempre tem assunto e aí a gente não sai da comunicação. Eu entendo, tem várias matérias de importância, apoio todos vocês, mas a gente tem uma ordem aqui na questão das falas, Questão de Ordem, que a gente aprovou os procedimentos para poder dar andamento aos processos com maior tranquilidade. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, há alguma contrariedade em relação as atas ou abstenção, por favor, manifeste no chat. Em não havendo manifestação. O Conselheiro Felisberto se manifesta contra a aprovação da ata. Então, um voto contrário. Alguma abstenção? Nenhuma abstenção. APROVADAS AS ATAS 2832 E 2833. Abstenções dos conselheiros: Carolina, Claudete, Rafael, Emílio. 4. ORDEM DO DIA: ITEM 4.03, que seria o 4.01, ele está em diligência, uma dúvida em relação ao EVU. O 4.05: Expediente 18.0.00002017-2, interessado: GREICE MURIELE BORGES. É um gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro, na Rua Pedro de Oliveira França. O relator é o Conselheiro Mark. O processo foi disponibilizado na data de 28/02/2020, teve o parecer favorável do relato durante a reunião de 23/06, encaminhando o seu relato na mesma data. A equipe do planejamento já fez uma apresentação, teve pedido de vista pela RGP. 1. Então, a gente tem a equipe do planejamento para fazer a apresentação simplificada, só para gente o que está sendo discutido. Na sequência a gente passa para o relato de vista. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite. Então, o processo que está sendo discutido é o 18.0.00002017-2. Trata de um gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro. Como o Secretário comentou, já foi apresentado. Então, vou só repassar os pontos principais. A solicitação registrada, então, é o cadastramento de logradouro, na Rua Pedro de Oliveira França, uma via com extensão total de aproximadamente 0,7 km, em área de ocupação rarefeita. Atividade de desenvolvimento diversificado. A localização dele é na RGP. 8, entre a divisa, RGP. 8 e RGP. 6, RGP. 5. E aqui tem uma imagem, depois tem outra com imagem de satélite desse cadastramento de logradouro. Tem um parecer técnico da Unidade de Gestão e Desenvolvimento, SMURB, em que se manifesta pela inclusão desse eixo viário, colocando que ela possibilita a regularização desses imóveis existentes no local e a gente tinha destacado a questão do perfil viário que é colocado para essa via,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

com gabarito de 12,5 m para que ela atenda o Plano Diretor. É isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vaneska, nossa coordenadora de planejamento aí. Eu consulto o relator, a gente tem a possibilidade de 2 minutos para lembrar o seu relato. O senhor gostaria de fazer esse lembrete ou acha desnecessário? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Essa é uma questão muito simples e eu fiz o relato favorável, na ocasião eu mencionei que eu tinha solicitado ajuda do Conselheiro Dinar, que é da RGP. 8, para confirmar os dados relativos a esta via que solicita o cadastramento. E que a interessada seria uma cidadã, moradora da região, a Greice Muriele Borges. E eu pedi para o Dinar dar uma olhada, ver com a vizinhança ou na comunidade se não havia nenhuma situação anômala em relação a esta definição. Se isso não houvesse, na ocasião em que eu relatei, se não houvesse nenhuma barreira levantada pela própria comunidade, eu mantinha a minha aprovação da inclusão de gravame desse traçado viário da Rua Pedro de Oliveira França. Então, esse é o comentário que eu faria, que é que é limitado pela situação que nós estamos vivendo. E o Conselheiro Dinar me mandou uma mensagem durante essa semana dizendo que esteve lá, conversou com a vizinhança e os vizinhos se mostraram interessados e felizes de que havia algum movimento do setor público no sentido de realizar o gravame do traçado viário e cadastramento desse logradouro. Era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Mark. A gente tem o relato de vista do Conselheiro Felisberto, da RGP. 1. Conselheiro Felisberto, o senhor gostaria de fazer o relato de vista? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não, a minha preocupação é a que o Mark colocou agora, essa questão se a comunidade tinha sido consultada. Então, se a comunidade foi consultada e está satisfeita eu tenho acordo com o parecer do relatório, voto com o relator. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Lembrando que o relato de vista deve vir por escrito para a gente juntar ao processo. nesse sentido eu consulto se alguém quer debater. Vamos colocar para debate antes de colocar em votação o presente expediente. Que quiser que faça a inscrição que a gente coloca em votação em seguida. Está escrito o Conselheiro Saffer, 2 minutos. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite, pessoal. Não, necessariamente, é sobre esse processo, mas eu vejo que várias vezes as pessoas que estão fazendo o relato, e eu sei, aconteceu no ano passado até, onde diz que uma coisa é o relator fazer uma consulta ou se assessorar com alguém da região e saber o que a comunidade está falando, outra coisa é sugerir aos representantes que devam fazer isso. Isso eu acho estranho. Cada representante que está no Conselho sabe o que tem que fazer, é como se dizer – Eu acho que tem que fazer isso; mas o representante da região não pede. O Felisberto uma vez disse - Eu sou representante de uma região; ele foi eleito e está aí representando a região. Se ele não quiser vista ou se posicionar, ele está representando uma coletividade. Então, acho muito estranho, várias vezes, não foi o caso agora do Mark, o Mark conversou e tirou dúvidas, mas em outras situações dizem assim - Eu sou favorável, mas quero que a região se manifeste. Ora, a região está aí, o Germano coloca - Alguém quer pedir vista? Alguém quer se manifestar? E sempre foi assim, tanto é que na pauta diz o relator e qual a região, até para a região se antenar e saber que está na sua região. Então, só uma manifestação que se acontecer outra vez eu vou me manifestar de novo, porque eu acho muito estranho dizer – Olha, tu tens que fazer isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Saffer. Bem lembrado, seguindo estritamente o que rege



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

as nossas regras regimentais aí. Nesse sentido coloco em votação o item 4.05 da pauta, com PARECER FAVORÁVEL PELO RELATOR. (**Votação nominal**): eu consulto, começo pelo Conselheiro Furtado, representante do DEMHAB, como vota? **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável ao processo. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Acompanho o relator. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Favorável. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Favorável. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Favorável. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Acompanho o relator. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos fazer a contagem, 24 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR.** Vamos ao ITEM 4.06: Expediente 002.050276.17.4, da RM RIZZO ADMINISTRAÇÃO E INVESTIMENTOS. O processo foi distribuído em 11/03/2020. É um ajuste de gravame de traçado viário da Rua Félix da Cunha. O relator é o OP, Conselheiro Emerson, que teve parecer favorável em 23/07/2020. A empresa de planejamento fez uma apresentação já na reunião passada ou retrasada. Nós temos dois pedidos de vista. peço que a equipamento do planejamento nos relembre rapidamente do que se trata, onde está localizado para depois os relatos de vista, oportunizar o debate e colocar em votação. Por favor, Vaneska. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, é o Expediente 002.050276.17.4, é um ajuste de gravame de traçado viário na Rua Félix da Cunha. A gente colocou que é do lado ímpar e compreendida desde na Praça Maurício Cardoso e a Rua Padre Chagas, bem em frente ao shopping. Então, a solicitação é baseada no fato de que onde incide esse gravame hoje tem esse casaril, que é tombado. Aqui a localização, é no Moinhos de Vento. A imagem mostra como é hoje. Então, ele tem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

esse conflito, porque ele pegaria essas edificações que são de interesse histórico. Então, a necessidade de ajustar esse gravame para contemplar esse desenho dessas identificações que não vão ser removidas, são edificações de interesse histórico. E a manifestação aqui da Coordenação de Desenvolvimento Urbano, a alteração do traçado viário visando ajustar esse trecho que incide sobre imóveis tombados e inventariados pelo município. E considerando que o patrimônio histórico se sobrepõe ao traçado do PDDUA em nível de importância, entende-se como adequado fazer esse ajuste. E até se colocou aqui que caso, futuramente, em estudos mais avançados se entenda que o gravame e a via são imprescindíveis, o gravame poderia ser retomado, mas no momento com esse conflito demonstra que precisaria desse ajuste. Tem uma manifestação da PGM ali em uma nota técnica, que também coloca que não tem nada a opor e que a resolução foi elaborada em harmonia com a orientação jurídica que foi dada pela PGM na ocasião. Isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado por nos lembrar a discussão. Eu consulto ao Conselheiro Emerson, que deu o parecer favorável, se quer no período de 2 minutos lembrar o seu relato, se acha necessário. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Boa noite. Foi colocado, é um traçado viário de uma via 30m, que está previsto e ia atingir o patrimônio histórico. Então, em relação razão de atingir o patrimônio histórico está sendo colocada essa posição, tanto pela Secretaria, como pela PGM, que entendo que é patrimônio histórico, que é de interesse da cidade, cultural, o OP é favorável a essa proposta. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Emerson. Temos relato de vista da RGP. 1 e IAB. Temos relato de vista, Conselheiro Felisberto? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite. O meu relato de vista se dá baseado em três colocações: primeiro, a questão da árvore que tem bem no entroncamento com a continuação da Félix da Cunha, quando ela entra para frente do shopping. Então, eu perguntei aqui na conversa que nós tivemos há umas duas reuniões passadas e foi esclarecido que a árvore permaneceria. Então, para mim é tão importante quanto a manutenção dos prédios, porque é uma árvore centenária... (Inaudível/interferência no áudio). Então, esclarecidas as dúvidas o meu parecer é favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Caiu a internet, não sei se todos ouviram. Obrigado, Conselheiro Felisberto. Passo ao Conselheiro Rafael. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu até já havia colocado ali no chat, depois eu envio, mas acompanho o relator. A minha preocupação era unicamente em compreender um pouquinho melhor, porque às vezes a gente não consegue, por melhor que seja a apresentação, o tempo é curto. Já que o patrimônio se sobrepõe a uma obra de interesse público de importância da Il Perimetral, que também possa se impor sobre obras de maior importância ainda do que esta. Faço votos que a gente possa observar outros processos da mesma forma, com esse mesmo apreço ao patrimônio. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos. Nesse sentido, temos os inscritos para debater. Por favor, Conselheiro Saffer com a palavra. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Não é uma questão de dúvida, é mais para colaborar nas discussões que surgem, o Felisberto fez um comentário que eu queria que a Patrícia ou alguém do município esclareça isso. Felisberto, é um ajuste de traçado, a rua já existe. Tu disseste: “Quem vai ter o custo de fazer isso?” Não tem custo, a rua já existe. ela simplesmente tinha um traçado que passava nas casas e agora vai passar



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

no meio fio existente. Então, é só isso que eu queria esclarecer. Se alguém tinha essa dúvida também, acho que é esse entendimento. A Patrícia, se eu estiver correto, por favor, confirmar o meu entendimento. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu quero esperar as pessoas, eu falarem por último, porque eu quero ver o esclarecimento da minha dúvida. Então, aguardo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não prefere fazer a fala para levantar a sua dúvida? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não, ela já foi colocada no meu parecer de vista. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Conselheira Carolina inscrita. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Boa noite. Tudo bem? Então, Felisberto, respondendo, quando a gente fala em gravame, alteração de gravame, a gente não está falando na execução da via. O que acontece? No Plano Diretor o desenho dessa rua é mais largo do que a gente tem hoje lá. Então, agora, esse desenho vai estar respeitando o que hoje tem lá, ou seja, essas casas, essas ruas vão ficar mais estreitas. Ela estava desenhada maior e agora vai reduzir. Então, tanto a vegetação, como patrimônio, as casas, tudo vai ser mantido e custo não há, porque é o que está lá hoje. Eu gostaria de colocar também que na época que foi feita essa análise, foi feito em conjunto com a Coordenação de Desenvolvimento Urbano com a Coordenação de Planejamento Urbano, a Ada era a coordenadora, eu lembro de ter conversado com o Arquiteto Guilherme, foi discutido também que se havia algum previsão, inclusive, da II Perimetral em relação ao 4º Distrito e isso não tinha interferência ao que estava sendo planejado. Enfim, já se tem certa jurisprudência em relação ao patrimônio prevalecer em relação ao viário, a menos que seja um viário absurdamente essencial e importância, pode seguir algum debate, mas se não for o patrimônio vai ser a mais. O Conselheiro Emílio está solicitando manifestação, se houve parecer da EPTC. A gente conversou sim com a EPTC e entendeu que não traria prejuízos ao trânsito, porque já está se tomando outras providências. Por exemplo, como a proibição de estacionamento. Tem todo um estilo a uso aos pedestres, a ciclovias, a outros modos de transporte. Então, a gente vem em uma linha não de aumentar as vias, mas tentar manter ou até mesmo inverter. A gente agora começa a pensar em passeios mais largos para ter uma cidade melhor para se caminhar. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite a todos. Eu acho que a fala da Carolina foi perfeita. Eu só queria complementar que esse tipo de situação acontece muito, vamos dizer, no mapa do PL. E no fim das contas a gente vai identificando ao longo do tempo esse tipo de questão, porque em algum momento se tinha uma visão mais, vamos ver carros, “carrocentrista”, que a gente chama, e a gente em inverte a situação agora para proteger o patrimônio, né. Então, tem uma situação bem consagrada que em algum momento a gente vai ter que resolver, por exemplo, ali a história da UFRGS. A Perimetral corta a UFRGS e o gravame ainda permanece. Então, assim como este que a gente está propondo a corrigir, na verdade, tem uma série de outros também que seria bem interessante a gente ir na linha e corrigir também, para preservar o nosso patrimônio. Era só isso. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu fiquei satisfeito com os esclarecimentos. E apenas para ficar bem esclarecida a questão de que é apenas um ajuste, já existe o traçado e a possibilidade da inversão da lógica muito bem trabalhada pela Patrícia. Obrigado pelos esclarecimentos, eu me sinto contemplado e voto favorável ao relator. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Então, nesse sentido a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

gente inicia a leitura dos votos. lembrando que temos PARECER FAVORÁVEL DO CONSELHEIRO RELATOR. (Votação nominal): José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB: Favorável. Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC: Favorável. Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP: Favorável. Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN: Favorável. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Favorável. Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE: Favorável. Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM: Favorável. Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI: Favorável. Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Favorável. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Favorável. Lembrando, Presidente, que eu fiz uma solicitação sobre os gravames e desgravames, eu aguardo um reorno formal da Secretaria. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Favorável. Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS: Favorável. Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Favorável. Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS: Favorável. Sérgio Koren (1º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Favorável. Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Favorável. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Favorável. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: Favorável. Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Favorável. Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4: Favorável. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: Favorável. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Favorável. Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Favorável. Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8: Favorável. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: O voto do conselheiro relator, favorável. Nesse sentido a gente tem 25 votos favoráveis, nenhuma abstenção, nenhum contrário. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR.** ITEM 4.08: Expediente 18.0.000130607-0, interessado: MONTANTE DOS PINHEIROS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA. Também é gravame de cadastramento da Rua Stella Brum, Lomba do Pinheiro, o relator foi o Conselheiro Darci Campani. Esse processo foi distribuído 17/06/2020. Teve o relato apresentado em 30/06/2020, um parecer contrário ao projeto. Foi redistribuído, porque não foi aprovado o parecer do relator, foi distribuído ao Conselheiro do DEMHAB. Eu peço antes de passar a palavra para o relato do Conselheiro do DEMHAB, para a equipe de planejamento nos lembrar rapidamente do que se trata o expediente e na sequência passo a palavra ao Conselheiro Relator do processo redistribuído. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, conforme o Secretário mencionou, é o expediente 18.0.000130607-0, que trata de um no gravame cadastramento de logradouro. Aqui tem o primeiro registro da solicitação, em que se coloca que a rua Stella Brum, comprovadamente, existe há mais de 20 anos,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

possui rede de água, esgoto pluvial, energia domiciliar e iluminação pública, além de estar pavimentada com asfalto, que o gravame o cadastramento, assim como é recorrente, ele possibilita a regularização das residências existentes e parcelamento do solo de gleba, alguns com frente à via. A localização desse gravame é na região de planejamento 7, na Lomba do Pinheiro, perpendicular a Estrada João de Oliveira Remião. Aqui uma imagem de satélite que localiza onde está esse gravame. E o parecer técnico coloca que se trata de uma solicitação de cadastramento, a rua faz parte de um núcleo urbano limitado pelas estradas João de Oliveira Remião, a Rua Alvorada e Stella Brum, dessas ruas apenas a Stella Brum ainda não é cadastrada. Consulta a PARF e ao DEMHAB, ambos se manifestaram que não há cadastro da área para loteamento irregular e não está no programa de regularização fundiária. Quanto à questão envolvendo o loteamento Ecoville, foi informado que não se identificou nenhuma irregularidade, que a rua é objeto de cadastramento, não faz parte da matrícula e/ou projeto do loteamento Ecoville. Coloca-se também que a Rua Stella Brum recebeu esse nome em uma lei de 98, que aparece no aéreo 82, comprovando a existência da rua há mais de 20 anos. E ali se repete a questão da disponibilidade de infraestrutura nessa via. E finaliza concluindo que a rua existe há mais de 20 anos, possui infraestrutura instalada. Então, a Unidade de Regularização Fundiária se manifesta favorável ao cadastramento da via pública. Foi encaminhado para a Procuradoria, que se manifestou no sentido de não existir óbice legal para o cadastramento solicitado, uma vez que possui as condições mínimas de serviços de urbanização, se referindo a parte da infraestrutura que foi mencionado e reconhece a situação existente consagrada pelo uso público. E se coloca aqui uma última anotação, definição de alinhamento predial do gravame de PDDUA, sugere que faça a conexão da Stella Brum com a Rua Alvorada, tendo em vista a proximidade em que os dois gravames estariam, para isso sugere o desgravame do *cul-de-sac* que tem. Essa é a última informação, lembrando esse processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Vaneska. Sempre retomando o objeto do debate. Lembrando esse processo, perfeito, retomando aí o debate fica bom e que bom que bom que a gente tenha agregado essa oportunidade, não canso de agradecer à equipe do planejamento em podermos analisar previamente o processo, preparar uma apresentação para todos daquilo que estamos debatendo. Depois da equipe do planejamento eu já passo a palavra para o relato do Conselheiro do DEMHAB, em função da redistribuição do processo, depois naturalmente a gente se inscreve para debater. Lembrando que em questão de ser redistribuição, conforme o art. 27, § 7º do Regimento Interno, não tem a possibilidade de novas vista, porque teve a oportunidade de vista antes, na primeira distribuição. Conselheiro Furtado, com a palavra. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite, Presidente. Boa noite, Conselheiros. Inicialmente, eu gostaria de fazer algumas considerações quanto a este processo. Eu tratei a análise deste caso, especificamente, como um cadastramento para o gravame viário. Alguns conselheiros me ligaram pedindo informações, fazendo colocações como a questão de discussão do loteamento, o que é possível, o que não é possível, que tem que ser batido. Eu não vejo um objeto do processo que me foi redistribuído. Existe também uma questão lá das cancelas, também foi trazido para dentro deste processo, que eu vejo como uma questão complicada, ela já está no Ministério Público e, provavelmente, vai ser judicializada. Eu vejo e tentei analisar, especificamente, o objeto do processo. Depois o debate a gente pode continuar. Então, vou proceder a leitura do meu parecer. Processo SEI 18.0.000130607-0. Parecer: Trata o presente expediente administrativo SEI para aprovação de resolução de inclusão de gravame de traçado viário da Rua Stella Brum, CTN 8869117, localizado na macrozona 10,



Unidade de Estruturação Urbana 3 com 12,5 m de largura, com início na Estrada João de Oliveira Remião, até o início da Rua Alvorada. Cadastramento do referido trecho com largura média de 12,50 m e extensão de aproximadamente 205 m e um gravame de *cul-de-sac* na rua Alvorada junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Observação: foi realizada a vistoria no local, a pedido deste relator, na data de 27/07/2020, pela primeira suplente do DEMHAB, a Conselheira Lisiane Sartori Magni, já que o relator faz parte do considerado grupo de risco, devendo permanecer em quarentena, em conformidade ao Decreto Municipal 20534/20, Covid-19 e modificações posteriores. Item 1 - Da análise do histórico: inicialmente, este processo SEI trata do cadastramento de logradouro da Rua Stella Brum, pelo responsável técnico Arquiteto Urbanista Marcelo Figueiredo, em 10/12/2018, com as seguintes especificações, conforme requerimento, cadastramento logradouro SEI, conforme informado, com evento 5634630: "A Empresa Montanha dos Pinheiros Participações Societárias e Empreendimentos Comerciais Ltda. é proprietário do Lote 6, quadra A, pertencente ao loteamento Ecoville Leste, matriculado sob o nº 114. 858 do Registro de Imóveis da 3ª zona. Com o interesse de proceder um fracionamento desse imóvel, gerando lotes com frente para a Rua Stella Brum. O logradouro não pertence ao loteamento, porém, lindeira área vem solicitar o cadastramento da mesma, um trecho de cerca de 210 M da esquina da Estrada João de Oliveira Remião. Item 2 - Das análises procedidas. Item 2.1 - Do processo inicial: com base nessa solicitação, foram procedidas análises a diferentes órgãos da administração municipal através de diferentes despachos no referido processo SEI. Despacho do dia 02/05/2009, da Unidade de Regularização Fundiária, encaminhada à PGM setorial: "Trata-se de solicitação de cadastramento da Rua Stella Brum, localizado no bairro Lomba do Pinheiro. A Rua faz parte de um núcleo urbano, limitado pela Estrada João de Oliveira Remião, Rua Alvorada e Rua Stella Brum, dessas ruas apenas a Stella Brum ainda não é cadastrada". Em consulta a PARF e ao DEMHAB, ambos se manifestaram que não há cadastro da área como loteamento irregular e não está no programa de regularização fundiária. Quanto à questão envolvendo a implantação do loteamento Ecoville, conforme promoção da PARF, informa que não foi identificada nenhuma irregularidade e que a rua objeto de cadastramento não faz parte da matrícula e/ou projeto do loteamento Ecoville. Despacho de 06/08/23019, a Unidade de Empreendimentos e Operações Urbanas, CDU/UL/SMDE encaminha no parecer: "Face as informações trazidas pelas instâncias consultadas e procedidas as observações relativas a Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro nada temos a opor quanto ao cadastramento do logradouro em tela, no que se refere às condições que lhes são próprias". A Rua Stella Brum recebeu este nome através da Lei nº 8.121/1998 e aparece em um aéreo de 1982, comprovando a existência da rua há mais de 20 anos. A rua possui rede de água, esgoto pluvial, energia domiciliar e iluminação pública, além de estar pavimentada com asfalto. Tendo em vista que a rua existe há mais de 20 anos e possui rede de infraestrutura essencial instalada, a URF é favorável ao cadastramento desta via como pública. No entanto, encaminha o processual processo a esta procuradoria para análise jurídica quanto à possibilidade de cadastramento. Nota técnica da PGM setorial: "Assim, entendemos não existir óbice legal ao cadastro solicitado, já que possui condições mínimas de serviços de urbanização. Reconhecendo assim a situação já existente, consagrada de uso público. Em regra, a cautela que o município deve possuir para efetivação de cadastramento administrativo se dá quando esses tiverem áreas privadas, já que o cadastramento de vias poderá, em tese, ensejar o pagamento de indenização por desapropriação indireta. No caso, há informação de que a rua existe e é utilizada há quase 40 anos, aparece no aéreo de 82. E, portanto, esta possibilidade é remota, razão pela qual opino pelo deferimento do pedido, sugerindo que o processo seja



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

instruído com a matrícula do imóvel, para que se saiba em que nome está intitulada a área sobre a qual incide o logradouro, para fins de controle. Da mesma forma, considerando que o logradouro está localizado na Lomba do Pinheiro, entendo oportuno dar ciência a SMDE/SDU/CEO por competência para que se manifeste. Item 2.2 - Das modificações do processo inicial, despacho da equipe de alinhamento predial, datado de 03/01/2020: "Na definição do alinhamento predial para gravame do PDDUA sugerimos a conexão do traçado da Rua Stella Brum com a Rua Alvorada devido à proximidade em que os dois gravames estariam. Para isso sugerimos um desgravame do *cul-de-sac* no final da Rua Alvorada, desgravame esse que deverá constar na resolução". Justificativa para o gravame: o gravame e o cadastramento da Rua Stella Brum têm por objetivo atender solicitação de requerente com a intenção de promover um parcelamento de lote, que faz frente para a referida rua. Cabe destacar que a Rua Stella Brum atende a residências que existem há mais de 20 anos, podendo observar a existência de boa parte dessas resistências no aéreo de 82. Também é solicitado o desgravame de *cul-de-sac* da Rua Alvorada, com o objetivo de prever a ligação entre as ruas citadas. Item 3 – Das considerações finais: entendo ser prerrogativa do poder público realizar alterações com bases técnicas mais adequadas, que vise a estruturação urbana de forma a beneficiar urbanisticamente e a mobilidade urbana em determinada localidade. Soma-se ao fato de que o cadastramento da Rua Stella Brum e sua conexão com a Rua Alvorada possibilitará a regularização fundiária dos imóveis desses dois logradouros, trazendo benefícios à população do local, incluindo a solicitação do requerente na inicial. (Sinalização de tempo esgotado). O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental é instância consultiva e deliberativa, podendo, portanto, aprovar modificações propostas junto aos seus pares, visando sempre o planejamento urbano ambiental para o desenvolvimento do Município de Porto Alegre. É o parecer. Portanto, diante dos fatos elencados das análises procedidas, da vistoria técnica no local, este relator é favorável à aprovação da resolução, em conformidade com a Lei Complementar nº 434/99, modificada pela Lei Complementar nº 464/2010. Porto Alegre, 23 de julho de 2020. José Francisco Rodrigues Furtado – Conselheiro Titular do DEMHAB. É o relato, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Furtado, pelo relato. Então, nós temos os inscritos a debater. Então, encerro o período de inscrição para debate e abro a oportunidade da discussão, inaugurando com a Conselheira Maristela, por 2 minutos para debater. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Em primeiro lugar, o relator em nenhum momento considerou que a sua suplente esteve no local, esteve com a comunidade, viu a realidade empírica que aquelas pessoas vivem lá há mais de 40 anos. E pior, ele não apenas está dizendo que é favorável, tranquila a questão da Stella Brum, tecnicamente defendeu bem, ele aconselha o mesmo parecer que a empresa loteadora está pedindo, que é a questão da ligação com a Alvorada. Isso por ser um representante do senhor, uma pessoa que trabalha há anos com habitação, sabe que ali moram famílias. Eu fico profundamente chocada com isso, mas isso é um valor pessoal, né, não deve ser um valor que deve implicar em muitas coisas, porque parece que só vale a sapiência técnica. Não levam em consideração a comunidade que ali vive. Então, a questão nossa não é o gravame da Rua Stella Brum, é a ligação com a Alvorada, que a comunidade não quer, a comunidade foi consultada. A sua suplente esteve lá, conversou com a comunidade, eu acompanhei a conversa e o relator não leva um minuto em consideração. É vergonhoso que um conselheiro não leve em consideração o que fala a comunidade, joga o ônus todo para cima do município, porque sabemos que ali vai ter indenização e indenização cara. E joga toda a responsabilidade, tira aquilo que já é consolidado desses moradores. A



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

comunidade se antecedeu e já entrou no Ministério Público, mas não é isso, a gente sabe que vai reverter no Ministério Público se aqui passar, mas eu quero conclamar os conselheiros àquilo que é consagrado para nós. (Sinalização de tempo esgotado). Quando eu digo assim, que eu fui eleita, é que eu respeito o que eles podem aceitar, eu sempre consulto, eu sempre vou honrar aquilo que a comunidade quer. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu endosso as palavras da Maristela, que falou bem claro. O que me estranha é que isso não é uma demanda da comunidade, é de um empreendedor, que não respeita a realidade onde se impõe um loteamento. E que não leva em consideração o já existente. E como eu elogiei com cuidado que os técnicos da Prefeitura tiveram com relação à mudança do traçado viário ou ajustes do traçado viário na RGP. 1, não tiveram o mesmo cuidado neste processo. Então, é fundamental que tenha uma ata e que vá. O meu voto será contrário, sempre que for contra os interesses da comunidade, enquanto não estiver o processo de regularização fundiária, implementado nesta cidade, enquanto nós tivemos comunidades que serão atingidas por novo loteamento, o meu voto sempre será contrário, porque é uma acinte e é uma afronta às pessoas que moram nas áreas, que esperam há mais de 25 anos por regularização. Então, mantenho o meu parecer de vista e votarei contrário. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Felisberto, é um pouquinho pior ainda. O empresário não pede o que está sendo dado, quando se afirma que a solicitação, não, não existe solicitação da ligação, não existe solicitação. A premissa inicial, o início do parecer do Furtado já apresenta um pequeno erro, porque ele diz que está solicitada a ligação, ninguém solicitou. A solicitação desse empresário é só a regularização da Rua Stella Brum. Um funcionário da Prefeitura, que não indo lá, não vendo a realidade, propôs a ligação das duas ruas, talvez na boa intenção, realmente, acredito na boa intenção das pessoas. É a premissa inicial, mas, infelizmente, como não foram lá, o Furtado vem aqui e diz que para vantagens, mas não cita uma vantagem. A grande vantagem que vai ter é que tem dois moradores que estão lá não há 20 anos, essa informação dos 20 anos, pelo que a gente conversou, teve oportunidade por uma reunião remota que a Maristela e com a comunidade, não são 20, são 40 anos, que já tem comunidade morando lá, tem duas pessoas que moram bem onde está esse traçado a mais. Então, primeiro, o processo, está na ata aqui, eu não relatei contra a solicitação, o meu relato foi favorável, o meu relato foi contra no meio do caminho no processo foi a unificação das duas ruas. Imaginem o que hoje está sendo votado aqui, senhores conselheiros, duas famílias que estão há 40 anos, nasceram lá, já tem filhos lá, vão passar de agora em diante, porque é alegado, a partir de agora em diante estas duas famílias estarão com um peso na sua vida. Eu não gostaria de ver a minha casa, onde eu moro há 40 anos, eu comprei o terreno não regular naquela época, é irregular a região, mas comprei o terreno, botei lá a minha casa, já tive minha família, está na segunda geração e agora... (Sinalização de tempo esgotado). De uma hora para outra pode a minha casa ter que ser desapropriada para fazer uma rua. É isso que está sendo votado aqui, duas pessoas vão ficar nessa situação. Não tem vantagem nenhuma para a região, para os moradores, eles são contra. E tem mais, a minha rua, que é uma rua que tem lá suas 10, 15 casas e passa na frente da minha casa o trânsito de 10, 15 casas, eu vou ter um loteamento vizinho passando na frente da minha casa. Que vantagem tem para a comunidade? Furtado, sinto muito, com os seus anos de dedicação à política habitacional, consegue fazer uma argumentação um pouquinho melhor. Me dê uma vantagem que seja para a comunidade, que a comunidade é contra. (Sinalização de tempo esgotado). Se a sua comunidade tivesse ido lá e consultado a comunidade, não só ir lá dar uma olhadinha, iria ver duas casas e ver que a comunidade era contra. **Claudete Aires Simas (Titular),**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Eu sou a última inscrita, Secretário? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Temos ainda a Conselheira Patrícia e a Conselheira Carolina. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Pois é, elas se inscreveram antes, eu fui a última, só quero observar a ordem. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Pesquisa, conselheira. Nós não temos aqui esta ordem, mas se foi assim. Conselheira Patrícia. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite de novo. O seguinte, tendo em vista a discussão que aconteceu... Ah, a Carolina tem uma Questão de Ordem. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Só gostaria de colocar que no processo anterior eu havia me inscrito primeiro e eu não me importei. Enfim, eu acho que todos têm direito à palavra, independente da ordem. Então, Conselheira Claudete, não vejo problema nenhum em se manifestar. Eu mesma, eu acho que não tem problema algum. Tudo bem, eu só gostaria de colocar que anteriormente não foi repetido e eu não questionei. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** O seguinte, tendo em vista as discussões que aconteceram na reunião passada eu fui me aprofundar quanto ao processo. Realmente, esse pedido de conexão foi feito pela equipe de alinhamento predial, onde, adequadamente, através da análise da estrutura urbana, identificou pelo tamanho de quarteirão, enfim, que era possível fazer uma conexão entre as duas vias. Eu fui olhar até onde chegava o *cul-de-sac* da Rua Alvorada. E o que eu posso verificar? Que o *cul-de-sac* da Rua Alvorada atinge os imóveis que estão sendo propostos ali. Então, eles estão atingidos hoje. Na verdade, essa proposta acaba, pelo menos um deles acaba atingindo menos. Isso que eu tenho a comentar sobre esse assunto. Outra questão, eu ouvi o comentário sobre a questão da Operação Consorciada, esse tipo de processo não passa pelo comitê, o que passa pelo comitê é quando um empreendimento adota o regime máximo e aí o Comitê da Operação Consorciada serve para avaliar as mitigações e compensações, as contrapartidas, que é o termo mais adequado nesse caso, dos impedimentos que adotarem esse processo. Então, esse não é um caso de comitê, é um caso de CMDUA mesmo. Então, o que eu tenho a comentar é assim, é um ajuste muito pequeno e que no futuro tende a melhorar a vida das pessoas como um todo, porque a ideia é que as vias se conectem, isso que faz parte do sistema. E uma questão importante... No fim acabei me esquecendo. Enfim, deixa para depois, qualquer coisa eu falo no chat, mas, enfim, são essas duas coisas importantes, que eu não vejo problema nenhum. Lembrei, o art. 122 do Plano Diretor, o Plano Diretor inteiro, existem áreas atingidas e para essas áreas atingidas a análise quanto à possibilidade delas se manterem no local, existe o 122, que permite que enquanto elas não forem prioritárias em sua execução, elas podem ficar como estão, aprovar suas casas, tudo direitinho. Então, enquanto não for prioritário elas vão permanecer, enquanto for prioritário elas vão ser devidamente idealizadas. Era só isso, me desculpa, é muita coisa. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Então, eu só gostaria de colocar

Que no próprio processo constam os materiais e levantamentos feitos pela equipe técnica. Então, quem não chegou a ver esses arquivos, por favor, entre no processo, foi disponibilizado o link. Eles têm um check-list para ver se tem rede de água, de luz, esgotamento, pavimentação, está tudo ali respondido, marcando onde estão as casas, as larguras da rua e tudo mais. É uma atribuição da equipe de gestão de desenvolvimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

urbano pensar na estruturação viária e estruturação urbana da cidade. Ruas sem saída tendem a ser mais inseguras, quanto mais conexão, quanto mais movimento mais vida e mais segurança a gente tem. Eu entendo a preocupação com essas famílias, mas se a gente não puder mudar a cidade, porque tem uma, duas ou dez famílias no local de conexão, a gente vai travar a cidade inteira. Enfim, todo o processo foi bem embasado, tanto a equipe de regularização fundiária se manifestou, o técnico representante da Operação Urbana Consorciada, o João Marcelo, além do despacho, que foi mais sucinto, ele fez um anexo com toda uma análise, com 5 páginas de parecer técnico com as justificativas, com imagem, com tudo. O João Marcelo é muito detalhista, vocês devem conhecer. Então, foi sim considerada a Lomba do Pinheiro. Enfim, eu fico muito tranquila em ver esse processo, porque ele está muito bem instruído. Obrigada. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Primeiro, eu queria me manifestar que a preocupação é que a gente não tem atas, não tem vídeos para ter o acompanhamento da discussão anterior e de todos os questionamentos que foram levantados. Isso é prejudicial totalmente a nossa discussão, porque a gente não tem a memória. A memória é o que fica na cabeça de cada um. Segundo, eu lembrei a questão da ponte, a ponte teve que parar porque tinha uma casa no caminho. Será que aquela casa no caminho já não estava lá antes da ponte ser construída? Ah, é que os técnicos só veem as questões técnicas e esquecem da vida que lá se encontra. Terceiro, eu queria manifestar que considero nulo o voto do nosso relator de hoje, porque nós estamos discutindo uma divergência entre o relato do Relator inicial Campani, que não foi acolhido, e temos um novo relatório, e esse relatório em nada aborda a divergência. Então, nós temos ausência de fundamentação, nós não podemos, na verdade, votar simplesmente, com base no novo entendimento sem abordar divergência que nós estamos tendo entre o relator anterior e o relator atual. Se não há uma linha de manifestação do que divergiu do voto que foi vencido, ele é ausente de fundamentação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Nesse sentido, então, com o processo amplamente debatido neste Conselho, passamos à votação do presente expediente. O relator, com o processo redistribuído, teve seu PARECER FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DO GRAVAME. Então, passamos a votar ao parecer favorável à aprovação feito pelo Conselheiro Furtado. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** No parecer do Conselheiro Furtado, ele leu novamente a solicitação da Procuradoria que pede cópia da documentação de posse do terreno, que essa documentação, que foi o que eu aleguei também na semana retrasada, até hoje não foi anexada ao processo. Eu li o processo três vezes. Por favor, eu tenho 42 anos de serviço público. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, qual a sua dúvida em relação ao regimento? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu sei ler processo... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, o senhor teve a oportunidade de debater o processo... **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Existe uma demanda da Procuradoria que até agora não foi... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Alguma dúvida em relação ao processo, Conselheiro? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu estou dizendo que não existe, pela terceira vez, que existe uma pergunta... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Conselheiro Darci, desculpa, Questão de Ordem é para tratar questões do regimento. O debate tem todo um processo regimentalmente aprovado, todos temos a oportunidade de manifestar contrariedades, favorável aos expedientes. Então, nesse sentido que eu peço muito para a gente ter uma lógica de aprovação, momentos do debate, para a gente respeite essas regras e eu faço o papel, por muitas vezes, mal visto no sentido de cobrar os tempos, de cobrar a atenção de todos. Peço desculpa pela minha insistência em respeitar os prazos aí, mas é necessário para um bom trâmite dos experientes e que todos têm a oportunidade de debater e assim votar. Nesse sentido eu inicio a leitura dos senhores presentes. Consulto, por gentileza, iniciando com o Conselheiro Furtado, que já manifestou naturalmente o parecer favorável. **(Votação nominal): Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC: Favorável ao parecer do novo relator. Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP: Favorável. Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN: (Não se encontra). Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Favorável. Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE: Favorável. Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM: Favorável. Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI: Favorável. Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Eu gostaria de saber a resposta para o documento da PGM, que até agora não foi anexado ao processo. Eu sou contrário ao parecer do relator. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Eu estou no aguardando, Secretário, da resposta do meu questionamento de nulidade de fundamentação. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: então, a snehora se abstém? Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Eu estou guardando um questionamento que não foi respondido no debate e eu mereço uma resposta, Secretário. Não há como votar sem respostas. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Está bem. A conselheira se abstém. É um direito dela em não votar. Conselheiro Sérgio Saffer, como vota? Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Favorável. Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS: Contrário ao parecer. Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Contrário. Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS: Favorável. Sérgio Koren (1º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Favorável. Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Contrário. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Contrário com declaração de voto, por não ser atendida a exigência de encaminhamento à PGM. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: Contrário. Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Contrário. Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4: Mais uma vez as comunidades estão sendo patroladas. Eu sou contrária. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: Contrário. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Contrário. Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Contrária. Dinar Melo de**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8: Contrário. Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA: Contrário. Virginia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN: Favorável. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Vamos fazer a apuração dos votos: 11 votos favoráveis, 13 votos contrários e 01 abstenção. Então, não aprovado o parecer do relator. O processo nesse caso foi reprovado pelo Conselho, não tem a redistribuição. **REPROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR.** Senhores Conselheiros, o avançado da hora nos encaminha para o final. Mais uma vez peço desculpas pela insistência com relação aos tempos, aos momentos de falas, de debates. A gente todas as oportunidades de discutir, eu tenho sido muito incisivo que todos tenha a oportunidade de falar nos tempos, que se inscrevam, previamente. Este é um Conselho democrático. Nem sempre a nossa posição vai predominar, ora a gente tem um funcionamento e predomina, ora o outro colega tem um posicionamento e predomina esse posicionamento. Nós temos que entender o resultado deste Conselho como a posição da maioria que representa a comunidade junto às políticas urbanas do município. Agradeço a oportunidade do debate e desejo uma boa noite. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h00min).**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2845/2020

Aos quatro dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação Atas 2797 e 2798 (Transcrição das atas de 2019); 3. Comunicações; 4. Ordem do Dia. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h00min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Boa noite, Senhores Conselheiros, sejam muito bem-vindos para a nossa reunião ordinária do Conselho do Plano Diretor. Em havendo quorum a gente declara aberta a presente sessão. Eu vou fazer a chamada confirmando os presentes, enquanto isso peço a gentileza que todos aqueles que tenham interesse em se inscrever no período de Comunicação, por favor, que a faça. Se alguém estiver presente e não aparecer na minha chamada, pode fazer a comunicação



no chat ali, que a gente faz a correção na chamada (Listagem dos presentes na inicial). Então, vamos para a inscrição para o período de Comunicação, vou fazer a leitura dos inscritos: Conselheiro Felisberto, Conselheiro Darci, Conselheiro Hermes, Comunicação Rafael. Conselheiro Mark. Nesse sentido, então, não havendo mais inscritos para o período de Comunicação, eu encerro as inscrições e abro a oportunidade para a fala dos senhores conselheiros, desejando uma excelente noite de reunião, de debate, de construção, aprendizado sempre no mais alto nível que este Conselho merece. Passo, então, a palavra ao Conselheiro Felisberto, pelo período de 2 minutos. **3. COMUNICAÇÕES. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos os conselheiros e conselheiras. Eu queria fazer três considerações hoje: uma eu já iniciei na reunião passada, a questão da logística reversa. Esse é um tema que envolve os resíduos sólidos. É importante que este Conselho se debruce sobre isso e é muito estranho ter uma *live*, simplesmente excluídos de qualquer participação as pessoas que há anos labutam nessa área. Então, eu continuo insistindo que é importante a gente considerar toda a estrutura de unidade de triagem que já existe em Porto Alegre e que precisam ter um olhar do poder público. O Prefeito não pode achar que governa sozinho esta cidade. Esta cidade se caracterizou pela democracia participativa. Ela é conhecida no mundo exatamente por isso. E o segundo que eu queria colocar é a elaboração da pauta, porque me parece, e é uma sugestão que este Conselheiro está fazendo, que a pauta antes de ser dita que será esta pauta, nós conselheiros deveríamos deliberar sobre a pauta e incluir temas importantes, entre os quais a regularização fundiária, que me parece um tema importante. Por quê? Esta semana eu tomei conhecimento de um parecer de um promotor, arquiteto do Ministério Público, dizendo que a comunidade é que prejudicavam os loteamentos vizinhos. E eu falo, especificamente, da Dorival Castilho Machado. É uma tremenda injustiça com aquela comunidade que já existia ali desde 98. E a diretriz que foi imposta, foi imposta em 2000/2001, quando a comunidade pediu a DM, que era a declaração do município. Aí, depois de 9 meses, a comunidade foi surpreendida com a diretriz sobre as suas casas e que até hoje permanece. E quando a diretriz era em um acesso que se chama Celestino Bertolucci. Então, eu tenho pautado isso, tenho insistido para que a regularização seja retomada e seja discutida por este Conselho, porque aprovam loteamento sem fazer a regularização fundiária de áreas lindeiras. Isso causa um prejuízo às comunidades que já estão ali há muito tempo. Então, peço o cuidado deste Conselho, dos agentes do governo para que avalie isso, a importância de uma determinada diretriz, que, na minha opinião, já não é tão importante, porque aquela região se caracteriza por área residencial, que deveria ser levado em conta como ela se formou. Já estou finalizando, Secretário, só me dá 30 segundos. Então, é importante que nós tenhamos isso e a própria comunidade pediu o prolongamento da Dorival Castilho Machado até a Estrada Retiro da Ponta Grossa, que seria uma alternativa viária... (Inaudível) e a EPTC esconde isso, né, seria uma alternativa da Juca batista em direção à Belém Novo, ao Lami. Então, eram as minhas considerações e obrigado. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa tarde a todos os colegas do Conselho. Eu quero fazer uma comunicação e gostaria de depois, ao final, pedir um esclarecimento ao Senhor Secretário, talvez encaminhamento. A comunicação é que estamos agora, exatamente neste momento, não dá para convidar os colegas do Conselho porque nós estamos aqui na reunião, não vou tirar o pessoal da reunião ou tirar a atenção. Está fazendo a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental pela derrubada do veto à lei que modificou a política nacional de saneamento. A Associação já era contra a lei, mas aí se conseguiu no Congresso Nacional algumas pequenas melhorias na lei e essa pequena melhoria que se conseguiu o Presidente da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

República derrubou. Esta lei, basicamente, traz para o Brasil uma discussão que nós enfrentamos durante 20 anos e durante 20 anos nós batalhamos no Congresso Nacional para que o Brasil tivesse uma lei de saneamento, tanto é que em 2007, a lei do saneamento é de 2007, ou seja, o Brasil viveu desde 1500 a 2007, 507 anos, sem uma lei de saneamento. Por que essa impossibilidade de se ter uma lei do saneamento? Porque todos os projetos de lei que tramitavam antes no nosso Congresso Nacional, basicamente estavam por detrás da questão da privatização do saneamento. E a nossa Associação tem uma posição não contra a privatização, não contra a iniciativa privada, não contra o serviço público, mas que eles tenham igualdade no mínimo de atuação no mercado, com a indenização. Se for privatizar o órgão público, a nossa CORSAN, o nosso DMAE, tem que ser indenizado, não se pode chegar em uma cidade como a de Porto Alegre e simplesmente se adonar daqueles canos que foram instalados nesta cidade desde a sua fundação, das estações de tratamento de água, das estações de tratamento de esgoto, e é isso que está na nova legislação, e é isso que a gente quer que seja mantido. Se algum Prefeito, algum Governador resolver fazer a privatização, que essa privatização tenha que ser indenizada para quem a fez. No caso, Porto Alegre, o próprio DMAE, porque a gente não pode simplesmente entregar, ficar de mão abanando, à iniciativa privada esse patrimônio que é do povo de Porto Alegre, foi a Prefeitura, foi o DMAE que fez. Isso tudo é de recursos arrecadados junto à população de Porto Alegre. Então, nós estamos neste momento na internet fazendo um ato pela derrubada do veto. Ao mesmo tempo, é lógico, estamos articulando para que as ações de inconstitucionalidade da lei tenham seu progresso. (Sinalização de tempo esgotado). Que possa vencer no Supremo Tribunal Federal. Então, seria esse convite aos moradores de Porto Alegre, que se somem na luta pela manutenção do DMAE, pela manutenção do DMLU, pela manutenção dos serviços públicos e de saneamento. Senhor Secretário, eu queria fazer uma pergunta só. Na semana passada nós tivemos um projeto que recebeu votação contrária, o colega do DEMHAB era o relator, ele era relator em submissão a mim, porque o meu relato tinha sido derrotado. Nós tivemos dois relatos: um dizia que era a favor da regularização da rua e do gravame; o outro também dizia que era a favor da rua e também do gravame. A única diferença era a união entre as duas ruas. Eu entendo que se esse projeto voltar ao corpo técnico e voltar a este Conselho, com o gravame solicitado originalmente, volte aqui para este Conselho com esta proposta, ele passará por unanimidade. Só que eu acho que ele foi retirado da pauta, não consegui entender, porque ele deveria ser designado. O parecer foi derrotado, teria que ser passado para outro Conselheiro, né? Eu acho que se ele ficar de conselheiro em conselheiro, sem mudar isso, ele não vai ser aprovado no Conselho. Então, o esclarecimento: por que ele foi retirado da pauta? E um pedido: vamos aprovar esse projeto o mais rápido possível? Voltando ao corpo técnico, o corpo técnico tira a questão da interligação entre as ruas e aprovamos rapidamente esse projeto de resolução.

Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Boa noite a todos. A primeira comunicação, eu queria, Secretário, como eu fiquei sabendo que não foi comunicado, queria justificar a minha ausência na reunião anterior, eu estava em uma consulta médica que atrasou muito, eu tentei convocar minha suplente em cima da hora e não houve condições. A segunda, eu queria também reforçar, eu encaminhei um pedido de esclarecimento, um pedido de informação sobre o processo que eu sou relator, acho que é o primeiro da pauta. Esse processo está em comparecimento desde 24/09/2019. Ele está tramitando, ele fica circulando dentro da SMAMS, a gente correndo, sendo cobrado, o processo vai fazer um ano que está por uma questão simples: a PGM tem que dizer sim ou não, se é legal ou não é legal. É só isso. Por fim, eu gostaria também que fosse colocado em discussão essas



reuniões extraordinárias, Secretário. A reunião extraordinária, o próprio nome está dizendo, a reunião extraordinária é extraordinária ela. Ela passou a ser uma segunda reunião ordinária e eu não sei, para mim isso está trazendo algum problema, eu tenho outras atividades. Eu não sei como é que os conselheiros que não são servidores da prefeitura entendem isso. Para os servidores eu entendo que é uma missão, embora eles fiquem também fora do expediente, mas sempre foi assim, mas para nós que somos voluntários, que estamos participando deste Conselho, traz um novo problema sem ter sido combinado antes. Obrigado. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa tarde. Bom, primeiro, eu gostaria de reforçar, hoje a gente souber de outras notícias. Então, eu reforço aqui o pedido de que a gente pudesse ter um relato, Presidente, da participação da Secretaria no Comitê do Covid, para a gente poder ter algum relato e poder contribuir de alguma maneira frente a esse maior problema mundial e local. Reforço de novo o pedido de esclarecimento sobre os decretos de projetos prioritários e também de DM, que eu tenho sérias dúvidas ainda sobre esses dois decretos e gostaria que fosse esclarecido, porque envolve matéria de nossa competência e envolve, inclusive, procedimentos dos processos aqui no Conselho. Eu queria reforçar também aqui, eu acho que a gente já está fazendo dois meses ou perto disso das nossas reuniões remotas, em cumprimento do artigo 15 e seu parágrafo único, de no mínimo a cada dois meses nós termos uma sessão sem processos. Então, que a gente pudesse tratar de alguns assuntos, incluindo esses que eu coloquei e outros que venham como proposta. Sobre a questão desse debate, sobre a nova política de resíduos em plano local, que envolve, inclusive, três projetos de lei, pelo que eu entendi, não pude avaliá-los ainda, quero lembrar que é matéria sim de nossa competência. Já que o artigo 18 do Plano Diretor estabelece a questão de gestão de resíduos dentro da estratégia de gestão ambiental, proposta no Plano Diretor, é a estratégia de qualificação ambiental. E lembrar que o Plano Municipal de Saneamento, lá nos seus programas, o Programa 3.1, que trata da geração de trabalho e renda, coloca bem claro o papel das cooperativas e associações de catadores dentro da nossa gestão de resíduos. Então, parece incompatível qualquer política que se proponha à margem desse trabalho de inclusão e capacitação, como está previsto lá. Inclusive, reforçar esse papel das cooperativas dentro desse processo de gestão de resíduos. E reforçar por último aqui o pedido de esclarecimento já solicitado pelo Campani, do procedimento a ser feito desse processo que teve o segundo parecer negado. Lembrando que a gente vota parecer e eu não encontrei no Regimento nada que disponha como se procede neste caso de dois pareceres rejeitados, mas a gente vota parecer, não vota processo. Não houve ainda um parecer aprovado. Obrigado. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** A minha questão aqui, eu me inscrevi para fazer uma referência a uma das atas que nós teríamos que aprovar hoje, a Ata 2798, de 23/04/2019. Verificando essa ata, é uma ata um pouco menor, ela consta no seu texto que o Presidente do Conselho e Secretário do Meio Ambiente é o Secretário Maurício. Na sequência aparece como Presidente do Conselho e Secretário do Meio Ambiente o Germano. Então, dentro da ata tem uma superposição no sentido da presidência. Não sei se aquilo ali foi inserido sem que a pessoa se desse conta. Então, a Ata 2798 informa uma situação que é conflitiva, né. Eu fiz a leitura da 2797, que é uma ata gigantesca, que fala muito da história do nosso Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental, é uma ata que registra uma densidade de disputa bastante grande e tem muito, com certeza, a nos ensinar. Eu acho que a observação que o Conselheiro Hermes fez sobre a questão das reuniões extraordinárias é muito pertinente, porque as reuniões extraordinárias estão se prolongando. Eu achava correto, adequado que nós tivéssemos uma reunião extraordinária no mês de julho, uma reunião



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

extraordinária, mas não sistematicamente, nas semanas todas que nós estamos vivendo, nós estamos indo para a 4ª reunião extraordinária consecutiva, isso é do meu ponto de vista uma demasia e precisaria ser reponderado e reexaminado pelo nosso Conselho, Presidente. É a minha solicitação. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Já com relação às atas. Então, a gente consta a observação, ali onde constou por equívoco, como colocou a nossa taquígrafa no chat, constou o Secretário Germano substituindo o Secretário Maurício (Corrigido). Lembrando que essas atas são de 2019, que é um pedido de degravação por parte da taquigrafia. Vai ficar o registro para correção desse apontamento do Conselheiro Mark. Em seguida a gente encaminha para deliberação dos conselheiros. Em relação às reuniões extraordinárias, a gente espera em seguida não ter essa necessidade, mas como tivemos um período significativo sem reuniões, em função do estado de calamidade. Então, a gente tem tentado avançar um pouco na pauta fazendo as reuniões extraordinárias. Eu sei que os conselheiros estão bastante cansados, é exaustivo, assim como para o município, cada um tem seus compromissos, mas eu peço o empenho de todos vocês para este momento atípico, para que a gente consiga superar esse período que não conseguimos. É nesse sentido, até que a gente consiga avançar um pouquinho mais na pauta, a gente tem feito essas reuniões extraordinárias, onde nós temos as figuras dos suplentes para estar se revezando, se alguém não puder. Então, da gente tentar fazer esse revezamento. Tão logo a gente consiga avançar, acho que estamos sendo bem produtivos nas reuniões, assim que avançarmos na pauta, sem dúvida, a gente reduz essa carga de reuniões extraordinárias. Não é o objetivo, não quero tornar como permanente. Eu gostaria de fazer outras pautas, para debatermos outros assuntos, mas o momento não nos permite, nós entendemos que o momento não é adequado para esses outros debates, até que a gente tenha um pouquinho mais de clareza com esse momento da pandemia. Então, a gente está priorizando os processos, o que não inviabiliza a competência do Conselho para outros temas, que passado esse período de calamidade a gente retoma as nossas discussões, outras discussões deste importante Conselho. Em relação ao expediente que foi redistribuído, teve um relato que não teve aprovar, foi redistribuído, conforme prevê o regimento interno, novamente não teve a aprovação do relato por este Conselho. Então, é submetido ao Prefeito Municipal, que pode encaminhar para o âmbito das comissões para corrigir ou a partir dos pareceres apontados, daí novamente submeter novamente a este Conselho. Nós não temos essa previsão, no segundo pareceres em não sendo aprovado pelo Conselho não é redistribuído. Então, a gente encaminha a gente Senhor Prefeito Municipal para que talvez homologue as manifestações do Conselho, ou pode redistribuir para a comissão revisar, como sugestão do Conselheiro Darci. A gente tem Questão de Ordem dos Conselheiros Felisberto e Darci. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, era a Maristela que estava pedindo o link, por isso que eu usei a Questão de Ordem para comunicar, mas eu vi que ela já entrou. Obrigado, Secretário. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só para dar uma sequência. Eu não sei de nenhum artigo do regimento interno, não sei de nenhum artigo do nosso Plano Diretor da Cidade de Porto Alegre que determine que volte para o Prefeito. A sensação, assim, fácil, fácil, é mandar para o corpo técnico e retirar aquela parte. Eu acho que em uma semana já teremos, porque é de interesse do investidor e da comunidade. Não temos nada contra o investidor ou a comunidade, mas acho que ia trazer um desagravo para a comunidade, que foi a posição dela. Então, eu acho que não precisaria mandar para o prefeito, na própria Secretaria pode se resolver trazendo rapidamente ao Conselho. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Ok, Conselheiro Darci. A gente vai encaminhar, seria um rito desnecessário mando ao Prefeito para homologar ou não, o que seria um processo natural. Ele não tendo condições, não tendo o que homologar, né, encaminharia para a revisão da comissão. Então, a gente faz esse encaminhamento já para que seja reavaliado, encaminhado ao Conselho. Conselheiro Hermes, tem uma Questão de Ordem? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, as colocações que eu expus, pedido de informações, formal, por escrito, sobre o processo, o senhor nem comentou sobre as informações. Quer dizer, o senhor simplesmente ignora. E em relação a essa questão que foi levantada, eu estou pegando aqui a fala do Rafael no chat, o Conselho pode resolver sobre questões omissas e pode resolver facilmente isso. Obrigado.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Hermes. Desculpa, eu anotei aqui e acabei não respondendo ao seu questionamento. Sim, recebemos formalmente o seu questionamento, cobramos da equipe da Procuradoria, da Assessoria Técnica para produzir a manifestação com relação à dúvida levantada. E a gente acredita que até o final de semana a gente tenha esse retorno e encaminharemos para o senhor que solicitou essa resposta da Procuradoria com relação aquele ponto levantado. Naturalmente, até a vinda da nova procuradora para participar das reuniões e acompanhar um pouco, é justamente para melhorar esses fluxos com relação à Procuradoria. A gente mandava os processos para lá e ficavam, como este é um caso mais antigo, estava há bastante tempo, era uma pessoa que não estava tão conectada com os debates do Conselho. Aí, certamente, tinha uma série de dúvidas quando questionado algum ponto sobre este Conselho. Então, com essa nova remodelação aí, a Dra. Andressa vai ter condição de responder aí em seguida essa dúvida levantada e para os próximos a gente tem uma tendência de melhorar esse procedimento. **2. VOTAÇÃO ATAS 2797 E 2798 (Transcrição das atas de 2019).** Senhores Conselheiros, passamos, então, à votação das nossas Atas 2797 a 2798. Lembrando que vão ficar observadas as questões levantadas pelo Conselheiro Mark, com relação à substituição do secretário, são atas do período de 2019. Eu consulto se temos algum voto contrário à aprovação da ata ou alguma abstenção? Temos abstenção do Conselheiro Rafael, abstenção do Conselheiro Darci. Mais alguma abstenções? Conselheiro Saffer, Conselheiro Emílio, Conselheira Claudete, Conselheiro Hermes. Lembrando que a gente fez a combinação das atas, de ir submetendo duas a três atas por reunião. Nós ficamos com um passivo de atas, que estávamos com a ausência da taquigrafia, que agora se faz presente e está fazendo a degravação dessas atas, inclusive, aquelas que foram solicitadas a degravação do ano passado ainda. Agora com o contrato da taquigrafia vigente a gente está fazendo essas transcrições e submetendo essas atas na medida do possível para colocar em dia e entrar em uma sequência. Mais alguma abstenção? Conselheiro Jackson. Conselheiro Felisberto? Conselheiro Felisberto, o senhor tem uma Questão de Ordem? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, era uma Questão de Ordem. As colocações que eu fiz sobre a questão da logística reversa, dos resíduos sólidos e a questão da gente discutir a pauta, né. Eu tinha temas importantes para este tema. Eu queria uma observação sua e uma consideração a respeito disso, né. Não deixar isso no ar. E uma questão que eu deixei de falar no meu informe é a questão do livro, que eu proponho àqueles que se inscreveram para a gente entrar em contato e fazer um grupo. Obrigado, Secretário.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Felisberto. Encerrando, a gente aprova as Atas 2797 e 2798 com 10 abstenções, mais a Conselheira Tânia e o Conselheiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Paulo Jorge que também se abstêm. **APROVADAS AS ATAS 2797 E 2798.** Em relação aos pontos levantados pelo Conselheiro Felisberto, eu lembro que o projeto d elei foi encaminhado à Câmara de Vereadores, também será organizado um grande debate, tanto do ponto de vista de audiência pública, oportunamente vai se fazer esse debate com todos os atores envolvidos. É um projeto bem inovador, não há dúvida que todos, a partir do momento que tomarem conhecimento desse projeto vão entender da sua importância para a Cidade de Porto Alegre e os efeitos positivos que vão ocasionar para toda a cadeia envolvida: catadores, cooperativas, unidades de triagem. Sem dúvida, haverá o benefício com essa imposição da obrigação do âmbito do município para os empresários, para o fabricante, para o distribuidor, todos aqueles que produzem, que geram resíduos, os que colocam no mercado de Porto Alegre vão ter a obrigação de recolher esse resíduo. Então, a gente fomenta essa cadeia que trabalha com resíduos sólidos a partir dessas obrigações, mas vamos ter a oportunidade do debate em reuniões antes da deliberação na Câmara de Vereadores. **4. ORDEM DO DIA.** Nesse sentido, a gente passa para o **ITEM 4. 4.01: IGREJA PENTECOSTAL ASSEMBLEIA DE DEUS.** O Conselheiro Hermes formalizou por e-mail uma solicitação de esclarecimentos e respostas em relação a esse processo. Então, a gente passou para a equipe da Assessoria Técnica da Procuradoria Geral do Município para que possa responder às diligências. Acreditamos que na próxima a gente já tenha. Na sequência a gente tem o **ITEM 4.02: Expediente 18.0.0000121552-0, o MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE é o interessado, onde pede modificação de gravame viário em área de escola.** O relator é o Conselheiro Felisberto, foi distribuído em 17/06/2020. Sendo em 24/06 o prazo para relator. O Conselheiro Felisberto fez um pedido de diligência, como conselheiro-relator tem essa possibilidade de fazer a solicitação de diligência. A diligência do Conselheiro foi a manifestação da RGP. 7. Como esse processo não foi deliberado ainda tem a possibilidade de vista da região. A própria RGP. 7, como toda e qualquer região tem acesso ao processo a qualquer tempo. Então, a gente submete ao Conselho esse pedido de diligência, se é necessário colocar em diligência para a região de planejamento, a gente aprova, se não é necessário a gente não aprova e o Conselheiro Felisberto tem mais uma semana para o seu relato. Nesse sentido eu vou fazer a leitura nominal em relação ao pedido de diligência, se são favoráveis à solicitação de diligência do Conselheiro Felisberto à manifestação da RGP 7. Eu vou inicial pelo Conselheiro Furtado, para deliberar sobre o PEDIDO DE DILIGÊNCIA DO CONSELHEIRO-RELATOR, nesse sentido colocamos em votação. Como vota Conselheiro Furtado, favorável ou contrário à diligência? **VOTAÇÃO NOMINAL: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB: Favorável. Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC: Considerando que há a possibilidade do pedido de vista, sou contrário à diligência. Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP: Contrário. Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN: Eu tive um problema de conexão, eu tive que reiniciar meu computador e não pude compreender exatamente essa questão. Eu gostaria de me abster nesta votação, por favor. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Contrária. Se a região já está ali, aí vai repetir. Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE: Contrária. Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM: Contrário. Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI: Contrário. Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Favorável. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Eu acho que é uma questão de competência, eu acho que a gente deveria ter antes oportunizado que o relato colocasse o motivo da diligência. Ela não pode ser indefinida por motivo nenhum. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** E nesse caso, a senhora vota favorável ou contrária? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Se ela não pode ser indeferida ela só pode ser favorável, Secretário. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite. Eu já tinha me manifestado na reunião anterior, a região está presente, foram eleitos e tem autonomia de pedir vista ou não. Eu sou contra. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Favorável. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Pelos mesmos motivos da Conselheira Júlia sou contrário. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** A minha opinião é a mesma do Saffer e sou contrário. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Favorável. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite a todos. Favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Favorável. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, sou absolutamente contrário. Isso é uma decisão, autonomia e competência do Conselheiro da região. Isso é chover no molhado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Isso é prerrogativa do Conselheiro, é só votar sim ou não, não precisa de comentário. Sou favorável. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Contrário. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Contrário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vou fazer a contagem dos votos. Temos 13 votos favoráveis, 12 votos contrários e uma abstenção. Nesse sentido, a gente coloca em diligência para a Região 7.

APROVADA A DILIGÊNCIA À RGP. 7. De fato, uma situação bem atípica, diferente, a gente colocar em diligência para a região que tem assento dentro deste Conselho. Então, não me parece lógica essa construção, mas, enfim, o plenário deste Conselho deliberou e nesse sentido a gente coloca em diligência para a Conselheira Maristela fazer um esclarecimento, que ela tem oportunidade de fazer neste plenário. Então, passamos ao

ITEM 4.03: Processo 19.0.000083167-3, interessado NEXTEER, inclusão de traçado viário também. O conselheiro-relator é a Conselheira a Júlia, pela EPTC. O processo foi distribuído em 17/06/2020, prazo para relato em 21/07. Como não tinha avançado ainda na pauta, está chegando na pauta de hoje. Eu pediria antes da apresentação do relato pela Conselheira Júlia, que a representante da equipe do planejamento faça um pouco do resumo que a gente está discutindo hoje aqui e depois passo para a Conselheira Júlia fazer o relato dela. Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto, **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu quero reiterar a questão de que este Conselho é tripartite e nenhum dos membros deste Conselho tem a autonomia para decidir sem consultar as comunidades envolvidas, senão não haverá



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

participação. O mínimo de respeito às comunidades, mesmo os conselheiros que são de região foram eleitos e devem satisfação as suas comunidades. Então, eu quero reiterar, vou fazer a Questão de Ordem, que qualquer processo, Secretário, tenha pelo menos o parecer das regiões, porque não é possível votar sem consultar a comunidade. Eu não me sinto no direito de votar sem consultar a região. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Pode compartilhar, Vaneska. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, é o Expediente 19.0.000083167-3. Trata-se de uma inclusão de traçado viário. A solicitação é a inclusão do restabelecimento do gravame da Diretriz 737, inclusão de traçado viário, é em função da numeração que é dada o desgravame do plano. O logradouro, o endereço é a Rua Giuseppe Mandelli, 118. E o requerente é a Nexteer, que o Secretário havia referido. A localização é de uma imagem de satélite, demonstrando em laranja qual seria essa conexão que está sendo tratada dentro da Região de Planejamento 2. E aqui dentro a localização do Bairro Anchieta com a imagem do mapa base. E a imagem da situação como ela se encontra hoje, com a delimitação do quarteirão 31. E aqui a proposta dessa conexão que junta esses dois pontos. Aqui um breve texto, a inclusão do gravame de traçado viário do prolongamento projetado da Avenida Dr. Telmo Cruz até a Rua Giuseppe Mandelli, com gabarito de 25 m, inserida na Macrozona 2, com Unidade de Estruturação Urbana 024, Quarteirão 31. Se faz necessária a estruturação viária da região. Como deu para notar o quarteirão é bastante longo nas suas testadas, nas suas faces hoje. No mesmo local houve a exclusão da Diretriz 737, através da resolução, aí faz referência à resolução de 2012. E se coloca que a demanda tem origem no Estudo de Viabilidade Urbanística aprovado pela CAUGE, também a referência do parecer para imóvel localizado na Rua Giuseppe Mandelli, 118. E aqui as referências da localização do expediente. Acredito que seja isso de maneira bem simples. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vaneska, pela apresentação. Na sequência a gente passa a Conselheira Júlia fazer o relato. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Eu preparei esta apresentação antes de haver a sistemática de apresentação pelo planejamento. Então, algumas coisas podem estar meio repetidas, mas tem algumas questões a complementar. Conforme foi colocado, o objeto de aprovação é um restabelecimento dessa Diretriz 737, conforme mostra a figura, e a proposta que ela seja regravada. Tem origem no processo de EVU da Rua Giuseppe Mandelli, 118, no Bairro Anchieta. Vou localizar um pouco onde está, na Avenida das Indústrias. O contexto em que está este regravame, nós temos a (Inaudível) Severo executada nesse trecho e com diretriz gravada nesse trecho e a Telmo Kruse executada esse trecho. A diretriz que se deseja regravar é essa em azul, a 737. Já existe a Diretriz 3125 também. Então, o que se propõe é reconectar esse eixo viário. Então, aqui umas imagens do Google da Telmo Kruse, hoje é uma rua sem saída, porque termina naquele terreno, o objeto do EVU. Pelo outro lado, na Rua Giuseppe Mandelli, que é o endereço do objeto solicitando, que seria mais ou menos nesse ponto que a via chegaria e atravessaria, faria a conexão. Aqui é só do que se trata o empreendimento, é uma indústria. Então, no EVU atual já está considerada a projeção dessa diretriz, na orientação que a gente estava vendo no mapa de satélite. Eu virei para demonstrar na planta de EVU que o empreendimento não atinge em nada essa diretriz. Então, ela está sendo gravada e não atingida. E a minuta é para inclusão desse traçado viário, que foi retirado pelo próprio CMDUA em um momento que esse empreendimento desejava expandir-se, a expansão não ocorreu. Então, agora se entendeu que o ideal e correto é retornar nessa diretriz, que é importante para a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

estruturação viária. Então, aqui eu coloco as plantas que são o resumo da proposta. Eu vou ler meu relato: É o expediente 002.334810.005, no SEI 19.0.000083167-3. Assunto: inclusão do gravame da Diretriz 737. Trata-se de minuta de resolução para inclusão do gravame da diretriz 737, que consiste no prolongamento projetado da Avenida Dr. Telmo Kruse e até a Rua Giuseppe Mandelli, com gabarito de 25m inseridas na Macrozona 2, UEU 24, quarteirão 31. A nova resolução propõe-se a restaurar o gravame da diretriz excluída através de Resolução nº 2369/2012. O restabelecimento do gravame é uma das diretrizes do atual estudo de viabilidade urbanística, requerido pela Nexteer e aprovado pela Comissão de Análise Urbanística e Gerenciamento – CAUGE, através do Parecer 092/2019. O imóvel está localizado na Rua Giuseppe Mandelli, 118, Porto Alegre. Histórico e registros: consta no Processo SEI 19.0.000083167-3 a matrícula de registro de imóveis do terreno, situado na Rua Giuseppe Mandelli, 118, de propriedade de Nexteer Indústria e Comércio de Sistemas Automotivos Ltda. Documento SEI 741978-3. Consta na sequência do processo eletrônico o parecer CAUGE 038/2019, de aprovação de EVU, retificado pelo parecer CAUGE 092/2019, com manifestação técnica do DEP, DMAE, EPTC, SMAMS, SMC, SMED, SMS, SMOV e SMURB. E consolida todas as análises mencionando: quanto à Diretriz 737, via projetada pelo PDDUA sobre o terreno com gabarito de 25m, o traçado proposto nessa etapa atende as diretrizes emitidas no parecer CAUGE 130/2018 da SMURB. O referido parecer CAUGE 130/2018 também está em anexo no processo eletrônico, sendo um termo de comparecimento ao interessado no trâmite de aprovação de EVU. E dentre outras orientações determina: quanto à estruturação viária consideramos que há necessidade de retorno do gravame de traçado viário da Diretriz 737, um gabarito de 25 m entre a Rua Bartolomeu Bernardes e Giuseppe Mandelli, conforme planta anexa. O desgravame no referido trecho, através da Resolução nº 2369/2012, ocorreu em decorrência da promessa de ampliação das instalações da empresa Nexteer Indústria e Comércio de Sistemas Automotivos Ltda., a qual não se consolidou. A proposta atual não contempla a expansão da indústria na área correspondente ao lote 2 e a via anteriormente suprimida se faz necessária para a estruturação viária da região, conforme Resolução nº 2315/2009, em anexo. A planta de EVU aprovada em 2019 corrobora o atendimento das condições necessárias para o restabelecimento da Diretriz 737, em que não há mais expansão da indústria que atinge o gravame que fora desgravado em 2012. Parecer CAUGE 159/2018 contém a lista de correções finais solicitadas para fins de aprovação de EVU. Na sequência do processo eletrônico está a minuta de resolução, a qual é objeto de fato da aprovação em tela, que consistente em inclusão do gravame de traçado viário para o prolongamento projetado da Av. Temo Kruse até a Rua Giuseppe Mandelli, com gabarito de 25 m inseridos na Macrozona 2, UEU 24, Quarteirão 31, Bairro Anchieta, conforme plantas 1 e 2 anexas. A referida minuta foi encaminhada para análise da Procuradoria Municipal Setorial 6, SMDE/Licenciamento, PGM, pela Nota Técnica PMS 06 nº 194/2019, a Procuradora-Chefe Eleonora Brás Serralta manifesta: “Revisei a minuta e não encontrei óbices, encaminhando para que seja submetida ao crivo do CMDUA”. Após tramitar por setores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Gabinete do Prefeito foi, por fim, em 05/02/2020 encaminhada para apreciação do CMDUA. É o relatório. Corroborando que o retorno da Diretriz 737 se faz necessário para a estruturação viária da região, a EPTC é favorável à inclusão do gravame de traçado viário para o prolongamento projetado da Avenida Doutor Telmo Kruse até a Rua Giuseppe Mandelli, com gabarito de 25m inseridos na Macrozona 2, UEU 24, Quarteirão 31. É o relatório de 06/07/2020. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Conselheira Julia. Manifestando parecer favorável. A gente tem, então, o pedido de relato de vista do Conselheiro Felisberto. Mais algum



conselheiro vai querer fazer relato de vista? Nesse sentido a gente disponibiliza para o relato de vista do Conselheiro Felisberto uma semana. O Conselheiro Hermes também solicita relato de vista. Em retornando do relato de vista colocaremos em discussão o presente processo para que possa ser deliberado. Passamos ao ITEM 4.04: Expediente 002.333539.009. SUDESTE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, aprovação de EVU da Rua Saldanha da Gama, 155. Relator é o ACESSO, a Conselheira Claudete. O processo foi distribuído em 17/06/2020, prazo para relato foi 21/07. No entanto, como não chegamos nessa pauta, estamos na data de hoje chegando a este expediente. Eu peço para a equipe do planejamento, antes de ouvir o relato da Conselheira Claudete, que faça um resumo do que estamos tratando. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** É o Expediente 002.333539.009, que trata de EVU regularização da atividade especial de garagem geral, terreno com área superior a 1.000 m², listado como projeto especial de impacto urbano de 2º grau, nos termos do artigo 61, Inciso I, artigo 100, § 3º, anexo 11.2, do Plano Diretor de Porto Alegre. Interessado é a Sudeste Transportes Coletivos, como já foi mencionado. Existe uma descrição da proposta, onde é descrita a localização do processo e que se refere à regularização e aumento das edificações pertencentes a empresa citada. E sendo 3921,23 m² a regularizar e 466,49 m² a construir, um total de 4387,72 m² de área construída total. A atividade é garagem geral de empresa de ônibus, com lavagem, lubrificação, reparo de pneus, câmaras, reparação de estofados, reparação de chapeação e pintura. Então, é descrita a solicitação, que inclui a manutenção dos muros em alvenaria, uma altura de 2,80 m, a fim de uma regularização de uma metragem específica do prédio 1, que incide sobre o recuo para ajardinamento, a isenção do recuo para ajardinamento para possibilitar a regularização com relação a 2 prédios do conjunto e a flexibilização da dimensão dos rebaixos de meio-fio. Essas questões são respondidas nos pareceres técnicos. No histórico vale destacar que a área é de 2772 m² e existe desde 1993 e que o imóvel possui alvará de localização e funcionamento, emitido em 10/08/2000 para atividade de empresa de ônibus com área total de 15.900 m². A localização, considerando a imagem disponível da localização do Google, dentro da RGP. 7, próximo ao Partenon. Então, da Saldanha da Gama, demarcado o polígono onde incide esse projeto. A imagem que foi submetida junto ao EVU. E a localização dentro da Vila São José, próximo ao Partenon, nas imediações da Região de Planejamento 7. As análises técnicas do processo envolveram todos os representantes da CAUGE, só para destacar essa informação. E daí repassando ali com relação às estruturas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, não teve nenhuma posição, as diretrizes são as gerais. Com relação à mobilidade urbana, o CPAIC, que é a Comissão Permanente de Avaliação de Impacto e Circulação, manifestou-se favorável à produção do EVU e aceitou o rebaixo de meio-fio superior ao padrão estabelecido pelo plano, considerando o código de veículos de manobra, é uma das respostas a uma das solicitações que foi colocado do requerente. Com relação aos equipamentos, tanto de educação, quanto na parte de saúde, depois vocês vão ver que ele se repete. Como não se trata de uma atividade que aumente a densidade na região, não cabe solicitação, deixei o registro para ficar destacado. Obras viárias também não teve oposição. A Saúde aqui, como especificam, por não ser atividade residencial a densidade não impacta nos equipamentos comunitários. Com relação ao meio ambiente a SMAM se manifestou sem nada a opor com relação ao EVU, mas condicionou após aprovação o expediente para licença de operação da atividade o anexo da planta discriminando a área de oficina, com chapeação, pintura e lavagem. E isso relativo a uma existência para fazer uma remediação de uma área degradada, em função do potencial contaminante dessas atividades, mas isso tudo está registrado para etapa posterior. A cultura manifesta que não existe, não incidem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

questões de patrimônio cultural. E com relação ao parecer técnico do urbanismo, feita a análise com relação ao regime previsto no PDDUA, e aqui se destaca a atividade de garagem geral e demais atividades, sendo subsidiárias, não há restrição de porte e nem de implantação de empreendimento nos termos do anexo do plano que faz referência a essa situação. Eu destaquei só as questões mais relevantes em relação às respostas da solicitação. Com relação aos muros existem as restrições e trechos que excedem a matrícula e que vão ser demolidos, substituídos por gradis para atender o previsto ao Plano Diretor. Isso é destacado no parecer da SMDE. E com relação ao recuo de ajardinamento, essa relação que incide sobre recua, a equipe técnica se manifestou que não vê prejuízo na paisagem urbana, só deve ser regularizado da forma proposta. E com relação a um dos prédios, é destacado que será reformulado de forma a atender o alinhamento previsto no PDDUA. Só ficou a condição da SMAMS para a remediação da área degradada para emissão da licença de operação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado pela apresentação. Temos uma Questão de Ordem do Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Obrigado, Secretário. A minha Questão de Ordem é exatamente sobre este processo, salvo melhor juízo, o encaminhamento que tem é do dia 30/11/2018, para análise à CPU/CDMDE. Ele não consta, salvo melhor juízo, eu não consegui abrir, eu não achei nenhum encaminhamento do Conselho. Existem esses pedidos de diretrizes, a CAUGE deu as diretrizes que a Júlia mencionou, mas eu não encontrei, ou estou errado, não achei, sei lá, ou tem um problema na digitalização desse processo. Não sei se mais alguns conselheiros encaminharam. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Então, a gente tem a oportunidade de debater. Conselheira Claudete, o seu relato. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite, Conselheiros. Eu gostaria que tivesse sido dada oportunidade para o relator, antes de ter sido repassado à equipe de planejamento. As considerações do Hermes são as minhas também. Tem alguns documentos, eu ia até solicitar físico, porque eu tive dificuldade de ver as plantas. Apesar do processo já ter sido distribuído há algum tempo, infelizmente, não tive oportunidade e nem disponibilidade de fazer a análise desse processo e a ACESSO quer um prazo até o dia 11. Se não for do entendimento do Conselho, bom, que seja designado novo relator. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Lembrando que a gente coloca em deliberação o pedido de prorrogação de prazo da Conselheira Claudete. Lembrando que esse expediente foi distribuído do dia 17/06/2020, prazo para relatório foi em 21/07/2020. Eu coloco em votação a PRORROGAÇÃO DO PRAZO. Lembrando que se não aprovada a prorrogação o expediente vai ser redistribuído ao Conselheiro na ordem. Então, eu consulto o Conselheiro Furtado se é favorável ou contrário à prorrogação por mais uma semana o relatório da Conselheira Claudete. VOTAÇÃO NOMINAL: **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Contrário. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Contrária. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Contrário. **Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Contrária. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Contrária. **Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Mobilidade Urbana – SMIM: Contrário. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Contrário. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Sou favorável, mas só gostaria que alguém esclarecesse, porque o processo está incompleto ou eu não recebi. Não tem como alguém olhar no computador? Mas o processo não tem encaminhamento, não tem parecer da CAUGE. Sou favorável de qualquer forma. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu peço ajuda à Conselheira Vaneska, mas achei esclarecedora no chat. Se alguém da equipe que possa fornecer. Conselheiro Fernando, como vota? **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Contrário. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Eu acho muito mais adequado ao Conselho permitir que a relatora tenha mais uma semana do que depois, por algum motivo redistribuir esse processo. ele vai demorar muito mais tempo. Então, sou favorável a mais uma semana para a relatora. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Felisberto? Parece que não está. Tem algum conselheiro suplente do Conselheiro Felisberto presente? **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. Eu concordo com a fala do Conselheiro Dal Molin. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Favorável. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Favorável. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Temos 18 votos favoráveis e 08 contrários. A gente aprova a prorrogação de prazo. **APROVADA A PRORROGAÇÃO DE PRAZO.** Nesse sentido a gente passa ao ITEM 4.05: Expediente 002.341531007. Interessado LUCAS HERBERT JONES, aprovação de EVU, o relator é o Conselheiro Adroaldo. O processo foi distribuído em 17/06/2020, estava disponível aos conselheiros desde aquela data. O prazo para relato foi em 24/06/2020. Como não chegamos a este processo, estamos chegando só agora. Já temos o parecer favorável anexado da RGP. 2. Temos uma Questão de Ordem da Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, eu solicitei que me fosse disponibilizado o processo físico porque estou com dificuldade de visualizar os mapas. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Desculpa, conselheira, mas não tem essa oportunidade de processos físicos. A gente pode disponibilizar aqui uma sala com



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

computador caso tenha alguma dificuldade... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu acho muito menos arriscado, Secretário, retirar os autos do que eu permanecer sentada em uma sala. Até porque talvez não seja de conhecimento do secretário, meu esposo é intensivista. Então, eu considero que seja até um risco para as pessoas que estiverem em contato comigo, porque ele trata diretamente do Covid, entubando os pacientes. Então, não seria adequado eu ficar com alguém em uma sala, independente do uso de máscara. Então, por isso eu solicito a retirada do expediente, não vejo maior problema, porque a gente sempre retirou os expedientes. Seria uma exceção. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Reforçando que a gente não tem mais essa oportunidade dos processos físicos, passamos para o formato digital, estão digitalizando os expedientes. Então, estamos fazendo todo o esforço para não tramitar os processos físicos, estão organizados digitalmente. Se tiver algum problema de acesso a gente disponibiliza uma sala onde a senhora fique isolada, que não tenha contato com nenhuma outra pessoa. Então, o expediente 4.05 da pauta. A equipe do planejamento fará um resumo do objeto da discussão. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, trata-se do interessado Lucas Herbert Jones, fica na Estrada João Antônio Borges, 188, um EVU. Está localizado nesse ponto da RGP. 5, Cascata, que dá ver com relação ao contexto na região de planejamento e no bairro, bem no limite com Belém Velho, na parte esquerda da Estrada João Antonio Borges. Uma imagem de onde está sendo proposta. Aqui também se consegue ver a delimitação da área de preservação permanente ao fundo do lote, em uma fotografia bem acidentada e as edificações se concentram nessa parte voltada para a estrada. Na análise da CAUGE passou pela avaliação das secretarias que compõem, verificando as manifestações técnicas com relação à drenagem pluvial, esgoto sanitário, não tem oposição à aprovação do EVU. Com relação à mobilidade urbana também se manifestou favorável, alertando apenas que no alargamento da Estrada Antônio Borges o empreendimento deverá ver os acessos. O meio ambiente também colocou não haver oposição e destacou três questões, que empreendimento apesar de não sujeito a licenciamento ambiental, não exime o empreendedor do atendimento às normas ambientais vigentes e atentar à existência de espécies vegetais protegidas. Eles fazem referência também que consta autorização da UPA 08/2020, emitida pelos gestores da unidade de conservação no entorno, favorável à implantação do empreendimento. A cultura não tinha manifestação, educação também não, Fazenda, Obras e Viação, a Saúde. Em relação à análise urbanística são destacadas características da proposta, uma edificação proposta superior a 300 m², destinadas a um Hotel Fazenda, atividade de lazer e turismo, classificada como serviço de referência ambiental nível 1, em área de proteção do ambiente natural, com proposta de ocupação sob zona de conservação. Faz referência ao Plano Diretor e tem a especificação de como está localizado com relação à macrozona. Então, destacando que incide sobre a área de proteção do ambiente natural, colocando uma informação sobre o projeto, que são 13 cabanas de hospedagem, local para refeições com convivência coletiva, implantado utilizando-se de materiais ecológicos, soluções como aquecimento solar, captação de água da chuva e o tratamento de efluentes e reutilização de água para serviço. A proposta também prevê a preservação dos recursos naturais existentes com respeito à área de proteção natural, procurando reverter impactos negativos causados anteriormente, através do cultivo de água e florestas nas bordas das da Mata Atlântica, da proteção de nascente e manutenção de todas as espécies nativas. Além da implantação de técnicas de (Inaudível), vendo como adequado. Aqui a solicitação foi feita pelo requerente da flexibilização do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

recuo de ajardinamento, com a medição do mesmo partindo do alinhamento existente e a argumentação é como demonstrei na planta, tem aquela APP no fundo do lote. Então, espaço para as edificações para que possa manter esse distanciamento da APP. Considerando a atividade compatível com o zoneamento previsto como APAM, foi encaminhado favoravelmente a flexibilização solicitada e foi colocada essa condição, que a faixa de recuo para ajardinamento resultante dessa flexibilização concedida com relação à distância da estrada, seja mantida predominantemente vegetada, com tratamento paisagístico, que minimize o impacto da proximidade das edificações com a via em função das características da área de ocupação rarefeita. Tem uma paisagem natural mais incidente. Aqui só referente do parecer da CAUGE, que refere a aprovação do EVU em 04/03/2020, o Parecer 26/2020. Eram essas as informações. Só algumas questões pontuadas, a EPTC solicitou que se observasse quanto ao alargamento da estrada que dá acesso. A SMAMS com relação aos impactos da vegetação e respectivas compensações, ela tem que acontecer na etapa de aprovação do projeto arquitetônico. A SMDE colocando a retirada do (Inaudível) com relação à adequação da planta apresentada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vaneska. A gente tem agora a oportunidade do relato pelo Conselheiro Adroaldo. Já temos um pedido de vista depois. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite a todos. Vou ler o relato: Processo SEI 002.341531.007, de 02/04/2019. Vinculado ao Processo nº 19.0.00004918.3. Interessado Lucas Herbert Jones. Endereço Estrada do Borges, 1186 Bairro Belém Velho. Objeto aprovação de EVU com taxa de ocupação superior a 300 m². Destinado a Hotel Fazenda, atividade de lazer e turismo, classificada como serviço de interferência ambiental de nível 1 em área de proteção do ambiente natural, com proposta de ocupação sobre zona de conservação. Enquadrado como projeto especial de impacto urbano de 2º grau, conforme o artigo 61, inciso b, e artigo 100, §3º, anexo 11.2, fl. 2, da Lei Complementar nº 424/99, modificada pela Lei Complementar nº 646/10. Terreno com metragem de 19.467,83 m², atividade pretendida relacionada ao lazer e turismo, conforme PDDUA, anexo 5.2, atividade se enquadra ao item 3.2.4, meios de hospedagem e serviço de hotelaria e congêneres. A maior parte da vegetação será preservada, foi feito laudo vegetal com a descrição das espécies de fauna e flora. Em laudo anexo relacionou-se em plantas as espécies que serão removidas. Resumo do projeto. Considerou para o estudo da área da menor poligonal para implantação das edificações: altura máxima utilizada foi de 9 m com edificações térreas e apenas na casa mãe em dois pavimentos. A taxa de ocupação do projeto é de 12% da área do terreno e a área permeável de 86% da área da subunidade 3, usada no projeto, com o objetivo de criar e manter um ambiente hostil para o florescimento de relações humanizadas e suas conexões com o meio ambiente. O caminho para atingir esse objetivo será através da proximidade e do respeito à natureza, do convívio saudável, da busca pela simplicidade, do consumo consciente, da busca pelo bem-estar na produção de alimentos locais, através de práticas saudáveis e da tomada de decisão inclusiva. O Hotel Fazenda é um local para o turismo ecológico e lazer, cercado de natureza, onde os caminhos levam aos encontros, para que esses encontros é importante um local apropriado para o momento de comunhão com o outro e com o entorno. O projeto cria este espaço de convívio coletivo com a casa-mãe, exclusiva para o convívio coletivo, onde ocorrerão refeições, festas, reuniões etc. Pretende-se criar um ambiente que cultive o companheirismo, a troca de experiências, histórias e principalmente o convívio saudável. Segundo arrazoado pelo requerente, o empreendimento é composto por três cabanas para hospedagem, as cabanas individuais para hospedagens são classificadas em três tipos diferentes: 1, 2 ou 3 dormitórios; onde serão hospedagens de famílias, casais ou pessoas



individuais que buscam a facilidade e o respeito à natureza. As edificações contarão com aplicações de técnicas de materiais ecológicos, desde a fundação até a cobertura, além do uso de aquecimento solar passivo, sistemas fotovoltaicos, sistemas de bio tratamento de efluentes e reutilização de águas servidas para o sistema de irrigação das hortas e pomares. Foi observado durante o levantamento, (Inaudível), a maioria das espécies registradas pode ser considerada como de ampla distribuição no Estado e de hábito generalista. Em relatos de moradores citaram a presença de Guariba, o bugio ruivo, espécie ameaçada de extinção, classificada como vulnerável. Aqui está o Diário do Estado de 2014, MMA 2014, a mata ciliar existente. 1) Considerando que o projeto foi aprovado no Parecer CAUGE nº 026/2020, de 04/03/2020, após todas as solicitações serem atendidas; 2) Considerando que a atividade prevista é não residencial e que não haverá incremento de população residencial proveniente da implantação do empreendimento, não haverá necessidade de previsão de parcelamento de solo com destinação de área público comunitário; 3) Considerando atividades compatíveis com o condicionamento de uso previsto para área de preservação ambiental natural, conforme anexo 5.5 do PDDUA. Sou pela aprovação deste processo. Obrigado, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo. A gente tem pedido de vista do Conselheiro Gomes, do Conselheiro Felisberto, Conselheiro Rafael e Conselheiro Mark. A Conselheira Maristela também solicita vista. O Conselheiro Rafael. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Muito breve, é só porque eu fui olhar as pranchas, só gostaria que ele tomasse cuidado e observasse para quem está digitalizando, porque as pranchas estão cortadas no EVU, que são grandes. Talvez tenha faltado uma parte da planilha. Nada que impeça alguma análise, mas é bom observar isso, porque as pranchas têm que vir na integralidade. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, é importante, já que estamos nesse processo de digitalização. A empresa deve estar se adequando a esse trabalho, é importante que a gente tenha bastante atenção. A gente vai avisá-los. O Conselheiro Paulo Jorge também tem vista ao presente expediente. Então, a gente coloca em discussão na próxima reunião, a partir dos relatos de vista. Questão de Ordem do Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente e Conselheiros, nós cometemos um ato falho bastante significativo, que vai alterar uma deliberação do Conselho. Nós votamos uma diligência de região, de conselheiro de região. Não existe isso. Nos atos do Conselho, no art. 10, que disciplina a questão das diligências, no parágrafo único está muito claro: “Somente serão aceitos pedidos de diligências aos órgãos municipais que estão vinculados as pautas ora tratadas, devendo ser autorizados pela maioria simples do plenário”. Na questão das regiões é muito claro, isso é uma deliberação, autonomia e a oportunidade que é dado ao Conselheiro da região. Faz bastante tempo já que alguns conselheiros tentam introduzir isso aí para, literalmente, se meter nas regiões dos outros conselheiros. E faz uma disputa política com isso! Isso é um absurdo! E tanto que hoje nós chegamos ao ponto de cometer essa irregularidade, essa votação que nós fizemos daquele projeto, que não me vem o número agora, isso não existe, isso tem que ser anulado, Presidente. Eu peço a reconsideração desse nosso ato falho. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro Gomes. Estou aqui revisando o nosso regimento interno, de fato, artigo 10, parágrafo único, prevê essa questão com relação à diligência. De fato, eu achei, quando coloquei em votação não observei a este ponto no Regimento Interno. Achei um pouco estranho, porque de fato o Conselheiro da região tem a oportunidade de fazer a vista ao processo após o relato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Então, ele vai ter a oportunidade da fala, bastante estranho e relatei ao final do processo, mas como achei que era de deliberação do Conselho coloquei em votação, mas em havendo a previsão no artigo 10, parágrafo único, que as diligências serão aos órgãos municipais, da estrutura, mais lógico, diligência no sentido de esclarecer alguma dúvida com relação ao processo em pauta. A votação contraria a previsão no Regimento Interno. Então, resolvo a Questão de Ordem no sentido de anular a votação e o encaminhamento para a diligência à RGP. 7. Na prática essa mudança em nada impacta da sua oportunidade de deliberação da região, de manifestação da região, que ainda vai ter depois do relato a oportunidade da vista e vai poder manifestar o seu entendimento e até lá fazer todas as questões que entende como adequada com a sua região de planejamento, para considerar o seu voto. Então, nesse sentido que a gente continua o processo sendo objeto de relato pelo Conselheiro Felisberto, o que pedimos que o faça na próxima reunião deste Conselho. Em função do avançado da hora, são 19h54min, acho improdutivo a gente entrar... Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, não sei se o senhor vai interpretar como Questão de Ordem, mas a colocação do Conselheiro Gomes é uma colocação de hermenêutica, de interpretação. E quanto à disputa política faz parte do Conselheiro a obrigação de discutir com seus Delegados que o elegeram. Ninguém é dono de uma região, por mais que se pretenda ser conhecedor. E há muitos casos da região do eminente Conselheiro da RGP. 6 que não estão vindo à pauta deste Conselho e que envolve comunidades que ele nem visita. Então, alguns conselheiros são cuidadosos com a cidade e eu não sou Conselheiro da RGP. 1 só, eu sou Conselheiro da cidade. Então, eu não aceito patrolamento, não aceito patrulha e peço o mínimo de respeito ao Conselheiro Gomes, que deverá consultar o seu fórum todas as vezes que tiver processo que envolva a cidade. Eu vejo inoportuna e não aceito manifestação desse tipo, porque eu sou eleito por uma região e sou conselheiro da cidade. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, o que o conselheiro levanta é uma Questão de Ordem, que para essa finalidade a Questão de Ordem deve ser resolvida pelo Presidente do Conselho. Existe uma dúvida com relação à interpretação de um artigo previsto no Regimento Interno. Então, estou fazendo aqui a leitura, onde diz de forma taxativa esta previsão do pedido de diligência, não havendo essa possibilidade de colocar em diligência para a região de planejamento, até porque a região de planejamento tem a oportunidade de manifestar seu voto, a sua diligência, fazer a discussão com a região. Ninguém discute isso em nenhum momento e não há dúvida que o Conselheiro Gomes levanta é a interpretação em relação ao regime e cabe ao Presidente deliberar. O senhor vai ter mais uma semana para o relato e de forma paralela, assim como todos os conselheiros vão poder fazer as suas análises e discussões. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Questão de Ordem. Ainda que eu concorde que não há interpretação diferente do que colocou o Gomes, eu gostaria só de reforçar que parte da fala dele eu discordo. Inclusive, eu citei outra parte do regimento que se refere à importância de sempre consultar o território, o que eu compreendo como região. Nesse sentido, eu entendo que o CMDUA não passa por cima da autonomia de um conselheiro ao encaminhar para um Fórum de região, afinal de contas, é parte do CMDUA e não propriedade ou subordinado a um único conselheiro. Ele é parte do CMDUA, logo, cabe ao CMDUA encaminhar a qualquer região, não ao conselheiro da região, mas à região, um debate que aqui está posto. Isso está claro no plano e em parte do regimento, ainda que não tão claro, mas, sobre tudo, no Plano Diretor. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, o senhor disse que o relator tem mais uma semana para fazer o relato. Está equivocado. Ele tem mais 2 dias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Nós temos reunião na quinta-feira. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Até a próxima sessão seria a data da apresentação. Como se trata de reunião extraordinária, Conselheiro Gomes, face ao debate posto, a gente não tem essa previsão da obrigatoriedade e em uma reunião extraordinária acho que não. A gente dá a oportunidade para que apresente o relatório na próxima reunião, o que não prejudica toda a discussão aqui, se a região pode ou não pode. A região tem a oportunidade, reforço. Vamos encerrar a reunião, os processos estão distribuídos há tempo, que todos possam fazer essas análises e discussão com as reuniões. Se tiverem qualquer dúvida entrem em contato, porque estamos à disposição para ajudá-los ao melhor entendimento dos processos, mas que a gente não use dos prazos regimentais quando o processo é colocado em pauta. Todos têm a oportunidade de verificar antes de entrar em discussão na reunião. Então, senhores conselheiros, a gente encerra a presente reunião, agradecendo a oportunidade novamente do debate, da construção. Pedindo desculpas, naturalmente, pela minha insistência com as questões aqui colocadas. Boa noite. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h00min).**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:



ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2846/2020

Aos seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação Atas 2834, 2835 e 2836/2020 (Votar em 11/08/2020); 3. Comunicações; 4. Ordem do Dia. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h00min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Boa tarde, Conselheiros. Em havendo *quorum* a gente abre oficialmente a nossa reunião extraordinária. Uma quinta-feira de bastante calor, tempo que nos exige bastante esforço, toda terça e toda quinta-feira em reunião, mas a gente tem avançado bastante na pauta. É importante compartilhar com todos vocês, em seguida vamos colocar a nossa pauta mais em dia e a gente não vai ter essa necessidade de reuniões. Vou fazer a leitura enquanto os colegas vão ingressando. Se eu não chamar alguém a gente retoma, indica no chat. (Lista de presenças na inicial).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

49 Temos a inscrição do Conselheiro Rafael para Comunicação, o Conselheiro Gomes, a
50 Tânia, Mark, Adroaldo, Felisberto, Paulo Jorge. As atas não vamos votar hoje, elas serão
51 disponibilizadas para a próxima reunião, que a nossa taquígrafa está fazendo a degravação
52 de todas as atas, ela entrou recentemente e está assistindo as reuniões gravadas para
53 transcrever e compartilhar com todos os senhores. Então, a gente tem ainda o Emerson
54 para o período de comunicação. Vou encerrar a inscrição do período de comunicação.
55 Lembrando que a gente tem 08 conselheiros no período de comunicação. Passo a palavra
56 de imediato para a Conselheira Tânia. **3. COMUNICAÇÃO. Tânia Maria dos Santos**
57 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Eu
58 gostaria de fazer um comunicado, porque no final do ano passado estiveram no Conselho o
59 pessoal dos Atingidos por Barragens, fazendo uma grave denúncia sobre a barragem que
60 existe na Lomba do Sabão, dentro do parque Saint' Hilaire. É uma barragem muito antiga,
61 foi construída na época Império, ela foi ampliada em 1942, foi utilizada como fonte de
62 captação de água pelo DMAE até 2013 e está desativada desde, então. É muito
63 preocupante, porque ela estava sem manutenção. Inclusive, foi feito um relatório pela
64 Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado, juntamente
65 com os Atingidos de Barragem, foi recomendado ao Governo do Estado e à Secretaria do
66 Meio Ambiente a retirada das famílias que estavam no entorno, com o monitoramento e a
67 fiscalização dos níveis de segurança da barragem. Aconteceram muitas chuvas, a gente
68 sabe que a partir da semana que vem vai chover de novo e eu gostaria de saber o que foi
69 feito. Inclusive, na época a Gabi tinha se comprometido de reunir as pessoas e organizar
70 uma comissão para que fossemos até lá visitar a barragem. Isso não aconteceu e eu
71 gostaria de saber o que foi feito até, então. Eu me lembro que na época o Furtado tinha
72 feito uma colocação, que estavam sendo feitas algumas coisas lá na barragem e eu
73 gostaria de saber o que foi feito até, então, porque é muito preocupante isso. Era isso,
74 Secretário. Obrigada. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio**
75 **Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite a todos. Presidente, a razão da minha
76 comunicação é justamente, o senhor começou a reunião falando na nossa reunião
77 extraordinária, que é a 4ª reunião extraordinária, eu gostaria de ponderar ao Senhor e os
78 conselheiros, se nós poderíamos ter uma previsão de realização de reuniões
79 extraordinárias, marcar essas datas, porque às quintas-feiras eu tinha outras atividades e
80 eu estou desmarcando, remanejando. Eu gostaria que nós tivéssemos uma previsão, já
81 que a nossa obrigação formal, como conselheiros, era a de termos reuniões de 2 horas 00
82 a cada terça-feira. Então, o nosso calendário anual foi organizado em cima deste
83 compromisso que nós temos com o nosso Conselho. Então, gostaria de ponderar ao
84 Senhor, porque nós já estamos na 4ª extraordinária consecutiva e seria importante nós
85 termos um calendário definido para que a gente pudesse organizar melhor as nossas
86 atividades dentro da cidade também. Muito obrigado, Presidente. Boa noite. **Felisberto**
87 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a
88 todos os conselheiros e conselheiras. Eu queria retomar três assuntos, que como eu
89 coloquei a semana passada, que é essa questão dos resíduos sólidos. Então, é importante
90 que o Secretário pudesse disponibilizar esse projeto de lei que foi encaminhado, até porque
91 tem um pregão marcado para o dia 11 ou 12 de agosto, já fazendo a licitação da empresa
92 que vai fazer o recolhimento. Então, isso deveria, a meu ver, passar pelo Conselho, porque
93 nós também tratamos da questão ambiental. A segunda colocação, que eu também fiz na
94 reunião passada e quero reiterar neste momento, é a questão da pauta. E aí vai um pouco
95 ao encontro do que o Mark falou, não podemos fazer sessão extraordinária só para tratar
96 assunto de processos, nós poderíamos envolver regularização fundiária, como estão os
97 retornos das oficinas das regiões que foram feitas do Plano Diretor, mesmo estando



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

suspenso, seria importante este Conselho ter conhecimento. E o terceiro ponto, que me parece fundamental, é a regularização fundiária, para que não aconteçam projetos que depois sejam inviabilizados porque foi dada uma diretriz em determinado loteamento que inviabiliza comunidades que já estão há anos ali. Então, é esse o cuidado, peço que os técnicos da Prefeitura, principalmente os que trabalham com isso, que se debrucem sobre isso. Nós temos muitas comunidades que estão esperando esse processo de regularização e está no momento deste Conselho tomar uma posição, até porque me informar, e eu quero saber se é verdade, Secretário, que há uma lei que foi encaminhada para a Câmara de Vereadores que trata realmente da regularização fundiária. Eu não sei se isso confere, porque eu não tomei conhecimento. Então, é importante que o Conselho seja comunicado e possa discutir isso. E queria parabenizar o IAB pela grande reunião ontem, com duas pessoas, a Daniele das Cinco Marias, e o Alex, que é o presidente de uma cooperativa de recicladores e catadores, que também faz essa tarefa. Foi um belo momento em que a gente pode ver que há pessoas que pensam e têm conteúdo para discutir o problema da reciclagem e da logística reversa. Obrigado. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite, conselheiros. Eu sou de acordo com o nosso Conselheiro Felisberto sobre os resíduos sólidos, até porque eu tenho um amigo da faculdade da UFRGS, um professor, que quer dar um curso para nós sobre o projeto de resíduos sólidos, que dá para fazer também luz, não sei o que mais com o gás. Também gostaria de falar ao nosso Secretário, que viesse aqui o Secretário da Saúde para falar sobre a pandemia em Porto Alegre. Nós temos que também ter acesso à situação desse coronavírus, porque a minha Região Cruzeiro está em *lockdown*. E aí a saúde não está fazendo a prevenção aqui dentro. A Saúde parece que abandonou a população pobre das vilas. Isso é preocupante, meu Secretário. Terceiro ponto que eu quero colocar aqui, na Região da Tronco é obra em cima de obra, não tem nenhuma comissão de acompanhamento. É uma coisa preocupante. A gente queria participar da comissão, saber como vai ser a rotula, fecha rua. O Plano Diretor tem que saber. E para encerrar, meu Secretário, um problema seríssimo que se chama Mercado Público. Isso que é dor de cabeça, quer privatizar o Mercado Público e não passou por nós também. é um patrimônio histórico, patrimônio do negro, da população negra de Porto Alegre. Privatizar? Como vai ser feito isso aí? Então, nós estamos colocando ao Secretário Germano para poder ter o processo e a discussão dentro do Conselho. Obrigado. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa tarde, colegas. Eu gostaria de reinteirar o que eu tenho manifestado aqui, da necessidade da gente cumprir o dispositivo que já existe no regimento há um bom tempo e foi mantido no atual, que é a realização, no mínimo, a cada dois meses de uma reunião sem processos, né? Uma pauta sem processos para que nós possamos debater quem sabe alguns desses, quem sabe, eu digo como sugestões de pauta, esses temas que estão sendo trazidos aqui, que acabou de ser trazido pelo Paulo Jorge, pelo Felisberto. Eu já manifestei aqui em importância de discutir os decretos que foram colocados e não são poucos, que são diretamente afetos a nossa atividade aqui, alguns deles carentes de discutir a legalidade, né? E também sobre resíduos. Obrigado, Felisberto, depois eu vou mandar o link. Fizemos esse debate com a Daniele Votto do Cinco Marias, que fizeram esse trabalho, que ganhou um prêmio e por isso uma capacitação dentro, que trabalha com a questão de gestão de resíduos da construção civil. E com o Alex, que é dirigente do movimento nacional de catadores, e que nos preocupa muito, os três projetos de lei que foram lançados. Depois eu mando aqui, eu já eu já baixei da página da Câmara, e que em nenhum deles as cooperativas estão colocadas como agentes no processo de gestão dos resíduos sólidos, cooperativas que já foram referências internacionais. Inclusive, o Alex relatou a sua participação no Quênia, em



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

uma atividade da ONU, sobre a questão de resíduos sólidos, em que foi apresentar o modelo que vinha sendo desenvolvido aqui e que tem tudo para ser melhor gerido, inclusive, ser potencializado com algum investimento, que possa qualificar as condições de trabalho de quem realmente faz a gestão de resíduos ou opera essa parte da gestão dos resíduos há um bom tempo e que tem grande capacidade para fazer isso mais adiante. Para encerrar, eu faço uma relação, como fiz ontem nessa *live*, com a situação do Mercado Público. quer dizer, mais uma vez um projeto que vem retirar o protagonismo dos pequenos comerciantes, no caso do Mercado, os pequenos no caso das cooperativas, para se estabelecer modelos de concentração do trabalho desses grandes contratos na mão de um intermediário, que, na verdade, vai ser um novo agente no processo e não traz nada que qualifique aquilo que nós já temos com um potencial imenso. E que basta um bom gerenciamento, como é o caso da nossa gestão dos resíduos sólidos em Porto Alegre, com é o caso do Mercado, que, na verdade, tem modelo de PPP, digamos assim, de 1987, né? Em que existe um fundo específico para o mercado gerido, alimentado entre outros. (Sinalização de tempo esgotado). Eu já vou concluir. Pelo recurso das permissões do Mercado e que isso manteria, se fosse usado para esse devido fim, o fundo do Mercado, manteria e qualificaria o Mercado, mas, inclusive, mais prejudicado ainda pela lei de 2019, que retira, diz assim, que se não usarmos o dinheiro até o final do ano, 90% é passado. Então, como é que se planeja o uso do recurso de um fundo quando se não usar naquele ano, vai virar, vai para outro fundo que pode ser usado para diversas outras coisas, menos para o seu fim inicial. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, Conselheiros. Boa noite, Presidente. Quero fazer um comentário sobre o processo que a gente atuou semana passada, da Stella Brum. Foi um exemplo que se deu neste Conselho, que se reprovar realmente o processo. Então, ficou bem claro isso e, claro, também tem a questão das desapropriações, culturas naquele processo ali, famílias. Então, tudo isso também alavancou com certeza na reprovação da proposta, porque o objeto não estava bem claro. Então, esses tipos de processos que envolvem diretrizes viárias, que tenham futuramente desapropriações, devem ser muito bem analisados pelas secretarias, pelas comissões, até para não comprometer muitas vezes o próprio empreendedor. E deixar muitas vezes também o próprio município na saia justa, porque parece que o município quer que aquelas famílias saiam do local, e muitas vezes não é verdade, mas tem que deixar bem claras essas posições e deixar bem definidas, para quando chegar no processo tenha uma definição de qual método vai ser utilizado para poder executar a diretriz e para ter sucesso também futuro com essas famílias. E o grande problema também é a questão que as comunidades são as últimas a saberem. Essas situações são diretrizes que vêm passando por processos, geralmente, duram até 2 anos, mas as comunidades não têm essa informação, ficam muitas vezes na mão do empreendedor e não é repassado. Então, nós temos que dar mais publicidade. E aquela proposta que nós tivemos no ano passado, fazer com que as comissões participem e atuem em conjunto com as regiões do planejamento, para... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, trancou um pouquinho, eu não estou mais lhe ouvindo. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Eu já tinha concluído. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. o Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Presidente. Boa noite, Conselho. em primeiro lugar eu quero cumprimentar pelo dia dos pais agora, domingo, pelos pais e avós, nossos colegas conselheiros. E



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

segundo, presidente, eu quero fazer um registro do que a gente vem percebendo da relação interna do Conselho com relação a todo o trâmite, a condução. As nossas reuniões têm demonstrado bastante nervosismo por parte dos conselheiros e eu acho que está na hora da gente começar a retomar essa discussão. Essa proposta de reuniões sem processo já está mais do que na hora da gente fazer alguma coisa para buscar o entendimento. Eu tenho lido bastante coisa sobre o Conselho do Plano Diretor, até para tentar ajudar um pouco nesse livro que o Conselheiro Felisberto trouxe a proposta, buscando algumas histórias de dentro do próprio Conselho. E a gente vê que outros conselhos, de outras formações do Conselho, tinham capacidade de se aguentarem, digamos assim, de entender as questões das regiões somente. E também a nossa fusão do Conselho, se nós queremos ajudar Porto Alegre com as regiões de planejamento, precisamos ter no mínimo o entendimento de parceria. E me parece que as votações nos levam muito mais a uma questão de ganhar ou perder, ou não perder e fazer com que o outro ganhe, ou perca mais, ou ganhe menos. Eu acho que isso não fica bem para o Conselho. Nós estamos em um momento que já deu tempo de amadurecer, já passou o período de 2 anos e parece que nós estamos ainda iniciando uma gestão, onde as pessoas não se manifestam, alguns não conhecem a região. Então, quero deixar essa sugestão e essa preocupação para ver se a gente avança mais. Não só na votação do processo, mas também o entendimento da finalidade de cada Conselheiro dentro do Conselho, aquele que sabe mais tem que procurar ajudar aos conselheiros que estão um pouco talvez não entendendo bem a sua função. É ajudar a entender melhor, para que a gente possa contribuir mais dentro do nosso Conselho e, principalmente, na condução da apreciação dos processos. Então, é isso que eu quero deixar, Presidente, a minha preocupação com relação ao relacionamento interno dos nossos conselheiros para melhorar a nossa participação dentro do Conselho. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro, pela manifestação. Então, a gente encerra o item de Comunicação dos inscritos previamente. A Conselheira Maristela está pedindo uma Questão de Ordem. Eu não dei porque em período de comunicação não cabe Questão de Ordem, mas já lhe libero a palavra agora para a oportunidade de levantar o seu questionamento. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Obrigada, Secretário. É o seguinte, eu tive um problema sério na questão do celular, eu estou sem o telefone da Secretária, não sei se é a mesma secretária ou não. Então, eu estou (Inaudível/interferência no áudio). Então, eu estou solicitando que enviem para o meu e-mail ou para o whats o telefone para eu receber o link antecipadamente. Hoje uma comunidade queria se manifestar no início e eu não consegui enviar, marcamos para terça-feira que vem. É a questão da Comunidade Quatro de Junho, na Lomba do Pinheiro. Então, era isso que eu queria solicitar, Secretário. Por isso pedi Questão de Ordem, senão tenho que sempre ficar incomodando meus colegas para que mande o link e eu não consegui me inscrever no início também. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Maristela. Sim, a gente disponibiliza agora na figura na nossa secretária executiva, a Camila, que está assumindo as funções. A gente está com essa disciplina, e pedi, agora que ela está entrando também, que trabalhe bastante com os atos formalizados. É importante ter essa comunicação, a questão do e-mail, dos retornos. É importante que tenhamos bem formalizadas essas questões, porque muitas vezes deu algumas questões de não estar formalizado, pediu, não pediu... Então, ela ingressou agora nessa forma dinâmica trabalhando bastante nessa questão da formalização e disponibiliza o contato com vocês, para enviar o link. Vamos aproximando aí, a cada dia melhorando os nossos processos. Então, fazendo um breve comentário, antes da gente entrar na nossa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Ordem do Dia, em relação às pautas, acho que sim, a gente já amadureceu bastante ao longo desses dois, três meses que a gente vem discutindo as nossas pautas. Prioritariamente, os nossos processos, a gente vive um momento de calamidade, por isso não estamos estendendo em outras pautas, não eram nossa prioridade, mas a tendência é esse normal, se ficar definitivo, naturalmente, a gente vai ter que readequar a nossa realidade. Eu pediria, então, para a equipe de planejamento para nos ajudar a organizar essa pauta de assuntos diversos do Conselho, que a gente possa fazer reuniões sem processo e que os conselheiros organizassem as sugestões de pauta, daquilo que querem que seja objeto do debate. Aí a gente internaliza, estrutura uma apresentação dentro da competência deste Conselho, enfim, que a gente possa estruturar essas reuniões e trazer para uma reunião com um modelo de discussão. Então, por favor, peço que vocês formalizem para que na próxima reunião a gente coloque em deliberação o que vai ser pautado na reunião sem processo, digamos assim. A gente a cada dia está avançando mais na pauta dos processos, naturalmente, em seguida vamos conseguir trabalhar melhor outras faltas de importância. A gente tem várias faltas aí, mas em função da calamidade a gente está suspendendo esses demais debates, enfim, mas quer tratar outros assuntos com vocês. Em princípio, estamos mantendo as quintas-feiras, Conselheiro Mark, pedindo o empenho, que vocês se utilizem da figura do suplente para não ficar pesado. Ficamos com um volume de processos e pretendemos manter às quintas-feiras até colocar em dia os nossos processos. Em relação ao Saint' Hilaire, a barragem, é um processo acompanhado pelo próprio Ministério Público, tem ação judicial, o DMAE tem monitorado essa questão. A gente vem em tratativas com o DMAE, com o próprio Saint' Hilaire, a questão das desapropriações, algumas estão em uma faixa de risco ali na barragem. É um assunto que vem sendo discutido na esfera oficial, não tenho propriedade para falar sobre esse assunto. Eu sei que o município vem discutindo esse tema, talvez possa ser uma sugestão de pauta específica, a gente pode convidar o DMAE, enfim, para debater. Formalizem ali. Os resíduos sólidos, eu comentei na outra reunião, vai ter oportunidade de debate também. É um projeto de lei que recentemente foi colocado, mas vai ser discutido. Também, se for objeto, de repente o conselheiro pode sugerir, formalizar por e-mail essa pauta a discutir, também os projetos leis, a gente organiza e traz as pessoas responsáveis para fazer essa apresentação dos projetos. Conselheiro Hermes, a Questão de Ordem e depois passamos para a Ordem do Dia. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos e todas. Secretário, sobre essa questão das reuniões específicas, sobre assuntos específicos, eu acho que existe um bom senso de todas as falas, mas a minha questão, eu sugiro que se abra um espaço nesta reunião ou na próxima, de 15 minutos, meia hora, para discutir essas pautas. Senão o que vai acontecer? Vários conselheiros sugerem pautas e quem vai decidir? O senhor? Termina sendo uma questão não discutida no Conselho. E a minha segunda questão que eu levanto é que o senhor sempre fala que não foi possível tratar desses assuntos em função da pandemia, mas uma coisa não tem nada a ver com a outra, nós estamos tratando de assuntos específicos e que foi priorizado, o senhor fala como se fosse um consenso de que foram priorizados os processos. Eu tenho falado com vários conselheiros que não entendem isso. Eu, particularmente, na minha opinião, deveria haver um meio termo entre questões específicas de processos e questões da cidade, como a própria pandemia, como tantos conselheiros já solicitaram. Porto Alegre está se projetando agora no mau exemplo, aquilo que a gente falava do Nordeste está vindo para cá. Hoje o Rio Grande do Sul e Santa Catarina são os piores estados, entre os piores, em relação ao trato da pandemia. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Por



isso que sugiro que vocês encaminhem por e-mail as pautas, que a gente possa deliberar na próxima reunião do Conselho o que de fato nós vamos colocar em pauta. Aguardamos as sugestões de vocês nessa dinâmica e a gente libera na próxima reunião o que vai ser colocado em pauta para o debate em uma reunião possível. Lembrando que sim, a gente fez nas convocações, a nossa primeira convocação de retomada de reuniões do Conselho foi nesse sentido, para a gente priorizar as votações, os processos de licenciamento, as outras pautas. Assim como a gente suspendeu as atividades de revisão do Plano Diretor, né? A gente também suspendeu outras discussões. Com o passar dos dias, a gente pegando o hábito nessa nova dinâmica, a gente pode ir mudando essa priorização. Acho adequado que a gente traga essas pautas e delibere que nós vamos pautar. **4. ORDEM DO DIA.** Então, o **ITEM 4.01:** como comentei na última reunião, está sendo elaborada a resposta. O **ITEM 4.02** ficou para a próxima reunião, dando uma semana para o Conselheiro Felisberto fazer a apresentação do relato. O **ITEM 4.3** a gente tem vista da RGP. 1 e SAERGS, ficando para a próxima terça-feira o relato da vista e votação. O **ITEM 4.04** da pauta também teve a votação com a prorrogação do prazo para o relato da Conselheira Claudete, que pediu a disponibilização de uma sala. Lembrando que é só enviar o e-mail aqui para a nossa secretária executiva, marcando, a gente disponibiliza a sala, está à disposição. O **ITEM 4.05**, que também teve um parecer favorável da RGP. 2, pelo Conselheiro Adroaldo e a solicitação de vista dos conselheiros. Vai ficar para a próxima reunião. Então, a gente passa para o **ITEM 4.06:** Processo 18.0.000124418-0, de ELTON CHRISTMANN. É um gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro. O relator é o Conselheiro Artur Ribas. O processo foi distribuído em 17/06/2020, dia 21/07 foi o prazo do relato. A equipe do planejamento faz uma breve apresentação e passamos depois para o Conselheiro Artur para que faça o seu relato. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite. É o processo 18.0.000124418-0, ele trata de um gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro, tabela de recolhimento simplificado, logradouro de endereço é Rua Capitão Carlos Lamarca, 105. O requerente é Elton Chritmann. A localização dele dentro da Região de Planejamento 7, com relação a Dolores Duran, aqui na esquerda da imagem de satélite e o trecho em linha tracejada, que está sendo discutido neste expediente. Aqui só uma nova imagem naquele padrão localizado dentro do bairro da Lomba e o trecho da via em uma imagem ampliada em azul. Algumas imagens do percurso da via, que foram retiradas para que se note a ocupação que já existe, né, que ela já é constituída. Então, o parecer técnico em que a equipe de regularização fundiária remete que se trata de uma solicitação do cadastramento localizado na Vila Esmeralda, no bairro Lomba do Pinheiro. Em consulta tanto à parte, que é da competência da regularização fundiária e ao DEMHAB, descobriu-se que a Vila Esmeralda faz parte do programa de regularização fundiária, com EVU aprovado, que existem processos de usucapião, patrocinados pelo Município, alguns concluídos, outros em tramitação. E se refere ali a uma planta do DEMHAB. Também se coloca que não houve nenhuma objeção quanto ao cadastramento da Rua Capitão Carlos Lamarca por essas partes que foram consultadas e que a rua possui as redes de a água, esgoto pluvial, coleta de resíduos domiciliares, iluminação pública e energia elétrica. Então, se referindo à infraestrutura do local. A denominação da rua foi dada por uma lei de 1994 e na imagem do aéreo de 82 já era possível verificar a existência da rua. Então, a rua se manifesta e pede a manifestação da Procuradoria, que retorna fazendo referência a todas essas consultas que foram realizadas, referindo o EVU aprovado e relatando que não encontra óbice do ponto de vista jurídico sobre esse cadastramento. Então, com os pareceres favoráveis se coloca para (Inaudível) ao processo de regularização do cadastramento da Rua Capitão Carlos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Lamarca, como logradouro público. E solicita seu cadastramento do gravame viário da referida via e o cadastramento como logradouro público, que é a finalização do relator. É isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vaneska, pela apresentação. Na sequência, passo para o Conselheiro Relator. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Boa noite. Boa noite, Presidente. Boa noite, conselheiros. Obrigado, Vaneska, pela apresentar, que traz as imagens aí, que consegue demonstrar de maneira clara aí a solicitação. Então, o parecer: “Face à solicitação de inclusão de gravame de traçado viário e cadastramento da Rua Capitão Carlos Lamarca, solicitado pelo Senhor Elton Christmann, morador da referida rua, no número 105. O requerente encaminhou o requerimento padrão em contrato particular de promessa de compra e venda de cessão de posse e uso do bem imóvel. O objetivo da solicitação é a regularização de imóvel residencial, sendo que o gravame e cadastramento visa viabilizar não somente a realização deste imóvel, mas como também diversos outros imóveis existentes na Vila Esmeralda, que faz parte do Programa de Regularização Fundiária da Procuradoria e Assistência Jurídica e Regularização Fundiária/PGM, que já afetou diversos processos individuais de usucapião na Vila Esmeralda. A Rua Capitão Lamarca foi denominada pela Lei nº 7440/1974 e está inserida na Vila Esmeralda, Lomba do Pinheiro. A equipe de regularização fundiária do escritório de Licenciamento efetuou as análises quanto aos quesitos técnicos necessários para o cadastramento do logradouro, constatando a existência de pavimentação asfáltica, drenagem, esgoto sanitário, distribuição de água, energia elétrica e iluminação pública. Sendo constatada a existência dessa via no aéreo já de 1982. Ou seja, logradouro existente há mais de 38 anos, sendo caracterizado como de uso consagrado. A Vila Esmeralda possui existência de gravame de AEIS e a equipe de gestão e desenvolvimento manifestou-se favorável à largura de 9,5m. Tendo sido efetuadas as análises, foi elaborada a minuta de resolução e efetuou-se consulta à procuradoria setorial da viabilidade jurídica, a qual se manifestou não haver óbice quanto ao solicitado. Dessa forma, somos favoráveis à solicitação de exclusão do gravame solicitado viário para a viabilização do cadastramento da Rua Capitão Carlos Lamarca, com 338m e largura de 5m. É o parecer. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Artur Ribas. Eu consulto, antes da gente de inscrever para o debate, se algum Conselheiro vai querer fazer relato de vista? Senão a gente abre a inscrição para o debate e coloca em discussão o presente expediente. Algum Conselheiro para vista? Então, não havendo solicitação de vista abro a inscrição. Então, a Conselheira Maristela se inscreve para relato de vista. Nesse sentido, a gente não coloca em discussão, vamos aguardar o retorno do relato de vista da Conselheira Maristela e na próxima reunião a gente cooca em votação. o Conselheiro Rafael tem uma Questão de Ordem. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu só pergunto o seguinte, a questão do pedido de vista, desse procedimento de perguntar antes, ok, mas ele não invalida um pedido de vista, por exemplo, durante o processo de debate, acredito eu. Muitas vezes o processo de debate pode gerar dúvidas a ponto de que algum conselheiro resolva pedir vista. Certo? Daqui a pouco em um processo de debate pode surgir novas dúvidas. Essa é a minha questão. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Rafael. Lembrando que a gente tem na nossa previsão de ordem cronológica de requerimento a oportunidade depois da apresentação do relato do relator a solicitação para o relato de vista, mais uma semana. Depois que retornar da vista a gente coloca em debate o processo, aí não tem mais essa oportunidade, senão a gente tornaria infinito o nosso procedimento. Aí entra em debate o processo e alguém solicita vista, vista do debate



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

solicita vista. A gente tem as regras estabelecidas, temos a previsão na resolução, onde a solicitação de vista é pós o relator do relator, não pode ser a qualquer tempo. Então, temos vista da Conselheira Maristela, do Conselheiro Felisberto e do Conselheiro Guilherme. Então, não colocamos em debate, vamos esperar o retorno de vista. Passamos ao **ITEM 4.07** - Expediente: 19.0.000119052-3, MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, atualização de valores de solo criado, relator é o Conselheiro Sérgio Saffer. É um processo que foi distribuído em 17/06/2020. O prazo para relato foi em 21/07, como não chegamos na pauta, estamos chegando na data de hoje. A equipe do planejamento fará um breve resumo. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite. Este processo, eu estava comentando, sei que vai ter um relato bem completo, vou-me ater mais à localização dos quarteirões que estão sendo objeto do expediente, algumas informações, porque têm muitas informações no processo. É só uma ideia para os conselheiros. Então, o número do expediente é o 19.0.000119052-3, trata do atendimento à instrução normativa de SMDE aplicada, que determina a apreciação pelo CMDUA do relatório dos valores de solo criado adensável e não adensável, calculados manualmente pela Secretaria Municipal da Fazenda. São 42 quarteirões, são oriundos de vários processos SEI, cujos valores de solos criados adensáveis, e não adensáveis, foram calculados manualmente por apresentarem compatibilidade de informações cadastrais entre os dados do sistema da Fazenda e as divisões territoriais. E aqui apenas a informação sobre a metodologia, o solo criado é calculado por quarteirão, para cada fase calcula a Conselho Tutelar terreno, que é o valor do terreno da fase de índice de aproveitamento e o solo criado sempre a média do quarteirão, 85% a (Inaudível/interferência no áudio). Essa informação até foi apresentada na apresentação quando se discutiu a metodologia. Então, não vou me deter a essas informações. Os processos, são 15 processos, cada um deles contém alguns quarteirões que estão descritos e onde é apresentado o valor calculado. Aqui a gente chama atenção que o expediente de número 12 é uma repetição do item 6, mas a gente relatou, colocou também essa informação na apresentação para que fique destacado. Com relação à localização no mapa de Porto Alegre, sobrepondo sobre as regiões de planejamento, nós colocamos a informação de quantos quarteirões estariam em cada uma das regiões, para ter uma ideia de quais os quarteirões que estão sendo discutidos. No processo tem a referência das ruas e o limite desses quarteirões. Então, na Região de Planejamento 1 são esses 21 quarteirões que foram estão destacados aqui em azul e demarcados por esses pontos em amarelo. Na Região de Planejamento 2 agora vi que tem um mapa que ficou repetido, mas são 8 quarteirões, podem se ater ao mapa que está aparecendo na direita. Com relação à Região de Planejamento 4 tem esses 4 quarteirões que estão dos limites, aqui um pouco interno na região também destacados dessa mesma cor. Na Região de Planejamento 6 são 3 quarteirões que estão aqui nessa parte mais superior da região. Na Região de Planejamento 7 nós temos um quarteirão aqui próximo da Bento e mais um na Região de Planejamento 8, que é dentro ali da Restinga. A gente até colocou também a informação de cada processo, quais os quarteirões referidos, mas acredito que eu não vou tomar muito tempo relatando, tomar tempo do relator relatando cada um desses, mas a gente pode encaminhar essa apresentação com essas informações para os conselheiros. Então, seria isso e dá para ir ao relato. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vaneska, pela excelente apresentação. Passo ao Conselheiro Saffer, nosso relator. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite. Eu vou ler o meu parecer e dando algumas explicações. Depois eu vou fazer a apresentação, porque a apresentação foi muito boa que a Vaneska fez, principalmente do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

mapa, para vocês entenderem as regiões. Vocês se recordam que da outra vez foram aprovados, até eu fui o relator, nós aprovamos mais ou menos 6 mil quarteirões, na competência de 2018. Eu vou ler o parecer que mais ou menos já faz esse histórico, bem mais claro. Então: “Trata o presente expediente digital SEI para informar dos valores de solo criado aferidos manualmente para a Secretaria Municipal da Fazenda, visto não estar no relatório de preços unitário mínimo de solo criado adensável e não adensável, competência 2018, aprovado pelo Conselho do Plano Diretor”. Eu referi no caso que fui o relator. “Nesse relatório foram definidos, aproximadamente, valores para 6 mil quadras e, aproximadamente, 368 quadras a serem definidas manualmente. Nesse SEI estamos definindo valores de solo criado adensável e não adensável para 42 quarteirões oriundos de vários SEIs, provenientes de requerimentos, ou individuais, ou por partes do município. Conforme a Instrução Normativa 05, da SMDE, item 3, publicado no DOPA – Diário Oficial de Porto Alegre em 04/10/2019. Documento SEI 8349451, foram seguidos os seguintes procedimentos”. Essa instrução normativa eu vou depois explicar o que é, mas ela diz exatamente isso, por não estarem as quadras definidas tem que ser definida manualmente, depois passada ao Conselho. Qual foi o procedimento em todos esses SEIs? A UDRE/SMDE informa a configuração do quarteirão, as definições das faces e seus índices à Secretaria Municipal da Fazenda. A Secretaria da Fazenda recebe o processo, faz o cálculo manualmente do quarteirão solicitado, baseado na metodologia já aprovada no relatório de competência 2018. Não havendo por parte da DAE atualização monetária ou mesmo do mercado. Então, o que eu queria deixar bem claro aqui, nós não estamos discutindo aqui metodologia, porque já foi aprovada, é só uma questão que o computador não consegue fazer algumas coisas, que eu vou explicar o porquê, e o mais importante de vocês entenderem o porquê que ele vem para cá, e os valores ainda de quarteirões foram definidos naquele, que foi no ano passado, ainda são valores do mercado daquela época, porque não foram feitos novos levantamentos e porque tem que ser feito ainda com competência 2018. “Esse cálculo é feito manualmente por haver incompatibilidade de informações cadastrais enviados do sistema da Secretaria Municipal da Fazenda e as divisões territoriais da Secretaria de Planejamento. Nessas situações os quarteirões possuem diferentes índices em cada face, ruas que são atingidas parcialmente por outro regime de corredor terá um cálculo de forma que o índice ponderado. Se todas as faces tivessem seus quarteirões de terrenos iguais e índices iguais, poderia ser deduzido o valor por face via sistema, mas nem sempre ocorre assim”. Então, aqui estou tentando esclarecer o porquê que o processo vem aqui, por ter ruas que têm regimes de corredor e parte não e outros que os quarteirões não têm regimes iguais. Lembrando a metodologia aprovada e utilizada no relatório 2018, pode ser resumido da seguinte forma: “O solo criado é calculado por quarteirão, por cada face de quarteirão se calcula a cota de terreno, a cota de cada face é igual ao valor do terreno dividido pelo índice de aproveitamento. E o solo criado será a cota terreno média do quarteirão ou 85% da maior cota. Fica a sugestão do relator, após os trâmites necessários”. Aqui eu tenho que corrigir, depois, em conversação, são 42 quadras: “Fica a sugestão do relator, após os trâmites necessários, que essa listagem das 42 quadras com seus valores de solo criado adensável e não adensável ou de SEIs individuais que no futuro possam ocorrer, sejam anexadas à tabela de preço unitário mínimo de solo criado adensável e não adensável por competência 2018, aprovados no SEI 18.0.00004308-3. Criada uma nova versão desta e publicada no site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Justificativa: como são muitas quadras com valores a serem definidos, se essas informações não estiverem centralizadas em um único documento, a averiguação da falta de valores na tabela base ou a dificuldade de obter essas informações, podem gerar novas solicitações de SEIs já emitidos e não localizados”. Então,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

aqui estou justificando. Qual a minha sugestão? A gente sabe que as tabelas dos solos criados estão publicadas no site da Prefeitura, mas que seja, criadas revisões, revisão 1, 2, 3, cada vez que o Conselho define novas quadras. Não sei ficou clara a justificativa, a justificativa é que se não está ali publicado podem pessoas pedir novamente uma coisa que já foi definida na UDRE, na Fazenda e no Conselho, gerando novos processos. Vai chegar na UDRE e a UDRE vai dizer: “Não precisa porque já tem”; mas aí é uma burocracia desnecessária. Então, o despacho da UDRE 8348920, no qual encaminha as quadras para análise do Conselho, existe em duplicidade, o que a Vaneska já comentou, nos itens 16 e 12: “Ambos possuem SEI e tratam nas mesmas quadras, quando o SEI for enviado para homologação deverá ser eliminado o item 2. Considerando os fatos acima relatados, as análises e apresentações feitas por este relator, é favorável às definições dos valores de solo criado adensável e não adensável para os quarteirões solicitados nesse SEI, conforme documento SEI 8348920”. Eu vou fazer mais uma apresentação aqui, essa é a instrução normativa, que foi citada, que diz: “Considerando que o Conselho, através do SEI ‘ta’ aprovou a tabela, considerando que o CMDUA exarou o documento ‘tal’...” Mais resumidamente aqui: “Resolve, os valores auferidos manualmente da Secretaria Municipal da Fazenda, os quarteirões que não se encontram relacionados na listagem dos valores aprovados pela Prefeitura, são vários para a utilização do procedimento e alienação de índice, uma vez que é utilizada a mesma metodologia. Após o cálculo da Secretaria da Fazenda, os processos serão emitidos a UDRE para a confecção do termo de alienação. Até a aprovação da nova listagem os valores poderão, em consonância com os ditames da lei competente, os processos com cálculo manual, efetivamente, pelas metodologias provadas serão encaminhados ao Conselho ao final do período de cada ano”. Então, por isso que está aqui. Mais uma apresentação aqui rápida. Então, esse aqui eu peguei um dos exemplos, porque alguns SEIs têm um quarteirão, outros SEIs têm 3 quarteirões. Então, eu peguei um exemplo aqui, esse aqui é um exemplo de quarteirão que está pedindo esse 11 aqui que eu estou mostrando, que é um processo SEI 19.0.600106836-1, que é da Vinte Quatro de Outubro. Então, eles estão pedindo para esta definição aqui. Nessa região, esses quadrados vermelhos, que eu coloquei 61, 68, 15, 17, 19, são quarteirões que têm já os valores. Então, vejam só, o 63, o 9, o 13, não têm, provavelmente esses vão vir para o Conselho também. Então, eu fiz um levantamento desses que existem nessa macrozona, nessa UEU e botei os quarteirões, para vocês verem os valores adensáveis que foram definidos na época e em cinza é o valor onde estão definindo. Já vou esclarecer uma coisa aqui, vocês vão – pô, a Vinte Quatro de Outubro, como é que tem um índice menor que os demais? Bem, já vou explicar daqui a pouco. Esse é o procedimento, eu tirei cópia do processo de um dos SEIs. A UDRE pega as 4 faces dos quarteirões, que é Marilan, Vinte Quatro, Felipe Neri e a outra que está aqui, define os índices e manda para a UDRE. Não existe índice no Plano Diretor quebrado, o que existe são índices de 1.6, 1.9, esse 1.9 também já vou explicar porque foi criado e é uma das razões que deve ser feito o cálculo manual. Ou melhor, já vou explicar um pouquinho aqui. Essa rua aqui, se vocês estão vendo a linha azul, é a linha do corredor. Então, essa rua tem dois regimes urbanísticos, tem um regime na parte do corredor e um regime da parte inferior. Então, é feita uma média ponderada. Eu lembro que isso na época alguém explicou na apresentação que nós aprovamos o resultado. Então, é criado com resultado, deveria ser, provavelmente, 1.9, 1.6, ficou uma média de 1.79, de acordo com a proporção da rua. Se lá o quarteirão é 20m de 60, eles fazem todo um cálculo. Então, esse é o procedimento dos processos, a UDRE define os índices, dá para a Fazenda, a Fazenda calcula e manda de volta para a UDRE e depois vem para o Conselho. Então, tudo isso aqui é uma cópia, esses dois itens para vocês estão vendo aqui sempre é uma cópia de todos os processos. E aqui eu vou dar uma



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

explicação porque os processos vêm para cá. Então, à esquerda é o cadastro da Secretaria da Fazenda, vocês podem ver que tem uma linhazinha preta aqui, não sei se aparece o cursor para vocês. Então, a Fazenda tem esse quarteirão para fazer. Só que para a SMDE o quarteirão tem o corredor, que é uma diferença. Nesse canto aqui ainda tem mais uma passagem. Então, não tem como o computador fazer esses cálculos automaticamente. Então, portanto, eu dei um exemplo aqui, imaginem só, o valor de um terreno de 2000, de acordo com os índices de cada a rua a cota do terreno é definida dessa forma aqui, que eu dei uma explicação. Divide-se os 2000 pelo mil vai dar 2000, como a Vinte Quatro de Outubro o índice é maior, por isso que o valor do solo criado é menor, mas aí vocês vão dizer – Ah, mas o valor da Vinte Quatro de Outubro é maior; aqui eu estou dando outro exemplo. Exatamente, vamos supor, se o índice é 2000 na rua de trás, dividido por 1.6, dá 1.250 o valor em reais. Se essa mesma rua o índice for 1.9 já diminui, mas mesmo assim, se a cota terreno sobe, como o índice é alto, vocês estão entendendo que a cota do valor subiu de R\$ 2.000,00 para R\$ 2.300,00 e o índice é 1.9, no caso que a Vinte Quatro de Outubro ficou naquele ponderado, ele ainda fica menor de 1.210 e 1.250. Então, resumindo, possuindo uma face que eram os valores... Como é que se chama? Esses valores da cota terreno, porém com o valor dividido por 1.9, resultando uma cota terreno inferior. Eu aqui expliquei, se as faces fossem todas iguais o índice de (Inaudível) a cota terreno também teria diferente. Eu tinha outro exemplo aqui, terminando já, que é de outro local, só para vocês verem, que é esse aqui, que é na Rua Joaquim Silveira, que é um dos processos, tem esse quarteirão 43, tem o 19, que não é na rua, tem o 145 que é na rua e vão vir outros quarteirões, provavelmente o 43 ao Conselho, porque não tem solo, valores definidos. O procedimento é o mesmo, foram mandados os índices e em um dos processos, nesse processo SEI até tinha vários quarteirões. Eu estou exemplificando com um quarteirão só. Então, Secretário, só resumindo, a razão que vem para o Conselho, é por causa da diferença do cadastro entre a Secretaria Municipal da Fazenda, SMDE, a metodologia é a mesma, valores de cota são as mesmas e é isso. Se tiverem alguma dúvida estou à disposição. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Saffer, pela apresentação, relato muito claro. É bem técnico esse processo, de origem da Secretaria da Fazenda, a planilha de cálculo está na própria lei, não há margem para fazer diferente que não aquilo estabelecido na própria lei. A Fazenda traz esse cálculo, o qual prevê o Plano Diretor, que seve ser aprovado pelos senhores conselheiros. Eu questiono se a gente coloca em debate na data de hoje. O Conselheiro Felisberto pediu relato de vista. Então, a gente posterga para a próxima. O Conselheiro Gomes também pede vista. Então, o debate e a discussão. O Conselheiro Hermes também pede vista, o Conselheiro Rafael. O Conselheiro Gomes tem uma Questão de Ordem? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, é no sentido de saber com o Sérgio se já vai dispor os dados no SEI para nós. E parabéns pelo teu belo e detalhado relato. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Já está disponível no SEI. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Exatamente, está, tanto as apresentações, como o meu relato, só aproveitando, o Rafael perguntou. Os reajustes são daquela época. Nós vimos que como o mercado tinha caído, que o reajuste que nós aprovamos anteriormente foi menor do que da outra vez, percentualmente. É porque cada quadra teve variações bem diferentes. Na minha apresentação aquela vez eu ainda mostrei que tinha variações negativas e tinha algumas quadras que os valores eram altos. Felisberto, na tua região tem várias quadras, mas da outra vez nós aprovamos 6 mil quadras, nós não analisamos todas essas quadras. Fico à



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

disposição, porque aqui vai ser difícil nós entrarmos. A metodologia foi aprovada, é uma questão só de entender porque os processos estão vindo para cá. Obrigado. Estou à disposição de qualquer Conselheiro também. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro, pela excelente apresentação. Então, a gente tem relato de vista dos conselheiros: Felisberto, Gomes, Hermes e Rafael. Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não, é o aproveitar o momento, porque isso impacta nos recursos e muitos desses recursos irão para habitação de interesse social. Então, é importante que a gente tenha uma visão de toda essa sistemática e valores, o quanto vai ser arrecadado e qual vai ser a previsão. Então, acho importante a gente se debruçar sobre isso e quero parabenizar o Sérgio pelo belo relato e estudo que fez. Não estou discutindo a metodologia, estou querendo ver a capacidade do que vai ser arrecadado com esse processo de solo criado, até porque tem uma lei que foi aprovada na Câmara, que os recursos do solo criado serão revertidos para habitação de interesse social. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Nesse sentido, também temos vista ao Conselheiro Mark. A gente coloca em debate os relatos de vista na próxima reunião. Então, passamos ao **ITEM 4.08 - Expediente: 19.0.00043148-9**, interessado é o M4 CONSULTORIA E PROJETOS LTDA. É um desgravame de traçado viário. O Conselheiro Jackson é o relator. O processo foi distribuído em 17/06/2020. O prazo para relator foi em 24/06. A RGP. 3 já juntou o parecer favorável. Antes eu peço para a equipe do planejamento fazer um resumo para nós do que se trata. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, se trata do processo 19.0.00043148-9. É um desgravame, uma alteração de traçado viário. O endereço é a Rua Aliança, 247, o trecho final da Rua Amoroso Costa. E o requerente, como já foi citado pelo Secretário, é a M4 Consultoria e Projetos Ltda. Então, foi feita toda uma avaliação com relação à não execução. Aqui é a solicitação, onde o requerente coloca quais os motivos da necessidade de desgravame, coloca que esse trecho não seria necessário, ele coloca uma instrumentalização dos motivos para desgravame. Aqui é uma imagem de satélite, demonstrando onde incide a continuidade dessa via. Então, aqui está a Avenida Bernardi, aqui a Amoroso Costa, por isso é considerada uma continuidade da Amoroso Costa e que termina em um ponto esse trecho de gravame. É na Região de Planejamento 2, no Jardim Lindóia, próximo do Cristo Redentor. E aqui a delimitação tracejada da continuidade da via que está sendo mencionada nesse desgravame para adequação. Antes a gente tinha colocado essas imagens, que são as imagens da minuta, mas a gente decidiu fazer uma ampliação para poder perceber que é um ajuste, é essa a alteração aqui que está sendo citada, só esse trecho aqui. Pode parecer maior, mas é ajuste ali no quarteirão. Então, dentro da avaliação técnica passou pela GDU, que solicitou uma pesquisa de origem, que identificou que fazia parte de um loteamento anterior, o Loteamento Vila Cristo Redentor, de 1930. E aqui a nota técnica da PGM, que declara não ver óbice para esse desgravame, uma vez que o município optou pela alteração do traçado, como está registrado os croquis e nas plantas anexas ao SEI. E modificando, então, com relação a esse traçado original. São essas informações principais. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vaneska, pela apresentação. Passo a palavra ao Conselheiro Jackson. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite a todos. Registrando os meus parabéns ao trabalho da Vaneska, bem apresentado. Eu estou com dificuldade, porque eu não estou com o relato, que já está acostado no processo e ele



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ficou no PC do escritório. Tem como compartilhar por aí, Secretário? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Já estamos abrindo aqui. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Ótimo. Já acessei por aqui, consegui. Eu vou fazer a leitura aqui. É o Experiente 16.0.00043... (Inaudível/interferência no áudio). Originalmente com o número 002.244607.030. Assunto: desgravame de traçado viário, localizado na Macrozona 03, UEU 28, quarteirão 151. Trata-se de demanda da Empresa M4 Engenharia e Projetos Ltda., e o imóvel está localizado na Rua Aliança, 247, bairro Cristo Redentor, Região de Planejamento 2 do CMDUA. O imóvel será atingido por logradouro a ser construído de (Inaudível/interferência no áudio), sendo o mesmo prolongamento da Av. Do Forte. O terreno ainda será atingido em seu centro pela Rua Amoroso Costa. A demandante anteriormente inscrita como desnecessária a construção desse trecho da Rua Amoroso Costa, uma vez que a mesma se tornará uma ligação de uma praça devido ao empreendimento Lindóia Daymond, fl. 03 do processo. Em visita ao local este relator constatou que equivoca-se o demandante ao afirmar a questão da Rua Amoroso Costa que nasce a um acesso a praça. A bem da verdade, o local se tornará um beco, onde ao fundo pode se comprovar na fl. 13 do referido processo, que já existem construções ao fundo do terreno. No Despacho nº 6432694 consta claramente o que este relator observou na visita realizada. Já no Despacho nº 16437798 a Unidade de Gestão Desenvolvimento Urbano da SMURB registra não haver óbice à continuidade da Rua Amoroso Costa, que não foi prevista no Loteamento Lindóia Daymond. 6430792 é o número do despacho. Lindeiro à área e essa conexão foi substituída pelo gravame da Rua Hugo Hermann Filho, antiga Rua 1515. Dessa forma, somos favoráveis ao desgrame do trecho final da Rua Amoroso Costa. A PGM através da sua Procuradoria Setorial 06 também se manifestou no caso, registrando não haver óbice jurídico no caso em tela, no Despacho nº 9721722, emitindo a Nota Técnica nº 36/2020. Este Conselheiro ainda fez uma consulta com o colega conselheiro da RGP. 2, Adroaldo Barbosa, o qual também se posiciona favorável à demanda. Pelos argumentos aqui levantados e meu voto é favorável à demanda. Porto Alegre, 30 de junho de 2020. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Jackson, pela apresentação. Consulto, a gente coloca em debate o presente expediente, se tem algum Conselheiro que vai querer fazer o relato de vista na próxima semana, senão a gente pode debater o presente processo. Já temos a inscrição do Conselheiro Adroaldo. Mais algum Conselheiro quer se inscrever para debater o presente expediente? O Conselheiro Rafael para debater. Mais alguém? Então, a gente abre para debate. Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, na verdade, é para registrar o esclarecimento da colega Vaneska, que eu acho que foi bem esclarecedor. A gente já conversou com o Conselheiro Jackson. Ali é uma região muito bem organizada e é necessário para que se resolva definitivamente aquele quarteirão. E a gente não tem nenhuma oposição sobre a aprovação. Então, a região acompanha o parecer do relator. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** São dúvidas bastante pontuais, o que está gravado, a área que está gravada hoje, qual vai ser a destinação dela, se ela continua pública ou privada, né? Essa é uma pergunta, não sei se vai se destinar a pública. Claro, depois tem projetos, saber se a área é pública ou vai haver alguma permuta. Segundo, gostaria de saber quantas famílias, quantas casas são ali, em que pese, completamente diferente daquilo que a gente discutiu com aquele parecer lá da Lomba. Ali é uma questão de uma via estrutural da cidade inteira, né? A escala dela de importância nem se compara. Então, só mesmo por uma curiosidade de minúcia aí.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado. O Jackson e a Vaneska podem responder. Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: essa conexão da Amoroso da Costa para cima dela é bem atendida hoje pela rua Aliança, Rafael, que é o contorno que se faz. E em relação ao terreno, o terreno é privado, de 1930, quando foi adquirido. Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Eu acredito que o Conselheiro esclareceu. Eu tinha compartilhado a imagem para demonstrar. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Perfeito. Então, não havendo mais inscritos para o debate, a gente passa a fazer a leitura dos votos. Eu inicio com o Conselheiro Furtado. Estamos tratando do Item 4.08, o relator apresentou seu PARECER FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DO DESGRAVAME DE TRAÇADO VIÁRIO. Então, Conselheiro Furtado, como vota? (VOTAÇÃO NOMINAL): José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB: Favorável. Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC: Favorável. Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP: Favorável. Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN: Favorável. Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE: Favorável. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Favorável. Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM: Favorável. Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI: Favorável. Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Favorável. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Acompanho o relator. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Favorável. Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS: Favorável. Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Favorável. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Favorável. Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS: Favorável. Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Favorável. Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Favorável. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Favorável. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: Favorável. Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4: Favorável. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: (não está na sala). Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Favorável. Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Favorável. Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA: Favorável. Nesse sentido temos 24 favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR.** Então, a gente avança para o ITEM 4.09 – Expediente: 19.0.000101826-7. Interessado: MELNICK EVEN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS. Também alteração do traçado viário na Alameda Alceu Wamosy. O relator é a Conselheira Virgínia. Ops foi distribuído em



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

17/06 e o prazo para relato em 24/06. Estamos chegando hoje, já temos a manifestação favorável da METROPLAN, inserida em 30/06 no processo eletrônico. Antes peço que a equipe do planejamento faça o resumo. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Trata do expediente 19.0.000101826-7. É uma alteração de traçado viário na Alameda Alceu Wamosy, com o aumento de gabarito no trecho inicial, entre Avenida Carlos Gomes e Alameda Eduardo Guimarães. Interessado é a Melnick Even Andiroba Empreendimentos Imobiliários. A localização dele é bem entre as regiões, no entroncamento das regiões 1, 2 e 4. Ali o trecho destacado na imagem satélite de satélite. E aqui eu até ia também ampliar para demonstrar, porque também se trata de um ajuste, que na escala 1 para 5.000 ficar pouco perceptível, porque é um ajuste de gabarito, mas a ampliação também não dá muito essa percepção do alargamento. Então, aqui só para o registro, é um aumento de 3,5 metros. Fica dentro do bairro Três Figueiras, no limite entre Petrópolis, próximo da Perimetral, da Avenida Carlos Gomes. E aqui esse ajuste em azul. A justificativa, ela tem origem no expediente referente a um EVU aprovado pela CAUGE em 2018, que passou pelo CMDUA, foi homologado pelo prefeito no mesmo ano, em abril de 2018. E se trata de um aumento de gabarito para comportar a inserção da Alameda Alceu Wamosy com a Avenida Carlos Gomes e alargamento da pista da referida rua em 3,5m. Então, é difícil perceber na comparação entre as duas imagens, conforme o projeto geométrico que foi aprovado em 31/07/2019. Com relação ao parecer técnico da PGM, que sempre a gente tem colocado para verificar a inclusão de algum óbice, do ponto de vista formal não foi colocado nenhum óbice para aprovação desse alargamento. Então, era só a imagem novamente, porque eu estava verificando se eu ia colocar ela um pouco ampliada, mas acredito que sabendo o trecho da via é só esse alargamento mesmo. É isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vaneska, pela apresentação. Passo palavra à Conselheira Virginia, para que tenha a oportunidade de fazer o relato. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Boa noite a todos. Boa noite, Presidente. Boa noite demais conselheiros. Eu até havia enviado algumas imagens para Gabriele, faz algum tempo que eu fiz esse relato e peguei umas imagens do Google para melhor demonstrar, mas diante da apresentação da Vaneska criar que não há necessidade. Então, é o processo SEI 19.0.000101826-7. Trata-se de processo que visa a alteração do traçado viário da Alameda Alceu Wamosy com alargamento dessa via em 3,5m e aumento de gabarito no trecho inicial entre a Avenida Carlos Gomes e Alameda Eduardo Guimarães, inserida na MZ3, UEU 110, bairro Três Figueiras. Conforme plantas 1 e 2 anexas, fls 3 e 4 do processo. A demanda tem origem no UEU 002338285000, referente ao EVU aprovado pela CAUGE em 03/01/2018, nas fls. 17 e 19 do processo, com as condicionantes registradas pela SMS, pelo DEP, EPTC e SMOV, conforme fls. 20 e 26 do processo. Após foi aprovado pelo CMDUA o empreendimento na época, nos termos do Parecer 10/2018, de 20/03/2018, a fl. 31 do processo. É o breve relatório. O empreendimento objeto do UEU 002338285000 consiste em projeto de edificação de grande porte, composto por três torres, com base de loja, sendo uma residencial e duas de comércio, e serviços que variam entre 14 e 15 pavimentos cada uma, perfazendo um total de 218 apartamentos, 270 salas comerciais, 35 lojas e mais de 400 vagas de estacionamento. Assim, diante do porte deste empreendimento que está sendo discutido... E aqui é a alteração do traçado viário, não o empreendimento, só para que fique claro. Assim, diante do porte do empreendimento, que reflete no aumento de fluxo nas vias de acesso ao local, a comissão permanente de avaliação de impactos da circulação SMT/EPTC, entendeu necessária a imposição, dentre



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

outras, da seguinte condicionante: projetar e executar o alargamento da pista da Alameda Alceu Wamosy em 3,5m, mantendo a largura do passeio existente. Assim, diante do exposto, tendo em vista tratar-se de atendimento à condicionante imposta pelo poder público para a execução do empreendimento e sem que a solução proposta interfira nas demais propriedades situadas ao longo do trecho viário tenha que entrar na análise acerca do cumprimento das demais condicionantes, não vislumbrando qualquer óbice de alteração de traçado viário nos termos propostos, voto favorável a sua aprovação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira, pela apresentação. Seu relato favorável. Nesse sentido, consulto, a gente coloca em debater, há algum relato de vista? em não havendo solicitação de vista, alguém quer debater o expediente. Conselheiro Felisberto para esclarecimento. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Ficou uma dúvida, é um alargamento do que já está projetado lá hoje? Seria mais 3,5m, é isso? Vai impactar em alguns imóveis ali ou não? **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu abri aqui na tela, ela é uma via que já existe. Ela é essa via aqui com relação a Carlos Gomes, ela fica um pouco abaixo da Nilo. Ela faz essa entrada. Não sei se vocês todos conseguem ver. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** É isso que a Vaneska está colocando, são as imagens que eu tinha enviado. É isso mesmo, já existe a via, o empreendimento está em andamento e o alargamento vai pegar aquela patê do empreendimento, que tem um empreendimento do outro lado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O Conselheiro Rafael. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu não tenho nenhum óbice à proposta, só gostaria de reforçar o que está no regimento, porque o art. 18 deixa muito claro de quando pedir vista, que é no curso da discussão, facultado por uma única vez pedir vista do processo. quer dizer, é muito claro que é no curso da discussão. Eu reintero isso e não é por motivo algum, a não ser pela preocupação de que a gente consiga muitas vezes, como eu falei antes, no decurso da discussão pode ser gerada novas dúvidas que ensejam o Conselheiro a pedir vista. Inclusive, Secretário, eu quero elogiar, porque tomou uma atitude, quando eu comecei a participar do CMDUA – Só pouquinho, as pessoas pedem vista e continuam discutindo! Isso eu concordo, pediu vista encerra o debate e vamos adiante. Agora, o pedido de vista pode ser feito a qualquer tempo do processo de discussão. Isso tem que ser garantido, porque ele é justamente uma parte para que a discussão ensejam dúvidas que levam ao pedido de vista. Isso é uma coisa meio lógica e está ali, não vejo outra interpretação possível que não é essa. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Naturalmente, em seguindo a regra regimental ali que a gente estabelece em sendo uma única vez o pedido de vista, eu coloco em debate, quando há solicitação de vista a gente encerra o debate e coloca o processo de vista, no retorno a gente coloca em discussão. Não vejo problema em estruturarmos nosso regimento nesse sentido. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Presidente, uma dúvida e nada a mais, seria para a Conselheira Júlia da EPTC. Se esse alargamento dessa via tem a ver com um aumento de faixa de circulação e como seriam os impactos que vão produzir na entrada e saída do empreendimento na Carlos Gomes? Se vai precisar de semáforo a mais na faixa e etc. Isso não foi explicado no processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Emílio. As perguntas para outros órgãos não cabe aqui no debate, se há interesse em fazer o relato



de vista, enfim, senão a gente fica nessa questão de abrir a fala para um. A gente abre e encerra a o espaço de debate, onde todos têm a possibilidade. Se a conselheira puder dá a resposta no chat ali, enfim, se tem esse conhecimento, porque como não é ela a relatora. O Conselheiro Felisberto tem uma Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não é bem uma Questão de Ordem, o Hermes e o Dal Molin querem fazer uma pergunta, não sei se eles mantêm. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Vamos abrir para o debate. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Só para ajudar no entendimento, porque vi que o Conselheiro Felisberto e o Conselheiro Merino também tiveram um pouquinho de dúvida a mais. Quando há uma via de 3,5m, é uma via a mais de rolamento. Então, em uma rua a faixa que é necessária para um carro circular é de 3,5m, então, está se abrindo mais uma via para o carro circular. Então, pelo que eu percebi, o Conselheiro Felisberto queria saber do alargamento, se vai ser em frente ao terreno do empreendimento ou se ele vai seguir toda a Avenida Wamosy até encontrar aquela outra rua ali. E acho bastante importante que tenha o alargamento, porque vocês podem ver até pela foto que a Vaneska colocou, hoje em dia já é complicado, porque a largura da via para um carro segurar é menos de 3,5m. Tem um estacionamento, tem uma via de mão dupla que é bastante complicada. O meu filho estuda no Colégio ali perto e eu sei que aquela rua ali é muito complicada. Então, esse alargamento é bem-vindo, só que era para tirar a dúvida dos conselheiros. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Só para corrigir, Secretário. Eu havia pedido duas vezes para falar, fazer uma pergunta. O que queria perguntar, talvez eu não tenha ouvido, em relação a esse alargamento, isso não vai fazer diferença no meu voto, mas vai ser à custa do empreendedor? A segunda, um comentário, recentemente, até circulou pelas nossas redes isso aí, matéria sobre vários países da Europa, principalmente, até em função da pandemia, estão aumentando os seus espaços decalcadas, de convivência e diminuindo a possibilidade do automóvel dentro dessa política de menos automóvel. Embora eu entenda que Porto Alegre não tem essa capacidade de conseguir entender isso, até vou votar favorável, mas eu acho que essa política está contra o que está acontecendo no mundo hoje. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Temos uma Questão de Ordem do Conselheiro Patrick. **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Boa noite. Eu queria ajudar, porque eu fui o analista desse projeto e nós identificamos o que é sabido, que a região tem um grave problema de tráfego de trânsito. Então, uma das soluções apontadas até pela EPTC à época era o alargamento da parte da Alceu Wamosy, que casualmente é testada só do empreendimento, porque vira uma alça com a Alameda Eduardo Guimarães. Então, casualmente, toda a lateral do empreendimento, não pega nenhum outro terreno alheio, teria esse alargamento, e nós por parte da análise urbanística mantivemos a largura do passeio, ou seja, preocupados com o pedestre, uma das condições é assim, OK, vamos alargar para o carro e manter a largura do passeio ao pedestre. Então, eu acredito que venha a ajudar a questão de tráfego, sem prejuízo ao pedestre. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Então, inicio a votação. (VOTAÇÃO NOMINAL): Parecer favorável da relatora. Como vota o Conselheiro Furtado? **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Prefeito – GP: Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Favorável. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Abstenção. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu me abstenho. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** (não está na sala). **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável. Ao final eu gostaria de um aparte em cima da fala do Conselheiro Hermes. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Favorável. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Favorável. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** (som bloqueado). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Favorável. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Favorável. A gente tem 22 votos favoráveis, 02 abstenções e nenhum contrário. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DA RELATORA.** Conselheiros, no avançado da hora... temos uma Questão de Ordem do Conselheiro Dal Molin. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Só pegando um pouco do que o Rafael falou e do que o Hermes falou, eu acho que seria importante lá por setembro a gente ter uma reunião com um assunto definido. E eu sugeriria que o conselho pudesse conversar sobre densidade, que agora com a pandemia muito se fala entre as densidades das cidades, que as pessoas fazem muita confusão entre densidade e aglomeração. Então, uma cidade de baixa densidade também pode ter muita aglomeração de pessoas. As pessoas ficam dizendo que cidades com muita densidade demográfica vão ser mais fadadas a ter doenças ou ficar mais vulneráveis à pandemia. Não adianta nada a gente ter uma cidade com baixa densidade, mas que tem um locais de muita aglomeração de público. Então, acho que é um debate bastante interessante. Então, é a minha sugestão. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Tem várias pautas, vamos aproveitar a tecnologia a nosso favor e fazer um debate bem interessante, agregar outras pessoas. Vamos organizar na próxima reunião e deliberar essa pauta, uma pauta sem processos. Então, formalizem isso pela secretária executiva para que a gente consiga organizar e trazer na próxima reunião. Então, a gente aguarda a formalização e deliberamos na próxima reunião. O Conselheiro Gomes quer uma Questão



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

de Ordem? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Sim. Face a manifestação do Dal Molin, nós temos uma pauta que está bem atrasada e é urgente, que é a regularização fundiária, que a gente tem uma grande expectativa de ouvir as regiões e o conjunto sobre esse tema. Então, a minha sugestão é essa. Considere-se já registrada, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Realmente, bastante interessante. Eu acho que a gente vai conseguir agregar a equipe da regularização fundiária e outros atores do governo para apresentar e debater esse tema interessante. E pediria a gentileza de formalizar, porque vai vir outras sugestões. Então, a gente coloca para a discussão aqui para vocês, programa aqui. Agradeço a oportunidade do debate, o amadurecimento da construção da discussão. Um abraço e um excelente final de semana para todos vocês, fiquem com Deus. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h00min).**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:



ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2847/2020

Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular) e Raquel Hagen (2ª Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação Atas 2834, 2835 e 2836/2020 (Votar em 11/08/2020); 3. Comunicações; 4. Ordem do Dia. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h07min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Senhores Conselheiros, são 18h07min. Em havendo quorum a gente declara aberta a nossa reunião extraordinária do CMDUA, desejando uma excelente noite de trabalho, de debates, de construção, evolução sempre. Peço desde já desculpas pela a tentativa de reunião na terça-feira, a nossa reunião ordinária. Nós tivemos alguns problemas no aplicativo, a gente identificou depois que era o problema no Zoom, no outro dia de manhã continuamos com problemas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

aí conseguimos equacionar. Então, entendemos adequado cancelar a reunião para que a gente pudesse corrigir o problema. Hoje, então, retornando às nossas atividades de rotina. Temos inscritos, antes de fazermos alguns comentários gerais, sobre encaminhamentos, eu queria abrir para a comunicação externa, a Sra. Adelaine, representante da comunidade, indicada pela Conselheira Claudete. Ela é representante da Comunidade Quatro de Junho – Parada 6 da Lomba do Pinheiro. Depois temos inscrita no período de representação externa a representante da ASBEA, a Arquiteta Raquel. Então, eu passo a palavra primeiro para a Sra. Adelaine. Se encontra? Não localizamos. A Maristela já está por aí? Vamos, então, passar a palavra para a Arquiteta Raquel, pelo período de 5 minutos, enquanto eu peço para que os conselheiros façam a orçamento para o período de Comunicação nosso, regimental. Raquel, por favor. **Raquel Hagen (2ª Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Raquel, Visitante:** Boa noite a todos. Então, eu sou suplente neste Conselho pela ASBEA/ÁREA, mas hoje estou aqui na comunicação externa, porque eu não sou a representante oficial hoje, que é o Sérgio Saffer. Eu estou aqui hoje para fazer uma surpresa, na verdade, para ele, uma homenagem em nome da ASBEA, para o Sérgio. Então, queria ler uma mensagem para ele rapidinho, fazer essa homenagem. Está com cara de surpresa ali (Risos). Bom, então, o Sérgio Saffer é o nosso representante aqui oficial no Conselho, sócio da ASBEA há mais ou menos 20 anos. O Sérgio tem sido um membro exemplar em tudo que ele participa, que se dedica. E eu tenho visto mais de perto, particularmente, nos últimos 2 anos, o quanto ele se esforça para ajudar os associados, com uma visão ética e interessada em fazer o melhor. Não vejo ele reclamar das demandas, que não é só o Conselho, e todo mundo sabe que o Conselho é uma demanda importante e grande, né. São diversos grupos de trabalho interno, diretoria e tudo que precisarem dele, ele está disposto. Então, pelo caráter dele é sempre lembrado para comentar ou para se posicionar sobre os temas polêmicos, porque é notável a sensatez e a ética que ele tem nas palavras e nas ações. Então, mesmo que alguém não concorde muito com ele é necessário concordar com a coerência e no sentido do que ele faz. No que diz respeito a questão para a cidade ele é ainda mais crítico, pela preocupação que demonstra empresa produzirmos uma cidade melhor para todos, pensa em uma cidade melhor e alcançável, não simplesmente ideal e utópica. O que é possível fazer com o que temos, o que é possível fazer para melhorar dentro do que é legal. Sinto que essas perguntas estão em cada resposta que ele dá quando questionado sobre as questões da cidade e da arquitetura, se dedica pelo bem da cidade e dos que estão a sua volta, não somente pela associação, mas com ações solidárias. Inclusive, ele próprio cozinhando. É muito bom contar contigo, Sérgio. Nada mais justo do que uma homenagem, mesmo que simples e provavelmente aquém do que tu mereces. Parabéns pelo profissional e pelo ser humano. Então, a gente fez uma pequena homenagem, que é uma plaquinha para o Sérgio, que ele vai receber em casa. Como era uma surpresa, ele não poderia receber antes. Então, obrigado por este ele eu acho que era muito importante fazer essa homenagem ao Sérgio aí. Obrigada. Boa noite. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Que bacana, Raquel! Parabéns! Parabéns mesmo. Todos os conselheiros admiram o trabalho do Sérgio, sempre com tranquilidade, com maturidade, tentando conciliar, contemporizar, dialogar, entender. É motivo de muito orgulho ter um conselheiro tão capacitado, tão esforçado. A gente viu, recentemente, ele relatando o expediente do solo criado, a gente vê que tem um esforço de buscar a informação, de trazer mais claro possível, de compartilhar, dividir o conhecimento com os demais colegas. Realmente, é digno de todo o aplauso, toda a admiração aí da nossa cidade de Porto Alegre. Parabéns, Saffer. Não sei se quer fazer alguma fala aí. Está liberado. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos**



Escritórios de Arquitetura - AREA: Realmente, é a primeira vez que recebo uma surpresa assim. Então, fico muito contente e emocionado, porque a gente faz porque faz, não tem porque a gente faz, a gente não faz esperando isso que vocês fizeram para mim. Eu sei que isso é uma coisa que a ASBEA tem feito junto a várias pessoas, eu não esperava, mas agradeço. Eu acho que é exatamente isso que tu disseste, quem me conhece, eu sou assim, quando eu estou me dedico e queria agradecer a essa homenagem de vocês e de todos aí, muito obrigado, realmente. Muito obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Sérgio querido. Parabéns mais uma vez. Que bom a gente ter esse espírito, essa situação de carinho aqui no Conselho. Creio que todos aqui gostariam de falar e ter a oportunidade de agradecer e te parabenizar pelo trabalho. A gente tem ainda, antes de abrir o nosso período de comunicação, a Jaqueline, que é representante da comunidade, agora já está presente. Tem o período de 5 minutos para fazer a sua fala. **Jaqueline, visitante:** Então, eu sou usuária aqui da Comunidade Nova Barreto, aqui na Lomba do Pinheiro, na Parada 2 A, há alguns bons anos a gente tem uma luta grande aqui de regularização fundiária, a gente busca várias coisas aqui. A gente tem uma área aqui que a gente está em luta para ter uma baita de uma... Como é que se chama? A gente chama, popularmente, de uma sanga, né. Tem um valo gigantesco aqui, bem no meio. Então, ocasiona muitas dúvidas para nós como mães, como população em geral, porque como que a criança vai brincar perto de um valo onde corre esgoto, não é esgoto só da nossa comunidade, vem de condomínios lá de cima, da Parada 03, inclusive. A nossa preocupação maior é isso, esse esgoto, porque nós enquanto população tenta amenizar os danos desse esgoto, porque o esgoto de toda Porto Alegre corre sim em algumas sangas, em algum lugar esse esgoto tem que fluir. Hoje em dia a nossa maior preocupação é assim a regularização fundiária daqui, se vai ser, se vai acontecer e quando isso. Até, então, já era para a gente ter sido removido daqui, ido para um empreendimento, não aconteceu, o DEMHAB veio aqui várias vezes e também não tivemos mais resposta nenhuma, positiva ou negativa disso, quem serão as pessoas que serão removidas daqui, quem que está na área de risco, porque tu pensas que mora em uma comunidade há mais de 10 anos, tu começa a construir uma casinha bem popular, bem simples, né, e aos poucos tu vais conseguindo um emprego melhor, né. Até quando tu consegues alguma coisa assim junto ao governo? Aqui não tem água canalizada, regularizada, a água aqui o DMAE liberou alguns registros, assim, mas volta e meia estoura algum cano. Então, tu não tens a certeza 100% que essa água seja potável ou não. A luz também volta e meia a gente tem que ver com os próprios vizinhos para comprar fio, aquela coisa toda, estoura fio, pode queimar sim nossos eletrodomésticos, nossa geladeira, nossas coisas, né. Então, são de coisas em coisinhas, mas hoje o que mais, que para mim está incomodando é essa incerteza do governo de quem realmente vai precisar futuramente sair ou não, porque a gente já teve uma reunião junto com a PGM. Eles falaram: “Olha, se vocês quiserem podem se organizar, tentam construir, fazer alguma coisa assim, de plantação de frutíferas, alguma coisa em volta dessa sanga”; porque é um valor bem grande de extensão, mas a gente quer sanar os danos, a gente quer continuar sim morando aqui, porque é uma área muito boa, os vizinhos são antigos aqui, mas a gente precisa, a gente tem escola perto, os moradores são todos os antigos aqui e a gente quer sim o nosso direito, porque eu acho que isso é uma coisa que está na Constituição e o governo eu acho que deveria apoiar essas famílias que moram aqui. Hoje não tem o saneamento básico? Vamos ver o que a gente pode ajudar, seja com cano, seja com um poste de luz que você a CEEE não está mais usando, né. Vamos tentar ajudar, porque aqui também tem muitas famílias carentes, que não têm condições nenhuma de pagar um empreendimento, seja Minha Casa Minha



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Vida ou outra coisa futura, né. Então, a gente queria e Precisa sim do apoio do governo. Assim, a gente elege os governantes que é para nos auxiliarem, né, como usuária, como eleitora, este é um ano de eleição, né, a gente precisa ser parceiro. A comunidade precisa ter parceiros no governo. Eu penso isso muito, né, e a gente está instigando bastante nossas comunidades nisso, né, da gente não ter só aqueles candidatos nessa época pré-eleitoral. Todos os anos a gente saber onde que a gente deve pedir ajuda, de quem tem que nos assessorar. Nós tivemos aqui na comunidade uma senhora que teve a sua casa, que pelo tempo e tudo acabou se desmanchando. Para que a gente deveria pedir ajuda nesse momento que a pessoa ficou sem moradia? A pessoa era uma mãe de família, desempregada, não recebendo o auxílio emergencial. Para quem a gente pede ajuda? Então, são coisas que ficam essas incógnitas na comunidade, qual parte do governo assessoraria aqui a Lomba do Pinheiro, para quem que a gente pede ajuda? Muitas vezes ali dentro não entra o caminhão do lixo, porque a rua tem muito, muito, muito esse esgoto que estava falando. Então, cria um barro horrível ali, não dá. Então, é bem difícil. A gente pede o apoio de vocês em todos os sentidos, seja nessa parte de assessoramento para a regularização, em todos os sentidos. Muito obrigada a vocês. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Jaqueline, pela tua fala. Importante colocar em pauta. Nós estamos de fato em um período eleitoral, que venham esses debates para pauta, que de fato possam ser apresentados pelos nossos candidatos aí. Neste Conselho também temos a proposição de discutir aqui a regularização fundiária, o processo de revisão do Plano Diretor, pauta extremamente importante para a Cidade de Porto Alegre. Eu tenho aqui na sequência inscrito o período de Comunicação o Conselheiro Felisberto, Jacson e o Conselheiro Sérgio Saffer. Eu encerro a inscrição do período de comunicação e abro a fala para o Conselheiro Felisberto. **3. COMUNICAÇÃO. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e a todas. Mais uma reunião de trabalho. Os meus informes são três tópicos. O primeiro deles é que no sábado, dia 15, às 15 horas, estarei fazendo um diálogo público sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de 1999. Estarão presentes Newton Burmeister, Virgínia Muzel, Maria Teresa Albano e Regina Pozzobon. Será às 15 horas e o meu telefone para contato, será um diálogo aberto, público, eles farão explanação durante certo tempo para colocar a experiência de 99. Depois abriremos para questionamentos, considerações, sugestões para que a gente produza nesse momento uma história, um resgate desse período que foi começado em 93 e finalizado em 1999. Então, é importante que a gente conheça a história de Porto Alegre e possa avaliar 20 anos depois quais são os problemas e discutir com a sociedade essa construção de um plano coletivo e que melhore a vida das pessoas na cidade. Esse é o meu primeiro informe. O segundo é com relação ao grupo de trabalho para o livro sobre o Conselho. Eu queria propor aos que se inscreveram que cada um escrevesse um pouco as suas considerações e enviasse para o meu e-mail, para que a gente pudesse ter... Tem coisas que são da lei, basta a gente copiar da lei, que é a estruturação do Conselho, mas tem uma visão e eu quero submeter aos nossos pares para que possa sair uma visão coletiva do Conselho, com as nossas críticas, nossas sugestões, o que nós entendemos oportuno para democratizar cada vez mais este Conselho que é importante para a cidade. E a terceira é parabenizar o Sérgio pela homenagem, merecida, Sérgio. Tu és um Conselheiro que a gente discorda, mas sempre tu tens o caráter de entender os questionamentos e procura não levar para o lado pessoal. Isso é muito importante. Então, quero te parabenizar mais uma vez. Obrigado. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite a todos colegas, prazer estar com vocês aqui. Parabéns, Sérgio! Eu acho que o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Sérgio sempre foi um destaque como técnico conosco, que não somos técnicos da área. Então, parabéns, merecido. Queria registrar também, eu ontem participei da live do Paulo Jorge com o Gomes e com a representante lá do Morro da Polícia. Uma live muito interessante que falou sobre questões fundiárias, de regularização fundiária e outras questões de necessidades que até a gente desconhecia. Por exemplo, o Morro da Polícia não tem, eles são abastecidos todas as quartas-feiras por um caminhão-pipa. E isso para mim é uma vergonha enquanto nascido nesta Cidade de Porto Alegre. Então, foi muito bem trabalhado ontem o assunto, teve diversas participações no chat, eu acompanhei também, participei, incomodei os colegas um pouco, os dois colegas aí; mas eu acho que é muito positivo isso. Felisberto, eu vou fazer meu tema de casa, já tinha começado e não terminei, vou te passar por e-mail. Os meus registros eram esses e um bom trabalho para nós todos.

Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Boa noite, pessoal. Obrigado novamente, mas eu queria só comentar que houve uma falha nossa, que a gente esqueceu de comunicar na quinta passada uma live que houve segunda-feira agora. Queria agradecer na pessoa do Artur Ribas que participou. Eu consegui na última hora compartilhei tanto no grupo que ainda existe antigo do Conselho, como o de representantes de entidades, que foi o evento da ASBEA, juntamente com algumas associadas. A Raquel foi a mediadora e nós falamos exatamente de uma das propostas que estão nesses itens que nós vamos votar para ser discutido no Conselho, como extrapauta, que foram os últimos decretos que foram feitos na prefeitura. Para vocês terem uma ideia, agora entrei aqui no YouTube para ver, nós estivemos em 2 dias, do dia 08 para cá, mais ou menos 300 visualizações. Não foram não dia 300 visualizações, mas isso fica gravado e as pessoas vão assistindo. Dentro dos nossos eventos, esse, proporcionalmente, é um dos que mais teve audiência e visualizações dessa última live. Então, de novo agradeço ao Artur. Obrigado, pessoal, é isso aí. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Saffer. Realmente, excelente debate, acompanhei um pouquinho no início ali, nossa diretora, motivo de muito orgulho para a Prefeitura, para a cidade, para a Secretaria, fazendo um trabalho brilhante à frente do escritório de licenciamento. **2. VOTAÇÃO ATAS 2834, 2835 E 2836/2020 (Votar em 11/08/2020).** Então, senhores conselheiros, agradeço as palavras. Iniciando a nossa reunião, só gostaria antes de trazer para a deliberação as Atas 2834, 2835 e 2836. Se, se porventura algum Conselheiro está desfavorável à aprovação das atas, por favor, que se manifeste no chat. Enquanto eu abro para a Questão de Ordem do Conselheiro Gomes. Temos abstenção do Conselheiro Darci, do Conselheiro Jackson, Conselheiro Tânia, Conselheiro Mark. Por favor, Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiro s, boa noite. Presidente, tem um assunto que de repente pode haver um cruzamento com o Conselho. Então, eu vou fazer essa comunicação que poderá ser útil. Caso tenha algum conselheiro que seja candidato a vereador nas próximas eleições, para se ater ao calendário, dia 15/08 é o prazo de desincompatibilização. E como nós conselheiros aqui temos vínculos com o município, algum Conselheiro que venha ser candidato a vereador deve tomar cuidado em relação a essa data. Seria isso, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Bem lembrado, importante todos estarem atentos, questão de responsabilidade, é importante. Só retomando, abstenção dos Conselheiros: Darci, Jackson, Tânia, Mark, Rafael e Jeanice, os Conselheiros Hermes e Felisberto também. A Conselheira Claudete também abstenção. **APROVADAS AS ATAS.** Lembrando que todos os conselheiros receberam as sugestões de pauta, conforme combinamos da outra reunião, pedimos que fossem enviadas por e-



mail algumas sugestões de pauta, vieram pautas muito interessantes: regularização fundiária, plano de mobilidade, Porto Alegre pós-pandemia, plano de mobilidade para o centro urbano, Plano Municipal de Saneamento, planos regionais e locais de planejamento, Plano Municipal de Habitação, logística reversa, cadastramento de logradouros, gravame de Plano Diretor, instrumentos urbanístico, contrapartidas, os projetos de leis, decretos, resoluções a partir de 2019. Tem uma sugestão nossa, da SMAMS, de análise de resultados das oficinas. Do IAB os decretos ao processo de licenciamento que foram expedidos mais recentes. Então, a secretária executiva organizou todas as pautas que vieram, por sugestão dos emails, encaminhou para todos. Eu pediria, como a gente pode ir para organizar a data, a gente sugeriu que toda a última quinta-feira do mês da nossa extraordinária possa ser ocupada por uma reunião que debata esses processos aqui sugeridos por vocês. Então, a gente tem cinco datas até o final do ano, como nós temos 14 sugestões de temas para serem pautados, eu pediria que os conselheiros ao final da reunião, que a gente pudesse indicar quais os assuntos que entendem que devem ser pautado nessas reuniões. Aí, naturalmente, os cinco mais votados terão essa priorização. Acho que podem enviar por e-mail ou a gente no final da reunião também tenta compartilhar a tela com as opções e vocês colocam no chat. Cada conselheiro vota em 05, porque são 05 datas que nós temos. Então, Questão de Ordem da Conselheira Maristela.

Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: (Manifestação fora do microfone)... eu sei que é intempestiva, mas não consegui entrar antes, sobre a comunidade da Vila Barreto, nós estaremos atentos, porque diz repeito ao Plano Diretor, a esta área ambiental. Então, só para me manifestar nesse sentido e agradecer, Secretário.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado. O áudio ficou um pouquinho ruim, falhando, mas a gente conseguiu ouvir. Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto.

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Secretaria, é sobre a questão das pautas, para discutir em uma extraordinária, na quinta-feira. Eu queria propor que o Senhor pudesse já botar ali no chat as pautas, as 14, e que a gente já pudesse ir votando e ao final ficasse consignado quais as 5 pautas mais votadas. Eu acho que isso agiliza e dá uma tranquilidade. Eu acrescentaria mais uma, a 15ª, que seriam as APPs, área de proteção permanente, que é importante discutir isso também. Obrigado.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Boa sugestão. A gente vai disponibilizar no chat a ordem das pautas e pedimos que os senhores conselheiros votem em 05. A gente ao longo acompanha o chat para resgatar o voto de cada um dos Senhores Conselheiros. Temos ainda uma Questão de Ordem da Conselheira Claudete.

Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Boa noite a todos e a todas. Eu só questiono, Secretário, no sentido de contribuir, para a gente ter uma forma mais produtiva, até porque e nós estamos na pauta agora, que são essas escolhas, eu acho que ela deveria ter um debate até da metodologia de encaminhamento. Tem temas ali que podem ser muito bem aglutinados e tem temas, até entendo que não sejam necessários entrar nessa questão do regimento a cada dois meses, ou por ser obrigação da Secretaria, ou por ser capacitação, que difere daquilo que é previsto no Regimento, que são pautas para a discussão.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheira Claudete. Naturalmente, a nossa obrigatoriedade prevista no regimento é de dois em dois meses, né, inserir um debate pauta. A gente está propondo que seja uma ao final de cada mês. Temos poucas opções até o final do ano. Então, a fim de organizar propomos isso. As sugestões de pautas são oriundas dos conselheiros, a gente tem o que se acumulam ali, são os itens



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

12 e 14, são situações semelhantes, só que uma com um período anterior, a partir de 2019, e outra, os processos de licenciamento mais recentes, com as sugestões específicas que o Conselheiro do IAB trouxe ali. Então, democraticamente, a gente dá essa opção, eu estou acatando a sugestão do Conselheiro Felisberto, mas, naturalmente, podemos ao final da reunião abrir a oportunidade, se quiser debater, enfim, encaminhar para votação, fazer um voto nominal. E a partir desta priorização a gente organiza uma proposta de debate desses temas dentro das nossas reuniões. Então, senhores conselheiros, a gente disponibiliza novamente o arquivo e ao final da reunião a gente traz esse assunto. Eu proponho que em função de assumir essas pautas, que a gente consiga avançar um pouquinho no horário da nossa reunião, eu acho que a nossa dinâmica agora em função de as reuniões serem mais remotas, a gente não tem esse tempo de deslocamento, como a gente tinha antes. Então, proponho que a gente avance um pouquinho no nosso horário, nas nossas reuniões, para ter essa margem, para a gente debater essas pautas importantes para a cidade. **4. ORDEM DO DIA.** Passamos ao **ITEM 4.1: IGREJA PENTECOSTAL ASSEMBLEIA DE DEUS**, foi disponibilizado em 10/08 ao conselheiro-relator que tinha solicitado a diligência, ao Conselheiro da SAERGS, que está fazendo a análise do retorno dessa diligência. Então, no dia 18 é o prazo para relato. Então, não precisa ser na data de hoje. **ITEM 4.02:** Interessado é o **MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**, é uma modificação de gravame de viário de escola. O conselheiro-relator é o Conselheiro Felisberto, da Região 01, o processo foi distribuído em 17/06/2020. Ele teve o prazo para relator em 24/06, postergado para 11/08. O parecer do conselheiro foi anexado no dia 10/08. Peço que a equipe de planejamento faça um breve resumo antes de passar a palavra ao conselheiro relator fazer o seu relato. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, o item 4.02 da pauta, Expediente 18.0.000121552-0, trata de uma modificação de gravame de viário, no qual consiste no desgravame do *cul-de-sac* da Rua Ana Júlia Pereira, e ajuste da área de escola, ambos pertencentes ao Loteamento Residencial Nova São Francisco. A justificativa se dá que a proposta de desgravame, pelo fato de que a mesma não é uma rua sem saída, ela possui uma continuidade no loteamento, denominado Chácara das Peras 1 e 2, e a proposta de desgravar o *cul-de-sac* e gravar o perfil viário com 10 metros e um trecho de modo a reconhecer a continuidade do perfil da via. A área pública destinada ao *cul-de-sac* não foi executada como tal e já se encontra absorvida por outra área pública, no caso a área de escola que está sendo mencionada, a qual também vai ter o perímetro ajustado. A localização é na Região de Planejamento 07, que aqui está delimitada a Rua Ana Júlia Pereira em vermelho, dentro do contexto a Estrada São Francisco e a Rua Gabriel Vieira. Aqui a imagem com essa correção, que é esse ajuste que está sendo colocado aqui. Aqui primeiro a localização ali no contexto da Lomba e aqui nessa a criação dá para ver ali em laranja demarcado em pontilhado o que está sendo objeto do ajuste aqui, dessa forma arredondada, porque era uma rua sem saída, mas agora ela já tem essa conexão. Por isso que se coloca a necessidade desse ajuste. Aqui eu trouxe as imagens que estão no expediente, que é um pouco difícil de visualizar, justamente porque acaba ficando pequeno, mas é essa área aqui, onde tem essa escola gravada em uma delimitação rosa, que tem esse vermelhinho e esse segundo é o ajuste, uma ampliação. O despacho da Coordenação de Desenvolvimento Urbano coloca que o traçado viário de *cul-de-sac* é necessário, adequado e obrigatório para possibilitar o retorno de veículos que ingressarem em rua sem saída. No caso, essa rua não é uma rua sem saída, ela possui continuidade nesse loteamento lindeiro, como foi mostrado. Trata-se, portanto, do reconhecimento de uma situação real observada no local. É isso, são as informações mais relevantes. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Vaneska. Sempre brilhante ilustrativa de apresentação. Passo de imediato a palavra ao Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Agradeço a Vaneska pela apresentação, ficará muito mais fácil o meu relato e o meu parecer. Então, trata o presente Expediente SEI 18.0.000121552-0, de modificação de gravame de viário, que consiste em desgravame do *cul-de-sac* da Rua Ana Júlia Pereira e ajuste da área da escola, ambos pertencentes ao Loteamento Residencial Nova São Francisco. E o gravame do gabarito de 10m nesse trecho de via, inserido na Macrozona 10, Unidades UEU 001, bairro Lomba do Pinheiro, conforme as plantas 01 e 02, anexas, bem como a foto aérea da área. Isso está no processo e a Vaneska mostrou isso. Segundo a Procuradoria Municipal Setorial 06, departamento e unidade da Prefeitura Municipal, a proposta do desgravame do *cul-de-sac* da Rua Ana Júlia justifica-se pelo fato de que a mesma não é uma rua sem saída. Diz ainda, que a referida rua possui continuidade no loteamento lindeiro. E é verdade, como as fotos demonstram e não há nenhuma contrariedade. Inclusive, eu entrei em contato com a com a Maristela e houve concordância. Então, continuando. O lindeiro denominado Chácara das Peras 01 e 02. A proposta consiste em desgravar o *cul-de-sac* e gravar perfil viário com 10m no trecho, de modo a reconhecer a continuidade do perfil da via Ana Júlia Pereira. Tendo em vista a área pública destinada ao *cul-de-sac* não ter sido executada como tal e já se encontra absorvida por outra área pública, a saber, uma área da escola. Foi mostrado ali o ajuste que tem que ser feito. A qual também terá o seu perímetro ajustado, conforme anexo 02. Assim sendo, os vários órgãos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, inclusive, a PGM, opinaram pela aprovação do solicitado neste expediente. Face a comunidade do entorno envolvida e o Fórum da Região de Planejamento 07, através da conselheira, não terem nada a opor ao pedido. Sendo assim o relator manifesta favorável ao requerido nesse expediente. Porto Alegre, 11 de agosto de 2020. Esse é o parecer. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pelo excelente parecer. Nesse sentido, eu abro a oportunidade se algum conselheiro vai querer fazer o relato de vista ou se inscrever para debater o processo. Em não havendo inscritos para o debate, entendo que foi bastante elucidativa a apresentação do relator e da Vaneska. Então, abro para a gente deliberar o parecer favorável para votação. Temos PARECER FAVORÁVEL AO CONSELHEIRO RELATOR. Nesse sentido consulto o Conselheiro representante do DEMHAB, como vota? (VOTAÇÃO NOMINAL): **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Favorável. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Favorável. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O Conselheiro Mark não está mais presente. O Conselheiro Felisberto é o relator, favorável. Conselheiro Adroaldo como vota? **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O Conselheiro Paulo Jorge não se encontra. O Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nesse sentido, temos 22 votos favoráveis e nenhum contrário, nenhuma abstenção. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR.** Só um pouquinho, não fizemos a leitura de voto dos Conselheiros Dal Molin e Dinar. Desculpem Conselheiros. Conselheiro Dal Molin, como vota? **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Em tempo, boa noite a todos. Eu acompanho o relator. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Acompanho o relator. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, corrigindo, temos 24 votos favoráveis, nenhum contrário, aprovado o expediente de item 4.02 da pauta. Passamos ao ITEM 4.03: Expediente 19.0.00083167-3, NEXTEER, inclusão de traçado viário, o relator é a Conselheira Júlia da EPTC. O processo foi distribuído em 17/06/2020. O prazo para relato foi em 21/07, tivemos o parecer favorável em 04/08/2020. A empresa de planejamento também fez uma apresentação. A gente teve solicitação de relato de vista do Conselheiro Felisberto e o Conselheiro Hermes, que eu consulto se há o relato da vista. Posso pedir para a Vaneska nos fazer um relato do que se trata. Pode ser? Embora seja recente. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Sim, eu me lembro que a apresentação da Conselheira Júlia foi bem completo, mas vou apresentar rapidamente principalmente os mapas para lembrar os conselheiros. Expediente 19.0.00083167-3, Item 4.03 da pauta de hoje, trata de uma inclusão do gravame da Diretriz 737, até entre parentes “restabelecimento”, porque é uma diretriz que está sendo resgatada e uma inclusão de traçado viário na Rua Giuseppe Mandelli, 118, requerente Nexteer. No mapa de localização, em laranja essa conexão que essa diretriz faz na continuidade da via. A localização dentro do bairro Anchieta, continuidade da Telmo Kruse, nesse em marrom demarcada a área que trata a diretriz. A imagem da minuta da resolução que coloca a situação atual desse quarteirão integral e aqui essa divisão através dessa diretriz para a estruturação urbana. O parecer técnico para resgatar a motivação, inclusão do traçado viário para o prolongamento da Avenida Doutor Telmo Kruse até a Rua Giuseppe Mandelli, com gabarito de 25m, inserida na Macrozona 2, UEU 24, Quarteirão 31 se faz necessária para a estruturação viária da região. No mesmo local teve essa exclusão da diretriz em resolução anterior homologada para viabilizar a expansão das instalações fabris da Nexteer. Então, não se consolidou, surgiu essa demanda e a oportunidade de gravar novamente essa via com origem no Estudo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Viabilidade Urbanística, aprovado pela CAUGE no Parecer 38/2019 e retificado pelo parecer 92/2019. Imóvel nessa localização já citada. A resolução foi originada pelo processo SEI, aí to processo ali e o expediente único 0023348100005. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vaneska, pela explanação. Conselheiro Felisberto, quer fazer o relato de vista? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, a minha era mais uma dúvida, não era tanto... Agora a Vaneska me esclareceu, foi pedido pela própria empresa para a expansão e eles não expandiram. Então, agora eles querem que seja implementada a diretriz. Então, eu estou esclarecido e vou votar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. O meu relato já vou esclarecer que é favorável à diretriz, meu aponto um série de algumas recomendações sobre o processo que foi apresentado. Eu acho, assim, dentro daquela linha que a gente sempre vem questionando algumas coisas que eu acho preocupante. Eu vou passar imediatamente à leitura: “Trata o presente expediente de minuta de resolução para incluso do gravame de traçado viário, diretriz. 737, prolongamento projetado da Av. Doutor Telmo Kruse até a Rua Giuseppe Mandelli, com gabarito de 25m. O gravame existente anteriormente foi excluído a pedido do requerente, agora sendo novamente proposto a partir da análise de EVU protocolado pela empresa Nexteer. A CAUGE em 05/04/2019...” Eu peço que se atenham a essas datas. “A CAUGE em abril de 2019, Parecer 38/2019, aprovou o EVU para regularização dos imóveis da empresa requerente. Consta no referido parecer que após a homologação do parecer deste Conselho e pelo Prefeito Municipal, o presente expediente deverá ser encaminhado para a elaboração de minuta de resolução referente ao gravame da diretriz 737. Nesse mesmo parecer da CAUGE foram aprovados condicionantes do DEP, como segue: os projetos hidráulicos de drenagem e reservatório de detenção deverão ser oportunamente aprovados junto à cessão de projetos e suas execuções acompanhadas pelo CDOP/SMIM. A emissão de carta de habilitação ficará condicionada à liberação por parte fiscalização de obras. Em novo parecer da CAUGE, em 03/07/2019, Parecer 92/2019, é retificado o parecer anterior, de 05/04, considerando que o EVU ora aprovado já obteve aprovação desse Conselho em 2014, Parecer CMDUA 15/2014”. Eu tentei achar esse parecer, não foi possível achar, inclusive, consultei a Patrícia e não foi possível achar um parecer de 2014 deste Conselho. “O referido parecer não está publicado no site da Prefeitura. No mesmo parecer a CAUGE dispensa o encaminhamento a este Conselho de novo EVU (EVU que foi aprovado agora em 2019, aprovado em 05/04/2019), assim como libera os condicionais. Conclusão, o expediente em pauta apresentada, salvo maior juízo, apresenta sérios erros de tramitação e competência, pois desconsiderou a necessária oitiva deste Conselho no que se refere à aprovação de EVU, conforme legislação vigente. Como pode um parecer da CAUGE, Parecer 92, de julho de 2019, recomendar o desencaminhamento do expediente e a liberação de condicionante sem o respaldo deste Conselho e a devida homologação do Senhor Prefeito, ao arbítrio da legislação? Se a aprovação do EVU ocorrido em 2014 está em pleno gozo de validade, por que a CAUGE encaminhou uma nova proposta do que já estava aprovado, o Parecer 38?” Não faz nenhum sentido. Então, ela considerou uma provação de 2014, de um EVU, só que ela aprovou um novo EVU que teria que passar pelo Conselho e não passou. E ela mesma entendeu que não deveria passar com base em uma provação de 2014, que já caducou, pelo o que consta. “Pelo exposto, embora favorável à minuta de resolução para inclusão de diretriz de traçado viário, gravame, entendemos que existe um grave erro de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

origem no expediente. Desta forma, meu voto é pela abstenção. Solicito que sejam tomadas as devidas providências para a elucidação de erros cometidos e a correção dos mesmos”. Eu não sei se deu para entender, mas a CAUGE entendeu que um parecer de 2014, a aprovação de um EVU que foi aprovado pelo Conselho, ela revalidou, só que ela revalidou, mas aprovou um novo EVU em 2019, inclusive, com novas plantas, assinaturas das plantas. A própria CAUGE entendeu que não deveria passar pelo Conselho. Além do que, eu acho mais grave, ela liberou condicionantes que eram condicionantes que provavelmente deveriam existir nesse parecer anterior. É esse o meu parecer, Secretário.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Perfeito. Obrigado, Conselheiro Hermes. Eu consulto os conselheiros que querem se inscrever para representar debater o processo. Temos inscritos para debater: Conselheira Patrícia. Então, eu encerro as inscrições para o debate e abro a oportunidade para a Conselheira Patrícia.

Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Oi! Boa noite a todos. Só queria deixar claro que a tramitação do EVU é diferente da tramitação do gravame. Essa é, especificamente, a tramitação de um gravame. E, anteriormente, pelo que eu me lembro, tinha desgravado porque normalmente quando uma indústria é maior que o tamanho do quarteirão, às vezes dá complicações. Já aconteceu da gente ter desgravado aqui neste conselho. Às vezes dá algum problema para poder acontecer a expansão das indústrias. Como nesse caso, pelo que eu entendi não aconteceu, o município entendeu que poderia retomar o gravame que, originalmente, já existia. Então, é uma questão exclusivamente administrativa aqui do município, a análise nossa. Era só isso.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Nesse sentido, encerrados os debates, abro para votação. Temos o parecer favorável da Conselheira Júlia, da EPTC, o parecer que foi apresentado em 04/08/2020. **(VOTAÇÃO NOMINAL):** **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Abstenção. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Abstenção. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Abstenção. Eu só peço que seja considerado, não tem a ver com este processo., mas o pedido de informação sobre o que ocorreu, porque o processo foi, no meu entendimento desviado, salvo melhor juízo, o EVU tem a validade de mais de 6 anos.

Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS: Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Favorável. **Adroaldo Venturini Barbosa**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

(Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: Favorável. Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Favorável. Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4: Favorável. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Favorável. Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Favorável. Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8: FAVORÁVEL. Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA: Favorável. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: Favorável. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Algum conselheiro não votou? Todos votaram? Temos 22 votos favoráveis, 03 abstenções e nenhum voto contrário. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DA RELATORA.** Então, **ITEM 4.04:** Processo 002.333539009, é uma provação de EVU da SUDESTE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA., da Rua Saldanha da Gama, 155. A Conselheira Claudete, do ACESSO e Cidadania é a relatora. O processo foi distribuído em 17/06/2020, o prazo para relato foi 21/07 e foi prorrogado para dia 11, que não teve a reunião. Então, passou para a data de hoje. Eu peço para a equipe do planejamento fazer um breve relato para nós sobre o tema e na sequência passo ao relato da Conselheira Claudete. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Este também já foi apresentado pela equipe do planejamento, até foi enviado aos conselheiros. É Expediente 002.333539009, que trata de um Estudo de Viabilidade Urbanística para regularização da atividade especial de garagem geral em terreno com área superior a 1000 m². Aqui tem o enquadramento dele como um projeto especial nos termos do Plano Diretor. A solicitação registrada, ele descreve a área que é objeto de regularização, aumento das edificações pertencentes à Empresa Sudeste Transportes Coletivos Ltda., sendo 3921,23 a regularizar e 466,49 a construir, totalizando uma área construída total de 4387,72 m². E daí descreve as atividades, que são de garagem geral de empresa de ônibus, com lavagem, reparação, pneus, câmaras, reparação de estofados e reparação com chapeação e pintura. E solicita a manutenção do (Inaudível) de alvenaria, a regularização de 2,25 m² do prédio que incidem sobre (Inaudível). A isenção do recuo de ajardinamento para a rua Santo Alfredo para viabilizar a regularização dos prédios quantificados como 1 e 3. E uma flexibilização da dimensão dos rebaixo de meio-fio para a compatibilização com a atividade. Existe um levantamento do histórico no expediente que demonstra que a área construída desde 93 e que a atividade possui alvará de localização e funcionamento, emitido em 10/08/2000, para a empresa de ônibus, com área total 15.900 m². A localização, a gente mostrou aqui, só para lembrar, ali na Saldanha Gama, na Região de Planejamento 07. A imagem do que está sendo objeto de discussão, nesse quarteirão, nessa metade de quarteirão, a localização dentro do bairro da São José e no quarteirão que está sendo o objeto do EVU. Foi analisado pelas áreas técnicas, como eu comentei na última apresentação. E tem as manifestações, onde não tem oposição em relação ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, Com relação à mobilidade urbana existe uma manifestação favorável para a questão do rebaixo de meio-fio, considerando as questões técnicas da atividade específica, que é realizada no endereço. Com relação aos equipamentos, tanto de educação, quanto de saúde, a manifestação é que não existe vinculação, obras viárias também, o meio ambiente também coloca que não tem oposição à aprovação do EVU, mas coloca alguns condicionantes para as próximas etapas, para a licença de operação da atividade. Com relação à cultura também não incide em imóveis com proximidade com



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

patrimônio cultural. E no parecer do urbanismo é feito um relato mais detalhado do que está previsto no Plano Diretor para essa área, se descreve Qual é o regime urbanístico que existe para a gleba, em relação à atividade, aproveitamento da volumetria e se coloca algumas considerações sobre o que foi solicitado. Então, ele coloca ali, descreve quais são as áreas construídas, as edificações, a edificação com o número das edificações e as áreas que estão sendo objetos do EVU. E a manifestação sobre os muros, se consideram existentes e os trechos que excedem os limites da matrícula, tem que ser demolidos e substituídos por gradis, reconhece aquilo que é pré-existente e se pede essa adequação. Com relação ao prédio 1 não se vê prejuízo para a manutenção dessa parte da edificação sobre o recuo de ajardinamento, podendo se regularizar da maneira proposta. E com relação a um dos prédios coloca a necessidade de atender o disposto no artigo 118, inciso V do Plano. E aqui é colocada a questão da flexibilização, onde é que ela está referida no plano, a possibilidade desse recuo de ajardinamento ser flexibilizado. Então, pela questão da continuidade de edificações existentes e pelas condições topográficas do terreno. Aqui são colocadas algumas outras questões a serem obedecidas pelo proprietário e coloca não haver óbice para a aprovação do EVU nesses termos. A SMAMS condiciona também para a etapa posterior a remediação de área degradada, em função da atividade específica. Esses seriam os principais pontos para relembrar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Vaneska. Obrigado pela apresentação. E de imediato passo a palavra para o relato da Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e todas. Eu queria agradecer a Vaneska, ela fez um brilhante relato, que auxilia muito a contextualização, na verdade, né. Eu queria pedir que a Secretaria colocasse o meu parecer na tela, se fosse possível. Queria agradecer também aos conselheiros por terem possibilitado essa prorrogação, que nesse período eu fiz uma visitação na área. Até porque a gente não pode desconhecer que a gente vive em um período de anormalidade, um período de pandemia, onde a gente tem o isolamento social e a vida não está da mesma forma. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, nós não temos o seu relato. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu encaminhei para a secretaria, deve estar no e-mail, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Estamos verificando. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu vou fazer a leitura, fazendo um pedido de diligência. E de antemão eu peço desculpa de alguma atecnia que eu cometa, porque eu não sou técnica na área, mas o CMDUA é tripartite exatamente para que não somente questões técnicas a gente deve avaliar, mas também no seu contexto, né. Então, o interessado é a Sudeste Transportes Coletivos Ltda. Rua Saldanha da Gama. O objeto é o Estudo de Viabilidade Urbanística para a regularização da atividade especial de garagem geral de garagem de ônibus, com lavagem, lubrificação, reparação de pneus, câmaras, reparação de estofados, reparação com chapeação e pintura. Aí eu faço alguns considerandos para justificar a minha solicitação de diligência. Considerando a visitação in loco efetuada por esta relatora e pelo conselheiro da região. O Sr. Felisberto, no dia 05/087. Considerando o pedido de alteração, regularização do equipamento de atividade, porte, o potencial poluidor do empreendimento e ante a não regulamentação do Estudo de Impacto de Vizinhança do município. Considerando as condicionantes colocadas de protocolo de licenciamento ambiental junto à FEPAM, mas considerando que a responsabilidade desse licenciamento ambiental de atividade de estacionamento de frotistas com manutenção de veículo é de competência da SMAMS, conforme resolução



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

CONSEMA 372/2018, art. 2º, anexo I, (Inaudível) 341920, combinado com a Lei Complementar nº 140/2011, art. 9º, inciso XIII, e o convênio de delegação firmado entre a FEPAM e o Município de Porto Alegre, Processo Administrativo 51224567183. Considerando que nas diretrizes emitidas, Parecer 116/2018 ficou assentado pela SMAMS, item 2.2, a necessidade de uma proposta de plano de monitoramento de emissão sonora. Considerando a necessidade de esclarecimento quanto à fundamentação de algumas questões, vem esta relatora requerer o presente expediente que retorne a CAUGE para esclarecer algumas questões das quais eu considero necessárias. Primeiro, fundamento, o motivo pela qual é utilizada a aplicação do art. 2º, Parecer 07/2012, visto não ser autoaplicável a isenção de área livre permeável pelo simples enquadramento de posto de gasolina, conforme assentado na página 50, doc 10641165. Necessitando de parecer técnico fundamentado, conforme dispõe o artigo evocado. Seja analisado e considerado no presente de EVU os impactos e ajustes apontados, em sendo o caso, no inquérito civil, Procedimento 01413001756/2019, instaurado pelo Ministério Público, que apura a poluição sonora e perturbação de sossego causado pelas atividades da empresa Sudeste Transportes Coletivos Ltda. através de decisão fundamentada. Esclareça-se se foi efetuado o plano de monitoramento de ruídos, conforme definido nas diretrizes. Em caso positivo, junte-se cópia ao presente expediente. Esclareça motivo fundamento à ampliação de altura permitida para 2,80, visto que o interessado em seu imóvel possui muros com alturas diversas, não havendo uma uniformidade. Informe a respeito da tramitação e situação do licenciamento ambiental e da licença de operação. Por fim, vez que é de competência do CMDUA contribuir no estudo e avaliação do Estudo de Viabilidade Urbanística e nos impactos que o empreendimento cause, eu requero cópia do termo de referência utilizado”. Só registro que eu solicitei no expediente físico, face a dificuldade de visualização das plantas em meio digital, mas eu não tive acesso ao mesmo. Coloco por fim: “Sanadas as questões que eu entendo necessárias para emissão do meu parecer que retorne nos autos”. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Então, solicita diligência a CAUGE pelo seu relato. Nesse sentido, em havendo a previsão regimental da gente deliberar, art. 20 do nosso regimento, pelo pedido de diligência, colocado pela conselheira, eu consulto aos conselheiros se votam pela diligência ou não. **(VOTAÇÃO NOMINAL): José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Contrário. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Contrária. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Contrário. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Contrária. **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Contrário. **Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Contrário. **Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Contrária. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Se tem dúvida tem que ter diligência. A favor. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu sou sempre favorável às diligências. Favorável. **Fernando Martins Pereira**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

(1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS: Favorável. Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Veja bem, Presidente, eu sempre penso que se dentro do Conselho tiver alguém do corpo técnico da Prefeitura que pudesse esclarecer as dúvidas da relatora, eu sempre sou favorável que se esclareça dentro do âmbito do Conselho. Mas se caso não tiver como responder os questionamentos da relatora, eu seria favorável às diligências, embora eu acho que esse instrumento de diligência às vezes é muito mal utilizado por todos nós. Eu prefiro que seja feito dentro do Conselho. Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Favorável. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Favorável. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: Favorável. Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Favorável. Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4: Favorável. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: Favorável. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Contrário. Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8: Contrário. Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA: Favorável. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Estamos tentando liberar o microfone da Conselheira Maristela, mas está com problema. A leitura dos votos, temos 16 votos favoráveis, 09 contrários. O voto da Conselheira Maristela não modifica o resultado, então, está **APROVADA A DILIGÊNCIA** solicitada pela Conselheira Claudete. Na sequência a gente tem o **ITEM 4.05**: é uma aprovação de Estudo de Viabilidade Urbanística, Expediente 002.341531.007, interessado LUCAS HERBERT JONES, conselheiro-relator é o Conselheiro Adroaldo, distribuído em 17/06, o prazo para relato foi em 24/06. O conselheiro anexou o parecer favorável no dia 30. A equipe do planejamento fez uma apresentação e em 04/08, na mesma data teve parecer favorável do relator. Teve solicitação de vista do Conselheiro Felisberto, Conselheiro Gomes, Conselheiro Rafael, Gomes, Mark, Maristela e Paulo Jorge. Eu peço, rapidamente, para a equipe do planejamento fazer um resumo do que se trata. Registramos o voto favorável da Conselheira Maristela, que se manifestou no chat, pela diligência. Sendo 17 favoráveis, 09 contrários, nenhuma abstenção, mantendo a diligência do expediente anterior. Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: É o Expediente 002.341531.007., Como já mencionado pelo Secretário já foi objeto de apresentação. Vou repassar os principais pontos. O requerente é um Hotel Fazenda, empreendimento de Lucas Herbert Jones. E o endereço é na Estrada Antônio Borges, 1188. Um estudo de viabilidade. Ele se localiza na Região de Planejamento 5, na Estrada Antônio Borges, ali a localização na imagem de satélite. Dentro do bairro Cascata, que vem por dentro do bairro Cascata e Belém Velho, a localização desse ponto. Então, uma imagem das edificações, a projeção dentro dessa área, área de preservação permanente ao fundo, com uma topografia bem acidentada. As análises do processo foram das secretarias que compõem a CAUGE, listadas para todas as áreas que elas foram realizadas. E aqui repassando os principais pontos abordados, com relação à drenagem pluvial, abastecimento de água e esgotamento sanitário, não teve oposição à aprovação de EVU. Com relação à mobilidade urbana teve manifestação favorável também da EPTC. E alertando, então, conforme observado um parecer de diretriz, a questão do alargamento da Estrada Antônio Borges, em que um empreendimento deverá adaptar-se aos acessos, evitando interferências na



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

via, também para a etapa anterior. Com relação ao meio ambiente também tem a manifestação de não oposição e colocando que em etapa posterior o entendimento nesse caso não vai estar sujeito ao licenciamento ambiental. Contudo, essa dispensa não exige o empreendedor de cumprir as normas ambientais vigentes. E pede atenção para as espécies de vegetais protegidas, com base na legislação vigente e colocando, então, que consta autorização emitida pelos gestores da unidade de conservação em que se insere o empreendimento. Com relação à cultura não tem incidência de patrimônio cultural listado na cultura. Com relação à educação, no caso específico, também não gera nada de específico. Com relação à fazenda também não, eles têm uma referência de parecer que se aplica a todos os casos. Com relação a obras e viação também. A saúde também, assim como a educação, também não se enquadra no tipo de situação em que existe solicitação de equipamento. E com relação ao urbanismo um parecer mais detalhado em que se estabelece ali, onde está com relação ao contexto do Plano Diretor, em zona de conservação, conforme a lei do Plano Diretor, se coloca a inserção da macrozona e o polígono que está inserido. E se informa o regime urbanístico para a área, com relação à densidade, atividade, (Inaudível) de volumetria. O empreendimento é composto por 13 cabanas para hospedagem, um local para refeições de convívio coletivo, denominado “casa mãe”, será implantado utilizando materiais ecológicos, da fundação à cobertura, com soluções para aquecimento solar passivo, com sistemas fotovoltaicos, captação de água da chuva por cisterna, biotratamento de efluente e reutilização de água para serviços. Aqui também é pontuado que a proposta também prevê a preservação dos recursos naturais existentes, com respeito à área de proteção ambiental, procurar reverter os impactos negativos causados anteriormente na área, com relação ao cultivo de agroflorestas nas bordas da mata nativa, da proteção de nascentes e da manutenção de todas as espécies nativas. Além da implantação de técnicas de (Inaudível) com planejamento dos ciclos de água, energia, efluentes e resíduos. Se pede em específico a flexibilização do recuo de ajardinamento, com medição do alinhamento e isso muito em função daquela área de preservação permanente, que eu mostrei ali ao fundo do terreno para ajustar a implantação das cabanas e edificações que estão sendo propostas. Quanto aos demais dispositivos é dito aqui que todos estão sendo atendidos e se manifesta, já que é uma atividade compatível com o zoneamento de uso previsto para APAM, previsto no anexo 5.5 do plano e a previsão de mudança de agroflorestas, visando recuperar a impactada, favorecendo a perpetuação e a sustentabilidade de patrimônio natural. Então, se vê como esse aspecto positivo, um impacto positivo na região. Então, a faixa para recuo de ajardinamento foi concedida, deverá ser mantido, predominantemente, vegetada com tratamento paisagístico, que minimiza o impacto da proximidade de edificações com a via. Então, tem essa preocupação no parecer urbanístico. E o parecer que aprovou o EVU é o Parecer 26/2020, em reunião realizada em 04/03/2020. Foram solicitadas algumas adequações, vai acontecer aquela questão do alargamento que eu já tinha pontuado. A SMAMS coloca condicionantes para as próximas etapas, com relação à questão da vegetação, respectivas compensações. E na etapa de projeto se coloca algumas condições que devem ser apresentadas, informações sobre o patrimônio ambiental. E a SMDE coloca uma questão simples de retirar, que é a nomenclatura do arruamento interno, visto se tratar de economia única. E informar a área, demolir somente abaixo da planilha de controle e registro. É uma questão bem específica de informações no expediente. Seria isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Vaneska, por relembrar o projeto em debate. A gente tem o relato de vista dos conselheiros, conforme eu nomeiei. Temos o parecer favorável do relator. pergunto se o Conselheiro Felisberto vai fazer relato de vista.. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Secretário, como o conselheiro da região pediu vista, eu gostaria de ouvir ele primeiro. Depois eu me manifesto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Conselheiro Gomes, tem relato de vista? É o Conselheiro Paulo Jorge da região, de repente passamos a palavra primeiro para o seu relato de vista. O conselheiro está com problema para liberar o seu som. Então, vamos para o Conselheiro Gomes, depois a gente tenta novamente o Conselheiro Paulo Jorge. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, esse processo é um daqueles que, a gente que trabalha na área de aprovação de licenciamento, a gente aprende muito com ele. Eu peguei nesse sentido, porque tu dá um nó em pingo d'água, tu botar em uma zona com a limitação de 5000m2 como cópia ideal. E tu colocares uma atividade, resolver bem a atividade, trabalhar muito bem com a questão, inclusive, das questões que limitam. Além da proposta em si ser uma coisa muito interessante para Porto Alegre, que é essa questão da ocupação da zona rural com hotéis fazenda ou coisa do gênero, né. Então, foi muito nesse sentido que eu peguei para ver o processo, no sentindo realmente de aprender e eu aprendi muito com esse processo. Eu sou plenamente favorável, acompanho o relator e meus parabéns para o autor, quem elaborou esse processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Vamos tentar novamente o Conselheiro Paulo Jorge. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu estive lá olhando esse espaço do hotel fazenda, analisei e sou favorável, acompanho o relator. o pessoal da região gostou, porque vai ser para o crescimento desse bairro. Eu acompanho o relator. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro, pelo relato. O Conselheiro Rafael Passos. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Também não tenho nada, era mais para olhar melhor o projeto. Nada a manifestar em contrário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. o Conselheiro Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu estudei brevemente o processo, um processo interessante. E eu decidi acompanhar o relator. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Conselheira Maristela. Estamos com dificuldade de som com a conselheira. Conselheira Maristela, seu microfone permanece sempre como desbloqueado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Abstenção, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira. Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Depois de ouvir todas as contribuições, tanto do Gomes, como do Mark, do Rafael e principalmente do Paulo Jorge, né, e a região tendo acordo, eu também, eu acho que valoriza a zona rural e valoriza a atividade econômica. Então, para mim isso é importante e qualifica a região. Então, meu voto é favorável, acompanho o relator. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Nesse sentido, a gente encaminha, se há algum Conselheiro inscrito para discutir o expediente pautado, senão poderemos iniciar a votação. Em não havendo inscrito para discussão encerro o período de discussão e abro a oportunidade da votação. **VOTAÇÃO NOMINAL: Parecer favorável do relator: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

de Transporte e Circulação – EPTC: Favorável. Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP: Favorável. Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN: Favorável. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Favorável. Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE: Favorável. Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM: Favorável. Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI: (Não está na sala). Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Favorável. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – AREA: Favorável. Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS: Favorável. Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Favorável. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Favorável. Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul – SENGE/RS: Favorável. Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Favorável. Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul – SOCECON/RS: Favorável. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Favorável. Eu queria parabenizar a apresentação da Vaneska, principalmente quando ela teceu a questão dos elementos, toda a proteção para o meio ambiente. Então, quero saudar o empreendimento, porque é um empreendimento com qualidade e que visa o melhoramento da atividade nessa área da cidade. O meu voto é favorável. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: Sou o relator, favorável. Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Favorável. Registro o belo relato que ele providenciou dentro do processo. Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4: Favorável. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: Favorável. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Favorável. Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Favorável (via chat). Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8: Favorável. Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA: Favorável. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Nós temos 24 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção. Nesse caso aprovado o expediente 4.05 da pauta, relatado pelo Conselheiro representante da Região de Planejamento 02. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR.** Nesse sentido, tentando alcançar um pouquinho, sei que já está perto do nosso horário, mas vamos tentar avançar um pouquinho no **ITEM 4.6:** Expediente 18.0.000124418-0, interessado é ELTON KRISMANN. O relator é o Conselheiro Artur Ribas. Esse processo foi distribuído em 17/06. A equipe do planejamento fez em 06/08 uma apresentação e teve um parecer favorável do relator em 06/08 também. Tivemos relato de vista ou solicitação de vista do Conselheiro Felisberto, Conselheira Maristela e Conselheiro Guilherme. Eu peço para a nossa equipe do planejamento fazer um breve relato. Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, não é querer ser contrário à apresentação, mas eu acho que é um momento importante, porque eu tenho



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

outra reunião às 20 horas do Conselho do Orçamento Participativo, em que nós vamos estar discutindo a lei de diretrizes orçamentárias. Então, eu queria que a gente pudesse, e eu tenho interesse de ter vista desse processo, como é na Lomba gostaria de ouvir o relato da Maristela, da região em primeiro lugar. Vou tentar acompanhar, mas peço que também a gente pudesse elencar os temas mais votados para que a gente já pudesse ter a pauta determinada. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. A gente está tentando, vai ultrapassar um pouquinho. Eu sei que é difícil, todos têm compromissos, vamos ultrapassar um pouquinho do horário em função de a gente inserir essas novas pautas importantes para o debate. Vamos bem rapidinho tentar encaminhar. Vaneska, por favor, faça a apresentação desse resumo, **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Vou tentar ser breve, até porque já foi apresentado. Então, Expediente 18.0.000124418-0, trata de um cadastramento de logradouro. Aqui a gente tem a Dolores Duram, na RGP. 07, com a rua Capitão Carlos Lamarca, no pontilhado azul, localizada na Lomba do Pinheiro, na parte mais norte da Lomba. E aqui a delimitação dela de uma forma que eu acha que fica bem clara de ver qual é a extensão dela dentro da área. Algumas fotos para demonstrar que é um eixo que já existe, se trata mesmo de um cadastramento. Com relação ao parecer técnico, foi encaminhado o cadastramento da Rua Carlos Lamarca, Lomba do Pinheiro. Se colocou aqui a informação que faz parte do programa de regularização fundiária, inclusive, aprovado. Não tem nenhuma objeção, tanto do DEMHAB, quanto com relação a PARF, que trata da regularização fundiária. E se destaca que possui as redes de água, esgoto pluvial, coleta de resíduos domiciliares, iluminação pública e energia elétrica, se manifestando em relação à infraestrutura que já é da rua. O nome da rua foi dado por uma lei de 94 e na imagem do aéreo de 82 já é possível verificar a existência da rua. Os outros pareceres colocam que não existe óbice e remetem a essa avaliação que foi feita anteriormente. Então, se coloca que não existe prejuízo para gravame, justamente para essa manifestação, tanto da PGM, quanto do DEMHAB e também da equipe da regularização fundiária com relação a esse cadastramento. De maneira bem em breve seria isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vaneska pela apresentação. Eu consulto os conselheiros, o Conselheiro Felisberto, tinha pedido vista. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Como eu ouvi o relato do Adroaldo, gostaria de ouvir a Maristela. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Secretário, eu estive no local com a comunidade, com esse esclarecimento agora mais técnico, muito bom, bem elucidativo, não há nenhum óbice da região, principalmente se tratando da questão da regularização fundiária. Então, nós somos favoráveis. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Maristela. O Conselheiro Guilherme também havia solicitado, mas não está presente. Então, Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Quero dizer que conheço bem a Capitão Lamarca e esperava o parecer da região. Se há concordância da região também voto favorável, acompanho a relatora. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Colhemos os dois relatos de vista, favoráveis. Nesse sentido questiono se alguém quer se inscrever para discutir. Temos a inscrição do Conselheiro Rafael Passo. Mais alguém? Em não havendo encerro a inscrição para a discussão do expediente e abro para o Conselheiro Rafael Passos. **Rafael**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Muito breve, mas eu não posso deixar de destacar que na própria apresentação das fotos, na direita da rua tem uma parada de ônibus, a calçada é bastante estreita, a estrutura da parada impede qualquer possibilidade dessa calçada ter acessibilidade universal, um cadeirante ali não anda. Então, é importante, queria colocar para a gente pensar e observar isso sempre, pensar em até novas ruas. Então, da gente pensar em equipamentos que atendam esses perfis viários que não são muitas vezes aquilo que está lá previsto. Tem um decreto e expandir para esse novo perfil é importante para que seja atendido. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro Rafael. Então, encerrado, colocamos em votação, lembrando que é o Item 4.06 da pauta e temos o PARECER FAVORÁVEL do representante do Gabinete do Prefeito. **VOTAÇÃO NOMINAL: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** (Não se encontra na sala). **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Favorável. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Favorável. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Favorável. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Favorável. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Temos 24 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR.** Eu consulto se algum conselheiro não manifestou o seu voto no chat em relação às pautas, as propostas? Lembrando que nós estamos propondo cinco reuniões, uma reunião por mês de forma extraordinária, para o final de cada mês, que a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

gente consiga, conforme as pausas, que são decorrentes das sugestões enviadas pelos conselheiros, todas muito interessantes. Então, se porventura alguém não votou, por favor, que o faça. Temos os votos: Conselheiro Darci, Conselheiro Jackson, Conselheiro Sérgio, Conselheiro Fernando, Conselheira Patrícia, Conselheiro Adroaldo, Conselheiro Furtado, Conselheiro Felisberto, Conselheiro Rafael, Conselheiro Artur Ribas, Conselheira Tânia, Conselheiro Hermes, Conselheira Júlia, Conselheiro Mark. Consulto se há mais algum? A Conselheira Virginia também manifestou seu voto. A Conselheira Jeanice disse que votou. Não localizamos no nosso chat. (Organização das pautas). Questão de Ordem da Conselheira Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** EU gostaria que o DEMHAB pudesse receber a comissão desses moradores da Barreto, porque eles não tem acesso ao processo ou à PGM., então, queria que o senhor nos ajudasse, para o DEMHAB ir ao encontro dessa comunidade, porque estarão sem nenhuma informação de quem vai ser retirada da comunidade ou deslocada. Então, não dá para encerrar uma conversa sem nenhum tipo de encaminhamento, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira. O seu som está bem ruim. Não sei se o Conselheiro Furtado tem alguma contribuição. Não sei se ouviu bem o que a conselheira manifestou. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite. Eu não entendi ainda o que a Conselheira Maristela está colocando. E até escrevi no chat, não sei qual é a área e região, não consigo entender. Assim, eu vou ter que falar um pouco sobre a regularização fundiária. Ela tem avançado bastante no município. Eu solicito que nós possamos deixar esse debate de regularização fundiária para o final de setembro, porque estamos com dificuldade de organizar. Então, nós teríamos tempo para apresentar, porque é um assunto bastante complexo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Caiu a internet do Conselheiro Furtado. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Voltei. Então, é isso, gostaria que ficasse para setembro. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Furtado. Estamos aqui compondo as pautas. Então, temos na ordem: 1) Regularização fundiária; 2) Instrumentos urbanísticos/contrapartidas/mitigações; 3) Gravames do Plano Diretor, definição de tipo de gravame; 4) Planos regionais e locais de planejamento. O 5º ficaram empatados os itens 3, 7, 13 e 14. Então, em empate este Presidente tem condição de deliberar. Então, nesse sentido, entendo e voto pelo item 14 da pauta, que é a proposta do IAB, que trata da apresentação de todos os decretos, tudo aquilo que é objeto do período de pandemia, de alteração normativa. É bem importante apresentar aos senhores conselheiros essa pauta. Então, invertemos, depois da regularização fundiária para a segunda reunião, que daí fica para setembro. Naturalmente, se não tiverem objeção. Ficamos na primeira reunião com a proposta, dia 27/08, com o item 11 da pauta. Na sequência os demais sucessivamente. Está compartilhando ali no chat para todos terem conhecimento. Então, avançamos. Boa noite. Agradeço a oportunidade do convívio, excelente debate. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h15min).**

Germano Bremm

Secretária Executiva



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

1028 **Presidente**

Relatora

1029

1030 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2848/2020

Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de *combater* o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Sérgio Koren (1º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação Atas; 3. Comunicações; 4. Ordem do Dia. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h00min. **1. ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Vamos iniciar a nossa reunião ordinária. Desejo a todos que tenhamos uma excelente noite de debates, construção, aprendizado, troca. Lembrando que a gente tem hoje uma inscrição externa da Comunidade Santa Paula e da Desocupação de Moradores da Barra do Parque Saint' Hilaire, por sugestão da Conselheira Maristela. Depois temos alguns inscritos para o período de Comunicação. Nós distribuímos a nossa pauta, acho que todos têm acesso aos temas deliberados na última reunião, na ordem que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

votamos. No dia 27/08 temos a primeira apresentação, dessa pauta sem processos, para a gente trazer esses assuntos diversos, de importância para a cidade. Vai ser a primeira situação que a gente vai trazer no dia 27/08. Vou pedir para a equipe do planejamento, junto com a Gisele, enfim, que eu acho que está organizando essa pauta para que a gente faça esse primeiro modelo assim, até já delibere, assim como nós temos os nossos procedimentos no CMDUA, a gente vai ter que ter também esse modelo de funcionamento para essas pautas mais abertas, que não são, necessariamente um processo. Ao final a gente tem que produzir um relatório dessa discussão, ter uma conclusão. Eu acho bem interessante, que a gente vai trazer nesse primeiro encontro, em 27/08. Nesse sentido eu passo a palavra para a comunicação externa. Está liberado o seu microfone. Só indicaram a entidade, mas não temos o nome. O Professor Rui é o que está presente. **Rui (convidado) Associação de Moradores do Loteamento Santa Paula:** Boa noite a todos. Então, solicitamos este espaço aqui. Eu sou presidente da Associação de Moradores do Loteamento Santa Paula, que fica na Vila dos Herdeiros, também conhecido popularmente como Cafuncho. É uma região na beira da barragem do Parque Saint' Hilaire. Então, é uma área de risco, né. Nós temos várias famílias que têm problemas com enchentes, uma série de problemas, além de toda a falta de infraestrutura. São famílias que vivem ali, muitas há muito tempo, têm suas relações, tem a sua vida já toda organizada no entorno, na unidade. A nossa comunidade é bem servida de educação infantil, de posto de saúde, transporte é tranquilo. Então, as pessoas vivem, apesar da precariedade do lugar, né, as pessoas têm uma vida bem estruturada. E agora está tendo um processo com o DEMHAB de visita a essas famílias, de entrevistas a essas famílias para fazer a remoção. Então, as famílias solicitaram a nós, né, que a gente acompanhasse um pouco esse processo. E para a gente saber um pouquinho como é que está sendo, qual o destino dessas famílias, quais são os prazos e tal. Então, a gente fez, apesar da pandemia eles nos reuniram na rua mesmo e nos chamaram para a gente conversar e tentar auxiliá-los nesse momento. E a gente fez essa assembleia e os moradores demonstram preocupação, porque existem muitas visões diferentes do que vai acontecer, não se sabe bem ao certo se vai haver remoção, para onde vai, em quanto tempo. Então, são dúvidas que a gente queria tirar. E a gente até fez um ofício. Aqui tem um movimento que está atuando na comunidade desde que nós tivemos problemas com a represa. Teve um tempo que se falava de rachaduras na represa, teve um tempo também que nós tivemos um mau cheiro na comunidade e depois foi identificado que é do apodrecimento das macrofitas que se proliferaram lá na barragem. Então, por causa disso tem um movimento que está organizando, que é um movimento nacional dos atingidos por barragens. Esse movimento tem uma atuação na comunidade e foi ele que fez a solicitação, mandou um ofício para o DEMHAB pedindo esclarecimentos, pedindo uma reunião e tal. E o DEMHAB tem nos negado essa reunião, esses esclarecimentos para a população. Então, o que a gente está pedindo é isso, que haja um processo bem claro de remoção, para onde as famílias vão e garantias também de que essas famílias serão bem atendidas no destino que elas tiverem. Essa é nosso pedido e nossa reivindicação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Rui, pela manifestação. Aqui presentes nós temos os conselheiros do DEMHAB, se, porventura, tiver algum contato. O município atua nas suas mais diversas secretarias, são várias as políticas. Então, cada secretaria tem a sua área de atuação, seus contatos com a comunidade, enfim, suas relações. Imagino que o DEMHAB tenha uma interlocução para tratar desses assuntos lá. Enfim, não sei se vocês têm um contato para disponibilizar, quem são as pessoas responsáveis, para que vocês possam ter esse contato direto lá, naturalmente, com o DEMHAB para dar esses retornos. Nós temos na pauta do nosso Conselho um tema de



regularização fundiária, que a gente vai debater de uma forma mais ampla, porque é um assunto que assola toda a cidade. E vamos ter a oportunidade de apresentação do DEMHAB, que a gente, inclusive, vai ter que estruturar isso com o Conselheiro Furtado, para ver qual a empresa, quem que nós vamos trazer, convidar. Depois vou trocar uma ideia com vocês aí, com a Camila também, para a gente organizar essa pauta. Então, eu encerro a inscrição para o período de Comunicação. A gente tem inscrito o Conselheiro Furtado, Conselheiro Felisberto, Conselheiro Cláudio, Conselheiro Jackson e a Conselheira Maristela. Também o Conselheiro Paulo Jorge, Conselheiro Rafael e Conselheira Tânia. Temos bastantes inscritos. A Conselheira Maristela tem uma Questão de Ordem ou é comunicação? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** É Questão de Ordem, Secretário. É o seguinte, semana passada eu não pude fazer uma intervenção em relação aos que estiveram presentes, mas hoje eu faço questão de fazer. O senhor, além de ser o nosso Presidente do Conselho, o senhor também é Secretário da SMAMS. Então, o que a gente gostaria, Secretário? Que o senhor nos ajudasse a agilizar essa reunião com o DEMHAB e que a SMAMS estivesse presente também, porque diz respeito ao Parque Saint' Hilaire, onde a parte que nos toca faz patê da Secretaria que o senhor tem ingerência. Então, é isso que a gente queria deixar aqui pautado, encaminhado, que nós garantíssemos não só com o DEMHAB, mas também com a nossa secretaria para que a gente garantisse essa reunião em conjunto. Então, eu gostaria que até o final da reunião nós agendássemos esse encaminhamento. Então, peço, por favor, Secretário, porque daqui a pouco eu vou ter que, inclusive, me afastar para outros continuarem representando, mas gostaria muito de que isso ficasse encaminhado, porque a população está muito preocupada, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Maristela. Não sei de que forma a Secretaria pode ajudar em relação a isso, porque de fato é uma política cujo DEMHAB está fazendo. A gente pode encaminhar aqui do Gabinete uma solicitação de agenda, enfim. A nossa Secretária Adjunta talvez esteja por dentro da questão das pautas em relação às unidades de conservação. De fato, em relação à remoção das famílias existe uma logística do DEMHAB e a gente não participa, não tem tanta familiaridade com o tema, não sei como poderíamos ajudar. Passo a palavra ao Conselheiro Furtado, primeiro inscrito para o período de Comunicação. **3. COMUNICAÇÃO. José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite, Secretário Presidente, Camila, Senhores Conselheiros. Eu entrei nesta reunião hoje para me despedir. Eu não sobrevivi ao DOPA de hoje, fui exonerado no DOPA da data de hoje e fiz questão de entrar para agradecer aos quase 8 anos presente neste Conselho do Plano Diretor, fiz o meu melhor, participei da tratativa e das discussões, participei de inúmeras formas, tudo em prol da nossa cidade. Eu tinha buscado informações por conta da questão da Nova Barreto, que a Conselheira Maristela, se eu não me engano, foi isso que tentou informar. E sobre a questão da Vila Herdeiros, que existe uma ação toda hoje dentro do DEMHAB para esses casos, não só da Herdeiros, quanto da Vila Nova Barreto. Eu deixo a Prefeitura depois de, desde a época de Fogaça, quase 10 anos trabalhando, fiz o meu melhor participando de números governos e estou à disposição, sempre estarei à disposição do nosso município. Fiz um bom combate, fiz o meu melhor e estou sempre à disposição. Então, entrei hoje para agradecer a este Conselho, as amizades, as ajudas, as discussões democráticas e lamento, porque eu faço parte de tudo que envolve a regularização fundiária no Município de Porto Alegre. Já encaminhei aos setores da PGM, provavelmente, a Simone Somense, à Supervisão de Habitação e a Coordenação de Urbanismo para montar uma apresentação de regularização fundiária, que foi aprovada para o dia 24 de setembro. Também está



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

presente hoje a primeira suplente, a Sra. Lisiane, do DEMHAB, que a partir de hoje assume a titularidade do DEMHAB e se assim a direção o quiser. Vou encaminhar todas essas questões referentes a Herdeiros e Vila Nova Barreto para a Conselheira Lisiane, para, posteriormente, ou reuniões no DEMHAB, ou até mesmo em pronunciamento dentro deste Conselho. Eu agradeço, afetuosamente, o apoio que obtive de todos os colegas deste conselho e todos os colegas da Prefeitura. E volto a dizer, novamente, que estou à disposição para auxiliar no que for preciso. Muito obrigado e me desculpem, mas vou me retirar neste momento. Muito obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Muito obrigado, Conselheiro Furtado. Eu queria em nome da Cidade de Porto Alegre, deste Conselho, agradecer ao profissionalismo, o trabalho brilhante que vem desempenhando ao longo dos anos, sempre com muita maturidade, muita tranquilidade, enfrentando os mais diversos temas, agregou uma experiência muito grande na administração. Não há dúvida do prejuízo da Cidade de Porto Alegre em perder um quadro tão importante que vem ao longo desses anos contribuindo tanto para um debate agregador, tanto no DEMHAB fazendo toda a ponte, um relacionamento deste Conselho com o Departamento Municipal de Habitação. Enfim, fez uma caminhada na Secretaria do Meio Ambiente, por onde passou sempre construir boas relações, com boas amizades. Eu não tenho dúvida que em seguida a Cidade de Porto Alegre lhe traz de volta pela importância que tem, pelo carinho e pelo trabalho, pelo reconhecimento. Acho que essas questões um pouco da vida acontecem, essas dinâmicas de políticas, que por muitas vezes acabam talvez trazendo alguns prejuízos, mas eu tenho esperança, tenho fé que logo em seguida esteja de volta conosco neste Conselho, de volta para a Cidade de Porto Alegre. Obrigado pela parceria de sempre, nosso agradecimento em nome deste Conselho do Plano Diretor, em nome da Cidade de Porto Alegre. E bem-vinda, Lisiane, que vem se somar ao time. Tenha um bom trabalho aqui conosco também, de debate, construção, crescimento, aprendizado sempre. Este Conselho te recebe com todo o carinho e atenção. Na sequência a gente tem o Conselheiro Felisberto inscrito no período de Comunicação. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e a todas. Quero lamentar, profundamente, a saída do Furtado, que é uma memória e seria uma boa contribuição com relação à regularização fundiária. Profundo conhecedor desse tema, trabalhando na questão ambiental, regularização de muitas comunidades que dependiam de uma análise ambiental. Então, é uma perda não só para este Conselho, mas para a Cidade e para a regularização fundiária. E quero propor, Secretário, era a minha Questão de Ordem, que não foi atendida, exatamente tratar desse tema da regularização fundiária. E uma das pessoas que deveria estar presente, ser convidada, seria o companheiro Furtado por sua história, por sua trajetória. E ele falou da Simone Somense, que é a que controla e que tem toda a responsabilidade na PGM sobre o processo da regularização fundiária. Então, essas duas pessoas seriam fundamentais, mais com a Patrícia e com outros que poderiam fazer esse trabalho. A segunda questão que me traz aqui é a questão do livro, que eu estou aguardando contribuições, que é a parte mais legal, não tem muita dificuldade, mas gostaria que cada Conselheiro pudesse fazer uma observação, uma contribuição para que a gente fizesse um documento coletivo para o livro que está sendo feito pelo Fórum Municipal dos Conselhos. E a terceira questão, agradecer aos que assistiram a live no sábado e teve problemas na questão da internet. Então, nós temos gravado só uma hora final, quem assistiu poderá fazer o comentário. Desde já quero pedir desculpas aos que tentaram entrar e não conseguiram. Estamos pretendendo fazer uma segunda e na primeira semana de setembro farei uma sobre a regularização fundiária. Estou intimando os convidados e convidadas, pessoas altamente conhecedoras do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

processo, uma delas já posso adiantar que é a Dra. Vanessa, ex-procuradora do município, a Dra. Vanessa Presser, profunda conhecedora desse processo de regularização fundiária. O Gilson Lima, um dos criadores do programa da regularização fundiária e o Luiz Steffano que é um professor da UFRGS, também conhecedor desse tema, sociólogo que participou ativamente desse processo. Será no primeiro sábado de setembro, eu ainda não sei se é 1º ou 02 de setembro, vou olhar no calendário e na próxima reunião do CMDUA estarei fazendo o convite, dizendo qual o dia que será. E nesta quinta-feira foi convidado pelo Vereadores Sgarbosa, pré-candidato a vereador, junto com a Maria Etelvina, para falar sobre participação e legitimidade no Plano Diretor. Será às 11 horas. Obrigado, era isso.

Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN: Boa noite. Eu gostaria só de fazer aqui um registro desta importante iniciativa do Conselheiro Felisberto em ter organizado, em ter promovido essa live no sábado passado. Trazendo convidados técnicos e gestores que registraram um pouco do importante processo da Participação Popular no planejamento Urbano em Porto Alegre ao longo das últimas décadas. E propor esse exemplo que foi dado como um espaço complementar aos espaços que vão ser abertos aqui no Conselho para debate livre, mais amplo dos temas necessários de serem discutidos na revisão do Plano Diretor. Então, é um espaço que se abre, uma possibilidade da gente aproveitar essas ferramentas muito úteis das plataformas, para que também outros técnicos, outras pessoas que estejam externas ao Conselho possam nos alimentar com informações, com pareceres, com a sua visão desses diversos temas aí, pelos quais nós vamos ter que passar nas discussões, nos debates de revisão do Plano Diretor. Era esse o registro que eu gostaria de fazer, cumprimentar o Conselheiro Felisberto pela sua iniciativa e que ela sirva como exemplo para os demais conselheiros promoverem também esses espaços complementares de debates. Obrigado.

Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Boa noite a todos e a todas. Primeiro lugar, eu acho que a gente precisa corrigir uma injustiça com relação ao que foi recebido dos temas enviados, solicitado por nós como pautas, até porque uma das pessoas que mais defende a regularização fundiária, não só dentro deste Conselho, é o Felisberto e isso foi constado lá como só duas regiões solicitando como “campeãs” desse negócio. Em segundo lugar, eu queria agradecer ao Felisberto também, eu participei da live desde o início, até o final. Achei que foi um resgate não só histórico, porque se puxou lá de 39 para cá, mas focando de 79 para cá e é importante para nós todos que tenhamos conhecimento disso. Acho que esse é um tema que a gente pode trabalhar muito, Felisberto, na colocação do nosso grupo que vai encaminhar para o livro dos conselhos. E é importante, realmente, nós pudemos, além de conhecer um pouco mais desse histórico, entender os mecanismos que levaram a criações de cada um dos planos. Isso foi um tema bem importante e de que maneira se chegou até eles. Era isso por hora. Muito obrigado.

Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: Boa noite, pessoal. Tudo bom? É lamentável a perda do Furtado neste Conselho, porque era um Conselheiro com bom esclarecimento do DEMHAB. É uma perda lamentável. Eu quero pegar o telefone do Furtado, porque preciso que no debate da Região Cruzeiro, de regularização fundiária, que vai ser muito importante estar com ele. Pessoal, todas as quartas-feiras tem a Rádio Abolição, que é uma rádio que foi criada para falar dos invisíveis. Já estive lá o nosso amigo Gomes, o próximo convidado vai ser o nosso amigo do Conselho, eu vou convidar tanto o Adroaldo como o Jackão e o Felisberto para falar sobre regularização fundiária e também das suas vilas. E assim vamos levando, toda semana é um debate sobre os invisíveis. O que são os invisíveis? São aquelas pessoas que trabalham na cidade, mas não aparecem no contexto geral. A Rádio Abolição tem esse



papel importante. Eu quero colocar para o Conselho sobre a pandemia. O nosso Conselho nós está nem comentando a pandemia em Porto Alegre e eu acho que o Conselho tem que fazer, porque se está fazendo as reuniões não presenciais é porque a coisa está feia. O vírus da pandemia veio da classe média alta, veio da Europa, dos burgueses, do rico viajando e trouxe para o Brasil essa bomba desse vírus. Agora ele entrou nas vilas, na população carente, que não tem condições de vencer isso aí. E a Região Cruzeiro está em lockdown. Por que isso? Quem pega vírus na Carlos Gomes, na Goethe, são apartamentos, salas, salários altos, podem ficar isolados, mas quem pega o vírus na favela, em vila, vai ficar isolado onde? É o papaleiro, o guardador de carro, aquele que vive o dia a dia, aquele que tem um pequeno boliche, aqueles que não têm condições de chamar o cara para fazer entrega. Então, pega os vírus e se alastra. E a Saúde não está fazendo o seu pape. Por quê? Ali mora o negro, o índio, o pobre. Então, para a Saúde não estão dando bola e está acontecendo. A Região Cruzeiro, no dia 01/08 tinha 150 casos e 08 óbitos, no dia 14/08, sexta-feira passada, já estava em 422 casos confirmados e 30 óbitos, só na Cruzeiro, fora Cristal e Glória, que o total está em 1.200 casos confirmados nesta Região 05. Por exemplo, bairro Cristal, Grande Cruzeiro... (Sinalização de tempo esgotado). Medianeira, Glória, Cascata e Belém Novo, são 1.122 casos confirmados. Então, o que eu quero dizer, meu Secretário, desculpa passar um pouco do tempo, mas a situação está lastimável de lockdown. E a Saúde não está dando bola, que diz que é normal. No Centro, no calçadão, na Borges, o prefeito fechou as lojas, né. Só que na favela funciona o supermercado, lojas, tudo aberto, normal. Então, é lastimável, mas a situação está assim na favela, colocando essa situação para vocês. Obrigado. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa noite, colegas. Muito breve, cumprimentar o Furtado, nossos cumprimentos e sucesso na nova etapa, Furtado, quem sabe poder te dedicar pela tua paixão pelos peixes, que eu sei que tem como biólogo essa paixão aí. Bom, informar, divulgar que o debate amanhã, realizado com a OAB/RS sobre participação nas revisões de Plano Diretor durante pandemia, um debate importante realizado pela comissão de direito urbanístico da OAB. E sugiro aqui algum encaminhamento mais formal do CMDUA em função dessa demanda trazida pelo cidadão da Lomba, pelo representante da Lomba e de moradores. Então, que a gente possa acompanhar com relatos, tanto da RGP. 07, e sai algum encaminhamento que se deve ao DEMHAB, que a gente possa estar acompanhando, com algum relato breve, comunicações pelo menos, seja por e-mail, para acompanhar essa questão que é importante... (Inaudível/interferência no áudio). **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos e a todas. Eu gostaria também de parabenizar o conselheiro, nosso colega furtado, que agora vai descansar um pouco, né, depois de tanta batalha. Nós vamos sentir falta e gostei bastante da ideia do Felisberto de chamá-lo para essa nossa reunião que nós teremos sobre a regulamentação fundiária. Ele vai ser de extrema importância, por tudo que o Furtado fez, com todo o conhecimento que ele tem nesse tema. E eu como faço parte do Conselho de Cultura aqui da Região Leste, não posso deixar de parabenizar a classe artística por essa vitória que nós tivemos com a aprovação do projeto de lei, de autoria da Deputada Benedita da Silva, do PT do Rio de Janeiro, que se chama a Lei Aldir Blanc, que trata de ações emergenciais para o setor da cultura, tão atingida nessa pandemia terrível. Todos fomos atingidos, mas o setor cultural está assim, né... Então, finalmente, foi aprovado no dia 17 de agosto o projeto de lei, finalmente, foi aprovado. Então, teve uma grande mobilização nacional. Então, eu não posso deixar de parabenizar e falar a todos que estamos muito felizes com tudo isso, finalmente. A classe cultural vai poder respirar um pouco, né, não é muita coisa, mas ajuda e ajuda bastante neste momento de pandemia. É só isso e muito obrigada. **Mark Ramos**



Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:
Boa noite a todos. Eu queria fazer uma breve comunicação, principiando por uma observação sobre as atas, as duas atas, que são atas do nosso Conselho sempre densas, a 2836 foi divulgada ontem às 7 horas e a 2837 foi divulgada ontem às 16 horas. Eu acho muito pouco tempo para nós termos condição de leitura e exame para submetê-las à votação. Eu pediria que elas fossem votadas na nossa sessão da próxima semana. É um pedido. Examinando os meus registros sobre a votação da última quinta-feira, eu verifiquei que pelas minhas contas 15 conselheiros votaram sobre as questões das reuniões extraordinárias. Faltariam 12 ou 11 conselheiros para votar. Por isso eu gostaria de saber se não seria adequado e útil que os demais conselheiros que não votaram tivessem a condição de fazer, abrindo outro prazo para essa votação. E sobre a live do sábado considerarei muito importante. Quero agradecer e dar os parabéns ao Felisberto e a todos os profissionais que contribuíram para a densidade de informação e da história recente de Porto Alegre, sobre os Planos Diretores e sobre o entendimento da gestão pública. Não entendi agora, por que, qual é a razão do Conselheiro Furtado se afastar, acho realmente muito lamentável. Não entendi quis as razões dele, não entendi porque entrei já atrasado na reunião, pela dificuldade de conexão, mas acho importante registrar que nesse período que nós estivemos convivendo com ele, foi uma convivência muito rica e produtiva, muitas vezes divergindo, mas com muito respeito mútuo, o que é muito importante dentro de um Conselho complexo como este que nós temos. E sobre a questão que o Paulo Jorge levantou, eu realmente não sei por que a questão comunitária da saúde dentro da Cruzeiro, eu acho que teria que começar por uma reunião coletiva com as pessoas para intervir nesse tema, porque a comunidade precisa também compartilhar muito dos cuidados necessários. Obrigado, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Acato a sugestão de colocarmos para deliberação as atas na próxima reunião, para que os conselheiros tenham mais tempo. A taquígrafa está bem apertada aí, está nos pedindo prazo para poder ouvir toda a reunião e fazer a transcrição das reuniões. Por isso que veio um pouco em cima. Acredito que não tem problema colocar para a próxima reunião. Com relação à votação. Com relação à votação, foi dada a oportunidade, a gente estava com a reunião aberta, todos que quiserem se manifestar, é uma opção dos conselheiros. Então, é nesse sentido que a gente elegeu. As pautas estão todas preparadas aí. Nesse sentido, senhores conselheiros, já são 18h43min, vamos avançar na nossa pauta, até porque a gente tem a oportunidade de debater, temos uma pauta extensa na reunião, para a gente ter esse tempo disponível e até deliberar os outros assuntos. Conselheira Maristela, Questão de Ordem. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Já foi encerrada a comunicação? Eu estava inscrita em comunicação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Na verdade, a senhora fez uma comunicação. Se era Questão de Ordem eu posso lhe... **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** (Inaudível/interferência no áudio). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Desculpa, Conselheira, mas eu entendi que a sua fala não era para o período de comunicação. Então, abro a sua fala. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Primeiro, quero dar as boas vindas para a Lisiane, nós já tivemos contato com ela na região, na questão de (Inaudível/interferência no áudio)... Então, se puder deixar teu telefone, porque precisamos conversar sobre duas questões que dizem respeito ao DEMHAB, tanto a questão da semana passada, da questão da Nova Barreto. Tanto como hoje, a questão da barragem da Lomba do Sabão. Diga-se de passagem, Rafael, muito



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

obrigada, porque a barragem não é o problema da Lomba do Pinheiro, nem mesmo a ocupação, é um problema da cidade. Eu não tenho vaidade de ajudar nas (Inaudível/interferência no áudio) de outros conselheiros, mas é relevante para a cidade. O Secretário foi muito sensível colocando à disposição em relação à questão (Inaudível/interferência no áudio)... Então, Lisiane, a tua primeira tarefa, estou sugerindo, né, não vou te mandar, mas sugerindo que nos dê o retorno da questão tanto da Nova Barreto, que parece que o (Inaudível/interferência no áudio) havia encaminhado, até queria a solidariedade de todos. Por favor, se puder fazer em conjunto com a SMAMS seria muito importante, porque as duas áreas, Secretário, dizem respeito a áreas de risco e proteção ambiental. E a barragem está dentro do Parque Saint' Hilaire. Então, o senhor sabe melhor do que eu que o Parque Saint' Hilaire diz respeito à SMAMS sim. Então, muito obrigada, Secretário, Plano Diretor tolerância de ter possibilitado me manifestar novamente.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Imagina, está no seu direito. Obrigado, Conselheira Maristela. Eu vou deixar aqui o contato para solicitação de agenda. Eu peço para a nossa Secretária Adjunta receber, a Viviane Diogo, sobre as unidades de conservação, tudo mais. Eu acho que ela tem uma boa condição de dar o relato do que está se tratando, como é que estão encaminhando o assunto da parte ambiental, vamos dizer assim, porque está dentro da área de conservação. A gente não fez nenhuma remoção ou movimento nesse sentido, porque tem a questão do DEMHAB, algum encaminhamento para aquelas famílias que habitam. Então, fica nessa tratativa com o DEMHAB. Senhores Conselheiros, então, o ITEM 4.01: Processo 002.3329411000, IGREJA PENTECOSTAL ASSEMBLEIA DE DEUS. É um EVU, um processo cujo relato é do Conselheiro da SAERGS. É um processo que foi distribuído em 10/09/2019. Teve prazo para relato, prorrogação, houve uma diligência da SAERGS à PGM, que ficou por bastante tempo. A gente conseguiu agora inserir junto neste debate. A gente conseguiu trazer esse retorno da diligência. Na verdade, o processo retornou em 21/11/2019, aí teve o relato, solicitaram nova diligência à PGM em 10/12/2019. E o retorno foi em 10/08, disponível no SEI. A equipe vai fazer um breve resumo. Depois passo ao Conselheiro Hermes para o relato. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu vou apresentar de maneira bem breve, considerando que vai se ler o relato do conselheiro hoje. É o Expediente 002329411000, trata-se do Estudo de Viabilidade, em função de regularização de edificação existente, quanto ao uso para atividade de templo, com porte acima de 1500 m², conforme determina o anexo do Plano Diretor que se refere. Templo Igreja Pentecostal Assembleia de Deus Ministério Restauração, com área adensável superior a 1500 m², área de escritórios administrativos da igreja, livreria, loja relacionada com a igreja, rádio da igreja e um café da igreja também. Ainda adicionam informações sobre horário de funcionamento, acessos e consumo de água no processo, que a gente não trouxe para cá essas informações, porque estão referidas no processo. Com relação à solicitação, só detalhando um pouco mais, o requerimento de abertura, que foi protocolado em 18/03/2019. A viabilidade face regularização de edificação existente. As características estão mencionadas pelo responsável técnico. A localização dentro de Porto Alegre, na RGP 01, próximo do entorno da rodoviária, nesse quarteirão demarcado em laranja. É dentro do bairro Floresta, a Av. Farrapos e a Av. Voluntários, onde tem o 4º Distrito. Aqui tem a planta com as edificações que existem hoje nessa parcela, nesse lote. As análises técnicas envolveram as áreas que já mencionei, que fazem parte da comissão. A gente pontuou cada uma das questões técnicas, com relação à drenagem fluvial. Não teve oposição e foi informado que atende aos preceitos da secretaria fim desse tema. Em relação ao transporte e circulação a EPTC se manifestou favorável e colocou alguns



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

condicionantes para a etapa de aprovação de projeto arquitetônico, mencionado nos ajustes finais. O meio ambiente também não teve oposição nesse expediente. A cultura com relação à compatibilização não teve oposição da equipe no pretendido, porque não se entendeu que existia conflito no patrimônio histórico que existia na região. A SMED também sem oposição. Da mesma forma a Fazenda colocou as informações de praxe. Com relação a obras e viação, a SMIM também não manifestou oposição. Com relação à saúde, a questão de previsão de equipamentos públicos, tendo em vista não ter previsão de parcelamento de solo, nem a questão de adensamento em relação a essa atividade que gerasse necessidade de equipamentos, também não tem nenhuma manifestação específica. E com relação à ocupação e uso do solo, foi realizada uma análise mais completa e se manifestou pelo deferimento, sem óbice, coloca ali o detalhamento da proposta, que já foi mencionado. Coloca as atividades que existem dentro do terreno, terreno de 3135 m² com duas frentes e de formato irregular, aquele formato que vocês viram que ele faz pelo quarteirão que não é um retângulo perfeito, tem alguns recortes. E para tanto não vemos prejuízo urbanístico para a operação quanto à regularização do exposto e verificação das condições deste EVU na etapa de vistoria e possíveis fiscalizações. Menciona outras etapas onde deverão ser avaliadas as outras questões. Com relação às adequações solicitadas, a EPTC colocou alguns condicionantes para o arquitetônico, que eu tinha mencionado anteriormente. Então, com relação aos acessos reforça a necessidade do funcionamento dos acessos com portões abertos, controles e cancelas recuadas, conforme declarada. Menciona no resultado do proponente e demonstrado na planta de EVU para evitar conflitos com passeio público e formação de filas de veículos nas vias. Então, para não ter esse conflito da atividade do fluxo que ela gera no quarteirão. Espaço de pedestre deve atender as dimensões definidas em legislação, enfim. Em relação ao número de vagas até aqui não tinha aquela cessão de vagas. Então, deverá ser realizado o número de vagas obrigatórias do empreendimento e o projeto deverá restringir-se ao número mínimo de vagas definidas pelo PDDUA, conforme definido no termo de comparecimento e considera que por ser de grande parte do público, que deverá acessar o estabelecimento a pé, por ser localizado na região central, considerando também que a região tem amplo atendimento de transporte coletivo. Está ali no entroncamento da rodoviária, onde tem várias linhas de transporte. E considerando a saturação do trânsito na região, nas duas vias de acesso ao empreendimento, o projeto restringe o número de vagas para não criar esse fluxo. E com relação a SMAMS condiciona a carta de habitação à apresentação das cópias dos projetos de isolamento, condicionamento acústico instalados no prédio e relatório técnico contando os resultados das medições de níveis de pressão sonora, obtidos nos prédios residenciais vizinhos de forma a comprovar a conformidade em relação ao critério/avaliação. E daí ele menciona o decreto e faz referência a legislações posteriores que possam substituí-los. E menciona que os relatórios de medições deverão ser acompanhados de anotações, registro de responsabilidade técnica dos técnicos envolvidos. Seriam esses pontos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado pela apresentação. Já passo a palavra ao Conselheiro Hermes, o relator, para que possa fazer o seu relato. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu queria, inicialmente, agradecer a Vaneska e cumprimentar a todos os conselheiros, em especial ao Júlio da EPTC, que eu vi hoje aí. Eu tive o prazer de conviver com o Júlio ainda quando eu era técnico da prefeitura, exatamente em um grupo de trabalho da revitalização do 4º Distrito, exatamente que pegava parte dessa área, a duplicação da Voluntários da Pátria. Como a Vaneska falou, é simples a questão da regularização, depois eu lei o parecer, mas é



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

simples no que se refere às questões do regime urbanístico, edifício, a atividade em si. O que gerou polêmica nesse processo e por isso que foi solicitado um questionamento junto à PGM, é que ele foi indeferido duas vezes, a primeira vez pela CAUGE, tendo em vista que não atendia as questões de segurança, de distanciamento entre postos de gasolina e atividade de templo, isso em 2013. Posteriormente, ele foi novamente indeferido, porque os proprietários, na verdade, não apresentaram os comparecimentos. Eu vou passar a ler, que eu acho que fica mais fácil e eu quero citar, mencionar que esse caso acho que é bem interessante para a revisão do Plano Diretor, porque há muitos anos eu me lembro que essa questão vem sendo tratada na Prefeitura, que é a questão de segurança das atividades, os conflitos entre as atividades e, invariavelmente, é resolvida como foi resolvida nesse caso com um decreto de lei, quase que encomendado para satisfazer algumas atividades que têm um poder político muito grande. Então, eu vou ler, vou pular o que não interessa até o que a Vaneska já falou, porque ele é meio extenso. “Trata-se de Estudo de Viabilidade para regularização da Igreja Pentecostal Assembleia de Deus Ministério da Restauração. Na verdade, é uma reciclagem de uso da edificação existente com aumento de área. Localizado na Avenida Farrapos e Voluntários da Pátria, portanto, com duas frentes. Em visita ao local constatamos que a igreja se encontra instalada em modos existentes, antigo pavilhão para depósito de mercadorias com as duas frentes. A igreja contempla atividades de apoio com estúdio de rádio, loja, livraria, café, refeitório, salas de aula, creche, pátio interno, estacionamento, entre outros. Inclusive, o espaço para atividade religiosa. O requerente protocolou o EVU em 2012 para regularizar a atividade na igreja, com área de 2918 m², aproximadamente, sendo classificado como projeto especial de impacto urbano de 2º grau, necessitando, portanto, aprovação da CAUGE e posterior oitiva deste Conselho. Em 2013 o EVU foi indeferido através do parecer CAUGE nº 75/2013, por não atender no artigo 126 da Lei 434/99, modificada pela lei complementar 64/2010 e Decreto 17.921/2012. O motivo do indeferimento referia-se à existência de posto de abastecimento nas proximidades do imóvel do requerente e os conflitos entre essas atividades. Esclarecendo que o posto estava regularmente instalado. O expediente foi encaminhado à PGM, que manteve o indeferimento em 2013, trazendo à discussão o que consta na Lei Complementar 521/2005, que dispõe sobre as atividades varejistas de produtos perigosos e dá outras providências. Assim como o Decreto 17.900/2012, que tratava de restrições da atividade do posto de abastecimento. Em 2015 é protocolado novo EVU, a CAUGE emitiu considerações de diretrizes e termo de comparecimento. Novamente foi indeferido, dessa vez porque o requerente não atendeu o comparecimento. Por fim, em 2019 foi protocolado novo EVU, esse aprovado pela CAUGE 21/08/2009, através do Parecer 113/2019. Entretanto, as questões anteriores que motivaram o indeferimento não foram esclarecidas no expediente, o que motivou meu pedido de diligência encaminhado à PGM para que se pronunciasse expressamente quanto à viabilidade da atividade naquele local. Face parecer anterior da própria PGM pelo indeferimento. Após longo período em diligência retorna este expediente com extenso parecer da PGM, assinado pela procuradora Andresa, onde expõe os novos argumentos da PGM juntados aos autos, nota técnica. Não pretendo aqui ler o extenso parecer, até porque nosso tempo não permite. Destaco alguns pontos, como segue: Superados os aspectos técnicos urbanísticos da regularização ‘faça-se a análise do objeto jurídico da consulta’. O artigo 126 do PDDUA com redação dada pela Lei Complementar 646/2010, assim dispõe: artigo 126, os postos de abastecimento são atividades de impacto, conforme disposto no artigo 11.1 desta lei complementar, deverão observar o disposto em seu anexo 10, bem como as demais restrições impostas para atividades varejistas de produtos perigosos. §1º - fica vedada a instalação de postos de abastecimentos em locais que concentram grande



público em proximidades e locais incompatíveis com esse tipo de comércio e como presídios, estabelecimentos industriais, unidade de conservação ambiental, cruzamentos importantes para o sistema viário e áreas consideradas de risco, cultura, instalações militares ou depósito de explosivos e munições. Bem como, locais que dizem ter menos de 500 metros a partir do ponto de estocagem do posto de abastecimento mais próximo já existente. Assim, com o advento do Decreto 18.806/2014, inaplicável ao caso concreto, a informação da...” Quer dizer, esse decreto é posterior ao indeferimento da CAUGE e da PGM. “Basicamente, o que o Decreto nº 18.806 alterou em relação às regulamentações anteriores é que apesar de manter a vedação para instalação de postos de abastecimento, conforme § 1º do artigo 126 da Lei Complementar e 434, alterada pela Lei Complementar 646, ou seja, em locais que concentram grande público com metragem total superior a 300 m², como hospitais, escolas, creches, templos religiosos entre outros. No artigo 2º do referido decreto, diz o que segue: a vedação de que trata os incisos 1, 2 e 3, que são os que falam em hospitais, escolas, creches e templos. A vedação de que tratam os incisos 1, 2 e 3 do artigo 1º deste decreto diz respeito à instalação de postos de abastecimento nos próprios imóveis. Considerando que existem vários postos de abastecimento nas proximidades da igreja, a menos de 500 metros. Considerando a interpretação dada pelo Decreto 18.806/2014, que excluiu a possibilidade de risco, mesmo que haja uma atividade com grande concentração de público contido a um posto de abastecimento. Confirmamos que realmente não existe um posto de abastecimento inserido no imóvel da igreja”. Ou seja, é óbvio que no terreno da igreja não existe o posto de abastecimento. “Considerando o ponto de vista edilício e da atividade em si o EVU está de acordo com a legislação vigente, como bem analisado pelos vários técnicos da PMPA. Face as considerações acima, nos resta recomendar a aprovação do EVU em pauta. Registre que o presente caso é um valioso tema para ser analisado na reavaliação do Plano Diretor. Salvo melhor juízo, um erro grotesco do ponto de vista urbanístico. Entretanto, um arranjo ilegal para satisfazer a pressão destes novos templos para edificação de novos templos, que se disseminaram pela cidade a rodo, a partir das últimas duas décadas, aproveitando os incentivos fiscais e as carências deixadas pelo poder público quanto ao atendimento das populações menos assistidas no que se refere à saúde, atendimento social, ensino, creches, alimentação, entre outros”. Então, só para finalizar, visitando o local, o local tem de tudo, menos templo, mas é o que está acontecendo, para quem não conhece, nesses novos templos. Tem sala de aula para as mulheres desempregadas que vêm do interior, tem creche para as crianças, para essas mulheres quando não conseguem o primeiro emprego, tem todo o tipo de serviço social que em princípio o poder público deveria oferecer. E também eu acho que para quem não conhece, é uma explicação bem importante porque que estão se proliferando dessa forma essas igrejas, Assembleia de Deus e outras. São atividades com fins sociais e de apoio às pessoas de baixa renda. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes, pelo relato. Nesse sentido, eu consulto os conselheiros se vai ter pedido de vista ou abrimos para o debate? Alguém, antecipadamente, vai querer fazer relato de vista? Senão abro para o debate. Alguém quer debater o expediente? Em não havendo inscrição para debater o presente expediente... A gente tem o Conselheiro Felisberto e Conselheiro Mark. Com relação à disponibilização, uma pergunta que a Conselheira Claudete levantou, a gente já esclarece. **Camila Maders Fonseca Coelho, Secretária Executiva do CMDUA:** No corpo do e-mail aparece uma lista. Eu tenho deixado essa lista de números do SEI. Então, ali todos os processos que estão na pauta vão estar ali. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** De qualquer forma todo têm acesso de forma eletrônica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

539 Temos o Conselheiro Mark e Conselheiro Felisberto. **Mark Ramos Kuschick (Titular),**
540 **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** A minha questão é, no
541 caso desse empreendimento, especificamente, eu não percebi aí as questões de
542 segurança, porque esse é um templo que em tese aglomeraria muitas pessoas, né. Na
543 questão da Boate Kiss eu não sei em que medida as cautelas que são previstas nesta
544 legislação foram atendidas no projeto da Igreja Pentecostal. Então, a minha pergunta era
545 sobre isso, eu não sei se houve o atendimento desses requisitos para que se exerça essa
546 atividade de pregação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
547 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Eu já consigo
548 lhe esclarecer. Aqui dentro nós estamos na etapa de EVU, com relação ao impacto, sobre
549 o atendimento da legislação estadual, da Boate Kiss, os modelos, isso é visto pela equipe
550 dos Bombeiros. Então, eles emitem o alvará de prevenção contra incêndios, vão lá, fazem
551 a análise. Então, na etapa de carta de habitação, depois eles têm que apresentar também
552 o alvará dos Bombeiros, é uma exigências. Os bombeiros fazem todas as questões, é
553 verificado o atendimento da legislação e eles nesse sentido emitem. Passo ao Conselheiro
554 Felisberto para debater. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**
555 **Planejamento Um – RGP. 1:** As minhas dúvidas vão um pouco ao encontro do que o
556 Conselheiro Mark falou. Eu fiquei com uma dúvida se esses prédios já existem. Se já
557 existem se tem todo o PPCI feito, ou vai ser uma nova construção? Isso não ficou bem
558 claro para mim, porque eu imagino que seja aquele que fica junto àquela rua que dava
559 acesso à rodoviária. Então, não tive a oportunidade de ir lá ver, queria ter ido lá, mas
560 parece que é aquele que ficava no fundo desse posto. Então, me parece que a questão de
561 segurança é uma questão muito bem levantada pelo Conselheiro Mark. E a questão
562 também de acessibilidade, de segurança de tráfego, tendo em vista que é uma região que
563 a rodoviária é ali perto. Então, isso para mim, não sei se tomaram todos os cuidados, a
564 questão, se não tem que alargar, porque há uma bifurcação logo na saída da rodoviária
565 que dificulta e teve um trabalho da EPTC lá, que direcionou meio o tráfego, mais continua
566 tendo problema na hora de grande fluxo. Então, essas são as minhas preocupações.
567 Obrigado. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia**
568 **Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Seriam duas perguntas simples também, uma
569 destacada pelo Conselheiro Hermes. O Conselheiro Felisberto também fez algumas
570 perguntas que eu iria fazer, mas o Conselheiro Hermes pode responder. Ele destacou que
571 esses locais não têm só uso para um centro religioso, como é que fica? Por que os centros
572 religiosos têm isenção de impostos, agora, se eles têm outras atividades, então, quando
573 entra na Prefeitura e a Prefeitura aceita que ele está sendo caracterizado como um centro
574 religioso, a Prefeitura já está, inclusive, dando licença nessa situação, aceitando que ele vai
575 ser isento de imposto. E outro detalhe que o Felisberto mencionou é a questão de trânsito.
576 A sede da ABES tem um centro religioso bem pertinho ali, não só trânsito, mas também
577 estacionamento. O estacionamento que a gente usa para ir às reuniões da ABES, quando
578 tem culto, fica, tudo lotado, não tem vaga. Inclusive, eles já têm até programas de
579 fidelidade, já tem desconto no estacionamento, tendo em vista a quantidade de veículos
580 que normalmente são característicos esses eventos. Então, se tem alguma análise de
581 trânsito pelo grande afluxo de pessoas que acontece e concentrados. E a questão de
582 vagas para estacionamento do empreendimento, porque vaga para estacionamento está na
583 legislação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**
584 **da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Darci. O Hermes. **Hermes de**
585 **Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul –**
586 **SAERGS:** Eu vou tentar esclarecer o que posso. Foi aprovado um Estudo de Viabilidade
587 que tem todas as exigências de várias secretarias que se adequam à legislação hoje, no



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

que se refere à questão de segurança, questão de isolamento acústico, tendo em vista é que é um templo, embora não tenha vizinhança de habilitação, mas também é importante o isolamento. Então, do ponto de vista edilício, essas questões estão resolvidas, estacionamento também, eles têm uma grande área vazia, eles têm um pátio interno onde tem estacionamento para vários carros, mas pelo que eu pude perceber, embora eu tenha ido em um horário, eu fui anterior à pandemia, não fui agora. Eu fui no horário que tinha uma sala de aula com várias mulheres aprendendo a ler e escrever, coisas assim, bem de serviço social. Eu acredito que não é um público naquele local, embora seja uma posição pessoal minha e uma avaliação pessoal sem nenhum fundamento técnico, assim. É um público que não se desloca de carro, mas tem espaço para estacionamento dos carros suficientes aos metros quadrados construídos, conforme os padrões do Plano Diretor. Outra questão, Darci Campani, eu até ironizei um pouco ali na minha leitura, são os novos tempos com os novos templos. Na verdade, o que caracteriza, alguém da Prefeitura hoje pode esclarecer melhor, mas o que caracteriza um templo não é necessariamente a igreja essa tradicional. Só para encerrar, eu me lembro que ainda quando eu estava trabalhando, houve uma polêmica muito grande perto do prédio do planejamento, SMOV, ali na Praia de Belas, em frente aos Bombeiros, que os maçons entraram com pedido de construção de templo dos edifícios que eles têm ali, mas eles também tinham um andar inteiro, que era para meditação, sei lá, reza, o resto eram salas de reuniões e terminou passando. Foram meses também de polêmica. Por isso que eu disse que é uma discussão interessante porque uma revisão do plano, tanto do ponto de vista de segurança, como do ponto de vista do que é um templo, do que não é. E para finalizar, eu só queria dizer que essa questão também de segurança, eu lembro que há muitos anos também se discute isso, aquela distância mínima entre postos de gasolina, que a gente através de pesquisas terminou descobrindo a origem desses 500 m. Na verdade, era lá quando os postos ainda eram uma bomba na calçada, não sei se alguém pegou isso aí. Era uma bomba de gasolina na calçada. Foi, na verdade, uma reserva de mercado. Então, não tinha nada a ver com segurança. Hoje quem trabalha com isso, pelo que eu conheço e de informações, é pouquíssimo o histórico no mundo inteiro de explosão de postos de gasolina. Embora o produto em si seja poluente. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Encerrados os debates, de imediato faço a leitura dos votos, consultando, inicialmente, a conselheira representante do DEMHAB. Lembrando que a gente tem parecer apresentado pelo relator, PARECER FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DO EVU. **VOTAÇÃO NOMINAL:** Lisiane Sartori Fioravanzo Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB: Favorável. Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC: Favorável. Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP: Favorável. Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN: Favorável. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Favorável. Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE: Favorável. Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM: Favorável. Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI: Favorável. Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira Claudete, não estamos lhe ouvindo, se quiser deixar no chat. Vou seguir na sequência. **Sérgio Saffer (Titular),**



Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** (Relator) **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Sérgio Koren (1º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Favorável. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Favorável. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** (Não se encontra na sala). **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu tinha ficado com algumas dúvidas, se eram atividades subsidiárias, mas vou acompanhar o relator. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Nesse sentido pelos 25 votos favoráveis, nenhuma abstenção, nenhum voto contrário. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR:** EVU da Igreja Assembleia de Deus. Passamos ao **ITEM 4.02:** Expediente 002.333539009, aprovação de EVU. Não, este está em diligência e a CAUGE não retornou. Passamos ao **ITEM 4.03:** 19.0.000119052-3 – **MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**, valores do solo criado. Nós tivemos o parecer do conselheiro relator da ÁREA, que muito bem apresentou o seu relato em 06/08. Tivemos a apresentação da equipe do planejamento e tivemos solicitação de vista da RGP. 01, RGP. 06, SOCECON e SAERGS. Eu peço para a Vaneska nos relembrar, apesar que está bem presente na memória de todos. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu vou apresentar de maneira bem sintética. Ele trata do relatório dos valores de solo criado adensável e não adensável, calculados manualmente pela Secretaria da Fazenda. São 42 bairros oriundos de vários processos SEI, com valores de solo adensável e não adensável, que foram calculados manualmente por apresentarem incompatibilidade de informações cadastrais, entre os dados da Secretaria Municipal da Fazenda e as divisões territoriais. No momento da apresentação fez alguns tópicos para relembrarmos alguma metodologia que já foi objeto de discussão no CMDUA e aprovado o relatório em 2018. Resumido da forma, o solo criado é calculado por bairro, para cada face de bairro se calcula cota terreno, valor de terreno da face dividido pelo índice de aproveitamento e o solo criado será a cota terreno médio do bairro, 85% da maior cota terreno. São 15 processos, a gente já tinha feito uma consideração que o processo 12 repete o item 6, aparece também no relato do Conselheiro essa duplicidade a ser corrigida e nós fizemos alguns mapeamentos que foram apresentados na ocasião, os processos, os expedientes por região de planejamento para se ter uma ideia de quantos bairros incidiam em cada região. Então, na RGP 01 21 bairros; RGP 02 08 bairros; RGP 04 04 bairros,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

RGP 06 03 quarteirões e 01 quarteirão na RGP. 07. Na RGP 08 também apareceu um quarteirão dentro da Restinga. Tem a descrição com imagens para cada um dos expedientes que foram tratados acredito que possa ser esta a lembrança. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vaneska. Consulto ao Conselheiro Felisberto se quer fazer relato de vista. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não seria bem um relato de vista, mas uma constatação e sugestão, que esses processos não viessem todos, porque a gente não tem a oportunidade de analisar, ir no local ver o quarteirão, estudar as condições do entorno para ver se esses preços estão compatíveis com a valorização da área. Não sei se está correta a minha observação, mas eu penso que isso implica nos recursos que deveriam ir para a habitação de interesse social. Então, é apenas essa observação e fico preocupado vir tudo em um processo só. Então, isso inviabiliza o conselheiro da região ter um cuidado e nós temos 21 quarteirões na RGP 01. Então, apenas essa colocação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Conselheiro Gomes, tem relato de vista? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Não vou apresentar, não tive condições de estudar, até em respeito ao belo relatório que foi feito. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Gomes, obrigado. Conselheiro Rafael, relato de vista? **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Não, não tenho um relato de vista. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. O Conselheiro Mark, tem relato de vista? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Bom, eu estive olhando esse conjunto de documentos dos valores do solo criado e o que eu queria comentar em relação a esse processo relatado pelo colega Sérgio Saffer, ali houve todos os cálculos e tal. O que eu queria fazer as considerações é sobre os objetivos sociais que estão vinculados ao processo do solo criado serão atendidos? A aplicação dos recursos vai ser destinada a tal reserva fundiária? Visando a regularização e execução de programas e projetos habitacionais de interesse social? Se existem esses processos, quais são que podem ser inferidos? Porque seriam recursos importantes que fossem canalizados para esses objetivos sociais no projeto do solo criado. O segundo aspecto seria sobre os investimentos em equipamentos urbanos e comunitários, espaços públicos de lazer e áreas verdes, unidades de conservação ou proteção ambiental, se há previsão desses valores do solo criado serem destinados a essas finalidades, quais são? Há projetos? Onde estão? Quando ocorreram? E também com os recursos auferidos, porque eu fui ler a legislação, ela prevê ali que vai haver incentivos a políticas públicas de proteção de interesse histórico-cultural e/ou paisagístico. Eu vi que havia uma exposição da Conselheira Patrícia já dentro do próprio CMDUA há alguns anos atrás, em que ela abordou essas questões em relação aos valores do solo criado dentro do Município de Porto Alegre. Por isso que eu faço essas observações e esse seria o meu relato de vista. Gostaria de saber se é possível responder a essas questões. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu queria primeiro agradecer a Gisele e ao Saffer, que fizeram um esforço para tentar esclarecer sobre esse processo. E o meu parecer é bem curto, só vou fazer uma introdução. Eu confesso que com toda a minha vivência dentro da Prefeitura, inclusive, eu participei do grupo que criou solo criado lá no tempo do Colares ainda, a complexidade desse processo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

e as informações que estão no processo é completamente inviável de fazer uma análise de qualquer coisa. Então, o nosso voto é um voto de confiança ou não. E a vida me ensinou, talvez por ser mais velho um pouco, a vida me ensinou que tem coisas que não dá para assinar cheque em branco. E tem outras coisas que também precisam ser esclarecidas, porque, além disso, a gente traz certa responsabilidade quando aprova isso. Isso que eu queria dizer e mais uma vez realçar a tentativa, principalmente do Saffer, de tentar esclarecer, mas as informações que vieram nesse processo são completamente inadequadas. O parecer do Saffer informa mais do que as informações que tem no próprio processo. Então, eu vou ler meu parecer: “Trata o presente expediente de análise e aprovação por este CMDUA dos valores do solo criado para 42 bairros, conforme esclarece parecer do relator de 30/06/2020, aproximadamente 6000 bairros fazem parte do relatório de preço unitário mínimo do solo criado adensável e não adensável, competência 2018. Entretanto, aproximadamente, 368 deverão ser definidos manualmente. O presente expediente trata de 42 bairros para apreciação deste Conselho quanto aos valores do solo adensável e não adensável. Esses bairros são oriundos de vários expedientes. Considerando que as informações existentes no processo SEI, no entendimento deste Conselheiro, são insuficientes para uma análise efetiva dos valores atribuídos a cada bairro”. Ele simplesmente tem os valores, não tem as faces do bairro, qual é o regime urbanístico, não tem nada. Considerando que existem equívocos na apresentação das planilhas calculadas manualmente, com bairros apresentados com duplicidades, como bem observado pelo relator e que esses equívocos, salvo melhor juízo, comprovam que nem mesmo há uma revisão eficiente a que o presente trabalho foi submetido. Considerando que aos conselheiros só resta validar os valores atribuídos pela SMF. Considerando que a avaliação feita nem mesmo tem uma assinatura de responsabilidade técnica sobre o trabalho produzido. Considerando que os valores arrecadados são verba de potencial construtivo representa o recolhimento de alguns milhões de reais para mais ou para menos, para essa Prefeitura de Municipal de Porto Alegre, cuja aplicação deve ser prioritariamente em programas habitacionais. Considerando que já aconteceu em outro momento malversação e uso indevido das informações do solo criado, ocorrendo que servidores públicos deste município foram exonerados por crime contra o erário público. Meu parecer é votar contrário à aprovação das apresentadas, face as considerações anteriores. Sugiro que sejam esclarecidas de forma transparente e extensiva os valores alcançados com a apresentação dos técnicos responsáveis pelos cálculos (que a gente nem sabe quem é), face a complexidade do assunto. Entretanto, destaco e deixo registrado o grande esforço do Conselheiro Sérgio Saffer, relator deste expediente, na tentativa de esclarecer melhor os conselheiros. É o parecer. Obrigado.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Hermes. Eu consulto aos senhores conselheiros quem tem interesse de debater o presente processo, que, por favor, faça a inscrição. (Inscrições). Tem mais alguém? Então, em não havendo mais inscritos a gente encerra a inscrição e abre a oportunidade para debater, iniciando pelo Conselheiro Saffer.

Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Boa noite, pessoal. Eu estava procurando se tinha a apresentação anterior que foi aprovada a tabela, mas não deu tempo aqui. Eu vou dar alguns esclarecimentos do que ouvi. Realmente, Hermes, eu tentei me aprofundar, eu liguei lá para o pessoal da Fazenda para tentar entender um pouco melhor e explicar. É muito complicado, realmente, a parte que já foi feita, que tem uma fórmula matemática e está aprovada, e nós aprovamos essa forma e naquela vez foi aprovado, é um computador que faz. O que eu tentei esclarecer aqui é do porque que esse processo veio para cá. Por que ele é manual? É isso que eu



tentei explicar com aqueles exemplos da inconsistência entre a Fazenda e eu DEMHAB. E em parte, realmente, a gente tem que ter uma confiança, porque é um trabalho que, no caso, eu exemplifiquei, aqueles 6000 é do passado, agora só estamos analisando algumas. Então, como o Felisberto disse, ir em todas as quadras, nós não fizemos isso quando aprovamos as 6000 e pouca, porque isso é uma pesquisa que a Fazenda faz do valor de mercado de um terreno. Eles veem pelo ITBI, pelo jornal, eles fazem toda uma pesquisa para definir os valores. Este ano até houve variações em algumas regiões que foram negativas, de 15%. Então, se tu pegares naquela época, eu lembro que nós batemos: qual foi o reajuste da última tabela? Não teve um reajuste, uma média, porque em cada região houve uma maior valorização ou uma menor valorização. Naquela época, na última, na grande maioria os valores foram bem menores do que vinha se praticando. O debate, eu concordo com o Mark e o Felisberto, isso é uma coisa que a gente tem que ter, até poderia ser uma das pautas que vamos discutir mais adiante, de onde estão sendo aplicados esses valores. A razão que o processo veio para cá, realmente, Hermes, estava simples. Então, eu peguei, olhei dois ou três SEIs, todos tinham o mesmo procedimento, era que a UDRE pegava o quarteirão, definia os índices, manda. Por quê? Porque os índices não têm condições, por eles não serem iguais. Então, por essa razão que ele é manual, manda para a Fazenda, a Fazenda bota na fórmula matemática já aprovada pelo Conselho e faz esse cálculo. Então, atualmente, é um procedimento mais matemático. O que eu, até por curiosidade, quis fazer e vi naqueles exemplos que eu mostrei, algumas regiões, mesmo lindeiras, não têm. E só quis explicar também aquela história que a gente achar que na rua tal vai ser tal, mas como o índice é mais alto, o valor baixo. Aquelas explicações que eu já dei. Se durante o debate vai vir alguma coisa e eu puder ajudar, eu me coloco à disposição depois ou me inscrevo, Germano.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Saffer. A gente antecipou a sua fala. Eu acho interessante que o relator tenha a fala por último, a gente vai trabalhar para inverter nas próximas. Aí consolida todas as falas, as dúvidas. O Conselheiro Gomes.

Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Conselheiros, mais uma vez, boa noite. Eu queria que o Conselheiro Hermes deixasse claro essa afirmação que está fazendo, e ele tem de certa forma costume de fazer esse tipo de afirmação, criando uma suspeita, colocando uma coisa no ar, que crime contra o erário público tem a ver com essa solicitação que está na nossa mesa? Eu não consegui entender, não consegui ler, chegar na profundidade do pensamento do Conselheiro. Então, que ele seja claro, objetivo dentro deste processo que nós estamos analisando. Era isso, Presidente. Obrigado.

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Eu ainda continuo com as minhas dúvidas. A fórmula matemática, é matemática, isso a gente sabe, mas tem os aspectos que fogem um pouco da fórmula matemática, que é a realidade. E 21 quarteirões, a gente tem que conhecer a realidade desses quarteirões. Então, posso estar equivocado na minha visão do que eu vou dizer agora, mas isso implica na capacidade de arrecadação do município para viabilizar programas sociais, como é o de habitação de interesse social. Há uma série de incrementos nessas regiões, principalmente na região ali do Petrópolis, da Antônio Gonzaga, aquele quarteirão ali é um quarteirão valorizado. Tem um dos prédios mais caros, fica exatamente na rua ali, quase lidera a Carlos Gomes. Então, são áreas altamente valorizadas. Então, e o critério para se avaliar isso. E depois teve a região no Menino Deus. E tem um trabalho feito pela Procuradora do Município, que agora me fugiu o nome, em que ela fez um estudo e eu não tive a oportunidade de ler o trabalho dela, que ela fez de mestrado ou doutorado na UFRGS, em que ela trata exatamente da criação do solo criado, do impacto dessas vendas nas regiões, inclusive, no Menino Deus. Então, eu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ainda estou em dúvida qual será o meu voto. E lamento virem processos todos juntos, eu acho que deveria ser um processo melhor discutir, com melhor esclarecimento, porque não dá para votar um cheque em branco, como muito bem falou o Hermes. Quanto ao parecer do Hermes, ele faz um questionamento onde foram aplicados esses valores e como foram aplicados. Então, é importante a gente saber, ter um relatório do que foi arrecadado com o solo criado para que a gente possa ter também uma visão como conselho do que é arrecadado e o que é aprovado para o solo criado, e onde foi investido. É isso, Secretário.

Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Eu me inscrevi para esclarecer, mas, primeiro, eu queria destacar, Sérgio, quando eu falei, eu fiz questão de destacar o teu trabalho e acho que ele foi muito superior ao conteúdo do processo para nos explicar. Realmente, eu conheço esse assunto, acompanho a complexidade. Eu entendo que a maioria, talvez por não tratarem dessas questões, seria de muito difícil compressão. Por outro lado, o mínimo que se pode ter, não o cálculo, eu não quero saber da soma, se deu certo, mas as informações que foram oferecidas para a efetivação desses cálculos. E, Gomes, quando eu falo uma coisa, eu tenho a responsabilidade e tudo que eu falo eu penso antes. Apesar de eu ser muito intempestivo. Por outro lado, o que eu quis dizer é que nós estamos, ao assinarmos, ao aprovarmos estamos tratando um tema de grande responsabilidade. É diferente do processo que eu relatei, que é a regularização de uma igreja que existe lá há quase 10 anos. Nós estamos tratando de muito dinheiro que é arrecadado pela Prefeitura e que tem uma destinação específica. Independente se é bem ou mal aplicado, mas é muito dinheiro. E quando eu disse que teve um colega, eu não vou citar nome, até já citei, lembro que citei na primeira reunião quando eu me apresentei. Teve um colega nosso, um engenheiro, que foi exonerado exatamente por isso, pelo o que eu disse, por trazer prejuízos aos cofres públicos, utilizando-se do FMDU. Isso aí está relatado no processo, embora seja um processo particular, mas é um processo que eu acho que já é quase de domínio público e teve vários funcionários exonerados. E o que eu achei muito bom, eu bato palmas, para que os funcionários que usem as informações e os instrumento que têm para se autopromoverem... Não é “promover”, desculpa, mas o que eu quero dizer é isso. Não estou acusando ninguém, pelo contrário, eu quero dizer da nossa responsabilidade em aprovarmos uma avaliação dessas em branco. Para complementar, da outra vez passou, realmente passou, Sérgio. Agora é o meu voto, nós somos 30 e poucos conselheiros, quem quer votar a favor e assinar em branco assina, não tem problema.

Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: Boa noite a todos. Presidente, eu me escrevi porque realmente tem processos da RGP 2 e, realmente, é responsabilidade nossa de fazer esse acompanhamento, como o conselheiro já falou e outros, de assinar um cheque em branco. Então, qual é a minha sugestão? E talvez nem seja minha porque já fizeram esse procedimento. De fazer uma comissão de conselheiros que integram o processo, Conselheiros daquela região de interesse, onde tiver os valores, os quarteirões. Eu acho que isso aí é uma coisa que dá para fazer tranquilamente. A outra questão, já fazer parte do relatório final do Conselheiro a destinação dos valores. Nós não podemos simplesmente fazer uma aprovação se não sabe para onde vai o resultado do valor do cálculo, com valores atualizados, o mais próximo da realidade, para saber o que seria possível fazer, já que essa destinação deveria ser para programas de moradia. E quero destacar a importância desse tema do solo criado e que não foi possível votar naquelas propostas para as reuniões extraordinárias. A 12ª sugestão, que foi a SAERGS que fez, constava o solo criado. E nós conselheiros não conseguimos indicar e garantir essa discussão. O próprio Conselho ainda tem um pouco de resistência, talvez até por falta de conhecimento do conjunto todo, de se inteirar da importância desse tema. Obrigado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Boa noite a todos. Eu queria fazer um esclarecimento, é que esse tipo de processo, entendo que ele é complexo mesmo de ser avaliado, porque é com base em uma metodologia que já foi aprovada, como o Conselheiro Saffer comentou, é um restinho de um bloco que já foi aprovado. No meu entendimento, assim, eu acho que nem deveria passar no Conselho, porque já é uma coisa consagrada, é um erro passar no Conselho, mas como tem que passar eu não vejo que a gente tenha que se opor a uma coisa que já foi consagrada pelos demais. A questão que se que se discute é a metodologia, que bem como o Hermes comentou, é uma coisa complexa, eu entendo que é complexa também, entendo que deveria ser uma coisa mais simples para essa questão da metodologia, mas, enfim, nós temos aí uma revisão do Plano Diretor, onde a gente tem a oportunidade de revisar esses procedimentos e transformar eles mais simples e transparentes para todo mundo. Esses objetos específicos são um simples conserto de um erro do programa, vamos dizer, que está consagrado, já foi aprovado por este Conselho. Então, eu vou ser favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Primeiro eu quero me coadunar, na verdade, à proposta do Adroaldo de que a gente trate esses processos quando venham de solo criado, independente de que eles venham, assim, pelo que eu entendi esse veio meio sob demanda. Quer dizer, aqueles que não o sistema não consegue trabalhar, vem sendo feito manualmente e por isso vem sob demanda. Enfim, algum critério tem que ter, foi adotado esse, ainda que possa ser questionável. Eu gostaria só de lembrar que em que pese a nova lei do solo criado, ela não retirou a nossa atribuição de semestralmente avaliar os valores do solo criado. Então, fica também essa consideração. E, além disso, as nossas atribuições, se eu não me engano é inciso XV do artigo 39 do Plano, né, nos coloca a responsabilidade de conhecer como estão sendo aplicados os recursos do solo criado. Então, entendo que a gente isso deveria estar posto na ordem do dia o mais breve possível para atender essa atribuição que está colocada a nós pelo Plano Diretor. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Ainda bem que o Conselho Rafael falou um pouquinho antes, eu estava aqui no computador tentando achar onde estava na lei do Plano Diretor. Na prática, nós deveríamos estar recebendo relatórios dos valores gerados e onde foram gastos esses valores, informações que durante esta gestão inteira nós não recebemos nunca. A discussão anterior, realmente, houve comissão, acho que foram quase 6 meses discutimos, houve a construção de uma comissão. O pessoal, inclusive, já falecido, agora me faltou o nome, mas um conselheiro nosso que foi coordenador, teve a convocação de assessoria para poder tentar fazer um projeto que qualificasse mais ainda a política de criação do solo criado, e mesmo assim não se conseguiu chegar uma proposta de consenso neste Conselho. Então, se optou por manter os valores anteriores, inclusive, ação que envolveu o Ministério Público, na última discussão que a gente teve aqui, o Ministério Público também foi envolvido. Então, Conselheira Patrícia, não é uma simples correçãozinha, nós temos que a cada seis meses revisar os valores do solo criado, é o que está na lei e que eu me lembre é obrigação nossa revisar e receber os relatórios desse recurso que está sendo gerado e onde estão sendo aplicados. Este Conselho não está fazendo isso, não está recebendo esses valores, não está cumprindo a lei a cada 6 meses, fazendo a revisão. Acho até que é excessivo, na época se discutiu de fazer uma alteração, estamos revisando a lei do Plano Diretor, a cada 6 meses é um prazo excessivo fazer essa revisão, mas eu não consigo entender, porque algumas coisas estão na lei e tem que ser cumpridas, algumas coisas que estão na lei não precisam ser cumpridas e não vejo nenhum órgão... (Inaudível/interferência no áudio). Vai para a votação do sim ou do não, ou a gente apoia a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

proposta do Conselheiro Adroaldo de montar uma comissão e fazer a discussão um pouquinho mais arredondada. **Sérgio Koren (1º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos os conselheiros. Eu tenho me feito menos presente no Conselho e vou pedir desculpa aos Conselheiros de que eu não me preparei para este processo. Então, a pergunta a primeira é se esse processo ainda tem possibilidade de vista ou já foi apresentado, se a gente está iniciando a discussão? Como eu coloquei, o meu colega não pode se fazer presente hoje e me pediu para cobrir a presença dele e eu queria saber se é possível vista, comissões e etc., Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Koren. Realmente, a oportunidade de vista se exauriu, hoje estamos aqui, tivemos a apresentação do relatório da vista de conselheiros que solicitaram na reunião que foi apresentado o relato. Então, não tem mais a oportunidade de vista e estamos debatendo antes de colocar em votação. Conselheiro Artur na sequência para debater. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Boa noite. (Inaudível/interferência no áudio). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, a sua internet está ruim. Conselheiro, não estamos lhe ouvindo. Não estamos ouvindo. Está bem ruim a sua internet. O Conselheiro Koren, ele não terminou a sua fala, vou liberar aqui. **Sérgio Koren (1º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Obrigado. Eu fiz a pergunta, mas vou ser bem breve. Participei, inclusive, da comissão que foi criada na gestão anterior aqui do Conselho. Tem vários colegas aqui comigo, lembro de vários colegas, o Jackão, Gomes, Saffer e outros aqui que eu vou esquecer de elencar. Então, a gente sempre teve uma dificuldade muito grande de entendimento, inclusive, estiveram aqui o grupo de técnicos da Fazenda, que fez algumas apresentações para o grupo antigo e eu vou ser muito sincero aqui com os conselheiros, sou arquiteto, trabalho com isso, tem uma dificuldade muito grande de entender exatamente o cálculo que é posto para nós aprovamos. Isso já foi uma dificuldade no passado, que levou vários meses de discussão e acabamos não chegando a um entendimento pleno dessa fórmula de cálculo. Então, eu não sei até que ponto a gente exaurir essa discussão técnica de como é feito o cálculo, se nem mesmo nós temos a capacidade de saber exatamente quais são as considerações que são baseadas a Fazenda. Eu acredito que seja um cálculo extremamente técnico. Eu queria só fazer menção ao que o Mark falou, que eu acho que é um ponto muito importante e como está na legislação do Conselho, que o assunto solo criado tem que passar para a nossa avaliação e discussão, a colocação de que forma e onde esses recursos estão sendo colocados. Eu acho que nós aqui devemos mais nos preocuparmos, não tanto pelo cálculo, desculpem a franqueza, porque realmente é um cálculo complexo, mas como o colega colocou, onde que esses recursos estarão sendo colocados, conforme a destinação que já é necessária por lei. Então, considero que a gente tem que usar mais esse espaço para cobrar da gestão. Então, onde estão indo esses recursos. Então, isso seria colocação. (Sinalização de tempo esgotado). Até porque no passado a gente falou muito em entendimento da metodologia, tinha técnicos, o Saffer também é bem sabedor do tema de que forma vamos usar a metodologia. É frente de quarteirão? Não é frente? É frente de rua? Tem várias quadras que têm frente para corredores e outras não. Então, isso sempre foi uma discussão difícil. O que é importante? A gente definir o tema para poder passar para o segundo capítulo, que é onde esses recursos serão implementados. E tenho a pretensão de dizer para todos aqui que quem utiliza e muito esse sistema, essa lei do solo criado, é o meu sindicato, porque o grande número de construtoras usa nos seus empreendimentos maiores. (Sinalização de tempo esgotado). Os colegas arquitetos sabem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

que a compra do solo criado só acontece quando o empreendimento tem uma monta maior, ele tem um tamanho maior. (Sinalização de tempo esgotado). Desculpa, estou finalizando, Secretário. Então, dizer da gente definir esse valor, se não é a melhor metodologia, mais definir, isso gera para o mercado uma possibilidade de que os associados do meu sindicato possam fazer uso desses recursos e esses recursos realmente entrem para a Prefeitura. E eu acho que é importante colocar que a gente tem que ter uma discussão de como esses recursos serão implementados. Por isso que é importante a gente votar e, obviamente, o meu voto será favorável. Era isso. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Já houve diversas manifestações, esclarecimentos. Então, quase que se torna desnecessário, mas verificando o número de expedientes, já que temos um pouco mais de acesso, mais facilitado, a necessidade de assinatura dos técnicos, que se comentou. Então, todos os processos solicitados, desses 40 processos, todos eles têm, tanto do Arquiteto Cláudio Paiva, onde ele é o responsável à época do gerenciamento dos índices construtivos e também da equipe de avaliação de imóveis, pela Arquiteta Carla Alexandra. Então, acredito que essa questão possa ser de fácil resolução. E também a questão de que, o que a gente está aprovando aqui não é a metodologia de cálculo, isso já foi aprovado no passado e a gente está aqui só trazendo alguns quarteirões que não constaram no trabalho original, onde estavam lá quase 6.000 quarteirões. E realmente há necessidade desse sistema do município de que se faça uma única vez, para que possa aqui no conselho avaliar os índices construtivos em uma única aprovação e a necessidade de fazer alguma implementação nesses softwares para que não fique tendo que retornar caso a caso. Então, é mais nessa linha. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Artur. Sim, eu peço que junto com a equipe corrija esse problema, realmente não há necessidade de enviar a cada processo específico o expediente para debater. Esse processo foi debatido pelo Conselho do Plano, conforme determina a nossa legislação, no Plano Diretor a gente tem a previsão, a obrigatoriedade deste Conselho aprovar os valores e de forma semestral. No entanto, a nossa previsão do plano reflete um pouco aquilo que previa o Plano Diretor de 99, que com o estatuto da cidade determinou que a fórmula de cálculo e a sua atualização tivessem lei específica. Então, foi nesse sentido, após um debate neste Conselho, a gente produziu o início desta alteração legislativa e levou para essa proposta de lei a fórmula de cálculo que tinha sido aprovada no ano de 2001, após um amplo debate deste conselho. Então, a gente transformou na legislação que reflete no solo criado. Então, a fórmula de cálculo tem uma previsão de lei, a Secretaria da Fazenda nada mais faz que aplicar a fórmula de cálculo e aí se reflete um valor para cada quarteirão, divisão territorial do município. Lembrando que nesta legislação a gente tem a obrigatoriedade de reavaliação deste conselho de dois em dois anos, por ser uma lei específica, uma lei especial, ela revoga a lei geral. Entendeu? Que é aquela realidade que se tinha de seis em seis meses prevista no Plano Diretor da cidade. É de um tempo de inflação que havia a necessidade de se reavaliar. A gente, então, botou uma atualização automática anual, atualização dos valores automáticas, anual e a cada dois anos a reavaliação por este Conselho. Na reavaliação que se teve, que foi aprovada, no início do ano passado, tivemos a apresentação da Secretaria da Fazenda, a técnica Carla veio aqui e trouxe todos os modelos, mostrou a regra de cálculo. Tivemos a apresentação pelo Cláudio, da própria UDRE também. Foi quando o conselho cumpriu a determinação legal de reavaliar os valores de solo criado de dois em dois anos. Então, agora que vêm os quarteirões específicos, é porque não constou na tabela geral, mas se trata tudo de forma isonômica, porque não é justo que um território da cidade tenha um o valor estabelecido e o outro território da cidade que teria essa disponibilidade não tenha esses valores. Isso



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

entra para o poder público, é um recurso aplicado, que a lei estabelece, tem um rol taxativo de aplicações e hoje todo recurso que entra vai para o fundo de habitação de interesse social, no DEMHAB. Então, foi nesse sentido que veio essa proposta de reavaliação dos valores. A gente tem Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite mais uma vez. Este é um tema que merece uma análise jurídica, porque eu entendo que esse acúmulo de processos e sem a possibilidade da gente analisar os quarteirões, apesar como eu já coloquei na minha observação, que é uma fórmula matemática, não é isso que está em discussão. Quais são os critérios que embasam e como é tomada a decisão para criar essa metodologia, mesmo com a... (Sinalização de tempo esgotado). Já estou tô terminando, Secretário. Eu acho que devido ao adiantado da hora esse é um tema que merece uma análise jurídica. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, primeiro, na condição de Vice-Presidente eu queria lhe chamar atenção, que o senhor usou vários minutos, mas vários mesmo, mais do que é permitido aos conselheiros e fazendo defesa do processo, não conduzindo a reunião. Por isso eu peço que desconte esse tempo. A minha Questão de Ordem é o seguinte, o depoimento do Artur me deixou mais preocupado ainda. Eu já tinha separado aqui, não sei se vai dar para ver, onde aparece que várias apresentações e pareceres foram bloqueados aos conselheiros e agora a gente sabe que existe uma seleção das informações que nos são fornecidas. Algumas vão, outras não vão. Na semana passada eu já pedi o esclarecimento sobre um processo que deveria ter vindo um EVU para o Conselho, por força de lei, e foi aprovado à revelia da lei. Não vieram informações. Qual é o limite da sua autoridade, do seu exercício de autoridade? Somente o Ministério Público pode. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Lembrando, naturalmente, que a gente pode prestar, enquanto Presidente, condutor dos trabalhos desta mesa, é minha obrigação poder prestar todos os esclarecimentos e entendo contributivo por ter experiência, ter vivenciado todas essas experiências do solo criado. Acho bastante contributivo que a gente possa fazer os esclarecimentos. A previsão dos processos que tramitam, naturalmente, neste Conselho tem toda uma oportunidade de debates, onde estão distribuídos há bastante tempo. É um processo, esse do solo criado, que foi distribuído lá, eu acho que foi em 17/06/2020. Não, está há mais tempo. É um processo que todos tiveram oportunidade, teve vista, relato, apresentação da empresa do planejamento, estamos aqui à disposição, é a nossa obrigação ajudar os conselheiros. Então, me parece que todos têm a oportunidade de nos solicitar o apoio. Nesse sentido passamos à leitura dos votos. Lembrando que nós temos o parecer favorável do Conselheiro Saffer. Consulto a Conselheira Lisiane do DEMHAB, como vota? VOTAÇÃO NOMINAL (Parecer favorável do relator): **Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Abstenção. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Contra. **Claudete Aires**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Contrária a qualquer posicionamento de encaminhamento que não se dê de acordo com o que foi efetuado pelos conselheiros. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** (Relator). **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Contra. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Contrário. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Contrário, conforme meu parecer. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Sérgio Koren (1º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Contrário. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Contrário. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Contrário. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** (Não se encontra na sala). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Contrária. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Paulo Jorge, se o senhor está por aqui, por favor, que se manifeste. Vou fazendo a contagem dos votos. Não conseguimos contato com o Conselheiro Paulo Jorge. Se algum conselheiro não se manifestou que se manifeste. Então, temos 14 votos favoráveis, 09 votos contrários e 01 abstenção. Então, nesse sentido que a gente aprova o expediente 4.03 da pauta. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR: Município Porto Alegre, atualização dos valores do solo criado.** Senhores Conselheiros, são 20h28min. Agradeço a oportunidade do convívio, do debate. Peço desculpas pela minha insistência com relação ao tempo. Acho que todos têm a oportunidade de manifestar sua contrariedade ou entendimento favorável. Este é um conselho democrático, nem sempre a gente consegue aprovar todos os expediente, às vezes uns não são aprovados, outros são, mas isso faz parte do processo democrático do debate e amadurece sempre tanto a equipe técnica na Secretaria, quando este Presidente a partir da contribuição de todos vocês. Muito obrigado e uma excelente noite. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h30min).**

Germano Bremm

Secretária Executiva



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

1124 **Presidente**

Relatora

1125

1126 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:**



ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2849/2020

Aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de *combater* o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emilio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação Atas; 3. Comunicações; 4. Ordem do Dia. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h00min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Enquanto aguardamos o quorum vou fazer rapidamente a leitura dos presentes (Lista de presenças acima). Vamos para o período Comunicação, desejando uma boa reunião a todos. (Inscrições para Comunicação). 3. **COMUNICAÇÕES**. Encerro o período de inscrições e passo a palavra para o Conselheiro Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**: Boa noite a todos. Secretário, colegas conselheiros e conselheiras, eu queria comunicar na sessão de hoje, pelas minhas anotações, nós chegamos hoje a sexta reunião extraordinária. Desde o dia 16 de julho nós estamos fazendo este esforço, que eu acho que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

é bastante grande e está-nos fazendo apartar os compromissos que nós tínhamos nas quintas-feiras para mantermos o compromisso com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, que ela apenas as terças-feiras, das 18 às 20 horas. Eu quero me somar nesta comunicação à comunicação feita pelo Conselheiro Rafael, do IAB, mencionando este excesso de reuniões extraordinárias. E eu fico pensando, Presidente, que nós somos um Conselho tripartite e nele as decisões que nós tomamos de prosseguir precisam ser motivadas. O senhor reconhece isso. Elas precisam ser motivadas, debatidas, discutidas e votadas. Eu acho que não basta nós dizermos, porque houve e existe, continua ocorrendo a pandemia e ela em si não é a motivação, porque de uma maneira geral todas as coisas da nossa vida coletiva, pessoal e familiar, elas estão atrasadas, nós estamos com centenas de compromissos atrasados. Então, não seria o único conselho municipal que teria condição de se atualizar, porque isso realmente implica em um sacrifício grande para nós todos. Então, volto neste espaço de comunicações a manifestar essa minha preocupação e a necessidade de vermos isso, porque talvez nós tivéssemos outras questões relevantes a examinar no Conselho, que não só apenas os importantes processos que nós estamos votando. E de outra parte, eu vejo que pela decisão que nós tomamos na semana passada, consagrando as últimas quintas-feiras como reuniões extraordinárias: 27 de agosto, 24 de setembro, 29 de outubro, 26 de novembro e 17 de dezembro; nós já temos todas essas reuniões marcadas e aprazadas como extraordinárias. Então, as reuniões extraordinárias que eram reuniões episódicas e eventuais, elas se tornam também a centralidade da nossa semana, o que eu considero que para essa decisão nós precisaríamos ter mais motivação e uma decisão coletiva, não apenas centrada na Presidência do Conselho. Essa é assim minha observação. Muito obrigado. Boa noite e tenhamos uma boa reunião hoje. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite. É na mesma linha que o Mark falou, mas eu quero me ater à questão do solo criado. Algumas pessoas, alguns conselheiros, acham que é só aprovar, que é a metodologia. Na verdade, não é só uma metodologia, ela obedece a critérios, inclusive, de valores de mercado. Então, nós não tivemos a oportunidade de ver nesta planilha, nessa questão matemática que estava a questão de mercado. Um quarteirão, por exemplo, aquele de Petrópolis, é altamente valorizado, os apartamentos lá custam em torno de 1 milhão, 1,5 milhões, talvez até mais. Então, nós não tivemos o cuidado necessário para analisar os valores, aprovar uma fórmula é uma fórmula matemática, mas que também tem embutida uma questão política ideológica. Ela não é só uma fórmula matemática, ela é produzida por pessoas e pessoas com posicionamentos, não é nenhuma desconfiança com o Sérgio, como alguns colocam, que nós estamos sempre desconfiando. Não é isso, nós somos um Conselho deliberativo. Então, a nossa obrigação como conselheiros é discutirmos sim e cada um de nós tem o compromisso e a obrigação de esclarecer cada vez mais para discutir os problemas da cidade. Eu nunca vi tantos documentos de urbanismo como tenho lido agora, para me qualificar, para dar pareceres com conteúdo. Então, é fundamental que a gente tenha o cuidado. Então, Secretário, eu peço também que quando o senhor se referir como conselheiro e não como Secretário, que o senhor passe a coordenação para os vice-presidentes, nós temos dois vice-presidentes. Então, uma coisa é coordenar, outra é falar. Então, eu acho que isso tem que ser medido, não é nenhum desrespeito a sua pessoa, mas como eu coordenei o Conselho do Orçamento Participativo, quando a gente ia falar, a gente saía da mesa que passava a presidência ou a coordenação dos trabalhos para outro colega da coordenação para que pudesse coordenar e usar o tempo dos conselheiros. Era isso e obrigado. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite, pessoal. Eu queria comentar para o Secretário e para



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

98 todos, primeiro, eu achei que fui muito prejudicado no último processo onde eu fui o relator.
99 E a gente teve a oportunidade depois de ter um debate, e naquele momento até o
100 Germano me liberou a ser o primeiro a falar, mas depois de todo o debate eu pedi, eu acho
101 não viram, mais de uma vez eu pedi para falar por último, porque eu achei que tinha alguns
102 esclarecimentos e não tive essa oportunidade. Vários conselheiros já me disseram que o
103 meu relato foi muito bom, nada contra a minha pessoa. Não é esse o mérito, eu estou bem
104 tranquilo com isso. Eu tenho muita consideração a todo mundo, muito respeito com todos
105 os conselheiros, entendo as divergências de todo mundo e eu acho excelente ter, porque a
106 pior coisa é todo mundo pensar da mesma forma. Eu fiquei muito chateado, não consegui
107 dormir, decepcionado com o que aconteceu na última reunião. Às vezes a gente, bem
108 como o Felisberto disse aqui, o mérito do processo, em princípio, era uma questão de
109 valores. Eu dei um exemplo lá da Dona Joaquim, que era um valor que a Prefeitura estava
110 estipulando se era 739 ou se alguém ia ver que era 750, 800. E foi ótimo, porque por esse
111 assunto surgiram outros debates, começou a se levantar um debate, óbvio que um
112 processo oportuniza outros assuntos através do processo; mas não podemos perder o
113 médico e o foco. O mérito e o foco era valor. O debate para onde vai o dinheiro, se está
114 sendo destinado, eu assino embaixo, se quiser fazer uma moção, se quiser botar na pauta
115 extraordinária, se quiser trazer alguém, concordo puramente com o que o Felisberto disse,
116 o Rafael disse e vários outros conselheiros. O que aconteceu? Reclamavam que não tinha
117 relatório. Nós não sabemos o que as pessoas vão votar. Poderia não ter passado, não
118 passaram muito fáceis esses valores. Se não passasse os arquitetos não iriam ter um valor
119 para projetar, não entraria dinheiro para o município e não iria para onde estão reclamando,
120 porque gostariam de saber dos relatórios. Então, é um tiro no pé o que todo mundo fez.
121 Querem fazer um voto político? Que façam, votem favorável, mas façam um voto em
122 destaque ou proponham uma moção ou façam qualquer outra coisa, mas não arriscar uma
123 votação que a gente, em princípio, não temos certeza como que as pessoas vão votar. Nós
124 já votamos, coletivamente, coisas negativas que dois... Teve um processo foi votado duas
125 vezes contrário e foi tirado de pauta. Então, todo mundo que é a favor do dinheiro ir para a
126 habitação popular deu um tiro no pé e arriscou na votação, arriscou muito. E outra coisa,
127 com todo o respeito, como o Hermes sempre diz, pela pessoa que foi funcionário público,
128 sabia o que era o solo criado, ajudou a fazer, desculpa, mas nunca vi um elogio para algum
129 funcionário público aqui. Nunca! Nunca vi aqui! E sempre participando do sindicato com
130 toda a dedicação que ele tem, profissionalmente, nunca vi algum elogio. Eu para fazer esse
131 relatório, pela pandemia, tentei falar com a arquiteta, essa... Como é o nome da menina? A
132 Carla Godoy, que é do DAE, com dificuldade me atendeu algumas vezes, porque ela
133 estava em reunião, ela estava em treinamento com fiscais, estão trabalhando que nem um
134 cão. Mandeí meu relatório para saber se eu tinha entendido direito e falam mal das
135 pessoas, dos funcionários! Eu também disse... (Sinalização de tempo esgotado). Dá
136 licença, por favor, por favor. Eu já estou terminando. Também disseram o seguinte, que
137 tinha coisas ilegais ali no SEI, eu expliquei ali no chat e continuaram entendendo o que
138 queriam, porque as palavras que estavam listadas, parecia que eu tinha colocado no SEI e
139 pedi para trocar porque o número de quadras estava errado. Não tinha nada de obscuro,
140 escondido! Eu quero dizer uma coisa: eu durmo toda a noite de olho fechado. Não sei
141 como é que vocês dormem, se dormem de olho fechado ou olho aberto, porque é uma
142 desconfiança, tudo é errado sempre, todo mundo errado! **Luiz Antônio Marques Gomes**
143 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Presidente. Boa
144 noite, Conselheiros. Na última reunião acabei não me manifestando, não me inscrevi, aí
145 começou a reunião e veio a primeira notícia do Furtado, de ter sido exonerado e eu não
146 queria deixar passar em branco pela amizade que a gente estabeleceu, pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

companheirismo, pelo respeito, pelo profissional que é o Furtado. A grande responsabilidade que ele tem com a Cidade Porto Alegre, expressando nos seus pareceres, nos seus comentários aqui neste Conselho. Então, eu quero deixar registrado o meu respeito por esse profissional, desejar que ele se reencontre na vida, na área que ele bem conhece hoje, ligado aí à regularização fundiária e outros assuntos da habitação popular. Comentando também o seguinte, a função de CC é um produto da democracia, porque só é CC quem está ligado a algum partido que ganhou uma eleição. Isso também, esse romance também termina no momento em que a articulação política rompe por esse ou aquele motivo, acontecem coisas como estão acontecendo agora de vários CCs importantes que estão sendo exonerados por uma disputa política. Tudo dentro da normalidade democrática, se a gente gosta ou se a gente não gosta é um problema de juízo de cada um. Segundo ponto, a questão da discussão do solo criado. Nós tivemos muitas experiências boas aqui neste Conselho e o Presidente na última reunião relatou um histórico superimportante da comissão que nós fizemos aqui dentro para discutir a questão do solo criado, que foi provocado por mim e mais outros colegas. E nós queríamos entender exatamente a metodologia, como funcionava, quais os critérios para se chegar nos valores, porque nós estamos falando de uma série de questões técnicas, que não é, necessariamente, matemática, Felisberto, é estatística. E nós, digamos assim, nos debruçamos durante 6 meses sobre o solo criado, chegamos a algumas conclusões, votações e desenterramos as planilhas congeladas, atualizamos elas. E essa discussão é tão grande e importante que o simples caso de regulamentar situações em que o sistema de informática não conseguiu, automaticamente, estabelecer os valores que estão aí, ninguém está incluindo nenhum valor novo, são valores que nós aqui do Conselho estabelecemos, inclusive, conselheiros que se disseram abismados e tal, votaram contra ou coisa parecida, votaram por esses valores. Era apenas fazer a adequação e é algo que foi feito a duras penas. Digo o seguinte: eu acho que vale a pena sim fazer uma reunião extraordinária, colocando a temática do solo criado para gente conversar, discutir mais e esclarecer mais para os próprios colegas que até agora não conseguiram compreender ou não tiveram a oportunidade de ter os elementos para compreender essa matéria. Então, eu acho que dessa vai ser uma maneira bem responsável de trazer o tema do solo criado e procurar esclarecer essas coisas. Desculpa a brincadeira, mas não ter que ouvir tanta bobagem como eu ouvi na semana passada. Eu me solidarizo com o Sérgio também. Sérgio Saffer, teu trabalho foi excelente e não tinha a menor dúvida de que não seria compreendido e ia ser usado também como uma maneira de fazer aqueles discursos que a gente está acostumado aqui, os discursos protelatórios e etc. Obrigado. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite, Conselheiros. É um prazer novamente estar com vocês nesta reunião e dar os informes da Região Cruzeiro, também de Porto Alegre. Primeiro, o meu pesar do nosso Conselheiro Furtado ter saído deste Conselho neste momento quando estamos precisando de gente que tenha um conhecimento imenso na área do DEMHAB, de regularização fundiária. Por sinal, eu estava propondo fazer um curso de urbanismo e regularização fundiária e seria importante que fosse o palestrante o Furtado. Segundo, vendo essa situação de muitas pessoas saindo do governo neste momento, no final de governo, profissionais competentes que estiveram ali tantos anos indo embora deixa, deixando a prefeitura um caos. Como falou o Gomes, o CC está sujeito a ficar 4, 5 anos, tomando conta de setores no governo, mandando na cidade, depois sai daí para a empresa privada para vender os seus conhecimentos. Isso é muito triste. Terceiro, esse problema do solo criado, ou seja, as coisas que estão discutindo aí, meu Conselheiro Saffer, pode chamar a Fazenda para saber o valor, consultar o DEMHAB. Então, precisamos ter uma prestação



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

de contas. Então, eu proporia, Presidente Germano, para fechar essa discussão e deixar bem clara, que o senhor chame uma reunião extraordinária para discutir o solo criado, só ele. É importante, porque essa desavença é muito ruim dentro do Conselho, ter que ver isso, essa desconfiança. Eu acho que nós estamos aqui porque queremos ver Porto Alegre crescer. Eu não sou arquiteto, não sou engenheiro, não sou advogado, sou simplesmente um líder comunitário de bairro, aprendi as coisas a pau e ferro. Hoje eu estou fazendo faculdade de história, com quase 70 anos, para escrever a história da minha vida, mas eu não entendo muito de urbanismo, eu aprendi com vocês aí dentro. Presidente, conselheiros também, a pessoa fica meio “embarrigado” pelas palavras de vocês, que são os arquitetos, palavras meio complicadas. Eu proporia que vocês colocassem uma reunião extraordinária só sobre solo criado, aí entenderia o palavreado do Hermes, a colocação do Gomes como arquiteto, a colocação do advogado, do pessoal do IAB. Então, para ficar bem claras as coisas aqui. (Sinalização de tempo esgotado). Então, para saber por que a minha região não tem regularização fundiária, qual o motivo, porque uma região cresce mais que a outra, porque a prefeitura aplica mais recurso em uma região e não aplica naquela. Isso tem que ficar bem claro dentro do Conselho. Não pode ficar nesse bate boca de conselheiro, nós estamos aqui para quem sabe mais diferente para quem não sabe. Agora, esse bate boca político não me interessa, eu estou aqui perdendo tempo, fico das 18 às 20 para aprovar um tema, porque o resto é bate boca e não avança. Eu até fico aqui perdido, porque essa proposta de reunião extraordinária na quinta-feira foi proposta minha, passou, para poder matar essas pautas, porque pararam um monte de coisa. E com esse bate boca não adiantou nada, não valeu a pena chamar reunião na quinta-feira, porque continua a mesma coisa, o bate boca, falta de respeito e eu estou aqui perdido, tenho que escutar. Como que eu vou intervir no bate boca entre o Hermes, o Campani, o Gomes? Eu não posso nem falar, porque eles são os iluminados. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Paulo Jorge. Em relação às reuniões extraordinárias, é uma prerrogativa, naturalmente, do Presidente, prevista no regimento interno, mas eu acho que a gente conseguiu avançar muito aqui na pauta, nessas reuniões extraordinárias. A tendência é que tão logo a gente consiga colocar em dia, a gente reduza essa frequência, mas eu já consulto os conselheiros, quem não quer fazer as reuniões extraordinárias nas quintas-feiras que se manifeste no chat. Até para a gente saber o número significativo de conselheiros que não querem e que a gente fique só na reunião ordinária. Conselheiros, eu enquanto Presidente, representante da Prefeitura de Porto Alegre, naturalmente, quero avançar nas pautas que a gente tem aqui, nós ficamos um período sem reunião e acabou que acumulando esse número de pautas, acredito que logo a gente avança e consegue se liberar dessas reuniões extraordinárias e fique com elas ao menos só para aquelas pautas fora de processos, essas que a gente votou e deliberou que são prioridades, são importantes, onde a gente faz a discussão aqui e eu acho que está bem organizada a nossa rotina de reuniões. Questão de Ordem. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Obrigado, Secretário. Eu não ia falar, Secretário, mas como eu fui citado, eu não entendo porque alguns assuntos viram polêmicas. Eu até estava relendo o meu parecer, Sérgio e demais conselheiros, ele é bem... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, na comunicação não tem Questão de Ordem. O senhor quer resumir? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Não, é que eu fui citado e eu acho que criou uma polêmica, eu gostaria de falar, mas se não pode tudo bem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Sustentabilidade - SMAMS: Na próxima comunicação a gente lhe permite. Desculpa ser rigoroso. Realmente, é uma questão regimental. Eu acabei de negar ao Conselheiro Felisberto também em função dessa questão regimental. Nesse sentido a gente passa para a Ordem do Dia. Lembrando que as atas a gente combinou que vamos passar para a terça-feira, foi solicitado mais prazo, o Conselheiro Mark pediu. Passamos ao **ITEM 4.01**, ainda está em diligência. Temos o **ITEM 4.02:** Expediente 18.0.00004863-0, ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DAS COMPANHIAS E EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA RS. É um gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro. O CAU, Conselheiro Emílio, é o relator. Foi distribuído em 17/06, o prazo para relato foi em 21/07, a gente chegou na data de hoje para fazer o relato. A gente já tem o parecer favorável do CAU anexado. Peço para a equipe do planejamento fazer uma apresentação do que se trata, aí a gente passa a palavra ao Conselheiro Emílio para fazer o seu relato. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite. Eu comentei, nós estamos agregando outros membros da equipe para também auxiliar nesse processo de apresentação, em muitas oportunidades eu menciono que nós somos uma coordenação com uma equipe técnica, que embora enxuta é extremamente dedicada, capaz. Então, hoje vai ser representada pela técnica que vai revezar esse papel de apresentação dos processos pela equipe do planejamento urbano no Conselho. A Arquiteta Catiane para dar um breve contexto. Ela possui graduação em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialização em arquitetura da habitação de interesse social pela PUC/RS, com experiência em projetos de arquitetura, urbanismo, projetos de regularização fundiária, empreendimentos de habitação de interesse social. Desde 2012 ela atua como arquiteta urbanista na Prefeitura. Ela atua no DEMHAB, onde desenvolveu projetos urbanísticos de regularização fundiária e produção habitacional. Ela já me confessou que o desejo dela sempre foi trabalhar no planejamento. Então, eu vou falar essa consideração, que eu acho bem importante. E, atualmente, com a experiência acadêmica e profissional dela, ela é chefe da Unidade de Estudos Urbanos, principalmente atuando na equipe de planejamento urbano. Então, hoje eu vou assistir a apresentação e ela vai conduzir as apresentações referente aos processos da pauta. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Seja bem-vinda, Catiane. A Catiane trabalha aqui conosco na Secretaria e veio se somar ao time para compartilhar um pouco do conhecimento com os conselheiros. Fique à vontade, está com o microfone liberado. **Catiane Burghausen Cardoso, Arquiteta da Equipe de Planejamento Urbano:** Boa noite. Obrigada, Secretário. Obrigada, Arquiteta Vaneska, pela apresentação. Boa noite, Conselheiros. Vamos passar para o nosso primeiro processo da pauta. É o 18.0.00004863-0, trata-se de um gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro na Estrada da Pedreira. Requerente é a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul. Aqui nós temos uma imagem do acesso da associação, que se dá pela referida estrada. Aqui é um croqui. Ela fica localizada na Região de Planejamento 8, no Bairro Ponta Grossa e parte da Estrada Retiro da Ponta Grossa até a altura da associação propriamente dita. Aqui na imagem de satélite a gente consegue melhorar a localização. A justificativa é que o gravame e o cadastramento foi solicitado para possibilitar que o requerente, a associação, promova a regularização da sua sede. Foi solicitada a inclusão do gravame do traçado viário da Estrada da Pedreira, com 12,5m de largura, com início na Estrada Retiro da Ponta Grossa até uma distância aproximada de 454m. E o cadastramento efetivo do referido trecho com largura média de 9,5m. É uma via inserida em área de ocupação rarefeita, em função disso foi realizada uma consulta à atual equipe de gestão e desenvolvimento territorial, da Secretaria de Desenvolvimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Econômico, que deu o parecer favorável ao gravame e cadastramento. Foi verificada a existência de redes de infraestrutura instalada e o reconhecimento pelo município que a via existe há mais de 20 anos. Então, tem seu parecer favorável quanto ao cadastro. Também parecer favorável da PGM quanto ao gravame e cadastramento sem óbice jurídico; É isso. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Catiane, pela apresentação. Eu passo a palavra ao conselheiro do CAU, que teve parecer anexado no dia 14/06. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Boa noite, Conselheiros e Conselheiras. Boa noite, Secretário. Passou a fazer o relato. O presente processo SEI 18.0.00004863-0. Trata-se o presente expediente administrativo digital SEI 18.0.00004863-0, de aprovação do gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro, sito na Estrada da Pedreira, localizado na Ponta Grossa. Observações, acredito que esta parte é de suma importância para os conselheiros e, especificamente, eu me refiro para os conselheiros da engenharia e arquitetos e urbanistas. Como não foi possível realizar a vistoria no local, este parecer técnico se sustenta somente com as informações técnicas fornecidas no presente expediente e uma apreciação do representante do CMDUA da RGP. 8. Especificamente, porque eu me encontro em grupo de risco e não pude fazer a vistoria local. Digo isso porque, normalmente, ao representar a autarquia federal do CAU, nós mencionamos o que se define na ética profissional, no que define o perfil do próprio profissional, como uma das coisas prioritárias dentro de um processo de análise ou um projeto que se tenha que realizar é a parte da vistoria no local. Neste caso, eu me apoiei muito no que foi mencionado pelo representante, o conselheiro da RGP. 8, o Conselheiro Dinar, especificamente, por informações recebidas pela SMDE, da Arquiteta Gisele. Então, o histórico já foi mencionado, mas repito, porque acho importante ver onde que o processo pode ter algum tipo de problema. Então, o requerente identificado como Associação de Funcionários das Companhias e das Empresas de Energia Elétrica RS protocolou na Prefeitura de Porto Alegre, na Secretaria Municipal de Gestão o presente processo em 13/05/2018, solicitando o cadastramento de logradouro da Estrada da Pedreira, Bairro Ponta Grossa, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Especificamente, no relatório anexo os gráficos que são de importância para a compreensão do presente processo e do presente relatório. Especificamente, esse gráfico nº 2, no qual se encontra com diversos serviços urbanos, como a parte de eletricidade, etc. A Unidade de Regularização Fundiária solicita parecer da Unidade de Gestão de Desenvolvimento Urbano – SMURB sobre a possibilidade de gravar viário da Estrada da Pedreira, que se encontra na área de ocupação rarefeita, com a finalidade de cadastramento como logradouro público. Existe manifestação favorável da dita unidade, mencionando que isto propiciaria a regularização dos imóveis existentes no local e recomenda o perfil viário de 4.5 via local de acesso domiciliar, com gabarito de 12.5m. Devemos mencionar, pois nesse local não conseguiu através de uma vistoria local conceber quantas unidades, além do requerente, existem outras habitações populares, outros empreendimentos residenciais que poderiam também ser beneficiados com a construção desta via. Segundo a ficha de levantamento e aqui vem a parte mais complexa: 7023344 SMURB, que o trecho em menção trata-se de um leito viário de aproximadamente 450m, largura média de via de 1.50m, largura média dos passeios de 2m de saibro, não contando com fluxo de transporte coletivo, sem esgoto pluvial, sem esgoto cloacal, sem água domiciliar, sem iluminação pública, de acordo com a pág. 21 do atual processo. Em despacho da CPE/SE/SMURB encaminhada pela procuradoria setorial da SMDE, MPS6, para análise jurídica quanto à possibilidade de cadastramento da Estrada da Pedreira. A PGM em sua nota técnica, a PMS 0682/2019 manifesta que o trecho viário em menção



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

existe pelo menos desde 1983, conforme aerolevantamento e assim entende não existe óbice legal ao cadastramento solicitado, além de reconhecer as condições mínimas de serviços de urbanização. Portanto, opina pelo deferimento do pedido. Então, considerando que o conselheiro do CMDUA, da RGP. 8, o Sr. Dinar de melo de Souza, (Inaudível) não conseguiu realizar uma vistoria do local para constatar realmente a falta de infraestrutura urbana, rede de esgoto pluvial e cloacal, etc., por motivos de alagamentos pelas intensas chuvas de Porto Alegre, decidiu-se realizar consulta para a SMDE, em e-mail anexo, (Inaudível). Considerando a resposta da SMDE com data de 07/07/2020, na qual se reconhece erro no levantamento em si da Estrada da Pedreira, Ponta Grossa, mas que esse fato já havia sido corrigido com a informação recebida pelo DMAE e documento 7023230 e despacho da ERF 7023431, em e-mail anexo. Considerando o relator favorável da unidade e da Prefeitura de Porto Alegre como a equipe de gestão de desenvolvimento territorial da SMDE e da própria PGM, este relator é favorável à aprovação do gravame do traçado viário e cadastramento de logradouro, sito Estrada da Pedreira, Bairro Ponta Grossa. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado pelo relato, Conselheiro Emílio. Eu consulto se algum conselheiro quer fazer o relato de vista na semana que vem? Em não havendo eu peço que se inscrevam para debater, quem tiver interesse. Temos a inscrição do Conselheiro Felisberto. Mais algum conselheiro? Vou encerrar a inscrição para os debates. Abro a palavra para o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Obrigado, Secretário. Eu só quero saber, porque eu vi várias vezes falar em regularização fundiária. Eu queria perguntar ao relator se a comunidade será beneficiada por esse gravame e se ela ajudará a regularizar as comunidades do entorno. Isso não ficou bem claro. Fico em dúvida porque eu não li esse processo. Então, é apenas esse questionamento. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Eu vou passar a palavra ao Conselheiro do CAU, mas vi que a Conselheira Patrícia se inscreveu fora do tempo. Imagino que ela queira contribuir com a resposta. Conselheiro Emílio, tem algo a acrescentar? Eu acho que é algo do município, né. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Secretário, só responder que dentro do processo não se chega a quantificar quantas unidades poderiam se envolvidas nesse processo de regularização fundiária. Especificamente, o requerente, que é da associação de funcionários, quer para regularizar parte deles, mas, genericamente, fala-se através da PGM, em sua nota técnica, de que se deveria regularizar a (Inaudível). Agora, quantas unidades habitacionais seriam não se menciona. É de forma genérica que se menciona. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Emílio. Nesse sentido eu abro para votação, consultando a conselheira representante do DEMHAB, que inicia a votação, como vota? **VOTAÇÃO NOMINAL** (Parecer favorável do relator ao gravame do traçado viário e cadastramento de logradouro): **Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável (via chat). **Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de**



392 **Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Guilherme Fraga Stumpf (2º**
393 **Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Darci**
394 **Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e**
395 **Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e**
396 **Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, teve uma Questão de Ordem levantada no
397 primeiro voto, que não foi apreciada. Eu acho que nós atropelamos a Questão de Ordem.
398 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
399 **Sustentabilidade - SMAMS:** Quando a gente abre para votação, Conselheira... **Claudete**
400 **Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Mas se
401 nós não temos espaço e nem microfone, como que nós vamos levantar antes de começar a
402 votação, Secretário? Foi colocado no chat. Eu acho que deveria ser atendida. **Germano**
403 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
404 **SMAMS:** Eu vou dar a oportunidade quando a gente encerrar, está inscrito aqui. **Claudete**
405 **Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Mas aí
406 já se encontra precluída talvez a Questão de Ordem que ele vai levantar, Secretário. Eu
407 acho que deveríamos ter mais atenção a essas questões. Não temos espaço de fala neste
408 Conselho. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
409 **Sustentabilidade - SMAMS:** Como a senhora vota, Conselheira? **Claudete Aires Simas**
410 **(Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu voto com o relator,
411 mas eu digo que o procedimento deve ser respeitado e os conselheiros devem ser
412 respeitados. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de**
413 **Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de**
414 **Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** (Relator). **Hermes de Assis Puricelli**
415 **(Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:**
416 **Favorável. Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio**
417 **Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de**
418 **Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Favorável. **Felisberto Seabra Luisi**
419 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, a Questão de
420 Ordem foi proposta por mim exatamente para ouvir a funcionária pública, que era a
421 Patrícia, que poderia ter esclarecido a minha dúvida. Eu voto favorável, mas sigo com a
422 minha dúvida. Não basta beneficiar uma associação de não beneficia a comunidade do
423 entorno. Isso não ficou esclarecido. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de**
424 **Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de**
425 **Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Tânia**
426 **Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:**
427 **Favorável. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento**
428 **Quatro – RGP. 5:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão**
429 **de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão**
430 **de Planejamento Sete – RGP. 7:** Favorável. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região**
431 **de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos**
432 **(Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e**
433 **Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
434 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Enquanto a Camila faz a
435 contagem dos votos, eu lembro que a Conselheira Patrícia pediu a inscrição, mas foi
436 posterior. Eu fiz o esclarecimento que neguei a inscrição dela porque foi fora do prazo em
437 que abrimos para inscrição da discussão. Foi nesse sentido que não oportunizei a fala dela.
438 Nós temos 24 votos favoráveis, nenhuma abstenção, nenhum voto contrário. Aprovado por
439 unanimidade o presente expediente. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO**
440 **RELATOR.** Seguindo ao **ITEM 4.03:** Expediente 18.0.00094370-0 (MUNICÍPIO DE PORTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ALEGRE), inclusão de traçado viário, o relator é a Conselheira Tânia da RGP 4. Este expediente foi distribuído em 17/06/2020. O Prazo para relatório foi em 21/07, como não chegamos nessa falta, estamos chegando na data de hoje. Peço para a equipe de planejamento, por meio da Arquiteta Catiane, fazer o resumo. **Catiane Burghausen Cardoso, Arquiteta da Equipe de Planejamento Urbano:** É o Expediente 18.0.00094370-0, inclusão de traçado viário no Bairro Lomba do Pinheiro, o requerente é o próprio município. Trata de gravame viário, conforme diretrizes viárias da CADAP. Na imagem 1 a gente vê a situação atual desta área. E na imagem 2 é possível ver os gravames de três diretrizes. Estão localizadas na Região de Planejamento 7, no Bairro Lomba do Pinheiro. Aqui a gente consegue ver melhor as propostas sobre a imagem de satélite, uma diretriz ligando a Rua Dolores Duran com a Rua Izidoro Lima, com nome de Rua Flor de Lis. Outra ligando a Estrada João de Oliveira Remião com a Flor de Lis, chamada diretriz 1036 e ligando essa diretriz com a Dolores Duran a diretriz 1037. Então, o gravame das três diretrizes, todas com gabarito de 12,5m, localizadas na Macrozona 10, Bairro Lomba do Pinheiro, conforme os anexos já apresentados. Foram diretrizes viárias da CADAP, emitidas pela CPV CPU S SPM, em 06/05/2013. Foi um parecer para empreendimento Minha Casa Minha Vida, através do Parecer nº 535/2013, disponível no UEU 002259246. De acordo com a SMAMS, aqui as resoluções, com códigos técnicos dos logradouros, com vista à procuradoria setorial. A CDU encaminha, então, se tratando de diretriz do empreendimento Minha Casa Minha Vida. E a PGM diz que não há óbice de natureza jurídica, estando em harmonia com o que foi especificado nas diretrizes da CADAP. Era isso. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado pela apresentação. Já passo de imediato a palavra para a Conselheira Tânia. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Eu mandei o relato para a Camila, junto com o relato mandei uma foto, uma marcação. Eu não sei se vou conseguir mostrar aqui, mas vou falar o meu relato. Relato de parecer da RGP 4, Processo 18.0.00094370-0. Trata o presente expediente referente ao Processo nº 18.0.00094370-0 para aprovação de alteração no gravame dos traçados viários das diretrizes 1, Rua Flor de Lis, diretriz 21036 e diretriz 31037, todas com gabarito de 12,50m, localizadas no quarteirão da 45 da Macrozona 10 da Lomba do Pinheiro. Justificativa: Trata-se de gravame viário, conforme diretrizes viárias da CAADHAP, C de Análise de Habitação Prioritária, emitidas pela UPV CPU SEM, em 06/05/2013. Parecer: Para Minha Casa Minha Vida através do Parecer 535/13, disponível no UEU 002.25922460.00.0. Processo SEI é o mesmo, Processo 18.0.00009437-0 e 002.33800100.7, que não consta neste processo, eu não vi esse outro processo que está junto com esses, são dois processos. Eu não vi, provavelmente deve ser referente ao condomínio da Minha Casa Minha Vida que foi construído já, ele já está pronto. Então, em 17/10/2010, em anexo, foram incluídas no PDDUA as diretrizes de alinhamento referente ao Processo 18.0.000094370-0. Em análise ao traçado das diretrizes pude observar que a diretriz 1, referida Rua Flor de Lis, já existente, trata-se de uma rua sem saída, que para a efetivação desse traçado viário irá passar sobre uma comunidade já consolidada há bastante tempo, como pode ser visto na foto em anexo a este parecer. Eu anexei ao parecer uma foto onde eu fiz o traçado que vai passar por uma comunidade que já existe há bastante tempo. Tendo em vista a impossibilidade de contatar a comunidade para esse debate e fazer um levantamento minucioso de quantas casas teriam que ser removidas para que esse tratado viário se efetivasse, sendo assim, a conselheira da Região de Planejamento 4, até que se esclareçam as devidas observações, é contra o traçado de gravame viário. E pede com extrema urgência e clareza uma diligência ao local, a fim de constatar tais eventualidades. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Perfeito. Então, a Conselheira Tânia coloca em diligência o processo. Coloca em diligência para a CAUGE, imagino que seja. Não veio no parecer para quem a diligência, mas a senhora está fazendo. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Está no relato. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Estamos lendo para ver. Seria CADAP. Então, a Conselheira Tânia coloca em diligência, tem essa previsão, desde que os conselheiros votem pela diligência. Consulto, começando pela representante do DEMHAB, se é a favorável ou contra à diligência levantada pela Conselheira Tânia. **VOTAÇÃO NOMINAL (Diligência à CADAP): Lisiane Sartori Fioravanzo Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Para dar agilidade, imagino que não haja manifestação de contrariedade, se alguém for contrário à diligência que se manifeste no chat. Temos uma abstenção da Conselheira Patrícia. Conselheira Carolina abstenção. Conselheiro Guilherme se abstém. Os demais favoráveis, temos 03 abstenções. Então, 21 votos favoráveis, 03 abstenções. Abstenção do Conselheiro Gomes também. São 04 abstenções. **APROVADA A DILIGÊNCIA.** Passamos ao **ITEM 4.04:** Expediente 18.0.000030857-5, gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro. O relator é a Conselheira Patrícia da SMAMS. É um processo que foi distribuído em 17/06, o prazo de relato foi em 24/06. Estamos fazendo na data de hoje. Temos o parecer anexado pela Conselheira Patrícia em 30/06. E eu peço para a nossa equipe do planejamento fazer a apresentação. **Catiane Burghausen Cardoso, Arquiteta da Equipe de Planejamento Urbano:** É o Expediente 18.0.000030857-5, gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro. É o logradouro Beco do Paraíso, requerente SILVANA BEATRIZ BOHRER E ZANIR EXPEDITO. A referida via está consolidada pelo uso desde o início da década de 80, conforme informação dos mapas cadastrais. Aqui a gente pode ver as imagens do anexo da minuta, onde na imagem de satélite a gente pode ver a via existente, mas ela não tem o gravame. E na imagem 2 é possível ver o gravame destacado em vermelho. Está localizado na Região de Planejamento 8, no Bairro Extrema e tem início na Estrada do Varejão, é uma via paralela à Rua Luiz Correia da Silva. Aqui na imagem a gente consegue ver melhor a Estrada do Varejão em azul o Beco do Paraíso, objeto desse gravame e cadastramento. O objetivo é atender a solicitação do requerente, que tem a intenção de promover a regularização do seu imóvel, que se localiza no referido beco número 951. O processo passou pela análise da equipe de regularização fundiária, Unidade de Desenvolvimento Urbano e pela Procuradora Municipal, todos favoráveis ao gravame e cadastramento do logradouro. A inclusão de gravame do Beco do Paraíso se dá com uma extensão de aproximadamente 900m e 12,5m de largura com início na Estrada do Varejão e o cadastramento do referido trecho com largura de 6,20m e extensão de aproximadamente 900m. O gravame viário no PDDUA e o cadastramento do logradouro possibilitará a regularização das edificações lá existentes. Então, os encaminhamentos com relação ao cadastramento da via deverá atender ao perfil viário 4.5, pois está na área de ocupação de área rarefeita, com gabarito de 12,5m. E aqui o parecer da PGM, que não tem óbice ao cadastramento e ao gravame do logradouro. Era isso e obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado pela apresentação. Passo a palavra para a Conselheira Patrícia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Olá. Eu montei esse material antes da equipe fazer esse relato, no fim o trabalho da equipe ficou excelente, vou repetir algumas informações, mas vou agregar e citar meu relato. Então, trata-se o requerido de solicitação de inclusão de gravame de traçado viário para possibilitar o cadastramento do Beco do Paraíso, que é existente, desde 1982, localizado na Estrada do Varejão, na Unidade de Estruturação Urbana 072 da Macrozona 08, no Bairro Extrema, na área de ocupação rarefeita. O gravame é proposto para atingir a extensão de 900m a partir da Estrada do Varejão, com largura projetada de 12,5 e o cadastramento referente a largura de 6,20m com 800m de extensão. O que acontece? O gravame, os imóveis são atingidos com o gravame de 12,5m e se cadastra aquilo que já é consagrado como existente. Ou seja, é uma garantia do uso público para aquela população que está ali. O requerimento inicial refere-se a solicitar o cadastramento para possibilitar o desenvolvimento de atividade agroindustrial, juntamente com a atividade de turismo rural e futura instalação de microcervejaria artesanal, necessitando o cadastramento do logradouro para efetuar a regularização. O que acontece? Hoje em dia na quando tu tens um beco, tu podes até regularizar algumas edificações, mas se tu tens alguma atividade agroindustrial ou, por exemplo, daquela situação que o próprio Merino citou, a gente não consegue fazer a regularização das atividades, mesmo que sejam relacionadas à atividade industrial. Então, é necessário fazer o cadastramento e por isso que existe essa possibilidade de fazer um gravame para fins de cadastramento em área rural. Nesse sentido, a equipe técnica efetuou a análise quanto à procedência. Em primeiro lugar foi verificado o tempo de existência da referida via, o qual se comprovou a sua existência no aéreo de 1982. Ou seja, ela existe há mais de 30 anos dessa forma. Posteriormente, foi efetuada a vistoria no local e nessa vistoria a equipe técnica identificou como existente uma via com aproximadamente 800m, possuindo a largura média de 6,20m, não possuindo alinhamento definido. Foi identificado que a via possui drenagem superficial, água, luz, rede telefônica, iluminação pública e pavimentação de saibro. Também possui coleta de resíduos orgânicos, domiciliares e resíduos recicláveis, conforme consulta no site do DMLU. O transporte público passa na Estrada do Varejão, possuindo parada próxima ao acesso do beco. O tipo de ocupação identificada é predominantemente residencial. Desta forma identificou-se que é possível o cadastramento da via. Quanto ao gravame a equipe técnica identificou que o enquadramento adequado para o tipo de via é do tipo B.4.5, via local de acesso domiciliar, alternativa para área de ocupação rarefeita, gabarito 12,5m, conforme previsto no anexo 9.23, fl. 3 da Lei Complementar nº 434/99, modificada pela Lei Complementar nº 646/2010, o nosso Plano Diretor. Tendo sido efetuadas as análises, a equipe técnica elaborou minuta de resolução e efetuou a consulta à Procuradoria Setorial 06, quanto a sua viabilidade jurídica, a qual manifestou-se não haver óbice quanto ao solicitado. A minuta veio com a justificativa de que o referido cadastramento possibilitará a regularização das edificações existentes no local. Desta forma, somos favoráveis à solicitação de inclusão do gravame de traçado viário para possibilitar o cadastramento do Beco do Paraíso com largura 12,5m, comprimento de 900m e posterior cadastramento, legitimando a regularidade das edificações e atividades no local, com 6,20m de largura. É este o relato. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Patrícia, pelo relato, manifestando parecer favorável. Eu consulto se algum conselheiro vai fazer relato de vista ou colocamos em discussão para que todos possam debater o expediente? Então, vamos debater. Quem se inscreve? Temos o Conselheiro Felisberto, Conselheiro Darci. Mais algum conselheiro? Em não havendo mais conselheiros... E o Conselheiro Gomes. Então, encerro a inscrição para debates e oportunizo para a fala do



primeiro inscrito, o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário e Patrícia, a minha única dúvida, nas fotos que tu mostraste, eu vi que tem casas ali, não é só atividade comercial, que eu pude notar naquela última foto. E ela vai interligar com outra rua no local ou é um beco sem saída? Isso não ficou claro. Parece que vai interligar em outra rua para lá. Tem continuidade nos fundos pela foto. Essa é a minha dúvida. Parabéns pelo relato. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu fico com uma dúvida, porque a conselheira relata que é para uma atividade comercial, uma cervejaria. Então, nós vamos ter no meio rural uma cervejaria. A gente sabe como é que se dão essas coisas nas cidades, não é só problema de Porto Alegre. A gente tem uma área rural, essa rural começa a ser loteada de forma não exatamente oficial. Então, começa a ter a venda de terrenos, que depois vão sendo construídos, depois que vão sendo construídos vem a prefeitura e bota água, esgoto, luz, porque às vezes até o próprio Ministério Público exige, porque tem população e depois a gente vai lá em regulariza. Então, a gente vê a nossa área rural sendo fatiada, a nossa área rural sendo negociada e o que este Conselho deveria estar preservando, que é o Plano Diretor da Cidade de Porto Alegre, que diz que a área é rural, portanto, deve ter atividades típicas rurais, a gente acaba formalizando, por uma falta de uma política maior para a região Extremo Sul, para a região rural da Cidade de Porto Alegre, por falta de uma política de produção rural, que já tivemos algum tempo atrás, a gente acaba fazendo essas formalizações de loteamentos. Daqui a pouquinho, vamos tirar uma fotografia, daqui alguns anos, essa rua não vai estar simplesmente uma rua, vai estar cheio de casinhas, com mais um loteamento, mais uma perda de espaço para a área rural da Cidade de Porto Alegre. Então, fico um pouco em dúvida do futuro, o parecer a gente só vê a favor, se alguém fala alguma coisa contra é porque é procrastinador, é porque é isso, é porque é aquilo. E a gente está sendo aqui acusado de um monte de coisa, não vendo do nosso Secretário nenhuma postura de defesa, pelo menos pedir que seja entendido quando a gente é encontra. Infelizmente, às vezes, é da democracia ser contra, mas fica só a minha dúvida sobre o futuro que queremos para a Cidade de Porto Alegre, se é acabar com a área rural, então, vota-se a favor. Eu vou me abster. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, mais uma vez boa noite. Esse tipo de situação vai acontecer cada vez mais por uma necessidade, na área rural tu precisas, para fazer o cadastramento da atividade rural está sendo necessário que os acessos sejam reconhecidos. Isso faz com que o produtor, permite que o produtor se cadastre e aí, tipo assim, ele vai poder ter uma coisa que é importante, que é a talonagem fiscal do produtor, que permitirá que esses produtores rurais, por exemplo, participarem de certificação de procedência do seu produto, certificação de produto que é orgânico e tal. Por que isso é importante? Porto Alegre vai ser, já tem um prazo correndo, vai ser proibida a produção rural na zona rural que não seja de produtos orgânicos. Então, esse pessoal que trabalha com produtos orgânicos está se preparando para isso e uma das questões que eles estão encontrando é essa questão da maneira de ter o alvará, para poder se inscrever e participar desses programas. Isso vai acontecer mais seguidamente. Eu participei de algumas reuniões de certificação de produtos orgânicos, eu sou microprodutor de Limoncello, a partir de limão siciliano orgânico. Então, tenho interesse, estou me formando para isso, querendo aumentar a produção e entrar na produção comercial daqui um tempo. Então, estou participando dos grupos de certificação. E essa discussão chegou, é o primeiro projeto, eu acho, bem nessas características, porque a cervejaria artesanal também se encaixa em uma atividade compatível à área rural, pela sua dimensão, tipo de produto que se trabalha. Longe, muito longe do cenário que o Campani apresentou, muito



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

embora o Campani tem toda a razão, que tem várias experiências em Porto Alegre que levaram à degradação do meio rural, mas não é esse o caso. O que nós temos na frente aí é uma coisa muito importante e vai ser o novo cenário de Porto Alegre, que já está rolando o tempo decorrido, de ser uma cidade onde na zona rural fica proibida a produção de produto que não sejam orgânicos. E para isso vai ter que ser certificado, para isso vai ter que ter os alvarás, vai ter que ter a legalização dos acessos. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Conselheira Patrícia. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, só para fechar os esclarecimentos, o que o Campani colocou em relação à cervejaria, eu esclareci que tem a cervejaria, porque está no pedido inicial, mas não, necessariamente, o cadastramento vai permitir a construção da cervejaria. Isso vai acontecer na sequência se estiver compatível com a atividade do entorno. O que se permite agora é a regularização da atividade rural que lá existe. Bem como o Gomes comentou, as atividades não residenciais necessitam dos cadastramentos dos logradouros para poderem funcionar. E para a gente fazer com que a área rural, a área com característica rural, efetivamente, funcione a gente tem que permite o desenvolvimento das atividades. E todos os serviços públicos, os serviços públicos estão consagrados ali e aquela via está ali há mais de 30 anos. Então, eu não vejo porque a gente não consagrar o direito da população ao que o plano permite no local. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Patrícia. Conselheiro Felisberto, o senhor quer vista ao processo? Eu perguntei no início ou o senhor poderia ter pedido na sua fala. Eu acho que agora precluiu... **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu esperei o debate, até para não ser inoportuno solicitando vista e não oportunizar o debate. Então, em virtude de algumas dúvidas que surgiram, peço vista. é isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Daremos, então, vista ao processo, porque há um ponto dúbio do nosso regimento. A gente tem a previsão que durante o debate pode haver. Então, a gente dá a oportunidade e pergunta se algum conselheiro quer vista. Então, o Conselheiro Felisberto tem até a semana que vem para dar seu relato de vista. Encaminhamos ao **ITEM 4.05:** aprovação de Estudo de Viabilidade Urbanística, do DALLASANTA EMP. E INCOORP. LTDA. O relator é o Conselheiro do IAB, mas não se faz presente na data de hoje. Relatou sua ausência. Passamos para a próxima reunião, senão tiver nós vamos redistribuir o expediente. É o 002.30979700-8. Passamos ao **ITEM 4.06:** Expediente 18.0.0000121759-0, interessado é SATT CREIDY EMPREEND IMOB. LTDA/MAGDA CREIDY. É um ajuste de traçado viário de área verde. O relator é da RGP 5, o Conselheiro Paulo Jorge. Eu preocupação que a nossa equipe faça a apresentação, por favor. **Catiane Burghausen Cardoso, Arquiteta da Equipe de Planejamento Urbano:** É o Processo 18.0.0000121759-0, ajuste de traçado viário e de área verde, referente à diretriz 4383, no Bairro Teresópolis. A localização é na Região de Planejamento 06, Bairro Teresópolis. E aqui na imagem da direita é possível ver a adequação do traçado em azul, tracejado, e da praça em vermelho. Aqui a gente consegue ver melhor, ao longo da estrada a diretriz 4383, em azul tracejado e de acordo com alteração do traçado também o formato da Praça Frei Celso Brancher. Essa alteração de gravame se dá por um ajuste, conforme as imagens da minuta de resolução. De acordo com a aprovação e licenciamento do loteamento Chácara Teresópolis, cuja a diretriz está demarcada aqui nesse retângulo vermelho na totalidade do projeto. E aqui um detalhamento do alinhamento projetado. A demanda teve origem no expediente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

002.206656.004, que foi aberto pela SETAPS para ajuste da diretriz 4383, a fim de compatibilizar o seu traçado com o traçado do loteamento Chácara Teresópolis, que foi aprovado em 29/10/2009, licenciado em 04/11/2015. O processo de alteração gerou o presente SEI. A nota técnica da PGM não vislumbra óbice jurídico a minuta e aos anexos, em encaminhamento ao CMDUA por se tratar de uma alteração e ajuste. Obrigada.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado pela apresentação. Passo para o nosso relator do processo, o Conselheiro Paulo Jorge. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Esse processo, eu estive no local, é uma mata fechada, que para mim é uma mata atlântica, ela fica no final da Ludolfo Boehl, emendando com a Belém. É 1km de mato fechado, termina na Ludolfo Boehl, não tinha asfalto, não tinha nada. E nós através do OP buscamos pavimentação. O que eu quero colocar, é uma coisa engraçada, eu estou aprendendo como que as coisas funcionam nesta cidade. Lá atrás, os magnatas, não sei quem mais, compraram áreas no interior dos bairros Teresópolis, Santa Teresa, Belém Velho, Belém Novo, compravam e deixavam, áreas imensas, imobiliárias tinham dinheiro sobrando. Então, para nós hoje seria lavagem de dinheiro, era natural, compraram área e deixavam lá. Quando eu era pequeno eu passava todos os dias por ali, porque eu morava ali nos Alpes para Belém, ali não tinha asfalto. Isso foi há 50 anos, mas tudo fechado, mata virgem. Nós buscamos através do Orçamento Participativo o asfalto daquela região, asfaltamos tudo, deixamos bonita a área. E agora começou o crescimento da Região Sul, a Glória começou a desenvolver, que está em crescimento no morro alto. E agora, em 99, houve o Plano Diretor de 2010, o que fizeram? Com isso forçaram a Câmara de Vereadores... Não, não forçaram, os vereadores fizeram um projeto fazendo da zona sul área rural para área urbana. Então, o bairro Glória, que era mais rural, passou a ser área urbana. Então, esses loteamentos fechados se tornaram um valor imenso, como se fosse pegar um jogador com 14 anos, investir no Barcelona e depois vale milhões. Eu coloquei a preocupação, que é uma área valorizada, é localizado na Rua Engenheiro Ludolfo Boehl, localizado na Micro 06, Bairro Teresópolis, em conjunto com o Bairro Glória. Pede o ajuste de traçado viário. Apesar de estar dentro do Bairro Glória é uma das áreas valorizadas da nossa região. Está em uma praça que pede um loteamento mais tarde. Eu não pude entrar, estão fechados os portões, olhei por cima. Eu gostaria de passar para o nosso conselheiro da Região 06, que é o Gomes. Eu falei com ele para poder ver. Para mim não é maracutaia, mas é uma coisa que tem que ver essa “banana quente”, porque era uma área fechada, não podia botar os pés, casarões antigos e hoje tu vê os caras fazendo, ganhando fortunas imensas em uma comunidade de moradia. Então, eu gostaria de ouvir o Conselheiro Gomes, para depois me pronunciar como relator, definir, porque é uma batata quente, porque é uma jogada política do empreendimento, porque vão fazer loteamento mais tarde. Aí não vamos poder fazer nada a mais. Então, eu gostaria de ouvir o conselheiro da Região 6. Eu já levei para a região, a região não pode fazer nada, já estava previsto, mas eu gostaria de ouvir o nosso conselheiro da Região 6. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Na oportunidade do relato o senhor tem que manifestar favorável ou contrário ao projeto, à proposta em debate. Depois do seu relato vai ter a oportunidade do debate, aí o conselheiro representante da região pode pedir vista. A ideia é diligência, enfim, que essa sua dúvida seja sanada. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Concordo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Senão a gente não consegue... **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Fica aberto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Isso. Fica em aberto e o senhor teria que nos mandar por escrito esse relato também. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** EU tinha mandado para a Gabrielle, pelo e-mail. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O senhor pode nos reencaminhar depois. Como trocou a secretária executiva. Quem sabe a gente encaminha para mais uma semana, Conselheiro? Como foi enviado para a Secretária Executiva Gabrielle. Então, o senhor faz o relato por escrito na próxima semana, com a sua conclusão, aí já conversa com o conselheiro da região. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Está fechado, pode ser. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Realmente, não tem o que a gente deliberar aqui sem vir o parecer conclusivo. Fica para a próxima terça-feira, Conselheiro. Obrigado. Na sequência a gente tem **ITEM 4.07:** Processo 19.0.000133386-3, modificação de traçado viário. O relator é o Conselheiro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a Conselheira Gisele, mas hoje não está presente. Já temos o parecer anexado ao SEI desde 14/07, parecer favorável. Antes de passar ao relato da Conselheira Carolina, que a equipe do planejamento possa nos fazer um resumo. **Catiane Burghausen Cardoso, Arquiteta da Equipe de Planejamento Urbano:** É o Processo 19.0.000133386-3, que trata de modificação de traçado viário. É um ajuste de traçado viário em área verde na Rua Juarez Ávila, está localizado na Região de Planejamento 6, no Bairro Ipanema. Aqui à direita e em vermelho dá para ver o ajuste a ser feito no traçado. Aqui na imagem de satélite a gente consegue ver melhor a Rua Juarez Ávila em vermelho e a Praça Marcello Dhill Feijó, que são objetos dessa alteração. Essa alteração se dá para adequação da situação existente no trecho pertencente ao Loteamento Jardim Dona Déa, inserido na Macrozona 5, Bairro Ipanema. Aqui na imagem 1, anexa à minuta da resolução, a gente consegue ver o traçado conforme projetado o na imagem 2 destacado em vermelho como ele foi realmente implementado. A pesquisa que resultou na presente resolução teve origem no Expediente 002219559003, que trata do loteamento Jardim Dona Déa, localizado à Rua Déa Coufal, 971. O referido expediente foi encaminhado à pesquisa para a SMURB, atual UAE/SMAMS, em relação ao seu banco de dados de cadastramento de logradouro, pois se verificou divergências entre a situação existente no local e o traçado constante no PDDUA, juntamente com o que foi cadastrado à época do recebimento das obras do loteamento em questão. Então, o loteamento foi aprovado através da Lei Complementar nº 43/79, em 88, levada a registro em 27/07/88, com matrículas no Registro de Imóveis da 3ª Zona. O licenciamento ocorreu em 09/01/98. Em 2001 foi aberto pela, então, PSD etapa para cadastramento de todas as ruas e passagem de pedestre. Tendo em vista a conclusão de obras do loteamento. Consta, inclusive, ato de vistoria total daquela unidade, informando o recebimento em caráter definitivo das obras de urbanização. Ao analisar a etapa a EGD verificou que o recebimento e o cadastramento dos logradouros foram feitos conforme planta aprovada e licenciada. Foi constatado, no entanto, que a Rua Juarez Ávila não está implantada conforme o seu traçado projetado pelo loteamento. Então, por esse motivo fez-se necessário a alteração dos gravames dos referidos logradouros no PDDUA e alinhamento, considerando a posição consolidada. Uma vez que a implantação do modo como foi feita já se encontra consolidada não há prejuízo de conexões viárias ou fluxos, trata-se de via de caráter local e o ajuste se dará somente em áreas públicas, na rua e na praça. A PGM diz que ficou entendido que não há necessidade de manter os gravames previstos, uma vez que a situação está consolidada, que não há prejuízos de conexões de áreas ou fluxos e que se trata de via de caráter local



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

e que o ajuste se dará somente entre áreas públicas. Dessa forma, não vislumbra óbice jurídico à minuta. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Catiane. De imediato passo a palavra para a Conselheira Carolina. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Boa noite. Então, Senhores Conselheiros, trata o processo de minuta de resolução para alteração de gravame do traçado, visando adequação do mesmo a situação observada no local. O nosso parecer é favorável, face só que segue: não há prejuízos ao interesse público, pois a área em questão será incorporada à Praça Marcello Dhill Feijó. Não haverá prejuízos à mobilidade. A retificação é necessária como forma de atualização dos registros municipais, pois o projeto do loteamento será atualizado. O Loteamento Jardim Dona Déa é um loteamento totalmente regularizado, cujas obras viárias foram recebidas pelo Município. Entretanto, a sua execução no local em questão não obedeceu ao projeto urbanístico aprovado em 15/01/1988 e licenciado em 09/01/1998, 10 anos após. Então, de repente a Catiane nos mostra agora ou eu compartilho a minha tela, porque a Gisele havia preparado umas imagens que eu não tinha percebido. Aqui é um detalhe dos arquivos da SMAMS, onde a gente vê as quadras loteadas em volta e a praça vindo reto aqui também. Aqui é a parte onde tem esse ajuste, eu vou deletar de novo esse círculo. Então, o projeto vinha na diagonal e continuava, só que a praça fez uma esquina a mais. As ruas foram executadas de forma bem ortogonal, reta, não se fez esse ajuste viário. Então, aqui outra imagem do Google, uma imagem mais atualizada, demonstrando essa mesma composição de via. E aqui de forma bem clara a orientação em relação aos eixos, em laranja os eixos viários e o vermelho é o que tinha no projeto aprovado do loteamento. Então, o relato técnico da EGD, o responsável pelas alterações e ajustes de traçado viário. Esse processo SEI foi originado pelo Expediente Unido 002.219559.003, que trata do Loteamento Jardim Dona Déa, localizado na Rua Déa Coufal, 971. No referido expediente foi encaminhada a pesquisa pelo SMURB, atualmente UAI/SMAMS, em relação ao seu banco de dados e cadastramento de logradouro, pois se verificou divergências entre a situação existente no local e o traçado constante no PDDUA, juntamente com o que foi cadastrado à época do recebimento das obras do loteamento em questão. Assim iniciou-se o tramite para esclarecimento das incongruências e correção do banco de dados. O loteamento foi aprovado através da Lei Complementar nº 43/79 e foi levado a registro em 27/07/88, o licenciamento ocorreu em janeiro de 98. Em 2001 foi aberta pela, então, PSD Unidade Parcelamento Solo, etapa para cadastramento de todas as ruas e passagem de pedestre. Tendo em vista a conclusão de obras do loteamento. Consta, inclusive, ato de vistoria total daquela unidade, informando o recebimento em caráter definitivo das obras de urbanização. O recebimento e cadastramento de logradouros foi feito conforme planta aprovada e licenciada. É o relato. A Rua Juarez Ávila não está implantada conforme o seu traçado projetado pelo loteamento. De fato, apesar de ter havido ato de vistoria total, recebendo as obras e cadastrado as ruas conforme o projeto urbanístico, é muito ponto de vista que a Rua Juarez Ávila nunca tenha sido executada conforme o projeto, de acordo com imagem de satélite do Google, com data de 2002. Se verifica que essa rua no seu encontro com a Rua Francisco Ballestrin, foi executada sobre área destinada à Praça 6556, atual Praça Gilberto Leão de Medeiros. Isso posto, a EGD entende serem necessários duas ações: retificação do cadastro gráfico de logradouros, levando em consideração a situação existente e para tanto encaminha sugestão no expediente único à Equipe de Parcelamento do Solo para retificação do cadastramento. A alteração dos gravames dos referidos logradouros no Plano Diretor e alinhamentos junto a SMAMS, considerando a situação consolidada, através de minuta de resolução. A EGD entende não haver



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

necessidade de manter os gravames previstos pelo Loteamento Dona Déa no trecho em questão, uma vez que a implantação do modo como foi feita já se encontra consolidada. Não há prejuízo de conexões viárias ou fluxos, se trata de via de caráter local e o ajuste se dará somente entre áreas públicas, de rua para praça. Para tratar da alteração de gravames e questões de desafetação a EGD abriu o presente processo SEI e encaminhou à Procuradoria Municipal do Município, através da Setorial 6 para análise da possibilidade do proposto no item 2 e orientação quanto aos trâmites necessários em torno do jurídico, se houver. E a PGM, então, se manifestou favorável, sem óbices. Este é o relato favorável da Arquiteta Gisele Coelho Vargas. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Carolina. Eu consulto os Senhores Conselheiros se alguém tem interesse de fazer relato de vista. Em não havendo, tem alguém interessado em se inscrever para o debate? Ou se estão todos convencidos, podemos iniciar o processo de votação? Parece que foi bem elucidativa a apresentação da conselheira. Então, a gente encerra a inscrição para o debate e início a votação. **VOTAÇÃO NOMINAL** (Parecer favorável da relatora): **Lisiane Sartori Fioravanzo Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** (Relatora). **Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Favorável. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Favorável. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu me abstenho. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Favorável e parabeno a equipe por aumentar a área de praça, dando condições de lazer para a comunidade. Parabéns! **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** (Não está na sala). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O Conselheiro Ronie, o Paulista, o suplente estava. Se estiver se manifeste no chat. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Favorável. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Abstenção. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Ambiental – OP-HOCDUA: Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nesse sentido, temos 21 votos favoráveis, 02 abstenções. Aprovado o expediente Item 4.07 da pauta. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DA RELATORA:** Modificação de traçado viário. Em função do avançado do horário, a gente se encaminha para o encerramento da nossa reunião. Eu consulto novamente os conselheiros, para fins de organizar, tem algum conselheiro contrário às reuniões extraordinárias? A gente consignou a contrariedade do Conselheiro Mark e do Conselheiro do IAB, que formalizou por e-mail. Mais algum conselheiro tem contrariedade? O Conselheiro Darci também. A Conselheira Claudete, Conselheiro Hermes. Mais algum conselheiro? Conselheiro Paulo Jorge. Questão de Ordem? **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Presidente, eu proporia aos conselheiros que a gente matasse esta agenda e depois voltasse ao normal, porque mais duas reuniões nós matamos isto aqui, está bem avançado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está bem, obrigado. Eu acho que em seguida a gente avança e não vamos ter tantas extraordinárias. Era mais uma consulta mesmo para saber se estávamos nos passando um pouco. Temos 05 contrários. Então, Senhores Conselheiros, a gente encerra a presente reunião agradecendo a oportunidade do debate, pedindo desculpas pelo meu jeito incisivo de tentar conduzir os trabalhos, desejando uma excelente noite a todos vocês. Obrigado. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h00min).**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2850/2020

Aos vinte cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de *combater* o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular) e Raquel Hagen (2ª Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDDA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação Atas: 2836, 2837 e 2838; 3. Comunicações; 4. Ordem do Dia. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h05min. **1. ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: São 18h05min. Temos *quorum*. Saúdo a todos conselheiros presentes, desejando uma excelente noite de trabalhos e debates. De imediato já consulto se temos inscrição para o período de Comunicação. Temos o Conselheiro Felisberto. Conselheiro Hermes. Vão se inscrevendo, enquanto eu consulto os presentes. (Conferência dos presentes). Senão



chamei alguém, por favor, avise pelo nosso chat. Então, inscritos para Comunicação. Nesse sentido, Então, a gente encerra a inscrição para o período de Comunicação e abro a oportunidade já para o Conselheiro Felisberto, primeiro inscrito. **3. COMUNICAÇÃO. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todas e todos. Mais um dia de análise de processo, mas eu tenho três fatos que eu queria conversar com os conselheiros. Primeiro, retomar o assunto do livro, que eu preciso que as pessoas enviem as suas considerações para que a gente possa fazer um trabalho coletivo. A parte legal de constituição é fácil de fazer, mas é importante que as pessoas enviem as suas impressões sobre o Conselho. O que deve melhorar, o que não deve melhorar. Então, é importante que a gente tenha uma construção coletiva da visão do Conselho. Segunda coisa que eu queria colocar é que terça-feira, dia 1º de setembro, às 15 horas, estarei fazendo uma *live* com o primeiro coordenador do Programa de Regularização Fundiária de Porto Alegre, o Gilson Lima, que foi o que viabilizou junto com outros a Vila Planetário. Então, é um resgate histórico para que a cidade tenha conhecimento de que quando um governo quer fazer faz, e eram recursos do Tesouro. Não foi recurso de governo federal, não foi recurso do governo estadual, foi recurso da Prefeitura. Então, estará a Doutora Vaneska e o Luiz Stefano, que também era do grupo que viabilizou esse projeto. Então, é importante, quem puder dar a sua audiência será importante, porque é fundamental e nós teremos a discussão no próprio Conselho. E a terceira coisa, eu queria retomar a questão do solo criado, porque não é uma questão de fórmula, eu volto a frisar isso, a questão não é matemática, a questão é que envolve também volumetria, altura de prédios. Então, é um tema que tem que ser muito bem discutido, reavaliar se nós temos necessidade de vender em índice, essa é uma questão que nós temos que discutir e não se omitir nessa discussão. Há teses na universidade sobre uma, principalmente sobre o Menino Deus, que a Doutora Procuradora do Município Andrea ou Andressa, agora me informaram, eu não tinha conhecimento dessa tese. Então, é importante que o Conselho se debruce sobre isso. E não é nada pessoal, Sérgio, é uma análise de venda de índice a quem interessa a venda dos Índices. Para quem se interessa, se tiver realmente aplicação na habitação de interesse social. No último ano não se investiu nada e se vendeu índice. Então, eu gostaria, Secretário, que pudesse dizer o quanto foi vendido de índice em Porto Alegre, o que representou e onde foi investido. Era isso e obrigado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos, Secretário, Conselheiros. O meu pedido, na verdade, é uma solicitação de... (Inaudível/interferência no áudio). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Enquanto o senhor conecta aí eu inverte. O Conselheiro Saffer inscrito. Está bloqueado o seu microfone. Vou tentar o Conselheiro Hermes de novo. Também não. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Felisberto, pode ficar tranquilo. Eu acho que o assunto, já que tocaste no solo criado, é um assunto que realmente a gente tem que debater, concordo contigo. Eu já disse da outra vê, mas tem que cobrar do Município para fazer um relatório e comprovar para onde está indo o dinheiro. Só que de novo, e se deve ter índice ou não, na revisão do Plano nós podemos ver isso, só que o processo aquele, naquele processo nós não estávamos conversando sobre esse tipo de coisa, nós estávamos discutindo a questão do valor. Vou te explicar outra coisa que tu disseste naquela hora, que não sabia qual era o valor que a Prefeitura colocou ou não. Então, vou te dizer assim, nós naquela situação, por exemplo, vamos supor se tu soubesses qual é o valor que o Município avaliou nas quatro quadras, lá na Restinga, que era uma situação que tinha lá, ou na João Joaquina, aquele outro terreno, e a Prefeitura diz que um terreno vale R\$ 1000,00, outro R\$ 1500,00 e R\$



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

1300,00. Eu queria saber se tu ou outros têm capacidade, porque nós vamos questionar isso ao Município. Veja só, o Município quando alguém compra um terreno ou apartamento, ele dá um valor com o ITBI. Vocês já viram alguma vez alguém não reclamar do valor que a prefeitura calculou de ITBI? Vocês acham que a Prefeitura vai calcular valores abaixo do mercado? Eu apresentei ali no grupo, se quiserem vou mandar aqui, a apresentação que a Secretaria da Fazenda fez aqui no Conselho do Plano dando todas as explicações de como eram as questões das avaliações de terreno. E de novo deixar bem claro assim, lá não SEI, aquelas coisas que estavam riscadas, está escrito ali, talvez as pessoas não saibam olhar o SEI, diz assim: “Substituição do parecer pelo Arquiteto Sérgio”; em cima aparece o número do que está riscado. Eu não queria nem mais tocar nesse assunto, acho que a gente tem mais é que tocar. Só que de novo nós estávamos fugindo do mérito. Discutir o solo? Vamos discutir. Eu só queria fazer uma pergunta, Germano: quando nós formos falar de regularização fundiária, que é um dos temas, uma das pessoas que entende bastante, mas, agora, infelizmente, ele não está participando, o Furtado, não sei se mesmo ele não estando se pode ser, ele se colocou à disposição. Para vocês avaliarem se ele pode colaborar, porque ele tinha bastante informação, para quando esse tema vier em pauta para o Conselho. Eu acho que foi um dos mais votados, porque todo mundo tem interesse nesse assunto, até eu mesmo cobrava dele –“Oh, Furtado, fala!” Não sei se é possível isso, mesmo ele não sendo funcionário, colaborar quando esse assunto vier nas discussões das quintas-feiras. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Sérgio. Vamos tentar o Conselheiro Hermes novamente. É, está sem som, o microfone libera, mas não conseguimos lhe ouvir. Então, com relação à presença do Furtado, também cabe à representante do DEMHAB, enfim, analisar essa possibilidade. Claro, Lisiane, com a equipe, eu acho que tem alguém lá com esses dados, da equipe do DEMHAB, do que tem na cidade, o que está acontecendo, quais são os processos em curso, algumas informações, tinha essa apresentação que o Furtado estava articulando com a equipe do DEMHAB para trazer esses dados. Nós podemos convidar a Simone Somensi, que é ótima, da regularização fundiária. Tem a procuradora agora também do DEMHAB, a Dra. Cris Carina, mas a Simone tem mais experiência, já são anos na área da regularização fundiária. Peço ajuda para equipe do planejamento também para nos ajudar com a organização dessas pautas. A gente vai moldando as próximas apresentações a partir desta. Vamos tentar o Conselheiro Hermes novamente. Não, Conselheiro, continua sem o som. Então, avançando um pouquinho na nossa pauta, a gente tem: **2. Votação Atas: 2836, 2837 e 2838.** Eu consulto, Senhores Conselheiros, se temos alguma abstenção ou voto contrário, por favor, que se manifeste no chat. Temos abstenção do Conselheiro Rafael, do Conselheiro Darci, da Conselheira Tânia, do Conselheiro Mark e o Conselheiro Emílio. Conselheiro Hermes também se abstém. Mais alguma abstenção? Algum voto contrário? Não? Conselheiro Felisberto abstenção. Temos 07 abstenções e os demais votos favoráveis, nenhum contrário. **APROVADAS AS ATAS 2836, 2837 E 2838.** Tem uma abstenção da ACESSO. Então, 08 abstenções, corrigindo o resultado da votação. Alguma (Manifestação fora do microfone)? Então, passamos para: **4. ORDEM DO DIA. ITEM 4.01, 4.02 e 4.03:** estão em diligência, para a CAUGE e para a CADAP. O **ITEM 4.04**, tivemos o parecer favorável por parte da conselheira relatora, a Conselheira Patrícia. A equipe do planejamento já fez a apresentação, o Conselheiro Felisberto pediu vista. Então, peço para a equipe do planejamento fazer um resumo. Ficou para o dia 01/09 este retorno. Então, passamos ao **ITEM 4.05**, Processo 002.309797008, da DALLASANTA EMP. E INCOORP. LTDA. O relator é o IAB, o processo foi distribuído em 17/06/2020, o prazo para relato foi em 21/07, nós chegamos na pauta deste processo na reunião passada, mas o Conselheiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

do IAB não estava presente. Então, a gente postergou para a data de hoje. Eu vou pedir para a equipe de planejamento fazer uma apresentação para nós do que se trata. Na sequência passo ao Conselheiro Rafael Passos do IAB. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite. É o Expediente 002.309797008, ele trata de um EVEU de projeto especial de impacto urbano de 2º grau, empreendimento de grande porte, com mais de 400 vagas de estacionamento, Programa Minha Casa Minha Vida, faixa 2. O endereço é na Rua José Aloísio Filho, 105, 155 a 205. O requerente é MRV Engenharia e Participações. A localização do expediente é no Bairro Humaitá, próximo do Parque Mascarenhas, delimitado a área onde se encontra. Na imagem de satélite tem alguns edifícios e essa demarcação, essa área delimitada em laranja, ali na José Aloísio Filho. Depois pega essas três numerações marcadas ali. Uma imagem do projeto com as quatro torres, não sei se fica bem visível aqui, mas estão aqui e aqui, são quatro torres de 15 pavimentos com 480 unidades, sendo 14 adaptadas para portadores de necessidades especiais. São 485 vagas de estacionamento, sendo 480 privativos, 04 para visitantes e 01 para carga e descarga. Aqui tem uma planta de situação com três lotes numerados, que são a localização da proposta. As análises técnicas do processo, então, da SMDE, da SMAMS, da Saúde e da EPTC. A SMDE colocando que se trata de um EVU de edificação para empreendimento de grande porte, com mais de 400 vagas de estacionamento, enquadrado como projeto especial de impacto urbano segundo grau com base no Plano Diretor. Ele faz a referência. Imóveis na Avenida José Aloísio Filho, na numeração que eu já referi. Os lotes foram demarcados ali na localização. E aqui tem também a relação da matrícula e a área total de 16.050 m². O empreendimento será composto por 480 unidades, que já mencionei, e se trata de empreendimentos de interesse social enquadrado no programa Minha Casa Minha Vida, faixa 2, que tinha mencionado, de acordo com declaração da Caixa e do DEMHAB. A SMDE apontou também que o imóvel está inserido em área de ocupação intensiva, tem a referência de localização no Plano, Macrozona 2, Unidade de Estruturação Urbana 18 e subunidade de estruturação urbana 1, quarteirão 57. O regime urbanístico previsto para a área de intensidade, que é o código 5, que é uma zona predominantemente residencial, mista, predominantemente produtivo, 280 habitantes por hectare. As atividades de acordo com o anexo se enquadra no (Inaudível), o índice de aproveitamento é 1.3 com cota ideal de 75 m², o regime volumétrico com altura máxima de 52, na divisa 18, base 9 e a taxa de ocupação de 90 na base. Então, a SMDE apresenta a análise de acordo com o que está previsto no Plano Diretor. Quanto à estruturação viária considera que não há necessidade de implantação de novo traçado viário, tendo em vista estar na origem de parcelamento do solo aprovado pelo município. Permanecendo os gravames já previstos no Plano Diretor. A proposta de edificação aqui de reforça que consiste em 04 torres, 15 pavimentos e altura total de 37,76m. Referência de nível 7,75, as 480 economias, que já mencionei, 405 vagas de estacionamento e área adensável no total de 20.589,34 m², uma área construída total de 27.124,35 m². E aqui faz a referência da prancha de aprovação, que demonstra o projeto, de onde foi tirada aquela imagem que mostrei antes com as torres. Então, por se tratar de um empreendimento de demanda de habitação prioritária, enquadrada na faixa 2, é informado que ele pode usar a isenção de aplicação da cota ideal. Aí cita a referência na lei que estabelece isso, que é a forma de viabilizar o empreendimento para essa faixa de renda. E pelo o que está exposto aqui declaram que não existe oposição com relação ao empreendimento que está sendo proposto de acordo com os parâmetros estão adequados com o Plano Diretor. A Secretaria Municipal da Saúde, conforme informado pela SMDE, o módulo é oriundo de um parcelamento de solo com destinação de áreas públicas. E considerando que etapas posteriores de EVU, de edificação, de projeto arquitetônico, não



são objetos da SMS. Então, como já foi objeto de parcelamento anterior, não tem doação de áreas, ele manifesta que não teria contribuições, não teria solicitações nesse sentido. Com relação à SMAMS se coloca também favorável à aprovação do projeto arquitetônico e apresenta um condicionante, face à solicitação e aprovação do projeto do empreendimento. É de parecer favorável e abertura da futura etapa de licença de instalação, a comprovação da efetiva remediação de áreas degradadas. Então, em função de possível contaminação do solo, mas para etapas posteriores. Com relação a EUOS, com relação ao meio biótico, também se manifesta favorável e emite algumas condições com relação à vegetação, do que deve ser preservado, o que deve ser seguido. A Comissão de Avaliação de Impacto de Circulação também fez avaliação, em reunião de 05/05/2020 e se manifestou favorável ao EVU. E para emissão do Habite-se condiciona que deverá ser doado dois módulos de parada segura para qualificar o quarteirão, facilitando o acesso ao transporte público pelos moradores. Em função do adensamento que a proposta gera na área. O DMAE não apresenta nenhuma oposição com relação à aprovação do projeto, com relação a parte das águas. Com relação às águas pluviais o projeto apresenta a previsão de implantação de reservatório de amortecimento pluvial. Então, como não tem nenhuma outra questão com relação à aprovação do EVU e condiciona o Habite-se à liberação dos reservatórios. Parecer final da CADAP é datado de 07/05/2020, Parecer 632/2020, aprova o projeto com mais de 400 vagas, com essas condições que eu coloquei para etapas posteriores. É isso.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Perfeito, Vaneska. Obrigado pela apresentação. De imediato passo a palavra ao relator. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa noite. Tenho um relato sim. Este é um projeto que tem problemas graves de atendimento às regras do regime urbanístico. Eu analisei, passei certo trabalho, tive que ir atrás de resoluções interpretativas, compreender como se trata a questão de topográficos. Então, vou à leitura, porque o reto é fora dos autos: “EXPEDIENTE: 002.309797.00.8. ASSUNTO: EVU de Projeto de Impacto Urbano de 2º Grau – Programa Minha Casa Minha Vida Faixa II. Trata o Expediente de empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida Faixa II, cujo interessado é DALLASANTA EMP. E INCOORP. LTDA. Localizado na RUA JOSÉ ALOISIO FILHO 105,155 E 205, localizado na Região de Planejamento 2. Enquadra-se como EVU de 2º grau como Empreendimento de Grande porte, com mais de 400 vagas de estacionamento. As matrículas do empreendimento são oriundas de projeto de parcelamento do solo aprovado pelo Município – Quadra K do Loteamento Parque Benópolis. O processo teve EVU aprovado com 5 torres. Encerrado, o proponente solicita novo EVU, agora com projeto em 4 torres, com mudança no número de unidades. O EVU foi aprovado na CAADHAP em 7 de novembro de 2019, Parecer nº 192/2019 e encaminhado para análise do novo EVU. Após análise verificamos alguns equívocos relativos à aplicação o Regime Urbanístico, especialmente aos recuos de altura. Primeiramente, para efeitos de cálculo do recuo é utilizado um RN de 7,75m. Tal cota não consta do Perfil Natural do Terreno nos termos do Art. 113 Inciso II do PDDUA, tampouco atende as determinações da Resolução Interpretativa nº 02 de 2000, deste Conselho, e ainda a Ata nº 07 de 27 de setembro de 2006 do Grupo de Regulamentação do PDDUA. O Art. 16 da Resolução nº02/2000 é claro ao orientar que em caso de dúvidas em relação a identificação do RN, conforme letra a) do inciso II do art. 113, resultantes de alterações pontuais do terreno, prevalecerá as informações do aerofotogramétrico do Município. O Perfil Natural do Terreno conforme o aerofotogramétrico do Município tem cotas diferentes em pelo menos 3 metros, o que impacta no recuo de altura em pelo menos 20% desse valor em cada um dos lados do terreno. Os levantamentos planialtimétricos da etapa atual e de etapa de Diretrizes de 2008



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

(constante do SEI complementar)¹ têm diferença importante, demonstrando movimentação de terra neste período, a qual redundando nesse aumento artificial do RN. Ambos os levantamentos estão em anexo a este parecer. Fotos retiradas do Google Earth em nível do observador e em diferentes períodos, demonstram que as condições topográficas foram alteradas recentemente de forma artificial. Ver anexos a esse relato. Além disso, nos causa dúvida, pela forma como está expresso no desenho, a utilização dos 1,2m de balanço para efeito do cálculo do recuo de altura, uma vez que não fica claro a existência do balanço nas plantas. Recomenda-se por fim, a título de sugestão, e a fim de atender os dispostos nos princípios do PDDUA, em especial o uso misto e de prioridade ao pedestre, incluir o uso comercial para promover uma relação com o espaço público de acordo com os princípios do PDDUA e com as premissas urbanas que trazem melhor ambiência e atratividade ao local, que carece de comércio local. Considerando tais inconsistências, o CMDUA decide pela reprovação do processo, devendo dar nova entrada, caso seja do interesse do empreendedor, e devendo fazer as devidas correções e atender o disposto no PDDUA e demais dispositivos legais e normativos e, eventualmente as recomendações aqui expressas”. Eu gostaria, Secretário, se for possível, de dividir a minha tela para demonstrar o que eu aponte, para evidenciar imagens. Vejam aqui, em 2011, está ali o terreno, aqui o terreno em 2014 e aqui hoje, em 2017. É uma movimentação de terra artificial. Portanto, não poderia ser considerada essa movimentação de terra para efeito de cálculo de altura. Nem vou mostrar o topográfico, porque eu acho que isso evidenciou bastante, essa irregularidade, para dizer o mínimo, para não chamar de outras coisa, porque está sendo gravado. Infelizmente, não está público, gostaria muito que estivesse no You Tube isso. Encerro a minha participação e abro ao debate. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Eu consulto se algum conselheiro tem pedido de vista? Conselheiro Gomes, Conselheira Claudete, Conselheiro Adroaldo e o Conselheiro Saffer. Então, nesse sentido a gente oportunista a vista e promove o debate do presente processo tão logo se tenha algum retorno da vista. a Conselheira Patrícia também pede vista. O Conselheiro Darci tem um questionamento fazer, mas vamos oportunizar o debate na próxima. É Questão de Ordem, Conselheiro? Conselheiro Gomes, é Questão de Ordem? Então, Conselheiro Gomes, Questão de Ordem. Conselheiro, não estamos lhe ouvindo. Vou tentar liberar o Conselheiro Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** É uma pergunta simples, porque tem o parecer no processo do DMAE dizendo que não tem problema e nós estamos todos os anos aqui discutindo que Porto Alegre está no limite de abastecimento. Então, fica meio incoerente, eu acho que seria bom que voltasse para esta reunião com a resposta do DMAE sobre como é que o próprio Diretor do DMAE esteve aqui reunido com a gente, dizendo que Porto Alegre está no limite, mas a gente continua autorizando empreendimentos, que ao natural vão ser empreendimentos que os usuários vão consumir água. Então, como é que está a questão do abastecimento? Isso tem que ser esclarecido também. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Darci. Vamos tentar o Conselheiro Gomes. Não estamos lhe ouvindo, Conselheiro. Conselheiro Gomes, estamos lhe ouvindo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu queria que o relato do IAB fosse disponibilizado, porque às vezes eles não vêm, a gente abre o processo em vista e não está o relato. Outro relato que também está sendo muito interessante, que eu acho que poderiam disponibilizar para nós é o relato da Secretaria, a síntese do projeto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, tranquilo, Conselheiro. Vamos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ajustar com a equipe. Nesse sentido, passamos ao **ITEM 4.06**: ajuste do traçado viário, Expediente 18.0.000121759-0. Foi distribuído em 17/06, é do Conselheiro Paulo Jorge, a equipe do planejamento fez uma apresentação na semana passada, mas o conselheiro não tinha concluído. Conselheiro Paulo Jorge, o senhor tem o relato conclusivo? Enquanto a gente vai ajustando aqui, não localizamos, mas vou pedir para a equipe do planejamento fazer o resumo. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**: Expediente 18.0.0000121759-0, ele trata de um ajuste de traçado viário de área verde na diretriz 4383, Bairro Teresópolis e o referente é o MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. A localização desse traçado é na Região de Planejamento 6, ali no Teresópolis, que seria esse ajuste aqui com relação ao que está delimitado hoje no Plano. Aqui na imagem de satélite a diretriz 4383. A solicitação registrada é alteração de gravame de traçado viário da diretriz 4383 com 14m de largura e ajuste de gravame da Praça Frei Celso Brancher, adjacente essa diretriz para acompanhar o seu novo traçado inserido na Macrozona 4, UEU 34, Bairro Teresópolis. Então, as duas imagens do antes e depois, é um daqueles casos que como acaba sendo uma correção não se nota tanto a diferença entre o que existe hoje e o que está sendo delimitado. É a adequação para este loteamento. Aqui o projeto aprovado e licenciado no loteamento Chácara Teresópolis, que tem o desenho dessa diretriz para ajuste, o alinhamento conforme o projeto geométrico aprovado pelo Loteamento Chácara Teresópolis e também a imagem que aparece no processo. A justificativa que foi anexada: a presente demanda tem origem no Expediente Único 002.206653004, aberto pela SETAPS para ajuste 383, a fim de compatibilizar o seu traçado com o traçado da Chácara Teresópolis, aprovada em 29/10/2009 e licenciado em 04/11/2015. A nota técnica da PGM é que se trata de minuta de resolução do CMDUA, propondo alteração de gravame viário (Inaudível), com 14m de largura, ajuste do gravame da praça para acompanhar o novo traçado. A CDU e a SMDE informam que os ajustes são necessários e para compatibilizar o seu traçado com traçado do loteamento Chácara Teresópolis, que foi aprovado em 29/10/2009 e licenciado em 04/11/2015. E a nota da PGM coloca que não vislumbra óbice jurídico à minuta e aos anexos, que são aqueles anexos que eu demonstrei do ajuste do traçado do gravame. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**: Obrigado, Vaneska. Então, Conselheiro Paulo Jorge, quer fazer o relato? A gente recebeu o seu relato se manifestando favorável, de acordo. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**: Então, esse processo da Região 06 é um loteamento da Chácara Teresópolis. Eu estive lá olhando, está fechado, mas são áreas que foram adquiridas na década de 40, 50, por pessoas que eram de cartórios, deixaram lá para dali muitos anos fazer loteamentos. Isso é para quem tem dinheiro, é muito bom, né, pegar áreas nobres que na época era área rural, esperar passarem a ser urbanas em 99, pelos nossos vereadores de Porto Alegre. É no pé do morro da PAMECOR, porque subindo o morro tem as mansões. Vai sair lá em cima, na Glória, à direita, onde já tem um loteamento pronto. Eu chamei a empresa para entrar, porque está fechada, mas a empresa também não foi. Eu fiz a avaliação, falei com o nosso conselheiro da Região 06 sobre este processo, ele me passou alguns detalhes, foi lá olhar também. Então, ficou assim, fiz o relatório, que é um bairro que está em crescimento, o Teresópolis, área nobre, mas não tenho nada a constar, porque respeitou todo o traçado, teve o parecer dos nossos técnicos, arquitetos e engenheiros que aprovam da SMURB. Trata-se de uma alteração de gravame de traçado viário de diretriz 4383, de ajuste de gravame da Praça Frei Celso Brancher. Tem uma praça ali também, que estão discutindo essa praça dentro desse loteamento fechado e privado. Essa diretriz encontra-se em loteamento da Chácara Teresópolis, que teve EVU definido em 02/07/2008, licenciamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

em 04/11/2015. O projeto geométrico foi aprovado pela SMOV em 24/07/2017, gerando a necessidade de ajuste de traçado viário de área verde. A PGM se manifestou na nota técnica 06345/20 sem óbice. Essa correção é para adequar a área projetada ao projeto geométrico da região. Pessoal, eu fiz o meu relatório, poderia pedir diligência, mas não, é um local fechado, analisando a mata virgem, o loteamento ao lado é muito bom. Eu não tenho nada a constar e estou de acordo com esse pedido aí. Esse é o meu relatório.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Paulo Jorge. Consulto se algum conselheiro vai querer vista ao processo? Temos uma solicitação de vista do Conselheiro Darci e da Conselheira Tânia. Então, nesse sentido a gente posterga para a próxima reunião o debate do presente processo. Então, o **ITEM 4.08:** Processo 19.0.000094615-2. Interessado é o MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. É um gravame de área verde na Avenida Cavallhada. O relator é o Conselheiro Hermes. Vamos verificar se está funcionando o microfone do Conselheiro Hermes. Nós não estamos lhe ouvindo, Conselheiro. Continua com problema, Conselheiro. Ele escreveu ali (chat): “Tenho relato com pedido de diligência, basicamente seria consulta ao processo”. Conselheiro Hermes, vamos fazer o seguinte, o senhor não está conseguindo fazer o relato. Já vou tentar encaminhar, porque é uma questão de acesso aos processos. Então, a gente pode disponibilizar, o senhor vai ter condição de fazer o seu relato. Então, Senhores Conselheiros, passamos ao **ITEM 4.09:** este processo foi solicitado suspensão pela Coordenação de Desenvolvimento Urbano, que está complementando algumas informações técnicas para poder retornar ao debate. Então, ele foi suspenso, retirado da pauta. Está constando aqui, mas está com a equipe. Então, passamos ao **ITEM 4.10:** Expediente 20.0.000033483-0, interessado é NEIDE PIRILLO SILVA E OUTROS. É uma inclusão de traçado viário. O relator é o conselheiro da SMIM. A gente tem a apresentação pela equipe de planejamento antes. Então, eu passo para a equipe para apresentação, para fazer o resumo do que se trata o expediente, depois a gente passa para o relato.

Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade –SMAMS: Expediente 20.0.000033483-0, o assunto é um gravame de alteração do traçado viário de equipamento urbano, a inclusão de traçado viário Bairro Ponta Grossa, Macrozona 5, UEU 30. E o endereço é um prolongamento da Rua Ilton Moreira de Souza até a Avenida Juca Batista, RGP 08. Requerente é Neide Pirillo Silva e outros. Aqui uma imagem para dar um exemplo de quais são as articulações que estão sendo discutidas nesse gravame. É no Bairro Ponta Grossa, próximo da Juca Batista, delimitado, tracejado em azul, a continuidade das vias que estão sendo discutidas. O despacho da SMDE é em função de alinhamento predial para a proposta de estruturação viária da UEU 30, Macrozona 5, demonstrada no anexo 9964226 relacionado ao Expediente Único 002.334006006, que tramita na CADAP em etapa de EVU, considerando os pareceres CADAP de emissão de diretrizes 21/2015 e 474/2017, conforme segue Então, é prolongamento da Rua Ailton Moreira de Souza até a Juca Batista, com gabarito de 12,5m, o prolongamento da Rua Eli Goraieb até Avenida Juca Batista, com gabarito de 12,5m e o prolongamento da diretriz 5180 até a avenida principal da Ponta Grossa, com gabarito de 12,50m. Aqui tem a proposta da estruturação viária e essa segunda imagem é a imagem que relaciona os alinhamentos que existem hoje. Então, o perfil que deveria obedecer a essas vias que estão sendo tratadas. O parecer da CADAP 021/2015 emite diretrizes para o empreendimento Minha Casa Minha Vida, ciente das informações, parcelamento do solo e desmembramento, propomos gravame das duas diretrizes viárias constantes nas diretrizes viárias SETAPS, SMURB, conforme cópia do mapa em anexo. As diretrizes são o prolongamento da Rua Ailton Moreira de Souza até o encontro da Avenida



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Juca Batista, gabarito de 12,50m e o prolongamento da Rua 27 de Agosto até a Estrada Retiro da Ponta Grossa, também com gabarito de 2,50m. Conforme o anexo 8.2 do PDDUA, padrões para desmembramento, a área situada poderá ser destinada para equipamentos públicos e sistema viário, que parte da doação seja para o sistema viário, mais precisamente para o trecho do prolongamento da Rua Ilton Moreira de Souza, incidente sobre a gleba. Dessa maneira, aproximadamente, 1790 m² serão destinados para a via, a qual deverá ser executada por um empreendedor com fins de viabilizar o acesso para todos os blocos do empreendimento. A partir deste parecer, também a antiga SMOV, na data se manifestou solicitando que o empreendedor deve apresentar projeto executivo completo e executar o prolongamento da Rua Ailton Moreira de Souza, para condicionar acesso ao condomínio 2. Prolongamento da via com sinalização originalmente prevista para cul-de-sac, deverá ser compatível com o empreendimentos localizado no fim do terreno em questão, propriedade do município. O empreendedor deverá apresentar projeto executivo completo e executar a pavimentação e demais obras de infraestrutura necessárias da Rua Ailton Moreira de Souza, trecho existente em saibro na Rua Reinaldo e o limite do terreno em questão. O empregador deverá apresentar o projeto executivo completo, executar faixa adicional na Estrada Retiro da Ponta Grossa em frente a testada da gleba, facilitando o acesso ao condomínio 1. E todas as vias sem saída e com destinação pública deverão ser sinalizadas no cul-de-sac, conforme modelos do anexo 2 do plano. A minuta de resolução solicita a inclusão de traçado viário na Macrozona 5, UEU 30, conforme descritos nas plantas 1 e 2 anexas. São as plantas que eu demonstrei antes, das conexões, e os três prolongamentos, o prolongamento da Ilton Moreira de Souza até a Juca Batista, o gabarito de 12,5. Todas têm 12,5, o prolongamento da Rua Eli Goraieb até a Juca Batista também, e o prolongamento da Diretriz 5180 até a avenida principal da Ponta Grossa. A justificativa é que o traçado tem origem no processo do empreendimento da CADAP, que foi referido antes e localizado na Estrada Retiro da Ponta Grossa, 117. E daí faz referência aos pareceres da CADAP que foram referenciados aí. Obrigada.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Vaneska, pela apresentação. Eu passo a palavra para o Conselheiro Relator da SMIM, que já nos adiantou aqui que não localizou o parecer da Procuradoria neste processo. Não sei se a Vaneska identificou. Conselheiro Leonardo.

Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Eu até tinha feito uma pergunta ali para o pessoal da SMDE, que eu entendo que esse parecer da PMS 6, né, Leonardo? Não localizou. **Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretária Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Exatamente. Eu até falei com o Secretário para que nós encaminhássemos em diligência a PMS, para inclusão do parecer. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, eu consulto, iniciando o pedido de diligência, imagino que todos sejam favoráveis à diligência. Se, por ventura, houver algum voto contrário à diligência, peço que manifeste no chat para a gente ter uma economicidade, não precisar passar um a um para deliberar. Se existe algum voto contrário à diligência, por favor, que se manifeste. Em não havendo votos contrários a gente toma por unanime à colocação de diligência para a Procuradoria, para que faça a sua manifestação nos moldes que ocorrem todas as alterações de gravame. Eu acho que houve algum equívoco no encaminhamento e não passou pela análise da Procuradoria. Obrigado, Conselheiro Leonardo. Na sequência, então, eu passo para o ITEM 4.011... Tem Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto e Conselheiro Saffer. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, complementando o que o Leonardo falou, eu queria saber se tem o parecer da região, se



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ela se manifestou. É isso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Lembro que a oportunidade da região se manifestar é neste próprio Conselho. Tem a representação. Então, vai ter a oportunidade de vista, enfim, para fazer a manifestação, manifestar seu voto, debater, é aqui nesta oportunidade, que ela vai ter essa oportunidade de se manifestar após o relato, a região vai poder fazer o relato de vista. O Conselheiro Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** O próximo processo, Secretário, eu tenho envolvimento nesse processo. Então, vou pedir para não participar desse processo, a minha suplente vai participar. Não sou o projetista, mas eu conheço o processo e o requerente, não gostaria de estar participando desse processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Então, registro aí a não participação na discussão do item 4.01 da pauta. É o Expediente 19.0.00036410-2 – MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. Alteração de traçado viário na Avenida Faria Lobato. O Relator é o Conselheiro Fernando. O processo foi distribuído em 17/06, prazo para relato foi em 21/07, já temos o parecer favorável desde o dia 07/07 do Conselheiro Fernando. Peço para a equipe do planejamento fazer um resumo, depois já passo a palavra para o Conselheiro Fernando poder fazer o seu relato. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, são formados dentro do expediente o 19.0.00036410-2, o assunto é um gravame e desgravame do traçado viário equipamento urbano e o objeto é alteração de trechos dos traçados da Avenida Faria Lobato e da Rua Gabriel Franco da Luz, Bairro Sarandi. Relator SENGE e o endereço é a redução do gabarito da Rua Gabriel Franco da Luz, no trecho entre a Avenida Faria Lobato e Avenida Assis Brasil. A solicitação registrada no arrazoado, análise das situações das diretrizes que incidem sobre o imóvel 7270 da Avenida Assis Brasil, através de várias resoluções. São citadas as resoluções e se apresentam as informações de que a diretriz 901 tivesse reduzido de 30m para a largura atual existente no trecho, em frente ao condomínio construído, pela inviabilidade de ser executada, conforme previsto, que fosse finalizado o cul-de-sac sobre o imóvel em questão. O ponto dois é que o acesso para Avenida Assis Brasil poderia ser feito pela via que é a rua Faria Lobato, que já está parcialmente executada com largura de via estruturadora de 28m. E gravada na sua resolução 1597/95 e que chega até a diretriz 929, gravada também nessa resolução com 22m, com acessão até a Avenida Brasil. A proposta apresentada atende a mobilidade urbana local, proposta na Resolução nº 2315/09. Daí é colocado que são anexadas imagens das resoluções que fazem parte do processo. A solicitação é no Bairro Sarandi, ali estava marcada a continuidade das vias, aqui é a Faria Lobato e aqui a continuidade da via transversal, na Região de Planejamento 03. Aqui uma imagem de satélite demarcando essas duas continuidades, que chegam as duas até a Avenida Assis Brasil. E aqui a minuta de resolução, que trata da alteração do traçado viário inserido na Macrozona 2, UEU 32 e 48, Bairro Sarandi, conforme descrito nas plantas 1 e 2. Eu botei no próximo slide a redução do gabarito da Rua Gabriel Franco da Luz, no trecho entre a Avenida Faria Lobato e Avenida Brasil, de 30 a 17,50m e a extensão da Faria Lobato até a Avenida Assis Brasil com gabarito de 30m. A justificativa que é adicionada na minuta é de que as alterações propostas buscam resguardar edificações de grande porte já consolidadas e com habite-se localizadas na Rua Gabriel Franco da Luz, no trecho entre a Avenida Faria Lobato e Avenida Assis Brasil. E ao mesmo tempo criar uma alternativa para a continuidade do traçado previsto no PDDUA, com a extensão da Avenida Faria Lobato, até Avenida Assis Brasil. Então, aqui as duas imagens que demonstram que não tinha esse gravame, está sendo colocado na segunda imagem a extensão aqui. E aqui essa que tem o gabarito



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

maior sendo reduzida, aqui dá para ter uma ideia da redução. A nota técnica da PGM à SMDE avalia que se trata de minuta de resolução do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, propondo a alteração de trechos dos traçados da Avenida Faria Lobato e da Rua Gabriel Franco da Luz, Bairro Sarandi e referencia a macrozona e a UEU. A solicitação foi feita pelo proprietário do imóvel localizado, entretanto foi indeferida nos moldes apresentados. A UGDU/SMDE, verificando que o traçado da Rua Gabriel Franco da Luz incide sobre 06 prédios de 04 pavimentos com Habite-se, no trecho compreendido entre a Avenida Faria Lobato e Avenida Brasil, desenvolveu o estudo e daí são referenciados os documentos na nota técnica PGM, com proposta de alteração do traçado no trecho, a fim de preservar as edificações existentes, sem comprometer a estruturação viária da região, preservando a mobilidade urbana futura. O estudo foi submetido à análise da EPTC, que se manifestou por ciência no documento também referido. E nessa nota técnica a procuradora coloca que não vislumbra óbice jurídico à minuta que está sendo proposta, fazendo o encaminhamento ao CMDUA. Obrigada.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigada, Vaneska, pela apresentação. De imediato a palavra para o conselheiro relator, o Conselheiro Fernando do SENGE. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa noite, Presidente. Boa noite, Conselheiros. Vou fazer o relato do traçado. Na realidade, foi bem exposto pela Arquiteta Vaneska, eu vou acabar lendo aqui o meu relato, então: “Processo SEI 19.0.000036410-2. Ajuste de gravame viário do Plano Diretor do Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Em apertada síntese, o presente parecer versa sobre a alteração dos trechos dos traçados da Avenida Faria Lobato da Rua Gabriel Franco da Luz, Bairro Sarandi, Macrozona 2, UEU 32 e 48, localizada na Avenida Assis Brasil, 7276. Presentes neste SEI positivos legais condicionantes, documentos de propriedade arrazoados, levantamentos de diligências, plantas de EVU, parecer tráfego, EPTC 1217/19. Inicialmente, através do arrazoado apresentado, fez-se o histórico a diversas resoluções que incidiram na área em análise, conforme acerto abaixo. Em 79, com a resolução 736/79, incidia sobre imóvel de forma transversal e inclinada parte do prolongamento da rua Martins Bastos, 114m da Avenida Assis Brasil e ainda parte de uma área verde acima desse prolongamento. Ainda em 79, a Resolução nº 757/79 fez algumas modificações da proposta da resolução anterior. Entretanto, mantendo a incidência do prolongamento da mesma forma anterior, da Rua Martins Bastos, porém, 107m da Avenida Assis Brasil e parte da área verde ainda sobre o imóvel. Em 95, passados vários anos em função do regime urbanístico e característica de onde se localizava o imóvel na época, nova Resolução nº 97, incidiu sobre o imóvel, retirando a continuação da Rua Martins Bastos de forma transversal e inclinada, fazendo uma nova diretriz 900 (Inaudível/interferência no áudio)... de largura, que passa a incidir sobre parte do imóvel e parte sobre o imóvel lindeiro, finalizando o prolongamento da Rua Martins Bastos. E é eliminada a área verde por justificativa de haver novos loteamentos na área sendo aprovados que supririam essa necessidade. Ainda em 95, com a Resolução nº 1606/95, modifica a largura da Diretriz 901 de 20m para 17,5m, estendendo até a Avenida Assis Brasil, incidindo parte sobre o imóvel em questão e parte no imóvel lindeiro, e prolonga a rua Faria Lobato até a diretriz 929. Nesta época foi feito um levantamento planialtimétrico no imóvel, este levantamento apresentou neste também um trecho de rua executado de menor largura e que termina na divisa limite superior do imóvel. Em 2009 a Resolução nº 2315/2009, com justificativa genérica sobre a situação em torno daquela área da cidade faz a diretriz 901 passar ali 17,5m para 30m de largura e relocada, saindo do terreno lindeiro, incidindo somente sobre o imóvel em questão, que tem 43m de largura, por isso



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

inviabilizando de construir”. Só para entender isto aqui, tem um terreno que tinha 43m e tinha uma diretriz que pegava 30m desse terreno, só que não tinha o menor sentido lógico. Depois eu vou mostrar na figura porque não tinha esse sentido. “E, surpreendentemente, também atingindo um condomínio de edifícios aprovados e construídos, com Habite-se, conforme o Processo 002.284937002, que viabiliza tal proposta de alargamento, em frente ao condomínio já estava executada a via com uma largura inferior aos 30m propostos. Desta forma o empreendedor, face justificativa acima, vem requerer manter a largura atual de 17,5, finalizar com cul-de-sac, sem haver a extensão até a Avenida Brasil, conforme demonstra a figura 1”. Eu vou tentar compartilhar aqui. Então, qual é a ideia inicial? Era que esse quadradinho vermelho, se olharem à direita, um pouco antes chegar no cul-de-sac, já existe o empreendimento aprovado, consolidado com Habite-se e tudo. Ou seja, não teria como alargar os 30m, porque é conforme a projeção verde logo abaixo. Então, qual era a proposta? Terminar no cul-de-sac e manter o terreno intacto. Bom, em conformidade com os estudos, a Unidade de Gestão e Desenvolvimento Urbano, e no primeiro momento, conforme despacho da UGDU que indeferiu a proposta na forma inicial apresentada, conforme fragmento desse entendimento. Pelo acima exposto, indeferimos a solicitação de alteração do gravame do traçado viário da na Rua Gabriel Franco da Luz e entendemos que a via integra uma importante conexão para o escoamento do tráfego do polo industrial, localizado entre a BR-290, Avenida Sertório e Avenida Assis Brasil. Desta forma, a proposta feita pelo requerente de diminuir o gabarito do gravame para 17,5m, terminar a via em uma cul-de-sac no limite norte seu imóvel é inviável, pois desconsidera todo o estudo de mobilidade feito para a região. A decisão visa garantir que se efetive futuramente execução das... (Inaudível/interferência no áudio). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Falhou um pouquinho. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** “Importante eixo de ligação entre o aeroporto, Severo Dullios, e a zona norte da cidade, Assis Brasil. Não obstante, a Supervisão de Desenvolvimento Urbano – SDU solicita a manifestação quanto à importância do traçado para a mobilidade urbana, a coordenação de projetos viários, onde através do Parecer CPAIC 1217/2019 define a via como fundamental (Inaudível/interferência no áudio) da região, preservando essa mobilidade urbana. Ainda sugere que... (Inaudível/interferência no áudio). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Caiu a internet. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Não estão me ouvindo? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Às vezes dá uma falhadinha, mas agora voltou. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** “No terreno do demandante e 50% o lindeiro, preservando a possibilidade de porte e uso compartilhado com a Avenida Assis Brasil. Um ponto que merece destaque consoante ao exposto é que no traçado original com gabarito de 30m, o mesmo seria inviável, uma vez que nesse traçado, figura 2, já há habitações consolidadas na altura da Rua Figueiredo Mascarenhas, inclusive, com carta de habitação, o que foi... (Inaudível/interferência no áudio), pela Procuradoria Setorial 6, através da nota técnica PMS6 341/2020. Dessa forma, fazendo novo estudo e consolidando a alternativa que contemplasse a necessidade de mobilidade urbana com interesse da malha urbana já consolidada, figura 3”. A figura 3 é essa figura logo abaixo aí, que qual era a ideia? Se vocês conseguiram olhar ali, mais ao final da figura 2, o está em laranja na Rua Gabriel Franco da Luz, pegaria parte dos imóveis já consolidados. Então, o que ocorreu? O traçado final ficou dessa forma, mantinha os 17,5m, interligava atendendo ao parecer da CPAIC até



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

a Assis Brasil, mantendo a estruturação viária. E fazia aquela rua vermelha ali, horizontal, aquela via, interligando também na Assis Brasil, mantendo assim a mobilidade da área, que é a proposta o traçado final. Este é o relatório. Em adição ao exposto, conforme o encaminhamento da Coordenação de Desenvolvimento Urbano, conforme acerto abaixo, o art. 39, da Lei Complementar nº 434/99... (Inaudível/interferência no áudio), minuta de resolução para alteração do gravame viário”. Eu estou correndo na leitura para dar tempo. “Encaminho o voto favorável à aprovação, conforme minuta de resolução proposta no evento 10271082, em atendimento aos condicionantes assumidos em pareceres técnicos apresentados”. É importante frisar que eu entrei em contato com o conselheiro da região, o Conselheiro Jackão, ele conhece bem a região. E eu, por coincidência, também conheço bem ali a área, estive lá, aliás, boa parte da minha vida inicial foi lá. Eu agradeço a disposição do Conselheiro Jackão da RGP 03, que nós trocamos informação. Realmente, é importante que seja feita essa via da forma como foi exposta dessa forma, não tendo nenhum óbice à aprovação e favorável a esse gravame viário. Então, esse é o meu parecer. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Fernando. Consulto se algum conselheiro vai ter pedido de vista ou se debatemos o processo? Conselheiro Jackson já pediu a palavra. Então, inscrevo o Conselheiro Jackson, Conselheiro Felisberto, por último já inscrevo, automaticamente, o Conselheiro Fernando, que se vier algum questionamento a gente tem a oportunidade da fala do Conselheiro Fernando. Então, encerro a inscrição para debate e passo de imediato a palavra ao Conselheiro Jackson. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite a todos os colegas. Obrigado pelo ótimo relato aí, Fernando, desde que a gente contatou, desde o início do processo, eu estive visitando a área. O que acontece? Tem seis torres de um condomínio, como demonstrou bem o Fernando ali na foto, na figura, que já estão ali e é uma situação consolidada. Eu também era contrário quando eu peguei o processo em relação àquela questão do cul-de-sac, porque inviabiliza os projetos futuros onde está começando hoje aquele condomínio junto a Coca-Cola, que vai ser via de ligação com a Assis Brasil. Então, visitei o local, como já falei, e por ser uma situação consolidada não vejo alternativa a não ser realmente aprovar esse gravame da redução da caixa da rua. A situação é essa, até porque é um condomínio com carta de habilitação emitida, se respeitou ou não respeitou naquela época, isso não vem ao caso agora, porque nós estamos falando da década de 90, mas já está uma situação consolidada. Então, o nosso voto da região, eu já antecipo, ele é favorável, acompanho o relator. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Nem é muito debate, é um esclarecimento. O cul-de-sac é mantido ou não? Essa é a minha dúvida. Tá! Estou esclarecido, Fernando. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O Conselheiro Rafael se inscreveu. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Muito breve, Presidente. Obrigado. É isso, eu acho que é difícil de compreender como que isso brota, torres daquelas e ganham Habite-se, aí nos resta o quê? O público perde essa metade da via em função disso. Então, eu me pergunto mesmo o quanto esse tipo de irregularidade ou de legalidade, porque uma coisa é o irregular de quem não tem alternativa, não tem as possibilidades. É quase uma questão de sobrevivência muitas vezes. Agora isso, não ter uma multa, não ter o mínimo, a gente fala tanto da boca para fora de impunidades e blá, blá, blá. Eu fico me perguntando e não poderia deixar de me manifestar nesse sentido. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Na verdade, na época, esse gravame foi um equívoco ter feito ele com



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

30m, já existia, a situação foi posterior, não foi que tinha os 30 e foi construído o prédio, o prédio já existia e foi feito um gravame de 30m. Foram, inclusive, aprovadas essas várias alterações pelo próprio Conselho à época. Então, o equívoco foi talvez não ter verificado quando propuseram o gravame de 30 e que já existia a indicação. Entendeu, Rafael? Só para te responder, só inverte a lógica disso. Eu fui no local, porque só com fotos, com plantas não conseguiria chegar nessa conclusão. Então, na realidade, só para deixar bem claro, até a proposta era de ter um cul-de-sac e que não foi aceita. Simplesmente, vai manter as interligações previstas. O equívoco foi de que foi feito um gravame lá atrás de 30m que não poderia ter sido feito. Então, na verdade, o que estão fazendo agora? Justamente corrigindo o gravame e mantendo, minimamente, e até não acho que é minimamente, porque 17,5 naquela posição ali é superadequado... (Inaudível/interferência no áudio). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Fernando. Às vezes tem umas travinhas na internet. Então, está com algum probleminha. Questão de Ordem do Conselheiro Jackson. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Não é Questão de Ordem, só para endossar o que Fernando falou, que ele não fica só minimamente, ele atende justamente com aquela conexão da Faria Lobato até a Assis Brasil e o melhoramento da paralela ele atende perfeitamente a mobilidade da região. Era só isso, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Jackson. Então, a partir do PARECER FAVORÁVEL do processo ora citado, eu consulto a Conselheira representante do DEMHAB se vota favorável ou contrária ao parecer do relator. **VOTAÇÃO NOMINAL:** **Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Abstenção. **Raquel Hagen (2ª Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu me abstenho. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** RELATOR. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Abstenção. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Em virtude da consolidação das torres, favorável. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Tânia Maria**



dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4: Favorável. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: Favorável. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Favorável. Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Favorável. Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8: Favorável. Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA: Favorável. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Vamos para a contagem dos votos: 23 votos favoráveis, nenhum contrário e 03 abstenções. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR.** Passamos ao ITEM 4.12, alteração de traçado de diretriz 1013, é RGP 07 a relatora, a Conselheira Maristela. Esse processo foi distribuído dia 17/06/2020, o prazo de relator foi em 24/06/2020. Eu tenho aqui uma solicitação de vista do Conselheiro Jackson, mas está um pouco confusa essa informação. A gente não tem o parecer do relato da Conselheira Maristela. A Conselheira vai apresentar hoje, é isso? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Secretário, solicito mais uma semana para poder fazer o relato. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Tem alguém contrário à prorrogação de prazo para a conselheira, por favor, se manifeste no chat. Então, fica prorrogado por mais uma semana para a conselheira fazer o relato. O Conselheiro Jackson tem um pedido de vista, não consigo entender se fez o pedido antes. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu estou em dúvida, porque se ele entrou na pauta em 16/06, acredito até que quem tenha pedido tenha sido o nosso suplente, não eu. Vou confirmar na ata ali qual de nós estava presente, porque dia 23/06 eu não estava presente. Não lembro deste pedido. Já que a colega está pedindo uma semana, vou verificar com o meu suplente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, dá essa verificada e na próxima reunião já tem condições de fazer isso. Passamos para a apresentação do ITEM 4.13, Expediente 19.0.00010302-8, INSTITUTO MARIA IMACULADA MEDIANEIRA, alteração e inclusão de traçado viário. O relator é a Secretaria de Relações Institucionais. O processo foi distribuído em 17/07/2020. Eu consulto, antes de passar para a equipe do planejamento apresentar, se Conselheiro Guilherme, como a gente avançou bastante na pauta, eu acho que temo alguns conselheiros sendo pegos de surpresa. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Sim, eu estava lá embaixo na pauta e de repente já cheguei. Consegue me dar mais uma semana? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Claro, Conselheiro. Então, vamos prorrogar, se mais alguém é contrário à prorrogação de prazo para Conselheiro Guilherme, por favor, que se manifeste, senão a gente já prorroga para mais uma semana. Então, passamos ao ITEM 4.14. Consulto ao Conselheiro do SINDUSCON se tem o relato para poder fazer agora. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Posso fazer o relato. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** E acho que a equipe do planejamento não tem a apresentação, porque avançou na pauta, mas imagino que o seu relato seja... O senhor quer compartilhar? Tem alguma imagem? **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Secretário, se não tiver a apresentação da Arquiteta Vaneska fico um pouco prejudicado meu relato, porque pode suscitar muitas dúvidas, porque é uma situação interessante de desenho urbano, que foi feita uma



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

solicitação de um EVU e essa solicitação fez com que a equipe da prefeitura pudesse fazer um estudo mais abrangente, em cima dessa solicitação, que se não tiver o relato da Arquiteta Vaneska pode gerar muitas dúvidas. Então, eu prefiro, se todos aceitarem, que a gente seja o primeiro processo da próxima reunião, então. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, vamos entender e já são 19h47min. Imagino que também para os itens 4.15 da pauta não tenhamos apresentação aqui pelo Conselheiro Dinar, tampouco pela equipe do planejamento. Então, peço que todos para a próxima reunião consigam trazer esses retornos. Nós avançamos bastante hoje. Claro, vamos ter muitas discussões ainda pela frente, porque hoje a gente avançou bastante. Então, na próxima reunião a gente consegue fazer a apresentação pela equipe de planejamento, os senhores terão a oportunidade de fazer o relato, lembrando que nesta quinta-feira nós teremos reunião, mas não com processos pautados, nós teremos as apresentações conforme deliberado aqui pelos senhores e na ordem de sugestão votada por todos. Na próxima reunião nós teremos a apresentação da Arquiteta Gisele sobre os instrumentos urbanísticos, contrapartidas, compensações, mitigações, direcionamentos, definições, aplicações e trâmites, que o Escritório de licenciamento vai fazer a apresentação nessa reunião de quinta-feira. Não teremos processo em pauta, na próxima terça-feira teremos processos pautados, aí peço que os Senhores Conselheiros tragam seus encaminhamentos para a gente deliberar aqui. Questão de Ordem? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, a minha Questão de Ordem tem duas coisas. Primeiro, a questão de esclarecer bem que na próxima quinta vai ter a reunião dos temas que nós pautamos. Então, para ficar bem claro isso e que no dia 1º será uma reunião ordinária normal dos processos. E os que foram hoje prorrogados ficam até o dia 13 de setembro. Para ficar bem claro. Eu gostaria, se já tivesse uma apresentação do que vai ser mostrado na quinta-feira, que fosse remetido para nós. Era isso, obrigado e boa noite a todos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Só lembrando, a próxima terça-feira é 1º de setembro, ficam prorrogados até 1º de setembro. Na quinta-feira não vai ter pauta, fica para a próxima terça-feira, que é 1º de setembro. Obrigado. Temos Questão de Ordem da Conselheira Raquel. **Raquel Hagen (2ª Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Na verdade, eu gostaria de saber, em função dos temas da próxima reunião, se seria possível que outras pessoas acompanhassem a reunião como ouvintes ou somente conselheiros. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** As reuniões são públicas. Então, todos podem participar e assistir às reuniões, na qualquer de ouvinte, assim nas reuniões de processos pautados, é uma reunião formal do Conselho, mas todos têm acesso, podem solicitar o link aqui para a nossa secretária executiva, que a gente disponibiliza. Questão de Ordem. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Secretário, duas questões, uma é que eu acredito que pela importância, até pelo previsto no artigo 15 do nosso regimento, que as reuniões que vão tratar desses temas importante e que fogem, estão ali a cada dois meses e etc., que elas aconteçam nas reuniões que estão previstas no art. 15, que fala que as reuniões são semanais, nas terças, etc. e tal, não nas quintas. Eu, por exemplo,, a partir de agora não tenho mais condições de participar nas quintas. Eu acho que agora a gente já tem vencido pauta e precisa reavaliar isso, porque é uma agenda que não está nos planos nem de titulares e nem de suplentes. Então, peço esta compreensão. E sim, como relator deste processo de hoje, se ele vai para a outra quinta-feira, aí fica prejudicado o relator nesse processo. Então, gostaria de pedir também que o pedido de vista se desce também em uma terça-feira, já que nesta quinta



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

vai ser a questão do planejamento, mas que a gente evite que essa agenda seja nas terças. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Rafael. Lembrando, a gente recebeu o seu e-mail com relação e até colocamos, consultei aos demais conselheiros sobre as reuniões na quinta-feira para a gente colher os votos, pelo menos saber qual é a disponibilidade de cada um. A gente teve algumas manifestações em contrariedade, acho que cinco conselheiros manifestaram contrários às reuniões extraordinárias na quinta-feira. Não nos impede de reavaliar em função de agente ter avançado na pauta. Eu acho que não há tanta necessidade da gente manter as reuniões extraordinárias. No entanto, a gente fez este calendário, estabeleceu previamente, as últimas de cada mês. Em relação ao regimento não vislumbro uma definição que seja necessariamente na reunião ordinária, até porque, por se tratar de uma pauta externa e para que a gente não prejudique o andamento dos trabalhos. Então, imagino que essas sejam importantes que a gente faça de forma extraordinária, para justamente não prejudicar as nossas reuniões de terça-feira. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Meu Presidente, eu me inscrevi para fazer comunicação, mas não consegui, não fui contemplado. Nós temos problema, porque a pessoa quer falar e tem que ir no chat, não sei quem é que não consegue ver a pessoa que quer falar. Por que eu pedi Questão de Ordem? Como falou o nosso colega do IAB, assim que a gente vencer essas pautas, às quintas-feiras não precisa ter mais, é uma questão da gente fazer uma reavaliação. Essas pautas vencendo está na hora da gente voltar para as reuniões só das segundas-feiras, processo duas reuniões por semana pesam bastante, porque agora tenho que voltar a estudar também. Aí não dá mais. Outra coisa, meu Presidente, quinta-feira vai ser a regularização fundiária a pauta, que vai ser uma discussão importante e profunda. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Quinta vai ser medidas mitigatórias, contrapartidas, compensações, a outra vai ser regularização fundiária. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Obrigado, então. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Paulo Jorge. Complementando a sua fala, de fato, não vejo necessidade em manter as extraordinárias. Naturalmente, só essas que a gente definiu o calendário previamente, a gente vai manter e na sequência damos continuidade nas reuniões ordinárias deste Conselho, não havendo mais, não vislumbro tanta necessidade da gente fazer as extraordinárias, somente mantendo este calendário aqui para tratar desses outros assuntos. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Assim, desculpa, Secretário, mas a forma como foi tratado pelo senhor, a fala de que são pautas externa, não são pautas extras e não poderiam ser tratadas de reuniões chamadas de “extraordinariamente”, escrito no art. 15. Elas deveriam ser nas reuniões ordinárias. Ou seja, a gente passa 90% das nossas reuniões para dizer o mínimo, se jogar 95% não vou errar, tratando de processos. Aí nós vamos tratar de coisas estranhas aos processos, aí são pautas externas ao Conselho. Desculpa, mas nós temos 15 ou 20 atribuições expressas no PDDUA e uma delas é aprovar processos. Aí quando nós vamos falar de todas as outras, agora é uma questão extraordinária ou extra, só merece sessões às quintas-feiras e não no horário que a maioria já se organizou na terça-feira. Isso não é dar prioridade ao processo da cidade, este Conselho virou um órgão de licenciamento apenas. Aí não dá! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos. Estou fazendo a leitura do art. 15, não tem nenhuma previsão necessariamente em ser ordinária ou extraordinária, isso é uma prerrogativa do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Presidente, conforme prevê regimentalmente. No mais, a gente aqui acordou, fizemos uma discussão com relação a essas datas. Eu acho importante que a gente mantenha este calendário previamente definido e discutido com os senhores conselheiros. E as demais regiões, em função de termos avançado bastante na pauta, a gente retoma de forma ordinária. Lembrando que em votação neste Conselho, semana passada, só tivemos 05 votos contrários à manutenção somente das reuniões ordinárias, os conselheiros não se opuseram às reuniões extraordinárias. Então, se a gente mantivesse a rotina das extraordinárias estaríamos em cumprimento ao que decidiu e deliberou o pleno deste Conselho. Desejo boa noite a todos. Agradeço a oportunidade e o convívio. Desculpa pelo debate, que porventura não tenha agregado, mas a gente sempre tenta construir. Um grande abraço. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h00min).**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:



ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2850/2020 - A

Aos vinte sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado **PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA**, em razão do decreto municipal a fim de *combater* o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Gisele Coelho Vargas (Titular) e Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular) e Raquel Hagen (2ª Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular) e Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen. PAUTA**: 1. Abertura; 2. Instrumentos Urbanísticos/ Contrapartidas: **Compensações, Mitigação. Dimensionamento, Definições, aplicações, trâmites.** Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h05min. 1. **ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**: Declaramos aberta a nossa reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental e Urbano. Dando início a nossa primeira reunião temática, vamos dizer assim, de um tema específico que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

não os processos em pauta. A gente tem tantos temas importantes para discutir com todos os conselheiros. Na data de hoje, como a gente havia combinado, em sendo uma então, temática e como vamos ter a oportunidade de debater depois da apresentação, imagino que não seja necessário a gente fazer o período de Comunicação, porque nas nossas reuniões extraordinárias já vamos direto para a pauta. Como é a nossa primeira reunião, a gente vai trabalhando esse modelo, vai ser construído apresentar daqui, vou pedir para a Vaneska fazer uma apresentação, um pouco do modelo de como vai funcionar a discussão. Até antes de a gente entrar na discussão, se passar para a Gisele fazer a apresentação, depois a gente abre para debates. Mas a Vaneska propôs, junto com a Patrícia, de forma muito brilhante, uma dinâmica de funcionamento. Na data de hoje a gente teta esse modelo e deixa aberto para sugestões, algum acréscimo, alguma crítica a este modelo, que na próxima agenda que a gente tenha para discutir, de temática, que a gente delibere se segue de fato com esse modelo de discussão. Eu de imediato, então, passo a palavra para a Vaneska, para fazer essa apresentação para nós dos momentos, como vai funcionar nesses momentos em pauta de processos. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A gente fez um documento escrito, hoje ainda estava fazendo algumas revisões durante o dia, não foi disponibilizado para os conselheiros. Até está como destaque, como versão preliminar, porque justamente se espera contribuições para que a gente possa qualificar. Então, a gente vai apresentar o que a gente pensou e que vai ser testado hoje. Então, trata-se de reuniões temáticas do CMDUA. No documento a gente citou quais são os quatro pontos que a gente vai estar abordando hoje. Esta apresentação da discussão do piloto para discussão, no segundo momento vai ter a apresentação da temática, depois o período de debate e o último momento dos registros e encaminhamentos. Com relação ao piloto, então, a gente só destacou que de acordo com o que está previsto no regimento, né, faz parte das ações de qualificação de todos os conselheiros e a cada nova gestão existe esse espaço para fazer esses processos de qualificação. E nesse sentido, então, foi colocado no dia 03/08 a votação das temáticas, onde hoje se inicia a primeira temática. É uma reunião por mês, com alguns ajustes em função das datas. E a realização dessas reuniões nós destacamos os objetivos principais. Um que seria apresentar, tecnicamente, diferentes temas da forma como é conduzido dentro da administração municipal, com os procedimentos e atribuições específicas. E promover o debate desses temas com os conselheiros no âmbito do planejamento urbano ambiental. Nesta reunião de hoje, então, a gente vai testar esse formato para o debate, para a moderação do debate e para o registro das contribuições. A temática do dia vai ser apresentada em cerca de 20 minutos pela equipe técnica, focando na situação do tema com relação à legislação vigente e aos procedimentos adotados pela administração municipal sobre um tema, que é o que nos compete. O debate sobre a temática do dia, depois da apresentação vai ser aberto o debate para as contribuições dos conselheiros. A ideia é garantir o tempo de debate de 5 minutos para cada Conselheiro e também garantir 2 minutos, com direito a réplica e tréplica, quando um debatedor se opuser às ideias do outro. Então, para poder de alguma forma ordenar, mas, ao mesmo tempo, garantir que possa ter esse contraponto sobre os temas apresentados. E não ultrapassando o tempo total de uma hora de debate. Ao final do debate o moderador, que imagino que sempre vai ser alguém do planejamento. Hoje como a gente está em teste eu entendo que a gente vai tentar dividir essa tarefa de anotar e ao final eu posso pontua alguns dos encaminhamentos. Seria uma síntese do que foi apresentado pelos conselheiros e nesse período, 5 minutos, para falar sobre o que foi apontado e 15 minutos para que também possa existir esse debate final. Imaginando que nem tudo, nem todo o universo das dúvidas e das sugestões possam ser contemplados



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

dentro desse formato, que tem um limite de tempo, a equipe do planejamento preparou como teste um formulário online para que possam se registrar essas contribuições. Esse link vai estar neste texto, que eu já encaminhei para a Camila, que ela pode disponibilizar depois para todos os conselheiros, que eu encaminhei a pouco tempo, por isso que ela não disponibilizou com antecedência. Depois da apresentação eu vou só demonstrar ali para ver que ele é bem simples, mas é bem importante sobre dois aspectos, um que seria a contribuição sobre a temática e uma segunda tela onde a gente botou uma avaliação sobre a dinâmica, para que a gente possa qualificar o processo. Os registros, então, vão ser compilados na forma de um relatório planilha, que vai ser encaminhado ao CMDUA uma semana antes do próximo debate, para que no próximo debate, antes do próximo debate possa se deliberar sobre, fazer a validação deste registro, ver se não faltou alguma questão que queira ser identificada pelos conselheiros. Então, resumindo, tem essa apresentação de 20 minutos, o debate de 60 minutos com 5 minutos para cada Conselheiro, mais os direitos de réplica e tréplica, e no final essa síntese de 5 minutos, mais conclusões de 15 minutos. Só para mostrar para vocês, depois também se tiverem alguma dúvida com relação ao formulário, a gente fez ele de maneira bem simples nas ferramentas que tem disponíveis, gratuitas na internet. Então, se coloca aqui sempre qual é a temática e a data que foi realizada a reunião para o conselheiro poder saber sobre qual tema ele está opinando. A gente solicita que o conselheiro coloque o nome, a entidade que representa ou a região. E a contribuição que pode ser escrita, que aqui a gente previu esse formato livre nesse primeiro momento, mas vai ser também uma experiência para a gente organizar os resultados. E aqui na segunda tela a gente pede o que seria a avaliação, para verificar se a metodologia ficou clara, uma nota de 1 a 5, tempo atribuído para cada etapa. Eventualmente, pode ser que os conselheiros imaginem que possa ser dado mais ou menos tempo para alguns dos momentos que a gente está planejando e uma avaliação geral. E aqui um espaço para contribuição, que é livre, mas que a gente acredita que é muito valioso, se os conselheiros puderem nos ajudar a deixar esse formato mais ajustado para que seja mais produtivo possível e a gente consiga depois ter o resultado dessas reuniões temáticas, que possa ter andamento e ser aplicado dentro das estratégias de planejamento urbano ambiental da cidade. Acredito que seja isso dos pontos principais. Não quero tomar também muito tempo do debate em si. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Vaneska. Obrigado pelo esforço aí em propor uma lógica de trabalho. A ideia a gente disponibiliza para todos vocês, a apresentação. E já fica o modelo ali para contribuições, conforme propôs a Vaneska, para a gente, então, validar na próxima reunião. Vamos fazer o teste na data de hoje. Então, a gente tem a apresentação por parte da Gisele e a equipe, a Carol, do escritório de licenciamento, enfim, a equipe de planejamento para essa primeira pauta. Depois a gente abre a inscrição, faz o debate, encaminhamentos e sempre abre um link para sugestões, aquele link que a Vaneska explicou ali para contribuições. E daí, na próxima reunião, a gente delibera com aquela ata, a espécie de uma ata, que vai ter as contribuições feitas pelos conselheiros. É o início, a gente vai testando e aprimorando o modelo, com fluxos previamente definidos. De imediato, então, peço que a Conselheira Gisele possa compartilhar a apresentação. Eu não sei se tem alguma dúvida com relação. Conselheiro Felisberto tem uma dúvida. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa tarde a todos e a todas. Eu entrei atrasado, então, não ouvi o início da apresentação. Quando será disponibilizado isso que foi apresentado para que a gente possa apresentar a sugestão, a dinâmica, para que a gente possa também avaliar um pouco a sistemática dessas reuniões. Então, eu entrei atrasado, talvez esteja fazendo pergunta que já tenha sido respondida. Então, essa é a minha dúvida.



Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Felisberto. A Vaneska fez para nós aqui um pouco da apresentação de como mais ou menos vai funcionar. A gente vai testar na data de hoje esse modelo e vai ficar aberto um formulário para contribuições. A gente não vai liberar hoje com relação a essa metodologia. Apresentamos ela, os tempos, réplica, tréplica, o momento de debate mesmo depois da apresentação, tem apresentação, aí tem o período de inscrição para debate, é 5 minutos para debate, depois réplica e tréplica 2 minutos. Ao final a equipe de planejamento, por meio da Vaneska e da Patrícia, vão fazer um relato de encaminhamentos daquilo que foi discutido na data de hoje e mesmo assim vai se abrir um formulário depois de atribuições, que é um link, onde os conselheiros vão ter a oportunidade de manifestar alguma coisa que porventura não tenha ficado claro, manifesta ali naquele formulário. Esse formulário, Vaneska, me corrija, a gente vai disponibilizar para os conselheiros o resultado, o torno deste formulário, uma semana antes dessas reuniões temáticas, a gente disponibiliza e na reunião temática, que já vai ter outro tema que vai ser discutido, a gente delibera o anterior, vamos dizer assim, aquele resultado, traz para conhecimento, que, na verdade, é um formulário automático, recolhe todas aquelas informações que tem ali. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu até ia fazer um comentário só, se me permitem. Hoje a gente vai fazer esta primeira experiência de tentar registrar ao mesmo tempo em que está acontecendo a reunião. Então, pode ser que depois a gente tenha que voltar e ver através da ata algumas contribuições, se faltar alguma questão. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está bem. A questão da hora, é uma proposta para distribuir dentro de um tempo razoável que a gente tem de 2 horas. Tem a apresentação, tem debate, tem réplica, tem conclusão, tem relatório. Essa é a ideia de distribuirmos um pouco o nosso tempo dentro dessas 2 horas. Gisele, está com a apresentação pronta? **2. INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS/CONTRAPARTIDAS: COMPENSAÇÕES, MITIGAÇÃO. DIMENSIONAMENTO, DEFINIÇÕES, APLICAÇÕES, TRÂMITES.** **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Sim. Posso iniciar. Boa noite a todos os conselheiros. Eu sou Gisele Vargas, eu sou arquiteta, sou coordenadora de desenvolvimento urbano na SMDE e sou representante dessa SMDE aqui neste Conselho. Eu tenho 5 anos de Prefeitura, vou completar este ano. E esse tema foi por mim sugerido, fiquei surpresa que tão rapidamente ele foi acatado. Então, eu tive que dar uma corrida para poder trazer para vocês um panorama geral desse assunto, que é um assunto que gera bastantes controvérsias, polêmicas enfim. E ele ao mesmo tempo é um instrumento bastante importante para a cidade. Então, quem vai também me acompanhar nesta apresentação hoje é a Arquiteta Carolina Kessler. A Carolina trabalha lá na unidade de empreendimentos de grande porte, que faz justamente de análise dos projetos de impacto urbano de 2º grau. Então, de uma forma geral a gente vai começar com a questão dos instrumentos urbanos, que seriam contrapartidas urbanas, de desenvolvimento urbano, que se dividem em compensações e mitigações. Então, eu vou passar a origem disso, o que tem em termos de legislação, como isso está no nosso Plano Diretor e um caso exemplar para a gente visualizar, na realidade, esse assunto. Então, parte-se do pressuposto, assim, qualquer atividade humana, econômica, agrícola, qualquer coisa industrial, ela é geradora de impactos, que se chamam de externalidades, que pode ser uma poluição ou, no caso, na questão da cidade, podem ser saturação do sistema viário, problemas de infraestrutura e drenagem, aumento de população e demanda por equipamentos. Isso é inerente a nossa atividade econômica, humana, enfim. Para isso, está previsto isso, tanto no âmbito da legislação ambiental,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

como na legislação urbanística, as chamadas contrapartida, que se dividem em mitigações e compensações. Mitigações é quando tu consegues ir ali e sanar aquele impacto, digamos assim, tirando ele, ele vai ser anulado praticamente. E a compensação é quando tu não consegues reverter esse impacto. Então, de alguma forma tu vais compensar. Então, a gente vê isso no nosso dia a dia, na cidade, em obras viárias, em estudos de tráfegos, que se originam desses projetos que a gente chama de “projetos de impacto urbano”. Isso vem previsto desde o estatuto da cidade, no que a Lei Federal 10.257/2001, artigo 2º, que diz assim: “Ajusta distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização”. Então, ela é distribuída entre o ente público e o ente privado, para isso o nosso Plano Diretor abriu um Capítulo V – Dos Projetos Especiais de Impacto Urbano, a partir do art. 54-A, que começa a detalhar esse tipo de projeto. Então, ele coloca os objetivos que estão alinhados com as estratégias do plano, no art. 54, no 55 é de quem cabe a iniciativa desses projetos, depois identificação de impactos: estudos e avaliações de impacto; estudos de impacto de vizinhança; qual o alcance dessas alterações propostas nesses projetos, se elas alteram índices urbanísticos, até quando e quanto eles podem ir e de que forma; e depois os diversos tipos de estudos de 1º, 2º e 3º grau que são contemplados na nossa legislação. Então, em síntese, nós temos quatro tipos de projetos urbanos dentro do âmbito do município. Existem os empreendimentos comuns, não é que eles não causem impacto, eles causam, só que esse impacto está coberto pela própria legislação do Plano Diretor. Eles não estão solicitando ou não estão requerendo nenhuma ação de alteração de algum regramento do plano, eles estão seguindo e ali eles estão depois. Depois nós temos os de 1º grau, 2º e 3º grau, que são as operações urbanas consorciadas. Agora, em seguida, a gente vai ver o que diferenciam esses graus. Então, como a gente falou antes, aqui vocês podem ver o empreendimento comum, que se restringe ao lote, ele segue o Plano Diretor, ele não está infringindo ou pedindo nada específico. Então, a gente entende que o próprio impacto dele já está previsto dentro do regime do Plano Diretor. Depois de 1º grau, ele parte do lote e tem alguma alteração, digamos, ou de porte, ou de atividade, ou ele tem uma flexibilização de algum regulamento de recuo de jardim, mas é um impacto muito restrito. Digamos que ele fique dentro da quadra que está. Então, esses de 1º grau estão definidos no art. 60 do plano e estão listados no Anexo 11.1 e, como eu falei para vocês, podem ser tanto obrigatórios pela sua característica ou pode ser por solicitação. Então, aqui mostra o anexo e os diversos tipos de projetos de impacto de 1º grau. Então, são várias coisas bem diversas: postos de abastecimento, dependendo da situação, drive-thru, meios de hospedagem. Então, realmente, quando a gente verifica ali são atividades de baixo impacto. Aqui a lista dos obrigatórios e onde que eles são analisados. Então, o município dispõe das quatro comissões que analisam esses processos. Depois a gente passa para os que a gente tem mais conhecimento aqui no Conselho, que são os de impacto urbano de 2º grau. O que é o impacto urbano de 2º grau? Ele é um empreendimento, ali está um exemplo, o Shopping Praia de Belas. A atividade dele, o porte dele, enfim, o próprio projeto, a configuração, a morfologia dele, ela altera, ela afeta, ela interfere em um pequeno território no torno deste empreendimento. E o impacto gerado por esse empreendimento precisa ser mitigado ou compensado dentro deste raio definido pelo empreendimento. Então, como que é feita a avaliação? Dentro da comissão que ele estiver tramitando existe, cada secretaria tem um assento, uma cadeira e ela vai através do projeto apresentado verificar o que esse projeto está trazendo de alterações, impactos nesse território. Então, os de 2º grau seguem a mesma lógica, eles têm no seu anexo e estão no art. 61 do plano. A lista deles, os portes, as características dos empreendimentos, rodoviária, penitenciária. Então, são empreendimentos que a gente tem visto transitarem aqui no Conselho e passarem pela nossa análise. E as duas comissões que estão



encarregadas dos impactos do 2º grau são a CAUGE e a CADAP. A CADAP é dedicada às habitações de interesse social, ligadas, exclusivamente, ao Programa Minha Casa Minha Vida, tanto edificação como parcelamento do solo, loteamentos, desmembramentos, tudo isso. Depois a gente passa para os empreendimentos de impacto urbano de 3º grã, que daí são chamadas as operações urbanas consorciadas, que abrem território bastante ampliado, é um raio ampliado de um zoneamento definido e cujos empreendimentos que acontecerem de dentro desse limite terão sua compensação e mitigação submetidas a determinadas regras da própria operação urbana. Então, a gente tem em Porto Alegre a Operação Urbana da Lomba do Pinheiro, que tem um regramento próprio e segue aquele regramento. Só para repassar, são os empreendimentos comuns, o 1º grau, o 2º e o 3º, que é com a lei própria. Depois aqueles artigos que eu comentei com vocês, os elementos que devem ser avaliados na determinação dos impactos, os objetivos que devem estar alinhados com as estratégias do plano. E o que se leva em consideração nessa avaliação? É aquilo que eu falei para vocês, é o agravamento de uma situação de mobilidade, a carência de equipamentos, a questão ambiental, preservação do patrimônio ambiental e está, como eu disse antes, alinhado com os objetivos do plano estratégico. Aqui de novo os empreendimentos comuns, o primeiro, segundo e o terceiro. E isso aqui é importante, que mesmo que ele esteja dentro da classificação definida pelo plano, a avaliação dependerá não somente do tipo, como eu mostrei ali o porte, a atividade, o cemitério, o hospital, mas também depende do local onde ele vai ser implantado. Então, o impacto vai ser medido não só pelo próprio empreendimento em si, mas o que ele vai causar naquele território, o que ele vai acarretar. Então, aqui a gente vê o seguinte: um hospital que é enquadrado em 1º grau, entretanto, se tiver um porte superior a 30.000m ou mais 400 vagas se enquadra em 2º grau. Então, há necessidade das medidas, será proporcional ao impacto no entorno e a atividade que se insere, com base nos conteúdos abordados no art. 56. Loteamento também, a mesma coisa, se ele é na área predominante residencial é de 1º grau, mas se ele está incidindo sobre uma área de preservação ambiental vai causar talvez um impacto nessa área de preservação, nesse meio ambiente. Então, ele já vai passar para ser um empreendimento de 2º grau. Aqui a mesma coisa, por exemplo, de atividade de transporte de uma garagem é diferente de uma rodoviária. Imaginando por área construída de um aeroporto, um impacto muito diferente do supermercado. Então, são diferentes níveis e, conseqüentemente, diferentes necessidades de contrapartidas para cada tipo de empreendimento. Então, o caminho que este projeto percorre dentro da administração começa com a emissão das diretrizes por parte da comissão, é feito um requerimento com uma solicitação ao município. O município emite essas diretrizes em forma de pareceres. A partir desse parecer de diretrizes é feito um estudo de viabilidade, aí nesta etapa de EVU que há a definição das medidas mitigatórias ou compensatórias das contrapartidas. Uma vez que o EVU for aprovado na comissão, que é composta por várias secretarias, como vocês sabem, ela vem para a nossa instância, que é o Conselho. Ela transmite aqui no Conselho, sendo aprovada ela parte para a homologação no Gabinete do Prefeito. Aí o caminho que isto toma é bastante interessante, após a homologação é elaborado por parte da PGM o famoso termo de compromisso. O que é o termo de compromisso? A partir dos impactos, das medidas determinadas para a mitigação e compensação, é elaborado um termo, que é uma espécie de contrato, um acordo de vontades, como os advogados gostam de dizer, no qual estão listadas todas as obrigações do empreendedor, face esse empreendimento, com um cronograma detalhado e passível de ser aditado. Então, aqui eu trago para vocês um exemplo, que a colega vai apresentar, bastante conhecido de todos, que é a UNISINOS. Então, a UNISINOS foi o projeto de impacto de 2º grau, tem um termo que é vigente, com várias obrigações, com várias contrapartidas. As mais visíveis são as



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

contrapartidas viárias na Nilo Peçanha. E essas medidas todas estão disponíveis para consulta no termo que está no site da PGM. Então, tem o primeiro termo, primeiro aditivo, segundo, terceiro, o quarto, e ele é bastante elucidativo, está listado ali tudo que o empreendedor deve fazer. Muitas vezes também o município é parte do termo, tem suas obrigações também que devem ser atendidas. Eu gostaria de passar a palavra para a colega Carolina, para ela falar um pouco mais detalhadamente sobre este empreendimento da UNISINOS. Obrigada. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Boa noite a todos. Obrigada, Gisele. A gente trouxe um caso aqui, um estudo de caso da UNISINOS, que é uma universidade particular que foi enquadrada como Projeto Especial de Impacto Urbano de 2º Grau. Então, ela foi avaliada pela CAUGE, Comissão de Análise Urbanística em Gerenciamento, por equipe multidisciplinar, que passa tanto pelo DMAE, DEP, SMIM, SMED e cultura. Aqui a gente coloca uma imagem para ilustrar como era a situação anterior à implantação do empreendimento, na qual a gente verifica que era uma quadra privativa do Anchieta. Não tinha contato com a via pública, que a gente fala tanto da interface público privada, é uma cancha de futebol com estacionamento de professores. E atualmente, aí a gente pode passar para a próxima imagem, já tem o empreendimento, que é de ensino formal de 3º grau, como centro comercial com cerca de mil vagas de estacionamento. Os projetos de um modo geral, a gente sempre vai ver qual o impacto dele, a infraestrutura, aí a gente está falando de drenagem, de esgoto, de abastecimento de água, como nos equipamentos comunitários, escola, saúde, enfim. Tem as questões urbanísticas de paisagem urbana também, que a gente sempre busca, que se houver alguma flexibilização, seja de volumetria, ajardinamento, enfim, alguma extensão de regime, de atividade, a gente sempre procura que ela esteja bem inserida nessa paisagem e nesse contexto no qual ele está se inserindo. No caso da UNISINOS, eles necessitaram de uma extensão de rede de atividade, porque esse quarteirão possui duas subunidades com regimes diferentes. Uma subunidade voltada para a Nilo Peçanha, do corredor da centralidade da Nilo, é um corredor de desenvolvimento de Porto Alegre, que está marcado no Plano Diretor. E o interior do quarteirão é predominantemente residencial. Então, nesses projetos de 2º grau a gente tem muitos desses casos, dos terrenos que possuem duas subunidades, na frente, por exemplo, de uma avenida mais movimentada e a parte dos fundos, enfim, outro regime. Então, até para se ter uma unidade, principalmente neste caso aqui que a gente tem um quarteirão inteiro, a gente acaba tendo um olhar diferenciado para esse empreendimento. Esse foi um empreendimento que ocorreu durante 2012, desde as diretrizes até a aprovação do EVU. Como era um empreendimento de ensino, quando não é residencial ele não gera impacto na saúde. Isso é uma questão até de legislação federal, que quem gera o impacto na saúde são as unidades residenciais. Então, aqui neste caso não teve interferência, esta é uma região que já tem a questão das áreas verdes, das praças também bem desenvolvida, bem atendida. No caso, eles tiveram que fazer um reservatório de retenção para as águas pluviais e praticamente todas as mitigações foram em termos de trânsito e circulação. Ele é um polo gerador de trânsito. Então, esse tipo de empreendimento ele acaba por necessitar um estudo de impacto de trânsito, um estudo de mobilidade que o empregador deve apresentar para o município e as equipes responsáveis que hoje estão na EPTC hoje fazem essa avaliação. Basicamente, uma ampliação de faixa de trânsito na Nilo Peçanha, a implantação da passarela de pedestres pública com funcionamento 24 horas. Ela tem acesso pelos dois passeios públicos, ela é uma passarela pública, paradas de ônibus, travessia segura na região, alguma coisa de mudança de sentido das vias e qualificação desses cruzamentos do entorno. Eu não sei se eu cheguei a falar das paradas seguras também, né. E também equipamentos para qualificar o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

monitoramento de trânsito e de segurança. Acredito que seja basicamente isso, o nosso tempo está terminando. Eu acho que é isso. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Eu acho que esse tema é bastante interessante, com certeza os conselheiros, mesmo não sendo conselheiro, mas como cidadão, nós temos essa curiosidade, esse interesse de sabermos o andamento desses termos, o que cada empreendimento ficou comprometido. Muitas vezes a gente recebe questionamentos da Câmara de Vereadores, enfim, sobre porque tal empreendimento não fez tal mitigação. Muitas vezes, mesmo sendo um supermercado, como aquilo que eu falei para vocês, mesmo sendo uma clínica, um hospital, foram avaliados os impactos, mas não necessariamente eles necessitem de mitigação. Então, acho que vamos deixar para os conselheiros elaborarem seus questionamentos. É isso. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Gisele, pela excelente apresentação. Carol também, bem elucidativa, tenho certeza que todos gostaram, o tema das medidas mitigatórias, compensatórias, contrapartidas, um debate histórico no município, com bastante interesse de todos. Antes de abrir a fala para os debates, para inscrições, para dúvidas e para debater o assunto, do ponto de vista legal tem alguns marcos legais que disciplinam essa matéria. Necessariamente, para impor essa restrição a livre iniciativa, né, aos empreendimentos, tem que ter o impacto gerado no meio ambiente, essa natureza jurídica que justifica essa cobrança. É aí que a gente tem posicionado o Plano Diretor, que a Gisele apontou, é isso que justifica, que nos possibilita impor, tem que estar por meio de um estudo técnico, uma análise correspondente, que tu avalias qual é a solução para mitigar aquele impacto, como bem apontou a Gisele. O tema é polêmico, tenho certeza que cada um tem um ponto de vista diferente. E eu abro para os inscritos (Listagem de inscritos da 1ª rodada). Abro a palavra para o Fernando. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Então, boa noite a todos. Primeiramente, parabenizar pela apresentação, foi bem enxuta e ao mesmo tempo esclarecedora sobre o aspecto de aprovação de projeto nos seus diversos graus de jurisdição de aprovação. O meu ponto, assim, sem querer me estender, até porque vai ser curto o tempo, quanto a algumas questões sobre as contrapartidas e aos aspectos de mitigação dos empreendimentos em Porto Alegre. Eu acho sim, nós temos uma legislação federal e que regra a compensação. Eu, particularmente, acho muito válida, acho que é importante, todo o entendimento deve sim ter a sua mitigação, a sua compensação. O aspecto que eu quero abordar aqui e colocar para a discussão, que é a presunção de esgotar o tema, é que essas contrapartidas, essas mitigações poderiam ser melhor discutidas com a equipe técnica de quem está empreendendo. Isso é o que eu quero me deter, porque tem algumas coisas e o que eu vou dizer aqui parece um contrassenso, tem algumas coisas que por algum motivo as pessoas têm o hábito de colocar números em leis. Números técnicos de engenharia em leis, talvez por causa de 50cm, por causa de 1m, a gente fica discutindo um empreendimento que pode criar um impacto gigantesco na cidade. Ou seja, não existe essa flexibilização muitas vezes. E quando vem com flexibilização, a palavra “flexibilização” tem uma carga negativa como se estivesse liberando alguma coisa fora do normal. E eu vou dar um exemplo, sem me deter, um exemplo real, mas de maneira mais abrangente, são as famosas bacias de retenção pluviais em Porto Alegre. Eu tive a oportunidade de estudar um pouco mais elas, até através do próprio e IPH lá na UFRGS, aquilo foi um modelo matemático criado, que ele tem toda a funcionalidade, acho que funciona muito bem em diversos aspectos da cidade, ele foi modelado, matematicamente, para o 4º Distrito, onde se sabe que tem alagamentos, só que ela não pode ser implementada em toda a cidade como uma lei, porque tem lugares que não têm condições



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

técnicas de fazer a bacia de retenção, muito menos colocar na rede pluvial existente do DMAE. Além do que, muito dessas plantas do DEP, antigo DEP, hoje estão completamente defasadas, estão desatualizadas, por muitas vezes a gente tem que explicar diversas vezes que nós não temos condições e a resposta é muito simples: a lei diz e obriga a fazer. Então, eu já vi construir bacias de retenção em Porto Alegre que não funcionam, depois é feito um *wishlist*, porque não funciona, mas a lei diz que tem que ter. Então, o que eu queria colocar aqui como estudo, eu acho que todos os aspectos são relevantes, são importantes, mas eu acho que a gente deveria ouvir um pouco mais a comunidade técnica sobre diversos aspectos da mitigação. E outra coisa que eu acho importante, só para concluir a minha fala, é com relação a esses estudos e a forma como chegaram algumas mitigações. Tem algumas que não dá para se entender, porque não estão na zona de interferência do empreendimento. Então, às vezes, eu costumo falar de uma maneira que parece uma *wishlist*, uma lista de desejos do que eu gostaria. Eu já vi solicitar carros para algumas unidades de conservação, eu queria entender onde é que tem respaldo legal para solicitar um carro para uma unidade de conservação ambiental. Então, sem esgotar e sem criar polêmicas, eu acho que tudo isso deveria ser melhor discutido. Era isso, obrigado, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Claro, objetivo, externando o ponto de vista. Tem um tempo, não é tão apertadinho como nos nossos tempos dos debates dos processos, são 5 minutos, tu foste nos 3, 3 e pouquinho, né. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Então, só vou concluir, não é um chororô, é só um aspecto para poder colocar em discussão. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Isso aí! Na sequência a gente tem o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite, novamente. Quero saudar a Gisele e a Carolina pela apresentação. Parabéns, meninas! Foi muito boa a apresentação. Eu queria fazer algumas considerações, ao contrário do que o Fernando defende os técnicos e defende os engenheiros arquitetos, eu queria ir para o lado da comunidade que sofre o impacto. Em qual momento que a comunidade que sofre o impacto dessas obras dos grandes empreendimentos participam? Elas não participam na discussão quando são feitas as contrapartidas, o olhar da Prefeitura é um olhar visando a demanda das secretarias e dos departamentos. E eu vou citar três obras que para mim são exemplares: o Zaffari da Dorival Castilho com a Juca Batista, o impacto que aquela obra causou na região é impressionante. Em nenhum momento foi discutido com os moradores do entorno. E ali tem várias comunidades que necessitam regularização fundiária. O impacto que essa obra causou e quanto poderia ter sido pensada a extensão da Dorival Castilho até a Ponta Grossa para desapegar a Juca Batista, em direção a Belém Novo. Lá seria uma obra que poderia ter sido solicitado como uma contrapartida e uma compensação pelos impactos que tem na região, principalmente na comunidade do entorno. A segunda obra que para mim também é emblemática é a obra que foi aprovada na Senador Tarso Dutra, o Belvedere. O impacto que essa obra ocasiona naquela região ali, em que momento foi discutido com os conselheiros ou delegados da região que sofrem esse impacto com o entorno? Em nenhum momento. E a terceira obra, que para mim é a mais estonteante, são aqueles prédios na Bento Gonçalves, quase com a João Pessoa, eu acho que são uns 15 prédios. O impacto visual que aquilo ocasiona de trânsito e uma série de coisas, para uma via que já é atrapalhada, vamos dizer assim, já é contaminada pelos veículos, imagina todos aqueles prédios, o impacto visual, o impacto de trânsito, não vou me atrever a entrar muito nessa área, porque não é minha, vou deixar para o Emílio, que é um estudioso dessa área de mobilidade. É isso que eu acho que o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Plano Diretor vai ter esse momento e nós aqui estamos tendo este momento de discutir também as formas da contrapartida, porque às vezes a forma das contrapartidas é um engano para viabilizar determinada obra. Eu sei que este é um tema polêmico, eu sei que muita gente não gosta do que eu vou dizer agora, mas, às vezes, não é importante fazer as compensações para uma determinada obra para viabilizar determinada obra, porque o impacto que ela causa é muito maior do que as compensações possíveis. E a última coisa que eu queria considerar é que fala das operações urbanas consorciadas. Pasmem os senhores, teve um vereador, ex-secretário, que na Câmara de Vereadores aboliu a lei da Operação Urbana Consorciada da Lomba do Pinheiro. Então, vejam que mesmo que a gente queira fazer com que a cidadania, a participação popular a comunidade participe, sempre os interesses econômicos predominam sobre a realidade, sobre a paisagem urbana que se constitui em determinadas comunidades. E eu defendo isso, a identidade dos bairros, como se caracterizaram os bairros, como se caracterizou a cidade. A cidade não é igual, nós não podemos ter via só para o carro, nós temos que ter comunidades que atendam o interesse da comunidade, a identidade do bairro, se o bairro é residencial nós temos que trabalhar com residencial, consultar a comunidade, ver quais as compensações possíveis e resolução dos problemas dessa comunidade e não criar mais problemas. Era isso e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, foi pontualíssimo, 5 minutos. Eu lhe parabenizo pela fala. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Estou disciplinado, Secretário! (Risos). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Na sequência temos a Conselheira Tânia. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Eu gostaria de parabenizar as Conselheiras Gisele e Carolina pelo excelente trabalho, foi muito esclarecedor. Eu tinha várias dúvidas que foram sanadas através deste trabalho, mas eu gostaria de fazer algumas perguntas aqui, alguns questionamentos. Elas falaram que as secretarias estudam os impactos dentro dos projetos que são apresentados e aí são definidas as medidas mitigatórias e compensatórias. Eu gostaria de saber como elas são definidas. Ali já deu para perceber alguma coisa sobre o impacto viário, mas como que são definidas essas medidas e os valores, eles são distribuídos, são contabilizados de que maneira? Eu sei que esse empreendimento que teve aqui na Região 04, do Zaffari Bourbon, foram mais de 20 milhões que foram destinados para outra área, isso que o Felisberto falou e que o Conselheiro Fernando também falou sobre a destinação dessas medidas, que às vezes elas vão para lugares que não tem nada a ver, causando, como o conselheiro Felisberto falou, um impacto muito grande na comunidade. A partir do momento que se abre um shopping, um hipermercado como o Zaffari, que a gente sabe que quando abre um empreendimento de grande porte, fecham no mínimo de 6 a 10 pequenos empreendimentos no entorno. Isso causa uma série de problemas para a comunidade. Então, assim, tipo nós aqui da região, nós gostaríamos que fizesse para aliviar o impacto viário dessa região, que é muito terrível, que todos já sabem. Eu uma vez fiquei 2 horas do SESC até a Antônio de Carvalho, que são uns 600m. Então, assim, 2 horas dentro de uma condução. Então, é terrível. O que nós precisaríamos para aliviar isso? O Beco Souza Costa. E nem seria, na verdade, a construção do beco todo, uma parte do Beco Souza Costa que faz uma ligação com a Antônio de Carvalho, próximo a Ipiranga, porque nós temos ali na Antônio de Carvalho uma saída para a Ipiranga. Então, seria perfeito, né. Não se gastaria muito e tem muitas outras melhorias dentro do bairro que não foram vistas dentro desse processo. E tem outras melhorias dentro do bairro, que não foram vistas



dentro desse processo. Então, essa é uma grande preocupação que nós temos, que todos nós temos enquanto comunidade, porque nós moramos aqui e a gente sofre esses impactos. Então, era isso que eu gostaria de saber, a destinação, como são definidos esses valores e como são destinados esses valores. É isso, obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Tânia. Eu vou rodar aqui pelas inscrições e depois, ao final também, oportunizo novamente a fala da Conselheira Gisele, da Carol, se quiserem a gente também pode contribuir um pouco com as respostas, a Patrícia também. Seguindo, a gente tem o Conselheiro Saffer Inscrito. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite, pessoal. Obrigado pela apresentação, bem esclarecedora, é bom essa questão de depois compartilhar essas informações com todos, a apresentação. Eu queria, algumas são dúvidas sobre a apresentação, outras também são algumas manifestações que vieram do Fernando e do Felisberto. A primeira que eu vejo, porque já teve uma apresentação semelhante, se eu não me engano, foi até o Germano que fez essa apresentação sobre esse assunto. Na época tinham ficado claros três itens, que é a mitigação, que eu entendo que seja nessa ordem, inclusive, depois a compensação e um termo que se usa muito, que para mim não foi muito bem esclarecido, a contrapartida. Quando é que tem contrapartida? Em todo momento a gente trata aqui, às vezes em processos e se usa de uma forma, talvez assim, como se fosse uma palavra que nem sempre está na sequência disto que eu estou explicando, que são as contrapartidas. Pode algum empreendimento, por exemplo, não ter contrapartida, ter só mitigação? Ou ter mitigação e compensação e não ter contrapartida? Então, eu queria que vocês esclarecessem melhor a questão da contrapartida. A questão da avaliação dos valores, essas coisas, até o Fernando e o Felisberto comentaram, até a Tânia também, a gente já ouviu situações como esse do carro, porque a gente entende que é o impacto naquele local, naquela região. Por que às vezes vai fazer uma creche lá em um lugar longe? Por que vai dar um carro para tal lugar? A gente vê que a EPTC também é a secretaria mais inteligente que tem nesse sistema, porque está bem claro, ela colocou em lei algumas coisas em todos os empreendimentos. Então, a história da ciclovia a gente sabe que de acordo com o tamanho tem tanto de ciclovia e está lá na lei quanto custa o metro da ciclovia. Tem a história, está lá na CAUGE, tem que doar “x” para equipamento, para sinaleira ou para computador. Então, está claro isso quando a Tânia interpretou onde tem alguns critérios. Esses da EPTC estão claros, dos outros talvez não esteja claro qual é o valor ou como são calculadas essas coisas. O Germano já teve essa preocupação de tentar construir isso e uma vez se manifestou naquela vez que ele fez a avaliação. E também eu vejo uma coisa que acontece aqui, ver como que a gente poderia melhorar. A gente faz nas diretrizes, aprova EVU, cria-se a mitigação, compensação ou contrapartida, mas quando o processo vem aqui no Conselho, volta e meia, principalmente os conselheiros, e com todo o direito que eles têm, exatamente como o Felisberto comentou, começam a avaliar pedindo, e usam o termo, uma compensação, uma contrapartida, na verdade. Como é que a gente poderia resolver isso, talvez da comunidade ser melhor ouvida lá no início do processo, porque a gente nunca viu aqui no Conselho a possibilidade de alguém dizer que queria alguma coisa. Eu me lembro que em um processo que eu participei, que era uma garagem. Então, não é porque ele vai ter, realmente, um impacto de rua ou de trânsito, porque uma garagem está listada dentro daquele anexo, que é uma garagem comercial, que acima de “x” vagas tinha que ter um EVU e depois passava no Conselho. Eu me lembro que naquela vez estavam pedindo, porque ele era lá em uma região, bombas para resolver um problema de drenagem urbana. Então, por que isso acontece? Eu queria entender essas coisas que às vezes não têm nexos de porque o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

539 impacto que faz, pedir no Conselho. Aí foi aprovado no Conselho – Não, vamos arrumar a
540 bomba! Mas esse processo vai estar escrito aqui no relatório do Conselho, mas não vai
541 voltar lá para a CAUGE e, na verdade, não vai acontecer isso. Então, esses assuntos a
542 serem tratados, eu acho que talvez deveriam ser tratados mais no início do processo.
543 Disseram uma vez até que uma das soluções seria trazer a lista das necessidades do
544 Orçamento Participativo, mas, às vezes, nem tudo que está nessa listagem, e não sei como
545 é que está, está talvez como uma demanda da comunidade. Eu me lembro que um dos
546 primeiros empreendimentos que aconteceu todo esse estudo, foi o Carrefour, o primeiro
547 Carrefour que teve. E como a Tânia falou, eu me lembro que naquele estudo tinha a
548 preocupação que ia dar o impacto, por exemplo, em um sapateiro da rua, ou coisa assim, e
549 dizia que o empreendimento tinha que entregar “x” funcionários que deveriam ser pessoas
550 da região, ou que tinha que disponibilizar “x” lojas dentro do empreendimento para pessoas
551 que tinham, por exemplo, comércio de rua, mas dava a opção de ele poder ter esse
552 comércio lá dentro. Se ele não quisesse, tudo bem, mas oportuniza aquele sapateiro, por
553 exemplo, a abrir uma lojinha que tinha lá dentro. Então, esse tipo de coisa que eu acho que
554 a gente tem que melhor entender e esclarecer aquelas minhas dúvidas iniciais. Era isso aí,
555 obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
556 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Saffer. De imediato passo a palavra ao
557 Conselheiro Hermes inscrito. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos**
558 **Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Bom, para não perder tempo eu
559 queria também agradecer, queria parabenizar a Gisele e a Carolina pela apresentação, foi
560 bem didática, mas a minha questão, eu até que é de difícil resposta, porque é uma questão
561 que sempre foi polemica. A preocupação é com os critérios de avaliação e de como e quem
562 faz essas avaliações dos danos causados para que se faça uma compensação da
563 mitigação, enfim. Teve um caso que foi bem interessante aqui, no próprio Conselho, que o
564 conselheiro eu acho que foi o Dal Molin, se não me engano, que passou um processo do
565 Zaffari da Protásio, eu acho. Ele mencionou que conheceu um caso ou ele mesmo, tinham
566 feito um estudo para aquele local e tinham solicitado um viaduto. É mais ou menos isso. O
567 que interessa é isso. Depois veio uma intervenção grande do Zaffari, como o hipermercado,
568 vários prédios de apartamentos e compensações ou mitigações foram bem menores. No
569 primeiro caso, obviamente, inviabilizou o estudo feito pelo colega. Então, a gente sabe que,
570 na verdade, tem um custo. O Fernando eu acho que também falou certo, às vezes esse
571 custo não é calculado em valor, tem um custo social, tem um custo econômico, tem um
572 custo ambiental e isso eu acho que é a dificuldade de se calcular e se sabe que tem muitas
573 situações que... (Inaudível/interferência no áudio). **Germano Bremm, Presidente e**
574 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro
575 Hermes, o seu som baixou bastante, não sei se para todos. É, baixou. Chegou a tocar seu
576 celular? Porque quando toca ele baixa, dá esse problema, no meu também, aí baixa o
577 volume. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do**
578 **Rio Grande do Sul – SAERGS:** Então, só para terminar, a preocupação é esta, como são
579 feitos os critérios? Obrigado! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**
580 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Em relação aos
581 critérios. O Conselheiro Jackson inscrito pela RGP 03. **Jackson Roberto Santa Helena de**
582 **Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite a todos e
583 a todas colegas aí. Parabéns a colega Gisele, Carolina, Vaneska. Eu acho que foi
584 esclarecedora toda a apresentação, em relação, inclusive, a algumas questões que eu ia
585 apresentar nos debates já foram sanadas aí. Eu só queria relembrar alguns colegas do
586 mandato anterior, que foi uma conquista nossa e que este ano a gente não deu
587 continuidade, este ano não, neste mandato, é que essas pautas que iam para a CAUGE



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

para discutir as contrapartidas, o início do processo todo, a gente vinha sendo comunicado dessas pautas, inclusive, não conseguimos uma cadeira dentro da CAUGE, porque eu acho que deveria ter uma cadeira do nosso Conselho, alguém nos representando lá dentro até para fins de a gente participar mais ativamente do processo, como colocaram os colegas anteriormente, que me antecederam. Então, eu acho que isso poderia voltar. Nós tivemos uma oportunidade de participar de uma reunião onde tinha um processo que não era da minha região, mas era da região vizinha, a 04, que era justamente o Zaffari que a colega Tânia citou, e o colega Dal Molin acho que também, que era o Zaffari do Jardim Itália. E pela conselheira da região, antes ainda do último mandato, foi uma contrapartida definida de uma escola infantil, se não me falha a memória era isso. Então, isso é importante, eu acho que a gente pode assistir lá, como acontece a reunião da CAUGE, tivemos a oportunidade de nos manifestarmos lá. O Paulo Monteiro, que era o representante da Região 04 no mandato passado, participou junto. O meu suplente que está junto aqui, o Paulista, que também foi titular nosso, participou também desse encontro. Então, eu acho que isso nós poderíamos retomar de alguma maneira, porque essa nossa participação, enquanto comunidades afetadas na maioria das vezes, é importante para nós. Eu acho que existem várias maneiras de a gente fazer uma construção nesse sentido, porque, realmente, essas contrapartidas que a gente tem que dar uma observada, um dos muitos questionamentos que eu tenho é se contrapartida pode ser trocada por serviço, por exemplo? Eu entendo que a gente tem que analisar isso também. Era isso só, obrigado.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Jackson. Na sequência temos inscrito o Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite a todos. Então, agradecendo a Gisele, a Carolina, por esta apresentação e esclarecimento, que foi muito bom para a gente. Eu quero começar, normalmente quando se fala em contrapartida a gente sempre repete um pouco do que a gente gostaria que acontecesse nas nossas regiões e às vezes não tem uma posição muito esclarecedora. Eu acho que a partir de agora não vamos começar a ter uma participação melhor. Eu só quero colocar como sugestão, divulgar uma relação de contrapartidas pelas regiões, para que a gente possa acompanhar o que realmente foi feito, porque a gente sabe que os empreendimentos são de longo período e, às vezes, até passa de uma gestão para a outra, as representações, a gente muitas vezes não consegue acompanhar. Eu quero colocar como sugestão, ao mesmo tempo dizendo que a importância dessas contrapartidas, do acompanhamento, como é o caso da Arena do grêmio, que até hoje não foram contempladas as contrapartidas da época. Os conselheiros ficaram fora e não acompanharam o que aconteceu ou o que já foi executado lá. Mais dois exemplos, Gisele, a abertura ou a continuação da abertura da Av. Grécia, passando a Av. Do Forte, pelo Zaffari da Assis Brasil. Ficou nisso, ninguém viu, não se consegue buscar isso hoje para um debate para fazer com que isso se resolva. A Taurus, que impedia, já foi embora. Então, eu coloco coisas assim. O próprio empreendimento, inclusive, em 2017 foi aprovado aqui no Conselho esse empreendimento, até hoje ninguém sabe nada. Então, como sugestão a gente colocar talvez no parecer da CAUGE ou lá no termo de compromisso, essas contrapartidas tem que ter um período fixo para ser entregue a contrapartida já no início do empreendimento, porque quando o empreendimento é de longo tempo, 5, 6, 8 anos, sei lá quanto tempo e às vezes passa do prazo previsto, é uma contrapartida que na época teria uma necessidade ou teria uma utilidade para a comunidade, acaba perdendo o seu valor, essa importância talvez. E a última questão que quero colocar, o Jackão já falou um pouco talvez e outros, é a questão dos critérios da CAUGE. Eu vejo assim, qual é o critério que tem um representante legal, das secretarias,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

do município, muitas vezes opinar ou definir que não há necessidade de ter um equipamento comunitário, tentando melhorar a qualificação do local, da região onde aquele empreendimento vai se instalar? Simplesmente vem lá no relatório da CAUGE, no parecer, que a secretaria, por exemplo, a SMED, não se opõe ao projeto. Ninguém se opõe ao projeto, mas poderia consultar a comunidade, no mínimo o conselheiro da região. Estou falando em termos de Conselho, consultar o conselheiro o que seria mais viável para a gente tentar negociar, conversar, ou melhorar, ou ampliar, porque às vezes o empreendedor até tem a disponibilidade de conversar com a comunidade, mas fica impedido porque a CAUGE já fechou seu parecer e o termo de compromisso, que demora muito tempo para sair. A gente sabe que o termo de compromisso nem sempre é feito e elaborado no mesmo período que a CAUGE aprova o seu parecer. Aliás, eu acho que o termo de compromisso teria que depois de ser aprovado no Conselho, teria que voltar ao Conselho, para os conselheiros acompanharem o que está dentro daquele termo de compromisso. Então, fica a sugestão do seguinte, que os componentes da CAUGE deveriam antes de votar que não se opõem ao projeto, conversar com os representantes das comunidades o que poderia ser aproveitado melhor para a comunidade, como um equipamento comunitário. Quando eu falo em equipamento comunitário, sempre me refiro a posto de saúde, equipamentos culturais. Nós estamos cada vez com dificuldade de espaço cultural e as creches, que a gente sabe que a cidade se movimenta. Obrigado, Presidente.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Adroaldo, pela fala. Na sequência a gente tem o Conselheiro Ronie, o Paulista. **Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, colegas. Obrigado, Secretário, por este debate. O Jackson lembrou uma coisa que já foi discutido por alguns anos. Eu já estive como conselheiro e já discuti isso, a importância do CMDUA estar dentro da CETAF, CADAFA, CAUGE, essas outras secretarias que discutem os critérios, as mitigações e que só chega para nós no CMDUA para dizer “amém”. É difícil, Secretário, porque é um vício de anos, não é com as colegas que estão agora, isso é um ciclo que deveria ser quebrado, onde não somente o CMDUA participar. Se pararem para ver, tem engenheiros que participam dessa CETAF, CADAFA, CAUGE e outras tantas aí, mas pela prefeitura. Quem não participa são os sindicatos, a SINDUSCON, os conselheiros comunitários que estão aqui dentro, esses não participam. Aí tem a tal da medida mitigatória, compensatória, que eu só vi ir para duas secretarias até hoje, 07 anos como conselheiro titular, agora no segundo mandato como suplente. Só quem recebe é a EPTC e a SMED. Aí eu vou te falar assim, um caso muito interessante do que acontece quando elas recebem essas medidas, que eu já vi e tem documento para comprovar isso. Tenda, na Francisco Silveira Bittencourt, 1818, foram 13 prédios com 5 mil moradias, as contrapartidas e medidas mitigatórias na época eram uma creche comunitária para atender a região para 120 crianças e uma bacia de amortecimento atrás dos prédios, para evitar alagamentos que ocorrem aqui na região. Justamente ali na Francisco Silveira Bittencourt com a Plínio Kroeff. Aí eu pergunto aos senhores: o prédio está lá, os moradores estão todos lá, mas não vi a creche, não vi a bacia. O absurdo que eu descobri, que a creche que era para nós foi discutida para nós aqui da região, eu era o suplente... Fugiu agora, estou tentando lembrar o nome do conselheiro titular. Mas foi discutido que viesse a creche para nós e não veio, ela foi para a zona sul, Bairro Restinga. Na época teve um vereadorzinho que colocou a mão ali e conseguiu transferir para lá. Vou dar outro endereço: Beco das Moças, no Parque dos Maias, empreendimento da Tenda, aprovado em 2011/2012. Estão construindo agora, está em fase. Qual a contrapartida dali? Nenhuma, porque foi para o caixa único da prefeitura em 2015/2016, como todas as contrapartidas e medidas mitigatórias estão indo,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

caixa único da prefeitura. E se quando é movimentado é para a EPTC só e muito pouco para a SMED. Isso não é uma denúncia, é uma afirmação, é só olhar no site da prefeitura. Então, discutir medidas mitigatórias é muito bom, mas o Felisberto, a Tânia falou uma coisa que eu sou obrigado a concordar: nós queremos estar lá dentro, ver a coisa no começo. Então, a gente tem que fazer parte da CAUGE, da CADAFA, da CETAF, de todos esses órgãos sim, para nós podermos pleitear, para vir para cá, para o CMDUA, para discutir com o resto dos colegas, para ver se de fato aprovamos ou não e quando aprovarmos, como disse o Adroaldo, virem as repostas para nós com as demandas que não foram mudadas no meio do caminho, por que às vezes o projeto e a obra levam 6, 7 anos para concluir. É demorado e quando vai ver a contrapartida sumiu ou não é feito como foi acordado. O que é acordado é muito lindo e maravilhoso, mas vou dizer uma coisa, só aprovar e ninguém foi lá vistoriar para ver se aconteceu... Colegas, deem risada, estão tentando fazer um traçado viário na minha comunidade, que já existe há mais de 20 anos, com água, luz, esgoto, asfalto, olha o absurdo, agora querem colocar uma avenida de 36m. Só vou dizer uma coisa para todo mundo saber, quem me conhece sabe, vai arrumar uma guerra gigante comigo. Então, melhor ver bem. Outro dia questionaram porque saiu da pauta, por que eu comecei a gritar. Se tentarem aprovar um projeto absurdo desse, que está na Vitória da Conquista, está na CADAFA, na CETAF, foi para a Fazenda este ano para a regularização fundiária e aprovarem uma avenida ali, preparem-se para uma guerra. Eu sou bom parceiro, mas não me tira para inimigo. Era só esse aviso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Ronie. Conselheiro Mark inscrito. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite! Boa noite, colegas! Eu queria fazer um comentário, uma observação, sobre um processo que nós examinamos este ano, que me tocou ser relator e eu fiquei muito espantado com a situação. Então, eu queria trazer para o nosso plenário para conversarmos, recordarmos isso e ver se há alguma explicação para esta situação que eu vou falar. Eu examinei o processo, e foi bastante complicado para mim, da escola indígena de ensino fundamental lá da Lomba do Pinheiro. E nós no Conselho, depois de toda a apresentação e celeuma que isso causou, nós autorizamos e aprovamos. Na noite em que nós aprovamos esse processo, supostamente, de autorização desse EVU, que, portanto, nós estaríamos ali dando o início do processo de definição dessa escola municipal, o colega Conselheiro Rafael obteve fotos aéreas que demonstravam, a escola que nós estávamos conversando já construída, erguida no terreno, definida, toda a construção consolidada e realizada. Isso para mim é uma negação de toda a estrutura, como é que ocorreu uma construção com essa complexidade nesse terreno e nós do Conselho Municipal e a Prefeitura, através das suas várias comissões, não teve ciência disto? E o que mais me impressiona nessa questão é que examinando o processo nós nunca vemos a manifestação da comunidade. A comunidade não existe dentro do processo e seria muito importante que a comunidade tivesse voz no processo. Nós estamos aprovando traçados viários, cadastramentos que, aparentemente, são coisas simples, mas eu vejo nesses processos também que há pouca participação da comunidade. Nós, inclusive, somos forçados a pedir aos colegas conselheiros das regiões que aportem informações sobre como a comunidade está recepcionando o projeto que nós estamos examinando. Então, eu acho que seria muito importante que houvesse dentro da legislação, que houvesse a oportunidade de manifestação da comunidade da região de planejamento, que isso pudesse constar do processo decisório, que não fosse apenas e tão somente a intervenção dos organismos técnicos da Prefeitura, que são muito importantes, são definitivos, mas que houvesse a possibilidade da consulta à comunidade envolvida, tanto dos moradores como também da



comunidade que representa o capital, capital privado que está entrando nisso. Ele precisa conversar dentro do processo e a comunidade precisa conversar de forma legal e amparada. Era isso, obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Mark. A gente tem na sequência o Conselheiro Dal Molin. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. Esse assunto para mim é bastante instigante, inclusive, foi por causa de um projeto que eu fiz e justamente citado pelo colega Hermes, que eu um dia tive vontade de ser Conselheiro do Plano Diretor. Então, há um tempo, inclusive, hoje o meu cabelo já está branco, que nem o colega Júlio Miranda, da EPTC, que eu conheci em função de toda essa vida profissional que esse projeto, justamente que o Hermes falou, eu tive a oportunidade de conhecer o colega Júlio Miranda, que eu mando um abraço, que também está com cabelo branco como eu. Então, assim, quais são as minhas contribuições? Por ter sofrido esse problema das medidas compensatórias, contrapartidas e tudo. Esse projeto que o Hermes comentou, em 2004, para vocês terem ideia, levou 04 anos para aprovar um shopping center. Então, o que acontece? Como é que o processo foi feito? E eu posso explicar melhor para o Felisberto, por exemplo. Naquela oportunidade a gente fez o EVU de 2º grau. Até vou deixar de lado algumas questões, de comentários aqui que tem a ver mais com questões políticas da época. Então, a gente fez um EVU e eu consegui contornar algumas situações bem difíceis da época em relação à legislação. Então, consegui levar esse projeto adiante. Esse projeto de impacto urbano de 2º grau teve que ser feito um relatório de impacto ambiental, coisa que ninguém falou até agora. Nesse relatório de impacto ambiental teve um termo de referência para ele, que ia ver como mitigar o impacto, como amenizar o impacto, como fazer as compensações do impacto e depois as contrapartidas, que, geralmente, são contrapartidas sociais. Então, nesse relatório de impacto ambiental, depois de feito, teve que ser chamada uma audiência pública. Foi a primeira vez na minha vida que eu tive que falar para mais de 40 pessoas, que quase que a minha voz não saía e no final consegui me manifestar, porque eu nunca tinha falado para tanta gente em público, ainda mais para defender um projeto meu. Então, nessa audiência pública, para vocês terem ideia, já teve gente da comunidade que, inclusive, falava alto assim, não respeitava muito bem a parte de chamadas. Então, o que eu estou querendo dizer com isso? Não queria me alongar demais. No momento do relatório de impacto ambiental da audiência pública, é um momento da comunidade ser chamada, porque no relatório de impacto foram apontadas todas as medidas, tudo o que tem que ser mitigado, o que tem que ser compensado e começa-se a apontar as contrapartidas. Lá no meu caso tinha uma contrapartida social, que era uma creche e tinha que dar pequenos espaços comerciais na área do estacionamento para a comunidade do entorno, e tinha seus artesanatos e tal. Então, ia ser contemplado ali. Então, a gente conseguiu atender algumas contrapartidas sociais em função disso, que tinha um relatório de impacto, tinha uma audiência pública e depois eu tive que ir no fórum da região, foi a primeira vez que eu conheci que tinha um fórum da região. E depois eu tive que fazer uma sustentação oral no Conselho do Plano Diretor, que não tem mais nenhum componente aqui hoje que era daquela época. Então, o que eu digo para vocês? Não adianta a gente querer fazer alguma intervenção na CAUGE, porque na CAUGE não é a hora, tem que ser antes. Nós tínhamos um colega, o Diaran, que dizia: “Mas quais vão ser as contrapartidas?” Essas contrapartidas têm que ser negociadas lá, depois do relatório de impacto ambiental, não adianta querer depois, quando chegar ao Conselho do Plano Diretor para ser aprovado, não é mais o momento. E tem outra coisa que o Hermes falou muito bem, que são os critérios. (Sinalização de tempo esgotado). Na minha época eu não sei quais eram os critérios que tinham, porque inventaram terminal de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

transporte coletivo, tiraram o transporte coletivo, inventaram o viaduto depois, que por isso até hoje está lá o terreno vazio, porque depois, na época que o colega falou do Zaffari, quando eu perguntei – E o viaduto? Ah, não, o viaduto é daquele empreendimento lá! O viaduto não é do Zaffari, o viaduto deve ter um empreendimento. Ou seja, parece que o viaduto ficou gravado para aquele terreno e nunca mais a cidade vai poder ter um viaduto ali na Antônio de Carvalho com a Protásio Alves. Eu tive que projetar um viaduto, um absurdo, projetar um viaduto que quando ver as contrapartidas... (Sinalização de tempo esgotado). E as compensações eram tão grandes na época que não teve mais, não podemos dar emprego, nós íamos dar emprego para todo mundo da região ali, preferencialmente, tanto nós obra quanto nas lojas do shopping. Tinha um termo de compromisso que estava escrito dar emprego para as pessoas da região, preferencialmente. Então, se perdeu tudo isso, se perdeu 4 anos de trabalho, porque não tinha critérios definidos, mas uma coisa boa de tudo é que a comunidade pode se manifestar antes, na época do relatório de impacto ambiental. E quando foi para o fórum da região também, que a comunidade se manifestou, que a gente conseguiu colocar dentro do processo uma creche... (Sinalização de tempo esgotado). Um espaço para as pessoas ali dentro. Então, basicamente, resumindo, é mais ou menos isso. O Secretário Germano está de parabéns com todo o trabalho que ele está fazendo de sistematizar tantas coisas da Prefeitura. Só está faltando nesse caso aí das medidas saber o momento de que a comunidade pode se manifestar solicitando alguma coisa. Então, era mais ou menos isso que eu queria contribuir. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Na sequência o Conselheiro Emerson. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite a todos. Eu quero colocar aqui, vi que muitos já comentaram sobre a questão da prioridade do atendimento. Nós temos três situações em análise, que é prioridade do governo municipal, sempre vem na frente, a prioridade das regiões de planejamento. Eu acho que são prejudicadas nesse ponto da discussão, da participação, de interação das ações do próprio município. E também tem a questão das demandas do OP, que vêm sendo solicitadas pelo OP e que ao mesmo tempo também é pauta de discussão dentro das regiões de planejamento. Também foi colocada aqui a questão do empreendimento Zaffari, se eu não me engano, está na pauta novamente para fazer alguns ajustes, agora do loteamento, que é os fundos da proposta da Quadra B, que foi discutido em momento anterior. Na época eu fiz um documento foi encaminhado para a SMIM solicitando que fosse prioritária aquela obra, que é importante para aquela região, também trânsito da cidade. A questão do termo de compromisso, eu acredito que quem já foi buscar informações do termo de compromisso junto ao site vai ver que não vai encontrar todos os termos de compromisso, vai encontrar alguns. Eu já fui pegar essas informações e algumas coisas, alguns termos não achei. Em relação às medidas compensatórias e mitigatórias, juntamente com os termos, se tudo fosse atendido com certeza a nossa cidade estaria em um campo de obras, porque boa parte desses empreendimentos não são atendidos, esses termos de compromisso não são atendidos, e inclusive não são fiscalizados pelo município. Em relação aos prazos e as condicionantes apontadas pelos termos de compromisso. Então, a falta de fiscalização do município faz com que se percam também os recursos que poderia ser um investimento público para a cidade e melhorar todas as condições e as demandas de atendimento que a cidade necessita. Então, quero reforçar mais uma vez, criar um mecanismo para fazer com que as regiões de planejamento sejam atendidas e também façam parte dessa discussão. Não adianta apresentar depois o que o município decidiu e a região de planejamento tem que aceitar ou tem que concordar. Nem tudo se



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

concorda e nem tudo se aceita. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Emerson. Eu já passo em seguida para a Conselheira Gisele, a Conselheira Carolina, se quiserem fazer alguns esclarecimentos a alguma dúvidas, foram muitas dúvidas levantadas, mas é um tema complexo, nem todos têm todas as respostas para todos os questionamentos levantados. Justamente hoje a gente tem a oportunidade de debater e amadurecer mais, ouvir o ponto de vista do outro também, cada um tem um olhar, uma visão, um entendimento do que é o correto para a cidade. E a gente está aqui enquanto poder público para aprender um pouco com todos os senhores e dentro da função pública a gente construir propostas, meios de medidas para fazer um equilíbrio sempre em tudo o que é proposto. Gisele, eu vou liberar aqui. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Eu queria compartilhar a minha tela. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Eu até posso começar, aí a Gisele vai compartilhando. Essa questão conceitual, eu anotei aqui. O Sérgio Saffer lembrou da outra apresentação que houve, eu também me lembro. Acredito que foi a Patrícia que fez no CMDUA, lá na Borges ainda, também estava presente. E essa questão conceitual mesmo de mitigação, compensação, contrapartida, dependendo do autor ele classifica que contrapartida pode ser dividida em mitigação, em compensação, em pecúnia, enfim. Então, o que é importante a gente pontuar é que o empreendedor gera determinados impactos. Esses impactos, se ele puder mitigar, aí um exemplo, que eu acho que é mais fácil no trânsito, porque todos nós vivemos dele. Vai gerar um congestionamento em determinada região, vai gerar muito trânsito, ele vai mitigar esse impacto como? De repente com alargamento viário. Foi possível fazer isso? Ele mitigou, ok, está resolvido. E já vou emendar outra resposta. Não importa o custo dessa obra, o que importa é mitigar esse impacto gerado. Então, a gente busca a mitigação do impacto gerado, independente se vai custar 100 mil ou 1 milhão. Depois não é possível de alguma forma mitigar, digamos, vamos falar mais pontualmente, na quadra. Ele vai poder compensar ou mitigar isso um pouquinho mais longe, ou, enfim, depois a Gisele colocou aqui as contrapartidas. Queres falar, Gisele? **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Sim. Eu queria agradecer aos conselheiros pelas colocações, que sempre são superválidas e importantes para o nosso trabalho. Eu queria também dizer uma coisa, acho que as questões ficam um pouco confusas para todos, por isso também é importante a gente retomar esse assunto, justo como o nosso Secretário comentou. Existe uma limitação legal das coisas, né. Então, tu não podes cobrar do empreendimento, essa confusão que as pessoas, nós todos fazemos, tu não podes cobrar do empreendimento uma mitigação de um dano que ele não está causando. Assim, a delimitação dessa mitigação é bastante técnica. Então, o que os conselheiros trazem de uma creche, de uma via, o que o conselheiro falou do prolongamento da Grécia. Realmente, faz parte do termo. Por que não aconteceu? Porque existe uma contaminação lá no solo da antiga fábrica da Taurus, que precisa ser remediada, né. Então, seria excelente se nós dispuséssemos dos recursos de todos os empreendimentos que acontecem na cidade e pudéssemos promover, então, o bem melhor de toda a cidade, só que não funciona desta maneira. O empreendimento está circunscrito em um raio, quando um outro empreendimento de maior porte, por exemplo, um loteamento, ele destina uma porcentagem da sua área de 20% para um equipamento público, ele destina um terreno, ele não pode destinar *a priori* um valor. Isso se chama termo de conversão de área pública. Então, o terreno é muito pequeno, se ele for doar 20% vai ficar um lote inviável para um equipamento público, enfim, não tem carência de equipamento naquele local, é tudo em relação aquele empreendimento. O que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

é feito? Uma avaliação daquela fatia, que seria tirada daquele terreno em valor e é definido entre as secretarias e junto com a administração, a gestão, SMPG, para qual equipamento aquele recurso vai ser destinado. Então, existe, como eu volto a dizer, a limitação legal dessas cobranças, digamos assim. Elas têm um destino certo e elas quase nunca são em valor, nunca vem. É muito complicado isso da gente transferir para o empreendimento ou empreendedor uma responsabilidade que muitas vezes seria do próprio poder público. Então, a gente tem que ver. Existe uma questão séria, urbanística, brasileira e desigual de crescimento caótico, desordenado. Agora, isso não diz respeito aos empreendimentos e suas mitigações, isso é um problema sistêmico. Então, no momento que tu vais lá e vai achar, digamos, o empreendedor, solicitando que o empreendedor execute uma via que não tem nada a ver com o empreendimento dele ou faça uma obra, qualquer coisa, isso não tem amparo legal, nem no plano, nem no estatuto da cidade. Então, existem um rol de contrapartidas definidas, que eu coloquei ali na tela, cabe ao poder público regulamentar a utilização. No caso das operações urbanas está claro, além da doação de área pública, o empreendedor ainda contribui com contrapartida pecuniária para aquela operação urbana, dentro daquele território. Isso está regulamentado na lei da Lomba do Pinheiro. Temos a outra contrapartida, que é a outorga onerosa do direito de construir, solo criado. Contrapartida de projetos e planos especiais, entramos aqui nos projetos de impactos urbanos. Operações consorciadas, depois vem aquela coisa das parcerias públicos privadas. Tem um rol, um menu, digamos assim, que precisa ser regulamentado, algumas nós já usamos em Porto Alegre. Agora, a gente não tem como estender uma solução urbana para toda uma coletividade a partir de empreendimentos que partem da iniciativa privada. Não existe essa possibilidade. Tenta se fazer um conserto, mas muitas vezes, aí que vem a questão que eu volto a falar, o Dal Molin falou muito bem, vocês como conselheiros têm acesso a todos os processos das suas regiões há tempo, nós da área técnica estamos disponíveis para acessar com vocês da comunidade, se for necessário, estamos disponíveis. Então, é o papel do Conselho previamente levar na comunidade. Eu vejo claramente isso e trazer para nós, por que não? Essa é a minha contribuição.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheira Gisele. A gente está em 19h55min, está bem avançado, porque hoje teve a apresentação um pouquinho do modelo, aí tomou um pouquinho de tempo. Eu sei que a gente tem a oportunidade da réplica, a gente tem duas pessoas para réplica. Então, eu encerro a inscrição para réplica e vamos ter essas réplicas, depois a gente encaminha para as conclusões, faz um encerramento, a Vaneska vai fazer um apanhado do que foi tratado e a gente conclui, abre o link para contribuições que alguém queira manifestar. Aí vai ter no link disponibilizado aqui para todos os conselheiros. Vai lá, Felisberto.

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Obrigado, Secretário. A cidade deve olhar o público e não o privado. É uma visão de cidade, que cidade nós queremos? Se é para beneficiar o privado ou beneficiar o público? E quanto a não existir medidas de compensações por parte dos empreendimentos, devem existir, porque elas impactam a vida das pessoas. É como o transporte coletivo, eles deveriam ser responsáveis pela manutenção das vias. Certo? Isso é uma visão talvez de esquerda, socialista, mas é uma visão da responsabilidade de quem explora o transporte público, porque eles desgastam e cobram a passagem e deveriam dar a contrapartida para manter as vias, não ficar só sobre a responsabilidade da Prefeitura, que muitas vezes alega que não tem dinheiro, aí entra nessa dupla face, que é a parceria público-privada. É muito fácil fazer parceria público privada com quem tem o lucro. Vamos pensar! Não é uma benesse do privado, eles são bondosos, caridosos, querem atender o interesse público da cidade, não, eles ganham muito para isso, ganham muito. Nos prédios,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

931 nos empreendimentos, também ganham muito. Então, a gente tem que ver isso1 E
932 comunidades que não recebem os empreendimentos, não recebem os equipamentos
933 públicos são penalizados. Então, a gente tem que olhar, o ônus e o bônus da cidade tem
934 que ser partilhado por todos. Certo? Deixa eu só finalizar, Secretário, 30 segundos. Não
935 adianta dizer que a iniciativa privada é bondosa, não é bondosa, ela não faz mais do que
936 obrigação, porque ela explora a cidade e visa o lucro. Nós temos que partilhar o lucro e a
937 responsabilidade é de todos. É isso, obrigado. **Ronie Gomes (1º Suplente), Região de**
938 **Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite de novo, mais uma vez. Concordo e
939 discordo com meu amigo Felisberto. Nos últimos 10 anos Porto Alegre perdeu 5 mil
940 empresas, em 10 anos. O total de desempregados 29 mil. Não sei se é o certo ficar
941 onerando empreendedor, é tanta medida mitigatória, compensatória. O grande erro da
942 nossa Porto Alegre foi justamente forçar o empreendimento a investir naquilo que poder
943 público deveria investir nas comunidades. Eu já discuti isso na Câmara de Vereadores,
944 inclusive, com situação e oposição. Então, eu ouvi cada absurdo, né. Mas eu acho que se
945 fosse, é uma sugestão, para fazer a coisa andar, de um empreendimento de 80 milhões
946 deveria ser cobrado 5% para o município do empreendimento, desses 80 milhões. E fazer
947 sim 2% as medidas compensatórias, 2% as mitigatórias e 1% a comunidade. Veja bem,
948 investimento de 80 milhões, é só fazer os cálculos, tu vais ver que 1% para a comunidade é
949 quase um valor para construir praças, creches, com facilidade. Não adianta tentar fazer
950 vias e onerar uma obrigatoriedade do município. Só no ano passado, antes da pandemia,
951 foram grandes empresas que saíram daqui do sul, estão no interior ou em outro estado
952 porque tem condições de se trabalhar sem ser arrochado pelo município. Então, Felisberto,
953 essa coisa de falar do empreendedor, amigo, se tu tivesses comércio ia querer visar lucro,
954 se eu abro um comércio quero visar lucro, senão não vou abrir! Eu acho que tem que ter
955 um equilíbrio. E se não cobrar idas e vindas, como a Gisele falou ali, vem antes de aprovar.
956 Então, tragam para nós discutirmos como vão ser as medidas mitigatórias, muda o sistema,
957 aí o prefeito não quer, os vereadores não querem, os 36 vereadores, mudar o sistema que
958 beneficia as comunidades, que beneficia o empreendedor. Taxa em 5%, 2% de medida
959 mitigatória e 1% comunitária para ver se não muda. Vai trazer mais emprego, vai trazer
960 mais empresas, vai fazer a comunidade participar e discutir mais. Essa é a minha
961 colocação. Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do**
962 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Pessoal, o Germano teve que sair para
963 um telefonema, já volta. Em seguida a gente vai encaminhar para a Vaneska fazer os
964 encaminhamentos, como está na nossa proposta. Eu vi que o Dal Molin pediu a palavra,
965 mas o Germano já tinha encerrado. Então, como já passou da hora vou passar direto para
966 a Vaneska. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio**
967 **Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Hoje o que a gente conseguiu fazer foi mais
968 uma anotação e eu tentei destacar aqueles pontos mais relevantes dentro da leitura que eu
969 fiz do que foi expresso para os conselheiros. Eu vou compartilhar duas questões que eu
970 acredito que são bem importantes da gente considerar, é que tanto os conselheiros
971 titulares quanto suplentes podem contribuir no formulário online e é bem importante para
972 gente poder ter uma visão mais ampla. Eu vi que hoje tinha representantes, além dos
973 titulares. Então, está aberto, só importante se identificarem para a gente poder fazer o
974 registro da forma mais adequada e que as contribuições sejam realizadas no formulário,
975 que tem espaço tanto para contribuir com relação ao tema, quanto com relação à
976 metodologia que a gente está colocando para os registros. Eu vi que teve manifestações no
977 chat, mas como eu estava acompanhando a fala não consegui fazer o registro dessas
978 manifestações. Então, se vocês puderem, mesmo que seja reproduzir o que foi colocado
979 no chat, nesse formulário, para a gente é o ideal para que a gente possa garantir que foram



registradas todas as contribuições. Então, só pontuando o que foi dito, eu fui colocando só o nome de referência dos conselheiros, daí eu peço desculpa, de repente usei o apelido, por exemplo, do Jackão, que foi a maneira como eu consegui escrever mais rápido. No começo foi falada uma questão, que eu acho que foi reforçada por vários conselheiros, que é que seja melhor discutida... Esse foi um ponto bem do Conselheiro Fernando, né. Então, que seja melhor discutido com a equipe técnica de quem está empreendendo, quem está fazendo a proposta dos empreendimentos a essas contrapartidas. E, no caso, dou o exemplo das bacias de detenção, em que o modelo pode não ser replicado em todo território, mas hoje é cobrado do território de uma forma equivalente e que às vezes pode não estar fazendo o papel que era previsto no momento da implantação. Por isso precisaria ser revisto. E que alguns empreendimentos parecem fugir do tema do impacto direto do empreendimento em questão. Essa é uma questão que foi levantada por vários conselheiros, essa clareza da localização, tanto da contrapartida, quanto da mitigação, quanto das ações que foram feitas. Em qual momento a comunidade que sofre o impacto participa das decisões sobre os projetos? Foi uma questão que também foi apontada por diversos conselheiros, principalmente os conselheiros representantes das regiões de planejamento. Aqui eu destaquei na fala do Conselho Felisberto, mas foi dito por outros. Essa questão também bem importante, que a cidade não é igual, a questão da identidade dos bairros e resolução dos problemas das comunidades locais. Também a questão da cidade não ser só para o veículo. Foi muito discutida a questão das partidas e mitigações, que as compensações são muitas vezes delimitadas para alguns temas e alguns temas parecem não serem contemplados. Estava presente na fala de vários conselheiros. Como é a definição de medidas e valores? Também foi uma questão recorrente de quais são os critérios, qual é a metodologia, como que isso pode ficar mais claro para todos, tanto para quem vai empreender, quanto para quem está avaliando se esses projetos estão respondendo aos impactos que eles estão causando nas regiões. E aqui, novamente, uma questão que foi pontuada, que às vezes parece que o local dessa contrapartida, mitigação, compensação, não parece ter relação com o empreendimento. O Conselheiro Sérgio pontuou a questão da contrapartida, dos três conceitos, a necessidade de diferenciar a mitigação da compensação da contrapartida, muitas vezes a contrapartida de que é a palavra, o termo mais utilizado no Conselho. E colocou também essa questão da comunidade ser ouvida em um momento anterior, e também a questão de que em alguns projetos a relação direta entre a contrapartida e o impacto que está sendo causado pelo empreendimento não fica clara. A questão dos danos causados o Conselheiro Hermes comentou, o custo econômico social, ambiental, que muitas vezes não fica claro como ele foi medido, como ele foi discutido nas comissões. O Conselheiro Jackão, assim como outros conselheiros também, citou a questão do CMDUA participar mais ativamente das comissões, de divulgar uma contrapartida por região para que possa ser melhor acompanhado pelos Conselheiros, porque às vezes transpassa uma gestão, né. Então, como é feito esse acompanhamento pelos conselheiros, é importante ter essa delimitação para que eles possam realmente acompanhar as ações que estão sendo realizadas nas regiões de planejamento. Os critérios da CAUGE novamente, que até no momento da fala do Conselheiro ele questionou que muitas vezes o técnico pode chegar à avaliação que momento tal equipamento não é uma demanda e que ele entende que poderia haver um conflito de entendimento da região. O Conselheiro Ronie Gomes comentou também da questão do CMDUA estar dentro das comissões, foi mais de um conselheiro que comentou isso. A questão do parecer estar muito vinculado à EPTC e à SMED, de uma maneira menor que a EPTC essas medidas mitigatórias e compensatórias. E também coloca essa questão de estar dentro das comissões para poder pleitear já no início do processo essas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ações que deveriam estar qualificando as regiões. O Conselheiro Mark também reforçou a importância da comunidade ser ouvida no processo e a sociedade também em uma relação do capital privado, não só a comunidade em geral. O Conselho Dal Molin pontuou algo um pouco diferente, falou que não seria no momento da CAUGE, mas que no momento do EIA RIMA é o momento da comunidade ser chamada, que é onde se constroem as demandas e também citou a questão dos critérios serem mais claros e definidos. Eu acho que foi um consenso, talvez essa clareza de critérios não esteja chegando à sociedade. E o Conselheiro Emerson também pontuou a necessidade de criar um mecanismo para garantir que as regiões de planejamento sejam atendidas e façam parte das discussões. Eu comecei a anotar as réplicas, mas as réplicas eu não cheguei a pontuar alguma questão específica, mas eu vou adicionar também a resposta técnica das colegas e vou pedir o auxílio delas para poder deixar este relatório mais completo e disponibilizar para vocês. Eu só peço que toda a contribuição que puder ser reproduzida no sistema do formulário para gente é muito precioso e nos dá uma possibilidade melhor de controle. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vaneska. Muito bem, fez um resumo. Ficou trabalhando a Vaneska para poder apresentar para nós. Eu acho que nessa metodologia a gente vai disponibilizar também o formulário para contribuição, a gente envia para os conselheiros em até quanto tempo? Duas semanas. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Até no início, Secretário, eu não sei se o senhor estava presente, eu pontuei que seria bem importante tudo que foi dito no chat com relação à temática, a metodologia, se puderem reproduzir no formulário para a gente poder acessar essas contribuições. Como eu fiquei envolvida anotando a gente não consegue ter o controle de tudo que é dito ali no chat. E que os conselheiros suplentes também podem, que todos contribuam, que seja estendido esse formulário para eles também. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está bem, a gente vai mandar por e-mail. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu acho que está com a Camila, no final da tarde eu passei para ela em PDF, que descreve em versão preliminar, antes da contribuição dos conselheiros, ali tem o link do formulário. A apresentação que eu fiz antes posso mandar também. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Isso, manda também. Perfeita, então, senhores conselheiros, são 20h08min. Eu sei que a pauta é bem extensa, provoca debates, a gente não consegue exaurir o tema, que realmente é muito importante, a gente que estuda a matéria há bastante tempo, vem tentando construir, mantendo modelos, formas, é bom discutir, ouvir todos os lados, todas as visões. Então, nesse sentido a gente vai encerrando a nossa reunião. Lembrando que na nossa próxima terça-feira temos reunião novamente. E a próxima é na última quinta-feira do próximo mês. O Conselheiro Felisberto tem uma Questão de Ordem e o Conselheiro Gomes também. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A minha não é uma Questão de Ordem, Secretário. Como o próximo tema é regularização fundiária, queria lembrar da *live* de terça-feira, às 15 horas, exatamente sobre esse tema de regularização fundiária. Como é que se iniciou o processo em Porto Alegre com a Vila Planetário, que foi uma disputa pela cidade. Então, queria convidar. Será dia 1º de setembro, às 15 horas. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. O Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite. Presidente, a Questão de Ordem é no sentido de que pela maneira que o debate foi levado, pela importância das questões que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

foram levantadas, eu acho e estou com o sentimento, alguns outros conselheiros manifestaram no chat também esse sentimento da necessidade de dar continuidade a esse debate, para amarrar os pingos aí, porque se lançou muita coisa, um aspecto muito grande do que foi debatido, discutido. Eu acho que se nós não fizemos outro debate, na continuação destes, nós vamos perder a grande oportunidade de ter isso realmente como aprendizado, porque falta uma série de coisas aí que agora a gente poderia ter a amarração dessas questões que foram levantadas, para não ficar tão solto, tão pulverizado. Foram pulverizadas muitas e muitas informações pelos conselheiros. As apresentações foram fantásticas, Gisele, Carolina, muito bem colocado. Parabéns mesmo pela capacidade que tiveram de trazer para nós o debate. Já nós conselheiros, por não termos esse domínio tão grande, as coisas ficam soltas e jogadas meio que no ventilador. Então, é o momento de começar a fazer as amarrações. E eu acho que deveria na sequência marcar uma continuação desse debate, que seria realmente o fechamento do aprendizado. Essa é a minha ideia e eu submeto ao Presidente e demais conselheiros.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Perfeito, Conselheiro Gomes. Importante sim a gente dar continuidade, o próprio grupo, a Patrícia acabou não falando, mas a gente vem trabalhando em uma ideia, em um modelo para tentar atender tudo aquilo que foi levantado aqui hoje: as decisões, o momento do Conselho participar dessa definição. A gente vem discutindo isso há bastante tempo e eu acho que em um próximo encontro talvez a gente tenha a oportunidade de trazer uma proposta, um modelo, explicar como a gente está pensando em estruturar isso do ponto de vista legal e das amarrações, de momentos, do raio de abrangência que foi falado, da questão do impacto, o que é impacto. Ah, se tem dentro do Plano Diretor, tu tens uma infraestrutura existente, em tese tu não estás ampliando o uso daquela infraestrutura ou o contrário. São questionamento que a gente tem que fazer e criar uma regulamentação um pouco melhor, para isso um raio de abrangência para o Conselho, o Orçamento Participativo que participa da definição dessas medidas, os conselheiros dentro do seu raio de abrangência indicam quais são as medidas prioritárias. Enfim, são questões que a gente vem discutindo aqui internamente e quer amadurecer, para chegar no processo de revisão do Plano Diretor para ter uma proposta mais respectiva. Vamos continuar. Claro, nós temos um calendário aqui já de outros assuntos, eu acho que a gente pode marcar e encaixar essa pauta específica para encerrar esse tema e dar mais clareza. Eu acho importante. O Conselheiro Dal Molin e vamos encerrar.

Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Pessoal, o seguinte, quero reforçar o que falou o Conselheiro Gomes, que a gente fez quase que um *briefing* aqui, muita gente falou. Eu acho que depois isso pode gerar um grupo de trabalho de cada assunto desse que a gente vai trabalhar. São contribuições bastante interessantes que todo mundo apontou. Queria dizer também que no próximo assunto, que é regularização fundiária, a gente podia estar muito intimamente ligado à APP e regularização fundiária, porque muitas vezes as pessoas acabam tomando ou invadindo. Então, tem que se falar em APP junto com a regularização fundiária também. E terceiro ponto que eu queria falar, concluindo, é que eu vi vários conselheiros falando que é uma questão mais (Inaudível/interferência no áudio). Eu vou dar um exemplo rápido, em 2007, se não me engano, eu perdi a eleição para o Conselho do Plano Diretor, que já tinha sido eleito e na minha reeleição eu perdi. Então, eu deixei de ser Conselheiro, mas tinha um projeto que uma pessoa queria fazer o primeiro projeto residencial no 4º Distrito, uma área degradada. Então, o que eu fiz? Eu levei esse projeto para a comunidade lá no 4º Distrito, fiz a exposição do projeto, a comunidade participou. Isso por minha conta, eu não era conselheiro, nem nada, eu era autor do projeto. Aí a comunidade pode dizer o que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ela queria. E o que aconteceu? No dia que o Conselho do Plano Diretor, que o projeto foi avaliado pelos conselheiros, a comunidade em peso foi para o Conselho do Plano Diretor e Fortunati, que era o Secretário na época, ele disse: “Ué, o que vocês estão fazendo aqui?” Nós viemos apoiar o empreendimento que é do nosso interesse. É o contrário do que muitas vezes acontece, que as pessoas vão lá para dizer que não querem alguma coisa, eu fiz um trabalho como responsável técnico e com a experiência de Conselho. Por isso que eu queria dar essa dica para vocês, que vocês podem levar para a comunidade, pode ser dentro do fórum e depois, quando chegar no Conselho já está amarrado, a comunidade já participou e já disse que esse empreendimento serve. Então, foi uma coisa diferente naquela época, em 2007, no final de 2007, que apareceu a comunidade para dizer que queria o empreendimento. Entendeu? E não assim – Ah, por que não fala com a gente? Então, acho que a gente tem que botar as ideias, porque às vezes a gente pode inverter o processo. Ao invés de ficar esperando a gente pode chegar e propor. Ninguém tem medo da comunidade. Entendeu? A comunidade é muito boa, parece às vezes que tem medo de falar com a comunidade. A comunidade é muito boa dentro do processo, ainda mais quando ela apoia o empreendimento. É um ganha a ganha. A gente tem que ter em mente dentro da Cidade de Porto Alegre, como bem falou o nosso Conselheiro Ronie, tem que ter um ganha a ganha. Não adianta querer tirar o lucro dos empresários, não adianta querer cada vez fazer mais coisas difíceis para os empreendimentos de Porto Alegre, senão Porto Alegre não faz mais nada e nós vamos ficar todo mundo – Por que Porto Alegre não evoluiu? Eu acho que nós estamos no caminho certo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Dal Molin. Deixei falar um pouco, estava empolgado, muitas contribuições boas, mas são 20h21min, os conselheiros estão cobrando aí também. Vamos continuar esse debate na medida do possível e marcar uma pauta específica para tratar, que é do interesse de todos os conselheiros na cidade. Obrigado. Boa noite. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h22min).**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2851/2020

Ao primeiro dia do mês de setembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de *combater* o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Gisele Coelho Vargas (Titular) e Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Ana Paula (Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular) e Raquel Hagen (2ª Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação das Atas 2839, 2840 e 2841/2020; 3. Comunicação; 4. Ordem do dia (Processos). Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h05min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Enquanto o pessoal vai ingressando, peço que quem tiver interesse para o período de Comunicação que faça a inscrição. a gente tem o Conselheiro Felisberto inscrito, temos um pedido externo, o Michael Santos, liderança da Cruzeiro, indicado pelo



Conselheiro Paulo Jorge. Tivemos uma boa reunião na quinta-feira passada, um debate bem bacana, amadurecemos o tema. Inclusive, a gente tem que dar um bom encaminhamento para de fato fechar com aquele tema. Eu vou fazer a consulta, peço que os senhores façam uma reflexão, em função até da proposta do Conselheiro Gomes, de a gente fechar esse tema, que foi levantado da questão das medidas mitigatórias. A gente sentiu falta, porque faltaria um pouquinho mais para a gente conversa um pouco mais, prestar alguns esclarecimentos. No primeiro encontro nós tivemos a apresentação do modelo de funcionamento. Se for da vontade dos Senhores Conselheiros, a gente tem também a própria Conselheira Patrícia, a equipe do planejamento, que tem uma proposta, uma ideia para apresentar a vocês de funcionamento dessas medidas mitigatórias, de como definir. Se for do entendimento dos Senhores Conselheiros, vou deixar para o final, para que todos possam entrar, já vão refletindo. Talvez na próxima reunião que a gente tenha de regularização fundiária a gente dá continuidade nessa pauta das medidas mitigatórias e fecha esse tema, conforme sugeriu o Conselheiro Gomes. Então, a gente debate e tenta fazer um encerramento dessa matéria. Acho que pode ser interessante, mas aí a gente joga o outro tema um pouquinho mais para frente. Enfim, façam essa reflexão, senão a gente traz o tema da regularização fundiária na próxima também, seguindo o nosso cronograma. Então, temos alguém inscrito para o período de Comunicação? (Inscritos). Vamos abrir para o período de Comunicação externa. Passo a palavra o Michael fazer o uso da comunicação externa. Enquanto o Michael se organiza ali para a comunicação, passo ao Conselheiro Felisberto, iniciando o nosso período de Comunicação. O Conselheiro Felisberto deu uma saidinha. Então, vamos passar ao Conselheiro Hermes. **3 COMUNICAÇÃO. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, eu queria, primeiramente, cumprimentar todo mundo, todos os conselheiros presentes e convidar, eu até estava preocupado, porque eu não sabia, eu não vi que tinha Sid cancelada a reunião de quinta-feira, mas nas próximas quatro quintas-feiras do mês de setembro, que é amanhã, dia 03, dia 10 e 24, o Sindicato dos Arquitetos vai fazer, é uma série de eventos que todos os anos são feitos, presencialmente. Este ano vai ser via internet, que se chama *Olhares Sobre a Cidade*. Então, depois eu vou mandar por e-mail, pelos grupos de Whats, mas deixar o convite. Amanhã é o primeiro evento, que é *Olhares Sobre a Cidade do Movimento Popular*, são os olhares de movimento popular. São várias entidades dos movimentos populares que vão fazer uma apresentação, como o título está dizendo, os seus olhares. Na outra quinta-feira, que é dia 10, é o *Plano Diretor e Política Habitacional*, o palestrante vai ser o Nabil Bonduki, para quem não conhece é um arquiteto muito conhecido, foi Secretário de Planejamento do Município de São Paulo, foi professor em São Paulo também da USP. Tem um currículo bastante extenso, ele é colunista da Folha de São Paulo. E na outra quinta-feira, dia 17, o título é *Popularizar o Planejamento Urbano*, Plano Diretor e as Periferias, com a Arquiteta Tainá de Paula, que é bem conhecida nessa área de planejamento urbano e as questões das periferias, a cidade como um todo. E, por fim, na última quinta-feira do mês a *Luta Institucional*, que é um debate com o Ministério Público Estadual, a Defensoria Pública Estadual, a UFRGS e o Atua POA, que é um movimento que eu acho que todos conhecem ou pelo menos já foi citado várias vezes, que tem vários conselheiros, inclusive, participam. Eu queria deixar o convite, então. E se tem mais um tempinho, Secretário, como não vamos ter reunião quinta, eu ia dizer que o pessoal dos sindicatos, que sou eu e os suplentes, não iriam participar, mas isso não vai ser problema. Eu acho que na última quinta-feira que tem a nossa reunião temática, né. Por fim, eu vou também divulgar no site, nos meios de comunicação do Conselho, duas notas de repudia, uma do sindicato, em relação às alterações de movimentação de funcionários



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

da prefeitura, sem motivos, por motivos entendidos que são motivos políticos. Funcionários que de certa forma não concordam ou não são parceiros, não dizem “amém”, a maioria dos funcionários não é arquiteto, mas é uma preocupação que nós temos com esse tipo de atitude, que a gente sabe, é comum, mas que não podemos ficar calados. Obrigado. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite a todos. Presidente, vou começar pelo seu anúncio aí, eu lhe agradeço por atender os nossos pleitos e cancelar a nossa 8ª reunião extraordinária, que ocorreria na próxima quinta-feira. Acho que é importante o Senhor nos escutar, o nosso Conselho é um Conselho de pessoas interessadas na cidade. Nós queremos conversar em um ambiente bom e que esse ambiente seja recíproco, né, e nós possamos conversar, respeitar e sermos respeitados. Eu queria também informar que eu fiz a leitura dessa Ata 2839, li aquelas 22 folhas de registros ali, enviei as minhas observações por e-mail para todos os conselheiros e conselheiras. São pequenas observações que ficaram ali registradas. Então, era isso que eu queria comentar e agradecer. Boa noite a todos, vamos continuar esta reunião. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite a todos. Boa noite, Presidente. Eu me inscrevi, mas o senhor reforçou o apoio da gente retomar essa conversa da contrapartida, que foi muito esclarecedora e para nós é importante continuar. Então, eu apoio a iniciativa, espero que logo, logo a gente faça essa reunião com todo o Conselho. Obrigado por nos atender. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite. Conselheiros, boa noite. Semana passada, precisamente na sexta-feira, a RGP. 06 perdeu uma importante delegada, a delegada mais votação, diga-se de passagem, vítima da Covid. Quero deixar registrada a minha homenagem neste Conselho. A conselheira era a Dona Geneci Iara Moraes Gonçalves, militante do movimento popular há muitos anos, militante do movimento da Igreja Católica, ministra para quem conhece a Igreja Católica, eu não conheço. E mãe do nosso Conselheiro do OP, do Emerson. Então, Presidente, eu queria que ficasse registrada essa homenagem, que este Conselheiro que faz a essa grande companheira que a gente perdeu na sexta-feira. Era isso e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Meus sentimentos também em nome do Conselho do Plano pela perda. Por favor, repasse o nosso respeito ao Conselheiro Emerson. Sei que o momento é difícil, não tenho palavras, mas é importante a gente em oração pedir que fique tudo bem, que seja confortada toda a família. Vamos tentar o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite, Secretário. Primeiro, eu quero ir na mesma linha do que falou o Gomes, meus sentimentos ao Emerson pela perda da mãe. Eu sei o quanto isso dói. Eu me lembro da perda da minha mãe e isso é uma dor que é difícil passar no primeiro momento. Depois fica a saudade e a lembrança dos momentos vividos e do que não viveremos mais, né. Então, quero apresentar minha solidariedade ao Emerson e à família dele. Segundo, é a questão do Matos Sampaio, Secretário. Eu não sei se a Tânia já falou, mas é importante a gente ter um olhar, porque é aquilo que eu digo várias vezes aqui no Conselho, enquanto se aprovam determinados empreendimentos as comunidades ficam esperando anos por uma definição da regularização fundiária, das suas melhores condições de vida. Então, eu peço que a Secretaria dê uma olhada, porque não basta o cercamento de uma área que vai resolver o problema. E tem que predominar o interesse das comunidades que estão lá há anos. Então, tentar através deste Conselho, da sua Secretaria e de vários membros deste Conselho que fazem de parte do corpo técnico da prefeitura, um olhar com mais agilidade àquela comunidade, que está aflita e precisa de um olhar no momento exatamente da pandemia, que faz com que os corações e mentes se



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

abram mais para um olhar mais de solidariedade. E a terceira coisa é reiterar o pedido para que as pessoas enviem os textos para o livro, né. Então, estou aguardando. Era isso e obrigado. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Obrigado, Presidente. Boa noite a todos. Primeiramente, com a notícia trazida pelo Conselheiro Gomes, quero desejar um sentimento, que a paz reine no coração e na cabeça dos familiares, que possam com isso passar esse momento tão difícil. Gomes, por favor, passe o meu abraço ao Conselheiro Emerson, em nome de toda a família aqui do Conselho. Bem, o meu assunto, na verdade, eu gostaria que fosse consignado, eu gostaria de saudar a Prefeitura pelo anúncio dos 170 empreendimentos que estão para ocorrerem com o investimento de 8,4 bilhões na cidade em termos de investimento em construção civil. Eu acho que isso vem ao encontro neste momento tão difícil que estamos vivendo de retomar a construção civil, de gerar emprego na construção civil, que nós sabemos que é o setor mais sensível em qualquer crise, de qualquer natureza. E isso só vem a consolidar uma diretriz rumo ao crescimento, rumo à geração de emprego, principalmente auxiliar as famílias hoje que estão com bastante dificuldade financeira. É só através de investimento sólido e empreendimentos concretos que eles conseguem dar a volta por cima. Então, eu gostaria de saudar a Prefeitura, a equipe, na pessoa do Secretário agora, não Presidente do CMDUA, mas na figura do Secretário, pelo excelente trabalho que vem fazendo à frente da pasta e com o destravamento de todos os projetos. Lembro que isso é uma saudação conjunta do Sindicato dos Engenheiros pelos seus 11 mil engenheiros e mais 4 mil arquitetos sócios do Sindicato dos Engenheiros. Parabéns, Secretário, e principalmente à equipe que vem arduamente trabalhando para que isso seja concreto e não só um discurso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Fernando, pelo elogio, o qual transmito para a equipe, aqui tem alguns integrantes presentes, diretores, Arthur, Patrícia, Gisele e toda a equipe que faz parte dessas entregas. O Secretário só representa lá a entrega, que é o trabalho da equipe que vem construindo a muito esforço e vem na medida do possível tentando dar mais celeridade, qualificar os processos, melhorar. É nesse sentido que a gente vem trabalhando aí para construir, reter e atrair novos investimentos na Cidade de Porto Alegre, que tanto preciso. Eu vou passar para a Conselheira Tânia. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Eu gostaria de fazer um informe, o Felisberto já se pronunciou com relação ao que está acontecendo aqui no Matos Sampaio. Eu venho tornar público o apelo das famílias residentes no Mato Sampaio, Bom Jesus, que estão solicitando o encerramento do processo de reintegração de posse, feito pela Prefeitura de Porto Alegre há um ano. A população está sendo pressionada, constantemente, através do Ministério Público e da Prefeitura de Porto Alegre, através de audiências virtuais para que sejam coniventes com o cercamento de parte do território, sem que seja feito um projeto de regularização fundiária, um estudo prévio da situação social, urbana, arquitetônica, econômica e também as questões culturais, étnicas e religiosas dessas famílias. A Procuradora Urbanística Débora encaminhou junto ao Ministério Público o pedido de audiência ao Centro Jurídico de Soluções de Conflitos e Cidadania. Então, inclusive, agora eu fui informada que esse pedido junto ao Ministério Público foi atendido e vai se realizar agora dia 8 de setembro, essa audiência pública. Nós gostaríamos de saber, no caso da remoção dessas famílias, para adaptação do projeto de regularização fundiária, que até, então, não apareceu como serão relocados, como serão indenizadas essas famílias, caso precisem sair quando houver, no caso, a regulamentação fundiária, que até, então, não tem projeto nenhum. E eles já estão querendo cercar uma área, isso é muito preocupante. Então, eu venho fazer



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

esse apelo aqui a todos os colegas do Conselho e ao Presidente para que fique claro o que está acontecendo lá e que a gente também possa tomar alguma resolução com relação a isso. Muito obrigada. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa tarde. Eu tinha pedido para uma liderança nossa da Cruzeiro falar, o Michael, mas acho que não conseguiu entrar. Então, eu queria pedir para falar sobre esse tema a este Conselho, uma comunicação da nossa região. Se não for possível eu falo meus 3 minutos, depois peço uma Questão de Ordem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O Michael até entrou de novo, estou vendo, não sei se quer que a gente tente ou o senhor vai fazer a comunicação? **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu gostaria que ele falasse. Estou tentando falar com ele, para ver se ele consegue falar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos tentar liberar o microfone, Michael. Tenta aí! **Michael Santos, Região Cruzeiro:** Obrigado, Germano e demais conselheiros por esta oportunidade. Eu queria trazer para este Conselho a discussão sobre uma questão que para nós é de extrema importância, porque traz impactos em várias questões aqui da nossa região, que são as questões das contrapartidas da MULTIPLAN. Eu tive acesso, inclusive, estou aqui em mãos com o que a gente montou, esta cartilha onde estão os termos, os compromissos das medidas mitigatórias desse empreendimento. E que lá está gravado em torno de 6 milhões para medidas sociais aqui, também está gravado para nós o centro de capacitação lá da União de Vilas, que é uma demanda antiga do Orçamento Participativo, em que há mais ou menos uns 7, 8 anos a região da Grande Cruzeiro, todas as instituições fizeram o gesto de abrir mão das suas demandas para gravar essa demanda como sendo prioritária aqui da região. E que só pode ter recursos para poder fazer a construção do centro de capacitação a partir desse empreendimento da MULTIPLAN, onde está gravado lá como uma das medidas obrigatórias a serem feitas. Nós não entendemos do procedimento e por que a Prefeitura ignorou, mesmo estando assinado pelo prefeito na época José Fortunati, Vice Prefeito Sebastião Melo, o Procurador Municipal, a direção, os representantes da MULTIPLAN e essas demandas acabaram não se concretizando. Nós já estamos acompanhando lá, já tem uma movimentação dentro da área do Shopping Cristal, de obra. E este Conselho tem que tomar conhecimento, porque são 84 milhões de recursos gravados para a cidade, não só para a Cruzeiro, inclusive, aqui para a saúde, neste momento que a gente está enfrentando essa pandemia, lá estão gravadas várias demandas de saúde, como reforma de postos de saúde, também a troca dos equipamentos de geração de energia aqui do Postão de Saúde da Cruzeiro. Já aconteceu de faltar energia aqui e por muita sorte nós não temos óbitos ali, porque foi restabelecido logo. Então, aqui é precária a questão de energia, o abastecimento elétrico aqui para o posto de saúde. Não é uma demanda qualquer. Tem a reforma das escolas municipais também, Secretário Germano, gravada aqui também, do Cristal que demanda melhorias e reformas em telhados. Então, tem uma série de elementos que é gravada e que nós ficamos muito angustiados em ver que as coisas não estão acontecendo. E este Conselho que é parte, que foi debatido por dentro do Conselho, e foram feitas as audiências necessárias, e legais para que esse empreendimento saísse e fosse efetivado. E essas medidas não podem deixar acontecer, porque nós temos a nossa demanda da cidade, a nossa demanda das regiões Glória, Cruzeiro e Cristal, especialmente no que tange essas questões de saúde, educação e o trabalho social. Obrigado por esta oportunidade e que Deus abençoe a todos e a todas. Um bom debate nesta noite. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Michael, pela manifestação, importante trazer a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

este debate a comunicação, o assunto que vem sendo conduzido pela Procuradoria do Município. Eu me lembro um pouco do histórico da discussão em relação às medidas, algumas coisas não foram possíveis de serem aprovadas, porque não tinham regularidade ou matrícula, algo nesse sentido, mas acho que a Procuradoria Geral do Município era o canal que estava bem por dentro dessas medidas. Sugiro procurar a Procuradoria de Urbanismo e Meio Ambiente, que coordena a questão dos termos de compromisso. Então, eles são poder dar o andamento de como está essa situação lá. Senhores Conselheiros, a gente avançando aqui no período de comunicação, temos a Ata 2839 que foi disponibilizado somente na sexta ou no sábado. Então, as outras, a 2840 e 2841 não foram disponibilizados aos Senhores Conselheiros. Então, a gente disponibiliza na próxima reunião. Está tendo algum probleminha com a composição das atas, algum atraso em relação a questões contratuais com a taquígrafa, mas na próxima talvez a gente já tenha a 2840 e 2841, aí a gente delibera, inclusive, essa 2839, que foi disponibilizada na sexta para todos vocês. São 6:34, nós não vamos ter as nossas reuniões extraordinárias para tentar avançar com a nossa pauta, para a gente não deixar acumular. E ao final da sessão a gente pode retomar alguma outra discussão. **4. ORDEM DO DIA ITEM 4.01:** está em diligência para a CAUGE, aguardando retorno. O **4.02** em diligência para a CADAP, também aguardando retorno. O 4.03 a gente tem um parecer de vista. É um gravame de traçado viário, a Conselheira Patrícia fez o relato, parecer favorável, foi junto ao SEI em 30/06. Tivemos a apresentação pela equipe do planejamento e tivemos um relato de vista do Conselheiro Felisberto. Eu vou pedir, antes de ouvir o Conselheiro Felisberto. Temos uma Questão de Ordem da Conselheira Jane. **Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Desculpem, é a minha primeira vez nessas reuniões. Então, vou cometer algumas gafes. A Maristela está saindo, a partir de agora eu estou assumindo o Conselho do Plano Diretor. É um prazer estar aqui nesta sala. Já me caiu aqui uma relatoria, eu não sei muito bem como que a gente procede a respeito disso, vou aprendendo durante a reunião aí. Boa noite e meus sentimentos ao falecimento da mãe do Emerson. Um grande abraço. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Da mesma forma, Secretário. E o meu apoio ao Matos Sampaio lá. Estamos juntas, Tânia! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Jane, seja bem-vinda a este Conselho. Aqui temos a nossa secretária executiva também, que pode ser contatada para ajudar, prestar algum esclarecimento. Tenho certeza que todos os conselheiros vão lhe receber superbem. O nosso agradecimento à Conselheira Maristela pela parceria de sempre nos mais diversos encontros que a gente teve, com debate sempre de alto nível. Obrigado, Maristela, por tudo. Entrou aqui, a gente fez os devidos cumprimentos e menções de apoio ao Conselheiro Emerson, pelo falecimento da sua mãe. O Conselheiro Gomes aqui registrou, Conselheiro Emerson, o ocorrido. Fica em nome deste Conselho o nosso sentimento, o desejo de força. Sabemos que é difícil neste momento encontrar palavras que comportem a dor de todos os familiares, mas a gente está aí na torcida para que a família seja abraçada com carinho e amor e que possa continuar aí. O tempo acalma um pouco o coração, mas a gente gostaria de registrar os nossos sentimentos pela tua perda. Então, vou pedir para a equipe do planejamento fazer um relato desse processo, para nos lembrar. A Catiane está aqui, da equipe do planejamento, para lembrar rapidamente qual foi o objeto do presente processo, depois consulto o Conselheiro Felisberto se vai ter relato de vista, senão a gente encaminha para debate e votação. Eu acho que esse processo já foi até debatido, né? **Catiane Burghausen Cardoso, Arquiteta da Equipe de Planejamento Urbano:** Então, boa noite, Secretário. Boa noite, Conselhos. É o Processo 18.0.000030857-5. Trata-se de um



gravame e cadastramento de logradouro do Beco do Paraíso. Aqui a gente tem a Imagem 01 da resolução sem o gravame, na Imagem 02 a gente vê já com o gravame. É uma via que está consolidada pelo uso desde o início da década de 80, conforme informações dos mapas cadastrais municipais. Localizado na Região de Planejamento 8, no Bairro Extrema, tem acesso pela Estrada do Varejão e é uma via paralela à Rua Luiz Correia da Silva. Aqui na imagem de satélite a gente consegue ver melhor, em azul o Beco do Paraíso, objeto desse gravame e cadastramento. Então, a solicitação se dá através do próprio requerente, o proprietário, que tem a intenção de regularizar o seu imóvel e para isso ele solicita cadastramento do logradouro. Passou pela análise da equipe de regularização fundiária, Unidade de Desenvolvimento Urbano e Procuradoria Municipal, ambos favoráveis ao gravame. Então, se trata do gravame de traçado viário do Beco do Paraíso, com 12,5m de largura e extensão aproximada de 900m com início na Estrada do Varejão. E o cadastramento do referido trecho com largura de 6,20m. Esse gravame e o cadastramento possibilitará a regularização das edificações lá existentes. Aqui a gente tem os pareceres quanto à classificação do logradouro. Parecer da procuradoria, que não vê óbice do ponto de vista jurídico. É isso, obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Catiane, pela apresentação, que nos lembrou o relato da Conselheira Patrícia. Eu consulto o Conselheiro Felisberto se vai fazer o relato de vista. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Sim, Secretário. Primeiramente, assim, eu não vou ter que fazer o parecer oral agora, mas eu mandarei. Eu estive na área sexta-feira, eu me movimentei durante todo o beco e para mim ficaram bem claras algumas questões que não estão esclarecidas nesse processo. É uma área rural, tem atividade de criação de ovelhas, criação de cavalo e de vacas. E, além disso, é uma área de preservação. Isso é uma dúvida, não ficou bem esclarecida essa questão da preservação. Em vista de tudo isso, Secretário, o meu voto, o meu parecer de vista é contrário, porque não fica claro se é no fim do beco ou no meio do beco. Não fica bem claro. Então, eu vou mandar o parecer por escrito e é contrário à consagração do logradouro. Então, nesse sentido, meu voto é contrário, meu parecer é contrário e submeto aos meus pares. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Eu consulto se tem alguém inscrito para debater o processo. A gente tem o Conselheiro Darci inscrito e já inscrevo, automaticamente, a Conselheira Patrícia para falar por último, a partir das falas que tiverem para poder prestar os esclarecimentos devidos. Conselheiro Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Então, boa noite a todos. Também desejar que o nosso Conselheiro Emerson encontre uma palavra de consolo, quem já perdeu sua mãe sabe o quanto dói, o quanto mexe com a gente, né, mas a vida segue e, infelizmente, a gente tem que continuar. Quer dizer, felizmente até, porque esse é o princípio da vida. Eu gostaria de ver com a nossa secretária, confirmar, eu mandei a recém o parecer de vista do processo seguinte, para depois se precisar acessar. Obrigado. Durante a semana a gente conseguiu, ali pelo WhatsApp das entidades, com a Patrícia e com algumas participações a mais, fazer um pequeno debate também, a gente já começou o debate deste processo na semana passada. E fiquei mais convicto ainda, né, porque nós temos uma Legislação Federal. A Cidade Porto Alegre na revisão lá de 1900 e poucos do Plano Diretor, transformou a área rural em rururbana. Essa discussão eu acompanhei, eu era Secretário do Município, agrônomo. A gente fez o levantamento de toda a área rural junto, pela a UFRGS a gente fez, junto com a Secretaria de Indústria e Comércio, que tinha na época o serviço de extensão rural junto com a EMATER. Então, a gente acompanhou essa discussão e a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

transformação do rururbano era exatamente para criar uma nova figura jurídica e sair da figura jurídica existente federal hoje. O Município Porto Alegre, realmente, a avaliação sincera é que a transformação não foi bem entendida, talvez não tenha sido bem escrita a redação, né, e o resultado final não foi o pretendido. Eu não tenho nenhuma análise contra nenhuma análise que tenha sido ruim, mas foi uma volta que talvez tenha voltado a uma situação que não era a que se queria também, não se queria nenhuma e nem outro, queria outra situação de uma área que é de uma cidade, capital do estado e que quer manter a sua área rural com as características de área de área rural. Então, voltou a legislação de área rural, que cria um módulo rural, abaixo do módulo rural eu não posso negociar, eu não posso emitir escrituras. Isso eu sei porque já tentei comprar as tais chacinhas que a gente vai tentar comprar, né. Tu não compras, tu não tens escritura, é aquele documento público que diz que a área é tua, mas que aquilo ali fica, os advogados sabem muito bem que esse documento fica lá, fica gravado, mas tu não tens escritura, porque a legislação federal não permite que a área rural tenha o parcelamento abaixo do módulo rural. Aí sai de canto toda a legislação municipal e o que está se fazendo ali é a regularização, não é regularização, porque regularizar não vai poder, está se abrindo uma via dentro de uma área rural. Inclusive, não sei, eu não pedi vista ao processo, mas, provavelmente, essa diretriz que está sendo criada, esse arruamento, é uma propriedade privada. O solo ali é a propriedade privada, que teria que ser desapropriado, mas o que está sendo feito ali, na prática, é um meio para regularizar depois uma ocupação mais intensa de uma área rural. Se a Cidade de Porto Alegre decidiu por lei duas vezes, botou um Plano Diretor lá atrás, depois resolveu voltar, depois resolveu botar que ela quer uma área rural, nós do Conselho do Plano Diretor não podemos fazer um ato que agrida a área rural de Porto Alegre. (Sinalização de tempo esgotado). Aí estaremos contra a legislação. Então, eu acompanho o voto de vista do Conselheiro Felisberto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, novamente. Eu queria fazer um comentário sobre essa questão, que está havendo um equívoco e é um equívoco muito grande sobre o objeto que nós estamos falando. Nós não estamos fazendo digamos assim, não estamos trabalhando com as propriedades, pequenas propriedades que ali existem. Independente de fazer o questionamento da questão do módulo rural, tu acabas obtendo aqueles registros provisórios, precários, de parte do todo para ter algum vínculo e tal, mas não é isso que está se discutindo. O que está se discutindo é uma necessidade que vem aí, e grande, na área rural e não ofende a área rural de maneira nenhuma. Simplesmente cadastra os acessos, porque é uma necessidade para poder cadastrar as atividades rurais. Elas têm que estar vinculadas a um meio, digamos assim, um acesso que seja cadastrado, reconhecido pelo município para poder legalizar a atividade rural. E aí eu lembro, eu estou sabendo disso porque estou participando de discussões aí ligadas à produção orgânica na área rural de Porto Alegre e tem um projeto importante que vai transformar a cidade como cidade exclusiva de produção orgânica na área rural, sendo proibida a produção que não seja orgânica. E um dos entraves que vão ter esses produtores é que vão ter que legalizar suas propriedades, têm que fazer uma espécie de regularização fundiária da área rural. É um problema bastante sério e essa interpretação que nós estamos dando, que é apenas um acesso, cadastrar um acesso, tem um equívoco enorme, porque vai atrapalhar cada vez mais esse procedimento. Não tem nada a ver com ocupação, urbanização, pelo contrário, é uma maneira de firmar o produtor na zona rural, produzindo legal dentro de um programa bacana, que a cidade se prepara para o Porto Alegre livre de produtos que não sejam de agrotóxicos. Somente poderão ter produtos orgânicos e o prazo já está correndo. Então, eu fortaleço essa posição, há um equívoco muito grande e nós precisamos aprovar esse tipo de projeto e virão outros, virão outros porque é uma necessidade do produtor



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

rural para estar regularizado, para poder botar o seu produto na praça, para ter nota, etc. e etc. Aliás, Presidente, poderia ser um tema em algum momento de algum especialista, principalmente esses órgãos ambientais que estão lidando com a certificação de produto orgânico e tem vários hoje aqui na região de Porto Alegre e na Grande Porto Alegre.

Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: A minha inscrição era para pedir esclarecimentos para a relatora sobre o objetivo do gravame, para regularizar residências, lotes pequenos para regularizar modos rurais, o que está por trás disso. E eu queria complementar fazendo minhas as palavras do Darci. Realmente, foi feito a rururbana, acho que não foi entendido, mas era exatamente no sentido de trazer uma solução que contemplasse a ocupação rural e aquela ocupação já existentes em algumas situações, que trouxesse como foi dito, um meio termo. Então, eu gostaria desses esclarecimentos. Eu acredito que boa parte dos conselheiros têm as mesmas dúvidas que eu, o que está por traz disso, regularizar pequenas residências, lotes ou regularizar módulos rurais, o que está por trás disso. Para completar, todo o gravame deve ter um objetivo, né. Era isso, obrigado! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e todas. Eu estava ouvindo aqui atentamente e fico me perguntando tem essa questão que o Hermes a recém fez, o que regularizar e esse questionamento que o Campani faz com relação com relação a ser uma área rural. O expediente, a par dos argumentos também do Conselheiro Gomes, que são louváveis, que é um problema que vai ser enfrentado pelo pessoal que faz o produto orgânico. No expediente a gente não informação suficiente e nem completa sobre o que está sendo feito. Parece que é simplesmente cadastrar um acesso de uma rua, como se isso não tivesse implicações, como se isso não fosse uma área rural. Vai regularizar o quê? Ele passou na Unidade de Regularização Fundiária, mas não tem informação no processo, tem um parágrafo no requerimento dizendo que ele tem uma atividade de turismo rural e quer fazer uma microcervejaria. Isso pode estar em um “processo filhote”, como vocês dizem, mas não está a informação completa. Então, não é simplesmente regularizar e cadastrar a rua que já existe. E até é um problema que existe, que vai afetar diversos produtores, eu acho que não cabe processo por processos, rua por rua. Então, tem que ter uma legislação e um estudo adequado com relação a isso. Então, não é – vou pegar cada e fazer reconhecer cada acesso. Não, eu acho que tem que ser feito um estudo para atender uma real necessidade e não de forma pontual como está sendo feito sem maiores informações no expediente, no meu ponto de vista. obrigada. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não, quero complementar. Não tem um estudo de impacto, qual o impacto que representa essa rua, tendo em vista a atividade que lá é exercida, né. Então, não há! E além daquilo que o Hermes e outros levantarem, e a Claudete muito bem levantou, a questão é o que está se regularizando, não se tem esclarecimento. Então, não é a rua, a rua não está lá, tem um beco, é o Beco do Paraíso. Não é rua, está se pedindo para se tornar rua. Ela é um beco. Eu não estou contra, mas o impacto, são poucas famílias, tem outras na cidade que não têm o mesmo tratamento, apesar de que se as pessoas não solicitam, e eu cito o exemplo da Dorival castinhos Machado, que há anos está se pedindo o prolongamento e não é bem vindo... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Tocou o celular do Conselheiro Felisberto durante o debate ali. Conselheiro? Quer concluir? Pode falar! **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Deu um problema no meu celular, vou tentar entrar novamente, desculpe! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Ok. Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela



manifestação. Na sequência o Conselheiro Dal Molin. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Quero mandar meu abraço também ao Conselheiro Emerson, que pude dar meu abraço pessoalmente quando da passagem do seu pai, estava lá com ele e desta vez não consegui estar com ele para dar o meu abraço também. Então, estou mandando meu abraço por aqui. E passando ao nosso debate sobre essa área, eu tenho que concordar com o Gomes, né, e tem que lembrar um pouco o pessoal, o Campani, o Felisberto, que é o seguinte, ali trata-se de uma de uma área que já é consolidada de passagem. Pelo o que a técnica da Prefeitura pode mostrar é uma área que o Campani vai entender o que eu estou falando quando eu disser que é uma área antropizada, porque ela já passou, não é assim: tem uma área, não tem nada e vamos passar uma rua. Já existe ali uma rua que é passagem. E eu fico muito surpreso também quando todo mundo fica falando – Ah, mas quem tem interesse? Como vocês muito bem falaram, o modo de fracionamento ali é 2 hectares. O que aconteceu com Porto Alegre quando estabeleceu a área rua, muitos pequenos proprietários de pêssegos, de frutas e tal, com pequenas propriedades tiveram que se estabelecer por ali e eles precisam também, como diz o Gomes, escoar e ter acesso as suas pequenas propriedades. Aí o pessoal, não sei porque fica achando sempre que tem algum interesse de alguma grande empresa; mas qual empresa que vai querer área rural que só tem pequenas propriedades 2 hectares? A especulação imobiliária, como alguns gostam de falar, não se interessa por essa região de Porto Alegre e, muito pelo contrário, quando ela foi feita de novo para área rural foi para atender os pequenos, para atender a pequena propriedade, porque a área rururbana era uma transição, era como se fosse uma área de transição entre a zona rural e a zona urbana, mas acontece que começou a ficar com confuso para a Secretaria da Fazenda, como que ela ia arrecadar. (Sinalização de tempo esgotado). De um lado da rua tinha uma área urbana e do outro lado não era urbana. Então, na verdade, foi um retrocesso. Agora, eu fico muito impressionado quando aparece algum processo como esse, que vai atender a pequenos e muita gente é contra, tá! Eu acho assim, eu sou totalmente a favor, apoio, a mesma coisa que o Conselheiro Gomes falou, a que a gente tem que pensar na cidade e em todo mundo. (Sinalização de tempo esgotado). Nas empresas, como bem falou no início o nosso amigo lá por causa dos empregos, que as pessoas estão sem empregos e também os pequenos também têm que ter a chance de vender sua pequena produção lá na zona sul de Porto Alegre. Conselheiros aí da Restinga e tal, e da Vila Nova, podem dizer como tem pequenas propriedades, alguns têm que fazer turismo rural até para ganhar um dinheirinho. Agora, ficam preocupados em abrir uma rua, que vão só cadastrar uma rua que já existe, que já é antropizada, como a gente pode falar em termos técnicos de meio ambiente. Ah, faça-me o favor! Vão aprovar isso daí e ajudar também os pequenos da nossa cidade! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Dal Molin. Então, encerrando o período de discussão. Conselheira Patrícia. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Gente, vocês estão fazendo uma confusão. Desculpem, mas assim, este é um simples pedido de cadastramento, que conforme está no pedido, é para viabilizar uma atividade compatível com área rural. E que fique bem claro, cadastramento, como a área é existente, anterior a 1972, cadastramento não gera parcelamento de solo. Certo? Segundo, a gente para poder viabilizar o desenvolvimento de uma atividade rural, ou seja, atender aquilo que está no princípio da lei rural, a gente precisa cadastrar a rua, porque a gente não consegue regularizar nenhuma atividade econômica que não seja residência se não tem frente para rua cadastrada. Isso está no Plano Diretor. E o que acontece? Essas atividades rurais são as atividades que são



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

permitidas no Plano Diretor, existem as atividades, se vocês olharem ali no anexo V, existem atividades permitidas Plano Diretor, essas não podem ser realizadas se não houver o cadastramento. Esse é o objetivo do cadastramento e que está explicado ali. Se ele vai regularizar ou não depois, isso vai passar por um processo posterior, mas uma coisa é o cadastramento, que tramita neste Conselho, outra coisa é a regularização da edificação. Se a edificação se enquadrar como um empreendimento de grande porte, ela também vai posteriormente tramitar neste Conselho, mas se não for o caso ela vai tramitar normal, mas o que entendo que está sendo feito aqui é que passe um pedido de desenvolvimento da atividade rural, que é aquilo que o próprio Plano Diretor e a lei que previu a atividade rural para que aconteça. A lei da atividade rural foi feita especificamente para possibilitar o desenvolvimento das atividades. Então, o que a gente faz ao permitir o cadastramento dessa rua é permitir que uma atividade rural compatível com a área se desenvolva, não existe nada relativo a parcelamento solo. O cadastramento da rua não vai mudar o regime de parcelamento do solo, que continua com padrão rarefeito, que, inclusive, é mais restritivo que o módulo do... Esqueci agora! Que o Darci estava comentando. O módulo do intra. Não tem conflito nenhum com a legislação federal nesse caso. A gente está simplesmente consagrando uma atividade que está prevista pela lei de ser permitida lá. É basicamente isso. Eu não vejo assim, não há indução a nada, não há, senão não existiria no Plano Diretor uma alternativa para área rarefeita. Ela é exatamente prevista para isso, entende? E outra coisa, esse processo tramitou juntamente com o que o Merino relatou, que, inclusive, o que o Merino relatou era mais impactante do ponto de vista ambiental, porque lá era uma APAM e aqui é uma área que seria, originalmente, pelo Plano Diretor, de produção primária. Então, eu acho estranho ter uma contradição de manifestações dos colegas, enfim. Eu relatei, eu fui sorteada para relatar este processo, não conhecia e fiz a análise que era compatível com um simples cadastramento de rua para viabilizar uma atividade de acordo com o que está previsto no Plano Diretor. Só isso.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheira Patrícia, pelos esclarecimentos. Nesse sentido, então, o relato feito pela Conselheira Patrícia é o relato favorável feito na última reunião, anexado no processo e relatado em 20/08. Nesse sentido eu abro para o período de votação. Consultando a Conselheira Lisiane, representante do DEMHAB, como vota, se favorável ou contrário ao PARECER FAVORÁVEL da relatora. **VOTAÇÃO NOMINAL:**

Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB: Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Ana Paula (Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Contra. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Contrária. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Abstenção. Eu não me senti esclarecido para tomar uma



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

posição. Obrigado. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente)**, Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - **SENGE/RS**: Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular)**, Sindicato das Indústrias da Construção Civil – **SINDUSCON**: Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular)**, Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - **SOCECON/RS**: Contrário. **Felisberto Seabra Luisi (Titular)**, Região de Gestão de Planejamento Um – **RGP. 1**: Contrário. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular)**, Região de Gestão de Planejamento Dois – **RGP. 2**: Abstenção. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular)**, Região de Gestão de Planejamento Três – **RGP. 3**: Favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular)**, Região de Gestão de Planejamento Quatro – **RGP. 4**: Abstenção. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular)**, Região de Gestão de Planejamento Quatro – **RGP. 5**: Abstenção. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular)**, Região de Gestão de Planejamento Seis – **RGP. 6**: Favorável. **Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente)**, Região de Gestão de Planejamento Sete – **RGP. 7**: Abstenção. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente)**, Região de Gestão de Planejamento Oito – **RGP. 8**: Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular)**, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – **OP-HOCDUA**: Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**: Então, temos 17 votos favoráveis, 05 abstenções e 04 votos contrários. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DA RELATORA**. Então, passamos ao **ITEM 4.0: 002.3097470.08**, aprovação de Estudo de Viabilidade Urbanística da José Aloísio Filho. O relator é o Conselheiro do IAB. Esse processo teve apresentação da equipe do planejamento e apresentar do parecer favorável do IAB. Então, foi solicitado vista pelo Conselheiro Gomes, Conselheira Claudete, Conselheiro Adroaldo, Conselheiro Saffer e Conselheira Patrícia. Eu já passo, a Conselheira Patrícia analisou o processo detalhadamente e apontou algumas inconsistências. Então, antes de fazer a leitura da equipe do planejamento peço para que Conselheira Patrícia fazer o seu relato de vista, porque imagino que se encaminhe com a própria manifestação do IAB já e o entendimento dos demais conselheiros. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**: Eu vou ler o meu relato. Semana passada, depois do parecer do Rafael, que demonstrou uma questão quanto à movimentação de terras enfim, naquele expediente. Eu achei que era uma situação meio grave, aí eu resolvi pedir vista ao processo e estudar ele bem direitinho e verificar o que aconteceu. Então, vou passar a ler o relato de vista: “Solicitamos vista a este processo tendo em vista o conteúdo do parecer do relato de autoria do IAB, o qual refere inadequações quanto à utilização da referência de nível do projeto, o qual alega divergir da situação natural do terreno. A adoção da referência de nível em 7,75m, segundo relato, implicou em adoção de recuo de altura diferenciado na avaliação do projeto. Procedemos dessa forma a análise do processo, com o intuito de retificar ou ratificar a informação. O presente processo iniciou com etapa de diretrizes no ano de 2008. Nesta etapa foi anexado na página 05 levantamento planialtimétrico, datado de julho de 2008, o qual apresenta cota superior de 4,12m aos fundos do terreno e cota inferior de 3,2m na posição frontal do terreno. Por outro lado, consta na página 13 desta etapa ainda, cópia do levantamento aerofotogramétrico do município de 1982, o qual indica a cota mais alta do terreno de 4,4m. Segundo informação constante na página 14, o imóvel possui origem em loteamento, denominado Loteamento Parque de Anápolis aprovado pela Lei nº 1233, de 1954. Conforme o levantamento aerofotogramétrico de 1962, constata-se que o mesmo estava concluído nessa data, podendo desta forma ser considerado como referência para fins de validação da referência de nível. Em outras situações, em caso de loteamento, obras públicas, o levantamento aerofotogramétrico não é considerado adequado para a verificação da referência de nível.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Neste caso ainda, na etapa de diretrizes, verificou-se que na área seria necessária a realização de estudo de solo, por tratar-se de aterro sanitário. Entretanto, não constam informações disponíveis a este Conselho referentes à autorização para movimentação de terras relacionado a esse estudo para que se possa efetuar a verificação das informações. Em 18 de março de 2019 foi protocolado Estudo de Viabilidade Urbanística, para o qual já havia sido anexado o levantamento planialtimétrico com a identificação do terreno, constatando a movimentação de terras, na página 61 dessa etapa. Nesta etapa, embora já constasse o planialtimétrico, com a modificação a que se refere o relator, o projeto a ser avaliado foi considerado com a RN de 4m, estando compatível com o perfil natural do terreno. Este EVU foi aprovado, estava em condições de ser encaminhado ao CMDUA. Quando o requerente desistiu de tapa e solicitou alteração do projeto, exclusivamente, quanto à altura das edificações. Em um primeiro comparecimento, datado de 30 de janeiro de 2020, foi constatada a altura de 40,50m, tendo sido recomendada a modificação de recuo de altura para 8,10m. Entretanto, o processo carece de informação com a qual a colega procedeu a análise para fins de comparação quando à modificação da situação final. A proposta apresentada, após a solicitação de correções, apresentou a referência de nível a 7,55m, sendo, por consequência, altura considerada para fins de avaliação de recuo de altura 37,76m”. Dessa forma, eu consultei as equipes quanto à metodologia de análise. “Tendo em vista as informações acima relacionadas, consultei os órgãos técnicos quanto a sua metodologia de análise. E me foi informado para análise que foram consultados os documentos anexados na etapa”... E daí eu gritei “na etapa para os quais pressupõem serem verdadeiros, tendo em vista que os mesmos são acompanhados das devidas responsabilidades técnicas, os quais entende-se que atestam as informações anexadas na referida etapa e na anterior”. Aquela antes da retificação da altura. “Dessa forma, considerando as informações constantes na referida etapa, as informações estão avaliadas de forma correta. Quanto à referência do relator em relação à resolução interpretativa 02/2000 e a Ata 07/2006 do GRPDDUA, foi-nos repassada a seguinte informação: Não se encontrou nada que corrobore que a análise técnica efetuada esteja errada, considerando a documentação apresentada, pois pela ata citada pode ser considerado um levantamento planialtimétrico para aferir a topografia e a referência de nível. Geralmente a prevalência do levantamento planialtimétrico da DMI se dá quando não é apresentado o levantamento planialtimétrico. Logo, como foi apresentado o levantamento planialtimétrico e a cota aferida como a RM constava nele se entendeu que não houve erro na análise de cálculo dos afastamentos de altura. Entretanto, embora esteja de acordo com a análise técnica, a qual foi feita de boa fé, tendo em vista os documentos que foram apresentados e acompanhados das respectivas responsabilidades técnicas, os registros históricos do processo indicam que o levantamento planialtimétrico não corresponde ao perfil natural de terreno, tendo sido efetuado posteriormente a constatada movimentação de terras. No entanto, há indícios de que a movimentação de terras pode ter sido decorrente da solução da questão de contaminação referente ao aterro de resíduos sólidos. Entretanto, não é possível pelos documentos disponíveis ao Conselho aferir esse fato. Saliento no presente caso a importância da preservação e dos cuidados com os registros históricos e com a instrução dos processos no momento da migração digital e dos seus registros. Considerando as informações acima ponderadas, acompanho o voto do relator, recomendado que sejam efetuadas as correções do projeto, considerando os dados referentes ao perfil natural do terreno original ou para que sejam efetuados os devidos esclarecimentos do presente processo quanto às informações apresentadas ou carentes de informação nas diversas etapas”. Esse é o meu parecer. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Conselheira Patrícia. Enfim, já encaminhando no sentido do voto contrário, acompanhando o voto do relator. Imagino que seja unanimidade aqui neste Conselheiro pela reprovação do presente expediente, mas eu consulto se algum outro conselheiro que pediu vista se também quer fazer algum comentário, senão a gente já encaminha para deliberação. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente e conselheiros, eu vou fazer um comentário do rereato de vista. Eu fiz um estudo do caso, além de todas as coisas que o Rafael tinha levantado, que a Patrícia levantou, eu quero ressaltar uma certa indignação com o profissional que propôs esse projeto. É de uma clara nítida intenção de burlar a prática correta do trato do licenciamento de projeto em Porto Alegre e em qualquer lugar do mundo. Nós em 2019, ou seja, um pouquinho atrás, esse projeto foi aprovado com 33m, 12 pavimentos, acomodando 464 apartamentos. Essa brincadeira de plantar um morrinho para conseguir uma cota de referência maior proporcionou mais 16 apartamentos, ele passa a ter 15m de altura e 480 apartamentos. A empresa deve ser chamada de alguma maneira, isso no meu entendimento é um crime que pode, inclusive, levar pela confusão criada o próprio constrangimento do avaliador que estava fazendo a análise do projeto. Eu tenho trinta e poucos anos de militância dentro da Prefeitura de Porto Alegre fazendo licenciamento. Muitas vezes o revisor me alertou de que eu tinha um levantamento melhor para usar a meu favor, aí me colocava o levantamento topográfico lá de 1950, que é excelente, que ele capta Porto Alegre um certo momento e te coloca em uma situação melhor para resolver algumas coisas. A simples leitura da DMI já mostra que a realidade topográfica altimétrica desse território é outro e não aquela do morrinho. Então, não é um projeto pacífico, é o projeto que deve ser exemplarmente trabalhado junto a essa empresa. Essa prática nos coloca, a nós como arquitetos que trabalhamos com licenciamento, que tem a profissão, que tem um ganha-pão nisso, em uma situação de desconfiança e não é a nossa prática. Então, essa negativa nossa hoje a esse processo deve ser muito maior do que um simples “ah, você estava errado”. Não, ele deve ser: o que aconteceu com esse projeto, com esse tratamento que nos trouxeram aqui? Imagina o seguinte, eu estava pensando, este projeto está aqui porque tem 400 vagas de estacionamento, se tivesse 399 passava. Certo? Inclusive, hoje com a nova legislação que tu podes botar quantas vagas você quer, passaria e o morrinho estaria lá plantado, permitindo que o colega arquiteto que fez isso botasse lá os seus 480 apartamentos, enquanto nós, qualquer um dos arquitetos mortais aqui do conjunto não passaríamos de 464 e ainda seríamos talvez acusados de incompetentes perante o grande empresário que, digamos, incentivou, pagou e promoveu esse projeto que agora está a nos constranger. Eu me sinto constrangido com esse tipo de comportamento da classe dos colegas arquitetos. Era isso, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, conselheiro Gomes. vou passar a palavra ao Conselheiro Adroaldo, depois ao Conselheiro Relator e ao Conselheiro Saffer também. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, considerando aqui o nosso Conselho, tentei, inclusive, entrar em contato com alguém lá representante do empreendedor para tirar algumas dúvidas e não consegui, só consegui uma arquiteta lá que me atendeu, depois, mais ninguém. O meu relato de vista por falta de conhecimento não ficou satisfatório, não ficou a contento, porque, na verdade, para os colegas saberem, eu querendo defender a região estava na tendência de votar contra o nosso prestigioso Relator Rafael. Então, gostaria de perguntar se há processo de eu retirar meu pedido de vista, desconsiderar, já que vai ter que ser todo reavaliado? Isso o que o Gomes fala para mim é uma lição. E quero deixar claro que a intenção sempre, principalmente eu representando uma região, não quero deixar ninguém desconfortável e nem quero votar



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

errado em qualquer processo que tenha que ter o meu nome como representante da região. Eu gostaria de retirar meu relato de vista, porque eu não ia acompanhar o relator. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo. Fica consignada a sua retirada do parecer de vista favorável à aprovação do expediente. Conselheiro Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite a todos. A nossa vista já foi remetida, mas não vou ler, porque prefiro falar em nível de debate, mas vou falar o que está no relato de vista. Realmente, é um processo muito delicado e acho que até foi o Felisberto que disse que nós temos que tomar um cuidado de chegar à conclusão sem fazer uma avaliação total do processo. Eu concordo que o RN foi equivocado, errado, nós também colocamos essa posição, só que a minha sugestão, ao invés de votar contra, colocar em diligência para o setor, para poder fazer maiores esclarecimentos, conversar, saber exatamente o que aconteceu. Vejo assim, eu até brinquei com o Rafael, eu disse: "Rafael, o primeiro projeto foi feito por engenheiro"; eu achei que o segundo também tinha sido feito por engenheiro, mas não, infelizmente, o segundo foi feito com arquiteto. (Risos). Mas o que eu queria dizer é o seguinte, a topografia, o topógrafo é contratado para fazer o que encontra lá, podem me corrigir. O segundo topógrafo, aparentemente, não fez nada errado, fizeram aterro, é uma zona que a gente sabe que é um banhado, onde as pessoas fazem aterros. E o segundo topógrafo fez. O que está errado, a pessoa que fez o projeto usar um RN baseado em um topógrafo que a gente sabe que não se usa o RN de aterro. Se usa em aterro a topografia de área natura. Agora, só para colaborar, o Rafael levantou a questão do balanço, Rafael. Também para ajudar, se a Patrícia pode passar ou para quem está aqui da CAUGE, confunde um pouco isso, porque é o seguinte, no corte a pessoa mostra e existe o balanço sobre o recuo em todas as fases dos prédios no corte. Já na planta baixa, o balanço só tem no recuo de frente e que é permitido por lei o recuo de balanço. Ali não é bem um balanço no sentido de que não tem nada embaixo, porque o recuo é maior que o recuo de jardim. Como a base pode ir até embaixo e o prédio é Minha Casa Minha Vida, o térreo vai até, o "balanço" vai até o chão, mas é só para o recuo de frente que é permitido. E a outra coisa é que ali também está digitalizado, acho que esse processo é feito via CADAP, não sei se pode me esclarecer, já na pandemia, porque eu vi que a assinatura é toda via eletrônica. Então, outra sugestão que eu queria fazer deixar, deixar mais claro nesse tipo de processo qual é a planta que foi aprovada, porque a planta que está lá só tem a assinatura do responsável técnico. E, normalmente, a planta aprovada no EVU tem assinatura de todos os participantes da comissão. Então, ali eu fiquei um pouco confuso na planta. E a última coisa, tem um corte na última folha ou na penúltima folha, que foi digitalizado pela metade. Então, no meu parecer eu deixo essas quatro sugestões, uma concordando com o RN, vou ler rapidamente, concluindo: "Pelo exposto acima, sugerimos ao relator que coloque em diligência a CAUGE para receber o projeto em questão, revendo o RN e seus afastamentos. Sobre o balanço do recuo de frente nos parece correto o apresentado". Apesar de que não corte tem uma apresentação errada, mas não na planta baixa. "Solicitamos a correção da página 96 com a apresentação do corte de forma total e verificamos que as assinaturas da CADAP foram digitais, mas não ficou claro no processo qual é a planta aprovada no EVU, visto que as assinaturas não estão na planta nesta modalidade de aprovação". Então, fica uma sugestão de que nos próximos processos fique mais clara ou referendada qual é a planta que está aprovada para nós podermos continuar nessa modalidade de aprovação digital. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Saffer. Então, o Conselheiro Rafael, o relator, para a sua conclusão. **Rafael Pavan dos**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Não vai ter debate, Germano? Eu prefiro até aguardar, ouvir o debate, aí eu me manifesto. Pode ser?

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Pode ser sim. Vou abrir a inscrição para o debate, se qualidade quiser se inscrever para o debate. Conselheiro Felisberto, Emerson e Hermes inscritos. Conselheiro Dal Molin também. Abro a palavra ao Conselheiro Felisberto.

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Secretário, eu vi que a ACESSO também pediu vista. Ela não vai se manifestar? Só faço essa observação.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Deixa eu questionar a Conselheira, se quer fazer o relato de vista. Eu não vi a inscrição no chat. Conselheira?

Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Pode dar segmento, Secretário. Eu me sinto contemplada com todas as manifestações anteriores. Eu ia até fazer uma manifestação, mas já me sinto contemplada com o que ouvi até, então.

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Secretário, a minha manifestação é assim, não discordando de todas as observações que foram colocadas, mas eu entendo, antes que se acuse uma pessoa, um profissional, deve se dar oportunidade, porque esse processo passou por uma análise técnico e veio para este Conselho com o parecer favorável. Se houve fraude ou não na questão de movimentação de terra ou na questão do montinho, isso é uma questão que tem que ser avaliada. Se ele usou isso intencionalmente para aumentar as alturas, também deve ser verificado, porque lançar acusação é fácil. Então, é simplesmente o cuidado. E eu não me sinto contemplado pelas informações, tendo em vista essas dúvidas. E eu estou de acordo com o que disse o Sérgio, deveria se encaminhar á diligência para verificar exatamente todos esses argumentos levantados. Obrigado e era isso.

Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA: Boa noite a todos. Obrigado pelas condolências apresentadas por todos os conselheiros, toda a equipe aí da SMDE, SMAMS e outras secretarias. O que eu coloco é que foram bem cirúrgicas as apresentações, os relatos referentes a esse processo. Hoje todos sabemos que tem uma carta planialtimétrica do município, não é tão atualizada, mas dá para ver curva de nível, dá para ver alturas. Eu acho que nesse ponto tem uma evidência aí sim de alguma espécie de esconder alguma informação, porque quando é erro topográfico a gente avalia em curva de nível e quando é erro de altura, aí já é mais intencional de chamar a altura para atender e beneficiar o empreendimento. Eu acho que estão de parabéns todos os conselheiros que fizeram seus relatos e é um caso a se verificar para não ocorrer mais em outras situações, porque a comissão tem que estar bem atenta, a comissão que faz a análise em relação a isso. Principalmente, as pessoas topográficas e quando o regime beneficia a altura para algum empreendimento. Obrigado.

Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Um abraço, Emerson, também. Bom, eu vou contar uma historinha bem rápida. Quando eu fui supervisor um arquiteto, que hoje frequenta as colunas sociais, nacionais e etc., se aprovava os projetos e daí tu colocavas mais, empregavas mais um conjunto de plantas para serem carimbadas, que eram aquelas plantas que iam para obras, iam para banco, iam para sei lá, quantos conjuntos fossem necessários. Nessa troca ele botou um pavimento a mais e também alterou a planilha. E por acaso foi visto, foi uma coisa muito constrangedora, mas acontecem essas coisas. O que eu quero dizer agora, eu entendo que a prefeitura tem que ter um protocolo para essas situações, não pode nesse caso, como o Rafael, que eu quero parabenizar, porque são coisas muito difíceis, o Rafael até que não tem essa prática de



fazer a história nos projetos, nos processos, de olhar, quer dizer, não é uma pessoa que está dentro do órgão público, ele conseguiu perceber isso. Até me estranha porque ninguém viu isso. Foi aprovado pela CAUGE, passa por 500 mil pessoas, mas também não estou querendo dizer nada com isso, o que eu quero dizer é que tem que ter um protocolo na prefeitura quando acontecem essas coisas. Não pode esse arquiteto ou engenheiro, seja lá o profissional que foi, ser crucificado nesse caso porque o Rafael viu. Qual é o protocolo da Prefeitura? Chama, conversa, faz uma denúncia para o CREA ou para o CAU? É isso que eu entendo. Em princípio, eu sou a favor de sempre denunciar os maus profissionais e para isso que eu militei dentro da própria prefeitura e dentro das entidades, inclusive, do CAU, porque denunciando os maus profissionais tu estás defendendo os bons profissionais e defendendo os técnicos da prefeitura, que já aconteceu também de um técnico ser acusado por uma situação dessas. Eu estou sendo bem honesto, bem sincero, eu estou defendendo os técnicos, eu não quero ser mal entendido. Em algum momento alguém pode levantar: “Ah, mas algum técnico viu e deixou passar”. Então, eu sou pela responsabilização sim dos técnicos, dos engenheiros e arquitetos de fora, mas tem que ter um protocolo, não pode ser uma coisa especial para esse caso. É isso que eu queria dizer. Se a primeira coisa que se faz é chamar, conversar e dependendo da gravidade, lógico, aí tem que denunciar direto para o Conselho. Mas eu acho que tem que ter, se não tem deve-se criar um protocolo. Obrigado, Secretário. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Eu queria dizer o seguinte, eu conheço essa empresa que está fazendo esse empreendimento, conheço até o topógrafo e eu posso garantir que são pessoas, que é uma empresa idônea e que é um profissional idôneo. Eu dou os parabéns para o Rafael pelo seu relato, ele é muito minucioso, muito cuidadoso. A Patrícia também, dou os parabéns. O Felisberto praticamente falou tudo o que eu ia dizer agora. Eu também dou os parabéns pela clareza, eu acho que o Felisberto como é advogado, a gente precisa ver se houve mesmo má fé, porque nesse terreno, há muitos anos, eu fiz um estudo também para ele, eu não me lembro também de ter tido morrinho, mas também me lembro que era um solo que tinha que ser remediado. Então, eu não sei se daqui a pouco se tirou terra, se botou terra para remediar o solo e na hora que botou que se criou os morrinhos. Aí vem outro profissional depois e faz, como diz o Saffer, chega lá e encontra uma situação, ele vai refazer o trabalho conforme encontrou. Então, faço minhas as palavras do Felisberto, que antes da gente sair condenando meu, que a gente tenha que realmente fazer uma observação melhor dessa questão. Alguma coisa aconteceu, isso é fato, o Rafael tem toda a razão. Quando ele mostrou as fotos eu vi que alguma coisa não estava legal. Então, todas as pessoas que falaram, o Rafael, a Patrícia, o Felisberto e até o Hermes colocou muito bem, mas eu acho que antes de condenar as pessoas e as empresas a gente tem que dar uma analisada melhor. Eu acho que o Secretário vai poder encaminhar de forma satisfatória. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Dal Molin. O Conselheiro Rafael, então. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Obrigado. Primeiro de tudo, Emerson, minha solidariedade, já tinha te mandado pelo grupo de Whats, mas a solidariedade neste momento difícil, ainda no meio dessa turbulência toda. Segundo, agradeço pelos parabéns, embora não tenha que ter esses parabéns, porque estamos aqui cumprindo o nosso dever. Agradecer aos esclarecimentos da Patrícia, que aponta dois equívocos que correm em paralelo. Quer dizer, houve uma movimentação de terra a qual não foi devidamente informada à Prefeitura. Essa não se pode colocar no colo da arquiteta. E outro equívoco é do projeto, que tampouco se pode, aí como não se pode condenar ninguém, ninguém está condenando ninguém, a não ser o projeto e este processo ou esta



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

etapa do processo, esta para mim está condenada, entendo que não seria objeto de diligência, mas de negar essa etapa do processo e que volte, faça de novo. Eu acho que seria não punir, mas fazer uma diligência, mandar de volta esse processo para a etapa final. Não é como se fosse um pequeno erro, digno de um comparecimento, mas não é, é outra coisa. O que vai se fazer com todos os que possam estar envolvidos, foi o que eu disse no grupo de Whats, que parece um caso de denúncia por falta ética ao CAU. Vai ter a devida e ampla defesa da colega, etc., ela vai poder, inclusive, provar que não foi ela. Então, ela foi coagida? Não! Então, ela foi induzida ao erro? Concordo que o topógrafo está fora de questão, não por eu já ter trabalhado com os topógrafos, mas os topógrafos estão lá com o morro, está a data do morro, foi lá e levantou o topográfico. O trabalho dele é levantar, não sabe para o que vai ser usado aquele topográfico, ele faz o trabalho dele. Sobre o balanço, aquele corte nos induz ao erro ali, um balanço que vai até o térreo, eu olhei, bom, para mim não é balanço. Tipo, posso ter cometido esse equívoco de análise. De qualquer maneira, o CMDUA não é um órgão técnico, não deveria ser aqui que se corrige esse tipo de coisa, inclusive, porque há leigos aqui. Isso é louvável, louvarei para sempre. Este é um órgão de debate onde tem que ter os leigos, tem que ter os especialistas. Então, não caberia ao CMDUA fazer esse tipo de correção. Sobre a questão da análise, o Hermes levanta aí muito bem a importância da competência e da perícia dos quadros nos seus devidos lugares, que foi falado no início das Comunicações, a questão dos funcionários que foram destituídos dos seus cargos nas unidades de conservação do município. São para mim, eu não conheço outros, os mais competentes hoje para tratar daquilo, assim como devem ser nesses setores os mais competentes. Então, ainda que entrem sem a experiência devem ser bem instruídos, com treinamento, é uma questão de gestão mesmo de pessoal. E aí eu encerro dizendo assim, a importância que tem a análise técnica por parte do município. Quando em alguns momentos eu manifesto a minha preocupação em regramento que coloca responsabilidade sobre técnicos, que estão propondo um projeto, isso é muito complicado. Isso é muito complicado e não é fugir da responsabilidade técnica para qual nós estudamos e buscamos ter competência. Agora, nós somos a parte muitas vezes com menos condições de se defender, por exemplo, no caso, entre uma grande empresa um poder público com seus advogados, todas as juntas de advogados e um arquiteto com um pequeno escritório. Quem tem menos chances de se defender nesse processo? Isso que nos preocupa como profissionais e me preocupa em que pese deva ser investigada a colega, aí me preocupa como que ela vai se defender frente em meio a esse problema. Então, ressalto a importância da análise técnica, de uma análise técnica com boa gestão do processo. Encerro e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Rafael. Compartilhamos do seu conhecimento, no sentido de encaminhar pela reprovação da etapa e não colocar em diligência. Nesse sentido, para dar uma celeridade, para não passarmos voto a voto, acredito que todos os conselheiros vão votar pela reprovação do expediente, se houver algum voto favorável ou alguma abstenção, por favor, manifestar no chat, se temos alguma abstenção. Temos a abstenção do Conselheiro Felisberto. Ou algum voto favorável? O relato é desfavorável. Nesse sentido, aprovado o relato do Conselheiro Rafael passos, do IAB, pela reprovação do presente expediente, com uma abstenção do Conselheiro Felisberto. **APROVADO O PARECER DE INDEFERIMENTO DO PEDIDO.** Passamos Então, ao **ITEM 4.05: 18.0.0000121759-0.** É um ajuste de traçado viário, a gente teve o relato do Conselheiro Paulo Jorge, o parecer favorável foi apresentado em 25/08/2020. Temos aqui o relato de vista da Conselheira Tânia, já juntou na última reunião. O Conselheiro Gomes também com parecer favorável. Eu vou pedir que a equipe do planejamento nos relembra o expediente,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

embora esteja na lembrança um pouco de todos, mas faz uma apresentação rápida e depois eu abro a palavra se a Conselheira Tânia ou o Conselheiro Gomes quiserem fazer o relato de vista. **Catiane Burghausen Cardoso, Arquiteta da Equipe de Planejamento Urbano:** Então, é o Processo 18.0.000121759-0. É um ajuste de traçado viário e de área verde. O requerente é o próprio município. Fica na Região de Planejamento 06, no Bairro Teresópolis. Aqui à direita a gente consegue ver em azul a adequação do traçado viário e um trecho a ser adequado no gravame de praça. Aqui na imagem de satélite a gente consegue ver a localização, aqui é a Estrada Salater, a Diretriz 4383 e a Praça Frei Celso Brancher, a ter o seu gravame ajustado. Aqui a gente vê os anexos da resolução, em vermelho a adequação a ser feita, em verde a área da praça. Essa educação se dá em razão da aprovação e licenciamento do loteamento Chácara Teresópolis, conforme essas plantas. Aqui tem um detalhamento do projeto geométrico do alinhamento. Então, em função da aprovação desse loteamento em 2009 e licenciado em 2015, surgiu a demanda da adequação da diretriz e do traçado da praça. A nota técnica da PGM não vislumbra óbice jurídico e cita o parecer da CDU, que foi uma questão de compatibilização de traçado com o traçado do loteamento. É isso. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Catiane. Nesse sentido, pergunto à Conselheira Tânia se quer fazer o relato de vista. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Posso fazer o relato de vista. É o relato de vista, RGP. 4, Tânia Silveira. Porto Alegre, 1º de setembro. Ao CMDUA, referente ao Expediente Único 002.206656.0.4. SEI 18.0.00121759-0. Vista da Região de Planejamento 4. Trata-se da alteração de gravame de traçado viário de diretriz 4383 e ajuste de gravame da Praça Frei Celso Brancher, no loteamento Chácara Teresópolis. A mesma teve EVU deferido em 02/07/2008, licenciamento em 04/11/2015. O projeto geométrico foi aprovado no EPO/SMOV em 24/07/2017 e gerou a necessidade de ajuste de traçado viário e da área verde. A PGM se manifestou em nota técnica PMS 06345/2020, em óbice. Tendo em vista somente a correção do traçado viário do PDDUA. Inserido na MZ 4 UEU 034, conforme plantas anexas 1 e 2, a RGP 4 é favorável ao processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Obrigado, Conselheira Tânia, pelo relato. Conselheiro Darci, vai fazer o parecer de vista? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Posso fazer. Trata-se de ajuste de gravame de diretriz 4383, o detalhe foi aberto no dia 13/03/2017, com seu primeiro despacho em 13/01. Antes do processo ser aberto ele já estava com despacho. A folha de abertura do processo não diz nada, somente está lá o expediente único, tanto é que o despacho seguinte, agora não sei se foi 5 ou 3 meses depois, porque não sei se aquele despacho está com a data errada, é de julho, onde a CPU/SMURB despacha para que seja dada a justificativa, pois não consta no requerimento o expediente único. A justificativa toda é a adequação do projeto já aprovado no loteamento Chácara Teresópolis. E em momento algum visa as vantagens para o município, apenas apresenta como resultado de um projeto já aprovado, não permitindo a análise de alternativas. Pela análise da imagem que foi a recém-projetada aí, disponível, vemos a imagem de satélite, o que podemos visualizar, já que não se pode visitar o local, que seria a opção mais interessante, a opção apresentada não tem informação se foi proposta pelos técnicos da prefeitura ou pelo empreendedor do loteamento, já que isso deve estar lá no projeto do loteamento, a gente não conseguiu acesso a esse processo, joga que joga para uma área de mata preservada a diretriz proposta. Então, isso é uma coisa que até o Conselheiro Paulo Jorge destacou no seu relato, que a área, a diretriz passa em cima de uma área de mata preservada, podendo ser entendido que poderia ser uma facilidade para o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

empreendedor. Como eu não tive acesso ao processo de loteamento, a gente não tem essa informação ali, o empreendedor se desfaz de uma área de mata do seu loteamento e passa para o município. O encargo de vir a tramitar a solicitação de remoção da vegetação, quando a rua for executada, nesse sentido sou de parecer de que a rua mantenha o traçado atual, pois já é existente em forma de acesso. O processo realmente foi difícil de entender o que está lá, houve informações, ele ficou um ano e três meses parado, sem despacho nenhum de nós aqui temos que ser pressionados, sempre chamados de quem está querendo retardar. E entendo que esse retardado tenha sido involuntário, não por má vontade, mas porque o nosso município está precisando de mais profissionais na Secretaria. Então, foi em novembro de 2018, até fevereiro de 2020, esse processo não teve nenhum despacho na Prefeitura Porto Alegre. Então, não estou entendendo exatamente o porquê em cima de uma área preservada se colocar um gravame. Então, vou ser contrário ao projeto de alteração. Acho até que olhando superficialmente, essa diretriz nem precisava, acho que talvez o ideal mesmo seja retirar a diretriz para preservar aquela mata ali. Eu acho que até seria um grande ganho para o próprio loteamento que ganharia mais uma área preservada para o seu convívio. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Darci. Conselheiro Gomes para o seu relato de vista. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite. Eu percebo que teve certa dificuldade dos colegas do Conselho de entender o que realmente é o objeto. É uma pequena adequação do projeto geométrico quando a SMOV, diga-se de passagem, fui supervisor há alguns anos lá, fez um projeto geométrico e teve que adequar em relação à implantação do loteamento, o projeto do loteamento legal, deferido em 208, licenciado em 2015. Em 2017 que o EPO faz o projeto geométrico, uma adequação e é uma pequena adequação. E para enxergar no mapa tem que pegar praticamente uma lente para ver o pedacinho que é. Não existe nada de intervenção na área verde que não tivesse sido aprovado há muito tempo lá em 2008, quando licenciado o loteamento Chácara Teresópolis. Na verdade, é um ajuste para adequar ao traçado do Plano Diretor em função das informações que a SMOV, através do escritório de projetos e obras do EPO, coloca aí para o pessoal do planejamento. Então, dou absolutamente de acordo com isso para fazer essa correção técnica, basicamente, que não tem nenhuma intervenção na questão seja urbana, seja ambiental. A favor. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Nesse sentido, consulto os Senhores Conselheiros se temos alguém inscrito ou com interesse em debater o projeto? A gente tem o Conselheiro Felisberto, Darci, Dal Molin. O Conselheiro Hermes também. Vou encerrar para o debate e abro para o Conselheiro Felisberto a palavra. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1.** Boa noite. O meu voto é acompanhar o relato de vista do Darci. Eu estive na área, não é simples como o Gomes está falando, tem área verde sim, não se tem uma área muito robusta e ao contrário de um que nós aprovamos, a aprovação de uma mudança de um traçado viário para ampliar a praça. E aqui é para diminuir a praça. Então, me parece que quem perde é a própria comunidade do entorno, os moradores. E tem mata sim, ali, robusta, não é simplesmente um matinho, né. E nós não achamos aquilo que o Paulo Jorge falou, que havia uma proteção da praça, nós não vimos isso. Eu fui com a Conselheira Claudete e a gente viu bem que é um mata robusta. Então, meu voto é com o parecer do Campani, contrário. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu estava tentando olhar a planta que está no processo, sob o ponto de vista que o Gomes está analisando. Então, mas mesmo assim acho que se eu fosse fazer um parecer agora, reformulando em cima da visão que o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Gomes apresenta, eu seria pela retirada do gravame. Realmente, é uma área de vegetação preservada e que tem um gravame que está em cima dela. Como ali não tem uma coisa que me diga que o condomínio vai ser aqui, que foi aprovado em 2008, hoje eu entrei ainda na imagem do Google e não tem nada construído, pelo que eu vi ali, é uma área preservada. Então, a gente pede lá em 2008 uma licença, nós estamos em 2020, não fizeram nada ainda e a coisa não se resolve e a cidade que fica esperando a vontade. Então, eu mantenho o contrário, no sentido de que acho que pode voltar para o corpo técnico e até avaliar. A negativa aqui volta para o corpo técnico, que pode avaliar se existe uma proposta melhor do que gravar em cima de uma rua preservada. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Vou ter que discordar hoje do meu amigo Felisberto. Eu vou acompanhar o meu Colega Gomes. O Darci é engenheiro agrônomo, professor e ele deve saber muito bem que quando a gente faz um loteamento se faz muitos relatórios de impacto ambiental, laudo de cobertura vegetal, muitos engenheiros agrônomos, biólogos fazem parte desse loteamento. O loteamento foi aprovado há muito tempo e demora muito para aprovar loteamento em Porto Alegre. Depois, como o Arquiteto Gomes mostrou, que a própria prefeitura, está o brasão da Prefeitura no projeto geométrico, que ela pede para fazer um ajuste, aí toda essa celeuma por causa disso se o empreendedor já fez todas as remoções nesse momento, já fez as compensações vegetais todas para o projeto de loteamento que está aprovado. E agora porque vão fazer um reajuste, a prefeitura sugere o ajuste de um traçado, aí pronto, acabou, né! Aí acabou o mundo, aí vão acabar com a cobertura vegetal lá de Teresópolis! Ah, meu Deus do céu! Darci, tu és engenheiro agrônomo, sabe muito bem do que eu estou falando. Por favor, vamos pensar melhor isso aí. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, mais uma vez eu acho que nessas situações sugiro que haja esclarecimento, porque quando tem um relato de vista que contraria ou que traz novas informações, para a maioria dos conselheiros fica dúvida: mas afinal tem ou não? Qual o problema de tirar o gravame? Tudo o que o Conselheiro Darci levantou, se não for explicado fica a dúvida, na dúvida, ou os conselheiros terminam votando errado, ou votam pela abstenção. Então, eu acho que poderia se dar um tempo para que foi esclarecido isso e também uma pergunta que fica: se não fizerem esse ajuste o que acontece? São esses os meus questionamentos. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. O Relator pediu a palavra também por último, Conselheiro Paulo Jorge. É importante sempre que tem uma representação, na inscrição dos debates que se inscreva um representante do governo que entende um pouco e possa fazer esses esclarecimentos. Justamente tem a oportunidade da fala durante o debate de um representante do governo para prestar os esclarecimentos. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa tarde, meus conselheiros. Eu estou aqui escutando os nossos intelectuais falando, o Hermes que é arquiteto, o Darci que é engenheiro agrônomo, o Gomes que é arquiteto, mais o nosso arquiteto Dal Molin também, aí são pessoas que eu tenho que respeitar nas suas colocações como profissionais na área do urbanismo. Eu não sou arquiteto, não sou engenheiro agrônomo, não sou nem engenheiro para definir a complexidade de uma área, uma mata. Eu só posso contar a história que eu conheço daquilo ali. Eu conheço desde à década de 65, que é a continuação da Rua Arnaldo Boher, 931, era tudo mata atlântica aquilo ali. No final da Rua Arnaldo Boher tem a Rua Belém, depois os Alpes, aí era tudo área atlântica, mato e morro. Os loteamentos no morro foi avançado, que foi aprovado pela ESPM a invasão dos morros, dando Habite-se para aquela população, atrás do Hospital Espírita no morro, que era uma Mata Atlântica do morro também. As mansões que estão lá



em cima são dos burgueses. Não sei quem foram os loucos da ESPM que deram Habite-se para aquelas mansões lindas lá em cima do morro. Começamos por aí! Ao lado dessa praça que está pedindo o ajuste, também tem um loteamento lindo ali dentro e tudo fechado. Quando nós passávamos ali, eu morei na equina ali em cima, não podia invadir, porque eles não deixavam invadir. Ali não consegue entrar na área, está fechado, fechadíssimo, onde tem mato, a gente ia caçar tatu, caçar preá, ia caçar ratão ali, mesmo assim o dono lá nos dava tiro. Inclusive, um colega meu baixou o hospital muito mal, porque o proprietário que cuidava atirava em nós, nós éramos os negros que caçavam ali dentro. Acontece o quê? O pessoal preserva essas áreas, deixam guardadas há anos, os cartórios da burguesia, deixam fechadas por ano, depois que valoriza ali vemos empreendimentos novos. Ali foi feita a (Inaudível) do OP, para nós da comunidade que organizamos está fechado. Só para encerrar a minha parte, eu vou ser favorável, porque não vai afetar a minha comunidade, mas vocês que são intelectuais, é um debate importante para discutir o que se faz com essas áreas preservadas, que tem mata nativa ali dentro. Quando eu pedi um curso de urbanismo para vocês, para nós entendermos isso aí, bem claramente um projeto que se desenvolve em uma área preservada, que é o ajuste viário, que eu estou vendo aqui. Isso é um traçado, tem a praça e vai ter o loteamento, vai ter o recuo. (Sinalização de tempo esgotado). Então, eu gostaria o seguinte, eu deixo aberto este debate, cabe ao meu Presidente, se ele quer abrir para o debate, só que caberia o nosso Conselheiro da Região 6, que é a área dele, da 5, mas está na 6, fazer o seu parecer. Se o Gomes aprovar, cabe a ele e com vocês aí. Ele que é arquiteto, é engenheiro, mais os colegas da plenária aí. Eu não vou entrar nessa discussão aí, porque eu ou leigo nessa área aí. Obrigado. Se fosse na favela eu saberia. Na vila eu sei, mas em área de mata atlântica, mata virgem, não sei o que mais, eu não sou especialista. Agora, eu sou da favela, na favela os becos são comigo. Aí o bicho pega! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Paulo Jorge, pela manifestação. Nesse sentido, houve os relatos de vista, oportunizado o debate dos Senhores Conselheiros,, eu abro a votação, lembrando que a gente tem o parecer favorável do relator, do representante da RGP 05, temos o relato de vista favorável da Conselheira Tânia, contrário do Conselheiro Darci e favorável do Conselheiro Gomes. Então, inicio como vota a Conselheira Lisiane do DEMHAB, se favorável ou contrária ao PARECER FAVORÁVEL do relator. **VOTAÇÃO NOMINAL:** **Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Abstenção. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Ana Paula (Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Contrário (Relato de vista). **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu gostaria de uma Questão de Ordem anteriormente, Secretário, porque o relator manifesta em suas considerações, ele foi muito bem nas suas colocações, mas manifesta que deixa conosco. Então, eu quero saber, afinal, qual é o parecer que estamos votando. E o próprio relator diz: “Eu não tenho conhecimento técnico disso e deixo com os demais”. Preciso desse



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

esclarecimento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Neste caso, como que a senhora vota? Eu já faço o esclarecimento da Questão de Ordem. Estamos no processo de votação. O Conselheiro manifestou. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Mas eu não tenho como fazer antes de iniciar a votação, porque eu não tenho palavra, eu só posso pedir no chat. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Neste caso, como que a senhora vota? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Contrário. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Abstenção. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Abstenção. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Abstenção. Eu não me sinto esclarecido, eu acho que teria que ter mais debate, mas como o regimento não permite eu me abstenho. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável a esse pequeno ajuste no traçado, conforme a Prefeitura está solicitando. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Contrário. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Contrário. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Abstenção. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Favorável (Relato de vista). **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Favorável (Relator). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável (Relato de vista). **Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Favorável. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Temos 07 votos favoráveis, 05 abstenções e 04 votos contrários. Nesse sentido aprovado o Item 4.05 da pauta. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR.** São 20h23min, consulto antes de encerrar a nossa sessão se a proposta que eu compartilhei aqui no início da reunião, de a gente encaminhar, aquela nossa reunião temática que a gente tem, da última quinta-feira do mês, que a gente desse continuidade no assunto de medidas mitigatórias para fechar o tema, trazer a equipe do planejamento, que tem uma proposta de metodologia, queria avançar um pouquinho mais na discussão, para talvez não ficar em aberto. É uma sugestão que veio do Conselheiro Gomes, outros conselheiros sugeriram e apoiaram a ideia. O Conselheiro Adroaldo eu acho que também. Então, como a gente tem calendário, o próximo é da regularização, eu iria consultar os Senhores Conselheiros se entendem dessa forma, que a gente postergue a regularização fundiária, atrase o calendário das próximas e dê continuidade na próxima quinta-feira para esse debate das medidas mitigatórias que consiga concluir o assunto. Então, eu dou a Questão de Ordem para o Conselheiro Felisberto falar. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, a minha Questão de Ordem, Secretário, é a seguinte, as pessoas falam que a gente deve respeitar



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

a questão técnica, os pareceres técnicos, a equipe técnica, mas quando o conselheiro dá um parecer, viu a área, tem uma visão da cidade e aí vem com a técnica querer superar uma visão de cidade. Ninguém é contra atividade agrícola. Eu sou especialista em direito agrário, trabalhei nós Secretaria de Agricultura, sei o que é módulo rural, sei o estatuto da terra, foi o primeiro estatuto que desempenhou a função social da propriedade. Então, eu exijo respeito dos meus colegas, eu respeito todos. E quando eu dei o meu parecer de vista do processo, foi no sentido de colocar uma visão de que eu entendo de área rural. Não adianta agora porque eu estou trabalhando com os produtos orgânicos que eu sou mais conhecedor da área do que outros. Não aceito isso! Conheço esta cidade, sou morador de Porto Alegre e sou o cara que visito as áreas, eu me criei visitando as áreas. (Sinalização de tempo esgotado). Então, eu acho que tem que respeitar as posições dos demais conselheiros. Essa é a questão. (Sinalização de tempo esgotado). Espera, Secretário. Eu quero me manifestar sobre o voto, né. com relação ao voto, de trocar pauta, eu acho que nós já vamos discutir atrasado a regularização fundiária, eu acho importante esse tema, porque são mais de 400 comunidades que esperam e a gente sempre aprova algo para beneficiar a capital em detrimento da vida. Eu coloquei isso no chat e agora eu estou dizendo para que fique em atendimento, nós não podemos em detrimento da vida priorizar o lucro, porque não há lucro sem vida. Era isso e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Nós temos o Conselheiro Paulo Jorge e depois o Conselheiro Gomes. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Obrigado, meu Presidente, Senhores Conselheiros,. O que eu coloquei para os conselheiros, que é uma visão minha, como um conselheiro com três mandatos no Plano Diretor, eu sou um dos mais velhos aí dentro. E passei por vários processos aí dentro, venho aprendendo com vocês, meus conselheiros, com chefe de setor, secretários de áreas, com o Gomes, com o Hermes, com o Felisberto, o Darcy que foi secretário do DMLU, hoje professor orgânico, sobre Porto Alegre e seus loteamentos. É um debate bom para ser discutido com os conselheiros, o que é gravame, o que é ajuste, o que é área verde, o que está ocupado, o que foi legalizado pela prefeitura, como foi isso aí. Tem que ter um debate chamando uma vez por mês para o conselho e o Presidente abre um debate com os conselheiros. É importante essa parte. Eu fiquei em dúvida, mas acompanhei o nosso Conselheiro da Região 06. Então, eu peço, só para encerrar, meu Presidente, também discutir a regularização fundiária. Ao lado dessa vila, do lado tem esse loteamento privado, à esquerda tem um loteamento da área limite, uma invasão com mais 08 casas. Olha bem, à direita está fechado, um loteamento privado, à esquerda tem um loteamento que está precisando de regularização fundiária. Então, são casos. Ali na Glória se tornou uma área muito nobre e roca do lado do Teresópolis. Então, para encerrar, eu proporia a regularização fundiária e também na quinta-feira agora continuar o nosso debate sobre o que o senhor está colocando, sobre o solo criado e as medidas mitigatórias. É bom começar a debater isso aí. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Paulo Jorge. Vou passar a Questão de Ordem para o Conselheiro Gomes e vou colocar em votação. Já são 20h30min, cuidado para não retomar o debate anterior. O pessoal está querendo encerrar aqui. Então, só para a gente não retomar o debate anterior. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** É bem rapidinho, é de certa forma para protestar contra o mal uso da Questão de Ordem. As pessoas estão usando para fazerem argumentos e tal. Então, em relação à Questão de Ordem, que é Questão de Ordem, só vou dizer o seguinte, Felisberto, na próxima reunião eu respondo esse teu populismo ideológico. Ok? **Germano Bremm, Presidente e**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Gomes. É importante lembrar, sim, Questão de Ordem é para dirimir dúvidas com relação à interpretação do regimento, estala previsto. A gente tem que ter esse cuidado de não retomar o debate, senão sempre vai ter alguém que vai querer falar depois. Aí a gente não termina com o assunto nunca, para isso tem os momentos de fala, de inscrição, de debate, encerrou o debate, avançamos para a votação. Perfeito, Senhores Conselheiros, então, consulto se a gente encaminha, dando continuidade da reunião das medidas mitigatórias na última quinta-feira do mês de setembro. Quem é favorável, por favor, manifeste seu voto. **VOTAÇÃO NOMINAL:** **Lisiane Sartori Fioravanzo Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** (Saiu). **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Abstenção, tanto faz. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Ana Paula (Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Contra. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu gostaria de entender a ordem. Quando nós estamos nos expediente nós votamos no chat. Uma coisa que poderia ser feito mais rápido nós não podemos usar o chat e temos que fazer nominalmente. Sou favorável, já havia colocado no chat e que deve ser anexado às atas. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu estou fazendo a votação porque achei que estivesse alguma discussão, alguns contrários, outros favoráveis. Então, é melhor que se faça. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu acho que devemos manter o original. O que o Felisberto falou é verdade, as questões de regularização fundiária sempre são adiadas. Então, nesse sentido, voto contrário. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Contrário. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** (Saiu). **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável, mas acho também que a regularização fundiária também vai precisar de duas sessões. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Contrário. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu vou atender a solicitação do Dal Molin para cortar abarba, é que não deu tempo hoje. (Risos). Eu sou Contrário, a prioridade seria a regularização fundiária, tendo em vista o que está acontecendo no Matos Sampaio e em outras regiões da cidade. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** A RGP 04 é contrária, tendo em vista toda essa problemática que está acontecendo aqui no Matos Sampaio. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Favorável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Favorável, até porque fui eu que sugeri, senti a necessidade de dar continuidade ao nosso debate, que foi muito bom. **Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Favorável, mas a regularização fundiária tem que ser discutida urgentemente. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável, mas também acho que nós temos que discutir a regularização fundiária na nossa cidade. Nós temos muita coisa a discutir sobre regularização fundiária da nossa cidade. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Temos 17 votos favoráveis, 06 votos contrários e 01 abstenções. **APROVADA A CONTINUIDADE DA PAUTA TEMÁTICA MEDIDAS MITIGATÓRIAS.** Só vamos postergar a pauta da regularização fundiária, de tamanha importância também, não há dúvida e fica ela na reunião do mês seguinte, para a gente debater a pauta da regularização fundiária. Lembrando que para o muito todos os temas são importantes, a gente só encaminhou essa anotação que veio por meio de alguns conselheiros. Então, a gente posterga um pouquinho a reunião da regularização fundiária e damos continuidade nas medidas mitigatórias. Boa noite, Senhores Conselheiros, obrigado pela oportunidade, pelo convívio, pelo debate, pelo aprendizado de sempre e até logo. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h30min).**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2852/2020

Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de *combater* o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação das Atas 2839, 2840 e 2841/2020; 3 Comunicação; 4. Ordem do dia (Processos). Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h00min. 1. **ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**: Boa noite. São 18 horas. Enquanto o pessoal vai ingressando eu já vou dando destaque, pedindo para todos que tenham interesse em participar do período de Comunicação que já façam as inscrições. Tivemos uma boa reunião na terça-feira passada, espero que tenhamos na de hoje também uma excelente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

reunião, com excelentes debates, construção. Nem sempre vamos concordar com todos, isso faz parte da democracia, a gente tem que respeitar a posição de todos os conselheiros aqui. O debate é sempre saudável e amadurece a análise dos processos. Temos para o período de Comunicação a Patrícia inscrita para comunicar um recado. Conselheiro Felisberto, Conselheiro Jackson, Conselheiro Hermes. Temos *quorum*. Vou ler quem está presente (Nominata acima). Então, iniciamos formalmente a nossa reunião, desejando uma boa noite de trabalho a todos. Pergunto novamente se tem mais alguém inscrito para o período de Comunicações? Vou encerrar a inscrição para o período de Comunicação e abrir a palavra para o primeiro inscrito. Temos a Claudete inscrita. Então, eu encerro a inscrição para o período de Comunicação. Abro a palavra para nossa Conselheira Patrícia fazer a sua comunicação. **3. COMUNICAÇÃO. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite a todos. Não, eu queria fazer um pedido, a equipe de planejamento deixou um formulário disponível para o pessoal responder e aí a gente queria fazer o pedido, que até sexta-feira o pessoal que quiser contribuir, enfim, que preencha o formulário que está disponível. O Emílio respondeu ali. É, ele foi o único que respondeu até o presente momento. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa tarde a todas e todos. Saudar os conselheiros e conselheiras, a taquigrafia, a todos. O meu informe é mais algum pedido de esclarecimentos e de informações necessários. Eu queria saber qual o recurso já pago do governo do município ao PENUD. Qual o valor do recurso pago? Qual o retorno de prestação de serviço dessa entidade, desse organismo internacional? Esse é o primeiro pedido de esclarecimento. O segundo, eu queria saber os resultados das oficinas que foram realizadas, quando que elas vão ser socializadas com o Conselho. E me parece que a relação com o Conselho, esclarecimento sobre o trabalho que está sendo feito, é necessário, porque o Conselho faz parte do sistema de gestão e planejamento da cidade. Então, é necessário ter esse diálogo com o Conselho e não, eventualmente, com as entidades ou fazendo questionário, perguntando qual é a opinião. Nós temos que debater como pauta do Conselho, nós fomos eleitos para discutir a cidade. Então, eu me sinto violentada no meu direito de discutir a cidade, porque não pautamos isso aqui no CMDUA. Então, é importante que a gente retome isso. E a terceira questão é sobre o livro sobre este Conselho, o único que me enviou contribuições até agora foi o Adroaldo. Então, eu peço que enviem as contribuições, eu estarei fazendo um relato na próxima sessão das contribuições, submetendo a este Conselho a aprovação do que nós encaminharemos para o Fórum Municipal dos Conselhos. Era isso e obrigado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos e todas. A Patrícia depois informa o caminho, eu não vi se veio no e-mail, como veio esse pedido de informação. Eu queria mais uma vez convidar, nesta quinta-feira continua um evento do Sindicato dos Arquitetos, são as quatro quintas-feiras de setembro, às 19 horas. E nesta quinta-feira, dia 10/09, o Plano Diretor e a Política Habitacional, com o Arquiteto Nabil Bonduki, como eu já havia falado. É bem interessante, o Nabil foi Secretário de Planejamento de São Paulo, é professor, é colunista da Folha de São Paulo, é uma pessoa brilhante. Eu convido quem puder assistir que assita. Por fim, Secretário, eu queria pela terceira vez pedir informações, quero reafirmar a minha solicitação de informações em relação àquele EVU. Eu não vou citar número de processo aqui, depois eu vou mandar pela terceira vez por escrito. Para quem não se lembra é o processo da NEXTER, que foi aprovado um EVU pela CAUGE, em um segundo EVU foi encaminhado para o Conselho. Enfim, a CAUGE aprovou de novo, ela refez o parecer e disse que não precisava a oitiva do Conselho porque um EVU anterior tinha sido aprovado em 2014. É a terceira e última vez que eu lhe peço, por favor, esclarecimentos, de porque



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

esse processo não veio para o Conselho, qual a motivação. De repente eu não esteja bem informado sobre a validade na lei. Em princípio, os EVUs têm validade de 18 meses, talvez tenha outra questão. Então, eu vou encaminhar em seguida, do fim da reunião. Muito obrigado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e todas. Primeiro, eu gostaria de cumprimentar a Conselheira Patrícia, se eu não me engano, ela estava de aniversário na data de ontem. Então, queria parabenizar a ela. Queria também parabenizar o fato de ter encaminhado a continuidade da discussão das contrapartidas, porque é essencial, na verdade, a gente fazer essa discussão por completo, mas para a gente ter uma discussão efetiva e como se tem encaminhamentos na próxima sessão, lá no dia 28, é necessário que se traga, até para se encaminhar, que se traga dados e informações. Então, eu peço aqui que venha, na verdade, aquilo que até o Germano quando era assessor já havia se comprometido de trazer para nós, que é a relação dos termos de compromissos firmados pela Prefeitura, a situação em que eles se encontram. Ou seja, um posicionamento dessa situação das contrapartidas para que a gente efetivamente faça uma discussão plena com base em dados e informações que venham não só através dos nossos relatos aqui. E queria. Pontuar apenas a questão, vi que o Felisberto pediu a questão do relatório das oficinas, sei que a Patrícia colocou no grupo, eu não estava na sessão, mas que o grupo decidiu não votar. Eu acho que isso independe, porque é uma das obrigações, na verdade, do Conselho, que até não dependeria de voto isso, né. Eu acho que essa informação pode e deve vir também. Era isso. Obrigada. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite, pessoal. Boa noite, meus Conselheiros. Eu quero colocar o seguinte, meu Presidente, se fosse possível na reunião do Conselho chamar o Secretário de Obras para poder falar sobre a obra da Cruzeiro, porque o pessoal está reclamando da questão de alagamentos. Esta semana alagou toda a Região Cruzeiro, aqui embaixo, perto do Postão. Essas obras não estão prontas, entra água lá dentro. Alagou toda Porto Alegre, concordo, mas nós temos um buraco lá embaixo, não tem escoamento. Então, eu não tenho mais acesso sobre essas obras da Tronco, o secretário não fala nada. A gente não consegue ter acesso, não sei o que está havendo, nem o nosso CRIP sabe da situação. Então, tem que falar com o secretário, convocar o Secretário de Obras, de gestão, para falar da situação no Conselho. Se tu estás em uma favela, quando alaga, alaga tudo, as pessoas perdendo móveis, perdendo roupa, perdendo tudo, Secretário. Eu não tenho o que fazer, aí o culpado não é o prefeito e nem o secretário, o culpado somos nós da comunidade que deixamos fazer as obras, que damos a cara para bater e depois os culpados somos nós. Eu já fui até ameaçado lá embaixo pelo pessoal, porque perderam as coisas, perderam tudo. Tem que ter uma solução. Então, eu gostaria que a Prefeitura viesse e desse um encaminhamento. Nós temos hoje uma prefeitura que não fala com a comunidade. Infelizmente, a gente fala com o prefeito e não tem retorno, eles não dão retorno, Secretário. A minha função como conselheiro é pedir ao Secretário que tenha essa inteiração. A gente fica em uma área de risco para cuidar de uma favela, a gente toma uns tiros lá pelo seguinte, porque pedem as coisas e não querem saber quem é. A gente dá rancho, dá roupa, mas não dá o retorno. Então, estou pedindo socorro. E para encerrar a minha parte, estou chamando os pré-candidatos para a Rádio Abolição para falar sobre 2001. Então, amanhã vai estar o Fortunati, candidato a prefeito. No dia 23 vai estar o Sebastião Melo e no dia 30 vai estar a Manuela, no Programa Abolição, que é às quartas-feiras que eu faço. Então, quem quiser escutar e saber os passos dos candidatos a prefeito de Porto Alegre, no dia 07 vai estar o Marchezan. É sobre a Prefeitura 2021. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos tentar novamente o Conselheiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Jackson. Não está saindo o áudio. Bom, seguindo, vamos iniciar votando as nossas atas. Em relação ao questionamento levantado pelo Conselheiro Felisberto, a questão dos repasses, está previsto no termo de cooperação, foi disponibilizado. Inclusive, nós mandamos para o Ministério Público, eles mandaram a resposta, tem essa disponibilidade dos recursos. A cooperação com o PENUD, como vocês sabem, envolve uma vasta gama de projetos que vão dar subsídios para o processo de revisão do Plano Diretor, que estão suspensos em função da pandemia e em função do período eleitoral. Inviabiliza qualquer discussão neste período, não é adequado fazer, mas não impede, na verdade, a contratação de alguns estudos para darem suporte para este processo de elaboração do que vai ser necessário, os dados, indicadores para a gente de fato depois poder olhar esses estudos, esses dados e chegar a alguma conclusão no processo de debate, no processo de fato de revisão do Plano Diretor. Os dados estão todos ali dentro, disponibilizados, conforme a gente respondeu ali. Conselheiro Hermes, o questionamento dele, a Conselheira Gisele já colocou ali no chat. Nós encaminhamos, ele formalizou a solicitação, encaminhamos lá para a equipe do licenciamento para responder esse ponto, eu não tenho conhecimento da tramitação, mas a equipe avalia e responde. Com relação às contrapartidas, levantada pela Conselheira Claudete, de fato, essa nossa sequência de reuniões busca trazer uma alternativa do ponto de vista de solução para esse impasse. Nós não estamos nos debruçando nos casos concretos, nas contrapartidas, o que foi feito, o que tem impactado, está disponível ali no site da Procuradoria Geral do Município. Pode ser o objeto de outra pauta, outra discussão que a gente organize. Aqui a gente está fazendo essa discussão a partir dessa primeira reunião que se teve e do que se ouviu. A gente quer dar continuidade, amadurecer um pouco mais o tema e apresentar talvez para vocês uma proposta, compartilhar um pouco do que a gente está pensando de como melhorar esse funcionamento, essa rotina. Eu acho que essa é a ideia da próxima reunião para a gente discutir de fato a regra geral daqui para frente, independente das questões passada. A gente tem que tentar melhorar esse fluxo de informações com vocês. É nesse sentido que a gente dá continuidade. Nesse sentido, então, com relação às obras da Tronco, a gente pode convidar o secretário, Conselheiro, peço que o senhor formaliza essa solicitação para deliberar no próprio Conselho aqui. Enfim, nós podemos convidar para vir participar, dar alguma manifestação. Eu peço para formalizar a informação que o senhor precisa do secretário, é o Secretário da SMIM que responde pela Secretaria de Obras. Se o Conselho assim deliberar e votar a gente oficia o Secretário, convidando ele. Só peço para formalizar com a nossa secretária executiva que a gente coloca na próxima reunião para votação. Seguindo, então, Senhores Conselheiros, nós temos as atas. **2. VOTAÇÃO DAS ATAS 2839, 2840 E 2841/2020.** Eu pergunto se há alguma objeção para a aprovação dessas 03 atas, que estão disponibilizadas desde a semana passada. Se tiverem alguma objeção ou abstenção, por favor, manifestem no chat para a gente tentar objetivar. Temos abstenção do Conselheiro Felisberto, do Conselheiro Darci, da Conselheira Claudete, do Conselheiro Hermes, Conselheiro Mark, Conselheira Tânia, são 06 abstenções. Mais uma abstenção do Conselheiro Rafael Passos, os demais conselheiros presentes favoráveis à aprovação das atas. O Conselheiro Rodolfo de ÁREA também se abstém. **APROVADAS AS ATAS 2839, 2840 E 2841.** **4. ORDEM DO DIA.** Nesse sentido a gente segue no **ITEM 4.01 e 4.02** da pauta que estão em diligência. Passamos para o **ITEM 4.03: Expediente 19.0.000094615-2, desgravame de área verde, Município de Porto Alegre.** O processo foi distribuído em 17/06/2020. O prazo do relatório foi 21/07. O Relator é o representante da SAERGS. Eu vou pedir para a equipe do planejamento, que hoje está com a Catiane, para fazer a apresentação, depois passo para o relato do Conselheiro da SAERGS. **Catiane Burghausen Cardoso, Arquiteta da Equipe de Planejamento Urbano:** Boa noite,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Secretário. Boa noite, Conselheiros. Então, início com a apresentação do Processo 19.0.000094615-2. Trata-se de um desgravame de área verde na Avenida Cavallhada, próximo ao imóvel 389. Requerente é o MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. A área está localizada na Região de Planejamento 6, no bairro Cavallhada. Aqui na imagem a gente pode ver melhor a localização. Na imagem de satélite fica ao longo da Avenida Cavallhada, ao lado de uma área da Paróquia Santa Luzia. Aqui nas imagens da minuta de resolução é possível ver a área verde, conforme está atualmente. E na imagem 2 sem o gravame. A justificativa é que foi uma solicitação da Unidade de Patrimônio Imobiliário, da Secretaria de Planejamento e Gestão para tratar dos próprios municipais com gravame de área verde no Plano Diretor. São áreas que constam como não urbanizadas no cadastro imobiliário, mantido pela área de patrimônio e por esse motivo foi aberto o processo SEI para que a SMAMS se manifestasse quanto às áreas passíveis de serem desbravadas parcial ou totalmente. No caso da área, objeto desta resolução, a SMAMS posicionou-se favoravelmente ao seu desgravame, visto que foi considerada totalmente inadequada para a implantação de praça, devido a sua forma com pequena dimensão no alinhamento e com grande profundidade. Em nota da PGM citou o posicionamento da SMAMS, da equipe técnica, e não vislumbra óbice jurídico à minuto e ao encaminhamento. Obrigada.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Catiane, pela apresentação. Então, na sequência, já passo para o Conselheiro Relator deste expediente para que faça o relator.

Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Boa noite a todos. Obrigado, Catiane, pelo relato. Eu queria só antes de ler o meu parecer esclarecer algumas questões. Em princípio, é um processo muito simples, veio um pedido de desgravame, tudo bem, desgrava, é o que tem acontecido, mas eu entendo que o nosso papel vai além disso, ou seja, esse não seria o papel do Conselho. O papel do Conselho, como está dito na própria lei, no regimento interno, é tratar de programas de planos, de planejamento urbano. Então, o nosso papel é perguntar por que nós vamos desgravar? Esse desgravame é para virar caixa única da Prefeitura? É para ceder para alguma entidade? O que é? Porque essas áreas, só para esclarecer, depois eu passo a ler meu parecer, essas áreas que durante 40 anos, eu estive na Prefeitura, sempre foram assim, são áreas oriundas de loteamento, oriundas de alguma situação, que são gravadas para praça e pela sua conformação, na verdade, elas não servem para uma praça, mas são reservas técnicas que prefeitura, através do planejamento, transfere, termina alienando essas áreas, várias e pequenininhas para formar uma praça. Então, não é simplesmente a gente desgrava e por uma ideia de alguém lá da Unidade de Gestão do Patrimônio Imobiliário, né. Então, eu vou passar a ler o meu parecer e espero que entendam. Eu gostaria de antes de formar opinião, não dissessem que nós sempre somos contra tudo. Eu estou tentando aumentar o nível da discussão do planejamento e não só ficar nesse desgrava, sim, está aprovado. Eu passo a ler o meu parecer: “Trata-se de solicitação de desgravame de área verde localizada na Avenida Cavallhada, sem número, próximo ao imóvel 3893, inserido na Macrozona 5, UEU 08, bairro Cavallhada. A solicitação de desgravame teve origem no Expediente SEI 18.0.000064055-3, de iniciativa da Unidade de Gestão do Patrimônio Imobiliário da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão”. Eu só faço um parêntese aqui, que esse processo não é o que tem a resolução, é um processo criou esse pedido, essa solicitação de desgravame”. Depois foi criado outro para a resolução, que é o que nós estamos tratando. O expediente não contém informações e/ou esclarecimentos sobre a motivação do pedido de desgravame. Objetivando esclarecer a motivação, solicitei vista ao expediente acima citado”, que é este o primeiro. “O qual originou a abertura do presente processo. O processo teve origem na UGPI e foi



encaminhado para o Gabinete do Secretário da SMAMS, acompanhado de planilha com a indicação de 12 áreas verdes não urbanizadas, segundo o cadastro imobiliário. Assim como 12 anexos com o mapeamento dessas áreas. É solicitado que a SMAMS indique as áreas que podem ser desgravadas parcialmente ou totalmente. Entretanto, não esclarece a motivação do desgravame. Em despacho de 12/09/2018, da SMAMS, é dito que a área em questão é totalmente inadequada para implantar de praça, devido à sua forma com pequena dimensão do alinhamento e com grande profundidade. Nesse sentido, não se opõe ao desgravame. Perseguidos os trâmites administrativos, foi elaborada a minuta de resolução que trata do desgravame da área. Por fim, é submetido à avaliação deste Conselho. Considerações: salvo melhor juízo, as áreas públicas reservadas para praças e/ou parques, oriundas de loteamento ou não, com dimensões inapropriadas, como é o presente caso, como no presente caso, constituem-se em reserva para futura execução de praças e/ou parques em regiões próximas. Ou seja, as várias pequenas áreas somadas, ao serem alienadas e/ou permutadas, permitem ao poder público aquisição de lote maior com dimensões e localização adequados para a instalação de áreas públicas de lazer, estar, praças, parques, entre outros". Isso agora não está no meu parecer, mas lógico que dentro de uma política de criação de áreas verdes. "No caminho oposto, ao serem desgravadas e alienadas aleatoriamente, somam-se ao patrimônio público, cujos valores de alienação migram para o caixa único da Prefeitura, sendo, então, o objetivo inicial desvirtuado. Outro caminho é a simples concessão de uso dessas áreas." Neste processo inicial, também é uma observação minha, de 12 áreas tem 3 ou 4, não me lembro exatamente, posso ver se interessar, que foram cedidas. A cedência é justa, eu não estou questionando a cedência, mas a origem dessas áreas é exatamente para suprir a necessidade de praças. "Considerando o que consta no artigo 39, seção 1, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, da Lei Complementar nº 434/99 e alterações posteriores, este Conselho "tem por finalidade formular políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano ao qual compete". Sito em especial o inciso VII: "Zelar pela integração de políticas setoriais que tenham relação com desenvolvimento urbano ambiental do município. Considerando que nos expedientes consultados não existem informações referentes à origem da área e/ou justificativas para o gravame, nem mesmo é expressa uma intenção de política pública para implantação de novas áreas verdes, principalmente no bairro Cavallhada e proximidades. Considerando que a comunidade local não será beneficiada com o desgravame, ao contrário, perderá a oportunidade de futuramente poder contar com praça ou parque em uma região carente desse tipo de equipamento, somos contrários ao desgravame, nas condições propostas. Dia 03/09/2020". Eu queria só, Secretário, para terminar, deixar bem claro que a minha posição não é do não pelo não, sempre existiu no município, e com falhas, eu não estou dizendo que era perfeito, uma política de exatamente essas áreas, e aí tem a função dos loteamentos. Quando se faz um loteamento, o lotezinho ou dois lotezinhos que ele doa para a área verde, não necessariamente vão ser área verde, aquela é uma reserva técnica, que somada a outras áreas pequenas, vão possibilitar uma área verde. E a mesma coisa, essa zona é extremamente carente, aliás, toda, tirando algumas zonas da cidade, a periferia, os bairros, eu moro no bairro Glória, não tem uma praça decente, enquanto que certas zonas da cidade são privilegiadas, exatamente porque não existe uma política. Obrigado.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Hermes. Então, parecer desfavorável relatado na data de hoje. A gente tem duas solicitações de vista, o Conselheiro Gomes e o Conselheiro Felisberto, também o Conselheiro Darci, Conselheiro Rafael Passos, Conselheira Tânia também. Mais algum conselheiro vai querer fazer relato de vista?



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Encerro a inscrição e postergo para a próxima reunião. O Conselheiro Fernando solicitou vista, nesse sentido a gente não produz o debate. Conselheira Patrícia solicitou vista também. Então, a gente encaminha para a próxima reunião este projeto. O Conselheiro Paulo Jorge também solicita vista. Antes de passar adiante, o Conselheiro Jackson está com problema e colocou no chat, faço a leitura para constar em ata: “No Posto Seco, em Porto Alegre, teve um volume grande de cargas de 2,5% em agosto, com relação a agosto de 2019. E com relação ao ITEM 4.06 da pauta, não solicitou vista desse processo, existe um equívoco”. A gente corrige aqui. Perfeito, Conselheiro. O **ITEM 4.04** da pauta está suspenso em função de uma complementação solicitada. Passamos para o **ITEM 4.05**: este está em diligência também à Procuradoria. O **ITEM 4.06**: Expediente 19.0.000818952, alteração de traçado viário. Da RGP 07 o relato, o processo foi distribuído em 17/06, prazo para relatório em 24/06, como não tivemos oportunidade, estamos chegando na data de hoje. A Conselheira Maristela foi lembrada na última reunião e a Jane vai fazer o relato. Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**: Não sei se é uma Questão de Ordem, mas queria um esclarecimento, por que o processo do Internacional, não aparece. Ele estava em diligência com a PGM. Então, por que não aparece na relação das nossas pautas? Então, eu gostaria que esse processo constasse qual a localização dele, né. É um processo que está a horas, eu acho que faz 6 meses, mais ou menos. Então, eu gostaria que fosse colocado esse processo ou que pelo menos mostrasse onde está esse processo. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**: O processo do Internacional foi retirado da pauta, porque quando foi colocado em pauta se tinha a tentativa, enfim, em deliberar ele antes de aprovar a alteração legislativa, né. Enfim, está no debate de fazer a alteração legislativa primeiro. Então, foi para a Procuradoria, enfim, foi retirado da pauta. E quando, oportunamente, estiver corrigido e em condições de ser submetido novamente e o Conselho do Plano, vai ser submetido. Então, a conselheira não está presente, como já passou bastante tempo da distribuição, a Conselheira Maristela foi lembrada de fazer o relato, a gente avisou a Conselheira Jane da necessidade. Então, vou pedir para redistribuir esse expediente. Vou consultar a Conselheira Jane se tem condições de fazer na próxima reunião, senão a gente redistribui o processo. **ITEM 4.07**, Expediente 19.0.000101302-8, a SMRI é o relator, é uma inclusão de traçado viário. Vou pedir para a equipe do planejamento fazer a apresentação do que estamos discutindo. **Catiane Burghausen Cardoso, Arquiteta da Equipe de Planejamento Urbano**: É o Processo 19.0.000101302-8. Trata de alteração e inclusão de traçado viário e alteração de gravame de escola, localizado na extensão da Rua Isolino Leal, extensão da própria rua. Inclusão de gravame viário da Diretriz 1037. Requerente Instituto Maria Imaculada Medianeira, localizado na Região de Planejamento 5, no interior do Bairro Medianeira. Aqui na imagem da direita é possível ver que fica no quarteirão formado pela Avenida Niterói, Rua Coronel Neves e Rua General Gomes Carneiro. Trata-se do prolongamento da Rua Isolino Leal até a Avenida Niterói, em vermelho o tracejado. Prolongamento da Travessa Lucas de Lima, também tracejado e o gravame da nova diretriz em azul tracejado. Aqui na imagem de satélite é possível ver a ligação das vias. Então, a minuta de resolução trata da extensão da Rua Isolino Leal, extensão da Travessa Lucas de Lima e inclusão de gravame viário da Diretriz 1037, ambas com 10 metros de largura e alteração de gravame de escola para a compatibilização com o novo traçado. A justificativa é que se trata, tem origem em dois processos que analisaram o quarteirão, formado por essas vias e a criação dessas diretrizes tem por objetivo estruturar o quarteirão possibilitando os deslocamentos internos com menores distâncias para pedestres e automóveis, melhorando a permeabilidade viária da região. Aqui citam os



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

processos relacionados. Aqui a gente tem as imagens da minuta da resolução, a 01 mostra a situação atual com as vias existentes terminando em cul-de-sac. E na imagem 2 a proposta de continuação das vias e a criação de uma terceira diretriz, e aqui a área do gravame de escola que vai sofrer uma pequena alteração. Então, a CDU fez um parecer com relação ao Plano Diretor, no que diz respeito ao tamanho máximo de quarteirão, nas áreas intensivas do Município de Porto Alegre. Sempre que foi identificado interesse público e sempre que comprovada a viabilidade urbanística e ambiental, a existência de ruas públicas terminadas em cul-de-sac, inseridos em grandes quarteirões e sua proposital incompetência em promover a conectividade, vitalidade urbana necessária ao urbanismo sustentável e a capacidade do planejamento urbano de incentivar a economia de aumentar a vitalidade de uma região, de promover a diversidade de usos, aumentar a segurança e otimizar os trajetos. Aqui a gente tem algumas imagens do estudo urbanístico feito pela equipe responsável, que a gente tem o quarteirão de estudo. Aqui é possível ver os quarteirões vizinhos com as suas áreas e com as marcações em vermelho das áreas que têm o tamanho maior do que o previsto no Plano Diretor, que é de 22.500 m², incluindo o quarteirão em análise. Aqui tem um levantamento de equipamentos próximos ao entorno, em amarelo a escola, em vermelho praça, azul assistência social entre outros e a proposta de ligação. Na nota técnica da PGM diz que não vislumbra óbice jurídico e encaminha ao CMDUA. A Procuradoria só fez uma observação, que tendo em vista o croqui e consulta ao Google Maps a alteração incidirá sobre móveis já edificadas, o que poderá gerar a necessidade na hipótese de execução das vias, de desapropriação. Isso pode acarretar ônus ao município, que não serão empecilho desde que haja fundada a motivação. Era isso. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Catiane, pela apresentação. De imediato passo a palavra ao Conselheiro Guilherme. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Trata-se, então, de proposta de alteração de traçado viário e de gravame de escola no quarteirão formado pelas vias Avenida Niterói, Avenida General Gomes Carneiro, Travessa Lucas de Lima e Rua Doutor Álvaro Sérgio Masera, Rua Isolino Leal e Rua Coronel Neves, todas na Macrozona 01, UEU 80, bairro Medianeira. O feito foi devidamente instruído pela coordenação de desenvolvimento urbano e dele consta a minuta de resolução e o croqui da área. A proposta foi analisada pela PGM em duas oportunidades, notas técnicas 8 e 340, ambas de 2020, com parecer favorável à aprovação. A análise técnica que consubstancia a proposta constante no evento SEI 10.389525, indica a necessidade de alteração do traçado para melhor estruturação do quarteirão, possibilitando deslocamentos internos com menores distâncias para pedestres e automóveis, com melhorias na permeabilidade viária da região. Da manifestação da EGD, aí eu cito: “Quantas atividades e serviços identificados do entorno imediato é possível afirmar que este se beneficiariam, assim como os moradores locais do aumento da permeabilidade e facilidade de acesso a diferentes pontos do bairro? Os moradores também ficariam mais próximos aos serviços públicos, como escolas, creches, assistência social, praças, correios, entre outros. A importância da conectividade está diretamente ligada ao incentivo dos diferentes usos do solo”. Explico: “Onde há maior circulação de pessoas há incentivo ao comércio local, à convivência comunitária, à utilização dos espaços abertos e ao acesso aos modais de transporte público”. Considerando um relevante interesse público na proposta, bem como adequação técnica e jurídica do expediente, opina-se pela aprovação da resolução. É esse o relato, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Guilherme. Pergunta se alguém vai querer fazer relato de vista do expediente? Eu vi que o Conselheiro Pau Jorge pede vista.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Mais alguém? Então, a gente posterga o debate para a próxima reunião. Passo ao ITEM 4.08, Expediente 18.0.000012048, Município de Porto Alegre o interessado, alteração de grupamento de atividades na Rua Plácido de Castro. É o Conselheiro Dal Molin o relator, o processo foi distribuído em 7/06, prazo para relato em 21/074. Estamos chegando na data de hoje com o relato do conselheiro. Antes eu peço para a Catiane nos fazer um *briefing* do que estamos discutindo. **Catiane Burghausen Cardoso, Arquiteta da Equipe de Planejamento Urbano:** Então, é o Processo 18.0.000120404-8, parada de alteração do código do grupamento de atividades. Tem o enquadramento pelo Artigo 164, inciso III, do Plano Diretor, o requerente é o próprio Município e é localizado na Rua Plácido de Castro. Fica dentro da Região de Planejamento 7, no bairro Santo Antônio, divisa com bairro Azenha. Aqui à direita dá para ver melhor a localização dessa alteração de atividades. Aqui na imagem de satélite a gente consegue ver o trecho da Rua Plácido de Castro entre a Avenida Professor Oscar Pereira e Rua Guilherme Schell. Trata-se de uma solicitação feita por responsável técnico, pela extensão do regime, a fim de viabilizar a aprovação do Estudo de Viabilidade Urbanística para a atividade pretendida de casa de festas infantis. Então, aqui a gente tem as duas imagens da minuta de resolução. Na imagem 1 sem alteração e na imagem 2 uma proposta de alteração de regime. Na Rua Plácido de Castro, ao lado par o agrupamento de atividades passaria do grupamento 01 para o grupamento 03. E no lado ímpar do grupamento 16.1 para o 16.3. A Unidade de Viabilidade de Edificações se manifestou favorável à alteração do zoneamento de uso. O PDDUA estabelece para o local o código de atividade 01, predominantemente residencial, no lado par e 16.1 área de ambiência cultural no lado ímpar. Através desta resolução propomos a alteração do referido trecho para o código 3, mista 01 e 16.3 área de ambiência cultural mista 01, respectivamente. A UGE ainda analisa que a via tem uma função de uma via coletora, possuindo ligação com a Avenida Professor Oscar Pereira e Guilherme Schell, em apoio a Bento Gonçalves. Ainda que a configuração atual relativa ao fato de serviço não seja predominante, havendo expressiva presença residencial, avaliamos que existe a tendência de renovação do local, considerando o estado das edificações e a possibilidade de remembramento de terrenos, onde se possa alcançar a volumetria estabelecida. Nessa renovação é desejável uma maior oferta de atividades de apoio ao uso residencial, considerando uma transição entre o uso das vias arteriais e o entorno. O GA-05 e das vias locais do interior da Unidade de Estruturação Urbana, UGA-01. Ainda manifesta que os padrões de altura permanecerão preservados e não implica em aumento ou flexibilização do regime volumétrico, mantendo inalteradas as alturas máximas previstas pelo PDDUA. A EPACH também se manifestou por ser uma área de ambiência cultural e considerando que a modificação proposta nos usos permitidos não é conflitante com os objetivos do plano de ambiência cultural, não supõe a mudança de regime proposto. A PGM em nota técnica também cita os pareceres da Unidade de Viabilidade de Edificações da EPACH e diante das manifestações técnicas não vislumbra óbice jurídico minuta e o encaminhamento. Era isso e obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Catiane, pela apresentação. Passo a palavra ao Conselheiro Relator, representante do SINDUSCON, Conselheiro Dal Molin. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. É a primeira vez que eu vou pedir esse recurso, vou tentar ver se a gente pode compartilhar a tela, porque vai ser importante a eu fazer o relato e explicar para que os conselheiros possam ter informações adicionais ao relato da arquiteta, que acabou de fazer essa apresentação. É o seguinte, para que os conselheiros possam ter informações adicionais, eu vou só comentar que o EVU inicial e a responsável técnica pediu, na verdade, é uma casa de eventos e nessa Rua Plácido de Castro que ela



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

está pedindo para fazer a regularização. Só que essa rua, a atividade dela é eminentemente residencial e esse imóvel onde ela está pedindo a regularização é um imóvel que ele tem muito mais de 20 anos, como ela mesma diz ali, que está desconforme com relação à atividade do local. Por quê? Porque o Plano Diretor foi sendo adequado e acabou que ao longo do tempo ali tinha um pavilhão que foi utilizado para fazer festas infantis e agora ela quer se segurar. Só que ao regularizar, entrando nas suas justificativas lá, ali como é eminentemente residencial, pediu para mudar a atividade para mista II. Só que por que ela pediu mista II? Porque logo ali na Oscar Pereira e logo ali na Bento Gonçalves é esse o regime que é predominante, onde não é residencial e nem comercial, é mista II, que é a mais ampla possível. Então, deixa eu ver se chego aqui no mapa para que os conselheiros possam ter noção do que eu estou querendo comentar. Aqui a gente pode ver toda a influência da Bento Gonçalves, ela é a atividade mista mais completa que tem, porque depois quem faz a volta ali na esquina, onde é a Oscar Pereira, a mista pode mais coisas. Usando uma linguagem, ali na Plácido de Castro, aqui seria residencial. Do outro lado da rua da Plácido de Castro é uma área de ambiência cultural, mas que também tem atividade residencial. Aí no momento que ela pede para resolver o problema do imóvel dela ali na Plácido de Castro, o que o técnico da Prefeitura tem que fazer? Foi lá e analisou, não só o problema, analisou toda a região. Então, o que o técnico da Prefeitura muito apropriadamente fez? Ele disse: “Não, eu não posso dar atividade mais completa, a mista II, eu vou te dar a mista I, que te ajuda”. Por quê? Porque ele analisou a Plácido de Castro, que tem várias oficinas mecânicas, retíficas, tem vários serviços, marmoraria também, porque é perto do cemitério, tem motel. Então, ele analisou e viu que realmente o uso ali estava sendo já alterado ao longo do tempo. E o porquê que isso acontece? Porque geralmente uma área eminentemente residencial perto de cemitério, ao longo do tempo ela tem a tendência de se degradar, as famílias vão envelhecendo e às vezes vão ficando casas antigas, vão embora, mas não vem novas famílias para se colocar perto de cemitério, vem serviços, porque encontram casas com preço muito barato e aluguel muito barato. Entendeu? Então, o que o planejador urbano viu? Já que é uma tendência, eu vou dar a mista I nessa Rua Plácido de Castro. Só que o que acontece? Do outro lado da rua, como é ambiência cultural, que também colocou a mista I na ambiência cultural. Aí a gente pensa assim: bom, como o imóvel vai só até a quadra onde está o imóvel, bastaria. Não, porque ao analisar melhor a área de ambiência cultural vai até a Guilherme Schell, é toda essa parte mais baixa ali. Aqui a Guilherme Schell, né. Então, toda essa região aqui, a número 07 que vocês vêm aqui, tudo isso aqui é de ambiência cultural por causa do cemitério. O que tem aqui? Instituições religiosas, convento, alguma coisa assim, que vai sempre ser isso aí. Está certo, é ambiência cultural, mas essa área precisa se modernizar, precisa melhorar. E o que acontece? A Bento Gonçalves está cada vez chegando mais perto, ali onde é a Guilherme Schell e depois tem a Vicente da Fontoura. Vamos ver agora, que eu vou mostrar para vocês, aqui vocês podem ver que esse mapa mostra uma via bem na vertical, praticamente, Oscar Pereira. Ali em cima a Bento Gonçalves, dali já se encontra a Azenha, lá adiante a Princesa Isabel. Então, é uma confluência, eu não preciso dizer nada para vocês, que a Azenha é uma rua tradicional de Porto Alegre, de comércio. Então, aqui onde está em azul claro é a via. Então, normalmente, o comércio vai entrando. Vocês reparem ali o que a gente na arquitetura chama de urbanismo de tecido urbano. Olhem o tamanho da Bento Gonçalves, o tamanho daqueles lotes ali que vieram talvez depois que eram antigos sítios. A mista mais completa, as pessoas podem pedir extensão dessa atividade e ela pega todos aqueles lotes grandes, aí o que vai acontecendo ao longo da Plácido de Castro? Os lotes vão ficando cada vez menor, cada vez menor em profundidade, que logo ali atrás é possível a mista e aqui ainda é residencial. E o que muito



apropriadamente o urbanista falou? Que os lotes vão ficando pequenos e que eles têm que ser juntados um ao outro para viabilizar alguma atividade melhor. E do outro lado da rua continua sendo uma ambiência cultural. E essa área está cada vez mais ficando antiga. Aqui, continuando a Plácido de Castro, em azul, ela segue, reparem o tamanho dos lotes que vão tendo do lado da Praça de Castro e agora do outro lado da Plácido de Castro de ambiência cultural, de novo lotes grandes, lotes de instituições religiosas. Então, eu acho que foi muito feliz o técnico quando disse que tem que entender essa mista I até o binário da Guilherme Schell, Vicente da Fontoura, que liga a Bento Gonçalves a Oscar Pereira. Por quê? Porque justamente vai chegando cada vez mais perto da Bento Gonçalves e os serviços já começaram a entrar pelas ruas, logo ali tem um terminal de ônibus também. Então, é uma área que é bem dotada de transporte. Então, tem uma tendência que o comércio nessa parte da Bento Gonçalves queira se estabelecer. Então, o comércio já estava invadindo, ao mesmo tempo tem que modernizar a área. No fim, eu analisei isso aqui e achei que foi muito feliz, o técnico da prefeitura está de parabéns, porque ele analisou profundamente a questão e estabeleceu que precisava fazer em toda essa parte da Plácido de Castro, simplesmente, não vai mudar em mais nada os índices urbanísticos. Ele só vai permitir que em vez de predominantemente residencial possa ser mista I. Aí pode ter serviços, isso vai oxigenar essa área que está sendo esquecida, as famílias vão indo embora, os imóveis vão se desvalorizando. Aí as oficinas mecânicas, as tornearias, as coisas vão chegando praticamente de graça. E com isso tu consegues também melhorar a possibilidade dessas famílias alugarem público venderem esses imóveis e a cidade não fica com uma área lá que no futuro tenha que fazer alguma ação especial para que se possa revitalizar. Então, eu achei muito bom trabalho o trabalho da prefeitura. Então, só quero continuar aqui na minha explicação. O técnico alterou o zoneamento de uso da Plácido de Castro até a Guilherme Shell, para GA-01 e não GA-05, que a profissional de arquitetura pedia, muito acertadamente. E do outro lado da rua a gente não pode deixar que um lado da rua tenha comércio, possibilidade de fazer comércio, e do outro lado da rua não. Então, ele colocou também na ambiência cultural, continua sendo ambiência cultural, mas também pode ser a mista I. Então, dito isto eu posso já fazer o meu relato. Eu tentei explicar da melhor forma possível para os conselheiros poderem entender, que de um pequeno problema que talvez fosse restrito a uma pessoa, quando o planejador urbano se depara, ele acaba estendendo mais, mas não uma questão assim que vai simplesmente... Foi extremamente fundamentada, não foi uma coisa: então, vamos mudar para todo mundo. Não, extremamente fundamentado quando a gente consegue analisar o problema. Se eu puder fazer o relato, Presidente, já estou à disposição. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está bem, Conselheiro. Pode fazer, mas o senhor já está em 12 minutos aí, mas nós estamos bem avançados na pauta que não temos na sequência, não vai ser discutido nenhum próximo. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** É bem conciso, porque a explicação foi muito grande. Trata-se de alteração de código de agrupamento de atividades da Rua Plácido de Castro no trecho compreendido entre o Professor Oscar Pereira e a Rua Guilherme Schell, bairro Azenha, Macrozona 01. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental aprova alteração, estou colocando como se nós tivéssemos aprovado a alteração, do regime de atividades de GA-01 para GA-03, do lado par e GA-16.1, que é da ambiência cultural, para GA-16.3, no lado ímpar da Rua Plácido de Castro, entre o Professor Oscar Pereira e a Guilherme Schell, bairro Azenha, Macrozona 01, de acordo com os limites despachados na planta de anexo. A alteração do grupamento de atividades visa a adequação do regime das atividades do trecho na planta que está em anexo da resolução, em via classificada como



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

coletora, ajustando o grupamento de atividades de acordo com as características da presente via, considerando os critérios estruturais e funcionais de renovação do local. Esse é o relato. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Dal Molin. Nós temos pedido de vista do Conselheiro Hermes, Conselheiro Felisberto, Conselheiro Rafael, Conselheiro Darci, Conselheiro Paulo Jorge também. Então, em havendo relato de vista a gente posterga o debate para a próxima agenda, próxima reunião. Então, passamos para o expediente 4.9 da pauta. O prazo para relatório é 15/09, foi distribuído sexta-feira, imagino que nem a equipe do planejamento tenha a apresentação, né, nem a conselheira, porque está no prazo. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Para falar a verdade, acho que nem recebi, vou conferir a minha caixa. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Foi redistribuído. Era para ser comunicado hoje, só registrando. Então, vamos distribuir na data de hoje para a conselheira. O item 4.10 também foi redistribuído. Também vai ficar para a próxima agenda. E o 4.11 é um processo novo, foi distribuído ao Conselheiro representante da Região 01, o Conselheiro Felisberto. Era isso, Senhores Conselheiros, encerrando, conseguimos colocar a pauta, embora alguns estejam em diligências, algumas questões pendentes, mas que bom que a gente avançou. Então, semana que vem a gente continua com a nossa pauta. Uma boa noite a todos, agradecendo à oportunidade do convívio e debate. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 19h15min).**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2853/2020

Aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de *combater* o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; e Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação das Atas 2842, 2843 e 2844/2020; 3 Comunicação; 4. Ordem do dia (Processos). Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h00min. **1. ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Vamos dar início a nossa reunião ordinária do CMDUA. Desejo uma noite de excelente trabalho, debate, aprendizado, com respeito acima de tudo, que sempre o bom debate possa prevalecer na nossa dinâmica de reunião. Quem quer se inscrever para o período de Comunicação, por favor, faça a inscrição aqui no nosso chat. Então, inscrito para o período de Comunicação: Conselheiro Felisberto, Conselheiro Paulo Jorge, Conselheiro Saffer, Conselheira Claudete, Conselheiro Gomes, Conselheiro Hermes. Então, não havendo mais inscritos encerro e passo de imediato a palavra ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

49 Conselheiro Felisberto. **3. COMUNICAÇÃO. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de**
50 **Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e a todas. A minha primeira
51 comunicação é com relação ao livro. Eu estou pretendendo fazer um resumo do que o
52 Adroaldo encaminhou, foi o único Conselheiro que encaminhou considerações. Então, na
53 próxima terça-feira, antes da reunião encaminharei uma síntese para que a gente possa
54 encaminhar para a publicação do livro do Fórum Municipal dos Conselhos. Então, esse é o
55 meu primeiro informe. O segundo informe é que eu gostaria que o Secretário pudesse
56 informar como que foi o leilão dos índices. E me parece que este é um assunto pertinente à
57 questão da discussão do solo criado. E me parece muito fora do contexto, enfim, do
58 governo vender índice sem uma discussão mais apurada da questão dos valores dos
59 quarteirões. Então, mesmo que seja para captar recurso e direcionar para o fundo, parece
60 que deveria haver uma discussão mais aprofundada desse instrumento. E com relação ao
61 questionário, que é a terceira coisa que eu gostaria de me manifestar, é que também é
62 inoportuno a gente fazer um questionário quando se tem uma discussão ampla do Plano
63 Diretor a ser feita. Então, eu acho que é importante a gente também ver quais são as
64 contrapartidas, um relatório das contrapartidas para que a gente possa se manifestar com
65 mais consistência e conhecimento. Era isso por enquanto e obrigado, Secretário. **Paulo**
66 **Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:**
67 Boa tarde, meus Conselheiros. A minha comunicação é novamente dizendo que a Região
68 Glória/Cruzeiro/Cristal está em alta no Coronavírus, muito perigosa a situação. Quando o
69 Prefeito fala em bandeira amarela em Porto Alegre a favela está falando em vermelha. O
70 nosso Postão aqui não tem mais espaço para atender nossas comunidades, porque a
71 favela está em alto risco. Eu estou pedindo socorro. Segunda situação, estou convidando
72 para a próxima segunda-feira, nós vamos fazer a reunião do Plano Diretor da Microrregião
73 5. Por que isso? O nosso problema do Coronavírus pegou toda a região. Por exemplo,
74 Região Cruzeiro 680 casos confirmados, Região Glória 580 casos confirmados, Região
75 Cristal 320 casos confirmados. Isso dá em torno de 1.600 casos confirmados na nossa
76 região. Morte, 35 pessoas já se foram até o dia 21 de agosto. Isso quer dizer uma coisa,
77 pessoal, de 21 de agosto até agora, hoje é 15 de setembro, vocês vejam como está a
78 situação. Então, nós resolvemos fazer reuniões permanentes do Conselho do Plano Diretor
79 da Região 5, porque com a saúde está tudo parado. Então, toda segunda-feira, a partir das
80 18 horas, a reunião da Micro 5. Já estão debatendo também saúde, educação,
81 regularização fundiária. Então, estou convidando os conselheiros, o Vice-Presidente
82 Gomes e mais o Presidente nosso, para segunda-feira, às 18 horas, a pauta Plano Diretor.
83 É importante convidar o pessoal aí, porque essa é a pauta. Então, estão convidados para a
84 videoconferência, às 17h45min para vocês entrarem no ar, aí para poder falar sobre a
85 região. São os três conselhos, o conselho popular da Glória, conselho popular do Cristal e
86 conselho popular da Grande Cruzeiro. É em torno de 40 entidades. Então, essa é a minha
87 comunicação e gostaria de deixar, meu Presidente, o senhor está convidado para a
88 semana que vem, o senhor e o Gomes, mais o Hermes, são dois vice-presidentes, para
89 poderem falar sobre o projeto da Região 5, a sobras, o Plano Diretor, contrapartidas. Então,
90 a comunidade espera que vocês possam aceitar esse convite. Obrigado. Se tiver que
91 mandar um ofício já mando agora, convidando os dois vice-presidentes e mais o
92 presidente, porque a nossa comunidade está precisando de socorro. Presidente, aqui da
93 Tronco ninguém sabe o que está acontecendo, porque o Secretário de Obras não fala
94 conosco. Vem aqui, derruba casa, não sei o que mais, abre espaço e nós que somos os
95 conselheiros do Plano Diretor, eu não sei de nada. Então, estou pedindo socorro para
96 segunda-feira que vem, na sua pessoa e os dois vice-presidentes, mais alguns
97 conselheiros, para entrar nessa luta. Obrigado. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Boa noite, pessoal. Tudo bem? Eu só queria comunicar que ontem a ASBEA fez uma live junto com o escritório de licenciamento. Queria agradecer na pessoa do Artur, mas quem participou foram dois servidores, que foi o Rafael Righi e o André Gueua. Acho que depois podem complementar, foi bem produtivo, foi interessante ver as dúvidas, a gente vê que às vezes as dúvidas das pessoas são bem básicas e o objetivo dessa primeira live foi o escritório de licenciamento mostrar as últimas novidades e o que estão pensando no futuro. A questão da aprovação digital vai ser outra live que nós vamos fazer. Nós enviamos esses convites para todo mundo, eu enviei isso para todos e queria comentar que no dia já tinha tido mais ou menos umas 180 pessoas assistindo, mas isso não sei. Agora eu assisti um pouquinho antes, nós já estamos com 681 visualizações. Isso aí é muita visualização, na nossa live que a gente fez e teve melhor, que faz 2 meses, isso aqui é um dia só, não tem nenhum dia ainda e já tem 681 visualizações. Nós temos mil visualizações, que foi aquela que nós convidamos o médico de Pelotas que estava fazendo a pesquisa sobre a Covid, que foi a nossa live que teve maior participação. Então, só para ver que está tendo bastante procura, é interessantíssima. As próximas vou novamente avisar. Como foi feito muito em cima, se for possível aviso na própria reunião do Conselho e depois a gente pode até compartilhar, mas está gravado. Então, quem não pode assistir e quer ver está gravado lá no YouTube/ASBEA. Isso aí. Obrigado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite, conselheiros, colegas. Eu queria ratificar aqui uma solicitação que eu fiz na sessão passada e formalizei por e-mail, aguardo retorno, na verdade. É no sentido que venham informações mais concretas sobre a situação e a realidade desses termos de compromisso, sobre os relatórios dos grupos de trabalho que tratam desse assunto que nós vamos discutir na próxima quinta-feira que vem. E que este material seja também nos disponibilizados com antecedência, para que a gente possa efetivamente estar a par e melhores preparados para uma rediscussão plena. E aproveitando o ensejo da fala do Paulo Jorge, gostaria de reiterar uma coisa que já foi pedido várias vezes, que é quando que a Secretaria vai trazer nos trazer as informações das ações que estão sendo tomadas em função da pandemia. Obrigada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Presidente. Boa noite, colegas. Eu queria fazer dois pedidos. Primeiro, dar os parabéns para o Paulo Jorge, que está fazendo um programa muito interessante, puxando os candidatos a prefeito para uma discussão junto à AMAVTRON. Ele prepara uma live e tal, tem sido muito interessante pelo público que ele agrega e o tipo de pauta que acaba sendo discutida. Realmente, coisas interessantes, local, muito interessante mesmo. Paulo, incentivo para ti, continue nesse rumo, porque é isso que nós precisamos. Segundo ponto que eu queria falar, exatamente sobre a live ontem que o Sérgio acabou de falar. Eu fiquei profundamente impressionado, eu e vários colegas, que depois a gente ficou discutindo, com a profundidade dessas alterações que estão sendo feitas no sistema de licenciamento da Prefeitura. É uma série de medidas que estão sendo tomadas dentro da estrutura, digamos assim, técnica, uso da PROCEMPA que vem trabalhando com sistemas, a unificação de vários sistemas que a gente ouvia falar. Tinha mais de 25 sistemas, que não interagem, na verdade, né! E agora esse pessoal, o Rafael e o André, estão fazendo esse trabalho minucioso, técnico e tal, que até, então, a gente via aquilo que saía de concreto para nós arquitetos que estamos trabalhando. O sistema de licenciamento está facilitando isso, a coisa está acontecendo dessa maneira, mas a profundidade que isso está se implantando é uma coisa que deixa a gente muito mais tranquilo. De uma coisa tenho certeza, Presidente Germano, independente de governo que passe, esse sistema está sendo feito pelos funcionários, pela casa, pela Prefeitura. Não só eles estão fazendo, mas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

a estrutura técnica da Prefeitura está, digamos, comprando essa briga e isso vai ser uma coisa definitiva. Não tem mais volta. A gente ficava vendo várias tentativas que tivemos, experiência de digitalização, de altera o processo aqui, altera o processo ali, mas nunca se viu alguma coisa tão perfeita, pegando tanto no aspecto horizontal como vertical, nessa ligação e nessa nova forma de se fazer o licenciamento e tal. Mais uma vez, Germano, eu sei o quanto tu tens a tua marca nisso aí, de incentivo, e aos funcionários da Prefeitura, estou vendo aqui o Artur, profundamente ligado nesse processo também. Essa situação especial que nós estamos vivendo vai deixar um legado para a cidade, para nós principalmente que trabalhamos aí ligados ao licenciamento, aos projetos e às obras da capital. Era isso, meus colegas por enquanto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, pela manifestação. Agradeço desde já as palavras sempre gentis. Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos e a todas. Eu queria no primeiro momento novamente convidar para o evento do Sindicato, que está ocorrendo em todas as quintas-feiras deste mês de setembro. E como eu já havia mencionado nas reuniões anteriores, o nome é – *Seminário Olhares Sobre a Cidade*. Nesta quinta-feira, dia 17, às 19 horas, teremos a presença da Arquiteta Tainá de Paula, que vai falar sobre popularizar... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, alguma coisinha aconteceu aí, porque saiu o áudio. A gente estava ouvindo até um determinado momento. Então, vamos passar para o Conselheiro Dinar, depois a gente tenta retornar. Não sei se não é aquele mesmo problema que deu da outra vez. Vamos passar ao Conselheiro Dinar. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Boa noite, Presidente. Boa noite, Conselheiros e Conselheiras. Quero falar, ouvi o nosso companheiro aí Paulo Jorge na outra reunião falando sobre os problemas que tem na nossa cidade. Então, quero fazer alguns relatos sobre a situação que a gente está vivendo no extremo sul, que nós não estamos conseguindo ter retorno nenhum da Prefeitura com os secretários, principalmente essa parte onde está dando alagamento, são ruas alagadas, ruas sem patrolamento. A gente não está conseguindo ter retorno de ninguém, ninguém atende a gente na Prefeitura. E com esta pandemia está muito perigoso com esses esgotos, Presidente. Tem casas entrando esgoto quando chove, porque estão entupidas as valas. E a gente não consegue falar com o Secretário. Então, como o Paulo Jorge falou na semana passada, queria ver se tem uma maneira de nós conversarmos, nós do Conselho, conversar com alguém da Prefeitura para resolver esse problema. Nós temos 82% sem saneamento básico no extremo sul e nós estamos abandonados, ninguém recebe ninguém. Agora, com essa época de campanha o Prefeito exonerou todo mundo, o pessoal aí, só ficou o pessoal que não atende a gente lá. E também quero sobre o atendimento com a nossa secretária executiva aí, que eu quero agradecer por ela ter me respondido, a única coisa que ela me respondeu foi o dia que eu liguei para ela fora do horário de expediente dela, só me respondeu para me dar o horário de trabalho dela. Depois eu mandei um e-mail, chamei ela de novo para ver se tinha recebido, ela não mandou nem aquela mãozinha que aparece ali, quando a gente recebe uma mensagem, né. Então, quero até pedir desculpa para ela, porque a gente estava acostumado com a Gabi, que a gente falava com ela qualquer horário, qualquer dia, ela dava retorno, conversava com a gente, a gente tirava as dúvidas. Então, quero pedir desculpa para ela, que eu liguei fora do horário dela, deve ser por isso que ela não quis me responder mais. E era mais ou menos isso aí que eu queria falar hoje. Ah, queria falar também, eu tenho ouvido muito falar que a maioria aí... (Sinalização de tempo esgotado). Vou concluir aqui. Eu sou meio atrasado, eu gostaria de saber, não estou



entendendo muito bem qual é a diferença que tem entre empreendimento e especuladores. Eu tenho ouvido muito falar que os projetos aí a maioria é especulador. Eu entendo que muitos são empreendedores. Era isso. Muito obrigado pelo tempo aí. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Então, eu não quero repetir, mas eu queria fazer um convite para quinta-feira, dia 17/09, dentro da Programação Olhares Sobre a Cidade. É a terceira rodada, com a Arquiteta Tainá de Paula, que vai falar sobre a popularização do planejamento urbano. E a segunda coisa, rapidinho, Secretário, na verdade, eu não pretendia falar, mas eu tenho que me solidarizar com o Conselheiro Paulo Jorge, o Dinar agora também falou. Eu não sei se todo mundo está percebendo, mas nós estamos nos tornando cada vez mais insensíveis. Esse tipo de desenvolvimento está nos tornando pessoas completamente duras e insensíveis. Existe uma pandemia no mundo e em Porto Alegre, o Paulo Jorge acabou de falar que já morreram 20 e poucas pessoas na comunidade e a gente ouve isso e fica assim, como se nada tivesse acontecendo. Eu acho que é a quinta ou sexta vez que o Conselheiro Paulo Jorge solicita, implora que alguém venha trazer algum tipo de satisfação, de esclarecimentos. Isso na última reunião eu me lembro que foi dito por ele, o senhor ficou de ver como ficava e passam as reuniões e fica por isso. E nós conselheiros ficamos assistindo essa desgraça que está ocorrendo no mundo inteiro, mas aqui, particularmente, nós temos uma capacidade, nós fomos eleitos para atuar dentro deste espaço, que é o Conselho, que eu acredito que tenha alguma capacidade de fazer, de pressionar o prefeito, de pressionar alguém para que tome alguma atitude. E as comunidades mais distantes, populares, pobres, estão morrendo. Eu também tenho o mesmo relato de pessoas de Alvorada, que são as pessoas que pegam ônibus para trabalhar nas casas e que estão morrendo aos montes. Enquanto que nós que temos uma situação privilegiada ouvimos e nem mais nos sensibilizamos. Desculpe, mas isso me deixa extremamente revoltado. Então, eu queria que fosse convocado, já reforçando o que o Paulo Jorge várias vezes diz, que alguém, eu já não sei qual é a secretaria que teria, sobre as obras, sobre o que está sendo feito, para que depois até nós não seja, nós conselheiros não passemos como omissos. Milhares, centenas de pessoas estão morrendo e a gente se reúne, se reúne e não faz nada, fica discutindo o que é especulação, o que não é. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes, pela manifestação. Bom, eu vou tentar fazer alguns esclarecimentos, naturalmente, eu não consigo responder todas as questões. É o período de Comunicação, todos têm a liberdade de fazer as suas falas, algumas estão dentro das competências aqui dentro deste Conselho, outras são falas diversas, de cidadãos preocupados com Porto Alegre, assim como eu também estou preocupado com Porto Alegre. Faço meu trabalho social na medida do possível e este Conselho discute as questões urbanistas da cidade, existe um rol de competências, naturalmente, o que a gente não consegue, justo não poder dar todas as respostas e todos os alcances da Prefeitura. A Prefeitura atua com diversas áreas, Secretaria da Saúde, da Fazenda, cada uma com suas competências. A gente vive em um estado democrático, uma democracia representativa, onde a Câmara de Vereadores vota as leis, o prefeito executa as políticas públicas. Então, todos os anseios de vocês e que eu, muitas vezes como cidadão visualizo, entendo e me preocupo, mas, naturalmente, não consigo resolver todos os problemas ou dar todas as respostas. Por isso o período de Comunicação é aberto para todas as falas sejam colocadas e não, necessariamente, nós vamos responder todas as questões levantadas, até porque não temos respostas para tudo. Com relação ao leilão de índices, eu acho que está disponibilizado em matéria, também vi no jornal, cerca de 30 milhões foi o leilão de índices construtivos, mas também, assim como os Senhores



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Conselheiros li a matéria que a Secretaria da Fazenda fez, acessei pelo jornal o valor. Com relação à reunião na comunidade, Conselheiro Paulo Jorge, se for alguma questão que a nossa equipe de planejamento possa observar, atender, uma live, um encontro virtual, a equipe está à disposição, no ponto de vista do aspecto do planejamento urbano. Naturalmente que as outras questões de outros assuntos com outras secretarias devem ser demandados em outras secretarias, com os secretários responsáveis pelas políticas públicas. O Conselheiro Saffer comentou da live, eu acho importante a gente, na figura do nosso diretor Artur, externando junto com a equipe do escritório de licenciamento, passando esse conhecimento dos projetos que a gente vem construindo internamente. De fato, como disse o Conselheiro Gomes, isso fica para a cidade, é uma coisa muito positiva, a gente conseguiu internalizar dentro da equipe a importância dessa transformação. Nós vamos ter muitos benefício a médio, curto e longo prazo para a cidade, gerando mais indicadores, o que para nós é muito importante, o Conselho do Plano para planejamento urbano, a gente ter dados da cidade, coisa que hoje a gente tem muito mal nos processos físicos. A gente tinha dificuldade de produzir dos dados e em relação a essa transformação digital que a gente vem fazendo lá, sem dúvida vai beneficiar muito o principalmente urbano. A gente vai conseguir a partir desses dados gerados tem mais indicadores e conseguir nortear melhor a nossa política pública. A Conselheira Claudete fala do material das medidas mitigatórias, a gente está fazendo um esforço da dentro das nossas viabilidade para trazer o máximo de informação possível. A nossa proposta, naturalmente, os outros canais estão disponíveis. A Conselheira Claudete se quiser pegar e acessar o site da Procuradoria Geral do Município, tirar, fazer a sua tabela de gráfico com relação às medidas mitigatórias, o que tem lá, o que não tem. Esse material é público e pode ser disponibilizado. Nós vamos fazer uma proposta a partir daquilo que ouvimos um pouco, na tentativa de construir e contribuir um pouco mais com a Cidade de Porto Alegre. Em relação às dinâmicas ali, o Conselheiro Felisberto comentou. A gente está na tentativa de ter um processo, de ter um início, meio e fim do debate. É uma construção que a gente fez de criar uma dinâmica para de fato aquilo que é falado no Conselho que possa se transformar em um documento, que o poder público possa utilizar para realizar as suas políticas públicas. Então, é nesse sentido, na maior da boa vontade que a gente tenta criar uma dinâmica de funcionamento, para que vocês possam externar as posições e geral um documento. É nesse sentido que a gente tenta sempre construir o melhor para a nossa cidade. Temos uma equipe muito esforçada e tentando fazer o melhor, com todas as limitações, todas as dificuldades, mas tenta sempre fazer o melhor para a Cidade Porto Alegre. Com relação ao Conselheiro Dinar, de fato, a secretária executiva segue à disposição, naturalmente, nos horários de expediente, enquanto servidora da administração. A gente tem telefone profissional, que disponibilizamos, ela tem tentado manter um pouco para justamente ter essa dinâmica mais profissional do contato, dos horários. Eu sei que a Gabi tinha uma disposição um pouco maior para em qualquer horário responder, mas de fato a administração, pelas suas regras, até para evitar qualquer tipo de ação depois, tem que ser nesses horários de expediente. É supertranquilo de construir essa relação. Eu acho que só houve um equívoco ali de contato e faz parte, o processo às vezes não é fácil, mas não vamos deixar criar qualquer situação em função disso. Estamos aí para responder, na medida do possível, todas as demandas levantadas pelos senhores. É isso, então, Senhores Conselheiros. A gente passa a deliberar a cerca das atas: **2. Votação das Atas 2842, 2843 e 2844/2020.** A ata 2844 não foi disponibilizada... Não vamos deliberar as atas hoje, foram disponibilizadas recentemente, a gente posterga para a próxima reunião, para dar um pouco mais de tempo para os Senhores Conselheiros poderem fazer a análise das atas. Passamos, então: **4. ORDEM DO DIA. ITEM 4.01:**



retornou de diligência no dia 08/09, o relato fica para a próxima reunião. Houve uma diligência, foi atendida, uma diligência da Conselheira Relatora. O Conselheiro Felisberto tem uma Questão de Ordem;. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, para alguns pode parecer inoportuno o que vou falar agora, mas eu acho, Secretário, que antes da gente fazer qualquer contribuição, a gente tem que ter dados. Em cima do que nós pensamos, a gente pensa muita coisa sobre a cidade. Então, eu não gostei da resposta de que nós temos que buscar os dados. Não, nós somos conselheiros, esse material tem que ser fornecido aos conselheiros. Isso é um desrespeito aos conselheiros. Isso é uma obrigação da Prefeitura oferecer elementos aos conselheiros. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Qual é a sua Questão de Ordem? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Deixa eu terminar. Então, a minha Questão de Ordem é que sejam fornecidos aos conselheiros dados para que a gente possa contribuir com conteúdo e não opiniático apenas. É isso, obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Lembrando que tudo aquilo que nos é possível disponibilizar a gente cai disponibilizar, é por isso que nós estamos no caminho da transformação digital, tentando justamente que a gente tenha mais condições de dados para poder disponibilizar. Aquilo que a gente tem, naturalmente, a gente compartilha com os Senhores Conselheiros para tentar aprimorar o conhecimento. É o nosso esforço, não é omitido absolutamente nada de informação que a gente porventura tenha. Então, estamos aí na tentativa de construir e melhorar um pouquinho os nossos processos da cidade. Então, o **ITEM 4.02** continua em diligência a CADAP. Conselheira Claudete, Questão de Ordem? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** É a questão em relação ao expediente 4.01, que o Secretário diz que já foi atendida a diligência. Então, eu peço que a Secretaria dê uma olhadinha nele e verifique as pendências que ainda constam. Eu vou considerar atendida a diligência quando estiverem todas as informações completas, senão a gente cai no vazio. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Lembrando que a senhora tem a oportunidade de manifestar a contrariedade no seu relato. A diligência foi respondida, conforme prevê o Regimento Interno. Se a senhora entende insuficiente a diligência ou não esclarecido algum ponto, a senhora tem a oportunidade de fazer o seu relato em contrariedade à aprovação do expediente. E esse voto vai ser deliberado e submetido ao pleno deste Conselho. Se entender também que não foi suficiente, terá a oportunidade de votar em contrariedade. Se entender que foi o suficiente para poder votar de forma favorável, mas o retorno da diligência que é prevista na resolução pode ser feito uma única vez. Então, em havendo esse retorno a senhora tem que avaliar se é suficiente para manifestar o seu voto na próxima reunião, sob pena de ser redistribuído. Passamos ao **ITEM 4.03**, Expediente 19.0.000094615-2, é um desgravame de área verde no Muito de Porto Alegre. O relator é o Conselheiro do SAERGS. Temos um parecer desfavorável e a gente teve solicitações de várias vista. Antes dos relatos de vista vamos pedir à equipe do planejamento para nos relembrar rapidamente do que estamos tratando. Só vou liberar a Questão de Ordem para o Conselheiro Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Secretário, é só uma questão de detalhe. Eu acho que a gente está toda hora ouvindo que o nosso regimento resolve tudo e não está resolvendo nada. A Conselheira a recém disse que o atendimento dos esclarecimentos não foi total. Então, quando nós pedimos esclarecimentos, os servidores públicos têm obrigação de responder a todos os



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

questionamentos. Não é somente pegar o regimento e jogar para nós, se não foi respondido total tem que voltar para os funcionários fazerem o resto da resposta. Nós não estamos querendo dar parecer contrário às propostas, mas a sua condução foi a pior que o senhor teve até hoje nas reuniões, de jogar as pessoas que querem esclarecimentos a terem que ser forçadas a dar um parecer contrário porque não teve todos os esclarecimentos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Qual é a sua Questão de Ordem? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** E ter os esclarecimentos para poder ter pareceres a favor. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Darci. De fato, eu não analisei o processo que veio, a questão e de que grau, não sei o que veio o que não veio, mas do ponto de vista regimental tem essa previsão, submete para diligência, retorna para a diligência e se tem a possibilidade de avaliar e o regimento prevê como funciona isso, estou seguindo aquilo que prevê o nosso regimento e a nossa resolução de procedimentos. O Conselheiro Gomes Questão de Ordem. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, a Questão de Ordem é no seguinte sentido, esse processo que estou fazendo vista, tem 8 pedidos de vista. Como eu sou conselheiro da região e fiz o relato, gostaria de me manifestar por último. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro Gomes. não há problema nenhum. Só peço para a Vaneska nos relembrar rapidamente aí. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Se trata do Processo 19.0.000094615-2, como já mencionou o Secretário, é um desgravame de área verde, já foi apresentado. Então, eu vou tentar ser sucinta. É na Avenida Cavallhada, próximo ao imóvel 3893 e o requerente é o Município de Porto Alegre, é localizado na RGP 6, como o conselheiro já mencionou. Aqui posicionado com relação aos bairros e aqui ampliando em relação à Avenida Cavallhada a localização desse desgravame. Na imagem de satélite um pouco melhor a visão de onde está localizado. É um desgravame de área verde, área localizada na Avenida Cavallhada, próximo ao imóvel 3893, inserido na Macrozona 5, Unidade Estruturação Urbana 008, bairro Cavallhada, conforme as Plantas 1 e 2, em que se demonstra o gravame e a intenção de desgravar. Essa proposta tem origem no Processo 18.0.00064055-3., de iniciativa da Unidade de Patrimônio Imobiliário, o GPI/SMPG, para tratar de próprios municipais com gravame de área verde no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Tais áreas constam como não urbanizadas no Cadastro Imobiliário mantido pela área de patrimônio e por esse motivo aquele setor abriu o processo SEI para que a SMAMS se manifestasse quanto às áreas passíveis de serem desgravadas, parcial ou não totalmente. Nesse caso, então, a SMAMS posicionou-se favoravelmente ao desgravame, visto que foi considerado totalmente inadequada para implantação de praças, devido a sua forma com pequena dimensão do alinhamento e grande profundidade, como dá para ter uma ideia nessa imagem. E o processo SEI, então, gerou esse processo de resolução. Então, a PGM em nota técnica se manifestou à SMDU/SMDE, que trata-se de gravame, aqui colocando novamente a localização da área que está sendo tratada. Coloca a manifestação favorável da SMAMS e coloca que não vislumbra óbice jurídico à minuta e se refere ao número. Então, coloca para encaminhamento ao CMDUA. Seriam esses pontos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vaneska, pela apresentação. Então, eu consulto o Conselheiro Felisberto se vai fazer o relato de vista. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Um – RGP. 1: Sim, Secretário, já está até no processo. Eu quero me manifestar também.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Fique á vontade. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu praticamente endosseí o parecer do Hermes, que fez uma análise muito boa. E me parece dizer que uma área não pode ser uma praça é muito primário. Certo? Nós temos na cidade vários tamanhos de praça. Então, não é porque é uma área, por exemplo, aqui no Centro nós temos a Praça Salvador Allende, para quem não conhece fica ali quase esquina com a Rua Avaí, é uma praça pequena, mas que serve a comunidade do entorno há muitos anos. Então, o meu parecer é: qual o critério usado? Essa é a minha pergunta: qual o critério usado? A comunidade foi ouvida se quer uma praça ou não quer? Eu conheço essa região, porque eu sou advogado de uma ocupação exatamente atrás, na Estrada Vila Maria, do lado tem uma praça, na frente do posto do INSS, uma praça que não tem um tamanho. E na cidade a gente vê várias praças de vários tamanhos. Então, se vamos estabelecer critérios de tamanho de praças tem que ser discutindo. Então, eu não vejo porque desgravar. E quando se desgrava em uma área que tem um alto potencial construtivo e que interessa aos empreendedores, como o Dinar diz, quer saber o que é especulação e o que é empreendedor, eu digo para ele. Especulador é aquele que pega uma área que é pública e utiliza para um bem privado. Isso é especulação. Entendeste? Empreendedor é a comunidade regular as suas condições de vida, esse é empreendedor e que não está sendo atendido. Então, eu sou contra o desgravame, a cidade tem que levar em conta a comunidade do entorno e o fórum da região, que me parece, salvo melhor juízo, não foi ouvido. E o meu parecer é no sentido de acompanhar o relator. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Na sequência eu consulto o Conselheiro Darci se quer fazer relato de vista? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu não cheguei a fazer por escrito, porque acompanho o relator também, vi que o Felisberto também enviou o seu relato e concordo com o relato dele. Realmente, enquanto Porto Alegre usar uma desculpa de que não foi regulamentada ainda para não fazer estudo de impacto de vizinhança, e essa lei já deve ter aí os seus 10, 15 anos, acho que ela foi aprovada aqui em Porto Alegre, nesses últimos anos não sei se foi feita alguma proposta de regulamentação dessa lei, né? A gente está impactando as vizinhanças sem perguntar para elas. Então, sei que aqui tem o Conselheiro Gomes, que é o representante da região, né, mas acho que isso aí tem que ser prévio. Não é chegar aqui no Conselho e aqui a gente fazer a consulta ao representante da comunidade, vai ter direito a voto e voz. Eu acho que tem que ser prévio, tem que ser uma cultura da Prefeitura, algo lá no final do processo. E me preocupa muito mais ainda, eu tentei acessar o outro processo, que também o conselheiro-relator pediu, que é o processo original, lá deve ter muito mais áreas iguaizinhas na cidade que daqui a pouquinho vão chegar os processos também pedindo para o desgravame. Então, e eu escrevi no chat se a reunião está sendo gravada, seria mais fácil, melhor ainda, porque eu vou contestar esse conceito de estado democrático de direito. Estado democrático de direito é quando a população tem direito a se manifestar, aí nós temos estado democrático de direito. Sinto muito, não estamos vivendo um estado democrático de direito, no meu conceito de estado democrático de direito. Enquanto a Prefeitura se recusar a regulamentar o estudo de impacto de vizinhança, que já é lei na Cidade de Porto Alegre e a cultura dentro da Prefeitura for de não consultar, e temos vários processos aqui que já provamos e já foi esse o debate, que é uma cultura, que muito bem falou o nosso secretário. Nós temos neste governo mais um governo que se refere à democracia representativa, a história de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Porto Alegre, a história da democracia participativa. Ela foi alterada realmente, né, ou a próprio Porto Alegre resolveu alterar, mas eu acho que os conceitos de democracia participativa e representativa se complementam, não se contradizem. Enquanto a gente achar que é contradição participação e representação, a gente não vai ter um povo de Porto Alegre participando e mais feliz. Concluo pelo apoio, pelo voto, pelo parecer do relator com a combinação do voto do relator e do Felisberto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Darci. Na sequência o Conselheiro Rafael. Não está presente. Na sequência a Conselheira Tânia. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Eu gostaria de falar que eu concordo, sou favorável. Já enviei o meu relato, eu sou favorável ao relato do Conselheiro Hermes e do Conselheiro Felisberto. Na verdade, sou contrária ao desgravame e acho que as comunidades precisam ser ouvidas. Nós enquanto representantes da comunidade, nós temos que bater sempre nessa tecla. Não tem como desgravar uma praça no meio de uma comunidade que já é tão raro termos praças, para fazer o quê? Esse pedaço de terra vai ser vendido? Vai entrar no leilão? O que vai acontecer? Então, as informações chegam, como o Darci bem falou, de uma maneira que a gente não entende muito bem. Entendeu? Fica tudo muito pela metade. É só isso, Presidente. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Tânia. Na sequência a gente tem o Conselheiro Fernando. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa noite a todos. Primeiramente, desculpa o meu atraso, cheguei de viagem agora. Não pude encaminhar o meu relato de vista, mas eu não poderia deixar de me manifestar aqui. O primeiro que vai estar escrito lá, vou encaminhar posteriormente, é o geralmente uma área com 640 m², onde inicialmente estava com gravame de praça, realmente, não precisa muito para entender que é impossível construir uma praça, um equipamento urbano adequado, até porque ele tem gravado no meio de uma quadra. Segundo, tendo gravame ou não tendo gravame, não preciso dizer para o que vai ser essa praça, até porque eu não sei enquanto planejador municipal. Dessa forma, isso pode servir para diversas coisas, eu posso usar como equipamento urbano, eu posso usar como uma UBS, eu posso usar por diversas maneiras para que venha atender uma necessidade presente ou futura da sociedade. Isso sim é construir uma cidade participativa. Agora, o fato de não desgravar e não dizer por que não estou desgravando, também não me parece cabível. Então, dessa forma, sendo bem sucinto, para dar tempo aos outros relatos, eu sou contrário ao parecer do relator e já abro o voto sendo favorável ao desgravame. Era isso, Presidente. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Fernando. Conselheira Patrícia. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Olá, boa noite a todos. Então, só fazer um contexto aqui da questão do planejamento das áreas verdes, porque o Conselheiro Hermes comentou do planejamento e políticas quanto à implantação de áreas verdes. Então, o que eu vou fazer? Eu vou anexar no processo um artigo efetuado pelo nosso coordenador de áreas verdes, o Alex Souza, que faz um demonstrativo de todas as áreas verdes que nós temos no município. Certo? As áreas verdes que existem no município são compostas de 9 parques urbanos. 637 praças urbanizadas e 234 praças não urbanizadas. E nesse artigo ele relata um problema, uma questão quanto à questão da gestão dessas áreas, porque nós temos uma equipe pequena, mas a quantidade dessas áreas, principalmente por causa das questões de parcelamento do solo, vem aumentando de um contínuo. Então, a gente precisa ter critério para fazer a seleção de quais são as áreas



verdes disponíveis no município. Então, até para fazer uma gestão adequada delas. E nesse material que ele disponibilizou, até vou anexar no processo, ele coloca aqui, por exemplo, o percentual de áreas de lazer existente por região de planejamento. E aí se verifica que a região centro-sul é uma das áreas que tem mais metros quadrados de área por habitante, que são 14 m² de área de lazer por habitante. Se a gente for comparar com o Centro, por exemplo, que tem 8 m² de área de lazer por habitante. E ele faz todo um levantamento em relação a deslocamentos, enfim, existe um planejamento dessas carências e demandas em relação às áreas verdes. A equipe que se manifestou ali é a equipe que faz a gestão dessas áreas, eles têm esse mapeamento dessas áreas em sistema de geoprocessamento. E aí eles identificam que para a gente fazer uma melhor gestão dessas áreas tem que ter alguns critérios de inserção dessas áreas no território. E esses pequenos resquícios, vamos dizer, que são pequenas porções, elas não são adequadas. A gente prefere dar o foco em áreas maiores, onde a gente pode implantar equipamentos de lazer de qualidade, do que ter uma série de segmentos de áreas que a gente não consegue minimamente implantar esses equipamentos. E também existem problemas, por exemplo, com essas áreas cercadas de invasões e coisas do gênero que acabam dificultando a questão da gestão. Então, é por esse motivo que a equipe se manifestou no sentido de que ela não é adequada para área de lazer. E só deixando bem claro aqui que o desgravame de uma área é simplesmente um desgravame de uma área, não necessariamente vai autorizar a venda ou qualquer outra coisa do imóvel. Ela simplesmente deixa de ter essa função de área verde, que a equipe técnica identificou como não adequado. Então, era isso, eu vou depois colocar no processo, quem quiser pode olhar.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheira Patrícia, pelos esclarecimentos. Conselheiro Paulo Jorge.

Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: Eu estava vendo a situação, eu vou acompanhar o relator.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Paulo Jorge. O Conselheiro Gomes, então.

Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Esse processo é o 19.0.00094615-3, cujo requerente é a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão. Esse expediente tem origem nessa secretaria que solicitou à SMAMS parecer sobre diversas áreas, 12 áreas gravadas no PDDUA como áreas verdes, não urbanizadas, para saber se poderiam ser desgravadas parcial ou totalmente. E a SMAMS assim se pronunciou. É importante ver o pronunciamento da SMAMS sobre esse conjunto. As áreas a seguir já possuem destinação diversas definidas e consagradas. A área 2, que é utilizada como um campo de futebol pela comunidade, está inserida no gravame maior de uma AEIS 1, na Vila Nossa Senhora das Graças. A área 6 é o Museu Joaquim José Felizardo. A área 9 é uma passagem de pedestre urbanizada e utilizada pela comunidade. A área 12 já foi desgravada pela Resolução nº 225907 para a implantação da sede do IMAPA no local. E para finalizar as áreas restantes, aguardando recursos para urbanização. Então, de todas essas áreas das 12, somente essa área 11, localizada na Avenida Cavallhada, objeto de SEI, foi considerada inapropriada, conforme relata a SMAMS. A área 11 é totalmente inadequada para implantação de praça, devido a sua forma com pequena dimensão no alinhamento e com grande profundidade. Nesse sentido, nada temos a opor quanto ao desgravame, posição da SMAMS. Então, vocês percebem que foi uma consulta para 12 áreas e apenas uma a SMAMS admitiu que poderia ser desgravada sem prejuízo ao conceito de praça para ser usado pela comunidade. Bom, destaco alguns aspectos para serem levados em consideração na análise dessa demanda. Primeiro, parece-me que a demanda da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ao solicitar a análise dessas áreas estavam a buscar imóveis para compor um programa específico de sua alçada. Com a indisponibilidade de 11 dos 12 imóveis analisados, é provável que esse programa foi prejudicado, mas é juízo da secretaria da SMPG o mérito da questão. Segundo, o imóvel em tela, localizado na Avenida Cavallhada, carece de elementos básicos para análise, não foi anexado nenhum croqui com as dimensões de frente, laterais e fundos. Na tela se menciona a área de 644,81 m², e o mais grave, que a localização é imprecisa, que é tratado como “próximo ao imóvel 3893”. Em visita ao local não se tem a certeza de que imóvel estamos tratando, não é identificado pelos elementos do processo. Ao que parece, seja onde for, no limite das vizinhanças consagradas, lado esquerdo é uma igreja, no outro lado são algumas edificações, ele deve estar no mínimo parcialmente ocupado. Então, o ideal para a correta análise deste caso seria que o relator tivesse solicitado informações sobre a correta localização do imóvel, das suas dimensões e da sua ocupação provável, como isso não ocorreu, entendo que podemos promover essa diligência derrubando o voto do relator, que é contrário ao desgravame, onde seria nomeado outro relatório e este poderá para o bem do esclarecimento deste Conselho solicitar as diligências aqui apontadas. E essas diligências seriam localizar corretamente com o croqui onde está esse móvel, as suas dimensões de frente, de lateral, profundidade e dizer da ocupação que ele está, porque ele tem uma ocupação em cima hoje, parcial que seja, mas tem. Nesse sentido eu voto pela aceitação da demanda para me opor ao voto do relator, para que ele seja substituído e aí se faça nova de diligência para nos trazer esses conhecimentos fundamentais para a gente fazer um voto consciente aqui neste Conselho. Era este o relato. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Lembrando, a gente está buscando aqui no nosso regimento que o conselheiro da região tenha essa possibilidade de solicitar diligência, Conselheiro. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, na reformulação do voto, Presidente, eu faço o meu voto em uma diligência ou refaço, porque não entreguei ele ainda, se me é dada essa prerrogativa, eu peço a diligência para encostar esses elementos da localização do imóvel, porque eu estive lá na calçada, na frente, parei no pátio da igreja, falei com o padre e ninguém sabe exatamente o que é aquilo ali. Faltou um croqui de localização, simples, croqui que localize esse imóvel com as suas dimensões, senão fica complicado, fica próximo ao imóvel 3893 da Avenida Cavallhada, sem fazer as mínimas amarrações, aí a gente vai poder deliberar com mais tranquilidade. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O artigo 9º, § 2º, quando tratar das questões da região, diretamente relacionado com o processo relatado, se assim entender no seu pedido de vista poderá solicitar diligência, mas deverá passar por deliberação do Conselho. Então, eu coloco em votação, consultando se há alguma objeção? Para dar um pouco mais de celeridade ao encaminhamento do processo, se há alguma objeção, algum voto contrário ao pedido de diligência. Temos uma Questão de Ordem da Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** então, o Secretário como sempre rasgando o regimento quando convém. Depois de uma discussão sempre cabe a palavra ao relator. Foram feitos os relatos de vista, agora a palavra caberia ao relator e ele vem pedindo uma Questão de Ordem, acho que deve ser passada a palavra a ele. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira. Eu não vi a solicitação, mas já passo de imediato ao Conselheiro Relator. Está sem áudio o nosso relator. O Conselheiro Felisberto tem uma Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, não é uma Questão de Ordem, é uma



preocupação. Eu queria que me explicasse, porque eu não tenho muita experiência em análise técnica. Eu me pergunto, como é que um processo desse passa por uma análise técnica de técnicos da Prefeitura e não se tem nem a localização correta do imóvel? Isso demonstra que a gente tem que ter cada vez mais atenção com os processos. E para salvar, isso já aconteceu em outro processo, para salvar a equipe técnica... Desculpa se estou sendo incisivo nessa observação. Toma-se frente às palavras para viabilizar e atenuar erros muito graves que aconteceram. É um processo que veio para análise do CMDUA, passou pelos órgãos a Prefeitura, pela PGM. Então, isso reitera todo o cuidado que a gente deve ter na análise do processo, mesmo com parecer técnico, mesmo com parecer jurídico. (Sinalização de tempo esgotado). Então, as diligências e o cuidado na análise técnica tem que ser feito por parte do corpo técnico e jurídico, porque veio o parecer favorável da PGM. (Sinalização de tempo esgotado). E não vislumbrou nenhum óbice, mas tem vários óbices. E era isso, obrigado, Secretário. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, da mesma maneira, eu coloco para os conselheiros que falaram sobre o imóvel, que não perceberam isso, não visitaram e estavam dando opinião e é uma praça. É da mesma maneira. A minha preocupação é no sentido de fazer um tratamento mais preciso, mais minucioso. E os conselheiros que não conhecem o lugar e pelos seus relatos realmente não conhecem, de imaginar que aquilo que tem lá dê para alguma praça ou em algum lugar do mundo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Vamos retornar para o Conselheiro Hermes, conselheiro relator. Depois colocamos em votação as diligências requeridas pelo conselheiro da região. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Bom, primeiro, eu queria esclarecer que visitei o local e não pedi diligência, o local é plenamente achável, ele é um local que através do mapa não tem como não achar. Eu não pedi diligência porque cada vez que a gente pede diligência sempre vem aquele discurso que a gente quer atrasar, é isso e aquilo. Exatamente para agilizar o processo, mas eu visitei o local. Segundo, como foi lido, esclarecido o processo no início, eu acho que deveria ter lido meu parecer, porque praticamente parece que boa parte não entendeu o parecer. Eu concordo, no meu parecer eu concordei que as dimensões da praça e a localização não são adequadas. Isso está dito, acho que ninguém registrou. O que eu disse é que falta uma política. E aquilo não é uma praça, aquilo é uma reserva de praça. Eu me lembro que no meu parecer está escrito, há mais de 40 anos que me conheço dentro do planejamento. As reservas de praça sempre que foram insumos para que sejam dentro do planejamento de áreas públicas, de praças e parques, que elas sejam revertidas em praças e não revendidas para outro objetivo qualquer como está sendo proposto. O fato de não estar escrito que não vai ser vendido é óbvio, só quem é muito ingênuo para acreditar que não é para desgravar para vender. Dentro da política do atual governo é vender tudo que é bem público, eu não estou discordando, eu estou falando fatos. Eu acho que muitos têm que ser vendidos mesmo. O que eu quero dizer e assistir é que o meu parecer foi contrário, não no sentido de se fazer uma praça, porque eu concordo que é uma área inadequada. É no sentido de se preservar a reserva de praça. Para quem não entendeu aquilo é uma reserva de praça para futura instalação, através de renda de vários pequenos lotes, que são reservas de praça, implantar uma praça em condições adequadas. Isso durante dezenas de anos que passei na Prefeitura foi feito assim. Agora, o oposto, se vender essas pequenas reservas de praça, inclusive, para pagar o meu salário para me aposentar, eu deveria até ser favorável. Quando essa comunidade vier aqui no Conselho solicitar uma praça, é óbvio que o poder público não vai ter recursos para comprar uma área adequada. É tão difícil isso. O que eu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

disse é que é preferível manter a reserva de praça, é uma política que se implantou por muitos anos. E só para esclarecer o Gomes quanto àquelas áreas. Gomes, exatamente, aquelas áreas que estão apresentadas, as 12 áreas, que, na verdade, são 13, aliás, são 11, mas são 12, porque uma se subdivide em dois, estão ocupadas, foram cedidas ou a maioria está em estudo na SMAMS, que provavelmente vai ter a mesma opinião, não tem localização adequada, um tamanho adequado e bota na vala comum. Isso é falta de planejamento de quem não deveria estar trabalhando no planejamento. Desculpem os técnicos que defendem isso. (Sinalização de tempo esgotado). É tão claro, é tão óbvio que eu fico constrangido de ter que falar neste tom para as pessoas entenderem. Para encerrar, alguém é capaz de dizer que daqui alguns anos o poder público vai ter dinheiro para comprar uma área de praça? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes, pela manifestação. Peço em nome do Município desculpas a todos os técnicos do Município que aqui assistem e fazem um trabalho brilhante ao Município, que acordam todos os dias tentando fazer o melhor pela Cidade de Porto Alegre. Então, em nome da Prefeitura, da gestão, eu agradeço ao trabalho que fazem e não aceito qualquer desmerecimento desse trabalho maravilhoso que equipe técnica faz. Não podemos admitir, a gente tem que discutir respeitosamente. Então, peço que desconsiderem as palavras inapropriadas aqui faladas por alguns conselheiros a respeito desse trabalho que é feito pelos técnicos que sempre tentam dar o seu melhor para construir as melhores práticas, na tentativa da gente melhorar a nossa Cidade de Porto Alegre. Então, Senhores Conselheiros, temos uma solicitação de diligência do Conselheiro representante da região. Eu consulto se há objeção à diligência, se há algum voto contrário à diligência? Por favor, faça a manifestação no chat. Depois que retornar da diligência vai ter a oportunidade da gente debater novamente esse processo. Então, não se esgota, não colocamos em debate. A gente teve a oportunidade dos relatos de vista e não debatemos ele. Há alguma contrariedade? Conselheiro Gomes, peço que junte por escrito, fazendo a alteração, a partir do seu relato hoje. Consulto se há alguma contradição? Conselheira Claudete, só vamos manter a deliberação em relação à diligência. A senhora tem oposição à diligência? O Conselheiro Felisberto. Mais algum conselheiro? A Conselheira Claudete, é uma Questão de Ordem? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, o nosso regimento diz que as diligências têm que ser trazidas por escrito. Eu quero entender qual é a diligência que vai ser feita, porque recentemente eu questionei em um processo uma diligência que consta, inclusive, no expediente que não foi atendido e o Secretário que eu votasse contra, né. Então, eu quero ter clareza do que vai estar sendo efetuado e que nós estamos dando encaminhamento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Claudete. O Conselheiro Gomes vai juntar ao processo, seguindo aquilo que prevê o regimento interno. O Conselheiro Gomes quer complementar para onde vai a diligência? É para comissão? Não sei se esse processo veio oriundo de CAUGE, enfim. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, a diligência é muito clara, a própria SMAMS que faz a análise, pode anexar um croqui indicando a área. E eu acho que a Secretaria que originou o pedido também informar melhor, dar dados melhores das condições do imóvel, a ocupação do imóvel. Eu quero fazer um comentário muito rápido, quem leu o processo sabe muito bem que o setor da SMAMS se posicionou sobre todos os imóveis questionados. Não ficou nada, como disse o Hermes, para daqui a pouco dizer que também não dá para usar e colocar à disposição. Isso não existe no processo, tem que ler o processo. Assim como esses conselheiros que disseram que estiveram lá, eu estou duvidando, não estiveram lá,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

porque o imóvel não é identificado. E se identificarem, ainda mais sendo um arquiteto que foi lá, viu que está ocupado em boa parte. Então, vamos ter mais seriedade com a matéria que nós estamos tratando, para respeitar os funcionários e nos respeitar também. Não podemos ficar aqui só fazendo bate boca para manter posição de eu sou contra, eu sou a favor. No pedido eu defini a diligência, que alguém esclareça qual é a ocupação que está em cima e esclareça o endereço, o croqui de endereço, aquele velho croqui que nos pedem para qualquer processo quando a gente entra na Prefeitura: onde está o terreno? Qual é o terreno do lado que não tem número? Lado direito? Lado esquerdo? Qual a profundidade? Qual a testada? Normal, muito simples, que pelo Google não dá para ver, quem desce do avião do Google e chega na calçada, olha para o terreno, fica mais na dúvida. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Então, está esclarecido, diligência para a Secretaria do Meio Ambiente para poder fazer os esclarecimentos, consulto os Senhores Conselheiros, se há alguma objeção ao pedido de diligência, senão a gente delibera. Nós temos voto contrário à diligência da Conselheira Claudete e do Conselheiro Felisberto. Mais algum conselheiro é contrário à diligência? Questão de Ordem a senhora já teve, Conselheira Claudete, conforme o regimento, já lhe ouvimos. Então, **APROVADA A DILIGÊNCIA À SMAMS.** Na próxima sessão ou quando retornar da diligência a gente retoma o debate deste expediente. Passamos ao **ITEM 4.04:** ainda está em diligência. O **ITEM 4.05** da pauta também está em diligência. O **ITEM 4.06**, temos o relato da Conselheira Jane, que confirmou, da RGP 07. É o Processo 19.0.00081895-2, interessado é o MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. Foi distribuído em 17/06/2020. Eu peço para a equipe de planejamento fazer um breve resumo e depois já passo para a Conselheira Jane para o seu relato. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** É o Expediente 19.0.00081895-2, ele trata de uma alteração de gravame de traçado viário. Interessado é Município de Porto Alegre. O local é a Diretriz 10.013, inserido na Macrozona 10, UEU 4, bairro Lomba do Pinheiro. A localização dentro da RGP 7 e dentro do bairro da Lomba do Pinheiro. Aqui o traçado como ele é hoje e a sugestão. Também sobre a imagem de satélite para a gente ter ideia da diretriz existente e da diretriz que está sendo alterada. Então, conectando a Rua Dolores Duran e Avenida Deputado Adão, alteração, a justificativa é que a alteração proposta busca resgatar o traçado proposto pela Lei Complementar 631/2009, que implementou Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro e resguardar a área do Parque Saint' Hilaire, preservando os bens ambientais presentes na região, principalmente a área de preservação permanente no arroio que limita o parque. Então, para ciência e considerações, teve manifestação da Unidade de Proteção do Ambiente Natural e de acordo com parecer técnico, em que eles colocam que são contrários à manutenção da via demarcada, solicitando a exclusão do traçado da Diretriz Viária 10.013, do interior da Unidade de Conservação Parque Natural Municipal Saint' Hilaire. Tal proposta não converge para a conservação dos bens ambientais da unidade de conservação, por isso o ajuste. A Unidade de Empreendimentos de Operações Urbanas, a EGD, também se manifestou considerando as manifestações acerca da consulta que questiona a manutenção, exclusão, alteração de traçado viário relativo à diretriz viária 2013, solicitando que desenvolva o estudo para nova proposta de traçado, atualmente através da Unidade de Conservação da natureza do Parque Saint' Hilaire, observando-se a compatibilização dos bens ambientais existentes no local, bem como respeitando-se as áreas de preservação permanente vinculadas ao arroio que limitam o referido parque e há fragmentos da Mata Atlântica mencionado pelas equipes da SMAMS, que também são incidentes ali no território. Então, a presente solicitação tem por finalidade embasar essa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

proposta de minuta de resolução para ser submetida ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. A minuta de resolução aqui está um pouco alterada a visão. Então, seguinte está vendo aí o sentido como a via é, como está sendo proposta. Então, aqui hoje, passando por uma área em que ela fica, ela passa por essa parte que tem uma área de preservação permanente de curso de arroio. Então, aqui ela está vindo mais junto à ocupação urbana que já existe, preservando mais essa área natural no interior do parque. Então, com relação à avaliação da PGM, encaminhou-se à CDU, que se refere novamente a qual diretriz se trata e coloca que não vislumbra óbice jurídico, dado o encaminhamento e sugere o encaminhamento ao CMDUA. Eu acredito que são essas as informações. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vaneska, pela apresentação, os esclarecimentos. Passo ao relato da Conselheira Jane. Lembrando, Conselheira Jane, que nós precisamos ter o relato por escrito para anexar aqui. **Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Sim, Presidente. Eu vou mandar quando terminar. Eu não estou muito habituada a essa tecnologia, mas estou tentando me adaptar. É o Processo 19.0.000081895-2, o assunto é a alteração no traçado da Diretriz 10.013 da Macrozona 10, no bairro Lomba do Pinheiro. Trata-se da alteração do traçado da Diretriz 10.013 originado no Plano Diretor de SE 646/2010, anexos 9.3 e 9.4. E tem como finalidade desonerar o trânsito da Avenida João Remião, ligando a Rua Dolores Duran à Avenida Adão Pretto. A referida via teria aproximadamente 30 m de largura e cortaria o Parque Saint' Hilaire, que é uma área de preservação ambiental, que todos nós sabemos. No entanto, já havia uma definição do traçado dessa via para aquela região na LC 630/2009, estabelecida pela Lei Consorciada, que foi desconsiderada na revisão do Plano Diretor de 2010. Embora esse traçado que agora se apresenta aí não incida de forma tão impactante, incisa de forma menos impactante na área de preservação ambiental, ela atingiria várias habitações que constam como ocupações ilegais. Nós todos da nossa região sabemos da importância que a abertura dessa via teria para a mobilidade urbana e até para aliviar mesmo a Avenida João Remião. O que importa, Senhor Secretário, nessa história toda é a quantidade de habitações que seriam atingidas por esse novo traçado aí, que nos deixa meio que preocupados, porque nós sabemos como é que os governos tratam as pessoas quando se trata de retirá-las dos seus locais e reassentá-las em outro. Primeiro abrimos a via e deixamos as pessoas penduradas em projetos que nunca saem do papel e elas ficam lá esperando a vida inteira, como a gente está vendo na Avenida Tronco, que até hoje as pessoas estão esperando para ir para suas casas. E a via está lá, nem aberta foi e as pessoas estão fora de casa. Então, baseado em todas essas considerações, nós conversamos com as pessoas que encaminharam esse projeto, que trabalharam conosco na no comitê da Lomba do Pinheiro, nós vamos encaminhar um parecer favorável à abertura dessa via. Mas nós vamos querer condicionar, Presidente, a abertura dessa à realização de um projeto que não atinja tantas famílias e que seja garantido neste projeto a realocação dessas famílias que serão atingidas. Este é o meu parecer: FAVORÁVEL AO NOVO GRAVAME, condicionado a um projeto que não atinja tantas moradias. A gente pode continuar estudando esse gravame para que não atinja tantas moradias. Tem espaço para que isso seja feito, eu vi os mapas, não sou nenhuma entendida no assunto, mas eu dei uma olhada boa e tem como melhorar esse gravame. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Jane. A gente tem que deliberar aqui se os demais conselheiros são favoráveis ou desfavoráveis ao seu relato. Então, nesse caso, a senhora está manifestando contrariedade ou é favorável à aprovação? **Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

FAVORÁVEL. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Jane. Nesse sentido, consulto se algum Conselheiro vai querer fazer vista, relato de vista a este expediente? Conselheiro Felisberto. Mais algum pedido de vista? Conselheiro Darci. Conselheiro Hermes é Questão de Ordem? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, ficou visivelmente claro para mim que a Conselheira Jane não concorda com a proposta atual. Eu gostaria de esclarecer para que não haja problemas na votação. O que vai ter votado é exatamente o que está desenhado na resolução. No momento que ela coloca que gostaria de alguma alteração na resolução, ela não está favorável a esta resolução. Ela está votando contra. Eu acho que tem que esclarecer, senão parece que está se manipulando a votação. Conselheira Jane, por favor, eu estou tentando lhe explicar que é exatamente o que está desenhado ali, não vai ter nenhuma alteração como a senhora solicitou. Seria no caso outra resolução. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Foi nesse sentido que eu consultei a conselheira novamente. Lembrando que é favorável ou contrário à aprovação. Ela tem a possibilidade de colocar em diligência, prestar todos os esclarecimentos. Tem a Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto e da Conselheira Patrícia. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu queria ajudar a Conselheira Jane. Eu solicitaria diligência para verificar quantas famílias serão atingidas, fazer um estudo detalhado do que vai impactar essa diretriz com essa mudança. Essa seria a minha sugestão, seria praticamente o meu pedido de vista. Eu acho que seria oportuno vir com maiores detalhes do impacto dessa mudança. Então, essa é a minha opinião e obrigado, Secretário. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Pelo o que eu entendi, vamos dizer, ela tem a preocupação com algumas ocupações que têm ali, só que o parecer também tem preocupações. Por exemplo, com questões de incidência de Mata Atlântica, enfim. Então, pelo o que a gente vê o objetivo dessa resolução é liberar, vamos dizer, deixar de atingir tanto o Parque Saint' Hilaire, esse é o objetivo. Agora, o detalhamento, se vai passar exatamente em um local ou no outro, não tem como a gente ter certeza, mas a gente já garante que a gente vai deixar mais livre, vamos dizer, menos atingido o Parque Saint' Hilaire, que é uma coisa superimportante. Então, o que eu penso? Se a gente pode colocar o condicionante ali na minuta, no sentido de no momento de se implementar a diretriz, já tenha a manifestação da equipe do meio ambiente, no sentido de garantir que as áreas de preservação da mata atlântica sejam preservadas e a gente agrega também garantir a preservação das ocupações existentes. Eu não sei, eu acho que em outros momentos a gente já fez de colocar um condicionante ali na minuta e garantir isso, porque eu entendo que esse desenho, por mais que a gente altera ele, não vai ser exatamente definitivo, por causa desses comprometimentos, né? Mas a gente garante o objetivo, que é a preservar a área do Parque Saint' Hilaire. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Patrícia. A Conselheira Gisele. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Só para colocar que dentro do próprio processo já existe uma manifestação da equipe de regularização fundiária a respeito do loteamento clandestino que está sendo regularizado ali no local e foi detectado que são três lotes. E como colocaram também os demais conselheiros, esse traçado pode ser detalhado quando ele for implantado, com o projeto planimétrico e geométrico. Agora, em questão de estabelecimento de gravames, não se tem essa precisão. Então, eu sou favorável, não é a hora de votar, mas eu gostaria que lessem ali as manifestações da regularização fundiária,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

que esclarece bem, tanto a parte da Operação Urbana Consorciada, como a regularização das famílias que estão ocupando ali, que está em curso agora. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Gisele. Eu vou só consultar a Conselheira Jane de novo, depois a gente colocar à disposição de vista. Conselheira Jane, só para que na reunião a gente vai ter o pedido de vista, não vamos votar seu relato, tem 2 pedidos de vista, os conselheiros farão os relatos de vista. É importante que a senhora compartilhe o seu parecer para ter essa clareza do que está se aprovando, se está aprovando ou não. **Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu quero ressaltar o que falou, acho que foi a Gisele ou a Patrícia, o meu parecer é favorável com um condicionante, aí nós não partiríamos do zero para continuar estudando a abertura dessa via, Senhor Presidente. E quero deixar claro que não são 3 famílias, Gisele, que serão atingidas, são bem mais de 50 famílias, pelo novo traçado, que a própria SMAMS está propondo. Então, eu não tenho impedimento nenhum, sou favorável a esse novo traçado, mas eu coloco o condicionante de que esse estudo seja aprofundado para que não tantas famílias sejam atingidas. Então, não são 3 famílias, são mais de 50 famílias, eu estudei bem o mapa e vi a quantidade de quadradinhos que tem ali colocados dentro da área. Então, são mais de 50 famílias. Certo, Senhor Presidente? Eu sou favorável que a abertura seja gravada, mas com o condicionante. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Jane. Então, o parecer da Conselheira é favorável e nas considerações do seu voto ela delibera no sentido de colocação de condicionante, assim como acontece nos pareceres aí, mas a manifestação dela é favorável. Ficou bem esclarecido. Então, na próxima reunião, após o relato de vista a gente vai estar deliberando o parecer favorável da conselheira. A gente tem vista ao Conselheiro Felisberto, ao Conselheiro Darci. Mais algum conselheiro vai querer fazer relato de vista? Então, Senhores Conselheiros, não havendo mais inscritos para relatos de vista, encerro a inscrição para vista e passo ao próximo expediente da pauta. **ITEM 4.07:** temo a apresentação do relato de vista, é o Expediente 19.0.000101302-8, do Conselheiro Paulo Jorge. Antes consulto a equipe do planejamento para nos lembrar do que se trata o expediente, depois a gente abre para o relato de vista e colocamos em discussão. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, o Expediente é o 19.0.000101302-8, que trata de uma alteração e inclusão de traçado viário e alteração de gravame de escola. Já foi apresentado no Conselho. A localização é a extensão da Rua Isolino Leal, a extensão da rua nem a inclusão de gravame viário da Diretriz 10.037. O requerente é o Instituto Maria Imaculada Medianeira. Então, aqui dentro da RGP 5, dentro do bairro Medianeira, é a ligação, trata dessa ligação dessas vias para estruturação desses quarteirões que estão contornados aqui pela Rua General Gomes Carneiro, Rua Coronel Neves e Avenida Niterói. Na imagem de satélite dá para ver melhor essa continuidade dessas vias e a diretriz que está sendo colocada aqui, para estruturar essa parte do território. Então, ela trata da extensão da Rua Isolino Leal, que é uma das ruas ali que está se propondo a extensão, com largura de 10 m até a Avenida Niterói. A extensão da Travessa Lucas de Lima, com largura de 10 m até a Rua Isolino Leal, também referindo à macrozona, da estruturação urbana que se refere. E a inclusão da diretriz, que era aquela que estava demonstrada em azul aqui, completando esse conjunto, configurando esses quarteirões. E também a alteração do gravame da área de escola para compatibilizar com o traçado da Rua Isolino Leal. Então, tratando-se de uma compatibilização. A justificativa, as alterações e inclusões de traçado viário e alteração de gravame viário de escola tem origem em dois processos que analisaram o quarteirão formado pelas seguintes vias, a



Avenida Niterói, Avenida General Gomes Carneiro e a Travessa Lucas de Lima, a Rua Álvaro Sérgio Maserá, a Rua Isolino Leal e a Rua Coronel Neves. Tem por objetivo estruturar esse quarteirão, possibilitando deslocamentos internos com menores distâncias para pedestres e automóveis. Também para ciclistas e outras formas de deslocamento e melhorando a permeabilidade viária da região. E aqui se refere à origem do processo, o SEI 19.0.000101302-8 e os expedientes únicos 002.274095.008 e 002.317972.009. Aqui os mapas dos anexos da resolução, que demonstram como o quarteirão é configurado. Hoje tem essa área de escola que acaba tendo esse ajuste para ela poder se conformar de acordo com as vias que estão sendo propostas, que são essas aqui delimitadas em amarelo e tracejadas. E a área de escola é adequada para essa frente de rua aqui, para ficar de acordo com essa estruturação viária que permite. Com relação à análise técnica que foi encaminhada à chefia de EGD: “Considerando os estudos e análises realizadas, entendo que a proposta apresentada na minuta de resolução é apropriada e, mais do que isso, necessária a qualificação da região, atendendo assim ao interesse público. Creio que para atender o que foi sugerido pela Procuradora Eleonora seja necessário indicar e arrazoar no campo de justificativas da minuta os seguintes pontos”. Então, se esclarecem alguns pontos adicionais da justificativa. O atendimento ao PDDUA, no que diz respeito ao tamanho máximo de um quarteirão nas áreas intensivas do Município de Porto Alegre, que são as áreas a serem ocupadas com maiores intensidades. Sempre que identificado o interesse público e sempre que comprovada a viabilidade urbanística ambiental. Segundo, há existência de ruas públicas em determinados cul-de-sac, inseridas em grandes quarteirões e sua proposita incompetência em promover a conectividade e vitalidade urbana necessária no urbanismo sustentável. O terceiro ponto, a capacidade de planejamento urbano de incentivar a economia, de aumentar a vitalidade de uma região, de promover a diversidade de usos, de aumentar a segurança e de otimizar os trajetos. São as justificativas que embasam a estruturação viária dessa região. Aqui está em torno do quarteirão, delimitado em rosa, a área em que foram considerados os quarteirões, a análise do grão consolidado do entorno desse quarteirão. Então, o quarteirão em rosa é o quarteirão que é o objeto da análise, em laranja esses outros quarteirões que estão sendo analisados de forma comparativa, como um entorno de implantação desse quarteirão. Foi feita dentro da análise dos estudos a avaliação dos equipamentos que existem no entorno dessa região e como poderia se beneficiar, trazendo essa conexão. Muitas vezes um equipamento não é tão acessível, porque não se tem uma articulação viária que faça a costura do tecido para que se consiga acessar esses equipamentos com maior facilidade. Então, por isso esse estudo adicionar que foi inserido pela equipe. Com relação à nota da PGM, ela se refere ao objeto que está sendo analisado no expediente e coloca que o presente processo foi analisado pela procuradoria, tendo sido observado que o croqui, também consta no Google Maps, a alteração incidirá sobre imóveis já edificadas, que poderá gerar hipótese (Inaudível) desapropriação e isso poderá acarretar ônus ao município. Não será um empecilho desde que haja fundada motivação. E anexou a análise técnica, colocou, finalmente que não vislumbra óbice jurídico à minuta e seu encaminhamento ao CMDUA. Essas informações. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vaneska pela apresentação. Eu já passo a palavra ao Conselheiro Paulo Jorge. Não está? O Conselheiro Paulo Jorge enviou hoje o relato de vista, relato favorável. Consulto o conselheiro, mas caiu. Conselheiro Guilherme, o relator, já fez o relato, tem a manifestação favorável. O Conselheiro Paulo Jorge teria que fazer o relato de vista, estamos disponibilizando. Eu vou fazer a leitura do relato de vista do Conselheiro Paulo Jorge, ele descreve o endereço, a extensão da travessa, inclusão de traçado viário, o trecho. O



Conselheiro é favorável a este processo no seu relato de vista. Nesse sentido, eu consulto se algum conselheiro se inscreve para debater o expediente. Alguém quer debater? Conselheiro Felisberto. Mais alguém? Conselheiro Dal Molin. A Conselheira Claudete tem uma Questão de Ordem. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, como a nossa sessão vai até às 20 horas e já são 20h01min, como eu preciso me retirar e gostaria de acompanhar os debates, queria me manifestar neste processo. Então, estou pedindo que ele seja, na verdade, discutido na próxima pauta, até porque nós já vencemos o nosso horário e não quero ser prejudicada no meu direito de acesso também. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. A reduziu as reuniões, não estamos fazendo as reuniões ordinárias, naturalmente, estamos estendendo um pouco a reunião, principalmente aqueles processos que estão em pauta, estão sendo debatidas. Vamos tentar concluir ao menos esses processos que estão sendo discutidos no momento. Eu acho que a gente tem condições de avançar na nossa pauta. Em não havendo mais inscritos para a discussão, eu abro para o Conselheiro Felisberto, para debater, depois o Conselheiro Dal Molin. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, boa noite. Assim, essa Rua Isolino Leal é uma rua estreita. Então, se ela for viabilizada terá impacto em desapropriações. Eu não sei se isso, pelo o que eu analisei o processo, pena não poder pedir vista, não pude analisar com mais profundidade, mas a minha dúvida ainda continua com relação a quantas famílias serão atingidas por esse traçado da Isolino Leal. Então, claro que ela é importante para a questão da mobilidade do entorno da região. a minha dúvida é nesse sentido, qual o custo que terá o município em desapropriações. Claro, e qual é o impacto na vida dessas pessoas? Então, isso não está bem claro no processo. Eu estive na área junto com a Conselheira Claudete e nós analisamos a dimensão, a largura da rua e ela tem um cul-de-sac no final da rua. E é exatamente nesse final que vai se prolongar essa rua. Então, é importante que se esclareça isso e eu entendo que seria importante fazer uma diligência ou esclarecimento do impacto com essas famílias. Eu não sei se pelo o Paulo Jorge, que é o conselheiro da região, deu seu parecer favorável, mas eu como Conselheiro tenho essa preocupação com o impacto nas desapropriações das famílias ao largo dessa Rua Isolino Leal. Obrigado. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu votei favorável ali, mas eu estive ali, porque eu conheço esse bairro, é um bairro dormitório. Essa rua é de casas antigas, casas que já estão lá, porque esse bairro foi construído em 1900, que todos os bairros que tem uma igreja na volta, são casas de 1800, são casas barrocas. Então, essa igreja da Medianeira, essa escola também é a mesma coisa, ali se tornou o Bairro Medianeira. Eu estive olhando, analisando ali, vai ter que desapropriar até o outro lado de lá, ou seja, vai ser ruim para Prefeitura. Eu votei favorável, mas eu vou acompanhar o que está colocando o Felisberto, porque os mapas não dão clareza de olhar bem o que vai ser feito. Isso eu não coloquei, mas neste momento sou favorável, mas seria importante eu pedir, se fosse possível o senhor me dar mais uma semana para chamar essas famílias ali na volta. Eu não tive quase ninguém para falar sobre essa situação, mas ouvindo o Felisberto falar me esclarece e eu acho que seria melhor dar outra olhada e gostaria de ter comigo um arquiteto do Plano Diretor. Entendeu? Peço desculpas por ter votado favorável, mas eu acho que agora gostaria que o Gomes ou o Hermes olhassem junto aquilo ali, porque é o seguinte, isso vai mexer com várias casas ali. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Paulo Jorge. Lembrando que todos aqui tem a oportunidade de visualizar o processo para justamente fazer esse debate, cada um manifestar seu voto, sendo favorável ou contrário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Na sequência a gente tem o Conselheiro Dal Molin. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. Eu conheço essa região, essa Avenida Niterói às vezes eu uso como uma alternativa para ir lá para a zona sul, através da região do Paulo Jorge. É uma região que necessita muito dessa estruturação viária. Para começar, ali tem duas escolas, tem mais uma terceira escola que não aparece nesse mapa. Eu acho que deveria ser obrigatório onde tem escola a gente ter uma estruturação viária bem adequada para quando a gente tem uma escola. Então, esse erro no meu entender é um erro de não ter essas vias já definidas, já acontecerem, porque em volta de escola só gera insegurança e possibilidade de atração de tráfico de drogas, quando tem uns becos, ruas sem saída perto de escola. Em outros lugares, que não é no Brasil, quando se vai planificar qualquer cidade, define-se primeiro o lugar das escolas, que são os lugares que têm a melhor possibilidade de acesso para as famílias, depois fazem os bairros em volta das escolas. É assim que se faz em outros lugares. Então, eu vejo esse projeto, ele vem a corrigir uma coisa que é fundamental, que é a estruturação viária em volta de uma escola e ali são duas escolas. E quando a Vaneska mostrou, ela mostrou muito bem que a escola que vai perder uma parte do seu terreno, vai ser desgravado o pedaço de área de escola para poder passar uma via. Então, com relação a isso, de desapropriação e tal, não tem tanto assim como vocês estão pensando. E quando ela também fala que a via vai ter 10m de largura e de alinhamento, possivelmente a via vai ter 7 metros, alguma coisa. Então, os ganhos que a gente vai ter com essa estruturação desses quarteirões são enormes perto de algum terreno que vai perder alguns metrinhos, que vai ser até devidamente indenizado se isso acontecer. Então, era esse o meu recado e eu parabeno os técnicos que fizeram essa proposição. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Dal Molin. Conselheiro Darci inscrito para debater. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu acho que com a proposta do Paulo Jorge, esse é o problema que a gente tem debatido aqui, existe uma comunidade no entorno. Ela foi ouvida? Eu moro em uma rua. Eu estou analisando do ponto de vista de quem mora na rua. Eu moro em uma rua, essa minha rua tem um trânsito “x”, de repente, de um dia para o outro o trânsito é outro completamente diferente. Eu já relatei isso aqui, talvez alguém tenha algum problema de memória. Eu moro em Ipanema, a rua que é logo acima da minha casa é uma rua sem saída, é a maior tranquilidade, não tem problema de segurança, eu não conheço nenhuma rua que seja sem saída que tenha boca de fumo, as bocas de fumo que eu passo todos os dias de carro, eu sei porque a gente passa lá e vê, são em ruas abertas, até para poder ter circulação. Ali na Ipiranga, na Cachorro Sentado, ali no Paulino Azurenha. Não é beco, bequinho é para dentro, lógico, onde o pessoal fica, mas é rua aberta. As ruas que eu conheço que são sem saída são tranquilas, calmas e de um dia para o outro, eu sem ter sido consultado... E acho estranho, porque algumas pessoas são defensoras da propriedade privada, mas na hora que eu estou atuando sobre a propriedade privada do outro, eu comprei um terreno, estou lá morando há 40 anos no terreno, mas de repente tu não vais morar na rua que comprou, que achava que ia morar. Isso aconteceu comigo, eu morava em uma rua, interior de bairro, essa rua em uma mudança de Plano Diretor passou a ser de uso comercial, eu não podia mais dormir de noite, chegava sexta, sábado, domingo eu não dormia à noite porque botaram uma pizzaria do lado da minha casa. Então, é interessante ver as várias facetas de um mesmo conhecimento. Então, aqui não se trata de – Ah, os funcionários foram omissos. São ideias diferentes, são concepções diferentes de cidade. Então, eu acho que a melhor proposta é a do Paulo Jorge, vai lá, reúne com a comunidade, avisa a comunidade que – Oh, hoje tu moras em uma quadra



tranquila, amanhã a tua rua vai ter tráfego intenso. Então, eu apoio a proposta do Paulo Jorge de dar mais uma semana para poder consultar a comunidade, que vai ser a que realmente interessa. (Sinalização de tempo esgotado). Tem interesse econômico profundos, não sei, tem um interesse econômico. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Temos uma Questão de Ordem da Conselheira Gisele. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Eu só queria complementar o Conselheiro Dal Molin, que esse estudo de traçado atende uma direção do Plano Diretor, que é o parágrafo 5º do artigo 153, que são terrenos com área superior a 3000 metros, todos têm que passar pela análise de traçado. Isso está no nosso plano. Então, foi feita essa análise de traçado, não vincula a abertura de via nenhuma em um horizonte de curto prazo. Isso é uma previsão, é um planejamento futuro para trazer permeabilidade para o quarteirão, que é uma obrigação do planejamento e da nossa secretaria. E foram consultadas todas as outras equipes responsáveis por essas deliberações. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, a Claudete está pedindo para ser conectada, porque ela quer participar, ela conseguiu resolver. Então, parece que ela foi desconectada. E eu quero apenas fazer um complemento. Também tem o aspecto do valor cultural, essas casas são um patrimônio cultural, envolve a identidade do bairro. Não é simplesmente abrir uma rua, descaracterizando, como muito bem falou o Darci. A identidade, como as pessoas conviveram ali ao longo das suas vidas, para ter de um dia para o outro uma avenida, um volume de carros que vai tirar a tranquilidade. Então, eu acho que tem que ter sempre o cuidado de ouvir a comunidade. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Lembrando, antes de colocarmos em votação, que os senhores são os representantes da comunidade, aqui neste Conselho a comunidade está sendo ouvida. Por isso existe a participação popular na gestão da política urbana. Este Conselho representa a comunidade, por isso tem eleição dentro das regiões de planejamento, ela elege os seus conselheiros, ela elege seus delegados. Então, toda vez que o processo vem aqui para o Conselho é para ouvir a comunidade, aí a comunidade se manifesta por meio do seu representante, naturalmente. É um processo muito democrático que os elegeu como representantes dessas regiões. Então, a comunidade sempre é ouvida quando o processo chega ao Conselho, porque o processo tem a oportunidade de levar o expediente, quando colocado em pauta para a sua comunidade, para a deliberação, para trazer aqui a manifestação e entendimento da comunidade, pelo sim, pelo não, para aprovação do expediente. Então, é importante se ter essa clareza, que essa comunidade é sim sempre ouvida por meio do Conselho do Plano Diretor. Nesse sentido, Senhores Conselheiros, eu consulto por meio do processo de votação, a Conselheira Lisiane, representante do DEMHAB, se vota favorável ou contrária ao parecer favorável do relator. **VOTAÇÃO NOMINAL:** **Lisiane Sartori Fioravanzo Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretária Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretária Municipal de**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Relações Institucionais – SMRI: Favorável – Relator. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Primeiro, não entendi por que não foi dada uma semana para o Conselheiro Paulo Jorge que é o representante da região, para poder consultar a comunidade? Segundo, voto contrário, porque é a única maneira que a gente tem de pelo menos a comunidade poder ser ouvida. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Este é o retorno do relato de vista do Conselheiro, é a oportunidade que ele tem de fazer essa análise depois de feito o relato. Então, é nesse sentido, na oportunidade da vista o processo já estava pautado há também tempo. A Conselheira Claudete não se faz presente. O Conselheiro Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Abstenção. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu me abstenho também em função da falta de oportunidade. Eu acho que não custava nada atender o pedido do Conselheiro Paulo Jorge e dar uma semana. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável. E o interesse coletivo ali das duas escolas, tanto de todas as famílias que utilizam essas escolas é muito mais preponderante do que 2, 3, 4 moradores de uma rua sem saída, que se sintam prejudicados. Então, a gente tem que levar em consideração toda a estruturação urbana de uma cidade. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Contrário. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu entendo na mesma linha que falou o Darci, não custava nada dar uma semana para que pudesse ir lá analisar e ver que tem prédios antigos ali, é uma rua estreita. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Como vota, Conselheiro? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** O senhor deixa uns falarem e não deixa quem vai votar contrário. Eu quero fundamentar o meu voto. Eu tenho que fundamental! Os outros o senhor... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu sempre tento cortar, Conselheiro. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** O meu voto é contrário, Secretário. O senhor é um ditador! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não, não fala isso, Conselheiro. Eu gosto muito do senhor. Conselheiro Felisberto vota contrário, então. Lembrando, vamos nos manter na votação, é favorável ou contrário, porque se a gente abrir para o debate, eu sempre tento cortar, mas eu vejo que os senhores insistem, aí eu vou falando por cima. Senão a gente volta para o debate. Desculpem a minha insistência, é do trabalho do presidente conduzir o processo. Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Abstenção. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu penso que o interesse público tem que prevalecer sobre o privado e a área. Então, favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** (Saiu). **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu mudei o meu voto, mas como a votação já está ganha, é um voto muito complicado. Vou retirar meu voto, não acompanho o relator. Eu vou me abster. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu voto favorável. **Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

– RGP. 7: Contrária. Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8: Presidente, primeiro, eu quero dar parabéns pela sua forma, a tranquilidade em conduzir a reunião. Eu sou favorável ao parecer. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O Conselheiro Emerson não está presente. Temos 14 votos favoráveis, 04 votos contrários e 04 abstenções. Nesse sentido, aprovamos o presente expediente. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR.** Senhores Conselheiros, nesse sentido, agradeço a oportunidade do convívio, pedindo mais uma vez desculpas pela maneira que às vezes pode parecer um pouco rude, mas é do processo de condução, natural, a gente ocupa esse papel da presidência. A minha tentativa é de sempre a gente promover todos os debates possíveis, dentro dos nossos prazos regimentais, mas, naturalmente, a gente avançar na nossa pauta. Então, peço mais uma vez desculpas e desejo uma excelente noite a todos vocês. Espero que na próxima reunião a gente continue um pouco melhor, porque hoje foi meio tenso, mas a gente vai avançando. Até mais. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h30min).**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2854/2020

Aos vinte dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanzo Magni (1ª Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Cláudia Maria Pereira Laydner (2ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação Atas 2842, 2843 e 2844/2020; 3. Comunicações; 4. Ordem do Dia. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h00min. **1. ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Boa noite. Uma excelente reunião, debate, só construtivo, com respeito ao trabalho de todos. Então, eu consulto se temos inscritos para o período de Comunicação. Não temos muitos inscritos: Paulo Jorge, Gomes e Sérgio Saffer. Se tiver mais algum interessado em se inscrever. Então, vou encerrar, não tendo mais inscritos. Então, encerro a inscrição no período de Comunicação e abro a palavra ao Conselheiro Paulo Jorge. Temos uma Questão de Ordem? Depois que abirmos não temos mais



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Questão de Ordem, porque comunicação é livre, cada um pode se manifestar. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite, Secretário. Boa noite a todos os Conselheiros e Conselheiras. Bem-vindo, Professor Rômulo. Eu queria que o Professor Rômulo tivesse a oportunidade se apresentar, porque ele está entrando no Conselho agora e seria bom. Então, é isso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. O Professor Rômulo se inscreveu no período de Comunicação. Então, a gente vai dar a palavra ao professor, sem dúvida, na sequência. Conselheiro Paulo Jorge o primeiro inscrito. De repente, a gente já abre a palavra ao Professor Rômulo e seguimos o nosso dia a dia. Até para aproveitar para cumprimentar. O Professor Rômulo pode começar o período de Comunicação. Professor, com a palavra, fique à vontade. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Obrigado, meu caro Secretário. Eu queria saudar a todos, agradecer as boas-vindas. Eu já vi que várias pessoas, inclusive, vários conhecidos meus me dão as boas-vindas. Quero agradecer a esse calor, essa gentileza de todos. Manifestar a minha satisfação de poder vir a representar a Universidade Federal aqui neste Conselho tão importante e de tanta relevância na vida da cidade. E poder contribuir, certamente, farei o maior esforço para contribuir para as boas práticas do planejamento, que de resto este Conselho tem mantido. E como é a tradição da minha universidade, no seu envolvimento neste Conselho desde 1979, eu acho, desde que o Conselho existe. Eu tive a felicidade, a satisfação de ter participado da elaboração do primeiro Plano de Desenvolvimento Urbano da cidade, que foi promulgado, acho que foi em 79, foi quando este Conselho realmente foi criado. Eu tenho uma longa história em comum com o planejamento, eu fui técnico de planejamento da Prefeitura durante 10 anos. Então, tenho uma história longa de acompanhamento. Já foi, inclusive, membro deste Conselho, fui membro suplente deste Conselho há alguns anos. Então, estou muito à vontade e com muita energia para poder ajudar no que for possível. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Professor Rômulo. Realmente, é uma alegria lhe receber aqui neste Conselho, com boas referências. Nós temos a nossa Diretora de Planejamento Urbano aqui, que é uma servidora muito dedicada, junto com a Conselheira Vaneska, que vem conduzido o processo de revisão do Plano Diretor, que está suspenso em função da pandemia, das incertezas aí. Mas a Patrícia foi sua aluna e quando viu o nome ali ficou muito feliz, comentou: “Um excelente professor”. Hoje ela não está presente, ela é a nossa conselheira titular, representante da SMAMS, mas está ausente e está substituindo ela a Conselheira Vaneska, que também está aqui junto conosco no dia a dia também, é oriunda da UFRGS. Enfim, o time vem dedicado para transformar a nossa cidade. Obrigado, Professor, seja bem-vindo. Então, no período de Comunicação a gente tem inscrito o Conselheiro Paulo Jorge. Ele falou que está com problema no som. Então, a gente dá seguimento aqui. Conselheiro inscrito é o Conselheiro Hermes. Conselheiro Hermes, nós não conseguimos lhe ouvir. Conselheiro Paulo Jorge. O senhor nos ouve? Vamos tentar passar e na sequência o Conselheiro Hermes. O Conselheiro Paulo Jorge acabou caindo (Conexão). Conselheiro Hermes? Não dá. Então, o senhor tenta na sequência. Então, a Conselheira Claudete inscrita. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos. Então, eu queria desejar as boas-vindas, em primeiro lugar, ao Conselheiro Rômulo. A UFRGS sempre desempenhou um papel muito importante, assim como com a Conselheira Livia, trazendo questões técnicas. E eu espero que ele venha também a contribuir nesta Casa. Mas eu queria aqui era pedir desculpas aos colegas conselheiros, porque às vezes a gente tem que tomar alguma



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

postura mais ríspida ou mais hostil, tal qual aconteceu na sessão passada, em que tive que postar inúmeras vezes no *chat*, vez que a gente não tem outra forma de comunicação para ser ouvido. A gente não tem acesso aos microfones, já que eles são permanentemente bloqueados a pretexto de melhor organizar os trabalhos, da mesma forma nós temos aqui que os questionamentos são vedados, quase que em tom de ameaça ou sanção a quem ouse fazê-lo. A exemplo do simples pedido que eu fiz a respeito da diligência que estava sendo proposta pelo Conselheiro Gomes nós sessão passada, em que o Secretário, além de não esclarecer e não saber qual era a diligência que estava sendo requerida, entendeu por decidir como votava a respeito, que eu me opunha e que era contra ela. Ainda que eu não tivesse me manifestado em nada nesse sentido. Não havia como eu me posicionar e esclarecer, contrapor, visto que a gente não tem acesso a microfone, né. Salvo as manifestações que a gente tem no chat, que como se sabe aqui elas são simplesmente ignoradas. Então, não é de hoje que há todo tempo a gente vem sendo cerceado e tolhido na nossa competência de atuação. O secretário manda, ele não pede e nos trata como se a gente for subordinado. Não raro o secretário impõe e declara o seu voto, quase que um veto a quem ouse se manifestar em contrário, as diligências não são permitidas, ferindo a autonomia dos conselheiros, que elas dependem de autorização. E ainda mesmo que autorizadas essas diligências, pasmem, como manifestou o Secretário na sessão passada, não precisa ser cumprido, o conselheiro que se sentir insatisfeito que vote contra ou que o processo seja redistribuído. Esse é o nível de interesse público que a gente vem tendo aqui como defendido. O formalismo, assim, não raro, ele é utilizado para inviabilizar o acesso à informação, à transparência. E ainda que a gente utilize o canal formado, ditou ou oferecido, tal como indicado pela Secretaria, seja para sugestão, indagação, informação, ele também é ignorado. A exemplo do e-mail que eu encaminhei há 20 dias para essa Secretaria, que trata sobre a reunião temática que nós vamos ser na quinta-feira e que a única resposta que obtive foi a do Secretário no sentido de que se eu quiser eu faça a minha própria planilha, porque as informações pelo jeito parece que não vão vir. Depois de a gente estar sempre ouvindo um mantra de que... (Sinalização de tempo esgotado). Os canais estão abertos e que estão aptos a nos auxiliar, que as entidades não fazem porque não querem, a gente tem que ouvir isso depois, né. As sessões, em que pese elas tenham definida a sua duração por norma legal, veja que o Secretário impõe a sua vontade, ele não consulta ninguém e aí de quem ouse se dispor em contrário. Eu, por exemplo, que fui questionar a continuidade dos trabalhos na sessão passada, para além do horário previsto e sem qualquer combinação... (Sinalização de tempo esgotado). Estranhamente, parece que eu fui deletada da sessão. Mais estranho ainda é a predileção do Secretário em votar expedientes controvertidos exatamente para além do horário para além do horário, em uma votação às pressas, relâmpago, inviabilizando o debate e a participação dos conselheiros. (Sinalização de tempo esgotado). Secretário, não basta ter um discurso democrático, é preciso ser democrático. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Respeitamos a sua discordância, é da democracia. Na sequência o Conselheiro Felisberto inscrito. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite. Eu faço minhas as palavras da Claudete, eu também extrapolei na reunião passada lhe chamando de “ditador”. Mantenho aquilo que eu disse, não retiro. A democracia se faz com a discussão, com o contraditório. A discussão tem que ser livre e não favorecimento de alguns conselheiros em detrimento de outros. Ainda bem que hoje as sessões são gravadas, são em vídeo. Então, quem analisar no futuro vai poder ver com quem estava a verdade ou a razão do cerceamento da nossa atividade como Conselheiro aqui. Segundo lugar, eu queria falar sobre as leituras que eu tenho feito, e eu acho isso



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

essencial para a qualificação do conselheiro. Eu queria citar dois livros que eu acabei de ler esta semana, ou vi lives sobre o livro, um é *Imagem da Cidade*, do Kevin Lynch, que eu recomendo que leiam, porque é importante e a gente vem levantando essa questão da imagem que as pessoas fazem da cidade, do seu bairro e não pode o desenvolvimento vir em disso, sem consultar as pessoas, sem ouvir quem sofre o impacto da cidade. Não basta ser técnico, tem que ter sensibilidade. A técnica não pode estar acima das pessoas. E outro livro que eu recomendo, que é do Gordon Cullen, se eu não me enganei no nome, que diz *A Paisagem Urbana*. Como que se dá isso no imaginário das pessoas. Eu não estou arquiteto, eu sou advogado. Então, quero deixar claro que tenho Ciências Sociais, sociologia, antropologia, economia política envolvendo a minha formação e eu venho cada vez me aprimorando mais para ler a cidade. E pasmem, a prática unida com a teoria faz essa simbiose perfeita e muitas vezes a gente que faz a prática não teoriza sobre a nossa prática, que outros teorizam sobre a discussão prática. E muitas vezes a gente não faz a leitura dessas realidades. Por isso é importante a discussão do Plano Diretor, envolver a cidade, não basta determinar uma diretriz, ou um desgravame, ou gravame, como se aquilo fosse o melhor para a cidade e para a vida das pessoas. Há interesses envolvidos, há a questão da disputa da cidade, que nós não podemos abrir mão. E aqui, para finalizar a minha fala, quero dizer, eu sou contra qualquer, eu sou contra, isso é uma posição pessoal do Felisberto como cidadão de Porto Alegre, eu sou contra qualquer novo empreendimento na cidade, senão nós vamos ter graves problemas de regularização em várias comunidades da cidade. (Sinalização de tempo esgotado). Vejam as obras da Cruzeiro paradas. Já estou terminando, Secretário. E faço um requerimento que seja pautado neste Conselho a questão da parada das obras da Tronco, há graves indícios de problemas. E tem um inquérito civil público na promotoria, no MP, analisando isso desde 2010, faz 10 anos que isso tramita. Então, é assunto que envolve a cidade, envolve a comunidade. (Sinalização de tempo esgotado). Já estou terminando, secretário, desculpe eu me alongar, mas é um tema importante para que a gente discuta neste Conselho. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela manifestação. Na sequência a gente tem inscrito o conselheiro... Vamos tentar o Conselheiro Hermes, vamos ver se está funcionando. Não, está desabilitado o microfone. Aparecem os dois, mas um não está aparecendo o microfone aqui, que eu acho que é o que funciona. Na sequência a gente tem o Conselheiro Saffer inscrito. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite a todos. Bem-vindo, Rômulo. É bom ter alguma pessoa da UFRGS, é muito importante a participação da universidade, a participação da Livia era muito ativa e bastante antiga, muito dedicada. Bem-vindo, Rômulo. Eu queria desta vez avisar com um pouco de antecedência, apesar de que às vezes eu tento ficar com alguns grupos que ainda remanesce algum participante, porque nem todos estão em todos os grupos que nós temos. Como a ASBEA tem organizado algumas *lives* de 15 em 15 dias, na segunda que vem nós vamos ter a segunda *live* junto com o escritório de licenciamento, onde desta vez nós vamos tratar sobre o licenciamento expresso. Nessa live vi participar novamente a Raquel pela ASBEA e a Simone Baldasso, o Artur que participa do Conselho, o Ribas também participará junto com o servidor Paulo Demingos. Então, dessa vez é dia 28/09, às 19 horas. Tentei botar no chat, mas não cola imagem ali, mas eu vou avisando e colocando em outras formas. Peço, então, nesse caso, Rômulo, se tiver alguma forma que eu possa divulgar dentro da universidade esse site, para depois colocar, alguma forma, um e-mail. Se estiver no e-mail do grupo do e-mail que a Camila convoca, eu posso tentar pegar um e-mail, se me colocar ali o teu e-mail eu já envio essas imagens da convocação. Só queria me manifestar sobre algumas posições,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

anteriormente, de alguns conselheiros. Eu não ia falar muito sobre esse assunto, mas eu acho importante assim, tem que tomar cuidado em algumas votações: “Ah, não vou votar mais enquanto não resolver determinado assunto”. Eu acho que essas questões são delicadas, a gente tem que saber separar as coisas quando trata de um processo, a gente tem que entrar no mérito do processo e não tornar a nossa votação como uma votação de manifestação e política. Eu já disse, se for o caso vota-se a questão que nós estamos analisando, façam o voto em destaque, ou, senão, faz uma moção, ou puxa esse assunto para um debate em um dos nossos debates, mas não que deixe de votar porque não está sendo tratado algum outro assunto. A questão do tempo aqui, seria interessante, Germano, já avisar no início da reunião se tem uma previsão de se alongar e se tiver *quorum* a gente vai indo, a não ser que as reuniões sejam muito longas, o suplente entra. Eu tenho conseguido na entidade, geralmente duas pessoas têm me assistido, porque se um tiver algum problema o outro participa mais adiante na reunião. Era isso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Saffer, pela manifestação. Antes de fazer a fala, vamos tentar o Conselheiro Hermes e depois o Conselheiro Paulo Jorge. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Como podem ver, estou tendo problemas no meu note, no fim tenho que usar o note e o celular para falar. Bom, primeiro, que queria cumprimentar a todos, em especial ao Colega Rômulo, que também conheço há muito tempo, dar as boas-vindas. Eu também queria fazer um convite, nas últimas quatro reuniões eu tenho feito, é a 4ª etapa do evento promovido pelo Sindicato dos Arquitetos e patrocinado pelo CAU. As quatro quintas-feiras deste mês de setembro. Então, na próxima quinta-feira teremos a última etapa, quinta-feira, 24/09, às 19h, cujo tema é *A Luta Institucional*. Participarão dessa live o Ministério Público, a Defensoria Pública e mais uma quantidade de entidades, representantes de entidades, inclusive, da universidade. Então, eu deixo o convite. Tem sido muito proveitosas as nossas apresentações, se a gente tivesse disponibilidade, todos os dias tem no mínimo uma live para olhar, para acompanhar de algum assunto de interesse. E também queria aproveitar secretário e justificar a nossa ausência. Eu, particularmente, pretendo iniciar a reunião de quinta-feira, que é a nossa reunião temática, depois vou participar dessa live, até pelo compromisso com a entidade. E os conselheiros suplentes também já me disseram que vão participar da live. Então, eu já justifico, para não ter que interromper a apresentação. Eu vou participar em torno de 45 minutos, depois vou ter que sair à francesa. Por fim, eu queria me solidarizar às palavras da Claudete. Eu sei que o grupo de conselheiros tem passado por antipáticos, sempre reclamando, mas as palavras da Claudete é a verdade absoluta. Se é que dá para dizer assim, como tem ocorrido as nossas sessões. E como não cabe aqui essa discussão. Eu acho que o Felisberto colocou bem, no futuro essas gravações, quem for ver, estudar sobre o Conselho vai ter a possibilidade de ver o momento que nós estamos passando. É isso e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes, pela manifestação. Conselheiro Paulo Jorge, vamos tentar. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite, Conselheiros. É muito bom estar de volta neste Conselho novamente. Para começar, quero agradecer ao Conselheiro Gomes, ao Conselheiro Hermes e ao Felisberto, por ontem terem participado da nossa reunião do planejamento da Região 5. Foi muito boa a participação dos conselheiros. Como também tinha convidado o nosso Presidente, não entrou, mas quero agradecer aos dois vice-presidentes e o nosso advogado Felisberto ter sido o nosso palestrante na reunião de planejamento desta Região 5. Foi muito bom, o pessoal escutou as palestras



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

sobre como se procede o projeto na cidade, porque estão cobrando a posição, como se faz as contrapartida. Então, ficou muito bom com os três. E ficou marcado de nós fazermos um seminário de regularização fundiária na Região 5, Presidente. Isso foi muito comentado ontem, para discutir as obras da Tronco, as moradias e a regularização fundiária dessa região. Então, estão marcando uma data aí com a presidência e fazer um seminário de videoconferência para debater com os nossos líderes comunitários da Região 5, que abrande a Região Glória/Cruzeiro/Cristal. Outro assunto importante, a nossa região está em pandemia com o Coronavírus, nós estamos tomando uma providência para controlar essa situação. Outro assunto, eu acho que amanhã, estou convidando todos os conselheiros, amanhã é a Rádio Abolição, que tenho um programa aqui, amanhã vai ser a nossa candidata a Prefeita Manuela. No dia 30 vai estar o candidato também à Prefeito Sebastião Melo. No dia 07 vai estar a candidata, também Deputada Federal do PSOL, também. Isso é importante, por que eles querem ser prefeitos? Nisso eu gostaria que o nosso Conselho também trabalhasse para 2021 com os nossos pré-prefeitos. Por exemplo, o que aconteceu em 2017? Nós pedimos para chamar o nosso prefeito e não foi. (Sinalização de tempo esgotado). Então, eu gostaria de deixar essa proposta no Conselho, que visse os dois candidatos que vão estar no segundo turno, que viessem neste Conselho para falar das suas propostas políticas para o Conselho. Nós não podemos ficar mais 4 anos a mercê de um prefeito que não entra no nosso Conselho. E ainda tem esse desastre, esse bate boca, os contras, os não contras. A situação é muito pertinente. Eu acho que o nosso Conselho é um Conselho que não precisa ter muito problema que está tendo aí, não precisa ficar criar raiva, chamando o Presidente de não sei o que mais. Se tornou uma reunião muito complicada, Presidente. Existem contradições de ideologia, isso aí eu acredito, mas também não precisa haver questões de (Inaudível) no processo. Eu fico muito triste de ver o nosso Conselho com contraditório de ideologias, bate boca, o Presidente dá a palavra, não dá a palavra, não sei o que mais. Nós temos um Conselho aberto, muito bem estabelecido em Porto Alegre, é um Conselho que investe na cidade, no seu crescimento. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Paulo Jorge, pela comunicação. Na sequência o Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa tarde, Presidente. Boa noite, Conselheiros. Em especial as boas-vindas ao Arquiteto Rômulo. Eu sempre tive pessoas próximas que tiveram boa relação com ele. Rômulo, o Paulo Dorneles, eu comecei trabalhando de estagiário do Paulo, tu estavas na Inglaterra na época, se eu não me engano, aí eu tinha as notícias do teu trabalho e tal. É uma grande recordação. Quando tu vieste da Inglaterra trouxe uma garrafa de uísque para o Paulo, essa eu provei, eu dei um jeito nela, eu e a lara. (Risos). Conselheiros, para não parecer que esta posição externada pela Claudete, Felisberto, Hermes e tal, é uma unanimidade neste Conselho, quero deixar muito claro, este Conselho vem sendo discutido, aperfeiçoado no seu regimento interno ao longo dos últimos anos que a gente está participando. Um processo absolutamente democrático com uma ritualística previsível e ele é o que nós decidimos pela maioria. Este grupo minoritário e barulhento, meus amigos aí, que eu defendo todo o direito deles falarem o que bem entenderem, mas não que eles falem a realidade do que a gente tem aqui dentro do Conselho. Sempre vamos ouvir as reclamações, já que é uma oração, um mantra de Claudete, de Felisberto, de Hermes e mais um que outro que às vezes aparece aí. Então, até para o Rômulo que está entrando, para não entender que este Conselho é uma coisa absurda, autoritária e ditatorial. Não, este Conselho, o regimento que está prevalecendo hoje foi produto de grandes discussões que nós fizemos aqui. E a posição que ganhou está aqui e o Presidente Germano tem tido a felicidade de bem tocá-lo, de bem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

conduzi-lo, evitando muita perda de tempo, que muitas vezes alguns conselheiros fazem esse atropelo na nossa vida, a gente tem mais o que fazer. Vamos fazer uma discussão da política urbana de Porto Alegre, vamos discutir os processos com toda a seriedade que tem, não para começar a usar artimanhas, de chamar de autoritário, disso e daquilo para protelar situações e processo, como vê, acontecendo aqui. Então, não concordo com esses colegas conselheiros. Temos muito mais coisa para fazer aqui do que ficar atrás da roda, em cima do autoritário, ou não sei o que, ou ditador. Isso não me contempla. Eu não sei se é uma boa notícia, mas eu quero registrar um fato que passou despercebido, que aconteceu esta semana. (Sinalização de tempo esgotado). O novo Reitor da UFRGS, Rômulo, aconteceu esta semana, ele é membro deste Conselho. Ele é o suplente do Fernando do Sindicato dos Engenheiros. Registrar e depois a gente houve quais sertão os comentários à respeito dessa situação. Lembrando, Rômulo, o Professor Rui Oppermann, que fazia parte lá com o Paulo Dorneles, eu e o Paulo fizemos a primeira clínica do Rui, de odontologia, eu fiz mais duas clínicas depois para o Rui, fora isso, grande admiração pelo Rui e lamento profundamente que ele não foi reconduzido pela sua representatividade e tudo mais, mas são as regras, que não tem nenhuma novidade para ninguém. Conselheiros, obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes pela manifestação. Também, nessa linha já falada pelo Conselheiro Gomes, a gente está aqui sempre para tentar construir o melhor, nos cumpre o papel de conduzir as reuniões, seguir aquilo que determina o nosso regimento interno, as resoluções aprovadas de procedimento. Então, para tudo tem hora, tem momento, tem inscrição prévia, tem pedidos de vista, tem relato de vista, tem diligência para todo o processo estar previamente regulado. Todos têm tempo e oportunidade para produzir o debate, a discussão nas suas comunidades, trazer o voto amparado com a discussão feita internamente pela comunidade. Este Conselho representa a população de Porto Alegre, faz a gestão da política urbana por meio do Conselho. Então, eu enquanto Presidente tenho que cumprir esse papel, que por muitas vezes desagrade, a gente tem oposição muito dura aqui, especialmente da Conselheira Claudete, que se manifesta veemente em todas as oportunidades que tem para se manifestar. Eu respeito isso, ela representa uma entidade, eu posso às vezes ficar um pouco chateado, oscilam as posições, tu ficas em um momento delicado de decidir, tem que dar respostas rápidas às vezes e por muitas vezes não consigo transmitir exatamente aquilo que eu desejava transmitir, mas a gente tem o regimento interno para nos dar suporte. Como bem disseram alguns conselheiros, estas reuniões são gravadas, a gente tem a oportunidade de disponibilizar a todos aqueles que têm interesse em verificar. Então, a gente tem que continuar, não adianta, mas não vai ser só de momentos bons e tranquilos que a gente vai conviver. Vamos ter os momentos de oscilação que vamos nos gostar um pouco mais, um pouco menos, mas isso faz parte de qualquer conselho, assim como tem na Câmara de Vereadores, tem na assembleia, na Câmara Federal, onde tem os mais calorosos debates com divergências de posição. A gente tem que compreender tudo isso e amadurecer cada vez mais enquanto ser humano, enquanto pessoa. **2. VOTAÇÃO ATAS 2842, 2843 E 2844/2020.** Nesse sentido, a gente passa à liberação as atas que estão disponíveis, só a 2844 que foi disponibilizada ontem. Então, a gente não delibera a 2844. A 2842 e 2843 estão disponibilizadas há bastante tempo para os Senhores Conselheiros. Eu consulto se temos abstenção ou voto contrário à aprovação da ata, por favor, que faça a manifestação no chat. Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. Temos abstenção do Conselheiro Hermes, Conselheiro Claudete. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Sobre a 2842, tem algumas correções necessárias para fazer ali. O nome da suplente da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

RGP 1 é Glaucia. E ficou colocado, o Mark já levantou isso, também o Conselheiro Campani, que a conselheira estava presente e não pode votar. Então, eu gostaria que ficasse claro isso, que a conselheira suplente estava presente e não foi oportunizado o voto à RGP 1. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Felisberto, obrigados. As suas considerações são feitas como observação na Ata. Lembrando que todos têm sempre a oportunidade de manifestar o seu voto. A gente faz a consulta aqui na hora da votação. O voto é nominal e pergunto sempre se alguém não votou para manifestar no chat. A figura do suplente tem que se anunciar para a gente poder inserir aqui na consulta da votação. Então, nesse sentido a gente tem a abstenção da Conselheira Jane. São 07 abstenções, nenhum voto contrário. Só deixem eu colocar as abstenções: Conselheiro Rômulo, Conselheira Claudete, Conselheiro Emílio, Conselheiro Fausto, Conselheiro Hermes, Conselheiro Felisberto e Conselheira Jane. **APROVADAS AS ATAS 2842 e 2843.** A Conselheira Cláudia, da ABES, também se abstém. Então, a gente avança na Ordem do Dia. **4. ORDEM DIA. ITEM 4.01:** está em diligência, retornou hoje da diligência, está com a Conselheira Claudete. Acreditamos que estava com os seus esclarecimentos levantados. **ITEM 4.02:** continua em diligência. O ITEM 4.03: continua em diligência. ITEM 4.04 e 405 também em diligência. Nesse sentido, a gente passa ao **ITEM 4.06:** Processo 19.0.00081895-2, interessado é Município de Porto Alegre. É uma alteração de traçado de diretriz, de traçado viário. Ele foi distribuído ao Conselheiro da RGP 7, em 17/08, tivemos parecer favorável anexado no SEI em 16/09 estivemos a apresentação do parecer favorável em 15/09, reunião passada. Tivemos duas solicitações de relato de vista, uma do Conselheiro Felisberto, uma do Conselheiro Darci. Então, eu peço para a equipe de planejamento, que hoje está representada na figura da Catiane, para fazer só um breve relato pelo período de 3 minutos, conforme prevê a nosso regimento sobre o que se trata o assunto discutido. **Catiane Burghausen Cardoso, Arquiteta da Equipe de Planejamento Urbano:** Boa noite, Secretário. Boa noite, Conselheiros. Vou retomar rapidamente. É uma alteração de gravame de traçado viário de interesse do município. Está localizado na Região de Planejamento 7, na Lomba do Pinheiro. Aqui a gente ver a previsão da alteração do traçado em vermelho tracejado, em vermelho contínuo seria o gravame atual. Se trata da diretriz 1003, em vermelho contínuo existente, em tracejado a alteração. Essa alteração foi proposta para resgatar o traçado proposta de acordo com a Lei Complementar nº 630/2009, que implementou a Lei Consorciada Lomba do Pinheiro e visa resguardar a área do Parque Saint' Hilaire, preservando bens ambientais presentes na região. Principalmente as áreas de preservação permanente do arroio que limita o parque. Então, esse processo foi encaminhado à Unidade de Proteção Ambiental, que se manifestou pela exclusão do traçado dentro do interior da unidade de conservação. Depois foi encaminhado pela Unidade de Empreendimentos de Operações Urbanas um pedido a UGD para solicitar uma proposta de estudo para o novo traçado, tendo em vista estar dentro de uma unidade de conservação do Parque Saint' Hilaire. Aqui a gente tem os anexos da minuta de resolução, a 01, a via por dentro da Unidade de Conservação, como é atualmente. E na imagem 02 ela custeia as áreas de preservação permanente a nova proposta. Então, a PGM não vislumbra óbice jurídico à minuta e ao encaminhamento ao Conselho. É isso. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado Catiane, pela apresentação. A gente já teve o relato da Conselheira da RGP 7. Consulto o Conselheiro representante da RGP 1, Conselheiro Felisberto, se vai fazer RO relato de vista. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, vou fazer algumas considerações que me parecem pertinentes. Se houve necessidade eu faço por escrito. Não vou fazer a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

consideração sobre tudo que foi colocado pela técnica Catiane, muito bem colocado. A gente entende a preocupação com a Área de Proteção Ambiental, mas é aquilo que eu falei no início hoje no período de Comunicação, é quando se altera uma diretriz e impacta sobre a vida das pessoas, sobre a comunidade que está no entorno e onde parará essa diretriz? E como muito bem foi colocado pelo parecer da Conselheira Jane, que ela gostaria que fosse definido qual o número de famílias que serão necessárias para a remoção, para que a gente tenha uma garantia que essas famílias terão pelo menos preservadas as suas casas, indenizadas e uma série de dificuldades que passarão, porque sofrerão o impacto dessa diretriz. Eu entendo, não sei se é oportuno neste momento, retornar para que se faça um estudo de quantas famílias serão atingidas, porque isso não está no relatório ou no processo, quantas famílias serão atingidas por essa alteração do gravame. Então, eu entendo assim, se isso não for possível votarei com essa observação, que seja feito um estudo, seja colocada a garantia das famílias que estão no novo traçado. O número, para onde vão, se vão ser indenizadas, na linha do parecer da conselheira da região, porque eu respeito muito o parecer, porque eles devem ter consultado lá a comunidade e também a Operação Urbana Consorciada da Lomba, né. Então, eles devem ter tirado o indicativo de ser favorável, mas sempre com essa preocupação das famílias que serão atingidas, porque isso não está definido, não se tem o número. Então, é esse o meu voto de vista. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. O Conselheiro Darci não está presente. Não sei se a Conselheira representante da ABES vai querer fazer. o Conselheiro Darci levantou de fazer o relato de vista, Conselheira Cláudia, mas não é obrigatório. Tem esse retorno? Senão a gente coloca em discussão. Conselheira, não estamos conseguindo lhe ouvir, registre no chat. Então, consulto se temos inscritos para debater o assunto? Conselheira Vaneska inscrita, Conselheira Jane, naturalmente, da região. **Cláudia Maria Pereira Laydner (2ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu não tenho nenhum retorno do Campani. Ele não me passou nada, só me falou na hora que não poderia participar. Eu não sei se ficaria para outra reunião, não sei como está funcionando. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não tem problema. O relato de vista é opcional, não é obrigatório. A gente continua aqui com a discussão. Então, eu pergunto se tem mais alguém inscrito? Não havendo mais inscritos, vamos abrir para a inscrição da Conselheira Claudete e Conselheiro Felisberto. Abrimos para a oportunidade de fala da Conselheira Vaneska para discutir o assunto. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite a todos. Recepcionando o Professor Rômulo, que também foi meu professor na universidade. Então, a gente sempre fica muito feliz de rever os professores nessa situação. Eu acho importante pontuar e por isso pedi a fala mais para esclarecer uma questão colocada nos gravames viários e que eu acredito que a Conselheira Patrícia em outra unidade já pontuou, que quando a gente trabalha na forma do gravame existe um grau de precisão que ele vai ser ainda detalhado e estudado no momento que aquela via for realmente ser executada, né. A gente até observa ali no desenho que tem questões de topografia, que provavelmente vão ter que ser melhores enfrentadas no desenho do traçado viário que está sendo planejado para essa região. Então, eu entendo, ia colocar isso com relação à fala do Conselheiro Felisberto, que essa questão das residências que estão localizadas, considerando também que algumas elas podem estar em área de APP, em área de risco, também deverá ser revisto. E que essa via também possibilita com esse redesenho que se estabeleça uma área de ocupação ali, entre o parque, fazendo já essa interface onde essa área vai precisar ser planejada, com relação a essa ocupação,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

considerando todos esses fatores que foram colocados ali muito bem pelo Conselheiro. Então, só para contribuir mais com essa parte do debate, acredito que seria essa contribuição no momento e também me coloco à disposição se surgirem algumas questões que a gente possa ir discutindo e contribuindo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Vaneska, pelos esclarecimentos. Vou deixar a Conselheira Jane por último, que é a conselheira relatora do presente expediente. Conselheiro Hermes inscrito. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu tenho uma dúvida, que eu acredito que boa parte dos conselheiros tem e que possa definir o seu voto. Na verdade, se trata de um deslocamento da via, que por um lado nós vamos manter uma maior área de parque para a preservação de parte do parque, de uma área significativa ou não. Por outro lado, o deslocamento termina atingindo uma série de casas. Eu não sei se alguém tem condições de esclarecer. Eu entendo que isso não é um projeto, mas nós vamos atingir 100, 200 casas, ou 3, 4, 5 casas, não que isso não seja importante, e o que tem nesse parque? Tem alguma vegetação importante ou não? Só para esclarecer mais um pouquinho. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Eu peço ajuda da nossa equipe do município, que conhece o projeto e que possa responder no chat ali já, esclarecendo. Então, na sequência a gente tem inscrita a Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A minha preocupação vai no mesmo sentido do Conselheiro Hermes, é com uma estimativa mais ou menos de famílias, casas, pessoas atingidas. E não só isso, eu faço daí um questionamento e gostaria de um esclarecimento, que é: sendo a regularização fundiária um dos princípios, e temos vários institutos que preceituam que essas famílias têm o direito de participarem dos projetos, se não caberia uma participação social preventiva, anterior e não posterior à aprovação? Nesse meu sentido o questionamento. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu fiquei com muitas dúvidas, continuo com muitas dúvidas. Depois do que o Hermes colocou, de que há uma previsão de um traçado que vai passar em tal local. Eu queria saber se há um estudo prévio para dizer: vamos tirar daqui e vamos colocar aqui. Se há esse estudo ou é aleatório? Já tem a definição por onde vai passar. Talvez esteja até errado no que eu estou dizendo, né, mas eu tenho uma preocupação neste sentido. Quando se faz um traçado já se sabe quantas pessoas estão naquele traçado ou não? Essa é uma dúvida. Eu não sou técnico em urbanismo e nem em planejamento urbano, eu sou advogado, mas entendo muito de regularização fundiária, tenho histórico nisso. Então, sempre quem sofre são as comunidades com a visão sem conhecer a realidade, sem ir na realidade e muitas vezes uma diretriz passa por cima de algo já existente. E isso me parece que a gente deve tomar cuidado. Posso parecer chato, às vezes questionado por alguns que nós somos do contra. Não! Quem pisa no barro conhece a realidade e conhece as comunidades, sabe o que elas lutam para se manterem. Muitas vezes ameaçado por reintegração de posse. Então, não me venham falar de uma cidade só para quem tem o poder econômico. Vamos ter uma cidade para as pessoas, para as comunidades que espera há anos. Inclusive, na região onde muitos conselheiros aqui, que deveriam estar defendendo a sua região e não os interesses econômicos. Comunidade que sofre por falta de água, falta de saneamento básico. Então, Conselheiro eleito pelas comunidades e não pelos grupos econômicos. (Sinalização de tempo esgotado). Eu sou conselheiro e defendo as comunidades. Então, eu acho importante isso, a gente tem que ter cuidado quando se faz um gravame, uma diretriz, estudar primeiro a realidade e conversar com as pessoas, como muito bem falou a Claudete. Obrigado,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

desculpe me entender um pouco. **Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite, Secretário. Boa noite a todos e todas, meus colegas, meus conterrâneos de mesa. Eu quero agradecer a preocupação de todos nessa questão e quero dizer para todos que estão preocupados, que fiquem bem tranquilos, porque, na verdade, esse traçado a gente está retornando. Esse traçado foi estudado pela Lei Consorciada da Lomba do Pinheiro. Na revisão do Plano Diretor em 2010, foi mudado o traçado dessa via lá para dentro do parque e é justamente este o nosso medo, que essa via fique lá dentro do parque e que a área a ser ocupada para dentro do parque, que sabe-se lá por quem seja maior. Então, nós gostaríamos, nós estudamos e conversamos com bastante pessoas para que essa via volte a ser a diretriz onde ela foi da primeira vez determinada, que é essa que está sendo agora sugerida pela SMAMS. Inclusive, nós conversamos bastante com o técnico que propôs essa revisão dessa diretriz, que é um grande colaborador da Lei Consorciada da Lomba do Pinheiro. O que é uma pessoa que está sempre do nosso lado lá e nos orienta muito bem a respeito dessas questões, porque tem preocupação também com as pessoas. A nossa preocupação nesse projeto são as famílias que vão ser atingidas. Nós não estivemos no local, mas pelo mapa a gente pode bem ver ali que são mais ou menos 50 pessoas, aí nós colocamos aquela consideração no nosso parecer de que para essas famílias sejam asseguradas a presença delas na região, a permanência delas na região. E que esse estudo seja feito, e que as pessoas possam participar dele, porque nós sabemos muito bem, Senhor Secretário, nós somos da periferia e nós sabemos muito bem que quando se estabelece uma via, primeiro se pensa nos carros que vão passar por elas, depois o que elas vão atingir, como as pessoas vão ficar. Quando nós declaramos que nós somos favoráveis ao parecer, porque nós entendemos que aquele é o melhor traçado no momento para aquela via que vai ser de importante ligação e de desafogamento da João de Oliveira Remião, vai ser uma via importante para a Lomba do Pinheiro, mas tem que serem observadas as pessoas, a quantidade de pessoas, como elas vão ser realocados, de que forma e com a participação de todas elas. Esta continua sendo a posição da minha região. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Obrigado, Conselheira Jane. Então, nesse sentido, após amplo debate, discussão, relatos de vista. A gente encaminha para votar o presente expediente. Processo com PARECER FAVORÁVEL feito pela relatora da RGP 7, com suas considerações, com seu parecer previamente disponibilizado a todos. Eu abro a votação consultando a Conselheira Lisiane, representante do DEMHAB, como vota, favorável ou contrária ao parecer favorável da relatora? **VOTAÇÃO NOMINAL:** **Lisiane Sartori Fioravanzo Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Favorável. **Cláudia Maria Pereira Laydner (2ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Acompanho a relatora com a condicionante que a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

comunidade seja ouvida à exaustão previamente. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável depois do esclarecimento da representante da região e também sabendo que isso era um gravame que tinha anteriormente, que tinha passado para o Parque Saint' Hilaire. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Favorável. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Contrário. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Favorável, de acordo com a observação feita, tanto pela Conselheira Claudete, como o Sérgio. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Favorável. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** RELATORA. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** estamos apurando os votos. Nós temos 26 votos favoráveis, 01 voto contrário e nenhuma abstenção. Isso? Aprovado o item 4.06 da pauta. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DA RELATORA.** Passamos ao ITEM 4.07: Expediente 18.0.000120404-8, o interessado é o Município de Porto Alegre, é uma alteração do código de grupamento de atividades. O relator é o conselheiro representante do SINDUSCON. O processo foi distribuído em 17/06, tivemos o parecer favorável apresentado em 08/09/2020. A gente teve o pedido de vista do Conselheiro Hermes, Conselheiro Felisberto, Conselheiro Rafael, Conselheiro Darci e Conselheiro Paulo Jorge. Eu peço para a equipe do planejamento nos lembrar do que se trata, aí já passo a oportunidade para os conselheiros fazerem o relato de vista. **Catiane Burghausen Cardoso, Arquiteta da Equipe de Planejamento Urbano:** Então, o processo se trata de alteração do código do grupamento de atividades. Ele tem um enquadramento previsto no artigo 164, inciso III, do Plano Diretor, localizado dentro da RGP 7, na divisa do Bairro Santo Antônio com Azenha. À direita a gente pode ver a alteração proposta. Então, foi uma solicitação de requerente, que pediu a alteração da atividade para viabilizar a aprovação de Estudo de Viabilidade Urbanística para atividade de casa de festas infantis. Aqui tem a minuta de resolução com os anexos, a mudança de atividade proposta é do grupamento de atividade 1 para o 03 no lado par e do 16.1 para 16.3 do lado ímpar. A justificativa da Unidade de Edificações, é de alterar atividade para o código 03, mista 01 e 16.3 na área de ambiência cultural para mista 01 também. Na avaliação da UVE eles apontam que existe a tendência de renovação do local, considerando o estado das edificações e a possibilidade de remembramento de terrenos onde se possa alcançar a volumetria estabelecida. Nessa renovação e desejável uma maior oferta de atividades de apoio uso residencial, consolidando uma transição entre o uso das vias arteriais do torno, do GA-05 e das vias locais do interior da Unidade de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Estruturação Urbana. Os padrões de altura e volumetria permanecem preservados. A equipe do patrimônio histórico também foi ouvida por se tratar de trecho de ambiência cultural. Eles se manifestaram também: “Considerando que a modificação proposta nos usos permitidos não é conflitante com os objetivos expostos, motivo pelo qual não nos opomos à mudança de regime”. A PGM emitiu nota técnica que não vislumbra óbice jurídico à minuta e o encaminhamento ao Conselho. É isso. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Catiane, por nos lembrar do assunto pautado. Eu passo a palavra ao Conselheiro Hermes, vai fazer o relato de vista? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Posso fazer, Secretário. Eu vou ler meu parecer, tem muitas leis, vou tentar ser mais breve. Trata-se de solicitação de alteração do zoneamento de uso na Rua Plácido de Castro, compreendida entre a Av. Oscar Pereira e Rua Guilherme Shell. Inicialmente foi requerida a alteração apenas para um trecho da rua, lado ímpar, iniciando no imóvel... (Inaudível/interferência no áudio). O imóvel possuía alvará para atividade de comércio no comércio atacadista há mais de 20 anos, irregularmente concedido. Posteriormente a área técnica da SMAMS, após levantamentos no local e avaliação da estrutura viária do entorno próximo, que entendeu viável a alteração do zoneamento de uso para toda a extensão da rua, tanto lado par como lado ímpar. O atual Grupamentos de Atividades GA do lado par, onde está inserido o imóvel do requerente, GA Grupamento de Atividades 01, predominantemente residencial. E o Grupamento de Atividade lado ímpar é GA 16.1, área de ambiência cultural, área predominantemente residencial. Está sendo proposto para o lado par o GA-03, mista 01, e para lá do ímpar o GA 16.3, área de ambiência cultural, mista 1. Segundo as considerações apresentadas pela área técnica, a via é classificada como coletor, o que significa que tem a função de ligação entre a Avenida Oscar Pereira e a Rua Guilherme Schell, Considera ainda uma tendência de renovação das edificações e/ou atividades, seja pelo estado de conservação dos imóveis, seja pela possibilidade de remembramento dos terrenos. Em visita ao local, confirmamos a presença majoritária de uso residencial. Entretanto, também entendo que se caracteriza como uma via em processo de transformação, seja pela existência de atividade de comércio ou serviço, seja pela proximidade da Avenida Bento Gonçalves, Avenida Oscar Pereira e Rua Guilherme Schell. As duas primeiras com o uso predominantemente comercial e/ou serviços. A última também em processo de renovação de uso, todas com grande atividade. Esse fenômeno de renovação urbana traz consigo algumas questões a serem avaliadas, comum em praticamente todas as cidades brasileiras, caracteriza-se pelo crescimento desordenado e expansão das áreas mais densamente ocupadas e próximas ao centro da cidade, induzindo o seu entorno a transformações morfológicas, às vezes abrupta, grandes empreendimento, às vezes mais lentas, como o presente caso. Alguns entendem que essa questão natural no crescimento e/ou desenvolvimento das cidades. Ou seja, as cidades crescem, os imóveis são valorizados, expulsando os seus moradores, ora pelo aumento de custos de manutenção de aluguel e/ou manutenção, ora pela perda de qualidade de vida nessas regiões, entre outras razões. Com o aumento dos custos de manutenção dos imóveis muitos proprietários ou inquilinos não conseguem mantê-los, assim migram ou vendem esses imóveis que serão novamente locados ou adquiridos para novas atividades mais viáveis do ponto de vista econômico e assim esses ciclos vão se repetindo. Outros, entendo que se trata de um processo meramente especulativo e deveria haver um maior congelamento do processo de substituição e renovação da cidade. E por maiores restrições internas, que os lugares da cidade mantenham suas características e tipo de vida... (Inaudível/interferência no áudio). Entendo que o processo de crescimento é especulativo, embora semelhante sob alguns



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

aspectos. No processo especulativo os imóveis são adquiridos e ficam vazios durante anos esperando a valorização das áreas e os seus proprietários agindo sobre os entes públicos para alterar regime urbanístico, aumentar a estrutura e etc. Assim valorizando essas áreas e transformando-as economicamente mais lucrativas para retornarem posteriormente ao mercado imobiliário. No presente caso a minha interpretação é que as alterações propostas ocorrem dentro do processo de crescimento e/ou adequação do regime urbanismo, no que trata as atividades permitidas. Agrava essa situação a contratação de erros no passado, o imóvel em tela possui alvará para comércio atacadista por mais de 20 anos, irregularmente concedido. Considerando pareceres favoráveis dos técnicos da PPA, com base em uma argumentação coerente, segundo minha análise, assim como parecer favorável do relator, acompanho o voto do relator pela aprovação da minuta de resolução. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado Conselheiro Hermes. Lembrando a todos que o correto é trazer o parecer de vista por escrito. Então, corretamente, o Conselheiro Hermes fez a sua manifestação e disponibiliza. O pessoal está pegando hábito e eu vou insistir em cobrar para não usar o espaço de vista do relato de vista para debater o processo. Conforme prevê o nosso regimento temos uma formalidade a ser seguida. O Conselheiro Rafael não está presente. Não sei se o Conselheiro Fausto tem esse relato de vista, se o conselheiro lhe passou alguma coisa? **Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Não, eu não teria nada aqui. Foi uma comunicação de última hora com o Rafael, acabou não me passando nada. Não teria como fazer este relato. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Tranquilo, não tem problema. O Conselheiro Darci também não está presente, imagino que seja a mesma situação. O Conselheiro Paulo Jorge já anexou o relato de vista. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite. Eu já tinha mandado o meu relato de vista dessa rua semana passada. Eu fui favorável, porque é uma região que precisa se desenvolver, eu conheço, é o bairro que eu nasci. Essa rua precisa crescer muito mais, uma rua que parou, não se desenvolveu. Agora com a igreja de Deus, mais esse motel, teve um crescimento, mas é uma rua que sai da Oscar Pereira e vai até o final, atrás do INSS, é uma rua que precisa se desenvolver, é um setor que ficou parado no cemitério. As pessoas se mudaram com medo, é uma região que ficou muito perigosa, uma região muito violenta, tem assaltos ali, poucas moradias. Precisa ser desenvolvido um crescimento econômico que não tem, final de semana é tudo fechado, a Azenha não se desenvolve, não tem supermercado. Não tem armazém, não tem nada. No final de semana, ali é uma região que não tem policiamento, uma região que não tem nada de empreendimento. Sábado e domingo morre aquela parte. Então, é uma região que se tornou muito violenta. Até por causa do cemitério, ficam com medo. Então, eu aprovo, porque precisa desenvolver essa região, crescer aquelas ruas ali, moradia, porque se tornou uma moradia muito velha, não inovou. O nosso Plano Diretor também não tem essa visão da cidade. É uma cidade dormitório, aí os empreendimentos não cresce, não desenvolve e estão aí. Eu aprovo, já mandei, sou favorável a esse crescimento aí. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Paulo Jorge, pelo relato de vista. Na sequência o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu quero fazer apenas uma correção. Esse processo é na RGP 1, né, por isso eu pedi vista. E pedi vista mais no sentido de esclarecer algumas dúvidas e com o relato, a própria análise que o Hermes fez, muito bem feita, eu li e endosso as palavras do Hermes. Eu acho que o relato e a análise que ele fez, mais a complementação do Paulo Jorge, eles discutem qual o potencial dessa região. é uma



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

região que eu conheço bem também, é a região do cemitério, tem ali onde era o Cinema Castello Então, toda aquela região tem um histórico, que é muito importante para a cidade, são as memórias de quem tem um carinho pela cidade. Eu acompanhou o relator. A minha única preocupação é a questão que é uma casa de eventos, qual foi a análise do impacto sonoro. Então, é isso, da movimentação, se houve essa Ana eu não vi no processo. Então, essa é a minha única preocupação, no mais acompanho o relator. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Vou abrir para relator. Deixamos o Conselheiro Dal Molin por último. Temos algum conselheiro para debater o assunto? Conselheiro Saffer, Conselheira Claudete, Conselheiro Felisberto, Conselheiro Patrick. Mais algum conselheiro? E Conselheira Vaneska. Encerro a inscrição para o debate e abro a oportunidade da fala ao Conselheiro Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu queria manifestar o relator do Hermes, achei muito bom, no sentido de realmente deixar bem claro também a preocupação, que pelo que entendi também tem uma miscigenação nas regiões. Eu vejo que no nosso anexo existente, que é o Anexo 5.4 ou 5.3, que fala das restrições quanto ao limite de porte na área de ocupação intensiva, existe o mínimo, que é predominantemente residencial e ali está 5, que é o máximo. Essa aí é a primeira categoria onde permite algum tipo de atividade e com restrições em tamanho e tipos de atividades. A gente vê que alguns debates já têm acontecido na revisão do Plano Diretor, a questão da miscigenação, a questão da fachada ativa, alguma semelhança junto ao Bairro Bonfim, que tem alguma atividade comercial necessária, uma padaria, um mercado, alguma coisa perto. Olhando ali, já existe, tem inclusive um mercadinho na esquina ali, não sei se ele está regular ou não também, não entendo como é que acontece. Hermes, eu acho que antigamente, tem muita coisa em Porto Alegre que eu acho que a SMIC fazia e dava alvará, hoje é fechado, a SMIC para fazer e dar alvará, a primeira coisa que pergunta, vai no Plano Diretor, se pode ou não aquela atividade. Eu acho que antigamente era feito assim, por isso que de repente até era estranho zonas que não podiam, até o alvará existia. Eu também acho muito estranho, mas eu sou favorável exatamente por esse conceito de trazer uma movimentação na rua, dar mais segurança, mais vida, misturando um pouco de comércio na região. **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Boa noite. Eu quero também debater, para ver se a gente aumenta a ordem técnica Eu trabalhei na UVE e na época também indeferia, no caso, esse empreendimento Guma Festas, porque ele estava em desacordo com as atividades, mas aí começou a nossa análise nesse grupamento de atividades dessa região. Eu também conheço muito bem essa região, eu acho que tendo sido ouvida a cultura, no que diz respeito à ambiência ali cultural, logicamente, da região, porque a gente tem a Rua Mansão, a gente tem várias residências. A Mansão é a paralela, subindo o morro, a gente tem toda aquela ambiência com o cemitério, com uma linha de residências que devem ser preservadas, mas no que diz respeito às atividades, a gente tem que entender, que até o Hermes falou uma questão que seria entendida como “gentrificação”, que seria uma troca de atividades que poderia prejudicar as pessoas que ficam, poderia deixar mais caros os aluguéis e etc. Mas o que eu quero dizer é que é muito saudável o planejamento urbano, nesse caso que é uma alça, que é uma ligação entre a Oscar Pereira, é um caminho que leva até a Bento, nós precisamos na cidade entender que ao longo desse eixo, dessas a vias arteriais, as ruas diretamente paralelas, que no caso a Plácido de Castro é uma paralela com a Bento, elas devem acompanhar, a gente não pode ter uma falta de gradiente entre atividades que estão ao longo dessas arteriais como a Bento e logo abaixo já ter uma área residencial. E a gente também tem que entender que quando a gente fala



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

“predominantemente residencial”, a gente não está dizendo que não pode ter um mercadinho. A gente tem que entender também que somente casas nada se mantêm, a gente precisa de algum tipo de comércio, serviços, mesmo que seja mínimo. Nesse caso, pela conformação da região é bastante saudável que a gente faça esse ajuste, é necessário para a Cidade. Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu só queria fazer algumas observações, que me parecem importantes. Quando a gente troca essas atividades ou inclui essas atividades em uma determinada área, ela pode em um determinado momento beneficiar aquela região, como o Paulo Jorge falou, o Patrick falou, a questão da segurança. Mas temática tudo depende do horário de funcionamento. Eu cito um exemplo, a Rua da Praia, ela funciona muito bem durante o dia e à noite ela é completamente morta no trecho da Borges até a Senhor dos Passos, que só tem Comércio, apesar de ter residências as pessoas não têm como sair. Claro, nós estamos na época de pandemia, agora fica restrita essa possibilidade, mas também o impacto se isso causa no entorno. Então, por isso que eu falei da questão do som, porque é uma casa de eventos e ela tem certa predominância de festa, isso tem que ver se tem toda a proteção acústica necessária para evitar que isso prejudique a própria comunidade, de um lado o empreendedor ou interessado e prejudica a comunidade. Então, mas claro que a cidade é dinâmica, os bairros também evoluem. E aí a gente fica nessa dicotomia, ou é contra, ou é favorável. Então, nesse sentido, como o Hermes colocou, como o Patrick, como o próprio Dal Molin colocou no seu parecer, eu acho importante o desenvolvimento da região, que leva em conta alguns cuidados. Por isso eu sou favorável a broca da atividade. Obrigado. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite novamente. Então, eu vou ver se posso contribuir. Como já teve a fala dos conselheiros, o Conselheiro Paulo Jorge falou da questão da miscigenação. O Conselheiro Saffer, o Conselheiro Patrick também trouxe vários conceitos que estão vinculados a essa ação de alteração do grupamento de atividades. Eu queria só trazer mais uma contribuição para o nosso debate, que seria no sentido de quando a gente fala de promover também a miscigenação nesses locais, é para também poder estimular de certa forma que existam determinadas atividades que podem atender de forma local essas comunidades. E isso é justamente para em alguns momentos poder reduzir essa necessidade de utilização de veículo em todos os momentos para se deslocar, sendo que se concentram nos locais de atividades, de comércio, de serviços. Então, nesse sentido, até tinha notado que o planejamento pensa muito na questão dos veículos automotores, para colocar aqui que justamente esse tipo de ação é para pensar em criar estruturas que sejam, que sirvam de apoio para estimular uma sustentabilidade local. E até essa via também, eu moro próximo a essa região. Então, conheço bem, sei como essa conexão ali é uma conexão que realmente tem essa característica de servir como local de passagem para as pessoas que estão se deslocando ali entre um ponto e outro, dentro da Azenha. Então, a gente entende que é bem importante essa alteração. Acredito que eram essas as contribuições que eu tinha anotado. Ah, eu também tinha lembrado que nos projetos de centros de bairro antigos, ali, Patrick, esse é um material que a gente estava digitando agora em função do planejamento urbano, enfim, e a Azenha era uma dessas regiões que era pensada para ser redesenhado, para ser requalificada, justamente nesse ponto desses entroncamentos, que tem essa importância já pela própria configuração espacial da cidade, que é incompatível com o que está sendo proposto. São essas contribuições. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Quero aproveitar a oportunidade e já dar os parabéns pela presença do meu Professor Rômulo, foi meu professor na UFRGS, PHD em ciência urbana, vai abrilhantar o discurso. Já estou feliz hoje, porque o Felisberto falou



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

no Eduardo Cullen. Eu acho que o Felisberto é uma pessoa inteligente, está sempre querendo se instruir, Felisberto, tenho certeza que o Gordan Cullen ia aprovar esse projeto, ele se preocupa muito com a parte da história, do tempo, tem uma visão das crianças também. E lá é uma casa de festa. Então, todo mundo de parabéns, a gente está levantando o astral do nosso Conselho, com mais conhecimento, levantando mais o nível. Então, hoje fiquei feliz. Felisberto, dou os parabéns para ti aí. Obrigado por vocês estarem apoiando essa ação muito importante da Prefeitura para tentar começar a revitalizar esse em torno perto do cemitério, perto da Azenha, que realmente foi muito feliz o técnico da Prefeitura que sugeriu a alteração do regime para GA-01, mista 1. Era isso que eu tinha a dizer. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Dal Molin, pela manifestação. Nesse sentido, então, eu abro para o período de votação consultando... O Conselheiro Paulo Jorge tem uma Questão de Ordem? **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Sim, meu Presidente. Eu me inscrevi atrasado, era para debater, mas aí o senhor não me chamou. Eu gostaria de também colocar que essa região que está sendo votada para troca de atividade, é importante porque em 95 o Diretor do DEMHAB Hélio Coberlini já fez a alteração dessa região. O projeto envolvia a Tronco, as moradias na volta do Higienópolis, só que saíram dali 50 famílias, que foram lá para a Tronco. E tinha a via, indo e vindo, a via seria por cima, pegaria a Oscar Pereira e atravessava a Plácido de Castro para pegar a Guilherme Alves na Guilherme Shell, isso em 96. E também o Projeto do Trensurb chegar até a Azenha. Então, em 96 essa região ia crescer muito, depois, com a troca de prefeitos, entrou o Tarso, entrou o “cachorrão” com outras ideias, não se dava com o Hélio. Então, mudou todo o conceito de progresso desse bairro. Perdemos o Cinema Castelo, perdemos várias atividades. Houve esse reparo agora porque se tornou uma região morta. Quem quer morar perto do cemitério? Até por causa de assombração e pá pá pá... Então, é abandonado ali. Podem ver, não muda nada aquela Azenha em crescimento, a Guilherme Shell não cresce, tudo atirado ali. Então, pelo menos esse erro hoje está sendo reparando. Eu nasci ali, perto do cemitério, naquela volta, é uma região perigosa, de muito assaltado, não é fácil. Primeiro tem que mudar o conceito, os moradores estão abandonados. (Sinalização de tempo esgotado). Então, hoje com a atividade pode melhorar o bairro e crescer naquela parte. Então, está de parabéns. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Paulo Jorge. lembrando que eu dei a oportunidade para o senhor falar, mas se inscreveu fora do tempo. Eu faço o chato da cobrança ali dos tempos para a gente ter essa ordem. Como não vamos avançar na próxima pauta, dei a oportunidade de fala para o conselheiro. encerrando a discussão a gente passa para a leitura dos votos. temos o PARECER FAVORÁVEL feto pelo SINDUSCON. **VOTAÇÃO NOMINAL: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Favorável. **Cláudia**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Maria Pereira Laydner (2ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Favorável. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Eu fiz um questionamento, mas parece que foi ignorado, deve ser pelo meu caráter contestador. Então, eu vou me abster dessa votação, porque eu não posso nem ter sanadas as minhas dúvidas. Obrigada. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Favorável. Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS: Favorável. Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Favorável. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Favorável. Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS: Favorável. Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: RELATOR. Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Contrário. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Favorável com as observações do Hermes e do Paulo Jorge, com a questão do som. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: Favorável. Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Favorável. Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4: Favorável. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: Favorável. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Favorável. Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Favorável. Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8: Favorável. Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA: Favorável. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Temos 25 votos favoráveis, 01 abstenções e 01 voto contrário. Nesse sentido, aprovado o Item 4.07 da pauta. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR**. Senhores Conselheiros, são 19:56, próximo do nosso horário de término. Lembrando que a nossa tentativa é sempre terminar às 20 horas, naturalmente às vezes quando a gente tem alguns períodos muito extensos de comunicação e se a gente está no transcurso de um processo, debatendo, com apresentação, eu sempre tento recomendar que a gente continue, encerre aquele expediente para não ficar em aberto. E aí por isso que talvez a gente avance alguns minutos, mas a nossa tentativa é sempre de encerrar às 20 horas. Um grande abraço. Obrigado mais uma vez pela oportunidade, pelo convívio. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h00min).**

Germano Bremm

Presidente

Secretária Executiva

Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

879 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2855/2020

Aos vinte quatro dias do mês de setembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Cláudio Maineri de Ugalde (Titular) e Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Leonardo de Lima Marques (Titular), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Comunicações; 3. Pauta Temática (Continuação): Instrumentos urbanísticos, contrapartidas, compensação, mitigação, dimensionamento, definições, aplicações e trâmites. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h00min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Boa noite a todos. Se alguém tiver interesse de fazer o período de Comunicação, lembrando que hoje é nossa reunião mais temática para tratar do assunto de medidas mitigatórias, compensatórias, contrapartidas, na tentativa de a gente dar seguimento àquela nossa outra reunião muito bacana que a gente teve, por sugestão dos conselheiros aí, a gente poder dar continuidade um



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

pouquinho mais no tema. Hoje vamos ter uma apresentação da Conselheira Patrícia e a equipe de planejamento, sobre uma proposta a partir um pouco do que foi falado, o que foi conversado na última agenda que a gente teve, para tentar extrair um pouco disso. Essa linha proposta converge talvez um pouco do que os Senhores Conselheiros sugeriram na última reunião. Estamos com o quorum quase completo. Vou fazer a leitura já, se faltar alguém nos avise. (Leitura dos conselheiros presentes). Quem eu não chamei, por favor, fazer o registro ali no chat para a gente registrar a presença. Vamos para a inscrição. Temos a fala do Felisberto. Mais algum conselheiro? Temos quorum, então, declaramos, oficialmente aberta a nossa reunião extraordinária do CMDUA. Mais alguém inscrito para o período de Comunicação ou só o Conselheiro Felisberto? Então, encerro a inscrição e passo a palavra ao Conselheiro Felisberto. **2. COMUNICAÇÃO. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, boa tarde. Boa tarde a todos e a todas. Em virtude das notícias que saíram na imprensa ontem e hoje, a questão da abertura de um edital, sobre a questão do efeito estufa. E a minha indagação é se tem alguma coisa a ver já com o Plano Diretor, tendo em vista que foi assinado aquele protocolo com o PENUD, em que teriam algumas plataformas, alguns trabalhos que deveriam ser realizados pelo PENUD? Então, essa era a primeira pergunta. A segunda pergunta é a segunda notícia que saiu hoje, o plantio de árvores em Porto Alegre e a minha dúvida é de onde sairão as árvores a serem plantadas já que o Viveiro da Prefeitura está completamente abandonado, em caso lamentável. Então, essa é uma pergunta. E por que será que certas coisas a gente não discute no CMDUA? E a terceira, Secretário, é com relação ao nosso próximo tema, que é a regularização fundiária. Eu gostaria que viesse antes um diagnóstico, tanto da PGM sobre a questão de como está o processo de regularização fundiária e como do DEMHAB, para que a gente pudesse ter elementos para pautar essa discussão, que é fundamental para a cidade, que envolve comunidades que estão há anos esperando e que precisam, as regiões principalmente, terem um diagnóstico regional da sua realidade, quantas comunidades devem ser regularizadas e qual o impacto na economia do município, tanto na questão da urbanização, como o gasto na área da saúde, na área de mobilidade urbana, no caso de escola, assistência social. Então, terá um impacto significativo na cidade. Então, eu queria propor que a gente deve antecipar a primeira, uma só não vai ser suficiente para gente ter a discussão sobre esse tema de tão relevante importância para a cidade. Agradeço o espaço, é isso aí, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Conselheiro Felisberto. De fato, talvez a gente coloque em deliberação a prorrogação por mais uma reunião, que a gente traga os dados na primeira reunião, aos moldes desta, depois em uma segunda a gente segue. Se os conselheiros entenderem a gente delibera. Em relação ao Viveiro a gente também pode combinar uma apresentação da equipe de arborização urbana, que está fazendo um trabalho bem bacana. Hoje fizemos uma apresentação no Conselho Municipal do Meio Ambiente e a equipe de forma muito brilhante apresentou como está se dando o plantio, como é o planejamento. A gente pode marcar uma apresentação deles sim. Em relação ao PENUD, de fato, a cooperação em si é bastante ampla, envolve uma série de estudos que vão ser base para a revisão do Plano Diretor. Senhores Conselheiros, nesse sentido eu passo de imediato a palavra para a nossa Conselheira Patrícia, para que junto com a equipe possa fazer um pouco da apresentação, seguindo na pauta das medidas. Eu acho que a Patrícia propõe aí o que a gente vem discutindo, bastante pela experiência que tem das medidas mitigatórias, as contrapartidas definidas nas comissões, de ouvir os Senhores Conselheiros. Então, a equipe tem se esforçado bastante para criar um modelo melhor distribuído, um formato mais adequado, claro, não temos as soluções para todos, o problema é complexo, mas eu



98 acho que é um caminho, é um avanço que a gente queria compartilhar e depois abrir para
99 debates. **3. PAUTA TEMÁTICA (Continuação): Instrumentos urbanísticos,**
100 **contrapartidas, compensação, mitigação, dimensionamento, definições, aplicações e**
101 **trâmites. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio**
102 **Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite a todos. Então, antes de qualquer
103 coisa, eu queria dar as boas-vindas ao Professor Rômulo, que foi no fim da faculdade, ele
104 foi meu orientador quando eu fiz meu trabalho de conclusão e foi um excelente trabalho,
105 que me traz uma memória muito boa e me introduziu ao amor por esse tema de urbanismo.
106 Então, vou iniciar a apresentação. Então, como vocês solicitaram a gente preparou uma
107 apresentação em complementação à apresentação que foi feita pela equipe do escritório
108 de licenciamento, a Gisele e a Carol, onde elas expuseram como que se dá a questão da
109 avaliação dos impactos dos empreendimentos e a consequente definição das mitigações e
110 compensações. Vamos ver no estado atual. Então, o que a gente vai apresentar aqui, na
111 verdade, seria um trabalho que a gente está iniciando, onde a gente está iniciando a
112 revisão da metodologia. E aí na apresentação a gente vai dar um contexto geral. Vamos
113 dizer, incluindo o que é feito hoje e o que a gente está propondo melhorar nas fases de
114 implementação do projeto. Enfim, para vocês terem ideia aqui, é um processo que tem
115 início, que está em construção e que espero que vocês compreendam que, na verdade, as
116 preocupações de vocês são as mesmas nossas e é o que a gente busca atender. Então,
117 retomando, a apresentação anterior foi há um mês. Então, vocês sabem que a mitigação é
118 compensação, e avaliação dos impactos, na verdade, elas decorrem dos Projetos
119 Especiais de Impacto Urbano, que são enquadrados dentro do Plano Diretor. E o Plano
120 Diretor, como já foi exposto colega pela Gisele, ele é em quatro níveis, são os projetos
121 padrões, aqueles que conforme o Plano Diretor são considerados de impacto, embora a
122 equipe técnica entenda que qualquer projeto tenha algum tipo de impacto. Essa é a
123 definição desse tipo de projeto no Plano Diretor. E aí, separado desses projetos padrões,
124 existem três níveis de projetos especiais de impacto urbano, onde os projetos especiais de
125 impacto urbano de primeiro grau são aqueles de baixa e média complexidade, onde eles
126 têm uma baixa e média interferência no entorno, se pressupõe, né. E os projetos especiais
127 de impacto urbano de segundo grau são aqueles que vão de uma média a uma grande
128 interferência no entorno. E ainda tem os projetos especiais de terceiro grau, que se tratam
129 das operações urbanas consorciadas. Como as operações urbanas consorciadas são
130 reguladas por leis específicas, a gente não vai tratar desse tema na apresentação. Então,
131 retomando as imagens que já foram apresentadas, só para situar todos. Então, temos aqui
132 onde há impactos, onde há a interferência deles, que se pressupõe que é estritamente
133 dentro do lote. Os projetos especiais de impacto urbano de primeiro grau, onde se
134 considera que a área de interferência dele é no entorno próximo, pequena área de
135 abrangência. E os projetos especiais de impacto urbano de segundo grau que tem uma
136 abrangência mais significativa no território. Então, retomando ainda, esse enquadramento
137 dos projetos vai acontecer essencialmente de três formas diferentes. A primeira forma que
138 vai enquadrar é a questão do porte dos empreendimentos. Então, eles podem ser
139 enquadrados em relação à porte, tanto quanto a área construída, quanto ao porte das
140 atividades e quanto ao número de vagas de garagem. Ainda o enquadramento dos projetos
141 especiais relacionados a atividades obrigatórias. Então, existem atividades que por suas
142 características se enquadram, primeiro ou segundo grau. E ainda o enquadramento por
143 solicitação de flexibilização de parâmetros. Como a flexibilização de parâmetros difere do
144 padrão, ela necessariamente precisa de uma análise quanto ao seu impacto em relação ao
145 entorno. Aí, com essa introdução, então, passo a descrever a nossa metodologia de
146 avaliação dos impactos dos projetos, onde ela comporta o trabalho que já é feito pelas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

equipes e aí a gente coloca as questões que estamos avaliando. Então, nós temos uma breve descrição dos fluxos, desde o início da proposta até a conclusão. Então, o que nós temos hoje nós temos o desenvolvimento de um requerimento de proposta e nessa proposta esses itens 1, 2 e 3 são avaliados de maneira conjunta, a proposta, o território e os impactos. E a partir dessa avaliação conjunta são definidas mitigações e compensações no âmbito técnico. A partir daí é encaminhado o projeto para andamento, dependendo se for primeiro grau é encaminhado diretamente, se for segundo grau ele vem aqui ao CMDUA e quando há mitigações e compensações eles são encaminhados para a elaboração de termo de compromisso. Na questão dos fluxos a gente segregou essas três atividades, avaliação da proposta e avaliação do território dos impactos. A gente estabeleceu um critério mais objetivo quanto à questão das mediações e compensações. A gente passou a definir a necessidade de se ter um rito de alimentação de banco de dados durante todo o processo e ainda entendemos necessária a questão do acompanhamento desses termos de compromisso com o uso de banco de dados. Então, passamos à avaliação da proposta, que é a primeira avaliação da proposta. Ela é uma atividade que já é desempenhado pelos colegas ali do escritório de licenciamento, que é a avaliação da proposta em relação aos parâmetros previstos no Plano Diretor. Essencialmente, a avaliação da proposta em relação aos parâmetros, em relação ao porte, como eu já tinha colocado antes, ela vai ter três referências. A primeira delas é em relação ao enquadramento. Então, a primeira classificação seria primeiro grau, segundo grau ou se ele tem algum Impacto ou não. Posteriormente, se avalia a característica da proposta, o seu porte, a sua magnitude em relação ao seu entorno, onde ele está inserido. No caso, uma determinada proposta pode ser caracterizada em termos de interferência de uma maneira diversa, dependendo do local onde está inserida. E isso vai gerar uma avaliação específica do ponto de vista de mitigação é compensação, considerando que quanto maior o porte da proposta, maior o reflexo em necessidade de mitigação em compensação. Em relação às atividades se repete o processo. Então, no primeiro momento elas são classificadas se são atividades obrigatórias ou não, em um segundo momento elas são avaliadas em relação ao seu grau de interferência. Então, dependendo do local onde se insere é permitido um determinado porte ou não, depende, e dependendo do grau, dependendo do tipo de atividade e local que se insere, também as características específicas da atividade, elas também vão definir uma mitigação ou compensação específica. Em relação à flexibilização dos parâmetros, ela é avaliada da seguinte forma: no primeiro momento, quando se tem uma solicitação de flexibilização se avalia o pedido da flexibilização em relação ao entorno. Se esse entorno já está descaracterizado, teoricamente, se pode aceitar essa flexibilização e se considera que ela já está de acordo com o entorno. Então, teoricamente, não exigiria alguma mitigação ou a compensação. Pode acontecer que o entorno está caracterizado, mas existe uma proposta que está em harmonia com o entorno e que ela acarreta em um ganho ali para a paisagem. No caso, ela já mitiga pelo entorno, pela própria solução da proposta que foi dada no local. Existem outros casos que a flexibilização exige uma mitigação e compensação, aí nesses casos, normalmente, a mitigação e compensação vai ser relacionada com o tipo de flexibilização que foi pedida. Então, por exemplo, se fez uma solicitação de altura, a altura vai implicar na paisagem, a gente vai tratar uma solução da adequação daquele proposta com o entorno em relação à paisagem. E aqui temos um parâmetro, que atualmente não é muito claro, não é estruturado na metodologia que é utilizada hoje, que é uma definição da área de influência. A área de influência hoje, na análise dos projetos, é avaliada de uma maneira um pouco mais intuitiva, ela não é clara. Então, a gente entendeu que é muito importante que quando se defina o impacto, o grau de impacto do empreendimento, uma das primeiras ações que tem que se tomar é definir



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

claramente uma área de influência. E aí, para definição das áreas de influência no ponto inicial, porque a gente vai adotar uma metodologia inicial, mas a gente vai ao longo do tempo que a gente vai amadurecendo o nosso conhecimento e os nossos estudos, a gente vai aperfeiçoando isso, mas no tempo inicial a gente vai adotar dois critérios para fazer essa definição da área de influência. A primeira delas é o enquadramento legal, ou seja, aquilo que eu já comentei com vocês, primeiro grau, segundo grau. E da relação do porte, da magnitude da proposta e a sua relação com o entorno. Então, aqui tem um exemplo, nós temos uma definição de uma área de influência direta, que a gente considera o bairro, aproximadamente 1000 metros de raio e uma área de influência indireta, que a gente adota em um princípio zero. A região de planejamento ou um raio de aproximadamente 6000 m. Então, aqui vocês podem ver mais ou menos, esse é um diagrama onde a gente vai buscar a caracterização desta definição da área de influência dentro da avaliação da proposta. Então, um projeto sem impacto tem interferência nele mesmo. Um projeto de primeiro grau, dependendo do seu grau de impacto, tanto ele vai poder não ter interferência no entorno, como o exemplo que eu dei antes, como, inclusive, mesmo sendo de primeiro grau, ele pode ter um impacto na escala de bairro, pelo tipo de atividade e está classificado ali. E no caso de segundo grau a gente vai ter tanto pequenos empreendimentos, que são enquadrados como segundo grau que vão ter um impacto simples ali apenas no entorno imediato, quanto um empreendimento de grande porte que vai ter um raio de influência numa área de influência direta e vai necessitar de um impacto em um raio ampliado. A avaliação da proposta hoje é feita também em relação à avaliação da estrutura do entorno, esse exemplo, vamos dizer, é um exemplo que foi dado, a equipe na anterior mostrou para vocês. Então, quando se faz uma análise de um empreendimento se analisa o que aquela proposta implica na necessidade de alteração de gravames. Por exemplo, ao avaliar se a implantação daquele empreendimento torna a infraestrutura deficitária sobre algum aspecto, se ela gera necessidade de complementação de equipamentos urbanos ou equipamentos comunitários ou gera outros tipos de carências e demandas. Então, a avaliação da proposta vai avaliar a estrutura urbana do ponto de vista simples da proposta. Essa tarefa é executada hoje pelos colegas que avaliam esses impactos. Entretanto, a nossa proposta é na medida do possível fazer uma normatização desses parâmetros para que eles fiquem mais claros e transparentes. Então, aqui eu tenho um exemplo do que é essa avaliação da estrutura do entorno. Aqui nós temos o Zaffari Grécia, acho que quase todos conhecem, aqui nós tínhamos o gravame da Av. Grécia e a própria implantação do empreendimento gerou não somente a necessidade de estruturação viária na sua gleba, mas nas áreas seguintes. Então, para ela se inserir ali adequadamente foi necessária uma complementação da infraestrutura. Outra avaliação que é feita pelos colegas, que também estamos propondo à normatização é a avaliação da edificação, da atividade do empreendimento e a sua inserção no entorno imediato. Então, para esse tipo de atividade, eventualmente, são pedidos estudos de insolação, ventilação, tráfego quase sempre nos casos de segundo grau, estudos em relação ao crescimento populacional, impacto ambiental e outros. Então, esse aqui foi um exemplo, relativo ao Estaleiro, que foi um projeto importante, todos conhecem, que no momento em que esse projeto entrou no contexto, inicialmente a proposta era mais fechada, não tinha relação com o entorno. Embora ela estivesse em um local superimportante e tivesse esse equipamento aqui de praça já definido desde o começo, a proposta inicial não tinha tanta relação com o entorno. Então, a gente definiu como diretriz nessa avaliação e pediu simulações das fachadas. E garantir, vamos dizer, que a maior parte dessas fachadas ficassem impermeáveis para que a edificação estabelecesse uma relação mais ampla com os espaços públicos no seu entorno. Em especial com a área de praça ali para garantir uma vitalidade desse espaço.



Então, passamos para a avaliação do território. Então, como eu falei antes, que a gente avaliou a proposta e vamos passar a avaliação do território. Então, a avaliação do território, assim como ocorreu na avaliação da proposta, ela também é olhada em relação à estrutura do entorno. Só que no caso, quando a gente pega o território para avaliar, a gente avalia o território friamente, a inserção da gleba no território e aí a gente avalia as condições desses gravames, se há necessidade de complementação de gravames, considerando os padrões do Plano Diretor e avalia também a estrutura implantada, se há necessidade de alguma complementação, enfim. Neste caso aqui é um exemplo que, na verdade, se trata da mesma coisa, nesse caso aqui, por exemplo, os empreendimentos que inseriram ali não geraram demanda de complemento de traçado viário. A complementação de traçado viário foi simplesmente decorrente da situação existente do território, porque as glebas por enquadramento legal são obrigadas a executar esse traçado viário. Então, o que o Plano Diretor espera nesse momento? Ele espera que no momento em que as glebas lindeiras se inserirem nesse território haja automaticamente a complementação desse traçado viário. Então, em relação à avaliação do território, a gente viu que na avaliação da proposta foram definidas as áreas de influência, áreas de influência direta e as áreas de influência indireta. Na questão da avaliação do território, nesta etapa, a gente vai passar a avaliar os desafios e as oportunidades do território. Nesses desafios e oportunidades a gente vai olhar as condições e os gravames, as condições da estrutura urbana, estrutura viária, a identificação das carências do território. E a ideia é que toda essa avaliação e essas carências identificadas passem a alimentar um banco de dados georreferenciado e esse banco de dados passe a alimentar informações para a tomada de decisão. Então, a gente verifica a questão dos níveis de influência. Então, só para situar como funciona a mitigação do empreendimento, ele sempre vai ser priorizado do primeiro nível até o último nível. Então, o empreendimento primeiro resolve a questão dele, em seguida ele resolve o entorno imediato. Então, para ele se inserir nesse território, necessariamente, ele tem que ter um entorno imediato estruturado, senão ele fica inadequado do ponto de vista da estrutura urbana. Se já começa a se identificar a necessidade de mitigação e compensação, aí sim pula em um primeiro momento para a área de influência direta. Então, para as escolhas das demandas que vierem, das mitigações e compensação, a gente vai priorizar a área de influência direta. As demandas não se qualificando ou tendo importantes demandas na área de influência direta, elas passam a concorrer. A ideia é que a gente passe a trabalhar com pontuações. Então, tanto a avaliação dos impactos dos empreendimentos vão trabalhar com pontuações, tanto quanto as demandas. E a partir daí a gente passa para a avaliação dos impactos. Nessa avaliação dos impactos a gente tem uma proposta que a gente está começando a desenvolver agora, que é de normatizar, quantificar e medir esses impactos. Então, a nossa ideia é fazer uma pesquisa de todos os estudos de viabilidade que tiveram, pesquisas de metodologia, pesquisas de outras situações, enfim, para a gente poder definir um padrão, normatizar e quantificar, porque os critérios existem e são utilizados, a gente só precisa classificar eles de uma maneira mais objetiva. Claro, na medida do possível, porque quando se trata de urbanismo nem tudo é possível medir, mas 90% das ações a gente consegue quantificar. E aí a gente garante transparência na tomada de decisões. Então, vocês: como foi tomada essa decisão? Então, isso vai ficar mais claro. Essa é o trabalho inicial que a gente está pretendendo fazer. A partir dessa normatização a ideia é ter uma padronização de parâmetros, a partir desses parâmetros a gente estabelecer pontuações para a questão da avaliação dos impactos. Então, os impactos vão ser medidos por pontos, eles vão depender do porte do empreendimento, do local em que se inserem, do tipo de impacto, enfim. Então, a ideia é a gente passar a estudar e definir uma matriz de critérios para consolidar esses parâmetros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Então, vão ser muito fáceis de serem medidos, tanto que no final do processo a gente pretende desenvolver uma calculadora de impactos, onde, por exemplo, determinado empreendedor que pretende investir na nossa cidade já pode previamente estimar os custos da implantação do empreendimento. Então, nós temos a avaliação da proposta, avaliação do território, a mensuração dos impactos medida de maneira objetiva. A partir daí a gente passa a fazer a avaliação da mitigação e da compensação. Inicialmente, antes de falar do processo da mitigação, eu quero conceituar aqui para que todos tenham claro o que é cada coisa, porque há uma confusão, muitas vezes se fala em contrapartida e, na verdade, do ponto de vista do Plano Diretor, contrapartida não existe, ela vai existir nas operações urbanas consorciadas, mas no Plano Diretor não. No Plano Diretor existe um impacto e um impacto se mitiga ou compensa. E aí qual é o conceito, o que a gente pode definir como um conceito de mitigação. Mitigação é aquilo que dentro de um perímetro determinado, determinado impacto seja solucionado dentro desse perímetro. Aquilo que tu não consegues solucionar dentro daquele perímetro tu passas a compensar fora deste perímetro. Essa é a definição e por isso que a gente em um tempo zero a gente define a área de influência direta como mitigação e área de influência indireta como compensação. E aí, para proceder a execução da mitigação e da compensação, inicialmente, a gente tem que identificar as carências. A identificação das carências, como a gente já citou ali, ela acontece dentro da avaliação do território. E aí como é que a gente pretende fazer essa identificação das carências. Hoje a gente tem dentro do âmbito das comissões as secretarias componentes do SMGP, que elas vão lá e apresentam suas demandas. E a gente ouve muitos questionamentos em relação a esse método, inclusive, aqui no CMDUA, quanto pessoas argumentando que de repente a gente deveria atender as questões do Orçamento Participativo, enfim, outras demandas. Então, a gente entende que estabelecendo como base um grande banco de dados, onde a gente possa de maneira estruturada fazer a alimentação desses dados, a gente pode atuar nessas diversas instâncias para fazer a coleta desses dados. E essas diversas instâncias podem fazer o acompanhamento das suas demandas de maneira transparente através desse banco de dados. No caso do CMDUA, por exemplo, a gente vai ter que fazer um trabalho em conjunto, onde a gente vai desenvolver uma rotina, onde esses dados serão coletados junto às comunidades. E aí esses dados coletados junto às comunidades a gente passa a alimentar no banco de dados. Outra questão muito importante, da questão da identificação das carências nesse momento são os dados decorrentes do processo de revisão do Plano Diretor. A gente está em início de um processo de revisão do Plano Diretor, da contratação das consultorias e a ideia é que todos esses dados a gente possa colocar na plataforma e esses dados estejam disponíveis para consulta. Não só no tempo do Plano Diretor, mas que eles sejam utilizados para a gestão do município na sequência. Então, depois que a gente identificou as demandas, a gente tem que elencar elas. Então, para poder elencar estabelecemos, inicialmente, alguns critérios, que após os estudos a ideia é que eles sejam aperfeiçoados, mas os critérios iniciais são esses. Para escolher uma demanda deve estar dentro do raio de abrangência da área de influência, direta ou indireta, para ela estar apta, né. A demanda deve estar diretamente relacionada com o tipo de impacto causado. Isso é um enquadramento legal que existe. Então, se causou um impacto em mobilidade, a demanda a ser atendida dentro da área de influência vai se referir a mobilidade. Se for um impacto de incremento populacional que vai gerar uma demanda de creche, por exemplo, o impacto a ser mitigado tem que ser em creche. As demandas também vão ser pontuadas entre elas com base em alguns critérios, por exemplo, o primeiro seria a compatibilização dessas carências, dessas demandas prioritárias, com a característica da população. Então, a característica da população local vai pontuar mais para algumas demandas do que para



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

outras. O grau de maturidade dos projetos também, porque alguns projetos só têm uma ideia, outros projetos eles têm projeto que já faz envolvido, que ele pode ser facilmente atendido pela população. Outra questão é valor, depois que se mencionou o impacto, a partir dessa mensuração de impacto precisa atribuir uma demanda que seja compatível com esse impacto. Outra questão também é a questão da gestão operacional do município, que é importante. Por exemplo, eu não vou criar uma creche nova se eu não tenho como fazer, não tenho os recursos humanos posteriormente para operar. Então, essas questões devem ser levadas em consideração. E aí tem outras questões, também em a esses critérios, que eu vou passar a palavra agora para a minha colega coordenadora de planejamento urbano, a Arquiteta Vaneska, para dar continuidade na apresentação.

Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: A ideia que foi trazida pela Diretoria de Planejamento Urbano foi que a gente conseguisse abordar a partir da avaliação da demanda por determinados equipamentos, um modelo de como a gente vai avaliar as demandas. Aqui é a proposta, ela trata dos equipamentos de lazer, saúde e educação, que a gente entende que devem ser vendidos para outros equipamentos comunitários, mas aqui a gente vai estar abordando sobre esses temas prioritários, pensando neles como um guia para depois poder estender às demais situações que acontecem. Então, dentro dessa condição de desafios e oportunidades, nós dividimos os elementos a serem analisados em aqueles vinculados ao território, a sociedade o que a gente colocou como projetos. Dentro do território a gente faz uma avaliação do alcance espacial dos equipamentos existentes e áreas impróprias para a população urbana. Na sociedade a ideia definir um perfil social e conseguir fazer o levantamento das demandas da sociedade e nos projetos identificar se existe sincronia ou sobreposição entre projetos que estão no radar da prefeitura, com grau de maturidade e permita uma plantação mais rápida e as demandas que existem no território. Então, nunca se sai do guia principal, que é dentro da área de influência direta prioritariamente das demandas, mas podem se aproveitar algumas oportunidades que existam para consolidar projetos que podem impactar mais positivamente. Esse projeto a gente está colocando em três fases principais, uma seria para já fazer uma implementação ainda neste ano, para já se qualificar, o que hoje é uma análise que muitas vezes os parâmetros não ficam evidentes. A gente entende que as equipes de forma isolada têm seus próprios parâmetros, próprias metodologias, mas a ideia é conseguir dar uma uniformidade para os critérios e melhor controle sobre esses critérios. Em 2021/2022 o que se espera na expectativa da revisão do plano das consultorias que vão atuar fornecendo os estudos específicos, é qualificar esses dados. Então, no primeiro momento, na primeira fase, o alcance espacial dos equipamentos é medido com uma referência de distância de excelente até péssimo. Eu vou mostrar, por exemplo, como se daria essa gradação e de uma maneira uniforme sem diferenciar muitos equipamentos. Em uma segunda fase a gente considera que essas distâncias têm que ser parametrizadas de acordo com o tipo de público que acessa determinado equipamento e condições de mobilidade desse público, assim como também envolver as condições desses equipamentos. Então, ir detalhando essa base. Em uma terceira fase, que a gente já espera, talvez em fases anteriores incluir, mas avançar e entender barreiras que acabam aumentando a percepção de distância que os usuários têm desses equipamentos. Por exemplo, se tem uma via expressa, de fluxo mais intenso e ela acaba funcionando como uma barreira e tais equipamentos não ficam tão acessíveis ou por questões de topografia. Com relação às áreas impróprias urbana nesse primeiro momento, a gente até está considerando, as áreas de preservação permanente têm mapeamento, mas a gente sabe que o nosso mapeamento ainda é ineficiente em alguns territórios. Então, a gente está colocando também para as próximas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

fases, onde se exclui essas áreas impróprias até se chegar em 2022 já tendo o modelo que gradua essas áreas de acordo com adequabilidade para ocupação urbana. Com relação à sociedade, nesse primeiro momento a gente tem os dados de perfil social, muito baseado no Censo de 2010. É algo que a gente está estudando ainda a possibilidade de utilizar esses dados ou ter alguma base mais atualizada da prefeitura. Então, se possível a gente vai avançar aquela fase que está para 2021, mas que seria, já considerando os dados de Bolsa Família, os dados das próprias secretarias, que tem a solicitação de vaga em escola. Então, tem algumas as fontes de dados da prefeitura que podem nos dar uma condição de atualizar essa informação de perfil. E o perfil atualizado do censo seria a próxima fase. As demandas da sociedade hoje a gente está analisando em função dos resultados, que nós tivemos as oficinas, os dados das secretarias. A ideia é avançar para incluir as demandas do Orçamento Participativo e ali na fase três coloquei a questão, mas já imaginando, como a Patrícia colocou aqui, nós teríamos essa plataforma e essa forma de comunicação com a sociedade, que também fosse ali um repositório, que existem outras formas também, através das bases, através das regiões de planejamento, que a população também está se manifestando com relação às demandas de uma maneira permanente e contínua, fornecendo dados e subsídios para a tomada de decisão. Com relação aos projetos seria essa condição que eu coloquei no início, de verificar se existem oportunidades e projetos em andamento que possam ser qualificados e que possam reverter também em benefícios para essa comunidade local. Essa lâmina dá conta de mostrar o que seria esse ciclo na primeira fase. Então, o primeiro momento, a gente lança esses limites da área de influência e faz essas análises no território em relação ao perfil social que eu comentei, as demandas da secretaria e os projetos do plano, os projetos em andamento na prefeitura, eles entram como componentes para gerar esse relatório consolidado, essa avaliação consolidada. Então, detalhar isso e já colocar qual seria a prioridade de investimento, considerando os benefícios para uma população maior dentro, de característica do local. A ideia nesse fluxograma é já dar passos de como seria essa tomada de decisão a partir do momento que se delimitam essas áreas de influência que se faz nessas análises. Então, a partir da delimitação das áreas de influências se faz uma análise na área de influência direta, só se avança para as outras áreas e para as demandas na escola municipal, a partir do momento que não se encontrem demandas diretas nessa primeira análise. Se encontra o relatório preliminar, que passa pela análise da secretaria e que é consolidado um relatório final de avaliação de demandas, que devem ser contempladas na mitigação e compensação dos impactos como forma de ilustrar esses valores e as delimitações. Então, com relação à localização no Bairro Santa Rosa de Lima, que é um bairro na porção norte do território, ali na Região de Planejamento 3. Esse primeiro raio é um raio de 1500. Então, por isso que a gente faz essa relação, ele corresponde de certa forma a uma área média que se tem dos bairros e se vai avançando de 1500 até 3.000, 4.500, 6000 e pegaria mais uma região, porque a gente não vai sempre considerar o bairro, o bairro e região de planejamento são duas informações bem importantes para a gente poder vincular depois que a participação da sociedade, com outras as regulamentações que estão relacionadas a essas limitações administrativas. A gente colocou também essas referências em metros, que por vezes, nesse caso não é tanto, essa localização pode estar mais assimétrica. Então, a gente teria condições de verificar quais os bairros que deveriam ser analisados ou eventualmente mais de uma região de planejamento em função da localização do empreendimento. A partir disso a gente fez alguns testes, considerando essas condições de proximidade dos equipamentos, como eu tinha colocado. Então, no primeiro a gente coloca uma velocidade reduzida de um usuário com uma mobilidade reduzida e que numa distância de 5 minutos percorre uma distância de 400 metros, alguma coisa nesse sentido, para considerar uma



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

localização que seria excelente. Também foi calibrado de trabalhar com valores menores considerar uma localização excelente, mas em função da distribuição de equipamentos de Porto Alegre o teste nos pareceu adequado e é empregado pelas secretarias hoje, uma localização ideal, de certa forma dentro do que isso tem hoje de possibilidade na cidade. A partir daí tem a delimitação de 525 para ótimo, 1050 para bom, 1535 para algo que já não estaria adequado e acima disso o que se consideraria uma área com uma cobertura muito baixa. Ou poderia ter necessidade de instalação de novos equipamentos. Nesse primeiro momento a gente usou esses mesmos parâmetros também para os equipamentos de educação, para os equipamentos de educação. Aqui a gente começa a discutir: O que está em situação pior considerando os equipamentos comunitários e onde eu deveria pensar em concentrar esses investimentos? Óbvio que isso tem que ser cruzado com perfil populacional, com o perfil da população que se altera a partir da implantação de empreendimentos. Tem empreendimentos que trazem populações aí de mil residentes ou mais para algumas áreas da cidade, que podem mudar essas condições. Só para ilustrar o que seria essa análise de distância. Com relação ao perfil social, considerando que a gente estivesse analisando o bairro como área de influência direta, nós temos dentro do Observa POA. Eles produziram relatórios para todos os bairros, considerando os dados do censo, com relação de renda média, que é um dos componentes que a gente acredita que é adequado para se considerar como prioritário para estabelecer que existe a demanda, uma vez que é a população que necessita de certa forma mais apoio de equipamentos e serviços públicos. E a pirâmide etária como forma de relacionar algumas características específicas que devem ser atribuídas a esses espaços públicos ou a esses equipamentos construídos. Com relação a demandas sociais, em alguns dos bairros nós tivemos uma representação bastante significativa, que nós entendemos que pode ser contraposta à avaliação técnica no momento da participação social e das oficinas temáticas que a Patrícia também mencionou logo no começo. Então, nesse bairro que usamos como exemplo tiveram 16 participantes e se identificaram como residentes desse bairro e apontaram, nas oficinas nós pedimos que fossem apontadas carências em equipamentos de lazer, educação e saúde. Então, como a gente começa a perceber que talvez possa tabular de uma forma mais direcionada para esses projetos as informações que são dadas na contribuição da população, mas nesse primeiro momento eles tinham certo grau de liberdade para fazerem suas contribuições. Então, eles especificavam ou destacavam apenas como carência. No caso, o ponto central aparece uma praça que tem lá, que falta uma praça nessa região, que é uma área com ocupação um pouco mais irregular. Com relação aos equipamentos de saúde também, em alguns outros faltava médico, posto que foi desativado ou existia alguma outra característica entendida como algo que era uma deficiência dentro desse tema na região. Com relação aos equipamentos de educação se manifestaram bastante sobre a questão da falta de creche, em alguns pontuaram a falta de mobilidade, depois a gente foi ler o que foi escrito, era muito a questão da acessibilidade desses equipamentos. Então, tudo a gente vê que é um trabalho para ser calibrado, mas já demonstra algumas carências e quando a gente foi confrontar com aquela análise que a gente fez vocacional simples ali, desconsiderando apenas o sistema viário, considerando que o deslocamento nele se dá de forma igual, sem condições de bloqueio. Áreas onde foram delimitadas, que faltavam escolas, faltavam creches, são também as áreas que a gente tem as melhores coberturas, aqui próximo dessa região. Comentando também que hoje a gente estava discutindo essa metodologia na CADAP, que é onde se discute a demanda habitacional prioritária de interesse social do município. Muito se falou que muitas vezes se vê que a população declara como carência vai no sentido do que os relatórios técnicos demonstram. Então, é importante a gente sempre estar mantendo essa fonte. A



nossa ideia é conseguir estabelecer esse canal através desses modelos e a nossa ideia de plataforma, que a Patrícia vai falar um pouco mais sobre esse tema. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, o que a gente fez até o momento foi uma descrição do processo até a efetiva definição das mitigações e compensações decorrentes dos impactos dos empreendimentos. Então, a partir da definição das mitigações e compensações é necessário se estabelecer a gerência de execução. Então, em relação à gerência da execução o que nós temos como procedimento hoje, hoje nós temos o termo de compromisso, que é o documento que estabelece, é um contrato que vai garantir que as mitigações e compensações decorrentes dos impactos dos empreendimentos sejam implementados com o licenciamento dos empreendimentos. A elaboração desse termo de compromisso é efetuado pela PGM e tem um apoio das equipes técnicas na especificação das atividades das obras. O acompanhamento dessa execução, enfim, a partir da assinatura do termo de compromisso, ela é efetuada pela Procuradoria do Município. Entretanto, a Procuradoria do Município simplesmente faz a cobrança do cumprimento desse termo como um contato. Então, em relação ao empreendedor se ele está cumprindo ou não. A gente identifica que neste processo é necessário um acompanhamento do ponto de vista de planejamento urbano. Então, a ideia, e essa é uma ideia antiga, no sentido de que esse termo de compromisso, o cumprimento dessas mitigações e compensações, da mesma forma que as questões anteriores foram apontadas, ela também seja alimentada no banco de dados georreferenciado. E aí neste banco de dados as pessoas podem acompanhar não só a existência dessas obras de mitigação e compensação, mas também acompanhar o desenvolvimento delas ao longo do tempo. Ele é útil tanto para nós que desenvolvemos essas tarefas de planejamento, para nossa tomada de decisão. Então, quando a gente faz uma análise do território a gente tem que ter as condições mais adequadas da situação do que está consolidado, o que não está consolidado para desenvolver o projeto, para complementar um projeto. Não só nós da parte do planejamento urbano, mas também das demais secretarias envolvidas no processo de desenvolvimento urbano. O acompanhamento também dessas obras, é importante também no sentido do controle das etapas do processo de licenciamento. Muitas vezes o processo de licenciamento têm vínculos de condicionantes para complemento dessas etapas. No momento em que tu tens um lançamento desse cumprimento dessas etapas dentro do banco de dados, quem buscar fazer uma liberação de condicionante, por exemplo, já vai ter uma informação automática. O mais importante, o fato de alimentar esse banco de dados de maneira em tempo real, ela permite a transparência, permite o acesso e o controle por parte da população. E aí a ideia, a partir dessa alimentação desse banco de dados, e daí muito de vocês já ouviram falar, é o desenvolvimento desta plataforma de planejamento. Então, essa plataforma vai ser a interface da alimentação desses dados e que vai poder ser consultada, tanto pelos técnicos, quanto pela sociedade. Ela visa eficiência na tomada de decisão, ou seja, no momento que existe uma plataforma de interface acessível em relação ao uso de dados do município, ela permite eficiência na tomada de decisão, eficiência também no controle das etapas do processo de licenciamento e uma ampla informação das informações à população, permitindo que a população faça esse controle. Então, a gente estrutura e possibilita que isso ocorra e a gente realiza isso através do desenvolvimento desta plataforma de planejamento. E para finalizar, rapidamente, eu passo as fases de implementação desse projeto. Então, está previsto para ser desenvolvido em três fases, sendo a primeira em 2020, a segunda fase em 2021, que trata da consolidação desses dados e aperfeiçoamento desses procedimentos. E ela vai se concluir em 2022 com a revisão do Plano Diretor. Qual é a ideia durante esse processo?



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Que a gente dê um start, conforme esses parâmetros que nós passamos para vocês e no decorrer do tempo, com base na constante alimentação dos dados e a estruturação dos procedimentos, a gente vá agregando parâmetros e avaliações. Até que quando chegar no momento da revisão do Plano Diretor nós vamos ter um modelo consolidado para ser aplicado. A fase 1 em andamento envolve as seguintes ações: a questão das reestruturações das equipes, que é uma tarefa que estamos fazendo. A mudança da metodologia de análise, o pessoal das comissões também já estão sendo atingidos pela questão da metodologia. Então, nós estamos revisando os fluxos de análise dos empreendimentos e reestabelecendo rotinas para que junto à análise dos empreendimentos a gente possa fazer essa alimentação do banco de dados. Também em paralelo está prevista a contratação de uma consultoria junto ao PENUD para nos auxiliar na questão da estruturação da base de dados. Ela é preliminar à questão da revisão do Plano Diretor. E aí essas duas últimas ações, que a gente já expos um pouco para vocês, que é o início do desenvolvimento de uma metodologia para quantificar os impactos e o início do desenvolvimento de critérios para avaliação dos desafios e das oportunidades das áreas de influência. Na fase dois, a ideia é fazer a padronização dos parâmetros, estabelecendo pontuações para a questão dos impactos, para fins da medição das mitigações e compensações. Então, a questão da alimentação do banco de dados, a gente vai consolidar a questão da nossa estruturação da base de dados, alimentação de dados, a estruturação das rotinas para fins de alimentação desses dados junto aos órgãos do município, junto ao Orçamento Participativo, junto às regiões de planejamento e também da coleta de dados decorrentes do processo de revisão Plano Diretor. Na fase dois ainda, como eu já tinha explicado antes, que esse é um processo que ele vai evoluindo ao longo do tempo, ela vai acontecendo. O aperfeiçoamento da definição dessas áreas de influência e o aperfeiçoamento dos parâmetros e critérios para escolha dessas demandas. E aí a conclusão, então, ela vai se concluir junto com o processo de revisão do Plano Diretor através do desenvolvimento dessa calculadora de impactos, garantindo a previsibilidade dos investimentos no município. A consolidação das estruturas, dos fluxos, dos parâmetros de avaliação dos empreendimentos, da definição das áreas de influência, dos parâmetros e critérios para escolha das demandas, das formas de participação da sociedade a partir da revisão do Plano Diretor e a consolidação do modelo da plataforma de planejamento, visando transparência relativa às informações do município. E a eficiência da gestão na análise de processos nas respostas às demandas da sociedade. É isso. Este trabalho não foi feito só por mim e pela Vaneska, mas contou com a participação de todos os colegas. Esse trabalho iniciou o desenvolvimento lá no GT Mitigações, onde o próprio Secretário Germano fazia parte e a gente quer aqui manifestar a contribuição de todos os participantes. Era isso, eu agradeço. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Patrícia e Vaneska. Parabéns. Eu gostaria de ressaltar o trabalho da equipe para construir um modelo mais adequado a partir das vivências, das experiências do dia a dia. Então, a equipe está muito dedicada em melhorar esse processo, a gente que teve tantas melhorias significativas e às vezes, quando a gente aqui é demandado de uma forma, inclusive, forte, cobrado, a gente fica enquanto servidores públicos que somos, ficamos de certa forma chateados, porque a gente está se esforçando e estamos dando o nosso melhor. Nós estamos aqui para contribuir com a cidade. Toda a equipe está aqui para contribuir para contribuiu, para melhorar. A gente teve grandes melhorias aqui no Conselho do Plano com esse formato online, a gente agregou a equipe de planejamento, que está fazendo as apresentações, todo mundo está visualizando mais as coisas. Lembram que nós tínhamos tanta dificuldade nos processos físicos? A gente consegue acessar os processos de forma



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

concomitante, a gente consegue prestar mais esclarecimentos para promover um debate mais saudável e às vezes a gente sente e falo com humildade necessária, que às vezes nós sofremos uma oposição, uma resistência e nós gostaríamos de ter uma discussão mais proveitosa, de trazer mais coisas aqui para vocês. E por muitas vezes, em função de alguns posicionamentos muito rudes, difíceis de alguns conselheiros, acaba nos afastando da gente trazer um debate e a gente vai fazer mais o protocolar, aquilo que a lei nos exige. Então, se a gente não consegue construir um clima mais de construção, de debate, sem dúvida que as melhorias vêm, a equipe está aqui porque quer melhorar, quer transformar a nossa cidade, aproveitar a oportunidade e melhorar a nossa cidade. Então, nesse sentido que toda a equipe vem construindo uma melhor forma de trabalho, sempre na tentativa de viabilizar melhorias para a nossa cidade. Feito um pouquinho desse desabafo eu passo a fala. Já temos inscritos, cada um tem 5 minutos para contribuir, depois a possibilidade da réplica. A ideia é de debater o tema. Eu abro a palavra para o primeiro inscrito, o Felisberto.

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:

Bom, primeiro parabenizar a Patrícia e a Vaneska, toda a equipe pelo trabalho. Eu não poderia deixar de parabenizar pelo trabalho e o intuito do Conselheiro quando faz a crítica é no sentido de construção e de qualificação desta Cidade, é no sentido de que nós temos uma cidade de está completamente abandonada, que são as periferias da cidade, são comunidades que há anos esperam e a gente vê uma cidade só preocupada com grandes empreendimentos e que violentam muito esta cidade. É uma discussão de cidade, que cidade nós queremos. Nós temos uma cidade real e queremos uma cidade do nosso imaginário, das contribuições. Só que hoje as comunidades que mais precisam são pressionadas pelo tal desenvolvimento. Então, eu pergunto para vocês, Vaneska e Patrícia: como que a regularização fundiária, como que essas medidas compensatórias, mitigatórias, contrapartidas, vão influenciar sobre as comunidades que mais precisam? E aí eu vejo um avanço em ouvir as demandas do Orçamento Participativo, mas não basta ouvir, deve construir com as comunidades e respeitar a forma como elas se estruturaram. E o tema envolve outras questões, mas eu quero ficar nisso, no lado de parceria com as comunidades. Nós hoje temos uma cidade que só se preocupa com os grandes empreendimentos, ela não se preocupa com a cidade periférica, a cidade que precisa de investimento, que precisa ser resolvidos os seus problemas. Nós estamos há 30 anos construindo um processo de democracia participativa que não é brincadeira, não é à toa que esse processo encantou o mundo, não é à toa que essa cidade se tornou referência como democracia participativa. E isso não vamos abrir mão, a crítica faz parte do processo democrático, isso faz parte. Eu sou porto alegreense, eu amo a minha cidade e tenho um trabalho comunitário e não é um discurso, como alguém um dia disse que eu sou populista, não é populista, eu pisei no bairro, conheço a cidade como muitos poucos. São 30 anos de participação indo nas comunidades e atendendo aos seus problemas emergenciais, de sobrevivência, de ônibus que falta, de creche para deixar seus filhos. Então, a cidade tem que ter esse olhar, não só para os grandes empreendimentos, a cidade é violentada e eu uso esse termo de propósito, a cidade sofre. Não há uma preocupação de construir com a cidadania, o capital nesta cidade tem uma predominância enorme, não vamos ser ingênuos, é uma discussão de que cidade nós queremos e para que nós queremos a cidade. E quando eu fui forte na última intervenção de que eu não aprovaria nada e me questionaram, digo mais, esta cidade tem um débito com as periferias, com as comunidades que precisam de infraestrutura, de lazer, de saúde, de educação, como muito bem foi apresentado pela Vaneska. Então, é uma discussão política, também é ideológica, porque sempre dizem que a questão é partidária, nós temos que saber conviver com o contraditório. E nós da RGP 01 estamos apresentando um plano popular de ação regional,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

construindo com essa periferia do centro, região central, que muita gente não conhece. Ouvimos o 4º Distrito, ouvimos as pessoas e vamos lançar a plataforma do Atua POA dia 2 de outubro com toda uma visão que nós temos nesta cidade. Nós somos propositivos. (Sinalização de tempo esgotado). Só me dá mais 30 segundos, Secretário, para eu finalizar meu pensamento. Então, é isso, eu tenho o maior respeito Patrícia e pela Vaneska, elas são testemunhas que muitas vezes eu envio aquilo que eu leio para elas e elas podem dizer se isso é verdade ou não. É uma contribuição, quando a gente foi no Ministério Público, Secretário, foi exatamente para democratizar as nossas relações e para construir uma área de convivência harmônica para o bem da cidade. Era isso e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. É muito bom ouvir sua manifestação, porque me tranquiliza também, porque a gente está tentando construir o melhor. Vamos ter os momentos mais tensos às vezes, mas a gente tem que saber superar em frente, não vai ser o fim do mundo, o debate é salutar. Eu também dou as minhas osciladas aqui, horas estou melhor, horas estou pior, é natural, é do ser humano, mas o processo vai modelando, a gente sai mais maduro depois do aprendizado e convívio com todos vocês. Na sequência o Conselheiro Emílio. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Boa noite. Em princípio queria parabenizar a Patrícia, a Vaneska, ao Secretário e a toda equipe da Prefeitura por terem desenvolvido este projeto, que pode mudar o dia a dia de um processo de gestão urbana, sobre tudo os processos de licenciamentos, que é a parte mais importante, diria, o coração na parte de gestão urbana, O CAU neste momento, quase nunca se manifesta especificamente dentro do processo de licenciamento, porque entende que existem pequenos erros, conceitos a mais, pequenos erros metodológicos, que a gente prefere ficar um pouco de fora dessa parte dessas contribuições. Pleno o que eu acabo de ver, parece um avanço substancial neste processo. Portanto, acredito e dou os parabéns por este trabalho que vem sendo desenvolvido por toda essa equipe. Como a Patrícia e a Vaneska já manifestaram tanto no Ministério Público, aqui no CMDUA, que é um processo colaborativo e participativo. Portanto, precisam do aporte de cada um dos conselheiros para poder aperfeiçoar. Faço minhas as palavras do Felisberto, no sentido de que estamos aqui para colaborar e o CAU neste sentido sempre se manifestou aberto para poder dar a sua opinião técnica para poder ficar em cima de um processo e aportar, que é o que mais nos interessa em todo esse processo. Quando eu escutava a Patrícia desenvolver toda essa parte metodológica, que é a parte substancial de algo que vai ser implementado no futuro, um futuro próximo ou um futuro muito mais longe e ouvia, especificamente, o que significa, os estudos de impacto de vizinhança. Praticamente, estamos consolidando, já que não está regulamentado em Porto Alegre, já falei sobre isso, mas a Patrícia me corrigiu que não está regularizado o impacto de vizinhança. Portanto, recolhe grande parte dos aportes da metodologia do Governo Federal em relação aos impactos de vizinhança. Portanto, seria já um passo adiante, um grande aporte para que de uma forma técnica a gente possa avaliar os diversos tipo de impacto, que levam a um processo de licenciamento. Eu vou levar esta proposta para o CAU e vou me manifestar dentro do próprio CAU, com os aportes de outros colegas, e entregaremos à equipe uma proposta de outros parabéns, ou de correções, ou de formas e complementações. Eu vejo que agora a Prefeitura quer para si, para internamente internalizar como um processo de gestão propriamente forte. Nesse sentido, eu pergunto rapidamente o que vai fazer o empreendedor privado? Depois do estudo de impacto de vizinhança, não competiria entregar e ser a Prefeitura como um gestor, ordenador de todo esse processo? Porque isso envolve custo, por exemplo, para a parte de impacto de tráfego, precisa de simuladores, que custa mais ou menos 40 mil dólares, precisa de



capacitação, de treinamento, de técnicos e etc. Então, não sei se a Prefeitura quer para si, poderia ser interessante e ele internamente iniciar todo esse tipo de processo. (Sinalização de tempo esgotado). Seria interessante que o CMDCA nesta gestão tenha o apoio, no qual eu estou propondo para que o CMDUA possa criar internamente um grupo técnico, uma comissão, de avaliação desse projeto e dar um carimbo, um sustento, uma chancela de como o processo vai ser, que possa pegar e encaminhar, porque há probabilidade de que possa trocar tudo isso que já se conseguiu, todo esse trabalho técnico de um ano. Então, deixo como proposta esses tipos de coisas e colo o CAU, que se dispõe a colaborar com vocês. Obrigado, Secretário. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite a todos. Boa noite, Presidente. Eu queria parabenizar, mas também agradecer a todo esse trabalho que a Patrícia e a Vaneska, toda a equipe, estão trazendo para nós. Parece que realmente a gente está se encontrando as ideias, que é tudo aquilo que a gente às vezes fala no Conselho e hoje os técnicos da Prefeitura estão abrindo mais essa caixa preta, essas coisas que vem a conta gotas para a gente. Eu queria colocar aquilo que a gente sempre fala aqui, a necessidade que a gente vinha falando da consulta ao OP e aos conselheiros das regiões, que a gente defende bastante, consultar as necessidades das regiões. Então, para quando for elaborar projetos de importância para a cidade, a própria demanda da comunidade seja lembrada. Quero registrar mais uma vez como se faria a fiscalização do cumprimento das contrapartidas, que é pela PGM. As coisas demorar muito tempo e depois a comunidade não tem como acompanhar a execução. É o caso da Av. Grécia, que até hoje não foi resolvido e nem respondido. Então, é nesse sentido que a gente questiona o governo como um todo, por que essas coisas não são respondidas. Também a questão das contrapartidas que não foram entregues, a gente não sabe, não conhece e não consegue acompanhar. Nós temos que ter uma forma de que as entregas dos equipamentos comunitários, a título de contrapartida ou mitigação, que sejam entregue no início do empreendimento, porque depois que o empreendimento for executado e funcionando parece que cai no esquecimento o atendimento daquilo que estava sendo proposto pelo termo de compromisso e a sociedade não tem a oportunidade de conhecer e nem de comprar. É uma questão que eu acho que seria importante, foi falado que um equipamento, mesmo que seja identificada a necessidade de um equipamento comunitário, vai gerar mais despesa para o município. Eu não sei se isso daria para considerar como uma verdade. Nós poderíamos criar um item – banco de demandas de mitigações, para que mais adiante pudesse consultar e ver o que poderia ser atendido de acordo com a necessidade. Vejam, nós temos lá casos de grandes empreendimentos que se instalaram e não foi cobrado nada deles. E aí que eu acho interessante, a CAUGE, como que ela consegue isentar o empreendimento de atender alguma coisa que a gente sabe que há necessidade, senão naquela região, se não for naquele bairro, mas logo adiante pela cidade a gente sabe que tem. Então, nesse banco de dados poderia colocar e junto com o Orçamento Participativo e o CMDUA ver onde instalar. Por exemplo, o Iguatemi só após 25 anos que chegou a Porto Alegre que foi contemplar de uma contrapartida com o município. Então, ele construiu uma creche aqui na Vila Ipiranga, que hoje eu sou o gestor dessa creche. Então, eu tenho um exemplo a citar sobre a demora da entrega do equipamento e da necessidade. Porto Alegre levou 25 anos para se beneficiar de uma coisa que a sociedade tem direito. Então, por isso que eu defendo ter os equipamentos comunitários, que nunca vai ser demais na cidade. Era isso e parabéns mais uma vez a vocês. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu queria manifestar a minha grande alegria e orgulho de ver essas jovens profissionais, egressas aqui da nossa faculdade, tomando a si tarefas de grande complexidade e alcance. Então, isso realmente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

é uma coisa que me deixa muito, que me recompensa muito, como professor e, eventualmente, orientador dessas moças. Eu estou pegando o bonde andando, porque eu não estive na reunião passada e estou ainda tentando aprender mais ou menos como é a dinâmica de funcionamento. Vi aqui que a Vaneska colocou um post que a gente pode enviar contribuições por escrito. Então, certamente, eu falei isso na medida do possível. Eu queria fazer algo uns comentários sobre o que foi apresentado, não é nem crítica, simplesmente levantar pontos para que a gente possa pensar melhor e, eventualmente, clarificar aspectos que possam eventualmente ter ficado omissos ou obscuros na exposição que a gente assistiu. O primeiro deles, que eu queria dizer, com relação ao problema da discussão e o enquadramento das propostas dos empreendimentos. Quer dizer, eu imagino que todo mundo há de concordar que o propósito básico de um exame, de um acompanhamento e de uma atenção, um cuidado em relação a empreendimentos na cidade seja melhorar a cidade. Esse é o ponto principal e inarredável. Então, hoje nós ficamos pensando assim, qualquer que seja o empreendimento, aliás, como foi dito pelas apresentadoras, causam impactos na cidade dos mais variados tipos, desde a questão da infraestrutura até a ordem simbólica, passando pelo bem-estar socioeconômico pela economia, pela prosperidade. É uma série de itens que são consideráveis, independentemente, de todas as propostas, todos empreendimentos, haverá de ter impactos sobre todos esses itens. Nós podemos imaginar uma lista enorme de itens de avaliação disponível e cada proposta de cada empreendimento a ser analisado vai incidir sobre alguns desses itens. Agora, como é que eles ensinam sobre esses itens? Eles podem ser altamente prejudiciais, há um ou outro item, podem ser levemente prejudiciais em outros, podem ser indiferentes a outros e podem ser positivos em outros. Ou seja, as propostas de empreendimentos podem ter aspectos positivos, de melhoramento dos lugares, de melhora de eficiência da cidade e coisas desse tipo. Então, eu fico imaginando que esse processo de enquadrar uma proposta é um problema bem mais complexo do que a gente imagina a primeira instância. Eu suponho que a gente deveria ter uma declaração de princípios, quais são os critérios, quais são os tópicos que envolvem a avaliação de impacto e se alguns desses itens são mensuráveis, quantitativamente, outros talvez não, mas nós temos que ter de alguma forma uma quantificação, como foi bem dito para isso. E o resultado dessa avaliação, parece que a questão básica é assim, que a soma disso tem que ser positiva. Ou seja, qualquer que seja o empreendimento da cidade tem que resultar em benefício para a cidade, tem que ser a soma acima de zero, não pode ser negativa. Então, as somas negativas é que seriam objetos de mitigação ou de compensação, conforme essa nomenclatura que é a proposta das moças aí, que levantaram. Então, acho que isso é uma coisa que precisaria ser mais desenvolvida e mais pensada. Então, realmente, como é que a prefeitura faria isso. O segundo tópico que eu queria levantar é com relação ao seguinte, ao processo de decisão. Então, imagine assim, eu tenho uma lista de 50 tópicos, eu tenho um empreendimento que incidiu sobre ele, incidiu nessa lista, digamos assim, em 15 tópicos. Então, nós temos 15 avaliações de impacto, algumas muito ruins, outras pouco ruins, outras indiferentes, outras positivas, enfim, nós temos um quadro que teria que ser montado. E a decisão sobre quais desses tópicos deverão ser mitigados e como, não me parece que seja uma decisão técnica, não é uma decisão dos técnicos, não podemos querer que os planejadores da prefeitura façam esse papel. O que eles podem fazer e estão fazendo, estão dando evidência de podem fazer muito bem, é dar suporte à decisão, mas a decisão em si não vejo como ela possa ser tomada. Seria muita crueldade fazer com que os técnicos da prefeitura tivessem essa responsabilidade de enquadrar, de descobrir o que a comunidade precisa, o que a área precisa, o que é ruim, o que é bom, o que é desejável, o que é prioritário e o que não é. Ou seja, é uma tarefa hercúlea essa e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

injusta de ser dada. Então, acho que nós deveríamos considerar que tem uma instância, que é a avaliação do impacto, um trabalho de suporte à decisão e tem outro trabalho, que é a decisão propriamente dita, né. Ela deveria necessariamente envolver os técnicos, os autores da proposta e envolver pessoas, representantes de grupos que são de alguma forma influenciados, como moradores, como usuários, enfim, coisas desse tipo. Então, é uma coisa que deveria ser melhor desenvolvida. (Sinalização de tempo esgotado). Isso um problema, tem a ver com as coisas que foram ditas aqui: como que fiscaliza? Quais são os itens? São coisas profundamente inerentes a montagem dessa gestão, que pode ser suportada informada pelos técnicos, mas precisaria de alguma forma ter uma gestão compartilhada. Essa gestão compartilhada resolveria uma série de questões locais que foram dadas aqui, como, por exemplo, qual dos impactos que é mais relevante? Nós podemos ter uma lista de 15 impactos, mas quais são os relevantes? Não cabe a um técnico dizer isso, né! Ele pode informar, mas quem tem que decidir é o conjunto das pessoas, enfim, a coletiva e tal. (Sinalização de tempo esgotado). Então, e o outro ponto que eu queria chamar atenção, é o seguinte, eu acho que nós poderíamos pensar para que esse sistema está sendo pensado, está sendo proposto, se ele é voltado especificamente para avaliar e mitigar impactos de empreendimento sobre a cidade ou se é voltado para contribuir no financiamento da cidade. Isso são duas coisas diferentes, que se você nós pensarmos na primeira hipótese, estamos avaliando o impacto e queremos mitigar os impactos ou neutralizar esses impactos, ou compensar esses impactos? Então, todas as coisas que forem decididas a serem feitas pelo empreendedor deveriam estar relacionados direta ou indiretamente ao impacto. Quer dizer, eu não posso querer fazer uma terceira coisa em outro lugar que não tem nada a ver com o empreendimento. Se for a segunda, aí pode tudo, mas aí tem que mudar o nome do sistema, aí não é mais avaliação. Obrigado.

Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Boa noite a todos. É preciso também começar, assim como os que me antecederam, é muito importante ouvir essa explanação temática organizada pelas duas colegas conselheiras, arquitetas, profissionais aí da Prefeitura e que deram uma contribuição importante nesta noite. Justamente naquela linha que nós conselheiros temos insistido para que a nossa participação no conselho não se restringisse apenas ao exame de pequenos processos atomizados e perdidos dentro da dinâmica da cidade, das prioridades de empreendedores. E que isso tivesse sempre, é o requerimento que fazemos, que tudo isso pudesse ser enquadrado, contextualizado e essa sessão de hoje foi muito importante para isso. Quero dizer, Secretário, que nós todos queremos cooperar com nosso Conselho. Nós todos queremos trabalhar dentro do Conselho com respeito, respeito mútuo que precisa ser apontado. Eu tenho sentido a maior rudeza, eu tenho verificado que a origem dessa rudeza vem mais do núcleo de comando e do seu grupo de apoio do que das entidades que têm discutido e as regiões de planejamento, que temos buscado trazer contribuições solidárias, respeitadas, pensando em todos os participantes. Sobre a temática trazida pela Patrícia e pela Vaneska, muito importante, eu ao ouvi-las fiquei pensando sempre, dentro dessa estrutura, e o Professor Rômulo estava falando antes, como se encaixa aí dentro a participação formal das comunidades? Como dentro dessa estrutura a voz da população das várias regiões de Porto Alegre pode ser registrada? E esses impactos podem ser mediados pelo compartilhamento e participação das comunidades? Qual é o fórum dentro dessa estrutura que define e que bate o martelo para o que mitigar e o que compensar? Isso não pode ser uma decisão gabinetar, não pode ser uma decisão restrita. Vi também, eu acho que nós como Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, as questões ambientais, eu sinto falta das referências. A temática ambiental dentro da nossa estrutura de planejamento, sobre a



questão de mitigações e compensações, os problema de arborização urbana eu anotei. Eu não vejo a assim a acessibilidade com os critérios ambientais para a questão dos mapeamentos dos nossos arroios, as questões que nós vemos lá relatados dentro do ano passado e deste ano, os problemas de água lá dentro da RGP 7, as questões de mata ciliar, qualidade do ar, recolhimento de resíduos, os galpões de reciclagem situados dentro do mapa da cidade, os problemas que derivam da questão e da gestão do transporte coletivo. São todas questões que dizem respeito ao espaço urbano e ao impacto que todos os empreendimentos têm. Eu queria fazer apenas esses comentários, procurando respeitar a questão do nosso tempo e agradeço pela noite de trabalho de hoje. Obrigado. **Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite a todos. O Professor Rômulo, como um bom preceptor, já adiantou bastante daquilo que eu pensava sobre mitigação e compensação. Mitigar e compensar o quê? Se mitiga o que, por exemplo, a Universidade Católica aqui, que é minha vizinha, proporciona para a cidade com milhares e milhares de estudantes se locomovendo para o mesmo local, abrindo novas avenidas, abrindo ruas, fazendo viadutos. E o transporte público é um horror, as pessoas que moram aqui, como eu que vem do trabalho às 6 horas da tarde, vem aboletada com todos, com os estudantes que usam o transporte coletivo para vir e ficam no engarrafamento com todos os que vêm de carro. Então, essa proposta de uma nova leitura sobre mitigação e compensação é muito importante, porque nós moramos na periferia não somos contra o progresso, não somos contra os grandes empreendimentos, não somos contra a evolução da cidade. Nós somos contra o que o progresso, a evolução e os grandes empreendimentos causam para nós que moramos aqui, que estamos aqui e que fazemos a cidade, porque trabalhamos nela e usamos ela. Toda essa rudeza, toda a aspereza que nós temos ao falar, Secretário, é pelo sofrimento que nós enfrentamos diuturnamente, com a imposição que os grandes empreendimentos nos oferecem, nos deixam aqui. A gente vai para o trabalho, os nossos filhos vão para a escola, não tem creche, não tem escola, não tem posto de saúde, é prédio, faculdade, é mais prédio. E os equipamentos comunitários que são necessários não existem ao nosso alcance, nós precisamos de transporte público e esse transporte público está sempre lotado, sempre abarrotado. Então, isso nos endurece, isso nos enraivece, porque a cidade prospera, progride, fica deslumbrante e nós cada vez mais somos oprimidos e cada vez mais somos empurrados para mais longe. Então, eu gostaria muito que essa nova proposta que as meninas apresentaram muito bem aí, que ela fosse uma proposta definitiva, que é aquilo que vem há muito tempo sendo comentado aí pelo estatuto da cidade, que é o impacto de vizinhança, mas que essa vizinhança seja consultada, que essa vizinhança saiba que o prédio que a faculdade está construindo ali do outro lado, que tirou uma quantidade enorme de árvores, até um campo de futebol, que ele vai trazer um transtorno horrível para nós e que ele não vai servir para nossa saúde, que nós vamos ter que pegar o ônibus para ir lá no posto de saúde consultar, um posto de saúde que agora está completamente sucateado. Então, as comunidades que sejam ouvidas, que elas saibam que a mitigação, a compensação, vai ser realmente uma compensação pelo transtorno que vai sofrer a vida delas. Parabéns para as meninas, que a nova gestão que vai se implantar em Porto Alegre, se Deus quiser, que ela continue com a ideia que vocês estão dando agora no início, que já é uma ideia antiga que nós usamos aqui na vila São Judas Tadeu, a ideia do impacto de vizinhança, quando nós lutamos contra essa faculdade, que colocou um projeto aí dentro da Prefeitura de mitigação do transporte, do transtorno que ela ia trazer no transporte público, retirando daqui da minha comunidade 82 famílias. Esse Impacto de vizinhança nós já naquela época usamos para nos defender desse projeto. E agora ele está sendo olhado pelos técnicos da prefeitura. E se Deus nosso senhor quiser,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

vai ser implementado para que a gente tem algum instrumento para se defender de algumas coisas. Boa noite a todos. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, colegas. Parabéns à equipe técnica toda que fez essa bela apresentação. Endosso as palavras de várias colegas que me antecederam, especialmente na questão de que nós enquanto planejadores da cidade tenhamos uma sintonia com o OP, que é, normalmente, a voz da população, que é para onde se encaminha as necessidades reais de cada comunidade. Creio também que é papel nosso fazer exatamente o que a Jane colocou, que é comunicar, provocar reuniões públicas com as comunidades que vão sofrer o impacto de qualquer empreendimento. É justamente onde a gente mais sente essa dificuldade, nas comunidades carentes, assim como a minha região. O Emílio colocou muito bem, era uma das minhas ideias, mas ele correu na frente, que realmente nós devemos trabalhar para que independente de qual governo seja, não interessa, alguém vai governar Porto Alegre a partir de 1º de janeiro. E que a gente possa levar alguma coisa mais azeitada, porque foi um trabalho de um longo período que as técnicas, que a equipe técnica fez e que nós não podemos deixar jogar fora. Era isso. Muito obrigado e boa noite. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa noite a todos. Infelizmente, eu peguei a apresentação no final, mas, Secretário, eu não posso aceitar a sua adjetivação de “rude”, eu acho que o senhor foi muito infeliz ao usar essa expressão. Eu concordo com outro conselheiro que falou, acho que foi o Mark, do corpo da nossa Secretaria. A minha sensação é de muito tempo perdido. Aquele processo que eu relatei da Lomba do Pinheiro, nós trabalhamos aquele processo aqui na reunião, três ou quatro reuniões e era uma coisinha desse tamanho, era simplesmente não fazer a ligação de duas ruas, uma coisa muito simples, em cima de uma visão de impacto de vizinhança. Então, vocês melhor do que a gente poderia fazer um levantamento do que são os processos, a maioria dos processos que nós estamos apreciando, gravames solicitados pela prefeitura de trechos de vias. Se a gente quer mudar uma vírgula, a resolução vem pronta para a gente. De todos os processos vieram aqui, qual é a vírgula que a gente conseguiu trocar, Secretário? Não tem essa flexibilização, tem sido rude com a gente a Secretaria e seu corpo diretivo. A gente quer trocar uma vírgula e não pode. O processo que eu relatei na Lomba do Pinheiro está dando um trabalho imenso que não precisava, era simplesmente fazer o gravame sem aquele pedaço. Agora, várias reuniões aqui, vai e volta para a Secretaria, envolve funcionários tudo de novo. Olha o custo disso, Secretário! Sinto muito, não posso aceitar o adjetivo de rude. Eu acho que se o objetivo realmente é trabalhar, realmente, a lei de impacto de vizinhança é 2001, nós estamos em 2020. Porto Alegre foi fazer a sua legislação específica de 2012, eu acho que nós entidades, e chamaria os representantes das regiões, nós temos que firmar um documento em que o prefeito para poder assumir ou se candidatar tenha que dizer: “Olha, eu sei que impacto de vizinhança é importante, eu não posso ficar administrando a cidade sem antes de fazer qualquer coisa consultar a vizinhança que vai ser impactada por aquele projeto”. A Conselheira Jane falou, os impactos que são causados em cima de uma população, eu moro em uma rua tranquila, de repente há 40, 50 anos que uma comunidade vive em uma rua tranquila, de repente cai do céu uma ideia mirabolante de que a minha rua vai ser uma via de trânsito aberto. E aí não se pergunta para os vizinhos. Então, enquanto a gente tiver essa situação, sinto muito, pode nos chamar de rudes, seremos rudes, eu acho que não, seremos só representantes da população nos seus interesses. Desculpe, Senhor Secretário, mas eu não gostei do termo “rude”. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** obrigado, Conselheiro Darci. Respeito a sua posição, a democracia. Conselheiro Paulo Jorge inscrito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: Boa noite, Conselheiros. É um prazer estar de novo neste Conselho. Eu vim agora de carro, estou chegando em casa agora. Quero dar os parabéns para as nossas arquitetas, parabéns, que mostraram toda essa explanação. Eu quero colocar que nesses 5 anos neste Conselho eu aprendi muita coisa com estes conselheiros. Aprendi a fazer um pouco de arquitetura, visão de economia, visão de solo criado e visão de Porto Alegre. E eu também aprendi desde a época da METROPLAN, porque eu fiquei lá 10 anos, eu aprendi com muitos arquitetos e engenheiros como funciona uma cidade. Uma cidade não se desenvolve aqui ou se desenvolve ali, empreendimento aqui, empreendimento ali. Daqui a pouco está aqui o Alphaville, daqui a pouco está aqui a Melnick e eu sou da favela. A favela não sai do lugar! Eu sou sambista, carnavalesco, eu quero meu samba, meu carnaval, eu quero o meu campo de futebol para aos domingos ver a minha gurizada jogando bola. Eu tenho a minha sede social para fazer o ensaio da gurizada, eu quero a creche na minha favela. Essa é a minha cidade. De repente eu saí para o centro para ver, culturalmente, agora estou vendo a cidade em si, o impacto da cidade. Por exemplo, na Protásio Alves vai estar lá um shopping, um Zaffari na Protásio com a Ary Tarrago, outro shopping aqui na Aparício Borges. Lá embaixo a Multiplan no Cristal, o Pontal do Estaleiro naquela parte ali. A cidade cresce e eu fico analisando, impacto da cidade para cá, impacto na Cida para lá e muitas coisas não passa, no Plano Diretor, não passam! Aí também envolve essa grande questão. Meus casos Conselheiros, meu Presidente, a expansão de uma cidade é para todo mundo, ricos, pobres e favelados. A cidade cresce nos bairros, nos morros, o impacto ambiental do morro, tudo desenvolve. E aí eu quero fazer uma pergunta que eu venho trabalhando todo este tempo aí, em 2016 eu pedi um seminário de planejamento para mostrar ao nosso Prefeito Marchezan a cidade que queremos. Nunca apresentamos o seminário ao Prefeito, ele nunca veio no Conselho e há 4 anos nós fazendo essa jogada de gladiadores romanos aí dentro, esquerda, direita, centrão e aprovando, como falou o Darcí. Quero fazer uma pergunta novamente em cima disso aí. Na reunião que eu tive semana passada com o Hermes e o Arquiteto Gomes, na Região 5, que vou fazer toda segunda-feira as reuniões do planejamento da Região 5 para discutir DEMHAB. Um seminário de planejamento é o que eu venho pedindo para apresentar para o novo prefeito que vai assumir no dia 1º de janeiro 2021, a política do nosso Conselho de Planejamento. Aí trabalhando na regularização fundiária, área ambiental, do DMAE, um monte de coisa o Conselho do Plano Diretor. E o papel do Plano Diretor, porque tem muitos conselheiros aí dentro que não conhecem a Cidade de Porto Alegre. Se eu perguntar aqui para um Conselheiro onde fica o Pantanal não sabe. Como que vocês vão julgar uma cidade se vocês não conhecem a cidade? Isso é importante. Para eu ser um juiz tenho que conhecer o processo e os problemas. Agora, então, eu gostaria de colocar, para encerrar a minha parte, bonita a explanação, fantástica, aprendi com vocês, adoro vocês duas, vocês são fantásticas como arquitetas, mas eu gostaria de aprofundar um pouco mais sobre esse impacto de vizinhança, as contrapartidas que não saem, é o seminário que nós vamos apresentar, que as regiões têm o seu papel de diretriz e o Conselho tem um papel também importante de tirar uma comissão para fazer uma avaliação em cima dessas coisas para terem resultado, senão vai ser mais discurso que vai ficar no papel, vamos entrar 2021 com a mesma coisa, porque se nós não mudarmos o conceito... (Sinalização de tempo esgotado). Desculpa, meu Presidente Germano. Depois vai ficar a arena dos gladiadores, o senhor está sendo tributado pelos conselheiros, que é uma coisa que eu me sinto muito ruim, essas brigas de conselheiros, de diretriz, por não apresentar um plano de ação do Conselho. Toda vez que tem uma reunião os conselheiros batem açoitando como se estivessem em uma arena com um escravo. É a coisa do avanço, meu Presidente, eu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

estou neste Conselho porque eu quero, é o meu bário, a minha cidade. Eu preciso ver a minha cidade crescer, para emprego para a minha gurizada, dar o turismo e crescimento. Agora, o que está havendo neste Conselho eu gostaria de pedir, implorar à equipe, não de governo, de Conselheiros, eu sou contra o que disse o Darci, que não o governo. Não, isso está errado. São os Conselheiros juntos. Vou pedir para os dois, Gomes e Hermes, que são os vice-presidentes, criar um planejamento, um seminário de planejamento para a cidade em si, a minha comunidade na Tronco, Restinga, Rubem Berta, Timbaúva, Santo Agostinho, Sarandi, as Ilhas, porque as Ilhas é Porto Alegre e nunca ouvi ninguém falar das Ilhas aí dentro, do impacto ambiental das águas nas Ilhas. Então, isso eu gostaria de pedir para vocês, implorando para vocês, eu nunca ouvi ninguém falar das Ilhas, ela enche, inunda de água e sem contrapartida. (Sinalização de tempo esgotado). Que Deus abençoe vocês! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Paulo Jorge, representante da comunidade, sempre bom lhe ouvir. Eu queria compartilhar aqui que tanto o Presidente quanto a nossa equipe aí tem muita admiração pelo seu trabalho, pela comunidade, sempre muito respeitoso, botando seu ponto de vista, trazendo as suas demandas. É sem dúvida um exemplo de líder comunitário e toda a nossa equipe lhe admira bastante. Já avançamos bastante na hora, 20h19min. Não sei se a Patrícia e a Vaneska querem fazer algum encaminhamento final, para a gente encerrar a nossa reunião. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Rapidamente, respondendo algumas questões e esse sentido do encaminhamento que o pessoal falou de um grupo de trabalho, eu acho que seria uma coisa interessante. Até porque é um assunto que tem que ser tratada de maneira conjunta com os conselheiros. Então, eu vou responder rapidamente algumas questões, conforme o que eu anotei aqui em relação aos conselheiros. Então, o primeiro a falar, o Felisberto, falou da questão da regularização fundiária. Então, uma das questões que nos motivou a alterar esta metodologia de análise, porque tudo é uma questão de metodologia, exatamente uma das questões é poder abarcar a questão da regularização fundiária, porque no momento em que tu defines um critério, que tu defines um determinado perímetro e nesse perímetro aponta as carências e demandas, a regularização fundiária está contemplada nessa situação. Então, elas passam a estarem aptas a concorrer nesses critérios de avaliação. E é uma coisa que não tinha antes e que com esse critério a gente consegue abordar. Então, o Emílio tinha comentado da contratação de estudos, enfim, parte desses estudos que a gente está pensando, na verdade, estão previstos para serem contratados via consultoria do PENUD, porque a gente vai ter um subsídio dessa consultoria para poder nos dar suporte, tanto na questão da estruturação dos dados, quanto nos próprios diagnósticos que a gente fez a contratação. A ideia do projeto de cooperação técnica é não somente a revisão do Plano Diretor, mas o Plano Diretor e as regulamentações, que no caso se enquadrariam, regulamentações e projetos, que é um avanço além dessa tarefa, essa proposta que a gente está pensando aqui, que é o desenvolvimento de projetos territoriais. Então, respondendo ao Adroaldo, enfim, a gente entende que essa metodologia justamente dá oportunidade das regiões se manifestarem no decorrer do processo. Eu ouço muito vocês reclamarem que o processo vem pronto. Então, a ideia durante a construção do processo é a gente construir um fluxo onde as regiões podem participar ativamente nessa construção. E aí envolve também essa questão do banco de mitigações, que todas essas demandas apontadas vão fazer parte de um banco de desafios e oportunidades. A questão que o Professor Rômulo colocou, quanto ao enquadramento, na verdade, eu concordo com as manifestações que ele colocou, quanto à avaliação dos projetos, entretanto, a gente tem hoje o que é o nosso Plano Diretor e que define os critérios. Então, nós temos críticas aos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

critérios existentes do Plano Diretor, mas a ideia é a gente amadurecer com o início do projeto e evoluindo, verificando as potencialidades, os desafios, os problemas que nós vamos encontrar e a partir daí a gente consegue amadurecer para a questão da revisão do Plano Diretor mesmo, que vocês já identificaram que a gente tem que aperfeiçoar esses parâmetros e aperfeiçoar com base em dados técnicos, perfeitamente verificáveis. A questão do processo de decisão, também concordo, porque o nosso objetivo aqui, a gente recebe demandas de todas as secretarias e a gente identificou que precisa ter um critério para elencar elas e esse critério precisa ter uma base técnica, porque realmente isso é uma avaliação de impacto, não é um financiamento da cidade, o financiamento seriam outras formas. Então, a gente precisa estabelecer critérios para elencar algumas demandas, as enquadráveis. E a partir daí esse é um processo em construção, a gente poderia sim construir um fluxo permitindo uma gestão compartilhada, onde os conselheiros podem deliberar sobre aquelas demandas que se enquadraram tecnicamente. Quanto à questão do Mark, não entendi se ele comentou sobre a proposta ou sobre a questão do Conselho, mas ele alertou a questão ambiental. Então, a nossa ideia é que a questão ambiental esteja elencada entre os desafios e oportunidades do território. Em relação ao que a Jane comentou de ouvir as comunidades, sim, é exatamente o que a gente está pretendendo construir nesse fluxo. A gente entende que o regulamento hoje nós temos para os EVUs, mas a gente entende que a gente pode reestruturar a forma que o sistema de gestão atua em relação aos EVUs e aí contemplar essa metodologia do EIV e com a revisão do Plano Diretor, com a revisão dos regulamentos, a gente passar sim a regulamentar efetivamente o EIV e consolidar ele não só de fato, mas de fato e de direito. Então, era isso e sou favorável a um grupo de trabalho. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu vou só complementar, que uma questão que é maravilhosa mesmo é ter tido tanta manifestação dos conselheiros queremos contribuir, que a gente realmente possa avançar no sentido de ter um grupo de trabalho e poder ter discussões com essas que a gente teve hoje, que foi uma discussão muito boa, muito qualificada, que a gente conseguiu debater questões bem importante para o futuro da cidade. E eu ia pontuar, mas é uma questão bem específica, que quando o Emílio colocou: Quem seria responsável por fazer os estudos? Se seriam os empreendedores ou seria a prefeitura que estaria realizando essas simulações? Essa é uma questão que vai ser bem chave para gente discutir, até porque daqui a pouco poderia ter instituições, universidades que poderiam estar credenciadas e talvez dar esses laudos de maneira que possa ser considerada validada já pré-validada. A gente também vê esse desafio de implantar toda essa estrutura técnica para poder estar rodando essas situações. Eu acho que em alguns casos deverão ser feitas, mas no cenário de gestão talvez tenha que se optar por compartilhar essa responsabilidade. Eu acho que essa questão do grupo de trabalho, entre as contribuições, várias contribuições também, uma das questões que a gente poderia até iniciar nesse trabalho era construir essa matriz conceitual e talvez já ir colocando quais os impactos dentro de cada temática que a gente vai discutir, daí poder ir discutindo conforme os temas, esses parâmetros. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vaneska e equipe. São 20h30min, vamos encerrando a nossa reunião, agradecendo à oportunidade do debate, bem importante as contribuições. Vamos cada vez mais nos preparando para a gente aprimorar este processo como todo, melhorar e agregar a revisão do Plano Diretor, essas contribuições aí hoje trazidas uma excelente noite a todos. Obrigado mais uma vez. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h30min).**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

1078

1079

1080 **Germano Bremm**

Secretária Executiva

1081 **Presidente**

Relatora

1082

1083 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2856/2020

Aos vinte nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação das atas 2844, 245 e 2746; 3. Comunicação; 4. Ordem do Dia. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h00min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Boa noite a todos. Estamos abrindo aqui, já temos A gente tem duas entidades para falas externas, o Renan, da RGP 5, mais uma. Também temos o Conselheiro Emílio inscrito, o Conselheiro Darci. Tem mais alguém que, porventura, não inscrevi? Conselheiro Felisberto, Conselheiro Adroaldo, o Conselheiro Rafael Passos. Fechou o *quorum*. Então, a gente declara aberta a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

nossa sessão ordinária do CMDUA, eu gostaria de compartilhar com vocês que a gente hoje está fazendo no primeiro teste de compartilhamento, conforme a gente tinha anunciado no início, o compartilhamento das nossas reuniões no YouTube, na página da Secretaria do Meio Ambiente no YouTube. O que acredito que é muito salutar, no caminho de dar mais transparência para as nossas reuniões, delas estarem disponíveis de forma permanente para qualquer um acessar a qualquer tempo. Hoje a gente não vai disponibilizar ainda para todo mundo acessar, é um teste para gente ver. A gente tem essa possibilidade de passar para o YouTube, mas privado. Então, só a gente visualiza neste momento, só para a gente testar, ver se funciona, depois poder olhar e fazer as análises. Então, queria compartilhar com vocês essa informação, que eu acho bacana, todos tinham demandado, a gente quer também o Conselho do Meio Ambiente, disponibilizando na página da Secretaria no YouTube, todas as reuniões que a gente fizer. É um bom caminho para a gente dar mais transparência. Então, eu encerro a inscrição para o período de Comunicação. Temos o Renan. Não estamos localizando o Renan. Não está presente. Temos também o Delegado Amaral. Se estiver com algum outro nome que se manifeste. Então, não estando presente, passo a palavra ao Conselheiro Emílio. **3. COMUNICAÇÃO.**

Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS: Boa noite. A primeira comunicação é importante e me sinto honrado em poder fazer esta comunicação e poder parabenizar e homenagear o nosso colega, o Arquiteto Rafael Passos por ter sido eleito Vice-Presidente Nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil. É uma honra para todos nós, porque condiz muito como ele leva eficientemente. Nós podemos colaborar e poder trabalhar em conjunto, porque a nossa cidade precisa da qualidade técnico do Conselheiro Rafael. Segunda comunicação, simplesmente para comunicar ao Secretário e a Conselheira Patrícia, que ontem na reunião da Comissão de Política Urbana Ambiental, foi aceita a proposta da revisão e complementação da proposta de análise de impactos. Então, a comissão vai elaborar uma nota técnica para propor algumas melhorias, algumas sugestões que possam dar um melhor entendimento a essa normativa que pretende se estabelecer dentro de Porto Alegre. Os aportes dessa nota técnica tem três aspectos fundamentais para recolher as experiências aqui do Rio Grande do Sul, como pelotas, como Santa Maria, como Caxias, que já tem alguns instrumentos de gestão muito similares e acredito que possa tudo isso contribuir para melhoria para o que se pretende fazer aqui em Porto Alegre. A terceira comunicação, solicito ao Senhor Secretário a criação de um grupo técnico que possa elaborar meios de comunicação para a participação social de três públicos alvos: vereadores, população e as próprias entidades civis organizadas, para participarem dentro de um processo de revisão de um Plano Diretor. Acredito que isso não tem nada a ver com o sugerido, com o manifestado pelo Ministério Público e sim um aporte que a prefeitura tem que começar a trabalhar. Acredito ser muito importante começar a trabalhar esse para técnico e que possa o final, com diversas cartilhas de comunicação para a participação desses três públicos alvos fundamentais. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa noite a todos. Boa noite, Senhor Secretário. Tenho duas comunicações, uma é bem simples, para a gente ver um caminhar, a outra já é um pouquinho mais explicativa, que talvez nem todos consigam entender a questão da passada de boiada que o nosso Ministro do Meio Ambiente deu na última reunião do CONAMA. Como que se dá essa boiada, como que passa a boiada. E quem participa de conselhos, quem tem hábito de participar, quem entende que a gestão democrática se dá pelo fortalecimento dos conselhos municipais, estaduais, nacionais e temáticos, tem participação e tem o acompanhamento de tudo que está acontecendo. O Conselho Nacional de Meio Ambiente foi criado em 1981, na lei que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

criou o conselho existia a designação das entidades que lá deveriam estar, às vezes alguma não era entidade, mas tinha “x” vagas para o município, “x” vagas tal, dava a descrição da composição do Conselho Nacional de Meio Ambiente. Infelizmente, não sei se foi já efeito do Governo Collor, mas foi bem no início dele, eu não sei se é uma coisa que herdou do Sarney ou se articulou no início de seu governo, foi aprovada uma lei que tirou da lei original, a 6938, a nossa Lei Nacional de Meio Ambiente, tirou a oposição. Então, como houve um vazio, né, e o Felisberto está aí, como advogado pode me ajudar, houve um vazio e o vazio foi preenchido por decreto. Então, desde o Governo Collor a composição do Conselho Nacional de Meio Ambiente foi feita por decreto. É lógico, governos democráticos mantiveram o espírito da lei, ou seja, aquele grande fórum nacional de discussão da política nacional de meio ambiente, com participação dos municípios, das ONGs, com discussão, mas sempre foi mantido este fórum, essa composição plural, que permitiu com que o Brasil tivesse desde o Governo Collor, mesmo não sendo mais por decreto, ampla discussão. Como não estamos mais no regime democrático de direito, o atual governo federal pegou e resumiu a representação da sociedade, se eu não me engano, agora são 04 entidades. Por decreto ele extinguiu toda a participação da sociedade, resumindo, transformando em um conselho de estado, chamado Chapa Branca. E aí fica fácil passar as boiadas, né. E, infelizmente, parece que a nós que atuamos na sociedade durante o período não nos demos conta que aquela lei não poderia ter sido aprovada e que tem que estar regimentalmente em lei a composição dos conselhos, porque senão os governos se sucedem e nem todos garantem aquela democracia que a gente gostaria. E, rapidamente, outro detalhe, a nossa secretária da reunião é nova no nosso grupo aqui, eu troquei uns emails com ela. Acho que nós temos recebido a pauta da CAUGE, até o período antes da pandemia a gente recebia para ver se existia algum processo que nos interessasse e a gente poderia participar da reunião da CAUGE. Agora a reunião da CAUGE está sendo via web. Eu solicitei, mas a secretária não tinha essa designação, não competia a ela nos abrir o canal para participação, mas não vejo porque a pandemia vai trocar esse procedimento. Acho que nós temos que receber a pauta e o link de acesso à reunião para também poder participar. Eu acho que toda participação que os membros do Conselho tiveram nas reuniões nunca foram excessivas, talvez pelo contrário, pela disponibilidade de tempo, mas é uma solicitação que eu faço ao Secretário, que nos liberte o acesso à reunião da CAUGE, de forma virtual, como a gente podia ter antes de forma presencial. Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e a todas. Eu tenho algumas comunicações e algumas considerações a fazer. Primeira parabenizar o Rafael pela sua eleição como Vice-Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. É uma honra para o nosso Estado, é uma honra para este Conselho nós termos um conselheiro com em tal grau de destaque em nível nacional. Parabéns, Rafael. O segundo é que no sábado o Conselheiro Gomes, Conselheiro Felisberto e o convidado pela RGP 5 tivemos um diálogo com os delegados e alguns conselheiros do Orçamento Participativo sobre a questão da contrapartida do Jockey Club e da Multiplan. Eles pediram o tempo, não sei o que aconteceu, não puderam se manifestar ou não conseguiram acessar, mas é importante a gente ter um olhar, porque há um documento assinado com mais de 500 páginas, um termo de compromisso. Segundo informações, as contrapartidas, as compensações estariam sendo desrespeitadas, Secretário. Então, é importante que este conselho tome ciência disso, é uma luta daquela comunidade, havia grande expectativa quanto à questão dos colégios, eram quatro escolas que seriam beneficiadas pelas contrapartidas do Jockey, que até hoje não foram realizadas. A unidade básica de saúde da comunidade também até hoje não realizada. Então, é importante que nós como conselheiros tenhamos um olhar,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

principalmente quem é de região, um olhar sobre as contrapartidas e os benefícios que deveriam ser para a sua região e que até hoje não foram pagos, quer pelo empreendedor, quer pela administração pública. Então, é importante a gente tenha um olhar sobre isso. Então, é importante que a gente tenha uma resposta do que foi executado no termo de compromisso, assinado em 2016 pelo, então, Prefeito José Fortunati, que até hoje não foram pagas as compensações, as mitigações e as contrapartidas que a Multiplan se comprometeu. Então, é importante que a gente tenha um relatório não só dessas contrapartidas, desses termos de compromissos, mas todos os termos de compromisso que envolvam as contrapartidas na cidade. Eu acho que é o momento da transparência e aqui eu quero saudar esse momento que nós temos a disponibilidade no YouTube, Secretário. Isso é um avanço, faz com que a sociedade veja a atuação de cada conselheiro, é importante que a sociedade tenha possibilidade de ver a atuação dos órgãos, das entidades públicas e entidades privadas que participam deste Conselho. Por enquanto é isso e obrigado, Secretário. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite. Presidente, eu quero parabenizar e agradecer a Conselheira Maristela da RGP 7, que a gente fez uma conversa aí na quarta-feira passada, juntamente com as lideranças da Lomba. Eu tive a honra de ser convidado pela Conselheira para participar dessa *live*, onde a gente discutiu entre outros o futuro de Porto Alegre após a revisão do Plano Diretor. A gente tem algumas opiniões para passar e conversar com aquelas lideranças que nos convocam para a gente conversar. Conversamos também sobre geração de renda, principalmente na periferia movimentos populares. Então, foi legal, foi bom, gostei, quero agradecer esse convite e parabenizar a Conselheira Maristela e as lideranças da Lomba. Outro registro, quero comunicar o Conselho que finalmente as creches vão passar a atender creches comunitárias, principalmente, após seis meses fechadas, por conta da pandemia. Então, vamos abrir, atender as crianças a partir do dia 5 de outubro. É complicado no momento a gente achar que é uma decisão do prefeito acertada, mas a gente vai apoiar essa ideia, porque estamos ainda na bandeira laranja, tentando se adequar à situação, mas eu acho que é importante, são mais de 200 pessoas, estão acreditando em fazer um bom trabalho para a comunidade. Então, acho que vale a pena fazer este registro no Conselho, para que todos os conselheiros acompanhem, não só essa luta aqui, mas o que as comunidades vêm enfrentando com a falta de local para deixar o seu filho para poder trabalhar, mas também todos sabem que a creche oferece quatro refeições diárias para aquelas crianças que frequentam. Naturalmente, agora nesse período vão ser 3 horas de atendimento, por dia para cada turma de criança. Então, vai ser um período mais de adaptação e quero deixar esse registro aqui. Então, obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Na sequência temos o Conselheiro Rafael Passos, o qual já o cumprimento pela eleição, desejando sucesso, que possa levar a nossa cidade também no cenário mais nacional. Bacana, Rafael. Parabéns! **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Obrigado, Secretário. Obrigado colegas aí pelo pelos cumprimentos. Eu vou começar por aí, então, assumo a vice-presidência, a Presidente eleita foi a Maria Elisa Batista, arquiteta de Minas Gerais. Uma chapa composta com a equidade de gênero, que o IAB tem assumido uma questão como uma questão muito importante, inclusive, com destaque que a partir do Congresso Brasileiro de Arquitetos que organizamos aqui, houve uma organização muito grande das arquitetas, que já são maioria, que já são cerca de quase 65% dos profissionais e aumenta muito, porque nos cursos hoje, há algum tempo, a maioria são mulheres. Basta ver aqui quantas arquitetas temos no CMDUA. É uma gestão com o desafio, é o centenário a entidade, o IAB Nacional completa 100 anos e organiza também o congresso, que era



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

para ter sido realizado em julho, mas pela pandemia, é um Congresso Mundial de Arquitetos que acontece no Rio de Janeiro, que até a sua realização se torna a capital mundial da arquitetura. Eu quero reforçar o que trouxe o Campani, a questão gravíssima do CONAMA, que mostra a importância de reforçar sempre a autonomia dos conselhos, o que houve com o CONAMA no primeiro momento na sua decomposição. E mostra agora, mostrou ontem qual o objetivo dessa desestruturação total do CONAMA, em que muitos estados ficou com a maioria de governo federal e que faz do CONAMA o que quiser, revoga preocupantes regramentos de APPs no país sobre áreas de mangue e restinga. São áreas que com essa resolução derrubada das revoluções são áreas que certamente correrão o risco de extinção total. Parece que recomendar, sugerir que municípios, como Porto Alegre, que compõe o ICLEI, ou seja, que se comprometem com a sustentabilidade, deveriam se manifestar frente essas arbitrariedades em relação ao meio ambiente. Sobre as reuniões no YouTube, saúdo aquilo que a gente já vinha pedindo há algum tempo e sugiro importante colocar todas as seções anteriores à disposição. Isso ficaria bastante interessante, já que elas já estão ali gravadas. E informar, acho que já foi colocado em algum momento, informar que a carta aos candidatos feita pelo CAU-BR, e outra adaptada pelo CAU-RS com as entidades nacionais, ASBEA, A Associação Brasileira de Escritórios, os Sindicatos de Arquitetos, como o SAERGS que está representado aqui, a Associação Brasileira de Arquitetos, Paisagistas e ABEA, Associação Brasileira de Ensino, fizeram uma carta aos candidatos e estamos entregando a cada um deles, aqueles que estão aceitando agenda. Então, gostaria, Secretário, se pudesse interceder, que até o CAU está intercedendo, não é nem o IAB, o CAU está intermediando, organizando essas reuniões e não tivemos o retorno do atual prefeito, que também é candidato. Convidar, por fim, amanhã nós temos o debate sobre as pautas ambientais, já estava agendado antes desse debate do CONAMA, com o Paulo Brack, o Presidente Francisco Milanez, Presidente da AGAPAN, e a Heloísa Luzi, que é do grupo de pesquisa do jornalismo ambiental da UFRGS. Amanhã às 19 horas pelo Facebook do IAB. Obrigado, Secretário. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite a todos. Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar o Conselheiro Rafael pela eleição. Parabéns e muito sucesso. Segundo, eu queria retomar uma questão da reunião anterior, que alguns conselheiros tinham solicitado a formação de um grupo de trabalho para a gente tratar das questões das mitigações, compensações e contrapartidas. Aí queria colocar em pauta, ver se mantém o interesse. Na última reunião a gente já tinha estourado o tempo. Então, a gente acabou não deliberando sobre isso. Então, a minha fala é no sentido de sugerir, dar andamento nisso, porque é do nosso interesse, meu e da equipe técnica trabalhar em conjunto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, boa noite. Quero fazer um comentário sobre a apresentação dos colegas arquitetos da Prefeitura na última reunião do Conselho, que foi de certa maneira surpreendente, porque eu estava esperando uma continuação do que seria a continuação da apresentação anterior e tivemos uma bela surpresa com este projeto, digamos assim, de avaliação do impacto de empreendimento, de reavaliação, de revisão da metodologia de uma maneira bastante ousada. Fiquei muito feliz, juro que vou precisar conversar bastante com vocês para entender a profundidade das questões que vocês colocaram, quando a gente fica meio assim, que não entendeu muito, mas é exatamente isso. E eu tirei isso de intervenções de pessoas que conhecem muito a área, como o Professor Rômulo. Então, muito bacana, meus parabéns de coração mesmo, Patrícia e demais colegas, Vaneska. Vocês surpreenderam e imagino o que vem por aí. Eu já estou torcendo pela pandemia, porque o que tem produzido, meu Deus do céu! Quando liberar vai ser um estouro na revisão do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Plano Diretor, o que essa gente vai apresentar para nós, a pauta que eu espero que venha para nós. Então, mais uma vez parabéns pelo excelente trabalho que a equipe tem produzido. Segundo ponto, eu não vou me estender, só vou colocar uma pequena introdução. A reunião que o Felisberto se refere é extremamente importante e preocupante, essa reunião que a Região 5 nos chamou e chamou por um motivo muito direto, tanto a minha região como a do Felisberto abraçam a Região 5. O tema é bem delicado. Como vai ter uma apresentação agora na Região 5, vou deixar para me manifestar no ponto de vista que eu tenho, depois comentando o que o pessoal está trazendo de lá, porque eu acho que é isso. É a pauta do Renan, Felisberto? Só faz o sinal para mim. É sobre a Multiplan? É, né. Então, ficamos por aqui, depois a gente retoma na questão da pauta que vem pela Região 5. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite. Pessoal, prazer estar novamente neste Conselho, para poder falar com os conselheiros de Porto Alegre, que é o Conselho que tem a maior hombridade nesta cidade. Como falou o Felisberto e o Gomes, a Região 5 é composta por 6 bairros,: Belém Velho, Cascata, Glória, medianeira, Santa Teresa, Cristal e um ouço do Menino Deus. Pega um pouco da Região 7, 6 e 1. O pessoal chamou sobre os empreendimentos que estão acontecendo no Bairro Cristal. Essas contrapartidas começou no Governo Fogaça, não, no Governo Verle, lá em 1998. Veio vindo, discussão e em 2010 houve uma audiência pública para discutir s contrapartidas do empreendimento da Multiplan. O prefeito retirou quase 300 famílias lá de baixo da Vida do Cristal, mandou lá para Vila Nova, para fazer esse empreendimento, o Barra Shopping e tudo mais. Eram 04 torres, dessas 04 torres tem que ter contrapartida social para a região. Agora vão ter 18 torres. O pessoal está preocupado, porque houve a discussão e parece que o Prefeito está retirado tudo da região. Tem mais o Zaffari, a Melnick, o Estaleiro, um monte de coisa lá e as coisas não saem do papel. Chamaram sábado, eu convoquei o Gomes e o Felisberto, por ser advogado e ser conselheiro do Plano Diretor. Chamei também o Hermes, que é Vice-Presidente. A discussão ficou profunda e eles pediram hoje a palavra para falar no Conselho. Eu como delegado e conselheiro mandei um ofício para a nossa Secretária Camila para poderem falar. Quero colocar que toda segunda-feira, às 20 horas, estamos fazendo a reunião da Micro 5 do planejamento. Então, toda segunda-feira, às 20 horas, debatemos saúde, moradia, regularização fundiária, planejamento. (Sinalização de tempo esgotado). Então, obrigado pela presença e que Deus nos proteja dessas mortes que continuam subindo em Porto Alegre, na Região Cruzeiro tem óbitos também. Então, quero dizer a essas famílias que estão perdendo seus entes queridos que Deus diga amém a essas pessoas que estão subindo todos os dias. É muita coisa, não caiu nada ainda, continua uma média diária de óbito dessas pessoas. O Brasil vai atingir o pico do pessoal de 150 mil mortos, ou seja, vai passar os Estados Unidos, vai ser o país que mais vai morrer gente nesta pandemia. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Eu vou passar para as entidades externas, estavam com problema de comunicação no início. O primeiro inscrito é o Renan. O Renan não está. Tem algum Amaral aqui? **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Presidente, ficou do Renan falar pela Glória e o Amaral pela Região Cristal. Pedi para a Jurema falar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vou passar aqui. Conselheira Jurema, está nos ouvindo? **Jurema Barbosa Silveira, Região 11 – Cristal:** Boa noite. Eu acho que o Paulo Jorge e o Felisberto já falaram por nós e nos representaram muito bem. A gente está muito apreensivo com a notícia, fomos pegos de surpresa na região, que as contrapartidas sociais, que foi indicado para a região pelas entidades não irão mais para as entidades,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

conforme a gente indicou as escolas, postos de saúde e sim para a revitalização da Orla do Barra Shopping. Para nós isso foi uma surpresa muito grande, estamos correndo atrás e com certeza a gente ficou na dúvida se isso aí tinha passado pelo Plano Diretor para aprovar que esse dinheiro saísse das comunidades carentes, para favorecer um grande empreendimento, que é o Barra Shopping. Assim, é a Prefeitura devolvendo para o Barra Shopping aquilo que seria para as comunidades, porque a gente não é contra a revitalização da orla, tanto que a gente trabalhou junto com os prefeitos anteriores toda essa revitalização da orla que está acontecendo aí. O que a gente é contra é pegar o dinheiro que é para atender crianças carentes, atender saúde de comunidades carentes para revitalizar a orla ali na frente, para valorizar o empreendimento desses apartamentos que a Multiplan está fazendo aqui na frente. Então, seria isso. A gente está apreensivo, a gente quer sim muito o apoio de todos do Plano Diretor, dos delegados e conselheiros do Plano Diretor, porque essas contrapartidas não vêm só para o Cristal, o Cristal está fazendo esse questionamento porque chegou para nós isso aí, porque a gente foi cobrar quando que ia ser construído o posto de saúde já que a gente está cuidando a área aqui, aí foi nos dito isso, mas essas contrapartidas são empreendimentos aqui dentro do Bairro Cristal, mas que vai favorecer a Cruzeiro, a Glória e outras partes da cidade, tanto é que essas contrapartidas iam para o bairro Humaitá lá, para o Navegantes. Então, por que toda a cidade se mobilizou para fazer a audiência pública como nós fizemos aqui? Foi feita audiência pública em todas as regiões para apontar as necessidades, onde seriam gastas essas contrapartidas sociais, mas quando foi para tirar das regiões não nos chamaram, a gente não sabia de nada. Então, seria isso, quero agradecer muito por este espaço. Quero agradecer o apoio do Paulo Jorge, do Felisberto, do Gomes e do outro senhor que veio aqui nos dar apoio, porque agora não é o momento de dizer – é A ou B. Agora é uma coisa que é para a carência de Porto Alegre, para atender a carência dos carentes de Porto Alegre. Em momento algum estamos contra a revitalização do Barra, em momento algum a gente está sendo contra que o Grêmio seja indenizado, mais, então, arrumem outro financiamento, não com isso, porque tem aqui as escolas esperando, as comunidades esperando o posto de saúde em plena pandemia. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado pela manifestação. Seguindo, eu só queria fazer alguns comentários em relação a alguns assuntos levantados aqui. Com relação ao que comentou o Conselheiro Darci, a participação da CAUGE, eu acho que a equipe já respondeu por e-mail. As reuniões da CAUGE são técnicas, internas da administração. Se algum conselheiro ou entidade tiver interesse em participar, deve seguir o rito previsto no decreto que regulamenta o procedimento. Há essa possibilidade, desde que manifeste formalmente para a comissão o seu interesse, a sua vinculação com aquele processo. não é uma reunião que a gente abra e disponibilize para os conselheiros, porque a reunião da comunidade é no Conselho, lá é uma reunião técnica, preparatória. Depois o debate vem e se dá entre os conselheiros neste Conselho. Então, tem um decreto que regulamenta essa participação, eu acho que foi respondido no e-mail. Com relação ao grupo de trabalho proposto pela Patrícia, acho bastante interessante, vamos pedir para a equipe ver quem se interessa e disponibilizar os nomes tem talvez deliberarmos na próxima. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Se todos estiverem de acordo, a gente tem que montar uma estrutura, de repente eu disponibilizo meu e-mail para quem quiser manifestar interesse, para a gente já tentar organizar alguma coisa e horários de preferência. Eu posso colocar no chat meu e-mail e fico à disposição para receber quem quiser. Eu acho que a participação no grupo de trabalho é de livre participação, quem tiver interesse participa. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Isso aí, encaminhamos nesse sentido. Em relação às medidas mitigatórias da Multiplan, um pouco da experiência quando passei pela Procuradoria, vi algumas reuniões sobre o tema. A PGM que Felisberto o controle e os termos de compromisso. Eu me lembro naquela oportunidade que se teve que eram muitas reuniões, a Multiplan tem disposição em pagar todas as medidas, eles têm todas aquelas obrigações, eles vão pagar tanto para esta medida ou para outra medida, a obrigação deles é pagar, só que eles estavam com muita dificuldade com relação aos equipamentos, porque para fazer, cumprir determinada medida compensatória estabelecida no termo de compromisso tem que ter a questão da regularidade. Eu acho que era a grande dificuldade, eu lembro que muitas ou algumas das medidas estabelecidas no termo de compromisso não tinham essa questão da possibilidade de aprovação, tinha problemas registrais, que são empecilhos. Então, era nesse sentido que a equipe da Procuradoria com a Secretaria de Relações Institucionais estava compondo. Então, pode ser que a Secretaria tenha os (Inaudível/interferência no áudio) para a comunidade, vão poder fazer essa articulação dentro do que é possível. Senhores Conselheiros, de nossa parte era isso, vamos passar para a aprovação das atas. Temos uma Questão de Ordem antes. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, ontem faleceu a mãe da nossa Conselheira Maristela, que por quase 2 anos esteve neste Conselho. Então, queria que a gente prestasse uma homenagem ao passamento da mãe da Conselheira Maristela Maffei, que muito bem representou a RGP 7. Então, essa é minha Questão de Ordem e que a gente prestasse essa homenagem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Sem dúvida, eu me solidarizo. Pedimos que a Conselheira Jane, que é da mesma região, transmita o nosso carinho para a Conselheira Maristela. A gente sabe o quão difícil é passar por esses momentos, não tem palavras, não tem o que a gente diga, o momento é de bastante sofrimento. Por favor, transmita o nosso carinho e repeto à conselheira pela passagem da sua mãe. Tem uma Questão de Ordem do Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, Conselheiros. A Questão de Ordem é o seguinte, nós não teríamos que abrir um espaço para a discussão da manifestação da delegada da Região 5, regimentalmente? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Ajudem, se tem essa previsão no regimento, porque por hábito não tem. Não me recordo, vamos consultar. O Conselheiro Paulo Jorge tem uma Questão de Ordem. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Presidente, eu vou na linha também do Gomes, porque o pessoal da Região 5 quer uma resposta. Quer dizer, como fazer isso aí? Por exemplo, no governo do Fogaça e Fortunati deram liberdade para que a comunidade se organizasse em audiência pública para fazer as demandas. Houve várias reuniões, debates, discussão e se pegaram no laço, para poder tirar a diretriz, tiraram a diretriz, está ali. O que acontece agora, meu Presidente? No Governo Marchezan o pessoal visitou todas as comunidades e colocaram que estavam indeferidas as contrapartidas para as regiões, porque o pessoal não tem documento dessas áreas. Se a minha creche hoje tem documento do DEMHAB, com contrapartida, por comodato, é do município. E como colocaram que não pode colocar recurso ali dentro? É recurso da Multiplan, que é uma empresa privada. O que eu quero pedir para a sua pessoa? Pelo governo nós não temos direito a nenhuma dessas contrapartidas, porque todas são irregulares, porque não têm documento. Lógico, são em vilas. Eu tenho o comodato do DMLU e do DEMHAB, porque tenho uma creche lá dentro do OP. Então, gostaria de saber como que eu faço para legalizar essa discussão. Se o dinheiro é privado,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

da Multiplan, quer dizer, vai para o município e a Fazenda coloca, na época o senhor estava lá dentro da PGM, era procurador do município. Meu Presidente, eu queria que o senhor fizesse uma comissão aí dentro. Precisamos de posto de saúde, melhoria de creche, escola para essas crianças. Meu Presidente, nós estamos em uma região da Grande Cruzeiro que estamos morrendo, é banditismo. Precisa ter espaço e esse dinheiro da Multiplan não é do governo municipal, é nosso. Então, gostaria que o senhor fizesse uma comissão, o Plano Diretor é para isso, para resolver esses pepinos na cidade. Se o senhor que é Presidente do Conselho, que foi Procurador do Município, que é um advogado, não pode fazer nada, o que vai ser de nós, então? O Conselho é que dá toda a diretriz para Porto Alegre. Então, só estou pedindo para o senhor, pelo amor de Deus, que possa fazer esse trabalho, ver uma comissão aí dentro. Estão ali atirados no meio do barro. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Lembrando que, regimentalmente, é 1 minuto para as manifestações. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Um minuto vai ser pouco, mas vamos fazer o quê? Nós problematizamos essa situação, Presidente, no ano retrasado, quando eu solicitei, a pedido do Conselheiro Paulo Jorge, uma audiência na PGM. Na época pedi ao senhor que nos concedesse lá um espaço e nos foi concedido. Nós fizemos uma reunião com o senhor com o procurador da época, que era o Dr. Marisco. Onde a comunidade apresentou essas questões, que já existiam esses ruídos de que as demandas de compensatórias na região, na parte que diz respeito às obras para as comunidades, equipamentos públicos de interesse das comunidades que estavam sendo retirados em função de problemas técnicos. E nessa reunião foi colocado pelo Procurador Marisco que a SMRI teria encomendado um estudo de uma empresa ou de algumas empresas para fazer avaliação técnica das demandas e elas não estavam em condição de serem desenvolvidas, em função de problemas de propriedade, de titulação. O que eu quero dizer é o seguinte: o que eu sugeri nessa reunião de sábado? Que fizesse uma comissão, buscando, inclusive, o apoio do Ministério Público para colocar todos os atores envolvidos, a Prefeitura, a Multiplan e tal, e responder categoricamente o que está acontecendo, porque no processo da Multiplan, no termo de compromisso... (Sinalização de tempo esgotado). Tem dois aditivos apenas, não existe ao menos ao acesso público outro aditivo, algum aditivo que retire essas demandas das comunidades, terem conquistado por ocasião da discussão daqueles empreendimentos lá. Então, eu sugiro ao Conselho que de repente tome as rédeas desse processo, estabeleça uma comissão e vamos bater as informações. Sinceramente, eu não acredito que alguém tenha coragem, estou falando do Prefeito, de tirar uma demanda de comunidade carente e tal para entregar para um empreendimento que não precisa, que tem outras fontes garantidas de recursos para fazer. E é uma maravilha o que está acontecendo ali na orla. Parece mais um jogo de diz que disse. Então, talvez oportunizar que os atores de cada setor, com toda a responsabilidade, em uma mesma mesa coloque o que realmente está acontecendo e dê encaminhamento para isso. Obrigado pela paciência. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu fico me perguntando, acho que tem dois pontos para nós tratarmos aqui, um eu acredito que essas mitigatórias, seja o que for, se eram compensações ou eram contrapartidas, certamente fizeram parte do processo que tramitou aqui. Então, qualquer alteração em decorrência desses projetos, se forem alterados deveriam retornar a quem as autorizou: este Conselho. Não em qualquer outra instância à revelia deste Conselho, porque quando a gente aprova o projeto a gente está aprovando as contrapartidas em conjunto. Então, deve voltar para esta instância, senão tem uma invasão de competência deste Conselho, de algo que foi decidido aqui e está sendo decidido em



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

outro lugar, que até onde eu entenda não teria essa competência. Salvo melhor juízo. Dito isso, se de fato essa mudança é para esse fim, eu fico me perguntando: no que ele mitiga, no que ele compensa e no que faz contrapartida? Eu só vejo ele agregando valor ao próprio empreendimento. Então, não é contrapartida. Quer dizer, eu invisto aqui para ter, automaticamente, o aumento do valor do meu investimento no meu empreendimento. Não há contrapartida, não há o que possa se chamar de mitigatório ou compensatório, ou mesmo de contrapartida. Só para concluir, vejam o prejuízo que temos ao não atender o disposto no artigo 39, que deixamos de atender, que é propor a programação de investimentos com vista a assessorar implantação de política de desenvolvimento urbano ambiental para o município. Se não programamos não conseguimos fazer com que esses investimentos possam ser utilizados conforme uma programação que não existe.

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Secretário, são três coisas, falar que houve um pedido da comunidade da represa lá da Lomba do Pinheiro, um espaço para se manifestar, no chat colocaram que gostariam de falar, porque receberam uma reintegração de posse e tem 15 dias para desocupar a área. Então, eu gostaria que esse assunto também fosse oportunizado a essa comunidade, porque ele requerera em tempo hábil. Segunda observação, aí é uma dúvida de um leigo, não tão leigo assim, mas neste momento leigo: quando se assina um termo de compromisso se estabelece um prazo para comprometimento daquilo que é estabelecido no termo de compromisso. E há coisas que me parece que a Multiplan não cumpriu e a Prefeitura se manteve inerte nisso. Por exemplo, eu me dei ao trabalho de xerocar as 500 páginas do termo de compromisso e seus anexos, não consegui aprofundar o estudo, mas o próprio no termo fica estabelecido os prazos e há um EIA RIMA também. Então, eu não sei até que ponto foi cumprido o que está determinado no EIA RIMA. Além disso, eles tinham 60 dias para apresentar os projetos das escolas do município, que aí não se discute propriedade. (Sinalização de tempo esgotado). E pelo que vi não fizeram isso. Só terminando, Secretário, E, além disso, o posto de saúde, e mais uma coisa, não sei se a Jurema falou, a própria instalação do CRIP, que é o Centro de Relações Institucionais e Participativo, que é um equipamento público. Então, não se discute se a área está legalizada ou não, é uma obrigação do Poder Público com o apoio da Multiplan, construir esse local. Isso pelo visto não foi feito. Então, eu queria solicitar a formação de uma comissão neste Conselho, porque o EVU foi aprovado neste Conselho e depois se perde nos caminhos da burocracia e nós ficamos sem ter o esclarecimento desse processo e da continuidade. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela manifestação. São 19h08min, estou atento ao tempo aqui. Peço desculpas! Nesse sentido, só é importante esclarecer que se trata de um TCAP – Termo de Conversão de Área Pública. Então, é um valor que é avaliado a partir daquela área pública que seria a doar, a Fazenda faz uma avaliação e tu tens que transformar ele em obras. Essas associações e (Inaudível/interferência no áudio) é oriundo de um TCAP. Então, está vinculado esse TCAP à carta de habitação dos empreendimentos que nem começaram a ser executados. A linha de porte de execução do TCAP é a carta de habitação. Então, isso está previsto, tinha um calendário, um cronograma, eu me recordo um pouco do assunto, mas a empresa sempre teve disposição em adimplir, porque eles têm que pagar, não vai diminuir da conta deles, eles vão ter que pagar, ou por essa obra, ou por outra obra. Eles têm obrigação de pagar, porque foi avaliado o termo de compensação de área, oriundo do percentual de parcelamento de doação de área pública, que estariam no local. Então, acredito que a PGM é o caminho para fazer essa interlocução, que é quem tem um pouco esse histórico, a própria Secretaria de Relações Institucionais também, porque é um termo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

compensação de área pública. Tem questões adversas aí e acho interessante ser encaminhado ao próprio Ministério Público, que é o órgão para fazer esses esclarecimentos. Senhores Conselheiros, vamos para a votação das atas. **2. Votação das atas 2844, 2845 e 2746.** Por favor, se alguém tiver alguma abstenção ou algum voto contrário, que se manifeste. Temos abstenção do Conselheiro Sérgio Saffer, Conselheira Carolina, Com Felisberto, Conselheiro Emílio, Conselheiro Rafael Passos, Conselheiro Hermes, Conselheiro Rômulo, Conselheiro Mark e abstenção do Conselheiro Darci. Abstenção da Conselheira Claudete também, Conselheiro Jackson também. Temos 11 abstenções e nenhum contrário. **APROVADAS AS ATAS 2844 E 2845.** Lembrando sempre, para entidades externas nós temos a previsão no nosso regimento que é possibilitada a fala, desde que façam a inscrição prévia para a Secretaria Executiva, até 15 minutos antes do início da nossa reunião. Então, toda aquela entidade, manifestação externa que, porventura, queiram fazer neste Conselho, ela deve fazer a inscrição até 15 minutos antes da gente começar a sessão. Vou pedir para a Secretária disponibilizar o e-mail novamente para que possam fazer inscrição e a gente oportuniza a fala aqui pelo período de 5 minutos, é a nossa previsão regimental, art. 2º, § 5º da nossa resolução aprovada neste Conselho. Na mesma linha, Conselheiro Felisberto, a inscrição em relação às famílias, tem que fazer a inscrição prévia, conforme prevê o nosso regimento. Temos uma Questão de Ordem da Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite, Secretário, são dois questionamentos. Uma é essa questão das pessoas que estão pedindo fala, independente do formalismo que nós temos, acho que a gente não pode se negar a ouvir uma comunidade ou uma pessoa que se coloque em uma situação de extrema urgência, como colocado pelo Sr. Douglas. Depois em entendi que o Sr. Renan solicitou previamente essa fala. Segunda questão, eu gostaria que fossem enviados os áudios e vídeos da sessão 2846, que não se encontram no drive. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Respeitando o seu posicionamento, mas a gente tem a previsão no regimento que tem o momento de inscrição. Como é natural, é uma dinâmica do trabalho, que a gente tem um momento de inscrição prévia e a gente tenta fazer essa inscrição, respeitar esse rito aprovado pelos Senhores Conselheiros. Com relação à disponibilização, pode combinar com a Secretária Executiva, que ela disponibiliza essas informações. **4. ORDEM DO DIA.** Então, Senhores Conselheiros, a gente passa direto ao **ITEM 4.01**, os outros estão em diligência. É o Expediente 19.0.00092390-0, é uma alteração, inclusão e exclusão de gravame de traçado viário. A gente teve o parecer favorável pela EPTC. O prazo para relatório foi em 15/09, foi anexado no SEI em 25/09 o parecer favorável. A gente vai pedir para a equipe de planejamento fazer só um resumo para nós do que se trata esse expediente, depois eu passo para apresentação da Conselheira Júlia da EPTC para fazer o seu relato. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite. Então, se trata do Expediente SEI 19.0.000923900, trata de alteração e exclusão de gravame de traçado viário. A localização é na Rua Coronel Miguel da Cunha Correia, o trecho compreendido entre a Rua 2713 e a Rua Irmão Inocêncio Luís, extensão da Rua 3204 até a Rua Pedro A A de Freitas Filho, extensão da Rua 3200 até a Rua Salvador Lo Pumo. Requerente é a Companhia Zaffari. A localização da solicitação é dentro da Região de Planejamento 4, dentro do Bairro Jardim Sabará. Aqui nessa demonstração, à direita, em tracejado as alterações que estão sendo colocadas. Aqui no contexto, para se entender melhor a articulação com relação às vias do entorno com relação às alterações que estão sendo propostas. A justificativa é de que as alterações e inclusões de traçado viário têm origem no Processo 002.400122002, onde



tramitou a aprovação e licenciamento do loteamento Jardim Itália. Tem por objetivo criar conexões com a área lindeira ao loteamento. Essa resolução foi originada pelo processo SEI, está aí o número e o número do processo, o expediente único, a minuta da resolução. Esta é a situação atual, no 01, e nesse mapa identificado como 02 a situação das articulações destacadas aqui dentro dos círculos. Então, para dar essa conexão para a continuidade dessas vias e conectando, apresentado com essa via existente. A Unidade de Gestão de Desenvolvimento Urbano encaminhou à CDU, minuta de resolução, e pontuou ali quatro questões principais: a redução do gabarito da Rua Miguel da Cunha Correia, no trecho compreendido entre a Rua 2713 e a Rua Irmão Inocêncio Luís para 19m, na Macrozona 3, UEU 18, conforme planta em anexo. A extensão da Rua 3204 até a Rua Pedro A A de Freitas Filho, com a largura de 12,5. A extensão da Rua 3201 até a Rua Salvador Lo Pumo, com largura de 12,5 e por último a exclusão do gravame do traçado viário da Rua Parque Residencial Morumbi que foi encaminhado para a PM-6 foi colocado que se necessário esclarecer a redução de gabarito para o entendido está de acordo com as diretrizes e projetos aprovados para o referido loteamento. A alteração é feita após a sua aprovação. Foi feito o esclarecimento pela equipe, de que os gabaritos, objetos da resolução em tela estão em conformidade com o projeto urbanístico do loteamento do Jardim Itália, que foi aprovado em 20/11/2012 e licenciado em 21/12/2008. O gabarito da Rua Miguel da Cunha Correa possui a medida de 25m e o trecho entre a Av. Anita Tarragô, e o Loteamento Irmão Inocêncio 19m no trecho entre a Diretriz 2713 e a divisa oeste do loteamento, sendo uma definição de projeto, conforme atesta a planta do projeto urbanístico do loteamento Jardim Itália e ali foi também referida a planta do loteamento. A PGM, então, após receber essa manifestação fez o esclarecimento do solicitado, dirigiu a CDU. Por se tratar de minuta de resolução do CMDUA para alteração de gravames, compreendendo a alteração de gabarito, as alterações estão justificadas no arrazoado anexado e aí faz referência àquelas informações que eu li antes. Conforme manifestação os ajustes irão trazer melhor mobilidade, redução de interferências ambientais. Então, os esclarecimentos solicitados pela PGM foram atendidos. Então, não vislumbra óbice jurídico à minuta encaminhada e deu continuidade ao trâmite no CMDUA. São as informações anexadas recentemente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vaneska pela apresentação. Passo para a nossa Conselheira Relatora Júlia para manifestação. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Boa noite. Eu vou usar a imagem de satélite e a planta do loteamento que consta no Processo SEI para ilustrar meu relato. Esta é a planta do loteamento que consta no processo SEI. Então, o assunto é a alteração inclusão e exclusão de gravame de traçado viário, trata-se de minuta de resolução para na Macrozona 03, UEU 118, 4 ajustes. O Ajuste 1 é a redução do gabarito da Rua Coronel Miguel da Cunha Correia no trecho compreendido entre a Rua 2713 e a Rua Irmão Inocêncio Luís para 19m. Então, trata deste trecho da via, que até aqui tem 25m e a partir daqui a resolução propõe que ela tenha 19. Fazer a extensão da Rua 3204 até a Rua Pedro A de Freitas Filho, com largura de 12,5m. Número 2, ela já existe até este ponto, gravar a extensão dela para fazer a conexão. A número 3 é uma situação semelhante a 2, já existe a via até esse ponto. Então, está sendo proposta a gravação desse último trecho para fazer conexão com a Salvador Lo Pumo. E decorrente do número 3, mais especificamente foi sugerida a exclusão do gravame do traçado viário da rua que é muito próxima aqui a essa outra que está sendo estendida nesse trecho mínimo aqui, que não faz conexão com outra via e dá nessa área de preservação permanente. Então, a proposta é estender nesse ponto 3 e desgravar no ponto 4, que não faz sentido nenhum manter. E isso foi desenvolvido ao longo do processo. Agora eu vou relatar o histórico dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

registros. Então, as alterações dos gravames de traçado viário tem origem no processo 002400122002, onde tramitou a aprovação e licenciamento do Loteamento Jardim Itália e tem por objetivo criar conexões para lindeiro ao loteamento, compatibilizando o sistema viário. Então, Processo SEI 19.0.000092390-0 inicia com o arrazoado do responsável técnico, que expõe motivos para a solicitação de redução do gabarito da Rua Miguel da Cunha Correia, trecho entre a Rua Diretriz 2703 do loteamento e a rua Irmão Inocência Luís, de 25m para 19m. A solicitação justificada resumidamente pelos motivos abaixo: gabarito do Loteamento Jardim Itália de 25m interferiria na APP do curso d'água existente na Praça 3209. Nessa praça está falando deste trecho da via a qual estão sugerindo que reduza a largura. Com a implantação da Rua Diretriz 2703, o fluxo de tráfego será direcionado mais detalhadamente para a Rua 2703, que com gabarito de 25m interligará a Avenida Protásio Alves. Então, aqui ele fala que esta via horizontal faz toda a interligação do loteamento que está em questão. Então, justifica que este trecho após a rótula não teria necessidade desse gabarito de 25m, visto que todo esse eixo está sendo aberto e implantado, que também é um gravame. Entre a divisa do Loteamento Jardim Itália e a Rua Irmão Inocência Luís, o gabarito de 19m impacta bem menos sobre as moradias existentes no local. Então, está falando justamente neste trecho aqui se reduzindo à largura, ele impacta menos no existente. Consta na sequência do projeto urbanístico de loteamento denominado Jardim Itália, com carimbo de aprovação datado de 14/04/2016. O referido loteamento está localizado na esquina da Avenida Protásio Alves com a Rua Tenente Ary Tarrago, sob matrícula nº 181942. Conforme solicitação da EGD/SMDE, está em anexo definição dos alinhamentos prediais dos logradouros registrado pela equipe de atendimento predial. Em seu despacho esta equipe sugere análise da UGDU para ser incluído na minuta de resolução desgravando no PDDUA da Rua Q Parque Morumbi, visto que a Rua 3201 a ser gravada e terá continuidade no Loteamento Jardim Itália aprovado, de certa forma substitui a Rua Q. Foi o que eu expliquei. Então, estendendo a 3 e desgravando a 4. Foi uma sugestão no decorrer do processo. A despacho da equipe de sistemas e bancos de dados, manifestando não haver objeções da sua competência quanto à minuta de resolução do CMDUA, que inclui as sugestões registradas pela EAP/SMAMS. Após a Coordenação de Desenvolvimento Urbano encaminha a minuta de resolução para consideração da Procuradoria Geral do Município, manifestando que os ajustes irão trazer melhor mobilidade e redução de interferências ambientais em APP, mencionando a exposição de motivos no arrazoado do responsável técnico. A PGM retorna com a solicitação de esclarecimentos, se a redução de gabarito pretendido está de acordo com o referido loteamento ou se a alteração é feita após aprovação. Em sendo assim, solicito informar se os demais órgãos que emitiram diretrizes e aprovaram o loteamento estão cientes e de acordo com essa alteração. A CDU esclarece que os gabaritos objetos da resolução em tela estão em conformidade com o projeto urbanístico de Loteamento Jardim Itália, aprovado 20/11/2012 e licenciado em 21/12/2018. Esclarece também que a aprovação de loteamento é feito em 3 fases e durante todas essas etapas que já foram superadas no presente processo, o projeto urbanístico e complementar foi analisado pela SMAMS, EPTC, SMIM, SMDE, DMAE e PGM. Assim sendo, ressalto que os gabaritos de todo o loteamento já foram submetidos a todas as secretarias e órgãos, não sendo necessário dar ciência de tais procedimentos, uma vez que foram (Inaudível/interferência no áudio) para alterações de gravames. Após os esclarecimentos, consta em despacho da PGM, que não vislumbra óbice jurídico à minuta e o seu encaminhamento ao CMDUA. Por fim, o processo e seu objeto de análise, que é a minuta de resolução para alteração de gravames viários, é encaminhado à consideração e deliberação do CMDUA. Este é o relatório. O parecer: Conforme constante no processo SEI, a planta aprovada do projeto



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

urbanístico do Loteamento Jardim Itália contempla o dimensionamento do sistema viário necessário a sua implantação. Nesse contexto, corroborando que os ajustes de gravame propostos na minuta de resolução, objeto da presente análise irão qualificar a mobilidade, compatibilizando o sistema viário para criar conexões com a área lindeira do Loteamento Jardim Itália, a EPTC é favorável a sua aprovar. Porto Alegre 22 de setembro de 2020.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Obrigado. Alguém tem pedido de vista deste processo ou temos condição de colocar em debate? Então, não temos solicitação de vista, a gente coloca em discussão. Eu pergunto quem gostaria de se inscrever para discutir o primeiro expediente? Temos o Conselheiro Hermes, temos um pedido de vista do Conselheiro Paulo Jorge. Então, vamos colocar em discussão na próxima reunião. Mais algum pedido de vista? Não havendo mais inscritos, concedo vista ao Conselheiro Paulo Jorge para a próxima reunião. Conselheiro Hermes, pode ser na próxima reunião? Perfeito! Aí a gente coloca em debate. Nesse sentido a gente passa para o **ITEM 4.07**: já tem um pedido de diligência, é isso? Então, a gente coloca em diligência e no retorno a gente coloca para discussão. Então, a gente tem o item 4.08: é um prolongamento de diretriz do Bairro Belém Velho. Na verdade, o conselheiro relator... Só um momento, tem uma questão regimental, que estão me chamando atenção aqui. Então, para ser de uma forma célere, a gente tem a previsão de que as diligências sempre devem ser votadas pelo Conselho. Acredito que não haja oposição, mas consulto se há alguma oposição ao pedido de diligência, por favor, que se manifeste. Acho que vamos dar oportunidade para o conselheiro se manifestar do que se trata a diligência. Conselheiro Darci, do que se trata a diligência? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Normalmente, todos os processos de gravame, sobre área consolidada, há uma análise pelo menos que leve em consideração se atinge algum imóvel ou não. No caso, pelo o que eu vi ali, atinge imóveis e no processo não é citado isso. Então, eu estou pedindo que seja levado em consideração, ou fazer um novo traçado, ou pelo menos que fique gravado, porque depois vamos ter responsabilizações de desapropriação como consequência. Então, acho que é bem simples a diligência e o setor competente poderá semana que vem já devolver para a gente poder aprovar esse processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Darci. Consulto se há alguma objeção ao pedido de diligência do Conselheiro Darci. Se não houver a gente encaminha à diligência.

APROVADO O PEDIDO DE DILIGÊNCIA – ITEM 4.07. Na sequência a gente tem o ITEM 4.08 da pauta. Conselheiro Felisberto, vai conseguir fazer o relato hoje? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu quero mais uma semana para evitar que tenha que pedir diligência, porque tem questão de mata Atlântida e eu quero dar uma olhada no local. Eu não pude ir lá. Então, eu peço mais uma semana. Envolve duas regiões ali, tanto a RGP 7 quanto a RGP 5. Então, gostaria de ter a oportunidade de ir lá, quero ver se vou este final de semana. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Sim. Perfeito, Conselheiro Felisberto. Consulto se há objeção na prorrogação do prazo de diligência ao Conselheiro Felisberto? Se houver objeção, por favor, que se manifeste no *chat*, senão a gente aprova essa prorrogação. **APROVADA A PRORROGAÇÃO DE RELATO.** Passamos para o ITEM 4.09, mas houve uma redistribuição. Estava com a ACESSO e a gente redistribuiu para a RGP 2. Foi hoje mesmo. Senhores Conselheiros, então, ficamos com a pauta avançada. A gente tinha bastante expediente em pauta, mas muitos estão em diligência. Nesse sentido, então, a gente encerra a nossa reunião. Eu consulto se ainda há algum representante da comunidade, que porventura não tenha falado



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

em função do prazo regimental. Em sobrando tempo eu acho que não há problema em a gente disponibilizar a fala para alguma entidade que, porventura, tenha solicitado. O Michael da RGP 5, gostaria de falar, delegado da região. Vamos passar, por favor, por 5 minutos. **Michael Santos, Delegado da RGP 5:** Boa noite, companheiros. Eu só queria acrescentar às falas sobre a questão do empreendimento da Multiplan, que houve as visitas técnicas de uma empresa contratada pela Multiplan, com o acompanhamento do, então, membro do Gabinete do Sebastião Melo, Vice-Prefeito, Renê e também sob a coordenação de Marcos Botelho, então, diretor-adjunto de DEMHAB, que junto com a empresa contratada pela Multiplan estiveram em todas as instituições, todas. Salientando que todas essas instituições, aliás, todas não, na sua maior parte, elas são conveniadas com a Prefeitura e estão dentro de próprios do município, áreas do município, não havendo base para essa alegação dos técnicos de que não teria a posse do terreno ou algum tipo de ilegalidade. Eu tenho aqui dentro do levantamento que nós fizemos, um parecer com cópia das visitas de todas as instituições. E também anexado aqui o documento encaminhado pelo Renê, que coloca somente como excluídas as instituições: Instituto Club Ajax e o Centro de Referência Comunitária do Cristal, por não ter documentos ou terreno para indicar para ser construída a contrapartida. Era essa a minha contribuição e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Delegado Michael. O Douglas solicitou uma manifestação. Douglas, 5 minutos, por favor. **Douglas Ferreira, Associação de Moradores da Rua Margarete (Viamão com Parque Saint' Hilaire):** Boa noite. Então, Senhor Secretário, eu queria deixar claro aqui que nós temos 15 famílias que estão desesperadas. No dia 22 todos receberam uma notificação para retirada imediata das casas, a saída imediata de nossas casas em 30 dias, em plena pandemia. O único argumento que foi imposto é que nós estávamos dentro de um parque. Porém, a gente tem moradores aqui com mais de 40 anos nessa mesma residência. A gente tem mais de 69 pessoas, 15 famílias, é muita gente aqui nesse canto. E o que eles dizem? Que eles vão começar retirando nós para depois os outros cantos, que a gente sabe que o Parque Saint' Hilaire em Viamão e em Porto Alegre é muito extenso, é muito grande, tem muita casa. Eu fui a todas as casas aqui da região que fazem entrada com o parque. A minha casa fica na entrada do parque, não fica nem dentro, está na entrada, na divisa. E eles afirmam que vão nos tirar primeiro porque somos menos privilegiados, não sei. Então, eu gostaria talvez de um esclarecimento. Talvez vocês não tenham condição de decidirem nada, mas a gente aqui como moradores, eu estou aqui com a equipe da associação e gostaríamos de escutar de vocês, talvez de alguém que possa nos ajudar, com relação ao caso. Eu sou cadeirante, tenho uma família, tenho três filhos e a maioria dos vizinhos aqui tem filhos também, mais de 27 crianças residem aqui. E a gente se sente desamparados, porque em plena pandemia a gente recebe esse tipo de notificação nos mandando sair de nossas casas de forma bruta. E a única palavra que nos foi direcionado foi: "Saíam de suas casas e a Prefeitura de Porto Alegre e SMAMS não tem nada a ver com isso"; ou seja, para onde nós vamos? Como a gente vai para rua em plena pandemia e o resto fica? Essa é a indignação, essa é a proposta. Para onde a gente vai? É a única coisa que a gente precisa entender, para onde a gente vai e o porquê nos retiraram depois 40 anos em nossas casas? Quem reside aqui não tem dinheiro para comprar uma casa fora. Eu tenho aqui um antigo morador, que era trabalhador do parque, primo meu. Tem gente aqui que mora, meu vizinho aqui que trabalhou e se aposentou no parque há mais de 36 anos. E foi mandado sair da casa dele. Eu deixo aqui esse pedido de ajuda e talvez um esclarecimento. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Douglas, pela manifestação. Eu desconheço as



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

nuances que envolvem a ação judicial, enfim, também tem uma questão de reintegração, tem uma demanda judicial. Eu não sei se a Lisiane quer deixar o contato geral lá do DEMHAB, para o pessoal que está fazendo essa interlocução. Não sei se tu tens esse conhecimento ou pode nos ajudar com alguma orientação, alguma coisa, Lisiane? **Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite, Secretário. Não foi emitido pelo DEMHAB essa notificação, até gostaria que os moradores apresentassem quem emitiu a notificação e a gente se coloca à disposição. O meu e-mail é l***. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado Lisiane. De repente a equipe disponibiliza a informação e a gente consegue fazer os esclarecimentos. Mais alguém? Conselheiro Rafael tinha pedido a palavra também. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu só gostaria de solicitar que fosse enviado pelo menos o número do expediente, se possível, se estiver digitalizado melhor, pode enviar de forma completa ou pelo menos as páginas que citam as medidas desse processo da Multiplan, que há vários processos. Então, tem que saber qual é, eu não saberia dizer se é o das coqueiras, das várias torres, para a gente ter acesso e poder entender o que o CMDUA aprovou em termos de medidas relacionadas a esse empreendimento. Seria importante a gente ter, senão não é possível ter o processo todo ou pelo menos essas páginas. Então, faço essa solicitação, que conste em ata e se dê o encaminhamento. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Conselheira Jane. **Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Então, boa noite a todos. Boa noite a todas. Eu realmente estou muito decepcionada por todo esse formalismo que foi colocado anteriormente para a fala do Sr. Douglas. Eu não estou a par de tudo que está acontecendo lá, gostaria de deixar claro que não é a mesma região que nós aprovamos na semana passada, que é outra área que também está sendo atacada aí. Secretário, o que as pessoas das comunidades querem quando vem a este Conselho é serem ouvidas e quem sabe serem orientadas. Nós estamos neste papel, aí sentados, aqui sentados nesta mesa para ouvi-las e quem sabe orientá-las. Nós não estamos aqui para fechar a porta para comunidade, porque este é um Conselho só de gravame e desgravame, que esquece que onde às vezes grava ou desgrava alguma coisa, as pessoas estão lá, aí vai passar rua por dentro das casas das pessoas, não se importam com elas. Eu acho que nós temos que ter outro olhar neste Conselho, que não apenas as formalidades e as regras, e olhar mais para as pessoas de Porto Alegre. Depois vão lá fazer discursinho na TV e dizer que são tudo bom. O senhor tem um papel importantíssimo na cidade, utilize esse papel para a melhoria da vida das pessoas. Era isso que eu tinha para dizer. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Jane. Mais alguém inscrito? Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, o Paulo Jorge se inscreveu antes de mim. Se ele permitir eu posso falar. Eu tenho uma dúvida sobre essa questão da notificação. Ela é administrativa ou é judicial? Se for administrativa o poder público poderia pedir a suspensão, se for judicial teriam que procurar um advogado ou a Defensoria Pública para entrar com o agravo de instrumento, pedindo a suspensão da liminar. E tem mais um aspecto, uma pessoa que é deficiente também é resguardado por lei. Então, todo o cuidado, aí envolveria a FASC, é importante que tenha todo o cuidado com as pessoas. Ainda mais com o fato de estarmos em uma pandemia. Então, se for administrativo basta o poder público suspender. Se for judicial a medida correta é um agravo de instrumento pedindo a concessão da liminar, suspendendo a reintegração de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

posse, ou o próprio município, ou alguém que requereu a suspensão da medida. Obrigado, Secretário. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu ia me manifestar a respeito ainda da questão da Multiplan, mas face à importância e a gravidade que o Douglas coloca, todas as outras questões ficam insignificantes. Obrigado. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite, conselheiros. Como nós temos ainda 5 minutos, meu Presidente, para não ficar mal, eu vou pedir para ver se o Conselheiro Renan, da Glória, pode entrar. Como ficou acordado dele entrar, ele não conseguiu entrar. Está aí o Renan, que o senhor desse acesso ao Renan falar como delegado do Bairro Glória. Se for possível. É a minha Questão de Ordem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Paulo Jorge. Lembrando que a gente dá oportunidade de fala, eu acho que não estava no momento da disponibilidade, agora a gente disponibilizou, sobrando tempo. Ele entrou? Vou compartilhar aqui, vocês estão vendo o site da PGM? É só entrar no site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, aqui para fins de consultar, não sei se alguém não sabe, a Procuradoria Geral do Município. Clica em acesso a site antigo, tem a opção “termos de compromisso”. Aqui Vai aparecer todos os termos firmados. Aqui tem uma opção para consultar. Olha aqui a Multiplan, confirmar a pesquisa, ali aparece o empreendimento. Então, são todos vinculados à Multiplan. Este é onde tem as medidas. Tem aqui todas as obrigações, tem o número do expediente único. O Conselheiro Rafael Passos pediu a informação, então, está disponível caso alguém não saiba como acessar. Está bem? Então, é isso, vamos encerrando, são 19h59min. Agradeço a oportunidade, o debate. Tem uma Questão de Ordem antes de encerrar do Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Na verdade, não era uma Questão de Ordem, eu me inscrevi umas duas, três vezes para falar e não foi percebido. É sobre o processo do Jardim Itália, da EPTC, Secretário, que foi citado. Eu acho que toda a dúvida que vai surgir na próxima semana, quando ele vier à pauta é a questão do processo do loteamento e a questão do gravame. Então, eu pediria que fosse também compartilhado o processo do loteamento para evitar discussões maiores, para que se possa ver o que foi feito, conferir com o que está proposto agora e eliminar discussões desnecessárias. É isso, obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está bem, vou colocar aqui com a nossa Secretária Executiva para tentar ver se é possível operacionalizar isso aí. Então, o Conselheiro Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Secretário, eu queria saber se vocês têm alguma noção, quanto tempo está levando as homologações do que é aprovado aqui no Conselho. Por exemplo, se tem um traçado viário, onde que a gente vê esse novo traçado ou minuta? Existe? Se não souber agora pode responder em outra reunião. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, eu acho que pode conversar com a Patrícia, que ela vai poder esclarecer como funciona o procedimento. Passado por aqui pelo Conselho vai para o Gabinete do Prefeito, para homologar, retorna ao Conselho, que devolve para a comissão ou ao setor para fazer o registro. Eu acho que a Patrícia pode esclarecer diretamente. Então, Senhores Conselheiros, excelente noite a vocês. Obrigado mais uma vez. Um grande abraço. Boa noite! **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h00min).**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

833

834 **Germano Bremm**

Secretária Executiva

835 **Presidente**

Relatora

836

837 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2857/2020

Aos seis dias do mês de outubro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação das atas 2846, 2847 e 2848; 3. Comunicação; 4. Ordem do Dia. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h05min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Boa noite. Eu vou ter que hoje me ausentar às 19 horas, tenho um compromisso que assumi para fazer uma fala em uma live às 19 horas. Então, na minha ausência o meu Vice-Presidente, o Conselheiro Hermes vai dar continuidade aos trabalhos. A Secretária Executiva vai continuar dando suporte do ponto de vista do sistema, de abrir e liberar a questão dos microfones a partir dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

comandos do Presidente. Eu acho que para tentar avançar na discussão da pauta, nós temos poucos processos em pauta, a maioria deles está em diligência, mas vou consultar os senhores conselheiros, se é do interesse de vocês a gente inverter a pauta e deixar o período de Comunicação para o final, naturalmente se for da concordância do plenário, para que eu possa avançar na discussão da pauta e depois poder me retirar. Então, a gente declara aberta às 18h05min a nossa Reunião Ordinária do Conselho do Plano. Consulto se podemos inverter a pauta, naturalmente que se não for do interesse deste Conselho a gente vai respeitar, vamos passar para o período de Comunicação e depois a gente discute a pauta. **VOTAÇÃO NOMINAL: Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC: Favorável. Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP: Favorável. Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN: Favorável. Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Favorável. Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE: Favorável. Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM: Favorável. Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI: Favorável. Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS: Favorável. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Favorável. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Favorável. Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS: Favorável. Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Favorável. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Boa noite a todos. Eu entendi que era desnecessário, mas como a maioria acha que deve ser eu me abster, até porque eu vou substituí-lo. Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Favorável. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Favorável. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: Favorável. Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Favorável. Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4: Favorável. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Favorável. Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Contrária, Presidente. Eu gostaria muito que o senhor ouvisse o que eu tenho para falar. Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8: Favorável. Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA: Favorável. Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Favorável. Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB: Favorável. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: temos 22 votos favoráveis, 01 voto contrário e 01 abstenção. **APROVADA A INVERSÃO DE PAUTA.** As atas vão ficar para a próxima reunião, dia 13/10. **4. ORDEM DO DIA. ITEM 4.01** retornou da diligência para a Conselheira Claudete, estamos avisando. Depois o **4.03, 4.04, 4.05**, estão em diligência. A gente passa para o **ITEM 4.06**, a gente teve solicitação de vista, esse processo foi relatado pela EPTC, pela equipe de planejamento, parecer favorável da EPTC em 29/09. O Conselheiro Jorge pediu um relato**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

de vista desse processo. Nesse sentido peço que a equipe do planejamento antes faça um resumo do que se trata. A Conselheira Claudete tem uma Questão de Ordem. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Esse processo se encontra em diligência, Secretário. Até a última manifestação dos autos é que seja digitalizado o expediente para ser disponibilizado a todos os conselheiros, o que não foi efetuado ainda. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O 4.06? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Exatamente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não está registrado isso. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Inclusive, o Conselheiro Hermes fez essa solicitação na última sessão, está consignado que seja feita a digitação do expediente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Assim, tem a previsão da diligência feita pelo Relator. Vou pedir que a Conselheira Júlia esclareça. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Por mim não foi solicitado diligência. Eu me lembro que foi comentado que alguns conselheiros gostariam de ter vista do processo que originou esse outro processo do EVU. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nesse sentido, não há previsão legal para essa diligência, se a conselheira relatora não apresentou, enfim. Foi solicitada a digitalização, mas não como diligência. Conselheiro Hermes, Questão de Ordem. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Só para esclarecer, Secretário. Eu solicitei vista ao processo que está referido, que deu origem a esse processo. Eu me lembro que expliquei que o fato de solicitar que esse processo fosse disponibilizado para facilitar a discussão hoje, para que não houvesse dúvidas, porque esse processo que deu origem a isso. Não foi disponibilizado, como nunca foi. Então, estou acostumado com isso, eu ia falar, mas já desisto. Sempre que eu peço alguma coisa não é disponibilizado, embora o senhor tenha concordado, disse que ia providenciar, mas tudo bem. Estou acostumado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Então, se houve essa solicitação e a gente não disponibilizou, (Inaudível/interferência no áudio). Não retornou da digitalização. Não há problema em a gente postergar enquanto guarda essa digitalização. Naturalmente, as diligências, enfim, na nossa previsão de regimento não tem essa previsão de ser fora do processo, mas me parece que se está faltando a equipe tem condição de fazer. A gente de ofício, enquanto Presidente, solicita e deliberamos para a próxima reunião. Então, nesse sentido a gente passa para o Item 4.08 da pauta: o relator é a Região de Planejamento 01, o processo foi distribuído em 04/09/2020, o prazo para relator foi em 15/09/2020. Chegamos nele na semana passada. O Conselheiro Felisberto pediu mais uma semana para poder fazer esse relato. Vou pedir para a equipe do planejamento que nos introduza no tema, depois eu passo a palavra para o Conselheiro Felisberto. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A gente vai começar a fazer um revezamento entre os colegas do planejamento na apresentação. Eu gostaria de fazer uma breve apresentação do colega que vai estar falando hoje, que vai ser o Arquiteto Vinícius da Silva. É um arquiteto graduado em urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, tem experiência na área de arquitetura e urbanismo. E ele atuou na unidade de aprovação de projeto de licenciamento, onde foi chefe de equipe dentro da Prefeitura, em 2015. Na mesma época que muitos de nós, eu também, ingressamos na prefeitura. Atualmente ele trabalha na Unidade de Projetos Urbanos, dentro da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Coordenação de Planejamento Urbano. Hoje ele vai estar apresentando os expedientes para auxiliar o trabalho do Conselho. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Excelente. Importante a gente agregar à equipe do planejamento, cada vez mais introduzir nos processos aqui, ajudando nas construções, as apresentações da equipe do planejamento. Então, é o Vinicius. **Vinicius da Silva, Equipe de Planejamento SMAMS:** Boa noite, Conselheiros, Conselheiras, Secretário. Vamos apresentar, então, o Processo nº 20.0.000043145-2. Ele trata sobre o gravame de traçado viário, prolongamento da Diretriz 8056, Bairro Belém Velho. O requerente é o Município de Porto Alegre. A justificativa dele é o empreendimento que tramita na CADAP. Essa Estrada Afonso Lourenço Mariante busca interligar a área do loteamento regularizado do DEMHAB Nossa Senhora da Esperança até o Loteamento Morada da Fé. Aprovado pela CADAP, essa via irá dividir a área com o potencial de intensiva, que poderá receber novos empreendimentos na área de proteção do ambiente natural a ser preservado. Aqui a gente tem a localização no primeiro mapa, que é na Região de Planejamento 5, Bairro Belém Velho. Aqui está a proposta do traçado. Nessa extensão da diretriz, aqui a gente tem a imagem de satélite mostrando a proposta do traçado. O parecer técnico, a gente tem os anexos de resolução, a localização do novo traçado. A equipe de Gestão do Desenvolvimento Urbano emitiu um parecer técnico, que esse traçado é responsável por criar alternativas de circulação e melhorar a permeabilidade da região, fazendo a ligação entre esses dois loteamentos. A PGM emitiu uma nota técnica, não vislumbrando nenhum óbice jurídico a essa minuta e encaminhou ao Conselho para verificar a possibilidade de aprovação ou não desse novo traçado. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Vinicius, pela apresentação. Nesse sentido, então, a gente passa ao Conselheiro Relator, Conselheiro Felisberto para o seu relato. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite, Secretário, a todos e todas. Agradeço ao Vinicius pela apresentação da proposta, do prolongamento da diretriz. Eu depois de muito analisar o processo, ler, reler e analisar também o Parecer 021/2020. Cheguei à seguinte conclusão, vou fazer um pedido de diligência para ver os dois EUs, que são tanto da Nossa Senhora da Esperança, que é um loteamento regularizado do DEMHAB, bem como o do loteamento Moradas da Fé. Parece, fundamentalmente, que existem algumas coisas que não estão bem esclarecidas e o parecer da CADP é um parecer substancial, tem várias colocações que me deixaram em dúvida. Inclusive, a questão desse prolongamento de qual será o impacto na região. Além disso, duas coisas me chamaram a atenção, é que há um empreendimento aprovado, que é o Moradas da Fé, que liga duas regiões e não só a RGP 5, porque ela desemboca lá na Afonso Lourenço Mariante, que é RGP 7. Então, é importante, é no limite da RGP 7. Então, também teriam que ser ouvidas as comunidades do entorno, porque no parecer da CADAP é que esse prolongamento é para viabilizar na subunidade 1, mais construções. Então, fundamentalmente, são essas três diligências, a questão dos EUs e a questão que me parece uma análise do impacto que esse prolongamento terá no caso de desapropriações, se haverá necessidade de assentamento ou não de famílias na região. E causará o impacto nessa região, que eu não sei se foi avaliado, eu não tenho elementos. Então, são essas três coisas que eu submeto aos meus pares para que façam essa diligência, anexe esses processos para que este relator possa fazer o relato e um parecer com maior propriedade e com maior visão do todo. E confesso que não estive lá na região, mas conheço um pouco o entorno ali, tanto da Afonso Lourenço Mariante, como pelo Belém Velho. Eu não fui lá, eu lamento, mas eu gostaria que fosse possibilitado para que a gente pudesse ter uma análise melhor, porque isso causará um impacto significativo na região. É



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

isso, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Então, a gente coloca em diligência. Imagino que isso seja o objeto de um estudo de viabilidade urbanística, mas a equipe vai poder responder de forma mais clara. Há alguma objeção com relação à diligência do Conselheiro Felisberto? Alguém se opõe em colocar em diligência o expediente para prestar os esclarecimentos. Se, porventura, houver alguma oposição se manifeste no chat, para gente não fazer a leitura voto a voto aqui. Em não havendo objeção, a gente coloca o expediente em diligência. **APROVADO O PEDIDO DE DILIGÊNCIA.** Nesse sentido, passamos ao **ITEM 4.09** da pauta, também um gravame de traçado viário, cadastramento de logradouro. O processo foi distribuído em 11/09/2020 para o ACESSO e Cidadania, redistribuído em 29/09 e o prazo para relato 06/10/2020. A Região de Planejamento 2 vai fazer o relato. Conselheiro Adroaldo, está preparado para o relato? **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, ontem que eu estive no local com o Conselheiro Jackson da região. Não concluí o processo ainda. Então, eu gostaria de pedir mais uma semana. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, eu consulto aos Senhores Conselheiros se há alguma objeção do conselheiro pedir mais uma semana para fazer o seu relato? Não havendo objeção, então, a gente aprova a prorrogação. **APROVADA A PRORROGAÇÃO DO RELATO. 3. COMUNICAÇÃO.** Já que avançamos em toda a pauta, nesse sentido eu consulto, a gente tem inscrito para o período de Comunicação: Felisberto, Jane, Vaneska, Gomes, Saffer. Mais alguém inscrito? Então, a gente encerra a inscrição para o período de Comunicação e libera a Questão de Ordem para o Conselheiro Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite a todos. É a segunda vez que eu vejo que nós temos muitos processos em diligências e estão demorando a virem. Pode a Presidência ou a secretária tentar verificar o porquê da demora de alguns retornos? Eu acho que é a segunda ou terceira que a gente tem muitos processos em diligência e alguns eu estou olhando aqui, já tem 15 dias ou mais tempo. Não precisa me responder agora, mas é uma sugestão de tentar verificar nos órgãos ou nos lugares que estão o porquê da demora. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Saffer. Sim. Vamos dar uma repassada aqui para solicitar as devoluções. Vamos ter o retorno na medida do possível. Perfeito, então, abrimos o nosso período de Comunicação. Passo a palavra ao Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, serão quatro perguntas. Primeiro, Secretário, é como ficaram os termos de referência com relação ao protocolo assinado com o PENUD? Se já foram feitos e quando viram a este Conselho para que a gente possa avaliar conjuntamente com os órgãos técnicos da Prefeitura? A segunda colocação é com relação aquele grupo de trabalho para fazer a avaliação dos impactos, que a Patrícia propôs na semana e eu me inscrevi para fazer parte. Gostaríamos de ter uma resposta de quando será a primeira reunião desse grupo. A terceira questão, não menos importante, é que a RGP 1 finalizou o seu Plano Popular de Ação Regional, já está pronto. Está aqui, Secretário, nós fizemos o nosso dever de casa e nós conseguimos finalizar, porque a última reunião para finalizar foi feito em novembro do ano passado. Em janeiro a gente trabalhou um pouco na finalização e agora está para ser oportunizado e nós faremos primeiro uma reunião entre os delegados e conselheiros da RGP 1 para apresentar esse Plano Popular de Ação Regional, que foi um trabalho pelo CAU, pelo IAB. Então, é trabalho que muito orgulha a RGP 1. A gente quer na próxima sessão do Conselho entregar ao Conselho e à Secretaria o nosso plano. Então, nós pedimos que sejam aqueles 10 minutos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

no início da próxima reunião concedidos para a região entregar o seu Plano Popular de Ação Regional. E por último, a questão do livro sobre o Conselho foi prorrogado para o dia 16. Então, espero que mais alguns conselheiros e conselheiras possam contribuir com livro. O Adroaldo foi um que apresentou as suas considerações. O Hermes e o Jackão iriam apresentar, não sei se eles apresentarão. E na próxima sessão também do Conselho, apresentar ao Conselho e a gente bater o martelo para que a gente possa enviar até o dia 16 a avaliação do nosso Conselho. É isso e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Eu vou ter que me ausentar em função desse outro evento. Então, a equipe vai continuar auxiliando aqui o Vice-Presidente, Conselheiro Hermes. Na sequência a gente tem a Conselheira Jane, outros conselheiros inscritos para período de Comunicação. Lembrando que a gente vai ter, rapidamente tentando responder, aos termos de referência, a gente está preparando, vamos ter uma agenda lá no Ministério Público, onde vamos explicar um pouco também essa questão dos termos de referências. Já está agendado lá, vocês demandaram ali, a gente vai explicar um pouquinho essa questão, algo do que a gente já vinha explicitando, que esses termos de referências são bases para o nosso Plano Diretor, a revisão está suspensa e a gente precisa rodar esses estudos para poder ter condições, ter elementos no processo de revisão, quando a gente conseguir de fato fazer rodar o projeto, ao longo dos 2 anos aí. A próxima gestão vai ter condição de fazer esse debate, mas já que se tem esses estudos prévios, como inventários de gases de efeito estufa, elementos que dão base ao Plano Diretor e que os Senhores Conselheiros possam debater esse processo. Em relação ao grupo de trabalho, eu acho que a Patrícia recebeu só dois ou três representantes para o grupo de trabalho. É importante, vamos tentar compor esse grupo de trabalho para a gente avançar na questão das mitigações. Agradeço, desejando uma boa noite a vocês, sucesso no prosseguimento dos trabalhos. Conselheiro Hermes, a equipe vai estar dando todo o suporte para condução dos trabalhos. A próxima conselheira inscrita é a Conselheira Jane, enquanto a equipe faz a transição. Vou desligar aqui o sistema para sair. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Só para comunicar que vou tentar fazer essa coordenação sem as condições razoáveis, mas vamos lá, já está terminando a reunião. Então, a Conselheira Jane, pode falar. **Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu queria voltar ao assunto da semana passada sobre as 80 famílias da represa, que estão com uma notificação de despejo. Eles me passaram aqui o número do processo, que é o SEI 19.0.000041707-9. Eu pedi para a Camila para que eu pudesse ter acesso a esse processo para ver do que se trata, porque aquelas famílias estão lá com aquela notificação de despejo. E é por isso mesmo que eu queria conversar com o Secretário, pedir para ele uma satisfação do que está acontecendo, porque essa notificação veio da Secretaria do Meio Ambiente, da Coordenação Ambiental e Sustentabilidade, Equipe de Fiscalização do Meio Ambiente, Coordenação de Operações Especiais. Então eu queria saber do Secretário do que se trata, por que essas famílias estão sendo despejadas, se está sendo pedido de despejo delas e o que vai ser feito com essas famílias, já que a própria Secretaria está pedindo o despejo delas. Eu quero aqui pedir de público, então, que a Camila disponibilize o processo, para que a gente possa estudar e ver quais as providências que a gente pode tomar em defesa dessas famílias. É isso. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Obrigado. Eu queria só fazer um comentário, que eu me sinto muito... A palavra não é “constrangido”, mas eu vou usar “constrangido”, em coordenar esta reunião com este regimento interno nessas condições. Este regimento interno que nós temos combatido



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

desde o início, que a gente considera um regimento interno que é para não possibilitar que as pessoas falem, a não ser neste momento livre, que pode se falar e fica por isso. Então, fica registrado em ata, eu peço que a Camila passe isso para o Secretário. Eu entendo que não é necessário, como sempre é colocado que se faça um e-mail repetindo o que já foi colocado em ata. Então, eu peço a atenção da Camila para que caminhe ao Secretário, mostre essa solicitação. **Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu enviei um e-mail para a Camila pedindo o acesso. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Melhor ainda. A próxima, então, é a Vaneska. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu até ia solicitar para a Conselheira Jane colocar ali no chat o número do processo, porque eu não consegui pegar, mas pelo que eu entendi foi enviado também por e-mail para a Secretária do Conselho, né? Os colegas até me comentaram que o acesso é restrito. Eu vou levar essa demanda para o Secretário, já que a gente permanece na reunião e ver como a gente pode encaminhar. Eu ia colocar aqui, tinha anotado algumas questões, por isso eu tinha me inscrito no período das Comunicações. Uma delas é sobre o grupo de trabalho, sobre a questão do tema dos impactos urbanísticos. Eu tinha anotado o que a Conselheira Patrícia tinha me passado, o nome do Conselheiro Adroaldo, Conselheiro Mark e Conselheiro Merino. Agora eu anotei também o nome do Conselheiro Felisberto, que se manifestou com interesse de participar do grupo de trabalho, mas talvez seja mais fácil encaminhar um e-mail específico ou solicitar para a secretária me dar um apoio para conseguir reunir os números e a gente conseguir proceder e verificar qual a melhor data para poder fazer uma agenda em que todos possam. Então, eu peço que se manifestem até a próxima semana para a gente poder logo tocar esse projeto, que acredito que é bem importante e de interesse de todos os conselheiros. Se a gente puder ter uma dedicação desse grupo que se manifestou, acho que a gente vai conseguir evoluir bastante. Outra comunicação que eu coloquei aqui, mas que eu também vou pedir para ser enviada por e-mail, só mais uma, eu não sei quanto tempo eu tenho. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Pode falar. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Só mais um ponto, mas eu vou falar por e-mail para vocês. A gente disponibilizou o material técnico de algumas análises que a gente já estava realizando internamente, com relação aos resultados das oficinas que foram realizadas em função da revisão do Plano Diretor no ano passado. E a gente conseguiu disponibilizar no site nessa última semana, mas eu vou encaminhar para os conselheiros terem acesso. Eu deixo bem organizado e peço para a Camila disparar. Então, só para deixar os conselheiros cientes. Acho a é isso. Obrigada. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Obrigado, Vaneska. O próximo é o Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite. O que eu queria colocar para o Conselho o assunto à Multiplan, que nós debatemos nos conselhos anteriores. Eu quero fazer uma proposta de criarmos uma comissão, é uma sugestão para a gente discutir, mas essa comissão seria formada pelos vice-presidentes, o Hermes das entidades, eu pelas regiões, o Paulo Jorge pela região, porque é o conselheiro da região onde as coisas estão acontecendo e o Presidente do Conselho Germano, que indicaria mais duas pessoas afins com o assunto. E qual seria a finalidade dessa comissão? Seria promover uma discussão, promover uma busca de informação junto à PGM, junto com quem trabalha o produto final, para gente compatibilizar o que existe concretamente assinado naquele termo de referência, com o que houve de alteração, qual



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

o atendimento daquelas demandas ou não. Eu estou preocupado com isso por causa do nível de boatos que surgiram, muitos eu apurei e já percebi qual a verdade, o que é verdade, o que é conjectura que não tem fundamento nos aspectos legais. E outras coisas, que eu fiquei muito preocupado, porque eu sei que há indicativos de alterações muito sérias. Então, essa comissão do Conselho do Plano Diretor apuraria isso junto à PGM, junto a quem quer que fosse, chamaríamos também os órgãos envolvidos, a Multiplan, chamaríamos as comunidades envolvidas. E colocar a limpo isso para ver exatamente em que ponto nós estamos e não ficar nessa coisa do diz que disse, que estão pegando o dinheiro da orla para comprar uma roda gigante. Então, umas coisas assim que não colaboram em nada. Aí pegarmos realmente o que está acontecendo. Então essa é a proposta que eu quero fazer. O Paulo Jorge vai se manifestar depois, eu fiz uma conversa prévia com o Paulo antes de fazer essa manifestação, ontem fiz essa conversa com ele e formataríamos uma comissão desse tipo para trazer essas informações para o Conselho do Plano Diretor, por uma simples razão, esse empreendimento teve aprovação, concordância, deste Conselho. Então, Presidente Hermes, eu gostaria que o senhor encaminhasse a formatação dessa comissão, a discussão dessa comissão e a formação dessa comissão para nós começarmos a trabalhar o mais rápido possível. Obrigado, Conselheiros, por enquanto é isso. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Gomes, eu entendo, eu vi algumas postagens favoráveis. Eu entendo que isso é uma proposta para ser discutida na próxima reunião, não neste momento de comunicações. Já vi que tem pessoas defendendo uma comissão por adesão, ou seja, pode limitar o número, mas as pessoas se inscrevem, quem tiver interesse. Eu confesso que não tenho nenhum interesse, até posso participar, porque isso é uma obrigação do governo de esclarecer todos os pedidos de esclarecimentos, os mais simples. Inclusive, coisas de legalidade de processos que nós fizemos, eu particularmente, não foram atendidos. Então, eu respeito a legalidade do Secretário, como Secretário da SMAMS, respeito ele como Presidente do Conselho, mas não tenho nenhuma relação de confiança que ele vá atender uma comissão, que o governo vá atender, porque 99% dos pedidos de esclarecimentos não foram, os que eu represento, não foram atendidos. Inclusive, hoje, na última reunião ele se comprometeu a apresentar um processo. É só para esclarecer, é um assunto que fica para a próxima reunião. Concorde, Gomes? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu acho que nós poderíamos ouvir, concordo que vai ser discutido na próxima reunião. Primeira coisa, Hermes, colocar como ponto de pauta e discutir na próxima reunião. Eu acho que é o melhor encaminhamento. Eu gostaria também de ouvir o Paulo Jorge sobre essa questão. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Ele está inscrito, é o próximo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Mas eu concordo que se leve de uma forma formal para a próxima reunião. Hermes, assim, a gente conseguiu obter os melhores resultados dentro da história do Conselho, faz uns 5 anos que eu participo, quando nós criamos comissões, porque as comissões do conselho são absolutamente independentes e elas têm o poder de chamar os funcionários da Prefeitura para nos dar esclarecimentos, dar orientação, instrução, informação. E foram, digamos, com resultados muito positivos as comissão que nós tivemos, em especial a questão do solo criado. Nós reviramos sobre o solo criado, a conceituação e tal. Podemos não ter chegado ao resultado com mais eficiência, mas ninguém pode reclamar de que o que acontece na elaboração do solo criado passou por este Conselho, foi destrinchado por este Conselho, graças à comissão que, realmente, nós chamamos todo mundo que estava envolvido. **Hermes de Assis Puricelli (Titular),**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Obrigado. Conselheiros, eu não estou controlando o tempo. Primeiro porque eu não tenho como controlar aqui, segundo que eu entendo, como tem muito tempo eu acho um absurdo o que se faz, os próprios conselheiros estão ficando bloqueado. A Vaneska a pouco, quando estava falando, ela mesma perguntou: “Já passou meu tempo?” Virou uma paranoia, é um absurdo isso que está se fazendo com este seguinte de conselheiros. Eu participei de dezenas de conselhos, de comissões, de outros grupos de trabalho, eu nunca vi com semelhante. Então, eu só queria colocar isso para não me cobrarem do tempo. Se houvesse muitos inscritos eu cobraria e falaria menos. É o Conselheiro Paulo Jorge e depois o Felisberto. Depois não tem mais ninguém. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite pessoal. Boa noite meus conselheiros. É um prazer novamente estar neste Conselho. Seguindo a caminhada, a colocação do nosso Conselheiro Gomes, eu sou a favor de criar esse grupo de trabalho para fazer essa avaliação. Não só deste, mas outras propostas, outros impedimentos das contrapartidas. Por exemplo, eu estou no Conselho do Plano Diretor, estou no Conselho do OP, desde 1990. Eu fui o segundo conselheiro do OP. Eu fui suplente em 90 quando surgiu o OP, depois fui conselheiro pela Região Cruzeiro, defendendo já a participação popular. Lá, depois de muitos anos está aí a obra, eu não sabia onde estavam vindo essas obras. Por exemplo, na Região Cruzeiro tem a Creche Núcleo Prisma, a Creche Figueira, a Creche do Sol. E contrapartidas de onde? Não vem dizendo de onde essas contrapartidas. Então, tá, o governo vai mandar fazer, o pessoal só elogiava, ninguém questionava o OP, ninguém questionava, só diziam que ia passar no OP. Hoje eu estou sabendo que esses grandes empreendimentos, quem fez não foi a Prefeitura, as empresas usaram para valorizar o seu espaço bonito. Então, tinha que ter uma contrapartida e usar para melhorar a comunidade. Então, a Prefeitura pegava para adquirir, pegava aqui e botava ali. As contrapartidas eram do governo e colocava onde queria. Por exemplo, tem um questionamento da Região 5 aí, da Multiplan, que o Secretário de Educação pegou dinheiro e colocou em uma escola. Então, está tudo no diz que me disse. Então, eu sou a favor de criar essa comissão do Plano Diretor, para poder fazer essa avaliação, para ver essas contrapartidas. Na década de 2000 a Multiplan deu algumas melhorias lá no Cristal, deu sim, para os afilhados dela e não sei o que mais. Eu mesmo estou abrindo para todo mundo da minha região o que é o Plano Diretor. Hoje mesmo estão acessando 8 pessoas da nossa região, estão escutando. Eles não têm acesso à palavra, mas estão acompanhando o nosso Plano Diretor. Qual a minha ideia? É abrir para mais gente ter participação, escutar, não tem a palavra, mas estão acompanhando o Plano Diretor como funciona. Por isso que quando o Gomes trouxe essa proposta, pô, pelo amor de Deus, eu já vinha pedindo isso há horas. Em 2016 eu já vinha pedindo comissão dos conselheiros para acompanhamento ambiental do Guaíba, para acompanhamento das Ilhas, para acompanhamento de riachos. Eu sou a favor do seguinte, descentralizar o Conselho e criar várias comissões, como de regularização fundiária, comissão da saúde. Por que isso, meu Presidente Hermes? Daqui 3 meses vamos ter um novo prefeito e esse prefeito precisa de um planejamento do Plano Diretor, precisamos mostrar ao Prefeito o que o Plano Diretor quer para a Cidade de Porto Alegre. Então, eu sou a favor dessa comissão para amadurecer a discussão. E em frente ao Barra Shopping existem dois campos do Grêmio, esses campos de futebol, de treinamento. O que me parece ali, o Grêmio pegou em comodato. Olha bem, do lado de lá do Barra Shopping tem a avenida e depois tem a área do Guaíba. Alguém deu para eles essa cedência, como tem o Colorado ali, onde está o Parque Gigante e hoje a METROPLAN está indenizando eles, o Grêmio, para sair dali, ir lá para o campo deles, com um dinheiro que era para a região. e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

aí vai ser feito um parque, não sei o que mais! Ah, pelo amor de Deus! O dinheiro da contrapartida, ao invés de ir para a região pobre, da favela, para melhorar as moradias, não, vai para a frente do Barra Shopping, porque é área de lazer, que a classe média tem que passear bonitinho. Então, isso é o que está acontecendo. Por isso sou a favor dessa comissão para poder questionar, averiguar, ver o que está acontecendo. Essa era a minha proposta, estou mandando para o Germano também um ofício da região para criar essa comissão. Espero que semana que vem seja votada como primeira pauta. Aí gostaria que tu, Hermes, participasse, porque é uma questão de peso para poder discutir. Eu sou um admirador da tua posição, o Gomes também é importante, a Vaneska também é importante, a nossa arquiteta aí de dentro, para poder desdobrar isso aí e botar para rua essa caixa de Pandora que ninguém pode mexer. Obrigado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Obrigado, Paulo Jorge. Desculpa, conselheiros, pelo tempo, mas eu já justifiquei, está terminando a reunião. Eu concordo, Paulo Jorge, sempre que tu podes fala nessa comissão, em um grupo para investigar isso. O Gomes também. O que eu coloquei foi um pensamento pessoal meu, sobre a importância da comissão eu concordo. Agora é o Felisberto e não tem mais inscritos depois. Felisberto, só uma observação. Eu vou pedir para a Camila que junto com o Presidente coloque como ponto de pauta, após as informações, a discussão da comissão sobre as contrapartidas da Multiplan, eu não sei qual é o nome correto, Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu acho que o Felisberto está com o termo de compromisso, aí ele dá o nome certinho. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Este é um assunto que interessa a todos nós e essa é a importância que o Conselho deve ter, o Conselho não deve ser mero aprovador de projetos. Nós temos uma oportunidade ímpar de fazer com que este Conselho discuta a cidade, principalmente os conselheiros de região, que o compromisso é com as suas regiões que são eleitos. O Paulo Jorge tem toda a razão, o impacto de um grande empreendimento em uma região que é carente pode excluir as pessoas e na maioria das vezes exclui as pessoas. E muitas dessas melhorias que vieram para determinado bairro foi pela participação dessas pessoas no Orçamento Participativo, nos conselhos, discutindo a melhoria para a cidade. Na maioria das vezes essas pessoas acabam sendo excluídas dessas melhorias, quando deveriam ser incluídas. Então, é importante que o Conselho use o corpo técnico da Prefeitura para ter esse olhar. Não basta querer o desenvolvimento da cidade visando só os grandes empreendimentos. O desenvolvimento da cidade, da qualidade de vida está na melhoria das comunidades que já estão ali. A cidade informal, que bem ou mal estão ali, são famílias que estão há anos esperando a regularização fundiária. Então, é importante, Gomes, eu te saúdo pela proposta, era um tema que nós já teríamos que ter debatido e eu acho que neste mês nós vamos ter também a questão da regularização fundiária, que é outro tema fundamental, são mais de 400 áreas que esperam a regularização para a ter acesso muitas vezes aos equipamentos que são regados por uma formalidade. Então, isso que está acontecendo na frente do Barra Shopping violenta a região, a região vai sofrer o impacto, que vai privilegiar o próprio empreendimento à melhoria da orla. Tudo bem que talvez no futuro beneficie a cidade, mas vai criar mais valor para o empreendimento. Não que não tenha que ter melhoria, mas nós também teríamos que ter se preocupado com as famílias que estão há anos ali ao longo do arroio e que poderia ter um empreendimento para melhorar a vida dessas pessoas e não expulsá-las. E muitas dessas áreas são públicas, que poderiam ser concedidas e ter um projeto que viabilizasse a permanência das pessoas ali. Isso a gente não nota no poder público, eu estou falando do poder público e Conselho tem esse papel, os conselhos, o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Conselho Municipal de Acesso a Terra e Habitação tem um papel fundamental, o nosso Conselho que é um conselho que faz o planejamento urbano da cidade ele tem que ter um olhar sobre isso. Não adianta a gente aprovar projeto que impacta em determinadas regiões sem excluir as pessoas que sofrem esse impacto. Então, eu vejo assim. E são 500 páginas do termo de referência, viu, Hermes? Não é um trabalho fácil, tem que ler, tem que ter atenção nas minúcias, entender o que é uma macrozona, macrozona, o que é uma unidade de expansão urbana, o que é uma subunidade, o que é uma unidade 1 e 2. Então, eu não sou técnico, estou me aprimorando na análise dos processos e quando tu analisas um processo desse tem que ver o que alcance social que esse projeto vai ter, ele não pode ser só econômico. Então, eu vou pegar, eu estou tentando ver onde estão as 500 páginas, depois eu te dou a palavra exata para a gente fazer a convocação. Obrigado pelo espaço.

Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Tem uma Questão de Ordem do Paulo Jorge e no chat tem uma sugestão do Jackão de estender para todos os termos de compromisso. É trabalho para um ano, mas eu acho interessante, já que vai sair essa comissão, ela pode priorizar. Na sequência a Questão de Ordem do Paulo Jorge. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Meu Presidente, eu gostaria do seguinte, além de ver essa Comissão para a semana que vem, essa comissão da contrapartida das empresas, também uma comissão para regulação fundiária. Por exemplo, nestes 6 anos que estou no Conselho não ouvi falar de uma vila que tenha sido regularizada. Olhem bem, 6 anos estou aí dentro, não vi uma vila regularizada. Então, essa comissão poderia ser criada na semana que vem também. Uma coisa leva a outra. A minha região da Santa Teresa, os empreendimentos na Correa Lima, do lado da Vila São Cristiano, Buraco Quente, 2.400.00 o empreendimento. Imagina só, do lado da Vila Tronco, Santa Teresa, vários empreendimento, pega ali da rua à direita, do lado do Menino Deus, empreendimentos de altos valores. Como várias querer legalizar uma vila chamada Rio Branco se à direita tem um empreendimento que custa 2 milhões? Então, vai ser uma coisa muito complicada. Então, gostaria como essa comissão pelo menos para debater, discutir com o Plano Diretor para o pessoal ter direito à propriedade. Então, o senhor podia propor a criação dessa comissão. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu não gostaria, Paulo Jorge, de aproveitar este momento aqui interinamente e muito precariamente, de assumir a presidência e de apresentar uma série de coisas que até agora foram seguradas, sei lá, estancadas. E quem apresenta, na verdade, são os conselheiros. Eu estou de pleno acordo, participo, inclusive, mas eu acho que na próxima reunião tu e outros conselheiros podem apresentar essa questão da comissão da regulação fundiária. Então, só para esclarecer, eu não queria aparecer, todos conhecem as minhas dificuldades de tratar com o Secretário Germano, as nossas dificuldades. Eu não queria parecer como oportunista nestes 15 minutos de reunião e apresentar uma série de questões. Eu sei da precariedade que é esta minha estada aqui, das condições, nem o comando da voz eu tenho. Isto é uma instância de ocupar este espaço muito, muito precário. Fica a proposta para que se apresente, para que se discuta na próxima reunião. Então, depois eu vou encaminhar um e-mail para a Camila especificando essas questões, com o nome que foi colocado ali, para que não haja esquecimento. Não sei se alguém tem mais alguma questão? Não temos mais questões? Então, podemos encerrar a reunião? Eu agradeço a todos pela compreensão. Obrigado! Camila, pode fechar. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 19h15min).**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

539

540

541

542

543

544 **Germano Bremm**

545 **Presidente**

546

547 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:**

Secretária Executiva

Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2858/2020

Aos treze dias do mês de outubro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanzo Magni (1ª Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação das atas 2846 e 2847; 3. Comunicação; 4. Ordem do Dia; 5. Criação da Comissão. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h05min. **1. ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Temos *quorum*, declaramos oficialmente aberta a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, de 13 de outubro de 2020. Eu só antes de iniciar os trabalhos, como ou a gente está nesta primeira agenda de hoje ao vivo,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

transmitindo no canal da SMAMS pelo YouTube, eu gostaria de compartilhar aqui, rapidamente, uma apresentação explicativa um pouco dos procedimentos, para quem está nos assistindo ou vai nos assistir no momento posterior, para entender um pouco a dinâmica do trabalho. A apresentação já foi feita aqui para os Senhores Conselheiros. É para que todos tenham essa compreensão de como funciona o processo, alguns lembretes gerais. Depois abro para o período de Comunicação. (Apresentação da dinâmica do regimento interno e composição). Então, é um pouco isso, quis só demonstrar, como fica gravado e se alguém quiser entender um pouquinho mais do procedimento do Conselho, como nós estamos no dia a dia conhecemos bem os procedimentos, mas talvez o público externo que não tenha essa familiaridade com os processos, por isso a gente quis compartilhar para entender os procedimentos e todo mundo ficar com mais clareza dos processos. Então, Senhores Conselheiros, consulto se temos inscrito para o período de Comunicação. Temos uma entidade externa, da RGP 8, a Michele. Temos inscrito o Conselheiro Felisberto, Conselheiro Adroaldo, Conselheiro Hermes e Conselheiro Paulo Jorge, e Conselheiro Emílio, que foi o primeiro inscrito. Nesse sentido, disponibilizo para a entidade externa. Estamos tentando achar a Michele. Estamos com um pouquinho de dificuldade aqui, tudo ao mesmo tempo, não estamos conseguindo liberar aqui a Michele. A gente está insistindo. Então, vamos passar para os conselheiros inscritos para o período de Comunicação. Conselheiro Emílio primeiro inscrito, na sequência a gente tenta de novo. Conselheiro Emílio com a palavra. O Senhor tem 3 minutos. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Boa noite a todos e a todas. Boa noite, Secretário! Tenho duas comunicações bem rapidinhas. A primeira comunicação é a respeito de uma data muito importante para todos nós arquitetos, que este dia, quinta-feira, 15 de outubro, se celebra as eleições do CAU, com mais de 6 mil arquitetos inscritos no registro eleitoral, que pretende eleger uma nova gestão para o período 2021/2023. E esperamos que todos os colegas representantes neste momento no CMDUA, que são arquitetos, por favor, possam divulgar esta data. O voto é obrigatório, pois esperamos ter um voto maciço, digamos, que (Inaudível) esses arquitetos inscritos em nossa categoria. A segunda comunicação é basicamente poder saber sobre as informações da criação da comissão do CMDUA, de avaliação de impacto. Tive a oportunidade de falar com a Conselheira Patrícia através desse projeto que vocês criaram. Estou esperando a resposta ou manifestação de forma oficial por patê deste Conselho para continuar com a estruturação dessa comissão, que tem essa missão de poder determinar em um curto período de tempo essa metodologia para os fins deste Conselho. Muito obrigado, Secretário. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e a todas, aqueles que nos assistem. Secretário, algumas pessoas estão tendo dificuldade para acessar no YouTube. Então, poderia ver o que está acontecendo. E uma questão, na apresentação que o senhor fez poderia ser também falado um pouco das regiões de planejamento, é onde a comunidade participa deste processo e elege seus conselheiros regionais. Então, é importante que a gente também mencione as regiões e planejamento e faça uma divulgação. Nós devemos estar nos preparando para eleger o novo Conselho, porque o nosso mandato está no fim, finaliza em dezembro. Então, eu acho que isso tem que ser um assunto que tem que ser pautado para a gente tirar a comissão eleitoral para preparar as eleições para o Biênio 2021/2022. Essa é a primeira manifestação. A segunda manifestação é saber como é que está o processo do Internacional, tendo em vista que há uma audiência pública, foi veiculada uma notícia no fim da semana passada, que haverá uma audiência sobre as questões das duas torres na área doada pelo Município ao Internacional. Então, é importante que a gente saiba como está esse processo e qual foi o parecer da PGM, que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

até agora não voltou. A terceira questão, Secretário, também terá uma audiência sobre o licenciamento ambiental, também foi um decreto que não passou pela discussão deste Conselho. Então, fomos surpreendidos pela pauta da Câmara de Vereadores, a sociedade é surpreendida por um governo que governa por decretos, sem dialogar e sem construir qualquer decreto, qualquer determinação, ouvindo este Conselho. Então, é importante que a gente valorize os espaços de participação e canal de democracia participativa. Não basta dizer que há participação quando não se efetiva a discussão e o diálogo nesta mesma comunidade. Por enquanto era isso e obrigado, Secretário. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Conselheiros. Boa noite, Secretário. Presidente, eu quero registrar que a RGP 2 estará fazendo neste sábado, no próximo dia 17/10, às 10 horas, uma reunião *online*, para dar o retorno das oficinas que fizemos sobre a revisão do Plano Diretor na Região de Planejamento 2. Essa proposta dos planos populares de ação é uma realização em parceria com o IAB e tem um patrocínio do CAU. Então, eu gostaria de convidar a todos os conselheiros, principalmente os nossos conselheiros de região que também aderiram a essa parceria com o IAB, para que nos acompanhem, para que a gente possa construir esse plano popular de ação, que tem também uma meta do que vamos pensar para a nossa região. Então, seria importante que os conselheiros, os colegas nos acompanhem sábado agora, que já vamos fechar o documento, apresentar no momento oportuno da revisão do Plano Diretor. Obrigado, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo. A Conselheira Tânia inscrita. Lembrando, antes da conselheira falar, que a gente disponibilizando pelo YouTube, todos que quiserem assistir às reuniões do Plano, podem assistir no canal da Secretaria do Meio Ambiente no YouTube. Nós não vamos dar mais acesso à sala interna, a sala interna é dos conselheiros do Plano, representantes, das entidades ou daquele interessado que se inscrever previamente para falar no período de Comunicação. Por favor, Conselheira Tânia. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Eu de fazer um informe muito importante, que nós também vamos organizar, quer dizer, já está organizado, vamos efetuar essa oficina de retorno do Plano Diretor de Ação Popular aqui na RGP 4, juntamente com o IAB e o CAU. Esse trabalho já foi feito, nós fizemos; na verdade, foram quatro oficinas, conversando com a comunidade, falando sobre a cidade que queremos, a comunidade que queremos, desenvolvendo um plano de ação para o Plano Diretor. Então, nós vamos finalizar este fórum, que foram na verdade 4, vai ser a finalização desse trabalho e o objetivo de ação é construir, estamos construindo de forma participativa com a comunidade, democraticamente, um Plano Popular de Ação Regional para inserirmos no Plano Diretor. Então, eu estou também convidando todos os conselheiros, toda a comunidade em geral para participar, vai ser amanhã, dia 15 de outubro, a partir das 18 horas. Eu já coloquei, eu vou colocar nos nossos grupos também, já está exposto, vai ser através de redes sociais, do Meet, que é através do Google, que é de mais fácil acesso para todo mundo. Então, é isso e conto com a participação de todos. Até breve. Obrigada. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Boa noite a todos que estão nos ouvindo nesta primeira vez. Eu parabeno por essa tomada de providência, que, na verdade, já tinha sido solicitada há bastante tempo desde o início da pandemia, mas, de qualquer forma, é uma ideia válida. Primeiro assunto, Secretário, é uma solicitação de providências, eu mandei já por e-mail e mandei para todos os conselheiros. Na reunião passada ficou definido que seriam acrescidos dois itens na pauta de hoje, ou melhor, um item em subdividido em dois assuntos, que seria a discussão sobre a criação de duas comissões.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Discussão, não quer dizer que se criariam duas comissões, sendo uma comissão, um grupo de trabalho para tratar dos termos de compromissos, tendo como prioridade o processo da Multiplan, que foi a proposta do Conselheiro Gomes e depois ampliada para que esse grupo se ampliasse para os outros termos de compromissos. É óbvio que dentro do possível, porque nós estamos praticamente encerrando o ano e a gestão deste Conselho. E o segundo grupo de trabalho, que é a proposta do Conselheiro Paulo Jorge, que se referia à regularização fundiária. Para minha surpresa, na primeira pauta que foi instruída, não apareceu nenhum dos dois grupos. Eu encaminhei e-mail, inclusive, para a Secretária Camila e a correção da pauta novamente veio incompleta. Então, eu gostaria que fosse corrigido, em respeito aos conselheiros que tomaram essa indicação. O segundo assunto, Secretário, que me causa surpresa, é que mais uma vez o Prefeito assinou um decreto que altera a aplicação do Plano Diretor, embora aqui não esteja questionando a sua legalidade, mas é um decreto que há 45 dias das eleições é um presente para a construção civil. É o Decreto que permite a utilização das coberturas dos prédios, com áreas, aquelas coberturas daqueles espaços que em princípio só pode em casa de máquinas, para elevador, reservatório de água. Agora fica possível a construção de várias áreas de lazer para os condôminos. Isso significa na prática aumentar alturas dos prédios, porque os prédios podem ser ocupados até 2m da divisa da cobertura, ou seja, vai ser uma volumetria a mais, o que para os construtores é um presente há 45 dias das eleições. Isso é um detalhe que aqui eu deixo registrado e para quem vai comprar os imóveis depois, esse presente não vai se reverter para o consumidor final, porque o metro quadrado, a área construída vai permanecer o mesmo valor. Eu acho estranho que esse decreto tenha saído sem nenhuma discussão, nem mesmo mencionado no Conselho, deveria ter sido discutido no Conselho. Fica a minha indignação, como tantas outras que os vários conselheiros têm vivenciado em quase todas as reuniões. O Prefeito governa por decreto, o governo faz Plano Diretor por decreto. Obrigado. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite, meus conselheiros. Então, eu tenho uma informação, é o seguinte, como eu falei, estou fazendo a reunião do planejamento dentro da Região 5. Estamos debatendo com a comunidade, estamos debatendo com os conselheiros sobre o planejamento do nosso bairro. Nós estamos fechando uma discussão dentro de um seminário, que vai envolver a Faculdade Ritter dos Reis, a UFRGS, para tratar do bairro que nós queremos. Já temos os dados do CMDUA, o pessoal vai engajar com toda essa discussão. Então, os conselheiros do OP, os conselheiros do CMDUA, os conselheiros que trabalham nas comunidades. Vai ser por videoconferência, a gente vai fazer esse planejamento em duas reuniões. Então, todos às 18 horas, a Região de Planejamento 5 está (Inaudível/interferência no áudio). Informação dois, nota triste, vocês sabem que eu venho falando várias vezes sobre o Coronavírus em Porto Alegre. E o governo abriu a janela, estamos aí no laranja, só que tem laranja onde? No Bom Fim, Carlos Gomes, Petrópolis, Duque de Caxias, Centro, tem laranja. Por que está laranja? Porque esse pessoal que trouxe o vírus para Porto Alegre se isolou e largou na periferia. Então, o que aconteceu? A classe média alta já está isolada do vírus. Esse vírus está onde? Nas vilas, nas favelas, uma pessoa que tem uma alimentação muito baixa, pessoas que estão com situação baixa de nutrição, hipertensos, tudo da favela, sem esgoto, sem saneamento básico. Então, na Região Glória/Cruzeiro/Cristal está subindo muito o índice. Inclusive, a minha entidade AMAVTRON está com um caso confirmado, a minha filha está confirmada, a minha sobrinha e mais 08 alunos meus confirmados com Coronavírus. Inclusive, eu também estou fazendo o procedimento, porque eu tive contato, espero que eu não pegue esta porcaria, mas é isso que está acontecendo. O que acontece, meus conselheiros? Não quero falar de governo municipal, mas isso era previsto,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

a porcaria desse vírus que esses caras que viajam estão trazendo da Europa, os turistas. O governo abriu as portas para matar a população pobre da favela. (Sinalização de tempo esgotado). Fazer o quê? As eleições estão aí. Só tem uma coisa, pessoal, aviso para todo mundo, eles estão indo na favela, estão indo apertar a mão do povo na favela e lá eles vão pegar o vírus. Ontem na minha comunidade tinha 5 eventos para fazer entrega de brinquedos e a Guarda Municipal não fechou. Abriu as portas. Só para avisar vocês. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Paulo Jorge. Então, encerramos as manifestações no período de Comunicação. É um período livre para manifestações das mais diversas dando oportunidade para todos os conselheiros fazerem o uso da palavra. Em relação à pauta também, comunicar que a gente vai disponibilizar a pauta no site da Secretaria, onde tem a opção: Conselho do Plano Diretor. Então, a gente vai inserir sempre a pauta lá para que todos, até com acesso externo, possam saber o que está sendo debatido no Conselho. Antes da gente ir para a nossa pauta, a gente tem de fato a criação do grupo de trabalho, é o item 5 da pauta. Enfim, só gostaria de compartilhar, no sentido de que a criação do grupo de trabalho específico para tratar das medidas, era um processo que vinha sendo demandado pelo Conselheiro da Região de Planejamento 5, o Conselheiro Paulo Jorge. Então, a gente entendeu como adequado propor esta pauta, a criação desse grupo de trabalho. Quem propõe a pauta é a figura do Presidente, conforme prevê o nosso Regimento Interno, mas não me oponho, eu não tenho qualquer restrição de se criar um grupo de trabalho para tratar da regularização fundiária. Eu acho pertinente, é importante. A gente pode propor nas próximas reuniões talvez a criação desse grupo de trabalho. Lembrando que nós temos a apresentação também do tema para tratar da regularização. Parece oportuno que a gente faça primeiro essa reunião, essa apresentação geral um do tema, faça essa discussão em uma reunião específica que a gente vai ter, vai ser no dia 29/10 o tema regularização fundiária, que foi proposto pela Região de Planejamento 1, pela 3 e pela 6. Então, nós vamos ter essa discussão e me parece adequado que a gente na sequência disso possa criar um grupo de trabalho para tratar, especificamente, da questão da regularização fundiária. Lembrando que nós temos a própria discussão do Plano Diretor e esses temas se correlatam com a discussão do Plano Diretor, que em função da pandemia o processo a gente suspendeu. Então, esse ponto específico do grupo de trabalho do termo de compromisso é um caso pontual, mais fácil de ser trabalhado nesse grupo de trabalho. O outro é uma discussão geral de cidade, de Plano Diretor, isso pode ser feito ao longo dos próximos meses. Senhores Conselheiros, então, vamos votar as atas: **2. VOTAÇÃO DAS ATAS 2846 E 2847.** Eu consulto se temos abstenção ou voto contrário à aprovação das atas. Questão de Ordem do Conselheiro Hermes. Lembrando, Conselheiro, que nós vamos discutir esse ponto no Item 5 da pauta. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Mais uma vez, Presidente, eu queria esclarecer que a minha posição era contrária às comissões. Não se trata de achar oportuno ou não, trata-se de uma decisão dos conselheiros, que deveria ser respeitada. Eu, inclusive, acho que não temos mais tempo para comissões, nós temos mais meia dúzia de reuniões, tirando as reuniões ordinárias que tratam dos processos. Então, inclusive, no começo eu me pronunciei contrário, é uma questão de respeito à decisão da maioria. Só isso, Presidente. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Então, a votação das atas. Eu peço que se manifestem no chat, se temos manifestações contrárias ou abstenção. Abstenção da ÁREA, Conselheiro Mark, Emílio, Conselheiro Jane, Conselheiro Hermes, Conselheiro Rômulo, Conselheiro Felisberto, Conselheira da ACESSO abstenção. Temos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

09 abstenções, nenhum voto contrário. **APROVADAS AS ATAS 2846 E 2847.** Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto, depois o Conselheiro Darci. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, a minha Questão de Ordem são duas. Primeiro com relação aos que entraram depois, seria bom mencionar. Pelo que eu vi entrou a RGP 8, a RGP 7, a RGP 3. Então, eu acho que seria bom nominar as regiões que estão presentes, os demais foram mencionadas. A outra Questão de Ordem é se o senhor não vai abrir o espaço para a Michele falar ou se aconteceu algum problema, porque ela tem direito de se manifestar. Essas eram as minhas observações. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela Questão de Ordem. Nós estamos com alguma dificuldade com a Michelle, que ao liberar ela saiu da sala e está nos avisando pelo Whats que não está conseguindo retornar. Não aparece aqui para nós a permissão para ela entrar. Ela está dizendo que não está conseguindo entrar. Então, é um problema técnico que a gente não conseguiu resolver, mas, naturalmente, todos têm acesso e garantia da fala, se porventura não conseguir resolver o problema até o final da reunião, na próxima sessão a gente novamente tenta resolver o problema para garantir o acesso à manifestação dela. Conselheiro Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa noite para todos. Eu só vou me somar à Questão de Ordem do Conselheiro Hermes, para que não chegue lá no ponto 5, já no final da reunião – Ah, não foi isso que foi deliberado! Senhor Presidente, este Conselho na reunião passada deliberou dois pontos de pauta para esta reunião. Então, não está na autoridade do Presidente do Conselho, por mais que tenhamos um Regimento que mudou os regimentos anteriores, porque nos regimentos anteriores não era o Presidente que definia a pauta sozinho, como nem está sendo agora de uma forma autocrática, né. Então, o Presidente pode definir a pauta, mas não pode se sobrepor a uma decisão tomada na reunião passada do Conselho. Então, esses pontos tem que estar na pauta. Se é tarde, se está em fim de governo, isso é uma avaliação que foi feita por quem votou na reunião passada. Então, nós temos que pelo menos submeter à pauta a aprovação, não aprovação, a montagem das duas comissões, senão nós vamos sempre tocar com a barriga, porque o que a gente vê aqui é o que não interessa ao Secretário se toca com a barriga – Ah, então, na reunião que vem a gente vê. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Qual é a sua dúvida com relação ao regimento? Qual é o artigo que o senhor questiona para levantar Questão de Ordem? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** O que o senhor falou, que a pauta é o senhor que define, quando a pauta se refere a um ponto que já foi votado por este Conselho, não é o senhor que define, é este Conselho. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nós vamos discutir no Item 5 da pauta. O senhor tem alguma dúvida com relação à Questão de Ordem, ao procedimento agora? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Sim, porque o senhor disse que quem define a pauta é o senhor e não está na pauta o que foi votado na reunião passada. Eu só posso ter dúvida. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Quando nós chegarmos lá faremos a discussão. Obrigado, Conselheiro. Na sequência a gente passa para: **4. ORDEM DO DIA. ITEM 4.01:** o processo retornou de diligência, é o Expediente 002.33353900-9. É um processo da Sudeste, Transporte Coletivo Ltda. Aprovação de Estudo de Viabilidade Urbanística na Rua Saldanha da Gama, 155, RGP 7, relator Acesso e Cidadania. O processo foi distribuído em 17/06/2020, prazo para relatório em 21/07, prorrogado para



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

11/08. A conselheira representante do Acesso apresentou um parecer em 13/08c pedido de diligência à CAUGE. A diligência foi remetida e atendida no dia 02/10. Temos uma Questão de Ordem da Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite, Secretário. Boa noite, colegas. Na verdade, Secretário, a gente não pode ignorar o que se passa no *chat* do Conselho. Então, tem um pedido ali de Questão de Ordem de inversão de pauta. Então, acho que deve ser ponderado. Eu acho que a gente deve dar prioridade quando vem alguma pauta, alguma palestra, algum tema, ela sempre se sobrepõe à Ordem do Dia. Eu acho que o entendimento deveria prevalecer o mesmo. Então, já que há um pedido nós deveríamos discutir os grupos de trabalho depois a Ordem do Dia, até porque são dois processos apenas que estão na Ordem do Dia e não haverá prejuízo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mas eu não vi proposição de sua parte para inverter, senão a gente teria deliberado essa votação. Não veio proposição nesse sentido, a gente organiza a pauta como prerrogativa do Presidente deste conselho, organizar a pauta, propomos e vamos discutindo dentro das viabilidades possíveis. Agora a gente está discutindo a Ordem do Dia. Obrigado, Conselheiro Claudete. Eu vou passar a palavra para a equipe do planejamento. Conselheiro Felisberto, alguma dúvida? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu tinha solicitado a inversão de pauta, eu acho que o senhor teria que ter submetido a este Conselho a deliberação. E eu recebi uma comunicação da Michele, que ela está tentando entrar e não está conseguindo, Secretário. E, além disso, ela solicitou por e-mail ao senhor, que o senhor lesse o e-mail dela. Então, seria importante que fosse respeitado isso, Secretário. As pessoas se comunicam e a gente fica nisso. Eu acho que tem que haver inversão de pauta, é um assunto solicitado pelos conselheiros, é um tema que envolve as regiões. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, vou encurtar, não há problema em inverter a pauta, como votamos em várias oportunidades, só que a gente não fez isso no momento inicial. O senhor teve a oportunidade de falar e solicitar a inversão e eu teria colocado em votação, não há problema em a gente avançar nesse processo, não vejo sentido. Nós temos um processo em pauta, no máximo dois e na sequência a gente vai para essa discussão. Vão ter mais liberdade, enfim, para discutir, se for necessário avançar um pouquinho a reunião. Eu não vi na sua fala a proposição no sentido de inverter a pauta, senão teria colocado em votação. Então, agora estamos discutindo o processo, estamos na Ordem do Dia, damos segmento e depois colocamos em discussão a criação dos grupos de trabalho. Por favor, a equipe do planejamento nos faça uma apresentação rápida do Item 4.01 da pauta, antes de passar ao relato da Conselheira Claudete. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite. Então, dando seguimento à escala da apresentação pela equipe do planejamento, quem vai apresentar os relatos vai ser a Arquiteta Simone dos Santos Fernandes. Ela possui graduação em artes visuais pela Universidade Federal de Santa Maria e também Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Ritter dos Reis. Atuou na Prefeitura Municipal de Santa Maria, na Secretaria da Saúde, na Secretaria da Cultura de 2000 a 2005, experiência na área de projetos e execução da área de arquitetura, estabelecimentos na área da saúde e atualmente atua como arquiteta urbanista na Prefeitura de Porto Alegre desde 2019, na Unidade de Estudos Urbanos, dentro da Coordenação de Planejamento Urbano. Então, hoje a Arquiteta Simone é a nossa consultora para questões culturais e questões históricas, que ela é uma pessoa apaixonada pelo tema, vai estar apresentando essas breves informações sobre os processos que estão na pauta. Eu já passo a palavra para ela. Obrigada. **Simone dos**



Santos Fernandes, Empresa de Planejamento SMAMS: Boa noite a todos. O número é 002.33353900-9. É um EVU da Sudeste Transportes Coletivos da Rua Saldanha da Gama, 555. Um Estudo de Viabilidade Urbanística para regularização da atividade especial de garagem geral em um terreno com área superior a 1.000 m², listado como um projeto especial de impacto urbano do 2º grau, nos termos do artigo 61, inciso I, artigo 100, § 3º e anexos 11.2, folha 1 da LC 434/99, notificada pela LC 646/2010 do PDDUA. (Leitura do processo). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Se puder resumir para nós, porque ainda temos os pareceres. **Simone dos Santos Fernandes, Empresa de Planejamento SMAMS:** Os pareceres são longos. Acho que dá para ir para a discussão. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim. E já teve a apresentação por parte da Vaneska. Hoje seria só um apanhado geral. Obrigado, Simone, pela apresentação. Vamos ao relato da Conselheira Claudete pelo período de 10 minutos. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Então, boa noite a todos os colegas e o pessoal que está nos assistindo. Eu vou tentar sintetizar um pouco, até porque o nosso tempo sempre é curto para as manifestações e análise dos expedientes, mas o planejamento já trouxe aí um pouco das sínteses do que seria o expediente. Eu vou retomar, nós temos o objeto, o expediente. Então, vou tomar um pouco das diligências e encaminhamentos a CAUGE que foram efetuadas. Então, aqui em azul vocês vão ver a diligência e a síntese, eu vou comentando. Então, foi solicitada diligência para que fosse fundamentado o motivo pelo qual foi aplicado o art. 2 do Parecer 07/2012, visto não ser autoaplicável a isenção de área permeável pelo simples enquadramento de posto de gasolina. Este parecer diz, na verdade, que tem que ter um parecer fundamentado. A SMDE respondeu, dizendo que ela aplicava o Parecer 126/2017 por similaridade, visto que incidiria ali posto de combustível. A gente não tem, na verdade, acesso e não está nos autos esse Parecer 126/2017, até para saber do que se trata. E tem outra manifestação técnica, que também diz assim: “Somos favoráveis à isenção do atendimento da área livre, considerando a existência de um posto de combustíveis dentro do estabelecimento”. Então, verifica-se, portanto, que o ausente estudo ou motivação fundamentada a justificar a aplicação do Parecer 07, uma vez que o parecer não autoriza ou determina que todos os postos de gasolina sejam isentos de área livre permeável, mas que podem ser isentos, desde que baseados em parecer técnico fundamentado. Não sendo a similaridade a posto de gasolina hábil e suficiente para a isenção conferida, motivo pelo qual, no meu entendimento, deve ser revista a isenção aplicada. Aliás, também não parece razoável uma área de mais de 16.000 m², onde há predominância de garagem do ônibus, que se justifique a isenção total da área livre permeável. Além disso, verifica-se que a flexibilidade ou a isenção conferida, ela altera inclusive as diretrizes definidas no Parecer 116/2018, causando estranheza no procedimento, visto que vencida a etapa de diretrizes e ausente pedido de reconsideração, conforme preceitua o nosso ordenamento, que justifiquem que elas venham a ser modificadas posteriormente. Lembrando até que em algumas hipóteses do pedido de reconsideração de diretrizes cabe ao CMDUA deliberar. Outro encaminhamento que havia sido solicitado à CAUGE é que fosse analisado e considerado no EVU os impactos e ajustes apontados, em sendo o caso, de acordo com o inquérito civil, procedimento instaurado pelo Ministério Público, que apura a poluição sonora e perturbação do sossego causado pelas atividades da Empresa Sudeste Transportes, através de decisão fundamentada. E solicita também que fosse esclarecido se foi efetuado ou não o plano de monitoramento de ruídos, conforme definido nas diretrizes e em caso positivo fosse juntado cópia ao presente expediente. A SMAMS faz uma resposta, eu vou sintetizar para a gente



392 poder fluir o parecer, que ela frisa que, na verdade, em síntese, que à época das análises
393 das referidas etapas não se tinha o conhecimento da equipe à existência do inquérito civil.
394 Então, verifica-se que a diligência que dispunha sobre a análise, considerando as
395 reclamações sobre a poluição causada pelas atividades, ela não foi atendida, porque veio
396 apenas uma justificativa dizendo que não tinha conhecimento, mas o pedido era específico,
397 era que fosse feita uma análise considerando essa instauração, esse inquérito e essas
398 reclamações que aportaram no Ministério Público. Cabe aqui registrar também que não foi
399 juntado ao expediente, como requerido, cópia do plano de monitoramento de ruídos. A par
400 da manifestação da Coordenadora Técnica Sônia Maria, de que seria disponibilizada cópia
401 digitalizada do Expediente nº 0023330786-9, no qual a conselheira teria acesso à íntegra
402 do mesmo. Verifica-se que o expediente disponibilizado não traz a informação solicitada,
403 ela não traz esse plano de monitoramento. Aliado a isso, a gente não deve esquecer que o
404 interesse público, a transparência, a publicidade dos atos administrativos, impõe que os
405 documentos referidos ou necessários devem estar disponíveis e acessíveis no próprio
406 expediente, não parecendo adequado e nem eficaz o encaminhamento dado, que remete a
407 uma digitalização, na qual essa digitalização não traz o documento solicitado. Cumpre aqui
408 referir que a nossa secretária até fez uma menção solicitando que fosse juntado às folhas
409 26 a 47, possivelmente onde estaria esse monitoramento, mas, estranhamente no
410 processo digitalizado sequer a gente consegue identificar onde estariam essas páginas 26
411 a 47, uma vez que vieram páginas, como tende acontecer aqui, sem numeração. E o plano
412 que foi solicitado para ser juntado não foi. Outrossim, tendo em vista que a empresa possui
413 alvará de autorização para funcionamento em 24 horas e considerando o requerimento
414 para atividade especial, com garagem, lavagem, lubrificação, reparação de estofados,
415 pneus, câmeras, chapeação e pintura, tem que ser realizado um estudo abrangendo todo o
416 período e a todas as atividades. Bem como, deve ser considerado o conflito de vizinhança
417 já identificado, considerando também que a FEPAM já fez uma vistoria no local. Solicitei
418 ainda um encaminhamento à CAUGE, relacionado aos muros e essas diligências lidas aqui
419 foram aprovadas anteriormente, que esclarecesse o motivo ou fundamentasse a ampliação
420 da altura permitida para 2,80m, visto que o interessado pelo imóvel possui muros com
421 alturas diversas, não havendo uniformidade. A SMDE respondeu, esclareceu o
422 mapeamento, o que determinaria cada cor, se amarelo, se vermelho, se é construir,
423 demolir, se é azul, se é preto, mas a par dos esclarecimentos prestado e não havendo
424 uniformidade de alturas, inclusive, a previsão de demolição não ficou clara para mim. Na
425 verdade, a fundamentação ou a motivação para adoção de altura acima do permitido. Em
426 que pese tenha sido referido em um parecer técnico a continuidade usual. Aí eu me
427 pergunto: essa continuidade visual é do empreendimento da rua ou da quadra? O que a lei
428 preceitua que a gente vai fazer? Que continuidade é essa? E vamos considerar ainda que
429 os muros ali têm uma altura divergente, depois nós temos uma área altamente residencial,
430 com casas bem baixinhas. Depois eu tenho umas fotos da visita na área que eu
431 gostaria de colocar. E coloca também, o que seria essa permissão, o direito sobre a área,
432 mas eu entendo que o direito sobre a área não se confunde com o direito sobre a altura. Eu
433 posso estar enganada em algum entendimento, algum encaminhamento, não sou da área
434 técnica, mas fazendo a leitura dentro daquelas nossas possibilidades. Outra solicitação
435 efetuada de diligência era que fosse informada a tramitação e situação do licenciamento
436 ambiental e da licença de operação. A resposta da SMAMS foi que o pedido registra, em
437 síntese, a necessidade por parte do administrado de apresentação de diversos
438 documentos. Eu estive dando uma olhada e verifiquei que o expediente que está
439 cadastrado como acompanhamento especial, até gostaria de saber o que é esse
440 acompanhamento especial, verifiquei também que foram efetuadas várias solicitações ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

441 requerente, que não foram atendidas, inclusive os prazos já terem sido expirados. E não
442 tenho uma informação com essa resposta da SMAMS, uma informação precisa sobre a
443 tramitação, nem sobre quais documentos estão pendentes de apresentação. Ou seja, ela
444 padece dessa resposta, essa diligência de informação clara e objetiva. Cabe ainda
445 destacar que em que pese o expediente que se refira à existência de pluma de
446 contaminação em fase livre identificada no local, foi impulsionado ao empreendedor que ele
447 deveria requerer junto à FEPAM a licença ambiental. A recém a Simone colocou dentro das
448 condicionantes técnicas que um dos condicionantes seria esse requerimento junto à
449 FEPAM. A competência, na verdade, ambiental, é da SMAMS, não é da FEPAM. Então,
450 essa condicionante se encontra, inclusive, inadequada. A competência é, foi um dos
451 motivos que eu solicitei esclarecimentos. Por fim, uma vez que é da competência do
452 CMDUA, ao estudo e avaliação, eu solicitei que fosse juntado o termo de referência. A
453 SMDE informou que não foi efetuado o EIA RIMA e por isso não teria sido elaborado o
454 termo de referência. Então, diante do exposto e considerando que o Plano Diretor é
455 urbano, mas, também, ambiental, que licenciamento urbanístico e ambiental se entrelaçam
456 em alguns pontos... (Sinalização de tempo esgotado). Então, vamos passar essa parte. Eu
457 trago aqui algumas questões da legislação. Isso é para ver o tempo que nós temos para
458 relatar um projeto, que é insuficiente, isso demonstra exatamente a insuficiência, vocês vão
459 votar sem conhecer meu relatório, mas tudo bem. O que eu coloco no final? Vamos ver
460 assim: no presente caso, a estrita violação à garantia constitucional, tendo em vista uma
461 suposta poluição sonora e uma já comprovada contaminação, fazendo-se necessária a
462 remediação da área degradada da empresa que tem atividades irregulares. Então, mais do
463 que a pressa em a gente estar aqui apressando, na verdade, que o empreendimento seja
464 regularizado, a gente tem que resguardar a saúde da população, posto que a gente busca
465 em um licenciamento, na verdade, é isso, a segurança, o bem estar. E prevê, inclusive,
466 conflitos, aqui a gente já tem um conflito instaurado, um do direito de vizinhança, por causa
467 do ruído. E nós sabemos que o ruído afeta não só aqueles moradores, mas toda a
468 coletividade. Eu gostaria de colocar aqui, vou ver se consigo compartilhar algumas fotos do
469 local. Aqui seria a empresa, a quantidade de prédio vizinhos que nós temos, de áreas
470 residentes. Aqui dá para ter uma visualização das residências e dos muros. Olhem a
471 continuidade visual que nós temos aqui, inclusive, temos casas construídas sobre esse
472 muro, nós temos uma lavagem a céu aberto, temos uma área de manutenção, os muros
473 também. Temos aqui o posto, é até interessante, porque no pedido das atividades, não
474 consta o requerimento e a informação que tenha um sistema de abastecimento no local. E
475 aqui refiro, ratifico a questão de que foi condicionada uma adequação, ou seja, solicitado
476 junto à FEPAM esse licenciamento da área degradada em função da questão dos postos, a
477 questão da oficina. Então, o meu parecer é no sentido, que eu entendo que esse processo
478 não se encontra apto à votação, que é necessário se fazer uma análise sim, seja uma
479 análise de estudo de ruídos seja da questão dessa degradação ambiental, que meio
480 ambiente e licenciamento ambiental não andam sozinhos, um não existe sem o outro.
481 Então, meu parecer é no sentido que ele retorne e sejam refeitos os estudos,
482 principalmente considerando que tem também um inquérito civil aberto, onde já tem um
483 conflito instaurado ali na região. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**
484 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está bem, Conselheira Claudete.
485 Obrigado, Conselheira Claudete, pela sua manifestação, seu relato. Lembrando que o
486 relato, conforme prevê o nosso regimento interno, tem que ser claro, objetivo, no sentido da
487 aprovação ou reprovação do expediente. Entendo que com a leitura do seu relato a
488 senhora se manifesta de forma contrária ao processo que está sendo colocado em pauta,
489 porque teve a oportunidade de se fazer as diligências, todo o relato está em contrariedade



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ao histórico do que se apresenta no processo, foi apresentado pela equipe de planejamento, onde teve a análise da Procuradoria, teve a análise da Secretaria do Meio Ambiente e da Sustentabilidade, de todos os órgãos que compõem e que tem a competência para fazer essa análise técnica com relação aquilo que está sendo proposto. Antes de chegar foi aprovado pela técnica. Naturalmente, é a sua manifestação, o seu entendimento em manifestação de forma contrária ao presente expediente. Então, antes de deliberar o parecer contrário... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não cabe ao senhor interpretar o meu voto. O meu voto é que ele não está apto à provação e deve ser encaminhado para diligências. Isso é uma prorrogação que está previsto no Plano Diretor. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Lembrando que a nossa Resolução nº 001/2020, de procedimentos, prevê a possibilidade de diligência, a senhora colocou em diligência e é o seu direito manifestar não entendendo que não são suficientes os esclarecimentos e colocar a sua contrariedade à aprovação desse expediente. E foi esclarecido pelos órgãos competentes, tudo está ali disponibilizado no processo, todo mundo tem acesso, pode verificar. Coloco em discussão o presente expediente, lembrando que depois da discussão a gente vai deliberar a cerca do voto da manifestação do relato contrário da Conselheira Claudete á aprovação do presente expediente. Lembrando que já tivemos a oportunidade da diligência prestada pelo município, mesmo assim a Conselheira Claudete levantou uma série de questões que se sobrepõem à análise técnica feita pelo município e que temos que respeitar a posição da conselheira. Então, temos aqui dois pedidos de vista: Conselheiro Gomes e Conselheiro Felisberto. Então, em havendo solicitação de vista a gente nem coloca em discussão. Questão de Ordem para o Conselheiro Gomes, depois para o Conselheiro Hermes também, que quer vista. Então, damos a oportunidade para os conselheiros fazerem os relatos de vista. Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, boa noite a todos. A Questão de Ordem era só para lembrar nesse sentido, que com o pedido de vista a discussão fica para pós-vida, mas o Presidente encaminhou nesse sentido. Eu me sinto contemplado. Temos o Conselheiro Felisberto para Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, a primeira Questão de Ordem era na mesma linha do Gomes. E a segunda Questão de Ordem, é que durante o período de Comunicação eu coloquei vários questionamentos que não foram respondidos. Um deles, a questão das eleições e a outra questão do processo do Internacional, né. Então, não gostaria que o senhor se manifestar sobre esses dois assuntos que foram colocados por mim. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Lembrando que o período de Comunicação sempre é um período livre, não há necessidade da gente manifestar e esclarecer todos os pontos, mas eu acho que após a reunião não há problema da gente fazer um comunicado, tentar no que eu consigo fazer os esclarecimentos. Agora nós avançamos na questão da pauta. Na sequência eu posso prestar esses esclarecimentos. Conselheiro Patrick. **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Boa noite. Eu queria tentar ajudar dando alguns esclarecimentos técnicos. Eu comecei analisando esse processo, depois ele passou para outro colega. Há um esforço, que é de interesse público da gente regularizar tudo que vem à prefeitura para melhorar a cidade. Então, assim, todas as questões que estavam em desacordo foram analisadas, tivemos a questão do muro também citado, que até descobrimos que tinha uma parte do mundo que estava fora da matrícula. Então, essa parte foi solicitada, tem questões de pré-existência de muro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Trabalhamos em algumas contrapartidas e a questão da área impermeável é que se trata de um empreendimento que tem que ser regularizado e ele já tem edificações e há o interesse, tem o parecer 07/2012, que é assim, quando há abastecimento de combustível para no caso dos ônibus, não há interesse em ter esse amortecimento da água pluvial, porque pode haver contaminação do solo, que é muito mais grave. Então, existe um entendimento técnico que essas áreas de áreas permeáveis, nesse caso de ter abastecimento de combustível, que não é um posto propriamente dito. Na verdade, é uma bomba que existe para abastecer os ônibus de linha. Então, todas as questões técnicas estão no processo, foram levantadas e formalizamos o melhor entendimento técnico possível para ser regularizado. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, desculpa lhe cortar. A gente vai ter oportunidade de debater, eu gostaria que o senhor se inscrevesse na próxima reunião para debater o processo, fazer a discussão. Naturalmente, eu gostaria de ouvir esses esclarecimentos, mas como teve pedido de vista não coloco em discussão o expediente, a gente dá oportunidade da vista para a próxima reunião todos fazerem a discussão. Então, temos pedido de vista dos conselheiros: Gomes, Dal Molin, Felisberto, Hermes e Darci. Mais alguém? É isso, então. O **ITEM 4.02** da pauta continua em diligência. O **4.03** também. O **4.04**, **4.05** também estão em diligência. O **4.06**, **4.07**, cobrei a nossa secretária executiva que faça contato com as secretarias para a gente ter esses retornos. O **ITEM 4.08** também está em diligência. E depois passamos para o **ITEM 4.09** da pauta. Temos uma Questão de Ordem da Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, eu pedi a manifestação porque eu acho muito salutar, na verdade, a manifestação do Conselheiro Patrick. Eu acho que nós deveríamos propiciar o debate, independente do pedido de vista, para a gente esclarecer os pontos. É isso que eu estava perguntando no chat, já que a gente tem o microfone cerceado, é que interessa não debater, nós delegarmos para um segundo momento. Então, eu não ignoro, Patrick que haja todos esses posicionamentos e entendimento técnicos, mas se a gente se baseasse só no entendimento técnico eu não teria uma cidade em que os carros não andam, que falta água. Então, nós temos que ter também outros olhares. Então, essa é uma das funções, eu não sou técnica, eu não sou da arquitetura, eu não sou da engenharia e eu trago um olhar que eu entendo que ali precisa de uma motivação, de um esclarecimento, de uma fundamentação, independente, na verdade, de já ter tido alguns estudos. Eu acho que tem que ter outros estudos conjuntamente, concomitante, considerando um conflito que já está instaurado. Não adianta a gente ir lá depois resolver o conflito, já tem um conflito instaurado, precisamos apurar. Já tem uma contaminação verificada, precisamos apurar. O licenciamento ambiental sozinho não existe. Então, acho que ele tem que ser feito em conjunto. Então, eu peço para ouvir outros esclarecimentos, uns na minha solicitação ali, mas, infelizmente, o Secretário disse que nós temos que formalmente cumprir o regimento, como assim entende, né. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Por favor, disponibiliza o relatório, é importante sempre, e a gente tem a previsão regimental, né. Tem que anexar no processo o relatório, não chegar na reunião com o relato. É importante, Conselheira, que sempre disponibilize antes para a nossa equipe o relato. Nesse sentido, passamos ao **ITEM 4.09**, Expediente 18.0.000107403-9, interessado: Gisele da Costa Mota Fontoura, gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro. Inclusão de gravame na Rua José Grimberg. O relato é da RGHP 2, Conselheiro Adroaldo, o processo foi distribuído em 11/09/2020 e redistribuído para a RGP 2 em 29/09. Peço que a nossa equipe de planejamento faça um relatório simplificado desse processo e depois agente dá



continuidade. **Simone dos Santos Fernandes, Empresa de Planejamento SMAMS:** É o Processo 18.0.000107403-9. É um gravame de traçado viário e cadastramento do logradouro na Rua José Grimberg e Rua José Grimberg, Beco 1. O Gravame é o cadastramento da Rua José Grimberg, do Beco 1, do Beco 5, que tem por objetivo atender a solicitação com a intenção de promover a regularização que está localizada no Beco 1 Rua José Grimberg, 06. O gravame viário do PDDUA e o cadastramento de logradouro possibilitará a regularização das edificações lá existentes. O mapa da localização da RGP 3, o mapa do meio e mostra o loteamento Costa e Silva, onde passa a rua e no mapa da direita a Rua José Grimberg, que faz esse trajeto aqui. (Leitura do processo). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Simone, pela apresentação do que traz o processo, para que todos tenham clareza. Na sequência temos o Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Mais uma vez boa noite a todos. Obrigado, Simone, pelo esclarecimento, que vem ajudar bastante na compreensão e alguma coisa que a gente possa deixar de falar. Nós estivemos no local visitando, juntamente com o conselheiro da Região 3, o Conselheiro Jackson e algumas lideranças. E de antemão a gente diz que eles são favoráveis e querem muito esse gravame do traçado viário. Então, vou ler a todos, é bem simples o nosso relatório, porque a Simone leu tudo e não vamos repetir. Relato da Região de Planejamento 2, Processo 18.0.000107403-9, interessado é Gisele da Costa Mota Fontoura. Objeto: gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro. Endereço José Grimberg, Bairro Rubem Berta, na RGP 3. Refere-se à inclusão de traçado viário da Rua José Grimberg, parte do Beco 3, Beco 1, terminando em cul-de-sac e Beco 5, onde é localizado na MZ 03, UEU 060. Aqui já está escrito, conforme o despacho da Coordenação do Desenvolvimento Urbano, que essa solicitação foi feita por uma moradora para regularizar a sua moradia e em se tratando de via consagrada ao uso há mais de 20 anos, com meio fio definido, provido de redes públicas de água, luz, telefone e iluminação pública. Eu vou pular algumas coisas. A comunidade demandou junto ao OP em 2011 a execução do levantamento topográfico cadastral. Foi contratada (Inaudível/interferência no áudio) fiscalizada pelo DEMHAB, apontando 594 lotes, por e tratar de área particular, com situação consolidada e que em alguns casos há usucapião sobre os lotes, havendo comprovação de utilização há mais de 20 anos. O prazo prescricional para demanda de desapropriação. Então, a rua já é de fato, existe desde 1999. O Beco 1 da José Grimberg está ligado à Rua José Grimberg, ambas não são cadastradas. Dessa forma a minuta inclui as duas vias. O histórico pequeno da Vila Demanda Pedro, onde está esse loteamento, de acordo com os moradores. Esse projeto da Vila Dom Pedro existe desde 22/04/2005, todos imóveis estão contidos e matriculados sob o número 36.836.808, no Cartório de Registros e Imóvel da 6ª Zona de Porto Alegre. Hoje em dia o Residencial Dom Pedro conta com água, luz, ruas pavimentadas e rede de esgoto, feita através da parceria do Orçamento Participativo. O parecer, eu coloquei para ser mais na parceria mesmo com a RGP 3, para deixar claro para o conselheiro da nossa vontade de participar junto com o procedimento de aprovação. Eu coloquei: “Por todo histórico de luta e organização dessa comunidade, por muitos anos buscando as melhorias para os moradores junto aos departamentos da Prefeitura e também através do Orçamento Participativo, considero justa sua solicitação na inclusão do traçado viário do Beco 1 da Rua José Grimberg, possibilitando o cadastramento das demais residências do Loteamento da Vila São Pedro. Nesse sentido sou favorável para a aprovação do processo”. Era isso, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo, pelo relato. Então, eu consulto se temos pedido de vista.



637 Tem uma Questão de Ordem do Conselheiro Jackson. **Jackson Roberto Santa Helena de**
638 **Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite a todos,
639 Presidente e colegas. Na verdade, eu vou dispensar o pedido de vista, porque eu
640 acompanhei o colega Adroaldo, conheço bem, o loteamento, porque é vizinho ao bairro que
641 eu morro. Realmente, para nós que lutamos nas regiões pela regularização fundiária, é de
642 certa forma muito bom ver passar por este Conselho um processo que está caminhando
643 para a regularização fundiária de uma área maior. Em consulta com a comunidade da
644 região, nós votamos a favor, já abro o meu voto favorável à aprovação do gravame. Era
645 isso, Presidente, obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**
646 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Tomamos a fala do
647 Conselheiro Jackson como a primeira inscrita para debater. Algum Conselheiro gostaria de
648 fazer a manifestação, debater o processo? Temos o Conselheiro Felisberto inscrito. Mais
649 alguém que queira debater? Senão eu encero a inscrição. A Conselheira Tânia para
650 debater. Não havendo mais inscritos encerro a inscrição para o debate e abro a palavra
651 para o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**
652 **Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, esse é exatamente um caso que a gente há anos
653 vem discutindo aqui no Conselho, a questão da regularização fundiária. E quero
654 parabenizar os funcionários da Secretaria pela sensibilidade em analisar esse processo e
655 viabilizar a regularização dessa comunidade. Isso é um avanço, isso demonstra a
656 sensibilidade. Parabéns a Simone pelo relato e toda a turma da Secretaria que muito bem
657 analisou o projeto. Espero que tenham o mesmo carinho com outras áreas que dependem
658 da regularização fundiária. Parabéns ao Adroaldo, o Jackão, pela unidade, viabilizando
659 comunidades que realmente esperam há anos a solução dos seus problemas em viabilizar
660 a melhor qualidade de vida. Então, meu voto é favorável ao parecer do Adroaldo.
661 Parabéns. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento**
662 **Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Eu gostaria de agradecer e fiquei até bem, como se
663 diz, entusiasmada com a regularização dessa comunidade. Esperamos que ela seja o
664 princípio de várias outras estão aguardando aqui, como a nossa do Matos Sampaio,
665 inclusive, já existe um projeto que foi feito há um tempo atrás e que está engavetado, que
666 até, então, nada vem acontecendo. Então, espero que seja o início. Esse processo de
667 regularização foi de uma sensibilidade e esperamos que sigam os processos de
668 regularização de outras tantas outras comunidades que estão aguardando. Eu sou
669 favorável, completamente favorável e vamos esperar que outras também entrem nessa
670 mesma linha. E uma outra coisinha que eu queria aproveitar e pedir ao Senhor Secretário,
671 que ajude a Camila, a nossa sua secretária, em uma questão que é referente aos nossos
672 jetons. Todos estão bem incomodados com isso, ela não consegue ter uma resposta
673 referente a isso e ela disse que é problema do RH e depois ela disse que está cobrando
674 RH e que não sabe o que está acontecendo. Hoje ela disse que iria no RH pessoalmente e
675 nos daria uma resposta, mas até agora nada. Então, como ela é nova, a Gabi era muito
676 eficiente com relação a isso e como ela é nova eu gostaria que o Secretário ajudasse a
677 resolver esse problema, que para nós faz muita diferença, principalmente nessa época de
678 pandemia. Eu aguardo uma resposta, aguardamos, estou falando no meu nome e em
679 nome dos conselheiros que também estão aguardando. Muito obrigada. **Germano Bremm,**
680 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
681 Obrigado, Conselheira Tânia. Eu sei que é bem importante o jetom, a contribuição, que
682 mesmo que pequena é importante para aqueles conselheiros que dependem. Só para
683 esclarecer, a nossa Secretária Executiva está tomando todas as ações, como o município
684 tem uma estrutura muito grande, mas ela demandou junto aos órgãos responsáveis e foi
685 informada, teve o retorno na data de hoje, um pouco antes da reunião do Conselho, que a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Tesouraria teve um problema em relação ao repasse dos recursos. E como a folha sempre fecha no final do mês, será inserido no próximo mês subsequente. Nós aqui, a Secretária Executiva demanda e quer que os pagamentos sejam feitos, mas tem a Secretaria da Fazenda, toda uma estrutura. Eles tiveram algum problema, como às vezes acontece com os salários dos servidores, que se não acontece no final do mês eles tem que rodar para a próxima folha. Então, foi isso que aconteceu, ela nem conseguiu compartilhar, porque foi agora no final do dia e a gente está compartilhando aqui na reunião com todos vocês. Então, o Conselheiro Adroaldo se manifestou favorável à aprovação do presente expediente. Lembrando que estamos tratando do ITEM 4.09 da pauta, com parecer favorável do Relator da RGP 2. Passo à votação nominal, consulto a Conselheira do DEMHAB, como vota? **VOTAÇÃO NOMINAL: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB: Favorável. Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC: Favorável. Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP: Favorável. Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN: Favorável. Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Favorável. Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE: Favorável. Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM: Favorável. Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI: Favorável. Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS: Favorável. Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Favorável. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Eu vou me abster, Secretário, não pelo mérito do processo, mas pelo mesmo motivo que foi declinada a relatoria. José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA: Favorável. Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS: Favorável. Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: (Não está na sala). Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Favorável. Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS: Favorável. Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Sou muito favorável, acho até que esses processos de regularização fundiária deveriam ter certa prioridade porque a ninguém interessa aqui uma cidade que não tenha regularização fundiária. Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Favorável. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Favorável. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: RELATOR. Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Favorável. Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4: Favorável. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: Favorável. Também quero colocar que é importante sair uma comissão do Conselho para fazer outras regularizações fundiárias. Eu acho que estamos no caminho certo, temos que ter um olhar mais atentos para as comunidades da Cruzeiro, Tronco, Glória, zona norte. Quer dizer, uma vila só é muito pouco para Porto Alegre. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Favorável. Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Favorável. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, nós temos 25 votos favoráveis, 01 abstenção. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR.** Senhores Conselheiros, são 20h08min. A gente tinha que avançar na criação do grupo de trabalho. Só a título de esclarecimento, não há problema da gente criar o grupo de trabalho também para discutir as questões de regularização fundiária. Eu acho que vai ser muito salutar porque teremos a apresentação, enfim, do município, aí alguns pontos se complementam, não há com relação a isso. Nessa reunião como a gente avançou, o que estava mais delimitado era a criação do grupo de trabalho para discutir o termo de compromisso, especificamente da Multiplan, para atender a demanda do Conselho da RGP 5, que trouxe essa problemática. A ideia era a gente dar suporte com a equipe e o representante da equipe da Secretaria do Meio Ambiente e da Sustentabilidade. E talvez, eu iria propor, que o Conselheiro Vice-Presidente representante das entidades integrasse a comissão, o Conselheiro Hermes e o Conselheiro representante da região, naturalmente, o Conselheiro Paulo Jorge, e o Conselheiro representante das regiões de planejamento o Vice-Presidente Conselheiro Gomes, para a gente compor essa comissão. Se, porventura, houver alguma contrariedade à criação dessa comissão nesses termos, que me parece adequado. Então, a gente coloca em votação, não sei se alguém tem alguma sugestão para fazer a manifestação e a gente discutir esse tema. A proposta de composição, fica difícil a gente extrair os representantes e todos fazermos uma votação, mas assim, temos o vice-presidente das entidades, temos o vice-presidente das regiões de planejamento, temos o conselheiro da região de planejamento e temos a Secretaria do Meio Ambiente que vai poder ajudar. Questão de Ordem da Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, eu estou pedindo desde o Item 4.01 uma Questão de Ordem. O Secretário me cobrou do parecer que não havia sido enviado antecipadamente para a Secretaria. Eu até acho estranho a gente antecipar o nosso voto, mas eu gostaria de lembrar o Secretário que a gente tem o Decreto 20.611, no seu artigo 6º, que diz assim: “Será disponibilizado acesso externo ao conselheiros, tanto para consulta, quanto para assinatura eletrônica”. Estou esperando ainda meu o acesso de assinatura eletrônica direto no SEI. Segunda Questão de Ordem é com relação a esse ponto de pauta, Secretário, visto que são 20h11min, ele deve ficar para a sessão próxima, até porque o Secretário já está até deliberando quem é que deve compor ou não esse grupo de trabalho e o objeto. Isso não é discussão, né, Secretário? Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. De fato, avançamos, podemos postergar para a próxima reunião, para a gente fazer essa discussão. Temos uma Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. Se tivermos conselheiros interessados em participar do grupo de trabalho, que façam a inscrição, que remetam para a Secretária Executiva. A nossa proposta é desses representantes da região, mas se tem alguma proposta diferente. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, não tenho nenhum óbice que sejam esses conselheiros, mas eu queria que agregasse outras contrapartidas, que não ficasse só nessa questão da Cruzeiro. A gente entende que é uma questão importante, mas tem a contrapartida também dos empreendimentos ali na Beira Rio, né. Então, é importante que a gente tenha um quadro geral e essa comissão, estamos bem apresentados, eu acho importante isso. E a outra Questão de Ordem, Secretário, as minhas perguntas ainda estão sem resposta. Então, eu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

queria pautar que um dos temas fosse a eleição para o Biênio 2021/2022. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Já tentando esclarecer. Eu acho importante sim a gente começar a fazer a discussão em relação à eleição, montar a comissão eleitoral, conforme nas outras oportunidades que se teve. Eu acho interessante a gente propor. Não agora, no calor do processo eleitoral, mas a gente ir organizando para tão logo passado o processo eleitoral a gente possa, mais para o final do ano, ter o processo de eleição. Então, temos que organizar, vamos pôr sim na pauta. A gente teve dificuldade hoje de compartilhar um acesso externo, da Michele, da RGP 8. Ela estava na Salam nós tentamos liberar a sala, caiu a conexão, depois ela não conseguiu entrar. A gente pediu para ela ingressar em outro aparelho, o dela estava com algum problema, mas ela não tinha outro aparelho. Então, na próxima reunião a gente vai dar oportunidade, naturalmente, para ela fazer a fala no período de Comunicação, conforme prevê o nosso Regimento Interno, só hoje ela não conseguiu retornar à sala. Ela manifestou, inclusive, ali no YouTube, entendeu que tinha sido retirada, mas a gente não retirou ela da sala, houve algum probleminha aqui com relação ao sistema. Na próxima reunião vai ser garantida a fala dela. Com relação ao processo do Internacional, Conselheiro, o senhor falou no início da reunião. Está sendo pautado lá na Câmara de Vereadores a alteração legislativa com relação ao ponto lá do período de doação daquele terreno, em 1960 e poucos, há bastante tempo, quando houve essa doação. Então, para que se pudesse empreender ali teria que superar a questão, tirar a obrigatoriedade de ser área comercial para também se possibilitar área residencial. O processo veio a este Conselho, o Conselho apontou que havia a necessidade de alteração legislativa antes de deliberar. Foi nesse sentido que a Procuradoria naquela oportunidade, quando o processo foi remetido, disse que primeiro se faz a alteração legislativa e depois se coloca em discussão a aprovação ou não do expediente. Então, primeiro é feita a discussão pelos vereadores, se autorizam a instalação de um empreendimento residencial e depois será retomada a discussão do estudo de viabilidade urbanística do empreendimento. O Conselheiro Gomes, depois o Conselheiro Felisberto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente e conselheiros, a minha proposta é de passar a discussão desse item da comissão para a próxima reunião, para não deixar dúvida desses pontinhos que a gente tem que amarrar de interpretação de alguns conselheiros. Então, pelo adiantado da hora e a gente está um pouco cansado, pautar para a outra. É a minha sugestão. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Tudo bem. Obrigado, Conselheiro Gomes. Lembrando que uma questão, a gente sim quer criar o grupo de trabalho para discutir a questão das mitigações, a Conselheira Patrícia vem solicitando que os conselheiros façam inscrição a partir daquela agenda, aquela apresentação geral que a gente teve. Eu acho válido e superpositivo. A questão da Multiplan é um ponto pendente, que está tendo problema, não foi cumprido, como trouxeram alguns conselheiros. Então, tem esclarecimentos a serem feitos e talvez seja adequado extrair um grupo de conselheiros que represente os demais, que possam fazer uma reunião com a Procuradoria, que possam se apropriar um pouco mais desse processo e prestar os esclarecimentos para os demais. Foi nesse sentido que a gente propôs a criação desse grupo específico, mas não impede a criação desse outro para tratar das mitigações como um todo, isso é bem importante. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu fiz um registro hoje, teve a manifestação do Conselheiro Rafael Passos em participar também do grupo. Então, eu estava falando em paralelo com a Conselheira Patrícia e ela tinha sugerido que a gente já iniciasse uma agenda para começar a ter o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

trabalho desse grupo. Eu só fiquei em dúvida agora, porque ela tinha sugerido na quinta-feira, talvez no horário do final da tarde e eu tenho uma recordação que talvez o Conselheiro Rafael nas quintas-feiras não participava, né. Eu não sei se ele consegue disponibilidade, mas depois a gente vai entrar em contato com os conselheiros para verificar se poderia ser, porque a gente pensou no horário após o horário de expediente, até para facilitar a nossa participação. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, eu pedi a palavra, até passou assim, mas eu queria primeiro esclarecer a quem está nos ouvindo e acompanhando pelo YouTube, que não existe possibilidade de interagir. Então, por isso tantos pedidos de Questão de Ordem. Mesmo solicitando Questão de Ordem não conseguimos ser atendido, apesar de ter um Secretário que acompanha a tela do computador, as Questões de Ordem são selecionadas. Então, fica claro para quem estiver nos ouvindo. A minha Questão de Ordem até ficou meio fora, mas eu vou colocar. Era exatamente isso, sobre o que foi decidido e encaminhado na reunião passada. Eu vou repetir, na reunião passada foi encaminhado que deveria estar na pauta a discussão da criação de duas comissões. A primeira a proposta do Arquiteto Gomes se referia aos termos da Cruzeiro. E que depois a comissão continuaria estudando, seria o primeiro passo, depois a comissão estudaria ou trataria de outros tempos. É lógico que isso, se for possível no tempo ainda desta gestão. E a segunda comissão, proposta do Paulo Jorge, para tratar de regularização fundiária. Eu perco tempo, é a quarta vez que eu falo isso como se não fosse uma decisão do colegiado. O segundo assunto que eu vou falar, que entrou, que vou aproveitar para falar na oportunidade, a questão do Internacional não se trata de exatamente de liberar a construção de habitação, a doação do Sport Club Internacional foi feita na época, e posteriormente foi modificado em algumas, questões permitindo apenas que atividades afins ao estádio, a lei está escrito “estádio de futebol”; ou seja, o barzinho, outra atividade. Então, só para completar, Secretário, alguém interpretou que dois conjuntos de cento e poucos andares, um comercial de cento e poucos metros, um comercial e um residencial são atividades afins para manutenção do clube, o que é um absurdo. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente vai ter oportunidade de discutir, senão fica desproporcional, senão um fala, o outro não vai compreender, nós não vamos compreender completamente. Naturalmente, depois que a câmara aprovar, se não aprovar não vai ter discussão do projeto. Com relação aos encaminhamentos, não houve votação em relação à comissão, não tem no histórico votação nominal, mas todos os conselheiros deliberaram no sentido de colocar. Naturalmente, não há nenhum problema da gente colocar em discussão a criação de quantos grupos de trabalhos foram necessários para dar conta de todas as questões. São 20h23min, realmente, vou encerrando a reunião. Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, quero apenas pedir que o parecer da PGM seja disponibilizado aos conselheiros, porque foi a RGP 1 que solicitou no seu pedido de vista e no mínimo deveria receber esse parecer e não ficar só no conhecimento da Secretaria. Segundo, eu gostaria de incluir na análise da contrapartida, porque existe uma escadaria entre o Iberê Camargo e o condomínio na Pinheiro Borda que está fechada e que até hoje não está liberada. É uma contrapartida, Secretário. Então, eu gostaria que pudesse vir a informação, estaria à relacionado com a EPTC. Então, eu pediria que a Conselheira Júlia pudesse ver o que está acontecendo. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Então, 20h25min, encerramos a nossa reunião ordinária. Agradeço a oportunidade do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

debate, peço desculpas se cometo algum excesso, é na tentativa de a gente poder dar continuidade dos trabalhos. Obrigado.

(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h30min).

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2859/2020

Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação das Atas 2848, 2849 e 2850; 3. Comunicação; 4. Ordem do Dia; 5. Criação Grupo de Trabalho Termo de Compromisso – Multiplan/RGP5; 6. Criação Grupo de Trabalho Regularização Fundiária; 7. Calendário para contribuições a TRs e Instrução Normativa. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h06min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Boa noite, Conselheiros. Estávamos aguardando o *quorum*. Damos por aberta a nossa reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Desejo uma boa noite, uma excelente noite de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

trabalho, debates sempre elevados, construtivos, de amadurecimento, troca, evolução sempre. **2. VOTAÇÃO DAS ATAS 2848 E 2849.** Então, abrindo a reunião eu peço que a gente delibere inicialmente, conforme a ordem da nossa pauta. Primeiro as Atas 4848 e 2849. Consulto se temos abstenção ou votos contrários para a aprovação da ata, por favor, que manifestem no chat. Temos do Conselheiro Emílio abstenção, do Conselheiro Mark, Conselheira Tânia, Conselheiro Rômulo, Conselheiro Rafael Passos. Mais alguma abstenção? Temos 05 abstenções. **APROVADAS AS ATAS 2848 E 2849. 3. COMUNICAÇÃO.** Consulto se temos inscrições para o período de Comunicação? Temos inscrito duas representantes externas, temos da RGP 8 a Michele e da RGP 7 a Rosaura. Por favor, Senhores Conselheiros, preocupação que se inscrevam para o período de Comunicação. Vou abrir primeiro para as entidades representantes externas e depois os conselheiros para o período de Comunicação: Fernando, Adroaldo, Rafael Passos, Sérgio Saffer a Patrícia. O Conselheiro Gomes inscrito também. Então, eu abro, a Rosaura não se encontra na sala no momento ainda. Nesse sentido passo a palavra para a Delegada da RGP 8, a Michele, que na reunião passada não conseguiu fazer o uso da comunicação, acabou caindo da sala e não conseguiu retornar de outro aparelho. Então, a gente retoma, hoje está funcionando. Vamos disponibilizar a fala pelo período de 5 minutos. **Michele, RGP 8:** Boa noite a todos. Boa noite, Secretário e demais. Eu venho neste momento trazer informação que já foi encaminhada ao CMDUA e, outros momentos. Passado exatamente um ano, foi o primeiro contato que eu fiz com o Conselho, informando que após a eleição em 2019 a RGP 8 seguia sem nenhum tipo de reunião, nenhum tipo de contato entre os conselheiros, os seus delegados da RGP 87 eleitos e a comunidade. Isso permanece até o momento, onde nós não fizemos sequer contato, tentei por diversas formas contatar, até buscando em grupos do bairro da região, contato com os conselheiros, ninguém se manifestou. Então, dentro da RGP 8 nós não estamos tendo nenhum diálogo, nenhum debate, nenhuma troca de informação com os conselheiros. Não sei se eles estão se fazendo presentes de forma regular, vi que na última reunião um dos conselheiros estava presente, mas não existe interlocução entre os conselheiros e as comunidades da RGP 8. Isso a meu ver é um uma questão grave, que o Conselho não pode deixar passar em branco, já que o objetivo da existência das regiões de planejamento é exatamente essa, é a troca de informações entre as localidades e o Conselho. Então, encaminhei um e-mail ao Senhor Secretário, Presidente do Conselho, no dia 23 de setembro, só que até o momento não recebi nenhum retorno. Portanto, formalizo na reunião essa questão, que coloco novamente, é grave. Nós estamos alheios aqui na região ao que vem acontecendo na cidade, inclusive, na nossa própria região e isso é muito problemático. Hoje mesmo algumas lideranças comunitárias foram contratadas para uma reunião com o DMAE, porque vai iniciar uma obra enorme da nova estação de tratamento de água de Porto Alegre, a ETA Ponta do Arado, nós vamos sofrer aqui vários impactos. A gente sabe que é uma necessidade da cidade, mas é mais um tema que a gente fica sabendo em cima da hora e não tem sequer meios de dialogar com a população, porque a gente sempre fica sabendo quando a obra está se instalando. Então, essa falta de efetiva participação e oitiva, ouvir as comunidades, está causando transtornos para a população e não pode ser banalizada pelo Conselho Municipal. Então, portanto, Secretário, solicito, por favor, que o senhor dê andamento às medidas necessárias para averiguar o que aconteceu com a RGP 8 que não está se propondo aos seus objetivos aí. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Michele pela comunicação. Na sequência a gente tem inscrita a Rosaura, representante da RGP 7. Lembrando, Michele, enquanto a gente operacionaliza a fala da Rosaura, em função da pandemia a gente vive um momento muito atípico de organizar reuniões. A gente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

não tem uma previsão ou obrigatoriedade de que um conselheiro faça reunião com os delegados ou de que forma ele faz a comunicação com os seus delegados. Naturalmente que se recomenda, é o Fórum que elegeu o representante da região, mas, oportunamente, aquela comunidade tem a possibilidade de no próximo pleito eleger novos representantes da região que assim possam atender os anseios levantados. Então, nós recebemos o seu encaminhamento, mas não existe alguma penalidade, uma previsão com relação à obrigatoriedade de forma geral. Ainda mais neste momento de pandemia, atípico, que a gente exige esses novos canais. Estamos ainda formando, criando canais novos de comunicação. Houve uma eleição até fora de época, em função da ausência dos conselheiros da Região 8, elegeu o Conselheiro Dinar junto com outros conselheiros, acho que o Conselheiro Dinar até é suplente. Então, ele tem a legitimidade para representar a região em função da eleição pela RGP 8. Não existe uma falta de ética ou algum agravamento, alguma penalidade prevista em função de não haver reuniões. Obrigado pela palavra. Passo para a Rosaura. Não está presente? Acho que a Rosaura está entrando agora, não está aqui na sala. Vamos tentar. Lembrando que agora a gente passa ao vivo, estamos ao vivo no nosso canal da SMAMS no YouTube, todas as reuniões todas as terças-feiras são rodadas ao vivo no canal do YouTube. Então, peço que divulgue, para seus conhecidos, pessoas com algum interesse que queiram assistir as nossas reuniões, acesse o canal da SMAMS e se inscreva no nosso canal para poder acessar e visualizar. E a sala interna ficará restrita aos conselheiros e a fala daquele representante da comunidade que quer a fala externa no período de Comunicação, a interna vai ficar restrita aos representantes das regiões de planejamento. Rosaura nos ouve? **Rosaura, RGP 7:** Boa noite a todos. Obrigada pela participação, pelo espaço. Cumprimento a Conselheira da Região 7, todos os conselheiros. Eu já estive nessa cadeira durante 8 anos também. Secretário, eu sou Presidente da COCCOL (Ver escrita da sigla), uma entidade que atua há 42 anos no segmento de habitação popular. Faço um trabalho há 6 anos na Lomba do Pinheiro de regularização fundiária. A minha cooperativa trabalha somente com empreendimentos de habitação popular, na faixa de 1,5, 2 no máximo. E nós tivemos um parecer da Lomba que eu estou encaminhando agora, porque eu não fiz a reconsideração ainda, para que eu possa antes de fazer a reconsideração ver a forma correta e pedir ajuda aos colegas conselheiros, à Lei Consorciada da Lomba, para que possamos resolver esse empreendimento que tem 291 residências nessa faixa que eu estou falando para vocês. E de acordo com o zoneamento deu uma incompatibilidade no sentido de que pela Lei Consorciada eu posso ir para o regime máximo de área produtiva 1. Porém, a solução que eu pensei que nós poderíamos fazer era uma extensão de AEIS, porque na esquina e no entorno nós temos mais de 500 famílias em ocupação intensiva nessa área. E ela estava nessa região como área de AEIS em expansão de AEIS, porém ela não está dentro do regime atual. Então, haveria necessidade de um estudo nessa parte de nós fazermos uma revisão do zoneamento de uso e o diagnóstico do território, porque isso no mapa, nos pareceres técnicos, eles estão de acordo com a realidade burocrática e legislativa. Porém, nós temos como entidade, essa demanda habitacional é prioritária, porque já foi analisada pela CADAP inclusive nisso. Então, eu vim, eu pedi este espaço para a Região 7, através da Conselheira aí, para que nós possamos fazer essa concessão, um pedido de reconsideração. Eu não sei nem se está dentro das possibilidades do Conselho, porém, como eu atuei e as pessoas conhecem o nosso trabalho, eu participo, a entidade participa do OP, nós fizemos demandas para a extensão da pavimentação da Ra da comunidade, ela está na Macrozona 10. Então, está dentro do limite da Lei Consorciada da Lomba, que também está em discussão, em revisão. Então, tem várias situações que estão envolvendo a análise desse território. Então, eu estou pedindo aos Conselhos, aos comitês, às



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

entidades representativas, para que a gente possa resolver uma situação que é emergente já. Então, Secretário, eu quero informar a vocês que eu tenho outro empreendimento na Rua Carmelita Grippi, que também é uma área de proteção dentro do zoneamento, é uma área de proteção natural, porém, essa área já está, não é mais área de proteção natural. Ela já tem uma ocupação intensiva, que é o caso lá embaixo também. Inclusive, ela está indicada, parecer do ex-Secretário como um gravame, para fazer um gravame de AEIS, em virtude da realidade, porque o que nós precisamos considerar? (Sinalização de tempo esgotado). Então, o que eu estou pedindo dentro dessa pauta é uma análise junto, que eu vou encaminhar para a pessoa que vocês me indicarem agora, a documentação para análise. Eu não consegui falar com a Patrícia, que é a coordenadora lá da Lomba e eu gostaria de fazer esses contatos. Então, eu estou vindo pedir uma ajuda. Muito obrigada.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Rosaura, pela manifestação. Sem dúvida contributiva. Eu acho que o ideal seria fazer o contato com a Patrícia, a equipe que administra as questões da Lomba, porque eles podem dar as orientações nessas questões técnicas, nós estamos no processo de revisão do Plano Diretor, sem dúvida vai ser muito contributiva a manifestação da senhora. A Patrícia está aqui, pode dar o contato. Temos muitos inscritos no período de Comunicação, agradeço as falas da Michele e da Rosaura. Passo a palavra para o período de Comunicação ao Conselheiro Fernando, representados o SESGE. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa noite, colegas. Boa noite, Presidente Na realidade, só queria trazer aqui uma situação que ocorreu no sábado passado, dia 11, junto ao Condomínio Irmãos Maristas, no qual no sábado à tarde fui chamado para fazer uma breve análise sobre a situação que ocorreu. Foi interditado um dos blocos do condomínio em função de um risco estrutural sobre, uma possível queda do prédio, alguma coisa do gênero, né. Eu fui procurado por algumas entidades, inclusive, pela CUTHAB da Câmara de Vereadores, na qual eu acompanhei um vereador até o empreendimento na quinta-feira. Junto eu chamei o Conselheiro Jackão da RGP 3, para nos acompanhar já que é da região dele. Nós fizemos uma vistoria no local, em um dos blocos, tendo em vista que um deles os moradores não quiseram uma visita para verificar a extensão dos danos. Eu trago isso aqui, porque foi uma situação que envolveu bastante gente, a Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Brigada Militar, enfim, foi uma situação em princípio bastante grave, mas que no final, após a vistoria não se identificou nenhuma causa real estrutural, não tem problema estrutural nenhum, as fissuras eram de pequeno calibre natural pelo processo construtivo, que são paredes de concreto armado, não foi usado alvenaria. Então, são perfeitamente normais, o que aconteceu foi o levantamento do piso e com o deslocamento do piso ocorre um barulho bastante intenso, que acaba assustando as pessoas, mas nada grave, já está equacionado. Então, só queria relatar isso, agradecer a presença e a pronta atenção que deu o Conselheiro da Região 3, que acompanhou junto essa vistoria. Era isso. Obrigado, Presidente. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Presidente. Boa noite, Conselheiros. Presidente, eu quero fazer um relato rápido da oficina que a gente fez no dia 17/10 na RGP 2, encerrando os trabalhos em conjunto com o IAB. É aquele trabalho que a gente fez dos planos populares, de ação com o objetivo da participação maior na revisão do Plano Diretor. Então, encerramos aquele trabalho proposto com o IAB e com o apoio do CAU também. Foi legal, as pessoas que participaram gostaram bastante. Já agradecendo o Rafael Passos, Presidente do IAB, mas também a Clarice, a Camila e outros parceiros nossos. Dizer que estamos prontos para participar, a hora que for necessário apresentar esse material, se Deus quiser, com relação à revisão do Plano Diretor, material que a gente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

conseguiu trabalhar e reunir na RGP 2. Estiveram presentes nessa reunião. O conselheiro do OP da Região Noroeste. Eu acho que as pessoas que nos ajudaram a encerrar essa reunião e esse trabalho das oficinas dos planos populares. Foram pessoas bastante interessadas e que contribuíram bastante para que a RGP 2 apresente um trabalho bastante qualificado. Então, quero agradecer á participação de todos e ficamos à disposição de Porto Alegre para apresentar o trabalho feito com o apoio do IAB. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Quero cumprimentar a Rosaura, eu não guardei o nome da Delegada da RGP 8. Eu não tenho muita informação para contribuir, Rosaura, sobre a mudança de regime, eu não sei se consegui acompanhar tudo, mas se estiver dentro da possibilidade da operação urbana, mas acredito que os instrumentos são solicitar para integrar a operação. Então, acho que poderia ser esse o caminho. Acho que o relato da delegada é uma questão que traz um grande ato no nosso Regimento, tem todo um regramento do Conselho. Quer dizer, os fóruns existem há 20 anos e não se colocou uma regra nesses fóruns, nenhuma das administrações desses últimos 20 anos. Eu não sei o quanto isso dificulta. Para que servem os delegados se a gente não tem uma regra, uma rotina de reuniões e etc.? O princípio democrático não quer dizer, é como se eu Presidente do IAB não convocasse as reuniões de Conselho Estadual, não convocasse as reuniões de Conselho Diretor. É a mesma coisa, é a democracia interna que demanda. Então, é um dever dos conselheiros regionais convocar suas reuniões, ainda que não esteja lá prevista uma frequência. E é uma das manifestações que nós fizemos inicialmente, que o CMDUA não estaria a pleno atendido suas reuniões, em funcionamento, enquanto não se uma solução para que se possa ter reuniões remotas da mesma forma que temos aqui, para possibilitar isso para as regiões de planejamento. Bom, dito isso, obrigado, Adroaldo, como já informado a gente fez a última rodada de devolutivas. Eu vou botar agora o link, né, mas amanhã tem um evento de apresentação do plano da RGP 1, às 19 horas, dentro do circuito urbano da ONU Habitat, que nós inscrevemos algumas atividades. E eu já vou colocar o link ali para todos os planos que já estão disponíveis. Eu que agradeço, Adroaldo, o meu papel também foi mais de gestor, de organizar e possibilitar que o convênio com o CAU, via edital, para que a gente pudesse e as parcerias com a universidade, com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o grupo de extensão do escritório modelo e o grupo de pesquisa Cidade Projeto, coordenado ainda pelo professor João Rovatti. Então, isso. Obrigado, Fernando, pelo relato lá e obrigado pela disposição em atender essa demanda. Nós também fomos procurados e não íamos nos manifestar enquanto a gente não tivesse algo mais tecnicamente embasado. Preocupa, né, como eu coloquei no chat, não é grave, mas não é normal em que uma obra recém-feita demonstre esse tipo de trabalho. Na verdade, é um trabalho e isso botou sob pressão as peças do revestimento. Então, obrigado. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Primeiro eu queria só comentar a questão do Paulo Jorge, que é uma pena o que está acontecendo aí, ele já vinha comentando isso em várias reuniões, que a região estava bem ruim. Ele vinha se manifestando em várias reuniões. Só queria deixar meu abraço e pedir que os colegas que têm um contato mais próximo com ele, nós temos o outro grupo, se possível nos colocar notícias dele. Ele mesmo escreveu o caso dele e da filha. Também queria comentar que houve nessa semana, e cumprimentar o nosso colega representante do CAU, o Emílio, que houve as eleições do CAU desta gestão, o nosso Conselheiro foi reeleito também. A ASBEA fez parte da Chapa 2, da qual o Emílio faia parte junto com o IAB e várias entidades. Foi muito legal ter as entidades, a grande maioria das entidades pode participar nessa chapa, o Thiago novamente sendo nosso representante como Presidente do CAU. Estou muito satisfeito com a esmagadora votação. Então, meus



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

parabéns, Emílio e demais colegas lá que foram reeleitos e novos também. Queria manifestar que foi muito boa a reunião da audiência pública, a gente pode até tirar algumas dúvidas, porque a gente às vezes discute as questões aqui no Conselho e as alterações do Plano Diretor são feitas por decreto. a própria procuradora disse que isso é possível, porque o nosso plano não pode ficar engessado durante um período de 10 anos em que ocorrem as revisões. Então, essas coisas que estão acontecendo, e na reunião passada eu não estava, que era uma demanda da nossa entidade de arquitetos, não de entidades, de construção civil, que foi a questão do *rooftop*. Então, é uma demanda que nós temos pressionando, porque a legislação tem uma interpretação: pode elevador ir até a cobertura? Pode pergolado? Conta ou não conta? Então, é um retalho de poder projetar e a gente queria que em um decreto pudesse unificar algumas informações que estão em várias resoluções. A gente entende que essa forma que a gente estava sugerindo, que a gente fez algumas sugestões na prefeitura, era uma forma também de democratizar a todos um acesso que dá vista geralmente para a Cidade. Melhor conforto para os usuários do prédio, onde somente as pessoas que tem melhor condições financeiras e que podem comprar os apartamentos do último pavimento, tem essa possibilidade que agora a gente acha que pode ser uma forma de um uso maior do condomínio. Também uma sugestão e deixar bem claro, nos prédios comerciais essa área que é permitida agora a utilização, ela só é permitida se for de acesso ao público, ou seja. (Sinalização de tempo esgotado). Como se pode ter visuais, pode ser um bar, uma academia, desde que seja de acesso ao público. Dizer que nós estamos aumentando área construída, não estamos, porque nós estamos mudando uma área que é não adensável lá embaixo para cima, não está se usando toda a área do pavimento, é somente 25%, tem sentidos para a área de plantação de área verde, painéis fotovoltaicos, que dá uma melhor condição térmica para a cidade. Os benefícios arquitetonicamente e para a cidade são inúmeros. Então, essa é uma ideia velha, tem mais de 100 anos... (Sinalização de tempo esgotado). Estou terminando, Secretário. Isso a gente vê em várias outras cidades. Então, queria só me manifestar e cumprimentar a prefeitura por isso aí. Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite a todos. Eu queria fazer uma comunicação quanto ao encaminhamento que o IAB fez dos planos populares de ação regional. Queria dizer que eu tive oportunidade de assistir, eu fui em alguns desses encontros, achei o trabalho excelente feito pelo IAB, ficou um trabalho muito interessante feito junto à comunidade, onde eles coletaram informações bem interessantes sobre a população. E o que eu pude verificar é que a população tinha expectativas em relação ao resultado de trabalho. Então, eu fiquei bem tocada, achei muito interessante. E só me preocupou uma questão, isso eu já pontuei para o pessoal do IAB e para os conselheiros, é que esse trabalho seja efetivamente entregue para o município, para ele servir como contribuição, porque aquela população que foi ouvida por diversas fases, enfim, eu não acompanhei todo processo, eu realmente vi a expectativa que aquela população tinha quanto a ter uma resposta quanto ao resultado daquele trabalho. Então, eu acho que é um compromisso que se entregue efetivamente esse trabalho do município, que não fique guardado em uma gaveta. A gente abriu um SEI específico para que a gente possa deixar registrado como uma contribuição do IAB e que ele vai ficar oficial, transparente, como um registro para nós e quem sabe até no que couber para revisão do Plano Diretor. Não dá para se abster de entregar, eu acho que ele tem que ser efetivamente entregue. É isso e eu gostaria muito como município de receber esse trabalho, seria muito bom para nós. É isso. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. Eu fiquei parcialmente contemplado com a fala do Arquiteto Saffer. Eu geralmente não venho aqui no espaço das



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Comunicações, mas achei importante para só acrescentar algumas informações, a questão dos *rooftops*. Fiquei incomodado e eu represento o Sindicato dos Construtores Porto Alegre, eu sou arquiteto, fiquei incomodado com a fala do Arquiteto Hermes, do Sindicato, quando ele levantou suspeitas, falou algumas coisas indevidas, que os construtores teriam feito algum tipo de lobby para ganhar qualquer benefício em cima de alguma coisa, fazer um andar a mais. Queria pedir para o Arquiteto Hermes se informar com seus próprios pares arquitetos antes de ficar falando coisas que não são verdades. Como eu tenho escritório de arquitetura não faço parte da ASBEA, mas eu estava ciente que os arquitetos de Porto Alegre estavam preocupados com o Covid e como seria a cidade pós-Covid, o que os prédios poderiam melhorar nessas condições que todos sofremos com a pandemia. Então, eu tive que usar este espaço das Comunicações para esclarecer que os construtores não tiveram nada com isso e foi a classe dos arquitetos que fizeram essa movimentação muito bem feita, na minha opinião, junto aos órgãos públicos para melhorar a questão da sanidade, da habilidade por algumas situações como as que a gente passou. Então, eu acho que já dei meu recado. E só queria marcar essa posição, que os construtores não são como tentam dizer, demonizar o sindicato, o SINDUSCON, que é um sindicato que está sempre obedecendo a lei, está sempre produzindo a cidade e está produzindo renda, produzindo impostos. E acho que foi no mínimo deselegante a maneira como o colega citou, como se os construtores estivessem fazendo alguma coisa indevida. Então, muito obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Muito obrigado, Conselheiro Dal Molin. Temos Questão de Ordem da Conselheira Tânia e Conselheiro Hermes também. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu gostaria de pedir inversão de pauta, porque o Conselheiro Felisberto me pediu, porque ele tem alguma coisa a falar, eu acredito que de algum relato dele. Será que tem como inverter a pauta? Porque depois ele consegue entrar e dar andamento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está bem. Obrigado, a gente coloca em discussão a inversão de pauta. Só vou dar as Questão de Ordem aqui, tem o Conselheiro Rafael. É Questão de Ordem? **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** A Questão de Ordem era em relação à Conselheira Claudete que teve problema de acesso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está bem, obrigado, Conselheiro. Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Só para esclarecer, eu me inscrevi lá no início. E de certa forma o Sérgio falou o que eu queria falar. Então, vou ser bem rápido, eu queria parabenizar o Conselheiro Emílio também pela recondução ao cargo de conselheiro, a missão de conselheiro do CAU. Eu também já fiz parte, é uma missão importante para a nossa categoria profissional. E queria também me solidarizar com o Paulo Jorge. O Paulo Jorge se destaca neste Conselho por ter avisado, ter alertado várias vezes e denunciado o abandono da comunidade que ele representa. E ele como líder comunitário terminou, ele e a família sendo vítima dessa pandemia que nos atinge de forma dramática. Por fim, eu queria também deixar registrado que a Conselheira Claudete, o que me deixa muito preocupado, porque eu estou falando com ela, já fez todas as operações sugeridas, desligar, mudar de computador para celular, tudo que foi possível. E ela recebe a seguinte mensagem: “Você não pode voltar a esta reunião porque foi removido anteriormente pelo organizador”. Isso é mensagem do Meet, não sou eu que estou inventando, é uma mensagem em inglês e traduzida. E o Conselheiro Felisberto também não está conseguindo... Entrou agora! Por fim, eu fui citado, nem ia falar, eu tenho o maior respeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

pelo SINDUSCON, sempre tivemos uma relação boa, intersindical, embora eu discorde frontalmente da questão ecológica. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, eu estou entendendo como período de Comunicação a sua fala. A gente olhou ali, a inscrição foi fora, quando a gente encerrou, mas estou recebendo como comunicação e não como Questão de Ordem. Então, o senhor tem mais 1 minutos. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Tudo bem. Eu tenho o maior respeito, mas eu reafirmo, a gente tenta dourar a pílula, eu até não entro no mérito se é bom ou ruim, mas é aquela coisa da boiada que virou moda neste Brasil. Com todo respeito ao Sérgio também, há 10 anos não é revisado o plano e agora por decreto tem que revisar aproveitando a pandemia e fugindo das discussões. E eu reafirmo, está se permitindo um pavimento a mais. Recuado 2 metros da divisa, faz parte das coberturas e isso é uma demagogia dizer que quem comprou uma cobertura, um apartamento de último pavimento com cobertura pagou por isso e agora está se dando, o que não é justo também, porque as classes menos favorecidas nunca ganham nada, só ganha o ferro. Não tem regularização, etc. e etc. Então, eu não quero fazer discurso político aqui, que normalmente a gente tende a fazer, porque a questão é essa, é um lobby. A categoria, respeito os arquitetos que defendem os construtores, porque tudo é o respeito, mas não tentem dourar a pílula. É isso mesmo, foi um lobby às vésperas de uma eleição para conquistar uma coisa que não é justa, pode ser legal, pode ser boa, mas vamos discutir. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Encerramos o período de Comunicação. A título de esclarecimento, como foi bastante discutido o decreto com relação aos rooftops, está no poder regulamentar, o chefe do Executivo Municipal, regulamentar as questões previstas no Plano Diretor. Em havendo essa possibilidade de a gente trazer a regulamentação, aquilo que poderia ser analisado por projeto especial de impacto urbano, a gente está trazendo uma regra nesse sentido, prevendo a partir de determinados critérios de sustentabilidade, atendendo a colocação de painéis fotovoltaicos, áreas verdes para viabilizar a drenagem das águas da chuva. É um projeto muito interessante, foi muito aplaudido e comemorado pela sociedade como um todo, dentro das possibilidades legais que se prevê. Então, a gente fez essa mudança e estamos muito felizes. Muito tranquilo em relação aos questionamentos, a gente respeita, naturalmente, a posição contrária, de divergência, ela faz parte do processo de construção da cidade. A gente tem que compreender e respeitar, seguir em frente naquilo que a gente entende como mais adequado para a cidade. A Conselheira Tânia sugeriu uma invenção de pauta. Conselheira, na verdade, o único processo que a gente teria pautado aqui é da relatoria da Conselheira Claudete, mas em função da problemática dela não conseguir entrar na sala, então, não vamos ter nenhum processo de discussão na Ordem do Dia e a gente já passa para o Item: **5. CRIAÇÃO GRUPO DE TRABALHO TERMO DE COMPROMISSO – MULTIPLAN/RGP5.** Este ponto foi sugerido pelo Conselheiro representante da RGP 5, o Conselheiro Paulo Jorge, no qual eu tomei conhecimento que está internado em função de ter pego Covid. Conselheiro Gomes tem uma Questão de Ordem. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite. A Questão de Ordem que eu peço é exatamente em função do Conselheiro Paulo Jorge, eu tive contato com ele hoje às 13h30min, ele confirmou o estado dele. Está bem, mas está na enfermaria, vamos chamar assim, a filha dele também estava e, estado bastante crítico e teve uma grande melhora. Ela estava no oxigênio e saiu do oxigênio. Nesse processo de Covid a gente sabe que isso é um avanço fantástico o ruim é o contrário. Bom, isso posto, eu acho que por respeito ao Paulo Jorge nós não devemos continuar discutindo a questão



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

do grupo de trabalho, o termo de compromisso Multiplan, porque é uma matéria de absoluto interesse da comunidade do Paulo, foi promovido esse debate pelo Paulo, o Paulo trouxe ele a nós, inclusive, convidou alguns conselheiros para ir na região fazer o debate através de videoconferência, o Felisberto esteve lá, eu estive lá, o Hermes também andou por lá. E a gente fazer a sequência dessa conversa agora sem o conselheiro me parece que é um ato até de certo desrespeito político ao Conselheiro que tanto se destaca na defesa da sua comunidade, de interesse da sua comunidade. Então, a minha proposta, Presidente, é que se tire da pauta temporariamente até a recuperação do Conselheiro Paulo Jorge. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro Gomes. Parece adequado em função da ausência, o maior interessado e demandante da criação do grupo de trabalho é o representante da região, que está ausente. Parece adequado e se houver alguma objeção a retirada da pauta, por favor, se manifeste no chat. Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite. Finalmente consegui entrar. Na mesma linha que o Gomes levantou, essa questão da situação da pandemia, principalmente na Região Cruzeiro e a o Paulo Jorge já tinha alertado, que quem sofre a maioria desses problemas é exatamente as comunidades da periferia. Então, é importante que a gente não discuta esse assunto. Espero que o Paulo Jorge melhore e a sua família. É um problema muito sério que nós enfrentaremos, ainda mais com abertura de vários empreendimentos em Porto Alegre, a pandemia deve se espalhar muito, nós temos que orar para que não venha a segunda onda, nem saímos da primeira ainda. Então, é importante que a gente tenha o máximo cuidado. Secretário, nem tudo que é legal é legítimo. Então, o ato do Prefeito, ele tem que discutir com a sociedade civil, não pode ser um ato autoritário, por isso existe o contraditório. Então, é importante que a gente tenha e no momento de pandemia deve se discutir com o todo da sociedade e não com determinados segmentos. A economia também se move com vidas, não é só com dinheiro. Então, quero deixar o meu repúdio a forma como o Prefeito através de decreto cria mecanismo para passar a boiada. E nós temos vários problemas... (Sinalização de tempo esgotado). Deixa eu terminar, Secretário! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O período de Comunicação é no início. Eu lhe deixo a palavra sempre livre, agora é uma Questão de Ordem, se eu abrir a fala durante o período de Comunicação... **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu quero saber porque esses assuntos não são trazidos para o CMDUA, que é o Conselho que discute para desenvolvimento urbano da cidade. Vamos ter que entrar no Ministério Público de novo? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Ok, obrigado, Conselheiro Felisberto. Eu me solidarizo ao nosso ilustre Conselheiro Paulo Jorge. Por favor, Conselheiro Gomes, se tiver contato de alguma forma, tramita nossa solidariedade de que melhore em seguida. Conselheiro Hermes, Questão de Ordem. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu vou discordar, mas concordando, eu penso também, até me pronunciei em respeito ao Paulo Jorge, que sinceramente eu admiro muito ele como líder da região dele, mas considerando que nós temos oito processos que estão em diligência e que eles vão voltar logo e a nossa pauta vai ficar cheia, e eu acho o Paulo Jorge aprova essa solução mediana de conciliação que eu vou propor. É a gente escolher a comissão, porque hoje não vai avançar nada, a gente escolhe a comissão, se for tratar da comissão de regularização também, as duas ele se mostrou interessado, a de regularização foi ele que propôs, inclusive. Inclui ele na comissão, escolhe como ela vai ser composta com os



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

demais membros e o início da comissão fica esperando a participação do Paulo Jorge. Até porque hoje nossa pauta praticamente está terminada. Pelo que eu entendi não tem mais assuntos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Nesse sentido, não haveria problema em a gente postergar a criação do grupo de trabalho do termo de compromisso para a próxima agenda, pedindo que todos aqueles que tenham interesse em participar, vamos extrair quem gostaria de participar. A nossa proposta era os representantes de entidades, o representante das regiões, o Conselheiro da região e o representante da Secretaria. É a proposta inicial, mas quem tiver interesse em participar, por favor, por fazer a inscrição para a gente tomar nota. Aí na próxima agenda consolidamos esse grupo de trabalho. A criação do grupo da regularização fundiária também, que se inscreva quem quiser, mas na semana que vem nós temos a apresentação específica do ponto regularização fundiária. Imagino que seja interessante a gente ouvir a apresentação e a partir da apresentação a gente formar o grupo de trabalho. acho que seria o mais adequado. Se houver oposição que se manifestem, mas a partir da apresentação a gente cria o grupo de trabalho.

(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h00min).

Germano Bremm

Presidente

Secretária Executiva

Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:



ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2860/2020

Aos vinte nove dias do mês de outubro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. ABERTURA; 2. APRESENTAÇÃO TEMÁTICA DO DIA: Regularização Fundiária – DEMHAB, SMDE e PGM; 3. DEBATE; 4. REGISTROS E ENCAMINHAMENTOS. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h06min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Boa noite, Senhores Conselheiros. São 18h06min. Estávamos acompanhando o quorum para iniciarmos a nossa reunião extraordinária, seguindo o nosso roteiro de pautas. Fizemos a discussão primeiro ano dia 27/08 em relação aos instrumentos urbanísticos, contrapartidas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

mitigações. É um debate muito positivo, depois a continuação no dia 24/09 desse ponto contrapartidas e mitigações. Na data de hoje a gente entra no tema da regularização fundiária, também de acordo com o cronograma estabelecido pelos senhores conselheiros, diferente das nossas reuniões ordinárias que acontecem toda terça-feira. Inicialmente, só gostaria de compartilhar e me solidarizar com todos vocês, na última terça-feira não fizemos a reunião, porque, infelizmente, tivemos o falecimento do nosso ilustre Conselheiro Paulo Jorge, representante da comunidade Cruzeiro, um líder histórico da cidade, muito conhecido. Eu pessoalmente, como estou há alguns anos já na administração, trabalhando na parte de urbanismo, planejamento parecia, já conhecia o Paulo Jorge há bastante tempo. Eu tinha um enorme respeito pelo trabalho dele, que sempre foi muito construtivo, um líder que representava a sua comunidade, muito educado no sentido de construir, de melhorar a realidade da Cruzeiro, de promover a regularização fundiária. Eu acho que todos aqui tiveram a oportunidade de conviver com o Paulo Jorge, não há dúvida da pessoa iluminada. Realmente, o Paulo Jorge foi um cidadão para Porto Alegre, realmente uma perda muito significativa e importante aqui para a Cidade de Porto Alegre. Isso nos pegou um pouco surpresa, né, porque foi repentino, ele estava aqui no Conselho há algumas reuniões, teve essa situação de saúde, foi internalizado e logo em seguida veio a falecer. Então, enquanto conselheiros nos solidarizamos com os demais colegas, aqueles que eram mais próximos deles, que tinham uma relação, enfim, hoje a pauta específica é regularização fundiária, um dos pedidos do Paulo Jorge. Eu acho importante a gente dar continuidade, estamos no processo de revisão do Plano Diretor, que a gente consiga se apropriar deste conhecimento, das nossas problemáticas, para a gente equacionar na política urbana do município, no próximo Plano Diretor. O Paulo Jorge sempre quis isso, a pauta da regularização fundiária era uma pauta muito cara e importante para ele. Vamos ver na data de hoje, fazer um pouco dessa discussão, entrar no tema da regularização fundiária. A gente tem visitas aqui muito ilustres. Queria saudar a nossa Procuradora, a Dra. Simone Somensi, que também tenho um carinho, uma admiração enorme por ela, é uma procuradora lutadora da regularização fundiária. Todo mundo também conhece há bastante tempo a Simone, teve oportunidade de conviver, ela está sempre com brilho no olho para fazer e transformar, fazer a diferença na vida das pessoas de quem mais precisa. A gente sabe o quão difícil são esses temas, são várias problemáticas para resolver, várias camadas e por muitas vezes não se consegue ter solução, quer encerrar os casos, quer resolver. Então, tem que ser muito iluminada na pessoa da Simone por fazer esse trabalho. Estou muito feliz que ela está hoje aqui conosco no Conselho, vai ter a oportunidade de compartilhar um pouco do seu conhecimento. A gente também tem a apresentação do DEMHAB aqui, a Denise aqui, queridona também. Ótimo! A gente está com o Rogério e o Gustavo, também do DEMHAB. A Lisiane que sempre participa. Temos a Simone do escritório de licenciamentos. Seja bem-vinda! Trabalha no dia a dia nas questões da regularização fundiária. A Patrícia, nossa diretora de planejamento, conselheira também, que está concatenando com a turma essa apresentação. Então, a ideia é que a gente tenha essas apresentações iniciais e depois a gente abre para discussão, conforme nossos procedimentos, faz a apresentação e depois os conselheiros podem contribuir. Hoje a reunião com esta pauta. Lembrando que a gente está ao vivo no YouTube, as reuniões são transmitidas ao vivo, estamos na nossa terceira reunião ao vivo no canal da SMAMS no YouTube. Então, quem quiser acessar o canal e se inscrever no canal vai receber as novidades que a gente vem tentando compartilhar lá no nosso canal da SMAMS, todos os processos e modificações que a gente vem fazendo. Estamos construindo alguns tutoriais de procedimentos, dos processos e explicações com relação ao Plano Diretor. Ao longo da próxima semana a gente vai começar a postar uma série de vídeos no nosso canal para



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

melhorar essa comunicação também, dar mais transparência para os nossos atos. Vou passar para o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, obrigado pela concessão da palavra. Eu não poderia deixar neste momento em que a gente perde uma grande liderança, uma resistência histórica na busca da melhoria da sua comunidade, uma comunidade sofrida. E me lembro que ele pedia socorro, que a comunidade dele estava atingida pelo Covid. Então, é uma perda muito sentida, não só pela comunidade dele, mas pelas pessoas que o conheceram. Eu tive a oportunidade de conhecer o Paulo Jorge na época do Orçamento Participativo. Então, foi sempre uma pessoa como o senhor colocou, uma pessoa muito afável, em busca da melhoria da sua comunidade, do diálogo. Ele tinha sempre uma palavra: “Salve Jorge!” Eu nunca esquecerei disso, sempre que ele chegava era “Salve, Jorge!” A primeira cadeira, logo que a gente entrava na sala era a cadeira do Paulo Jorge. Eu acho que deverá ser um marco daquela sala. E também saudar a Doutora Simone, da qual tenho maior apreço e carinho, pela sua competência e pela maneira como sempre se relacionou com as comunidades. Então, eu não podia neste introito de saudá-la. Ficou muito feliz, uma pessoa extremamente competente, conhece regularização fundiária, conhece as comunidades. Então, seremos brindados pelo seu conhecimento, pela sua experiência, pelo seu carinho com as comunidades. Então, queria lhe dar as boas-vindas em nome da Região de Planejamento Um. Bem-vinda! Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Conselheiro Mark antes da gente passar para a apresentação. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite a todos. A minha inscrição se devia ao problema dos dois colegas que não conseguiam ingressar, mas estou vendo que o Jackson entrou, a Claudete não conseguia entrar, mas eles entraram. Então, não sei se outros conselheiros estão tendo problema de ingressar. Eu gostaria de pedir ao Secretário para ver se há problema, que parece reiterado, em algumas reuniões a gente fica tentando ingressar e não tem sucesso. Vejo que os colegas que estavam com essa dificuldade conseguiram superar. Então, muito bom. Gostaria de saber se tem outros que estão com dificuldade, que daí nos falem pelo celular para que a gente possa tentar agilizar a participação de todos. E claro, isso que o Felisberto falou, que o Secretário também mencionou, uma perda irreparável para nós conselheiros e conselheiras do CMDUA, a perda do companheiro Paulo Jorge, um negócio abrupto, inesperado e que surpreendeu a todos. Magoou muito a nossa comunidade e imagino que tenha ferido profundamente a comunidade da Cruzeiro, onde o Paulo Jorge representava. Era uma figura de um grande pai, um grande avô, provedor, que sempre teve essa preocupação em poder oferecer um alimento para as crianças, um acolhimento, um carinho, uma atenção. Então, por essas duras circunstâncias que nós estamos vendo, apesar dele ter mencionado e pedido várias vezes “socorro, socorro” para a Cruzeiro, que o Covid está pegando os pobres, pegando a favela. Foi uma coisa muito dura. Eu recebi essa notícia e espero que a gente possa conseguir transmitir para a comunidade dele a dor que nós estamos aqui sentindo e mostrar também para a comunidade dele quão importante era a figura social do Paulo Jorge. Salve Jorge! Valeu, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Realmente, a perda é irreparável. Passamos a nossa apresentação de hoje. Vamos liberar a palavra para a Dra. Simone. **Simone Somensi, Procuradora Geral do Município de Porto Alegre:** Boa noite a todos. Em nome do Secretário Germano eu cumprimento a todos os participantes desta reunião. E em nome do nosso querido Paulo Jorge eu homenageio nossos conselheiros aqui presentes. E quero dizer para vocês que de fato, o Covid está pegando as nossas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

147 áreas especiais de interesse social, as nossas comunidades. Com o Paulo Jorge é a quarta
148 liderança comunitária que eu trabalho diretamente que faleceu. E aqui também quero fazer
149 uma homenagem ao Seu Sadi da Quinta do Portal, que faleceu recentemente vítima de
150 Covid. Era uma pessoa que estava semanalmente lá na Procuradoria acompanhando o
151 processo de regularização da Quinta do Portal. Então, deixo aqui o meu abraço carinhoso a
152 todos vocês, os meus sentimentos por essas perdas valorosas. Quero agradecer também a
153 Conselheira Lisiane e a Diretora Patrícia pelo convite de estar aqui para poder falar um
154 pouquinho sobre a regularização fundiária. Como me deram 20 minutos para falar, já vou
155 falando sobre regularização. Primeiro lugar, quero dizer que a gente organizou um
156 pouquinho a nossa apresentação, dividido entre eu Procuradoria, a Simone Maneira
157 arquiteta, que é do escritório de regularização fundiária, que é quem analisa e aprova os
158 projetos de regularização. E Rogério do DEMHAB, que também vai falar um pouquinho da
159 atuação do DEMHAB no âmbito da REURB. E a gente pensou no seguinte formato,
160 primeiro quero falar um pouco sobre a nova lei da REURB, Lei Federal 13.465, é uma
161 recente, de 2017. Não que vocês não conheçam, já devem ter ouvido falar bastante, mas a
162 minha ideia é explanar aqui alguns princípios, conceitos, alguns fundamentos, objetivos,
163 para que a gente tenha mesmo alinhamento e vocês compreendam como que a gente está
164 enxergando a regularização fundiária e como é que o Município de Porto Alegre atua nesta
165 temática, nesta importante política pública. Então, só para a gente situar, sempre gosto de
166 falar que a regularização fundiária é uma das formas de alcance do direito à moradia, o
167 princípio constitucional do direito à moradia, direito fundamental previsto no artigo 6º. E
168 como um direito fundamental, então, ele na prática, ou seja, na concretude dele há
169 instrumentos que a gente possa estender para o cidadão a expressão desse direito social.
170 A regularização fundiária é uma das formas de garantir o direito fundamental à moradia. Há
171 outros instrumentos e aí os programas habitacionais de interesse social, o próprio
172 programa de aluguel social, bônus moradia, a compra assistida. São formas de uma forma
173 ou outra tutelar a moradia daqueles que necessitam. A regularização fundiária também
174 nesse viés como uma das formas de garantir esse direito para as pessoas através da
175 regularização de áreas ocupadas. Então, o nosso viés, a primeira coisa quando a gente
176 olha como a regularização é – vamos dar a prioridade para a permanência das pessoas
177 nesse local, nesse local em que elas próprias se constituíram, ocuparam, se organizaram e
178 que paulatinamente foram implementados serviços públicos ou não, ou que tenha sido todo
179 um planejamento acerca de uma infraestrutura essencial para aquele núcleo urbano. Aliás,
180 núcleo urbano é o nome que a lei da REURB deu agora para as nossas vilas, ocupações,
181 para as nossas favelas ou para todas as áreas irregulares. São núcleos urbanos informais
182 e assim que denomina para a gente poder tratar. Então, aqui também trazendo a visão de
183 regularização que a gente tem lá na Procuradoria e essa é a visão do Município de Porto
184 Alegre como um todo, de que a regularização fundiária é uma política pública permanente,
185 em razão do tamanho do problema que é a regularização, ela não pode ser tratada como
186 uma política provisória, ela é contida dentro de uma política pública de estado. Ela não é
187 vinculada a uma gestão, ela é uma tarefa que tem que ser organizada como o serviço de
188 saúde, o serviço de educação. Não é? Assim que a gente enxerga, uma política pública
189 que tem que ser organizada dentro da gestão pública. Ela tem que ser de responsabilidade
190 de carreiras de estado, ou seja, de pessoas que possam dar continuidade aos processos,
191 porque são processos longos, contínuos, fase a fase, eles não terminam em uma gestão e
192 um governo. Então, a gente sempre fala que tem que ter pessoas do quadro de carreira
193 acompanhando esse processo para que a história dessas regularizações não Lse perca,
194 para que possam ter uma continuidade. Outras premissas que eu gosto sempre de colocar,
195 que é superimportante, é a questão da gente enxergar onde é que se enquadra na situação



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

municipal a regularização fundiária. Quando a gente fala em regularização a gente está olhando para trás, a gente está olhando para o passado, para aquilo que já aconteceu. Nós não estamos planejando o futuro, planejar o futuro é uma incumbência do Plano Diretor, de regras de planejamento urbano, que são pactuadas com toda a sociedade. Aliás, o viés principal da atuação deste Conselho. Certo? Quando a gente fala em regularização a gente olha para trás, daquilo que já se consolidou sem ter havido um planejamento, sem ter havido aviso prévio do projeto, sem estar dentro da nossa estrutura de análise administrativa e sem todo um planejamento de infraestrutura que é necessário para quando o local é adensado e várias pessoas passam a morar no local, que não estava sendo planejado para receber aquelas famílias. Então, eu digo sempre que é um trabalhado contrário, a gente atua depois que a bagunça já se instalou. E outro viés importante que a gente fala de atuação municipal é a questão da fiscalização dos parcelamentos irregulares, porque se eu não quiser continuar enxugando gelo a vida inteira tenho que atuar planejando o futuro, fiscalizando para que as regras de planejamento sejam aplicadas e que eu consiga regularizar o passado, que fique no passado mesmo, que não seja o meu presente e daqui há 10 anos estar regularizando de novo. Então, se a gente conseguir atuar nessas três frentes a gente consegue minimizar os problemas de regularização, fato que não aconteceu até hoje. Até hoje a gente tem uma continuidade e parcelamentos irregulares ocorrem todo ano e a gente não consegue ter uma força muito forte para que isso não ocorra ou que ocorra com uma frequência bastante baixa. Esse é um desafio para a gente poder melhorar isso. Então, colocadas essas premissas eu vou falar da Lei nº 13.465, a famosa lei da REURB para contextualizar ela, o que ela trouxe de novidade nos nossos processos de regularização. E como que o município de Porto Alegre se organizou para aplicar ela? Nós estamos aplicando a lei da REURB a todo vapor, já instituímos em Porto Alegre mais de 100 processos. Então, como eu falei já, a REURB é uma lei de (Inaudível/interferência no áudio), regularização fundiária é um processo, um procedimento que tem começo, meio e fim. Então, a gente começa com a instauração, a gente tem um ato administrativo. Na verdade, começa com um requerimento, a lei traz uma lista de legitimados, de quem são as pessoas físicas ou jurídicas para a instauração de um processo de REURB. Ela tem a pretensão de apontar soluções para todos os problemas urbanos. O pessoal lá do sudeste apelidou a lei da REURB de Lego, porque a gente monta o procedimento conforme a complexidade do processo. Quem conhece um pouquinho de regularização fundiária sabe que cada processo tem a sua particularidade, tem o seu detalhe tem alguma normativa um pouco diferente para ser aplicada, alguns instrumentos diferentes que a gente precisa implementar para aquele local. Então, quando a gente fala em complexidade, conforme for o grau de complexidade que tem que enfrentar em determinado núcleo urbano informal, vou ter uma REURB. Ela pode ser complexa, ela pode levar mais tempo ou menos tempo para iniciar e terminar, mas eu tenho que cumprir cada fase do processo e depois eu vou passar para vocês fase a fase, para que a gente tenha efetividade, para que o processo seja legal, seja válido e que tenha os efeitos que a gente queira dar para esse processo. Ela traz o protagonismo da atuação municipal, eu digo que o pai e a mãe da REURD são os municípios, o município é o dono da REURB, somos nós que aprovamos o projeto. Aliás, um protagonismo que já estava previsto na Constituição, dado que o município é o ordenador do solo urbano. Então, as regularizações se dão na regulamentação do solo urbano. Então, obviamente, é competência municipal e essa lei veio reafirmar essa competência, o que eu reputo muito importante para os municípios e como uma forma de a gente não se desviar da responsabilidade, a responsabilidade é nossa sim, nós somos os gestores e nós temos que resolver os problemas que estão instalados no nosso território. Outra questão importante que veio, a função dos municípios



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

no reconhecimento, validação e registros dos direitos a serem reconhecidos. Que direitos são esses? Eu falo dos direitos dos moradores das áreas dos núcleos urbanos, de quem está lá na ponta, de quem vai ser beneficiado. Hoje quem atribui título de propriedade a esses moradores é o município, não é mais o poder judiciário como foi até antes da lei de 2017, onde a gente precisava de um instrumento judicial para outorga do direito de propriedade. Certo? Eu precisava de um usucapião, ou de provimento legal, ou de algum contrato, algum instrumento público, jurídico, né, para que eu pudesse intitular aquele morador. Hoje essa é uma função municipal, através da legitimação fundiária, que depois vou falar um pouquinho também. O município atribui título de propriedade para os moradores, desde que atingidos determinados requisitos previstos em lei. Outra coisa importante, essa lei não faz distinção da origem do núcleo, de como que aquele núcleo se formou, se ele foi uma ocupação, um assentamento autoconduzido, uma invasão ou um loteamento irregular ou clandestino. Não importa como se formou, o procedimento é o mesmo, todas as fases do processo para a gente poder ter um êxito na nossa regularização é a mesma. Porém, resalto um pouco importante, em termos de organização administrativa, nós aqui no município, a gente dividiu e faz isso há muitos anos, a gente divide a competência desta matéria. Incumbe à Procuradoria do Município, a nossa PARF, atuar nos loteamentos irregulares e clandestinos. Sempre que a origem for irregular ou clandestino, a PARF vai estar envolvida. Por quê? Porque há uma responsabilidade do proprietário do loteador em relação aquela irregularidade que se formou. E a PARF atua não só no viés de regularizar, mas também no viés de responsabilizar o loteador clandestino. Por isso uma atuação da Procuradoria, ajuizando processos, notificando os loteadores clandestinos, chamando eles para termo de compromisso e acordos no objetivo de regularizar, enfim, uma série de medidas administrativas e judiciais que a gente toma, visando na responsabilizar o loteador. Já o DEMHAB vai atuar nas ocupações, naqueles assentamentos autoproduzidos, onde não há a figura de uma pessoa vendendo lotes, um contrato. Houve uma auto-organização daquele local pelos próprios moradores, que foram ali abrindo vias, construindo suas moradias, sem ter um contrato ou vínculo com o proprietário dessa área, seja área pública ou privada. Então, essas áreas de ocupações ficam sob a responsabilidade do DEMHAB, integrando o Programa de Regularização Fundiária através dos critérios de ingressos nesse programa, que depois o próprio DEMHAB vai ficar um pouquinho para vocês, não vou entrar na seara do DEMHAB. Aqui em Porto Alegre quando a origem do loteamento, e a gente faz a investigação, é irregular clandestino, ela entra no meu banco de dados da PARF, que organiza e acompanha todo o procedimento. Quando é uma ocupação vai lá para o Programa de Regularização Fundiária do DEMHAB e passa a ser gerido, gestado pelo DEMHAB. Outra coisa importante da lei da REURB, diferente de todas as outras leis de regularização que já houve, e trago aqui para vocês a lembrança da Lei nº 11.977, que foi a primeira lei de regularização fundiária, propriamente dita, de 2009, é a lei do Programa Minha Casa Minha Vida, que trazia na primeira parte dessa lei toda uma regulamentação para fomentar a produção habitacional de interesse social. Na segunda parte da Lei veio a primeira grande regra, a primeira grande norma de regularização fundiária, com conceitos, princípios, procedimentos, demarcação urbanística, legitimação de posses, instrumentos importantíssimos que a gente utilizou e utiliza, que foram incorporados também pela lei da REURB. Então, em 2017 veio essa lei que revogou a 11.977. Eu brinco que quando a gente aprendeu a trabalhar com a 11.977, a gente levou 10 anos para conseguir botar ela a rodar, conseguiu utilizar todo o arcabouço e tudo que trazia de benefícios para as regularizações, começando a aprovar projetos, fazer os procedimentos cartoriais, a lei é revogada e a gente teve que de supetão readequar os procedimentos. A gente conseguiu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

fazer isso de uma maneira bem mais rápida, não levamos mais 10 anos, em um ano a gente já implementou a REURB, já aprovamos projetos rapidamente. Então, conseguimos dar a virada, até porque a gente aproveitou muita coisa, muito do que a gente se organizou para a 11.977, a gente utilizou para a 13.465 e conseguimos essa virada de maneira bem mais rápida. Claro, ainda temos uma série de ajustes a fazer, mas vamos tocar a roda enquanto a gente está andando, a gente já está trabalhando com a REURB e conforme vão surgindo os problemas a gente vai trabalhando para resolvê-lo. Essa lei trouxe um viés de sustentabilidade econômica. Então, o princípio primordial dela é econômico, não é social. a gente sempre trabalhou as regularizações com viés social, ou seja, de a gente poder dar um aporte para aqueles núcleos informais de baixa renda, que necessitavam de um olhar do poder público e de uma tutela do poder público. Agora não, agora o objetivo é inserir a cidade informal na cidade formal. Inclusive, se ele é informal o objetivo é ele ser regularizado, fazendo o que preciso for certo. Então, pretende tirar da informalidade, fazer com que seja fomentada toda a economia por conta de trazer esses imóveis para a regularidade, as compras e vendas entrando naquele rito de necessidade de escritura pública, depois de registro no Registro de Imóveis para passar para matrícula, gerando a parte tributária, gerando economia. Esse é princípio primordial. Em termos de protagonismo da atuação municipal, então, o que ela traz? Todo o procedimento se dá perante o poder público municipal, o município instaura a REURB e conclui com a CRF. E só tem uma etapa da REURB que ela se dá fora do âmbito municipal, que é a etapa registral, que é quando eu levo o projeto para registro, quando eu abro as matrículas individuais lá no Registro de Imóveis e intitulo os moradores. Então, essa etapa registral se dá perante o Cartório de Registro de Imóveis da zona específica de cada núcleo urbano. O resto, toda a atuação se dá no município. Ah, mas a gente não tem que ouvir o judiciário, o Ministério Público não participa? Não! De regra não precisa participar. Se surgir problemas, conflitos, aí sim a gente vai precisar da intervenção do judiciário, porque o município não é um decisor. Se há um conflito que se gerou uma disputa, algum litígio, a gente não tem o poder de resolver, a gente pode mediar, mas não dizer – você fulano ou sicrano tem a razão. Então, quando a gente tem um conflito cuja mediação não resolveu, a gente aí sim vai utilizar o poder judiciário para resolver essa pendência, esse litígio, essa disputa, para depois dar sequência na nossa REURB. O município que intitula, aí a gente reforça de novo para vocês, porque é muito importante. O município atribui o título de propriedade. Através da legitimação fundiária a gente atribui título de propriedade para os moradores. A legitimação de posse, aquela prevista na 11.977, que veio também para a 13.465, ela atribui posse, reconhece que o morador tem posse naquele local e essa posse com o passar do tempo pode se transformar em propriedade, mas a legitimação fundiária já é direito de propriedade, a pessoa já é o proprietário no momento que o município atribui para ela uma legitimação fundiária. Então, isso é superimportante, é a primeira vez no Brasil, é a primeira regra no Brasil que dá o poder para os municípios, atribuírem título de propriedade para qualquer pessoa, mas com viés, óbvio, só posso usar esse instrumento dentro de um processo de REURB, dentro de um processo de regularização fundiária de núcleo urbano informal consolidado. Então, toda essa análise do direito dessas pessoas é feita no âmbito da procuradoria. Então, vejam a importância desse nosso trabalho agora, como isso ganhou um nível de importância maior. Eu digo que a gente agora, ao analisar os requisitos e opinar pela legitimação fundiária, a gente atribuiu um título, a gente substituiu o judiciário, a gente dá uma sentença, dizendo – olha, você é o dono desse lote. A gente não pode errar, a responsabilidade é muito grande, se errar o município será responsabilizado. Então, a gente tem que seguir procedimentos bem organizados e conferir os requisitos, para que a gente possa atribuir o título, senão a gente será responsabilizado. Então, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

343 mudança de leis que eu falo é exatamente isso, é o muito o protagonista e faz a
344 interlocução com o Registro de Imóveis. Uma coisa importante na titulação é o seguinte: a
345 gente sempre vai priorizar o melhor título de propriedade daquele morador. Se a gente
346 conseguir atribuir a legitimação fundiária, ele é o melhor título que veio com essa lei, mas
347 eu tenho um rol de 15 instrumentos jurídicos que eu posso utilizar no meu processo de
348 REURB para titulação dos moradores. Então, se por algum motivo eu não puder titular com
349 a legitimação fundiária, porque o morador não atendeu os requisitos, não significa que eu
350 não vou regularizar. Eu posso, mas eu vou ter que observar outros instrumentos jurídicos,
351 que estão lá previstos, e tratar cada caso especificamente analisando aquele caso
352 concreto. A legitimação de posse é a mesma coisa, depois da fundiária eu atribuo a
353 legitimação de posse como o melhor título a ser atribuído para esse morador, porque no
354 lapso temporal previsto em lei, que é o prazo para usucapião, a conversão para
355 propriedade se dá de forma muito facilitada pela lei. Então, a pessoa vai lá no Registro de
356 Imóveis, verifica que passou o tempo previsto para o usucapião, se for, por exemplo, um
357 imóvel de até 250 m² o prazo é de 5 anos, desde que a pessoa utilize para moradia e não
358 tenha outro imóvel. Então, em 5 anos ela vai converter a legitimação de posse em
359 propriedade e passa a ser proprietário daquele lote. Se ele não preenche os requisitos para
360 usucapião constitucional, ele pode preencher para qualquer outra modalidade de usucapião
361 que existe no nosso país e são mais de 7 modalidades. Enfim, sempre vai ter um
362 usucapião para enquadrar no caso concreto e poder tutelar aquele morador. Assim, os
363 contratos de compra e venda firmados pelas partes também podem ser utilizados como
364 instrumentos. A CDRU também pode ser um instrumento de titulação, eventuais doações
365 de áreas que possam ter ocorrido também são aptas à titulação. Enfim, como eu falei para
366 vocês, é um rol de 15 instrumentos que a gente pode utilizar para poder titular os
367 moradores. Lá na PARF a gente prioriza a fundiária, não dando a gente tenta encaixar
368 outro instrumento. A distinção das modalidades de REURB, como eu falei lá naquela parte
369 dos princípios, a questão econômica e da gente poder trazer para formalidade todas
370 aquelas áreas informais situadas em núcleos urbanos dentro dos municípios. Então, o que
371 fez a lei para poder atender a todas as camadas? Ela distinguiu modalidades de REURB,
372 nós temos dois tipos primordiais, que é a REURB-S e a REURB-E, depois eu falo da “I”,
373 porque ela é exceção. A REURB-S é a REURB de Interesse Social, aquela que a gente já
374 estava acostumada a tratar como áreas especiais de interesse social. A lei atribuiu o valor
375 de cinco salários mínimos como renda familiar do núcleo familiar para se enquadrar como
376 REURB-S. Essa normativa é uma normativa que vem no decreto federal, valendo para todo
377 o Brasil e os municípios podem estabelecer um parâmetro a menor. Para Porto Alegre a
378 gente já fez uma série de discussões e a gente optou por manter o padrão nacional de
379 cinco salários como enquadramento para a REURB-S. Então, aquele núcleo que está com
380 a renda abaixo de cinco salários é REURB-S, o que está acima de cinco salários é
381 REURB-E, de interesse específico. Então, na REURB-E se enquadram todos aqueles
382 núcleos urbanos em que não se enquadrar de baixa renda, que não se enquadrar em até
383 cinco salários. Enfim, não há teto de renda, vai até o infinito a questão da renda daquele
384 núcleo. Outra coisa importante de se dizer é que a gente pode ter REURB mista ou com
385 predominância, núcleo predominantemente S, mas com algumas situações de REURB-E
386 inseridas lá. Daqui a pouco de um mercado de grande porte que se instalou naquela
387 comunidade, um comércio, é muito comum ter lojas de materiais de construção de grande
388 porte, né. Então, essas áreas diferenciadas ou até uma família que more e reside lá com
389 lote grande, com uma renda diferenciada. Então, esses casos específicos que não se
390 enquadram na predominância, eles podem dentro do mesmo núcleo haver distinção. Então,
391 quando eu instaurar a minha REURB, se eu verificar desde o início que há uma



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

predominância de S ou E, mas que há lotes configurando outra modalidade, eu posso instaurar REURB com predominância de E ou de S, sabendo que eu vou ter algumas situações de E ou S no núcleo como um todo. Essa verificação posso fazer durante o curso do processo administrativo. E também para gente não deixar esquecido, tem o que a gente denominou de REURB-I, que é a REURB inominada, que está prevista lá no artigo 69 e é um caso muito particular, que ela é usada para glebas parceladas anteriores a 79. Se vocês lembram, lei importante de 79 que tem a 6766, de parcelamento do solo. Então, o que fez essa lei? Leis para casos de glebas parceladas anteriores a 79, é muito mais simples o registro da REURB. A lei não exige praticamente nada, ela não exige sequer um projeto aprovado pelo município. Então, lá no artigo 69, depois quem tiver curiosidade pode ler com mais calma esse artigo, está todo o enquadramento dessa REURB-I de como ela tem que ser processada, com regras muito mais simplificadas que a E e S. E para fechar a questão das modalidades, eu coloco para vocês o seguinte: quais as principais diferenças da REURB-E para a REURB-S? São duas diferenças primordiais, primeiro é a questão da responsabilidade na REURB. O que diz a lei? A lei diz que na REURB-S o responsável por tudo que acontece na REURB é o município. O município é responsável por instaurar, por classificar, por desenvolver os projetos, por implementar a infraestrutura, por reassentar eventuais famílias que não possam permanecer naquele local. Ou seja, o município tem que resolver todos os problemas daquele núcleo urbano informal com características de S. Já na E quem faz tudo é o proprietário da área ou os seus eventuais beneficiários, ou seja, a responsabilidade na REURB-E é toda do morador ou do proprietário da área. O município cumpre um papel de aprovador, de licenciador, de quem examina os processos, verifica os requisitos e como é a nossa função, aprovar e fazer a CRF, tudo mais. Então, tem alguns atos administrativos que o município tem que fazer na REURB-E, mas quem tem que providenciar todos os elementos para que essa REURB se desenvolva são os proprietários ou seus beneficiários, eles têm que fazer o projeto topográfico, implementar infraestrutura, pagar todas as despesas vinculadas com essa REURB. Aliás, esse é outro ponto da gratuidade, é outro diferencial, a diferenciação entre E e S. Por quê? Porque na S é previsto gratuidade para tudo, em termos de despesas municipais, registrais, não é prevista nenhum tipo de compensação por irregularidades que foram cometidas. É um procedimento que deve ser gratuito, claro que há um curso para a regularização, toda a regularização fundiária envolve um custo com projeto, com levantamentos, com infraestrutura, mas a gratuidade que se diz aqui é em termos de taxas, de impostos e de custas cartoriais. Na E nada é gratuito, tudo se paga. Então, inclusive, o município pode taxar os serviços que presta em relação de REURB para que os beneficiários assim o façam ou paguem. A gente pode, por exemplo, taxar a aprovação do projeto como na cidade formal ela já acontece assim, a gente pode prever compensações urbanísticas e ambientais, conforme o grau de irregularidade que se operou naqueles núcleos. Então, a gente pode prever compensações, que podem ser revertidas para os núcleos S, de REURB-S para que o município possa implementar toda a infraestrutura. Fases do procedimento, para vocês entenderem como é um processo de REURB. Então, como eu falei lá, ele começa com requerimento, lá no artigo 14 está o rol de pessoas que podem ser legitimadas para requerer a REURB. Eu não vou detalhar aqui, mas não há restrição, é um rol bastante extenso, quase todo mundo pode pedir REURB. Depois disso tem a instauração pelo deferimento ou indeferimento desta REURB. Esse ato de instauração tem que ter motivado, está no artigo 30. No âmbito do município quem faz a instauração é a CTARF – Comissão Técnica de Análise da Regularização Fundiária. Então, nós temos um órgão constituído, mas que é a CTARF, que funciona mais ou menos como a CAUGE, só que ela analisa todos os processos de regularização. Então, essa comissão técnica que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

tem a incumbência de instaurar a REURB. No mesmo ato de instauração a gente já vem com a classificação, a gente já verifica se aquele núcleo urbano vai ser S ou E, ou predominantemente E ou S. A gente trabalha com autodeclaração, as pessoas se autodeclararam qual é a faixa de renda. Se o município verificar que aquela autodeclaração não está adequada a gente faz uma investigação, ou seja, já faz um procedimento para verificar qual é efetivamente essa faixa de renda para gente fazer a classificação correta da E ou da S. Por quê? Porque isso implica em uma série de responsabilidades para o município. No momento em que o município instaura uma REURB-S passa a ser instado a prover aquele núcleo urbano de todas as infraestruturas e de tudo que precisa ser feito no âmbito da REURB, desde topográficos, estudos técnicos, implementar infraestrutura, reassentar eventuais moradores. Então, no momento que o município diz que é S, ela chama para si a responsabilidade de fazer tudo isso. Claro que a gente pode sentar com os moradores e estabelecer compromissos destinos, termos de compromisso são de cada um, vai dizer o que vai fazer, até porque se esperar tudo pelo município vocês sabem que a gente não vai dar conta de toda a demanda que tem. Então, a gente consegue estabelecer compromissos recíprocos, mesmo na S para que de repente os moradores contratem um levantamento topográfico, enfim, a gente tenta fazer esses ajustes para que o processo não fique moroso, que não inicia e não tenha uma solução de continuidade. A gente quer que as REURB iniciem, atenda o processo e se concluam. Depois tem o processamento e análise administrativa, a gente começa a verificar os limites, os bens ambientais incidentes sobre essa gleba, as matrículas, litígio judicial e outras pendências. Às vezes a gente traz essas análises para antes da instauração, porque essas análises, definições e características podem significar o indeferimento da REURB. O município tem um período de 180 dias para deferir ou indeferir uma instauração de REURB. Na maioria das vezes a gente faz essa avaliação desse processamento administrativo antes de instaurar, para que a gente possa ter uma segurança de que a gente está instaurando um núcleo urbano e que a gente vá conseguir regularizar, porque seria muito frustrante a gente por qualquer motivo não poder dar continuidade a ela. Depois dessas questões todas analisadas a gente tem a fase de notificação de todas as pessoas que tenham algum vínculo com aquela área. E a gente parte para analisar esse vínculo da matrícula do imóvel. Quem é o proprietário desse imóvel? Esse proprietário tem que ser notificado de que nesse local o município instalou uma REURB e ao instaurar está reconhecendo aquele núcleo urbano e está dizendo que ela pretende deixar aquelas pessoas naquele local. Então, isso tem um efeito jurídico muito importante. E a notificação também tem um ato jurídico muito importante, que é o seguinte, eu aviso o proprietário da área, o proprietário registral de que o município está reconhecendo aquele núcleo urbano e quer titular aqueles moradores em nome das pessoas que estão morando lá. Se o proprietário registral ou as pessoas ali envolvidas não impugnarem a REURB, documentalmente, por escrito, esse prazo previsto em lei é o prazo de 30 dias, a REURB pode prosseguir e eu posso com toda a segurança titular os moradores que estão lá. Por quê? Porque essa notificação tem um efeito de fazer com que o proprietário perca essa propriedade, ele não falou nada, ele não discutiu, ele não impugnou. Portanto ele perde e a partir da perda da propriedade, vira propriedade para quem mora naquele local. Então, a notificação quem faz é a PARF. Essa notificação a gente tem como ato jurídico muito importante, por isso a PARF chamou para si a responsabilidade de fazer as notificações. As notificações também podem ser feitas pelo cartório imobiliário, a gente paga, o cartório cobra para fazer essas notificações, mas é possível que eles também façam em nome do município ou o cartório pode fazer essas notificações. No momento que eu faço a notificação, ninguém impugnou a PARF toca a REURB, não tem nenhum impedimento. Agora, se alguém gritar – Opa! Não, espera aí!



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

5490 Não é assim! A área é minha, quero fazer um hospital nessa área, não tem nada de titular
5491 morador nenhum. Bom, no momento em que há uma impugnação, seja ela de que
5492 natureza for, o conteúdo que tiver, tenho que parar meu processo e resolver esse
5493 problema. A lei traz um viés de mediação como primordial para a gente resolver esses
5494 problemas. Então, traz instrumentos de mediação de conflitos de conciliação para que a
5495 gente possa resolver, se a gente não conseguir resolver a REURB não vai adiante, ela
5496 para, fica suspensa entender esse litígio não é resolvido. Se eu não resolver pelas vias
5497 administrativas vou ter que resolver pelas vias judiciais. O município já tem utilizado a
5498 CEJUSC, que é o Centro do Poder Judiciário que trabalha com mediações e conciliações,
5499 que tem todo um grupo técnico especializado em conflitos fundiários urbanos e a gente tem
5500 usado esse GT como forma de solucionar eventuais problemas que surgem nas nossas
5501 REURBs. A gente tem uma câmara própria, o município tem dentro da procuradoria uma
5502 câmara de mediação e conciliação e temos o CEJUSC. Então, temos dois órgãos que
5503 podem nos ajudar nesse processo. Resolvidos os problemas, notificações ok, a gente tem
5504 a etapa da elaboração do projeto, onde a gente vai fazer toda a análise do projeto e depois
5505 a Simone vai explicar para vocês como que isso é feito. Depois que a gente aprova o
5506 projeto, define quadras, vias, lotes, equipamentos urbanos que eventualmente tenham
5507 naquele núcleo, a gente passa para a titulação dos lotes. Eu coloquei a PARF, mas o
5508 DEMHAB tem feito titulação também, principalmente nas áreas que são próprios do
5509 DEMHAB. É aquela parte que a gente verifica lote a lote quem é o morador, os documentos
5510 e o título de propriedade, legitimação fundiária. Depois de tudo isso feito a gente faz um
5511 saneamento do processo, a gente dá uma olhadinha para ver se não esqueceu de nada, se
5512 não tem nenhum probleminha que não foi solucionado. Depois tem a decisão da autoridade
5513 competente, ou seja, a gente diz ok, essa REURB está massa, não tem problema nenhum
5514 e a gente pode concluir ela. O grade ato, o fechamento da nossa REURB é a CRF -
5515 Certidão de Regularização Fundiária, que é o documento que vai para o Registro de
5516 Imóveis para titulação. A CRS é a nossa sentença do processo, ela é linda e maravilhosa e
5517 tem tudo todo procedimento, tudo que aconteceu no nosso processo de REURB, é
5518 perpassado para aquela certidão. Acompanha essa certidão a matrícula dos imóveis, os
5519 projetos aprovados, o memorial descritivo, a lista dos moradores beneficiados. Então, tudo
5520 que é documento importantíssimo vai anexo a CPF e é levada para o registro. Depois tem
5521 a fase registral, onde o registro de imóveis analisa todos os requisitos e registra o
5522 parcelamento do solo titulando os moradores. Então, esse é o nosso procedimento do
5523 início ao fim da REURB. É claro que aqui no meio tem uma série de questões que a gente
5524 tem que resolver, em relação à infraestrutura, que é essencial. No artigo 36 da lei fala o
5525 que é a infraestrutura essencial, que é esgotamento sanitário, seja coletivo ou individual,
5526 não pode ter esgoto a céu aberto. Tem que ter rede de drenagem pluvial, ou seja, as águas
5527 de chuvas tem que corre para algum local, não pode empossar. Tem que ter rede de
5528 energia elétrica regular. Tem que ter rede de água potável regular. São as quatro
5529 infraestruturas essenciais na REURB, sem isso o município só pode dar continuidade a
5530 REURB se houver um termo de compromisso onde esteja previsto quem vai implementar a
5531 infraestrutura e um cronograma de obras prevendo quando vai se dar no tempo. Então, a
5532 responsabilidade de quem vai fazer e quando vai fazer. Certo? Então, está aí o nosso
5533 procedimento de REURB. Claro, eu não falei das questões ambientais, das situações de
5534 risco, mas tenho que tratar de tudo, tem os artigos específicos que tratam e trazem o
5535 regramento para poder aprovar lotes em APP, por exemplo. Bom, trago aqui uma imagem
5536 de satélite da Quinta do Portal, que é o maior loteamento que a gente já trabalhou até hoje,
5537 tem quase mil lotes. A gente já aprovou os projetos de finalização. Há quatro matrículas
5538 incidentes sobre esse núcleo urbano. Este é o projeto urbanístico, tem um arroio que corta



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

o loteamento, tem uma mancha marcada (slide), é a APP de 30 m de cada lado desse arroio. A gente não fez para esse local estudo técnico ambiental para regularizar na mancha marrom. A gente fez uma REURB em etapas, a gente aprovou todas as quadras em que não havia incidência de APP e pode regularizar mais de 600 lotes, quase 800 lotes fora da APP. Ficou fora a mancha da APP para que sejam feitos estudos técnicos e se houver viabilidade da gente parcelar as APPs, assim o faremos em uma próxima etapa de regularização fundiária. A REURB vai se adaptando, fazendo uma primeira etapa nos lotes sem incidência de APP e a segunda etapa nos lotes com incidência de APP. Uma informação importante, a REURB independe da instauração de AEIS para que ela seja aprovada e tramitada, ou seja, eu não preciso mais instituir AEIS para ter regras diferenciadas para aquele núcleo urbano. Quem vai dar a regra vai ser a própria REURB, que vou dizer qual o regime urbanístico que vai ser dado para aquele núcleo urbano. O que a gente previu para Porto Alegre? Da gente continuar instituindo AEIS para ter um controle e saber qual o regime urbanístico dado para cada REURB que a gente regularizou. Foi só um aparte. Olhem aqui, a análise do parcelamento do solo é conforme as regras municipais, flexibilizadas pela Lei nº 13.465, mas quem diz como deve ser é o município, somos nós. Tem uma coisa, se a comunidade não estiver organizada o nosso processo não vai adiante, isso acaba sendo como um critério de priorização, porque vou trabalhar com quem está organizado e quer se regularizar. E bom, termino a minha fala. Eu me coloco a à disposição para esclarecimentos e vou passar a palavra para os meus colegas, porque eles vão complementar algumas etapas e fases do processo para terem uma compreensão melhor do nosso trabalho. Muito obrigada pela compreensão de vocês, espero não ter sido muito chata e enfadonha. **Simone Madeira, Equipe de Regularização Fundiária – SMDE:** Boa noite para todo mundo. É um prazer estar aqui para a gente falar da regularização fundiária. Queria agradecer a Patrícia pelo convite para vir falar sobre o nosso trabalho, da parte mais técnica de projetos. Eu não vou aprofundar muito em razão do tempo. Se os conselheiros acharem que seria proveitoso uma apresentação mais aprofundada, temática me coloco à disposição. É a nossa equipe que acaba carimbando os projetos, a CTARF delibera pela aprovação, é um colegiado multidisciplinar e a gente, efetivamente, coloca o carimbo. Assim, antes de qualquer coisa, só queria esclarecer a vocês a diferença de AEIS 1 e AEIS 2, que são os dispositivos previstos no Plano Diretor, até a lei da REURB e com ela é o dispositivo que nos possibilita fazer a regularização fundiária, porque esse gravame vai flexibilizar o regime urbanístico dentro do perímetro desse gravame. A AEIS 1 é (Inaudível/interferência no áudio), basicamente essa renda em áreas públicas ou privadas. Efetivamente é quem trabalha com esse tipo de situação é o DEMHAB, que trabalha com a comunidade nesses casos. Depois são loteamentos clandestinos, eles têm essa característica da irregularidade ou eles têm algum tipo de registro no município, mas não completaram os seus trâmites. Loteador foi lá, abriu rua, foi vendendo e culminou com essa situação de loteamento clandestino. Então, essa é uma situação de AEIS 2, o Plano Diretor classifica isso como uma área de interesse residencial. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Simone, talvez a tua internet esteja com algum problema. Quer que eu compartilhe a tela? **Simone Madeira, Equipe de Regularização Fundiária – SMDE:** Pode ser, ok. É o som que está ruim? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** É o som. **Simone Madeira, Equipe de Regularização Fundiária – SMDE:** Eu estou no celular, acho que não vai fazer diferença. Então, vou começar a AEIS 1 de novo. É o dispositivo que o Plano Diretor nos legitima da gente realizar a regularização fundiária, porque vai flexibilizar os parâmetros urbanísticos dentro desse gravame, a gente identifica a área a ser



regularizada, faz o gravame e depois opera a regularização fundiária. Tem situações em que o legislativo identifica as áreas e passa no legislativo, faz esses gravames. Então, existem essas situações de que tem muitos gravames que ainda não foram regularizados pelo município. Eles foram identificados pelo legislativo, mas ainda não foram regularizados pelo município. A AEIS 1 são assentamentos autoproduzidos pela população de baixa renda. Então, esse tipo de situação é operada pelo DEMHAB, que é responsável por processar e dar o encaminhamento para esse tipo de situação. A AEIS 2 tem outra característica, que são de loteamentos irregulares ou clandestinos. Então, ou eles têm algum tipo de registro de etapa na Prefeitura, mas não foram finalizados, eles deram início, mas não finalizou. Ou ele é completamente clandestino. É onde está o grileiro ou o loteador foi abrindo e vendendo os lotes, depois sumir, enfim. Esse tipo de situação é identificada pela PGM. A grosso modo as AEIS 1 entram por meio do DEMHAB e as AEIS 2 entram por dentro da PGM e da própria comunidade organizada. Como a Simone já tinha comentado, as AEIS agora não são mais obrigatórias, a lei da REURB não trona obrigatório o gravame das AEIS, mas foi uma decisão técnica do município de que nós vamos continuar fazendo esses gravames de AEIS para a gente ter mapeado a regularização fundiária no Município de Porto Alegre. Os processos vêm pelo DEMHAB, que é quem identifica assentamentos autoproduzidos, que seria AEIS 1 e/ou eles têm a situação também de AEIS 2, também cuidam de processos de AEIS 2 como loteamentos públicos e reassentamentos. Então, essas duas modalidades entram na CTARF por meio do DEMHAB. O DEMHAB faz o projeto, protocola na CTARF as etapas. A PGM, na PARF são loteamentos com origem e demandas judiciais, não necessariamente com sentença, mas são identificados pelo município como loteamentos irregulares, que são as AEIS 2. E as cooperativas também são legitimadas para protocolar dentro da CTARF um processo de regularização fundiária, que são comunidades organizadas, eles têm que querer fazer a regularização, que em essência também são AEIS 2. O projeto depois de aprovado, a PARF vai trabalhar com arrecadação de documentos e vai emitir a CRF. E para o registro é fazer a emissão das matrículas. Então, é muito simplificado isso que eu coloquei aqui só para vocês entenderem o fluxo dentro da prefeitura. As etapas de tramitação, depois vocês vão receber esta apresentação, vocês não devem estar enxergando o rodapé. Eu resumi em 4 grandes etapas, as primeiras três etapas acontecem dentro da CTARF, sempre com protocolo. E a última etapa, que seria a emissão da CRF, é a PARF/PGM que faz. Resumindo, a regularização fundiária, com o advento da REURB, tem a instauração desde que a comissão delibere, porque às vezes a gente indefere alguns pedidos, nós pedimos os requisitos mínimos, que estão na lei da REURB. Depois ela vai para a segunda etapa, que tem o novo protocolo na CTARF, o requerente tem que protocolar a emissão das diretrizes. A gente faz vistorias, mas também pode acontecer na primeira etapa, a comissão faz vistorias no local quando a gente tem alguma dúvida. E a turma da regularização fundiária vai analisar todos os aspectos pertinentes a cada secretaria, cada área de atuação. E para emitir essas diretrizes é feita uma análise preliminar. Depois vem a terceira etapa, propriamente dita, onde o requerente pode ser o DEMHAB, a PGM ou uma comunidade, uma associação ou cooperativa de moradores. Eles vão entrar com o projeto atendendo todas as diretrizes que a gente tenha dado, caso não atendam alguma, eles podem anexar arrazoados, é muito comum os arrazoados contestando alguma diretriz ou solicitando a mudança de diretrizes. Aí sim a gente se debruça sobre questões bem específicas de cada área. Com o processo aprovado pela CTARF vai para registros interno dentro da prefeitura e a PARF toma direção e vai fazer o trabalho de proceder as CRFs, depois é entregue o registro e as matrículas emitidas. Quais as novidades que a REURB trouxe? Trouxe a possibilidade da regularização fundiária de interesse específico, ou seja,



que não é de interesse social. E essa REURB-E, qual é a característica? A contrapartida é paga pelo beneficiário ou pelo proprietário, como a Simone Somensi colocou. Nós tínhamos um decreto de procedimentos de regularização fundiária, que era o Decreto 19.566/2016, onde agora estamos tendo que rever todo. A gente recebeu a lei da REURB e nós estamos fazendo e ao mesmo tempo aprovando e recebendo os novos protocolos, cada processo é diferente e a gente nem sabe como vai operar isso dentro da comissão e dentro da área de atuação de cada um. Então, a gente também está trabalhando na atualização deste decreto, do 19.566, acho que este ano não tem como, mas vamos ver se em poucos meses a gente consegue publicar ele. Gente, eu acho que era isso. Se vocês quiserem eu posso fazer uma apresentação depois, em um próximo encontro, um pouquinho mais aprofundada, com os requisitos técnicos, mostrando como é o projeto, falando das questões impeditivas na questão das análises técnicas. Enfim, espero que este apanhado geral ajude vocês a conseguirem localizar a regularização fundiária dentro da estrutura d prefeitura e dentro das etapas de projetos. Era isso e obrigada. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, a gente passa rapidamente para o Rogério. **Rogério Ferreira, Coordenação de Reurbanização – DEMHAB:** Boa noite. Eu vou ser bem breve, dado que as duas Simones já explicaram bastante do procedimento da REURB. Então, vou me ater a alguma peculiaridades do DEMHAB. A gente começou após a compreensão da lei da REURB recentemente, onde resolvemos aproveitar a base de dados existente no DEMHAB. O DEMHAB já trabalhava, historicamente, em vários núcleos informais, que entravam por demandas do Orçamento Participativo, algumas demandas institucionais e a gente tinha muitos dados sobre esses núcleos. Então, a gente resolveu aproveitar e dentro do critério que era de antiguidade, de participar de programas de regularização do município, a gente resolveu priorizar as áreas que estavam mais próximas do fim do processo, até para a gente ir pegando o conhecimento das áreas mais difíceis. Então, começamos a trabalhar nessas áreas. O DEMHAB atua, basicamente, na REURB-S, como foi mencionado, que são as áreas de interesse social. Foram priorizados os núcleos que já tinham uma infraestrutura essencial, porque esses a gente vai direto para a regulação. Os outros núcleos que precisariam de novos levantamentos ou que a gente identificou que não teria como regularizar sem obras, alguns tiveram a REURB instaurada, alguns por demanda judicial. Nós temos todos os dados necessários e a interface com a comunidade para identificar os limites do núcleo urbano informal. O diagnóstico urbanístico, que é uma coisa prevista na lei da REURB, que é o histórico da área, como que aquela ocupação se consolidou, há quanto tempo está consolidada. A própria elaboração do projeto de regularização fundiária, projeto urbanístico também, a definição das quadras, das vias, dos lotes. A eventual necessidade de fazer algum rearranjo para possibilitar a implantação da infraestrutura essencial. E a gente tem um *know-how* de conversar com as comunidades no sentido de recuar algumas cercas, conseguir alargar algum acesso. Então, nesse ponto o DEMHAB é bem atuante. A verificação do cadastro de lotes também é feita pelo DEMHAB, porque a gente tem que conferir in loco se os moradores são aqueles que a gente tem no cadastro. Também temos uma equipe de cooperativismo, que atua no sentido de organizar, porque é muito importante que eles realmente queiram estar se regularizando, porque a organização facilita muito isso, aí tem a entrada das equipes nas comunidades para fazer os trabalhos necessários. O cooperativismo tem sido muito importante e sempre tem as equipes que vão na comunidade e apresenta a maneira de organização, o que favorece o desenvolvimento. Em linhas gerais, eu disse que seria breve, é basicamente isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Rogério, pela apresentação. Tivemos excelentes



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

686 explicações hoje. Eu gostaria de abrir para que todos pudessem fazer comentários, mas
687 com o avançado da hora vamos marcar nova agenda para a gente poder continuar
688 debatendo. Não sei se alguém quer fazer algum comentário, aí a gente marca outra
689 agenda para tratar do tem, porque realmente é muito interessante, tem bastante coisa.
690 Parabéns para as Simones pela apresentação, a Dra. Somensi trouxe o arcabouço jurídico,
691 a Simone, enfim. Felisberto, quer um Aparte? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região**
692 **de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, agradecer ao espaço e
693 oportunidade. Quero parabenizar as Simones, foram brilhantes e detalharam bem como
694 avançar nesse processo, que há mais de 30 anos estão lutando para reregularizar várias
695 unidades. Porto Alegre tem esse diferencial, tem as cooperativas, os loteamentos
696 clandestinos, as ocupações. Então, tem todo um histórico constituído e tem as áreas
697 levantadas. É impressionante, porque há 10 anos, 15 anos, nós tínhamos 450, hoje temos
698 700. Então, é importante que sejam disponibilizadas as apresentações. Segundo, que
699 pudesse vir o detalhamento das áreas que estão trabalhando essa questão. E uma
700 pergunta, tem áreas que já têm a urbanização, basta a titulação e eu cito alguns exemplos:
701 Jardim das Estrela, uma cooperativa de 91 e lá eles já têm toda a urbanização,
702 pavimentação, tudo, só falta a titulação dos lotes, inclusive, tem o estudo, e EVU
703 encaminhado desde muito tempo atrás. Não sei se ela está na listagem, eu até poderia
704 citar várias, mas prefiro ver a listagem para que não se cometa injustiça nessa priorização
705 de comunidades que esperam há muito tempo. Então, parabéns ao Rogério do DEMHAB
706 também. Agradeço ao espaço, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
707 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro
708 Felisberto. Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
709 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Primeiro agradecer aos palestrantes. Realmente, a gente
710 fica surpreso com a interpretação e apresentação da lei da REURB. A gente está mexendo
711 com algumas coisas, como a questão da Vila dos Pescadores, que eu acho que vai ter um
712 aprendizado a partir dessa conversa que a gente vai aprofundar com o pessoal. E reforçar,
713 Presidente, para retomar em breve uma sessão especial do Conselho para realmente
714 aprofundarmos. Eu estou cheio de perguntas, mas não vai ser agora, não tem como, são
715 quase 20h. Eu aprendi muito, como nunca tinha aprendido no CMDUA. Outro assunto,
716 Presidente, gostaria que na próxima reunião do Conselho fosse reservado como ponto de
717 pauta, no início da reunião, para fazermos uma pequena homenagem ao Conselheiro
718 Paulo Jorge, inclusive, disponibilizar para os familiares dele o acesso a nossa reunião.
719 Então, se for possível fazer isso, vamos nos sentir bem confortáveis em trazer a imagem
720 dele, as lembranças dele para uma reunião oficial do Conselho. Mais uma vez, muito
721 obrigado aos palestrantes pela excelente reunião que a gente acaba de participar.
722 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
723 **Sustentabilidade - SMAMS:** Realmente, vamos organizar e nos ajude nessa dinâmica da
724 próxima reunião, junto com a Camila para fazer com os familiares dele. A gente tem a
725 Conselheira Tânia. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de**
726 **Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Eu gostaria muito de agradecer a Dra.
727 Simone pelos esclarecimentos, assim, mudou completamente o paradigma de antes, a
728 nossa compreensão, pelo menos falando de mim, que trabalho na comunidade, que estou
729 me aprimorando um pouco mais nos conhecimentos. Foi excelente, a Simone também, a
730 outra Simone, que agora não me lembro o sobrenome, mas está ali ela. Muito obrigada.
731 Simone, a gente entendeu, estávamos escutando, nem falamos nada, porque também não
732 tinha nada para falar. E também agradecer ao Rogério do DEMHAB. Eu pedi a vez para
733 falar, porque eu gostaria de uma informação. Eu sou representante da RGP, que abrange a
734 zona leste e nordeste Porto Alegre. Nós temos um sério problema de regulamentação



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

fundiária, que todos sabem, a Mato Sampaio, Bom Jesus. Eu tenho em mãos, porque me passaram, é um projeto do DEMHAB que já foi aprovado em 2009, o EVU foi aprovado em 25 de fevereiro de 2010. É um projeto de regularização fundiária daquela área. Então, é a área do Matos Sampaio, Pinto e Divinéia. Eu já pedi acesso a esse processo e tem certa dificuldade, porque me pediram o número, eu não sei o número do processo, eu só tenho a foto da primeira capa desse processo, que me enviaram. Então, eu gostaria que alguém pudesse me esclarecer sobre esse projeto, esse processo que foi aprovado de regularização, como funciona. Alguém sabe me dizer? Preciso de informações, alguém pode me indicar maiores informações. Eu mandei um e-mail e não recebi retorno. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Conselheira Tânia. A gente pode marcar para uma próxima agenda e convidar a Dra. Simone, a equipe do DEMHAB para a gente dar continuidade, para fazer essa troca de informações. Era isso, conselheiros? São 20h02min. Não sei se a Dra. Simone gostaria de fazer alguma manifestação antes de encerrar. A Simone ou o Rogério. **Simone Somensi, Procuradora Geral do Município de Porto Alegre:** Eu quero fazer um agradecimento final. Eu quero agradecer a vocês pela paciência de terem me ouvido, agradeço os elogios. Que bom que vocês compreenderam, o objetivo aqui é a gente nivelar a informação, porque a lei de fato trouxe grandes inovações e a gente teve que se debruçar muito sobre ela para tirar proveito de tudo que ela trouxe de bom. Aqui sem nenhuma questão ideológica, nada, a gente quer aproveitar o que ela trouxe de bom para que a gente possa levar soluções nas nossas comunidades, soluções para nossa cidade. A regularização fundiária traz benefícios para todos, é o melhoramento para a cidadania. Então, nesse momento de pandemia aproveitei para assistir muita Live sobre regularização, estou em contato direto com o pessoal lá no sudeste, de São Paulo, com Minas, com Espírito Santo, que estão fazendo REURB adoidado. Então, já me coleí no pessoal também para a gente poder ter um parâmetro de trabalhar no mesmo nível. No momento que eu fiz contato com esse pessoal eu vi que nós aqui em Porto Alegre estamos muito bem, a gente tem um volume de regularização que é bastante considerável e ninguém fez o número de regularização de titulações que a gente fez Brasil a fora, como a gente fez aqui na cidade. Ninguém sentiu instituiu tanta REURB Ihe como o Município de Porto Alegre instituiu. E vejam, a maioria das REURBs foram institucionalizadas pelo próprio município, (Inaudível/interferência no áudio), mas principalmente pelo DEMHAB. O DEMHAB nos trouxe um aporte de REURBs para a gente tramitar. A gente conta com uma equipe técnica superdedicada, capacitada, que está sempre buscando se aprimorar para poder dar uma resposta adequada, porque a gente sabe que quem está lá na ponta precisa muito do nosso trabalho. Quem está lá com problema de esgotamento sanitário, com problema de luz e água precisa que a gente trabalhe e faça com que esses projetos vão adiante para que eles consigam conquistar melhorias para a nossa comunidade. Eu queria ter a oportunidade de mostrar para vocês também fotografias de um processo de regularização, como que a gente começa o trabalho e como é que se transforma aquele local no final do trabalho. É impressionante como a gente consegue dar mais dignidade. Claro que a gente não consegue dar a mesma dignidade linear para toda a cidade, mas no momento em que a gente diz para a pessoa: “Este lote é seu, esta casa é sua”. A pessoa melhora a sua casa, ela pinta sua casa, ela reforma, ela traz melhorias, o município contribui com o serviço público adequado e todo mundo sai ganhando. Então, a gente sabe da importância do nosso papel aqui e podem contar comigo, com todos os membros da PARF, com todos os membros da comissão técnica, que vamos ajudar a dar informações a vocês de como a gente pode conduzir. Então, que a gente tenha êxito em todas as regularizações. Agradecimento, sei que o papel de vocês é primordial, importantíssimo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Conto com a ajuda de vocês para que a gente possa efetivamente levar adiante nossos processos, que a gente possa ter equipes bem formadas, com estrutura adequada para dar conta dessa demanda, que é enorme e é superimportante para a cidade. Gente, muito obrigada pelo carinho, mais uma vez aqui homenageando os líderes comunitários em nome do Paulo Jorge. Um abraço carinhoso e afetuoso em todos vocês. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Simone, querida, esforçada, dedicada, é exemplo para todos nós, temos muito orgulho do teu trabalho. O Emerson, Diretor do DEMHAB está aqui, estou vendo. **Emerson Correa, Diretor do DEMHAB:** Ouvi toda a aula, é sempre bom ouvir a Simone falar, a gente que é muito empolgado com isso, porque a gente trabalha muito essa questão da regularização fundiária. A gente tem uma parceria muito grande com a PARF e com os funcionários, principalmente o Rogério, a Denise, o pessoal se empenha muito, a Lisiane. Nós todos abraçamos essa bandeira da regularização fundiária e, realmente, isso é gratificante, é um sentimento de pertencimento das pessoas terem aquele documento, dizer que é seu. Realmente, Simone, a gente vê eles melhorando a casinha deles, o cantinho deles. Isso não tem preço, é trabalhar pela cidade com muito orgulho. A gente tocou muito isso e que todas as próximas gestões abracem essa bandeira e torne realidade isso para todas as comunidades. Para nós combatermos o déficit habitacional mais efetivamente é a regularização fundiária, a gente sabe que isso sim combate muito, porque a gente ficou muitos anos dependendo de construções habitacionais e muitas vezes essas pessoas nos procuravam para novas habitações quando já estavam no local que só dependia da regularização e elas passam a fazer parte da cidade formal. Então, essa é a nossa grande bandeira. Eu acho que todas as cidades tem que trazer essas pessoas para a cidade formal. Então, todos estão de parabéns, todas as lideranças comunitárias. E aí como foi colocado, o nosso grande amigo Paulo Jorge, também fiquei muito chocado quando fiquei sabendo, a gente havia conversado na semana anterior. Bah, para nós foi uma grande perda, para Porto Alegre, porque era uma grande liderança, um grande amigo e que a gente possa continuar trabalhando pelas nossas comunidades. Muito obrigado, Germano, pelo espaço também. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Um abraço, Emerson, que vem fazendo um trabalho lindíssimo também a frente do DEMHAB, é o diretor lá do Departamento Municipal de Habitação. Era o adjunto e ocupou esse espaço aí na direção. Uma das grandes expectativas de boas melhorias no Departamento de Habitação. **Simone Madeira, Equipe de Regularização Fundiária – SMDE:** Eu gostaria de me despedir e falar que eu estou muito feliz em trabalhar na regularização fundiária com a turma da regularização fundiária dentro da estrutura da Prefeitura, todos comprometidos em alcançar essa dignidade para a população das comunidades. E podem contar com qualquer demanda que vocês tenham, a gente vem, participa das reuniões, todos estão disponíveis. Muito obrigada pela participação, obrigada pelo convite. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Simone, que também faz um trabalho lindíssimo com a equipe do escritório de licenciamento, vocês tem o diretor do escritório na figura do Artur, que aqui representa o escritório de licenciamento. Parabéns, Simone, obrigado também pela parceria com as outras servidoras fazem, uma equipe que faz a diferença todos os dias. **Rogério Ferreira, Coordenação de Reurbanização – DEMHAB:** Também quero agradecer a oportunidade de mostrar um pouco do nosso trabalho e faço minhas as palavras do diretor. Estamos aqui tentando melhorar a vida da comunidade. Boa noite. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, vamos convidar os colegas para a gente dar continuidade no debate com os conselheiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

833 Superbeijo. Boa noite, excelente feriado para todos vocês. **(Encerram-se os trabalhos da**
834 **plenária às 20h15min).**

835

836

837

838 **Germano Bremm**

Secretária Executiva

839 **Presidente**

Relatora

840

841 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2861/2020

Aos três dias do mês de novembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. ABERTURA; 2. DISCUSSÃO: Contribuições Revisão Plano Diretor; 3. DEBATE; 4. REGISTROS E ENCAMINHAMENTOS. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h06min. **1. ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Então, oficialmente abrindo a nossa reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Hoje temos na pauta a discussão especificamente das contribuições para os termos de referência a serem contratados estudos para nosso processo de revisão do Plano Diretor. Muito importante



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

aqui a gente fazer essa discussão, o município como todos sabem fez no final do ano passado uma cooperação com o PNUD, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, é uma cooperação internacional. O PNUD vai nos dar apoio na contratação de todos os estudos necessários, o auxílio para o processo de revisão do Plano Diretor, que é de competência do Poder Executivo do Município de Porto Alegre. Vai ser feito seguindo todos os ritos democráticos exigidos com toda a participação popular necessária para essa revisão. No entanto, previamente a esse processo a gente está contratando algumas empresas para realizarem determinados estudos para a gente poder ter indicadores e dados para trabalhar no processo da revisão, Então, a partir disso a gente direcionar para essa política ou para aquela mais específica. Então, conforme a gente havia combinado está fazendo esta reunião de hoje especificamente com esta pauta dos termos de referência para o processo de revisão do Plano Diretor. Eu só queria compartilhar que a gente teve solicitações de participação de pessoas externas aqui na reunião, no debate de hoje. No entanto, como é uma reunião ordinária, a gente tem a nossa formalidade do regimento, justificaria de ser uma reunião com os conselheiros. Eu acho que vão ter outras oportunidades, grupos de trabalho com as comunidades, outros momentos em que outras pessoas, que não têm dúvidas que são altamente contributivas e eu gostaria de ter dentro do processo, mas acho que aqui a gente concentra os conselheiros. Se cada Conselheiro for trazer alguém para poder contribuir fica um pouco difícil a gente organizar a dinâmica. Então, foi nesse sentido que não há problema em participar como ouvinte, poderá subsidiar o conselheiro que representa, a entidade, isso não há dúvida que é muito importante ter essa participação. Em um segundo momento a gente vai organizar os grupos de trabalho, para o processo de revisão em si. Agora é um processo preparatório que a gente está fazendo para contratar essas empresas e entidades que vão nos dar subsídio para a revisão do Plano Diretor. Então, eu vou passar de mediato para a Patrícia, a nossa diretora de planejamento que vai apresentar um pouco a dinâmica de funcionamento, como que vai funcionar essa discussão hoje aqui e ela vai direcionar os trabalhos para poder recolher essas contribuições. Também acho importante ressaltar, a gente teve uma agenda com o Ministério Público, alguns conselheiros participaram, a externou essa possibilidade, queríamos abrir para as entidades, para os conselheiros poderem contribuir nesses termos de referência. Já se teve oportunidade, mas em função da pandemia a gente não conseguiu dar sequência nesse trabalho. Então, a gente fez o calendário de datas, apresentamos aqui para os senhores conselheiros há algumas reuniões e hoje a gente inicia esse cronograma com essas datas para colher essas contribuições que vão ser importantes nas contratações. Patrícia, eu vou liberar. Lembrando a questão da homenagem ao conselheiro Paulo Jorge, a gente deixou para a próxima terça-feira. Então, na reunião tradicional, de processos que a gente tem para a gente ter essa oportunidade. Patrícia, contigo. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, boa noite a todos. Eu vou pedir ajuda para a Vaneska e para a Renata. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Patrícia, o Felisberto pediu uma Questão de Ordem. Vou abrir para ele e depois contigo. Então, qual é a ideia? Conforme foi acordado em uma reunião em que nós colocamos os calendários, com base até com o que tinha sido acordado no Ministério Público, onde nós abríamos espaço para serem feitas contribuições em relação aos termos de referência. Então, na verdade, a ideia não é fazer uma apresentação, mas instigar a gente a debater, porque as contribuições, como a gente já tinha colocado naquela reunião de 20 de outubro, a ideia é que as contribuições venham para nós em documentos escritos de preferência, através desses preenchimentos dos formulários que já foram disponibilizados para vocês,



na data de 20 de outubro. Um dos links seria essa contribuição aos termos de referência, o outro link em relação à instrução normativa, a gente também colocou como canal o e-mail do Plano Diretor para quem quisesse livremente fazer contribuições sobre o que deve ser estudado, enfim, contribuições quaisquer em relação ao processo de revisão do Plano Diretor. E a ideia dessas reuniões que nós estamos trabalhando agora, é no sentido de amadurecer, porque a gente quer receber essas contribuições independente do que aconteça aqui na reunião. Elas podem amadurecer entendimentos e algumas contribuições vão acontecer durante esse processo, mas muito importante salientar que as contribuições não estão estritas ao fórum da reunião, elas vão ser entregues e a gente vai colocar nesse processo SEI, que todos vão ter oportunidade de olhar. Inclusive, já está disponível, se eu não me engano. Então, conforme a gente já tinha acordado o calendário de reuniões, esta vai ser uma semana puxada, hoje, no dia 3 e no dia 5, na reunião extraordinária, nós vamos tratar desse termo de referência, que trata dos diagnósticos, estudos, indicações e parâmetros, que vai nos dar subsídio para o processo de revisão do Plano Diretor. E no dia 12 a ideia é trabalhar o tema comunicação e participação. O prazo de entrega das contribuições que a gente colocou ali é 17 de novembro. Então, essas contribuições que a gente colocou aqui, a ideia é que a gente faça a entrega até o dia 17 de novembro, para a gente ter um tempo um pouco antes do fim do ano, compilar e poder mostrar no seu conteúdo compilado para vocês. Então, vou passar aqui a palavra para a Renata, para dar continuidade à apresentação. **Renata Saffer, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, o que a gente quis trazer nesse primeiro momento é o que é um termo de referência, porque a gente acredita que às vezes fique um pouco confuso esse termo, porque tem muita gente que não trabalha com isso diretamente. Então, o que a gente trata? Dentro do (Inaudível/interferência no áudio), para a contratação de um termo de referência, que é um documento como se fosse um edital que descreve quais demandas vão ser abordadas por essas consultorias. E ele é basicamente composto dos temas que vão ser abordados, do objetivo geral dessa contratação, uma lista de produtos que serão entregues ao município e as especialidades técnicas necessárias da equipe que irá trabalhar. E a qualificação mínima da empresa que irá prestar o serviço. Então, para dar esse panorama inicial do que são os termos de referência. Os que a gente planejou até agora são oito, três deles a gente acordou na reunião do Ministério Público, que o Secretário Germano citou anteriormente, que vão ter a contribuição do conselho para sua elaboração. Enquanto os outros que são estritamente técnicos, eles vão ser elaborados apenas pela direita planejamento. Então, o TR1 se chama Diagnósticos de Estudos: indicações e parâmetros para revisão do Plano Diretor. O TR Plano de Comunicação, que irá traçar um plano de comunicação para o projeto como um todo. E o TR Planejamento da Participação, será um planejamento da participação como um todo na revisão do plano. Essas três têm conexão direta com a revisão do Plano Diretor também, os outros não tanto ou são muito técnicos. Por exemplo, registros de participação é como que a gente vai coletar esse registro, quem vai fazer a taquigrafia, quem vai gravar, enfim, não é necessário que tenha discussão acerca disso, porque é operacional. Então, o TR1, que é o diagnóstico de estudos, indicações e parâmetros para a revisão do Plano Diretor de Porto Alegre é o que a gente vai tratar nessa reunião e na de quinta-feira. Então, esse termo de referência a gente quis trazer qual é o objetivo dele para ficar bem claro para todos, que é o fornecimento de subsídios para a atualização do modelo jurídico e espacial do Plano Diretor de Porto Alegre, através de diagnósticos, análises e indicações para as regulamentações e normas específicas. O que a gente quer dizer que o modelo jurídico? Seriam as especificações ou tipificações das normas jurídicas, podendo ser também a pluralidade de normas entre si e articuladas compondo um todo, que seria a parte da lei do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Plano Diretor em si. O modelo jurídico seria o corpo da Lei e o modelo espacial refere-se ao conjunto de diretrizes, ideias de desenvolvimento propostas para a cidade pelo plano, definido espacialmente. Ou seja, a parte que a gente define com mapas. Para esse documento a gente baseou a construção dele no guia para elaboração e revisão de planos diretores, lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, em 2019, que divide uma revisão de Plano Diretor em cinco etapas: preparação, a leitura do território, as propostas, a sistematização e a etapa de aprovação, que é a última. Nesse caso, a gente vai tratar especificamente da etapa 1, 2 e 3, e durante todas essas etapas tem processo de participação social. Nesse processo das etapas 1, 2 e 3 tem também a participação e isso está previsto dentro do termo de referência. Para deixar bem claro, esse guia divide as etapas em quatro categorias de análise. A primeira delas é a segunda, que são os temas e as problemáticas, eles estão dentro da etapa de leitura do território e que a gente imaginou começar a discussão por esses dois componentes. Os temas, que são os assuntos relevantes ao planejamento urbano local e as problemáticas, que são os desafios relacionados ao desenvolvimento da cidade ou as potencialidades que podem ser aproveitadas. Então, a partir desses dois grandes eixos que a gente vai escolher as contribuições. Quais são os temas, os assuntos relevantes para o desenvolvimento urbano local que devem ser abordados por esse termo de referência? E quais são as problemáticas que a gente enfrenta no desenvolvimento da Cidade? E as potencialidades que a gente não aproveita, mas precisam ser aproveitadas? Então, partindo disso a gente já fez um estudo, que foi feito junto com conselho, inclusive, dos 12 temas, que foram elaborados para a revisão do Plano Diretor, e isso pode ser cruzado com as estratégias atuais do plano e com os objetivos de desenvolvimento sustentável. Então, a gente pensou em trazer para vocês para a gente contribuir dentro desses 12 temas, com sugestões de temas, segundo o guia, e das problemáticas. Os 12 temas listados pelo conselho em 2016 são esses que estão listados na tela: uso do solo, estrutura e paisagem urbana e ambiental, desempenho e habitabilidade das edificações, patrimônio histórico e cultural, desenvolvimento econômico, segurança urbana, espaços e equipamentos públicos, biodiversidade e serviços ecossistêmicos, resiliência, infraestrutura, mobilidade e acessibilidade, gestão democrática e aprendizado social e desenvolvimento social. Sobre esses temas a gente tem a explicação de cada um deles no site do Plano Diretor, na aba que explica o que é um Plano Diretor e fala um pouquinho sobre os 12 temas, para depois quando forem fazer as contribuições podem consultar esse material como apoio. É isso.

Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: A Vaneska pode falar sobre o formulário. Então, eu vou seguir falando aqui, a Vaneska está com problema no áudio dela. Então, a gente preparou um formulário onde cada um deles pode fazer sua contribuição e esse formulário já está estruturado conforme o tema que foi abordado naquela reunião anterior, relativo aos 12 temas que foram definidos. Entretanto, se o conselheiro não se sentiu contemplado nesses tópicos que foram abordados, ele pode preencher ali no outro sem problemas e fazer a sua contribuição. Então, a gente está fazendo essa proposta, no momento um é a gente fazer essa escolha e inclusão dos temas a serem debatidos. Ou seja, desses temas que nós colocamos ali quais que nós vamos debater nessa reunião, quais que nós vamos debater na próxima reunião e se há algum tema que não foi contemplado a gente pode agregar nesse primeiro momento. E a partir dos temas definidos a ideia na próxima uma hora é fazer realmente o debate sobre os temas, naquela dinâmica que a gente já está fazendo nos grupos de trabalho. E aí deixar o tempo máximo aqui para contribuições. No final a ideia é a gente fazer encaminhamentos. Então, a ideia é a gente estruturar um documento, eu vou trabalhando aqui na tela, da mesma maneira que a gente está trabalhando nos GTs,



para a gente realmente tentar conseguir coletar uma contribuição de vocês, que seja efetiva. Salientando que a gente também quer aguardar as contribuições de vocês e seria bem interessante que vocês fizessem algumas contribuições antes da próxima reunião, para que a gente possa também levar em consideração e ir a debate na próxima reunião. Então, só comentando os temas que foram citados ali, eu fiz uma sugestão de agregar o desenvolvimento sustentável e deixei em aberto aqui para os conselheiros contribuírem. Então, a ideia, eu deixei em aberto para gente poder fazer esse debate sobre o que for agregado e a gente vai trabalhando aqui na tela. Essa é a ideia. Então, agora o Felisberto.

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Nós das regiões fizemos uma leitura do território nas oficinas e não houve o retorno da leitura. Então, a gente não tem o diagnóstico daquilo que foi colocado e como foi viabilizado através de mapas e de leitura pelos técnicos da prefeitura. Então, acho importante haver esse retorno, mas apesar disso as regiões, algumas religiões, fizeram o seu Plano Popular de Ação Regional. Então, fizeram a leitura do território, elaboraram propostas e a PGP 1 finalizou. Agora, outras regiões estão finalizando essa leitura e apresentando propostas. Então, a RGP 1 vai colocar à disposição, já tomamos essa decisão no nosso grupo de apresentar, queremos formalmente fazer essa entrega, tanto para a secretaria, como para o MP. Eu queria que tu me passasses a lâmina dos temas, por favor. Eu tenho algumas preocupações, eu acho assim, como é que fica essa leitura da paisagem urbana natural ou cultural. Eu vi que está enquadrado no patrimônio histórico e cultural, mas tem aquela paisagem cultural, que é a leitura que as pessoas fazem do seu território. Tem a questão imaterial, que não tem uma imaterialidade, está na visão que as pessoas têm do seu bairro, do seu território, da sua rua, da sua cidade. Inclusive, a visão de quem chega em Porto Alegre pela ponte do Guaíba, uma visão que a gente tem da cidade. Então, aqui não está no inconsciente e não consciente coletivo das pessoas. Então, onde entraria a questão da paisagem natural? E há uma discussão de toda essa interferência na orla, que para alguns descaracteriza a identidade natural da orla. Então, alguns têm essa visão. Agora, é um tema a ser discutido, alguns dizem que isso qualifica a orla, alguns dizem que altera, mas é uma visão que tem que ser colocada. A outra questão, o desenvolvimento sustentável, que está relacionado com a ODS-11. Então, são temas importantes. E uma coisa importante da gente discutir, que se fala tanto em cidade colaborativa. E nós temos uma estratégia de cidade competitiva, eu acho que isso vai de encontro à colaboração. Não tem que ser uma cidade competitiva, tem que ser uma cidade de colaboração com a região metropolitana, com uma visão de relação com a cidade, que nós hoje focamos na questão do impacto no grupo de trabalho. Secretário, eu vou ter que me ausentar às 18h45min, porque hoje nós temos uma audiência pública sobre as torres do Internacional. Então, eram essas contribuições por enquanto. Obrigado.

Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Nós vamos anotando essas contribuições, mas a gente consegue contemplar na maior parte, pelo menos estas eu consigo contemplar aqui dentro. Depois a gente faz o link compilado e vocês vão se sentir contemplados. Vamos para o próximo, é o Merino.

Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS: Boa noite a todos companheiros do CMDUA. Eu acho que este é um tema sumamente importante, é bem derivado da última reunião com o MP. Desde já eu me coloco como representando pelo CAU, um organismo federal, técnico, de que não me senti contemplado com a decisão da Promotora Débora, no sentido de excluir certa participação de alguns termos de referência, que são sumamente técnicos e que na parte de participação social, considerando a gente como UFRGS, como SENGE, como IAB, que são organismos técnicos que poderiam participar em todos os tópicos, em todos os termos de referência. Então, para iniciar essa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

discussão sobre as contribuições em relação aos termos de referência. E eu faço a primeira reflexão, contribuições se faz sobre algum documento já elaborado, eu não posso contribuir no vazio, se não estaríamos chamando de “chuva de ideias” ou alguma coisa desse tipo. Então, a gente poderia ver no mínimo uma minuta de termo de referência no qual a gente possa contribuir. Então, não temos as ferramentas técnicas para dizer sim ou não. E concordo com o Felisberto, estado é um tema tão importante que eu como representante não vou decidir neste momento e nem dizer nada, porque é um tema para levar para a comissão de planejamento urbano, de política, urbana ambiental dentro do CAU. Nós discutiremos e contribuiremos nesse sentido. Nesse sentido, simplesmente, eu vejo que essas contribuições sobre nada, sobre um vazio, porque não existe nada, porque sobre 12 temas não é o suficiente para poder definir os objetivos de cada um desses termos de referência, no qual a prefeitura se envolverá. Portanto, assim como fizemos no GT, um documento por escrito, um documento por antecedência para poder analisar e vejam como fluiu a dinâmica das contribuições que vieram por natural. No vazio, tal como vocês estão apresentando, dificilmente a gente pode trazer neste momento contribuições substanciais e profundas, metodológicas para ajudar nesse processo de construção desses termos de referência. Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Como a gente comentou antes, é uma questão complicada a gente apresentar um termo de referência que vai ter submetido a uma seleção ou não, em que alguns atores vão ter acesso a informações e outros não. A nossa ideia é discutir o conteúdo que deve ser estudado no Plano Diretor. Eu acho que todos que estão aqui têm plenas condições de contribuir sobre aquilo que é importante de ser estudado. A gente vai amadurecendo aos poucos, mas a nossa ideia preliminar é receber essas contribuições, porque a gente precisa começar com isso, é uma coisa que a gente já devia ter recebido há muito tempo, que a gente já tinha se proposto a receber contribuições sobre o que cada um na sua relação com a cidade tem como... Como eu vou colocar aqui? Tem como assunto relevante para o desenvolvimento urbano e desafios relacionados ao desenvolvimento da cidade. É isso que a gente pode apresentar nesse primeiro momento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Existe o aspecto legal, isso já foi superado no Ministério Público, que nós não vamos apresentar os termos de referência, porque a gente tem uma lei orçamentária, um financiamento. Nós temos que adequar a partir dessas contribuições trazidas pela sociedade, a gente vai adequar dentro das viabilidades financeiras e econômicas do projeto. É uma reunião mais aberta onde a gente colhe as contribuições dentro do seu aspecto de conhecimento. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** E o nosso foco são temas a serem abordados. O próximo seria o Professor Rômulo. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Senhor Secretário, como é do seu conhecimento, estou neste Conselho há pouco tempo e logo que cheguei fui me inteirar das questões. Eu li o PCTI, que me foi indicado e fiquei muito surpreso ao ver que lá havia a indicação muito clara a respeito da participação da UFRGS, que por alguma razão não estava acontecendo. Em função disso eu fiz alguns contatos na universidade e constatei que há interesse de vários, listei ali, o departamento de urbanismo, de transporte, de engenharia produção, de economia, administração, ecologia, informática e etc. São todos departamentos da universidade que teriam interface com aquela lista de produtos *a priori* colocados como passíveis de serem realizados pela UFRGS. Isso consta na planilha 2 do anexo I do PCTI. Então, eu tenho já falei com a diretora da minha faculdade e tenho uma reunião com o reitor nos próximos dias, amanhã ou depois, para obter deles um direcionamento mais concreto desse negócio. Eu não



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

posso neste momento dizer qual seria dentre essa lista de coisas quais seriam os produtos de diagnóstico, como o que seria ao tema um, que era a questão de realizar estudos preliminares, mas eu tenho certeza que nós teremos condições de contribuir com alguma coisa. Particularmente, no que diz respeito ao meu departamento, que é de urbanismo lá do programa de pós-graduação, nós temos interesse, inclusive, estamos iniciando algum tipo de articulação para tratar de 3 temas que estão listados ali, ou 4 talvez, que são basicamente: a estruturação urbana, o uso do solo e a mobilidade. E a nossa ideia é tratá-los juntos, ou seja, articuladamente. Estamos pensando em buscar uma colaboração internacional de um cientista mundialmente conhecido, a nossa primeira opção pelo menos, que é um cientista que tem uma empresa de modelagem urbana no México, que chama Thomaz Delabala, que é um cientista e um planejador muito conhecido, que tem uma credibilidade, tem trabalhos feitos no mundo inteiro. E a nossa ideia é trazer e usar um modelo, chamado “modelo integrado de uso de solo e transporte” para fazer o diagnóstico de Porto Alegre. Estou vendo que o Merino está se deliciando com a minha fala, vou pedir a ajuda dele para explicar melhor o que significa, mas a nossa ideia é usar um modelo que permita descrever a cidade desde o ponto de vista de mobilidade, uso do solo e estrutura urbana, que se constitua em um instrumento de investigação. Seria estabelecer predições e explorações, criar cenários, um instrumento realmente útil não apenas para fazer diagnóstico do que existe na situação atual da cidade, mas como um instrumento capaz de nos permitir estabelecer algum tipo de visibilidade para o futuro. Então, ele serviria para as fases seguintes de elaboração do trabalho de revisão. Então, esse é o nosso foco principal número um. Nós também estamos interessados, eu já havia me referido isso anteriormente, mas também estamos interessados em estudar essa questão ligada a modelos de planejamento. A minha opinião é que o modelo de planejamento de Porto Alegre é um modelo superado, é um modelo ainda baseado em conceitos, em técnicas, em métodos um pouco defasado. Então, haveria espaço para a gente realizar propostas e estudos relativos a modos alternativos de conduzir o planejamento e a gestão da cidade. Então, esse é mais ou menos o panorama. Eu lamento não poder trazer algo mais concreto, porque é difícil falar com as pessoas, é difícil de marcar reuniões. Então, esse problema todo está se prolongando, mas esse é mais ou menos o nosso foco. Eu também vou fazer consultas a outros departamentos, particularmente ao IPH, ecologia, que seria essa parte mais ambiental. A informática necessariamente vai ter que estar envolvida por conta do uso desse modelo que a gente pretende fazer. Bom, a nossa intenção é trazer para esse processo de revelação de plano uma contribuição substantiva. Obrigado.

Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Muito bom. Estou anotando aqui, porque a gente tem a possibilidade de carta acordo. Uma parte do projeto pode ser desenvolvida pela universidade. A gente passou as informações para o professor e ele ficou com essa incumbência de verificar o que a universidade poderia contribuir junto desse projeto. Também atendendo uma demanda que estava lá já do Ministério Público também, que seria o papel da universidade. E a gente está trabalhando nesse sentido. O próximo é o Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Eu pedi a palavra porque tenho que me retirar, já estou assistindo em paralelo que a audiência sobre o Sport Club Internacional, aquele processo complexo. Eu queria dizer que fui pego de surpresa, porque embora estivesse agendada esta reunião, na nossa pauta até hoje constava reunião ordinária. Eu acho que esse material, a gente tinha que se preparar. Confesso que não tenho a mínima condição. Agora, olhando essa listagem e sair propondo alternativas, precisaria ter um preparo mínimo. Eu até achei estranho que não tivesse reunião sobre esse assunto e fiquei



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

surpreendido quando a pauta hoje foi corrigida. Então, é isso, a gente está disposto a colaborar e eu peço licença, já estou participando através do celular aqui em paralelo. Muito obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Vocês não precisam necessariamente contribuir na reunião e as contribuições não se esgotam na reunião. A ideia é para amadurecimento, para instigar temas a serem pensados, porque tem muitos que conselheiros que já tem conhecimento profundo sobre determinado assunto, mas tem muitos conselheiros que não entendem assim, de repente não tem ideia sobre o que comentar. E a ideia que a gente colocou aqui é mais para instigar uma discussão e vocês se apropriarem. Então, vamos para o próximo, o Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Olá, boa noite a todos. Dentro dessa linha de dificuldades, os temas são importantes e nós estamos tentando aqui decifrar e colaborar. E pensando do ponto de vista do planejamento urbano e o Plano Diretor de Porto Alegre, eu fico me perguntando em relação a esses vários temas, Patrícia, a possibilidade de apresentar algum detalhamento. Eu me pergunto sobre, Porto Alegre tem áreas de preservação permanente? Ou seja, dentro do espaço territorial de Porto Alegre nós identificamos áreas de preservação permanente dentro do município? Então, esse é um reduto ainda de vida animal, selvagem? Então, eu gostaria que se a gente pudesse encaixar em algum desses temas, porque se nós vamos ter dentro da do exame territorial a questão de que tem uma área ocupada, antropizada, outra área, seria nossa obrigação também ter um compromisso pela nossa própria vida coletiva de preservar um espaço natural dentro da área municipal de Porto Alegre. Se isso existe e quantificável, se nós vamos deixar isso registrado no âmbito do nosso Plano Diretor, como uma área essencial do processo de vida nessa nossa coletividade. E onde isso se encaixaria dentro da nossa listagem de temas, nós colocaríamos isso dentro da nossa listagem de biodiversidade e serviços ecossistêmicos? Onde isso se encaixaria. Isso do ponto de vista da vida natural e de um espaço urbano dedicado à preservação estrita das condições de vida natural. A outra pergunta que eu me faço, que eu acho que o nosso plano deveria incluir, incorporar, é como a cidade, o planejamento urbano vai tratar dos grupos sociais excluídos. Esses grupos sociais excluídos terão presença no nosso planejamento urbano, tais como os grupos remanescentes indígenas dentro do espaço territorial de Porto Alegre. Nós vamos deixar e identificar uma área específica? Na reunião anterior nós falamos na questão dos quilombos, nós vamos mapear isso? E tendo feito o mapeamento de áreas que seriam de população indígena, neste ano mesmo eu me surpreendi muito com a relatoria da escola indígena de ensino fundamental, que para mim ainda é um tema que eu gostaria muito de investigar. Além dos indígenas e dos quilombos dentro de Porto Alegre a mapear, seria importante que o nosso plano tivesse em consideração também todo o mapeamento das áreas para regularização fundiária, que nós tivemos uma importante reunião sobre esse tema na quinta-feira passada, onde houve uma explanação importante sobre uma série de procedimentos, que departamentos da estrutura pública de Porto Alegre estão realizando. Do ponto de vista do subitem “desenvolvimento econômico”, eu acho que em particular nós teríamos que abrir um subtítulo de economia familiar ou de economia local, como itens importantes a serem considerados. E dentro das particularidades ainda de Porto Alegre, sobre o mapeamento e a localização, a referência à atividade agrícola que ocorre também em nosso município. Essas seriam pequenas anotações que eu faço em relação a esses 12 grandes títulos apresentados, tentando fazer certa decodificação e tentando colocar um recheio em cada um desses títulos, para que a gente possa incluir atividades e nos aproximar mais da realidade econômica e social do município, porque esses grandes títulos nos encaixam ou nos remetem à temáticas, mas é



uma necessidade que nós temos de detalhar isso, na questão de infraestrutura. Nós vamos discutir ali uma infraestrutura do ponto de vista de água e esgoto, nós vamos discutir uma infraestrutura de energia elétrica do ponto de vista de serviços. Nós vamos discutir uma infraestrutura de caminhos de estradas. Todas essas coisas e cada um desses temas que nós vamos lendo aí nesse esforço que nós estamos fazendo nesta reunião para tentar dar alguma materialidade, tentar trazer alguma descrição que seja útil para nós todos, dentro desse esforço de compreensão de uma elaboração a 38, 40 mãos, de um termo de referência, como nós estamos tentando hoje à noite aqui. Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Nessa linha que o Mark tinha comentado, eu tinha pensado realmente em trabalhar, em um primeiro momento os grandes temas, eles não se esgotam, a gente pode depois agregar. Realmente, essas contribuições que ele deu eu acho que já abrem para a gente poder discutir os temas mesmo. Então, ele colocou, por exemplo, na questão do desenvolvimento econômico, economia familiar, economia local. Na questão da infraestrutura ele colocou a questão da água, esgoto, energia elétrica, estradas, caminhos. Então, eu pensei da gente começar a detalhar e ir enxergando os temas relacionados com esses grandes tópicos e identificando o que cada um acha importante que seja estudado nesse processo. O que eu pensei? Eu fiz anotações breves aqui, no sentido de em um segundo momento tentar encaixar e se eu não conseguir, se a equipe técnica conseguir encaixar, a gente cria um novo tópico, propõe em relação ao novo tópico. É isso aí mesmo, vamos estimular, vamos pensar a cidade, vamos pensar quais são os problemas, quais são os temas e problemáticas da cidade que nós temos. Então, o próximo é a Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e todas. Eu queria ressaltar que a gente teve hoje de tarde uma reunião extremamente produtiva, a gente conseguiu realmente dialogar, onde a gente tem o espaço e os subsídios, a gente não tem a fala cortada, não depende dessa questão do microfone que tu não podes falar, que é um debate onde a gente não debate. Eu queria colocar uma Poe, eu acho que o Emílio traduziu muito bem isso, no sentido de que nós nunca discutimos esses temas, nunca foi apresentado dentro do Conselho como vai ser esse processo. E o Conselho faz parte do sistema de gestão para preparar essa revisão. Lá no Ministério Público nós verificamos, a Patrícia colocou que nós vamos ter ações em conjuntas, as quais nós não sabemos. Nós recebemos através do Ministério Público também esse termo de cooperação técnica, mais aqui no conselho a gente nunca debateu, a gente não conhece o detalhamento. Esse plano já foi revisto, inclusive, a gente não sabe que revisão aconteceu sobre ele, a gente não conhece os insumos. E aí eu pego os temas assim, a Patrícia diz que tem gente que não conhece. Realmente, Patrícia, eu me coloco dentro de uma destas assim. Eu tive uma tarde tão produtiva e aí chegou agora, parece que jogou um balde de água fria, né. E agora? Tem um tema ali e nós vamos contribuir com o quê? Eu não sei dados da realidade, não sei o que a prefeitura está pensando, eu não sei os produtos que estão sendo pensados, eu não sei o mapeamento dos problemas que já foram identificados. Então, fica muito difícil da gente contribuir. Eu acho que a gente precisa sim de subsídios. Como nós vamos fazer para efetivamente contribuir, porque eu tenho um formulário com tópicos e temas para contribuir, mas sinto muito dizer, infelizmente não vamos contribuir, não temos como, não temos condições de fazer sem conhecer exatamente o que está sendo pensado e sem conhecer quais são os problemas que já foram identificados pela prefeitura. Então, é nesse sentido a minha preocupação, eu acho que a gente precisa de mais subsídios, a gente precisa ter informação. Somente através do subsídio, como nós fizemos hoje de tarde, tu trouxe todo um prévio, colocou o que vocês estavam pensando. Nós não queremos os termos prontos para falar sobre os



termos, mas a gente quer saber o que está sendo pensado, que tipo de produtos, que tipo de insumos estão sendo pensados para a gente verificar – Olha, podemos contribuir desse ou daquele jeito. Realmente, dá surpresa, porque até o meio dia de hoje nós tínhamos uma pauta. Eu estava me preparando para a ordem do dia, aí vem uma pauta de forma genérica: contribuições para o Plano Diretor. Então, fica difícil. Então, acho que nós podemos, tu tens o poder de colocação, consegue mapear e colocar assim, que vai melhorando essa simulação da informação, quando tu fazes esses esquemas assim. Eu acho que nós precisamos de algo mais para partir para uma contribuição. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A ideia era fazer uma questão preliminar mesmo, porque a gente tem que começar de alguma forma. Então, a gente começou daquilo que foi discutido na última vez, porque se a gente chegasse com os insumos, a gente sempre discutiu aqui entre nós. A gente chegaria com os insumos prontos, aí talvez vocês tivessem a ideia de que a gente chegou a alguma conclusão antes de receber a contribuição de vocês. Então, a nossa ideia é receber os insumos, poder fazer uma compilação e aí a gente poder fazer uma segunda rodada. Entendeu? Por isso a gente precisa primeiro coletar a informação. Qual é, por exemplo, a tua experiência em relação aos grupos excluídos? Que eu sei que a tua entidade tem todo um trabalho e tem muito a agregar em relação a isso. Então, cada um a partir da experiência o que pode agregar para ajudar a fazer o nosso próprio trabalho? A nossa ideia não é nesse primeiro momento jogar uma coisa pronta e vocês contribuírem em cima da coisa pronta. A gente quis retroceder, foi de propósito para sentir o que é importante para cada um e a gente poder amadurecer. Assim como a gente fez no grupo do GT Mitigações, a ideia é a gente amadurecer em conjunto nesses tópicos. Claro, são poucos encontros, mas talvez a gente possa criar um horário extra, eu acho que seria bem interessante, pegar tarde para discutir e mais alguns encontros seria interessante para nós. O Darci é o próximo. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa noite para todos. Eu me somo à fala do Mark. Realmente, aqui eu represento a ABES, mas colega, Rômulo, eu fico desolado ao ver que a gente tem na UFRGS, foi feito o Atlas Ambiental de Porto Alegre e parece que não entrou, não permeou ao corpo técnico da prefeitura. Eu não consigo sentir aqui, eu acho que é um grande desafio, Professor Rômulo, é exatamente trazer alguns conhecimentos que nós temos da Universidade, como o Professor Roaldo, como a Professora Porto fez um trabalho brilhante de análise da Cidade de Porto Alegre. Aquilo é a Cidade de Porto Alegre, eu não vejo a Cidade de Porto Alegre aqui nessas reuniões, eu vejo aquela parte aparente e dos interesses econômicos que estão normalmente envolvidos atrás de algumas propostas que aparecem. Botar paisagem ambiental, o ambiente é muito mais que a paisagem. Esta cidade tem uma formação geológica, estou falando enquanto agrônomo, desde a década de 70 eu tenho mapa de uso de solos, que me determina que em determinado solo posso fazer tal coisa, em determinado solo não posso fazer. e a gente vê a várzea do Banhado do Gravataí passa a ser uma paisagem ambiental, não tem, não é tratada enquanto várzea. Essa sequência que está sendo posta aí a gente vai continuar com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. E o “e ambiental” para que tem que incluiu o ambiental. Eu não vejo o plano ambiental aí dentro. Aquelas coisas que o Mark falou para mim tem que ser a base. Eu já perguntei, a Patrícia respondeu: quantas pessoas cabem nesta cidade? O meu planejamento é para que a Cidade de Porto Alegre tenha quantos milhões de habitantes? Que ambiente a gente tem aqui? Qual é a nossa base geológica que nos permita que em tal ambiente, em várzea, em várzea não faria o crescimento desta cidade, existem áreas próprias para crescimento. Agora, para fazer isso tem que ter esse tudo que já está feito, é só pegar o Professor



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Roaldo e chamar, ele apresenta. E as questões culturais, indígenas, também não vejo aí e me somaria muito a fala do Mark e a fala do Professor Rômulo, no sentido que a UFRGS tem muito para contribuir. Professor Rômulo, o que está na lei é que este plano para ser revisto teria que ter sido precedido por uma conferência da cidade. Até estava na programação original, não é uma questão de falar que estou falando mal, contra a administração. Não estou falando da atual administração, estou falando de anos e anos do Plano Diretor e neste ano estamos com uma condição específica de pandemia, que me deixa bastante ansioso no sentido de o quanto a gente tem que estar mexendo em uma coisa que é um formulário está lá, que eu tenho que entrar para ver se eu consigo contribuir com alguma coisa e não é isso. A lei fala em para conferência, fala em outra Porto Alegre que foi criada com as revisões que aconteceram no Plano Diretor. Nós temos que fazer uma discussão de conceito de Plano Diretor para poder ter um projeto um pouquinho mais convincente, para que nós saíamos convencidos de que estamos fazendo aquilo para o qual a gente foi eleito. Eu não me sinto fazendo e não é um problema da prefeitura. Por favor, técnicos, Secretário, não vejam como um problema da prefeitura atual. Nós estamos em uma pandemia, felizmente, pode ser que a gente saia dela daqui alguns dias, mas tenho vários amigos, nós tivemos aqui um membro do Conselho falecido semana passada, acho que fico com medo de que a gente não tenha um Plano Diretor melhor para o cidadão de Porto Alegre. Estou vendo que a Patrícia já está agregando aí, mas ainda sem uma conferência da cidade, que é o que está na lei, a gente vai ter uma revisão capenga e eu não gostaria que a gente consolidasse, não vou dizer “apressadamente”, porque não é um problema de apressar, é problema de situação fática, situação da pandemia. Então, deixar alguma coisa de contribuição e um pouco da sensação do que a gente está sentindo nessa reunião de hoje. Desculpe o desabafo. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Nós aqui técnicos vamos fazer um desabafo também, que a gente está aqui nesse processo justamente para coletar informação, para receber a contribuição de vocês. Então, estamos aqui abertos para realmente receber as contribuições. Então, façam as contribuições, a gente vai anotar e vai considerar na medida do possível. Essa sugestão referente à conferência da cidade não vai se encaixar justamente neste TR específico, mas nos outros que nós vamos abordar, mas já deixei anotado, é uma contribuição, está registrado. O processo de participação vai ser estruturado, não foi estruturado, a gente vai ter um caminho de 2 anos para discutir em conjunto. Então, acho que a gente tem que ver de maneira positiva isso. A gente está tentando deixar o material pronto. O próximo é o Jackson. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite. Olha só, eu me somo aquela colocação do mapeamento das áreas para regularização fundiária, realmente precisamos muito disso. Tem outra questão que eu gostaria de colocar, Patrícia e colegas, que é o seguinte: o abastecimento da cidade. Eu vou dar um exemplo prático, nós temos o caso de uma concessionária que a prefeitura autorizou a instalação dela em uma via de grande fluxo com pouca a pista de rolamento, a Sertório. Não tem horário definido para que haja a descarga dos veículos para essa concessionária. Isso se for no horário definido, coisa que normalmente as empresas não querem, mas eu acho que deve ser uma análise da gente, principalmente enquanto o Plano Diretor, não permitir certas atividades, especialmente nesses casos onde envolvam o fluxo de grandes caminhões. Nós temos duas portas de abastecimento forte dentro da cidade, que uma é a Ceasa e outra o Porto Seco. Então, nós temos que pensar nisso também de quando autorizar um empreendimento, essa mobilidade nós temos que pensar, porque não adianta Porto Alegre ter criado em 75 um Porto Seco para evitar o fluxo de caminhões internamente, caminhões grandes dentro da cidade e hoje a gente não consegue cumprir isso, porque hoje tu tens



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

que rodar com uma carreta dentro da cidade, uma cegonha para entregar carro. Essa era a minha contribuição. Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Tentei anotar ali: realizar a questão do impacto das atividades em relação à questão de mobilidade, em especial fluxo de caminhões. Vamos agora ao Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite, pessoal. A nossa entidade fez uma reunião antes desta até para ficar um pouco mais esclarecido o que eram esses termos, até porque nós não estávamos entendendo. Nós tínhamos combinado que hoje nós não íamos fazer nenhuma proposta, porque queríamos ouvir as opiniões, entender como eram as sugestões. Nós fizemos uma pergunta para a Patrícia: podemos, por exemplo, nesta reunião sugerir que tem que fazer um levantamento de infraestrutura (Inaudível/interferência no áudio), exatamente para a gente conhecer. Isto aqui é para a gente conhecer a cidade com os dados que as TRs vão fazer o levantamento. Eu entendo, a Patrícia ou o professor pode me corrigir, que a prefeitura poderá fazer através de licitação contratação de alguns serviços, a UFRGS já se colocou à disposição que alguns serviços podem ser feito. Foi isso que eu entendi na manifestação do professor. E agora a gente participar, a gente dar opinião, porque aqui de novo, gente, pedem, mas só criticam. A pauta estava já no cronograma que era hoje, a Patrícia tinha avisado: “Quinta-feira que vem de novo”. De novo, criticam e não colaboram, o campo está sendo aberto. Nós vamos ouvir hoje, na próxima vamos debater e trazer dúvidas. Por exemplo, não sei onde tem algum desses termos, o instituto de planejamento, que é uma coisa que nós achamos importante que esse plano tenha moldes como tem em Curitiba. Nós já comentamos isso, para não ter interferência de mudanças de prefeito, mas ter um órgão que seja mais independente. Eu não vejo onde isso está nesses 12 tópicos, mas nós queríamos que isso estivesse, fosse contemplado como pesquisar e criar esse instituto de planejamento, que fosse uma coisa mais autônoma e não tão dependente de mudança de prefeito. Todo esse trabalho que está sendo feito aqui, se o Secretário não continuar, se essa equipe não continuar, é isso que eu acho um absurdo na política, é tudo posto água abaixo. Por isso nós da ASBEA somos muito favoráveis da instituição do instituto de planejamento. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Já anotei aqui a contribuição em relação ao instituto de planejamento, já deixei anotado aqui como tema. Agora é o Vagner. **Vagner (Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite a todos e a todas. Na ausência do nosso querido e saudoso Paulo Jorge, estou tentando me inteirar das funções de planejamento, eu sou suplente. Eu estou acompanhando e vou focar mais nos assuntos do planejamento aí. Mias é para me apresentar mesmo e me colocar à disposição, até porque o meu tempo também está bem corrido, mas deu para entender que é questão organização. Está muito bom, estou acompanhando, estou pegando mais ou menos por cima. Isso seria uma cartilha? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** São os estudos que vão dar início à revisão do Plano Diretor. A gente está buscando o que deve ser estudado. **Vagner (Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu vou ficar à disposição dos conselheiros, para a comunidade. Seria isso mais ou menos. Desculpa alguma coisa aí, mas vou acompanhar direto as reuniões, agora como Conselheiro titular da região Cruzeiro Então, uma boa noite para todos e vou pedir licença para me retirar. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Muito obrigada, Vagner, seja bem-vindo. Como vocês se deram conta, eu meio que roubei a reunião aqui do Secretário, mas é importante para a gente poder ter uma dinâmica mais livre nessa questão do plano, que estava funcionando



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

nos grupos de trabalho, daí eu queria adotar a mesma metodologia para a gente poder agregar contribuições em relação aos termos de referência. A gente já está terminando o horário, mas eu queria salientar que nós temos as contribuições, os formulários. Vocês podem mandar contribuições por e-mail. Então, nós temos os formulários, vocês podem mandar por e-mail e a gente vai ter mais duas reuniões, vamos tratar da questão da participação, que ele já foi pontuado. E também vamos tratar da questão dos estudos. Depois a gente vai fazer uma compilação e outra oportunidade para discutir de novo para vocês verificarem se o que a gente entendeu da contribuição de vocês está correta ou não. Então, eu acho que por enquanto a gente encerra e vamos fazer a compilação desse material e já encaminhar a vocês. A gente aguarda a contribuição e na próxima quinta de novo. (Inaudível/interferência no áudio). Achei bem interessante a contribuição do Professor Rômulo ali (chat), que eu vou colocar nas contribuições: O que cada um de nós poderia tentar responder o que precisamos saber sobre a cidade para poder propor alguma coisa sobre a condição de seu desenvolvimento. Eu vou colocar aqui e disponibilizar para vocês logo na primeira hora amanhã, para vocês poderem ir amadurecendo sobre o que foi debatido. Então, mais alguma contribuição? (Inaudível/interferência no áudio). Então, eu acho que não havia mais contribuições a gente encaminha para próxima reunião, Secretário. O Secretário não está? Ele está se dividindo entre a nossa agenda, está com dificuldade. Então, vamos encerrar. Até a próxima quinta-feira. Obrigada. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h00min).**

Germano Bremm

Presidente

Secretária Executiva

Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:



ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2862/2020

Aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. ABERTURA; 2. DISCUSSÃO: Contribuições Revisão Plano Diretor; 3. DEBATE; 4. REGISTROS E ENCAMINHAMENTOS..Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h06min. **1. ABERTURA.** Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Boa noite, Senhores Conselheiros. São 18h06min. Damos abertura a nossa reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalho a todos os Senhores. O nosso encontro de hoje segue o nosso calendário de discussão dos termos de referência para os estudos base para revisão do Plano Diretor, conforme previamente havíamos pactuado.



Fizemos um encontro na terça-feira, onde a nossa diretora de planejamento conduziu os trabalhos de discussão. Então, na sequência do nosso calendário a gente tinha essa previsão de na data de hoje, quinta-feira, a gente continuar esse debate. É uma reunião diferente da nossa pauta tradicional de processos. Então, eu peço para a nossa Diretora Patrícia fazer o uso da palavra, tomar o comando dos microfones para conduzir o processo e a dinâmica da nossa reunião de hoje. Eu não sei se alguém tem alguma observação? Aí a gente já entra na pauta na sequência. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu só peço a paciência de vocês, que na reunião passada tive uma dificuldade em gerenciar microfones e ao mesmo tempo a apresentação. Então, se eu me atrapalhar um pouquinho, peço desculpas já. Então, se ninguém tiver mais nada para falar a gente pode iniciar a apresentação. Então, vamos dar continuidade à apresentação que nós fizemos. Este (slide) é um arquivo que a gente vai alimentando na mesma forma que a gente está fazendo nos grupos de trabalho para depois inserir no SEI que faz ali: 20.0.000092599-4. Então, a gente hoje está na segunda reunião para tratar da questão dos diagnósticos, estudos, indicações e parâmetros. Da última reunião o que eu fiz? Aqui foram as contribuições de vocês que eu fui anotando, eu fiz uma compilação. Então, eu peguei todo o material que anotei e tentei fazer uma compilação relacionando com os temas, para a gente poder estruturar. Então, esses são os 12 temas e na primeira lâmina, o que acontece? Em relação a esses 12 temas que já tinham sido pactuadas na reunião do conselho eu já tinha agregado na última reunião a questão do desenvolvimento sustentável. Eu acho que todos estão de acordo, porque é um tema importante e transversal, que agrega agendas internacionais, que seria interessante a gente pontuar. Uma das coisas na conversa da última reunião que eu notei é que embora tenha esses temas e fale em gestão democrática, o tema específico “sistema, gestão e planejamento”, eu entendi que não estava tão contemplado quando o Saffer falou na questão do Instituto de Planejamento. Então, eu coloquei ali, agreguei esse tópico aqui nessa compilação. E aí em relação as demais contribuições o que eu fiz? Eu tentei relacionar elas com os temas, aquelas contribuições que foram colocadas na reunião anterior. E aí, em paralelo, porque vai ser o próximo avanço da nossa discussão, depois da Vaneska vai fazer uma apresentação, a relação que nós estamos fazendo com as estratégias do Plano Diretor, as estratégias vigentes. Então, pelo o que foi pontuado eu tentei correlacionar com os temas e também com o que consta nas estratégias. Eu acho que é um ponto de partida adequado para gente tomar. Então, foi falado em: paisagem material; paisagem natural; preservação do espaço natural no Plano Diretor - espaço urbano dedicado à preservação da vida natural; grupos excluídos – reservas de áreas específicas, indígenas quilombos; e valorizar ambiente natural como base, uma priorização ambiental na questão do Plano Diretor. E aí eu relatei com textos do uso solo, paisagens e estrutura urbanas; biodiversidade e serviços ecossistêmicos e a questão do patrimônio histórico-cultural, também tendo a ver com a questão dos grupos indígenas e quilombos. Esses temas estão contemplados no Plano Diretor vigente, nas estratégias, em especial na estratégia de qualificação ambiental, que contempla tanto a questão da biodiversidade e serviços ecossistêmicos, quanto à questão de patrimônio histórico cultural. Também coloquei aqui a questão da estratégia de estruturação urbana e uso do solo, porque essas estratégias são transversais. Então, elas perpassam toda a organização da cidade, por isso que também consta a questão do uso do solo urbano. E a questão do desenvolvimento sustentável, que também é um tema transversal e que a gente já discutiu na anterior. Em relação aos próximos, grupos excluídos, eu repeti alguns tópicos, porque têm significado para mais de um tema ou mais de uma estratégica. Então, em relação à questão mapeamento para área de regularização, economia familiar, economia social,



atividade agrícola, água, esgoto e energias, elas têm a ver com o desenvolvimento social e desenvolvimento econômico, que eu coloquei de maneira agregada aqui. E a questão, por exemplo, dos indígenas, entra direto na questão do tema “patrimônio cultural”, mas também entra na questão de desenvolvimento social e desenvolvimento econômico. E no caso do Plano Diretor esses temas estão contemplados na estratégia de produção da cidade e na estratégia de promoção econômica. E aí de novo coloco essas estratégias transversais, estratégia de estruturação urbana e uso do solo. O próximo tema, repetindo aqui também, mas mais falando de questão de desenvolvimento econômico e acessibilidade. Então, foco mais no desenvolvimento econômico mesmo, aqueles tópicos que foram colocados. Nesses tópicos também estão contemplados pelas estratégias do Plano Diretor: promoção da cidade, promoção econômica e mobilidade urbana. De novo aqui as estratégias transversais: estruturação urbana e uso do solo. Nesses tópicos se repetem a questão mobilidade e infraestrutura, esse é o foco principal, infraestrutura e mobilidade, onde foi pontuada a questão água, esgoto e energia, estradas e caminhos, realizar atividade de mobilidade e logística urbana. Também estão contemplados na estratégia de estruturação urbanas do solo e mobilidade urbana. Por último, que eu achei importante, que é uma estratégia específica, a questão do sistema de planejamento, onde nos temas com os conselheiros estava gestão democrática e aprendizado social. Aqui foram pontuados os itens: colaboração, instituto de planejamento e conferência da cidade. Aqui, só para vocês entenderem, a gente está tentando organizar as contribuições pelos temas que foram pontuados. E aí o que acontece? Alguns de vocês sentiram a necessidade de ter alguma complementação de informações, a necessidade de ter um contexto, talvez o maior contexto, como estávamos trabalhando na questão dos trabalhos. Então, a partir daí a Vaneska se propôs a fazer uma apresentação, enfim, das reflexões que nós mesmos fizemos em relação à questão da resolução do Plano Diretor. Aí a gente vai apresentar para vocês para a gente discutir. Então, vou passar a palavra para a Vaneska. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, como a Patrícia falou, a gente entendeu também como uma provocação, mas no bom sentido, da gente também compartilhar um pouco das ideias que a gente tem pensado sobre essa questão da estrutura do plano, sobre a questão da revisão do plano. E nós tentamos trazer, o espaço de tempo é curto, a gente também quer reservar a maior parte do tempo para os conselheiros, mas trazer algumas questões que a gente imagina que podem contribuir para orientar o debate. Então, com relação a uma das premissas que a gente tem citado e por isso a gente vai estabelecer um contexto de porque a gente entende dessa forma, é a questão de que o atual Plano Diretor tem uma estrutura adequada, enquanto instrumento para implementação da política urbana de Porto Alegre, para a promoção do desenvolvimento urbano ambiental sustentável. Inclusive, o urbano ambiental é o título do plano atual. A primeira lâmina que a gente traz na sequência e que a gente acha importante dar o devido peso é que Porto Alegre tem uma tradição de planejamento urbano em planejamento urbano e que passa por diversos planos, que dentro da sua lógica tentaram estruturar como poderia ser ou como poderia ser ordenada a ocupação do território de Porto Alegre. E se é verdade que o plano de 99 traz a questão da participação social, a questão da dimensão estratégica do plano, do agente público como promotor do desenvolvimento, também é verdade que os primeiros planos investiram mais em trazer soluções de desenho para o público, que também é algo de valor que a gente imagina que tenha que ser visto e realizado nesse contexto da revisão do plano. Até para trazer uma imagem que ilustra esse pensamento, então, a gente trouxe a imagem da Borges, aonde a gente tem na direita a Borges de Medeiros logo que ela estava sendo implementada, a questão do viaduto, e na esquerda uma ocupação mais atual. Como a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

cidade se transforma, até citando uma colega que também trabalhou na antiga SPM, ela se transforma independente do plano, ainda bem. Então, a cidade tem essa dinâmica e apesar do plano ela também se desenvolve. Então, o que a gente quer para o plano? É justamente o nosso impacto do que tem que existir de controle sobre esse desenvolvimento ou onde que a gente quer investir o planejamento, o que a gente quer como o futuro para esse cenário de ação de Porto Alegre. Essa frase que na leitura dos documentos, do histórico da revisão do Plano a gente destacou por acreditar que ela é muito atual, que ela representa muito das ideias que têm sido trazidas pelo planejamento e pela diretoria de planejamento através de outros agentes, que a gente estende a todos os colegas que fazem parte dessa diretoria, é que o resultado deste trabalho que ele está se referindo não só a materialização do plano como objeto 99, essa frase está em uma publicação de 2000, mas também se referindo a todo o trabalho que foi desenvolvido ao longo dos anos para chegar a esse plano. Ele aponta para a mudança de conceito de planejamento. Então, aqui já está dito: “normativo - baseado essencialmente em normas para atividade privada – para estratégico, no qual fortalece o papel do agente articulador e propositivo, dando ênfase para a atuação integrada dos diversos atores”. Inclusive, ele tem essa referência ao Conselho e outros instrumentos e formas de participação da sociedade para a construção da cidade e também a administração municipal como alguém que faz a gestão de todo esse processo. Depois até alguns momentos seja bom a gente voltar, Patrícia, para ouvir dos conselheiros qual o entendimento deles sobre essa visão. Como eixo central se estabelece o desenvolvimento urbano sustentável. E aqui para esse desenvolvimento urbano sustentável é que entram os princípios do plano e as estratégias do plano. Com relação aos princípios três princípios são destacados como princípios fundamentais para o desenvolvimento urbano ambiental sustentável. E até compartilhando uma questão de experiência pessoal, logo que comecei a ler o plano, ele tem 7 estratégias, não só 3, mas essas 3 são ditas como a espinha dorsal, existe uma ordem para as estratégias, porque no início não tinha o conhecimento. Lendo o histórico do plano se entende que elas são colocadas nessa ordem por uma ordem também de leitura de importância, de acordo com a equipe técnica na proposição desse instrumento. Então, a estruturação urbana como dois elementos: a rede de espaços abertos, que não diz respeito só às praças, os parques, mas também todos os espaços de acesso público e como eles se conectam através do espaço público; e a articulação metropolitana, que é esse reconhecimento da inserção enquanto capital, enquanto ponto central da região metropolitana. A mobilidade urbana como reconhecimento de como as pessoas se deslocam dentro desse sistema e daí aqui talvez resida um ponto que precisa ser pensado a luz das novas formas de transporte, que tenha cada vez mais ganhado força e deslocamento nas cidades. E o uso do solo privado de como se rege a cidade para se chegar a essa estruturação, vinculada a essa reestruturação urbana e pensando na sua mobilidade. Como a gente sabe, não são só 3 estratégias, são 7, mas essas 3 representam essa espinha dorsal e a ela se somam 4 estratégias. Então, a estratégia de qualificação ambiental e daí muito voltada para o ambiente natural, mas também para o interesse cultural, por isso a gente entende que é ampla para incorporar aqueles conceitos que a Patrícia citou, que foram expressos pelos conselheiros na última reunião com relação a parte da paisagem urbana, paisagem ambiental. A promoção econômica e aí aqui a gente até pensa que talvez cabe uma atualização, pensando mais em termos de prosperidade, no sentido que a promoção econômica, como é colocada no plano é para pensar em uma sustentabilidade econômica e social, não simplesmente na parte econômica. A produção da cidade, pensando nos pontos estratégicos, para atuação do município enquanto agente articulador das políticas urbanas e o sistema de planejamento, que traz a gestão pública do plano como um ponto



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

importante de como tudo isso tem que ser organizado e orquestrado para poder atingir aqueles princípios que foram pactuados pela sociedade logo no início do plano, que tem esse espírito expresso na redação. Tudo isso, e nós temos dentro do planejamento discussões bem frequentes com relação à questão de como tudo isso acontece no território, tem uma localização no território e essa questão de como essas relações acontecem no território é preciosa para o urbanista, porque ela dá conta de – bom, a gente está pensando ali dentro do modelo espacial do plano. A gente tem, por exemplo, um eixo de ocupação ao longo ali da Nilo e da Anita. Como a mobilidade acontece, interfere nesse eixo, como o uso do solo privado tem que ser regulamentado para que esse eixo se fortaleça enquanto eixo, a qualificação ambiental da paisagem urbana como tem que ser pensada. Tudo isso é compatibilizado no sentido de prever as zonas que têm características diferentes no território, temáticas e que sofrem a influencia dessas estratégias na construção de como deve ser a construção do ambiente, para que possa responder a esses princípios. Então, de uma maneira sintética a gente se refere muito ao plano com relação às suas partes dentro do planejamento. Ele tem três componentes que a gente entende como base à componente estratégica. Essas componentes estão bem expressas de acordo com a forma como o Plano Diretor foi organizado. Então, tem uma componente estratégica do desenvolvimento urbano ambiental, uma reguladora que trata das regras, altura taxa de ocupação, índices de aproveitamento, que tem que ser previstos para responder a essas estratégias. E a gestão que determina como vai se orquestrar essas ações para poder corresponder ao que está previsto. Isso tudo para atingir uma visão estratégica pensada para Porto Alegre. No caso, eu até não trouxe aqui a frase, mas é uma frase que atua como um ponto central do plano, que vai trazer mais qualidade de vida para os habitantes de uma forma geral. A gente pode entender que a componente estratégica estabelece uma base conceitual para se pensar o plano, quais são os conceitos para a gente atingir aqueles princípios. Uma componente reguladora, como eu mencionei, altura máxima, aproveitamento, afastamento. E a gestão, que se expressa através de três pontos, também sei que é de conhecimentos dos Conselheiro, mas só para a gente organizar como está sendo a nossa estratégia de abordagem do problema. Então, os canais de participação popular, o sistema de informações, que tem muito a ver com o sistema de desempenho do ambiente urbano, monitoramento e os próprios planos de ação regional, que seriam peças fundamentais para trazer esse desenvolvimento em escalas mais detalhadas. Tudo isso é para entender o que a gente quer dizer quando diz que a estrutura é entendida como uma estrutura adequada e que a gente pode pensar em termos de revisão. Pelo menos nesse momento a gente não exclui a possibilidade de que – bom, estudos possam indicar alguma mudança mais estrutural, mas nesse momento, lendo toda essa estrutura a gente tem esse entendimento. Então, esse plano é pensado como algo que deve ser revisado e que deve ser atualizado, que através do monitoramento deve ter seu detalhamento efetuado ao longo da implementação dele no tempo. Então, aqui as componentes estratégicas reguladoras é o que a gente está colocando como as questões diretamente relacionadas ao território, enquanto descrever as escalas das estratégias. Então, nisso o que a gente quer dizer? Quando a gente está pensando nesse espaço do corredor de desenvolvimento entre a Anita e a Nilo, a gente está pensando em uma área que não é homogênea e esse detalhamento hoje não consta. Apesar de entendermos lendo o espírito da lei, que era algo natural, que naturalmente deveria ter acontecido com a evolução do processo de implementação do plano. As escalas intermediárias, que é como a gente fala, é o termo que tem sido usado para detalhamento. E a compatibilização das regras estratégias, que como planejamento a gente fala muito sobre essa componente estratégica do plano e muitas vezes a gente vê que as regras de altura, de afastamento,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

elas não necessariamente estão colaborando para executar as estratégias. Daí entra o monitoramento, que deve nos dar a resposta de como atuar para poder direcionar para atingir a estratégia, o objetivo é a estratégia, não a regra por si. E a gestão, três pontos importantes que a gente destaca aqui a questão do detalhamento dos fluxos e procedimentos. Até na reunião que a gente teve anteriormente a Patrícia falou muito na questão da administração municipal, o Servidor Público trabalha muito para a realização desses procedimentos e como eles têm que ser regrados, o papel, a relação dos agentes. Eu entendo que podem também, acho importante depois se questionar tudo isso que a gente está lançando em resposta à provocação do que a gente já entende nesse momento com relação à revisão do plano. A gente entende que muitas vezes os papéis não estão muito claros e muitos dos debates gerados expressam também um pouco dessas incertezas. A gente sabe que mesmo com a nossa atuação reside aí uma dúvida de como isso pode ser melhor explicado. E o monitoramento, como aquela ferramenta central para a gente realmente corrigir os rumos das regras em função das estratégias que se quer como objetivo. A partir dessa leitura a gente trouxe algumas diretrizes preliminares pensadas para a revisão do plano, que eu acho bem importante também a gente discutir enquanto conselho. A primeira delas é essa hipótese que deve-se preservar a estrutura espacial e lógica do plano. A gente põe “no que couber”, porque é a nossa reserva estratégica para aquelas questões onde isso não se aplique, mas a gente tem hoje uma estrutura espacial, que a gente quer dizer que em um quarteirão “x” tem descrita de tal forma. Então, a gente vai continuar usando a unidade do quarteirão e vai rever de alguma forma as regras, mas não mudar. O conceito de sustentabilidade como princípio norteador, aqui até vou dizer que é no sentido de preservar a estrutura lógica do plano atual, mas que a gente acha importante que seja dito, porque é um conceito que se trabalhou muito para se integrar nessa proposta de plano. A inclusão, daí aqui a gente nota, eu acredito, estava falando com as gurias, porque a gente está sempre lendo o plano e pensando como funciona a estrutura e como a gente pode pensar essa revisão, que de certa forma as estratégias que existem talvez estejam suficientes sendo renomeadas ou sendo melhor detalhados para incluir o conceito. O desenvolvimento social é algo que muitas vezes a gente sente falta, as questões de gênero, as questões de diferenciações de faixa etária. Então, essa leitura dos diferentes perfis das pessoas que utilizam os espaços urbanos e como isso pode ser pensado, enquanto identidade no local. Então, isso a gente está colocando aqui como uma possibilidade. A gestão colaborativa e democrática do território, como um processo permanente e contínuo. Então, que seja garantido que tenha essa continuidade, a gente também entende que é algo que o espírito do plano existe, mas que é importante também ser expressado. O espaço público como elemento de fundamental para execução das estratégias. E aqui eu vou dizer novamente que eu entendo que é uma previsão do nosso plano atual, porque se ele coloca na sua espinha dorsal o sistema de espaços abertos como algo de muito valor, principal para a organização do território, então, está dizendo, que o espaço público é o elemento fundamental. E a gente trouxe a imagem de uma praça, não orla ou da Redenção, que são espaços consagrados e de maior escala, mas porque todos os espaços têm um papel nesse sistema. Também vou falar um pouco mais, acho que aqui traz, entendo, até certo ponto, uma novidade, mas não uma novidade completa. O desempenho e a performance como elemento fundamental para regulamentar as relações de vizinhança das edificações, que é a relação de uma edificação próxima do lado da outra edificação. Hoje a gente tem, por exemplo, questões de alturas máximas e espaçamentos que tem que ser realizados de acordo com a altura do edifício. Então, a gente está dizendo que se entende que esses números foram pensados, 20% de altura, em função de querer se garantir o sol, iluminação, privacidade. Então, hoje nós temos ferramentas que podem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

me disse o desempenho de uma forma mais precisa. Então, talvez o sentido seja muito mais em entender esse desempenho – pô, eu quero garantir que não impacte em reduzir o número de horas de sol. E o nosso foco, aí eu vou explicar porquê do nosso foco, tudo está aberto para debate, mas por que a gente coloca essa questão do foco no sistema municipal de gestão do planejamento? A gente entende que deve existir na prefeitura e na equipe técnica essa possibilidade, através do monitoramento, de poder reagir a situações e prever condições que devem ser revistas dentro do plano, que devem ser adaptadas e como que deve ser orquestrado para o desenvolvimento da cidade. Então, para nós é muito precioso, porque a gente imagina que existe, tudo que pode ser previsto existe também aquilo que não pode ser previsto, como a gente responde à questões específicas. A gente estava falando da regularização fundiária, então, talvez mais importante seja como a gente responde para a regularização do que ter todas as normas para regularização. É muito mais a forma de se fazer o planejamento do que ter esses números e esses parâmetros fechados para o desenvolvimento do território. Com relação a isso dada a provocação de terça-feira, eu falo no bom sentido, porque nós gostamos muito, as críticas nos ajudam também a evoluir, pensar e talvez algumas coisas não ficam claras hoje e é importante que vocês também se manifestem para gente ir deixando mais amplo possível para que todos possam contribuir. As agendas internacionais a gente entende que são um marco, que tem que ser considerado. Aqui o desenvolvimento sustentável, a nova agenda urbana, os objetivos do desenvolvimento sustentável, Agenda 2030 e tantas outras. O nosso plano já é baseado em uma agenda vinculada a desenvolvimento sustentável, mas há que se estabelecer uma agenda local. Entendemos que nisso devemos focar. O que a gente tem hoje de agenda local? A gente entende de certa forma que pode contribuir para a gente ter uma base para discutir, a gente fala muito em urbanismo, quando a gente tem projeto, mesmo que seja um projeto que não vai responder o problema, ele queria uma base para discussão, por isso que é importante ter alguma hipótese. Então, os temas prioritários são esses que a Patrícia falou que foram tratados e consolidados em 2016. As estratégias do plano também já estão no plano e que foram pensadas no nível local e a gente imagina que os temas do guia que a gente tem citado, que consta no rol de elementos do Ministério das Cidades como instrumentos, ele tem essa capacidade e orientação, a gente acredita que ele pode contribuir para essa discussão. Dentro dessa agenda local que a gente posiciona esse diagrama que foi trazido na terça-feira para se debater os temas, as problemáticas e as estratégias. É como forma de consolidar que instrumentos e que ferramentas complementares têm que ser pensadas para enfrentar os problemas na cidade. Então, delas talvez a gente já possa lançar, mas hoje a gente acredita que é bem importante a gente fortalecer essa nossa base que diz respeito aos temas e aos problemas que a gente precisa enfrentar para o desenvolvimento urbano ambiental sustentável de Porto Alegre, mesmo que ele possa vir a ter outro nome, estava discutindo a questão do sustentável, mas o espírito a gente entende que responde ao que se espera e ao que a gente pactuou enquanto sociedade para o território Porto Alegre. Aqui é a questão das contribuições. Para ilustrar um pouco do que pode ser essa dinâmica, a gente trouxe um exemplo que consta no guia, que a gente pode também colocar em outros formatos para essas contribuições e também disponibilizar o guia, ele é extenso, mas a gente pode disponibilizar e destacar. Ele é bem didático, isso é bem valioso para a discussão dos temas. Então, aqui com o exemplo do tema da habitação, uma problemática que aqui é a retirada do guia. Então, pode ser verdadeira parcialmente para Porto Alegre. O município possui assentamentos precários e sem infraestrutura básica. Aí ele fala favela, loteamentos de conjuntos habitacionais, mais que uma verdade para o país e provavelmente também é um exemplo. Pode ter uma questão que qualifica a problemática. Então, tem domicílios precários, sem futura,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

predominância da população de baixa renda. Como é que se pensa a estratégia? A estratégia pode avaliar esses assentamentos e qualificar eles, dando prioridade às questões de situação de risco à vida. E a partir disso se pensa os instrumentos, a questão das zonas de interesse social, pode se pensar em uma ferramenta complementar, que é o cadastro multifinalitário, como forma de se ter um cadastro da circulação. Então, seria o quadro de como localizar as nossas contribuições nesse momento. E daí aqui só um exemplo com relação à habitação, de 5 problemáticas que poderiam ser levantadas. Então, de repente o município tem situações precárias, uma população de baixa renda cuja permanência em bairros ou territórios está sob ameaça de remoção ou substituição, isso também é bem verdadeiro. O município apresenta déficit habitacional, sobretudo para a população de baixa renda. O município tem população de baixa renda que também mora em área de risco e apresenta também concentração de habitação precária, aqui pode ser em áreas centrais, pode não ser. Em Porto Alegre a gente encontra algumas situações, em outros a gente encontra espaços centrais que poderiam ser usados. Aqui alguns mapeamentos, que nesse sentido a gente já tem feito alguma relação com base nessas referências, do que tem que ser construído para a gente poder encaminhar a revisão do plano. Aqui se fala da evolução da população do território, que é algo bem inicial quando está se fazendo o planejamento. O mapeamento de uso e ocupação do solo, das condições de moradia, da infraestrutura existente, das condições ambientais, que poderia se somar tantos outros, apenas para dar alguns exemplos. Eu acredito que seja isso, Patrícia. E a partir daqui a ideia, entendo eu, vamos montar essa lógica para a gente pensar a partir das estratégias do plano, a gente tentar fazer um exercício do que deveria ser contemplado. A gente fala muito em conteúdo mínimo e entendo que é da forma como a gente vai abordar o problema inicialmente. Eu eu já agradeço por ter me escutado bastante tempo, era para ter sido menos tempo, mas acabo me entusiasmando com o tema. Obrigada. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Foi excelente, Vaneska. Eu fiquei emocionada com a tua apresentação, a gente trabalhou juntas, mas do jeito que foi apresentado reflete bem o trabalho da equipe. Ficou muito bom, excelente, meus parabéns. O que a gente pensou em relação a isso? A gente tem os temas, que são os temas que foram pensados, enfim, mas a gente tem as estratégias. E aí nesse amadurecimento que nós fizemos ao longo desse período a gente pensou o seguinte: a gente não parte para a hipótese de um novo Plano Diretor, mas a gente parte para a hipótese de uma revisão do Plano Diretor. Em partindo para uma hipótese de uma revisão do Plano Diretor, o mais adequado, mais sensato seria trabalhar nas estratégias, que são aquelas que existem lá. No sentido de verificar se elas estão atendidas, se necessita alguma complementação, que foi que eu coloquei naquele primeiro slide, que a gente já tinha identificado pelo desenvolvimento sustentável. A Vaneska comentou em relação ao desenvolvimento social e em relação a elas a gente tentar nessas lâminas começar a pensar quais são os problemas em relação a essas estratégias que são pensadas na cidade, quais são os problemas que a cidade tem e quais os possíveis caminhos para que esses problemas sejam sanados. Isso é uma reunião para contribuição para o termo de referência, a gente precisa de dados, como ela comentou ali – eu preciso de um mapeamento assim, enfim. Esse exercício que a gente tem que fazer, por isso que eu coloquei para vocês que esse exercício não se esgota nessas reuniões. A reunião é mais para a gente amadurecer e para discutir em conjunto aqui, evoluir, mas cada um vai ter que fazer o seu tema de casa e estudar mesmo isso. Então, vamos deixar essa apresentação, o guia a gente vai compartilhar também, mas a ideia é a gente entrar nesse assunto e pensar na cidade como o Professor Rômulo falou, qual o problema da cidade e o que a gente pode fazer para



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

melhorar e a partir daí o que precisa ser estudado? Essa é a ideia. Então, agora eu vou passar a palavra para o Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa tarde a todos e a todas, primeiro parabenizar pela apresentação ela demonstra a valorização do que foi construído pelas gestões anteriores e que vem se aprimorando com o tempo. E nós temos várias ferramentas hoje que lá em 95 e 97 nós não tínhamos. Então, o plano foi baseado na Agenda 21, que era o norteador, nós não temos também nem o estatuto das cidades, nem instrumentos, mas se tinha uma visão de futuro e como se deveria analisar a cidade. Claro, a cidade é outra hoje e eu continuo dizendo que o maior problema da cidade hoje é a questão da cidade informal, que não é trabalhada. Isso eu coloquei hoje quando a gente estava no grupo de trabalho, discutindo a questão da regularização fundiária. Eu vejo que existe uma cidade informal, nós queremos levar a cidade informal para dentro dessa informalidade ao invés de fazer o processo ao contrário. Existe uma realidade e essa realidade tem que ser trabalhada. As estratégias foram elaboradas com uma visão e levando em conta os instrumentos que havia na época e se demonstraram acertados. A estruturação urbana, o uso do solo, a promoção econômica na cidade, o sistema de gestão. Então, tinha uma visão de complementaridade, foi um plano ousado para a época. E aí parabenizar toda a equipe que aquela época estava à frente da secretaria técnica e que vocês valorizaram isso na apresentação de vocês. Então, eu quero parabenizá-los. E eu vejo assim, a criação do instituto, por exemplo, aí que eu quero entrar. Esse instituto vai ser de controle público ou privado? Quando a gente pensou o plano lá, que o sistema de planejamento deveria ser gerido pelo CMDCA com os conselhos setoriais. Então, essa era a ideia da gestão democrática participativa, de um plano que houvesse a participação e o controle social. Talvez eu não seja a pessoa mais adequada, porque eu sou advogado e não sou um técnico na área de arquitetura e nem urbanismo. Participei da elaboração, hoje tem as tecnologias e esses dias eu estava vendo como que a China faz o planejamento urbano. Eu recomendo que vejam, porque eles fizeram uma maquete da cidade e trabalharam em cima dessa maquete usando a tecnologia. E eu vejo assim, ali na questão do sistema de gestão, onde entram os fóruns regionais de planejamento? Essa questão, eu vi que vocês fizeram o plano de ação regional, é fundamental ter um plano, mas o plano também de visão da cidade. Tem que ter um plano estratégico para a zona rural, para a zona de expansão urbana, tem que se ter um olhar sobre isso, de preservação, a questão dos morros, as ocupações consolidadas. E retornarem aquelas oficinas, Patrícia. Eu acho importante para ter um olhar geral da cidade, para que os conselheiros possam trabalhar nisso. Nós temos bastantes elementos, temos pessoas que conhecem a Cidade, a sua comunidade, temos o CAU, o IAB, temos vários conselheiros de região, a Acesos, o Sindicato de Economia, dos arquitetos, engenheiros, o SINDUSCON. Eu acho que esse caldo poderá dar um plano com uma visão coletiva e com a leitura do que foi colocado nas oficinas pode haver uma complementação. Por enquanto é isso. Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Obrigada, Felisberto. O próximo a falar? Não tem mais inscritos? Nossa, que milagre, pessoal. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu sempre fico preocupada quando não tem perguntas, senão vou achar que não deu para entender nada. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu vou dizer que eu acho que todos ficaram bem impressionados, eu fiquei, achei muito boa a tua apresentação. Lembrando que gente, por favor, precisa receber as contribuições. Se tem dúvidas para preencherem podem me chamar que a gente tem outros horários, a gente agenda. Se os Conselheiros tiverem interesse a gente pode fazer uma reunião virtual, não nos negando a fazer depois



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

presencialmente, mas a gente pode fazer uma explanação virtual sem problemas nas regiões, se os conselheiros entenderem, até para a gente poder de repente receber alguma dinâmica da comunidade, porque é sempre bom. Então, sempre tem alguma coisa que passou despercebida. Insisto, por favor, entreguem as contribuições, se tiverem dúvidas falem conosco. Vamos para a Júlia? **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Eu não sei se é uma dúvida, uma contribuição, um lembrete, a questão da mobilidade, que agora tem muito se comentado como mudou nos últimos tempos. E se cabe nessas estratégias, nesse nível de detalhamento do plano que vocês comentam da escala humana, essa visão da mobilidade para as pessoas. Não mobilidade para os veículos como era o conceito anteriormente. Então, de que forma a gente pode abordar isso no plano, na questão da gestão das calçadas. Hoje, por exemplo, a EPTC faz a gestão da mobilidade, mas não tem a gestão das calçadas. Então, as pessoas se locomovem nas calçadas para chegar na faixa de segurança, elas utilizam as calçadas. Eu estou dando um exemplo de como focar essa visão nas pessoas e não no sistema viário. Seria a minha a minha contribuição ou pergunta, enfim, se isto cabe. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Cabe totalmente, Júlia. Eu acho que tem várias questões relativas à mobilidade para pessoas, que a gente vai ter que atuar de maneira transversal. Porque no momento em que a gente fala em mobilidade para pessoas a gente também está falando na questão de miscigenação de atividades. É um tema polêmico, mas também tem a ver com a questão da densificação. A própria gestão e já respondendo à pergunta da Claudete ali (chat), a própria gestão do espaço público. A gente verificou que o Plano Diretor peca no seu de detalhamento, que a gente não conseguiu enxergar as estratégias definitivamente detalhadas porque faltou um pouco esse encaminhamento, essa continuidade. Então, o espaço público carece de uma falta de critérios e regramentos. E ele foi pensado de uma maneira genérica, ele não foi detalhado conforme suas prioridades. Então, sei lá, a questão de largura de calçadas é uma coisa que a gente vai ter que dar um superfoco, envolve não só questão de mobilidade, mas o próprio desenho da cidade, a questão da sustentabilidade. Aqui na minha diretoria tem a questão da arborização. Então, a gente vê essa questão das dimensões das calçadas para ter um mobiliário urbano adequado. Então, essa questão de mobilidade para as pessoas, acessibilidade para as pessoas e a gestão do espaço público, a qualidade do espaço público tem a ver. A gente vai ter que possibilitar que o espaço esteja acessível com atividades, diversas atividades, não somente a questão da mobilidade. Muito importante essa pergunta estar aqui, porque isso vai nos dar os insumos para responder essas perguntas. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Obrigado pela apresentação. um questionamento que eu tenho trazido comigo, pensado, quando a Patrícia no início que se tratava de uma revisão, que estrutura de certa forma, aqueles eixos estavam assim, mas teríamos que discutir, mas sempre na linha da revisão. Uma questão eu tenho pensado muito são nas colocações do Rômulo, que ele tem claramente dito, não sei se ele está na reunião, mas tem claramente dito que esse plano tem uma estrutura arcaica, ultrapassada. Como ele é representante da universidade, tem conhecimento por traz, eu não sei se vocês chegaram a levantar essa questão ou se passou batido. Se ele falou e ficou por isso ou se vocês chegaram a questionar isso, se tem fundamento, se não tem, se é uma questão pessoal, uma opinião da universidade ou até fazer um debate sobre isso. Se a gente parte de um princípio, eu não concordo com isso, que seja ultrapassado, mas se parte de um princípio que seria verdade que estaria ultrapassado, nós vamos fazer todo um trabalho de revisão em cima de uma estrutura já arcaica, ultrapassada, sei lá os termos que dá para



usar. E um comentário também, a discussão é fundamental, são mecanismos de gestão para tratar o espaço público, em relação à calçada. Eu sempre insito que a questão maior que eu vejo é de gestão. O plano é bom, o problema é a gestão do plano, o problema é a nossa capacidade de fazer com que as coisas aconteçam. Hoje a lei permite, a nossa legislação permite, não no Plano Diretor, mas em legislações complementares, o município tem contribuições de melhorias, tem outros mecanismos, poderia em princípio arrumar todas as calçadas de Porto Alegre e cobrar dos proprietários. A gente sabe que não é assim funciona, boa parte não paga nem o IPTU ou paga reclamando, imagina pagar, seria arcar com uma reforma, construção das calçadas, o que agregaria um valor significativo. Então, eu acho que também essas adequações a nossa realidade. Não adianta fazer uma lei bonita, talvez até adiante, mas se ela não tem efetividade em relação a sua aplicação. Era isso aí, obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Respondendo à pergunta, acho que é bem colocado. Na verdade, essa pergunta nós mesmos fizemos. Então, foi essa abordagem que a gente quis dar, no sentido de fazer a pergunta para vocês mesmos, vocês querem um novo plano ou vocês querem a revisão? Nós fizemos um estudo no sentido de que o que está aí está contemplando as questões da cidade. E a avaliação que nós fizemos é de que ele não conseguiu se mostrar efetivamente. Aquilo que estava previsto no seu conceito não conseguiu se mostrar efetivamente. Então, a ideia e o que a Vaneska colocou muito bem, é que a gente não pode chegar e dizer – não, não quero nada e vou simplesmente fazer de novo. A gente perde uma história, um acumulado que foi construído ao longo do tempo e simplesmente jogando fora e começando de novo. Então, a ideia era partir para essa hipótese de que nós estamos bem, esta estrutura está adequada. E os estudos, o resultado do trabalho ao longo do tempo, aí tem a questão da participação social, ela no meio do caminho pode nos dar indicativos de outro cenário, mas hoje o cenário que nós temos, e eu acho que é quase um consenso, de que o nosso plano quer ser alguma coisa, ele tem uma expectativa. É essa expectativa que a gente identificou o que seria o problema, que seria realmente esse detalhamento, essa questão de trabalhar no desenvolvimento dessas estratégias para atender esses objetivos, para ver o que ele vai ser de fato, antes de chegar e dizer assim – ah, ele não vale nada. Essa é a nossa visão. Vamos dizer, ficamos um pouco mais conservadoras pela nossa experiência e justamente nessa visão que tu colocaste de – ah, vamos inventar uma coisa bonita. Exatamente, a gente quer trabalhar em uma coisa que vai funcionar. Então, bem, bem ou mal nós temos um plano que está funcionando, a cidade está acontecendo. Então, a gente tem que ir bem como essa questão do monitoramento, vamos primeiro ver os dados. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu entendo que uma ruptura de uma forma mais incisiva sobre o que existe no plano hoje dependeria necessariamente de um novo pacto social, é a visão um pouco que a gente. Quando a Patrícia fala – o que vocês pensam? Ela fala na provocação enquanto sociedade. Então, é uma discussão que a gente entende que ruptura, pela nossa avaliação técnica, nós não encontramos evidências e elementos, até porque nos pareceu existir muito mais evidências de que muito do que existia, da inteligência de um plano original não foi implementado, como bem foi falado pelo conselheiro. A gente entende que tem questões de gestão que não estão atuando da forma como estava previsto. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu concordo, eu até participei durante toda a minha vida, a minha vida foi dentro do planejamento, a minha vida funcional, mas eu quis trazer esse questionamento, é importante, porque é um questionamento da Universidade. O Rômulo não está, é uma pena. É um questionamento da universidade, que a gente vai dar como batido e não sei se



não caberia dar um espaço para encerrar esse assunto, não vale mais dizer que este plano é ultrapassado. É lógico que nós não vamos censurar ninguém, mas quero dizer que isso vai permanecer nos debates sem haver uma discussão mais profunda, porque ficou só nisso, nas palavras do conselheiro. **Renata, Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Sobre o que o Rômulo falou, que é defasado, eu vejo que a questão de como a gente coloca as regras, no sentido do plano regulador, porque eu entendo que ele trouxe que há novas formas de planejamento, é mais na questão da performance que a Vaneska também trouxe no discurso, de que a gente hoje tem uma altura fixa para vários lugares, mas a gente não avalia diretamente qual é o impacto disso no entorno imediato, no sombreamentos, na ventilação, em todas as questões de performance. Eu acho que é nesse sentido que ele estava falando, não no sentido das estratégias do plano, que é o sentido que a gente está falando que faz muito sentido o plano ainda, no sentido de ter essa visão estratégica, de estar alinhado com as agendas internacionais e locais. Eu acho que é mais nesse sentido que ele falou, mas supermerece uma discussão junto com ele quando for possível. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu entendi que foi exatamente nessa questão da inteligência da gestão dos espaços. O Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** A nossa conversa está importante nesta noite, elas têm sido muito produtivas, são muito importantes essas nossas reuniões. Eu me inscrevi porque ouvi a Vaneska falar por 27 minutos e eu acho que a Vaneska ao se esperar e ao trazer todas as ponderações que trouxe, para mim foi uma resposta ao Rômulo, mostrando que tem gente em casa e procurando demonstrar para a coletividade que está compartilhando este debate, que existe nesta revisão uma base técnica e uma base teórica na Cidade de Porto Alegre. Apropriada pelos grupos profissionais que estão hoje dentro da estrutura pública Municipal. Eu achei uma resposta importante, a Vaneska nesse sentido foi porta-voz e por isso que acabou emocionando a Patrícia. Eu achei importante isso aí. Agora, mostrando, então, que não se pode simplesmente dizer que o plano é um plano desatualizado. A Vaneska fez uma colheita ali de informações e de dados que mostra que tem uma contribuição. O Felisberto falou disso, a Vaneska recuperou a história das formulações para os fins desta reunião agora que nós estamos conversando sobre isso. O que eu fico preocupado com a questão dos planos, eu acho que as nossas entidades têm feito um esforço sistemático dentro do CMDUA, as nossas entidades têm feito esse esforço de procurar mostrar em cada reunião que nós participamos, que a maioria da população não pode ser ignorada, não pode ser esquecida, que ela precisa ser incluída nas propostas de planejamento urbano, que elas precisam ter presença. As questões de calçadas que aparecem são de todas as regiões, porque as calçadas são essenciais e elas não são tratadas com a essencialidade que elas têm, elas precisam ser cuidadas e elas não são. Então, eu vejo como o principal e as nossas entidades quando manifestam a sua preocupação e fazem defesas dos seus pontos de vista, elas estão buscando a inclusão desses setores dos bairros, das regiões de planejamento, que não podem ficar esquecidas. E o plano ser um plano muito bonito, com uma série de articulações nacionais, regionais e internacionais, mas esse plano precisa não estar de costas para a maioria da população. O que a gente vê é que os planos anteriores que foram importantes e definiram a legislação e uma série de procedimentos, que devem ocorrer na cidade, muitas vezes não são atendidos, mas eles são orientação, eles são uma premissa. E eu acho que a nossa principal preocupação é que não seja ofertada pela estrutura pública municipal apenas a palavra aos grandes empreendedores, ao capital privado. Evidente que eles têm uma participação importante dentro da dinâmica da cidade, mas não são eles apenas os únicos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

agentes ativos e articuladores do espaço urbano. Então, sempre a nossa intervenção é feita o sentido de que haja uma equidade, que haja uma maior participação. Eu queria fazer uma última colocação, talvez o Rômulo lembre alguma coisa, porque a nossa preocupação, as nossas identidades também que estão dentro do CMDUA têm uma preocupação, porque a última gestão municipal destruiu a Secretaria Municipal do Planejamento, ela destruiu a Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Então, vocês todas que estão participando e estão atuando, vocês com certeza sofrem as consequências de uma série de decisões equivocadas que foram tomadas e que implicam em um sucateamento de atividades, de cuidados, de linhas de gestão que havia dentro de Porto Alegre e que foram destroçadas. Então, é uma preocupação muito grande, que as entidades que atuam dentro do CMDUA têm e que se busca preservar as atividades essenciais que tem uma Secretaria Municipal de Planejamento, as atividades essenciais que tem uma Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que são decisivas para a vida coletiva e que tiveram, por um entendimento diferenciado de gestão, que eu considero equivocado, o desenvolvimento que tiveram. Nós estávamos, enquanto não havia pandemia, trabalhando dentro do espaço lá da Secretaria Municipal do Planejamento, que era um espaço público ali em decomposição, um prédio deteriorando-se, com muitos problemas que nós vivemos lá dentro. Então, o resumo da minha fala, que o nosso plano de revisão do plano não pode deixar de ser inclusivo, ele não pode ignorar a maioria da população residente de Porto Alegre. Muito obrigado.

Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: A próxima é a Maria Teresa. Está na sala? Se não estiver a gente passa para a Tânia. **Maria Teresa:** Eu não cheguei a me inscrever para dizer coisas, eu gostaria só de falar que a gente tem muita coisa para conversar sobre isso. Eu achei as apresentações muito boas, concordei muito com tudo isso que o Mark disse agora, mas eu estou entrando hoje mais para ver como é que funciona essa reunião. Depois eu vou me manifestar por escrito. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Está bom. Está ótimo e muito obrigada. Seja bem-vinda sempre. Então, está vamos para a Tânia. Deve ter caído, se ela voltar a gente passa. Felisberto, contigo de novo. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu não queria retomar esse assunto do plano defasado, ultrapassado, mas eu me sinto na obrigação de resgatar que o plano é muito atual. Vários objetivos do desenvolvimento estão baseados nos 17 objetivos, muito na estratégia do nosso plano. O que está ultrapassado é uma visão elitista da cidade e a pandemia veio demonstrar isso. O impacto que a desigualdade causa na vida das pessoas e na estrutura econômica e nem os gênios, e aí vai um pouco de ironia, nem os gênios que estão na universidade puderam observar isso. E quem sofre é consequência dessa pandemia são as pessoas que não têm o mínimo de acesso, tem uma cidade em Porto Alegre que é de primeiro mundo, enquanto outras partes da cidade são de terceiro, quarto ou quinto mundo. Então, o que está ultrapassada é a visão elitista e excludente que alguns têm da cidade, que criam bairros onde privilegiam determinada camada social em detrimento de outra. E muitas vezes querendo excluir aquelas comunidade que estão ali há 50 anos. E a Jane falou hoje, quando a gente estava discutindo a questão da regularização fundiária, a universidade da PUC, que é o tal do QG do conhecimento, da divulgação, do notório saber, está em área que deveria ter sido preservada. Então, como que a gente deve falar em ultrapassado se os problemas continuam os mesmos e mais agravados? Quando nós temos tecnologia para resolvê-los. E aqui eu quero fazer um discurso político e é muito fácil teorizar sobre a prática. Agora, vivenciar a prática é que são elas. Eu queria que os notórios sabedores que têm o benefício do bem-estar fosse morar em uma comunidade pobre, quando falta água, falta luz, falta de saneamento básico. Então, isso me irrita,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

desculpa isso, quando vêm pessoas com conhecimento dizer uma bobagem dessa, com todo respeito que me merece. É uma visão atrasada, quem tem uma visão atrasada é quem não valoriza o plano. E vocês estão de parabéns, vocês tiveram a sensibilidade. Então, é isso, eu lamento isso, pena ele não estar aqui para eu poder dizer tudo isso, mas vai ficar gravado. A visão não pode ser elitista da cidade, a cidade tem que ser inclusiva. Parabéns, Mark, pela tua observação. Era isso e obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Não temos mais inscrições? Pessoal, estão todos satisfeitos? Então, todos prontos para contribuir. Nossa, estou impressionada. Eu fico feliz de saber que o trabalho que a gente vem desenvolvendo, o trabalho cuidadoso que a nossa equipe técnica fez chegou exatamente a essas conclusões. Eu fico feliz que vocês estejam satisfeitos e que a gente possa dar andamento no trabalho dessa forma. Agora, nesse sentido, eu insisto para as contribuições, para a gente receber, porque a gente sabendo a forma como vamos dar o andamento no projeto a gente consegue coletar as contribuições, cada um da sua área,, do seu conhecimento, sem se preocupar se isso está tecnicamente correto ou não, se essa contribuição ou sua experiência com a cidade, enfim, a ideia é como o Merino tinha comentado na última reunião, a título de crítica, mas é realmente uma chuva de ideias para a gente tentar fechar um consenso daquilo que a gente quer dar o andamento. Então, é isso que a gente quer. Eu vou passar para o Saffer antes de fechar. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Teve uma primeira lâmina que tu mostraste, a 49. Vocês vão compartilhar? **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** É o material do guia que nós vamos compartilhar com vocês, que é o que eu estava comentando. Ele é bem didático, é muito interessante. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Tem muitas contribuições e atividades, não tem como a gente possa avaliar como está isso também nas regiões? Isso é possível, nesse sentido da gente contribuir? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Pode, claro. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Tem certas regiões que são estritamente residenciais, aí a gente sente, como criar nesse locais aquele pequeno mercado, que hoje eu entendo que talvez não seja possível ou como permitir que isso apareça nas regiões sem atrapalhar a questão da característica principal dessa região? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Seriam centros de bairros? **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Não necessariamente. Eu moro em Petrópolis, realmente, para eu comprar alguma coisa tenho que caminhar bastante, porque não existe essa questão de ter algo próximo. Estes dias apareceu aqui, não sei se a pessoa estava legalizada ou não, mas uma padaria na garagem de uma casa. Era uma padaria artesanal, pequeninha, mas surgiu e foi ótimo, no caso. Então, como se pode propor essas coisas sem perder a característica da região? Mas queria avaliar a cara que cada região está tendo. São coisas que temos vivenciado aqui, algo que os dê suporte para realmente entender como essas coisas são possíveis ou não de acontecerem dentro de Porto Alegre. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A gente tem essa previsão, a ideia é ter um levantamento do território, onde já tenha diagnosticado em um tempo zero, que a gente chama. E a gente com o sistema de gestão, monitoramento e indicadores publicar, fazer a formação do território ao longo do tempo, com base em critérios claros e objetivos. Eu acho que se vocês tem alguma reflexão e algum pensamento, amadurecimento sobre isso, acho que seria bem importante vocês



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

686 realmente escreverem como contribuição para nós, para ficar registrado e fortalecer o que
687 a gente já está amadurecendo, porque vocês muito colocam – bom, nós temos um
688 amadurecimento, mas a participação é importante. Então, mesmo que a gente já esteja
689 pensando nisso, é importante que tenha a manifestação. Então, vamos ver, acho que não
690 temos mais ninguém. Então, eu acredito que a gente passou as informações, vamos
691 compilar passar para vocês. Os colegas conselheiros, por favor, passem para os demais
692 convidados na medida do possível e os demais convidados também se quiserem contribuir
693 fiquem à vontade, desde que se identifiquem. A gente vai compilar e deixar tudo registrado
694 naquele SEI que estava na apresentação. Então, eu acho que se ninguém mais tem a
695 contribuir no dia de hoje a gente encerra. Então, boa noite a todos, pessoal. **(Encerram-se**
696 **os trabalhos da plenária às 19h45min).**

701 _____
702 **Germano Bremm**
703 **Presidente**

701 _____
702 **Secretária Executiva**
703 **Relatora**

704
705 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:**



ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2863/2020

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. ABERTURA; 2. DISCUSSÃO: Contribuições Revisão Plano Diretor; 3. DEBATE; 4. REGISTROS E ENCAMINHAMENTOS. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h06min. **1. ABERTURA.** Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Boa noite, Senhores Conselheiros. São 18h13min. Havendo *quorum* declaramos aberta a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalhos hoje. Seguimos conforme previamente pactuado nas apresentações e discussões das propostas de termos de referência para contratação dos estudos do processo de revisão do Plano



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Diretor. Lembrando que nós estamos ao vivo no YouTube no nosso canal da Secretaria do Meio Ambiente e da Sustentabilidade, onde todos podem acessar a qualquer momento. Faço a leitura dos presentes enquanto organizo aqui para passar a palavra para nossa Diretora de Planejamento Patrícia, logo para a equipe dar continuidade aos trabalhos que vem sendo desenvolvidos. (Leitura dos Conselheiros presentes). Na última terça-feira a gente não conseguiu fazer a reunião, estávamos com alguns problemas técnicos ao longo do dia com o aplicativo do Zoom. Então, um pouquinho antes a gente optou por não insistir na tentativa e avisamos os conselheiros. Peço desculpa pela nossa ausência na reunião ordinária de terça-feira passada, por não ter sido realizada. Na sequência passo a palavra para a nossa Diretora de Planejamento Patrícia, que vem muito bem conduzindo o trabalho de discussão dos termos e das propostas, contribuições para os termos de referência do nosso processo de revisão Plano Diretor. Eu lembro, Senhores Conselheiros, que na próxima reunião nós vamos inserir em pauta um momento para discutirmos o processo eleitoral, a gente se aproxima do final do ano. Como todos sabem, o mandato dos conselheiros terminaria na metade deste ano, mas em função da pandemia a gente fez a provocação dos mandatos. Naturalmente, estamos agora no ciclo eleitoral, também eleição para Prefeito Municipal e Vereadores, mas tão logo encerre esse processo a gente precisa proceder a eleição dos Senhores Conselheiros. Já pensando no formato modelado a essa nova realidade, a pandemia, que a gente consiga garantir o acesso à internet. Então, a gente vai trazer para discussão na próxima terça-feira uma proposta que a gente tem de trabalho, eu queria ouvir os senhores conselheiros também sobre esse processo antes da gente começar o edital. Então, Patrícia, por favor, assuma a condução deste processo de discussão na noite de hoje. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Muito obrigada. Então, conforme nosso calendário, a previsão era a avaliação dos termos de referência, contribuições aos termos de referência relacionados à participação e a comunicação. Aí considerando isso, novamente a Vaneska preparou o material, que vai apresentar para vocês na sequência, mas antes dessa apresentação, para a gente poder trabalhar essa questão da dinâmica, eu fiz uma compilação do que foi discutido nas duas reuniões específicas para todo mundo estar de acordo, enfim, batendo o martelo se é isso mesmo que foi discutido. E aí na sequência também, conforme foi deliberado na reunião anterior, também vou pedir uma nova agenda para a gente continuar debatendo essa questão do TR-01. Então, no momento oportuno eu passo para vocês. Vou passar a fazer a apresentação. Então, esse foi o compilado das contribuições de vocês, claro, considerando os debates que foram feitos, a apresentação feita pela Vaneska. Eu passei a fazer uma compilação, uma tentativa de organização das informações para a estrutura do nosso termo de referência. Então, o que eu compreendi da reunião? Que a gente pode adotar essa consolidação da abordagem dos estudos em relação aos temas e a base da dessa consolidação dos estudos em relação aos temas são as estratégias existentes do Plano Diretor: estratégia e estruturação urbana, mobilidade, uso do solo, qualificação ambiental, promoção econômica, (Inaudível áudio) da cidade e sistema de planejamento. Tudo com base no eixo central de desenvolvimento urbano sustentável. Também entendi que a gente pode considerar consolidada essa abordagem dos estudos em relação à estrutura do Plano Diretor. Então, a gente vai tratar de uma revisão do Plano Diretor, considerando que ele tem essa estrutura adequada com três focos: estratégica, reguladora e a questão da gestão. E também os temas, as diretrizes preliminar que foram apresentadas pela Vaneska na forma do desenvolvimento ou no encaminhamento dos estudos para revisão do Plano Diretor. Sendo elas, eu vou retomar aqui para vocês: preservação da estrutura espacial e lógica do plano atual, no que couber; conceito de sustentabilidade como princípio norteador; inclusão



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

de temáticas relacionadas ao desenvolvimento social; gestão colaborativa e democrático como um processo permanente e contínuo; o espaço público como elemento fundamental para execução das estratégias; desempenho e a performance como elemento fundamental das regulamentações, das relações de vizinhança entre as edificações. E uma questão muito importante, o foco no sistema municipal de gestão do planejamento, envolvendo a implantação desse sistema de monitoramento permanente e contínuo. E considerando isso eu passei a anotar, com essa estrutura com base nas estratégias, anteriormente a gente estava usando os 12 temas, aqueles anteriores, mas a gente apresentou para vocês que os 12 temas se relacionam adequadamente com a estratégia. E considerando que a gente não vai alterar a estrutura do nosso Plano Diretor, que a gente vai continuar com a estrutura, com a formatação. Então, a gente parte da análise das estratégias e complementa o que for necessário. Então, considerando isso eu comecei a anotar o que foi falado na reunião. Então, um ponto importante aqui, a abrangência das estratégias e as estratégias que estão previstas hoje no Plano Diretor e que contemplam todas as questões da cidade. E aí eu passei a organizar tudo que foi pontuado em relação às estratégias e sempre em relação a elas vocês viram, como a Vaneska mostrou naquele eixo que ela apresentou, ela colocou as estratégias transversais, aquelas que acabam abordando todos os temas. Então, elas vão aparecer em todos os slides. Entretanto, elas têm tópicos específicos que são somente delas. Em relação a esse tópico específico foi agregada a questão do desenvolvimento sustentável, que já tinha sido pontuado na outra reunião. E aqui do compilado vou passar para vocês o que foi citado em relação a isso: água, esgoto, energia elétrica; revisar atividades, mobilidades, fluxo de caminhões, impacto das atividades, logística urbana, estradas, caminhos. E em negrito aqui, em algumas dessas eu coloquei uma ação, eu coloquei em negrito na igreja porque eu coloquei em relação ao comentário que foi feito. Então, só coloquei aqui, porque quando faz um TR tu tens que vincular uma ação, tem que pedir um estudo, aí eu só coloquei alguns, não coloquei em todos, mas em alguns já coloquei para a gente identificar o raciocínio. Então, avaliar a interface entre atividades e mobilidade, revisar atividades e mobilidade em relação à questão dos fluxos de caminhões. Eu botei estudar o uso de fachadas ativas, estudar a possibilidade de miscigenação em bairros residenciais, em locais específicos sem alterar as características do local. O plano de desenvolvimento estratégico para a zona sul, morros, etc.. As calçadas, a melhoria das calçadas e gestão de espaço público, índice de caminhabilidade. E aí, em relação à qualificação ambiental, foi pontuado o seguinte: abordar paisagem, considerando paisagem natural e paisagem material; preservação do espaço natural no Plano Diretor; identificar espaços urbanos dedicados à preservação da vida natural; identificar e reservar áreas para grupos excluídos, como indígenas e quilombos; priorizar o meio ambiente como base elemento importante da estrutura urbana. Em relação à promoção econômica ficou pontuado. Eu coloquei essa frase e depois podem corrigir: “Caracterização e estratégias de desenvolvimento da economia familiar, caracterização e estratégias de desenvolvimento da economia local, caracterização e estratégias de desenvolvimento da atividade agrícola e desenvolvimento de ações para Plano Diretor, inclusive, para todos os cidadãos. Em relação à produção da cidade, aí repetir aquele tópico: “identificar e reservar áreas para grupos excluídos, como indígenas e quilombos”. O maior problema da cidade se trata da integração entre a cidade formal e a cidade informal. Estratégia de solução, isso a gente já tinha pontuado na reunião anterior. Estudar a possibilidade de utilização de contrapartida em lotes urbanizados para população em situação de vulnerabilidade. Em relação ao sistema de planejamento foi pontuado: colaboração; instituto de planejamento; subsidiar para a criação do instituto de planejamento; a gestão deve ser pública ou privada; preservação do funcionamento das



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

atividades essenciais de planejamento urbano independente da mudança de gestão; a conferência da cidade; aperfeiçoar o funcionamento do CMDUA; aperfeiçoar funcionamento dos fóruns regionais; palavra a todos os agentes ativos e articuladores dos espaços urbanos; estudar a utilização do instrumento e contribuição de melhoria para calçadas. E esse tópico específico de “sistema de planejamento” eu segreguei em três tópicos diferentes, porque são três ações específicas que vão ser abordados. Então, o que eu citei ali foi separado em estrutura e funcionamento do sistema de gestão, a questão da participação da sociedade e a questão do desenvolvimento de indicadores e os instrumentos da cidade. Então, considerando o que foi compilado, qual é a nossa ideia? É atuar no sentido de receber as contribuições e tentar focar nessa questão de desenvolvimento de temas e problemáticas. Então, a nossa ideia é tentar sistematizar nessa planilha para tentar gerar uma ação que gere um estudo a ser desenvolvido, um mapeamento que seja necessário de ser executado. Então, a gente vai tentar compilar o que foi entregue nesse sentido, só que é muito importante também receber as contribuições por escrito. Então, quanto mais informações nós recebermos mais completa vai ser a contribuição. E aí quando a gente tiver esse material compilado, vai ser um material oficial de contribuições do Conselho. Então, de novo repito, a gente estruturou os formulários para vocês fazerem as contribuições, tem o nosso e-mail que vocês podem mandar qualquer material e temos uma proposta de agendamento de uma próxima reunião. A gente está propondo uma reunião para o dia 26, eu sei que é para aquela última reunião temática, que estava prevista outra agenda da regularização fundiária, mas eu penso da gente adiar essa agenda para a gente não perder, porque está todo mundo com a cabeça fresca, para a gente poder realmente estruturar esse assunto. E a gente tem que ter um tempo até o fim do ano de poder compilar e realmente entregar o material para vocês. Então, estou sugerindo essa data para gente poder continuar tratando desse assunto para fazer esse fechamento. E também a ideia de entrega do material estava previsto para o dia 17. Então, tendo em vista essa questão dessa próxima agenda que vocês identificaram, a gente está propondo dar mais um passo para vocês contribuírem até o dia 1º de dezembro. Então, era isso, só queria que vocês confirmassem, mas depois a gente trata a questão do calendário. A Vaneska vai seguir no tema comunicação e participação. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, como a Patrícia colocou no início, hoje a ideia é a gente estar avançando sobre temas que tem toda a relação, mas guarda certa autonomia no sentido da expertise, que é a questão da participação e da comunicação no âmbito da revisão do plano. Então, a gente colocou essa primeira frase para dar esse tom para iniciar a nossa discussão, que a efetiva participação da sociedade nesse processo de construção do plano é uma condição fundamental. E para quê? Para que o resultado da revisão do plano, além de ser uma construção coletiva seja legítima nos termos da Legislação Federal. Esse é o entendimento que é compartilhado e que inicia essa busca pela participação social no processo de revisão do plano. Na sequência a gente coloca duas referências, porque ela vai além da sua obrigação. Então, teve uma manifestação que o planejamento urbano deveria utilizar as experiências reais da cidade e através da análise dos resultados obtidos com certas ações aprender a formular soluções contemporâneas que sejam realmente efetivas. E daí os instrumentos de gestão para efetivar de fato o planejamento e ir alinhado com essa expectativa da realidade da população local, enfim. Então, essa importância ultrapassa o entendimento técnico e acredito que no entendimento do grupo há necessidade de cumprir com uma obrigação legal. Essa obrigação legal faz parte, mas vai além. E a gente também trouxe na sequência um dos itens presentes na nova agenda urbana, como são tantos outros, que é bastante amplo, trata de certa forma desse universo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

que envolve o planejamento urbano, a questão da participação efetiva nos processos de tomada de decisão, planejamento e acompanhamento, o engajamento da sociedade civil. Essas são talvez os pontos-chave para orientar essa nossa primeira discussão sobre esse tema. Como marcos legais, e isso a gente já colocou em outras reuniões, agora não me recordo exatamente da cronologia, mas a gente citou a importância do marco da constituição após o estatuto da cidade como forma de regulamentação, a nossa lei do desenvolvimento urbano estadual e o próprio Plano Diretor, que estabelecem dois pontos importantes nesse sentido da participação. Um deles é a forma como essa a participação e essa comunicação têm que acontecer. Então, formas como podem acontecer e os agentes que devem ser acionados, que estão envolvidos com a implementação da política urbana e que deve estar envolvidos para essa ação. Então, exemplo de formas de participação e comunicação, se fala em audiência, debates, consultas, na divulgação das informações e conferências municipais e tantos outros. E com relação aos agentes se cita a sociedade de forma geral, as entidades representativas, comunitárias, de classes profissionais, sindicais, empresariais, as regiões de planejamento, os representantes dessas regiões, associações de moradores e outras tantas que possam existir no território. Então, falando em termos de diretrizes preliminares para a gente estabelecer o que precisa ser previsto para participação e comunicação nesse processo da revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, a primeira questão que a gente entende que é um consenso, mas também para gente debater, é que a gente está falando em diferentes papéis, em diferentes formas de contribuição. Então, a gente coloca que todos que tenham conhecimento do território, e aí talvez indo em dois extremos, tanto através de realização de estudos, que tem uma relação com o território, como é o caso das instituições de ensino superior, ou seja, por experiência, vivência, que é o caso das comunidades locais, como pode ser o caso de empreendedores, que têm outra visão sobre o território. É essencial garantir que as contribuições sejam estruturadas para que a gente possa tirar e conseguir coletar o que de melhor tem dessas contribuições e que possa efetivamente fazer um debate sobre as visões que existem sobre o território, enfim. Então, essa referência acredito que a gente também já trouxe para o debate, em quatro grupos principais, de certa forma é uma maneira de estabelecer uma categoria bem simples e inicial de quatro grupos. Um seria a sociedade como um todo, a sociedade civil organizada, seja através por meio de ONGs. por meio de associações de bairros. A parte dos representantes das organizações governamentais, as agências de regulamentação, as secretarias estaduais e municipais e os representantes eleitos, aí podem entrar os vereadores, os próprios conselheiros. Então, se a gente pensa nesse universo de agentes envolvidos e colocando sobre a discussão, as formas de participação e comunicação que têm que ser previstas para a revisão do plano, como que a gente vê essas duas questões, a participação e a comunicação? Então, a participação muito voltada para a discussão de como vão ser esses eventos e aqui a gente coloca alguns exemplos para ilustrar, que são as próprias audiências, os debates, as oficinas regionais, as temáticas que podem tratar de temas específicos, as técnicas que podem tratar também de temas técnicos. E a comunicação que envolve a documentação, a publicidade e a informação ao longo do processo, quem tem algumas formas, a gente pode ter através do site, pode ter informes, pode ter cartilhas, até as maquetes tridimensionais também são formas de também comunicar. No início a gente imaginou um pouco essa separação, pensando que a comunicação era algo que precisaria ser resolvido em um curto prazo, até para poder orientar a nossas ações de forma interna. Nesse sentido assim, porque a gente percebe que tem várias ações que acontecem nas diversas secretarias e que às vezes é um pouco complicado dentro da nossa atuação de ver problemas de comunicação em níveis muito iniciais também. Então, precisa desse suporte justamente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

para poder vencer essa questão internamente, para externamente ela também poder ser clara e ser bastante transparente o processo, mas são duas relações bem próximas, que é um entendimento que a gente tem que pensar no momento de acordar esse termo de referência. Aqui só para pontuar que esses agentes envolvidos, como a gente fala nos quatro grupos, em algum sentido pode ser que se tenha um entendimento de uma homogeneidade, mas esses grupos são heterogêneos, eles têm que ser estudados com relação às suas especificidades de faixa etária, de renda, de escolaridade, a própria a localização deles no território pode contribuir para a visão. Por isso também esse entendimento de que precisa ter um plano de participação, plano para comunicação e se pensar em estratégias próprias para esses públicos. E só para dar um exemplo, se a gente pegar uma questão, que é a questão da faixa etária, a gente pode ter uma população mais jovem que carrega novos valores, tem essa questão da colaboração, esse espírito de mudar o mundo, tem um universo de questões que vai trazer, assim como a população em idade mais avançada tem valores mais consolidados e tem a questão muito importante da memória, daquilo que deve ser preservado. Então, esse equilíbrio entre essas divisões tem que ser buscado e entendido nesses processos. Então, a gente pontuou três objetivos preliminares, que a gente entende que sejam importantes dentro do escopo desse construir para a participação e comunicação. Uma é identificar através desse processo que a gente consiga identificar potenciais na região, seja pela vocação, seja pelo perfil da população ou mesmo com relação aos fatores. Na validação dos diagnósticos, dos estudos, das conclusões que vão ser obtidas. Então, esse processo tem que ser acompanhado e para este acompanhamento ser eficiente a gente tem que pensar em estratégias de como esse acompanhamento pode acontecer. E pensar em formas de que realmente essa participação tenha um resultado na regulamentação, nas ações previstas para o plano. A gente trouxe alguns exemplos de dinâmicas que são possíveis, que a gente pesquisou e que são aplicadas em outros lugares. Até tem também a nossa própria dinâmica no contexto das oficinas da revisão do plano. Então, eu vou citar cada uma delas, falar um pouco dos objetivos, porque elas podem servir de base para a gente pensar o que pode ser realizado no âmbito da revisão do Plano Diretor de Porto Alegre. Então, esse primeiro que a gente trouxe é um exemplo de um trabalho que foi desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia Urbana da Universidade Federal, que a gente teve uma divisão de grupos, uma dinâmica presencial em que se perguntou quais as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças para o desenvolvimento do território. E com relação a isso, o que a gente trouxe em um segundo *slide*? Para que isso é importante? A gente vai mobilizar esses agentes, a gente vai pensar, por exemplo, o que é uma força no território, o que é uma oportunidade. E isso combinado tem que gerar uma ação dentro do plano. Então, a maneira de pensar esse ciclo do evento de participação e como ele se completa trazendo ações que efetivamente resultam na implementação do plano. Aqui também a gente trouxe no processo de elaboração do material o 4º Distrito. Houve também dinâmicas com os moradores da região, que fizeram mapas colaborativos para identificar, por exemplo, nesse caso em tela onde é que estão as barreiras, onde estão as paradas. Então, onde é que a gente entende que o território precisa ser conectado para poder permitir que as pessoas possam transitar de um local para outro. Então, nesse sentido, como desenho da cidade, vai ter que ser pensado para poder reconhecer as características locais e resolver algumas questões que sejam entendidas como problemáticas. O nosso exemplo também da participação que foi realizada nas oficinas realizadas no final do ano passado, também é um exemplo de dinâmica de mapas, que foram utilizados mapas para identificar como é que a população lida com determinada estratégia do plano. Então, a gente pegou as estratégias do plano e pensou quais os elementos fundamentais dentro de cada estratégia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Então, com relação a essas oficinas qual era a intenção principal? A visão da sociedade sobre essas diferenças temáticas do plano. Então, a gente tem uma matemática que é a estruturação urbana, o que é fundamental para a estruturação urbana? Os pontos de referência, mas o são entendidos como pontos de referência pela população? Outro exemplo, também foi de uma dinâmica técnica realizada no 4º Distrito, que usaram recursos tridimensionais, no caso com maquetes, para verificar o impacto das edificações dentro das relações de vizinhança, da paisagem, também são estratégias próprias para o objetivo específico, que é discutir a volumetria, por exemplo, que talvez seja muito complicado discutir no mapa. Então, essa questão da gente pensar a maneira correta de pensar uma dinâmica para ter a participação efetiva e que as pessoas realmente possam perceber o impacto daquelas decisões, daquelas discussões que estão sendo orientadas antes da revisão do plano. A gente tem hoje também a questão das plataformas digitais, que a gente também está colocando como algo importante de ser abordado nesses termos de referência, principalmente pensando na situação atual da pandemia, até existir um processo para ter eventos presenciais. Então, essa coleta de forma remota também é um elemento importante para a gente pensar, isso também através do site, tem formas de fazer mapas online, a gente pode tentar reproduzir essa dinâmica presencial de uma forma virtual. E também outras atividades lúdicas, que podem ser pensadas. Por exemplos, esse que é um exemplo de jogo sobre o planejamento, que a gente entende que precisa ter essa mobilização do próprio público nas escolas infantis, nas escolas de ensino fundamental. Então, trazer o planejamento urbano como uma forma de debate. O que a gente colocou a partir desse ponto? Para a gente pensar no que a gente tem que discutir, a organização das ações, os próximos passos, algumas definições e entender de uma maneira bem clara, bom, a gente vai ter uma consultoria para nos dar um apoio, por óbvio ela não vai executar esse universo em momentos de participação que a gente tem que ter, mas ela vai dar um suporte para como a gente pode atuar, o que é importante ter em mente, como é que a gente pode se comunicar com diferentes grupos. A gente até viu que no Plano Diretor de São Paulo, acho que o vídeo que saiu no final escrevendo como era o plano e abordando os pontos principais, objeto de um concurso. Então, não foi algo que se pensou como seria solicitado isso, mas podem ser de diferentes agentes, contribuindo para construir esse processo. Então, aqui o que a gente já construiu, baseado naqueles quatro grupos da sociedade, de forma geral as organizações governamentais, os oficiais eleitos, principalmente sobre esses últimos foi feita uma relação, um levantamento e uma espacialização do território para começar a entender quais os agentes deveriam ser mobilizados, dependendo da discussão de acordo com o tema, de acordo com o território. Nessa aba dos organismos governamentais já está no item 91 e tem vários, depois eu posso também completar a apresentação com qual foi o levantamento. A nossa ideia é conseguir bater para ver se todos realmente estão ali, alguns deles pode ser que já não estejam mais tão estruturados, algumas associações, mas a gente fez de maneira bem completa. Então, dessa forma ter um pouco do retrato de como seriam os agentes que deveriam estar contemplados minimamente no plano de participação e comunicação para revisão do plano. E aqui o que eu tinha comentado, que também deu embasamento para as nossas oficinas, esse levantamento a partir do material de São Paulo, dos tipos de momento de participação presencial. Na outra lâmina coloquei as remotas. Eu acredito que seja mais ou menos isso para dar um pouco do quadro geral. Obrigada. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Estava excelente e bem em tempo para a gente poder abrir para discussão. Então, com base nessa apresentação inicial, o nosso objetivo é tratar basicamente desta questão das estratégias e dos objetivos, o que vocês pensam sobre isso, qual é o objetivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

que vocês buscam quando se trata de participação, o que vocês querem que seja lido, o que vocês esperam em relação a isso? Basicamente a questão dos objetivos mesmo. Acho que a gente poderia tentar coletar esses objetivos e a partir daí a gente amadurece para essas estratégias, a gente faz uma compilação, amadurece para as estratégias e em um segundo momento a gente poderia discutir. O Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Sobre a apresentação, é bem complexa essa situação, é muito trabalho poder criar oficinas ou audiências. Eu vejo, na verdade, que é conseguir divulgar o que está acontecendo, um canal que a comunidade fique sabendo. E em que momento fica bem clara a participação da comunidade também, que ela possa ir contribuindo? Eu não sei qual a função da conferência? Fiquei em dúvida, o Darci tinha comentado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Não, ele tinha comentado sobre um congresso da cidade. Não é o tema para discutirmos, mas podemos falar melhor depois, que é o tempo onde as coisas vão acontecer ou não. Primeiro a ideia é coletar, pegar insumos com vocês. No segundo momento, para a consolidação das propostas que vierem, aí sim ter uma conferência, porque todo mundo vai debater sobre as propostas. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Seria possível fazer alguma oficina com entidades? Se bem que as entidades que quisessem poderiam ir na região. Fico pensando se precisa ter a das entidades. Eu participo de uma entidade, mas também sou de uma região. Estou questionando se há necessidade ou não. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** As oficinas ou os diversos processos de participação atendem determinados objetivos. Por exemplo, maquete é uma coisa bem interessante para o pessoal que é mais técnico trabalhar. É isso que nós estamos querendo coletar com vocês, quais os anseios e objetivos que vocês pensam que devem ser atingidos. O Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Primeiro, quero reconhecer o esforço da Vaneska. E como eu represento o Sindicato dos Arquitetos, sempre puxo para este lado e mostrar que o Home Office também tem seu lado pesado, que envolve a família, envolve os filhos e não é tudo maravilha como muitos falam, embora sob o ponto de vista eu acho bem interessante. Então, agradecer a Vaneska e elogiar o envolvimento dela, principalmente envolvendo a sua família, mas eu queria falar que me chamou atenção quando foi citado ali o Jane Jacobs, que fala em utilizar experiências vivenciadas. Eu acho importante, é fundamental, ainda mais tratando-se de uma revisão, nós não estamos construindo um plano novo. E, posteriormente, cita também o processo participativo, o plano São Paulo que está sendo estudado. É interessante, eu entendo as dificuldades políticas que se tem aqui, o grupo técnico sofre essa, não digo opressão, mas essa influência. Tratando-se que nós estamos no fim de uma gestão, início da outra, talvez seja a mesma, ninguém sabe, eu acho fundamental também que se estude a fundo a questão do nosso planejamento participativo, aqui da participação em Porto Alegre. Porto Alegre virou referência, quem estuda ou conhece sabe que Porto Alegre virou uma referência mundial em participação. Então, a gente termina aquela coisa do complexo de vagabundo, a gente termina buscando e estudando experiências, não que não sejam válidas, por todos os lugares do mundo e não reconhece por diferenças ideológicas e políticas uma das maiores experiências que se tem conhecimento no mundo inteiro de participação efetiva da população. Eu acho que tem que ser, tirando esse viés político e ideológico, tem que ser valorizado e elevado a fundo essa experiência. A outra questão é mais pessoal ou não sei os outros conselheiros o que pensam, mas antes quero fazer um parêntese, a gente sabe que é grande dificuldade, está demonstrado dessa discussão



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

virtual e isso não tem como fazer diferente, porque essa pandemia é um fato e nós não temos como fugir disso, mas eu confesso uma grande dificuldade de participar e de efetivamente me inserir nessa discussão. Eu não estou fazendo uma crítica, por favor, eu quero que me entendam, eu estou confessando uma dificuldade, talvez uma falha, um lapso meu, mas as reuniões invariavelmente tratam de uma série de informações que são relatados, que a gente não consegue nem mesmo registrar pela grande quantidade, que são interessantes e depois sobra um espaço para a discussão, que no fim a discussão cai no vazio, a gente sempre discute mais prazos, mas a essência do que está se discutindo, a essência do que se está propondo e a essência dessa revisão, eu não vejo um espaço para discussão. A essência que eu digo, essa revisão, esse plano está focado e, uma participação efetiva da comunidade ou é só para constar na legislação quais são os princípios, a ideologia desse plano? Essas questões eu não vi nenhum momento. É isso aí. Muito obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Desculpa, mas nada é para constar aqui, isso é um trabalho sério, técnico que está sendo feito. Então, nada é para constar. Então, as pessoas estão engajadas. Vocês viram a Vaneska apresentando, não existe nada de ideológico ou para constar, vamos deixar bem claro isso. Então, é um trabalho sério que está sendo feito aqui pela equipe. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Só para esclarecer, de forma nenhuma estou querendo conflitar ou falar do trabalho, eu até elogio o trabalho. Eu sei que vocês têm a maior seriedade no que estão fazendo. O que eu quis dizer é sobre o método, essa forma como está sendo conduzida e as discussões mais importantes, que eu entendo que ficam, mas eu confesso, eu acho que é uma dificuldade minha mesmo de entender e de conseguir acompanhar essa discussão. Eu confesso que não consigo entrar nas entranhas do que está sendo colocado para se aprofundar e para poder discutir de fato. Minha culpa, eu não estou de forma nenhuma querendo menosprezar o trabalho de vocês. Por outro lado, eu vou fazer uma observação, essa forma como vocês reagem demonstra, qualquer coisa que se fale vem três ou quatro explicações e defesas. E de forma nenhuma eu fiz alguma acusação, que vocês estão fazendo isso ou aquilo, mas mostra para mim, demonstra que existe um fechamento para qualquer crítica que se faça. Obrigado. Eu não vou polemizar mais. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Só uma contribuição, essa questão do Orçamento Participativo nós chegamos a comentar que as próprias regiões de planejamento têm um alinhamento, entendo eu, que pensadas conceitualmente para também estarem de acordo com as regiões do Orçamento e alinhar essas demandas com as ações do Plano. Também pode ser colocado para o debate no grupo. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Tá. O Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu queria que tu voltasses para a lâmina do início da apresentação. No item 4: consolidação das abordagens. Fala na gestão colaborativa e democrática. Eu acho que a gestão tem que ser mais do que colaborativa, senão parece que só seremos consultados. Ela tem que ser deliberativa, com a participação e o controle social. Não só no território, como na cidade. A maior gestão com os conselhos, principalmente com o CMDUA. Também a valorização do servidor, capacitação das secretarias, a questão da empresa pública, valorizar o servidor e a estrutura administrativa na prefeitura. A outra questão que me faltou na apresentação da Vaneska é a questão dos movimentos sociais. Nós não podemos deixar de fora os movimentos sociais, como o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, o Movimento de Luta de favelas, os movimentos que são importantes também na discussão do Plano Diretor. Então, a gente não pode



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

deixar de fora esses movimentos. Então, queria deixar registrado. E discordo que o plano não é ideológico, o plano é ideológico sim, que são ideias que estão sendo colocadas ideias para reflexão. A cidade tem que ter a capacidade de ver o melhor para todos. Por último, eu queria o retorno das oficinas. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A gente pode agendar contigo, Felisberto. O Patrick. **Patrick Silva (2º Suplente), Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Boa noite a todos. Como eu coloquei no chat, eu pensei em fazer uma provocação, no sentido de debate de ideias. Vou citar um pouco sobre as estratégias do Plano. Nós temos as 7 estratégias e eu estou cada vez mais convicto que a gente tem que pensar nas 7 estratégias de ordem inversa. Assim, eu não tenho dúvida do trabalho dos colegas, são todo craques, o pessoal do planejamento urbano. Não tem porque não elogiá-los, conhecendo o trabalho do pessoal de primeiro. Eu não tenho dúvida que o trabalho urbanístico que está sendo desenvolvido no planejamento urbano é o melhor. Nessas participações, nesses debates que a gente tem no Conselho, já que foi citado Jane Jabobs, poderia... (Inaudível/interferência no áudio). **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu parei de ouvir ele. Eu acho que caiu. Vamos passar para o próximo? **Saffer. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Sobre a questão do instituto, na reunião passada alguém falou se seria público ou privado. Eu queria deixar a minha opinião, assim, nunca a nossa ideia é que ele seja privado, ao contrário, tem que ser uma coisa pública. Eu não sei se o nome é instituto, só quero comentar, ou talvez vai ser uma autarquia. Hoje nós temos várias autarquias. A ideia é que ele tenha uma forma de não depender, algum órgão que dê valor ao planejamento urbano e que não dependa das alterações da cabeça de um prefeito, ou seja, ela tenha que ter certa autonomia. Não consegui ver a solução de como ser criado. Um dos mais conhecidos é o de Curitiba, parecer que em Santa Maria também, mas isso é para poder executar atividades típicas de administração pública que requeiram para o seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada talvez. Então, nunca a gente pensou que fosse algo privado. Só queria deixar bem clara a ideia de quando a gente comenta de criar um instituto de planejamento. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A gente vai anotando os pontos, porque é importante. O Patrick voltou. **Patrick Silva (2º Suplente), Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Falar para o Hermes que também tem isso, às vezes a tecnologia cai no home office, tem mais essa questão dos filhos, a família e também tem as questões de tecnologia. Assim, só para retomar, não sei onde parei, mas assim, foi citado Jane Jacobs e os colegas urbanistas sabem, vou dar um exemplo, os colegas sabem, aquela questão que ela defende que deve haver sempre edificações velhas e novas, para poder aquisitivo alto e baixo. Ou seja, para que não ocorra certa (Inaudível) e acabe com a rua. A gente sabe que o Plano Diretor só vai acontecer de fato se as pessoas, se a cidade como um todo tiver condições financeiras. Eu não estou dizendo só a quem tem o poder, mas eu digo a quem não tem dinheiro. Ou seja, para a gente organizar o território a gente precisa que todos os porto-alegrenses tenham condições de dar esse retorno que a gente quer como urbanista. Então, a provocação que eu faço, eu vejo que as 7 estratégias do plano, a gente poderia pensá-los de forma invertida. Eu queria entender até que ponto a gente pode nesse projeto de estado, que é o Plano Diretor, até que ponto a gente pode começar a fazer o governo participar mais, ou seja, todo governo vai ter o eu plano de governo. Até que ponto o nosso papel urbanístico pode fato começar antes, projeto, fazendo com que o governo tenha uma participação mais direta, onde ele quer chegar e de que forma nós urbanistas podemos nos apropriar disso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Aí fazemos a nossa parte, que seriam as outras estratégias, a estruturação urbana, mobilidade e etc. Eu acho que a gente precisa de dinheiro, a gente precisa que a cidade se desenvolva da melhor forma, não adianta ter gente que não tem trabalho, pessoas que não tem dinheiro para pagar o imposto. Então, até que ponto aquele urbanista pode se aproximar mais do administrador, do ente político para que a gente possa fazer um elo e ter sucesso? É isso. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Seria o sucesso na execução do Plano Diretor, digamos assim? **Patrick Silva (2º Suplente), Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** A gente tem as 7 estratégias, né? Só que de forma metodológica, a gente acaba: ah, vamos dar um, dar dois dar três. Vamos começar em questões mais urbanísticas. E por que a gente antes de pensar tudo aquilo que a gente já sabe, já resolver urbanisticamente, o que tem que fazer, o trabalho que está praticamente pronto na SMAMS, ou seja, a gente já sabe o que a gente quer para Porto Alegre, a gente sabe quais são os problemas e como resolvê-los, o urbanista sabe fazer isso. A questão é: vamos começar pelas estratégias de planejamento, promoção da cidade, promoção econômica. Ou seja, como fazer esse elo com o ente político funcionar de uma forma melhor a ponto que ele possa moldar mais o seu projeto, o seu plano de governo para nossas expectativas, para que a gente consiga fazer. Às vezes me parece que o ente político tem o plano dele, tem as convicções dele, ideologia cada um tem a sua, cada governo vai para algum lado, mas eu acho que a gente tem que ter esse debate com o ente político primeiro, para dizer: “A gente quer isso aqui”. A gente está esclarecendo que o caminho da cidade para ter sucesso é esse, a gente pode moldar ao seu plano de governo, mas eu quero dizer que existe uma divisão entre a questão técnica urbanística e a questão política que tem, em tese a promoção econômica. Então, a gente só vai ter sucesso se todo mundo crescer na cidade economicamente. Então, acredito que a gente tenha que se engajar cada vez mais com o plano de governo. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Mais no sentido de ter um plano de ação? O Plano Diretor meio que as pessoas confundem como uma regra. Não é, ele é um Plano Diretor, ele dá a direção. **Patrick Silva (2º Suplente), Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Nós temos um plano, uma ideia. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Segundo o estatuto da cidade, ele deveria estar vinculado com as políticas, com as questões orçamentárias, com a lei de diretrizes. Enfim, talvez fosse nesse sentido. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Nós temos que ter o foco na questão da participação, a gente tem que ter foco, senão a gente não vai conseguir ter nada objetivo. Até vi aqui, mais da metade das contribuições... **Renata, Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu acho que uma das coisas, Patrick, que eu entendo, como o Plano Diretor tem essas estratégias, o ideal é que elas fossem os conceitos norteadores, no sentido de que elas são os princípios e as estratégias do planejamento urbano. Então como consolidar isso e não desvirtue quando o governo coloca a sua vontade de governo. Eu acho que é mais nesse sentido. E quando o Sérgio fala do Instituto de Planejamento é ter esse órgão aparte do governo, como se fosse, que posta sempre manter a lembrança, não, nosso caminho é por aqui e não por ali. Então, eu entendo que seja uma mistura do que tu estás falando com a questão do Instituto ser um órgão aparte. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu vou fazer um link com a que das participação. Então, o governo respeitar o que é uma questão técnica, no caso do Plano Diretor, suas diretrizes, a execução das diretrizes ao longo do tempo, elas são importantes,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

mas elas nunca vão ter importância. E daí eu válido a preocupação dos colegas que falam da questão da participação, ele nunca vai ter importância e se ele ficar lá dentro de um gabinete sendo pensado pelos técnicos. Então, por isso que realmente é importante essa construção em conjunto, para que aquilo que foi construído seja valorizada, como o Felisberto defende que esse plano foi construído conosco e tal. Então, a gente tem que partir para uma ação dessa forma. Esse é um tópico para o outro termo de referência. Patrick, pensa assim, se puder contribuir por escrito seria bem interessante para a gente tentar amadurecer e chegar no resultado para a gente poder fazer uma ação, não sei o que a gente pode fazer a respeito. A minha preocupação neste fórum aqui é a questão da participação mesmo. Bom, não temos mais inscritos, eu vou tentar compilar o que foi colocado. Acho que faltou um pouco a questão da participação, talvez a gente não tenha conseguido passar direito, é um assunto complexo, eu entendo que é uma coisa bem técnica, ela é muito vinculada ao objetivo que se quer no decorrer do processo. Eu acho que os diagnósticos no decorrer do processo vão dar indicativos de que tipo de participação, de leitura que a gente precisa fazer, mas a gente tem ali o leque de opções e a ideia desse termo de referência é que a gente tenha uma melhor técnica, considerando os objetivos de ouvir as resposta que a gente quer ter da sociedade sob determinado aspecto. Essa é a ideia. A Camila colocou (chat) a informação que ninguém se manifestou contrário à substituição da temática. Então, todos estão de acordo para a nossa reunião para a gente amadurecer mais um pouco no dia 26 de novembro, quinta-feira. Então, eu já vou em seguida encaminhar para o pessoal quem quer receber as contribuições, mas eu vou fazer um compilado igual para tentar ver se eu compreendi o que vocês colocaram aí. Qualquer coisa que vocês acharem que não, está errado ou tem que corrigir, complementar, por favor, avisem e também vocês podem se manifestar por escrito como eu comentei anteriormente. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h00min).**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2864/2020

Aos dezessete dias do mês de novembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. ABERTURA; 2. DISCUSSÃO: Minuta da Instrução Normativa que institui o Procedimento para a Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA). Apresentação pela Coordenação Técnica de Revisão do Plano Diretor. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h10min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Bom, Senhores Conselheiros, hoje a gente tem o nosso calendário programado de discussão prévia ao processo de revisão do Plano Diretor. Hoje temos a apresentação da proposta de instrução normativa, que inicialmente nós tínhamos disponibilizados aos senhores conselheiros lá em março, antes



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

da pandemia. A gente acabou postergando esse processo e não avançamos nele. Então, agora já habituados mais nesse formato online e digital a gente retoma essa discussão. Então, na data de hoje a Conselheira Patrícia, nossa diretora de planejamento vai fazer a apresentação dessa proposta, já remodelado também a este formato mais digital. Antes de passar para a Patrícia, enquanto organiza a dinâmica, só para compartilhar com vocês, que é de conhecimento todos, neste domingo tivemos um processo eleitoral, democraticamente foram escolhidos dois candidatos para dar continuidade no segundo turno. Então, esta gestão se encaminha para o final, até 31/12 do presente ano. Nesse sentido a gente está organizando todo o processo de transição, de finalização daqueles projetos que estão em aberto, independente de quem vir a vencer o pleito, que a gente tenha tudo organizado, para não haver descontinuidade para continuar o seu curso, seu trabalho sempre evoluindo, amadurecendo, crescendo. Então, a gente tem vários assuntos aqui iniciados nesta gestão, que também se encerra ao final do ano. Então, vamos tentar deixar o máximo possível organizados os processos que a gente começou, um deles a gente acredita que é esta instrução normativa, os procedimentos, os estudos, a base para a revisão do Plano Diretor. Então, tudo muito organizado, preparados para a próxima gestão. Não vou me alongar aqui, porque não é o momento de despedida, mas é o início de um processo já de composição para a nova gestão. Então, conto para a parceria de vocês também para nos auxiliar o máximo possível, para a gente deixar organizado as informações para quem vir a ganhar o pleito no final de novembro. Então, eu passo a palavra para a Conselheira Patrícia, nossa diretora de planejamento, para poder fazer a apresentação. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A Tânia colocou uma manifestação preliminar ali. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos abrir para a Tânia. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa tarde a todos. Eu só gostaria de um breve informe, referente àquele projeto de regularização fundiária da Grande Matos Sampaio, que na outra vez eu me pronunciei e o Presidente do DEMHAB havia me pedido para enviar um e-mail para a Miriam. Então, eu gostaria de falar sobre isso, porque esse estudo de viabilidade urbanística da Grande Matos Sampaio foi aprovado em fevereiro de 2010. Eu havia pedido para ela esse projeto, que é de interesse da comunidade, para que a gente possa ver os traçados viários e tudo mais. O que me foi dito pela Miriam é que esse processo foi feito, após esse EVU foram desenvolvidos vários outros estudos e projetos, os quais foram necessários para a elaboração do projeto urbanístico de regularização fundiária, aprovado em 2018 na atual comissão, responsável por esse tipo de projeto, a comissão técnica de análise de regularização fundiária. Esse PURF, que eu não entendo o que é, é um resultado basicamente do lançamento do sistema viário das restrições ambientais, esse lançamento resultou em grandes quarteirões que necessitam de detalhamento e novas aprovações para serem efetivadas as obras desejadas. Como não é a previsão de recursos financeiros para essas intervenções, esses detalhamentos não aconteceram, tudo isso para tentar dar um panorama geral da situação. Quanto à disponibilização de qualquer material referente a esses estudos e projetos há de ser solicitados junto ao Gabinete da Direção Geral, formalmente: “Somente com autorização do GDG podemos fornecer os documentos”. Eu não tenho atualmente o contato mais adequado, a nossa superintendente, nossa coordenadora em exercício talvez possa auxiliar nesse sentido. Quer dizer, ela só me deu uma explanação do que estava acontecendo, mas não me auxiliou. Então, eu gostaria de pedir aqui, Presidente, que através do Conselho do CMDUA que a gente consiga fazer esse pedido para eu que sou coordenadora da região, representando a Região de Planejamento 4. Então, nós



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

gostaríamos de pedir através do Conselho. Por isso esse pronunciamento, eu gostaria que o senhor me dissesse que sim, que pode encaminhar para a Camila para fazer esse pedido em meu nome, em nome da Região 4 de Planejamento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Tânia. Pode formalizar para a Secretária Executiva do Conselho o que a senhora demanda e a executiva pode encaminhar para o DEMHAB responder essas questões. Não tem problema com relação a isso. Então, Patrícia, conduza, por favor, o trabalho de hoje. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite a todos. Então, finalmente, vamos discutir sobre a instrução normativa de revisão do Plano Diretor. Já nesse contexto de pós ou meio de pandemia, mas essa situação que veio para nós e que acabou atrasando o processo, acabou fazendo com que a gente suspendesse esse processo. E nessa questão de revisar a instrução normativa, a gente teve que rever a questão dos prazos também e, enfim, a gente readequou o projeto para ser desenvolvido em 2 anos. E aí fizemos alguns ajustes na instrução normativa para todos avaliarem e que a gente vai começar a seguir. Então, eu vou compartilhar a tela. Então, os fluxos da questão em relação à instrução normativa. Ele vai seguir os mesmos dos demais processos, tanto nos grupos de trabalho, quanto o que foi trabalhado juntos aos termos de referência. Então, para nós recebermos as contribuições, nós disponibilizamos formulários. Então, existe um formulário específico para a questão da instrução normativa. A gente também pode receber contribuições através do e-mail planodiretor@portoalegre.rs.gov.br e também através das reuniões que nós vamos realizar. A disponibilização dos processos depois que nós organizarmos os documentos vão ficar disponíveis nesse Processo 20.0.000092599-4 e o calendário de reuniões, que já foi entregue para os conselheiros para discutir a questão da instrução normativa em três reuniões, sendo nesta reunião a apresentação e discutiremos o processo. No dia 1º de dezembro ele vai ficar aberto somente para discussões e a ideia é que a partir dessa apresentação de hoje, nós já entregamos a minuta para vocês olharem, vocês analisem com profundidade tudo o que foi compilado e realmente façam os devidos apontamentos e nos entreguem no dia 1º de dezembro, porque até o dia 15, que é a reunião do dia 15, a gente tem condições de olhar com calma, amadurecer, fazer as compatibilizações para realmente chegar no dia 15 e ter um documento consistente que contemple todas as questões. Se tiverem dúvidas a gente vai ficar à disposição. Então, eu tenho os WhatsApp, enfim, o WhatsApp das entidades, das regiões. Quem não tiver meu acesso pode pedir, não tem problema, eu passo o meu acesso. Então, passamos à instrução normativa. Então, qual é o objetivo dessa instrução normativa? É instituir o procedimento para revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre. Fazendo um comentário sobre o que a gente modificou em relação à proposta anterior, é o seguinte, o ponto estrutural principal na proposta anterior, a gente colocou todo o projeto do PENUD dentro da instrução normativa. Dessa vez a gente colocou somente a parte da revisão do Plano Diretor para deixar bem organizado, bem fluido, porque eu acho que as pessoas que estão envolvidas com essa parte vão conseguir compreender melhor a dinâmica, vai ficar claro para todos. E os demais projetos que vão envolver os estudos do PNUD, que são projetos de planejamento urbano, enfim, que necessita da devida participação social também, a ideia é que a gente passe a trabalhar eles dentro dos grupos de trabalho. Claro, com a devida consolidação do Conselho. Então, a gente primeiro montou essa minuta exclusiva com a revisão do Plano Diretor e no desenvolvimento dos trabalhos a gente vai amadurecendo todo o processo. Então, a minuta de instrução normativa foi baseada, foi estruturada, o processo de revisão foi estruturado de acordo com esse guia para elaboração de revisão de planos diretores do



Instituto Polis, que consiste basicamente em uma etapa de preparação, que é a etapa que nós estamos, tem uma etapa de leitura e proposta, e uma etapa de sistematização. Posteriormente, uma etapa de aprovação e monitoramento. Como vocês podem ver, no decorrer de todo o processo está previsto aqui no diagrama deles o processo de participação social. Então, tem uma primeira etapa preparatória, que aconteceu ano passado e este ano, a gente está querendo fechar para partir para a etapa da leitura e a essência da revisão do Plano Diretor. Na verdade, vai consistir nesses dois estudos, a leitura da cidade e a sistematização proposta. A etapa de aprovação, óbvio, faz parte, mas mais como uma consolidação de tudo. E aí a partir da etapa de implantação e monitoramento já é posterior à aprovação da Câmara de Vereadores. Como a gente já discutiu em vários grupos e várias vezes durante o ano, a gente sabe que o Plano Diretor não se encerra na sua aprovação, ele precisa ser gerido e monitorado, acompanhado para sua perfeita realização. E assim o ciclo se fecha para a próxima revisão. Então, esse diagrama vocês já tinham conhecimento, que a gente já tinha colocado anteriormente, que a gente tem essa proposta de formação desses cinco grupos. A coordenação técnica composta pela equipe técnica aqui dentro da diretoria, envolvida diretamente com a revisão do Plano Diretor, o pessoal braço que vai trabalhar, que vai se dedicar integralmente. Um grupo de trabalho denominado agente técnico operacional, que vai ser composto das equipes técnicas dos demais órgãos da secretaria, que vão fazer as análises específicas das suas áreas. A gente também tem a previsão do Conselho aqui atuando nessa estrutura organizacional e os dois grupos de trabalho, o GT Consultivo Técnico e o GT Consultivo Regiões. A gente acha que tem temas que são de caráter técnico, que devem ser abordados, que é um fórum específico, e esse GT Consultivo Regiões, que a gente entende que como os conselheiros das regiões são os líderes da questão da participação, ele seria mais focado na participação, mas a gente colocou ali, até para não excluir ninguém, que a adesão aos grupos é de livre adesão, a questão é o tópico de discussões que vai ser abordado ali. Nessa questão o Conselho vai ter um papel importante no desenvolvimento dos trabalhos dessa estrutura. Então, já falando do fluxo de desenvolvimento das etapas, na etapa preparatória a gente tem a questão de metodologia, que vai ser consolidada a partir dessa normativa, a formação dos grupos de trabalho, a questão de espaço físico e aquisições. A questão da consolidação dos dados e informações, as oficinas, que nós temos aquela primeira rodada de oficinas que a gente precisa dar o retorno para a comunidade, a questão da capacitação e os termos de referência em andamento. E a partir da conclusão dessa etapa de preparação, para a gente fechar, é formar esses grupos de trabalho, consolidar o trabalho e fechar todas essas ações, a gente passa para a leitura da cidade. Nessa etapa da leitura da cidade, a ideia é que esses grupos atuem de maneira constante durante todo o processo. E ajudando a construir todo o desenvolvimento dele, cada um na sua área de competência. Então, por exemplo, em relação aos estudos, a ideia é que os estudos vão ser consolidados pela coordenação técnica e pelo GT técnico operacional. Esses estudos vão ser avaliados e estando correto a gente passa a encaminhar para os GTs. Esses GTs também vão fazer sua avaliação. E a partir desse fechamento por esses grupos se consolida para a avaliação final do CMDUA. Todas as demandas que surgirem a ideia é que sejam discutidas nessas três instâncias, sempre seguindo essa ordem para que elas venham bem redondas quando eu chegarem no conselho. E a ideia, com o fechamento dos estudos e da consolidação dos processos participativos, o fechamento, o pessoal tinha comentado de uma conferência no início. A gente discutiu no nosso grupo de trabalho sobre essa questão da conferência, que a gente acha interessante realmente, mas a gente entendeu que o momento mais adequado para fazer essa conferência seria realmente com todos os dados consistentes,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

consolidados dos territórios, com uma avaliação real, enfim, para a gente poder realmente discutir e a partir dessa conferência dar os encaminhamentos do desenvolvimento para a próxima etapa. Então, a gente propôs que esse fluxo se encerraria com essa conferência e com essa conferência se encaminharia para a próxima etapa, que seria a etapa de sistematização e propostas. Essa conferência vai acabar dando indicativos das propostas, da avaliação dessas propostas. As equipes das consultoras vão realizar os estudos, os processos de participação serão realizados por nós, a gente vai ter o apoio e ajuda dos grupos do Conselho, a participação ativa e a gente precisa da participação ativa de vocês no desenvolvimento desse trabalho, porque tem muito a questão de engajamento, a gente precisa que a população sejam ouvida de fato. Então, depois do desenvolvimento de todos os trabalhos conjuntos a gente ainda fechar com uma segunda conferência, porque a gente entende que esse grande fechamento do trabalho é importante que seja discutido também. Então, a gente consolida essa sistematização e propostas através da segunda conferência. E aí, a partir dessa segunda conferência a gente encaminha para a aprovação. A etapa de aprovação é aquela que todos conhecem, que é de elaboração da minuta de lei complementar de revisão do Plano Diretor. Então, a ideia seguindo esse fluxo, encaminhar para audiência pública ou audiências públicas, aquilo que nós entendermos adequado, independente da complexidade dos temas que forem abordados. Após a audiência pública o encaminhamento para discussão na Câmara de Vereadores. A gente acha adequado que esses grupos também façam esse acompanhamento conosco junto na Câmara de Vereadores, para garantir que o nosso projeto tenha consistência daquilo que foi pactuado em todos os processos de participação. E a partir daí, na etapa de implementação e monitoramento, a ideia é a gente fazer uma atualização e acompanhamento da implementação do Plano Diretor, efetuando regulamentações que forem necessárias e também a capacitação dos agentes envolvidos. Também recebemos contribuições de deixar especificados conselheiros e delegados. Então, nós colocamos aqui também essa observação. E essa implementação de monitoramento é um processo permanente até a próxima revisão. Então, aqui eu coloco rapidamente a questão das funções dos agentes envolvidos nesse comitê da revisão do Plano Diretor. Então, nós temos a coordenação técnica, que tem dentre os papéis promover a revisão do Plano Diretor e elaborar o material técnico; estabelecer interlocução com a sociedade e entre os agentes envolvidos; sensibilização e mobilização da sociedade; planejar e coordenar as atividades de participação; organizar o andamento dos trabalhos; sistematizar as informações obtidas ao longo do processo; acompanhar o andamento do processo na Câmara de Vereadores; entre outros. O papel do grupo do GT Técnico Operacional, entre os principais, fornecer dados e informações; analisar os resultados dos estudos nas áreas de competência; elaborar documento; sistematizar informações; colaborar na elaboração de minutas e regulamentações; prestar suporte nos processos de participação e analisar os resultados; acompanhar o desenvolvimento do processo efetuando a aprovação preliminar das etapas para encaminhamento aos GTs, entre outros. O Conselho eu deixei por último, que é discutir e opinar sobre temas, propondo contribuições que julgar pertinentes, acompanhar e monitorar o processo de revisão do Plano Diretor envolvendo, receber relatórios do andamento do processo, avaliação dos resultados dos estudos, avaliação dos resultados dos processos de participação, aprovar a conclusão das etapas, leitura da cidade, sistematização e propostas, e etapa de aprovação. Também acompanhar a aprovação da minuta na Câmara em conjunto com a coordenação técnica e grupos de trabalho. Então, a gente colocou dentro da instrução normativa esses processos de participação, oficinas territoriais, técnicas e temáticas, diálogos com a sociedade consultas e participação online, seminários, conferências municipais, audiências públicas. Agora eu vou passar a palavra



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

para a Vaneska. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa tarde. Só para colocar bem o que a Patrícia falou, nós estamos propondo algumas ideias do que pode acontecer, mas a gente acredita que todos esses momentos têm que ser adequadamente detalhados para darem conta do que se espera. Então, para a questão da identificação dos desafios e oportunidades, considerando que nós temos diferentes agentes da sociedade, e já antecipando que a gente precisa ter formas também adequadas para discutir diferentes visões de determinados temas, a gente colocou inicialmente três tipos de oficinas, que poderiam ser temáticas, territoriais ou técnicas. É importante a gente entender o potencial de cada um desses momentos. Nós colocamos algumas referências de audiências públicas. (Leitura do formato dos grupos de participação disponibilizado). Eu não quero tomar muito o tempo, foi só para mostrar. São alguns exemplos só para promover o debate, porque a instrução normativa tem o caráter de dizer o que está imbuído naqueles itens que a gente coloca como mínimos. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A gente tentou explicar rapidamente o que seria a questão do projeto e de maneira bem resumida, eu já entreguei o material a vocês. Vamos aos inscritos. Então, primeiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa tarde. Assim, é que há uma diferença, uma coisa é tu trazeres a instrução pronta, mas não é uma construção coletiva, ela já vem com uma ideia apresentada, nós não participamos da elaboração dessa instrução. Essa é primeira coisa, participa uma coisa, ser parte do processo é outra. Eu posso participa, mas não ser parte, eu não ajudo na elaboração da instrução. Acho que não é só eu, as regiões se sentem assim, os conselheiros se sentem assim, a sociedade se sente assim. Outra coisa, na minha observação nós não tivemos nenhum contato com o PNUD, o PNUD nunca veio ao Conselho para conversamos sobre o protocolo. Então, entendo importante, que mesmo durante a instrução normativa o PNUD venha participar dessa discussão. Então, elaborar um contato para gente conversar sobre o protocolo. Então, parecer que nós não temos nenhuma experiência, eles têm que nos ensinar a fazer uma revisão do plano. Então, eu não me sinto parte e acho que “n” pessoas não se sentem parte, eu não quero ser o instrumento de um pensamento que muitas vezes não condizem com o pensamento coletivo de cidade. Então, era esse o aspecto, eu quero me sentir parte, não só participar, quero deliberar. Por enquanto era isso. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Nós queremos que vocês façam parte, essa é a ideia. O PNUD não participou da elaboração da minuta, isso foi feito pela equipe técnica. Então, a gente se propôs a elaborar uma minuta para vocês olharem a gente vai ter um tempo significativo para discutir. E façam as contribuições que vocês acharem necessárias. Então, o Rafael é o próximo. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa tarde. Tenho algumas questões, acho que não mudou muita coisa. Temos algumas contribuições colocadas à IN e queria resgatar algumas questões. Primeiro, a questão de relação entre CMDUA e essa GT Consultivo. Eu já tinha feito essa proposta dentro do GT, quando a gente estava se reunindo presencialmente, de que sendo um GT Consultivo e que o embrião dele acabou sendo pelo o que foi organizado por vocês, a participação das entidades e as regiões, o que eu tinha proposto era de que as entidades e as regiões, as representações das regiões tivessem um papel de cogestão desses grupos de trabalho, uma vez que eles são abertos à pluralidade, não simplesmente esse fluxo que está posto, que todas as entidades participam lá e vem direto para o CMDUA, sem que haja um debate intermediário, digamos, entre os segmentos. Eu entendo que cada segmento deve contribuir na congestão desses grupos de trabalho para os determinados



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

segmentos, regiões, as entidades. Sobre o virtual, recomendo muito um bom estudo sobre como fazer esse processo virtual, porque me preocupou um pouco aquele primeiro questionário que foi elaborado. O virtual tem que ser muito bem pensado. Acho muito interessante a possibilidade de pensar em plataformas interativas e tal, mas tem que pensar para diferentes públicos, diferentes estratégias. Quer dizer, nem todos têm capacidade de fazer uma leitura do mapa colaborativo, mas também quando fizerem perguntas, de onde vêm as perguntas, onde querem chegar e por que. No virtual o que se pergunta e o que não se pergunta é crucial para o direcionamento de uma determinada decisão final ou outra decisão. Ou seja, o que não se pergunta é o que não se quer ouvir. Então, acredito que uma interação entre as instâncias presenciais e as regulares ou de participação, como é CMDUA, por exemplo, que a gente debata anteriormente esse processo. É um processo complexo e nunca é uma simples reprodução do presencial, ele traz complexidades outras que podem ter avanços quantitativos, mas que em geral há grandes perdas qualitativas. Isso estudos de quem estuda, a maioria dos estudos que conheço apontam claramente isso. Outra questão é sobre as audiências públicas, em que pese eu concorda com essa dificuldade de participação mais consequente e com maior poder de garantir uma opinião embasada, que frente à conferência é incomparável. Talvez um dos problemas das audiências seja haver uma audiência pública em que vai se imaginar que está se compensando em uma única pública. Lá no final do processo, mais ou menos como para validar, todo o processo. Então, quer dizer, se já é difícil para uma audiência se constituir como um espaço mais profundo, porque a ideia é justamente ampliar a participação, trazer uma participação menos informada, talvez muito mais difícil ela se torna quando vai discutir o universo inteiro da revisão. Talvez fosse o caso de se pensar nas audiências públicas em cada etapa ou cada fase ou em cada conclusão. Concluiu a temática tal, vai abrir para cada temática, vai abrir para cada região uma audiência pública em que se busca ampliar. É um trabalho diferente, é oficina, mas que valida cada temática, cada região e depois sim uma audiência pública para o produto final. Talvez aí se consiga ter um direcionamento dos debates um pouco mais organizado. Tu tematizas uma audiência pública, consegue provocar uma melhor participação de um ambiente tão diverso, como em geral acontece com algumas audiências públicas, talvez ela possa se integrar a esses processos de GTs de oficinas que tem um aprofundamento maior. Isso eu concordo com vocês nessa análise. eu não teria outro ponto, acho que é isso, está bom. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Obrigada, Rafael. Eu tentei colocar as tuas contribuições na medida do possível. Então, a ideia é tentar compilar as contribuições de vocês, eu preciso que vocês deem o ok ou não, ou solicitem retificação. Vamos para o próximo. Não tem mais ninguém inscrito? Nossa, mas o que é isso, gente? **Renata, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu queria fazer um comentário, eu acho que essa questão da participação do virtual e dos outros processos participativos, que foi o que a gente trouxe na reunião passada, que a gente está elaborando um termo de referência para uma consultoria que nos auxilie nessas metodologias, nos processos participativos. Então, para deixar bem claro que vai ser uma coisa bem pensada, bem elaborada, com consultoria para isso. E a questão das audiências, eu acho que foi essa a ideia da mudança para conferência, exatamente para dar maior participação no final de cada uma das etapas. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** É, mas nada impede que a gente queira discutir temas específicos, por isso a gente colocou que todas as questões vão ser deliberadas nos grupos de trabalho. Na verdade, no decorrer do processo se identifica a necessidade. Então, os grupos de trabalho vão lá e –



nós entendemos isso. Então, tudo estudado em conjunto. E aí no decorrer do processo a gente identificou a necessidade de fazer audiências e nós vamos fazer. Eu acho que entendi o que o Rafael estava comentando, era no sentido de trabalhar temas específicos, enfim, porque a conferência é geral, de repente discutir algum tema específico ou trabalhar em uma região específica, assim, alguma dúvida que ocorra durante o processo ou uma própria discussão que queira se amadurecer. O Rafael. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Ótimo, Renata, a complementação. Eu acho que sobre as audiências, eu sugiro que se pense um pouco, as conferências são importantes, mas tem que ir testando, porque as audiências têm o ponto de vista do quantitativo da participação. O que eu queria colocar é em todos os âmbitos, nos GTs, das oficinas, de todos esses processos que estão divididos entre o técnico e a região, o temático e o territorial. Quer dizer, de alguma maneira o técnico está relacionado à temática e o territorial ao regional, quer dizer, talvez a gente pensar em momentos de interação entre eles, em que a gente pudesse misturar essas questões. Eu acho que é um pouco do que o Felisberto provoca, hoje ele até não trouxe isso, mas será que é essa coisa de dividir? É o que a gente faz, não há inovação alguma nisso, tanto o processo de revisão, o de 99 aconteceu assim, a maioria dos processos de revisão dos planos pelo Brasil acontecem assim. Talvez uma inovação interessante fosse pensar alguns momentos em que isso buscasse interações, seja – vamos avaliar tal temática na região. Não sei, acho que tem que construir, estou colocando linhas gerais, diretrizes como momentos de interação de quando em quando. E outra pergunta, a estrutura está boa, a questão é são prazos, porque ela é complexa, ela demanda um prazo bastante razoável para que ela funcione, para que as pessoas possam se preparar, se organizar, ter sempre as informações. Por exemplo, vai ter uma oficina, está aqui a documentação divulgada, publicada com antecipação para que as pessoas possam ter tempo de formar e fazer algum debate, formar opinião, mesmo que não venham debater, mas que elas mesmas possam formar sua opinião. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Em relação aos prazos a gente tem ali nos diferentes momentos de participação, a gente tem uma ideia preliminar do que precisa em relação aos prazos. Então, a gente já sugeriu, nada impede que a gente complemente e que amadureça todas essas questões no âmbito dos grupos. Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu queria deixar o Mark falar, eu falo depois dele. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Tudo bem? Eu queria falar, porque a apresentação que vocês estão trazendo, isso tem uma repercussão e eu estou aqui pensando na minha pessoa, na minha vida, porque o tipo de compromisso que se está estabelecendo e vínculos nossos com a questão do Conselho, está supondo uma dedicação exclusiva nossa como conselheiros. Eu estou me sentindo instado a ter um envolvimento muito superior, porque pelo tipo de questões formuladas nós vamos precisar ter uma inserção, uma produção e um envolvimento muito maior do que nós estamos tendo. E aí entra justamente a discussão dos prazos, quais são as previsões de entrega, quais são as previsões? E aí nós teremos que compartilhar. E aí eu volto àquela primeira participação do Felisberto, porque se nós vamos participar organicamente mais, o que eu acho correto, adequado, nós temos que ter também uma noção mas precisa dos prazos. Nós temos que ter uma maior participação na definição das pautas e ter uma ideia dos prazos para que nós possamos participar e fazer as entregas dos documentos e dos conteúdos necessários. Então, eu creio que nós teremos que falar muito claramente em relação à organização dos grupos de trabalho, se os grupos de trabalho precisam ter dedicação exclusiva ou uma dedicação muito maior de horas, dias de trabalho; porque nós



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

estamos envolvidos com outras questões, com outras atividades, mas a situação que está vindo pelo lado do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental está trazendo maior dedicação e uma necessidade de resposta orgânica maior da nossa parte. Então, eu acho que isso é uma parte importante da nossa conversação. Como é que nós vamos nos articular como conselheiros e conselheiras dentro do nosso Conselho Municipal nessa divisão do trabalho? Porque não parece possível que nós possamos apenas com a nossa presença de 2 horas em uma reunião semanal ou de duas reuniões semanais possamos responder de forma adequada e suficiente para essas demandas que nós estamos sendo defrontados. Eu acho importante nós podermos conversar também sobre isso, se nós realmente temos essa disposição e se é isso que de fato nos será solicitado para um futuro próximo, imediato. Eram essas ponderações. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu queria complementar um pouco que o Rafael falou sobre a questão dos grupos mistos. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Felisberto, posso te atrapalhar um pouquinho? Só para responder. A ideia, isso está na instrução normativa, é desenvolver o projeto em 2 anos, essa parte dos estudos, essa parte da aprovação vem na sequência. O final do processo, no final de 2022, início de 2023 aqui com a etapa de aprovação. Então, é um longo processo, mas sim, é um trabalho que realmente vocês vêm como a gente se dedica e não consegue dar atendimento às demandas que vocês nos passam muitas vezes. Então, só o que a gente precisa é de apoio, realmente, que a sociedade esteja participando. E um processo onde a sociedade está trabalhando, meu Deus, ia ser uma coisa superinteressante. Então, tudo que a gente quer realmente é o engajamento de vocês na medida do possível. A nossa ideia lá no início, não sei se vocês se lembram, em um primeiro momento a gente tinha trabalhado reuniões quinzenais entre os dois grupos. Então, toda terça antes da reunião só Conselho a gente tinha aquela agenda e a nossa ideia era tratar essa agenda. No futuro tem a ideia, a necessidade de um engajamento maior. Enfim, desculpa, Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A Tânia se inscreveu, dá a palavra a ela, senão sempre os mesmos vão falar. Vamos ouvir outros. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Oi. Eu tenho uma preocupação, porque o nosso mandato vai até o final do ano. Então, nós vamos estar no início das discussões sobre o plano. Talvez alguns conselheiros não permaneçam, aí as pessoas que vão iniciar talvez não estejam a par de todos esses acontecimentos de todo esse processo do plano, como vai funcionar. Também tem que se pensar nisso, talvez os conselheiros não sejam os mesmos, é bem complicado isso. Vocês também vão ter que pensar em uma maneira de essas pessoas que venham a se candidatar não estejam também acompanhando os processos, porque dentro das comunidades é bem complicado isso. Então, é mais um questionamento e um alerta para que se pense também como instruir essas pessoas novas que vão chegar e talvez não tenham conhecimento de praticamente com relação ao plano. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** É perfeito o teu questionamento, Tânia. É a nossa preocupação também. Até foi um erro aqui na gestão da questão da capacitação. Então, acho que a primeira ação em conjunto com a nova gestão de conselheiros é atuar efetivamente na capacitação. Então, isso a gente já tem em mente que eles vão ter que ser capacitados, engajados, vai ter que ter uma imersão com os novos conselheiros. A outra questão é em relação ao andamento dos trabalhos. Por exemplo, se tu não fores mais conselheiras, mas nada impede que continue participando do processo. Existe o Conselho, que é a ideia que o Rafael comentou, de ter um núcleo mais importante dentro do processo, os conselheiros eleitos, mas nada impede a participação de todos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

aqueles que têm interesse em participar e não só nas oficinas, mas nessas discussões qualificadas que a gente vai colocar. Entendeu? A ideia que a gente tenha abertura, não é para ser um processo fechado. Então, a gente vai construindo ele. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A Tânia fez um questionamento que eu ia fazer também, muito importante, que é o fim do nosso mandato. Vai ter a elaboração do que construímos e como fazer com que isso não fique uma coisa perdida. Como tu falaste, independente de sermos conselheiros a gente mora em uma região. Então, o mínimo é participar das oficinas territoriais ou temáticas. Eu queria ir ao encontro do que o Rafael falou, das audiências setoriais, isso me parece importante. Por exemplo, a Região 2, a do Adroaldo, fazer uma audiência pública lá, ver o que as pessoas pensam sobre as oficinas, retornar as oficinas, ter uma audiência pública, pegar um tema específico. Eu acho que as regiões poderiam ter audiências descentralizadas, para que o plano seja o mais participativo possível e que tenha conhecimento da população, para que a população saiba as regras do jogo e possa colaborar na elaboração das regras, porque quem vive o plano são pessoas. Então, as pessoas precisam saber aquilo que vai ser decidido e que vai impactar na vida delas. É importante que a gente tenha esse olhar também, os fóruns regionais de planejamento. Cinco regiões fizeram o seu trabalho, vão apresentar uma proposta para o plano. Então, a visão de um grupo de pessoas de uma determinada região com o conhecimento da região estão propondo o que acham importante para a cidade e para o seu bairro, para sua região. E também essa miscigenação, esse grupo misto técnico com a sociedade, porque me parece muitas vezes: Nós sabemos e vocês não sabem. Então, isso me lembra lá atrás, o saber popular e o saber técnico. Então, é misturar isso. Então, é importante isso, que a gente tenha um olhar de capacitar também. Era isso, obrigado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite. Eu queria dizer que o SAERGS também assina como coparticipante daquele documento que foi entregue hoje pelo Atua POA, sobre essa instrução normativa. Segundo, eu não sei se para resolver essa aflição que a gente tem sobre a continuidade do processo ou não e das pessoas que participam, na verdade eu penso que ninguém tem essa resposta. Independente de quem assumir o governo, pode alterar o processo radicalmente ou pode continuar exatamente como está, pode alterar o grupo técnico. Eu estou falando não no sentido de levantar questões, é no sentido da nossa experiência e do que a gente sabe como que funciona o setor, esses processos. Pode mudar o grupo técnico que está coordenando, os conselheiros certamente vão mudar, porque é praticamente impossível que continuem as mesmas entidades e os meus conselheiros. Então, eu acho que isso aí é uma coisa que a gente tem que tentar, como foi dito no começo, eu acho que pelo Secretário, tentar encerrar uma etapa para deixar o material pronto, para que a partir do mês de dezembro agora, provavelmente quem ganhar essas eleições já vai começar a tratar desses assuntos através dos seus consultores, para que possa nos técnicos levar uma proposta de continuidade do trabalho. É uma preocupação que foge da nossa capacidade de resolver. Eu confesso, até vou repetir o que eu disse hoje de tarde na reunião, com certeza a maneira mais fácil ou mais transparente, mas não é esse termo, de fazer com que haja uma participação, um aceite, que se venda a ideia, a proposta de reformulação do plano, de quaisquer alterações junto à comunidade, é fazer com que ela participe o máximo possível em todas as instâncias. Então, se fizer uma audiência lá no final, sempre fica aquela sensação assim – agora que está tudo pronto querem que eu diga amém. Eu sei que não é essa a intenção. Isso no processo participativo é uma coisa que a prática, sei lá, a vida nos ensina. Ou se conquista realmente as pessoas para participarem, para se tornarem partícipes, se sentirem partes desse processo, ou a participação não vai existir. E



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

para que haja isso tem que haver o máximo, tem que ter reuniões, tem que ter apresentações, tem que ter oficinas, tem que ter audiência se for o caso, mais de uma, mas não é o caso de ter várias, mas existem outras formas. Até pode ter como foi citado, audiências por regiões ou temas. Eu acho que esse é o único segredo, senão um grupo vai ficar, vai aprovar, que se sentir contemplado e o outro não vai sentir contemplado e vai ficar tentando, ou não participar, ou omisso. Esse é o processo, não que com isso a gente vai conseguir agradar todo mundo, é muito diferente. Aliás, agradar todo mundo em uma cidade com relação ao Plano Diretor é praticamente impossível. Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Obrigada, Hermes, pelas contribuições, achei que foram excelentes nesse processo. Claro que existem essas inseguranças, ninguém sabe o futuro e a nossa preocupação é realmente tentar deixar um documento consistente do resultado do nosso trabalho. E não só do nosso trabalho, mas do Conselho em conjunto. Então, vamos adiante. O pessoal está silencioso, ninguém mais que a contribuir. No momento não temos mais ninguém? **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, pessoal, eu queria endossar algumas palavras do Felisberto em relação à questão das audiências descentralizadas. Eu tinha pensado nisso, a minha região não é tão grande, mas se pegarmos a Região 2, as Ilhas, é muito amplo, vai das Ilhas até a divisão com a gente ali no Parque São Sebastião. Outro ponto interessante é que a gente faça setoriais, algumas questões, especialmente de desenvolvimento econômico da cidade. Eu acho que elas poderiam ser, onde diz regionais, deveriam ser temáticas também, como é o próprio OP, com a Temática de Desenvolvimento e Tributação. Então, a gente poderia trabalhar assim também, não só isso, mas os outros setores também. A minha contribuição era essa. Quero elogiar também o que da equipe, vai nos dar um norte muito positivo. Também penso como o Hermes, nós temos que deixar algo encaminhado, até um pedaço, porque é muito longo. Era isso, muito obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Podemos encerrar? Já são 20 horas. O pessoal está cansado, mas tem duas inscrições ali, eu peço que sejam breves na medida do possível. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite. Tive que me inscrever, porque o que falaram em relação à Região 2 é verdade. Eu estou satisfeito com o que fizemos até hoje em conjunto com vocês, mas a gente não está contemplado no todo, porque a região é muito grande, a gente não conseguiu atingir todos em relação a outros temas, que provavelmente vão ficar para trás. Então, só para deixar que estou de acordo com a avaliação que os colegas fizeram, porque juntos fizemos bastante coisa, talvez não vamos ter ainda um documento satisfatório para a cidade, mas o que foi possível neste período desse isolamento, nós conseguimos fazer muita coisa. Então, tenho mais que parabenizar toda a equipe, tanto dos técnicos da Secretaria, mas todo o nosso Conselho. E agradecer ao trabalho de vocês. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Vamos fechar com a Maristela. Seja bem-vinda! **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Saudade de vocês! Estou voltando bastante animada, eu não quis entrar de cara, tenho que pegar o pique de novo. Dizer que estamos a mil, podem contar com a gente, menina. Tu és uma pessoa muito competente, a gente gosta muito de ti. Independente do que acontecer na prefeitura, um quadro como tu a gente tem que cuidar com carinho. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Muito obrigada. Germano, está aí? Faz o encerramento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Patricia, demais conselheiros. Gostaria de endossar as palavras de elogio a esta equipe maravilhosa. Eu nesta fase de transição saio muito orgulhoso do trabalho que consegui desenvolver junto com uma equipe tão qualificada, que se dedica tanto para fazer esse trabalho para vocês, para organizar todos os processos. Existe um envolvimento muito grande. Estou bem feliz com isso. Então, obrigado a todos, uma excelente noite. Bom descanso para todos. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h15min).**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:



ATA ORDINÁRIA Nº 2865/2020

Aos vinte quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. ABERTURA; 2. ATAS 2850, 2850A, 2851 E 2852; 3. COMUNICAÇÕES; 3.1 – EXTERNO: MICHELE RIHAN – RP8; 4. ORDEM DO DIA. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h10min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Boa noite, senhores conselheiros, senhoras conselheiras. Fechamos o quorum agora, são 18h10min. Só estamos esperando a liberação para iniciar a reunião no canal do YouTube, que a gente está com um probleminha técnico, não está rodando ali ao vivo no YouTube. Então, a equipe está só tentando ajustar. A gente já inicia a reunião. Boa noite novamente. Só gostaria de informar que a gente está no canal do YouTube, mas não com aquele link que estava previamente disponibilizado ali. Porventura, se alguém compartilhou o link com outras pessoas, não vão conseguir acessar, mas está lá no nosso canal, ao vivo, é só entrar. Desejo uma excelente noite de trabalho, seguimos as nossas pautas, reta final de gestão. Gostaria de lembrar que a homenagem ao nosso Conselheiro Paulo Jorge vai



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ser em uma extraordinária no dia 03, aí todos os conselheiros vão ter tempo de se organizar e preparar suas falas. Temos hoje duas comunicações externas para falar, a Michele pela RGP 8 e a Fernanda pelo Atua POA, convidado pelo Conselheiro Felisberto.

2. ATAS 2850, 2850A. Antes, nós temos no Item 2 disponibilizadas duas atas, a 2850 e 2850A, que estava disponível há tempo e acabamos não votando. Então, temos essas duas atas para deliberar. Consulto se alguma objeção à aprovação das atas 2850 e 2850A? Por favor, se tiver alguma objeção se manifeste no chat. Temos abstenção do Conselheiro Emílio, Conselheiro Mark, Conselheira Tânia, Conselheiro Felisberto, Conselheira Claudete, Conselheiro Rafael Passos. Então, senhores conselheiros, nenhum voto contrário, 6 abstenções. **APROVADAS AS ATAS 2050 E 2850A.** Então, desejando uma excelente noite de trabalho aos senhores conselheiros, que possamos discutir e debater sempre em alto nível, crescendo, trocando e respeitando as posições divergentes que porventura tenhamos. Para o período de Comunicação a Michele, da RGP 8. Na sequência teremos o período de comunicação dos Senhores Conselheiros. Então, por favor, quem tem interesse em fazer o uso do período de comunicação que já se inscreva para a gente registrar aqui. A Michele não se encontra presente. Então, convido a Fernanda Reck, do Atua POA para fazer uso do período de comunicação pelo tempo de 5 minutos. Fernanda, fique à vontade e seja bem-vinda. **Fernanda Reck, Atua POA:** Obrigada. Boa noite. Eu sou Fernanda do MLB e do Atua POA. Eu vim aqui hoje, representando o Atua POA, uma articulação de entidades pelo direito à cidade que nós não podemos concordar com a forma como vem sendo tratada a revisão do nosso Plano Diretor. Primeiro, porque já no começo da pandemia nós buscamos o Ministério Público e colocamos a nossa preocupação com a continuidade dos trabalhos de revisão sem a Participação Popular. A realização desse processo online não permite a participação ampla e efetiva da população, que a gente considera que é obrigatória e fundamental se a gente quiser falar de um processo democrático, que permita a construção do que a gente chama de poder popular, que para nós é fundamental. A gente sabe o que o debate sobre o Plano Diretor representa para a cidade, para as comunidades e para todas as entidades que lutam por uma Porto Alegre mais justa. E o que nós queremos é um processo de revisão onde as comunidades e a sociedade civil organizada possam atuar, propor deliberar, decidir sobre a cidade. Isso representa também tomar de volta o poder de decidir sobre os espaços, porque é a população que constrói todos os dias com o próprio trabalho. E também é uma forma de voltar a tomar decisão sobre as nossas próprias vidas, que é o nosso principal bem que nos foi tirado durante todo esse tempo. E o MP compreendeu que o processo de revisão do Plano Diretor deveria ficar suspenso para garantir que a revisão não acontecesse sem a participação da população. E isso não está sendo respeitado, tem uma série de atividades que estão acontecendo, que deveriam contar com as demandas das comunidades, que não estão participando abertamente do processo. O MP permitiu que atos preparatórios da equipe técnica acontecessem, mas, efetivamente, a gente não viu isso acontecer, o que também é um problema. E a instrução normativa, que foi apresentada, a gente observa que ela retira poder de espaços como o CMDUA, como os conselhos. Esse ainda é outro problema, porque uma instrução normativa não pode diminuir espaços de uma entidade, de um conselho que é dado por lei. Então, a gente traz algumas alterações à instrução normativa para revisão no Plano Diretor, com o objetivo de trazer uma maior abertura, a participação e devolver o espaço dos conselhos, como o CMDUA nesse processo político. A instrução normativa não pode regulamentar com a diminuição da atividade do Conselho, prevista em lei, que é de propor, discutir e deliberar sobre os projetos, os planos de desenvolvimento urbano e ambiental. Isso acontece de fato no artigo 13 do documento. E as atribuições do Conselho são amplas, de monitorar a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

98 aplicação da legislação municipal de promover debates, se envolver com as comunidades
99 e isso não pode deixar de acontecer, inclusive, isso tem que ser respeitado e ampliado na
100 nossa visão. E da mesma forma, se existe previsão de atividades regidas pela instrução
101 normativa, essa instrução normativa deveria ter sido formulada e apresentada para
102 avaliação antes do início do processo e no momento que está acontecendo, que é agora.
103 Nós trazemos também outras e mais amplas instâncias, sugestões, espaços de
104 construções mais amplos de instâncias de participação como proposta. A gente observou
105 que a instrução normativa fala muito do corpo técnico, mas tem muitos outros espaços,
106 muitas outras pessoas, muitas outras entidades e principalmente muitas comunidades para
107 participarem desse processo. a gente tem que observar isso e ver como envolver mais as
108 comunidades nesse processo de decisão, que tem que ter um processo de decisão na
109 nossa visão. A gente entende que os espaços de luta das nossas comunidades já dão
110 muitas respostas para o planejamento da cidade e do meio ambiente, ao mesmo tempo em
111 que também demandam respostas de lutas históricas da nossa cidade, que precisam de
112 uma resposta, que são lutas por direito e pelo território. E as propostas de capacitação
113 dentro do Conselho para fortalecer a participação das comunidades mostra isso, mostra a
114 sua intenção. Nós também construímos uma plataforma para a Cidade de Porto Alegre,
115 que vai ser entregue hoje, eu quero enviar por e-mail para vocês junto com as alterações
116 da instrução normativa, que também traz respostas de como nós podemos fazer nesses
117 espaços que a gente compõe um lugar de deliberação e de decisão sobre as demandas da
118 cidade, das comunidades. E com que isso construir espaços de poder de decisão...
119 (Sinalização de tempo esgotado). Enfim, é a conclusão, a gente quer espaços de decisão,
120 de fato e de direito da cidade. É isso que a gente entende e quer que vocês avaliem nas
121 alterações que a gente apresentou e na nossa plataforma também, que a gente quer que
122 vocês leiam e conheçam. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
123 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Fernanda. Nós temos o
124 Conselheiro Felisberto e Rafael Passos inscritos. Mais algum conselheiro inscrito? Não
125 havendo mais inscritos encerramos a inscrição para o período de Comunicação. Em
126 complementação a tua fala, Fernanda, aqui é um espaço democrático, no qual a gente está
127 aberto a ouvir as manifestações. Importante só ressaltar que o processo de revisão do
128 Plano Diretor tem sido estruturado da forma mais democrática e participativa possível.
129 Conseguimos garantir (Inaudível/interferência no áudio) na nossa instrução normativa que
130 está em debate. Então, quando veio o momento de familiarização a gente recebeu as
131 contribuições de vocês e contemplamos dentro daquilo que a gente entendeu como viável,
132 possível, na nossa proposta de instrução normativa. Os demais pontos em relação ao
133 Ministério Público. Nós sempre conversamos com o Ministério Público, tanto é assim que
134 não foi ingressada nenhuma ação, porque é do papel deles demandar por respostas do
135 poder público, a gente tem respondido a todas as questões, temos bastante tranquilidade
136 no sentido em que estamos respaldados por todos os requisitos legais previstos no
137 estatuto, previsto nos manuais do antigo Ministério da Cidade, previsto na Constituição
138 Federal, previsto no Plano Diretor. A gente está bastante atento a essas exigências para
139 não macular todo o processo. Importante ressaltar que nós estamos na fase inicial,
140 preparatória para o processo que vai se dar ao longo desses próximos 2 anos. Todo o
141 cronograma que a gente está fazendo de discussão aqui neste Conselho, da instrução
142 normativa, dos termos de referência, é fruto inclusive uma conversa que tivemos com o
143 Ministério Público e ajustamos este cronograma de discussão a partir daquela conversa
144 que tivemos recentemente. A suspensão do processo de revisão do plano, inclusive, antes
145 de termos a recomendação do próprio Ministério Público, a gente já tinha formalizado isso
146 no Diário Oficial, no site do Plano Diretor, que entendemos que no início, com a pandemia,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

não tínhamos a mínima condição de desenvolver qualquer processo participativo. A gente entendia que deveria ficar suspenso até o novo pleito eleitoral, que se dará agora neste final de semana, mas o próprio Ministério Público nos demandou que a gente desse continuidade na deliberação, nos termos de referência. Então, o nosso cronograma que a gente vem fazendo também foi avaliado e discutido com o Ministério Público. a Conselheira Claudete trouxe uma questão do nosso Regimento, se algum conselheiro quer a manifestar com relação à fala. Temos previsão no parágrafo 6º. Alguém inscrito sobre este ponto. Temos o Conselheiro Felisberto. Mais alguém? Conselheiro Rafael. A Claudete quer falar ou só está trazendo? Conselheira Claudete inscrita. Então, pelo período de 1 minuto em relação à manifestação externa. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite. Primeiro reiterar a fala da Fernanda e do Atua POA, do MLB. A nossa preocupação desde o início foi com a questão da participação popular, da cidadania neste processo. A gente entende que a pandemia dificultou um pouco, mas nós tivemos uma produção de oficinas, que não foi socializada conosco, com os fóruns regionais. Nós nos reunimos em 8 regiões e fizemos as reuniões e oficinas, que teve uma produção. Essa produção deveria ter sido devolvida. A gente entende que é importante essa devolução, até para que a gente possa trabalhar com as nossas comunidades e fóruns. O segundo ponto, não sei se este documento foi entregue hoje ou já tinha sido entregue, por que não foi socializado se foi entregue? (Sinalização de tempo esgotado). É importante que seja socializado com os conselheiros. Outra questão fundamental é a participação na discussão da instrução normativa. Principalmente nos termos de referência. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu lhei o passo no período de Comunicação, porque já passou o 1 minuto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu finalizo, obrigado. Então, os termos de referência também têm que ser pautados com os fóruns regionais e nós temos uma dificuldade para fazer regiões virtuais com os fóruns. Então, vai ser uma contribuição meio capenga nos termos de referência. Por outro lado, parece que não existe uma preocupação da secretaria com a transparência. Apesar de termos os grupos de trabalho... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Caiu a internet. Passo a palavra ao Conselheiro Rafael Passos. Quer fazer uso da comunicação já? **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Não, é muito breve, Presidente. Só realmente para manifestar que essa contribuição à instrução normativa, uma contribuição crítica, como deve ser sempre, a crítica sempre entendida como algo positivo mesmo quando traz questionamentos, mesmo visto de forma negativa. Então, o IAB como membro do Atua, desse movimento frente ao debate, mas essa reunião de entidades, movimentos sociais, entidades técnicas, que tem contribuído, feito um debate não só na questão do Plano Diretor, mas para outras questões do direito à cidade. Então, essas contribuições também são contribuições do IAB. Então, seria muito importante que elas fossem de fato encaminhadas aos conselheiros e protocolada na forma como IAB. E acredito que Felisberto ia fazer essa mesma fala de outros conselheiros aqui que se entendem contemplados, representados por essa análise crítica. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Lembrando que a gente tem a pauta específica para tratar da instrução normativa e a equipe, Patrícia, Vaneska, pode trazer essas contribuições, porque eu sei que podem também falar e se manifestar, porque houve um momento da formalização, veio por e-mail para a Patrícia e a Vanessa, teve o encaminhamento e a Patrícia contemplou a maioria das pessoas. Acho que pode ser objeto da nossa pauta específica. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**



196 – **SMAMS:** Claro, e para ficar mais claro de repente a gente pode pontuar onde estão as
197 contribuições, como elas foram pensadas para serem incorporadas, para deixar mais direta
198 essa informação. Primeiro eu vou visualizar para encaminhar por e-mail os últimos
199 relatórios que foram colocados no sistema com relação às oficinas. O Felisberto falou sobre
200 isso. E queria propor que em algum momento a gente pudesse ter uma pauta, para que
201 não fosse simplesmente entregues os informes, que é outra estratégia que a gente utilizou
202 de comunicação dos resultados das oficinas, para o conhecimento dos conselheiros. Então,
203 só deixar para que possa ser deliberada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
204 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado pela
205 manifestação. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**
206 **ACESSO CDH:** Boa noite aos conselheiros. Queria só pontuar três coisas rapidamente.
207 Ratificar a questão da preocupação com a participação virtual. O exemplo foi hoje, que
208 tivemos um link divulgado há 4, 5 dias e quando chegou 18h06min a gente muda o link.
209 Então, a gente não tem realmente uma participação, a gente tem uma restrição, uma
210 dificuldade de acesso. Claro, nós temos as dificuldades da operação. A segunda questão
211 que eu queria colocar é isso, Vaneska, que seja socializado não só as contribuições que o
212 Atua trouxe, mas eu quero saber também as contribuições que o MP trouxe, que outras
213 entidades e órgãos trouxeram, porque a gente basicamente não teve, a gente não recebeu.
214 Essa instrução normativa nos foi apresentada em março e depois de 7 meses foi
215 reapresentada para nós no modelo diferente, onde nós temos agora 10 dias úteis para
216 fazer as contribuições. É um tempo muito exíguo para fazermos nossas considerações. Eu
217 não posso deixar de manifestar isso. Outra coisa, a gente não teve também
218 oportunidade que fosse apresentado (Inaudível/interferência no áudio) aqui no Conselho,
219 em nenhum momento. A gente não conhece o que está sendo pensado das agendas de
220 atividades. Ele já foi até revisto em seu plano de trabalho e nós não conhecemos nem o
221 inicial, quanto menos a revisão. Eu acho importante a gente fazer isso, não só lá no MP,
222 porque lá no MP nós colocamos, mas aqui nós não trouxemos essa informação, nós não
223 discutimos, nós não conhecemos. Nós não conhecemos as atividades, nós não
224 conhecemos os insumos, se podemos tirar dúvidas, se não podemos, como que nós
225 podemos? Nós estamos fazendo de uma forma um pouco fragmentada, nós estamos
226 discutindo os termos, os grupos e a instrução normativa que deveria ter vindo antes mesmo
227 dos grupos. Então, às vezes fica difícil esse nosso entendimento. Então, eram só esses
228 pedidos, no sentido de a gente também poder se empoderar para poder contribuir. Eu
229 preciso de informação, participar não é só contribuir, é receber a informação também, a
230 gente precisa disso para poder caminhar junto, participar e ser parte. Então, preciso ser
231 parte, não apenas uma colaboradora que entrega contribuições. Era isso, obrigada.
232 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
233 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. São importantes todas as
234 contribuições, manifestações, sempre engrandecem o nosso processo, a partir disso a
235 gente vem sempre aprimorando ele, melhorando. Temos convicção de que estamos no
236 caminho de fato para transformar e melhorar a nossa cidade, seguimos todos os ritos
237 legais necessários, obrigatórios, com ampla participação da sociedade. Este é um processo
238 inicial, ainda vão ter muitas oportunidades, muitos momentos de participação da sociedade.
239 Obrigado, Senhores Conselheiros. Então, na sequência avançamos para o item 4.1 da
240 pauta. **4. ORDEM DO DIA.** Lembrando que a gente está em função das pautas de
241 instrução normativa, termo de referência. Estamos com as pautas bem fechadas até o final
242 do ano final, final de gestão, a gente tem uma série de coisas que temos que avançar.
243 Estamos com poucas pautas de processos. Então, a gente passa para o **ITEM 4.1:**
244 002333539009, SUDESTE TRANSPORTES COLETIVOS é o interessado, é um estudo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

viabilidade urbanística da Rua Saldanha da Gama. A gente teve o relato pela Conselheira Claudete da ACESSO e Cidadania, um relato desfavorável à aprovação do expediente. Nesse sentido, a gente teve solicitação de vista do Conselheiro Gomes, Conselheiro Felisberto, Conselheiro Darci, Conselheiro Hermes e Conselheiro Dal Molin. Questão de Ordem da Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Só um questionamento, Secretário. A ACESSO recebeu um processo distribuído e eu gostaria de entender, porque até já fiz uma visita no local, mas a ACESSO não estava na ordem de distribuição. Até porque a ACESSO já havia recebido um processo do qual ela se declarou impedida no momento. Aí parece que a fila de distribuição voltou para trás, eu acho que essa transparência é necessária também. A gente nunca sabe quais são os processos que estão no Conselho, que chegaram. Por exemplo, lá em março chegaram 35 processos, de lá para cá do 3 ou 4, mas a gente não sabe direito. Então, a gente precisa desse cuidado. Então, eu gostaria de verificar essa questão. Então, gostaria de verificar essa questão desse processo que foi distribuído, sendo que a ACESSO já teria passado dessa ordem de distribuição. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Naturalmente, como a senhora se declarou impedida para determinado processo, o próximo que se teve foi distribuído para a senhora. O impedimento por algum motivo não roda a vez, não espera rodar todos para voltar, o próximo processo a gente distribui para o conselheiro que declinou. Então, no item 4.1 da pauta a gente teve essas solicitações de relato de vista. Tivemos o parecer contrário da Conselheira Relatora. Consulto se o Conselheiro Gomes quer fazer o relato de vista desse expediente? Eu só vou pedir para a Maria Paula fazer o resumo para nós. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Nós estamos fazendo o revezamento da equipe para fazer a apresentação. Então, hoje quem vai apresentar é a Arquiteta Urbanista Maria Paula Regal, formada em 2009 pela PUC, pós-graduada em arquitetura da habitação de interesse social em 2014 pela mesma universidade. Ela ingressou na Prefeitura Municipal de Porto Alegre em 2002, como assistente administrativa na Secretaria do Planejamento Municipal. Em 2010 fez parte de cadastro diferenciado, responsável pela modelagem do plano de informações da secretaria. Em 2014 passou a integrar a Unidade de Regularização Fundiária. Em 2015, já no cargo de arquiteta, manteve-se na mesma unidade e trabalhou na Comissão Técnica de Análise de Regularização Fundiária dentro do escritório de licenciamento, também integrou a equipe de gestão desenvolvimento territorial na análise de estruturação urbana de empreendimentos, em análise nas comissões. Atualmente ela é integrante da coordenação de planejamento urbano e com certeza uma aquisição muito importante pela experiência que ela traz dentro da Prefeitura e dentro dessa parte da regularização fundiária. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vaneska. Fico feliz, sempre agregando novos integrantes. Vejo que isso funciona muito bem, a gente conseguiu integrar no Conselho a equipe do planejamento. Vai lá, Maria Paula, tu tens 3 minutos para fazer um resumo para nós. Seja bem-vinda. **Maria Paula, Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A gente fez uma apresentação mais resumida, visto que esse assunto já passou pelo Conselho. É o Expediente 02333539009. Trata da Sudeste Transportes Coletivos, é a etapa de EVU com o pedido de regularização de atividade especial de garagem geral em terreno com área superior a 1000 m², listado como projeto especial de impacto urbano de 2º grau. O projeto apresentar a proposta de regularização e aumento das edificações pertencentes à empresa, sendo 3921 m² a regularizar e 466 m² a construir, totalizando 4387 m² de área construída total. Este imóvel está localizado na Rua Saldanha



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

da Gama, 555, bairro vila São José, área de ocupação intensiva. Possui duas matrículas, que somadas possuem uma área de 16.961 m², sendo que a área de menor polígono é 16.663 m². Aqui é a localização do imóvel sobre a rota do satélite. (Mostra plantas) No requerimento o responsável técnico solicitou a manutenção dos muros em alvenaria, com altura de 2,80m, a regularização de 2,25m² do Prédio 1. A isenção de recuo para ajardinamento na testada do lote, voltada para a Rua Santo Alfredo para viabilizar a regularização nos prédios 1 e 3, e a flexibilização. A aprovação do EVU foi em março de 2020 pela CAUGE, em agosto de 2020 tivemos o pedido de diligência pela Conselheira do ACESSO. Em setembro teve retorno da CAUGE com os esclarecimentos técnicos. Teve parecer contrário à aprovação do EVU, indicando o retorno do expediente único à CAUGE para serem feitos os estudos e análise apontadas no parecer. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado pela apresentação. Na sequência eu peço ao Conselheiro Gomes para o relato de vista. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite. Eu não fiz o relato de vista. Então, eu paço a palavra ao próximo relator de vista. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Na sequência o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu não fiz por inscrito, porque eu me confundi nas datas, eu pensei que hoje seria os termos de referência. Então, eu tenho ele pensado, não sei se posso relatar e depois eu passo por escrito. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Pode ser. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu li atentamente o parecer da Conselheira Claudete, entendo que as diligências, que são pertinentes e tem o problema do ambiental, que é importante a gente resolver a questão do barulho, a questão também do tanque de combustível do terreno. A parte da lavagem dos ônibus, que é perto de moradias. Então, isso não está muito bem esclarecido e não está sanado. Então, portanto, eu entendo que o pedido de diligência da Conselheira Claudete, endosse o parecer da Claudete. Esse é o relato de vista. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Na sequência o Conselheiro Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa noite. Eu já mandei o meu parecer de vista logo em seguida, depois. Realmente, faz tempo isso, não sei se foi distribuído para todos ou não, espero que sim, porque seria a praxe do nosso Conselho. E concordo com o parecer da relatora, até fui um pouco mais adiante, tentei procurar colegas que são da área ambiental do Estado e outros profissionais que a gente tem pela ABES. Realmente, é bastante estranha a situação, tendo em vista, inclusive, Felisberto, no processo está escrito a detecção de pluma contaminante no lençol freático. Está escrito isso. Pelo o que eu acompanho, eu tenho 40 anos profissional, mas não todos dedicados à área ambiental, mas pelo que eu acompanho, qualquer outro empreendimento já teria sido interditado. Contaminação, pluma de contaminação de lençol freático, quando a gente está caminhando pela rua e passa, eu noto por questão profissional. A gente passa 10 mil vezes em uma determinada rua, de repente um posto de gasolina aparece fechado, porque exatamente foi constatada contaminação no lençol freático. E há uma atitude imediata que o órgão ambiental deveria ter feito. Então, eu acho que o processo não pode progredir, tem algumas explicações que não estão dadas, como, por exemplo, de uma hora para outra desaparece determinada exigência, mas essa da questão ambiental, a questão do ruído, tem um depoimento e lógico, as medições que são feitas, mas lá alguém em determinado horário, que não é o horário onde os ônibus estão saindo, se eu for nesse local às 10 h da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

manhã, o barulho deve ser baixíssimo. Agora, se eu for das 5 às 8 horas da manhã, o barulho é bem intenso. Eu já auditei uma empresa de ônibus e o grande problema deles é nos horários de fluxo. Se eu for lá uma vez, pelo o que está entendido ali houve um relato, inclusive, não feito por órgão público, mas por uma empresa contratada sobre a questão de ruídos e esse relato diz que não constataram nenhum barulho. Olha, o dizer que não constatou nenhum barulho, para mim já indica algum problema no próprio relato, porque uma empresa de ônibus onde todos os dias dessa empresa saem 40, 50, 60 ônibus, dizer que não tem problema de barulho, eu acionaria pelos meus fiscais da Prefeitura para ir lá ver no horário que os ônibus estão saindo. Chegar lá no horário em que os ônibus não estão saindo, às 10 horas da manhã não tem ônibus saindo, às 10 horas da manhã os ônibus estão todos lá fora. Talvez lá pelas 10 horas e pouquinho estão chegando aqueles que trabalharam no horário de pico da manhã. E quem acompanhou, a gente acompanhou a época da interdição dos ônibus aqui em Porto Alegre, a gente aprendeu esses horários, como funciona e como eu já auditei uma empresa de ônibus também, eu já aprendi esses horários como que funcionam. Tem um horário que é o maior silêncio possível, se eu mando o meu contratado fazer auditoria, fazer perícia no horário que não vai ter barulho, não vai ter barulho. E eu acho impossível uma empresa de ônibus não ter barulho, por mais que ela seja zelosa, não estou mal da empresa, não tenho nenhum senão em relação à empresa, mas em relação ao laudo que está no processo e que detecta que não existe barulho e em cima desse lado a prefeitura aceita sem o mínimo questionamento. E mais a questão especificamente do lençol freático, que está lá citado, o laudo não foi anexado, mas foi detectado contaminação no lençol freático. Qualquer outro posto de gasolina hoje estaria fechado pela fiscalização da FEPAM, que eu acho que essas fiscalizações de posto de gasolina ainda é a FEPAM. Este aí não está fechado não sei porque. Esse processo tem que voltar para ser devidamente instruído pela área ambiental, pela área do planejamento, esclarecendo os pontos duvidosos para que a gente pudesse até vir aqui a votar aqui de novo sem problema nenhum, mas acho que hoje ele não se encontra em condições de ser votado. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O Conselheiro Hermes não está hoje, também tinha solicitado vista. Já anexou no SEI manifestando que acompanha o parecer da relatora. Nesse sentido o Conselheiro Dal Molin, mas não está presente também. Só para esclarecer que nós não estamos aqui dando uma licença ambiental para este empreendimento. É um Estudo de Viabilidade Urbanística, a licença ambiental é depois do EVU. Então, o que tramita junto com o EVU é a licença prévia, depois sim tem a análise precisa do órgão ambiental na licença de instalação. Ele não vai poder fazer a instalação ou começar qualquer obra sem antes tramitar e ser avaliado com toda a precisão técnica necessária. Depois da licença de instalação ainda tem a licença de operação, são momentos distintos. É tão importante não confundir, não vamos fazer essa confusão de procedimentos, querer antecipar uma etapa. Então, vamos encaminhar para discussão. Quem está inscrito? Conselheiro Rafael Passos, Conselheiro Felisberto e a Conselheira Claudete por último. A Conselheira Gisele. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Na verdade, é um pedido de esclarecimento sobre a última fala sua, no sentido de que se não é nesta etapa que se trata desses impactos, como este colocado pelo Darci, por que temos o estudo anexado ao processo nesta etapa de EVU? Pergunto também, se não é por isso por que está? Quer dizer, o EVU vai acabar permitindo aquela atividade ali, é o isso entre outras coisas que se aprova o EVU, seja de regularização, seja de obra nova. A minha pergunta central é: se não se trata de questões desse nível de impacto de ruído e etc. na fase de EVU, por que consta esse estudo e que aponta de fato? É como colocou o Darci, não é uma questão de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

crítica a uma empresa em específico, mas é inerente à atividade de um estacionamento de ônibus que vai haver... (Inaudível/interferência no áudio). É inerente desta atividade que haja esse ruído. Se não cabe ao EVU analisar isso, por que esse estudo conta no EVU?

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Rafael Passos. Eu já posso esclarecer. Dentro da fase o empreendedor pode complementar com todos os estudos que entende necessário e adequado para conduzir o processo de aprovação. De fato, o município analisa com um olhar bem preciso, é nas etapas específicas previstas na legislação. Todo e qualquer elemento que possa auxiliar no processo de aprovar do urbanístico, é importante que se traga, mas o município vai fazer a análise de contaminação do solo, por isso que talvez não tenha algum contraponto, uma análise específica do estudo. Ele foi juntado ao processo assim como outros. Na sequência o Conselheiro Felisberto. A sua internet está meio ruim. Enquanto isso vou passar a palavra para o Conselheiro Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu queria entender, nessa fase entendo que são feitas as diretrizes. Eu estava tentando olhar no processo, saber se isso que o Darci falou foi uma apresentação do requerente desses relatórios ou se tinha sido alguma solicitação da Secretaria do Meio ambiente. Também entender, se realmente nesta fase nós estamos vendo a questão das diretrizes, se são diretrizes e a gente faz o estudo urbanístico, quando vai para licenciamento ambiental, queria saber se é possível ter uma aprovação no Conselho e a pessoa não conseguir atender ou não tirar a licença ambiental, queria saber se é possível. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. A minha dúvida é o seguinte, concordo com o Conselheiro Rafael e o Conselheiro Darci. Na minha opinião, por que aprovar se já tem elementos que apresentam uma desconformidade, tratando-se principalmente de impacto ambiental? São vários problemas iniciais e bem claros para nós, acho que cabe uma diligência, que, inclusive, a Conselheira Claudete pediu e não foi atendida. Então, eu acho que tem que aprofundar, por que aprovar agora se mais adiante não vai ser aprovado porque já tem essas desconformidades. Deveria ser feita uma diligência, porque vários conselheiros já negaram em seus relatos. Então, por que não pedir uma diligência para se aprofundar um pouco mais isso? Obrigada. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Só queria colocar a questão de que os laudos de conformidade de ruídos e outros são assinados por responsáveis técnicos junto ao CREA. Então, é uma coisa difícil de derrubar, já que o responsável, assim como nós somos responsáveis, está assinando. E como disse o Secretário, é bom lembrar que a garagem da Sudeste já existe há muitos anos ali. O que está fazendo? É demolir uma parte, construir outra e regularizar outra parte. Nada vai mudar em relação a impacto, em relação a outras questões levantadas, porque o empreendimento já está instalado, já tem a licença, já está consagrado ali. Obrigada. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite a todos. Eu estava acompanhando a discussão e parece que nós temos uma questão a respeito do significado de palavras que são chaves. É uma questão para entender o que este conselho deve fazer, porque o que está sendo perguntado é se aquela atividade é viável naquele lugar. Não estamos dando uma licença, não estamos aprovando um projeto, nós estamos respondendo se essa atividade neste lugar. A primeira reação foi de dizer “não sei”, mas nós temos que ver os possíveis obstáculos que inviabilizariam a atividade naquele lugar. Então, foram estudados 5 problemas, a altura do muro, o recuo de jardim, o problema das áreas permeáveis, o da contaminação e o do barulho. Então, os dois primeiros são questões formais que decorrem de um item da lei do Plano Diretor, mas que são em última análise arbitrários, porque 2m



de muro ou 4m de jardim, não estão ancorados em uma necessidade ou um programa científico mensuráveis, é uma questão de preferência urbanística. O problema da impermeabilização, se eu não estou enganado, é um problema resolvível. Quer dizer, o fato daquele terreno estar todo impermeabilizado impede a operação daquele negócio? Resposta: não, não impede, porque isso é algo fácil de resolver tecnicamente, é só colocar um piso permeável. Então, sobraram as duas questões, que poderiam representar obstáculos intransponíveis à atividade, que é o problema da contaminação e o problema do barulho. O problema da contaminação, eu não sou da área, mas nós temos centenas de postos de gasolina funcionando na cidade, todos operando. Quer dizer, pode haver algum tipo de vazamento, que são questões resolvíveis, senão teríamos a maioria dos postos inviabilizados na cidade. Então, não é um fato inviabilizador da atividade, ele pode representar um problema, mas que é solúvel. (Inaudível/interferência no áudio). Não tem como conter um parâmetro estabelecido, essa questão inviabilizaria a atividade, o laudo sugere que não. Como disse a colega, tem um responsável técnico e aparentemente, a resposta disso é que o nível de barulho está abaixo do parâmetro estabelecido como máximo permitido. Então, qual a resposta que nós precisamos dar? É que a atividade é viável, desde que esses problemas sejam resolvidos, porque são problemas solúveis, são problemas que não impedem a realização da atividade. Então, não estamos tomando a frente desse processo. Como o presidente disse de forma cirúrgica, há instâncias de consideração, o fato de ter uma inviabilidade urbanística não significa que tenha uma licença para construir ou operar, ele vai ter que passar por outras instâncias, resolver os problemas. Então, do ponto de vista urbanístico é viável. Obrigado! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Professor Rômulo, foi muito feliz nas conclusões e compreensões, que é a competência deste Conselho, analisar a viabilidade, a etapa do licenciamento será subsequente e todas as questões deverão ser atendidas. Conselheira Claudete, por favor. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Se o Secretário vai fazer a sua manifestação, eu gostaria que fizesse primeiro, porque o relator fala por último, depois o Secretário fica aqui nos capacitando, esclarecendo e antecipando, inclusive, o seu voto que não é devido. Então, eu gostaria que o Secretário se manifestasse primeiro e eu me manifesto por último. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Ok, Conselheira Claudete. O Rômulo foi muito feliz na fala, ele sintetizou todo o pensamento de como funciona a estrutura da administração. Ele compreendeu, aqui nós estamos avaliando a viabilidade urbanística. E ficou respondido pelo Professor Rômulo ao Conselheiro Saffer, nas etapas subsequentes de licenciamento ambiental, se não atendidas todas as questões ambientais verificadas, a contaminação do solo não resolvida, não vai ter o licenciamento subsequente. A viabilidade pode ser avaliada e autorizada pelo município, mas se ele não superar todos os pontos ambientais não vai ser emitido o licenciamento ambiental. Lembrando que este expediente já teve a oportunidade, ele foi diligenciado pela Conselheira, foi em 14/08 e atendida em 02/10, conforme prevê o nosso regimento interno. Portanto, a nossa Conselheira Claudete não se viu satisfeita com a diligência, que é prevista uma única vez. Então, teve a oportunidade de diligenciar e a conselheira tem a liberdade para manifestar o seu voto em contrariedade, entendendo que não é certo, se é adequado ou não o empreendimento no ponto de vista urbanístico na região. Por favor, Conselheira. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A primeira coisa que eu gostaria de pontuar é este estelionato moral que o Secretário está fazendo, dizendo que eu estou me opondo ao entendimento em momento algum. Eu vejo, por exemplo, em todos os pareceres da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

CAUGE os técnicos colocam que não há oposição, mas desejam que seja feito algum estudo, mas nenhum momento isso é considerado como negativa ou negação à aprovação do empreendimento. Infelizmente, esse direito, embora reconhecido, tanto no regimento interno, como no PDDUA, ele não é aqui conferido e essa diligência não foi atendida, ela cumpriu seus requisitos e foi aprovado. Aqui mesmo já falamos naquela diligência *fake*, que ela vai e não se cumpre e se dá por cumprida. Então, esse é o primeiro ponto. O segundo, gostaria de lembrar, o Patrick fez uma fala quando da apresentação, no sentido de que a prefeitura está fazendo todos os esforços para regularizar esse empreendimento. Eu queria saber em que os estudos se contrapõem ao item desse público e a viabilidade desse empreendimento. Em quê? No que ele se contrapõe? Estudar, então, é um prejuízo ao interesse público? Ter a precaução é o prejuízo ao interesse público? Nós temos uma área lá contaminada e não existe nenhum monitoramento, nós temos uma reclamação, um inquérito civil aberto lá dizendo que tem ruídos e a prefeitura vai fechar os olhos, fingir que não sei do que está acontecendo? A gente não pode esquecer que além do princípio da legalidade a gente tem que observar também o princípio da eficiência e da eficácia. Nós estamos sendo eficientes e eficazes nesse processo? Onde nós já temos conflitos instaurados. Ah, então, vamos fazer a legalidade! Aqui são etapas! Agora, como eu considero, esta etapa não é neste momento, é no outro, no futuro, mas isso atende efetivamente ao que se dispõe o interesse público, que também deve observar não só a legalidade, mas a eficiência e a eficácia. E terceira questão, o que me preocupa muitas vezes, que já apareceu em outra manifestação, é que a gente parece que está se contrapondo aos técnicos da CAUGE. Eu não vejo nenhum empecilho aos técnicos da CAUGE, deles participarem da votação, mas eu acho que eles deveriam se abster. E quando nós fizemos os questionamentos criar não estamos questionando os técnicos. Eu vi alguém dizer – Ah, nós temos que dar um voto de confiança aos técnicos. Mas nós não estamos desconfiando em nenhum momento dos técnicos! Quem está falando isso? Na verdade, nós estamos é pontuando algumas questões que devem ser analisadas no seu conjunto. Eu pedi estudos e entendo que tem que ter um plano de (Inaudível), tem que ter uma rede de remediação, tem que ter uma avaliação de ruídos e gerenciamento de risco. Então, é necessário fazer. Para que vamos delegar para um segundo momento? Para observar o princípio da legalidade? Que legalidade tacanha é esta que temos que observar? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Claudete. É o seu direito à manifestação, voto em contrariedade, este é um Conselho democrático e a gente tem que respeitar os posicionamentos e o Município seguir todos os posicionamentos legais e devidos nos processos. Então, vamos passar a votação, com o PARECER CONTRÁRIO da Conselheira Relatora. Voto contrário ou favorável ao parecer contrário da relatora? **VOTAÇÃO NOMINAL: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Contrário o parecer e favorável ao EVU. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Contrária. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Contrário. **Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Voto a favor do parecer da relatora e contrário ao EVU. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Contrária. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Contrária à relatora. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretária Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** (Problema no áudio). **Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), Secretária Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Contrária ao parecer. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Grande do Sul – UFRGS: Contrário ao parecer. Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Parecer de Vista a favor do parecer da relatora. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Favorável ao EVU, contrário ao parecer. Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM: Contrária à relatora. Emilio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS: Acompanho a relatora e contra o EVU. Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Considerando que há um laudo que não há emissão de som nos períodos diurnos, no vespertino e noturno, eu preciso votar favorável ao parecer, contrário à aprovação do EVU. Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Favorável ao EVU e não acompanho a relatora. Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Favorável à relatora. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Favorável à relatora. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: Acompanho a relatora. Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Boa noite. Eu voto contrário à relatora e a favor do EVU. Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4: Tendo em vista todas as reclamações da vizinhança com relação aos ruídos, que são ensurdecedores, a minha tia mora ali perto, eu sou favorável à relatora e contrária ao EVU. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Contrário à relatora. Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8: Contrário à relatora. Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA: (Não está na sala). Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Vamos apurar os votos: 13 votos contrários ao parecer da relatora, 10 votos favoráveis ao parecer da relatora (Contando com voto do Conselheiro Hermes que enviou o parecer de vista favorável ao parecer da relatora), nenhuma abstenção. Neste sentido: **REJEITADO O PARECER DA RELATORA**. O processo é redistribuído para uma nova relatoria. Questão de Ordem da Conselheira Claudete. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Se vai ser redistribuído nós temos que dizer para quem vamos distribuir, até pelo princípio da transparência, nós estamos em sessão, quem é que vai ser o novo relator desse processo. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Vamos pegar a lista. Hoje teve um processo distribuído para a AREA, o próximo é o Conselheiro Jackson, RGP 3. Então, avançamos para o item 4.2 da pauta, está em diligência, ainda aguardando o retorno da CADAP, tinha algumas questões. O Item 4.3 também em diligência. Então, passamos ao 4.6 da pauta... Questão de Ordem. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Eu gostaria de saber quais foram as providências que a Secretaria tomou em função desses expedientes que estão em diligência, porque é comum voltar à pauta ordinária e a gente sempre é ameaçado que nós temos que atender as demandas e as pautas da cidade, de observar os prazos. Então, eu gostaria de saber quais foram as diligências que foram tomadas pela secretaria, porque esses processos estão há vários meses, alguns, inclusive, aguardando em diligência. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Sim. Obrigado, Conselheira Claudete. Lembrando que quando colocado em diligência o município entende que tem que prestar algum



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

esclarecimento, algum ponto que, porventura esteja divergente, tem um tempo um pouco mais significativo e a gente cobra naturalmente de todos os órgãos, tentar fazer com os processos deem segmento na pauta. É a nossa tentativa sempre de exigir que tenha esse retorno. O **ITEM 4.6** da pauta, o interessado é a CIA. ZAFFARI, alteração, inclusão e exclusão de traçado viário. A relatora é a Conselheira da EPTC. Esse processo teve o parecer anexado ao SEI em 25/09, parecer favorável, tivemos a apresentação do parecer favorável e tivemos pedido de diligência pelo Conselheiro Paulo Jorge, que se manifestou no processo, com o voto de vista favorável. Peço que a equipe do planejamento faça um resumo do que se trata para a gente colocar em discussão o presente expediente, depois em votação. **Maria Paula, Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** É uma solicitação de alteração de traçado viário, SEI 19.0.00092390-0. Aqui são as etapas do processo, a solicitação de alteração de gravames ocorreu no Expediente Único 0240012200-2, que ao Loteamento Jardim Itália, que é de propriedade da Cia. Zaffari e a solicitação foi feita pelo responsável técnico. A solicitação do requerente diz respeito à redução do gabarito previsto no Plano Diretor para a Rua Miguel da Cunha Correa, entre a Rua Diretriz 3703, do Loteamento Jardim Itália e a Rua Irmão Inocêncio Luiz. A intenção é que aquele gravame mantivesse a continuidade do gabarito previsto no loteamento, que já foi aprovado e licenciado pela prefeitura. A solicitação tem a ver com a redução no gabarito para que se faça essa continuidade do que já era previsto no projeto que foi aprovado e licenciado. Quanto à localização, as vias se localizam no bairro Jardim Sabará, dentro da Região de Planejamento 4. No mapa à direita a gente tem a identificação das vias, cujo traçados foram revistos. Então, a rua do meio na imagem é a rua objeto da solicitação. Na revisão feita pela equipe foram feitos os estudos da Rua 3204 e da Rua 3201. (Mostra mapas). O objetivo seria criar as conexões com a área lindeira ao loteamento. As ruas não tinham continuidade além do limite. Aqui é o parecer técnico da CDU, que propõe a redução do gabarito da Rua Cel. Miguel da Cunha Correa, no trecho da rua compreendida entre a Rua 2703 e (Inaudível) para 19m, ela foi de 25 para 19m. Também a extensão da Rua 3204 até a Rua Pedro de Freitas Filho, com largura de 12,5m, extensão da Rua 3201 até a Rua Salvador (Inaudível), com largura de 12,5m. Exclusão do traçado viário da Rua Q, do Parque Residencial Morumbi. Teve a nota técnica da PGM, que não vislumbra óbice. Também o parecer da EPTC, que corroborou conselheiro ajuste de gravame proposto, indicando que vai qualificar a mobilidade, compatibilizando viário para criar conexões com a área lindeira do loteamento. Por último, como a gente não teve acesso ao processo digitalizado, eu coloquei uma imagem do processo SEI, com a indicação do Conselheiro Paulo Jorge com parecer favorável. É isso. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Maria Paula. Nesse sentido, consulto se tem conselheiro inscrito para debater antes da gente votar. Nenhum conselheiro? Então, inicio o processo de votação, **PARECER FAVORÁVEL** da Conselheira relatora. **VOTAÇÃO NOMINAL:** **Lisiane Sartori Fioravanzo Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Eu me abstenho. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretária Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), Secretária Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul –**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

637 **UFRGS:** Favorável. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de**
638 **Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Abstenção. **Claudete Aires Simas**
639 **(Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Abstenção. **Sérgio**
640 **Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:**
641 **Favorável. Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio**
642 **Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto**
643 **de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das**
644 **Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick**
645 **(Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Contrário.
646 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:**
647 **Contrário. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento**
648 **Dois – RGP. 2:** Abstenção. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região**
649 **de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Tânia Maria dos Santos**
650 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Contrária, porque essa
651 redução de gravame favorece, na verdade, só o empreendimento e não as moradias e as
652 ruas ali, a população que mora no entorno do empreendimento. **Luiz Antônio Marques**
653 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável.
654 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
655 **Sustentabilidade - SMAMS:** Tivemos o voto favorável do Conselheiro Paulo Jorge
656 anexado a este processo. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de**
657 **Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
658 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Temos 16 votos
659 favoráveis, 3 votos contrários, 4 abstenções. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DA**
660 **RELATORA.** Então, vamos para o ITEM 4.7 da pauta, que teve a relatoria da ABES, um
661 pedido de diligência, que foi atendido. Hoje seria a apresentação do parecer após o retorno
662 da diligência. Conselheiro Darci, tem condição de fazer esse relato para gente botar em
663 discussão na próxima reunião? Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**
664 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu ainda estou interessado
665 naquele processo do Internacional, que saiu da pauta e até agora não voltou. Segundo o
666 senhor fez o relato em uma última reunião, que teria havido parecer da PGM. Então, eu
667 gostaria que fosse colocado ao conhecimento dos conselheiros qual foi o parecer da PGM.
668 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
669 **Sustentabilidade - SMAMS:** Ele foi suspenso em função, inclusive, das demandas
670 levantadas por este Conselho. Primeiro era necessário aprovar a lei na Câmara de
671 Vereadores, após o debate, aprovação ou não da lei na Câmara de Vereadores, o
672 processo vai ser devolvido a este Conselho para que se dê continuidade ao rito de debate,
673 discussão e deliberação. Foi nesse sentido, a gente não teve decisão, porque o objeto da
674 dúvida levantada era esse que está sendo discutido na Câmara de Vereadores, ter ou não
675 primeiro a lei. Conselheiro Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação**
676 **Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu estou em dúvida, nós
677 estamos em final de semestre na UFRGS, estamos recebendo muitos e-mails dos alunos
678 para tentar concluir esse semestre com todas as dificuldades de estarmos sempre com
679 ensino à distância, se eu recebi alguma mensagem da secretaria do Conselho me avisando
680 que a vista tinha voltado. Pode ser que eu tenho recebido, mas vou dizer agora que estou
681 sabendo que a diligência voltou. Então, portanto, não tenho condições de dar agora este
682 parecer. Os nossos pedidos de diligências vão e levam meses para recebermos a resposta,
683 nós temos a obrigação de ficar consultando o processo durante o período. Então, se não
684 tem a praxe de a gente receber os avisos, eu pediria à secretaria que passe a ter, porque
685 não temos condições de ficar lá todos os dias entrando para ver se vai ter ou não. Até na



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ata deve estar lá, mas a gente pega a ata para ver na abertura da reunião. Então, senão temos a praxe de sermos avisados, que sejamos daqui em diante e realmente estou sabendo agora que voltou o processo. Então, semana que vem eu darei o parecer.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Está bem, Conselheiro, a gente posterga para mais uma semana. Está registrado e a gente posterga. Nesse sentido, o outro expediente está em diligência. O Item 4.9, teria hoje um relato pela Conselheira do ACESSO. Conselheira, tem condições de fazer o relato? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, eu não tenho condições, até porque eu fiz um questionamento anterior e estava aguardando que nesta sessão fosse respondido. Eu queria aproveitar e solicitar que o Secretário fizesse o relato da questão o Internacional, que foi solicitado pelo Felisberto, porque hoje existe parecer, ora não existe parecer. Até me consta que o Secretário em uma reunião que estava nos coordenando aqui, ao mesmo tempo fez uma manifestação na Câmara de Vereadores, a gente nem sabia que ele tinha saído da sessão, mas ele poderia fazer esse relato para nós. Obrigado, Secretário.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Eu não entendi, sobre o Item 4.9 a senhora pede mais uma semana, é isso? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Sim, Secretário.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Então, fica postergado para a próxima semana. Vamos para o Item 4.10, que a gente tem o relato do Conselheiro Artur. Lembrando que a reunião ainda não terminou, nós vamos iniciar o debate com o relato dele e ficará para a próxima reunião, já avançamos no tempo. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** O relato do Processo de EVU, Processo 00234117200-9, Interessado é a MELNICK IVEN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, do empreendimento localizado na Nilo Peçanha 1780. Encaminhado pela CAUGE. É o parecer 107/2020, datado de 23/09/2020, favorável à aprovação do EVU para edificação de mais de 400 vagas de estacionamento, enquadrado como projeto especial de impacto urbano de 2º grau, conforme o art. 61, do inciso I e II e anexo 11.2, fl. 01, do Plano Diretor de Porto Alegre. A proposta de empreendimento protocolada em 08/08/2018, obteve diretrizes da CAUGE no parecer 01/2019, em janeiro de 2019. A presente etapa de EVU foi protocolada em 18/03/2019, obtendo parecer de aprovação junto à CAUGE em setembro de 2020, encaminhado para aprovação deste Conselho, conforme previsto no art. 39, inciso IX do Plano Diretor. (Leitura do processo disponível no SEI). PARECER FINAL: “Dessa maneira, na qualidade de conselheiro deste CMDUA, com atribuição de relator do processo, sou favorável à promoção do EVU, conforme o Parecer 107/2020 da CAUGE”. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Artur. Eu acabei passando direto para o relato e não passei para a equipe do planejamento. Então, eu peço que a equipe possa ilustrar pelo período de 3 minutos. Depois podemos encerrar a nossa reunião. **Maria Paula, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu vou me ater mais a imagens e alguns itens que possam ser mais importantes, para não ficar extenso. É mais para localizar o que foi relatado. É um EVU, as etapas listadas, parecer técnico e adequações. Contrato do estudo de viabilidade urbanística para empreendimento de grande porte, com mais de 400 vagas de estacionamento de veículos, análise obrigatória de projeto especial de impacto urbano de 2º grau e flexibilização de padrões de regime urbanismo. Empreendimento misto formado por 405 vagas para estacionamento de veículos, sendo as de uso externo no subsolo e as de uso privado no térreo. Uma galeria de lojas nas bases de três torres com 52m de altura, sendo uma retangular de conjuntos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

profissionais e duas com uso residencial e meios de hospedagem. Aqui é a localização na Boa Vista, da RGP 2. Aqui são os pareceres técnicos listados dentro do processo, que trata do histórico. Vou pular a questão do território. Flexibilizaram a altura máxima para 52, onde está a máscara ou platibanda em pele de vidro. Não poderá exceder os 2m da acomodação da cobertura. De acordo com o parecer de 23/09/2008 do GRP/PDDUA, não encontra justifica legal dentro do exposto para flexibilizar a altura máxima, comportando cerca de 2,5m a mais de máscara pretendidos e urbanisticamente a platibanda supracitada, que esconde o nível superior de 4m (Inaudível/interferência no áudio). Eu estou lendo só o grifado para não me estender muito. A coordenação é favorável à aprovação desse EVU, entendendo também se necessário, com base no apontamento da EPTC, da SMDE, que como medida de mitigação para os impactos causados pelo empreendimento a execução da Rua José Firmino Cirne, no trecho compreendido entre a Rua Tomás Gonzaga e Marechal Andrea. Não sei se devo continuar, por causa do tempo. Considerando que as atividades não são passíveis de licença de operação, o empreendimento não será objeto de licença prévia, uma vez que nesse caso o EVU testa a viabilidade urbano ambiental do projeto. (Leitura de pareceres inseridos no SEI). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Maria Paula. Já são 20h21min. Tem uma Questão de Ordem da Conselheira Claudete. Mas consulto se há algum pedido de vista. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu pedi várias Questões de Ordem, umas vinte vezes, mas nesses 20 minutos que nós passamos três ilegalidades foram cometidas pelo Secretário. Primeiro ele inverteu a ordem, ele ignorou a Questão de Ordem e passou o horário previsto no decreto legal. Então, eu acho que a sociedade não merece apenas ter projetos apresentados em sua formalidade. Nós cumprimos uma formalidade e apresentamos... (Falas concomitantes). Vou chegar lá, Secretário! Secretário, é a minha Questão de Ordem, o senhor, por favor, respeite. Obrigada. Então, nós não podemos ficar apenas na formalidade, que esse processo seja com as devidas vênias, seja reapresentado, onde a gente possa efetivamente, ouvir com cautela a apresentação e o relato do conselheiro em sua ordem, porque o planejamento veio para nos auxiliar também, mas quando interessa ao Secretário é suprimida e a gente vai na correria. Obrigada. e eu desejo sim que seja reapresentado na próxima semana. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. A apresentação é sempre lembrada pela equipe do planejamento e o próprio pedido de vista também é devolvido ao relator para poder retomar a matéria. A gente tem essa previsão regimental, não existe previsão em ordem, em lei, nós criamos essa dinâmica do planejamento de apresentar antes, mas não há problema em o relator fazer a apresentação antes e depois o planejamento, isso não vai influenciar o voto. É uma questão procedimental. E eu peço a gentileza, Conselheira Claudete, eu sei que a senhora tem a maior contrariedade em qualquer processo que tenha na pauta, em qualquer projeto que venha a ser construído nesta cidade. Eu respeito a sua posição, que é contrária a tudo e a todos, mas não use o chat deste conselho como uma extensão dos pensamentos que passam na sua cabeça. A equipe do planejamento faz um trabalho muito técnico e muito esforçado para trazer aqui, para relatar a todos os conselheiros. Então, por favor, é muito desagradável ver a senhora estender a sua cabeça, os pensamentos que passam pela sua cabeça no chat, a todo instante sendo desrespeitosa com as pessoas que aqui trabalham e vem apresentar o fruto do seu trabalho. Obrigada. Peço desculpas por ter que chamar a todo instante atenção da Conselheira Claudete, que tem um pouco de dificuldade de se comportar na sua atitude enquanto conselheira deste CMDUA. Boa noite a todos **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h25min).**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:



ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2866/2020

Aos vinte seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado **PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA**, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanzo Magni (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA**: 1. ABERTURA; 2. DISCUSSÃO: Contribuições para o TR1 - Diagnósticos, Estudos, Indicações e Parâmetros para a Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre; 3. DEBATE; 4. REGISTROS E ENCAMINHAMENTOS. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h05min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Boa noite. Hoje temos a discussão da concepção do TR para os estudos da revisão do Plano Diretor. Lembrando e pedindo o apoio, o empenho de todos vocês, porque estamos no final da nossa gestão, tanto minha enquanto Secretário, Presidente deste Conselho, quanto dos Senhores Conselheiros, que também encerram o mandato. É importante que a gente consiga concluir esse ciclo que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

iniciamos, os debates, estamos maduros, temos condições de dar os devidos encaminhamentos. Então, como a dinâmica é dos trabalhos sendo conduzidos pela equipe da nossa Diretora de Planejamento, com a nossa Coordenadora de Planejamento, que faz o trabalho brilhante aí e tenta trazer todas as informações necessárias, para organizar nosso processo de revisão do Plano Diretor. Desejo sucesso e passo desde já a produção dos trabalhos para a Patrícia, que vai conduzir com o time dela a apresentação dos termos de referência. Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, tinha pedido uma Questão de Ordem. Boa noite a todos e todas. São três colocações, Secretário. Primeiro, a questão das eleições, como que ficou a questão da comissão eleitoral? Seria bom a gente ter um relato disse. A outra questão, na outra sessão o senhor encerrou sem me propiciar a palavra, eu tinha uma Questão de Ordem. Eu queria colocar a minha desconformidade como a Conselheira Claudete foi tratada pelo senhor. Foi muito triste a sua atitude, eu não esperava isso do senhor. Sempre quando a gente tem divergências o senhor tem procurado tratar com urbanidade e o senhor extrapolou a sua função de Presidente. E muitas vezes quando o senhor fala, na sua colocação não desassocia a questão de ser presidente do Conselho da sua intervenção. Então, muitas vezes o senhor mesmo desrespeita o regimento. Se nós como conselheiros temos 3 minutos, o senhor também tem que ter 3 minutos. E o Presidente tem que mediar conflitos e não criar muitas vezes mais conflitos. Então, era apenas isso que eu queria colocar e quero dizer parabéns à equipe da Secretaria pelo trabalho que tem feito nos GTs. Então, queria deixar isso registrado, as meninas têm trabalhado com afinco e sabendo ouvir, conduzindo bem a diversidade e as contribuições e o contraditório. Parabéns, Patrícia, Vaneska e Renata, toda a equipe da Secretaria, vocês têm sido fantásticos. Vocês têm tido a tolerância e o respeito ao contraditório. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela manifestação. Realmente, a equipe me enche de orgulho pela condução do trabalho e é em função de defender especialmente esse trabalho que às vezes, enquanto Presidente, eu exerço um papel talvez não tão agradável, que tem por muitas vezes chamar atenção para os procedimentos, para os processos, ao respeito ao trabalho da equipe técnica, que no momento está apresentando o seu trabalho. E foi por isso que talvez me exaltei e isso é natural, é do ser humano ter momentos mais tensos, momentos mais leves. É do processo de um debate mais caloroso, que envolve a cidade e vamos ter esses momentos. O nosso grande desafio é sempre superar esses momentos. Nem sempre a gente vai convergir, vamos ter entendimentos diferentes, mas a gente também tem que aprender a respeitar a posição diversa daquilo que a gente entende como o correto. E a minha desconformidade na última reunião com a Conselheira Claudete, respeito muito a posição dela, o entendimento que ela defende, eu acho que está correta naquilo que entende, mas quando há outras pessoas apresentando um trabalho técnico é muito desrespeitoso a gente ficar lendo no chat uma série de questionamentos e dúvidas em relação aquele trabalho. Então, é nesse sentido que eu me sinto muito a vontade para defender esse trabalho técnico que a equipe estava fazendo ali. Então, por muitas vezes a conselheira se utiliza dos instrumentos regimentais para tentar postergar os processos, para tumultuar o ambiente mais sadio, mais tranquilo para discutir. Está todo mundo aqui querendo o melhor para a cidade, às vezes cada um com um ponto de vista diferente, o senhor com uma, a conselheira com outra. Temos uma pluralidade de representações neste Conselho, mas a gente tem que entender que se o processo, se o Presidente enquanto responsável pela condução dos trabalhos, que a relatoria poderia dar alguns minutos a mais. Qual o problema em a gente avançar um pouquinho mais. A gente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

disponibilizou o maior tempo de reuniões ao longo desses meses para discutir outros pontos da revisão do Plano Diretor, instrução normativa, tem uma série de coisas. Tem uma pauta de processos, por que se falta um pouquinho para encerrar o horário, por que a gente não avançar um pouquinho mais e ouvir o relato do conselheiro que preparou a apresentação, a equipe do planejamento. Não há problema no procedimento se porventura eu me equivoquei e pedi para o relator fazer o relato primeiro, no segundo momento a equipe do planejamento apresentar. Eu acho que não há nenhuma influência em relação a esses momentos. Não existe uma reagra previamente estabelecida, é uma questão de organização dos trabalhos. Então, para que tencionar e usar o microfone para tencionar. É nessa linha que manifestei a minha desconformidade, acabei encerrando a reunião, não acabei lhe dando a palavra. Tinha mais uma Questão de Ordem, mas realmente me senti muito desconfortável, eu aceito por muitas vezes bem tranquilo as manifestações divergentes, posições duras, vejo manifestações trazendo exemplos de situações procedimentais, que eu vejo que são equivocadas, de procedimentos, da estrutura da administração, levantando dúvidas com relação à estrutura da administração. E é nesse sentido que tento defender e mostrar como funciona, porque é o meu papel enquanto Presidente. Então, peço desculpas se porventura eu ultrapassei os meus limites, não foi a minha intenção, mas às vezes eu tenho que exercer esse papel um pouco mais duro na tentativa sempre de defender a boa fluência dos trabalhos, o bom desenvolvimento dos trabalhos. Passados os momentos mais duros, mais difíceis, a gente tem que olhar para frente, tem que superar, tem que avançar, tem que continuar discutindo, vamos continuar convivendo com as divergências. Isso é salutar, amadurece o processo, evolui a gente enquanto profissional, sempre aprendendo com essas trocas. Eu acho que de minha parte sempre tento superar e não é por uma divergência que a gente não vai conseguir avançar no melhor para a cidade. Patrícia, por favor, fique à vontade para tocar o trabalho. **2. DISCUSSÃO: Contribuições para o TR1 - Diagnósticos, Estudos, Indicações e Parâmetros para a Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre; 3. DEBATE; 4. REGISTROS E ENCAMINHAMENTOS. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite a todos. Agradeço a presença de vocês nesta reunião extraordinária para tratar do tema mais uma vez sobre a revisão do Plano Diretor. Esta reunião do dia 26 de novembro tinha sido solicitada em comum acordo para ser uma reunião extra em relação a debates para amadurecimento em relação às contribuições em relação aos termos de referência e estudos para a revisão do Plano Diretor. Então, eu vou compartilhar para vocês algumas questões. Então, as contribuições do termo de referência. Então, retomando, essa questão da discussão em relação aos termos de referência, elas foram iniciadas no dia 20 de outubro, foram disponibilizados os formulários para preenchimento, tanto em relação aos termos de referência, quanto à instrução normativa, que a gente ainda vai ter duas reuniões de discussão. Foi disponibilizado também o e-mail do Plano Diretor: planodiretor@portoalegre.rs.gov.br para receber as contribuições. Eu vejo que alguns vocês também já fizeram contribuições pelo meio do Conselho e essas reuniões têm o foco em amadurecer as discussões para tentar contribuir no amadurecimento de vocês em relação aos temas para a gente poder contribuir, mas a gente espera que vocês realmente nos entreguem as contribuições. Se vocês não quiserem debater, igual eu vou anotar, mas eu espero realmente receber as contribuições de vocês para a gente poder depois estruturar elas de uma maneira a serem consideradas realmente. Antes de iniciar a discussão eu queria conversar com vocês sobre a questão do calendário. A gente colocou a questão da apresentação das compilações das contribuições em relação aos termos de referência no dia 08 de dezembro. Só que tudo isso foi considerado levando em



consideração a entrega dessas contribuições no prazo final até o dia 17 de novembro. Como na última reunião vocês solicitaram que a gente discutisse mais um processo hoje, aí a gente adiou esse prazo para o dia 1º. Então, do dia 1º até o dia 08 nós não vamos ter tempo de fazer as contribuições. Então, eu vou pedir o cancelamento dessa data do dia 08 para tratar especificamente desse tema. E aí a gente vai ter no dia 15 a questão da aprovação da minuta com a compilação das contribuições da instrução normativa. Aí a gente verifica se a gente consegue tratar desses dois temas dessa reunião. Ou a gente de repente agenda uma extra para tratar desse assunto específico. Aí queria pontuar isso com vocês. Então, agora eu vou a passar a apresentação. Então, a gente juntou no mesmo arquivo as mesmas questões dos TRs. Então, a gente, na verdade, vai acabar falando de todos os TRs provavelmente nessa reunião, porque eu vou retomar a discussão que teve na reunião passada. Então, na reunião do dia 12 de novembro foram pontuadas algumas questões em relação à participação e também algumas questões em relação ao sistema de gestão. Então, eu vou passar aqui rapidamente as contribuições que vocês fizeram, de maneira estruturada para alimentar as discussões. Em relação a essa reunião do dia 12 de novembro foi pontuado em relação ao processo de participação o sistema de planejamento as seguintes questões: necessidade de realização de oficinas com as entidades, com técnicos para solucionar questões específicas de arquitetura, por exemplo. A necessidade de apresentação das oficinas já realizadas. A necessidade de coletar junto à sociedade as experiências vivenciadas. Estudar como referência o Orçamento Participativo, porque se trata de uma experiência histórica de participação da Cidade de Porto Alegre. Alinhar regiões de planejamento e as regiões do Orçamento Participativo. Unir a dimensão territorial com a da participação social. Considerar os movimentos sociais. A cidade deve considerar as visões de todos, com o intuito de compatibilizar a cidade formal com a cidade informal. Necessidade de realização de conferência prévia. E exemplos de referência de participação na construção do processo colocado como um exemplo o de Medellín. Ações específicas com os fóruns regionais e do Orçamento Participativo. Ainda foi pontuada a necessidade de uma gestão colaborativa democrática do território como um processo permanente e contínuo, deliberativo com o CMDUA. A necessidade de construção governo, técnicos e sociedade. Ainda foi pontuado especificamente em relação ao instituto de planejamento e aqui dois apontamentos que eu acho importantes, que é o instituto como garantia de implementação independente de governo. E participação, comunicação do processo, de forma a garantir a implementação independente do governo. O instituto seria pessoa jurídica de direito público, desempenhando atividades típicas de estado, desprovidos de caráter econômico. Nessa perspectiva as autarquias são instituídas para prestar serviço social a desempenhar atividades que possuam prerrogativas públicas de forma especializada, técnica, com organização própria, administração próprio, administração ágil e não sujeita a decisões políticas pertinentes ao assunto. Foi pontuada ainda em relação a esse tema, estado e sociedade são dependentes. A gestão tripartite em relação ao instituto, com a participação das gestões. O instituto de planejamento com preservação do serviço público, valorização do servidor e capacitação da Secretaria. A autarquia descentralizada, não dependente de gestão com autonomia, como exemplos Curitiba e Santa Maria. E aí foi pontuada a frase que a autonomia é importante. Em relação à estruturação urbana foi pontuada a necessidade de alinhar as regiões de planejamento e as regiões do Orçamento Participativo. Então, unir a dimensão territorial com a participação social. Compatibilizar a cidade formal com a cidade informal. Como melhorar a cidade que está aí, obras inacabadas e obras para o centro de bairro. E também uma frase aqui que eu acho que ela pode ser importante para hoje, que seria importante discutir qual o conteúdo mínimo ideal para um Plano Diretor. E aí nessa questão do conteúdo mínimo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ideal eu pontuo as questões que estão envolvidas no TR1, que é o TR Estudos e que é a partir dessa organização que a Vaneska propôs ali. Tratar a questão das estratégias através de um eixo central de desenvolvimento urbano ambiental sustentável. Retomando para vocês as estratégias do Plano Diretor na estruturação urbana, na mobilidade urbana. O uso do solo privado, qualificação ambiental, promoção econômica, produção da cidade em termos de planejamento. Obviamente, ela não se encerra nelas, mas que é o que temos que discutir hoje, os temas que a gente de alguma maneira tem que abordar. Nesse sentido, coloquei essa frase que foi dita na última reunião, que é importante discutir o conteúdo mínimo ideal para o Plano Diretor. E aí lembrando vocês que a nossa ideia é a partir das contribuições de vocês, a gente vai fazer essa estruturação, tentar montar na planilha essas contribuições, no sentido de tentar organizar os estudos necessários para abordar o que foi apontado. Então, a partir daí eu abro a palavra para as contribuições. Quem é que está inscrito para falar em primeiro? Ainda não temos inscritos. Pessoas, vamos lá discutir esse tema tão importante para nós amadurecermos o nosso processo para poder permitir que todos possam fazer as suas contribuições nos formulários, por e-mail. Até se quiserem comentar aqui, deixar registrado. Pode falar, Vaneska. Sobre as oficinas? **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu queria comentar outra questão, que eu entendo que a gente tem que talvez daqui a pouco pensar, porque existe uma previsão tanto no estatuto, quanto nas resoluções do antigo (Inaudível/interferência no áudio) Cidades, mas que coloca alguns conteúdos mínimos a serem abordados, que devem fazer parte da revisão do Plano. E a outra questão que eu ia colocar, acho que é importante a gente pensar em estratégias para aquilo que tem que estar colocado neste momento, neste documento enquanto termo de referência. E também o que pode ser pensado enquanto subsídios que podem ser construídos. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Ótima contribuição, Vaneska. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** E em relação às oficinas eu entendo que uma reunião não vai dar conta de apresentar todos os resultados das oficinas. O que a gente imagina enquanto estratégia? É importante a gente falar um pouco de como foram os procedimentos que foram adotados para compilar os resultados, o que a gente tem como resultado preliminar. E a partir disso também pensar em como a gente pode levar esses resultados de forma mais individualizada por região de planejamento. Mas seria importante a gente ter esse momento em que a gente coloca algumas questões que foram levantadas nesses resultados e já oficializa de certa forma esse retorno para essa gestão do conselho sobre os resultados das oficinas. Então, a gente estava sugerindo que a gente pudesse em algumas das reuniões antes do final do ano apresentar algum conteúdo, mas para colocar, eu não sei como que a gente coloca para votação dos conselheiros. Eu não sei qual o melhor procedimento. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu acho que a gente coloca em votação na próxima reunião, porque esta não é uma reunião de votação. Na próxima a gente encaminha. Então, nós temos a temática dia 17 de dezembro, que poderíamos substituir. Se todos estiverem de acordo fica a sugestão de substituir essa temática do dia 17 de dezembro. Os resultados das oficinas. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu acredito que o comentário do Merino deve ter sido em função do que eu falei, que é difícil, considerando a contratação de um consultor. A única questão que eu queria colocar, como a gente está falando, inclusive, a gente está prevendo que vão ter momentos de participação, de alguma forma isso vai ter que ser incorporado, que possa surgir dessa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

participação. Eu tenho dúvidas (Risos). A gente colocou de certa forma que deveria ser, o que surgir nesses momentos tem que ser considerado, enfim, mas também tenho dúvidas com relação a qual a melhor da maneira desse tipo de subsídio dentro do roteiro de certa forma fechado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Faz parte, vamos ter que criar. Então, vamos para os conselheiros. Professor Rômulo. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite a todos. Patrícia, eu tenho encontrado uma dificuldade de me situar, nós temos tido tantas reuniões, tantas coisas ao mesmo tempo que eu fico um pouco confuso em relação a como que as coisas estão andando. Eu queria esclarecer algumas coisas, por exemplo, na apresentação de hoje apareceu uma serie de coisas, que, aparentemente, estariam colocadas uma ao lado da outra, como se fossem contemporâneas ou da mesma importância, do mesmo tempo. Por exemplo, vou pegar o sistema de planejamento, que a meu ver é uma coisa que precisaria ter certa precedência, não que seja mais importante, mas precedência no tratamento, porque as decisões que possam vir a ser tomadas quanto ao sistema de planejamento, se reflete necessariamente nas demais coisas que vem depois, que é sistema normativo, o sistema decisório. Tem uma série de coisas que são derivadas. Por exemplo, o nosso Plano Diretor não tem um horizonte de tempo, ele coloca, diz que de tempos em tempos precisa ser atualizado, mas não distingue coisas que são de longa maturação, políticas de longo prazo, coisas aís do cotidiano da cidade e tal. Então, tudo vem meio que misturado. Eu acho que não torna as coisas claras. Então, eu imagino assim, que esse sistema de planejamento trataria justamente disso. Como é o planejamento de uma cidade? Não é só o Plano Diretor, no sentido de ter um conjunto de regras para ocupação e uso do solo. O planejamento na cidade envolve uma série de outras coisas, uma formulação de objetivos, de metas, tem que ver aqueles recursos podem ser alocados a cada coisa desse tipo, o que é de longa maturação, o que não é. Enfim, tem uma série de coisas, que dentro do sistema que nós temos hoje de planejamento, que é basicamente contido dentro do Plano Diretor, elas não têm espaço para serem tratadas. Então, eu penso que essa questão do sistema de planejamento, de um modelo de planejamento, não sei que terminologia deveria ser usada, deveria ter certa prioridade no tempo, ou seja, nós devíamos de alguma forma, tão logo quanto possível fazer andar essas coisas, examinar como é o nosso sistema de planejamento, como que as decisões são tomadas, como que as coisas que são importantes para a cidade, no aspecto global de condução da cidade, de resolução dos problemas maiores, de longa duração, de longa maturação e como que as outras coisas entram, até chegar no cotidiano, que é coisa do dia a dia, de aprovar projetos, de tomar resolução sobre licenciamento de atividades, que são coisas de curto prazo. Então, se nós tivéssemos isso em mente e examinássemos algumas alternativas, vamos dizer, outros modelos além de ser o nosso e como é que nós poderíamos incluir do nosso para o atual modelo, não consegue ordenar, vamos dizer, essas coisas todas. Talvez nós pudéssemos ter uma perspectiva mais clara do que seria adequado para a cidade em termos de uma estrutura de planejamento e a partir dela, aí vem – será que o sistema normativo é o que nós temos? Até a semana passada nós estávamos conversando com a Tereza Albano e ela estava fazendo isso, o sistema pode mudar, mas não pode ser como é hoje, pode ser diferente, pode nem ter. E como que a gente decide isso? Depende do modelo de planejamento, depende de como as coisas estão organizadas. E onde que entra isso? Qual é o melhor momento, qual a instância, qual é a hierarquia que entra, por exemplo, um conjunto de normas de ocupação e uso do solo? E onde entra o problema das metas de médio prazo, tipo, o que a gente vai fazer nos próximos 4 anos? Eu tenho visto tanto nas reuniões originárias, quanto nas extraordinárias, uma avalanche de demandas, de pedidos,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

de sugestões a respeito do que fazer, das carências aqui, carências lá. E não temos uma instância para tratar isso, não tem. Isso é quase que a mesma coisa que o licenciamento de uma atividade ou decidir sobre um grande projeto. Mas será que vai levar 20 anos? Então, acho que essa que me parece a questão mais relevante no momento. Se nós pudéssemos adiantar esse negócio do sistema de modelo, de planejamento, as coisas tenderiam a ficar mais simples e mais tratáveis na sequência. É isso, basicamente. Eu vi ali que tem uma série de itens que não tem nada a ver com estruturação urbana, são coisas alheias ao problema de estruturação urbana, que são coisas de outra natureza, que não deveria estar ali, mas como não tem outro lugar para essas coisas estarem, começam a aparecer ali. Então, eu acho que essa é a questão importante. Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Foram ótimas as tuas contribuições. Eu tentei pontuar a tua principal preocupação de trabalhar, vamos dizer, iniciar trabalhando com o sistema de planejamento. Então, coloquei ali: adiantar o trabalho nesse tema. E aí eu coloquei, tentei pontuar as várias situações relacionadas a esse tópico com a justificativa de porque que a gente teria que trabalhar nele primeiro. Na verdade, eu concordo com essa ideia, a nossa ideia sempre foi focar nesse objetivo, porque o sistema de planejamento, a forma como as coisas funcionam é que vão realmente dar os resultados esperados. Acho que é uma excelente contribuição para a gente amadurecer sobre isso. Vamos para o próximo, o Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite. Primeiro, se eu estou entendendo bem, o TR1 é para trabalhar a questão do diagnóstico da cidade, ver a cidade. Eu queria dizer, a cidade está aí, qual a visão que a gente tem da cidade? Qual a visão que nós temos? Qual a cidade real? Quais são os problemas desta cidade real, que apesar de todo o planejamento de todas as estratégias não foram atendidas nesses 20 anos? Na verdade, 21 anos, porque foi 1999 o plano que foi estruturador de planejamento da cidade. Então, o que isso impactou? Qual foi o impacto desse planejamento na cidade real? Melhorou a vida das pessoas ou criou mais problemas? Isso a gente não tem ou se tem está perdido aí em alguma secretaria. Então, é fundamental a gente resgatar essa cidade real que existe e a partir disso ter conhecimento da realidade e planejar. Não adianta planejar o ideal, o que nós pensamos – ah, a cidade deveria ser cidade assim! Não, a cidade tem sua dinâmica própria, tem a dinâmica da participação, da divisão das pessoas se independente da visão dos técnicos. Tem uma visão da cidadania e essa visão tem que ser compartilhada, como se organiza a cidade, a dinâmica dos bairros, como se organiza a dinâmica das comunidades? Isso nunca é avaliado e nunca levado em conta. Parece sempre que a gente tem que ter uma visão de alguém que conhece planejamento e planeja a cidade, mas a gente vê que a cidade mesmo planejada não dão certo, porque a dinâmica da atividade de planejamento. Então, a gente tem que ter esse olhar da cidade real, como solucionar os problemas dessa cidade real. Como que esse planejamento também muitas vezes de algumas pessoas ao invés de melhorar a cidade piorou. É isso também, a gente tem que ver o lado positivo e negativo também. O professor uma vez falou, nem sempre o planejamento mantém o seu aspecto positivo, tem o negativo também, isso tem que ser avaliado. Se eu estou entendendo bem, os termos de referência são para contratar uma consultoria. Eu acho que isso é um dinheiro que vai se jogar fora, essa é a minha opinião. Esse diagnóstico poderia ser feito pelo próprio governo, elas próprias tem todo um trabalho feito de anos. Teve um corpo técnico que foi desmontado. Então, não adianta se planejar com consultoria, não tem que ser os “iluminados”. Tem um corpo técnico que conhece a Secretaria, conhece a realidade, tem dados e que tem que ser de domínio público. Uma preocupação que eu tenho como cidadão é que esses dados acabam sendo privatizados e não sob o domínio do estado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Tem que ficar sob o domínio público da cidadania e não de grupos privilegiados ou grupos privados da cidade que se apoderam de dados que não são deles e aí planejam a cidade na sua concepção de cidade. A gente vê os grandes empreendimentos, às vezes as pessoas ficam brabas – Ah, tu não queres a modernidade, é contra a modernidade. Não, nós temos que ver os problemas que a cidade tem e buscar soluções para eles, não criar mais problemas. Determinadas regiões sofrem o impacto que muitas vezes não são necessários, de trânsito, de problema de saneamento, de água, de inundação. Não se trabalha na drenagem muitas vezes e a gente nota vários bairros. A região central também tem isso, várias partes da cidade sofrem. Qual é a proposição para se resolver isso? Isso faz parte do planejamento, ouvir as comunidades, ter um projeto especial para as Ilhas, ter uma visão lá para as Ilhas, ouvir as pessoas que moram lá, que vivenciam. Claro que a inundação é inevitável muitas vezes, mas pode minimizar. Tem a resiliência, que é o trabalho que foi feito pelo saudoso Cesar Busatto, com o grupo da Secretaria, está tudo documentado na Prefeitura e que não é de conhecimento da maioria. A própria equipe muitas vezes não conhece o que foi produzido. Então, tem que ser buscada a memória. E eu quero entrar no sistema de planejamento, não se faz planejamento sem ouvir as pessoas, as regiões. Nós estamos propondo soluções e planejamento para a região com participação, com discussão, com seminário, com as pessoas, com a conferência para que as pessoas se apoderem também do conhecimento técnico. Quem tem conhecimento tem poder e usa isso muitas vezes para se manter como sumidade, eu acho que tem que socializar o conhecimento e principalmente em uma democracia, tem que ser socializado e não como privilégio de alguns. Era isso que eu queria colocar. Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Nós também queremos a construção coletiva. Então, vamos tentar trabalhar para que a gente consiga viabilizar isso. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu pensei algumas coisas ali nas colocações do Conselheiro Felisberto, Patrícia. Não sei se os conselheiros podem entender o que pode estar indo na direção do que foi falado pelo Conselheiro. A gente tinha essa ideia de que existe uma série de princípios e estratégias no plano e a gente precisa entender até que ponto esses princípios e estratégias, através das ações de planejamento se confirmaram, o que ficou para trás, confrontar a cidade real também com isso, que era o pacto que nós fizemos na época do plano de 99, principalmente onde está o espírito do desenvolvimento. Dessa questão, talvez também seja nesse sentido de que a ação da consultoria tem que ser uma ação integrada com a atuação da equipe técnica, inclusive, em uma troca constante e daí botar essa parte da sociedade também e pensar na troca entre esses agentes durante todo esse processo para que a gente possa deixar um legado para a cidade. Eu acho que é nesse sentido que a gente está falando a respeito disso. Eu acho que quando a gente fala em consultoria se pensa muito em um produto que é entregue e depois o que faremos, a gente tem essa preocupação que faz parte de todo o nosso trabalho, talvez a gente possa anotar isso também para pensar em como isso pode ficar. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** E para deixar clara a questão do PNUD, por exemplo. A gente não fez contratação efetivamente de nenhuma consultoria até o momento. Então, o PNUD enquanto nosso parceiro ainda não está trabalhando, ele vai trabalhar a partir do momento que as consultorias estiverem em andamento. E aí sim, a ideia no decorrer do processo é que as consultorias estejam junto com a gente, que vocês conheçam todos os agentes, que seja um trabalho conjunto. Uma das coisas que a gente pensa, por exemplo, com o apoio do PNUD, é a questão das capacitações. Então, no momento que a gente vai desenvolvendo os trabalhos, vai tendo esclarecimentos sobre assunto, essa ideia que a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

gente passou da parte da participação de trabalhar com seminários, por exemplo, a gente pode usar a consultoria para trazer expertises, para falar sobre determinados assuntos. A gente pensa no decorrer desse processo, através desses grupos de trabalho, a gente ir construindo esse processo ao longo do tempo. Então, hoje eles não estão presentes, mas a ideia é que eles estejam presentes e façam uma interação muito ampla com vocês. Então, fiquem tranquilos em relação a isso, nós não temos ainda nenhuma consultoria em andamento. Uma das primeiras demandas que a gente pode pontuar é realmente chamar algumas consultorias para fazer uma capacitação. Então, a gente tem que ver no decorrer do processo. O Adroaldo quer falar? **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Sim. Eu queria colocar sobre o solo criado, até agora praticamente ninguém falou. O que a gente vem conversando, eu acho que também essa questão tem que ser trazida para a mesa, para a gente conversa e atualizar o que está definido, em funcionamento, mas quem sabe surgem ideias novas de como vai trabalhar essa questão do solo criado para mais 10 anos. Então, era isso. Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Ótimo, Adroaldo. Nós estamos no início de um processo, a gente reajustou o prazo. A ideia é ter mais 2 anos de discussão. Então, só para deixar claro que esse é um processo que está no início estamos abrindo um leque de possibilidades de discussão. Cada ponto vai ser discutido profundamente nesse período. Eu acho que era isso. Vamos para o próximo inscrito. Alguém tem alguma pergunta? Mais algum questionamento? O pessoal está quieto. Nós recebemos poucas contribuições. Então, a gente pede, a nossa expectativa é que vocês contribuam, que vocês façam a parte de vocês, porque a gente realmente quer considerar a participação de vocês. Então, eu vou dizer que vou implorar mais uma vez, por favor, a gente se esforçou para atender as demandas de vocês mesmo. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite. Nós mandamos hoje algumas contribuições, que queria que vocês analisassem se é assim, para sabermos se são essas as informações. Só isso. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Tá, a gente dá uma olhada. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Aproveitando, não foi contratado um plano de mobilidade? Eu acho que foi apresentado. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** O plano de mobilidade urbana foi desenvolvido, está pronto, foi desenvolvido junto com a WRI, é uma lei, enfim, estava pendente de validade final através do decreto do prefeito. Durante esse período de pandemia muita coisa se alterou nas questões de mobilidade e prioridades, enfim. Então, o que está sendo encaminhado agora nos encaminhamentos de transição de governo, ao invés de lançar o decreto, publicando aquele que está pronto, é propor uma revisão diante das novas questões que apareceram na pandemia. Então, ficou inadequado para a nossa realidade que se transformou. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Ele tem condições de ser disponibilizado? **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Sim, até existe um site onde teve a consulta pública, onde estão todos os passos da construção. Mas a gente pode disponibilizar sim. Eu acho importante essa questão da pandemia, eu acho que tem que ter um ponto específico para a gente trabalhar ou para a gente estudar como vai ser o impacto da pandemia na dinâmica da cidade, das pessoas, dos bairros, enfim, é um ponto importante que eu coloquei aqui. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu queria fazer uma fala, que não é contribuição, mas que eu acho importante



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

registrar, que eu entendo que é como a equipe técnica vê essa questão da técnica, que é a técnico como instrumento para trazer qualidade de vida através do planejamento urbano. Então, a gente está nesse sentido, porque às vezes a gente fala como se fossem questões opostas. A gente se especializa na técnica justamente para trazer soluções. E até nesse sentido eu tinha anotado aqui para falar, mesmo que sejam questões, não sejam contribuições de produtos que vão no TR, muitas vezes as preocupações que são expressas aqui, através da nossa técnica, a gente consegue interpretar e eventualmente pensar em uma solução ou como isso tem que ser expresso para trazer uma resposta para determinado problema na comunidade. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Por isso eu anoto tudo. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Só para dizer isso, que nos provoca o pensamento. Outra questão, acho importante terem em mente que o Plano Diretor trabalha nas definições da estrutura espacial para que essas outras ações ocorram. Então, quando a gente pensa na mobilidade do plano, a gente está pensando na estrutura espacial, no plano de mobilidade, como vão aparecer outras questões que tem que ser abordadas, de gestão, de operação do próprio sistema de transporte, mas por isso, entendo eu, estudando a questão do planejamento, que o modelo espacial acaba sendo uma peça chave, porque ele é a estruturação espacial do território dando condições para promoção econômica, para qualificação ambiental, para todos os itens que a gente coloca ali. Então, eu só queria colocar essa questão que eu tinha anotado antes, eu acho que tem a ver com falas anteriores. Obrigada. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Ótimo deixar claro, o que é o Plano Diretor, como o Merino colocou ali (chat): “Definir, delimitar o alcance de cada um”. Acho que mais ou menos tentou pontuar o que é o Plano Diretor e o que seriam os planos setoriais, dentre eles o plano de mobilidade. Muito bem. **Renata, Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu pedi para fazer uma fala, eu só queria fazer um comentário mais para incentivar as contribuições. Às vezes alguns questionamentos, por mais que não seja uma contribuição pontual – eu acho que tem que ser estudado tal coisa; nos traz o entendimento da importância de algumas problemáticas e dessa forma que a gente vai estruturar o TR. Por exemplo, eu estava conversando mais cedo, a gente acha que tem que valorizar as fachadas ativas, como a gente tinha conversado em outra semana, isso nos dá subsídios para pedir estudos relacionados à interface do espaço público e privado. Então, por mais que não sejam contribuições técnicas, ao contrário, o Felisberto sempre fala da inteligência das comunidades, dos representantes das regiões, que realmente às vezes a gente não tem a visão e vocês tem uma visão de uma problemática que a gente consegue traduzir. É mais ou menos o que a Vaneska disse, mas eu quis botar um exemplo. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** O outro exemplo é justamente essa questão da pandemia, que a Júlia colocou, com certeza vai ser um item a ser estudado. É isso, por isso é livre a fala, são os anseios, os problemas. O Merino também tem o anseio da coisa sair certa. Então, tentem pontuar, a gente está colocando todas as problemáticas da cidade exatamente para a gente poder casar aquilo que a gente está pensando com o que vocês estão pensando. Então, podemos encerrar a reunião, não temos mais contribuições. Entendo que essa vai ser a última reunião de referência. O prazo para a entrega das contribuições era dia 17, a gente adiou para o dia 1º para entregar junto com a discussão da instrução normativa. A ideia na próxima semana é termos pelo menos mais uma discussão referente à instrução normativa. Então, vamos tentar trabalhar com isso, com mais uma reunião no dia 15 de dezembro, seria uma reunião



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

para aprovar essa contribuição, a minuta da instrução normativa, pelo menos dar o ok pelo Conselho. E se der tempo a gente fecha o termo de referência, se não der a gente cria uma reunião extraordinária para tratar das compilações referentes aos termos de referência. A ideia é que a gente entregue antes para vocês darem uma olhada, retificar e ratificar. Então, vamos encerrar a reunião e continuamos a discussão no dia 1º de dezembro e aguardamos a entrega de vocês, por favor. Então, até a próxima reunião. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 19h45min).**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2867/2020

Ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA**: 1. ABERTURA; 2. DISCUSSÃO: Contribuições para instrução normativa do PDDUA; 3. REGISTROS E ENCAMINHAMENTOS. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h10min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Declaramos oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalho, debates, harmonia, trocas, evolução sempre. Hoje na nossa programação a gente tem a continuidade do nosso cronograma sobre instrução normativa, a base do processo da revisão do Plano Diretor. Tivemos no domingo o



49 processo eleitoral, eleito o novo Prefeito de Porto Alegre, vai comandar a cidade nos
50 próximos 4 anos e liderar o processo de revisão do nosso próximo Plano Diretor. Então,
51 neste sentido, a gente acha que vem tentando finalizar os processos que iniciamos,
52 especialmente em relação à instrução normativa. No entanto, nós tínhamos na
53 programação a deliberação da instrução normativa em princípio, a gente tinha definido até
54 diferente 15/12, mas refletindo a respeito e até conversando, a gente entende ser mais
55 adequado que a gente espere para deliberar, ao menos o novo governo se apropriar um
56 pouco deste processo, entender a dinâmica de como vai funcionar, sugerir algum ponto
57 que não esteja de acordo. Então, a gente posterga a deliberação da instrução normativa
58 para o mês de janeiro, aí tem um pouquinho de tempo, tanto nesse mês aí para a gente
59 poder transmitir esse conhecimento, um tempo de maturação. Se assim entender maduro o
60 suficiente a gente leva para deliberação, da nossa parte promovemos todos os debates e a
61 equipe apresenta, enfim, a consolidação de todos vocês. E a gente delibera lá no mês de
62 janeiro, é um tempo mais adequado para o presente momento. Nesse sentido, a gente tem
63 só inscrito o Conselheiro Felisberto, antes da gente abrir para a Conselheira Patrícia.
64 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:**
65 Boa tarde a todas e todos. Na sessão passada se votou o parecer da Conselheira Claudete
66 em relação ao 4.01 da pauta e ele foi redistribuído para a RGP 3, para o Jackão. E agora
67 nós recebemos que ele se deu por impedido. Eu gostaria de saber a razão, até porque,
68 nada contra o Jackão, mas ele votou quando se analisou o parecer da Claudete. Parece
69 contraditório. Então, eu gostaria de saber como fica essa questão, porque vota contra o
70 parecer da conselheira e depois se dá por impedido para fazer o parecer sobre o processo.
71 Segundo, o nosso mandato termina dia 31/12 e o senhor falou que vai ser prorrogado para
72 aprovação, deliberação sobre a instrução em janeiro. Nós não seremos mais conselheiros,
73 vai haver um decreto para prorrogar mais uma vez o nosso mandato? Por fim, também
74 temos que definir uma comissão, porque quem deve organizar a eleição ainda é este
75 governo. Então, temos que ter uma comissão eleitoral e determinar a data da eleição. Nós
76 temos uma procuradora aqui da PGM que pode nos esclarecer em relação a isso.
77 Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
78 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. O nosso regimento interno
79 prevê essa possibilidade, muitos conselheiros se declaram impedidos e não há a
80 obrigatoriedade do conselheiro expor as questões pessoais, não temos como obrigar ele a
81 transpor, assim como outros conselheiros já se declaram em inúmeros processos e a gente
82 não exigiu o fato. Então, isso é do conselheiro, porque se tem essa previsão regimental de
83 não haver a necessidade dele relatar se entender que pode haver algum prejuízo. Depois,
84 em relação ao mandato sim, Conselheiro Felisberto, vamos ter que prorrogar. Claro, é um
85 momento de transição, difícil de definir calendários e datas, a gente quer tentar organizar
86 melhor, mas temos um pouco de dúvidas, como vamos conduzir, a gente tem essas
87 dúvidas. Certamente, a eleição vai se dar lá por março do ano que vem, vai ter um
88 tempinho inicial de maturação da nova gestão. Então, essa prorrogação certamente vai
89 acontecer nos mandatos dos conselheiros, o mínimo até março, onde se dá início a novo
90 mandato. Em relação à organização, edital, essas questões a gente trabalhou. Na verdade,
91 repete um pouco dos processos anteriores em relação ao edital. Então, a partir da
92 publicação do edital que a administração faz, ela coloca as datas, dá o prazo para a
93 inscrição das chapas e indicação de representação na comissão eleitoral. Aí cada chapa
94 indica um representante para compor a comissão eleitoral, vai fazer o processo. E a gente
95 do ponto de vista de sistema aqui também já trabalhou bastante com a PROCEMPA, no
96 sentido de ter um sistema para dar suporte, nesses formatos mais online. Então, a gente
97 está esperando um pouco o contato, para ver como a gente conduz isso em relação às



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

datas, momentos, em relação à eleição. Fiquem tranquilos que certamente o prefeito vai prorrogar o mandato para não ter interrupção até que haja a eleição de um novo conselho. Eu acho que é isso. Patrícia, vamos lá para contribuir. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite. Eu me inscrevi para fazer um pedido que aconteceu no âmbito dos grupos de trabalho, que é para fazer até o fim do ano apresentação das oficinas. Aí a gente teve uma ideia, acho que foi última reunião que eu estava do Plano Diretor a gente teve a ideia de substituir essa reunião temática do dia 17 de dezembro, que seria sobre os gravames, fazer nessa data apresentação das oficinas, dos resultados das oficinas da equipe de planejamento, aí eu queria botar em deliberação isso, porque como eu estava na última reunião, não tem condições de fazer votação; Então, eu queria pedir para fazer a votação para deliberar sobre esses aspectos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, penso ser oportunidade, consulto os senhores conselheiros, estamos no final do mandato, seria interessante que a equipe pudesse fazer a apresentação dessas oficinas. Consulto os Senhores Conselheiros se há alguma oposição em a gente substituir. Nós tínhamos previsto uma reunião temática em 17/12, mas como o nosso calendário está cheio, então, a Patrícia propõe substituir para ter essa apresentação. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A gente tem a previsão de ir nas regiões fazer a apresentação como foi combinado com a população que foi lá fazer a sua parte. Com a pandemia a gente vai prorrogar para o momento oportuno, igual a gente faz com o conselheiros. Então, em relação aos conselheiros a gente quis fazer isso no dia 17. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Se houver oposição, por favor, manifestem. Em não havendo oposição a gente, então, substitui a data de 17/12 da temática para a apresentação do resultado das oficinas. Passo a palavra a Patrícia para conduzir a nossa reunião hoje, no tema da instrução normativa. **2. DISCUSSÃO: Contribuições para instrução normativa do PDDUA; 3. REGISTROS E ENCAMINHAMENTOS.** **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Obrigada por estarem presentes nesta reunião que vai tratar da instrução normativa. É um momento importante para a nossa revisão do Plano Diretor. Então, o ideal é que a gente tente na medida do possível estar de acordo como vai ser esse processo, como que ele vai ser encaminhado. Então, a ideia é que ele seja construído em conjunto ao longo do tempo, conforme a instrução normativa, com apoio e trabalho dessa ideia inicial, tendo o projeto desenvolvido durante dois anos, tendo aquelas etapas que a gente colocou ali, 5 etapas. E estamos abertos, a ideia é que a gente faça realmente debate sobre o que vocês consideram importante que conste nesse documento para que seja alinhado e que dê as diretrizes no decorrer de todo o processo. Uma coisa que está clara é que ele pode ser ajustado no decorrer do processo. Então, ele não está totalmente engessado, no momento que a gente entender que tem que sofrer algum ajuste a gente pode encaminhar. E a formação dos grupos de trabalho, questões que foram discutidas, por exemplo, outros que eu achei importante de ter um grupo junto à Câmara, enfim, a gente teria que discutir sobre isso para a gente poder agregar e qualificar essa minuta. A participação do Prefeito, enfim, que foram sugestões que acabaram vindo no decorrer. Acho que a gente tem que colocar aqui na discussão para gente melhorar o processo. E esse prazo, a prorrogação para janeiro, é bem oportuno, até acho importante por causa dessas questões que vocês pontuaram, que eu achei significativas, mas a gente vai ter com esse prazo aditado, a gente vai ter o tempo de deixar um documento bem maduro, porque eu acho que vai ser um resultado desta gestão do Conselho. Então, abro a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

palavra para a gente poder discutir o assunto. Não sei se vocês leram ou se querem retomar algum ponto. Aí eu fico aberta para receber as contribuições, tirar dúvidas, para a gente iniciar a discussão. Eu vou compartilhar a tela naquela mesma metodologia que a gente tem. Então, estou aguardando contribuições para a gente discutir sobre o processo de revisão do Plano Diretor. Eu tinha recebido algumas contribuições em relação ao grupo junto à Câmara, o que vocês querem falar sobre isso? A hora é de vocês contribuírem. Vocês querem que eu apresente alguma coisa? A Claudete está inscrita. Pode falar, Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e todas. Eu costumo fazer um dever de casa. Eu queria tirar algumas dúvidas, Patrícia, assim, já que nós vamos postergar toda a ação, então, a gente pode postergar o prazo para contribuições, isso se estende? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Podemos prorrogar sim, a gente pode combinar aqui a data. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** No caso, o prazo era hoje, eu já achava um prazo ruim, porque hoje nós estamos discutindo e hoje teríamos que fazer contribuições. E da instrução normativa eu fiquei com uma dúvida, fala no art. 2º sobre as atividades já desenvolvidas. Então, eu gostaria de saber quais são todas as atividades que já foram desenvolvidas e que estariam contempladas nessa instrução normativa. E sobre a composição do conselho consultivo, no art. 6, inciso IV, porque ele não parece que seja claro quem compõe esse conselho consultivo. Se eu fizer um comparativo ao inciso V, vemos ali que está bem definido o que são as 8 regiões de planejamento, mas a mesma definição eu não tenho em relação ao inciso IV. E a terceira dúvida, na verdade, diz respeito aos critérios, quais são os critérios e quem, não só os critérios, mas quem está fazendo a sistematização do acolhimento das sugestões. Qual é o critério que se utiliza? Eu vi que algumas coisas que foram pontuadas ali pelo Atua POA foram contempladas na instrução normativa, mas a gente desconhece quais são os critérios que estão sendo utilizados e quem está fazendo essa escolha. Aproveito também para pedir que nos seja disponibilizada, na verdade, mais uma vez, as contribuições que já foram efetuadas, bem como o acesso ao expediente, para que a gente possa ter efetivamente o acompanhamento do todo. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Vou tentar responder, se ficar faltando alguma coisa me corrija. Primeiro, quanto à prorrogação da data. Então, a gente vai ter que verificar aqui, a gente tem uma definição, a gente pensou em definir a data da reunião para a próxima reunião, que seria instrução normativa, definir essa reunião para o dia 12. Só que a gente teria que ter um tempo para fazer as compilações até receber as contribuições. Então, a gente teria que receber pelo menos até o dia 04 de janeiro, vai ficar um pouco apertado, o ideal seriam duas semanas, mas pelo menos até o dia 04 de janeiro no primeiro momento. O que vocês acham da gente prorrogar as contribuições? Estão de acordo? Só coloquem pelo chat qualquer. Então, em princípio vamos deixar definida a prorrogação. Está outra questão em relação ao artigo 6º, inciso V, grupo de trabalho consultivo técnico, a nossa ideia era colocar os conselheiros. A gente fez uma abrangência, em vez de ser só as entidades a pedido de vocês, representante do Conselho geral, mas como a gente debateria termos técnicos, a gente colocou a possibilidade deixar aberto para as universidades se agregarem nos grupos. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Tranquilo. É que ali não está claro quem são esses integrantes. Então, vamos referir que ali, conforme o artigo... **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A gente colocou todos os conselheiros, porque tem conselheiros das regiões que têm interesse em participar dos



debates técnicos. Então, a gente colocou por integrante do CMDUA em geral, todos que tiverem interesse em participa. Se todos quiserem, todos fazem parte do grupo. Quanto à sistematização, qual é a nossa ideia? A gente até discutiu isso antes, a gente estava aguardando receber as contribuições de vocês para fazer essa sistematização. E em tempo entregar a sistematização para vocês avaliarem. Então, quanto mais cedo, e a gente não disponibilizou ainda porque a gente queria receber, fechar esse prazo do dia primeiro, não me lembro se foi dia 15 o final... A gente queria receber essas contribuições e planilhar. Então, cada contribuição a gente vai fazer uma justificativa direitinho, nesse primeiro momento, com aquela contribuição que tinha, a gente só fez uma análise e pontuou o que achamos adequado na instrução normativa. A gente entendeu que realmente tem que ter um documento em cada ponto que for apontado, vai ter a justificativa ou vai ter o enquadramento, a gente colocou em um local ou no outro, em tempo da reunião do dia 12/01 para vocês poderem fazer as suas avaliações. Então, quanto mais cedo melhor. Então, no que a gente se programou? Seriam para mim uns 15 dias a partir de hoje, a gente poder disponibilizar isso para vocês. E aí se vocês tiverem a gente já vai... Claro que chegar coisa muito em cima vai ficar meio complicado, mas a partir de 15 dias a partir de hoje a gente disponibiliza, colocamos no SEI direitinho e aí se forem mais contribuições mais contribuições a gente vai colocando ao longo do tempo, vocês vários poder acessar no SEI. Eu acho que respondi tudo, Claudete; **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** E as atividades desenvolvidas? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** As atividades são aquelas desenvolvidas pela equipe técnica, tipo as oficinas. Então, as oficinas são consideradas no processo, na etapa da preparatória, as visitas que nós fizemos a vocês, o que a gente debateu, o nosso trabalho de levantamento técnico, enfim, toda essa atividade que vocês têm conhecimento dela, do termo de referência, as reuniões do Ministério Público. Tudo isso a gente está considerando, as contribuições da sociedade em geral que vem por e-mail, pelo site de Plano Diretor, a gente está registrando todas elas e vamos deixar disponíveis no momento oportuno. São essas as atividades. Então, Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** As minhas indagações eram parecidas com a da Claudete. Essa questão de como é feita essa análise das contribuições. Vocês recebem e apenas sistematizam, não entra se é viável ou não, é isso? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Sim, a gente coloca. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Vão colocar todas as contribuições para que nós no conselho... **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Tem algumas que a gente não vai conseguir considerar, porque ou vai ter uma contraditória a outra, ou já foi considerada, ou já foi apontada em determinado ponto. A gente vai fazer essa análise. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** As contraditórias eu acho que não tem que ser decisão de vocês, tem que trazer para o conselho. Essa é a minha avaliação. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A gente entrega para vocês, depois... **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** As repetidas tudo bem, mas as contraditórias nós temos que avaliar conjuntamente com os grupos. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Na medida do possível a gente está tentando agregar, acho que todas são pertinentes, se não foi a gente justifica porque não é pertinente. No final a aprovação é de todos, mas nós vamos tentar compilar para facilitar o trabalho de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

245 todos. Na verdade, nós não recebemos muitas contribuições. Não temos nem o que
246 colocar agora. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um**
247 **– RGP. 1:** Essa era a outra questão, se teve um volume expressivo de contribuições.
248 **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da**
249 **Sustentabilidade – SMAMS:** Não, quase nada. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região**
250 **de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** E a outra questão, se tu podes apresentar
251 aquilo que falaste, que iria estimular o debate. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular),**
252 **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Podemos
253 sim. Eu vou dar uma retomada bem rápida nas para vocês se lembrarem. Então, vocês
254 sabem que a estrutura proposta de revisão do Plano Diretor é e com base para elaboração
255 e revisão dos planos diretores elaborado pelo Instituto Polis, do Ministério do
256 Desenvolvimento Regional. Então, ela é composta em princípio de 5 etapas, onde tem:
257 apresentação, leitura, proposta, sistematização e encerramento com aprovação e
258 implementação do monitoramento. Nós fizemos um ajuste para adequar com a nossa
259 realidade, mas com base nessa estrutura, onde nós temos uma etapa preparatória, onde
260 nós estamos neste momento. Nessa etapa preparatória são todas aquelas atividades que
261 eu citei para a Claudete, onde a gente já está desenvolvendo, fizemos a questão das
262 oficinas, as visitas às entidades, coleta de dados, extração de informações, termo de
263 referência, enfim. A gente até já tinha apresentado no Ministério Público essas ações.
264 Então, a ideia depois de concluir essa etapa, aquilo que a gente já tinha passado para
265 vocês, aí sim, por fim, começa o desenvolvimento de todos os estudos, o andamento dos
266 grupos de trabalho, o nosso dia a dia após a aprovação da instrução normativa como
267 revisão do Plano Diretor. Então, a ideia que ele se desenvolva durante esses dois anos,
268 durante 2021/2022, ficando focado o ano de 2021 na parte de diagnósticos, onde é feita a
269 leitura da cidade, através dos trabalhos técnicos e dos trabalhos de participação, onde a
270 gente conta com vocês para serem bem atuantes junto com a gente nesse processo.
271 Posteriormente, a etapa de sistematização e propostas, que a gente propõe para ser no
272 ano de 2022. E aí, depois da etapa de sistematização e proposta, ainda tem a etapa de
273 aprovação, que é mais um processo que não é desenvolvido pelos estudos, mas
274 desenvolvidos por nós, nós Prefeitura e Conselho, para ser encaminhada junto à Câmara
275 de Vereadores o projeto final que vai ser encaminhado para aprovação. Após aprovação a
276 gente tem toda a etapa de aprovação e monitoramento, que é a nossa ideia de trabalhar no
277 sistema de gestão, uma plataforma, enfim, para a gente poder cada vez mais trabalhar com
278 base na cidade real, a cidade que tem hoje ou acompanhar as transformações, monitorar
279 as transformações da cidade. E nessa minuta nós propusemos o desenvolvimento de três
280 grupos principais, três grupos de trabalho, onde um desses grupos seria o grupo técnico-
281 operacional, que seria composto pelas equipes técnicas da Prefeitura, a partir de suas
282 diversas secretarias. O próprio Conselho como um ente central dentro desse processo. Os
283 grupos de trabalho, que seria um consultivo que abordaria temas técnicos, mas conforme o
284 pedido dos próprios conselheiros ele enquadraria todos os conselheiros que tiverem
285 interesse para discutir os temas técnicos. E um GT consultivo focado nas regiões de
286 planejamento, focado nos processos de participação com a sociedade. Então, como eu
287 coloquei aqui, o conselho como um eixo a partir do qual todos os organismos estão aqui. A
288 gente tem os preparatórios, a descrição de algumas atividades que a gente já está fazendo,
289 a elaboração da instrução normativa, em seguida, após a instrução normativa é importante
290 a gente já formar os grupos de trabalho. Foram feitos trabalhos para fazer aquisição de
291 computadores, enfim, só para a gente poder trabalhar durante o processo. A estruturação
292 dos dados e informações, a realização de oficinas, essas preliminares. A realização de
293 capacitação e elaboração dos termos de referência. Então, na sequência, com o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

desenvolvimento dos trabalhos em andamento. A ideia é que todos eles cheguem a esse fluxo, onde os resultados inicialmente sejam compilados pela coordenação técnica, que é a equipe técnica da SMAMS, mais esse grupo técnico operacional, que são os componentes dos órgãos da Prefeitura, onde eles vão fazer com que esse relatório que venha, esses estudos que venham, estejam adequados ao funcionamento da prefeitura, se ele está de acordo, se ele é factível. Efetuamos um relatório preliminar e submetemos aos grupos. Por que não direto ao CMDUA? Porque os grupos têm essa dinâmica que a gente já viu, que a gente pode trabalhar, a gente pode analisar, organizar a forma de trabalhar de uma maneira mais livre. E a gente pode deliberar sobre o processo, a ideia é um trabalho sob o processo. Em esse trabalho consolidado dos grupos de trabalho esteja de acordo, vamos submeter ao plenário do CMDUA, até para aqueles que não tenham interesse em participar dos grupos de trabalho, que eles também sejam contemplados nos resultados. E aí a ideia, a nossa proposta é no final da etapa de leitura da cidade a gente submeter para uma primeira conferência, onde essa primeira conferência, a partir dos resultados, dos estudos profundos que vão ser elaborados sobre a cidade, nessa conferência se possa ter ideia quais os caminhos que devem ser dados. E aí quantas indicações desses caminhos a serem dados, a gente encaminha para sistematização e propostas, que a ideia é que tenha andamento no ano de 2022. E aí, em relação aos fluxos, aos resultados desta sistematização, a ideia que ele siga o mesmo fluxo, para uma consolidação técnica dentro das equipes técnicas da prefeitura. E aí na sequência ele passar para o GTs, onde eles vão olhar sob o seu aspecto os resultados, eu acho que nessa etapa vai ser bem importante a participação do grupo de trabalho do Conselho. E em os grupos técnicos dando ok, eles submetem ao plenário do CMDUA, até para contemplar aqueles que não tem disponibilidade de participar dos grupos de trabalho. Com essa consolidação final pelo CMDUA, a ideia é ter uma segunda conferência, que vai fazer o fechamento dessas propostas. O fechamento e consolidação, a ideia é que se encaminhe para uma aprovação, a partir dessas propostas consolidadas aí sim se elabora uma minuta e essa minuta vai também seguir todo esse fluxo para que esteja afinada com o engajamento de tudo. Então, a ideia é ser submetida a uma audiência pública ou audiências públicas, como vocês comentaram, de repente trabalhar em regiões da cidade, isso é uma coisa que a gente tem que debater nos grupos de trabalho. Após a audiência pública se encaminha para a Câmara de Vereadores. Após aprovação segue a etapa de implementação e monitoramento, que segue dentro da prefeitura com atualização e acompanhamento da implementação do Plano Diretor. E também nessa etapa de implementação e monitoramento, a ideia é ter uma capacitação dos agentes envolvidos, conforme proposto por vocês também. Importante salientar que dentro da estrutura desse processo a ideia é ter capacitação de todos nos temas relacionados ao Plano Diretor, até para auxiliar vocês na tomada de decisão durante o processo. Então, rapidamente pontuei as competências de cada agente. A coordenação técnica, a ideia é que ela seja o núcleo que vai organizar tudo, o pessoal que vai trabalhar, organizar, enfim, vai coordenar toda essa função. O GT técnico operacional são os colegas das outras secretarias que vão estar juntos ajudando nos encaminhamentos. Depois o GT consultivo técnico vai deliberar sobre questões técnicas, mas vai participar também de questões de participação técnica, seminários, ajudar a decidir sobre algum assunto mais profundamente. Vão nos ajudar a engajar junto com a sociedade relativo a esses temas técnicos. E em relação ao grupo de trabalho das regiões de planejamento, a ideia é realmente estar junto ali e ajudar a engajar em relação à participação da sociedade mesmo, identificando quais são os problemas que a sociedade identifica, possíveis soluções, enfim, realmente estar ali sendo parceiro e nos ajudando a executar essas ações de participação dentro do processo. E aí o conselho no fim é aquele



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

que vai fazer o fechamento de todos os resultados. Então, ele vai acompanhar, de repente vai solicitar um relatório de um grupo de trabalho, enfim, a ideia é a gente sempre prestar contas de tudo que está acontecendo no decorrer do processo, daí a gente vai agendar uma reunião mensal, enfim, a gente vai ter que combinar tudo isso dentro do grupo de trabalho. E a ideia do Conselho também, além dos fechamentos, acompanhar junto conosco a aprovação da minuta. A ideia é que nós como parceiros, é um projeto nosso, que nesse projeto a gente seja parceiro para defender na Câmara de Vereadores. E uma coisa importante que eu já tinha pontuado ali, em relação à questão de engajamento, que é muito importante para o processo funcionar, que os conselheiros que tenham interesse em participar do grupo de trabalho, que realmente sejam engajados conosco para garantir que esses resultados esperados sejam atendidos. E a ideia, além desses grupos centrais, é realmente formar grupos temáticos específicos. Por exemplo, a gente tinha discutido alguma questão com o Merino, que tinha comentado que seria interessante ter grupos temáticos específicos de mobilidade. Então, no decorrer do processo a gente vai identificando e vai formando os grupos, até para participação de outros agentes da sociedade, outras pessoas que tiverem interesse, porque esse processo tem que ser aberto a todos na medida do possível. Então, aqui um comentário sobre a conferência, que a nossa preocupação é que ela não seria adequada ou pelo menos dentro desse processo não seria adequada no começo, porque a gente primeiro precisa de um tempo e engajamento das pessoas para organizar. Eu pesquisei, precisa de pelo menos oito meses para organizar uma conferência para que ela realmente engaje a população, que tenha um resultado. Então, ela estando agendada desde o começo e a gente ter um time que vai nos ajudar a organizar, que a gente vai planejar isso de maneira bem consistente, é muito importante que seja no fim dessa etapa de leitura da cidade, já com todos os diagnósticos consolidados. E a segunda que nós estamos propondo, no fim, então, dessa etapa de sistematização e proposta, que realmente vai dar os subsídios para elaboração da minuta de aprovação do Plano Diretor. Então, aqui eu coloco a importância das audiências públicas, previamente a aprovação na Câmara de Vereadores, o acompanhamento de conselheiros no processo. A ideia é termos consultas e participação online. Então, conferência e audiências, os dois grandes momentos seriam esses. Aqui eu coloquei rapidamente a estrutura que a gente propôs ali da instrução normativa, que começa com os objetivos, a estrutura organizacional, coloca essas cinco etapas de desenvolvimento, o processo de participação e as formas de comunicação para garantir a plena participação no processo na medida do possível. É isso, gente. A Claudete colocou (chat): “Poderia colocar porque foi excluído o modelo espacial”. Essa daí eu não sei responder, é uma incógnita, não sei se a Vaneska saberia responder por que foi excluído, mas a nossa ideia é retomar. (Chat): “Deveria ser apresentado um relatório das atividades desenvolvidas”. Ótimo, podemos fazer, bela contribuição. Ali a Renata colocou que já está sendo montado. É isso aí. Então, vocês têm perguntas? Vamos aos trabalhos. Claudete, pode falar. O Mark. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Patrícia, deixa o Mark falar antes, eu falo depois. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa tarde a todos. Patrícia, eu estava te escutando sobre esse detalhamento todo e juntando as atribuições, o volume de papel que nós já recebemos. Eu estava pensando em conversar agora com nosso plenário que do ponto de vista do método, que talvez fosse interessante para nós conselheiros e conselheiras fazermos uma revisão sistemática dessa Lei Complementar nº 646, que estabeleceu o Plano Diretor renovado. E ela por sua vez era sucessor da Lei Complementar nº 434. Eu fui olhar esses documentos e eles são documentos que tem muita informação, são documentos que tem uma sequência que revela um trabalho



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

importante da comunidade política porto-alegrense, que acumulou nesses dois grandes documentos, houve uma sequência de propostas. Então, eu consideraria do ponto de vista metodológico que seria muito importante nós termos essa lei complementar pelo menos como ponto de partida para a formulação de várias propostas, porque de uma maneira ou de outra ela consolida, complementa um processo de discussão que houve naquele período ali que antecedeu a definição desta lei. Eu li também a minuta da instrução normativa, que está espelhada aqui em um documento de 14 páginas, que faz vários considerandos e que seria o objeto dessa nossa reunião de hoje. Então, aqui já tem uma formulação, eu me lembro que isso aqui foi distribuído para nós conselheiros, mas eu não sei qual foi a data da ação, mas é um é um documento que tem uma estrutura bastante detalhada, que eu também acho que isso poderia ser do ponto de vista do método utilizado como eixo para que a gente fosse examinando dentro do Conselho artigo por artigo e essa sequência, para verificar se nós estamos atendendo todos os requisitos necessários e se falta alguma coisa. As exposições que vocês têm feito parecem que supõem a existência dessa documentação, mas isso muitas vezes não é nem referido, nem citado. Por isso eu me inscrevi nesse momento para fazer uma abordagem e não ficarmos apenas e tão somente ouvindo o Felisberto, que, aliás, é importante e tem nos ajudado muito nos debates que a gente tem feito, mas eu acho que essa referência de termos essa lei complementar como ponto de partida, pela importância que esses artigos têm. Inclusive, eu fiz uma conversa com os colegas diretores da nossa entidade e a gente viu um pequeno texto ali dirigido para aquele e-mail do nosso Conselho, que eu acabei enviando isso hoje, onde nós consideramos que essa Lei Complementar nº 646 é muito importante como elemento esclarecedor sobre a estruturação legal do PDDUA. Então, nesse momento era essa a contribuição, se é que isso pode ser chamado de contribuição, que eu queria dar. Muito obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Achei ótima a contribuição. Eu coloquei ali no início dos trabalhos, após a gente consolidar essa estrutura, que é preparatória para a gente começar a trabalhar o que vai ser desenvolvido dentro do Conselho. Além disso, está previsto aqui começar a revisar o texto da lei especificamente. Perfeito, acho que até a gente pode complementar nas atribuições ali do próprio Conselho essa competência, ou como um plano de trabalho dentro do Conselho, podendo deliberar aqui a ação do plenário, que vai ser fazer a revisão dessa lei. Não vejo problema nenhum. Está bem tranquila a tua contribuição. A Claudete tinha perguntado alguma coisa sobre o modelo espacial. Eu não sei se a Vaneska tem, eu não tenho informações sobre o porquê do um modelo espacial não estar na 646. Ah, foi retirado da IN. É que ela falava de uma coisa mais abrangente, Claudete, que era todo o projeto do PENUD. Então, ela ficou restrita à revisão do Plano Diretor. O modelo espacial está dentro da revisão do Plano Diretor. Então, é tranquilo, está contemplado o modelo espacial do Plano Diretor dentro, a ideia, a revisão do Plano Diretor também é espacial, toda essa discussão inclui na revisão no modelo espacial também. Tudo isso está dentro do projeto. vamos ao Sérgio. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Não é referente ao texto, Patrícia, mas eu estava olhando no Google Drive o que vocês compartilharam, só para ver se tinha mais algum material. A instrução normativa que tem ali não é a nossa minuta que está ali, é um negócio do solo criado, que foi postado sem querer errado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Vou olhar. Era isso? Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Uma questão que eu queria levantar, que já é recorrente, essa ideia do Plano Diretor de Porto Alegre fazer uma reavaliação no início, quando surgiu a ideia era fazer uma reavaliação a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

partir de um diagnóstico, de uma avaliação nesse período de tempo do desempenho do Plano Diretor. Eu lembro que já se falou isso, mas, na verdade, eu vejo que agora nos debates políticos que teve aqui das eleições, os candidatos falavam do Plano Diretor, uns diziam coisas pertinentes, outros diziam bobagem, segundo a minha ótica. Assim, como se o Plano Diretor fosse o grande responsável pela falta de desenvolvimento. A minha pergunta, eu não vi em que momento, eu acho que a Patrícia disse que estavam fazendo, existe um diagnóstico, um documento que tenha apontadas as questões críticas do Plano Diretor atual? Eu acho que qualquer trabalho de reavaliação tem que ter uma avaliação, um diagnóstico de o que hoje o Plano Diretor está em desenvolvimento, ou está superado, ou é burocrático. Existe esse documento? Eu não vi em nenhuma etapa essa questão. Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A questão assim, a gente tem uma avaliação preliminar, que, inclusive, a Vaneska já apresentou em uma das reuniões relativo aos termos de referência. E essa avaliação preliminar é uma premissa que nós tomamos em um ponto inicial para iniciar os trabalhos. Vamos dizer, essa avaliação mais profunda, a ideia que a gente tem é esse resultado dos diagnósticos, das consultorias, enfim, de tudo que foi desenvolvido durante o processo. Então, este resultado do que vai ser, acho que nós tomamos uma decisão conservadora no sentido de que se a gente for mudar alguma coisa, a gente precisa ter elementos para fazer isso. Inclusive, o que o próprio Mark estava comentando, o que a gente revisou da 646, da nossa experiência que temos, o que foi identificado é que a gente não tem elementos nesse momento para simplesmente – ah, eu vou mudar e vou fazer outra coisa. A gente no primeiro momento que a nossa ideia é manter a estrutura que nós temos, considerando que tem muitas coisas que não se provaram, a gente identificou que as estratégias não conseguiram um detalhamento, não conseguiram efetivamente se implementar. Ah, quais foram as razões disso? Isso aí a gente vai precisar desse estudo, a gente precisa desses estudos iniciais para a gente ter certeza, nesse momento nós não temos, nós temos essa ideia inicial, essa convicção de que nós não queremos mudar radicalmente o que temos. Nós temos um plano consistente, estruturado, onde contempla todas as questões da cidade, estava alinhado com as agendas internacionais. E todas aquelas questões que a Vaneska apresentou muito bem naquela reunião que ela apresentou e me deixou até emocionada com o engajamento, com a profundidade que o pessoal teve nesse trabalho. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu queria destacar que dentro das etapas das entrevistas, a gente tem o entendimento (Inaudível/interferência no áudio), que a leitura da cidade é uma leitura técnica, comunitária. Também essa questão da legislação vigente. Está relacionado ao termo de referência, que contempla como primeira fase, para que a gente possa ter um detalhamento da parte de dados. **Rômulo Krafft (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite. Eu só queria complementar ao Mark, na composição que ele fez a pouco, considero a coisa mais importante que apareceu hoje. Eu vejo assim, o Conselho tem aparentemente dois papéis igualmente importantes nessa questão do Plano Diretor, que uma é atuar como um facilitador, como um articulador, permitindo que diversos segmentos da população, seja de alguma forma representada, ouvida, que essas questões do dia apareçam, que são todas coisas relativas, são coisas mais de processo. E a outra contradição que eu acho que o Conselho tem é substantivo, no sentido de construir alguma coisa, construir uma contribuição dele propriamente dito, não apenas essa questão da facilitação. A gente vê naquele diagrama naquele primeiro slide da apresentação da Patrícia, nós temos ali a leitura técnica, a leitura comunitária, as proposições, parecendo que essas questões são automáticas, que bastaria a gente reunir as pessoas e essas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

coisas apareciam ao natural, o que não é verdade. Quer dizer, o Mark colocou muito bem, cada linha desses documentos legais, dessa lei complementar, exigiram um trabalho de muita gente. Tem um conteúdo embutido ali muito importante e muito denso, que nem sempre a gente consegue capturar em uma simples leitura. Então, o Conselho do Plano, já que ele tem esse privilégio de ter pessoas que representam segmentos, que representam áreas da cidade, setores, representantes de categorias profissionais de diversas áreas do governo. Quer dizer, é um grupo eclético, que teria condições de construir alguma coisa que seja um pouco mais do que só o meio campo, de só ficar aqui tentando articular e garantindo a voz de outros. Eu acho que o Conselho seria uma contribuição muito relevante se fosse levado adiante, algum tipo de trabalho desse tipo. Então, queria sublinhar o que o meu colega da Sociedade de Economia falou a pouco e me colocar à disposição para poder ajudar no que for possível. Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu tentei colocar aqui, foi uma frase que tu colocaste, acho que resume bem, que o CMDUA tem como um dos papéis construir suas próprias contribuições. Atenderia bem essa tua justificativa, a consolidação das suas próprias contribuições. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Voltando, quando eu ouvi a fala do Mark e um pouco a fala do Professor Rômulo, eu vou ao encontro das duas argumentações. Eu estava pensando, nós temos uma cidade real, como replanejar esta cidade ou melhorar a cidade existente? Nós temos estratégias no plano, que são as 7 estratégias. Então, é importante que esses conteúdos e essas estratégias sejam de domínio da maior parte da população. Também a questão de mobilidade urbana, cada região tem a sua dinâmica de mobilidade urbana e que deve ser trabalhada. O uso do solo privado, nós temos que discutir também o uso do solo público, como usar? Tem que estar na pauta. Eu estou trabalhando nas estratégias. A outra questão é a qualificação ambiental, nós temos a ameaça de uma mina em Guaíba, em Eldorado, qual o impacto que vai ter na região e em Porto Alegre? E as podas de árvores? Estão matando as árvores sob uma ótica sem discussão com a sociedade. E discutir o saneamento básico, a drenagem da cidade. É isso. A produção da cidade é o grande foco, que cidade nós queremos? Queremos cidade de arranha-céus, de shopping, de grandes empreendimentos? Ou queremos qualificar a cidade existente? Nós temos que pôr na pauta da discussão e ouvir a cidadania. A questão da promoção econômica, acho que foi o Riba sou o Patrick que tocou nesse assunto, nós estamos sofrendo um grande impacto na questão econômica, como a gente vai trabalhar isso? Temos a questão da saúde, como será a distribuição da vacina? Isso vai ser a pauta no ano que vem. Não tem como, como vai atender a estrutura? A estrutura pública está preparada para isso, para a recuperação econômica? Qual vai ser a participação da cidadania? Eu acho que isso envolve também a questão do planejamento urbano. Por fim, o sistema de planejamento, aí entra o papel do CMDUA e dos outros conselhos, a relação do CMDUA com o OP, com as regiões do OP, que são 17 e não tem nenhuma relação, nunca foi feita uma relação. Então, é importante que a gente tenha esse contato, porque muitos conselheiros do CMDUA são oriundos do OP. Por fim, que as audiências públicas sejam regionais. Como a gente vai fazer em época de pandemia? Vamos ter que achar um meio. Era isso. Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Obrigada, Felisberto. As tuas contribuições não só são para esta questão da instrução normativa, mas também a questão dos TRs, dos estudos, enfim. Foram pontuadas as questões das estratégias mesmo. Então, está anotado e vamos considerar na medida do possível. Emerson. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

noite a todos. Eu acho que um ponto que eu sempre questionei é a questão da discussão do plano regulador, que é a Lei Complementar nº 464 hoje. Na lei complementar dá o regramento do plano, vai dizer o que poder ser adotado e o que não pode. Porto Alegre tem uma série de legislações que complementam o Plano Diretor, inclusive, nas aprovações de projetos dos empreendimentos. Nós temos grandes dificuldades, Porto Alegre ficou uma cidade com diretrizes viárias bem estruturadas rarefeitas. Então, a gente sempre comentou, principalmente eu enquanto representante do OP, que é uma cidade mais intensiva, intensiva de buscar a melhor qualidade de vida, a melhor estrutura, a maior organização da cidade. Nós não poderemos mais a criar ilhas, como a gente vê muitas vezes aí, lugares distantes da cidade, criando ilhas onde não tem infraestrutura, não tem transporte, não tem nada para atender aquela comunidade que vai residir naquele espaço. Então, o plano regulador é muito importante. Eu vejo também que a falta um pouquinho das entidades trabalharem um pouquinho do plano regulador, que são profissionais que trabalham dentro da área, poderiam contribuir no seu dia a dia, porque todos têm difícil, independente de ser um plano quase que completo, mas as dificuldades que são encontradas nas legislações, através do entendimento do próprio plano, através de entendimento do próprio técnico, através do comprometimento do próprio técnico, muitas vezes o técnico não quer assumir um compromisso, principalmente trata-se de questões ambientais. Então, as dificuldades são tremendas nesse processo de entendimento da prática com a legislação e com o Plano Diretor. Então, o plano regulador é muito importante para essa discussão. Eu sei que está sendo apresentado agora um diagnóstico de diretrizes que a cidade quer, diretriz de bairro, de regiões mas o plano regulador eu acho que é o principal ponto e é o interessante para a própria Câmara de Vereadores. A Câmara até vai adotar as diretrizes, mas ela quer discutir o plano regulador, aí vai ter os interesses de vários grupos da cidade e os vereadores também vão trabalhar, mas o plano regulador no meu entendimento é o mais importante para se abrir uma discussão e para saber realmente o que Porto Alegre precisa mudar dentro desse plano regulador, apesar de ser bastante completo, mas tem algumas falhas que têm que ser corrigidas. Obrigado.

Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: (Inaudível/interferência no áudio). **Renata, Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Não deu para escutar, o som está meio metálico, mas eu posso complementar. Ela quis dizer que as estratégias. Essas diretrizes guiam as decisões do plano regulador. Hoje o plano regulador está um pouco arbitrário no sentido de alturas, afastamentos, mas o que a gente quer é relacionar essas diretrizes essas estratégias que vêm das estratégias para que elas se reflitam no plano regulador e vice-versa. Então, essa é uma das ideias que a gente tem de poder concretizar as estratégias através do plano regulador. Ele não ser um instrumento a parte, ele esteja relacionado com as diretrizes e estratégias do plano. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Ótimas contribuições, Renata. Era isso? Então, vamos ao Professor Rômulo. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu tinha esquecido de uma coisa, mas ouvindo o Felisberto e o Emerson, a parte eu queria dizer ele já disse, que é o seguinte, a lei do Plano Diretor é uma representação da cidade. Então, ali dentro daqueles artigos, daqueles mapas, aquelas tabelas, ali está a realidade de Porto Alegre representada de uma forma e não apenas a realidade da cidade existente, mas como uma série de aspirações, uma série de apostas para o futuro. Só que essas coisas são extremamente abstratas. Então, se você for contrapor a um texto da lei com, por exemplo, as leituras que nós temos, as leituras que o Felisberto faz da cidade, que são descrições da realidade em estado bruto. Quer dizer, ali tem todas as coisas, todas as



coisas estão ditas como ele vê, estão misturadas de alguma maneira. E o Plano Diretor tenta de alguma forma levar essas coisas como para lá, mas ao fazer isso tem que ser feita de uma forma muitas vezes muito obscura e muitas vezes redutiva, as coisas ficam pelo caminho. Então, é bem provavelmente que poucas coisas da reivindicação das pessoas, enquanto o “conserto” da realidade imediata, vão acabar não cabendo, elas entram no Plano Diretor de maneira muito enfiada, muito agregada. Então, eu acho que essa nossa atividade aqui proposta pelo Mark vai ser muito importante para que essas coisas comecem a ficar mais claras. Assim, realmente, do que nós reivindicando, qualquer pessoa tem lá na sua listinha, todo mundo tem monte de coisas, inclusive coisas boas a serem preservadas, mas a maioria das coisas, as deficiências, os problemas para serem resolvidos. Como que a gente faz, quais dessas coisas encontram um caminho, esse filtro lá para cima, até chegar naquele texto da lei e coisas que ficam no meio do caminho, quase que nem entram? Então, eu acho que isso é um aprendizado importante para todo mundo, para mim, inclusive. Todas as pessoas do Conselho aprenderiam com isso que talvez tivessem uma visão melhor, até para mudar o plano se for o caso, tornar mais permeável as coisas, a dar respostas para as coisas que não dá hoje. Obrigado, era isso.

Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Ótimas contribuições. Tu fizeste referência ao que já estava citado ali, eu coloquei. Acho que tu mesmo já tinhas colocado: “Construir suas próprias contribuições”. E relacionar também essa questão que o Mark tinha colocado, incluir nas competências, a revisão do próprio texto da lei pelo plenário do Conselho. O Rafael.

Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Primeiro, seria importante como, a gente já teve uma rodada em relação à IN, seria bom sempre a gente nos novos debate trazer antes, não só o que já estava proposto pela equipe, mas o que passou por outras rodadas de contribuições. Por exemplo, não vou me lembrar de todos, mas uma que eu propus, já tinha proposto em um GT, que essa gestão dos GTs que são consultivos e que estão separados justamente por um técnico comunitário, que é essa organização que nós temos da representação da sociedade civil dentro do CMDUA, que essa gestão, que a coordenação desses grupos se deem compartilhados entre equipes e alguns dos representantes escolhidos entre as entidades e as regiões. Ou seja, para que a gente tenha o órgão deliberativo, que é o CMDUA, trabalhando em conjunto com os grupos consultivos, mas mantendo seu papel de que são entidades eleitas para o CMDUA, que vão estar no mesmo patamar de discussão que entidades consultivas de fora do CMDUA, que tem caráter consultivo. Então, seria bom para ter essa transição uma relação mais próxima do CMDUA, mesmo que não venha só pela equipe distrital. E aí acho que talvez possa contribuir nesse relacionamento. Sobre o que foi colocado aqui, uma questão importante, a gente fala muito quando vai tratar de processos de participação, que queremos ouvir o que a cidade quer, o que as pessoas querem da cidade, mas é importante como metodologia também saber o que as pessoas não querem para sua cidade ou para o seu espaço específico da cidade, para o seu bairro. Como que a gente vai saber entre todos aqueles quereres quais aqueles que estão em conflito? Olha, eles querem aquilo, mas eu não quero aquilo. Quer dizer, o “não” às vezes diz muito, a gente meio e vilaniza o “não” e ele tem um papel muito importante para conhecermos a cidade que queremos e a cidade que não queremos. E para que se possa conhecer e reconhecer conflitos existentes na cidade. O que eu quero é diferente do que outra pessoa quer e digo que não quero aquilo. Sobre plano regulador versus estratégias, parece que é justamente, por exemplo, na Câmara de Vereadores... E estou falando no geral, quando vai olhar onde que acontecem certas estripulias, porque chega um Plano Diretor elaborado pelo executivo na Câmara, e como o Emerson falou, na Câmara não estão muito interessados em



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

estratégias, porque tem representações muitas vezes de setores que não querem saber das estratégias, querem saber do plano regulador e não olham para as estratégias, não mexem nas estratégias, mas mexem no regulador. E aí o plano regulador deixa de ser uma ordenação daquilo que está proposta nas estratégias. Então, essa relação quando se pensar como levaremos o debate para a Câmara, em relação às estratégias e o próprio plano regulador, também é importante evidenciar que a estratégia diz isso. Então, qualquer alteração disso no plano regulador pode significar uma mudança radical muitas vezes na estratégia. Isso representou basicamente, ainda que tenha algumas coisas do plano de 99 que aconteceram assim na Câmara, mas a revisão de 2010 apresentou uma ruptura fundamental na Câmara Municipal entre o plano regulador e as estratégias. E aí eles passaram a não conversar mais. Agora, o que para a maioria das pessoas é mais fácil de compreender? As estratégias do que o plano regulador, que são peças técnicas, etc. Então, nós precisamos saber tratar das estratégias e defender essas estratégias, não essas que estão postas aqui, mas as estratégias que vai sair desse processo participativo e também manter que o plano regulador seja reflexo dessas estratégias e não seja desvirtuado para outra coisa, porque esta cidade espalhada que nós temos não está escrita nas estratégias e também não esteve nas propostas dos executivos que foram para a Câmara Municipal em outros momentos. Foram deturpadas, foi deturpado na Câmara, não só quando foi mandado o projeto, mas por projetos de lei complementar, como um que tramita agora na CCJ, da Ponta do Arado, que é muito engraçado. Foi aprovado um PL que era zona rural, no outro dia ia ser analisado outro projeto que aquela zona que era rururbana rarefeita tinha sido transformada em rural e ia ser transformada em intensiva. Que cidade que se ordena assim? Que cidade que respeita suas estratégias de desenvolvimento se o seu Plano Diretor é fragmentado dessa forma? É isso. Obrigado.

Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Muito bom, anotei todas elas, porque são importantes, não só para este resultado, mas acho que está agregando, discutindo já o Plano Diretor. Está bem interessante a discussão. Rafael, uma questão que tu comentaste aqui, tu já tinhas pontuado, da questão de cogestão dos grupos de trabalho. Eu não sei se essa frase atende o que tu estavas pensando ou se teria que fazer uma retificação.

Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: As entidades e regiões do CMDUA. Como estamos falando de entidades.

Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Eu quero fazer uma contribuição e saber como que os conselheiros veem esse desafio, porque a partir da fala do Conselheiro Rafael, que coloca questões bem importantes, como a gente tem que orientar o nosso debate, o que a gente tem que provocar na discussão da revisão do plano, é uma questão do vínculo entre a dimensão estratégias do plano e a dimensão reguladora do plano. E esse vínculo tanto para que possa se manter e que as alterações dos parâmetros não entrem em conflito com o que está previsto na visão da cidade e nas estratégias que eventualmente é identificado nesses exemplos também que foram citados, mas também no debate, porque às vezes a gente isola esses componentes no debate e também prejudica a discussão, porque muitas vezes se torna difícil fazer a relação entre aquela estratégia que foi pactuada ou aquela visão também da Cidade que não se deseja e o que está sendo previsto ali nesses números para a ocupação do território, que são certa forma abstratos e causam certa dificuldade para a discussão.

Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Ótimo, é teoria e prática, como é que acontece, na realidade. Tentar fazer essa relação para as pessoas entenderem.

Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: É muito mais compreensível ao



leigo – eu quero uma cidade nesse sentido. Então, uma diretriz é muito mais apreensível ao leigo. Aí o papel como técnico é justamente elaborar um plano regulador ou as estratégias, as ações, condizentes com aqueles princípios e diretrizes que leigo reconhece e diz – São com essa que nós concordamos. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Que foi o que nós colocamos, é a técnica a serviço, essa é técnica. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Que não pode ser ao contrário. Quer dizer, induzir tecnicamente algo. Só que nós estamos fazendo ao contrário do que a diretriz propõe, isso acontece muitas vezes o âmbito político, infelizmente, em geral nas Câmaras de Vereadores, onde deveriam estar muito melhor assessorados. Pelo menos nas bancadas dos partidos deveriam ter isso, esta gestão sobretudo, que provavelmente vai receber esse projeto de lei para tratar. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu estou adorando, é isso aí. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tudo bem? Boa noite. Essa discussão estame lembrando a lembrar que quando nós começamos aquele processo das oficinas nas regiões eu me perguntava e questionava lá nas oficinas, aquele apanhado que nós estávamos fazendo, para entender a identidade da comunidade, o potencial da comunidade e tudo mais, como que dali nós chegaríamos no controle? É um plano regulador, como nós chegaríamos lá no momento em que proporíamos uma legislação de controle à expansão ou de incentivo à expansão e tal. Então, isso passa de maneira geral por uma definição que cidade que se busca, se a gente quer fazer uma interpretação de uma cidade que vai ter um aproveitamento maior da sua infraestrutura e permitir uma ocupação intensiva maior em alguns lugares ou se nós vamos ter medidas, por exemplo, a minha região aqui, sul/centro-sul, tem muito lugar que é uma necessidade muito grande de estabelecer e fortalecer mecanismos de controle dessa expansão pelas características da paisagem, da relação com o rio e tal. E aí chega esse momento que a discussão vai levar para isso e nós vamos estar discutindo, por exemplo, porque aqui na Vila Assunção, aqui na Vila Conceição onde eu moro, porque a cota do terreno aqui ideal é 150 m²? Ali na Assunção é 300. Então, será que aqui na Conceição não seria muito melhor para refletir o que essa população aqui espera da preservação da paisagem, da contemplação da paisagem, que tivesse um limitador como uma cota de 300 m² e não 150? Então, tu ficas trabalhando. Outra coisa que eu coloco para os colegas às vezes quando fazem uma crítica: Pô, que absurdo que fizeram aquele edifício enorme que está sendo construído na ponta do Estaleiro! E aí eu faço um questionamento: teve excepcionalidade ali de alguma coisa, de altura, de ocupação, de atividade e tal? Não teve. Aquele edifício ali reflete um estágio atual da legislação urbana em Porto Alegre, a mesma coisa para a questão das torres que vão sair ali no Cristal. Houve alguma excepcionalidade? Votaram alguma coisa diferente? Não, a legislação de Porto Alegre absorve aquele tipo de coisa. Então, eu vê que a discussão é muito complexa e deve ser o nosso desafio de entender a cidade que a gente quer de maneira muito concreta para chegar e propor uma altura de edificação, uma série de elementos que vai configurar a cidade. Discussão muito boa, muito importante. Só uma pequena contribuição para a gente aprofundar essa conversa, que está muito boa, está indo para um caminho muito interessante e muito objetivo. Por enquanto é isso, obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Muito obrigada, Gomes. Deixa eu ver se eu entendi, eu escrevi um pouquinho diferente, mas quero ver se contempla o que tu estavas colocando: “A leitura da cidade passa por definir que cidade se busca, dependendo das características de território, devem aumentar os mecanismos de controle. Deixar critérios claros, entender



a cidade de forma concreta para saber o que propor”. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Patrícia, o comentário foi mais no sentido geral, não como proposta, do desafio que nós temos, que a partir daquilo que nós começamos para entender a nossa região, aquelas oficinas regionais, chegar lá no final com a proposta concreta e objetiva, a última e final, direta e objetiva, por exemplo, de elementos de controle, que é o que vai definir o que a gente chama de plano regulador, os instrumentos de controle para chegar naquilo que se quer de cidade. Então, é uma discussão geral, não é uma proposta, estou fazendo um comentário geral. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu estou anotando todos os pensamentos aqui, eles não vão servir para a instrução normativa, mas elas são importantes dentro do processo para considerar também. É importante isso, porque a relação entre os critérios adotados e os seus objetivos, na verdade, tem a ver com o que o Rafael falou, da estratégia. Ah, por que a cota é 150? Tudo tem uma razão de ser. Sabendo a razão de ser fica mais fácil aceitar determinados critérios. Já são 20 horas, em princípio a gente encerra as inscrições. Pode falar, Sérgio. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Na linha que o Rafael falou e tu disseste que tudo tem uma razão, sempre tem uma razão por trás do que está se propondo. Então, não sei se tem como a gente pensar em uma instrução ou onde isso que o Rafael falou. Todo esse trabalho que vai virar anos e vai passar de repente, não sei, menos de um mês lá na Câmara, que pode virar um Frankenstein, de criar uma forma, um comitê durante a época lá que está tendo a última etapa, que é a votação, vocês que conhecem tudo isso de cabeça, de qualquer jeito e vão ver as razões porque as coisas foram feitas, se tem como glosar ou não algumas propostas. Eu não sei se isso é muita ingenuidade minha. Eu acho que teria que criar alguma forma, tem que passar em algum lugar com a assessoria de todos vocês participando e ver se isso é ou não possível de propor. Senão vocês têm a razão porque de 300 ou 150 e o cara: “Não, eu não quero, eu quero 500”; e não tem porcaria nenhuma, vinculação com nada, razão com nada fazer nada, não tem nada com a estratégia, como o Rafael falou. Então, eu não sei se isso tem como se preocupar de no futuro organizar bem isso para quando chegar lá. E uma contribuição, até para o Felisberto, eu vejo que a cidade mudou muito, antes era muito o Centro da Cidade, eu vejo que na zona sul houve uma mudança bastante grande, de ter certas infraestruturas hoje tem gente, também zona norte, colégios que antigamente não existiam, hospitais, tem pessoas que vivem lá e não precisam ir para o Centro. Eu acho que tem mudado mais nessa centralidade por regiões e está acontecendo um pouco mais essa autonomia. Eu vejo essa mudança muito grande na zona sul. Era isso. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Essa tua pergunta outros conselheiros já pontuaram nas questões, inclusive até naquele documento que a gente viu do Atua POA e teve alguma contribuição que a gente já agregou na proposta da minuta de ter um acompanhamento, não só da equipe técnica, mas do próprio conselho junto. Então, a gente como autores desenvolvendo esse trabalho teria o papel nessa instrução normativa, o papel de fazer o acompanhamento na Câmara de Vereadores. Nós como grupo composto pela prefeitura, entidades e regiões. Então, já está previsto. É isso, é uma preocupação de todos, foi pontuado até no Ministério Público a manutenção da integridade do projeto que vai ter caminhado. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** O que o Emerson colocou por escrito ali (chat), era o que eu ia comentar também, o que o Sérgio traz é importante, mas glosar é um pouco de mais. Só para pegar palavra que tu usaste para dizer que existe um limite. Ou seja, que é esse da autonomia entre os poderes, embora a gente já tenha visto projetos de lei que foram aprovados na



Câmara alterando zoneamentos, atividades, etc. e serem derrubados. Isso é mais fraco o que já derrubou projetos de lei é a questão da participação, etc. e tal, mas existe sim, a falta de argumentação técnica pode vir a ser um questionamento que juridicamente a Câmara tem que estar atenta. Eu pedi a palavra só para a gente não cair na simplificação do Plano Diretor, que não é só estratégias e diretrizes em relação ao uso e ocupação do solo. Claro, acaba sendo o grande debate, porque é o que gera espacialidade e é o que gera disputa pela questão da cidade como fonte, como lugar de geração de trabalho renda. Quando o Gomes colocou a questão do Estaleiro ou quando o Felisberto traz a questão do Jockey, por exemplo, vamos pegar as cocheiras, eu poderia citar também o bairro da Rossi, Central Park. No meu ponto de vista esses empreendimentos não poderíamos prever, não pelo tamanho da torre, nada disso, é pela sua implantação. Vou pegar um aspecto, a cidade que vai favorecer o pedestre. Alguém me prove por A mais B que as torres que vão ser construídos agora lá do lado das cocheiras, assim como o Central Park, principalmente esses dois, que eles favorecem a cidade do pedestre, que esses moradores de lá para ir comprar um pãozinho vão ter que pegar um carrinho, vão ter que ter um carro ou vai ter um transporte público que também circula ali para atender quem? E não dá para dizer que o plano regulador não permite que se faça outra coisa, a gente que é arquiteto, que trabalha e usa o Plano Diretor sabe muito bem que dá para fazer outra coisa. Poderia muito bem ter toda uma franja de comércio, por exemplo, em torno dessas quadras ali em vez de ter só grade, mas é uma decisão que prefere vender apartamento do que vender comércio. Então, eu fico me perguntando até que ponto o Plano Diretor não está sendo permissivo demais quando diz que a diretriz é essa. Aí diz para o técnico que tem que aprovar, porque é genérico. Agora, aqui no CMDUA a gente teria sim poder dizer que esse projeto não atende a diretriz de uma cidade que a prioridade é o pedestre. Agora, talvez a gente tenha que se perguntar se essa liberdade que foi dada através de uma flexibilização e se testou durante 20 anos, se ela está sendo bem utilizada. Encerrei. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A Tânia para finalizar. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu gostaria de falar sobre a garantia da preservação do nosso patrimônio histórico da cidade. Eu acho que a cidade está abandonada, como vários colegas falaram, o Centro da cidade é vergonhoso. O patrimônio, tipo o Viaduto Otávio Rocha, que é um referencial da cidade dentro do urbanismo e da nossa cidade, do ponto histórico da cidade, ele está simplesmente sucateado. Outro que eu também gostaria de ressaltar é a Confeitaria Rocco, que teve seus áureos tempos, um prédio lindíssimo, de uma arquitetura maravilhosa que está lá abandonado, que foi totalmente descaracterizado, que foi alugado, foi invadido. Entendeu? Então, é um descaso com esse nosso patrimônio histórico dentro da cidade. Tem ruas lindíssimas, com casas antigas, que estão totalmente a ponto de cair para serem obviamente vendidas para um grande empreendimento imobiliário. Eu gostaria de te falar sobre a preservação do patrimônio público, que é da população da cidade, isso aí também tem um descaso muito grande e é uma confusão, as pessoas não conseguem entender se foi vendido, foi trocado. Não, tem coisas que são nossas, da comunidade, das pessoas da cidade e que deveriam ser preservados. Eu acho que deveria ter alguma normativa dentro do plano para que fizesse com que essa preservação fosse feita, que não ficasse à mercê, que não venham mudar de uma hora para a outra. Também a preservação da área rural da cidade, como foi falado que a cidade não tem mais para onde ir. Então, a área rural é bem visada para grandes empreendimentos e a gente tinha que ter uma delimitação. O plano deveria preservar essa área, que é maravilhosa. E sobre o desenvolvimento da cidade que queremos, que é a inclusão, a acessibilidade, as calçadas estão quebradas, não temos acesso aos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

cadeirantes, muito menos para idosos. Inclusive, tem sinaleiras que são tão rápidas que nem eu mesma que tenho agilidade consegue atravessar, imagine uma pessoa idosa ou cadeirante. Então, temos que pensar na inclusão dessas pessoas através da mobilidade urbana. Era isso. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, encerrando com a Tânia, agradeço muito à participação de vocês, foi um excelente debate. Então, a ideia é estender as contribuições até dia 04 de janeiro para que a gente tenha tempo de fazer essa compilação. Então, era interesse, fechamos. Agradeço a presença de vocês. Boa noite. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h15min).**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:



ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2868/2020

Aos três dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanzo Magni (1ª Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; Mário Santa Maria Júnior (Titular), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; e Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. ABERTURA; 2. VOTAÇÃO: 2.1 Atas: 2850, 2850A, 2851, 2852, 2853 e 2854; 2.2 ALTERAÇÃO da reunião temática do dia 17/12 para “Apresentação das Oficinas Temáticas”; 3. Comunicações: 3.1 – Externo Michele Rihan – RP8; 3.2 – Homenagem ao Conselheiro Titular RGP5 Paulo Jorge Amaral Cardoso – *In Memoriam*; 4. Ordem do dia. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h18min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: São 18h11min, declaro aberta a reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. A reunião é de deliberação de processos, é a nossa penúltima do ano, depois só teremos dia 15 a próxima reunião. Dia 08 ainda e depois no dia 15. A gente recebeu alguns processos em pauta. É importante a gente finalizar alguns processos pelo nível de maturidade que estamos aqui já, para deixarmos a casa o máximo organizada para a próxima gestão. Lembrando que hoje a gente tem uma comunicação externa e temos a homenagem ao Conselheiro Paulo Jorge. O nosso ilustre conselheiro da RGP 5, um



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

defensor da regularização fundiária, das causas comunitárias. Então, a gente reservou hoje 30 minutos para que os conselheiros possam fazer suas homenagens. A gente tem uma fala externa, antes de irmos para os processos. Então, por favor, Michele, faça uso da palavra e peço que os conselheiros se inscrevam para o período de Comunicação.

COMUNICAÇÕES: 3.1 – EXTERNO MICHELE RIHAN – RP8. Michele, está ouvindo? Eu consulto os conselheiros, não sei o que vocês acham de talvez em não estando presente o Conselheiro, filho do Conselheiro Paulo Jorge, o Wagner, seria importante que ele estivesse presente, né. Vamos para o período de Comunicação. Passo a palavra para a Conselheira Lisiane. **Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite. Na realidade, eu queria dar um aviso, o DEMHAB está desde ontem com problema na subestação de elétrica, deu uma pane, queimou, estamos sem energia, sem luz, sem acesso aos computadores. Hoje tínhamos que rotear dos nossos celulares para conseguir ver alguma coisa. Então, questão de processos a gente não está conseguindo responder com tanta agilidade, faz dois dias, acho que vai demorar um pouquinho a subestação, porque torrou uma peça lá, em princípio, estamos tentando conseguir um gerador para o quanto antes a gente voltar às atividades, inclusive, de trabalho remoto, porque os computadores têm que estar ligados lá no DEMHAB para a gente conseguir acessar. E hoje eles conseguiram pedir uma autorização direta para a gente conseguir acessar de casa. Então, só para comunicar que a gente está um pouquinho fora do ar. Era isso. Obrigada. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e todas. Eu tinha uma Questão de Ordem, mas vou usar meu tempo de comunicação para fazer essa Questão de Ordem. Secretário, nós temos na pauta 14 ou 15 processos a serem analisados. O que me causa estranheza é o número de impedimento, eu acho estranho porque tem o suplente. Eu queria saber se é problema da pessoa física ou da pessoa jurídica? Porque se envolve uma entidade, a entidade está impedida ou o Conselheiro da entidade? Então, parece muito estranho isso. A segunda observação é que como que é feita a distribuição dos processos, ele volta, vai para frente, tem processos que entram depois, são distribuídos antes, tem processos que entraram antes, são distribuídos depois? Então, tem que ter uma sistemática muito clara e transparente. Isso me parece muito estranho. Eu penso assim, nós teremos que mudar isso, a pauta tem que ser trabalhada com os conselheiros ou ter pelo menos os vice-presidentes trabalhando com a pauta. Não é possível a pauta ficar só na mão do governo. Para mim isso não é transparência, não é gestão compartilhada e que é importante o CMDUA ter também o controle da entrada dos processos e a elaboração da pauta, não temos isso, isso não é feito com transparência. Então, isso me parece uma coisa que nós temos que discutir. E o terceiro assunto é a questão da eleição de novo, nós temos que ter pelo menos algum calendário ou pelo menos tem uma interlocução com o governo que assume a partir de 1º de janeiro, ver quais os trâmites para a eleição. Eu acho que isso deve ser um assunto que deve ser trabalhado pelo CMDUA. E terça-feira nós temos uma audiência no Ministério Público para tratar de todos aqueles questionamentos da RGP. 1, do Atua POA que fizeram com relação aos problemas que houve durante esses 2 anos da nossa atuação no CMDUA. Obrigado, era isso. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Presidente. Eu queria fazer uma fala mais de uso normal, porque a gente ouve mais do que se manifesta. Eu queria dizer que é uma satisfação ter conhecido o senhor, trabalhar com o senhor. Sempre admirei seu trabalho, claro, um bom mediador, calmo, tranquilo, é parceiro, sabe ouvir a gente muitas vezes. Quando não consegue dar uma resposta para nós no momento, mas se preocupa sempre em trazer respostas para o Conselho. Então, quero correr o risco de trazer uma sugestão para o Conselho, o Conselho



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

pode não concordar, mas eu como conselheiro gostaria de deixar essa expressão de propor da gente tentar levar para esse novo Governo do Sebastião Meto, para mantermos o Secretário Germano na condução por mais um tempo para a revisão do Plano Diretor, porque assim a gente vai ter uma chance de aproveitar todo esse trabalho que a gente vem fazendo. Isso é uma obrigação, não é uma coisa que eu estou fazendo para agradar o Secretário ou a equipe, mas eu acho que vale a pena valorizar a pessoa que também valorizou o conselho. Eu sinto, por exemplo, bastante tranquilo nas coisas que eu tive que falar no conselho, eu fui ouvido e repetido. Hoje me cabe deixar essa proposta, eu já falei com alguns conselheiros e gostaram da ideia. Agora, teria que alguém tomar a frente para fazer o manifesto. Eu tenho medo que se perca alguma coisa da memória de tudo que a gente já fez até agora, até porque nós mesmos, o conselho vai se renovar. Se algum conselheiro tiver a mesma ideia ou sugestão parecida, da gente tentar levar essa sugestão para a comissão de transição do novo governo, ou pelo menos por um período maior. Era isso, eu acho que o senhor merece se manter um pouco mais junto com a gente, meu Presidente, Secretário Germano. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo, eu me sinto prestigiado e agradecido pelo apoio e carinho. Saindo nesta final de gestão com o sentimento de dever cumprido, de ter contribuído e construído tão boas relações. Estou u agradecido, mas honrado pelo prestígio. Naturalmente, um novo governo se inicia. A gente está aqui tentando trabalhar para passar toda a informação necessária. Pode ficar tranquilo que a equipe tem se esforçado bastante no sentido de organizar toda a informação, passar tudo aquilo que a gente conseguiu avançar até aqui, para que o próximo governo evolua para não ter interrupção nos projetos. Nós vamos estar próximos no sentido de passar a informação, de contribuir com a próxima gestão, para a previsão do Plano Diretor ser um projeto inovador para a cidade, colocar a nossa cidade o século XXI. E nós temos uma equipe ótima que permanece, que conhece a estrutura, são servidores que vão continuar defendendo o projeto, fazendo ele acontecer na sua totalidade. Desculpa, acabei falando e ainda temos inscritos. A Conselheira Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa tarde a todos, a todas. Eu não tinha tido oportunidade ainda de me manifestar no período de comunicação. Dizer que nesse curto período fora cumprimos um papel importantíssimo, aconteceu uma eleição que nós não queremos entrar em detalhes sobre algumas questões jurídicas, enfim, que aconteceram durante o processo, mas foi uma eleição democrática. Enfim, venceu quem fez mais votos, é assim que funciona a democracia, o restante cada um busca seus direitos. Independente disso, como nós somos modinhas, estamos sempre na luta, que é característica de cada um de nós, seja por curso, seja nos movimentos populares, seja nos diversos partidos, acho que só fortalece a democracia. Volto muito animada, cada vez dizendo que foi o grande mestrado da minha vida, nesse Plano Diretor, neste momento que nós estamos vivendo, independente das questões que a gente possa considerar daquilo que a gente aceita ou aquilo que a gente discorde, mas o aprendizado foi muito grande. Então, eu me sinto muito honrada de ter feito esse processo. Espero que o novo governo retome, reestruture a secretaria, a antiga SPM, os seus quadros técnicos, para que a gente tenha mais eficiência. E de fato, o Secretário é ótimo, um Secretário ponderado, que tem um valor intrínseco, mas nós precisamos ter todo o cargo técnico com esse mesmo... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Acho que caiu a internet. Não te ouvimos mais, Maristela. Conselheiro Gomes inscrito na sequência. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Secretário, eu estava sem som, achei que já tinha aberto as inscrições para a homenagem ao Paulo Jorge. Então, eu aguardo o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

147 momento das inscrições. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
148 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, eu cheguei a consultar no início,
149 não entrou o filho do Conselheiro, o Wagner. E consultei em a gente fazer agora a
150 homenagem ou de fato trazer eles para dentro, que participassem da reunião. Eu não sei,
151 pelo menos o Wagner, que é o filho, que estivesse presente. **Luiz Antônio Marques**
152 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu concordo
153 plenamente, Presidente. Eu até passei o contato do Wagner e da Jéssica, da filha. Não tem
154 sentido, já que fizemos essa homenagem imediatamente ao fato, se a gente esperar mais
155 uma semana vale a pena com a presença dos familiares dele. Eu concordo, se quiserem os
156 colegas, concordo em tocar para frente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
157 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, eu acho que
158 vamos postergar e insistir para eles estejam na próxima reunião. Obrigado, Conselheiro
159 Gomes. Então, vamos dar continuidade. Nós temos a Michele, conseguiu liberar o
160 microfone. **Michele Rihan, RGP 8:** Oi! Boa noite a todos. Inicialmente, Presidente,
161 confirmo o recebimento da sua resposta por e-mail, apesar de um pouco de demora, mas
162 senti falta da sua manifestação com relação à informação que eu apresentei de que os
163 conselheiros da RGP 8 não representam de forma legítima as comunidades da região de
164 planejamento. É pelo motivo que eu coloquei lá no e-mail, que a população da região, dos
165 bairros da RGP 8 simplesmente não tem nenhuma informação da atuação deles junto ao
166 conselho, não tivemos contato com eles, eles não fizeram contatos com os delegados, que
167 é obrigação dos conselheiros. E agora com a sua informação de que no final do ano vai se
168 organizar as próximas eleições, acho que nós não podemos passar por cima disso como se
169 nada tivesse acontecido. Os conselheiros da RGP 8 ferem todos os princípios da
170 administração pública e o princípio infraconstitucional do interesse público de estarem
171 ocupando um espaço de extrema relevância para a sociedade e não estarem cumprindo
172 com seu papel. Bom, passado isso, que é importante que se levante sim se essas pessoas
173 não estão cumprindo com seu papel, que elas tenham ciência disso e que não ocupem
174 espaços como este novamente para não atrapalhar a cidadania. Pontuo que é muito
175 importante que se faça uma divulgação ampla com relação às próximas eleições do
176 Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, coisa que não aconteceu na
177 última eleição. Aqui na região nós não tivemos nenhuma informação praticamente sobre o
178 pleito, sobre como funciona o conselho. Então, as pessoas estão alheias a esse fato por
179 falta de informação, que deve vir da Prefeitura. E gostaria de trazer uma informação que
180 me causa muita preocupação, que é com relação a projetos de lei que estão tramitando na
181 Câmara de Vereadores e que visam alterar o Plano Diretor de Porto Alegre. Eu participei
182 de duas audiências públicas, uma no dia 9 de novembro, outra no dia 25 de novembro,
183 ambas pretendem alterar o regime tipo de áreas grandes da Região Extremo Sul. Os
184 conselheiros da RGP 8 não estavam presentes em nenhuma das duas reuniões, nem se
185 manifestaram. E a Câmara está debatendo alteração de regime urbanístico em plena
186 pandemia, sem possibilidade de audiência presencial para que a população esteja ciente
187 do que está acontecendo, inclusive, com um projeto, que é ratificar uma lei complementar
188 já aprovada na Câmara, que está sob judice, que foi declarada ilegal, que é a questão da
189 Fazenda Arado Velho. É um caso gravíssimo, investigado pela Polícia Civil e pelo
190 Ministério Público, onde existe possibilidade de crime ambiental por conta de possíveis
191 omissões e falhas dentro do estudo de impacto ambiental. Então, a pergunta que eu coloco
192 é a seguinte: se nós estamos com a revisão do Plano Diretor suspensa por conta das
193 impossibilidades de pleno debate público sobre isso, como a Câmara de Vereadores está
194 tocando projetos de lei, que eu conheço dois, mas deve ter mais, que visam a alteração de
195 regime urbanístico? É incoerente a meu ver, é imoral e é incorreto com a população que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

não está sabendo disso em plena pandemia, no ínterim de eleições e no final do ano, para variar no final do ano sempre surpresas desagradáveis. Então, eu gostaria que o Conselho se manifestasse com relação a isso, inclusive, o que pretende fazer sabendo dessas informações. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Michele, pela manifestação. Consulto se tem algum Conselheiro que quer fazer alguma observação? Conselheiro Felisberto, um minuto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** É parabenizar a Delegada Michele da RGP 8 pela sua manifestação. É evidente que o momento não é oportuno para que se altere regime urbanístico em determinadas regiões sem propiciar a discussão no foro competente. Não basta fazer uma audiência durante a pandemia. E a participação é íntima, não há divulgação para a grande maioria e para os próprios interessados do bairro. E tem um processo que tramita também da Mônica Leal... (Sinalização de tempo esgotado). Já finalizando, Secretário. Parece que conselho tem que se debruçar sobre isso, está se discutindo o Código Municipal de Meio Ambiente. Qual a discussão que teve no nosso conselho que também tem a discussão ambiental? Nós não sabemos, não somos consultados, os conselhos não são ouvidos e não sei se a secretaria foi ouvida. Eu gostaria que o Secretário respondeu às minhas indagações. Obrigado e parabéns. Michele. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Então, antes da gente avançar na pauta, com relação aos pontos levantados pela Michele, especialmente com relação ao processo de eleição, a gente teve a eleição da RGP 8, democraticamente foram eleitos os conselheiros ali representantes. A comunidade entendendo o processo democrático-participativo quando tiveram oportunamente a eleição em renovar esses representantes, é um direito da comunidade que assim o faça. Naturalmente, é um conselheiro eleito, assim como os demais conselheiros aqui presentes, que não tendo o apoio da comunidade, a comunidade tem a oportunidade a cada 2 anos renovar essa representação. É nesse sentido que a gente responde com relação à participação do conselheiro representante da RGP 8. No período eleitoral esta região de planejamento teve o conselheiro que desistiu no transcurso. Então, a gente tem que fazer uma eleição especial, foram divulgados todos os canais oficiais da Prefeitura de Porto Alegre. O município foi até o local fazer essa eleição lá na região, na comunidade. Então, estamos muito seguros em relação ao processo, um processo democrático, que muitas vezes nem sempre aqueles que a gente entende que sejam os nossos representantes são eleitos, há posições divergentes as nossas e a gente tem que respeitar esse processo eleitoral que é legítimo. Então, nesse sentido, a nossa resposta ao seu e-mail. Com relação aos pontos na Câmara de Vereadores, a Câmara de Vereadores é um poder independente, tem legitimidade para propor legislações, seguindo os ritos legais. Os órgãos de controle certamente estão muito atentos a todos os procedimentos necessários para se proceder alguma revisão, alguma alteração no Plano Diretor, mas ela tem a sua autonomia, seus processos, seus ritos e não cabe ao poder executivo, que é outro poder, emitir uma opinião sobre o processo legislativo da Câmara de Vereadores, assim entendendo e respeito ao processo da Câmara. Nesse sentido, Senhores Conselheiros, avançamos. Eu consulto o Item 2 da pauta: **2. VOTAÇÃO: 2.1 ATAS: 2850, 2850A, 2851, 2852, 2853 E 2854.** Se temos objeção à aprovação das atas. Lembrando que nós só não temos disponível a Ata 2854. Nós temos as Atas 2850, 2850A, 2851, 2852 e 2853. Temos alguma objeção à aprovação dessas atas ou abstenção? Abstenção dos Conselheiros: Mark, Felisberto, Claudete, Hermes. Sem mais abstenções, aprovamos as atas com 04 abstenções; **APROVADAS AS ATAS 2850, 2850A, 2851, 2852 e 2853.** Passamos aos itens da pauta. Conselheiro Felisberto, a questão das distribuições dos processos estão previstas no artigo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

19 do nosso Regimento Interno. É onde prevê que o Presidente designará adotando o critério de rodízio o conselheiro que será o relator de cada processo, pela ordem alfabética entre as entidades governamentais e não-governamentais, em ordem numérica para as regiões de planejamento. E os demais parágrafos trazem do artigo 19 as regras para distribuição dos processos. Então, a gente tem essa tabela de distribuição, não há problema em a Camila sempre disponibilizar. Sempre o próximo processo que entra na pauta é distribuído para o conselheiro que está ali na ordem disponível para receber os processos. **4. ORDEM DO DIA.** Então, o ITEM 4.1 da pauta, esse processo foi redistribuído. Naturalmente, tivemos na reunião passada a votação do parecer da Conselheira Claudete, o parecer foi derrubado. Então, conforme prevê o Regimento Interno o processo foi redistribuído para o primeiro Conselheiro posterior que tenha manifestado o voto favorável ou contrário ao parecer da relatora. Então, nesse sentido, o primeiro voto contrário ao parecer da relatora seria do Conselheiro Jackson, que se declarou impedido, conforme prevê o Regimento Interno. Então, o próximo foi Conselheiro representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Então, está com a Conselheira Gisele este processo ou representante da Secretaria. O ITEM 4.2 ainda está em diligência. O ITEM 4.3 também. O 4.4 também. O 4.5 também. Passamos ao ITEM 4.6 da pauta, um processo de relato da ABES, foi distribuído inicialmente pela UFRGS em 01/07, depois redistribuído em 04/09 a ABES, conforme a lista de distribuição. Teve uma diligência nem 15/09. A equipe do planejamento fez uma apresentação inicial. Teve um parecer de diligência pela ABES em 29/09. Atendida a diligência em 30/09. Então, hoje nós temos o parecer pós-diligência. Antes peço para a equipe do planejamento nos relembrar do que se trata esse expediente. O Conselheiro Darci se encontra? Não, nem o suplente. Bom, não vejo sentido de apresentarmos, embora já tenha juntado no SEI, é um parecer favorável. Vamos esperar a próxima reunião. Depois o 4.7 está em diligência. Passando ao 4.8, o relator é a Conselheira representante da Acesso, interessado é o CRIP Ilhas. Processo distribuído em 30/10 e na data de hoje vamos ter a apresentação. Antes a equipe do planejamento faz a apresentação. Depois lhe passo a palavra para o relato. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite, conselheiros. Hoje dentro da nossa rotina de revezamento dos colegas do planejamento, quem vai estar apresentando os processos vai ser a Arquiteta Vânia Silva. Ela é graduada em arquitetura e urbanismo pela PUC Rio Grande do Sul em 2013, tem experiência na arquitetura e urbanismo e servidora pública desde janeiro de 2019, onde atua desde fevereiro como Chefe da Equipe de Estudos Urbanos e Ambientais da Unidade de Estudos Urbanos, sediada na Coordenação de Planejamento Urbano. Ela dá suporte aos estudos da macroescala, principalmente a Unidade de Tratamento Urbano na estruturação de informações voltadas ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental e principalmente no monitoramento urbano do sistema de informações geográficas e outras atividades relacionadas. Já passo a palavra para a colega poder fazer a apresentação na data de hoje. Obrigada. **Vânia Silva, Equipe de Estudos Urbanos e Ambientais da Unidade de Estudos Urbanos:** Boa noite a todos. É o Item 4.8, Processo 18.0.000054676-0. Solicitação de inclusão de gravame viário de praça de equipamento comunitário e equipamento de saúde, localizado na Avenida Presidente Vargas, na Ilha da Pintada e o requerente é o Centro Administrativo Regional CRIP Ilhas. Essa demanda teve origem no CRIP Ilhas, foi a partir da solicitação para cadastrar na área como praça. Ela foi doada pelo Estado para o Município com o objetivo de realocar moradores da ilha. Os gravames visam oficializar a situação existente, possibilitando que os espaços sejam organizados e que o CRIP Ilhas possa solicitar investimentos na área para promover melhorias nos equipamentos que já funcionam no local. Aqui a gente tem uma vista aérea



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

do local da solicitação e à direita uma praça que é utilizada hoje, Ela está na RGP 2, Bairro Arquipélago. E aqui a gente consegue visualizar o mapa com a solicitação do registro onde é o gravame, para interligar os equipamentos de saúde, de praça e equipamentos comunitários na Avenida Presidente Vargas. Aqui a gente consegue visualizar imagem no Google, aqui a Avenida Presidente Vargas, a Rua 9129 que está sendo solicitada como gravame, o equipamento de saúde, de praça educar equipamento comunitário. Aqui as duas imagens da minuta de resolução, que é para inclusão de gravame de traçado viário de praça de equipamentos comunitários. Todos eles estão na Macrozona 9, na UEU 34. Então, parecer técnico do Gabinete do Secretário da SMAMS: “Considerando a instrução dos autos e o expediente, encaminhado para atendimento da demanda na revisão do Plano Diretor”. Então, atende a Diretoria Geral de Planejamento Urbano Sustentável encaminhou para avaliar a possibilidade da revisão. O CRIP Ilhas fez uma vistoria e elaborou a minuta de resolução com proposta de gravame para a área de praça e equipamentos comunitários, além da via de acesso. Tendo em vista que a atividade é compatível com o Plano Diretor, sendo hoje a única opção de área verde e lazer da região há o parecer favorável de gravame da área como equipamento público comunitário. A PGM em nota técnica verifica que a área se apresenta de forma indefinida quanto à questão da propriedade e que não há nenhuma comprovação de que essa esteja sob responsabilidade do município. Então, alerta que em havendo a notícia que o Estado havia doado a referida área ao município, se não existir nenhuma documentação, que formalize a doação, que esteja localizada junto ao Estado ou que não havendo de fato a documentação que seja formalizada urgente. Contudo, independentemente da área estar ou não em área do município, não significa óbice na realização da inclusão do gravame, conforme proposto, uma vez que a atividade é compatível com o Plano Diretor. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vânia, pela apresentação. Passo a palavra para a relatora Conselheira Claudete, pelo período de 10 minutos. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Nós temos o interessado nesse processo, que é o Município de Porto Alegre, o objeto é a inclusão de gravame, temos um traçado viário, uma área de praça e uma área de equipamento comunitário. Local na Ilha da Pintada, Presidente Vargas, nº 390 – Macrozona 9, Unidade 34. A origem do pedido vem do CRIP das Ilhas. A justificativa é que os gravames têm por objetivo oficializar a situação existente, possibilitando os espaços sejam organizados e que o CRIP possa solicitar investimento na área, promovendo melhorias nos equipamentos comunitários. A situação da área móvel afetada, conforme a informação constante dos autos, ela não estaria devidamente registrada, tratando-se possivelmente de uma terra devoluta. Pelo histórico do documento se verifica que houve uma autorização do Estado para uso e ocupação da área quando as seguintes finalidades: uma parte para construção de casas de famílias que precisavam ser realocados, uma parte para construção do posto de saúde da família e uma parte para utilização de lazer. Essa área, na verdade, está fora dos limites do Parque Delta do Jacuí. Da visita, eu fiz visita no dia 13 de novembro, juntamente com o Conselheiro Adroaldo, representante da Região de Planejamento, no local fomos recebidos pela Senhora Tatiane, funcionária do CRIP, pela Senhora Beatriz Leoni, Presidente e Coordenadora respectivamente da Afrosol, que é a Associação de Escola de Samba Afrocultural Unidos do Pôr do Sol. Pelo Conselheiro do OP das Ilhas, o Senhor Osmar, e pela Senhora Denise do grupo de mulheres de trabalho e geração de renda da comunidade, bem como pelo morador, o Senhor Araújo, que ajuda na manutenção do espaço. Como referi, a Afrosol em mutirão comunitário foi quem teria cercado a área e colocado parte dos equipamentos existentes no local, auxiliando também na manutenção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

A referida associação teria erguido no local um galpão. Contudo, esse galpão teria sido destruído no temporal, restando apenas alguns alicerces. Relata a associação que ainda realizam diversas atividades culturais no local, onde existe também um campo de futebol. Tem umas fotos do local onde se vê o cercamento, no fundo tem os alicerces do que teria sido uma antiga construção, aqui os equipamentos da pracinha, temos aqui o posto de saúde, aqui seriam casas de famílias que teriam sido realocados. Aqui é a rua que está se querendo cadastrar, que já é pavimentada. Então, do parecer: “Ouvindo o Conselheiro representante da região, considerada situação fática apresentada que possibilita local de lazer e socialização para a comunidade, bem como considerada a importância para a cidade desses equipamentos urbanos que estão em perfeito cumprimento à função social da cidade, vez que viabilizam a promoção da qualidade de vida do ambiente caracterizado pelo uso coletivo e pela promoção na interação social, potencializando também o cuidado e a valorização do patrimônio mental, o presente parecer é favorável à resolução proposta”. Assim eu e o Conselheiro Adroaldo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete, pela manifestação. O Conselheiro Adroaldo tem a possibilidade de solicitar vista. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, na verdade, eu quero dizer que a Conselheira Claudete fez um excelente trabalho lá, estivemos lá em visita. Nós da RGP 2 estamos de pleno acordo com a aprovação, vamos acompanhar o relato da conselheira. Não vamos pedir vista se for direto para a votação, porque apoiamos o relato da nossa Conselheira. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo, pela manifestação. Alguém quer relato de vista? Então, alguém quer debater? Alguém antes de colocarmos em votação? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** É uma situação já consolidada, porque às vezes parece que não estamos planejando, a gente está regularizando aquilo que tem. Ela reflete o uso e a função social da cidade que foi conferido por aquele espaço e pela própria comunidade. Então, a gente tem que enfatizar e reconhecer que a função da sociedade parte muitas vezes desse uso coletivo. Ali se mostra bem evidenciado isso. A comunidade que ajudou a construir e manter o espaço. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Show de bola. Obrigado, Conselheira Claudete, parabéns pelo parecer. Nesse sentido início o processo de votação: PARECER FAVORÁVEL DA RELATORA: Votação Nominal: **Lisiane Sartori Fioravanzo Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Mário Santa Maria Júnior (Titular), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** RELATORA. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Favorável. **Adroaldo Venturini Barbosa**



(Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: Favorável. Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Favorável. Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4: Favorável. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Favorável. Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Favorável. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Temos 17 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DA RELATORA.** Passamos ao ITEM 4.9: temos parecer de vista. Tivemos o relato favorável do relator no dia 24/11 e tivemos solicitação de relato de vista dos Conselheiros: Gomes, Adroaldo e Felisberto. Antes peço à equipe do planejamento para nos relembrar. **Vânia Silva, Equipe de Estudos Urbanos e Ambientais da Unidade de Estudos Urbanos:** É o Processo nº 19.0.00047717-9, processo de estudo de viabilidade urbanística, localizado na Rua Doutor Nilo Peçanha, 1780. O interessado é a Melnick Even e a solicitação é um EVU para empreendimento de grande porte com mais de 400 vagas de estacionamento de veículos, que exige análise obrigatória de projeto especial de impacto urbano de 2º grau e flexibilização de padrões de regime urbanístico e altura da edificação. Prevê 175 unidades residenciais, a previsão de 580 pessoas de população residencial prevista. Número de dormitórios 290 unidades. É um empreendimento misto, formado por 405 vagas e flexibilização de padrões e altura da edificação. A flexibilização de altura nas torres que incidem no regime para as respectivas unidades, uma altura máxima de 94m de altura da subunidade da faixa de domínio. O parecer técnico da SMDE em relação ao território, vemos que o quarteirão 49, como o 51, da UEU 90, caracteriza-se pela mesma localização dos quarteirões 013, 15, da UEU 110, ambos da Macrozona 3. (Restante de leitura do processo). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado pela apresentar, bem grande, né (Risos). Vamos tentar fazer resumido. Nós já tivemos apresentação do parecer do relator. Então, consulto os conselheiros que tem relato de vista. Conselheiro Gomes, vai fazer relato de vista? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, não vou fazer relato de vista. Eu fiz a leitura dos pareceres e concordo plenamente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Na sequência o Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, eu não fiz por escrito, mas tenho algo a falar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O senhor pode fazer e depois nos envia. Pode ser? **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Posso sim. Na verdade, o meu parecer de vista é um protesto, mas faço questão de falar. Hoje estou falando e vou continuar, né, Presidente. (Risos). Há poucos dias fomos parte do GT Mitigações, onde o Conselheiro Felisberto nos ajuda bastante, falando dos lugares da cidade onde prosperam, ao lado de um grande empreendimento uma comunidade local sem a mínima oportunidade de buscar alguma coisa de melhoria para eles. Ao contrário, fica sufocada ali. É difícil em final de gestão ter que fazer uma fala deste tipo. Esse empreendimento é em Plena Nilo Peçanha, naquele quarteirão nós temos uma escola comunitária, uma das creches que somos gestores. Tem mais o Quilombo Silva, a Frei Caneca, tantas comunidades que precisam de auxílio de alguma forma para que possam sobreviver. Se o local está adequado para permaneçam ali é outra discussão, mas me aparece um empreendimento como esse, que enche os olhos, em um lugar que não deixa nada a desejar para qualquer outro ponto importante da Cidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

e nós ali com uma escolinha que precisa de ajuda. Aí não há consulta à comunidade para ver se há possibilidade de uma parceria. Então, o que eu vou citar no meu relatório? São duas coisas bem simples, que está no próprio relatório da CAUGE. A SMED diz o seguinte: como não houve parcelamento do solo não tem nada a se opor, que tem um equipamento dela no quarteirão, porém um pouco abaixo, ali na Salomão. E a SMS diz a mesma coisa, que não há possibilidade de requisitar qualquer tipo de equipamento comunitário e social, porque não houve parcelamento de solo, não houve naquele quarteirão, naquele empreendimento. A cidade, a região precisa sim dessa discussão. Então, esse meu relatório vai ser mais um protesto, vou votar a favor, porque eu não estou no conselho para impedir ou dificultar a cidade, eu quero que a cidade se desenvolva, mas que olhe para baixo, olhe para os pobres, para quem precisa. Eu não acho justo a SMED e a SMS nesse momento se declararem favoráveis sabendo que elas têm dificuldade para manter as creches. Ali na região posto de saúde, bom, se não tem vamos atender, melhorar, qualificar aquele que já existe. Não precisa nada de novo, não precisa investir caminhão de dinheiro, mas nós precisamos ampliar salas nas creches para atender melhor as crianças. Isso vai ficar gravado aqui, provavelmente eu vou falar a mesma coisa, talvez não escrever nas mesmas palavras, mas eu gostaria que os conselheiros em uma próxima gestão a gente consiga trabalhar melhor e ser ouvido melhor. Neste momento eu agradeço ao Conselheiro Felisberto que está sempre abrindo os olhos da cidade como um todo e é o cara que meda uma linha para falar alguma coisa. Obrigado! Valeu! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo, pela manifestação bastante contributiva. Na sequência o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite novamente. Obrigado pelas palavras, Adroaldo. Essa é uma visão que a gente tem que ter da cidade. Eu vou na mesma linha, a primeira é uma forma daquilo que eu tenho defendido nos GTs, exatamente que nós temos uma cidade que não olha para baixo, olha só para cima. E não é a troca de nada que esse bairro deu a maior votação para o campo, que é o que trabalha com a visão de cidade. A minha fala é política, é de protesto, é técnica também. Eu vou fazer um parecer por escrito, o meu voto é contrário, porque em nenhum momento olharam para a comunidade e todo o trabalho técnico foi feito para viabilizar o projeto. Não é nada pessoal, eu quero ver o mm trabalho do corpo técnico com relação aos empreendimentos das comunidades que precisam regularizar-se. Este é o tipo de projeto que vai inviabilizar a comunidade do entorno, é um projeto elitista, é um projeto que para alguns é modernidade da cidade, não é. Modernidade da cidade é incluir as pessoas que moram nessa comunidade. Eu vou trabalhar também o questionamento técnico, o meu o meu voto é contrário, porque esse projeto é exatamente o que eu tenho discutido, esse é um projeto que exclui as pessoas. Então, meu voto é contrário pelas mesmas razões do Adroaldo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela manifestação. Neste sentido, em havendo os relatos de vista eu consulto se há algum Conselheiro inscrito para debater o presente expediente? Temos o Conselheiro Dal Molin. Mais algum inscrito? Então, encerro a inscrição para debater. O Conselheiro Fernando também inscrito. O Conselheiro Saffer também está inscrito para debater. Não havendo mais inscritos eu encerro o período de inscrição. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. Não é bem um debate, só queria ajudar um pouco na compreensão das questões de projetos. Acho que o Adroaldo tem um pouco de razão sim quando fala na parte social. O Felisberto do jeito dele contribui mesmo, pode ser que ele não tenha razão em algumas coisas, mas em outras questões ele contribui e sempre



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

quando ele fala eu presto atenção, mesmo que eu não concorde presto atenção, porque sempre tiro alguma coisa boa. Em 2002 eu fiz um projeto de um shopping center, que no final não foi executado pelo grupo Sonae, que tinha que garantir vagas de creche para os funcionários que trabalhariam nesse shopping. Então, lá em 2000 tinha um caráter social na medida em que os funcionários que trabalhassem ali teriam vagas garantidas em creches do entorno. O que os empreendimentos ali contemplam? Ciclovias, alguma coisa mais assim, asfaltar uma rua. Se a gente pudesse colocar que os funcionários que trabalhassem aí neste empreendimento teriam algumas vagas garantidas nas creches do entorno, uma faxineira, alguém que fosse trabalhar poderia deixar o seu filho na creche do entorno. Então, garantir, fazer um cálculo pelo empreendimento, garantir duas vagas, três vagas em uma creche no entorno para os funcionários que trabalhassem ali, acho que talvez fosse mais importante para a vida de uma pessoa do que arrumar uma ciclovia lá. Não estou querendo fazer distinção se o ciclista é mais importante que o funcionário, mas eu acho que a gente poderia pensar realmente em uma coisa dessa forma. Então, a minha fala é uma contribuição para tentar fazer também, como diz o Adroaldo, deixar a cidade mais para as pessoas. Muito obrigado. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa noite a todos. Só justificando a minha ausência nas últimas reuniões, eu fui contemplado também com o Covid, acabei ficando um pouco afastado, estou retornando agora. Assim, eu sigo um pouco a linha do Conselheiro Dal Molin com relação a fala dele, mas também não é uma ideia de confronto das outras posições e das outras opiniões, mas eu gostaria de registrar, porque eu convivo bem naquela região, eu vejo da minha janela tudo que acontece ali. Então, tem alguns testemunhos que são superimportantes, por exemplo, nós aprovamos neste conselho há algum tempo a ampliação do Shopping Viva Open Mall. Antes de existir aquele shopping a cidade naquele trecho era completamente rarefeita, completamente apagada, não acontecia absolutamente nada. Se alguém se dispôr a ir no final de tarde naquela região vai ver que a cidade acabou acordando, vivendo aquele momento, aquela parte do comércio, as pessoas circulando, aproveitando as áreas. Isso vale para todo mundo sem distinção de quem mora ou não, porque tem diversas áreas que também participam, ou seja, através da geração de emprego ou também de aproveitamento das áreas ali. Então, não é uma verdade absoluta que é só para determinada elite que se aproveita aquelas áreas, mas é para a população geral. E eu tenho visto a animação daquela área com relação a esses empreendimentos. Então, esse vai ser mais um. Tem um empreendimento muito semelhante que foi construído ali em frente e também está ocupando e gerando emprego. Então, não é só com a questão de um discurso de que tem que ter vaga para cá, tem que ter vaga para lá, mas sim a cidade tem que crescer, gerar emprego e tem que fazer uma atividade economicamente sustentável e contemplando todos dentro da sociedade. Só para concluir, a escola ali eu conheço, a escola é completamente vazia, ela não tem uma ocupação de 20% aquela escola, serve basicamente para fazer zona eleitoral, ela quase não tem atividade. Então, é legal ter esse discurso, mas as pessoas têm que conhecer um pouco mais um ambiente para poder afirmar determinadas coisas. Era isso. Muito obrigado e boa noite. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu já fui atendido. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, Conselheiro Artur, como relator, tem alguma manifestação? **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Sim. Eu gostaria de fazer uma complementação, que durante a análise do processo tive a oportunidade de folhear várias vezes o processo. E olhando quais são os profissionais envolvidos, não só do lado da Prefeitura, mas também dos profissionais envolvidos, tive a oportunidade de ver



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

a quantidade de profissionais envolvidos. E eu gostaria de compartilhar minha tela, Presidente. Aqui é uma lista dos profissionais envolvidos na análise. Então, não é só dos profissionais internos, aqueles profissionais da empresa e também os profissionais que fizeram suas análises. Então, só na etapa de diretrizes nós tivemos aqui 43 engenheiros, arquitetos, biólogos, que assinaram os processos. Então, não estou falando naqueles grupos de trabalho que participaram e talvez não tenham assinado seus pareceres. Só na etapa de diretrizes 43 profissionais diferentes assinaram, fizeram suas análises e deram seus pareceres de forma favorável. Depois da etapa de EVU aumenta um pouco mais ainda, nós temos 61 profissionais que participaram, muitos se repetem, porque fizeram análise na etapa de diretriz e também na etapa de EVU. Isso me chamou bastante atenção, esse volume de profissionais que participam para aprovar um empreendimento, como o pessoal falou ali no chat que é tão complexo. Então, eu só gostaria de compartilhar essa informação, que me chamou bastante atenção. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Artur. Então, nesse sentido, abro a votação: PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR. Votação nominal: **Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** RELATOR. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Mário Santa Maria Júnior (Titular), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Vou justificar meu voto de abstenção, porque realmente cheguei atrasado na reunião, não consegui pegar o relato. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** (Não está na sala). **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu também justifico meu voto, até peço desculpas, mas atendi a um telefonema do meu filho, que mora em outra cidade e está trabalhando direto com paciente do Covid, eu não tinha como deixar de atender. Eu Vou me abster, eu não consegui acompanhar. Obrigado. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Voto contrário, Presidente. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Voto contrário pelas razões expostas. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, eu vou continuar protestando, vou votar favorável, mas não concordo com a forma de avaliar esse grande empreendimento, **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu voto favorável, mas me solidarizo com os colegas Adroaldo e o Felisberto. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Favorável, mas também vou me solidarizar com o Adroaldo e o Felisberto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, eu me solidarizo com esses mais de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

60 profissionais que se envolveram nesse projeto e produziram um belo projeto que só vai qualificar a região. Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Favorável. Acompanho as críticas pertinentes, mas sou favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Temos 16 votos favoráveis, 02 abstenções e 02 votos contrários. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR.** Temos o ITEM 4.10 da pauta, é o EVU da Companhia Zaffari. Relator é o Conselheiro Saffer da ÁREA, mas solicita diligências, como previsto no regimento. Eu consulto os conselheiros se tem alguma oposição ao pedido de diligência? Naturalmente temos que votar, conforme prevê o nosso regimento. Há alguma oposição? Conselheiro Saffer, para quem é esse pedido de diligência? **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Ele está no SEI, alguns conselheiros já devem ter olhado ele. Não tinha no processo o que estou pedindo, o termo correto é o plano funcional viário, que é citado. É pela questão da mobilidade urbana naquela região. Então, é a à EPTC que estou solicitando isso. E o estudo de impacto viário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Consulto de os Senhores Conselheiros têm alguma divergência em relação ao pedido de diligência? Não há oposição. A gente aprova e coloca em diligência. **APROVADO O PEDIDO DE DILIGÊNCIA.** Já são 19h58min. Não vamos mais avançar no novo processo na data de hoje. O Conselheiro Darci entrou na pauta, tinha o ITEM 4.6 da pauta. Acho ruim a gente começar agora o relato, senão vai avançar. É rápido conselheiro? Então, vamos ouvir o Conselheiro Darci rapidamente. Relato de vista. Antes a equipe vai nos resumir rapidamente do que se trata. **Vânia Silva, Equipe de Estudos Urbanos e Ambientais da Unidade de Estudos Urbanos:** É o Item 4.6, é o Processo nº 20.000053992-0, inclusão de traçado viário, sendo três diretrizes com gabarito de 12,50m, para estruturação urbana junto à Rua 27 de Agosto, localizada no quarteirão 411 da MZ 05 UEU 030, Bairro Ponta Grossa, conforme plantas 01 e 02 anexas. Processo relacionado em outubro de 1998, que inclui o nome da Rua 27 de Agosto, seu leito doado ao município. Projeto de desmembramento e obtemos para manter o seu traçado e paralelamente propusemos complementar o gravame de área a fim de estruturar o quarteirão 408. Então, fala que o presente processo trata do parcelamento do solo clandestino e solicita as diretrizes de parcelamento com regularização, de maneira incorreta e dessa forma da Rua 27 de Agosto no local. Então, a minuta de resolução está sendo proposta com gravame da Via 23. A PGM não há nada a opor com relação à minuta, no entanto, por cautela, para evitar possíveis ações diferentes, considerando que pode tramitar ainda processo de regularização fundiária incidente sobre a mesma área... (Inaudível/interferência no áudio), gravame do prolongamento da rua Irmão Nicolau Rubio. Na página 59 fala que aparentemente tem mais de 4 residências, que foram atingidas pelo gravame, mas em momento algum é referido no processo este fato. Encaminhada para dirigentes do setor responsável para a possibilidade de propor outro gravame que não gere necessidade da remoção da população. Então, foi encaminhado, a unidade respondeu o que é preciso ressaltar, que pode ser executado na medida em que a (Inaudível/interferência no áudio) tinha por objetivo a melhor conectividade da Rua 27 de Agosto e admitindo distâncias impostas pelo tamanho do quarteirão onde hoje está inserida. No entanto, considerando a solicitação no pedido de diligência e considerando não haver urgência e nem previsão da implantação das diretrizes, é possível rever o traçado proposto e de marcar em seguida para ser estudada para a minuta que propõe a inclusão de gravame viário da Rua 27 de Agosto, no trecho objeto. E aqui a gente tem as imagens da nova minuta de resolução. Então, atendendo a diligência do nome da Rua 27 de Agosto no 3º texto o objeto da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

regularização fundiária em vermelha. E a possibilidade de integrar a Rua 27 de Agosto e nova proposta de malha viária para estudar. Então, foi proposta solucionando aqui porque vou pensar ao que resultou na ausência do seu gravando até o momento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vânia. Conselheiro Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** O meu relato é a favor, a diligência foi atendida integralmente. Então, não temos nenhum óbice. Muito pelo contrário, está regularizada. Pela foto aérea já se vê que é um espaço que existe. Não temos nenhum óbice à proposta agora na nova minuta de resolução. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Darci. Vamos tentar deliberar. Há pedido de vista? Ou inscrição para debater? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Urbano – RGP. 1:** Presidente, pelo que entendi não vai haver deslocamento de famílias, né. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu vou acompanhar o relato do Darci, mas só me chamou atenção quando foi feita a apresentação, é que foi dito, até para justificar o pedido de diligência do Darci, que poderia ser revisado na revisão do Plano Diretor. Foi isso que eu entendi, não sei se foi isso que foi dito. Não? Então, retiro, porque eu me senti enrolado, porque o Plano Diretor não vai revisar gravame. Eu entendi mal, desculpe. Eu voto favorável. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Conselheiro Hermes, não é no Plano Diretor, o que está escrito ali é que pode ser revisado em outro momento, ou seja, tinha três vias que estavam sendo gravadas, em uma delas pegava uma série de casas. Na minha visão, rapidamente, pareciam 4 casas. Esta via retirada do processo, assim como uma segunda e deixou aquela via que não pega casa nenhuma, pelo que eu consegui ver no processo. Então, pode ser realizada a qualquer momento no futuro, se for necessário. O que eu recomendo do fundo do coração, isso é uma questão de sensação e estava na pauta do processo anterior, essas alterações a gente já viu duas agora em processos passados. Quando toca a comunidade já existente, que está lá, é complicado. Então, a primeira proposta incidia em uma coisa que deveria ser evitada, mas com a correção a gente conseguiu. A pergunta do Felisberto eu não sei, porque não é dito no processo onde é a cooperativa, mas o objetivo do meu parecer foi exatamente o que o f tinha de preocupação, de não gravar nada em cima de onde já tem casa. Então, foi resolvido isso no processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Nesse sentido abro para votação: PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR. Votação nominal: **Lisiane Sartori Fioravanzo Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Abstenção. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Mário Santa Maria Júnior (Titular), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** (Não está na sala). **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Favorável. Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS: Favorável. Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Favorável. Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Favorável. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Favorável. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: Favorável. Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Favorável. Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4: (Não está na sala). Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: (Não está na sala). Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Favorável. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Temos 17 votos favoráveis e 01 abstenção. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR.** Senhores Conselheiros, avançamos bastante nas etapas preparatórias para o processo de revisão do Plano Diretor, que vai ser conduzido aí pela próxima gestão. Um abraço a todos. Obrigado, uma boa noite. (Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h15min).

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2869/2020

Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA**: 1. **ABERTURA**; 2. **VOTAÇÃO**: 2.1 **ATAS**: 2854, 2855, 2856 e 2857; 3. **Comunicações**; 3.1 – **Homenagem ao Conselheiro Titular RGP5 Paulo Jorge Amaral Cardoso – In Memoriam**; 4. **Ordem do dia**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h10min. 1. **ABERTURA**. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**: Declaramos aberta a nossa reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Lembrando que nós estamos ao vivo no nosso canal da SMAMS no YouTube. Na data de hoje iremos disponibilizar 30 minutos da nossa pauta para que os conselheiros possam prestar suas homenagens ao nosso entrando querido representante da Região da Cruzeiro Paulo Jorge. Inicialmente, enquanto



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

a gente organiza e os colegas vão entrando eu vou fazer leitura aqui rapidamente dos presentes. (Verificação da lista de presenças na inicial). Então, eu consulto se temos conselheiros inscritos para fazer uso da palavra hoje e homenagear o nosso Conselheiro Paulo Jorge. (Inscritos). Estamos registrando a presença da Jéssica Cardoso, em nome da família do Conselheiro Paulo Jorge. Seja bem vinda, Jéssica. Então, convido a Conselheira Patrícia representando a equipe da Secretaria do Meio Ambiente, todos os técnicos do município, para prestar as homenagens ao Conselheiro Paulo Jorge

3. COMUNICAÇÕES;
3.1 – HOMENAGEM AO CONSELHEIRO TITULAR RGP5 PAULO JORGE AMARAL CARDOSO – IN MEMORIAM. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Boa noite a todos. Aqui eu falo em especial a equipe do planejamento, mas com certeza represento toda a Secretaria do Meio Ambiente. Eu vou ler esse pequeno textinho aqui elaborado pela equipe do planejamento em homenagem ao Paulo Jorge: “Agradecimento ao Conselheiro Paulo Jorge da Região de Planejamento 5. Existem conselheiros no Conselho que participam e não medem esforços para ampliar a discussão para além de processos específicos e trazer a pauta de fato para o debate sobre a qualidade de vida como elemento fundamental do planejamento urbano. O Conselheiro Paulo Jorge era esse tipo de Conselheiro. Incansavelmente ele nos trazia sempre a importância de realizar seminários, debater com a população e detalhar o planejamento nos bairros, sobretudo sua querida Vila Cruzeiro. Não é à toa que a equipe de planejamento foi sempre recebida de braços abertos e com todo suporte além do possível nos momentos maravilhosos em que trocamos experiências com a comunidade local, que na revisão do Plano Diretor não deixamos de lado a dimensão humana do planejamento urbano, em que a técnica deve estar a serviço da população, como forma de apoiar as ações e planejamentos para melhoria da qualidade de vida local. Acredito que falo por toda equipe da SMAMS, quando assumimos esse compromisso. Salve Jorge!”. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Boa noite a todos e a todas, especialmente a Jéssica, filha deste guerreiro, símbolo de resistência, conhecimento da sua região, da briga pela melhoria da sua comunidade e não só sua pessoal. Eu nunca me esqueço, nos últimos 10 dias antes do passamento pedia que a Secretaria da Saúde, que o governo tivesse um olhar para comunidade, porque o Covid estava chegando e 10 dias depois perdemos o nosso companheiro Paulo Jorge. É um sentimento de perda, não só como pessoa humana, mas como alguém, como a Patrícia salientou, contribuía no processo com a sua visão de que era necessário qualificar os conselheiros, demonstrar a visão da Comunidade, unir a técnica o saber popular, o respeito à pessoa, não à divergência, mas sim construindo consensos possíveis em prol da sua comunidade da Cruzeiro, da Glória e do Cristal. Deixa uma lacuna muito grande. É importante que a gente tenha o olhar, além desta homenagem de hoje, deixar um marco na sala do Conselho com o nome do Paulo Jorge e dos que já faleceram. Aí me lembrei do Conselheiro da RGP 2, agora me fugiu o nome, que também faleceu e o Adroaldo substituiu. Então, é importante que a gente tenha o carinho com esses que dedicam horas da sua vida, da sua semana para construir uma cidade mais humana, mais inclusiva, participativa. Salve Jorge, tu estarás em nosso coração e a nossa alma sempre! Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4: Boa noite a todos. Bom, o que falar do Paulo Jorge? Todos já falaram e expressaram realmente quem era o Paulo Jorge. O nosso querido colega, um guerreiro incansável das lutas das comunidades. Sempre polêmico, sempre com uma palavra amiga, sempre lembrando a necessidade das comunidades, como ele havia falado várias vezes, o que as pessoas estão passando nas comunidades, principalmente nessa época de pandemia. E vejam o que aconteceu, tão intensamente ele pediu para que tivesse um olhar



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

diferenciado. Então, eu não posso deixar de falar isso, porque ele sempre falava com relação a isso, gostaria que o prefeito, que alguém fizesse uma declaração de como estava a situação, ele lá junto com a comunidade vendo isso e sofrendo muito. Ele sempre se expressou dessa maneira e eu não vou deixar de falar nisso. E também não vou deixar de falar do nosso querido amigo que vai ficar para sempre nos nossos corações. Era uma pessoa maravilhosa, polêmica, daquele jeito dele, sempre quando tinha alguma divergência na mesa, era só ali, depois ele sempre com sorriso amigo, um sorriso afetuoso, uma pessoa que nos transmitiu muito conhecimento, era uma pessoa muito divertida, quem conheceu ele sabe que ele era uma pessoa maravilhosa. Não tenho muito o que dizer, vai deixar muita saudade, realmente muita saudade, na sua comunidade também. Os seus familiares se sintam abraçados vamos todo o carinho, que esse guerreiro de Jorge sempre defendeu as minorias, as classes mais desfavorecidas, as comunidades em geral, não só a dele como as nossas também. Então, vai deixar muita saudade, é com muito carinho que eu abraço a família e digo salve Jorge. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa tarde, colegas e amigos do Conselho. Nós da AREA temos uma pessoa que já foi do Conselho durante muito tempo, o Jesus, uma pessoa que trabalhou muito tempo junto com o Paulo Jorge na comunidade, todos sabem que é o Jesus que faz a nossa janta de final de ano. Então, ele fez muitas parcerias de fazer comida lá na creche dele para arrecadar alimento, verba. Tenho certeza que o Jesus gostaria de estar fazendo essa homenagem. O Paulo Jorge era uma pessoa muito carismática, aquele jeito dele, sempre tinha uma forma de ir atrás, uma cara de pau assim, conseguia sempre chegar em qualquer lugar e conversar. Podia ser o Presidente, o Prefeito, o Vereador, ele ia lá e batalhadora pela sua comunidade. Era um sambista, falava muito do movimento negro sempre aqui no conselho, falava de questões urbanísticas, sempre procurava qualificação, debate. Era uma pessoa também muito conciliadora, a gente via, ele tinha o poder sempre de tentar juntar as mais diversas opiniões e chegar de alguma forma a alguma conclusão, algum denominador comum para todo mundo. Uma pessoa que vai deixar uma falta muito grande. Deixo um abraço à família e é isso. Salve Jorge! **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite a todos. É um momento difícil falar sobre o Paulo Jorge. Eu escrevi umas linhas aqui das minhas recordações, das nossas sessões ao vivo do Conselho e as nossas sessões remotas. O que eu digo para a comunidade é o seguinte: Paulo Jorge, cidadão empolgado, forte, voluntarioso, defensor da sua comunidade, era um homem, um político habilidoso, conversava tanto com o setor patronal como com os trabalhadores. Votava muitas vezes atendendo a seus mentores da ocasião. O Paulo Jorge queria e lutava pela aproximação com todos, ajudava a organizar e a promover aqueles encontros e conversas, que eram aqueles jantares de fim de ano, que era quase uma proposta às vezes muito difícil pelos ambientes que nós estávamos vivendo e vinha a proposta de nós fazermos um jantar de reunião de fim de ano. Era um momento que tinha o seu lado difícil, mas tinha a sua parte importante, sua parte humana, sua parte solidária, onde nós todos nos reuníamos, jantávamos, conversávamos e tínhamos oportunidade de ter contato com colegas que habitualmente nas nossas reuniões a gente que não tinha ocasião de conversar. Então, era uma grande oportunidade, criada tanto pelo Jesus como pelo Paulo Jorge. Essas eram atividades muito importantes. Eu lamentei muito e lamento, a nossa entidade lamenta muito o seu precoce desaparecimento provocado pela pandemia. Com certeza, o Paulo Jorge, pelas suas atitudes, pelo seu comportamento, fará muita falta à família, muita falta à comunidade, ao CMDUA e à Cidade de Porto Alegre, porque ele tinha um grande compromisso com todos esses núcleos. E por isso ele merecia o nosso absoluto respeito. Salve Jorge, descanse em paz, companheiro! **Maristela Maffei (Titular),**



Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Hoje é um dia muito triste, porque exatamente ao lado praticamente da associação do Paulo Jorge está tendo uma manifestação agora do assassinato de uma senhora funcionária pública municipal. A Brigada entrou na casa, algemou o marido, que já foi comprovado que não tinha nenhum envolvimento e ela caiu, foi a óbito. Então, essa manifestação está sendo feita lá agora. Eu tenho certeza que o Paulo Jorge repudiaria esse ato e ele faz falta. Ele faz falta pelo seu jeito, pelas suas características peculiares, de ele entrar e nós já dizemos “Salve Jorge”. Então, hoje era para apenas saudar o seu passamento e a gente se depara com outras situações, outros tipos de mortes, não menos brutal. O Paulo Jorge, onde estiver, fica a nossa saudade, o nosso carinho, a saudade de brincarmos. Fica o abraço e um carinho especial. Hoje é dia da Mamãe Oxum, com certeza vai estar contigo. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu queria em nome do Sindicato dos Arquitetos deixar umas palavras para a família de Paulo Jorge, como para os conselheiros. Eu gostaria de deixar registrado o nosso reconhecimento da situação do Conselheiro Paulo Jorge, mas principalmente do Cidadão Paulo Jorge, que era um verdadeiro líder, ele foi um verdadeiro líder. Ele tinha uma representatividade muito grande, se sabia da representatividade dele, se conhecia o trabalho dele na comunidade, as várias ações que liderava na comunidade e os apelos que ele fazia sempre para campanhas de juntada de material, de brinquedos, de coisas assim. Uma verdadeira liderança que teve e tem uma importância nessa comunidade. O que mais me marcou na convivência com o Paulo Jorge era sua força interior, sua garra de luta pela sua comunidade, por coisas mais simples. Às vezes as coisas mais simples que uma comunidade poderia reivindicar, o Paulo Jorge batalhava muitas vezes, na maioria das vezes não era ouvido, apesar do seu apelo e da sua luta constante neste Conselho. Eu me lembro ainda quando o Paulo Jorge protestou e pediu socorro pelo fechamento de um posto na Grande Cruzeiro, quando a pandemia estava avançando e se infiltrando nessa comunidade. O que mais me custou e ficou martelando até hoje em relação ao Paulo Jorge foram as falas dele, o PJ, como ele mesmo falava, implorando por socorro, implorando que foi convocado o Secretário da Saúde, implorando que alguém do governo... Eu não estou fazendo uma crítica ao governo, por favor, eu estou retratando. Eu acho que só tem sentido essa homenagem se a gente colocar realmente quem era o Paulo Jorge, depois quando as pessoas morrem todos fazem elogios, mas o Paulo Jorge lutou, brigou, implorou, eu me lembro dele dizendo que já eram 27 mortos e que estava avançando, que estava avançando. Coitado do Paulo Jorge, não sabia que ele ia ser um dos próximos. Como eu disse, o que mais me frustrou e ficou engasgado foram os apelos dele implorando por socorro para sua comunidade, que segundo ele estava sendo dizimada pelo coronavírus. Ele não sabia que seria um dos próximos, mas eu espero que a vida dele, a luta dele tenha servido para alguma coisa, porque a gente sabe que essas comunidades continuam sendo desassistidas pela maioria dos governos. A Maristela falou hoje desse movimento na Grande Cruzeiro. Houve um grande movimento também hoje na Restinga, porque foi fechado um posto, as pessoas marcaram consultas, assim como acontece em todas as nossas comunidades e não houve nem a sutileza de colocar um cartaz que o posto estava fechado. Eu acho que essa luta do Paulo Jorge, essa garra que ele teve na vida e que perdeu lutando pela sua comunidade, sirva para a família e para todos nós aprendermos um pouco, termos mais uma humildade e tentarmos entender que o importante são as pessoas e não os objetos e os bens materiais. Mais uma vez meus sentimentos à família. Obrigado. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa tarde a todos. É um momento difícil realmente, à medida em que os colegas vão conversando a gente também vai relembrando a presença do nosso



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Conselheiro Paulo Jorge. é um dever nosso deixar o registro pela passagem desse colega, não só pelo Conselho, mas também pela sua comunidade, onde ele tanto lutou. O Paulo Jorge vai fazer sim falta para a cidade, para sua família, mas tinha ter ele nesse momento, infelizmente. Ele perdeu lutando, é um guerreiro que tombou lutando, deixou um grande exemplo, uma grande lição para todos nós, lutando pela sua comunidade, pela sua família, planejamento pela creche, pegando as crianças que ele cuidava, pelos jovens. Era isso que eu tinha a dizer... Muito emocionado... E salve Jorge! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo. Bonita homenagem, nós nos solidarizamos com a emoção, sem dúvida nos toca bastante falar e lembrar de uma pessoa tão importante, uma liderança tão importante, tão representativa neste Conselho da Cidade de Porto Alegre. Queria registrar a presença também do Luciano, filho do Conselheiro Paulo Jorge. Seja bem-vindo, junto com a Jéssica recebam nossas homenagens aqui deste Conselho pela liderança, pela representatividade do nosso Conselheiro Paulo Jorge. Os nossos conselheiros estão fazendo uso da tribuna na data de hoje para prestar suas homenagens a esse colega, esse amigo que tanto lutou pela melhoria, pela transformação da qualidade de vida dessa comunidade que tanto sofre. Conselheiro Jackson inscrito. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa tarde a todos, em especial aos familiares do nosso saudoso Paulo Jorge. Impossível que cada um não tenha uma história, cada um de nós aqui que não tenha uma história com ele, de alguma passagem interessante aqui ou ali. Eu vou relatar a minha rapidinho, que alguns dos conselheiros regionais mais antigos, como o Chico, o Adroaldo eu acredito que sim também. Quando eu entrei o Paulo Jorge foi reeleito, mas quando representando a Região 3 em 2016 neste Conselho a gente que vem de comunidades, está um pouco mais junto das regiões, de conversar mais, fazer uma integração. E aí chegamos a uma conversa no elevador – Ah, vamos fazer um almoço. O Paulo Jorge foi o cara que – Vamos fazer lá no hospital, lá no Galpão Crioulo do hospital e tal. Chegamos lá, né, Chico, organizamos, batendo água e tal. O Paulo Jorge fez um carreteiro para a gente começar a conversa. Moral da história, a reunião era para durar 1 hora, saímos de lá umas 3, 4 horas da tarde. Era o jeito dele e a gente também estava muito a fim de fazer muita coisa diferente, mas, enfim, um guerreiro, muito guerreiro em todos os sentidos na vida, nas comunidades, no nosso conselho. E fica o nosso abraço a vocês, a gente vai sentir saudade desse cara que... Desculpa! Que marcou, que me ensinou bastante coisa aí dentro, inclusive, como ligar as coisas. Como se rumo bom articulador. É isso, um abraço forte a vocês, Luciano e Jéssica, aos demais membros da família. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Muito breve, cumprimentar os filhos. Muito já foi dito, só para lembrar como era bom estar com o Paulo Jorge no CMDUA. Estava lembrando de uma participação que tivemos no extinto programa cidadania da TVE, nós subimos o morro, ele só contornou a outra parte da Grande Cruzeiro. Foi onde a gente pode conversar e discutir sobre a cidade e poder fazer essa integração. Em que pese, quando a gente discordava aqui, era um cara que nunca faltou com respeito e sempre trouxe aquela palavra justa, a palavra da verdade dele. Eu acho que isso é algo que se tiver que explicar o que eu vejo no Paulo Jorge é isso. Ele trazia a verdade dele e respeitava as dos outros, provocava que a gente tinha que estar nas comunidades, que os técnicos têm que conhecer. E quando o IAB organizou os planos populares ele abriu as portas da comunidade e a gente pode fazer na Grande Cruzeiro o nosso trabalho junto com ele e junto com as pessoas que participaram também da comunidade. Então, encerrando, que olorum receba bem esse irmão, olorum porque guerreiro é assim. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade,**



Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA: Boa noite a todos. Meus sentimentos aos familiares. Às crianças que ele ajudava. Nós sabemos que o Paulo Jorge sempre foi um defensor da minoria, uma liderança folclórica na Grande Cruzeiro. Enfim, ele sempre defendeu a educação infantil, que era um marco na vida dele, a regularização fundiária. Então, o Paulo Jorge vai fazer uma grande falta para toda aquela área da Grande Cruzeiro, que era um batalhador e defendia os direitos da população. Foi também parceiro do Orçamento Participativo, a gente se conheceu no Orçamento Participativo, depois tivemos esse trabalho junto ao CMDUA. Então, o Paulo Jorge com certeza sempre foi um democrata, buscando uma posição da comunidade, uma qualidade de vida e vai fazer muita falta. Então, essa pandemia que vem matando uma parte da população, nós temos que ter todo o cuidado. Eu também perdi familiar e sei o que é enfrentar esta pandemia, sei o que é perder um ente querido da família. Muito obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, boa noite. É uma situação muito especial. Principalmente quero dizer isso ao Luciano e a Jéssica, que a perda do Paulo para nós representa alguma coisa irreparável, não tem substituto. O Paulo era um cara extremamente original, o que eu chamo de liderança original. A gente tem muitos tipos de liderança, temos uma liderança cultural, uma liderança agregada, uma liderança solidária, mas uma liderança original é aquele líder coordenação o Paulo, que constrói a comunidade dele. Eu tive o privilégio de conhecer o Paulo por ocasião da minha eleição ao Conselho, lá em 2016. Nessa reunião que o Jackão falou, era a reunião dos conselheiros regionais para a gente eleger quem seria o Vice-Presidente dos Conselhos Regionais e o Paulo sugeriu que a gente fizesse lá no São Pedro. Eu tirei um sarro da cara dele, eu não conhecia ele direito, porque eu cheguei perguntando se ele era internado ou se era trabalhador lá e tal. A gente foi criando uma amizade descontraída. Nessa ocasião eu fui eleito pela primeira vez como vice-presidente, mas não tive o voto do Paulo e dou toda a razão para ele, ele não me conhecia, ele tinha como referência outro candidato, que era da Restinga. Claro, esse parceiro da Restinga tinha um trabalho comunitário, com quem o Paulo se identificava, ele não se identificava comigo, o pequeno burguês, arquiteto, que veio do meio urbano, tem outro tipo de luta. E nós começamos a nos conquistar, digamos assim. Eu passei a fazer parte de várias situações com o Paulo por convite dele. Então, ele me convidou em várias ocasiões, vários eventos que a AMAVTRON promovia. Eu tive surpresas fantásticas e vou contar uma para vocês. Ele me convida para ir a um evento lá em 07/09, eu sou de São Luiz Gonzaga, onde lá a gente desfilava na praça, a bandinha tocando e tal, aquela coisa toda. Então, eu reproduzia isso na frente da AMAVTRON, um desfile com banda, com tudo que tem direito. Muito bacana aquilo ali! E muitos eventos ele fazia. O mais importante era a preocupação do Paulo de agregar a juventude, ele tinha uma briga com o tráfico, eu perguntava como que se dava essa luta, ele dizia: “Eu perco, mas pelo menos uns 30% eu salvo”. Pô, que maravilha! Conseguia esse resultado com a bandinha, com a ginástica, com o esporte que tinha lá atrás, oficina de pão, de confeitiro, mas infelizmente nesse último ano de conselho, não só por causa do Covid, mas também nós não conseguimos acertar muito bem as comunidades, mas nós tínhamos uma série de reuniões dos conselheiros comunitários. Ou era no Paulo, ou lá em casa, em restaurante, em algum local onde nós conversamos melhor essas particularidades. A última experiência com o Paulo de participação junto, que foi muito legal, a Rádio Abolição. O Paulo convidou os candidatos a Prefeito de Porto Alegre e me convidava, eu entrava para ajudar nas perguntas, fazendo um direcionamento mais ligado a minha área, urbanismo, a cidade e tal. Foi muito legal essa experiência. Eu lamentei profundamente, vocês não podem imaginar. Eu estava conversando com ele na segunda-feira sobre a Jéssica, que estava hospitalizada, ele preocupado contigo e acabou dando



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

baixa acho que na segunda-feira mesmo, as coisas foram muito rápidas, foi se complicando. O ensinamento do Paulo é aquilo que a gente diz em mesa de bar, viver é um constante aprendizado, o Paulo praticava isso, ele estava fazendo uma faculdade de História. Vocês tem ideia o que é isso para um líder comunitário, que atende a sua comunidade, suas coisas? Ele estava fazendo isso, ele era inquieto, ele não parava, quando dava fazia uma viagem, ele vinha e falava: “Eu fui no Rio de Janeiro!” E já dava uma opinião sobre o Rio de Janeiro. Sempre com um entusiasmo, com presença, um cara extremante carismático. Uma figura que a gente tem uma saudade boa. Quem teve perdas grandes, todo mundo teve perdas, pai, mãe, mas quando a gente perde essas pessoas e pensa nas coisas boas que aconteceram com elas, que aconteceram com a gente junto com elas, eu chamo de saudade boa, é uma coisa muito gostosa... E isso eu levo do Paulo. Gente, eu sou chorão. Jéssica e Luciano, um grande abraço no coração de vocês. Eu estava também no passamento da mãe de vocês, o Emerson estava lá com a gente também. Lá eu aprendi uma lição com o teu pai, ele deu aquelas mijadas: “Olha aqui, moçada, a mãe de vocês se foi, mas agora a gente tem que ficar mais unido ainda, porque é o momento que a nossa família mais precisa estar unida”. Vocês lembram isso que ele disse a bom tom. Então, o Paulo era uma pessoa fantástica, a gente só vai ter saudade gostosa, porque foi um cara bacana que passou na nossa vida. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, que palavras mais bonitas, lembranças mais gostosas. Não há dúvida que emocionou a todos aqui com essas lembranças que tocam a todos e mostram o quão importante é a figura do Paulo Jorge, como família, como líder comunitário, representante da região, enfim, uma pessoa muito iluminada. Ele é um ser de luz e tenho certeza que continua iluminando, independente de onde esteja vai estar olhando por todos, pela cidade, por toda a comunidade que ele defendia. Antes de encerrar gostaria de fazer uma leitura que a Patrícia, a nossa taquígrafa transcreveu ali no chat, a Patrícia que faz as nossas atas, ela extraiu uma fala do Conselheiro Paulo Jorge de 24/09/2020. A Patrícia que também gostava muito, tinha um carinho muito especial pelo Conselheiro Paulo Jorge, assim como todos nós, Camila, toda equipe. Então, gostaria de fazer essa leitura aqui, no seguinte sentido: “Eu quero colocar que nestes 5 anos neste Conselho eu aprendi muita coisa com estes Conselheiros. Aprendi a fazer um pouco de arquitetura, visão de economia, visão de solo criado e visão de Porto Alegre. E eu também aprendi desde a época da METROPLAN, porque eu fiquei lá 10 anos, eu aprendi com muitos arquitetos e engenheiros como funciona uma cidade. Uma cidade não se desenvolve aqui ou se desenvolve ali, empreendimento aqui, empreendimento ali. Daqui a pouco está aqui o Alphaville, daqui a pouco está aqui a Melnick e eu sou da favela. A favela não sai do lugar! Eu sou sambista, carnavalesco, eu quero meu samba, meu carnaval, eu quero o meu campo de futebol para aos domingos ver a minha gurizada jogando bola”. (Paulo Jorge Amaral Cardoso, Ata 2855, de 24/09/2020)”. Olha só que palavras lindas que o pai de vocês manifestou, deixou registrado, gravado neste Conselho. Isto demonstra a liderança, a figura iluminada que foi o nosso eterno Conselheiro Paulo Jorge. Nossas sinceras homenagens aos familiares e nossa saudação especial a Jéssica, ao Luciano, por favor, levem aos demais familiares a importante figura que foi o pai de vocês para a Cidade de Porto Alegre. Ele realmente fez a diferença e nos tornou em pessoas melhores. Este convívio, esta inteiração que nos possibilitou a gente evoluir, a gente amadurecer e nesta inteiração a gente conseguir enxergar a comunidade, vendo ele fazer o bem todos os dias na vida dele. Foi uma figura muito, muito importante para a Cidade de Porto Alegre. Em no do Conselho do Plano Diretor, em nome da Prefeitura de Porto Alegre, do muito, da cidade de Porto Alegre, a gente homenageia a figura do nosso Conselheiro Paulo Jorge. Sintam-



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

se abraçados todos os familiares por todos que hoje representam este Conselho. Se a Jéssica ou o Luciano quiserem fazer uso da palavra, abro, fiquem à vontade. Olha que linda a foto. É isso aí, Patrícia! Luciano. **Luciano Cardoso, Filho do Conselheiro Paulo Jorge:** Olha, pessoal, é difícil. Eu gostaria de agradecer a todos vocês por esta homenagem. Eu acho que vocês falaram tudo mesmo, ele foi um iluminado, ele sempre esteve a frente de tudo. Quando a gente pensava em alguma coisa ele já estava 10 anos luz a frente e a vida dele foi essa: família, comunidade, Porto Alegre. Ele foi um pensador da nossa comunidade. O nosso “crioulo”, que a gente chamava e infelizmente a gente perdeu. É isso, é a vida. Queria agradecer vocês por essa homenagem. Obrigado! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Luciano, mais uma vez. Jéssica. **Jéssica Cardoso, Filha do Conselheiro Paulo Jorge:** Ainda é muito difícil, mas eu queria agradecer pelo carinho, pelo respeito e sempre foi isso que ele passou para nós, para os filhos, para a gente trabalhar em prol da comunidade. Hoje eu me atrasei para vir para a reunião, porque eu estava na mediação entre a comunidade e a polícia, porque hoje veio o falecimento da Jane, que era uma das fundadoras da instituição junto com ele. Eles começaram essa batalha juntos e hoje veio esse falecimento bruto também, uma invasão da polícia em não saber fazer as intervenções, acabou no falecimento dessa grande guerreira também. E o nosso pai era isso, tudo isso que vocês descreveram. E ele sempre enxergava nas pessoas o que as pessoas não se enxergavam, ele sempre via o talento das pessoas que achavam que não tinham. Ele falava que eu tinha que ser assistente social e eu falei que não, mas hoje eu estou cursando Serviço Social, eu estou amando! Então, ele sempre estava incentivando, sempre ajudando as pessoas, os depoimentos de coisas que a gente nem sabia que ele fazia. A gente não tinha noção do que ele fazia, porque passava muito tempo na rua, passava mais tempo na rua do que dentro de casa. A minha mãe dizia que ele era casado com a AMAVTRON, com a associação, com a comunidade. Então, muitas vezes ele fez mais pela comunidade do que estar dentro de casa, quem nos criou foi a mãe, porque ele estava sempre na rua atendendo as pessoas, mas ele nunca deixou de passar uma criação boa para nós e esses valores, esses valores que hoje a gente vai passar para os nossos filhos, netos, a história dele, da minha mãe também. Como disse o Gomes, ele estava lá na despedida da mãe, porque os dois foram grandes guerreiros. A minha mãe foi uma das grandes mulheres a colocar asfalto em Porto Alegre dentro da Prefeitura, uma das primeiras mulheres que entrou da Prefeitura. Depois o pai também foi para a parte municipal e eu só tenho que deixar aqui o agradecimento pelo carinho, pelo respeito e por todas as palavras bonitas que vocês falaram dele, que outras pessoas também falam. Então, eu queria deixar aqui o meu agradecimento de coração. E a gente convida, a nossa instituição está de portas abertas também para recebê-los, porque lá estamos continuando a história dele, o legado dele, que é atender aquelas crianças, atender os jovens e sempre mostrar o caminho bom. Isso, Gomes, que tu falaste, que é a nossa guerra silenciosa contra o tráfico, é muito verdade, porque é uma guerra silenciosa, porque a gente trabalha para que eles não vão para esse caminho, mas infelizmente, muitas vezes... Muitas vezes não, o tráfico é maior do que nós, mas a gente nunca deixa de acreditar. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Jéssica, lindas palavras. Sinta-se abraçados em nome do Conselho, dos Conselheiros. Realmente, muito importante que vocês sigam essa caminhada do pai de vocês. Não desistam, lutam por aquilo que vocês acreditam, porque sem dúvida o Paulo Jorge fez a diferença, transformou a nossa cidade um pouco mais, melhorou um pouquinho mais a cidade, fez a sua contribuição, fez a sua diferente. Um ser muito iluminado, de luz e nós o temos que ser muito gratos à figura



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

dele, por ter oportunizado também esse aprendizado, esse convívio, essa evolução. Um grande abraço no coração e transmita a nossa homenagem a todos os familiares. Esta sessão é transmitida ao vivo no YouTube, vai estar também disponibilizado no canal da SMAMS. Se tiverem a oportunidade de repassar para os familiares, a gente vai ficar bem feliz de poder externar o quanto a gente gostava dele, o quanto ele era importante para a Cidade Porto Alegre, o quanto ele fez a diferença todos os dias na vida da nossa cidade. Um grande abraço no coração de vocês. Senhores Conselheiros, passado esse momento emocionante da reunião, fica difícil a gente avançar na pauta, mas temos a nossa programação aí. Na sequência a gente tem: **2. VOTAÇÃO: 2.1 ATAS: 2854, 2855, 2856 E 2857.** A 2854 está disponível, as outras não estão disponíveis. Então, eu consulto se há alguma abstenção à aprovação da Ata 2854? Temos abstenção do Conselheiro Felisberto, Conselheiro Emílio, Conselheira Tânia, Conselheira Claudete, Conselheiro Darci, Conselheiro Mark, Conselheiro Hermes. Mais alguma abstenção? Aprovada com 07 abstenções, nenhum voto contrário. **APROVADA A ATA 2854.** Então, a Ordem do dia: **4. ORDEM DO DIA.** O ITEM 4.1 é o Expediente 002.33539.00.9, interessado SUDESTE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA. É um Estudo de Viabilidade Urbanística na Rua Saldanha da Gama. Esse processo havia sido distribuído inicialmente para a Conselheira Claudete, que fez parecer, seu relato, não foi aprovado o parecer da conselheira. Então, de acordo com o regimento o processo foi redistribuído, foi para a Conselheira Gisele. Então, agora a equipe do planejamento vai nos fazer um lembrete do que se trata. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite a todos. Normal é a Arquiteta Vaneska que faz as apresentações. Então, ficou a mim a tarefa de apresentar a Arquiteta Lígia, que vai fazer as apresentações de hoje. É a Lígia Saraiva Soares, graduada em arquitetura e urbanismo pela UFRGS em 2013, pós-graduada em engenharia de segurança do trabalho pela UNISINOS em 2015. Ela é servidora pública municipal desde janeiro de 2019 e atua desde 2020 como integrante da Unidade de Projetos Urbanos, subsidiada à Coordenação de Planejamento Urbano da SMAMS. A principal tarefa dela é dar suporte aos estudos na mesma escala, na escala do bairro, na realização de análise e demandas em escala local. Além de estar participando na revisão do Plano Diretor também. Então, a palavra está contigo, Lígia. **Lígia Saraiva Soares, Unidade de Projetos Urbanos/Coordenação de Planejamento Urbano/SMAMS:** Boa noite a todos. Então, vamos lá, é o Processo 002.333539.00.9. O interessado é Sudeste Transportes, assunto é um EVU de regularização e de nova construção na Rua Saldanha Gama, 555. Então, aqui é a localização, fica na RGP 7, na Vila São José, na Saldanha Gama, entre as Ruas Santo Alfredo e Primeiro de Setembro. Então, imagem de satélite aqui, uma planta de situação e a localização. Aqui o demolir e construir, o regularizar e construir. Aqui o breve histórico que já tinha sido feito anteriormente de cada uma das etapas, pareceres, vistas e depois foi redistribuído para a RGP 3, agora para a SMDE. Acho que é o suficiente, porque foi apresentado ainda na semana retrasada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É isso aí, está bem presente na lembrança dos conselheiros, era só um resumo. Lembrando que o próximo da ordem era a RGP 3, mas o conselheiro se declarou impedido e o próximo da ordem era a SMDE. Então, Conselheira Gisele, relatora do processo. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Boa noite. Então, é o Processo 18.0.000125461-4. EVU para regularização Sudeste Transportes, localização Rua Saldanha da Gama, 555 e Santo Alfredo, 274. Aos Conselheiros: Trata-se do estudo de viabilidade da regularização da atividade especial garagem geral de empresa de ônibus, com lavagem, lubrificação, reparação de pneus, reparação de estofados, reparação com



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

chapeação e pintura em terreno com área superior a 1.000 m² para ônibus de linhas de transporte coletivo urbano, listado como um projeto especial de impacto urbano de 2º grau nos termos dos artigos 61, inciso I e artigo 100, § 3º do Plano Diretor e conforme o anexo 11.2, folha 1. A proposta de regularização com aumento de economia única, um total de 3.919,64 m² adensáveis está localizada em uma área formada por duas matrículas, que somam 16.663,69 m², situado na Saldanha da Gama, 555 - Bairro Vila São José, área de ocupação intensiva na Macrozona 3, Unidade de Estruturação Urbana 146, Subunidades 1 e 3. Cada matrícula respectivamente regrados pelos grupamentos de atividade 3, Mista 1 e AEIS 1. Regularização das edificações, bem como licenciamento ambiental, visa o atendimento do auto de infração nº 15.272, substituído pelo Auto de Infração 102.4523, conforme documentos anexados pelo requerente em 10/02/2020, a etapa de EVU. Em 21/05/2018 na etapa de diretrizes. Talo processo teve início em 2016, a partir da obtenção da concessão do transporte público municipal por parte da Empresa Transportadora Sudeste. Então, está transcrito o que consta no processo. Em 2015 através de procedimentos da Prefeitura de Porto Alegre foi feita a licitação para a concessão de transporte público, definida em 2016. A partir deste ano foram iniciadas as regularizações através do processo em referência e que agora está sendo continuados junto à CAUGE para a regularização das edificações e licenciamento ambiental. Foram efetuados levantamentos planialtimétrico, conferência das edificações existentes e projetadas, complementações necessárias e contratadas análises e laudos ambientais, que serão apresentados em fases posteriores. No que tange as questões relacionadas às edificações são relativas à flexibilização dos parâmetros do Plano Diretor. A saber: manutenção de muros em alvenaria com altura de 2,80 m, regularização de 2,25 m² no Prédio 1, que incidem sobre o recuo para ajardinamento. isenção de recuo para ajardinamento na testada do lote, voltada para a Rua Santo Alfredo, para viabilizar a regularização dos prédios 1 e 3. Flexibilização da dimensão dos rebaixos de meio-fio para 10 m x 1,80 dada a especificidade da atividade. Tais solicitações no âmbito da análise urbanística foram aceitos, restando aprovada a etapa de EVU em 04/03/2020 no parecer CAUGE 024/ 2020. Dadas as características intrínsecas do empreendimento em questão, gerador de impactos não restritos ao lote onde está implantado, o mesmo foi enquadrado em estudo de impacto urbano de 2º grau. Dessa forma os impactos atuais e futuros decorrentes da atividade deverão ser mitigados. As obrigações, tais como realização da área degradada, estão descritas no parecer CAUGE 024/2020. Ainda que a análise da viabilidade do empreendimento por parte das secretarias e órgãos da administração que integram a CAUGE tenha sido favorável, tal fato não é assegura que o empreendimento irá obter licenças necessárias, que atestem sua regularidade. As razões são as seguintes, a etapa de EVU, bem como a emissão de licença prévia não são instrumentos licenciadores por si. Tanto o licenciamento edilício, como licenciamento ambiental, são processos, o que por definição remete à ação continuada, realização contínua e prolongada de atividade, segmento: curso; sequência: contínua; andamento: desenvolvimento marcha. Cada processo, portanto, é composto por fases, cada fase tem objetivos complementares. Um estudo de viabilidade urbanístico é um embasamento para o desenvolvimento de um projeto arquitetônico, o qual poderá ou não ser acolhido pelo licenciador. De forma análoga a emissão de uma licença prévia, a etapa preliminar para as demais fases. de forma esquemáticas podemos considerar: licença prévia, licença de instalação e por fim licença de operação. Analogamente, processo de licenciamento urbanístico, no caso agora de EVUs de 2º grau, diretrizes, estudos de viabilidade, aprovação, licenciamento e por fim emissão de carta de habitação. No quadro resumo colocamos aqui os objetivos de cada etapa de licença prévia. Por exemplo, visa no primeiro momento responder a pergunta: o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

entendimento é licenciável? Então, não se trata de um licenciamento. Em seguida entra a licença de operação, onde serão analisados os laudos, os estudos atualizados, como, por exemplo, aqui o plano de monitoramento das emissões sonoras e o plano de ação para redução dos ruídos. Por fim, a licença de instalação, que é o licenciamento propriamente dito, onde é emitido um laudo de que o empreendimento está alterando dentro dos padrões estabelecidos e aceitáveis ambientalmente. Analogamente, as fases do licenciamento urbanístico, que são as diretrizes, que são o fornecimento de parâmetros incidentes no território, como regime, condicionantes, gravames. Em seguida o EVU, que é a identificação dos impactos recorrentes da proposta na estrutura, na infraestrutura, paisagem urbana, demanda por equipamentos, impactos ambientais. Em seguida aprovação e licenciamento, onde se verifica o atendimento aos parâmetros e condicionantes estabelecidas no EVU. Por fim, a carta de habilitação que é a verificação da conformidade de acordo com o projeto licenciado. Conclusão, nosso parecer é favorável, não havendo óbice ao solicitar, ao contrário, a regularidade do empreendimento é necessária, cabendo ao requerente o atendimento das obrigações legais de caráter ambiental, urbanístico e de infraestrutura, com vista ao final do processo obter as devidas autorizações, licenciamento. Salientamos que o imóvel, o empreendimento em situação regular e formal atende o interesse público, possibilitando maior controle e fiscalização contra os impactos gerados, visando a redução e a mitigação. O EVU é apenas o início do processo. obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Muito bem, Conselheira Gisele, excelente parecer. Consulto, como é um processo redistribuído, a gente não tem a possibilidade de vista, coloco em discussão. Temos o Conselheiro Darci para debater, Conselheiro Felisberto, Conselheiro Gomes, Conselheiro Hermes, Conselheiro Rafael, Conselheiro Dal Molin. Em não havendo mais inscritos encerro a inscrição para o debate e abro a palavra ao Conselheiro Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Por imposição de ofício, já emití meu voto de vista no processo, mas por questão de ofício não posso deixar de me posicionar. É uma luta que já é antiga na sociedade brasileira, a diminuição da burocracia. Nós já tivemos um ministério da desburocratização nesse país, do qual a gente tinha o apoio amplo e geral de várias correntes aqui representadas neste Conselho. Porto Alegre ao unir planejamento e meio ambiente, ele não pode se furtar das consequências. Não adianta a gente listar que licenciamento ambiental é uma coisa e o estudo urbanístico é outro completamente separado, não são. Eu, funcionário público federal, ao ver em um processo que está escrito que aquele solo está contaminado, eu não posso fechar os olhos e fazer de conta que não existe. Eu já fiz um pedido aqui para a secretaria, infelizmente a resposta que me vem o foi totalmente vazia no sentido da responsabilidade civil que nós conselheiros temos sobre os nossos votos, eu pediria até que fosse novamente dado acesso aquele processo. Agora vou ter alguns dias de férias entre um semestre e outro da UFRGS, talvez eu possa retomá-lo para solicitar que a procuradoria nos dê um parecer digno. O que eu recebi foi uma informação completamente esvaziada, não analisa o que a gente pergunta, em relação à responsabilidade civil dos conselheiros. Então, não podemos fechar os olhos para a poluição do lençol freático, está lá no processo, quem não leu o processo, por favor. Na reunião passada eu dei relato, disse que estava no processo, alguns conselheiros depois vieram falar, não leram o processo. Não leram o processo? Por favor, vote a favor pela sua consciência, mas não fale, porque gastaria o nosso tempo e está colocando a palavra de uma entidade, que está representando aí em uma informação que ele não leu. Então, a poluição sonora também, faz partes em um dos itens elencados ali, na questão urbanística, a questão da viabilidade de ter um empreendimento daquele tamanho, daquele



539 porte no meio de um bairro residencial. Hoje, que eu me lembre, só tem uma única
540 empresa de ônibus, que ainda está próxima da população, todas as outras saíram, porque
541 é inviável... (Sinalização de tempo esgotado). Então, não existem dois processos paralelos
542 que conversam, nunca, sobre licenciamento ambiental e viabilidade urbanística. Só uma
543 correção, a licença prévia não é para saber se o licenciamento é licenciável ou não, essa
544 prévia é uma licença de localização, é se o empreendimento pode ser localizado em
545 determinado local, não é se é licenciável ou não. Então, vamos... (Sinalização de tempo
546 esgotado). Vamos às nossas posições e fazer um bom debate. O parecer da nossa
547 conselheira não entrou no mérito, só fez uma aula um pouquinho, com algumas questões
548 que eu faria em relação ao que é licenciamento... (Sinalização de tempo esgotado).

549 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:**
550 Dois minutos é pouco, mas eu vou tentar ser sintético e objetivo como foi o parecer e a
551 apresentação. Agradeço a aula, mas para mim que visitei o local, que constei todas as
552 irregularidades que existem no local: contaminação do solo, ruído, proximidade com
553 habitação. Para mim como Conselheiro e de acordo com o interesse público não, vejo
554 nenhum interesse público por parte da empresa, não existe nenhum interesse público. E o
555 Campani levantou muito bem, quem votar a favor tem que arguir as suas
556 responsabilidades, porque esse projeto contamina o solo, prejudica a comunidade do
557 entorno, avançou na área que está lá construída. Então, é um processo para regularizar
558 aquilo que está irregular. O meu voto é contrário, quero dar o apoio ao voto da Conselheira
559 Claudete, que muito bem pediu as diligências e tem irregularidades insanáveis, apesar de
560 alguns doutos aqui deste Conselho que se arguem de seu conhecimento técnico para
561 desqualificar o conhecimento de quem vai ver a realidade e analisa, tem a visão do que
562 está sendo feito neste local. Portanto, além de dar o voto eu fui no local com a Claudete,
563 tiramos fotos. Então, não é a opinião de alguém que está dando uma mera opinião, mas de
564 alguém que constatou a irregularidade, a inviabilidade do EVU. Então, o meu voto é
565 contrário. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
566 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite mais uma vez, Conselheiros. Independente
567 dessas opiniões que aparecem questionando se os elementos que têm no processo são
568 suficientes para ser contrário, favorável. e essa busca, que eu acho policalesca, de querer
569 atribuir responsabilidades que os conselheiros não têm, que é só uma maneira de intimidar
570 os conselheiros, isso acontece muitas vezes neste Conselho e acontece de maneira sobre
571 uma arrogância intelectual e técnica que eu abomino. E a gente viu ao longo desses anos
572 todos que eu estou neste conselho como isso vem acontecendo. A minha intervenção não
573 era para tocar nisso aí, a minha intervenção era para ressaltar como ficou interessante
574 esse formato da apresentação do processo previamente pela Secretaria. Quem lembra
575 como era antes e como que ficou agora, como ele facilita para o aprendizado do que nós
576 estamos conversando, quando nós estamos discutindo, independente das opiniões que
577 temos de contra ou a favor, que se construa ou não se construa, que se destrua, que se
578 desconstrua. O processo é u interessante, em especial quando pega um relato do calibre
579 da Arquiteta Gisele, pelo amor de Deus, foi uma aula fantástica, uma aula de licenciamento
580 sim, uma aula de como que as coisas acontecem dentro da Prefeitura. É difícil, a gente que
581 trabalha, a gente apanha, agora, quando uma pessoa te coloca da maneira, da clareza que
582 ela colocou para a gente, fica muito melhor de interpretar e de entender todo esse processo
583 de licenciamento. Meus parabéns, sou favorável a esse processo, já tivemos outros desse
584 tipo. Eu me lembro muito bem de outra empresa, casualmente de ônibus, e não me
585 surpreendo nenhum pouquinho, porque casualmente são as mesmas pessoas que fazem e
586 usam o mesmo argumento contra qualquer tipo de obra, desde uma entrada necessária a
587 uma via de regularização fundiária, que tem que ser mudar o regime tal, a um prédio



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

grande, seja lá o que for. É um tipo de raciocínio, é a cidade que querem, não é a cidade que eu quero, cada um quer a cidade que se quer e vamos em frente. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Sem querer repetir o que já foi colocado, eu vou colocar o que me parece bem mais singelo do que a gente debater aqui o que se fato alguns aspectos sim vão ser tratados na licença de instalação, outros deveriam talvez ter algumas considerações a mais, exigências a mais sobre a própria operação, porque não sabe como os estudos de impacto vêm sendo tratados em relação à técnica. A minha, como eu disse, é bem mais singelo, cabe no entorno como esse que está colocado um estacionamento de ônibus? Realmente cabe? É o local ou a nossa cidade vai dizer assim: um ônibus que tem um alcance de uma empresa, cujo o trabalho de abrangência dos seus ônibus extrapola em muito esse local, ele poderia estar em outro local, é a cidade que a gente quer, que a gente precisa ter uma área predominantemente residencial, um estacionamento com dezenas de ônibus, é isso que precisamos? É isso que eu fico me perguntando aqui e se é o único local, porque não cabe a técnica questionar, cabe ao CMDUA, que eu sempre vou defender como um espaço em que tanto técnica quanto política estão em debate, é por isso que tem representação comunitária, por exemplo. Não aqui estritamente técnico, a gente tem um olhar e o que passa aqui é para pedir um ajuste em relação ao que está previsto no Plano Diretor. Ou seja, não é o ordinário do Plano Diretor. Então, é nosso dever sim votar esse extraordinário. Eu me pergunto, este extraordinário cabe ali onde está? No meu ponto de vista não cabe, não é o local para uma movimentação de dezenas de ônibus. Quem aqui gostaria de ser vizinho desse estacionamento? Alguém aqui gostaria de ser vizinho? Sem tentar trabalhar com aquilo que o Conselheiro Gomes chama de arrogância, talvez olhando para o próprio espelho. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu gostaria de dizer, obrigado pelas aulas, hoje teve aulas diversas sobre direito civil, etc. Na última reunião falando sobre o Plano Diretor, houve falas sobre os princípios do plano, com aquele chavão que uma lei tem que ser interpretada pelo os princípios da qual foi criada, pensada. Então, nesse caso específico, além do que já foi colocado, no meu parecer de vista a primeira pergunta que eu fiz: se fosse uma comunidade classe média alta, tenho certeza que isso não seria aprovado, não seria encaminhado pela secretaria, seria rebatido, não seria aceito. O Plano Diretor fala em compatibilização volumétrica, no sentido de melhorar a paisagem urbana, aí é o exemplo exatamente da interpretação contrária, porque permitiu que um muro de 2,80m irregular se estendesse por toda a extensão do terreno. Quer dizer, pegou a situação pior para compatibilizar e não ao contrário. A compatibilização até pode ser para elevar um prédio para formar um perfil legal, quando dois prédios do lado são mais altos, mas nesse caso se aplicou. Quer dizer, a origem, a ideia da proposta do que o plano propõe foi interpretado de uma forma completamente errada. E com tantas técnicas de melhorar a qualidade, aí eu vou reformar ou reforçar o que foi dito, uma comunidade simples que circula de ônibus, que vai circular por uma rua que tem quase um muro de presídio do lado. (Sinalização de tempo esgotado). Encerrando, a outra questão só para citar é a área livre permeável, cujo parecer simplesmente diz que é possível, que pode ser aplicado por similaridade. Desculpem os conselheiros e os técnicos, mas é muito simplório, não são vocês que estão morando do lado. Eu acho que tinha que ter uma qualificação desses pareceres: pode ser aplicado por similaridade. É para aprovar uma situação que não deveria estar aí junto a essa comunidade. Como é uma comunidade pobre, humilde, vai no trampo, passa a boiada. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite. De todas as falas que me antecederam, a fala do Hermes é a que mais entra no mérito da questão, porque as outras falas, com todo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

o respeito, elas não entram no mérito. O que eu gostaria de salientar é o seguinte: quando a gente está aqui aprovando um EVU, realmente, a gente tem que prestar atenção nas questões urbanísticas e arquitetônicas. Se esse imóvel ou essa garagem estava irregular, mal comparando, é que nem quando o Felisberto fala da regularização fundiária, nós precisamos regularizar a cidade para que a gente possa cobrar da cidade certas coisas. Então, no momento em que a gente não tem nada, não tem um EVU aprovado, a municipalidade não pode cobrar a remediação do solo, ela não pode cobrar várias coisas que se precisa cobrar quando a gente instala uma garagem geral. Inclusive, se tem abastecimento, se não tem abastecimento. Entendeu? Então, quando tu aprovas um EVU e passa para outra etapa do licenciamento ambiental, é no licenciamento que a municipalidade vai poder cobrar tudo aquilo que o Felisberto, que as pessoas dizem que não, não podemos aprovar; mas se não aprovar qual é a solução que vocês dão? Deixa assim? Deixa o solo contaminado? Porque a primeira coisa que a prefeitura vai pedir é para remediar o solo. Vocês têm que se lembrar, quando teve o Secretário Beto Moesh, que era da SMAM, ele fez uma campanha que todos os postos de gasolina em Porto Alegre tinham que fazer análise e vários postos de gasolina tinham uma pluma de contaminação. O que aconteceu? Os postos fecharam por um momento, tiveram que remediar o solo, trocar os tanques e voltar a operar, voltar a operar sem contaminação do solo. A SMAM só pode fazer isso porque cobrou, assim como ela vai cobrar dessa empresa, mas para cobrar tem que estar regularizada. (Sinalização de tempo esgotado). Não pode cobrar as pessoas se não tem nada lá. O que vocês querem, que a empresa feche as portas, vá embora para outro lugar e deixe o terreno lá do jeito que está, sem a gente poder cobrar nada deles? Deixar contaminado é melhor, então? Então, vamos dizer para eles pegarem outro terreno, faz tudo direitinho, eles já estão lá há quantos anos? A maneira que a Prefeitura vai poder cobrar e dizer – remedia o solo, faz tudo certo; é aprovando o EVU. O Hermes até tem razão de algumas coisas do aspecto arquitetônico, se é feio ou bonito, se o muro é alto ou baixo. Eu até pensei que as pessoas iam falar do recuo de jardim – ah, por que precisa de 2,5m... (Sinalização de tempo esgotado). Mas ninguém falou nisso. Todo mundo fica preocupado que não pode ter, que não pode ter. Eu sou muito favorável, porque eu sei que os técnicos da SMAMS vão cobrar sim, vão cobrar que haja regularização de todos os aspectos. Então, sou muito favorável, porque se deixar como está aí que a gente não vai conseguir nada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Dal Molin. Na sequência já passo para a Conselheira Relatora, não sei se quer fazer alguma consideração final. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Só reforçando aos conselheiros que essa é a etapa inicial, que não foi licenciado absolutamente nada, de forma nenhuma, que ainda há uma grande trilha a ser percorrida, haja vista que esse processo já está a bastante tempo tramitando. Não se trata de uma questão de aceleração ou de superar etapas, todas as etapas serão respeitadas. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nesse sentido eu inicio o processo de votação: PARECER FAVORÁVEL. Votação nominal: **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), Secretaria Municipal de**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Relações Institucionais – SMRI: Favorável. Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS: Favorável. Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: contrário. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Contrária. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Favorável. Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS: Abstenção. Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Contrário. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Contrário conforme meu parecer de vista. Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS: Favorável. Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Favorável. Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Contrário. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Contrário. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: Abstenção. Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: (Impedido). Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4: Contrária. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Favorável. Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Contrária. Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8: Favorável. Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA: Favorável. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Temos 14 votos favoráveis, 02 abstenções e 08 votos contrários. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DA RELATORA.** Nesse sentido, Senhores Conselheiros,, são já 19:55, a gente tem o Expediente 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7 em diligência. Temos o item 4.8, como temos só mais uma reunião de pautas, eu pediria para a equipe de planejamento fazer uma apresentação rápida e a gente avançar um pouquinho. A Conselheira já está com o relato pronto, a gente avança e conclui essa etapa do relato, para fazer a discussão. **Lígia Saraiva Soares, Unidade de Projetos Urbanos/Coordenação de Planejamento Urbano/SMAMS:** É o Processo SEI 20.0.000008940-1, EVU, o interessado é Melnick Even, fica na Coronel Marcos, 1719. O EVU é de projeto de impacto urbano de 2º grau, fica no Bairro Pedra Redonda e o projeto contempla uma área territorial de 45.170 m², pertencendo a um quarteirão dado pela Avenida Coronel Marcos, Rua Manoel Leão e Rua Ney de Castilhos Ferreira. É uma construção nova, residencial e comercial, no total de 22.645 m² de área construída, são três torres residenciais com 68 unidades habitacionais de três dormitórios e 15 lojas. Então, a planta baixa na Coronel Marcos tem as 15 lojas e na Ney de Castilhos Ferreira tem as três torres, duas aqui uma mais afastada. Aí a gente colocou esse outro mapinha aqui de localização, que mostra toda essa área que pega o Morro do Sabiá e vai dar lá na orla e a construção fica nesse espaço aqui. Então, aqui nas perspectivas das lojas na Coronel Marcos, fica na RGP 6, Bairro Pedra Redonda, mais especificamente no Morro de Sabiá. Aqui a vista aérea e aqui os pareceres das solicitações das Secretarias. Então, como condicionante a SMAMS pediu projeto e execução do passeio que leva da Rua Manoel Leão até a área de lazer que vai ser urbanizada pelo empreendimento. E condicionante para carta de habitação, recebimento do executado. Então, aqui um mapinha, aqui a Rua Manoel Leão. Então, esse espaço vai ser urbanizado e a área a receber o empreendimento. Além disso, teve diversas condicionantes ambientais



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

sobre a vegetação, é uma área de APP com remanescentes florestais, que vão ser mantidos. Além da área doada também. Então, tem diversos replantios e plantas a serem mantidas ou compensadas por mudas. A EPTC pede controle de acesso recuado de 5 m do alinhamento, pede vagas para visitantes, para cargas e descargas, solicita estacionamentos das lojas a serem dispostas de maneira correta para veículos de passeio e a execução do alargamento da Av. Coronel Marcos na testada do lote. A SNC solicita a preservação das visuais de interesse e preservação da paisagem natural e manutenção de predominância de áreas abertas sobre as áreas edificadas. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado pela apresentação. Então, de imediato passo para Conselheira Relatora fazer o relato. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Boa noite a todos. O relatório do relato é bem extenso e semelhante à apresentação. Então, acho que dispensa a leitura do relatório e passo à manifestação? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Pode ser, porque está disponível no SEI para todos os conselheiros. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Isso, o relatório é bem semelhante à apresentação. Então, para não estender demais eu vou passar para a manifestação em si. Então, após o relatório, conforme artigo 4º do Decreto 19741/2017, quando houver necessidade de EVU a análise será efetuada durante a etapa de aprovação de projeto arquitetônico, sob forma de consulta, sendo que os projetos especiais de impacto urbano de 2º grau estão previstos no artigo 61 do Plano Diretor. No que diz respeito ao processo administrativo de EVU, enquadrados como projetos especiais de impacto urbano 2º grau, o Decreto 18.886/2014, em seu artigo 7º, assim dispõe: a análise de edificação e atividades, projeto especial de impacto urbano de 2º grau deverá ser solicitada por meio de requerimento padrão a ser protocolizado na Comissão da Análise Urbanística e Gerenciamento, a CAUGE, que possui procedimentos próprios previstos no decreto específico. Assim, nos termos do Parecer CAUGE 123, de folhas 213 a 221, verifica-se que as adequações solicitadas foram atendidas, restando aprovado o EVU submetido à apreciação nos termos do artigo 61, inciso II, alínea c e anexo 11.2, folha 3 da Lei Complementar nº 434, modificada pela Lei Complementar nº 646/2010 do Plano Diretor, desde que atendidas as demais condições ali estabelecidas. Assim observa-se dos elementos constantes no processo que o empreendimento irá revitalizar a área em questão, bem como seu entorno, trazendo também outros benefícios, tendo em vista os compromissos assumidos no tocante à orla de Ipanema. Outrossim, senão a observância na legislação ambiental diante da previsão de preservação da vegetação e a adoção de medidas mitigatórias, além das disposições pertinentes à conservação da área de preservação permanente. Constata-se, portanto, adequação do projeto às diretrizes municipais estabelecidas e aplicáveis ao empreendimento. Por fim, necessário registrar que nos termos do artigo 27, inciso I, alínea a da Lei Estadual 10.116/94 o Estado deverá, obrigatoriamente, examinar antes da aprovação pelos municípios os projetos de parcelamento do solo destinados a fins urbanos, quando (Inaudível/interferência no áudio) situadas em região metropolitana. A exigência de que sejam reservadas vagas destinadas ao sistema viário e a implantação de equipamentos urbanos e comunitários, em percentagem muito inferior a 35%. Artigo 20, apresenta áreas destinadas ao sistema viário e implantação de equipamentos urbanos comunitários, será proporcional a densidades populacionais previstas para gleba e nunca inferior a 35% da mesma, salvo nos loteamentos destinados a uso industrial, cujos lotes forem maiores do que 15.000 m², caso esta percentagem poderá ser reduzida. No ponto observa-se que o projeto em comento



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

prevê a destinação de área pública no percentual de 20%. Além do aspecto acima, outra questão que merece alerta é acerca do disposto no artigo 26, § 1º da Lei nº 10.116/94, que dispõe sobre a necessidade de destinação de 10% do total da gleba para uso público em localização a ser definida pelo Município, quando a gleba não tiver sido objeto de loteamento anterior e dele não tenha resultado de prévia doação de área pública. Dessa forma, cumpre destacar que por se tratar o presente processo em comento de análise de EVU, etapa anterior à aprovação do projeto para o município, não vislumbra óbice ao seu prosseguimento. No entanto, ressalva-se a necessidade de adequação aos termos da legislação estadual aplicável ao caso, para que o projeto seja efetivamente aprovado. Diante do exposto, tendo em vista o atendimento às diretrizes estabelecidas e aplicáveis à etapa de EVU, voto favorável a sua aprovação, registrando a ressalva no tocante à necessidade de adequação aos termos da Lei Estadual 10.116 para aprovação do projeto.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Perfeito, obrigado, Conselheira. Consulto se temos pedidos de relato de vista? Temos os conselheiros: Claudete, Felisberto, Emerson, Hermes, Darci e Gomes. Mais algum conselheiro? Em não havendo... O Conselheiro Rafael também solicita vista. A gente encaminha agora para o encerramento da presente sessão, agradecendo mais uma vez à oportunidade do debate, amadurecimento da discussão, da visualização dos mais diversos pontos de vista nessa representação do Conselho. Boa noite e nos vemos na terça-feira. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h15min).**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:



ATA ORDINÁRIA Nº 2870/2020

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanzo Magni (1ª Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. ABERTURA; 2. Votação: 2.1 ATAS: 2855, 2856, 2857, 2858, 2859 e 2860; 3. Comunicações; 4. Ordem do dia. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h12min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Boa noite, Senhores Conselheiros. São 18h12min, temos quorum, os demais conselheiros estão ingressando. Vou fazer a leitura dos presentes. (Leitura da lista de presenças). Se eu não chamei alguém que se manifeste no chat, o pessoal está ingressando. Então, damos início a nossa reunião ordinária, última reunião do ano, que a gente tinha planejado. Chegando mais o final do ano, a gente sabe da dificuldade, cada um tem os seus compromissos pessoais organizados. Então, a gente tem um pouquinho mais de dificuldade na questão do quorum. É importante a gente fazer hoje, finalização essa discussão, esse processo que temos em pauta. A gente teria a possibilidade de fazer uma agenda ainda no dia 22. Inicialmente, nós não havíamos feito essa programação. Eu consulto os conselheiros, porque eu vou estar trabalhando, estarei



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

aqui, se há objeção de fazermos essa reunião de fechamento no dia 22, pelo menos vamos discutir mais um ou dois processos. Fiquei com vontade de fazer no dia 22, embora a gente não tivesse programado na terça-feira. Se houver objeção a essa iniciativa da gente ter a reunião no dia 22, por favor, contestem, senão a gente convoca a reunião na terça-feira, dia 22, fazemos essa de encerramento. Eu consulto os conselheiros inscritos para o período de Comunicação. Inscritos para o período de Comunicação. Em não havendo mais inscritos encerramos a inscrição. Hoje nós temos para deliberação, antes da comunicação: **2. Votação: 2.1 ATAS: 2855, 2856 E 2857.** Eu consulto se há alguma objeção à aprovação das atas ou alguma abstenção? Abstenção: Conselheiro Emílio, Conselheira Claudete, Conselheiro Hermes contrário à aprovação, Conselheiro Mark se abstém, Conselheiro Felisberto se abstém, Conselheira Tânia também. Temos 05 abstenções, 01 voto contrário. **APROVADAS AS ATAS 2855, 2856 E 2857.** Nesse sentido, desejando uma boa noite de reunião, eu passo a palavra ao primeiro inscrito para o período de Comunicação. Conselheiro Hermes com a palavra. **3. COMUNICAÇÃO. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa tarde a todos, quase boa noite. A primeira questão eu coloquei no chat, Secretário, para fazer uma apresentação do pessoal que participa da reunião, porque fica constrangedor, a gente vê o nome, mas não sabe o que faz, o que representa. E a minha segunda questão, eu gostaria de esclarecimentos, nos bastidores corre uma versão de que a PROCEMPA está trabalhando em uma plataforma para viabilizar as eleições do Conselho, que estão desenvolvendo uma plataforma. Como esse assunto é vinculado ao nosso Conselho, inclusive, a Comissão, que teria que ser convocada para tratar desses assuntos, eu gostaria que fosse confirmado ou não, demais explicações se possível. Muito obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Eu tomei nota para responder na sequência. Gostaria de dar as boas vindas ao nosso Diretor do DEMHAB. Emerson, seja bem-vindo! Hoje temos um assunto, um processo em pauta que envolve também o DEMHAB e o Emerson veio a nosso convite para participar e prestar qualquer esclarecimento. Na sequência a gente tem o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todas e a todos. Eu imaginava que seria a última sessão hoje com sua presença, mas vejo que teremos outra na semana que vem. A primeira questão que eu trago para que a gente analise é o Decreto da prorrogação do nosso mandato. Acho importante, está na pauta, a retirada da Comissão Eleitoral. Nós não podemos terminar o ano, ou mesmo que seja prorrogado, sem a definição da Comissão Eleitoral. Como disse o Hermes, existe esse boato que a PROCEMPA estaria trabalhando em uma plataforma e que as eleições poderiam ser virtuais. Entendo que esse não é o método mais formal para eleição, até porque nós tivemos a eleição para prefeito e vereadores de maneira presencial. Então, eu entendo que é importante a gente tenha condições nas regiões de realizar as eleições com a população votamos. A terceira questão que eu quero relatar, que eu já venho falando muitas vezes até apaixonada, é essa desigualdade gritante que existe na Cidade de Porto Alegre e que está vitimando várias pessoas em comunidades que não têm regularização fundiária. Inclusive, perdemos um conselheiro exatamente por falta dessa visão no combate à desigualdade. Nós temos 700 vilas, e eu aproveito que o Diretor Geral do DEMHAB está, o qual eu saúdo, bem-vindo a este Conselho. A gente tem que ter um olhar para as comunidades que já estão inseridas na cidade formal, mas que não têm o benefício da cidade formal. E eu cito alguns exemplo, inclusive uma sofrendo um processo de pressão devido a um processo aprovado neste Conselho, ou vários aprovados na região, no entorno da RGP 2, no limite da RGP 1, como a Vila Caddie, o Quilombo Silva, comunidades que estão há anos esperando o seu



reconhecimento e nós tem o mesmo tratamento que os grandes empreendimentos têm nesta Cidade. Isso para mim é um crime! (Sinalização de tempo esgotado). Quem urbanizou a Nilo Peçanha e outras que deram acesso ao Iguatemi foram as comunidades que talvez sejam expulsas das regiões. Foi através do Orçamento Participativo que viabilizaram a melhoria, não foi através de grandes empreendimentos, como querem dar entender algumas pessoas deste conselho. (Sinalização de tempo esgotado). Muito obrigado e era isso. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa tarde a todos. Gostaria de dar os parabéns aos colegas arquitetos e ao IAB pelas inúmeras contribuições às comunidades. Parabéns! Eu gostaria de falar, aproveitando que o Emerson está aqui, eu já havia conversado sobre o encaminhamento daquele processo do Matos Sampaio. Você pediu para eu entrar em contato com uma das responsáveis, eu entrei em contato e ela até hoje não me deu o processo que eu espero. Na verdade, eu estava esperando o processo junto com a comunidade. Então, foi nos dito que aquele processo teve algumas alterações, mas o processo foi feito ele estava pronto, tinha sido inclusive aprovado. Então, eu gostaria de fazer um apelo para que a gente consiga esse processo para dar uma olhada. Era só isso, muito obrigada. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Olá, boa noite, boa tarde a todos. Eu queria começar esta inscrição aqui na área de comunicações, o nosso período de comunicações, saudando os profissionais de arquitetura que têm sido importantes companheiros, colaboradores e que têm nos esclarecido muito dentro das atividades deste Conselho. Eles têm prestado um serviço inestimável a nossa comunidade. Muito obrigado aos profissionais de arquitetura e urbanismo. O outro ponto da minha manifestação neste espaço de Comunicações, do nosso esforço todo que fizemos, eu quero lembrar especialmente o esforço de sistematização feito pela Patrícia e pela Vaneska. E eu me lembrei que dentro desse processo intenso de discussão, em que a gente trata de todos os veículos e os liames que o Plano Diretor de Porto Alegre precisa ter, eu lembrei de um aspecto que a gente acabou não mencionando. Então, por isso essa referência a Patrícia, se nós temos que levar em conta os chamados planos municipais de conservação e recuperação da mata atlântica, no que ela tem no espaço do município de Porto Alegre. Seria importante que o nosso Plano Diretor também conversasse o plano de conservação e recuperação da Mata Atlântica, que está sendo também revisto em outras áreas do nosso Estado. E eu lembrei também que seria importante nós incluirmos na discussão do nosso Plano Diretor também o processo de discussão que se realiza no Comitê da Bacia do Guaíba, que também deve ter vínculos e conexões muito importantes com o nosso Plano Diretor, especialmente depois de ouvir a fala da Conselheira Tânia acerca esse aterramento, dessa área alagadiça, que era uma área importante, possivelmente de filtração de resíduos e que acabaram sendo criminosamente soterrados e essa canalização acabou afetando outra comunidade que não deveria ter nada a ver. Então, seria importante justamente que o nosso Plano Diretor, que todo esse processo de discussão que nós fizemos leve em conta também esses aspectos. E por isso eu queria deixar registrado neste nosso período aqui de comunicações, que eu penso que é um vínculo muito importante para a boa saúde do nosso Plano Diretor de Porto Alegre. Obrigado, Presidente. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite a todos. A minha manifestação é dirigida aos meus colegas arquitetos, um reconhecimento muito profundo, porque a gente sabe o quanto é difícil o exercício da arquitetura e a magnitude que ela tem. Se a gente pegar só um aspecto, por exemplo, que a gente se relaciona com o pessoal, das áreas de licenciamento na prefeitura, a gente já se surpreende com os nichos específicos que existem de conhecimento, quando tu pegas uma área mais de explicação, por exemplo, tu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

147 vais comparar com área de planejamento urbano, loteamentos e tal. Realmente, é
148 realmente um aspecto muito grande a arquitetura. Eu estou há pouco tempo na arquitetura,
149 só há 35 anos e a gente faz meio que dê quando começa, quando se forma e depois vai
150 aprofundando algumas coisas, vai se ligando a algumas áreas que vai se dedicar mais,
151 assim como certa tendência em quase todas as profissões. Então, sou muito feliz com o
152 arquiteto e quero que os meus colegas também sejam muito felizes. E quero agradecer
153 pelo grande empenho que eles têm dentro da prefeitura, principalmente nesse último
154 período, Germano, em que foi dada oportunidade para os arquitetos da administração
155 colocarem para fora aquilo que eles realmente têm capacidade hoje, como a gente está
156 sentindo esses avanços aí nas questões de licenciamento, porque por trás disso aí a
157 grande maioria dos operadores são os colegas arquitetos. Não fica com ciúme, Artur, tu és
158 engenheiro, mas o pessoal vive te chamando de arquiteto também pelo teu desempenho
159 dentro da prefeitura, que está muito bem colocado dentro dessa equipe e dirigindo,
160 liderando uma parte considerável. Então, um grande abraço aos meus colegas e vamos em
161 frente. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de**
162 **Arquitetura - AREA:** Boa noite a todos aqui. Eu também queria só cumprimentar a todos
163 os colegas arquitetos pelo dia de hoje, também me colocar à disposição. Eu não entendi se
164 ficou confirmado se vamos ter mais alguma reunião, se for eu tento ver com o suplente
165 para a gente como organizar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**
166 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, sou o último inscrito. Nós
167 confirmamos, temos mais uma reunião, vos fazer o fechamento. Eu gostaria de parabenizar
168 também o dia do arquiteto, é importante, porque são aqueles que participam da construção
169 na nossa cidade. Eu sou da área do Direito, mas tenho muita relação com os arquitetos,
170 admiro muito o trabalho de todos eles. Eu me somo com os demais colegas na
171 homenagem a este dia especial. O Conselheiro Felisberto trouxe a construção da
172 plataforma de votação para as eleições do Conselho do Plano. A gente iniciou esse
173 processo, pedindo subsídio da PROCempa, que vai dar esse apoio técnico agora nesses
174 modelos, esses formatos, mas esse trabalho acabou sendo suspenso no final da gestão
175 para que possa ser iniciada uma discussão específica sobre a eleição ali em janeiro, já com
176 a programação da próxima gestão. Em relação ao decreto vamos publicar em relação à
177 prorrogação, porque deixar pelo menos o início bem seguro e dar o tempo para a próxima
178 gestão se organizar. **4. ORDEM DO DIA.** Então, avançamos na nossa pauta, a gente tem
179 alguns processos em diligência ainda: 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5 e 4.6. Conselheiro Saffer, só
180 para consignar que voltou a sua diligência solicitada, aí fica para o dia 22. Depois o Item
181 4.7 da pauta, é o expediente... Questão de Ordem. **Sérgio Saffer (Titular), Associação**
182 **Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Desculpa, só sobre o processo
183 que eu estou relatando, só queria explicar que foi anexado o documento, é de acesso a
184 todos. A EPTC fez o encaminhamento para a CAUGE para poder anexar o estudo de
185 impacto e fazer alguns ajustes, porque eles que fazem esses ajustes junto com o
186 empreendedor, mas que os mesmos ajustes têm que estar junto. Foi feita essa
187 recomendação e hoje foi anexado e que eles pedem que esse procedimento seja repetido
188 geralmente em todos os processos que tem estudos de impacto viário, sejam anexados
189 sempre ao SEI quando vem aqui para o Conselho. **Germano Bremm, Presidente e**
190 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado,
191 Conselheiro. Vamos ajustando o procedimento. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região**
192 **de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Questão de Ordem. Secretário, eu tenho
193 pedido de vista no processo do Item 4.7, que é aquele da Coronel Marcos, que exige uma
194 análise mais detalhada, inclusive, porque tem corte de árvores. Então, é um processo
195 complexo que deve ser muito bem analisado. Então, eu quero pedir em meu nome mais



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

uma semana para que a gente possa apresentar. Eu não sei os outros que têm vista, mas eu não consegui fazer, não tive oportunidade de ir lá, gostaria de ir no local, mas li todo o processo. Entendo que é um processo complexo, tem mais quatro expedientes que deveriam estar anexados e não estão. Então, é um processo que exige uma análise criteriosa. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Acho que o Conselheiro Gomes, o conselheiro da região, tem um encaminhamento também, aí equaciona esses pontos em relação ao tempo, que também eu acho que é nessa linha. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Questão de Ordem. Secretário, esse processo é de uma complexidade muito grande. Considerando também as diligências, o tempo que elas ficam, acho que nada mais justo do que ganharmos mais uma semana ou duas. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Questão de Ordem. Presidente, eu tenho o parecer de vista, gostaria se os demais conselheiros que pediram vista têm relatos, se tem mais gente, se tiver eu gostaria de ser o último. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Temos mais alguém com relato de vista? Conselheiro Gomes, não temos. Acho que o senhor faz o relato e deliberamos por mais uma semana. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Está bom. Eu vou fazer o relato. O processo não é tão grande e também não é tão complexo, quando a gente começa a estudar ele assusta um pouco, de 200 páginas, 150 são de relatos ambientais. É o Expediente Único 002.269397.00.6, EVU de parcelamento de solo com licenciamento e edificação. O requerente é a Melnick Even. O imóvel tem testada para a rua Cel. Marcos, 1719 e pela rua Ney Castilhos, de fundos para o Lago Guaíba, de área de abrangência do Parque Natural do Moro do Osso, está situado na Macrozona 5, Quarteirão 05, na influência de duas subunidades, sendo que a subunidade 7, predominantemente residencial, com atividade definida como interesse cultural mista 2, que permite residências e diversas atividades comerciais com limite de porte. E a subunidade 6, que é uma área restrita, por ser uma atividade de parque natural. A proposta do empreendimento misto com área comercial junto a Coronel Marcos e torres que o empreendedor chama de “torretas” de apartamentos residenciais com acesso pela rua lateral. São 68 apartamentos de alto padrão e 15 lojas. Processo com interferência ambiental muito delicada e em decorrência foi exaustivamente abordado, sendo que das 245 páginas no processo 150 tratam de condições do ambiente natural. A riqueza ambiental confere a qualquer empreendimento nessa região baixo aproveitamento da produção habitacional ou comercial, visto que o PDDUA e seus critérios de regulação procura proteger o bem natural em primeiro lugar. Percebe-se nos últimos anos uma pressão muito grande de alguns empreendedores em romper essa barreira e dentro da legislação edilícia, com a expertise de profissionais, buscar maneiras de expandir a ocupação nessas áreas de paisagem privilegiada, vemos isso nos bairros da zona sul, principalmente nos locais onde existe a comunicação visual ou de muita proximidade com o Lago Guaíba. Nas oficinas da revisão do Plano Diretor da RGP 6 ficou clara essa preocupação, assim como em grupos de moradores e outras regiões, mesmo com os limites da pandemia a gente conseguiu fazer algumas reuniões localizadas. Tenho colocado quando a oportunidade me é dada que essa configuração física, projetada e construída não tem nada de regular, é fruto da leitura da legislação edilícia e da ousadia dos profissionais que trabalham, que agora neste processo de revisão poderá ser alterado esses padrões que compõem o nosso Capítulo do plano regulador. A apreciação do relato da colega Virgínia de Oliveira, Conselheira da METROPLAN, chama atenção a observação de que esse empreendimento pelas suas características de porte e localização deverá ser



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

submetido ao crivo do Estado, conforme a Lei Estadual 10.116/94, artigo 27, que pelo disposto no artigo 20, todo empreendimento assim quadrado deverá reservar não menos do que 35% da área para sistema de circulação e equipamentos urbanos comunitários. Senhores Conselheiros, essa matéria já esteve presente neste Conselho e nos remete a sensação de insegurança jurídica e só poderemos seguir a análise da demanda se estiver com toda certeza de todo o processo, visto que se houver necessidade de atender normas estadual, o empreendedor deverá se posicionar se ainda é viável o empreendimento, porque sai de um patamar pela nossa legislação municipal de 20% de doação de área pública, por exemplo, para 35% e um empreendimento muito limitado na oferta de unidades a venda no mercado. A importância dessa matéria para os servidores públicos que operam as questões de licenciamento edilício, principalmente da região metropolitana, assim como dos empreendedores, é tão grande e desconfortável que transmita ou está a tramitar na Assembleia Legislativa projeto de lei para revisar a legislação. A alegação principal é de que existe uma sobreposição de competências no que trata das chamadas anuências metropolitanas, visto que as questões de parcelamento do solo são disciplinados em nível nacional pela Lei Federal 6766 e em nível federal pela citada 10.116. Ocorre que a lei federal sofreu várias alterações no sentido do aprimoramento da sua aplicabilidade, enquanto que a lei estadual permanece estagnada; mas não cabe a este conselho fazer análise jurídica, porém precisamos nós conselheiros de segurança jurídica para dar prosseguimento à análise deste processo, por ter no seu encaminhamento sido citado a lei estadual, e ao contrário do que diz a Conselheiro da METROPLAN, onde ela se manifesta. Cumpre destacar que por se tratar o presente processo em comento de análise do estudo de viabilidade urbanística, etapa anterior à aprovação do projeto pelo município, não vislumbro óbice ao prosseguimento. No entanto, ressalva-se a necessidade de adequação aos termos da legislação estadual. Eu faço a seguinte recomendação: deveremos parar o processo e exigir esclarecimento à Procuradoria Geral do Município, que responda nesta instância do CMDUA quanto à abordagem da conselheira. E como este EVU está sendo analisado dentro da etapa de aprovação de edificação, conforme dispõe o artigo 4º do Decreto 19741, portanto, é preciso que se defina a aplicabilidade ou não do condicionante da legislação estadual já agora em relação à área público. Visto que influiu definitivamente nos rumos do empreendimento. Isto posto, comparado no artigo 9º, do § 2º da Resolução nº 01/2020, do nosso conselho, a RGP 6 solicita diligência à PGM para esclarecimento das competências aqui elencadas. Porto Alegre 15 de dezembro de 2020. Vou estar dispondo para a Secretária do Conselho o meu relato daqui a pouquinho. Era esta a minha posição, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Então, coloca em diligência, existe a previsão regimental para o Conselheiro da região, artigo 22 da nossa resolução, de procedimentos. Então, eu consulto, porque também converge com o maior tempo solicitado pelos conselheiros. Há alguma divergência para colocarmos em diligência, conforme foi solicitado pelo Conselheiro Gomes, à Procuradoria Geral do Município para que haja a manifestação? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa tarde a todos e a todas. Primeiro saudar os colegas arquitetos, felicitá-los. Eu havia pedido fala antes do Gomes começar a falar, mas não foi oportunizada. Não tenho nenhuma objeção ao encaminhamento do Conselheiro, só queria pontuar, na verdade, que é a primeira vez que eu pego um processo neste Conselho, e não foram poucos, na verdade, que eu não vejo sequer as diretrizes dentro do expediente. Então, eu acho que além da diligência tem que ser disponibilizado também o acesso a todos os outros expedientes anexos, conforme é referido no próprio termo da pág. 20 da digitalização. Por isso o processo é bem simples, Gomes, a gente não tem a informação, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

gente tem só os termos de comparecimento da CAUGE, mas não tem as diretrizes, as complementações. Então, anuindo com a diligência do Gomes, até acho estranho o posicionamento dele, porque em outros processos o entendimento foi diverso no Conselho. eu lembro que o último que a gente discutiu sobre a anuência do Estado foi ali no Country Club, que naquela época o entendimento foi diverso. Então, gostaria de reforçar que seja disponibilizado todos os expediente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. A nossa Secretária Executiva está anotando,s e faltar algum documento ou processo fiquem à vontade de cobrar, independente da reunião no Conselho, com alguma dificuldade de acesso a gente está aqui para poder auxiliar. Nesse sentido, consulto novamente se há alguma objeção à diligência. Então, em diligência o Processo 20.0.00008440-1. Passamos ao Item 4.08 da pauta, é um gravame de traçado viário e área verde. RGP 3 é o relator, o Conselheiro Jackson. Eu consulto se tem disponibilidade para fazer o relato. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite. Em primeiro lugar parabéns aos colegas conselheiros que são arquitetos, que desenham a cidade. Eu tive uma questão aí depois do temporal, eu não tinha terminado meu relato e não consegui terminar. Então, eu queria pedir encarecidamente ao nosso Presidente que eu ganhe mais um prazo. Seria isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Jackson. Consulto aos Senhores Conselheiros se há alguma objeção em a gente postergar o prazo do relatório do Conselheiro Jackson? Em não havendo objeção deliberamos pela postergação para o relato do Conselheiro. Passamos ao Item 4.9, temos o parecer, Conselheira Tânia? **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Sim, Presidente. Já enviei para a Camila. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vou pedir para a Patrícia apresentar. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite. Eu queria apresentar a representante da equipe de planejamento que vai fazer as apresentações hoje, que é a Natália Oriola. Ela é graduada em arquitetura e urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, graduada em 2005, de 2012 a 2015 trabalhou na assessoria de engenharia da Universidade Federal de Ciências da Saúde, onde entre outras atividades desenvolvia projetos executáveis, fiscalizava obras e serviços de engenharia. Possui especialização em comportamento organizacional e gestão de pessoas pela EZAB, em 2014. Em 2015 ingressou na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, onde trabalhou na Unidade de Produção de Projetos do Escritório de Licenciamento Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico na época. Atualmente faz parte da Unidade de Gestão e Monitoramento Urbano, dentro da Coordenação de Planejamento Urbano da SMAMS. **Natália Oriola, Coordenação de Planejamento Urbano/SMAMS:** Boa noite a todos e todas, Presidente e conselheiros, demais participantes. Queria em nome da Coordenação agradecer às manifestações pelo dia dos arquitetos. Então, vamos passar agora para a apresentação. Então, eu vou apresentar brevemente, porque depois tem um relato da Patrícia em relação a este processo, que é o 20.00056182- 8. Então, é uma alteração e inclusão de gravame de traçado viário, requerente é o Município de Porto Alegre e veio através da CTAPS essa demanda. Então, aqui são as minutas, os desenhos que mostram as diretrizes que estão sendo solicitadas alterações. Então, o projeto está localizado na RGP 8, mais precisamente no Bairro Belém Novo. Então, está sendo solicitado prolongamento o prolongamento da Diretriz 9105 e a inclusão da Diretriz 8999. Então, aqui tem uma imagem de satélite que mostra melhor, que aqui já existe um trecho



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

da diretriz e a ideia é ser prolongada até essa outra diretriz, que liga da Avenida Juca Batista a Estrada Francisca de Oliveira Silveira. Então, no parecer técnico está sendo solicitada a inclusão da diretriz e o prolongamento dessa Diretriz 9105. E agora vai para o conselho avaliar essa solicitação. Então, a justificativa seria que se permite uma integração na malha viária de entrono e possibilita os deslocamentos internos com menores distâncias para os pedestres e para os automóveis e melhora a permeabilidade viária da região. Aqui tem o parecer da PGM que não vislumbra óbice à minuta. Eu acho que é isso aí. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa tarde. Vou fazer o relato do parecer do Processo 20.0.00056182-8. Trata o presente expediente referente ao processo número já citado, de alteração de traçado viário da Diretriz 9105 com redução do gabarito de 20m para 17,5 e alteração da via até a Diretriz 8999 na Macrozona 8, UEU 078. E inclusão de gravame de traçado viário da Diretriz 8999 da Estrada Francisca de Oliveira Vieira até a Avenida Juca Batista, conectando-se com o prolongamento da Diretriz 9105. Alterações viárias propostas resultam na subdivisão do quarteirão 17, UEU 078, Macrozona 8, gerando dois novos quarteirões. Justificativa: a demanda deu origem ao processo localizado na Avenida Juca Batista, 1340, que tramita na Comissão Técnica de Análise e aprovação de parcelamento do solo com necessidade de implantação de estrutura viária. As vias propostas visam a estruturação urbana da UEU 078 da Macrozona 8, com a integração da malha viária do entorno, possibilitando os deslocamentos internos com menores distâncias para pedestres e automóveis e melhorando a permeabilidade viária da região. Tanto o anexo 1, que é o prolongamento do traçado viário da Diretriz 9150 e o gravame do Anexo 2 da diretriz 8999, trata-se de gravames que irão passar sobre uma comunidade já consolidada há bastante tempo naquela região, como pode ser visto na foto que foi anexada a esse parecer e onde também a nossa colega de conselho acabou de nos mostrar. Tendo em vista a impossibilidade de contatar a comunidade para esse debate e fazer um levantamento minucioso de quantas casas teriam que ser removidas para que esses traçados viários se efetivassem, sendo assim a Conselheira da RGP 4, até que se esclareçam as devidas observações é contra tais prolongamentos e traçados de gravame viário. E pede com extrema urgência e clareza uma diligência local a fim de constatar tais eventualidades. Até porque que a gente fala sempre em permeabilidade viária e se esquece que em primeiro lugar vem as pessoas, como o nosso colega Felisberto sempre fala bastante aqui neste conselho. Então, antes de qualquer coisa a gente tem que olhar para as pessoas. Então, eu acho que a gente tem que olhar o lado humano das pessoas. Eu acho inviável remover várias casas do local para colocar uma rua, eu acho completamente inviável. Então, eu peço essa diligência ao local para que a gente possa esclarecer realmente todo o processo, se for o caso dar andamento ao mesmo. Talvez a gente peça para a CADAP, o que o senhor acha, Presidente? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Tânia. Só qual seria o objetivo para a gente sabe para onde encaminhar. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** O meu questionamento é sobre as casas que terão que ser removidas. Esse novo traçado de gravame passa exatamente sobre várias casas. Então, eu acho que tem que saber se as pessoas querem sair de lá, daquele local, para onde vão levar essas pessoas, se já tem uma previsão de pagamento das indenizações. Então, eu acho que e, primeiro lugar aquelas pessoas, eu não sei, talvez para a comissão de análise e aprovação de demanda habitacional prioritária. Não sei se seria o caso para eles irem lá dar uma olhada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, temos que ver, porque uma diligência ao local não cabe ao município fazer, este



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Conselho tem a autonomia para fazer a discussão e as representações comunitárias. Eu acho interessante que a equipe possa fazer um esclarecimento da origem disso. A gente pode colocar em diligência no sentido de ser esclarecido pela equipe um pouco mais. Então, consulto se há objeção em colocarmos em diligência e que venha esclarecimento específico em relação ao gravame posto. Eu compreendi que seja esclarecido da equipe técnica especificamente em relação ao atingimento das famílias, que seja melhor esclarecido esse ponto. Manifestações no chat. Não há nenhuma objeção à diligência, coloca-se o presente processo em diligência para que sejam feitos esses esclarecimentos, Então, passamos ao Item 4.10, Processo 19.0.00066828-4. Interessado CFL Participações e Incorporações é um Estudo de Viabilidade Urbanística na Marechal Andréa, 350. O relator É a SMAMS, a Conselheira Patrícia. Então, eu consulto, porque nós temos a apresentação pelo próprio empreendedor, não sei como vai ser a dinâmica. Acredito que não seja necessário que a equipamento do planejamento faça a apresentação prévia. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A equipe fez uma apresentação, pode ser bem sucinta. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, vamos para a equipe de planejamento, depois a apresentação do empreendedor, depois o teu relato. **Natália Oriola, Coordenação de Planejamento Urbano/SMAMS:** Agora sim o relatório da Patrícia, antes eu me enganei. Desculpa, era a relatora Tânia. Este é o Processo 19.0.00066828-4. Então, a demanda é um Estudo de Viabilidade Urbanística na Marechal Andréa, 35.0 Então, solicitando um EVU de 2º grau. Essa é a planta de localização do empreendimento, aqui é a Marechal Andréa, aqui tem uma vista aérea da proposta, os empreendimentos no entorno. E esse aqui em azul é o projeto proposto, aqui mais alguns em 3D da proposta e aqui a localização, que ele está localizado no RGP 2, mais precisamente no bairro Boa Vista e aqui são as ruas as quais ele faz limite, a Marechal Andréa, a Frei Caneca, Osório Tuyuty de Freitas e José Fernando Cirne Lima. Uma vista de satélite. Tem um parecer da EPTC solicitando que atenda ao plano cicloviário, atenda as resoluções. Aqui o parecer da SMAMS sobre arborização. Então, eles solicitam algumas adequações ao projeto de arborização, memorial descritivo, os cortes demonstrando o perfil do terreno e as soluções que o empreendimento vai dar pelos acidentes de natureza geotécnica decorrentes da execução da obra. E quanto aos equipamentos de lazer, urbanizar a área de lazer na sua totalidade e tem que protocolar o projeto da praça em até 30 dias após assinatura do termo de compromisso e a obra da praça deverá estar concluída antes da solicitação do habite-se. Isso foi solicitado pela SMAMS. Aqui tem algumas adequações solicitadas pelo SMURB e SMDE, é um condicionante em relação à atualização dos gravames do Plano Diretor. A aprovação do projeto fica condicionada à aprovação da ciclovia, ciclofaixa. O licenciamento do projeto fica condicionado à assinatura do termo de compromisso, chamado o município, e a carta de habitação seja parcial ou total fica condicionada à execução de todos os passeios públicos os quais o imóvel faz frente. Aqui então, a solicitação do DEMHAB, que orienta com relação ao reassentamento da ocupação irregular conhecida como Vila Caddie. E aqui eu acho que a Patrícia vai entrar mais nos detalhamentos. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Natália, pela apresentação. Então, antes do relato da relatora eu passo a palavra para a representante do empreendimento, a Arquiteta Raquel que está presente, conforme nosso regimento, pelo período de 10 minutos para fazer a explanação. Depois a gente passa para a conselheira relatora. **Raquel, representante do empreendedor:** Boa noite. Então, a localização do empreendimento, aqui temos a Avenida Nilo Peçanha. Essa é a Marechal Andréa que tem a Savarauto e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

aqueles prédios do INSS nessa zona, aqui a Unisinos e o empreendimento que foi aprovado por este Conselho eu acho que há umas duas semanas nessa região aqui. Bom, a situação atual, essa aqui é uma região com uma subunidade não consolidada, porque a gente hoje tem uma zona de muitas escolas aqui e tem uma zona muito grande de uns vazios urbanos. A gente tem aqui o terreno do empreendimento, essas duas aqui do INSS, tem essa zona do Country Club, essa parte aqui também, que é a Unisinos. Então, é uma subunidade um pouco diferente, é uma zona com bastantes escolas. Só para localizar em termos de circulação e fluxo, tem esse sentido aqui da Tomas Gonzaga, a Marechal Andréa que mudou de sentido e existe uma previsão de via nessa posição aqui, que é uma diretriz viária existente desde o mapa de 1956 e as próprias matrículas do entorno já citavam essa situação. Então, aqui é o mapa atual do regime urbanístico, que nós tínhamos uma diretriz viária passando pelo centro. Essa diretriz ao longo dos anos mudou um pouquinho, mas neste momento está passando pelo meio do terreno. Hoje a gente tem uma diretriz nessa posição, que foi aprovada para execução, que uma das solicitações é a alteração do gravame viário para a conexão com essa diretriz, que seria essa modificação na diretriz existente. Essa é uma das solicitações no processo. A proposta basicamente pede a alteração do limite da subunidade através de uma resolução. Alteração de porte de atividade para viabilizar comércio e a fachada ativa na região do entorno do empreendimento. A utilização de potencial construtivo e ajuste dos gravames. Em relação a Vila Caddie, ela não está dentro do terreno do empreendimento, hoje está localizada em cima desse traçado viário, mas não é só essa questão, é que o Ministério Público condenou o município por diversas instâncias a fazer o reassentamento dessas famílias, muito antes do empreendimento. E empreendimento se tornou um facilitador nesse sentido, por estar ao lado. Então, são duas torres residenciais e uma torre comercial, com uma base de restaurantes, totalmente permeável a toda população. A ideia do empreendimento, criar espaços privados de uso público para que pudesse qualificar, mas que fosse totalmente aberto e conectar um lado ao outro dessas vias, facilitando a passagem de pedestres ao longo de todo empreendimento comercial. Foram criados ao longo dos passeios ampliação dos passeios com recuo de jardim para serem viabilizadas praças lineares, criando recantos. Aqui os cortes nas alturas solicitadas no EVU. Aqui é um contexto para mostrar que altura na verdade trata de uma graduação entre os prédios existentes e lindeiros na Nilo Peçanha. Então, aqui é a proposta em si, que a gente está buscando nesse empreendimento uma situação que favoreça uma cidade para o pedestre. Então, toda zona do comercial vai ser totalmente aberta e permeável, de uso público. A ideia é qualificar aquela zona, que hoje é bem complicado andar a pé nessa rua pelos dois vazios que tem de um lado e outro da rua, é bem inseguro. A ideia é que tenha uma praça com restaurantes, que possa ser totalmente aberto e as pessoas possam usufruir dessas áreas qualificadas. A ideia é criar esses recantos, essas gentilezas urbanas ao longo de todo empreendimento, não só com bancos, mas parte de ginástica, de playground para crianças do entorno, creches que fazem parte do entorno. Isso tudo vai ser de uso público, a qualificação dos espaços públicos. Então, que vai ser uma zona para comunidade de entorno poder utilizar de forma segura. E aqui também para destacar que a gente vai ter esses acessos de pedestres ao longo de todo empreendimento comercial, de uma forma qualificada. As solicitações da proposta, a alteração do limite da subunidade, alteração do porte de atividade para poder viabilizar aqueles restaurantes todos, aqueles comércio que a gente está pedindo ali, criação de fachada ativa, transferência de potencial construtivo, ajuste dos gravames e a utilização do valor da recompra para reestruturação da área. Então, o que tem a ver com a condenação do Ministério Público, posso comentar um pouco, já vou adiantando, houve a informação que seja através de compra assistida. Então,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

é bem longo e acompanhado pelo DEMHAB, que é a responsável por acompanhar. Em termos de medidas mitigatórias temos a execução do traçado viário, urbanização das áreas de lazer e adoção de condomínio, execução de ciclovia. Além da recompra o valor remanescente dos custos será custeado pelo empreendimento para o reassentamento das famílias. Além das contrapartidas é importante destacar que o empreendimento vai um pouquinho além dessas questões, na questão de ocupação do vazio urbano, dessa requalificação das calçadas, desse entorno. Era mais ou menos que eu tinha para compartilhar com vocês. Agradeço o tempo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Raquel, pela apresentação. A gente tem a oportunidade dos questionamentos, mas ainda temos o relato da Patrícia. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite novamente. Então, vou passar direto ao relato, porque eu tentei montar a apresentação de acordo com o relatório. Então, para deixar claro a todos, na verdade, esse processo como tem uma área de intervenção um pouco maior do que a área do próprio empreendimento e teve a necessidade desses ajustes do traçado viário, ele vem acompanhado. Então, está sendo avaliado em conjunto, avaliação do EVU e a minuta de resolução que acompanha. Então, eu vou fazer a descrição e fico à disposição depois para esclarecimentos. Então, trata-se o requerido de Estudo de Viabilidade Urbanística para fim de possibilitar a aprovação de projeto especial de impacto urbano de 2º grau com parcelamento do solo na modalidade desmembramento, conforme previsto no artigo 149 da 439/99. O enquadramento como EVU de 2º grau decorre do porte do empreendimento por este possuir mais de 400 vagas, conforme previsto no anexo 11.2 da folha 1 da LC 434/99. Bem como por solicitação, tendo em vista que o projeto, conforme proposto, gerar necessidade de adequações na estrutura urbana, envolvendo ajustes e gravames de traçado viário, ajustes em limite de subunidade, bem como o estabelecimento de gravame de equipamento público comunitário praça. Envolvendo solução de realocação de famílias em área ocupada denominada Vila Caddie, se configurando em um pequeno projeto urbano e tratamento do território com vista a sua implementação. Desta forma, a área de intervenção acaba extrapolando os limites da gleba, conforme demonstrado na tela. Assim estão sendo submetidos para avaliação deste conselho: avaliação do EVU, acompanhado da minuta de resolução, O EVU está no Processo 19.0.00066828-4 e a minuta de resolução no Processo 20.0.00072030-6. Aqui para vocês entenderem está esquematicamente defino o perímetro da Vila Caddie na intervenção. Aqui o anexo da DMI, o imóvel está localizado na Avenida Marechal Andréa, 350, no quarteirão formado pela Avenida Marechal Andreia, pela Avenida Doutor Nilo Peçanha e pela Rua Osório Tuyuty de Oliveira Freitas, no bairro Boa Vista. Está localizado na Macrozona 3, UEU 90, conforme apresentam esses dois regimes urbanísticos. Com o mesmo índice de aproveitamento, com diferença de volumetria e diferença no solo criado. A atividade da subunidade 01 é residencial e da subunidade é a mista 02. A DMI saiu com essas subunidades, mas no relatório da SMURB ainda tem uma parcela, a sub 4 da UEU 92, que tem o mesmo regime da subunidade 1 da UEU 90. Em relação ao parcelamento do solo o imóvel está registrado sob o nº 182681 do Registro de Imóveis da 4ª Zona, possui área escriturada de 19.000 m² aproximadamente. Considerando o tamanho da gleba o imóvel enquadrado como desmembramento, de acordo com artigo 149 do Plano Diretor, sendo o percentual de destinação de áreas públicas estabelecido pelo anexo 8.2. Para as glebas com essa dimensão o percentual de destinação de área pública corresponde a 20% da área da gleba, sendo neste caso 3844 m². Deste percentual ficou estabelecido que a área acidentalmente ao local corresponde a 4,77 m², o que significa na 916 m². Isso considerando as incidências de gravames sobre o imóvel. Aquilo que não estava incidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

de gravame foi convertido em recompra, de acordo com artigo 1, inciso II do § 1º do artigo 138 do Plano Diretor, que corresponde a 2927 m². Ainda está previsto que parte da matrícula seja convertida em transferência de potencial construtivo do próprio terreno, no valor de 2.596 m². Esse valor de 2596 corresponde exclusivamente à área de traçado viário e não de equipamento público comunitário, que é aqueles 916 ali. A área de 2927 que está sendo convertida, correspondente a 15,23% da gleba, ela vai ser convertida inclusive para realocação das famílias que ocupam o local, para fins de estruturação urbana, envolvendo urbanização de área de lazer, considerando o disposto na nota técnica da PGM 257/2018. Considerando que referida urbanização depende de execução de via de acesso ao equipamento público, para que este não se configure em lote entravado. O valor necessário para concluir a urbanização prevista neste processo, entenda realocação de famílias, ocorrerá às expensas do empreendedor, de forma que o valor que exceder está caracterizado em compensação decorrente do impacto do próprio empreendimento. Em relação ao tópico reassentamento das famílias, a possibilidade do reassentamento das famílias que ocupam a área pública projetada no Plano Diretor, para o leito viário do prolongamento da Rua Osório Tuyuty de Oliveira Freitas, foi tratada pelo empreendedor diretamente com o DEMHAB. As tratativas combinaram na realização da proposta por parte do empreendedor de custear a realização da compra assistida a ser realizada para as famílias em questão. Utilizando em parte o valor da recompra decorrente de parcelamento solo e em parte decorrente da mitigação/compensação do impacto do empreendimento. Neste sentido, ficou consignado informação constante no Parecer 11770522 do GDG e o DEMHAB irá acompanhar e orientar as instruções dos processos de reassentamento da ocupação irregular conhecida como Vila Caddie, situada em parte da Rua Frei Caneca, Rua Barão do Rio Branco e Líbero Badaró, que corresponde ao leito viário projetado do prolongamento da Rua Osório Tuyuty de Oliveira Freitas até a Rua Frei Caneca, através de compra assistida dentro do Programa Bônus Moradia, que será custeado pelas empresas responsáveis por este empreendimento. Segundo informação do DEMHAB, o Programa Bônus Moradia foi instituído pela Lei 11229/2012, regulamentado pelo Decreto 17762/2012. A etapa de cadastramento dos ocupantes para numeração das famílias e evitar o aumento de ocupantes no local está em andamento. Após a identificação e delimitação dos ocupantes será efetuado o levantamento cadastral social, conforme instruções já repassadas pelo DEMHAB. Após o cadastramento o DEMHAB irá abrir processos em separado para cada família que apresentar indicação de imóvel regular e que atenda os requisitos da Lei nº 11.229/2012 e decreto correlato. Após a indicação das famílias com direito ao recebimento de bônus, referendado por técnicos da PMPA, será enviado notificação à empresa para depósito no valor da conta do vendedor no valor máximo estabelecido no Decreto 20012/2018. O acompanhamento deste departamento será até a etapa de encaminhamento para mudanças. Demolições obras e adequações do espaço existente ao projeto aprovado serão por conta do consórcio proponente. A possibilidade aberta de negociação para o reassentamento das famílias no local... E aqui é até importante salientar, porque no primeiro momento eu também, inicialmente, seria favorável à manutenção das famílias no local, entretanto, essa negociação toda ocorreu tendo em vista que existe já uma determinação judicial da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que condena o município a efetuar um reassentamento das famílias para outra região, devidamente regularizada e com a devida infraestrutura básica. Ainda segundo o parecer SMURB, dentro do parecer da CAUGE, a tratativa em questão foi apresentada por representantes do Escritório de Licenciamento em audiência realizada na Promotoria de Justiça e Defesa da Ordem Urbanística, convocada pelo Promotor de Justiça Dr. Heriberto Roos Maciel. Estavam presentes na audiência representantes do DEMHAB,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

do Escritório de Licenciamento, a referida audiência tinha como objetivo prestar esclarecimentos sobre as providências que o município estaria tomando em relação às famílias da Vila Caddie. Nessa ocasião o Superintendente da Superintendência de Ação Social e Cooperativismo declarou que na compreensão do DEMHAB a solução mais viável e adequada para esta situação seria a compra assistida, mediante contrapartida de empreendimentos. Contrapartida esta que englobaria a contratação de serviços de cadastramento socioeconômico, acompanhamento de avaliação compra assistida acrescida de emolumentos de registro de propriedade, transporte, mudança e demolição da residência de origem. As representantes do Escritório de Licenciamento, a Arquiteta Gisele Vargas e a Arquiteta Carolina Kessler, informaram que o reassentamento das famílias estavam sendo tratadas no presente expediente. Informando ainda que o mesmo contribuía positivamente para a solução de problemas de mobilidade na região, a qual se encontra saturada. Desculpa, é um pouquinho lento, porque a situação é bem complexa. A avaliação da proposta, a proposta apresentada consiste em duas edificações residenciais com altura de 49m, vocês podem identificar em azul ali, dispostas sobre base única, a qual concentra os acessos de pedestres e as áreas de uso comum. Além de dois subsolos de estacionamentos. Também apresenta uma torre de uso não residencial, que aparece em amarelo com altura de 52m, 3 edificações comerciais propostas com um pavimento. Para serem utilizadas como restaurantes. Para o empreendimento estão previstas criação de 195 unidades privativas, sendo 52 de caráter residencial e 143 de caráter não residencial. A área total construída prevista é 62.926 m², deste sendo 28814 de área adensável. (Leitura total do projeto constante no SEI). Por fim, o empreendimento se configura como parceiro do município na solução das famílias da Vila Caddie, contribuindo para a melhoria da condição de vida dessas famílias, considerando que o Município está condenado a realizar o seu reassentamento, que terá todo acompanhamento pelo DEMHAB, viabilizando o reassentamento até a efetiva destinação à propriedade adequada dessas famílias, emito parecer favorável à aprovação do EVU constante no Expediente 002.313524, bem como a minuta de resolução descrita neste parecer e constante no Expediente 20.0.00072030-6. Era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Patrícia. Realmente, avançou um pouco, mas acho que em função do próprio expediente. Estamos avançados na hora, mas vamos ouvir o representante do DEMHAB, depois a gente abre para questionamentos e avançamos para a próxima reunião ou em janeiro, para que a gente possa também dar o tempo significativo para o processo ser avaliado. **Emerson Correa (Diretor Geral), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite. Vou tentar explicar um pouco. Nós recebemos a condenação para remoção da Vila Caddie e a gente não tinha muitas opções, não tínhamos o que fazer, porque já era um processo transitado e julgado, a gente precisava pensar nas famílias. Então, a gente procurou o escritório para saber o que teríamos de projetos acontecendo na região para que a gente pudesse negociar e encontrar solução. Em 2015 se tentou colocar essas famílias no empreendimento Porto Novo, no sambódromo, mas eles não queriam ir para aquela localidade. Então, a gente encontrou, assim coordenação a solução para da Avenida Tronco, que tinha umas 150 famílias, hoje temos 6 famílias lá só para finalizar, todas elas conseguiram adquirir a sua casa. E é um processo onde eles se emancipam, eles escolhem onde querem morar, escolhem um imóvel. A gente entende que esta política é muito melhor do que o aluguel social, que não é uma política habitacional, é uma coisa transitória e a gente não concorda com isso. Então, a gente conseguiu através do escritório começar a encaminhar essa proposta do muito para amparar essas famílias, porque com uma condenação a gente não tem muito que fazer. Eu me sinto feliz de ter participado de soluções como esta, porque a



gente vê a cidade recebendo recursos de empreendimento, mas também voltado à melhoria habitacional. Então, muito obrigado a todos. Só respondendo à colocações ali (chat), é em torno de 100 famílias e já somos chamamos no Ministério Público, estão questionando por que não fizemos a remoção dessas famílias ainda, mas colocamos que estávamos em negociação e fechando esse grande acordo. Muito obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Emerson. Parabéns pelo trabalho, a gente sabe das dificuldades que se tem para a condução da política. Avançamos no horário, mas acho importante aproveitarmos este período de debate. Já temos pedidos de vista. Pergunto se temos questionamentos? Inscrito o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Uma das perguntas seria o valor que vai ser indenizado, isso não ficou claro. Com o pedido de vista terei a oportunidade de analisar melhor, mas isso demonstra que sempre quem sofre a consequência de um grande empreendimento e da justiça são os que mais precisam. Eu entendo que mesmo com uma decisão pode ser contestada. Eu acho que teria outras soluções, mas se as famílias concordaram não serei eu estarei contrário. Eu estarei de acordo com a decisão da comunidade. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Sobre a questão queria só entender uma coisa, o terreno ou o empreendimento está sobre a vila Caddie? O Felisberto diz que é o empreendimento que está atingindo a vila. Ou é por causa do processo? Não entendi. Então, saber se os acessos ao prédio são para a vila ou para os acessos existentes. E uma pergunta específica para a Patrícia, se essa resolução que está mudando a UEU e a subunidade está pegando só o terreno ou vai indo em direção à esquerda e une aquele outro empresa nós aprovamos, aquele que tem um prédio comercial que vai ser demolido, aprovamos semana passada. A questão legal do projeto, que é uma das questões que várias a gente pede, que é a questão da fachada ativa, tem bastantes coisas na área do recuo de jardim. Então, mesmo podendo colocar a grade no alinhamento estão colocando a grade mais atrás para isso ficar de acesso ao público. Então, são algumas perguntas e a questão da fachada ativa, que eu acho bem legal, que a gente tem tentado fazer com que isso aconteça nos novos empreendimentos. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Quero cumprimentar a Patrícia e a Raquel pelo trabalho. Primeiro, do ponto de vista da questão da própria mudança no traçado, evocando uma redução da largura e ela está interrompendo uma fluidez em uma via que viria lá da João Wallig, faz a volta, atravessa a Nilo e terminaria na Plínio. Ia juntar lá e ia terminar lá na Plínio. Sem esse “S” a Frei Caneca vai ganhar só mais 200m e vai terminar na rua sem saída, vai criar um grande tráfego, potencialmente criar um problema na esquina à esquerda. Eu pergunto se foi analisado o impacto disso nesse prolongamento, em questão de tráfego que tem ali, porque não é uma simples alteração, aquele “S” não seria feito ao acaso. Além disso, não ficou claro que área incide a transferência de potencial, se é sobre a via que estava e não está aí, se é pelos alargamentos, se é pela parte da Frei Caneca. Da realocação a minha pergunta é: em nenhum momento se cogitou, apesar da decisão judicial, porque tem uma área de praça que vai ficar meio perdida, algum projeto para realocar as famílias, construir ali mesmo um empreendimento, ou seja, que mantivesse as famílias com seu tecido social, provavelmente muitos trabalham por perto. Não sei qual o perfil, não foi apresentado. Bom, e a questão de fachada ativa, nós não temos uma fachada ativa, nós temos um *cluster* de comércio de rua, que é aquela praça e a fachada do empreendimento em si não cria uma fachada atípica, ela cria um paisagismo bacana, recua de fato, aumenta a via, mas não cria um comércio de rua que vai estender, por exemplo, para ter aquela coisa que a Jane Jacobs fala da rua que está cuidando do espaço privado,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

que está cuidando do espaço público. Isso não tem não, já é um avanço, mas não podemos chamar de fachada ativa. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Rafael. Abro para as resposta e a gente conclui. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Rapidamente, em relação à questão da subunidade, embora a alteração deveria ser mais para o eixo como um todo, considerando a compatibilidade com o modelo espacial do Plano Diretor, no momento se tomou a decisão de uma alteração ais pontual, justamente pela situação do território em relação às vias. Enfim, era um território específico e que merecia essa alteração pontual de subunidades sem problemas. Quanto à questão da avaliação do prolongamento, que o Rafael comentou, sim, ele foi avaliado, teve um plano funcional, inclusive, até por solicitação dos colegas na outra reunião. Eu pedi que anexasse esse plano funcional. Então, quem solicitar vista ao parecer vai constar ali e vão poder avaliar. Em relação às áreas atingidas, acho que o começo do meu relato falei que o projeto é bem atingido, tem uma área de matrícula de 19.000 m², mas a área líquida que de 15.000 aproximadamente, 900 é atingido por esse futuro gravame de área verde, que foi destinado do local de parcelamento de solo. Esse traçado viário sim é convertido em área de potencial construtivo. Realmente, faltou uma planta ali na apresentação, mas quem pedir vista ao processo vai poder ver direitinho essas questões. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Era isso? Obrigado, patrícia. A gente vai avançar depois na discussão do pedido de vista dos conselheiros. No processo de debate a gente vai poder prestar todos os esclarecimentos, mas abro para a Raquel antes de encerrar. **Raquel, representante do empreendedor:** Rapidamente, só para colocar ao Rafael que o terreno não está sob a área da Vila Caddie, todo o empreendimento está fora da projeção da vila. Não é tenha saído aquela diretriz que atravessa o terreno, ela está deslocada, ela fica alinhada com a outra que está, inclusive, aprovada para contrapartida e execução do empreendimento na Nilo Peçanha. Então, na verdade, agora ela vai ter uma conexão com a outra diretriz existente. Então, não está retirada, ela está deslocada. Acho que era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Já são 20h44min. Peço desculpas, a gente avançou um pouquinho. Agradeço a oportunidade do debate e construção com todos vocês, Senhores Conselheiros. Um grande abraço e obrigado a todos. Boa noite! **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h45min).**

Germano Bremm

Presidente

Secretária Executiva

Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:



ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2871/2020

Aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado **PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA**, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA**: 1. **ABERTURA**; 2. **APRESENTAÇÃO TEMÁTICA DO DIA**: Apresentação dos Resultados das Oficinas Temáticas Territoriais, com o registro da percepção da população sobre o território de Porto Alegre, realizadas no final de 2019: Temáticas macros que foram objeto da dinâmica: • Pontos de Atração e Referência; • Carência de Equipamentos; • Mobilidade; • Interesse Cultural; • Interesse Ambiental; • Infraestrutura; • Produção da Cidade; • Habitação; 3. **DEBATE**; 4. **REGISTROS E ENCAMINHAMENTOS**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h18min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Boa noite a todos e a todas. São 18h18min. Peço desculpas pelo atraso, a gente estava aguardando o *quorum*, chegando o final do ano fica mais difícil ter a presença de todos,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

mas que bom que conseguimos o *quorum*. Vamos ver se a gente consegue concluir hoje uma pauta superbacana que a equipe está ansiosa para apresentar há bastante tempo, o resultado das oficinas temáticas que foram feitas nas regiões de planejamento. Eu tive a oportunidade também de participar de todas essas oficinas com a equipe nas regiões planejamento, anterior à pandemia, outrora, quando a gente tinha a oportunidade de conviver um pouco mais junto. Foi muito bacana, logo no início quando assumi aqui na Secretaria. Depois veio a pandemia, não consegui dar o retorno, que imaginávamos poder levar para as comunidades, retornar com os resultados, acabamos suspendendo o processo ao longo desse ano. Então, hoje a gente preparou esta agenda para a equipe poder apresentar e mostrar o resultado. Quero parabenizar a equipe aí. Eu passo a palavra para a nossa Diretora de Planejamento para conduzir a apresentação para a gente tratar das oficinas, conforme pactuamos. O Felisberto tem uma questão. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite, Presidente, Conselheiros, a todos e todas. Secretário, eu tinha pedido para oportunizar uma fala para a comunidade do Quilombo Lemos. Então, eu conversei com o representante, o Onir, ele disse que estaria à disposição para hoje. Eu sei que a pauta que nós vamos tratar é importante, mas temos assunto que são prementes nas comunidades e que envolve a vida das pessoas. Então, seria importante que esse espaço fosse aberto e também que a gente pudesse definir a pauta específica para a reunião no dia 22, já que é uma reunião que vamos estar avaliando todo esses dois anos de CMDUA, um pouquinho mais lá, porque será prorrogado. Então, é importante que a gente tenha um espaço para tratar disso. A RGP 1 encaminhou o Plano Popular de Ação Regional e que a gente pudesse ter um espaço também para apresentar o plano. Eu não tenho nada pronto, não combinei, mas gostaria que a gente pudesse ter uma oportunidade de apresentar o que foi construído coletivamente por seus delegados e moradores. Obrigado e parabéns, Patrícia, pela apresentação, eu sei da tua capacidade. E que a gente possa ter oportunidade de ouvir essa comunidade, se possível, peço a compreensão. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Felisberto. Eu acho que a presença deles está confirmada para o dia 22. Aí é no período de Comunicação, a Camila fez o contato e ele confirmou a presença para o dia 22, na terça-feira. Hoje em função da pauta específica a gente acabou focando nessa questão da oficina. Em relação a nossa reunião ordinária, a última do ano, não cheguei a ver se temos processos em pauta. É uma oportunidade mais livre da gente falar um pouco. A ideia é não sobrecarregar a pauta com outras questões. Queria a oportunidade de deixar mais aberta, livre com vocês, não ter a rotina da reunião. Se vocês assim entenderem como adequado. Patrícia, vamos lá? **2. APRESENTAÇÃO TEMÁTICA DO DIA: Apresentação dos Resultados das Oficinas Temáticas Territoriais, com o registro da percepção da população sobre o território de Porto Alegre, realizadas no final de 2019. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite, pessoal. Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer a oportunidade de poder apresentar este trabalho que foi desenvolvido pela equipe de maneira muito... O pessoal se envolveu de maneira muito profunda no desenvolvimento desse trabalho, toda a equipe do planejamento. Esse trabalho foi liderado pela Vaneska, Lea que vai fazer a apresentação. Então, o pessoal se sente muito grato de ter a oportunidade de poder apresentar. Eu sei que a gente vai ter que apresentar separadamente, nós mantemos esse compromisso em cada região de planejamento, para fazer as devolutivas. Então, agradecemos de a gente poder mostrar o seu trabalho que foi feito pela equipe. Então, passo a palavra para a Vaneska, que foi a pessoa que liderou esse processo da realização, o processo de participação das oficinas. **Vaneska Paiva**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Então, primeiro, agradecer a apresentação da Patrícia e também já de forma antecipada agradecer também toda a equipe. Vocês vão ver, eu mesma que acompanhei de perto esse processo fiquei bastante impressionada com a qualidade do conteúdo desenvolvido, que teve que depender de uma dedicação e de uma multidisciplinaridade que a gente teve que assumir. Como disse o Secretário já, tivemos muitas tarefas, chegando, organizando os espaços e agora até o final fazendo também revisão ortográfica, produção gráfica do material técnico para poder levar esses resultados para a comunidade com relação ao que foi apontado nas oficinas. E a gente agradece bastante por todos os espaços que nos receberam e nos auxiliaram a construir esse trabalho. Desde o início a gente sempre pontuou que nós éramos facilitadores e serviríamos como instrumento para poder registrar da forma mais adequada possível a visão da sociedade sobre diversos temas. Infelizmente, a gente não pode dar continuidade a toda a expectativa que a gente tinha, que era de fazer visitas nos territórios, acompanhados também do suporte dos conselheiros para poder ter uma aproximação ainda mais real do que acontece nessas diferentes áreas da cidade, de quais são as problemáticas, os desafios e também quais são as oportunidades de desenvolvimento que existem nesses territórios. Eu tive que lutar bastante nesses últimos dias para conseguir reunir o conteúdo de uma forma que pudesse caber em uma apresentação no espaço de tempo que nós temos disponível aqui no CMDUA, porque realmente é muito conteúdo e com certeza vai ter que ser detalhado em casa região de planejamento, talvez em outras reuniões; mas eu quis trazer aqui o que seria conceitualmente a metodologia e o que foi pensado dentro desse trabalho. Então, eu já vou partir direto para a apresentação, onde a gente traz alguns conceitos que a gente já colocou na ocasião em que a gente falou sobre a participação no Conselho do Plano, que já foi falado em outros momentos. Então, a gente desde o início coloca essa questão de que a efetiva participação da sociedade é uma condição fundamental para que esse processo da revisão do Plano Diretor seja uma construção coletiva. E isso enquanto processo legítimo nos termos da Legislação Federal da nossa Constituição. O que ocorre é que o nosso trabalho sempre extrapolou isso, a nossa intenção não é cumprir com essa obrigação legal, que tem que guiar nossas ações, mas conseguir de fato trazer essa aproximação com esse conteúdo técnico, a realidade da cidade e a solução dos problemas como eles realmente são vivenciados nos diferentes territórios de Porto Alegre. Para isso a gente também já trouxe em outros momentos essa referência da Jane Jacobs, em que ela sugere que o planejamento urbano deveria se basear em experiências reais da cidade e na análise dos resultados obtidos para a partir das ações aprender e formulações contemporâneas efetivas, que sejam base para instrumentos de gestão que de forma efetiva possam realizar o planejamento ambiental. Então, dentro desse conceito a gente colocou esses três pontos principais que têm que ser pensados. Então, sempre a ideia das experiências reais e da análise para poder embasar, a partir da análise de resultados, soluções. Então, mesmo que esteja dizendo que a gente está realizando oficinas como uma etapa preliminar dentro do processo de revisão do plano, o objetivo final desde do início tem que ficar claro. O nosso objetivo é que isso se efetive em políticas de desenvolvimento urbano. Então, a troca de experiência servindo como uma ponte de aprendizado para que de fato os instrumentos de gestão sejam efetivos. Então, eu botei de novo uma fala que a gente tem colocado quase como um mantra na coordenação, que é a técnica como instrumento para a promoção da qualidade de vida. Para a gente fazer esse exercício diário de como a gente pode auxiliar de fato para que essas questões sejam realizadas no território. Então, por isso tão importante esse nosso contato com o que acontece na cidade, tanto dentro quanto fora da prefeitura. Então, um planejamento que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

consiga estabelecer essa ponte. Com relação ao formato proposto, a gente achou importante também trazer aqui algumas informações de porque foi proposto o formato de oficina. Muitas vezes a gente fala da questão das audiências, talvez eu traga aqui algumas informações que já são do entendimento, mas eu achei importante para dentro da lógica da apresentação, da gente poder construir porque realizar determinada as opções metodológicas ao longo do processo. Então, no guia metodológico dos processos participativos da revisão do Plano Diretor de São Paulo, que é um guia bem completo no sentido de documentar a experiência da participação no processo que existiu em São Paulo, ali nos anos de 2011, 2012, 2013, se coloca algo que eu entendo que já é um consenso, que a gente acha importante enquanto marco, que são audiências públicas. Quando elas são articuladas com outras formas de participação, acabam reforçando, podem acabar reforçando uma visão de construir entre o público e a sociedade, sendo que a gente quer chegar no consenso. Bom, tem várias regiões de cidade que coexistem, que a gente precisa criar o espaço para que esse debate possa acontecer. Outra questão importante, a gente poder garantir devolutivas onde fique extremamente claro ou tanto quanto possível quais foram os critérios para incluir, rejeitar propostas, mas é uma construção que a gente tem que fazer principalmente para a fase de propostas. Aqui ela está sendo colocada nessa etapa preliminar mais para a construção desse cenário real. E a questão de que as audiências muitas vezes imprimem um limite significativo entre o diálogo do público e a sociedade, e às vezes dificultam proposições contraditórias. A gente vê como em determinados fóruns é difícil a gente manter um diálogo onde a gente consiga estabelecer esse contraditório e como em alguns grupos de trabalho, nas próprias oficinas a gente consegue ter esse diálogo acontecendo de uma forma mais fluída. Então, com relação às oficinas, também nessa mesma referência, é um método já bastante desenvolvido, independente do objetivo final, que consegue realizar o trabalho em pequenos grupos. Depois nós vamos ver que em alguns casos não foram pequenos grupos, foram grupos um pouco maiores, mas que a gente subdividiu para poder ter esse contato, que é o princípio da oficina, de ter um contato mais próximo com a comunidade. E que promove a interação dos participantes e também um ponto que é estabelecido como o diferencial da oficina, que a é construção coletiva de algum produto até o término do processo. E, nesse sentido, nas nossas oficinas foi muito a construção do mapeamento da visão das estratégias do plano com relação à percepção da sociedade. Este é o nosso grande objetivo que motivou e orientou as ações nesse processo. Então, tudo isso estando claro desde o início para a gente poder entender bem porque foi realizado dessa forma. Pensando no ciclo da construção de hipóteses, a partir das oficinas, a gente sempre debate muito internamente a questão de – Bom, a gente precisa construir algumas hipóteses para poder construir um canal de comunicação. É nesse sentido, até na literatura se registra muito que o projeto é importante dentro da questão de arquitetura para debater o que se quer. Muitas vezes se ficar tudo em um cenário muito abstrato, a gente acaba não conseguindo estabelecer os mecanismos para permitir essa discussão. E no caso, a nossa intenção foi fazer esse compartilhamento através desses mapas. A gente teve um primeiro passo desse ciclo, que foi a oficina piloto, onde foi testada a dinâmica que seria realizada com os conselheiros. Um segundo passo, que foi a realização das oficinas, que a gente acabou nomeando como temáticas territoriais, já que elas abordaram tanto o território enquanto diferentes temas neste primeiro momento para poder ser mais abrangente e poder orientar ações específicas ao longo do processo na sequência. Nessa parte cabem as dinâmicas que foram realizadas para as 8 regiões, mais 9 dinâmicas, que a Região 2 foi desde a sua origem prevista que seria trabalhado o território das Ilhas também como território individual. A formatação de resultados como o terceiro passo, onde eu vou passar



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

um passo a passo de certa forma, de como foi feita a espacialização dos resultados, que nada mais é do que botar nos nossos mapas geolocalizados, com a localização precisa que nos permitam correlacionar com outros aspectos do plano os resultados das oficinas. A álgebra de mapas, que nada mais é do que a questão da gente poder confrontar e, eventualmente, se o item apareceu três vezes e receber esse peso porque ele foi citado mais de uma vez na piscina. E a produção dos relatórios que eu vou tratar aqui um pouco como é que foi esse processo. A publicação dos resultados, que está como nosso quarto passo dentro do nosso círculo. A gente acabou optando, aqui eu botei dois tipos de relatórios, mas a gente acabou optando por três, porque a gente teve um primeiro, que foi mais da documentação do que foi realizado. Um segundo, que foi já uma parte onde a gente colocou um componente analítico dentro do processo. E os informes, que eu vou demonstrar em algumas imagens para vocês, que é a ideia de estabelecer esse conteúdo técnico através de uma representação gráfica, que possa ser mais fácil de difundir na sociedade. Como um quinto passo a gente tem duas ações que a gente entende que se sobrepõem, a apresentação preliminar para a sociedade, que é a apresentação desses dados compilados para gente validar, que a gente entende que é importante ter esse retorno. E sim, é assim que a gente enxerga a região; não, faltam alguns itens, isso tem que ser melhor especificado; talvez esse território tem que ser trabalhado de uma forma independente. A gente percebeu que isso com frequência acontecia nas oficinas de alguns bairros que precisariam ser detalhados, algumas situações de ocupação precisariam ser detalhadas. E aqui a gente colocou também em paralelo a percepção da sociedade e os dados da prefeitura. Você sabem, várias vezes foi externado que a gente precisa dessa complementação técnica, que atualmente é muito dada pelos colegas das outras secretarias, que tem outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, nesses itens que estão aqui expressos no quinto, a gente ficou comprometido muito por causa desta pandemia e da suspensão que foi definida pela atuação do Ministério Público. A gente entende que a pandemia tinha esse caráter, mas em alguns espaços a gente acha importante continuar. A gente teve essa lacuna entre o que a gente recolheu e a gente poder efetivamente constituir um grupo de trabalho que já tivesse esses colegas de outras áreas dedicados para poderem ajudar e nos auxiliar no entendimento do que foi expresso ali, com relação à educação, com relação à saúde, com relação a própria mobilidade, onde muitas dessas esferas a gente não detém os dados diretamente acessíveis para o projeto. E as oficinas devolutivas, onde a gente tem que ter, principalmente nesse passo que completa pelo menos essa primeira etapa do ciclo, a gente consegue explicitar os critérios técnicos que foram utilizados na análise das contribuições. Então, deixar isso mais transparente, mais claro possível, para que inclusive tenha que ser eventualmente corrigido, de acordo com o entendimento da sociedade. A gente colocou uma seta, o retorno desse processo, onde as oficinas devolutivas também vão nos trazer aspectos a serem abordados em oficinas complementares. Daí é um ciclo que realmente não se fecha nesse primeiro momento. Ele dá origem a outros círculos que vão se retroalimentando e construindo no final essa nossa visão conjunta da leitura técnica e comunitária, onde a gente entende que são duas dimensões indissociáveis do planejamento urbano. Então, cada um desses pontos vou ilustrar com algumas das ações que foram tomadas, como foi a leitura que foi feita pelos técnicos dentro do escopo que foi proposto. Então, o primeiro ponto, a oficina piloto, só para passar rapidamente, ainda estava utilizando o espaço ali da antiga ESPM na Borges Medeiros, um espaço onde acontecia o Conselho de forma presencial na sede da Borges. Então, cada mesa era de uma região de planejamento, os conselheiros foram convidados a trazerem alguns representantes da sociedade civil que achavam importantes, presentes na dinâmica. E cada mesa discutiu um dos territórios e abordou esses temas propostos. A



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ideia desse primeiro teste foi justamente permitir que a gente identificasse eventuais problemas na realização de oficinas e corrigisse para que a dinâmica ficasse ajustada para realização nos locais, para a gente poder chegar nos territórios mais preparados para debater os temas que estavam sendo propostos. Então, a gente fez algumas correções com relação à representação, com relação a tempos. Nessa primeira a gente teve um tempo talvez um pouco mais longo para apresentação, mas a gente viu que precisava de um tempo para ter a colaboração dos presentes. Então, teve alguns ajustes, principalmente nesses aspectos, e a gente também evoluiu com relação ao material que foi distribuído para participação, e a representação, e associação com a legenda de representação que a gente estava pensando, de cores para determinados temas e alguns aspectos nesse sentido. Aqui fotos do grupo, a gente teve a divisão em mesas, foram feitas as marcações dos diversos temas e depois cada Conselheiro fez, a gente afixou na parede os mapas e cada Conselheiro fez uma apresentação para os demais de como entendia a abordagem de cada um daqueles temas. Tudo isso também a gente já testou a gravação, o registro e tudo isso a gente tem registrado dessas diversas formas, em vídeo, em áudio, através da descrição e depois eu vou demonstrar o link, onde está acessível no site da prefeitura para poder fazer o acompanhamento. Então, no segundo momento teve esse primeiro teste da oficina. Então, partimos para realizar as oficinas temáticas territoriais nos territórios que os conselheiros indicaram. Tiveram um trabalho muito importante em dois aspectos, da definição dos locais e no auxílio da organização dos locais, da mobilização da sociedade local e também participando junto na realização das oficinas. Então, a ideia a gente colocou que era capturar essa percepção da sociedade. Nesse sentido a gente foi com a mente aberta, a ponto de acolher tudo que fosse identificado como um importante dentro daqueles diversos temas pelos conselheiros ali presentes e a sociedade, os representantes que estavam presentes. Qualquer um poderia participar, as oficinas foram veiculadas, isso a gente colocou também nos nossos relatórios, aonde elas foram veiculadas, onde é que foi publicizada, como foi o encaminhamento dos convites. Então, como eu tinha comentado, não foram 8, foram 9 oficinas realizadas nas diferentes regiões de planejamento, nesse mapa a gente tem registrado o número de participantes, onde a gente teve uma diversidade de público, por isso toda a equipe técnica estava sempre mobilizado para participar. O momento que a gente teve que se dividir foi na Região 1 a Região 3, que o agendamento acabou ficando para a mesma data, mas a equipe esteve presente e a gente revezou com relação às dinâmicas, a aplicação das dinâmicas. O que eu tinha comentado com vocês, tinha falado em grupos menores, na Região de Planejamento 6, por exemplo, a gente teve a grata surpresa de 110 participantes, que realmente causou uma mobilização no momento, que a gente teve que adaptar o espaço, mas conseguimos acolher os presentes para que pudessem fazer a participação. De maneira geral, até comparando e conversando com os colegas sobre os registros de reuniões anteriores, dinâmicas que foram realizadas em outros momentos pela prefeitura, foi um número bem expressivo de participantes em todas as regiões pela população que está presente em cada uma dessas regiões. E em todas que nós participamos vimos que as pessoas estavam realmente muito engajadas para fazer essa participação. Aqui a gente trouxe nesse primeiro momento as regiões de gestão de planejamento, algumas fotos, a gente colocou não na ordem cronológica, mas na ordem das regiões. O número de participantes, os conselheiros estavam, sempre um Conselheiro titular presente. Então, na Região 1 o Conselheiro Felisberto estava presente, os suplentes também estão ali indicados. Essa foi realizada no espaço da Câmara pelo número de pessoas. A Região 2, do Conselheiro Adroaldo e seus suplentes, contou com um público de 30 participantes. Tem a foto da colega Natália que a Patrícia comentou na última reunião que tem uma foto que é recorrente nos nossos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

processos participativos. A Região 2, no território das Ilhas, também o Conselheiro Adroaldo, a gente organizou e teve um público participante de 14 participantes também, bastante mobilizados para a participação. A Região 3, do Conselheiro Jackson. Essa, infelizmente, foi a que aconteceu na mesma data que a gente teve outra na mesma data, 79 participantes, um público bem expressivo. A Região 4, da Conselheira Tânia, a gente teve 21 participantes principalmente da região da Bom Jesus participando ativamente do processo. A Região de Planejamento 5 do saudoso Conselheiro Paulo Jorge, 32 participantes. A Região de Planejamento 6, que foi que eu comentei, que teve 110 participantes. A gente teve que adaptar para dar conta da dinâmica e poder ter o espaço apropriado, a gente precisava de mesas muito amplas para poder expor os mapas e permitir essa contribuição nos mapas. A Região 7, da Conselheira Maristela. Essa foi a primeira, até essa foi a que eu fiz uma apresentação inicial, porque ela foi o início. A gente estava preocupado, porque no dia deu uma chuva, mas teve a presença de uma população bem expressiva, de 28 participantes também muito dedicados. A Região 8, Conselheiro Paulo Henrique, a gente fez na Restinga, tinha até uma população mais jovem, eu brinquei porque tinha até crianças que fizeram alguns desenhos da cidade, foi bem legal. Falando um pouco da parte técnica, desde o início a ideia era que através das oficinas, da dinâmica das oficinas, a gente conseguisse coletar a impressão da sociedade local sobre os temas que estão postos nas estratégias do plano, que muitas vezes usam palavras elaboradas, termos elaborados para falar sobre cinco temas que são os principais: estruturação urbana, mobilidade urbana, qualificação ambiental, a promoção econômica e a produção da cidade. Então, a nossa busca foi converter essas estratégias do plano em temas que se aproximassem do cotidiano de quem estaria ali contribuindo pela sociedade. Então, na estruturação urbana a gente tratou muito da questão dos equipamentos dos pontos de referência. Para a mobilidade a gente acabou também usando muito o recurso de caminhos mais utilizados, os obstáculos, os caminhos também para trazer essa realidade local. A qualificação ambiental dividida em cultural e ambiental, do ambiente natural e também com relação à infraestrutura, água e esgoto. A promoção econômica voltada principalmente para reconhecer a vocação dos territórios e as iniciativas de empreendedorismo. E a produção da cidade também expressa pelos temas de habitação e dos empreendimentos que se instalaram nos territórios nos últimos nos últimos anos ali na percepção dos moradores. Então, foram os cinco pontos principais que nós levamos para o debate nas oficinas e a gente sempre levava essa imagem, que faz parte também dos guias do Estatuto das Cidades, onde a gente coloca qual o objetivo da oficina. Então, identificar os conflitos e potencialidades, desafios e oportunidades. Então, o que tem no meu território que deveria fazer parte e isso a gente identifica que se a gente pegar o mapa hoje para cada dessas estratégias que eu comentei, o mapa do Plano Diretor atual apresenta elementos que fazem parte, que devem estar destacados, mas a gente percebe que carece dessa escala onde identifique realmente os aspectos locais dos bairros. Então, como que na estratégia de estruturação urbana esse espaço não faz parte dessa construção? Então, essa iniciativa foi para estabelecer esse diálogo inicial e cada vez mais poder estar discutindo e trazendo as pessoas para dentro do que vai se constituir no resultado da redação do plano. O que acontece é que esse distanciamento acaba sendo muito prejudicial quando cria uma abstração tão grande sobre os temas que estão no plano, que a população não se sente à vontade para opinar, não consegue ver como seus problemas vão fazer parte da solução que é apontada pelo plano. Aqui um pouco do que foi a dinâmica para lembrar. Então, os participantes foram organizados em até cinco meses, se não me engano teve casos a gente organizou em mais meses, outros casos em menos meses, mas com limite que no máximo a gente colocaria 12 participantes por mesa e que a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

gente precisaria ter dois técnicos da prefeitura por mesa, porque a gente estabelecer que um faria a anotação do que estava sendo dito. Então, nesse sentido a gente se colocou muito como um instrumento para registrar o que a sociedade estava expondo e outro para ajudar na marcação dos mapas, auxiliar na identificação de ruas e tal, para poder agilizar essa leitura e essa marcação pela sociedade presente. Então, com relação às oficinas temáticas com relação aos mapas que foram levados nas oficinas. A gente colocou ali que a base da nossa dinâmica era o quê? Distribuir um mapa por grupo e nesses mapas eram marcados aqueles temas que eu comentei. Então, aqueles cinco temas derivaram para essas 9 marcações, onde eram marcados os pontos de atração e de referência, a carência de equipamentos, locais onde faltava escola, equipamentos de saúde, faltava equipamentos de lazer. Os caminhos mais utilizados, nesse sentido sempre convidando a identificar – Bom, esse é o caminho mais utilizado. Quais são os problemas nesse caminho? Depois vou mostrar um pouco o que apareceu como problema para dar uma visão geral. Os locais de interesse cultural, os locais de interesse ambiental, a carência de infraestrutura e daí é água, esgoto, energia, os alagamentos também entraram. Os problemas habitacionais, os projetos que impactaram a região e daí tentando identificar como eles eram vistos a partir do impacto positivo ou negativo, ou eventualmente acumulando os dois impactos, que a gente vê que é frequente também. E a vocação da região, que não necessariamente será marcado no mapa, mas que a gente sempre convidava no final para serem destacados quais as palavras que descreviam a região. Nesse sentido está na tela o mapa das Ilhas, que existia esse sentimento de abandono já que não são reconhecidas de fato com relação ao regime urbanístico no Plano Diretor. A gente vê que as pessoas escolhem muito bem as palavras, isso nos ajuda muito a consolidar a visão que a gente tem em relação aos territórios. A oficina sempre acontecia com esses momentos, primeiro era feita pela uma apresentação, que consistia principalmente em explicar como seria dinâmica, o que seria abordado em cada um dos temas. Depois era feita a divisão dos grupos e o que a gente chamava de “aquecimento”, que era começar marcando alguma coisa no mapa para a partir daí começar precisamente o exercício. O trabalho colaborativo dos mapas era o terceiro momento, depois o intervalo para descansar um pouco, antes da para apresentação dos grupos. Sempre alguém do grupo era nomeado pelo grupo para ser o porta-voz do que tinha sido registrado por aquele grupo. Depois disso o encerramento, onde a gente fazia uma fala final, enfim, uma foto final também para registrar o momento da participação. Então, nesse terceiro ponto eu vou tentar ser sucinta, mas vou tentar também passar o trabalho técnico que foi desenvolvido, que foi o compromisso que a gente ficou a partir do momento em que foram registrados esses elementos no processo participativo. Bom, por exemplo, com relação aos pontos de atração que foram marcados, agora como esse material e essa documentação é processada dentro da coordenação e pela equipe de planejamento urbano. Então, essa formatação de resultados envolveu espacialização de resultados, a produção de relatórios temáticos. Eu vou estar passando aqui hoje muito do que a gente desenvolveu nesse momento, desde a realização de oficinas até esse momento de agora. Então, após as oficinas a gente teve a primeira etapa. Aqui tem a legenda do trabalho colaborativo, essa página com as canetinhas e as cores que eram usadas para ilustrar cada uma das questões, ela sempre era entregue na região, tinham fichas também para serem preenchidas. E essas cores foram utilizadas em todas as regiões para demarcarem os mesmos elementos, os pontos de atração, conceitos demarcados em rosa, amarelo. Então, a partir dessa demarcação a gente partiu para fazer o que a gente chama de vetorização, que é fazer o desenho de forma digital, sobre os mapas geolocalizados, com uma precisão espacial que nos permita ter uma precisão de onde esses elementos estão para criar essas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

camadas digitais da informação, que para nós são muito importantes para que a gente possa relacionar os projetos que estão acontecendo ou as áreas de interesse natural ou mesmo cadastro de escolas que a gente tem no município para poder fazer esses cruzamentos que a gente precisa que sejam dessa natureza. Então, a partir disso também para cada ponto que era marcado no mapa, para cada polígono, para cada linha, era feita também uma classificação e uma série de informações eram colocadas com relação aos atributos. Então, isso para todos os pontos em todas as categorias que foram levantadas. A segunda parte do processo, a gente percebeu que a categoria em si, por exemplo, pontos de atração em referência, ela deveria ser subdividida, porque começaram a aparecer outros elementos de subclassificação ou de subcategorização desses objetos. Por exemplo, problemas habitacionais, habitação em área de risco, surgiu também a questão habitações. Então, a gente foi criando subcategorias nessa grande categoria. A mobilidade, problemas causados pelo transporte público. Então, esse trabalho, a gente teve que fazer uma leitura de tudo que foi informado na realização da oficina para poder criar essa classificação. Então, essa foi a segunda etapa. E a terceira etapa se fez a partir das demarcações, onde existiam marcações incidentes sobre o mesmo território, da mesma natureza de problema, eles foram unidos através de uma classificação de ocorrência. Então, onde três grupos demarcaram que existia um problema de habitação, precária até ali vai pontuar como três. Então, jamais excluindo uma informação, mas estabelecendo um mapa simples onde houvesse a confirmação contabilizada de acordo com a frequência de ocorrência. Em uma quarta etapa esses polígonos que eram correspondentes a mesma área, acabaram alguns deles a gente tendo que deixar uma classificação mais livre, porque não estava enquadrada em nenhuma ocorrência. E foi feita uma nova classificação de coluna justamente porque a gente tinha, bom, três ocorrências de maneira geral, mas, por exemplo, mobilidade a gente tinha as questões de acessibilidade, das calçadas, das ciclovias, do transporte público e da própria mobilidade de maneira geral alguns não foram tão específicos. Então, essa classificação também deveria ser informada por produzir mapas de acordo com as subcategorias. Então, esse foi o trabalho de organização desse banco de dados dos resultados das oficinas. Aqui só para ilustrar, a marcação como é originalmente, faço questão de registrar, importante ficar público para estar nos relatórios que estão disponíveis online, justamente para demonstrar que o que está sendo feito nesse formato digital é uma expressão fiel do que foi apontado no processo das oficinas. As informações das oficinas por categoria e subcategoria, iniciou o trabalho técnico de análise das informações, produzimos mapas temáticos para facilitar essa leitura do que foi apontado, para a gente deixar sobreposto. Também percebemos que alguns itens precisariam ser debatidos com técnicos diferenciados. E a gente tirou uma agenda de reunião e apresentação de resultados por secretarias. A gente conseguiu fazer uma e na seguinte já estava no trabalho remoto, ficou um pouco mais complicado. Eu trouxe um tema, que é da mobilidade, com relação aos caminhos mais utilizados, para ilustrar o que foi feito de procedimento para a organização desse banco de dados e oficinas, análise da ocorrência, da frequência. Só ressaltando o que eu falei, quando a gente falava dos caminhos mais utilizados, a gente tem que dar o exemplo do caminho de casa para o trabalho, do trabalho até em casa, de casa até a escola da escola, porque poderiam ter outros, mas esses são de maior recorrência. E a partir disso, aqui a gente tem com relação à mobilidade, onde até teve 450 linhas de informações que foram prestadas pela sociedade e foram identificados 5 subcategorias. Então, aqui as subcategorias ocorrendo de maneira recorrente, todas elas sobre o mesmo território a gente manteve o registro na subcategoria. Então, levando em consideração foram criados esses cinco mapas temáticos, de acordo com as categorias e esse processo foi feito também para os outros temas. No transporte



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

público a gente percebeu que em alguns lugares eram identificados, foram nomeados que faltava transporte público, em alguns lugares faltava alguns trechos viários, isso a gente caracterizou um pouco no critério de propostas. E na mobilidade ficou o maior número de ocorrências, porque era de forma mais geral o que estava sendo dito. Então, com relação a esses elementos foi o que mais pontuou, geralmente a categoria mais geral oi a que mais pontuou. A gente viu que existia todo esse potencial do detalhamento da informação que deveria estar prevista em subcategorias. Aqui a gente queria ilustrar o que foi reconhecido enquanto caminho mais utilizado, a gente vê que nos territórios mais distantes do centro tem talvez menos alternativas de caminhos. Acho que isso frequentemente é apontado também pelos conselheiros, até esta semana a gente teve uma reunião do Comitê da Lomba e foi comentado dos aspectos acessos da Lomba, que muitas vezes acabam se referindo a poucas alternativas. Então, também faz parte desta visão da sociedade. Aqui percentualmente o que de pontuou em cada categoria, como eu comentei a mobilidade tem uma expressão sobremaneira das outras classificações, mas a acessibilidade aparece, o calçamento aparece também bastante frequente, a questão de transporte público talvez de uma maneira bem equivalente para esses territórios. Onde existe um problema acaba sendo um problema generalizado de mobilidade, com relação a esses trechos. A partir desse ponto, tendo mostrado um pouco do que foi a metodologia, passando por esses diversos temas, eu trouxe aqui os mapas, que acabam ficando com uma resolução muito pequena, mas só para detalhar como são colocados os mapas e dados dentro dos relatórios. Com relação aos pontos de atração e referência foram criadas as categorias em função das atividades, o que estaria como bens naturais, o comércio. Então, tudo isso está apontado no mapa e o mapa sempre acompanhado de uma planilha, que faz a correlação exata, indicando por um número o que realmente foi dito pela pessoa. Então, uma avaliação dos equipamentos, daí os equipamentos se dividiram em equipamentos que fazem parte dos serviços principais, educação, saúde e lazer. Então, no de educação foram demarcadas no território algumas condições sobre escolas, em alguns casos a necessidade de instituir uma integral, a necessidade de mais infraestrutura, a falta de transporte, a falta de segurança, em alguns casos escolas fechadas. Escolas de ensino fundamental também, o técnico, ensino médio e EJA foram apontados, que no detalhe a gente vê que muitas vezes é porque elas não conseguem dar conta da demanda ou tem algum problema para poder suprir a demanda. E a questão das creches de uma maneira bastante expressiva. A educação infantil, que a gente sabe que realmente é uma demanda expressa de maneira geral. Então, maneira geral aqui em torno dos dados dos territórios de Porto Alegre e depois eu vou mostrar para vocês que a gente forma não está configurando a partir das regiões do planejamento muitas vezes o primeiro trabalho implica em ser realizado. A Diretora Patrícia, que é a nossa colega, também na sua gestão já fez alguns levantamentos e se percebe que bate muito com os levantamentos que os técnicos também têm em relação às demandas desses locais. Então, é um fato que consolida essas demandas para que a gente possa trabalhar elas em termos de planejamento. Com relação à mobilidade, vou passar rapidamente, mas são os mapas gerados a partir daqueles itens que eu usei para ilustrar. Então, sensibilidade, calçamento, e ciclovia, mobilidade geral de transporte público. Então, o mapa da mobilidade ficou dessa forma, muito voltado ao sistema viário. A gente documentou onde estavam as ruas com carências, com problemas em vermelho. Já são 19h20min, não daria tempo de detalhar tudo, infelizmente, porque é bem interessante a gente trabalhar na validação das escritas em cada linha do que foi levantado pela população. O transporte público, por exemplo, na Região 7, ali na Bom Jesus, a gente vê que foi bem apontado, bem documentado pelos participantes a necessidade de repensar esse acesso ao transporte, que impacta no acesso a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

equipamentos e serviços dessa comunidade. Com relação a interesse cultural acabou se dividindo em interesse cultural, locais históricos e local de reunião de pessoas, porque a gente entendeu que atualmente muitos diziam – Ah, mas as pessoas se reúnem em determinado espaço. E esse espaço acaba ganhando uma importância naquele território que deve ser entendido em termos de estruturação urbana, como a gente fala das estratégias do plano para que realmente possa oferecer um desenho adequado para esses territórios. Com relação ao interesse ambiental a gente acha uma categoria importante debater alguns conceitos, mas no momento a gente fez um registro do que estava sendo expresso pela sociedade. Então, com relação às áreas de preservação, como a gente entende que poderiam existir diferenças na interpretação, a gente quis manter o registro como as pessoas se manifestaram, cada um deles gerando um mapa individual. As Ilhas como uma área toda de interesse ambiental. A categoria de infraestrutura foi dividida em 7 elementos principais: abastecimento e água, esgotamento sanitário, a questão dos alagamentos que apareceu com maior frequência em relação às outras questões. A questão da gestão de resíduos, a iluminação, pavimentação e energia. Então, é um problema que é visto de forma generalizada pelos participantes. Em relação aos projetos que impactaram a região a gente tentou deixar a pergunta bem clara em relação ao impacto positivo ou negativo e que as pessoas escrevessem o impacto. A gente não nomeou os impactos, mas a partir da leitura das contribuições se chegou a essas seis categorias. Então, muitos dos impactos eram em relação ao aumento populacional ou com relação a emprego e renda, com relação à carência cooperativa, também apareceram ali algumas ocorrências. Com relação ao aumento de fluxo de pessoas, a questão demandas de infraestrutura e a questão de descaracterização, que também foi colocada como algo que ocorreu pelo menos de 10 empreendimentos. Então, para cada um daqueles itens que eu comentei a gente classificou, ou era positivo e negativo, no sentido em que acumulava esses dois impactos, positivo em alguns casos, negativos em outros. Então, os mapas foram gerados. A gente fez uma avaliação em relação aos empreendimentos protocolados para entender se todos eles tinham sido manifestados nas oficinas, percebemos que alguns deles não, alguns mais frequentes. Então, para a gente poder ver em uma segunda fase, fazer uma ponderação do que está sendo realizado pela cidade e essa percepção da sociedade com relação a esses elementos. Com relação à categoria de habitação, pelo o que foi expresso a gente conseguiu definir cinco categorias, a falta de moradia como um dos itens habitação, a habitação irregular, habitação precária entendida como aquelas casas que não têm condições mínimas para habitação, local de risco a vida humana e a questão da (Inaudível/interferência no áudio) apareceu. Entendeu-se que alguma ação realizada, por entendimento pelo poder público, tinha gerado, de certa forma contribuído para a expulsão de população em determinados territórios. A falta de moradia a gente vê que a Região 7 tem bastante isso, também a questão das Ilhas, como pontos onde se coloca esses elementos. A habitação irregular também pega mais a periferia. Algumas propostas mais na região central. Só para colocar que em amarelo são as carências, os problemas em vermelho e as propostas em verde. Habitação precária aparecendo predominantemente como um problema e também no Centro, não só nas regiões mais da periferia. Os locais de risco também colocados ali. Esses relatórios foram formatados e foram disponibilizados no site da Prefeitura. Então, falando um pouco sobre a publicação de resultados através de informes e outros relatórios técnicos, o que foi colocado até agora? A gente tem disponível no site os relatórios de documentação e registro das oficinas, tem as fotos onde foi publicizado. A gente tem outro conjunto de relatórios, que são análises, que têm todas as temáticas, mas que tem também separado por temática. E os informes, que a gente está fazendo uma última revisão, onde a gente percebeu a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

necessidade de fazer por região de planejamento de uma forma mais lúdica a representação dos resultados, a informação do que é o plano, porque ele tem que ser revisado, pensando mais no formato de cartilha. E a análise por temática, também aqui é um print da tela do site, onde tem todos os temas, tem um relatório específico de ponto de atração, um de carência de equipamentos, um de mobilidade, um de interesse cultural e outro ambiental. As carências de infraestrutura, a produção da cidade e a parte da habitação. Eu trouxe algumas imagens para ilustrar como a gente está organizando os informes, que tem esse papel de poderem ser mais facilmente disseminadas e aproximar a população desses relatórios técnicos. Eles tiveram bastantes técnicos com relação à documentação do conteúdo e dos procedimentos que foram adotados. Algumas cartas para as oito regiões e aqueles dois relatórios da Região 2, em que sempre o elemento que consta na capa é um dos elementos que foi recorrente na citação dos participantes, que realmente pudesse expressar essa visão do território. No relatório geral da cidade a gente tem também o que vai ser geral para Porto Alegre. A ideia foi ilustrar com uma imagem que tratasse dessa questão de aproximar as pessoas do espaço público, esse foco na dimensão humana do nosso plano, pensando naquela ordem que a gente comentou de primeiro as pessoas depois os espaços públicos, em terceiro lugar a massa edificada da cidade. Então, a gente trouxe algumas frases para ilustrar o que é o plano, o que o Plano Diretor tem que promover, tem um pouco do discurso do que a gente expressou ali na realização das oficinas. A gente achou importante um – Como ler este informe? Porque é bem recorrente complicações do tipo, para que as pessoas entendam o que está sendo expresso. Por exemplo, os pontos de atração e referência, a gente fez as nuvens de palavras para ver o que foram as palavras mais faladas naquele tema. Depois, tipo – Ah, como é que se lê os gráficos? O que está pontuando aqui? Então, também para servir como um documento que possa ser suficiente para entender o que foi registrado nas oficinas, podendo aumentar nossa escala de comunicação. A gente colocou um calendário das oficinas devolutivas, mesmo que seja uma esperança de que a gente possa pensar, mesmo que seja de uma forma remota distribuir a documentação com os agentes, fazendo as reuniões virtuais, já começar a andar no sentido de documentar essas impressões sobre o território. Nem que seja em grupos menores, mas que a gente se comprometa no processo, ampliando a participação da sociedade. Acho que não consegui vencer o tempo, mais ou menos poder deixar um tempo para que a gente possa debater um pouco. Sei que é muito conteúdo, a gente não conseguiu abordar em detalhe. Seria impossível tratar tudo em função do tempo. Eu estou falando, mas estou representando um trabalho em conjunto de mais de 10 técnicos hoje na coordenação que se dividiram para analisar cada um desses temas, que se dividiram para revisar cada uma das estratégias de comunicação. A gente trouxe essa foto, porque essa foto, além de ter o nosso saudoso Conselheiro Paulo Jorge, também tem, acredito eu, praticamente quase todos os membros da equipe, faltam alguns que não puderam estar presentes, mas que a gente teve a preocupação de documentar nas fotos anteriores demonstradas ali. Quero fazer esse agradecimento pela parceria dos conselheiros, que a gente como agentes públicos de forma individual não consegue construir esse tipo de resultado senão tiver a parceria. E a gente colocou a dedicatória para o Conselheiro Paulo Jorge, que estava sempre nos provocando no sentido de fazer acontecer esses momentos e, infelizmente, às vezes demora... Acho que é isso! **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Obrigada, Vaneska. Já estamos avançados no tempo. Foi uma excelente apresentação, nossa, muito bom o resultado do trabalho de todos vocês da equipe. Então, vou passar rapidinho a palavra aos inscritos. Professor Rômulo. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

588 todos. Queria antes de tudo cumprimentar vocês pelo magnífico trabalho realizado, é uma
589 coisa muito difícil de ser feita, muito complexa, muito trabalhosa. Eu já participei da
590 elaboração de muitos planos diretores, estive envolvido com esse tipo de atividade várias
591 vezes. Essa realmente superou todas que eu conheço, pelo menos em termos de
592 disciplina, de organização, de métodos, de isenção também, porque essas coisas
593 facilmente caem com muita facilidade, opiniões. Então, o trabalho de vocês é altamente
594 meritório. Eu queria fazer alguns comentários rápidos sobre algumas coisas que eu percebi
595 no processo. A primeira delas é a relação das oficinas e dos resultados das oficinas com a
596 revisão do Plano Diretor, que é o nosso objetivo fundamental. E a primeira parte pelo
597 menos da apresentação de vocês me ajuda a explicar, esses tempos eu usei uma
598 expressão aqui: “leitura em estado bruto”; que causou certo frisson em algumas pessoas,
599 que foi tomada erroneamente como uma desqualificação, uma depreciação das leituras
600 que as pessoas realizam. Não era nada disso. A exposição que fiz foi a respeito das
601 oficinas, o que é uma descrição em estado bruto. É uma descrição original, é uma
602 descrição verdadeira, é uma descrição pura que vem direto da observação, da vivência, do
603 coração das pessoas, mas que não está processada. Ou seja, é uma visão ainda
604 individual, que está muito distante de ser um insumo direto para um trabalho de revisão do
605 Plano Diretor. A segunda parte já mostra um pouquinho isso, todas aquelas descrições
606 individuais já passaram por um processo de processamento, já foram homogeneizadas,
607 algumas coisas provavelmente se perderam, algumas coisas foram transformadas,
608 mudaram um pouco o sentido. E esse processamento ainda vai continuar por muito tempo,
609 quer dizer, até que essas coisas cheguem a um grau de uma nova representação, de uma
610 nova descrição, que caiba, que seja possível de ser tem inserido no Plano Diretor. E nesse
611 processo muita coisa é perdida, muita coisa fica pelo caminho, porque são coisas que
612 algumas delas são pertinentes, estão diretamente relacionadas ao processo de
613 normatização, enfim, de planejamento da cidade. E outros são coisas relativas a outros
614 aspectos da gerência da cidade, como questões relativas a equipamentos, a infraestrutura,
615 etc. e tal, que são coisas que a rigor não são regidas pelo Plano Diretor. Então, foi isso que
616 eu quis dizer e a apresentação de vocês foi muito útil para esclarecer esse negócio. O
617 segundo ponto que eu queria me referir é a respeito, eu vi logo no começo da
618 apresentação, tinha uma série de itens, que eu separei mais ou menos em três categorias,
619 tem algumas que são coisas que são os “queremismos”: a minha região precisa disso,
620 precisa daquilo, eu quero isso, quero aquilo. São coisas mais diretamente ligadas ao
621 equipamento é a estrutura de suporte que a zona tem da cidade, mas tem outras que são
622 talvez mais condizentes com a tarefa de planejamento a longo prazo. Eu vi pelo menos um
623 item que eu consegui identificar, que é relativo ao impacto de empreendimentos, de
624 iniciativas que foram tomadas, tanto pelo poder público ou por agentes privados nas
625 respectivas zonas, que causaram impacto. Essa parece uma coisa muito importante de ser
626 cultivada, incentivada, eu sei o que é, no sentido evolutivo, no sentido de transformação
627 da cidade. Quer dizer, quando a gente olha para o nosso bairro a gente tem um sentido de
628 estar no lugar, de ter certo conforto, certa identidade com o lugar e que nos deixa de
629 alguma maneira impermeáveis ou desconfiados pelo menos em relação ao processo de
630 mudança, que é de resto inevitável. Então, acho que uma das coisas importantes dessas
631 oficinas é trazer um pouco a ideia de que as coisas mudam. E, nesse sentido, quais seriam
632 as coisas realmente necessárias de serem mantidas ou retidas? E quais as coisas que
633 podem eventualmente evoluir e necessariamente mudar, porque é da natureza da cidade
634 as coisas mudarem sempre e se transformarem, os bairros, as zonas, os lugares, mesmos
635 nichos, mas todos eles mudam com o tempo e isso é inevitável. E essa noção de mudança,
636 e essa percepção de que as coisas vão se transformar é uma coisa importante nessa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

leitura. E uma última é a respeito da representatividade, eu vi ali em um dos primeiros slides que foram mostrados, passou e eu não consegui capturar todos os números, que eram os números de participantes das oficinas. Eu tive a sensação de que era alguma coisa tipo sei lá, 700 pessoas, 800 pessoas, 600 pessoas. Ou seja, isso é 0,04% da população. *Bueno*, isso é representativo, estatisticamente? Não sei, porque eu não estou estatístico, mas a minha pouca vivência com estatística quer me dizer que não é representativo, porque a amostra não foi selecionada de acordo com critérios estatísticos válidos. Então, ela representa, e mesmo que fosse, ela não é representativa da população da cidade, ela é de alguns grupos, de algumas poucas pessoas. A própria ideia das oficinas das regiões, dos participantes, está vinculada a um processo de pessoas que se identificam com esse tipo de trabalho. O fato das oficinas não terem apresentado grandes conflitos, grandes oposições, ou visões opostas, ou diversificadas, é um sintoma disso, de que as oficinas têm um poder de representação muito restrito em relação ao que é a visão e a noção que a população tem da cidade. Então, temos que colocar isso em termos apropriados e achar meios através dos quais essas coisas a respeito de visões diferentes sobre as mesmas coisas possam de alguma maneira emergir e serem consideradas. O plano no final das contas é isso, uma tentativa de coordenar as coisas, de resolver conflitos, de resolver aspectos diversificados a respeito da cidade e que precisam, são todos legítimos e que precisam de alguma forma serem concatenadas, ou seja, de alguma maneira reconhecidas pelo menos para que no processo de formulação de políticas, meios de controle urbanístico, essas coisas possam ser consideradas. Era isso. Obrigado.

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Bom, primeiro parabenizar toda a equipe que participou desse trabalho. Dizer a vocês que o que importa é o que as pessoas que compareceram nessas oficinas traduziram da visão do seu bairro e a sua visão de cidade. Isso tem uma importância única, parte do conhecimento daqueles que caminham pelas ruas, que vivenciam seus bairros e que não estão sentados em determinados locais simplesmente analisando de mapas ou através de todo o equipamento que tem nos espaços públicos, quer na universidade, quer nos órgãos públicos. São aqueles que sofrem o impacto da cidade. Então, em primeiro lugar eu queria dizer isso, o que importa é a qualidade do que foi apresentado e tem muita qualidade. As pessoas que foram ali dedicaram horas da sua vida para traduzirem uma visão da cidade e conhecem seu bairro, não de dentro de academias, mas a vivência diária do seu bairro, pisando no barro. Então, isso é uma cidade para todos e não cidade para alguns, uma cidade que ainda mantém privilégios. E o Plano Diretor tem que ter essa visão de equacionar o débito que esta cidade formal tem com a informal. E a gente vê quando analisa os processos no CMDUA essa discriminação com as comunidades que não tem infraestrutura e sofrem a consequência do mau planejamento. Então, importante a gente colocar isso bem claro, demarcar bem isso. E eu estou estudando o que é eficiência, que é aquilo que traduz a necessidade da população e não simplesmente da estrutura urbana. É olhar para as pessoas, é respeitar as construções de quem veio antes, manter a memória, traduzir as visões das pessoas que têm memória e que vivenciam. Modernidade até por aí, modernidade para mim é resolver o problema de onde falta água, falta esgoto, falta saneamento básico, falta infraestrutura, falta a melhoria das condições para que as pessoas não morram porque são atacadas pelo Covid. Hoje eu recebi que morreu mais uma liderança por Covid na Vila São Gabriel e muitos não devem conhecer. Então, eu traduzo para quem não conhece, é no Cristal, a liderança Maria Helena da Silva, que morreu de Covid. Para quem conhece a vila sabe que é no Cristal, lá perto da Chico Pedro, tem várias ruas, mas é a rua do Supermercado Hoffmann. A Vila Caddie, por exemplo, é outra vila que está na iminência de ser aniquilada a memória. Então, essa visão de cidade



tem que ser dita, tem que ser mostrada, tem que ser respeitada e muitas vezes essas comunidades estão em áreas públicas e lhe é sonogada a informação. Eu quero deixar isso bem demarcado, talvez eu seja derrotado na próxima eleição, porque vão se mobilizar para me derrubar, mas eu estou aberto ao debate, quero debater a minha cidade, a cidade de todos nós e não só do grupo que se diz douto. Eu quero ouvir o João, a Maria, aquele que tem que pegar ônibus, porque muitos que falam aqui não pegam ônibus, não andam pelas vielas da comunidade, não pisam no barro, não sofrem falta d'água, aí quando sofrem é por um vendaval como aconteceu agora. E foi uma pane na cidade. E onde estava toda a infraestrutura? E foram bairros como Três Figueiras, que faltou luz por 24 horas, é um bairro de classe média com toda a infraestrutura, imagina a população de periferia, na Lomba do Pinheiro, nas Ilhas, que não sofre só o problema da infraestrutura, sofre ameaça de alagamento, uma série de coisas. Então, eu queria isso bem sublinhado aqui. Vocês respeitaram aquilo que as regiões e a RGP 1 teve um papel fundamental, levamos ao Ministério Público para valorizar a participação do João e da Maria e nós queremos que haja o retorno. E parabéns pela sensibilidade, Vaneska, eu vi que tu te emocionaste no final, isso demonstra o teu caráter, que apesar de todo o saber e de toda a contribuição que tem dado, a tua sensibilidade. É importante isso ficar e ainda bem que hoje as sessões são gravadas, então, poderá a sociedade analisar de que lado está a verdade. A verdade tem que ser construída coletivamente, respeitando as diferenças e não privilegiando determinados setores da cidade, como sempre são privilegiados. E a academia tem que se abrir para diferentes olhares, dos negros, dos índios, dos velhos, da minoria que é muitas vezes excluída dessa sociedade. Ouvir o João, oportunizar o João da vila, de qualquer vila desta cidade que tem acesso à universidade, respeitem as cotas e que tenham uma visão igualitária. Isto é uma cidade democrática e exige participação popular. Era isso, obrigado.

Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Boa noite, Conselheiros. E nos encaminhamos para discursos que não tem nada a ver com o que está se discutindo. Esse processo da discussão pelas oficinas regionais, provavelmente seja um dos atos mais organizados e mais democráticos que já se viu com certeza em Porto Alegre. Eu participei do Plano Diretor lá em 97, 98 e 99, da discussão, muito longe de qualquer coisa deste gênero. Então, queria lembrar o seguinte, quando se colocou a proposta das oficinas, uma equalizada nas informações, trabalhava-se com os mesmos temas, a mesma pauta para ter um nivelamento de informação e de buscar a informações também no mesmo nível de provocação. E foi feito isso, feito de maneira com muito sucesso pelo entusiasmo das pessoas que participavam. Eu fiquei muito feliz, porque a minha região foi a que mais colocou gente, tanto que até tivemos que improvisar mesas. O segundo momento ficou prejudicado, porque essa volta às regiões estava prevista para acontecer logo depois, antes, inclusive, de todo esse processo que vocês fizeram de fazer toda essa abertura, isso que a Vaneska nos apresentou agora. A ideia inicial era de fazer, de voltar ao território, de voltar à região com essas informações e nós das regiões dar uma trabalhada nessas informações antes delas, digamos assim, se transformarem em um registro mais geral. Então, a pandemia nisso aí nos prejudicou um pouco, porque algumas coisas às vezes, como foi escrito esse documento, vamos chamar assim, em cada região por vários atores, aquelas pessoas que estavam ali. E, Professor Rômulo, a gente faz assim, quem é que participa? Participa quem realmente está vinculado de alguma forma de participação. Porto Alegre tem essa grande tradição do Orçamento Participativo. Então, nessas reuniões tu vais encontrar esse pessoal que está organizado, são comunidades, são associações. No caso da Região 6, por exemplo, tinha vários tipos de associações lá, desde representantes de empresários a representantes ou interessados em núcleos de regularização fundiária. Ou seja, era bem amplo o espectro que estava lá. Então, esses



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

atores escrevem e não se leem. E aí é importante esse relato que o pessoal fez, que, na verdade, é a leitura daquilo que nós escrevemos, mas não tivemos essa leitura. Então, se ela fosse feita primeiro nas regiões com certeza o nível de contribuição seria melhor. Infelizmente, não foi possível por causa de toda essa questão da pandemia. Ou seja, o processo de discussão da revisão do Plano Diretor em Porto Alegre teve um início fantástico e muito promissor. Vamos ver se na sequência a gente tem a retomada dessa discussão presencial nas comunidades, que é onde eu acredito que poderá vir coisas diferentes com essa oportunidade, digamos assim, que a administração que está promovendo essa discussão nos vai dar essa verdadeira oportunidade de colocar os elementos para os técnicos examinarem, fazerem essa leitura, fazer essa compilação de dados, fazer tudo isso que vocês fizeram. Aliás, muito bem feito e surpreendente. Eu estou positivamente surpreso e com essa equipe aí, pelo trabalho que tem sido feito. Boa sorte para nós todos, que a gente consiga fazer um excelente debate com o todo esse material que vocês estão preparando aí no ano que vem. Meus parabéns! Parabéns, Germano, a tua equipe trabalha mesmo. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu queria também parabenizar a equipe na pessoa da Vaneska. Eu tenho plena consciência do trabalho, das dificuldades de trabalhar do poder público e das dificuldades com a equipe reduzida, como foi dito, como a gente em várias oportunidades questionou a Prefeitura pelo esvaziamento, pelo sucateamento do trabalho mais oneroso, mais trabalhoso. E a gente sabe que não é fácil, até cito que as nossas reuniões do Conselho, que depois de ter passado tanto tempo de tentar resgatar processos, corrigir rumos e tão pouco tempo discutindo questões mais importantes da cidade, não só o Plano Diretor, mas questões importantes. Sobre a participação, se ela é efetiva, eu tenho uma concordância com o Rômulo, em números absolutos é insignificante. E tenho uma discordância com o Gomes, mas hoje não é dia, como disse o Secretário, para a gente questionar algumas coisa e polemizar. Na verdade, não é a primeira vez e nem vai ser a última, mas o importante disso, do número de pessoas, do trabalho e etc. O importante disso é dar continuidade ao trabalho, é fazer com que a comunidade participe e isso é uma questão que às vezes é muito política dos governos, às vezes. Não interessa para os governos e os técnicos ficam sujeitos a esse tipo de comportamento dos governantes, mas a minha concordância com o Rômulo, que é parcial, como eu estava dizendo, em números absolutos realmente é insignificante. Por outro lado, a nossa experiência também do Orçamento Participativo, do planejamento participativo demonstrou que a nossa comunidade, e isso que eu acho que é uma questão cultural, não é só nessas questões, é na política, praticamente em todas as ações coletivas, boa parte significativa da sociedade. E eu arrisco dizer que a classe média, média alta, ela tem preconceito, ela não participa. A questão da participação popular nas regiões de planejamento, eu mesmo, eu moro na Glória, eu já tentei mobilizar há muitos anos atrás em função de uma praça, que é uma zona de classe média, um pouco alta, outra mais baixa, é muito miscigenada, mas quando eu ia falar as pessoas vinham com preconceito. Inclusive, chegaram dizer: eu não vou em uma reunião lá na colégio Glória ou na Igreja da Glória, que era algumas vezes no salão, para discutir com a comunidade que vem lá não sei de onde. Do morro, né. Então, existe um preconceito. Eu acho que é uma participação que não é efetiva em números absolutos, mas é uma participação qualificada. O importante, e aí eu defendo o Orçamento Participativo, o planejamento participativo, o importante é que as pessoas têm oportunidade de participar. A gente sabe que em uma reunião que teve 20 poucos ou mesmo na maior da RGP 6, com cento e não sei quantas pessoas, em números absolutos não é uma participação qualificada, mas é a participação se tem. Agora, a oportunidade foi dada. Por outro lado também, a gente sabe que alguns



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

setores da sociedade jamais vão participar disso em relação às discussões de Plano Diretor e outras, porque eles têm outros mecanismos, eles têm mecanismos de chegar direto no prefeito, de chegar direto no secretário, de chegar direto na Câmara de Vereadores, de pressionar, fazer *lobby*. Eu não estou, é uma crítica, mas faz parte do jogo. Então, tem setores que não vão perder seu tempo discutindo o que seriam questões menores, eles vão discutir lá no final o que interessa para eles realmente. Então, eu acho que tem que ser relativizada essa questão da participação. Para encaminhar também, eu penso, até vou fazer uma brincadeira, mas eu penso que o paciente chamado Porto Alegre, assim, ele está bem atendido, ele conseguiu relatar de forma muito boa para a equipe médica todas as informações para se fazer um diagnóstico. A equipe já conseguiu mapear, é como se fossem os exames. E está longe, acho que o colega Rômulo falou, está longe de realmente... Me falta o termo, mas de uma conclusão ou encaminhamento, mas isso aí é um primeiro passo e eu considero mais importante. Até vou fazer um parente, eu confesso que fiquei com muita saudade de ter trabalhado no planejamento, quando a gente trabalhava, e não era mais trabalhoso, porque era muito mais demorado, se fazia com canetinha, pintando, tinha dezenas de estagiários e dezenas de arquitetos. É lógico não dá para comparar, é completamente diferente, mas dá muita saudade de ver esses mapas coloridos que para mim assim, falando em meu nome, é como se eu estivesse vendo um jardim florido, porque cada cor, cada coisa tem um significado especial que a gente sabe. Então, eu confesso até que me emocionei, não vou dizer nem pela qualidade, não que eu não queira dizer que tem qualidade, mas pela quantidade de informações. Eu sei que tu fizeste uma apresentação rápida, porque o tempo não permitia, mas eu acho que é um começo muito bom. Pena que isso não tenha ocorrido antes para que a gente pudesse conduzir até ao Conselho de uma forma mais serena, mais tranquila. Por fim, é siso, eu já disse que discordo do Gomes, mas não é para se discutir isso agora. Parabéns para a equipe, para o grupo e para nós todos, que eu não sei, eu não pretendo continuar no Conselho em hipótese alguma, mesmo que a entidade seja eleita, mas eu acho que é um bom para se encaminhar dentro das nossas condições, talvez eu tenha o vício do funcionário, de ser da prefeitura, e a gente perde algumas coisas. É como a Patrícia dizendo que foi bárbaro, maravilhoso, é lógico que a gente tem que relativizar. Eu não estou dizendo que não foi bárbaro ou maravilhoso, mas quando os amigos elogiam tem que dar um desconto, quando as pessoas que estão de fora elogiam tem uma relevância fundamental. Eu queria dizer isso, para mim é um excelente começo assim, para se seguir com o próximo governo, sei lá se vai ter espaço, tem muitas coisas aí que estão sendo ditas, que para nós que trabalhamos com planejamentos urbanos são muito, no meu ponto de vista, aterrorizantes, dessa coisa de libera tudo. A falta de regramento, o liberalismo no meu ponto de vista vai de encontro, vai contrário à questão do planejamento. Então, é isso, muito obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Obrigada, Hermes, importantes palavras. Eu acho muito importante a manifestação de quem trabalhou na área, para nós representa muito. Mark e depois o Rafael, aí a Vaneska faz as considerações finais. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Oi. Boa noite. Obrigado pela oportunidade de fazer um comentário breve. Eu não posso deixar de cumprimentar muito toda a equipe, Vaneska, Patrícia. Eu acho que o trabalho que foi nos mostrado agora tem um grau de detalhamento, que eu pelo menos não tinha condição de avaliar. Apenas agora observando isso vejo a importância que ele tem para a nossa cidade e para o conhecimento da nossa cidade, das nossas entidades e das organizações de bairro poderem estudar um pouco dessas informações e contribuir também nas sistematizações. Eu fiquei me perguntando, na reunião passada eu pedi para a Patrícia



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

fazer uma anotação, eu fiquei me perguntando como são os vínculos e quais são as áreas de aproximação. Por exemplo, eu não tenho conhecimento se Porto Alegre tem um Plano Municipal de Saneamento, se Porto Alegre tem um Plano Municipal de Mata Atlântica, se Porto Alegre tem um Plano Municipal de Saúde, se tem um Plano Municipal de Educação. Se esses instrumentos existem seria maravilhoso, muito importante que eles dialogassem entre si e enriquecesse esse nosso Plano Diretor, especialmente se houver um Plano Municipal de Transportes e todas essas características que talvez isso já tenha sido construído por outras instâncias. Então, é um trabalho importante, eu estou muito interessado e gostaria muito de poder acessar logo essa documentação. Eu acho que vai estar disponível para nós, pelo o que a Vaneska falou nós poderíamos já ler e ter acesso a esse conjunto importantíssimo de informações que foram sistematizadas com a contribuição enorme de todas as regiões de planejamento. Eu acho que isso foi uma questão importante, que foi relatada aí. E considero que dentro da estrutura e da metodologia de participação era isso que tínhamos, não havia ali o rigor estatístico, cada uma das regiões exatamente representava a segmentação exata da população existente naquele bairro. Não havia esse grau de precisão. Então, dentro dessa questão mais genérica e ampla é que o processo todo foi realizado. Uma dúvida que eu fiquei em particular, uma dúvida no sentido de qual é o conceito que é utilizado, por que é apresentado dentro do conjunto, nas várias regiões de planejamento aparece aquele conceito de bens naturais. Eu não sei qual é o espectro exatamente que o grupo utiliza o conceito dos bens naturais, nós estamos falando de árvores, nós estamos falando de bosques, nós estamos falando de banhados, nós estamos falando do que exatamente? O que são os bens naturais que são contabilizados, e é importante que o sejam no âmbito de cada uma das nossas regiões de planejamento da nossa cidade. Obrigado e meus parabéns pelo trabalho de vocês. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Em primeiro lugar parabéns. Além do trabalho de organizar e tal, o trabalho de sistematização e organização dessas informações é fundamental, porque ali se pode perder informações, se pode interpretar de forma equivocada ou distinta daquilo que se pretendia, que a comunidade pretendia dizer. E são metodologias que muitas delas ainda estão sob um caráter muito experimental. Isso tudo demanda algumas técnicas e ir experimentando de fato. Por isso essa rodada ainda sem a consultoria, que virá certamente, ela pode, inclusive, trazer bastante material e subsídios para conseguir analisar de que forma desenvolver essas oficinas daqui para frente. Inclusive, para essas equipes que virão de consultores e para vocês mesmos. Quer dizer, o que a gente vê, diz – bah, poderia ter melhorado em tais e tais, o que é natural de qualquer processo. Eu quero primeiro reforçar assim, a questão da importância desses diferentes olhares da cidade, o olhar técnico, o saber do usuário, inclusive (Inaudível/interferência no áudio) trazendo um pouco da ideia de análise de mercado e tal, ele traz um pouco disso, por isso chama “saber do usuário”, o que falamos aqui, o saber popular, comunitário. O usuário da cidade, usuário dos serviços e etc., eu gosto disso, porque se soma com o técnico, se soma com o acadêmico, não se exclui e nem se sobrepõe. O mais difícil depois é conseguir transformar isso em algo mais conciso e único. Claro, tem o olhar técnico, o olhar profissional, que também não é um olhar desinteressado, nós também temos interesses. Temos compreensões do que achamos melhor do ponto de vista técnico, porque não há técnica neutra. Nesse sentido, não vou nem discordar de alguns pontos de vista colocado aqui, mas no sentido de que nem todos os momentos de participação demandam uma grande amostragem estatística, etc. e tal, muito menos em planejamento urbano, onde é muito difícil, inclusive, que boa parte da população tenha conhecimentos, embora elas nem saibam, elas têm saberes, mas não conseguem muitas vezes interpretar



o que elas sabem da cidade. A parte mais difícil como técnico é criar metodologias que consigam expressar aquilo que nem elas reconhecem do seu saber sobre a cidade. E eu vejo as oficinas em uma relação com grupos focais, não é uma grande amostragem que eu vou buscar, mas são grupos focais, quer dizer, tu trabalhas com pequenos grupos que são sim representativos se souber usar a técnica adequada. Então, devagar com o andor quando falar da amostragem, porque no quantitativo se perde muita coisa, no quantitativo não podemos aumentar em quantidade, mas se perde muitas coisas, se não souber fazer as perguntas corretas e etc. Então, ali é muito mais fácil, porque tem esse caráter dos grupos focais, que é, por exemplo, dentro da ciência, que se fala no designe, as técnicas de designe, de projetar, que trazem os grupos focais como importantes nessa questão. Eu também destaco assim, não se viu nada parecido? Também devagar com o andor, porque nós temos um Plano Diretor, resultado de um processo longo, de um processo que foi paradigmado. Se hoje nós temos processo participativo e uma série de metodologias no país, que redundaram depois no estatuto da cidade, etc. e tal, o Plano Diretor de Porto Alegre no seu processo de 93 a 99 foi, 97, depois foi um trabalho mais técnico, foi emblemático, nem audiência pública era exigida naquela época. Aliás, audiência pública é um instrumento que a meu ver precisa ser revisto na sua representatividade. Hoje nós tivemos um projeto de lei aprovado na Câmara Municipal, cuja audiência pública questionava por ter sido virtual, foi 99% das manifestações. Aliás, eu ousar dizer que de todos os que se inscreveram, de sociedade civil, foram contrários ao que foi aprovado hoje. E a Câmara Municipal, passar bem, muito obrigado, e aprovou. Então, muito cuidado, porque como bem falou o Hermes, que representatividade tem um acesso privilegiado a quem toma a decisão, a gabinetes e etc.? Que representatividade é essa que tem da sociedade civil quando uns tem esse acesso e outros não têm? E para encerrar esta defesa do plano de 99, do ponto de vista da sua construção, ele foi premiado pela mesma entidade que hoje a atual prefeitura resolveu contratar como consultora para o plano de 99, onde foi, assim como o plano de São Paulo recentemente, que foi premiado por seu processo e seu resultado. E de novo parabéns pelo trabalho pela sistematização. Depois se puder vai estar à disposição, né. Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, para encerrar, Vaneska. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu acho que a minha primeira manifestação tem que ser no sentido de agradecer em nome da equipe, como eu falei eu estou aqui servindo de porta-voz com o trabalho que foi desenvolvido a muitas mãos e uma participação intensa, uma dedicação dos técnicos do planejamento. Eu até gostaria, tendo a oportunidade, para poder devolver também e compartilhar essa apresentação também tendo a fala dos colegas, mas hoje eu tinha solicitado que estivessem presentes, mas pelo tempo a gente acaba não conseguindo dar voz para todos também poderem manifestar como eles enxergam esse projeto. Então, hoje eu vou ser a porta-voz e, eventualmente, pode ser que não consiga colocar tudo. O Felisberto fez uma pergunta onde são nominados os participantes, todos os participantes, os que estavam presentes, a gente tem as listras de presença documentadas. Então, vou tentar responder alguns pontos importantes, que foram colocadas. O Professor Rômulo falou sobre a percepção, a gente percebe que a visão que a sociedade tem sobre a maior parte dos temas é muito alinhada com o que ocorre na cidade. Por mais que a gente acabe utilizando outro vocabulário para se comunicar, os problemas de forma geral são muito evidentes, quando falta o equipamento, quando se tem um problema por causa de uma área de risco que está sofrendo alagamento. Existe uma percepção muito clara do problema e esse problema da maneira como a sociedade vê, nessas circunstâncias, é um problema baseado na



percepção, para a origem do problema e a solução que a gente tem que botar mais à disposição a técnica, pensar como pode ser construído. O Professor comentou que a cidade muda e a gente sabe que é uma visão que a gente tem e acho que vai ter que ser bem debatida. Eu até anotei uma pauta, acho que foi Conselheiro Rafael que em outro momento comentou, que é a questão de como a gente quer que a cidade mude, o que a gente quer e o que a gente não quer para a cidade. Eu achei essas perguntas expressas muito didáticas para fomentar o debate sobre o que a gente entende como identidade também dos locais. Às vezes existentes algumas palavras que de certa forma ficam um pouco abstratas. E agora ele falou uma frase que eu não sei se vai ser polêmica, mas eu vou falar porque é o entendimento que eu tenho com relação à proximidade que a gente teve com os participantes, também até por uma experiência pregressa que tem de participação social, usualmente quem comparecesse nesses momentos de participação são as pessoas que sentem de maneira mais direta as ações do município, seja porque dependem dos serviços, porque dependem dos equipamentos, porque dependem de maior acompanhamento do serviço público. Então, talvez alguns problemas que não são relacionados com essa realidade, caso não estejam ali compostos nesses mapas, mas são problemas fundamentais no sentido da gente trazer, até a gente estava conversando do princípio da igualdade, de conseguir, como é que a gente faz com que todos possam ser integrados na cidade? Aí entrando na fala do Conselheiro Felisberto, o débito da cidade formal com a informal, como é que a gente equaliza todo esse acesso e deixa isso, como é que a gente faz essa equação? Até pelo contato que a gente teve próximo com os participantes, realmente, o representativo desta cidade é o que representa os problemas fundamentais que a gente tem que enfrentar em diversos territórios. Isso não exclui a necessidade da gente ser criativo. E concordo com o que o Conselheiro Rafael comentou, que coloca a questão de que a gente tem que pensar, e a gente colocou no início quais são as estratégias e os objetivos da participação, quais os grupo que tem que estar mobilizados para discutir este ou aquele tema. E complementar também o que o Conselheiro Gomes falou, do que seriam os próximos passos. A gente tinha e eu acabei não colocando a parte do (Inaudível/interferência no áudio) técnicos, que era algo que a gente entendia primordial para a gente entender as marcações que foram feitas a partir de uma visão do local. Com a questão da pandemia nós tomamos o cuidado de não colocar este ponto neste momento como algo que vai conseguir viabilizar, mas temos que debater. A questão da participação qualificada o Conselheiro Hermes comentou, vai também na linha do que eu estava comentando, que geralmente quem está presente nesses momentos são as pessoas que dependem de certa forma dos equipamentos públicos, dos espaços públicos, dos elementos fundamentais, que sentem eventualmente os conflitos criados pela cidade formal. Então, acho que isso faz parte da natureza de como a gente organiza esse processo e acho que isso qualifica essa participação, contribuindo nessa dimensão. O Conselheiro Mark falou do Plano Diretor e dos planos setoriais, a gente colocou no início como parte das etapas preliminares, os diagnósticos, o que está previsto nesses planos, eventualmente atualizar e pode ser que gere outros planos. A gente vê que o nosso Plano Diretor hoje tem uma série de programas e planos, que não foram implementados na sua totalidade, que também teria que ter o andamento. A gente pensa a atuação do planejamento e isso eu já falei em outros momentos, que o planejamento urbano tem que acontecer paralelo ao Plano Diretor. A gente tem que responder algumas questões urgentes que não podem esperar o tempo do plano, não podem esperar e isso é um trabalho que tem que ocorrer em paralelo. E quando o Conselheiro Rafael se manifestou, acho que o que a gente quer não é nunca competir com outros momentos que teve de planejamento da cidade, a gente quer avançar nesse sentido, pelo menos essa é a visão



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

que essa equipe tem com relação a como deve ser o processo de revisão, porque é uma revisão e não uma reelaboração ou qualquer outra questão. A gente quer muito mais cumprir as lacunas que por um motivo ou outro não tenham sido preenchidas durante o processo de implementação do plano pós a sua implementação do que criar ou entrar em conflito com uma base teórica, que a gente até já se manifestou aqui, que hoje ela ainda é muito atual em relação as agendas internacionais. Então, eu tentei repassar os pontos principais. Ah, teve o questionamento do Conselheiro Mark sobre bens naturais, a gente não buscou ainda fazer essa classificação técnica do que são esses bens naturais e que compõe eles, mas eu entendo que é um passo adiante que a gente tem que fazer e entender qual é a visão que a sociedade tem, o que eles chamaram de bem natural e como se enquadra dentro da leitura que já existe consolidada sobre o tema. Era isso. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Pessoal, eu acho que de reunião temática relativa ao Plano Diretor a gente tem uma previsão da próxima no dia 12 de janeiro, a questão da aprovação da instrução normativa. Então, não sei se vocês já fizeram a avaliação, se não fizeram seguimos aguardando as contribuições para que a gente possa discutir a revisão do Plano Diretor e trabalhar em conjunto, a partir do dia 12 de janeiro se for possível. Então, muito obrigada e nos vemos ano que vem. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h00min).**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2872/2020

Aos vinte dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. **PAUTA**: 1. ABERTURA; 2. COMUNICAÇÕES; 3. ENCERRAMENTO DO ANO. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h10min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Boa noite a todos e a todas. Declaramos oficialmente aberta a nossa reunião ordinária do Conselho do Plano. Última reunião do ano, última reunião da nossa gestão à frente da Presidência do Conselho. Nós fizemos este encontro, embora a gente não tenha colocado a pauta processos, mais uma reunião um pouco mais aberta para conversar um pouco daquilo que conseguimos avançar ao longo deste ano, poder me despedir também de vocês neste momento final da nossa gestão. No dia a dia sempre muitos processos nós tratamos na pauta, tratando de outros assuntos, mas sempre muito corrido e a gente acaba que não



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

49 conversando de forma mais aberta. Antes da gente inaugurar com uma fala aqui, depois
50 abrir para os Senhores Conselheiros. A gente tem uma inscrição no período de
51 comunicação externa. Embora não tivesse pauta de processos, como ajustamos com a
52 representação do Quilombo Lemos, nós mantivemos a inscrição para o período de
53 comunicação. Então, vamos ouvir a comunicação externa, depois a gente segue o nosso
54 encontro mais interno dos conselheiros. O Onir está presente, mas está sem áudio. Eu
55 estou te vendo, mas está sem o microfone. Tenta sair e entrar de novo, vai aparecer:
56 “Conectar áudio”. Ele saiu. Temos uma Questão de Ordem? **Felisberto Seabra Luisi**
57 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite, Secretário. Eu
58 enviei 10 minutos antes da reunião um pedido de fala da Júlia Costa, da Vila Caddie. Ela
59 está esperando, se puder dar acesso agradeço, porque é importante a fala dela. **Germano**
60 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
61 **SMAMS:** Está bem, obrigado. Conselheiro Felisberto, ficou um pouco em cima. Eu ia
62 sugerir, Conselheiro, que a gente pudesse deixar para a reunião de fato de pauta. Como
63 todos sabem, a ideia de fazer a reunião hoje foi justamente para a gente evitar um pouco
64 as questões de processos, fazer essa discussão. Eu queria fazer muito mais a despedida
65 de vocês, da gestão, se a gente entrar na discussão do processo específico daqui a pouco
66 vamos estar brigando aqui de novo (Risos). A coisa fica polêmica, faz parte do processo de
67 discussão dos nossos processos aqui. Então, vamos oportunizar que ela possa falar com
68 tranquilidade no período de Comunicação formal que tem, quando tiver os processos em
69 pauta. Eu acho que fica melhor nesse formato se vocês assim entenderem. O Onir agora
70 sim. **Onir, Quilombo Lemos:** Boa noite, pessoal. Desculpa, é que eu estou em uma
71 reunião meio de emergência aqui no Areal da Baronesa e não estava ouvindo vocês
72 também. Então, boa tarde. Agradecer pela oportunidade de espaço. Nós estamos em um
73 quadro bem tenso em relação aos territórios. Ultrapassamos no período de pandemia duas
74 tentativas de reintegração de posse, a primeira foi no Quilombo dos Machados, em
75 setembro, e agora no Quilombo da Família Lemos. E essas medidas vêm com aceleração,
76 coincidentemente, com uma série de projetos que agora, no pagar as luzes desta gestão,
77 estão sendo aprovados. Por exemplo, a questão das torres do Beira Rio, que impacta ali, o
78 complexo do Carnaval no Quilombo Lemos, Morro Santa Teresa. Eu tenho a impressão,
79 acho que foi aprovado hoje o projeto de desafetação daquela área ali em frente ao
80 Quilombo Lemos, que se relaciona também com a questão da Ponta do Arado, que foi na
81 semana passada. A liberação do licenciamento ambiental ou autolicenciamento. Ou seja,
82 foi um avanço avassalador, que impacta diretamente essas áreas quilombolas que resistem
83 em áreas hoje extremamente valorizadas. Nós conseguimos decisões parciais nessas
84 integrações de posse, em julho foi a última. Estamos em *stand by*, porque nós estamos
85 avaliando que mesmo com o recesso eles podem recorrer, aí toda a questão do plantão, o
86 judiciário. Então, é uma situação complicada. Eu queria ressaltar isso, que a nossa leitura
87 tem a ver com toda essa questão que vai envolver a questão urbanística em Porto Alegre,
88 que a gente vai ter a questão da lei orgânica envolvendo a questão do município. Ou seja,
89 é um ataque generalizado envolvendo os territórios étnicos aqui na cidade, o que tem nos
90 preocupado muito. Essa reunião é importante no sentido da gente começar a estabelecer
91 algumas relações a partir desse ponto de vista da disputa da cidade. São 8 quilombos
92 urbanos em Porto Alegre, boa parte deles já com uma questão judicializada, tem as 11
93 retomadas indígenas e tem outros territórios que estão resistindo. A gente está vendo a
94 questão da Vila Caddie, que está para ser retirada também, ou seja, é um quadro de
95 reconfiguração da cidade em detrimento da população. Boa parte da nossa população está
96 em situação de não regularização fundiária, muitas com posses precárias, com
97 concessões, que podem ser desconcedidas a qualquer momento. Então, um quadro bem



grave, que envolve toda uma estrutura histórica na Cidade de Porto Alegre. A gente acha que é um desafio e que vai ser necessária uma interrupção desses setores para enfrentar esse quadro. Então, queria relatar isso a vocês. Também queremos aprofundar essa relação com os setores que lutam pelo direito de moradia, a gente estabelecer uma relação em função dessa característica nossa, que vai além da moradia, que para nós a relação de um território é possível, é comunitária. Então, tem outros aspectos de vinculação de um território que são importantes ser considerados e foi esse o fator que permitiu que a gente esteja se mantendo ali no Lemos, que a gente se mantenha nos Silva, que a gente se mantenha nos Machado, ao longo desse período. Então, seria isso. Eu acho que seria importante a gente pensar em alguns espaços de trocas de informações e ideias, de planejamento de ações para qualificar essa interlocução junto ao poder público. Então, seria isso, eu agradeço. Gostaria de agradecer ao Felisberto, que permitiu eu ter esta interrupção e agradecer a oportunidade a todos vocês. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado pela fala nós período de Comunicação, este espaço sempre aberto para entidades externas fazerem sua manifestação. É um Conselho bem democrático e são transmitidas as reuniões ao vivo pelo YouTube, fica gravado lá no canal da SMAMS. Então, é importante a gente ter sim essas participações e *feedbacks* da sociedade, do que está acontecendo na nossa cidade. Agradeço a fala. Então, Senhores Conselheiros, enquanto os senhores se inscrevem para manifestações no período de comunicação, quem quiser falar, fica um pouco aberto, só vamos manter a inscrição para a gente poder organizar o momento das falas. Eu gostaria de inaugurar o período de comunicação agradecendo a oportunidade que tive de conviver com todos vocês ao longo desse período enquanto titular da SMAMS, Presidente do Conselho do Plano. Foi um momento de muito aprendizado para mim, neste convívio evolui muito enquanto ser humano, enquanto profissional. Peço desculpas pelos meus excessos, porque como ser humano que sou também tenho os momentos difíceis, os momentos tensos, fico chateado, fico feliz. Isso é natural de todo ser humano, a gente tenta trazer sempre um equilíbrio, mas vamos ter os momentos em que a gente está mais difícil. Então, peço desculpas se porventura tenha em algum momento me excedido na condução. É difícil fazer essa condução, essa moderação, ter que tomar decisões imediatamente, ter que se posicionar, porque é um grupo grande, cada um com um ponto de vista, uma visão, um entendimento e muito aguerridos na defesa do seu ponto de vista. E todo mundo tem razão, todo mundo tem a sua verdade. Se for ver o olhar de cada um, a sua perspectiva, a sua experiência, todo mundo tem razão, todo mundo tem uma visão e cabe ao Presidente às vezes fazer essa moderação, se é certa ou errada, nem sempre tu consegue acertar, tenta dar um equilíbrio para essas mais diversas visões. Então, enquanto presidi este conselho tive esta oportunidade de conviver, de aprender com a diferenças, porque a gente sempre cresce respeitando, aprendendo sempre. O aprendizado é constante se tu estás disposto, aberto a aprender. Eu acho que a gente sempre evolui, sempre cresce. Eu acho que a gente conseguiu fazer excelentes construções, amadurecemos muito. A gente saiu de um modelo físico, fomos para um modelo virtual, reuniões *online*, transmitidas no YouTube. Isso sem dúvida foi um grande avanço da cidade e gente conseguiu se reinventar rapidamente com toda a dificuldade que o momento exigia, mas conseguimos nos reinventar e dar continuidade nas análises dos processos. Avancamos muito na preparação do processo de revisão do Plano Diretor, tenho certeza que a próxima gestão vai avançar daqui para frente, conseguimos fazer excelentes discussões aqui dentro. A equipe amadureceu no projeto, agregamos o planejamento urbano. Olhem que legal, eu fico bem orgulhoso disso, porque eu me lembro no começo das reuniões que a gente fazia lá no Conselho, que a gente tinha essa dificuldade de fazer essa inteiração técnica, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

explicação básica, o desenho, de onde vai ser instalado o empreendimento dentro do território e a gente conseguiu agregar a equipe. A equipe hoje está superinserida e eu sei que são servidores que vão continuar, independente da questão da gestão, essa dinâmica, eu tenho convicção que ela se internalizou, é uma realidade, não vai se retroceder. Então, a gente tem oportunidade de todos, quem está nos assistindo em casa, seja um empreendedor, esteja um interessado ou afetado por aquela medida, o vizinho do prédio onde vai sair, pode visualizar essa discussão aqui. A equipe apresenta onde está instalado esse empreendimento e todos podem fazer uma discussão madura, debater os pontos de vista, as visões. Eu acho que é um processo bastante transparente e que a gente conseguiu fazer ao longo desta gestão. Eu conto com o apoio de todos vocês que fizeram parte dessa construção. Eu sou muito feliz de ter convivido aqui com vocês. Eu sou apaixonado pelo planejamento urbano, eu estou há alguns anos, eu comecei em 2005, eu trabalhei antes na Câmara de Vereadores, quando eu tinha 16 anos, quando eu fiz 18 anos vim trabalhar na Secretaria do Planejamento Urbano como assessor e fui me especializando, eu me formei na área do direito, depois eu me especializei no direito urbanístico, direito imobiliário, direito público, ambiental, fui fazendo algumas especializações, fui me formando e amadurecendo junto com vocês. E alguns conselheiros mais antigos aqui lembram certamente quando eu trabalhava lá na Secretaria do Planejamento Urbano, depois Secretaria de Urbanismo, depois a Procuradoria. Então, saio com a tranquilidade de que hoje sou uma pessoa mais evoluída, aprendi com todas essas diferenças, com todas essas questões trazidas pelos senhores e respeito muito as posições divergentes que a gente tem aqui neste Conselho. Isto fortalece todo o processo, a gente amadurece com todas as discussões trazidas aqui, às vezes os questionamentos, as brigas. Por mais que em algum momento a gente tenha ficado um pouco apreensivo, a gente fica chateado muitas vezes, mas o fruto, o resultado final disso traz um amadurecimento. A gente tende a cada vez aprimorar mais os processos, tentar dar mais clareza para os procedimentos, reger eles. Eu acho que nisso a gente foi muito feliz nesse período. Eu quero passar na medida do possível toda essa experiência para a nova gestão para não ter descontinuidade, vou-me colocar à disposição para ajudar, mesmo não estando à frente da Secretaria, mas nos meses iniciais fazer esse link com vocês, vir na reunião do Conselho também e explicar o que está acontecendo, como está o processo de revisão do Plano Diretor, todas as questões que a gente conseguiu construir até agora. Vocês tem uma eleição, a gente fez a portaria prorrogando os mandatos, o Prefeito publicou hoje prorrogando os mandatos dos conselheiros até 1º de maio de 2021. Então, dá um tempinho também para a nova gestão se organizar, a questão das eleições e tudo mais. Faço votos que se tenha uma excelente eleição, já é um novo modelo aí que se avizinha também, a questão da internet é uma realidade, a gente vai ter que se reinventar e tentar agregar na medida do possível isso nessa nova realidade da pandemia. Eu acho que é uma coisa positiva, tem como a gente somar a questão do acesso à internet, amplia a participação, não há dúvida nisso que vai ampliar a participação, dando mais transparência para os processos. Então, eu vou estar sempre na torcida aí com todos vocês para que de fato a gente faça uma revisão para colocar a cidade no Século XXI. Então, eu queria dizer isso, mais uma vez agradecer a oportunidade e dizer que eu vou ser parceiro de vocês onde eu estiver, se precisar prender o grito. A gente sai da cadeira, do peso da decisão. Vou ficar com uma pessoa mais tranquila também para conversar, vocês vai ver (Risos), porque de fato a gesto é pesada, é muita coisa. Isso que eu queria compartilhar um pouco com vocês, que entendam o novo secretário, compreendam que realmente a dinâmica é muito puxada, a gente recebe pressão de tudo que é lado, cada um olhando a cidade com um entendimento de uma forma que entende como adequada e a gente tem que fazer a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

moderação, temos inúmeros órgãos de controle, é Ministério Público, Tribunal de Contas, tudo gera ofício, tudo gera resposta, gera audiência. Depois tudo isso tem que explicar, confirmar, tem que ter uma lógica, um estudo. É muito complexo fazer essa roda girar. Então, o gestor precisa do apoio dos conselheiros que fazem parte da gestão da política urbana da cidade também para sempre se evoluir. Independente do governo que vier que a cidade possa evoluir, que as pautas possam avançar e serem feitas para a gente conseguir evoluir e melhorar cada vez mais. A nossa Porto Alegre eu tenho certeza que todo mundo ama, defende e luta para que o melhor aconteça. Se tivermos inscritos para falas fiquem bem à vontade. Conselheiro Felisberto, nosso parceiro de muitas falas, nosso conselheiro que é muito participativo, sempre intervindo, dando eu ponto de vista, sua opinião. Também apreendi muito com este convívio, Conselheiro. Sei do seu ponto de vista e respeito bastante, às vezes a gente concorda, às vezes a gente não concorda, faz parte do processo, mas eu aprendi a lhe respeitar. Conselheiro, fique à vontade. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e todas de novo. Espero que o espírito do Natal acalente os corações dos empreendedores desta cidade para a população que é excluída dos benefícios da cidade. E que tenham um olhar, e a fala do Onir é importante para demonstrar quem são sempre os excluídos desta cidade em um desenvolvimento para quem. O olhar, é importante que essa população seja inserida. Eu me lembro da discussão da Vila Planetário, na Ipiranga, em 1990, em que diziam que aquela população não poderia ficar ali, sempre um olhar de exclusão, de tornar as pessoas dispensáveis. Espero que o corpo técnico da Prefeitura também, antes de aprovar um projeto, de discutindo e estabelecer diretrizes, escute a população, essa população pede apenas que seja respeitada e seja inserida na cidade. Eu quero lembrar da Elaine ali na Loureiro da Silva, ali ela quer fazer um projeto da sua história com o Centro Cultural, moradia para o Centro Cultural. Então, muitas vezes, por as pessoas desconhecem as características do empreendimento inviabilizam um projeto popular. Então, eu peço que os técnicos da Prefeitura tenham esse olhar, aprendam com essas comunidades, escutem suas ponderações. Eu continuarei, vou me candidatar, se a região assim o quiser, serei candidato à reeleição. E digo, estive na Vila Caddie e vi a necessidade daquela população, a permanência daquela população do local há mais de 50 anos, não é 40 dias, há mais de 50 anos, quando aquilo era puro mato, quando o Quilombo dos Silva era uma coisa só junto com a Vila Caddie. Então, as características da população não foram respeitadas com o desenvolvimento da cidade. Os territórios dessa população não são respeitados pela tal da especulação. Tem muita gente aqui que não gosta, acha que é discurso fútil, mas não, eu continuarei fazendo este discurso, porque sempre quem sofre a consequência do desenvolvimento é a população que mais precisa. Elas não são respeitadas, elas não são ouvidas, elas são muitas vezes enganadas, dizendo que elas não podem ficar ali e elas pode ficar sim se a técnica for a favor delas. É possível respeitar e construir com as comunidades. Eu aprendi muito ao longo desses 30 anos, eu me lembro da primeira ocupação que fui defender, que é Jardim das Estrelas, Gomes, na tua religião, e muitos técnicos da Prefeitura disseram que eles não poderiam ficar lá e eles estão lá, não foram despejados, porque resistiram, construíram alternativas, compraram a área, não pediram nada de graça, compraram a área e através da organização estão lá até hoje. O que falta é regularizar a sua propriedade, a sua posse, que até hoje não foi regularizada. Então, a regularização é fundamental nesta cidade e nós faremos uma revolução se a gente olhar bem para a regularização fundiária, são mais de 700 comunidades que esperam. Então, isso é importante. Por fim quero dizer que foi um aprendizado, aprendi muito, li muito e continuarei lendo sobre planejamento urbano. Eu descobri algumas pessoas que não eram urbanistas, não eram arquitetos, mas que deram essa contribuição



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

para sensibilizar corações. Então, quero desejar a todos um feliz Natal, uma boa entrada de ano e me desculpe a veemência, mas isso faz parte e é a minha característica. Eu sou um apaixonado pela cidade, eu sou porto-alegrense com muito orgulho, gosto da minha cidade, eu quero uma cidade inclusiva e participativa, democrática, que respeite. Por fim, a nomeação dos secretários já aponta que teremos muitos embates pela frente, já demonstra o que está sendo proposto. Quero lamentar alguns nomes, isso será debate para o próximo governo, mas já quero lamentar, porque que são pessoas que não viabilizam a permanência das comunidades, são pessoas que excluem as comunidades. E me preocupa a questão da Mina Guaíba, que vai impactar muito bem. Eu vi que a Maristela colocou que está faltando água na Lomba. Então, usam a falta de água nas comunidades para aprovar determinados projetos, para viabilizar a Ponta do Arado. Não caiam nessa, tem outras áreas que podem viabilizar a água para a Lomba do Pinheiro, basta ter um olhar técnico e tem condições de na própria Lomba criar estrutura para abastecimento, não precisa ser na Ponta do Arado. E respeitar os excluídos, principalmente os negros e os índios. Era isso. Obrigado e desculpe a minha veemência. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Felisberto, eu deixei um pouquinho mais livre, mas vamos tentar direcionar, são muitos conselheiros, vamos colocar 5 minutos, aí se todos se estenderem bastante a gente acaba que nem todos vão conseguir falar. Na sequência a Conselheira Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa tarde, Secretário. Boa tarde a todos os presentes. Em primeiro lugar gostaria de dizer que o problema na Ponta do Arado não é a água que vai vir de lá para nós, porque nós fizemos uma cidade para todos e o “todos” nós temos respeito e na medida em que somos respeitados não há tanto impacto de interesses. Convivendo em uma urbanidade, claro que isso acontece comi em qualquer grande centro urbano. Não seria diferente aqui na nossa Cidade de Porto Alegre. E eu queria justamente começar em relação a isso, sobre o que foi aprovado em relação a Ponta do Arado, sobre as pessoas que não tem problema com a questão do desenvolvimento, mas vão continuar lutando contra o que foi aprovado, desafetado para aquela área. E eu quero repetir, não estou falando do que vai ser construído em relação à água da nossa cidade, em especial aqui onde eu moro. Coloquei a questão da água porque uma responsabilidade social, política e econômica, tem que ver a cidade como um todo. E se está faltando ainda água na minha região, e eu não sou uma ilha, é porque não tiveram a responsabilidade que esse crescimento, essa preocupação com o conjunto da cidade viesse para todos e não vem. Então, eu não quero entrar para esse lado parecendo um populismo, eu quero trabalhar de forma com um olhar científico, como vejo esse setor, científico e laico, como temos que lutar por tudo. Basta ver aquele fanfarrão que foi preso hoje, que dançava em nome de Jesus e está lá na cadeia, graças a Deus. Bom, mas não é disso que eu queria falar. Outro tema que me preocupa muito, que nós não podemos deixar, e que bom, Secretário, fico muito feliz, não podia ser diferente de um secretário com a responsabilidade, como o senhor teve todo esse tempo, sobre uma pequena questão que não é menor, pequena porque a rua é pequena, mas que nós vamos ter tempo para isso, ainda bem, que é a questão da Stela Brum. Não foi trazido, nós discutimos lá na Macro 10, aquela questão das ruas, que é um projeto que passou aí, que dois relatórios foram derrubados e que o governo não apresentou ainda a sua versão, mas já mandou uma versão para o Ministério Público, que não é o que nós combinamos. Então, estamos atentos, aliás, eu adoro isso, estar sempre ligada. Eu ouvi o Onir falando sobre a questão do que havia sido aprovado já o desafeto lá do Internacional, é isso? Eu não tenho essa informação. Ou foi a questão lá da Ponta do Arado? Eu não tenho essa informação lá do Inter. Aliás, o Felisberto acaba de me dar um ótimo argumento, e para ver, Secretário,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

que nós não concordamos em tudo, mesmo eu sendo uma pessoa de esquerda, com uma formação marxista, tenho orgulho disso na filosofia. Assim, é verdade que todas as áreas, inclusive, em uma ponta de um lago, foi construído o indo beira Rio, que vai ser bom para o desenvolvimento e assim como sou favorável às torres. E eu fico feliz que tu participaste das reuniões em que dizia que a única questão que tu eras contrário era a questão que não passou na Câmara de Vereadores. Então, eu quero conversar muito com o Onir e contigo sobre isso para nós avançarmos em relação a isso. Muito feliz, eu não vou repetir o meu mandato, mas vou continuar na Macro 10, com certeza, faço questão absoluta. Foi um doutorando para mim estar aqui, aprendi muito nos contraditórios, nas lutas das regularizações. A gente que vive na comunidade sabe que em qualquer lugar pode ter picaretagem, não só no governo de direita, mas também às vezes nas grilagens, que eu nunca aceitei isso, sempre vou lutar contra. Também sei lutar por aquilo que é correto para a cidade, mesmo que seja diferente daquilo que está desenhado com cores não seja exatamente o que nós temos lá na literatura, na universidade, porque moro em realidade diferente. Quero deixar aqui o compromisso com a Cidade de Porto Alegre. Sou da filosofia de que não é o mandato legislativo, enfim, aqui nesses 2 anos, inteirando 3 anos praticamente, foi uma grande universidade. Tenho a humildade de dizer isso, de ter aprendido com vocês. Certamente mexe com a nossa visão de urbanidade, no conjunto como um todo de uma cidade eclética, que é para todos, o lado que eu tenho que é de pensar sempre em primeiro que não deixe esses que têm o poder de uma caneta suprimir a inclusão daqueles que realmente precisam. É isso, meu Secretário. Parabéns para todos nós. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, Presidente, colegas. Saudade da gente se encontrar no final de tarde, fazer aquele lanche e se encontrar no final da reunião para um cafezinho lá embaixo também. Tomara que 2021 nos permita voltar a fazer isso, foi um ano atípico para todo mundo em todos os sentidos, assim como a Maristela colocou muito bem, o Conselho é uma universidade sem diploma no final, mas vale muito a pena. Eu já estou encerrando o meu segundo mandato, pretendo concorrer novamente. As lideranças já têm se manifestado nesse sentido e abro meu interesse. Gostaria de dizer também que embora os embates sejam fortes, eu penso que a gente não deve nunca levar nada para o lado pessoal das situações que nós discutimos, mesmo estando em posições diferentes muitas vezes. A ti, Germano, parabéns em especial por conduzir com todo este ano difícil, eu que te conheci na época como assessor jurídico da antiga SMURB. Parabéns aí por saber conduzir. A Camila enquanto Secretária e a nossa Gabi também merece um parabéns pelo trabalho que desenvolveram junto com a gente durante esse período aí. No mais, eu preciso desejar a vocês todos com muito carinho que seja um Natal, diferente todo mundo vai passar, bem atípico do que a gente estava acostumado, desejo muito sucesso, que em 2021 a gente consiga alcançar mais e muito sucesso, principalmente como a gente está vendo bater dentro do nosso lado, que as pessoas consigam ter saúde, que a gente consiga ter saúde, porque sem isso o resto das coisas não conseguem fluir de maneira positiva, de maneira saudável, que a gente possa viver com plenitude. Meus queridos amigos e colegas, este é meu recado rápido, um forte abraço em todos aí. Obrigado! **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite a todos. Pessoal, quero dizer que esse período que a gente conviveu juntos eu aprendi, muito mesmo. Eu espero que isso sirva para que eu possa ajudar a minha região e Porto Alegre naquilo que a gente participa. Quero dizer que para 2021, eu pelo menos neste período mais que ainda nos resta, tentar aproximar mais os conselheiros das regiões, para que haja uma união, como em outros momentos. Eu acho que este ano todo mundo ficou mais afastados, os conselheiros se afastaram das regiões e a gente acabou não



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

podendo conviver ou discutir, tentar formar uma ideia melhor, que pudéssemos trabalhar em prol das regiões da cidade. Eu acho interessante que os conselheiros não só das regiões, mas todos os conselheiros do Conselho, conhecessem melhor as necessidades das regiões da cidade para poder avaliar aquilo que a gente fala, aquilo que a gente defende, conhecer o que cada Conselheiro faz na sua região, no seu dia a dia, os projetos sociais que a gente defende. Todos nós quando vamos participar de alguma instância de construção, a gente sempre traz uma mensagem, sempre busca alguma coisa para tentar melhorar a estrutura daquela região que a gente representa. Então, às vezes a crítica nem sempre é legal, é importante naquele momento, porque a pessoa desconhece os motivos que a gente vem participando de locais tão importantes, como é o Conselho do Plano Diretor. A gente vem aqui não é por acaso, alguém nos conduziu para cá, confiam na gente. Na nossa comunidade, a RGP 2, nós temos vários bairro que sofrem há muitos anos, as próprias Ilhas, a é um sofrimento eterno e a gente pouco discute aqui, a gente acabou praticamente não falando sobre o 4º Distrito em nenhum momento. Não foi possível, quem sabe nos próximos meses que a gente vai ter seja possível a gente discutir sobre isso. Então, Secretário, sempre digo, esta equipe eu não gostaria que nos deixasse, mas se nos deixar, eu quero dizer que a gente aprendeu com vocês, foi uma satisfação, acredito que a gente vai se encontrar ainda pelo caminho, sempre buscando incentivar que a gente fale mais sobre a região, formatando as ideias que muitas vezes a gente acha: coloco ou não coloco? Mas a equipe anota e encontra o caminho que pode ser útil mais adiante. Espero que a gente encontre uma equipe boa na equipe nova, não sei, mas acredito que se está renovando é porque vai trazer também alguma coisa de melhor ou de novo para a Cidade de Porto Alegre. Quero deixar um abraço e quero continuar participando, ajudando na revisão do Plano Diretor, como representante da comunidade.

Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Olá! Boa noite, boa tarde a todos. Quero começar a minha manifestação agradecendo a todos, ao Secretário e as colegas que contribuíram pela gestão deste nosso Conselho. Agradecer ter conhecido as conselheiras e conselheiros deste Conselho. Eu também aprendi muito com todos, acho muito importante a troca que nós realizamos durante o ano de 2020. Espero que nós estabeleçamos alguns vínculos orgânicos entre nós para que na continuidade da nossa marcha nós sigamos nos referindo, que sigamos poder contar um com o outro no nosso interesse comum pela nossa cidade. Eu fiz uma estatística pessoal aqui, porque na outra reunião eu tinha feito um breve levantamento e agora dei uma olhada com um pouco mais de atenção. Eu fiz uma estatística das nossas reuniões do CMDUA em 2020 e eu cheguei a soma de que nós fizemos 58 reuniões virtuais e fizemos 11 reuniões presenciais. Depois a Secretária Camila vai poder conferir, verificar se isso de fato é assim, eu vi que no meio de tantos encontros, tantas situações, nós tivemos três reuniões virtuais com o Ministério Público Estadual, uma reunião com o Ministério Público presencial. Então, de fato este nosso ano, Secretário, de 2020, apesar da pandemia e de todos os problemas, nós tivemos uma grande massa de trabalho, acumulamos aí muitos relatórios e uma discussão importante de muitos temas. E para finalizar, eu acho que a discussão do Plano Diretor da nossa Cidade Porto Alegre para o ano de 2021, se nós fizemos o mapeamento de inúmeras situações, nós não podemos desconsiderar a existência dos territórios étnicos, não podemos deixar os oito quilombos urbanos que o Onir referiu antes, as 11 retomadas indígenas que ele mencionou, os 50 anos da Vila Caddie, esses são elementos essenciais e mais aquilo que o Felisberto tem comentado, as 700 comunidades que esperam regularização fundiária, esses elementos são essenciais, eles também, como quaisquer outros, precisam ser incorporados, o nosso Plano Diretor precisa levar em conta esses registros urbanos da cidade, urbanos e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

humanos da nossa cidade, para que ela tenha um Plano Diretor de caráter inclusivo. Nós não podemos fazer um Plano Diretor que seja respeitado se ele desconhece 700 áreas de regularização fundiária e desconhece 11 retomadas indígenas e 8 quilombos urbanos. Isso precisa ser levado em conta no Plano Diretor e pelo nosso Conselho Municipal do Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Muito obrigado e boa noite. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Em nome do Sindicato dos Arquitetos do Estado do Rio Grande do Sul quero também desejar um bom Natal para todos, que possam estar junto com suas famílias, com as pessoas que mais amam. Este Natal vai ser diferente, vai ser o Natal com restrições e que a gente tem que respeitar essas restrições. Um ano também novo, que promete que seja a salvação dessa pandemia com a vacina e não com a normalidade, mas que a gente aprenda a respeitar mais a saúde. Eu gostaria, Secretário também de fazer aqui a minha última homenagem, a nossa última homenagem ao Conselheiro Paulo Jorge. Eu separei um trecho, eu acho que foi uma das últimas falas dele, na Reunião nº 2858, de 13 de outubro, na folha 183 e um pedacinho da folha 184, É um trecho curto, mas é muito significativo e eu acho que depois vocês vão entender. E gostaria de dizer que eu necessariamente não concordo com tudo que ele diz, é uma fala que eu estou reproduzindo, mas não é exatamente o que eu penso, mas tem uma mensagem e tem um significado que eu acho muito especial para a gente tomar consciência do nosso papel enquanto conselheiros, enquanto cidadão, enquanto pessoas. Então, o Paulo Jorge começa falando que está fazendo um planejamento da Região 5, dá a informação e depois ele começa com a informação dois: “Nota triste, vocês sabem que eu venho falando várias vezes sobre o Coronavírus em Porto Alegre, o governo abriu a janela e estamos aí no laranja, só que tem laranja onde? No Bonfim, em Petrópolis, Duque de Caxias, Centro, tem laranja. Por que está laranja? Porque esse pessoal que trouxe o vírus para Porto Alegre se isolou e largou na periferia. Então, o que aconteceu? A classe média alta está isolada do vírus, esse vírus está onde? Nas vilas, nas favelas. Uma pessoa que tem uma alimentação muito baixa, pessoas que estão com situação baixa de nutrição, hipertensos, tudo da favela, sem esgoto, sem saneamento básico. Então, na Região Glória, Cruzeiro e Cristal está subindo muito o índice. Inclusive, a minha entidade, a AMAVTRON, está com caso confirmado, a minha filha está confirmada, a minha sobrinha e mais 8 alunos meus confirmados com coronavírus. Inclusive, eu também estou fazendo o procedimento, porque eu tive contato. Espero que eu não pegue esta porcária, mas é isso que está acontecendo. O que acontece, meus conselheiros? Não quero falar do governo municipal, mas isso era previsto, a porcária desse vírus desses caras que viajam e estão trazendo da Europa, os turistas. O governo abriu as portas para matar a população sobre a favela. Fazer o quê? As eleições estão aí, só tem uma coisa, pessoal, aviso para todo mundo, eles estão indos na favela, estão indo apertar a mão do povo na favela e lá eles vão para fazer entrega de brinquedos e a Guarda municipal não fechou, abriu as portas. Só para avisar vocês. Obrigado”. Só para completar o que eu gostaria, eu não trouxe aqui, eu não concordo com as acusações, daquela forma como era a característica dele de acusar o governo, embora também ache que todos os governos todos têm uma grande responsabilidade, mas a gente sabe que essa pandemia está no mundo inteiro. O que eu gostaria de trazer da mensagem dele, de fazer um comentário e isso caracterizou a minha passagem e de outros conselheiros, às vezes sempre visto como pessoas que dão o contra, que brigam, mas é que a ganância imobiliária disfarçada de progresso, desnecessário e desmesurada, os interesses escusos nos levam a uma tensão permanente nas cidades. Todos os países que tenham um IDH alto, um índice de desenvolvimento urbano alto, eles conseguiram eliminar muito essas diferenças sociais e nós classe média, classe alta, seja o que quiserem nos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

441 taxar, enquanto não entendemos isso, que somente quando tiver mais igualdade social e
442 isso envolve planejamento urbano de forma muito importante, nós vamos viver assim, com
443 medo de parar o carro na esquina, nós vamos viver com essa tensão urbana que essas
444 questões dessas desigualdades nos levam. Então, o que eu queria dizer com isso é que o
445 nosso papel não é só de ficar discutindo os processos administrativos, processos de
446 construção e achando que realmente isso é o verdadeiro desenvolvimento. O verdadeiro
447 desenvolvimento de uma cidade é quando você pode sair na rua, caminhar com a sua
448 família sozinho, seu filho andar de bicicleta na rua e assim vai. Então, eu queria deixar
449 registrada essa nossa responsabilidade social como pessoas e como conselheiros, que vão
450 além de dizer “sim” para os processos. Já foi falado por colegas que me antecederam
451 sobre a importância de manter as comunidades nas suas zonas de origem, que estavam lá
452 antes de nós todos termos nossos imóveis, nossos locais de moradia. Isso não é um
453 absurdo, isso é o que deveria ser o correto e a nossa sociedade faz com que eles tenham
454 que implorar para conseguir uma casinha lá na periferia. Então, a minha mensagem é essa,
455 mais uma vez boa noite a todos, um bom Natal, cuidem-se, que como disse o Paulo Jorge,
456 o bicho está pegando. Obrigado. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária**
457 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite.
458 Primeiramente, então, agradecer à chefia, e aí eu vou agradecendo na figura da Diretora
459 de Planejamento Urbano Sustentável, a Arquiteta Urbanista Patrícia, pela visão que ela
460 teve do grau de importância de aproximar o planejamento urbano das ações de
461 licenciamento e através principalmente das comissões e também da atuação do próprio
462 Conselho. E essa é uma visão, que não chega a ser uma visão particular, porque ela é uma
463 visão que está na amparada no nosso Plano Diretor, que esses agentes e essas rotinas
464 têm esse papel fundamental no sistema municipal de planejamento, conforme previsto no
465 próprio PDDUA. Então, essa fala breve só destacar que esse conceito é o que muda
466 bastante a forma como a gente a tua enquanto planejamento. Alguns números da atuação
467 da Coordenação de Planejamento do CMDUA em 2020. Então, a nossa equipe de 11
468 técnicos, engenheiros e arquitetos, ficaram envolvidos com a atuação dessas
469 apresentações que nós fizemos, dos registros do Conselho e desde o início eu tenho
470 alguns dados, depois eu vou querer bater também, porque a gente fez um levantamento a
471 partir da nossa participação, mas é importante a gente ter esses números bem claros para
472 a gente, mas seriam cerca de 30 reuniões em que a gente teve a participação da equipe;
473 42 apresentações que eu tenho de arquivos elaborados e que envolvem uma leitura desses
474 processos de uma forma bem sistemática para conseguir estabelecer todos os elementos
475 que precisam ser transmitidas para os conselheiros. A espacialização, o mapeamento
476 desses processos dentro do território de Porto Alegre, que é algo que a gente tem
477 comentado bastante, que é importante daqui a pouco acompanhar a pauta, onde esses
478 processos estão localizados, dessa forma informar melhor os conselheiros para poderem
479 estar participando do Conselho, chamando os representantes comunitários que vão se
480 identificar e saber diretamente que aquele território é o território que vai ser debatido
481 naquela noite. A gente acompanhou também com a diretoria dois grupos de trabalho, que
482 na minha visão, e acredito que compartilhado por muitos dos conselheiros que
483 participaram, foi extremamente bem sucedidos no debate da regularização fundiária e dos
484 impactos urbanísticos. A gente está trabalhando na documentação das contribuições que
485 foram colocadas nesses grupos, estão bem conduzidos também pela nossa diretora. E com
486 relação às oficinas a gente encaminhou no último e-mail, referente aos relatórios e análises
487 já realizadas, 9 oficinas temáticas territoriais, 9 relatórios e documentação dos processos
488 participativos, 8 documentos de análise por temática, além de um com a simulação dos
489 resultados dos 8 temas abordados. E o que está em fase de elaboração, que a gente está



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

trabalhando fortemente para poder disponibilizar antes do final do ano, 9 informes por regiões, sendo dois para RGP 2, que envolveu o continente e as Ilhas, e um para todo o território de Porto Alegre. A gente vai produzir também, teve algumas perguntas que acabaram surgindo de alguns conselheiros com relação à metodologia. Então, um relatório documentando a metodologia que foi empregado no processo participativo, a gente entende que é bem adequado e bem importante. Então, os relatórios, eu gostaria até de fazer uma solicitação para os demais conselheiros, que se eles notarem alguma falha de digitação, algum conceito que não ficou bem claro, que eles nos repassem esses apontamentos através do e-mail do Conselho do Plano para que a gente possa fazer esses ajustes e colocando essas adequações disponíveis no site também, já com os ajustes que eventualmente sejam necessários. A gente quer agradecer também aos conselheiros, tanto com relação ao apoio, seja na forma de elogios, seja na forma de críticas, que também nos ajudam a aprimorar o nosso processo. E a gente deseja profundamente que a gente tenha apoio para continuar na próxima gestão, na medida do possível com todas as indicativas que a gente entende que são pertinentes para gente poder ter essa aproximação, poder ter monitoramento e poder enxergar, porque muitas vezes quando são criticadas algumas falhas no processo, existem e muitas delas são da natureza de como hoje o Plano Diretor se estrutura. E que a gente possa na região do plano estar sancionando esses detalhes, alguns problemas estruturais. Eu tinha mais ou menos preparado essas informações para passar por esses itens, mas vou colocar mais uma questão, já que alguns conselheiros se manifestaram mais de uma vez com relação às comunidades autóctones, sejam elas quilombolas, indígenas. A gente tem participado do grupo de discussões do grupo de regularização fundiária, com integrantes que muitos dos conselheiros conheceram também no grupo de regularização fundiária, na própria apresentação que teve no Conselho para discutir se essas áreas são de interesse cultural, de interesse social ou outro tipo de área ou como a gente pode prever algum tipo de proteção e adequar a integração e a relação espacial com o território de Porto Alegre. Então, são debates, as Ilhas também, o de regularização fundiária, são os dois temas principais que surgiram, essas comunidades e a questão da ocupação das Ilhas. Então, são projetos que a gente tem a intenção de estar tocando no próximo ano. Obrigada! **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa noite a todos, Secretário. A minha fala, na verdade, é uma fala que eu não poderia deixar de fazer e registrar no Conselho. A gestão do próprio Secretário, da sua equipe de trabalho, das pessoas que o cercam. O Secretário tem a Camila ao lado aí, que tem lhe auxiliado bastante nisso. Eu vi um profissionalismo muito grande no trabalho, uma evolução muito técnica nas tratativas dos temas abordados aqui, temas de relevância, mas também bastante polêmicos e souberam conduzir de maneira muito profícua, que trouxe resultados excelentes. Eu quero também registrar isso, todas as ações que na sua gestão, Secretário, passou do discurso para um fato e isso me deixa muito feliz, representando essa Sociedade de Engenheiros que hoje ajuda e tenta colaborar com a cidade que tanto a gente preza. A gente não pensa só em empreendimentos como uma questão de valoração, mas a construção, os empreendimentos também como ajuda a construir uma sociedade mais justa, mais moderna e mais inclusiva. A inclusão não se dá só por ações sociais, mas se dá também com o crescimento da cidade, quando tem uma calçada acessível, quando nós fazemos obras que incluem todos. Isso tudo faz parte de uma cidade inclusiva. Dito isso, mais uma vez eu quero parabenizar o conselho, quero parabenizar o Secretário, a Camila e todos seus técnicos, na pessoa também da Vaneska, da Patrícia e dos demais. Eu poderia citar diversas pessoas que contribuíram para avançar na construção desse Plano Diretor, quem sabe como uma tarefa árdua e principalmente nesses processos que foram muito bem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

conduzidas nessas sessões todas. No mais, sem me alongar, gostaria de desejar um feliz Natal a todos. Espero que 2021 seja um ano de muitas reflexões, principalmente no que nós passamos em 2020 e que tenhamos um ano tão bom quanto e que possamos aqui ficar com esse aprendizado, cuidar mais das pessoas, cuidar mais das cidades, tirar essa venda do radicalismo e que desnude através de um pensamento mais racional e realmente participativo com todos os ideais e com todas as ideias que permeiam um conselho e que assim deve ser. Boa noite a todos. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite a todos e a todas. Eu creio que tenho algumas palavras semelhantes com as do Fernando e alguns outros colegas, mas nos aspectos que o Fernando colocou tem muitas coisas que a nossa entidade concorda, que foi um ano de bastante trabalho. Demoramos para tomar uma decisão para retomar nossas reuniões, que foram virtuais, mas eu acho que foi no fim muito trabalhoso e principalmente quase na segunda metade ou no último trimestre, inclusive, acho oficinas e grupos de trabalho, onde realmente a gente pode passar aquela fase de que tinha muito processo represado e aí começou a ter mais tempo para gente poder discutir. Realmente, essa inserção de mostrar antecipadamente o que a Vaneska comentou ali, da apresentação dos processos, acho que ajudou muito. Então, eu vejo que sempre vocês tinham a intenção de clarear, facilitar, deixar as coisas uma forma propositiva para melhorar. Eu acho uma pena o nosso prefeito ter deixado passar 2 anos para a gente começar a trabalhar em cima da revisão do Plano Diretor. Talvez a gente tivesse evoluído muito mais nesse assunto. Este era um ano, até tinha me programado, uma coisa bem diferente como o Adroaldo comentou, de conhecer um pouco mais as regiões, eu tinha pensado em visitar algumas regiões para conhecer. O próprio Conselheiro Paulo Jorge comentava, o Felisberto também disse que vários conselheiros não conhecem a cidade e não conhecem as regiões. E era uma coisa que eu tinha me programado, mas infelizmente com pandemia não foi possível. Tenho pensado, talvez no ano que vem, os nossos novos representantes são a Raquel e o Rodolfo, e como tem essa questão da revisão do Plano Diretor, e nós temos um grupo de trabalho dentro da ASBEA de revisão do Plano Diretor e eles não podem participar dessas reuniões oficiais, talvez eu me ausentar e poder propiciar que essas outras pessoas participem dessas reuniões. E também dizer que eu aprendi bastante, muito com essa diversidade de opiniões. Eu procurei ser um moderador, porque eu acredito nos dois lados, muito, eu acho que a participação de todos, principalmente das regiões, é muito importante, porque realmente eles trazem uma visão que às vezes as pessoas não têm e eles estão naquele local que eles vivem. Eu acho que também parabenizar o Germano realmente pelo seu esforço e não estar aí como moderador e ter que cortar a palavra. Acho que deve ser uma situação muito constrangedora em alguns momentos. E eu valorizo muito essa formação que a gente tem do Conselho, que eu comentei na reunião passada, de nós termos essa forma tripartite de representantes por cada. Eu acho que aqui é um lugar de alguma forma que a gente consegue trazer e essa nova eleição trouxe uma renovação muito grande na cadeira das entidades, que foi bastante legal e também das regiões de planejamento. Houve, não sei se chega a ser quase metade, mas no mínimo $\frac{1}{4}$ foi renovado, se eu não me engano. O Felisberto é uma pessoa que eu não conhecia, por exemplo. A Maristela só como vereadora, não como representante aqui no Conselho. O Adroaldo também teve a oportunidade de conhecer com o falecimento do antigo representante aqui. E desejar a todos um bom ano, feliz Natal. Infelizmente, as coisas não estão fáceis e que todos se cuidem, tenham muita saúde. Um abraço para todo mundo, foi um prazer a convivência realmente com todos. Um abraço para todos. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Eu gostaria de agradecer aos colegas por esses dois anos e um pouquinho mais de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

aprendizado constante, de debates acirrados. Eu gostei tanto que eu acabei fazendo um curso, estou fazendo, já estou indo para o meu segundo ano do curso de técnico de edificações para poder desmembrar um pouco todas essas plantas e projetos. Então, é um aprendizado constante e essa polêmica vem de encontro com tudo que se passa, principalmente as dificuldades que a gente passa dentro das comunidades. Como falou o Onir, são 8 quilombos, 11 retomadas indígenas, 700 regularizações fundiárias que são necessárias. Então, isso é bem complicado. A gente sabe porque nós vivemos na comunidade e a gente sabe o impacto que isso traz para as pessoas e para as vidas das pessoas. O direito à moradia é um direito fundamental e está dentro da Constituição. E a relação que as pessoas têm com o território onde elas moram ali, os territórios nativos e suas comunidades, isso é fundamental. Quando se tira as pessoas do seu habitat natural, isso é uma coisa terrível, é praticamente um crime. Então, a equipe de planejamento, eu acho que tudo isso tem que ser muito bem analisado dentro do Plano Diretor, que é o que a gente já vem falando há bastante tempo. Essa visão de como vão ficar as coisas. Eu acho que esse é o momento da gente pensar e repensar não só na parte, como se diz, estrutural, mas pensar nas pessoas, isso é muito importante, para a gente poder diminuir quem sabe as diferenças sociais. Eu acho que foi o Hermes que falou, eu acho que um país só tem progresso, só consegue crescer e se desenvolver quando a gente consegue sanar essas diferenças sociais. Enquanto estivermos uns que vão ter muito e outros não vão ter nada, é bem complicado. Então, eu acho que esse é um olhar que a gente tem que ter por humano para pessoa, não só para as obras, para os grandes empreendimentos e para quem tem muito. Então, é isso. Também gostaria de agradecer a Valeska, a Patrícia, ao Secretário, as meninas foram ótimas nos esclarecimentos, nessa retomada com o Covid, trabalhando totalmente online. Isso aí, olha, na verdade, eu também não tinha muita prática nisso, mas agora já estou craque. Então, gostaria de agradecer, porque ficou tudo muito mais simples, mais fácil da gente poder procurar entender um pouco mais sobre os projetos. Ao Secretário Germano pelas suas mediações, eu sei que é complicado mesmo, mas isso é bom, essas diferenças que fazem as coisas se desenvolverem. Se todo mundo pensasse igual não teria graça nenhuma. Gostaria de desejar a todos um feliz Natal, feliz ano novo e se cuide. Vão ser bem diferentes essas festas de final de ano, todo afastados. Eu, por exemplo, meus familiares tão longe, mas é vida que segue, as coisas estão andando e nem tudo é totalmente ruim. Aconteceram muitas coisas boas, muitas coisas ruins com certeza, mas dentro do ruim a gente também tem que ter um olhar para ver as coisas boas que aconteceram, as coisas ruins, coisas boas também aconteceram, a gente tem que pensar no positivo, é vida que segue e bola para frente. Talvez eu venha novamente, se assim a minha comunidade quiser, venho também para o próximo ano, porque estou gostando muito, estou adorando e eu acho que a gente tem bastante coisa para fazer ainda pela cidade e pelas nossas comunidades. É isso, muito obrigada e felicidades a todos. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Presidente. Boa noite, Conselheiros. Pessoal, primeiro quero deixar meu registro do grande desafio que foi conviver com vocês nesse último período, digamos, esta última gestão em função de que aconteceu certa radicalização das posições, o que é muito natural e é um retrato do momento político, da sociedade, é um retrato do crescimento das posições. Então, a gente conseguiu passar aqui no conselho, por mais que isso pudesse não ser tão agradável em alguns momentos, mas muito do que acontece aí fora, a luta social que está difícil para todo mundo. Então, as posições foram colocadas em disputas, discutidas, votadas e a cidade continuou, tocou para frente e tal. Uns perderam, outros ganharam, mais principalmente todos aprenderam, ao menos eu tenho esse sentimento que eu aprendi muito e quero aprender mais ainda, é



a minha ideia. Pessoa, quero focar em uma história que aconteceu este ano que pode ser que em um primeiro momento não enxergue, mas eu presenciei muito por estar muito ligado a minha atividade de projeto. Houve uma revolução nesta cidade, nesta prefeitura, que se refletiu agora nos últimos meses, digamos assim, aqui no conselho também. A entrada do Germano na secretaria, digamos assim, no grupo, coordenando o grupo de licenciamento, trouxe uma evolução de anos e anos que nós não conseguimos concatenar as coisas. A sabedoria, a sensibilidade e o acerto na equipe do Germano conseguiu fazer com que isso acontecesse, porque os elementos técnicos todos já estavam dados, estavam dentro da prefeitura, não estavam fora, não se buscou nada fora, não se contratou um projeto de ITI fantástico. Não, as coisas foram aproveitadas de dentro, foram otimizadas e os procedimentos de projetos fez com que projetos iniciados lá em março chegaram no conselho para nós. Coisa que eu nunca tinha visto, projeto para chegar no conselho, projetos de empreendimentos eram em 2 anos, 1 ano e pouco, inclusive, com uma grande fama que esse tipo de procedimento colocou para fora, fez muitos empreendimentos importantes para a cidade terem migrado para outros municípios. E agora se começa a retomar, porque quem tem escritório de arquitetura sabe disso, a gente mesmo coloca com muito orgulho para os nossos clientes ou futuros clientes (Inaudível/interferência no áudio). Então, eu quero dar meus parabéns para esta equipe, que tem um trabalho específico lá no escritório de licenciamento com as suas comissões e tal. E o progresso fantástico que houve dessa criação do debate que se criou e a revisão do Plano Diretor. Então, apesar do ano fizemos do limão uma bela limonada, de limão siciliano, um troço fantástico, que nós vamos provavelmente para o ano que vem ter muito mais a usufruir. Então, isso me toca bastante, porque eu estou com quase 40 anos de profissão e nunca tinha visto em tão pouco tempo um progresso tão grande. E as pessoas que estão nos vendo aí sabem muito bem disso, o pessoal da área, a diferença que fez essa administração nesse curto espaço de tempo neste ano de 2020 aqui para nós. Então, os meus parabéns para todo mundo. Eu tinha anotado aqui também para fazer uma homenagem e lembrar o Paulo Jorge, que merece ser reconhecido, lembrado novamente como um grande exemplo. E a Tânia deu um exemplo que foi muito legal, de estar constantemente em processo de aprendizagem e a história que tu contaste que está te ficando no curso técnico, que vai pegar ao menos a linguagem de desenho e tal, o Paulo Jorge estava fazendo uma faculdade de história, faculdade de história. Então, é um exemplo fantástico como ser humano e como pessoa para a gente aí. Mais uma palavrinha para essa turma da revisão do Plano Diretor, que nós esquecemos de colocar naquela reunião que a gente trabalhava essa matéria do balanço da última reunião, a turma encarregada que está tocando para frente, chegou a fazer ação que estava prevista e não deu por causa da pandemia, mas fez uma, que foi uma visita ao território, uma vila que está em processo de regularização fundiária, que é a Vila dos Pescadores. Nós fizemos uma visita fantástica, porque foi uma visita por terra e por água, pegando uma visão diferenciada do lago. E a gente queria fazer isso em outros lugares, na Região 6 também, mas na região eu já estava fazendo o mapeamento de vários lugares que a gente poderia chegar, inclusive na 8, etc. e tal. Se tudo der certo ano que vem a gente retoma isso. Mais uma vez, colegas, obrigado pela paciência, pela convivência, discutimos brigamos, mas principalmente aprendemos e fica acima de tudo uma grande lição de respeito entre nós. Secretário Germano, não me surpreenderei se houver surpresa em relação ao senhor. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, pelas bonitas palavras aí. Muito feliz e agradecido sempre pelo reconhecimento. Eu sempre defendo isso muito do sistema de gestão de planejamento, essa união, o licenciamento e planejamento urbano, estar desenhando o nosso Plano Diretor e por muitas vezes às vezes os governos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

vêm e criam estruturas diferentes, a coisa não converge. A gente neste último ano conseguiu fazer essa junção e os ganhos, não há dúvida, tem se refletido aí no dia a dia e vão se refletir ao longo do próximo ano. Naturalmente, tive a oportunidade de te ter comigo uma equipe muito qualificada, dedicada, apaixonada pela cidade, na pessoa dos meus diretores. Saúdo aqui o nosso diretor lá do Escritório de Licenciamento, também conselheiro, que é o Artur e que vem fazendo um trabalho fantástico liderando o time lá, revolucionando, trazendo inovações, superando os obstáculos. A Patrícia hoje não está presente, está de férias, nossa Diretora de Planejamento Urbano, uma servidora extremamente apaixonada pela cidade, faz a diferença, quer resolver os problemas, os desafios. O meu diretor do licenciamento do ambiental também, o Marcelo, extremamente inteligente, propositivo, faz debates de alto nível, enfim, toda a nossa equipe que teve a oportunidade entre servidores, comissionados, um time extremamente qualificado que teve essa oportunidade de fazer e quando teve oportunidade fez. Então, fico muito feliz e muito orgulhoso de ver esse trabalho aí, faço votos que a próxima gestão dê continuidade. Isso aí a gente vai trabalhar muito para tentar passar todas essas informações, mesmo eu não estando aqui e a cidade ganhar com isso. Tivemos depois a inscrição do Conselheiro Rafael Passos e depois a gente faz o encerramento. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa noite. Cumprimentar os colegas e as colegas de conselho. Eu gostaria de ponderar algumas questões, até mais pelo o que foi colocado. Quero cumprimentar o secretário, a divergência é uma coisa, o respeito por qualquer pessoa é sempre necessário, independente das posições. Esse nem é o princípio da democracia, é o princípio da humanidade. Bom, me parece que são só algumas ponderações no sentido do seguinte, sobre toda a questão da revisão, eu apontaria como profissional da área a importância, da necessidade de nós ampliarmos este grupo como o planejamento contemporâneo exige, com economistas, com sociólogos, com outras áreas do conhecimento, que são fundamentais para a construção de um planejamento urbano nos dias de hoje. Eu acho que essa é uma questão de ponto de vista de gestão. Aí não é uma crítica à equipe, porque obviamente não está no poder delas, é de alguns anos, nem é esta gestão específica, mas é de alguns anos, de uma desconstrução de todo um aparato do planejamento do ponto de vista técnico, que se reflete no tempo presente. A questão dos licenciamentos eu apontaria algumas questões, que eu acho que houve algumas confusões e quem sabe a gente possa melhorar isso, como um profissional também da área que aprova projetos, que leva projetos para aprovação, que trabalha no dia a dia da profissão, mas que também representa uma entidade da área e que também olha para a cidade, não só como um objeto do seu trabalho, do seu ganha-pão, mas com uma compreensão mais ampla. Entender que em alguns momentos seja necessário compreender que uma coisa é a celeridade que se deve dar a esses processos de licenciamento, isso é fundamental, até para que, inclusive, se possa nos processos de licenciamentos fazer debates mais aprofundados sobre o que é pertinente ou não de ser aprovado, é fundamental que os processos burocráticos andem mais rápido e que se abra espaço, inclusive, maior de tempo muitas vezes para o que é necessário debater nesses processos. Eu vi realmente avanços. Trazer a questão da digitalização é algo que eu pude participar na época quando se debateu o primeiro processo, lá em 2012, e fiz uma série de apontamento e que, infelizmente, muito do que apontei aconteceu logo adiante, mas que não se pode dar avanço. A redução das burocracias é uma coisa, agora, o que não pode acontecer, eu acho que alguns dos atos que foram colocados vieram no sentido de desregular. E no momento que a gente tem um desafio de conseguir de fato concatenar o crescimento econômico ou desenvolvimento, que o desenvolvimento como dizia Darci Ribeiro, desenvolvimento é crescimento com inclusão. Então, nem todo



crescimento é desenvolvimento. E a desregulamentação vai de encontro a um desenvolvimento que se pretende e precisamos enquanto humanidade no plano local, no plano global. Então, é fundamental que se dê celeridade aos procedimentos, mas sem desregulamentar. Eu acho que tem se confundido esses dois aspectos em alguns dos atos. Radicalismos, onde alguns vêm radicalismos eu vejo simplesmente o lugar da divergência. Se colocou nesta gestão do CMDUA um espaço para o divergente, outra opinião, que nas últimas gestões do CMDUA não se viu. Eu, particularmente, chamaria que as últimas gestões do CMDUA foram marcadas muito por um pensamento único, citando aqui Hermínia Maricato, quando ela escreve sobre a cidade do pensamento único. E nesse sentido, quer dizer, nós fomos acusados de querer reprovar tudo que é projeto que passa por aqui, mas o que a gente vê, o que os dados demonstram é que, na verdade, que quase todos os projetos ou todos os projetos praticamente entram fadados a serem aprovados, um ou dois eventualmente são reprovados. Então, parece que é justamente ao contrário, o que se ponderou aqui é que eventualmente sim projetos podem e devem. Por quê? Porque nem todo projeto deve ser aprovado sobre: “Não, mas ele está mitigando, ele está oferecendo contrapartida, ele está oferecendo isso e aquilo”. E se esquece de analisar muitas vezes o mérito do próprio projeto e o seu impacto, em que pese ele ofereça contrapartidas, mitigações, etc. e etc. E há sim empreendimentos que não cabem ou não cabem naquele lugar, o que eu acho muito importante também. Eu costumo dizer que pode se construir quase tudo, depende do porquê, do onde, do quando e às vezes a gente esquece de fazer essas perguntas e este sim é o espaço de se fazer essas perguntas, porque a gente não está aqui atado a responder exatamente o que está posto na legislação, porque o que chega aqui é o que está pedindo uma exceção à legislação. E é por isso que o CMDUA ainda existe entre outras coisas. Então, essas ponderações que eu queria colocar e espero que a próxima gestão possa rever, o que para mim foi um dos atos mais graves, porque fere algo histórico, historicamente o conselho, desde a sua criação em 55, sempre colocou o Regimento Interno como algo soberano e pleno, dizendo que a cada início de gestão o Regimento Interno seria revisto ou não, mas isso seria uma decisão do plenário do CMDUA e não da forma como acabou acontecendo, de que é uma decisão unilateral do Presidente colocar o Regimento sob revisão ou não. O que para mim fere de fato um preceito democrático, que nem mesmo o regime militar ousou alterar, respeitou essa autonomia do Conselho. Outra questão, aproveitando o espaço, parece equivocado quando eu questiono do ponto de vista, não há radicalismo nenhum quando eu digo assim, ou alguns de nós dizemos: olha, a representação que se dá aqui, sobretudo pelos fóruns, mas também as entidades tem que assumir para si o papel de levar para suas bases a discussão, a dos fóruns dos conselheiros fundamentalmente, porque existe um fórum que foi criado para isso e essa estrutura estabelece isso. Quando eu digo aqui que ao se criar um fórum diz muito claramente que essa gestão do conselheiro da região não é uma gestão autorizativa, e o que eu estou falando é um preceito das teorias democráticas que está longe do radicalismo. Os democratas liberais do mundo todo no ponto de vista das teorias democráticas falam isso, a democracia autorizativa não cabe para espaços como este, o que se tem aqui é uma delegação e se existe um fórum de delegados é lá o momento de consultá-los ou até mesmo deliberativo. E isso tem um problema sério, uma lacuna no regimento interno que não estabelece uma normativa, do ponto de vista normativo mesmo, não normatiza e isso fica solto. Então, eu insisto, aqui não há radicalismo nenhum, porque do ponto de vista das teorias democráticas isso é colocado, não é só pelos teóricos mais radicais, é praticamente por todos aqueles que hoje são lidos por várias matizes políticas da direita, claro, exceto a extrema-direita talvez, mas por todos que prezam de fato a democracia representativa e nem estou falando de prezar



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

necessariamente a democracia participativa. Liberal, que é ela que nos rege. No mais eu me despeço, tudo de bom, eu não sei se continuo ou não, um abraço a todos e a todas. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos, pela manifestação. Senhores Conselheiros, são 20:03. Agradeço mais uma vez a oportunidade, o convívio, o aprendizado. Desejo um excelente Natal, excelente final de ano para todos vocês. Muita luz, muito amor junto a seus familiares. Cumprimentar a Camila, nossa Secretária Executiva, agradecer pela oportunidade, pelo aprendizado, pela troca, está aqui comigo sempre da melhor forma conduzindo todos esses processos, essa discussão que a gente faz. Agradecer ao Hudson, que fica próximo aqui, não aparece na câmera, mas ele está aqui nos teclados administrando. Enfim, uma excelente virada de ano, muita luz para todos vocês, que tenham um 2021 muito abençoado, que consigamos superar esse momento difícil de isolamento, de pandemia, que a nossa cidade possa se recuperar, devolver a alegria que a gente tanto precisa. Um superbeijo e obrigado por tudo, sucesso na caminhada de todos aí. Até mais. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h00min).**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações: